REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

REVISTA 0 -2009 (ITENS 11 E 12 ANO 2009)

ISSN 2183-9115

REVISTA ANO 0 2009 ITENS 11 E 12

JINDICE REVISTA 0 ITENS 11 E 12

1. ÍNDICE REVISTA 0 2009 ITENS 11
2. ÍNDICE REVISTA 0 2009 ITEM 12

Nome	Instituição	Trabalho - tema
1. Anabela Brito Mimoso	Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto, Portugal	Teófilo Braga e a Literatura Tradicional
2. António-Gil Hernández	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	A Galiza na Lusofonia: reflexões sobre a Academia Galega da Língua Portuguesa
3. Augusto de Abreu	Ass. de Cronistas, Poetas e Contistas catarinenses, BRASIL	A herança luso-açoriana em Santa Catarina
4. Barbara Gori	Univ degli Studi di Torino, Itália	Considerações sobre as versões em língua italiana do soneto Lacrimae Rerum de Antero de Quental
5. Barbara Juršič	Ministério da Administração Interna, Eslovénia	Tradução e recetividade da literatura lusófona na Eslovénia
6. Célia Cordeiro	EBI Maia, Açores	Vozes femininas do silêncio nos Happy Days do estado Novo numa pequena cidade da ultraperiferia
7. Concha Rousia	Academia Galega da Língua Portuguesa. Galiza	Mudança de narrativa linguística
8. Cristina Vianna	Ass Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina Brasil	Ribeirão da Ilha e suas raízes açorianas
9. Dina Ferreira	Univ. Mackenzie, S. Paulo Brasil	Lusofonia: identidade e sentido de pertença
10. Edma Satar	Fac. de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, Portugal	O prefixo des- como expressão de negação no Português de Moçambique
11. Graça Castanho	Univ dos Açores	A problemática do género no sistema de ensino português
12. Graça Pina	Univ degli Studi di Napoli Orientale, Itália	A insularidade textual n'A Ilha de Circe, de Natália Correia
13. Helena Anacleto-Matias	ISCAP, Instº Superior de Contabilidade e Administração, Porto, Portugal	Katherine Vaz em tradução: "Fado e outras histórias" como recuperação da memória açoriana
14. Helena Figueira	Priberam Informática SA, Portugal	O acordo ortográfico de 1990 e os corretores ortográficos automáticos
15. Isabel Rei	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na lusofonia
16. Isabelle Oliveira	Univ Paris III Sorbonne Nouvelle, França	Tratamento automático da metáfora – um contributo para o mundo da tradução
17. J. Carlos Gentili	Academia de Letras de Brasília, Brasil	Os Açores e o continente de São Pedro
18. J. Carlos Teixeira	Univ. British Colúmbia, Okanagan Canadá	Toronto e Montreal multiculturais, a décima ilha açoriana
19. Júlio C. Soares	Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil	Remo: uma proposta de intercâmbio cultural
20. Luciano Pereira	Escola Superior de Educação Setúbal, Portugal	A ilha no imaginário poético de temática açoriana
21. Mª José Grosso	Univ de Lisboa, Portugal	Um olhar açoriano sobre Macau
22. Malaca Casteleiro	Academia de Ciências de Lisboa,	O acordo ortográfico
23. Mª Francisca Xavier	Academia de Ciências de Lisboa e Univ Nova de Lisboa, Portugal	Um dicionário da língua portuguesa medieval
24. Mª Lourdes Crispim	Univ Nova de Lisboa, Portugal	idem
25. Madalena Teixeira	ESE Santarém, Univ. de Lisboa, Portugal	Para a identificação de uma matriz linguística no uso de estrangeirismos na língua portuguesa
26. Mário Moura	Câmara Municipal da Ribeira Grande, Açores	O nascimento de uma paróquia: N. Sra. da Conceição
27. Miguel Magalhães	Univ Nova de Lisboa, Portugal	Herança clássica e modernidade em O Progresso de Édipo de Natália Correia
28. Ricardo Duarte	Univ Nova de Lisboa, Portugal	idem
29. Nuno Martins	Câmara Municipal da Lagoa, Açores	Lusofonia, do velho ao novo mundo. Reflexão sobre a aplicabilidade da Teoria Realista e a do Soft Power
30. Osmarina de Souza	Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil	Dias de Melo
31. Raul Gaião	DICIONÁRIO HOUAISS Portugal	Asiaticismos no dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea
32. Rosa Madruga Pinheiro	Univ Sul de Sta Catarina Brasil	Ecos de uma publicação: Pioneiros Açorianos no Uruguai
33. Rosário Girão	Univ Minho, Braga, Portugal	Dias de Melo: silêncio, palavra e memória
34. Manuel J Silva	Univ. Minho, Braga, Portugal	idem
35. Sérgio Prosdócimo	Grupo Gira Teatro, Sta Catarina Brasil	A arte como instrumento de aproximação de povos distantes
36. Silmara Annunciatto	Sociedade dos Poetas Advogados, Sta Catarina Brasil	Inclusão cultural "Roda de Fogo" um exemplo do que é possível
37. Tiago Anacleto-Matias	Parlamento Europeu, Bruxelas Bélgica	Cenários possíveis na evolução da língua portuguesa nos serviços de tradução e interpretação da UE no sec. XXI
38. Vilca Merízio	Academia de Letras de Biguaçu, Sta Catarina, Brasil	A arte de Ferreira Pinto, Horácio Medeiros, Machado Pires e Fernando Aires
39. Zélia Borges	Univ Mackenzie, S. Paulo, Brasil	Dias de Melo e Caymmi: 2 autores e o mar

TEMAS ITEM 11

1. AÇORES: a insularidade, o isolamento e a preservação da língua portuguesa no mundo (tema permanente)
1.1. Acordo ortográfico. Sua implementação no arquipélago e nas restantes comunidades
1.2. Lusofonia: Questões e Raízes.
1.3. Literatura Açoriana no Mundo: autores insulares, expatriados e estrangeiros. Historial e perspetivas futuras
1.4. Estudos e Literatura Açoriana: propostas para a sua implantação
1.5. Açorianidade no mundo: guetos, comunidades transplantadas, comunidades integradas e comunidades desenraizada
2. ESTUDOS DE TRADUÇÃO
2.1. Tradução de/para literatura lusófona
2.2. Literatura Açoriana de Autores estrangeiros (sobre os Açores) (ex.º John e Henry Bullar "A Winter in the Azores and a Summer in the Baths of Furnas", John Updike "Azores", Mark Twain, "Innocents abroad" (capítulos sobre os Açores na ilha do Faial, Maria Orrico "Terra de Lídia", Romana Petri "O Baleeiro dos Montes", António Tabucchi "Mulher de Porto Pim")
3. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO
Dias de Melo e todos os autores açorianos, já esquecidos ou ainda não, como por exemplo entre muitos outros (lista arbitrariamente compilada): Adelaide Baptista, Frank X. Gaspar, Norberto Ávila, Álamo Oliveira, Garcia Monteiro, Nuno Costa Santos, Alexandre Borges, Gaspar Frutuoso (século XVI), Onésimo Teotónio de Almeida, Ângela Almeida, Ivo Machado, Pedro da Silveira, Antero de Quental (séc. XIX), João de Melo, Roberto de Mesquita (sécs. XIX e XX), Armando Côrtes-Rodrigues (séc. XX), Judite Jorge, Rui Machado, Carlos Wallenstein, Katherine Vaz, Santos Barros, Cristóvão de Aguiar, Luís Filipe Borges, Tiago Prenda Rodrigues, Daniel de Sá, Madalena Caixeiro, Urbano Bettencourt, Eduardo Bettencourt Pinto, Madalena Férin, Urbano de Mendonça Dias, Eduardo Jorge Brum, Margarida Jácome Correia, Vamberto de Freitas, Eduíno de Jesus, Maria Luísa Soares, Anthony de Sá, Emanuel Félix, Mário Cabral, Emanuel Jorge Botelho, Martins Garcia, Fernando Aires, Natália Correia, António Ferreira, Sacuntala de Miranda e todos os outros...

1. ***ANABELA BRITO (MIMOSO) ULHT UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA***

TEÓFILO BRAGA E A LITERATURA POPULAR

Teófilo Braga é um dos escritores açorianos que muito justamente prestigia a sua terra natal. Natural da ilha de S. Miguel (Ponta Delgada), onde nasceu em 24 de fevereiro de 1843, foi em Coimbra que estudou e se embrenhou no grupo denominado Geração de 70, que tinha como expoente máximo o seu conterrâneo Antero de Quental. Criador de uma vasta e multifacetada obra, repartida por vários temas - sociologia, antropologia, filosofia, política, literatura -, embora pouco ortodoxo e muito controverso, o seu papel na cultura finissecular não pode ser ignorado. Nesta comunicação, abordaremos, essencialmente a sua ação, quase pioneira, na recolha e no estudo da Literatura Tradicional.

1. Vida

Natural da ilha de S. Miguel, mais concretamente de Ponta Delgada, onde nasce em 24 de fevereiro de 1843, Joaquim Teófilo Braga é o sétimo filho do casamento de Joaquim Manuel Fernandes Braga, um antigo oficial miguelista, com Maria José da Câmara Albuquerque. Órfão de mãe aos três anos, vítima a partir dos cinco de uma cruel madrasta, o seu início de vida não foi nada fácil. Faz os estudos primários e secundários na capital da ilha micaelense. Parte para Coimbra em abril de 1861, onde se matriculará em Direito, curso que terminará em 1867.

Em Coimbra, cruzar-se-á com Antero de Quental, seu conterrâneo, figura emblemática da Geração de 70, à qual passa a pertencer. Haveria de dizer de Antero no "Escorso Biográfico" que dele traçou para a edição de *Raios de Extinta Luz*: «Foi nesse ano de 1865 que irrompeu a célebre *Questão Coimbrã*; eu é que o estimulei a sair à estacada, dando réplica às insídias de Castilho» (p. XVI). O seu envolvimento na Questão Coimbrã granjeia-lhe simpatias. É nesse contexto que escreverá o opúsculo *As Teocracias Literárias*.

Obtém o doutoramento em 1868 (ano do seu casamento). Depois de ter falhado o ingresso como professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito de Coimbra, só em 1872, num memorável concurso público, pode alcançar o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras, derrotando Manuel Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, apesar dos apoios de que gozavam estes seus opositores (aí ensinam também Consiglieri Pedroso e Adolfo Coelho).

O seu empenho sociocultural está bem patente na realização das festividades do Tricentenário de Camões, em que ele, juntamente com Ramalho Ortigão, José Falcão, Luciano Cordeiro, Consiglieri Pedroso, entre outros, participou, em 10 de junho de 1880. Mobilizando fortemente a população, foi de facto um acontecimento popular (foi o Ano das Festas ou as Festas de Camões), com a imprensa a explorar o tema e as editoras a darem a conhecer a obra camoniana. Camões foi assim "devolvido" ao povo e aproveitado para «a arrancada das massas na propaganda da República» (Rêgo; 1986: 158).

Politicamente, a defesa da causa republicana será, pois, o maior estandarte de Teófilo. Quando finalmente, em 1910, acontece a mudança do regime é chamado a ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa. Voltará à presidência entre maio e outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, seu opositor ideológico.

Para o fim, a sua vida volta a complicar-se. A perda dos dois filhos e da mulher foi um rude golpe que só o muito trabalho a que se dedicava haveria de suavizar. Em árduo labor haveria de continuar até que morre em Lisboa, na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes, em 28 de janeiro de 1924.

2. Obra

A sua extensa obra só foi possível realizar graças a esse perseverante estudo e ao recolhimento em que vivia na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes. Assim se explica a elaboração da sua extensa e variada bibliografia e da monumental *História da Literatura Portuguesa* onde traça a evolução da nossa literatura desde os tempos medievais até ao realismo. Apesar de tanto labor durante as comemorações camonianas, estas mereceram-lhe ainda a produção de *Parnaso de Luís de Camões* e *Bibliografia camoniana*.

As influências mais remotas são de Hegel, Herder e Grimm, apesar de ele não saber alemão. Obviamente que as suas leituras foram feitas pela mediação dos franceses, sobretudo Quinet e Michelet. Assim inspirado, parte em busca das origens da tradição: mitos, lendas, costumes, instituições, poesia e contos de transmissão oral. Deste interesse pela etnologia, pelo folclore e pela criatividade popular nasceram a *História da Poesia Popular Portuguesa*, o *Cancioneiro Popular coligido da tradição* e o *Romanceiro Geral coligido da tradição*, os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*; os *Contos Tradicionais do Povo Português* e os dois tomos da obra *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*.

Em Epopeias da Raça Mosárabe (1871), em A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça, (1894) e em O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições (1885) apresenta a sua ideia de identidade nacional (que ele atribui à raça moçárabe, de génio criador, resultado da fusão da população goda e da população árabe), influenciado, certamente, pelas ideias de Vico. É assim que o autor explica a importância da raça na arte:

> *Pela evocação da Raça penetra-se o sentir da fibra nacional e por o drama das lutas das instituições que se fundaram o vínculo das tradições, que foram gérmenes e impulsos da missão histórica e das criações artísticas que refletiram a consciência da coletividade (2008: 7).*

Embora Teófilo Braga seja geralmente considerado um espírito positivista, na fase inicial da evolução do seu pensamento foi um romântico. Daí o seu interesse pela cultura tradicional, desde a literatura à religião, à arte, às tradições e aos costumes, aliada a um grande patriotismo. De facto, não voltaria a abandonar esta linha de pensamento, mesmo depois da sua adesão ao positivismo. Obras como a *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); o *Romanceiro Geral* (1867-69) e os *Contos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869) são disso exemplo. Claro que a sua vasta obra não se limita a estes temas: abrange também a política, a filosofia, o direito, a história, mas quedar-nos-emos pela literatura e pela ideia de identidade nacional.

3. A Literatura Tradicional

3.1. Primórdios

À parte algumas incursões esporádicas de autores dos sécs. XVI, XVII e XVIII (Gonçalo Fernandes Trancoso, Frei Aleixo de Santo António, António Delicado, D. Francisco Manuel de Mello…) foi Garrett o pioneiro da publicação de uma obra de recolha da tradição oral (entre 1842 e 1851), fruto, obviamente, das ideias colhidas aquando da experiência do seu exílio, sobretudo em Inglaterra.

Tal como neste país, em que as primeiras coletâneas de literatura tradicional são de poesia (aliás, datadas ainda do séc. XVIII), mas, à revelia de outros países europeus, o medievalismo e o nacionalismo da primeira e da segunda gerações românticas e mesmo dos ultrarromânticos não se revelaram na busca do conto, mas sim na busca das várias manifestações da poesia.

No seu Romanceiro, Garrett vai mais longe que a simples recolha e inclui, além dos romances, comentários a cada um deles e uma introdução explicativa que constituiria o nosso primeiro estudo etnográfico. Esta introdução serve também de manifesto ao movimento literário que encabeça:

> *Pretendo suprir uma grande falta na nossa literatura com o trabalho que intentei nesta coleção. Não quero compor uma obra erudita (…).*
>
> *O meu ofício é outro: popularizar o estudo da nova literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, para dirigir a revolução literária que se gerou no País, mostrando aos novos engenhos que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar (…).*
>
> *O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros* (1997: 7 e 10).

Aí são citados autores como Grimm, Rodd, Depping, Müller, Mme. de Stäel e Sismondi que provam, se não um conhecimento profundo das suas obras, pelo menos um contacto com elas. Prova também que conhecia a classificação de Duran, embora, por opção, não a use.

Apesar de T.B. elogiar este trabalho pioneiro de Garrett (no seu Romanceiro geral, coligido da tradição; 1867: p. VII), reconhece, contudo, que não foi uma recolha completa, (o que Garrett também não reivindica), na medida em que Teófilo reconhece (com razão) que lhe falta o canto. *Ora, a Poesia e o Canto são inseparáveis: assim nasceram no sincretismo mental das raças, quer nas formas culturaes das religiões, quer nas rapsódias heroicas das narrativas épicas*» (1893:V). Até porque:

> *É verdadeiramente a música a alma d-a poesia popular; e tanto que no nascimento da poesia moderna da Europa, o Lyrismo trovadoresco, as novas fórmas metricas foram moldadas sobre toadas velhas un son veil et antic* (1893: V).

Garrett terá também sacrificado, segundo T. B., a verdade à elegância do verso. Na realidade,

> *a poesia do povo não é uma hábil curiosidade; como um facto profundo do espírito não deve ser estudada somente pelo seu lado artístico; é principalmente pelo seu lado psicológico que a sua rudeza e ingenuidade pitoresca tem valor* (ib.).

Paralelamente a Garrett, também Herculano não poderia ter ficado indiferente à importância da tradição. Mas a verdade é que Herculano não se interessaria muito pela poesia popular. Do seu exílio em Inglaterra, trouxera uma experiência diferente: ele seria tocado pelo romance histórico, por influência de W. Scott, no que teve muitos continuadores.

Contudo, não deixaria de publicar, no Panorama, alguns artigos sobre Crenças Populares Portuguesas que, obviamente, lhe interessavam como fontes para a sua historiografia. Porém, o espírito crítico de Herculano não haveria de agradar a T.B., que sobre ele comentara, neste passo do opúsculo *Theocracias Literárias. Relance sobre o estado atual da Letteratura portugueza*:

> *O sr. Alexandre Herculano emprehendeu a Historia de Portugal com este espírito severo da escola analysta de Guizot e Macauley; tinha de sacrificar, de nos expropriar, por assim dizer, a bem da verdade, das nossas lendas e tradições nacionaes, com que os nossos Herodotos haviam bordado a historia dos primeiros tempos.*

Tão pouco Castilho haveria de empreender uma verdadeira recuperação da tradição, pelo menos segundo o que T. comenta, ainda no mesmo texto:

> *Era preciso que outra mão fosse respigando na seara cortada, como Ruth. Só um poeta, com a sua vara magica, poderia fazer apparecer os thesouros da imaginação. O sr. Castilho votou-se á empreza. Mas como? Falto de imaginação lançou-se a romancear a capricho aquellas lendas que já estavam dramatisadas na ingenuidade da chronica pelos bons Froissarts. Assim falsificou-lhes o espirito, dando-se-nos como contemporaneo d'ellas. É uma atrocidade imperdoavel, tanto maior, quanto n'este tempo já tinha apparecido o livro monumental de Jacob Grimm sobre as Tradições allemãs, em que o moderno Du Cange, depois de haver consumido dez annos de vida n'esse trabalho, ensina como se restauram estas preciosidades. As grandes descobertas são para todos.*

Assim, não obstante o reconhecimento da importância da literatura tradicional, podemos dizer que, de uma maneira geral, o interesse que o Romantismo por ela manifestou se restringiu à afirmação de valores literários.

Caberia à Geração de 70 o trabalho pioneiro da recolha do conto popular, não do ponto de vista estritamente literário, mas do ponto de vista filológico, etnográfico e pedagógico.

Foi, pois, Teófilo um homem perfeitamente integrado no ideal da sua geração. Juntamente com Adolfo Coelho, seria pioneiro neste trabalho de recolha dos contos tradicionais. Aliás, aproximava-os o facto de ambos terem uma formação filológico histórica, muito embora a linha seguida por T.B., (e também por Consiglieri Pedroso e José Leite de Vasconcelos) tenha sido a do folclorismo europeu (tradições populares), enquanto A. C. (e também Rocha Peixoto) se interessara mais por aspetos e elementos materiais, tecnológicos e sociológicos da cultura (Oliveira: 1999; Prefácio: 25).

3.2. O papel de Teófilo Braga

T.B. também se viria a interessar pela poesia tradicional, na medida em que reconhecia que a «Poesia ainda tem um destino ligado às necessidades sociaes» (1877: VI), sem, contudo, deixar de lado a moderna, pois:

> *Assim como a Poesia antiga servia para perpectuar e dar sentido às vetustas tradições das raças, a poesia moderna, sem desprezar a tradição, é o órgão mais apto para manifestar as manifestações da consciência moderna. Neste uso está implícito o seu fim revolucionário (1877: VIII).*

Publicaria então o Parnaso portuguez moderno (1877) e o Cancioneiro de músicas populares: collecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por Cesar A. das Neves (1893). No Parnaso reconhecia que a falta de originalidade que ele atribuía à poesia portuguesa, se devia a que:

> *Na poesia portuguesa, como temos largamente provado pelos nossos trabalhos históricos, o escriptor esteve quase sempre separado do povo; raramente se soube inspirar na sua tradição e por isso a aspiração e o caracter nacional não foram servidos por uma litteratura bem distinta entre as outras litteraturas românicas* (1877: VIII).

Poucos autores escaparam a esta crítica:

> *Foi Gil Vicente o único que não desprezou o sentimento popular, decidindo-se abertamente por ele…. Enquanto o hendecassílabo novo se espraia nas éclogas enfadonhas do gosto siciliano, a redondilha popular salva-se com a facilidade chistosa de Gil Vicente. O povo ia elaborando a sua poesia marítima, inspirado pelo sentimento profundo da aventura, a que o próprio Camões, clássico do fundo da alma, não se eximiu… A História Trágico-marítima era o núcleo das narrações em prosa de onde havia de sair já feito o verso octossilábico, verso por assim dizer falado, da mesma sorte que das crónicas espanholas saía a maior parte e a mais célebre dos Romanceiros antigos* (1867: VI).

Ora, se tivermos em conta a seguinte afirmação de Garrett (incluída na Introdução já referida) contestando a poesia do classicismo, percebemos o quão próximo estavam os dois autores. Dizia Garrett:

> *Os nossos vizinhos de Castela nunca chegaram, no séc. XVI, à perfeição clássica da literatura portuguesa; mas por isso ficaram mais nacionais, mais originais; e por consequência, maior e mais perdurável e mais geral nome obtiveram e conservaram no mundo* (1997: 9).

A exceção a esta falta de visibilidade seria Camões, como notaria também T.B., mas este ultrapassou os outros por ser precisamente um poeta «tão português na alma» (1987: VI). Não admira que T. B. tenha ido mais longe que Garrett na sua reflexão sobre a literatura tradicional, na medida em que logrou aproveitar as experiências anteriores. Recuperando o sentir da primeira geração romântica, chegou à necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre literatura tradicional como «*descoberta e afirmação de identidade nacional*» (Cortez, 2001-2: 81) e, curiosamente, foi pelo estudo comparativo do folclore, dos temas da literatura oral que ele viria a enquadrar a Portugal no conjunto europeu:

> *As collecções de Cantos populares portugueses formam um valioso documento ethnológico, pelo qual se podem já estabelecer relações com os rudimentos primitivos das nacionalidades peninsulares, e coadjuvar a explicação do problema da unidade das tradições poéticas occidentaes evidentes nos paradigmas dos*

romances comuns a Portugal, Hespanha, França Meridional, Itália e Grécia Moderna (1893:V).

Aliás, este estudo comparativo alimentou-lhe a ideia de constituir uma unificação científica ibérica através do folclore, ideia muito ao gosto do iberismo finissecular. De resto, a sua vasta bibliografia inclui também correspondência e colaboração com folcloristas espanhóis, nomeadamente com Machado y Alvarez, que não dispensava a consulta ao amigo português em matéria de folclore do país vizinho. T.B. chegou mesmo a ser proposto, em 1883, para a Real Academia Espanhola por homens como Menéndez Pelayo; colaborou na revista El Folk-lore Andaluz (1882 e 1883) e de 1884 a 86 publicou trabalhos na Biblioteca de las tradiciones populares españolas (Baltanas; 2002: 26).

Os seus conhecimentos advinham-lhe da bibliografia europeia, sobretudo alemã e francesa. É conhecida a sua admiração pelos irmãos Grimm que muitas vezes cita para exaltar, sobretudo, o seu método de recolha do património, mas também pelo papel que desempenharam no movimento romântico e na "reforma da liberdade de consciência" na Alemanha (1987: 15, vol. I). Jacob e Wilhelm Grimm publicariam entre 1812 e 1814 as Kinder und Hausmarchen e lançariam a base para o surgir do interesse pelo estudo dos contos populares nos vários países europeus. Depois dos Grimm não faltaram coleções de recolhas de contos tradicionais, não só da Europa, mas também orientais e africanos, e estudos sobre eles, numa tentativa de esclarecer sobre a origem, a transmissão e persistência dessas formas.

Caberia ainda a Jacob Grimm o papel de converter a Novelística num capítulo essencial da Mitografia, como resultado das anotações à sua coleção de recolhas (1822). Aliás, não foram só as Kinder und Hausmärchen que seriam conhecidas e reverenciadas, mas também as Deutsche Sagen. Dado que Teófilo não conhecia a língua alemã é na tradução francesa de Frédéric Baudry (Contes choisis des Frères Grimm) e de L'Heritier (Les veillés allemandes) que vai tomar conhecimento da obra dos Grimm. Mas se não foi um conhecedor profundo destas obras, foi um dos seus maiores admiradores e tributários. De resto, a obra de Teófilo segue muito de perto a obra de Jacob Grimmm, que ele não se cansa de citar e de elogiar, levando mesmo a que Cortez afirmasse:

> *Não pretendo defender que a obra de Teófilo Braga seja apreciada como uma segunda edição da do famoso filólogo alemão, mas parece-me inegável que, na procura do seu caminho de pesquisa, o jovem investigador português se deixou cativar pelo exemplo de Jacob Grimmm e lhe tentou seguir as passadas* (2001-2: 82).

Via, no entanto, mais longe ao fazer equivaler Mitografia e Novelística, no que seria seguido por Consiglieri Pedroso (1910):

> *Mitografia ou Novelística é uma nova e importante ciência, que tem por objeto o estudo de todas as questões que se ligam com a origem, com a essência e com a transmissão dos contos populares* (1992: 32)

No geral, T.B. entendia o folclore (i.e., sabedoria do povo, termo que aparece pela primeira vez no jornal Athenaeum de Londres, em 1846, pela pena de Ambrose Merton, sobrescrito por Adolfo Coelho desde 1875, mas de que T.B. não gostava muito, preferindo o de demótica) como herança, sim, mas também como elemento de inovação. Lê-se no Prólogo que elaborou para o Cancionero popular galego de J. Pérez Ballesteros:

> *Toda e qualquer sociedade humana, como um perfeito organismo, subsiste pelos elementos estáticos da sua conservação e pelas modificações dinâmicas do seu progresso* (cit. por Baltanas; 2002: 27), *ideia esta também partilhada por Machado. Ora, aos elementos dinâmicos e estáticos do folclore deveremos juntar ainda uma dimensão sociopolítica, já que ele é motor da regeneração nacional, mas também uma dimensão psicológica já que ele se apresenta «como documento da psychologia popular»*.

3.3. Génese e transmissão da Literatura Tradicional

Para além de partilhar teorias aceites por outros pensadores, Teófilo também inova. Ao recuperar a ideia lançada pelos irmãos Grimm da origem mítica dos contos, base da "escola mitológica", hoje posta de parte, não o faz acriticamente (veja-se sobre o assunto *Le pouvoir des contes* de G. Jean). Recordemos este excerto da introdução aos seus *Contos*:

> *É certo que os contos têm relações com mythos primitivos, de que são a ultima transformação; porém esses mythos não estão suficientemente esclarecidos, d'onde resulta que a interpretação novellistica cada vez mais se confunde. Há raças que pela sua situação só desenvolveram mythos solares, e outras que exerceram a sua imaginação formando mythos sideraes; por aqui se vê quanto perigoso não será para o crítico o reduzir a interpretação dos contos a um systema unico* (19..-a: XVIII).

Muito embora contrariado por Adolfo Coelho que considerava conto e mito como dois produtos absolutamente díspares, é, no entanto, apoiado por C. Pedroso que haveria de precisar essa filiação, limitando-a aos contos de fadas:

> *O caráter desses contos é sem dúvida alguma mítico, ou quando a sua ação não se pode filiar diretamente no desdobramento de um mito, apresentam-se impregnados ainda assim de elementos mitológicos mais ou menos puros* (1992: 38).

Na verdade, o problema da origem dos contos é bem complexo, até porque se prende também com o da sua transmissão:

> *As analogias de contos asiáticos com outros que apparecem entre as populações negras de África obrigam à formação de hypotheses gratuitas sobre o modo de transmissão pelo contacto com os viajantes europeus. A investigação dos contos das raças da America veio complicar mais o problema, e tornar inefficaz a theoria dos mythos solares para a interpretação da Novellistica* (XIX).

Se é certo que era geralmente aceite que a transmissão de lendas e de contos se fizera a partir da Índia, a verdade é que:

> *a descoberta de contos tradicionaes na civilização do Egypto, e a origem semítica de muytas fabulas e mythos hellenicos, levam a reconhecer outros focos de irradiação. Por ultimo, a grande persistencia dos contos nas raças amarellas, tendência aproveitada pela revolução relligiosa do Buddhismo, e que ainda hoje se observa nas raças nómadas da Alta Asia, nos Kalmucos, nos Avaros, no elemento tártaro dos povos slavos, onde esta vivacidade é enorme, coadjuvam a fixar melhor o problema das origens ligando a investigação do sentido mythico ao exame da situação social representada nos contos*.

Para percebermos como se faz a transmissão dos mitos é preciso ter em conta duas variedades de contos:

> *um grande numero de contos persiste exclusivamente na transmissão oral do povo, que os transforma desde a primitiva conceção mythica até á simples aventura faceta ou á referencia vaga de qualquer adágio, e existe simultaneamente um outro grupo de Contos conservados por via da redação literária e escriptos com uma certa intencionalidade moral ou artística*. (19..-a: 5, vol. II)

Curiosa, mas compreensivelmente, em relação ao problema da origem dos contos, T. só pode documentar os que conheceram forma literária:

> *A universalidade dos Contos populares na tradição oral não se póde explicar historicamente; este processo compete aos Contos generalizados pela fórma litteraria, cuja transmissão se estabelece quasi de um modo chronologico e por documentos que subsistem (...) Provenientes de collecções litterarias, de que a mais antiga conhecida é o Pantchatantra, elles acompanham os accidentes da historia da civilização da Europa, implantando-se no Ocidente com as invasões dos Arabes, propagando-se com os últimos lampejos do hellenismo, sendo o assumpto de redação dos novos dialetos românicos e dos pregadores da edade media* (19..-a: 6, vol. II).

Depois,

> *Com as correntes cultas de outros elementos medievaes, como os trovadores da Provença, os jograes francezes e os menestréis bretãos, alargaram-se as fontes litterarias dos Contos, estabelecendo-se essa unanimidade de sentimento da Civilisação occidental* (19..-a: 6, vol. II).

Enriquecida pelo contacto com outros povos, mas também estropiada, mesclada com outros elementos, essa literatura chegou até nós e, porque coligida tardiamente (Portugal seria um dos últimos países europeus a fazer a

sua recolha), já em fase de dissolução, como defendia Adolfo Coelho ou, como preferia C. Pedroso, em fase de sincretismo.

3.4. Métodos utilizados

É através da obra *Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas,* que Teófilo nos esclarece sobre a forma como fez o levantamento dos contos aí inseridos. Para o efeito serviu-se da «influência pessoal de bons amigos» (VII), tendo o cuidado de alargar a recolha de contos orais «por todas as províncias» (VII). Nesta coletânea estão representados «os três mais puros veículos das tradições populares. Foram então as *crianças*, como na Ilha de S. Miguel: as *mulheres* e *velhas*, como em S. Jorge e no Algarve e os *homens* do povo, como nos contos do Minho» (IX) que lhe forneceram o material para a sua coleção.

Para a fixação destes contos, numa época em que não havia suportes áudio para gravação, o recurso ao registo escrito impunha-se. Ora, a melhor forma de os passar a escrito, entende ele, ser a que é feita por crianças «*verdadeiro ponto de transição entre a alma popular e a inteligência culta*» (VIII). Trabalho diligente que possibilita ao autor garantir:

> *para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade, diante desse protesto, em nome da probidade de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi, são estremes e genuinos* (1867: VII).

O seu sentido crítico e a sua erudição são responsáveis pelo uso e pela definição da nomenclatura utilizada: histórias, casos, contos, exemplos, lendas, patranhas, ditos e fábulas, que corriam então com a designação geral de contos da carochinha. Estas designações abrangem narrativas que contemplam três categorias: maravilhoso, anedótico e moral, à semelhança das narrativas tradicionais dos outros povos europeus, se bem que C. P. distinguisse ainda nos contos morais as fábulas, por nestas os heróis serem animais. A coleção foi então organizada, tendo em conta estas três categorias:

> *Sobre estes três typos Novellescos classificamos os complicados elementos da nossa collecção, separando os contos de evidente mythico por um lado, as facecias por outro, e destacando os Exemplos de thema tradicional e forma literária em que houve um manifesto intuito moral* (19..-a: XI).

Do rumo que estas narrativas tomaram, também o nosso autor nos dá conta:

> *Uma grande parte desta produção novellesca tomou sentidos especiais: as lendas tornaram-se agiológicas, os exemplos converteram-se em sermões parabólicos; as fabulas e novellas tornaram-se exclusivamente literárias; os ditos entraram na exploração das encyclopedianas, vindo por ultimo as narrativas tradicionaes a serem designadas por uma expressão geral mas caraterística (19..-a: XI*).

Ao seu profundo estudo não falta ainda uma revisão crítica da principal bibliografia produzida na Europa de então, com referências especiais às obras que foram marcos na análise da literatura tradicional na Europa de então. São estas, em síntese, as linhas gerais do seu pensamento em relação à cultura popular.

4. Conclusão:

Parece-nos, pois, evidente o papel decisivo que Teófilo Braga teve na recolha e estudo do nosso folclore. No entanto, Jacinto Prado Coelho não deixa de apontar-se-lhe alguns erros. Por exemplo, recorda que:

> *obsessão romântica pelo povo criador, a confusão romântica do belo com o espontâneo, levaram T.B. a diminuir a literatura culta e a não reconhecer a existência, entre nós, de uma literatura "verdadeiramente nacional"* (1978: 120, vol. I).

Obviamente que J. P. Coelho tem razão no que diz: para T. B., *imitação* «resume a síntese histórica da literatura portuguesa» (1987: 82). Mas esta situação só é atribuída à literatura até ao séc. XVIII, quando se seguia o que se fazia lá fora.

O séc. XIX, ao (re)descobrir a Idade Média, as origens das nacionalidades, ao virar-se para a cultura genuína viria abrir as portas ao nascimento de uma literatura "verdadeiramente" nacional. Não podemos escamotear o papel que

T.B. teve na cultura portuguesa da sua época. E J. P. Coelho reconhece-o ao admitir que, tal como Antero de Quental, ele foi um «apóstolo do espírito renovador, positivo, livre-pensador, de cunho social» (1978: 120, vol. I). Aliás, ele contribui mesmo para a divulgação do método positivo ao explicar, na *História do Romantismo em Portugal*, como se deve aplicar este método na história literária.

Partindo do princípio de que a primeira manifestação da literatura para crianças se consubstancia precisamente na literatura tradicional (que hoje volta a despertar a atenção de autores e editores), temos, pois em Teófilo um trabalho pioneiro como colecionador de contos, lendas, romances, canções. Mas ele não se limitou a coligir esses textos: teceu considerações várias, criticou, comentou, ordenou, o que faz dele o primeiro crítico deste tipo de literatura, um pioneiro da História da Literatura Tradicional, logo de Literatura infantil.

Mas se há autores que enfatizem mais a ação de Adolfo Coelho em prol da Literatura Tradicional e, logo, da Literatura Infantil, isso não é de estranhar, pois Adolfo Coelho foi um pedagogo, de resto, com um razoável número de obras sobre o ensino e pedagogia (*A Questão do Ensino*, *A Reforma do Curso Superior de Letras*, *O trabalho manual da escola Primária*, *Os Elementos tradicionais da educação*, *Para a história da instrução popular*, *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858*, *O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário*, *Alexandre Herculano e o Ensino Público, Cultura e Analfabetismo*, *Para a História de Instrução Popular*). Daí que ele tenha revelado uma preocupação sistemática com as relações entre Pedagogia ou Educação e Etnografia (nomeadamente o conto popular e o jogo).

Mas a verdade é que também T.B. não deixou de fazer a ligação da literatura tradicional com a literatura para crianças. Aliás, na esteira de Grimm, também ele haveria de conferir aos contos uma dupla dimensão: a etnográfica e a lúdica, conforme ele salienta:

> *os contos tradicionaes são immensamente sympaticos às creanças e já Platão os considerava como um excellente meio de educação (…) Este emprego foi sempre seguido nas escolas greco-romanas, como se vê pela transmissão de fábulas esopicas, adptando-as os pregadores da edade media nos sermões com Exemplos e ainda M.me De Beaumont o generalisou no fim do século XVIII* (19..-a: XII).

Contudo, reconhece que

> *O intuito pedagógico desnaturou o conto com o exclusivo fim moral; perdeu-se a intuição da belleza tradicional, da singeleza popular, e a poesia espontânea do passado achou-se substituída pela invenção pedante dos mestres.*
>
> *Só depois da renovação da Pedagogia como sciência applicada da Psychologia, é que os contos Tradicionais e os jogos infantis foram considerados como elementos de educação, aproveitando antes de tudo as primeiras curiosidades de espírito e a coordenação de movimentos. Visámos também este fim [pedagógico], velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa coleção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil* (19..-a: XII-XIII).

E não deixa de ter toda a razão. No entanto, ele próprio confessa que, embora de outra maneira, a sua obra também não se encontra isenta de um mal semelhante:

> *Visamos também a este fim, velando a nudez de algumas narrativas, ou deixando fora da nossa collecção contos cujas situações perturbariam a ingenuidade infantil. Para pôr mão sobre este problema pedagógico é preciso uma grande pureza de alma, sem os rancores das mediocridades auctoritarias, que pensam mais em impor-se do que em ser úteis* (XIII),

o que é a prova de que a sua coleção se destinava também às crianças.

Outra crítica que se lhe costuma apontar é que não foi ele o primeiro a fazer a publicação e o estudo dos contos. Ora, a verdade é que se foi A.C. o primeiro a publicar uma coletânea de contos tradicionais (1879), não foi o primeiro, como ele próprio reconhece, a fazer a publicação de contos tradicionais, pois T. B. já tinha publicado em 1870 nos seus *Estudos da Idade Média* três desses contos: *As três cidras do amor*, *O aprendiz do mago* e *A cacheirinha.*

É evidente que mais do que saber quem foi o primeiro, importa salientar o seu extraordinário papel em prol da defesa dos valores culturais do nosso

povo, contribuindo largamente para o melhor conhecimento e divulgação, para o engrandecimento e fortificação da literatura nacional e para o reconhecimento da sua identidade. Foi um daqueles militantes republicanos que não se limitaram a ter um programa cultural: mostraram como fazer e fizeram-no.

É verdade que os seus métodos nem sempre foram ortodoxos e foi, por vezes, muito controverso, como na polémica em que se envolveu (ou foi envolvido) com Delfim Guimarães a propósito da autoria da écloga *Crisfal* (de que resultaria a publicação, em 1909 da obra de Delfim Guimarães: *Theophilo Braga e a lenda do Crisfal* e onde foi muito maltratado por este autor, algumas das vezes, injustamente. Mas não nos podemos esquecer de que os seus *Contos* conservam as vozes das palavras e das expressões mais genuínas e mais saborosas do povo português.

5. Referências Bibliográficas:

BRAGA, Teófilo (1865). As Theocracias Litterarias. Relance sobre o Estado actual da Literatura Portuguesa. Lisboa: Typographia Universal.

BRAGA, Teófilo (1877), *Parnaso portuguez moderno.* Lisboa: Francisco Arthur da Silva.

BRAGA, Teófilo (1893). *Cancioneiro de musicas populares: collecção recolhida e escrupulosamente trasladada para canto e piano por Cesar A. das Neves / coord. a parte poetica por Gualdino de Campos;* prefaciado pelo Exmo Sr. Dr. Teophilo Braga. - Porto: Typ. Occidental.

BRAGA, Teófilo (19--a). *Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas.* Porto: Livr. Universal.

BRAGA, Teófilo (1987). *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 vols.

BRAGA, Teófilo (2008). *Viriato*. Lisboa: QuidNovi.

COELHO, Adolfo (1999). *Contos Populares Portugueses* (Pref. Ernesto Veiga de Oliveira) Lisboa: D. Quixote.

COELHO, J. P (1978). Teófilo Braga, *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.

CORTEZ, M. Teresa (2001/2). Teófilo Braga e Adolfo Coelho – duas posições face aos Irmãos Grimm e à coleção *Kinder und Hausmärchen*. *Elo,* nº 7-8.

GARRETT, Almeida (1997). *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.

JEAN, Georges (1990). *Le pouvoir des contes.* Paris: Casterman.

OLIVEIRA, Ernesto (1999). Prefácio a Coelho, A. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

PEDROSO, Consiglieri (1992). *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Vega.

QUENTAL, Antero de, (1892) *Raios de extincta luz*: poesias ineditas (1859-1863) com outras pela primeira vez colligidas/Anthero de Quental; precedidas de um escorso biographico por Teophilo Braga. - Lisboa: M. Gomes.

RÊGO, Raúl (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores vol. I.

2. *ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

A GALIZA NA LUSOFONIA: REFLEXÕES SOBRE A ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA,

1.- A Galiza no "Reino de España" e na Lusofonia: Contexto sociopolítico.
2.- O Galego e o Português na Galiza e na Lusofonia: Os nomes e a realidade linguística e social.
3.- A Academia Galega da Língua Portuguesa: Agente superador da "deriva" atual do Galego ("también oficial") para o castelhano (nacional e "oficial" do "Reino de España").
3.1.- A denominação "língua portuguesa": Controvérsias
3.2.- O ato inaugural de 6 de outubro de 2008: Instituições e pessoas que participaram.
3.3.- Atividades em processo: Boletim e Comissões.
4.- Conclusões...abertas ao futuro imediato e menos imediato.

0.- Advertência:

Devo, antes de mais, advertir que as que seguem são apenas reflexões meditadas, mas não documentadas (cá) sobre a situação da Galiza no seio da Lusofonia, mas perspetivada desde o facto de a **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** [AGLP] existir oficiosa e publicamente o 6 de outubro de 2008.

Não reparo na organização interna da AGLP nem no estado atual, ainda em progressão.

Simplesmente considero que é entidade (ou instituição) privada na «Comunidad Autónoma de Galicia» [CAG] com objetivos e atividades que ultrapassam essa condição, mas decisivos no que atinge às relações da Comunidade lusófona galega com os países — estados — da Lusofonia, nomeadamente com Portugal e com o Brasil.

1.- A Galiza no "Reino de España" e na Lusofonia: Contexto sociopolítico.

Não é fácil nem singelo, nem sequer para os súbditos do «Reino de España» [RdE], entender o acontece na Galiza, quer na CAG, quer entre os ainda galego-utentes na «Comunidad de Castilla y León» e no «Principado de Asturias».

Reconheço que, depois de viver anos e anos na Galiza, vou compreendendo bastante do que se passa no RdE relativamente, em particular, à Galiza lusófona. Ao caso aponto uns factos, a meu ver, fulcrais:

A) O RdE é estado, como noutras ocasiões tenho dito, reacionariamente moderno.

Com efeito, é resultado, por agora, de três restaurações da Casa dos Bourbões: A primeira (1815) repôs o absolutismo, depois do reinado de José I Bonaparte (1808-1814); a segunda (1875) suprimiu, mercê de um golpe militar, a I República (1873-1874); a terceira, trás eliminar sanguinariamente (1936-39) a II República, foi preparada pela ditadura do general Franco (1936-1975) e nela estamos agora os súbditos do RdE, sob o chefe do estado que Franco nomeou e impôs.

B) O projeto e processo nacional / ista do RdE é reacionariamente jacobino.

Explico-me: Os dirigentes não apresentam a eliminação de «las demás lenguas españolas» (procurada) como eliminação da «féodalité» e a imposição maciça de castelhano, como expansão da língua da «liberté», segundo fizeram os revolucionários franceses, mormente o abade Grégoire no seu relatório (1794). Antes o castelhano vem a sem o símbolo de uma uniformidade plana e vazia.

C) Por consequência, da parte espanhola, o Galego, quer dizer, o Português da Galiza ou Português galego acha-se não só desprotegido desde princípios do séc. XIX, depois de longo silêncio a que uns e outros submeteram os seus utentes, mas abertamente atacado, como evidenciam as declarações e atuações dos dirigentes do PP, paradoxalmente presidido por um nado na Galiza, mas nunca utente de Galego, que acovilham entidades e partidos decididamente contrários a existência da Galiza em Galego (já não digo lusófona).

D). Por outro lado, ao contrário do proceder do RdE, no seio da Hispanofonia, em prol da sua língua nacional, a Lusofonia ainda está a articular-se em grau ainda deficiente, de modo que, por uns motivos e por outros, o Galego, o Português da Galiza, se acha, por esse lado também, isolado no território da CAG e não confortado pelos países lusófonos.

2.- O Galego e o Português na Galiza e na Lusofonia: Os nomes e a realidade linguística e social.

De uma armadilha, "filológica", se servem os "notables" do RdE, desde as suas instituições, para isolarem (e de passagem abafarem) a Comunidade Lusófona da Galiza: É usurpação interesseira da "cousa" pelo "nome".

Vejamos:

> *Nos textos legais do RdE, para se referir à língua da Galiza, nunca se utiliza a denominação **PORTUGUÊS**, mas **GALEGO**.*
>
> *Daí os "filólogos", junto dos "políticos, argumentam: Se a "cousa-língua" recebe o nome de **GALEGO** e não de **PORTUGUÊS**, é pelo "facto" de a galega ser língua diferente da portuguesa.*
>
> *A seguir concluem (escolásticos mais velhacos do que matreiros): portanto, não só é ilícito confundir **GALEGO** e **PORTUGUÊS**, mas sobretudo é ilegal. E, como ilegal, mesmo deve ser punível.*

De facto, já bastantes cidadãos, funcionários mormente, foram punidos por susterem que as falas galegas podem e devem ser cobertas pela ortografia portuguesa. Permita-se-me insistir:

> *Não me parece grave que os políticos, afeitos a serem matreiros e velhacos quando lhes convém, utilizem essa "arguta argumentação".*
>
> *O que estimo sumamente grave é que professores sisudos e universitários revistam de roupagens pseudocientíficas tamanha falsidade, que danaria qualquer intelecto normal.*
>
> *Sabe-se que uma mesma "cousa" pode receber nomes diferentes, segundo a perspetiva com que seja observada. A «lengua nacional» do RdE tem o nome constitucional (art. 3.1) de "castellano", enquanto as «academias» dessa «lengua», a começar pela «Real Academia Española» persistem em a denominar "español" ou "lengua española".*
>
> *Seja como for, em honra da verdade, concederia alguma razão aos "filólogos" na CAG, funcionários do RdE, se, ao diferençarem entre **GALEGO** e **PORTUGUÊS**, aplicassem a mesma lógica "separatista" aos idiomas do "castellano" ou "español".*

Com efeito, decerto as falas galegas se acham, em grau diverso, contaminadas pela pressão da «lengua nacional» do RdE, que as distingue, na pronúncia e nalgum léxico, do Português comum. Se, ao ver dos professores

funcionários do RdE, essas diferenças justificam a existência de uma «lingua galega» diversa e divergente da portuguesa, deveriam também reclamar, por honradez intelectual, a existência de diversas e divergentes «lenguas» relativamente à castelhana comum. Mas não o fazem. Antes, baseiam a unidade e unicidade da «lengua castellana», que eles insistem em denominar «española», na unidade gráfica, como explicitamente sentençam as «Academias de la Lengua Española» no prólogo da última edição (1999) da «Ortografía». É o discurso dominante (e politicamente correto) entre os professores funcionários do RdE e, em geral, da Hispanofonia. Por exemplo, a professora da Universidade de Sevilha, Eva Bravo, no seu *El español internacional* (Arco/Libros, 2008, p. 17) reitera essa conceção:

> *[...]. Afortunadamente, hay* ***uniformidad gráfica*** *en el mundo hispanohablante, que de manera indiscutible facilita la internacionalización en el nivel escrito y* ***da cohesión formal a la lengua por encima de las variedades de pronunciación****.* (o negrito e itálico são meus)

Quando os "filólogos" funcionários do RdE "normativizaram" o "galego", argalharam uma grafia propositadamente divergente da portuguesa comum. Aduzem para assim proceder o facto de a pronúncia galega ser diversa da portuguesa. Deveriam dizer em plural, «pronúncias» a respeito tanto do "galego" quanto do **PORTUGUÊS**. Na realidade, quando as comparam, não o fazem entre pronúncias homologáveis, mas opõem as pronúncias populares galegas à culta portuguesa, em particular à lisboeta.

> *(Vale lembrar que, desde que foi banido da produção escrita, 1521 circa, no* ***GALEGO*** *não existe pronúncia que possa estimar-se culta. Em regra, os cidadãos da Galiza que pretendiam — e pretendem — "falar culto", fazem-no em castelhano, enquanto para se exprimirem em Galego, procuram ruralizar a expressão para "falar como o Povo".)*

Mas voltemos ao proceder "normativizador" dos "filólogos" funcionários do RdE na CAG: Não inventaram uma "ortografia" *ad hoc*, própria do Galego, em correspondência com as falas. Antes adaptam o "Alfabeto Fonético Nacional" do "español-castellano", até ao ponto de pregoar que a letra Ñ, símbolo da "Hispanidad", é letra galega por excelência. Confirmo o acima exposto com umas afirmações do atual Catedrático de Galego na Universidade de Santiago de Compostela [USC], lá por volta de 1981:

> *Cando se tratou de normativiza-la lingua e a ACADEMIA GALEGA e o INSTITUTO DA LINGUA GALEGA da UNIVERSIDADE [USC] chegaron a unha normativa case común, a uns cantos aficionados ocurréuselles presentar unha normativa lusista, ou reintegracionista, como se di pra disimular, querendo achega-lo galego ó portugués na grafía, na morfosintaxe e no léxico, porque resulta que utilizá-lo galego vivo é escribir baixo a presión do castelán e hai que recupera-lo que nunca existiu. Así chégase a dúas posturas totalmente contrarias, porque unha exclúe á outra e non hai posibilidade de entendemento.*
>
> *Estes galegoaprendices en moitos casos fixéronlle un fraco favor ó galego e contribuíron a que a xente se indispuxese aínda máis contra a nosa lingua. Sabido é que nas aldeas falan o galego coa conciencia de que o falan mal. Se por enriba lle imos [dizendo] de que o verdadeiro galego é alleo e con lusismos, aínda se convencen máis eles. O que debemos facer é facilitarlles todo o labor de aprendizaxe do propio idioma e pra eso cómpre ter en conta o que deprenden na clase de castelán. O galego e o castelán teñen hoxe unhas características moi semellantes, cousa que non sucede entre o galego e o portugués falado, e mesmo escrito*. («Unhas cantas reflexións sobre o galego», artigo publicado em *El Ideal Gallego*, Crunha, 18/10/1981.

Reproduzo estes parágrafos em *Que galego na escola?*, Eds. do Castro, 1984, na nota a rodapé 12, p. 81):

> *(Apesar do que ousem afirmar "filólogos" funcionários do RdE, como o citado, hoje ainda as falas galegas se acham mais próximas do* ***PORTUGUÊS*** *comum do que do castellano "normativo".)*

Perante tanta fraqueza racional e gordura ideológica, alguns "filólogos" da mesma escola compostelana tentaram basear a autonomia do Galego, diverso do Português, no facto de aquele ser língua por elaboração diversa a levada adiante neste.

Contudo, deixam de lado justificar as razões por que eles elaboram um "galego" afastado do português, talvez porque, em definitivo, teriam de

confessar a sua arbitrariedade para assim proceder. Deveras incorrem num perverso círculo vicioso. Ei-lo, resumido:

> *«Elaboramos um "galego" diferente do Português para "provar" que o "galego" é diferente do Português.»*

Em qualquer hipótese, o que sim acontece é que os governantes utilizam essa "normativización" do "galego" para efetivarem o projeto-e-processo nacionalizador do RdE, porquanto assim logram que o "galego" seja cada vez mais parecido com o castelhano.

É nos âmbitos do ensino, mormente não universitário, e através dos média que esses governantes incutem nas consciências dos galegos tal doutrina nacional/ista espanholizante.

Os efeitos perversos estão mais cada vez a estender-se: Os cidadãos entendem que tal "galego" sobeja, que é supérfluo perante a eficácia provada do castelhano.

3.- A Academia Galega da Língua Portuguesa: Agente superador da "deriva" atual do Galego ("también oficial") para o castelhano (nacional e "oficial" do RdE)

Face ou contra o processo assinalado, desde a "Transición democrática" (1977) vinham lutando pessoas organizadas em grupos; entre outras, as **Irmandades da Fala da Galiza e Portugal**, a **Associação de Amizade Galiza-Portugal**, o **Movimento Defesa da Língua**, a **Associaçom Galega da Língua**, a **Associação Sociopedagógica Galaico-Portuguesa**.

Todas adotam a conceção reintegracionista da Galeguidade. Há outras "asociacións" que procuram a conservação e "normalización" do Galego, como a **Mesa pola Normalización Linguística**. Umas e outras publicam revistas, livros, realizam reuniões e conferências de diverso tipo pela Galiza adiante.

Não obstante, não conseguiram levantar o isolamento a que a Galiza está submetida pelo RdE a respeito da Lusofonia.

Só em 1986 e em 1990, com ocasião dos *Acordos Ortográficos* e mercê das gestões de pessoas, como o saudoso Prof. Guerra da Cal e o advogado José Luís Fontela, alguns galegos estiveram presentes, como observadores, nas reuniões do Rio e de Lisboa. Dessarte, a Galiza ultrapassou as fronteiras do RdE e provou que faz parte da **Lusofonia**. Mercê de aquela participação foi possível que onze galegos, das organizações culturais e sociais anteditas, estivessem presentes na reunião preparatória da ratificação do *Acordo de 1990* realizada na Assembleia da República, em Lisboa (7 de abril de 2008).

Foi também naquela data que esses e outros galegos decidiram pôr em andamento a **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** [AGLP], de que, havia tempo, uns e outros vinham falando. No **COLÓQUIO DA LUSOFONIA** de 2006, em Bragança, José Martinho Montero Santalha, atual presidente da AGLP, propôs a sua necessidade e mesmo urgência.

3.1. A denominação "língua portuguesa": Controvérsias

Um dos assuntos em discussão foi o nome. Afeitos a denominar as falas e idioma da Galiza pelo nome Galego, houve e há reticências para adotar o nome Língua Portuguesa.

Entendem os contrários que é denominação estrangeirizante, imprópria do Galego e inaplicável às falas galegas. Na realidade estão a aceitar, inconscientemente na maioria dos casos, a pressão do "oficialismo español", que utiliza em exclusivo o nome Galego. Felizmente bastantes pessoas vão entendendo não só a propriedade do nome, mas sobretudo a sua pertinência e eficácia administrativa.

De facto, a denominação **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** foi registada, sem graves dificuldades, no RdE e na República Portuguesa. Igualmente a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PRÓ AGLP** ficou registada na CAG, também sem dificuldade.

É no seio dessa Associação que se acha, por agora, a AGLP. Foi por prudência "política" que assim a ordenamos, porquanto tememos, dados alguns precedentes conhecidos, que não seria registada no RdE como entidade juridicamente independente. O pretexto seria que entra em colusão com a **REAL ACADEMIA GALEGA**, existente desde 1906, inicialmente "reintegracionista", mas cedo desviada dessa orientação.

3.2. O ato inaugural de 6 de outubro de 2008: Instituições e pessoas que participaram

Na rede (http://www.youtube.com/watch?v=Yf74yWreQNs) existe informação sobre o ato inaugural. Para além, foi editado um DVD que recolhe completo o ato.

Por isso cinjo-me a esta breve reflexão. Na intenção dos seus promotores, a AGLP não deve nem se sobrepor aos grupos cívicos e culturais existentes na Galiza com vistos à normalização da sociedade em Galego, nem menos ainda as tornar supérfluas. O labor fundamental da AGLP abrange dous aspetos:

a) no interior da Galiza, pode coordenar as atividades de todos os grupos galeguizadores fornecendo-lhes sentido de universalidade, porquanto lhes oferece o Português, também língua galega, como instrumento e símbolo de comunicação entre os cidadãos da Galiza. E não só.

b) porque outro aspeto, capital, justamente se dirige a abrir a Galiza ao mundo lusófono.

Ambos os aspetos ficaram patentes no ato inaugural e sobretudo nas palestras dos diferentes oradores que nele intervieram. A presença e palavras do Prof. Artur Anselmo, da **ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**, e do Prof. Evanildo Bechara, da **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**, outorgaram à AGLP nascente a condição e dignidade lusófona. Esta foi confirmada pela presença e palavras dos Prof.[es] Carlos Reis e Malaca Casteleiro, da República portuguesa.

O escritor João Craveirinha, pela parte da Lusofonia africana, coroou as intervenções dos professores citados.

Nalguma medida, o governo galego, representado pelo Sr. Pérez-Lema, da Vice-Presidência da "Xunta de Galicia", e, por ele, o RdE (ao menos oficiosamente), também reconheceu, junto da condição e dignidade lusófona da AGLP, a pertença da Comunidade "galegófona" à Lusofonia.

Pelo menos, assim o entendo e interpreto eu.

3.3. Atividades em processo: Boletim e Comissões

Acabo com uma breve relação das atividades em desenvolvimento:

a) A publicação do primeiro volume do Boletim da AGLP, distribuído no ato inaugural. Está quase preparado o segundo volume, que possivelmente seja dado a lume em maio ou junho próximos.

b) A publicação do DVD acima apontado, assim como a colocação na rede de um muito estudado resumo das intervenções no ato inaugural.

c) A elaboração do Vocabulário galego pela ***COMISSÃO DE LEXICOGRAFIA*** *para ser incluído no Vocabulário comum. Está quase acabada quando redijo esta comunicação. Seguirá a elaboração do Dicionário galego, igualmente com vistos a ser incluído no Dicionário comum.*

d) Os trabalhos da Comissão de Planeamento.

e) A conseguinte preparação e publicação de uma Coleção de Clássicos Galegos, versionados na escrita comum.

f) A preparação de um Arquivo Geral de textos, a ser instalado na rede, pela parte da Comissão de Informática.

4.- Conclusões...

...abertas ao futuro imediato e menos imediato…

As conclusões, por agora, podem ser encerradas em duas:

1.ª há muito a fazer.

2.ª há entusiasmo para levar adiante o que cumpre fazer.

3. AUGUSTO DE ABREU, ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES, STA. CATARINA, BRASIL

A HERANÇA LUSO-AÇORIANA EM SANTA CATARINA.

0.0 Herança

Vieram do Atlântico Norte,
de um lugar distante,
de um arquipélago chamado Açores.

Vieram crianças, homens, mulheres
e trouxeram além de saudades
um desejo enorme
de encontrar um lugar
para ser sua segunda pátria
um lugar onde pudessem ser felizes.

Encontraram um lugar
chamado Desterro, hoje, Florianópolis.
Trouxeram lá de Açores
sua cultura, sua culinária,
suas danças, suas crenças, seu folclore.

Vieram do Atlântico Norte
e esse mar
que separa Florianópolis de Açores
é o mesmo mar
que une esses dois lugares.
Distantes e ao mesmo tempo
tão próximas
quase que juntas.

Florianópolis e Açores
dois povos, dois irmãos
do mesmo pai: Portugal.

Da mesma forma que os Açores foram descobertos pelos portugueses a partir de 1432 até 1452, o Brasil foi também descoberto pelos portugueses (1500). Dizer que a cultura trazida pelos açorianos seja genuinamente açoriana é um equívoco. Assim sendo mostrarei em meu trabalho, que mesmo sendo trazidas pelos açorianos e madeirenses o folclore catarinense está impregnado da cultura luso-açoriana.

A colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses, vindos dos arquipélagos de Madeira e Açores - até 1756, desembarcaram 6.000 imigrantes no porto de Desterro. Por volta de 1500 açorianos foram para as terras do rio Grande do Sul. A partir daí a povoação cresceu e muitos são os traços que marcam o folclore catarinense, ainda hoje.

Mostrarei ao longo de minha apresentação a herança herdada pelos primeiros açorianos que desembarcaram em terras catarinenses. As festas religiosas, o pão-por-deus, as danças, as cantorias, as lendas, o boi-de-mamão, as rendas, a cerâmica, enfim, tudo o que os açorianos levaram para Santa Catarina e que até hoje mantemos. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança, com trabalho árduo e seu jeito simples. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade.

1. INTRODUÇÃO

Os Açores e o Brasil têm muito em comum. Ambos foram descobertos pelos portugueses. O descobrimento do Arquipélago dos Açores iniciou-se a partir de 1432, com o descobrimento da Ilha de Santa Maria pelo navegador Gonçalo Velho Cabral e as duas últimas ilhas a serem descobertas foram as Ilhas compreendidas no grupo Ocidental do Arquipélago: Flores e Corvo, por volta de 1452 por Diogo de Teive e João de Teive (pai e filho).

A colonização açoriana, pelos portugueses, iniciou-se a partir de 1439 por pessoas oriundas do de províncias continentais do Milho, em um primeiro momento, e posteriormente por pessoas vindas dos Algarves e Alentejo.

Nos séculos posteriores os Açores foram colonizados por povos de outras regiões da Europa, sobretudo do norte da França e dos Flandres. Santa Catarina começou a ser, efetivamente, colonizada a partir de 1738 pelos açorianos.

> *"A Ilha de Santa Catarina e o arquipélago dos Açores tiveram funções estratégicas muito semelhantes. A Ilha, ao sul, apoiando a ocupação do Paraguai, Buenos Aires, Colônia do sacramento e até a passagem para o oceano Pacífico, através do Estreito de Guimarães, enquanto os Açores, ao norte, asseguravam proteção às milionárias rotas do Indico. "* (Caruso, 2007, 57)

2. A IDA DE AÇORIANOS E MADEIRENSES PARA DESTERRO

A ocupação do Brasil meridional iniciou-se com Resolução Régia do Rei D. João V que determinava o processo de inscrição de casais Açorianos que deveriam embarcar para o Brasil Meridional. Decididos a fugir do sistema feudal, que vigorava nos Açores naquela época, fizeram com que aproximadamente 6000 açorianos buscassem um pedaço de terra em seu nome onde trabalhar e sustentar sua família, libertando-se, desta maneira da opressão feudal, mesmo que para isso tivessem que ir para um lugar que nem conheciam.

Durante os anos de 1748 a 1756, dos 6000 açorianos vindos para o sul do Brasil, mais de 4.500 fixaram residência no litoral do Estado de Santa Catarina e, aproximadamente, 1500 açorianos migraram para o Rio Grande do Sul. A vinda desses açorianos teve a intenção de efetivar a ocupação do litoral do sul do Brasil. Em consequência da fixação dos açorianos vindos da Terceira, Pico, São Jorge, Faial e Graciosa raízes culturais profundas foram fixadas e até hoje constituem a essência cultural litorânea.

As primeiras freguesias foram fundadas: Ribeirão da Ilha, em 1749; Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, em 1750, e Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, em 1752. Os imigrantes açorianos plantaram na cultura brasileira especialmente no litoral de Santa Catarina, incluindo Florianópolis, atravessou séculos e continua rendendo bons frutos, influenciando ainda hoje no cenário cultural da região.

No dia a dia da capital catarinense é possível encontrar viva a tradição do artesanato açoriano e se faz apreciar nas rendas de bilro, nas festas e folguedos, na religiosidade, na literatura, nas lendas, as cantigas ainda podem ser notadas e apreciadas por todos que visitam Florianópolis. Pereira (2003, 50) diz: "*Quando em 1432, se dera o início ao povoamento do arquipélago dos Açores, os primeiros a lá se fixarem foram os portugueses continentais, especialmente os lusitanos, os minhotos e os algarvios*." Por esta razão é que confirmo que a tradição levada para o sul do Brasil é sim uma cultura luso-açoriana, pois mesmo sendo levadas pelos açorianos elas tiveram origem, muitas vezes, no continente europeu. Muitas ainda são as heranças deixadas pelos açorianos, que permanecem vivas no estado de Santa Catarina.

Para não me alongar, discorrerei sobre alguns aspectos como danças, folguedos, artesanato, festas religiosas e o trabalho na terra. Mesmo assim comentarei brevemente sobre cada um desses aspectos, pois penso que cada um deles mereceria uma publicação específica.

3. DANÇAS

Muitas foram as danças trazidas pelos açorianos entre elas estão a ratoeira, o sarrabalho, a chamarrita, o pau-de-fita, o fandango, a quadrilha. Algumas delas foram esquecidas com o passar do tempo, contudo, outras ainda permanecem vivas. Trataremos de duas: o **pau-de-fita** e a **ratoeira**.

3.1. PAU DE FITA

A Dança do pau de fita, no folclore catarinense, é apresentada por vários grupos, cuja formação étnica é responsável pela diversificação da nossa cultura popular. De origem portuguesa, encontramos associada à Dança dos Arcos de Flores e a Jardineira. É uma apresentação das mais lindas do nosso folclore, em grupos pares, de oito a doze, por damas e cavalheiros que ao som da música, dançam e cantam em torno de um mastro que traz na ponta superior um passarinho empalhado, de onde saem fitas de várias cores. Ao compasso da apresentação as fitas vão sendo trançadas e depois destrançadas, dando ao espectador um belíssimo visual. Esta dança tem variações de região para região. Também, dependendo do cantador, poderá inventar quadras, mas que deverá ser cantada dentro do ritmo. Vejamos um exemplo cantado no Ribeirão da Ilha, um dos locais que mais se preserva esta dança.

Amor quando nasce
Parece uma flor
É tão delicado
Tão cheiro de amor
Seria tão bom
Que ele fosse uma flor
Sem ter espinho
Da dor

Depois que tudo
E sonho ao luar
Começam os desencantos
O amor passa a existir
Só na voz do nosso canto

3.2. RATOEIRA

Esta brincadeira era uma dança em que a menina mostra sua alegria e simpatia ao seu bem-amado ou vice-versa. Os pares formam um círculo com movimentos, ora para a esquerda, ora para a direita e um casal fica dentro do círculo para recitar um verso. A Ratoeira é um jogo, uma armadilha. Quem errar, nas réplicas e tréplicas recebe sanções ridicularizantes.

Segundo Coutinho (2002, 100) "*A ratoeira, que no passado, contou com a participação masculina, hoje é uma dança característica de mulheres, onde expressam saudade, tristeza, alegria, benquerer, insinuações de namoro, desaforo e outros.* " As trovas da ratoeira estão repletas de instrumentos culturais comuns entre Açores e Santa Catarina, como por exemplo, a malva, o manjericão, as rendas, a ilha, o mar entre outros. Vejamos um trecho de uma ratoeira:

Eu entrei na ratoeira
Mas não foi para catar
Quem meu coração queria
Na ratoeira não está

Meu galho de malva,
Meu manjericão
Dá três pancadinhas
No meu coração (estribilho)

Ratoeira bem cantada
Faz chorar faz padecer
Também faz um triste amante
Do seu amor esquecer

Meu galho de malva,
Meu manjericão
Dá três pancadinhas
No meu coração

Oh! Que praia tão comprida
Tão custosa de andar
Oh! Que olhos de menino
Tão custosos de amar

Meu galho de malva,
Meu manjericão
Dá três pancadinhas
No meu coração

4.FOLGUEDOS

Os folguedos são manifestações do folclore que são definidas por coreografias espontâneas e que refletem na improvisação e criatividade doe um povo. Por ter coreografias que não exigem muita disciplina há grande aceitação do povo. Entre muitas citarei: O Terno de Reis, o Boi-de-mamão e a farra do boi, ainda presentes no litoral catarinense.

4.1. TERNO DE REIS

O terno de reis, segundo historiadores, teve origem na Península Ibérica e foi trazida para o Brasil por portugueses e jesuítas, no entanto, permanece viva em comunidades em que o migrante açoriano se faz presente, como em Florianópolis, São José, Biguaçu e outros municípios do litoral catarinense. O terno-de-reis no estado de Santa Catarina acontece sempre entre os dias 25 de dezembro e 6 de janeiro para homenagear o nascimento de Jesus e vinda dos reis magos que foram visitá-lo, através de cantorias e em versos de improviso.

Tudo no terno-de-reis deveria lembrar o número três, pois foram os três presentes entregues a Jesus (ouro, mirra e incenso) e três eram os reis magos (Gaspar, Baltazar e Melchior) e três são as partes da apresentação (chegada, anúncio e despedida), bem como os principais cantadores, também, são em número de três: o repentista (que faz os versos), a tripla ou tripo (que canta fino) e cantor solo. Entretanto, hoje o terno-de-reis está descaracterizado da sua formação original e está composto de quatro a oito cantores e em alguns casos são acompanhados de alguns instrumentos musicais como violão, gaita e pandeiros.

O encerramento do terno-de-reis acontece dia 6 de janeiro, que segundo a tradição foi o dia que os reis magos visitaram Jesus e onde entregaram seus presentes. Esta encenação é feita pelo grupo com música e canto e é um presente oferecido aos donos da casa que o grupo se apresenta.

4.2. BOI DE MAMÃO

Não se sabe ao certo de onde é a origem da brincadeira do boi-de-mamão. Mas uma coisa é certa: o boi-de-mamão prosperou no litoral catarinense, pois

havia a cultura do boi trazida pelos açorianos. Soares (2004/2005, 29) afirma: "*O filho via o pai brincar. As brincadeiras do boi na vara, farra do boi, isso só os adultos faziam. E ele por ser pequeno não podia entrar na brincadeira. Foi nesse terreno que o boi-de-mamão entrou para prosperar somente assim o pequeno ilhéu poderia brincar com um boi*."

No litoral catarinense, a brincadeira incorporou a presença açoriana através da cantoria e dos instrumentos musicais. Segundo alguns folcloristas, antigamente, eram chamados de Boi-de-Pano, por causa do material empregado para confeccionar o bicho. Outros folcloristas, entretanto, acreditam que, na pressa, foi usado um mamão verde para servir de cabeça, então, batizaram desta forma a brincadeira. Outros ainda alegam o fato de o brincante "mamar", ou seja, beber cachaça, antes de vestir a fantasia do boi é que deu origem à brincadeira do boi-de-mamão. Como se pode notar, não se tem uma opinião unânime sobre a origem do nome desta brincadeira, mas isto é o que menos importa, pelo menos para o povo, pois o boi-de-mamão catarinense continua sendo uma das brincadeiras de maior aceitação popular. Hoje a cabeça do boi é feito de muitos tipos de material, exceto de mamão.

Esta manifestação cultural é muito popular, como já foi dito, em todo litoral catarinense, entretanto, apresentam variações tanto nas peças que compõe a brincadeira quanto na coreografia. Essas variações têm influência direta das atividades econômicas de cada região.

Para citar algumas variações darei o exemplo do boi, que na região da Grande Florianópolis adoece, porém é salvo pelo curandeiro, feiticeiro ou médico. Na região sul do estado, o boi é toureado pelo vaqueiro e morto por sua espada. Neste caso, não há a ressurreição do boi. Esta diferença entre o boi-de-mamão da Grande Florianópolis e do sul do estado catarinense é que o gado bovino era raro, na região da Grande Florianópolis, e seria uma catástrofe para o pecuarista a morte do boi, o que não acontecia no sul, pois lá a pecuária de corte era atividade econômica básica e nada mais comum do que se matar o boi para que sua carne fosse aproveitada.

A variedade das peças usadas na apresentação varia de acordo com imaginação e a utilidade do homem local. No litoral catarinense são comuns as seguintes peças na brincadeira do boi-de-mamão: o boi, o cavalinho, o urso e a cabra. Na região da Grande Florianópolis outras peças foram adicionadas àquelas comuns em outras regiões. Foram acrescidas: a bernúncia (bernuça), a Maricota, o anão, o urubu, o cachorro, o urso, o Mateus, os mascarados e o médico.

4.3. FARRA DO BOI

A brincadeira com o boi é herança da cultura açoriana, a farra do boi vem sendo praticada há séculos. Farias (2002, 305) diz: "*Antigamente, os moradores das cidades do litoral de Santa Catarina também chamavam a farra-do-boi de "boi na vara, brincadeira do boi bravo ou boi de campo*".

Com o passar do tempo a farra do "boi na vara" deixou de ser praticada. Em seu lugar iniciou-se a brincadeira da "farra do boi". Diferentemente do "boi na vara" onde o animal ficava preso, na "farra do boi" ele fica solto e é perseguido pelos farristas que passam a excitá-lo em campo aberto ou mesmo em áreas cercadas. O boi é perseguido e acuado, malhado e torna-se sendo presa fácil para, por fim, ser sacrificado pelos participantes.

Outra diferença marcante entre as duas manifestações é a postura dos farristas. Onde antes participavam mais passivamente, somente cansando o animal; atualmente, passam a ter uma participação mais ativa, enfrentando o animal, maltratando-o até a sua morte. Esta prática está proibida desde fevereiro de 1998, com a publicação da Lei Federal nº 9.605, no entanto, continua sendo praticada.

5. LITERATURA

A literatura se enriqueceu com as quadrinhas, o pão-por-deus, os provérbios, as cantigas e lendas. Não podemos esquecer também do linguajar oral, marca registrada do florianopolitano e que se caracteriza por um som cantado e por uma alta velocidade de flexão de voz. A sabedoria bem como a criatividade popular trazidas pelos açorianos e que foram passadas de geração para geração foram, sem dúvida alguma, de grande valia para a continuidade das tradições que permanecem até hoje.

Falaremos do pão-por-deus e das lendas.

5.1. PÃO POR DEUS

O pão-por-deus é originário de Portugal continental, que foi levado aos Açores quando de sua colonização e trazida para Santa Catarina pelos açorianos, que segundo Pereira (2003, 261) "*Ainda persiste nas ilhas, nos dias 1 e 2 de novembro, respectivamente de "Todos os Santos e das Almas", data*

em que se aproveita a oportunidade para presentearem com objetos ou dinheiro às pessoas ou os serviçais permanentes. No caso das ardinas, tal retribuição é a resposta ao pedido formulado em verso pelos impetrantes".

No caso do pão-por-deus catarinense ele vai mais longe. Exprime sentimento. A amizade, o calor humano, o carinho, amor e afeto estão presentes, embora da mesma maneira que o pão-por-deus luso-açoriano, em versos. Soares (2006, 32) afirma: "*No arquipélago dos Açores e Madeira, os pedidos são feitos nos dias 1º e 2 de novembro, enquanto aqui isso acontece nos meses anteriores. Lá as crianças que pedem pão e guloseimas. Aqui, o motivo dos pedidos também se modificou, incluindo as súplicas amorosas*.". Daí que em Santa Catarina recorta-se o pão-por-deus no formato de coração.

Vejamos alguns exemplos desta manifestação:

Lá vai meu coração
Que de tão longe se abalou
Vai pedir pão-por-deus
Ao meu querido amor

Lá vai meu pão-por-deus
Em muitos coraçõezinhos
Te peço não esqueceres
Esta que é teu amorzinho

Aqui vai meu coração
Pedindo o teu socorro
Se me deres um pão-por-deus
Desta vez meu bem não morro

5.2. LENDAS

O imaginário açoriano com suas lendas sobre bruxas, sereia, aparições, entre outros temas é extremamente rico e marcou a literatura com histórias de superstições e medos do desconhecido. Franklin Cascaes foi um estudioso catarinense atento à cultura popular de raiz açoriana, na Ilha de Santa Catarina, com destaque para o imaginário bruxólico que resistiu até meados do século XX. Dizem que a Ilha de Santa Catarina, além de ser cercada por água por todos os lados (afinal é uma ilha) é, também, cercada de bruxas por todos os lados e é popularmente conhecida como Ilha da Magia. É bem capaz que isto se deva à tradição herdada dos antepassados açorianos, que até hoje é repassada às gerações futuras. Vejamos uma história de bruxa contada na comunidade da Barra da Lagoa, em Florianópolis.

> "*Quando de um casal nascem sete filhas; sem nascer nenhum menino entre o espaço; a primeira ou a última será, fatalmente, uma bruxa. Para que isso não venha a acontecer é necessário que a irmã mais velha seja a madrinha de batismo da mais moça. São apontadas, como tal, certas mulheres magras, feias, antipáticas. Dizem que têm pacto com o demônio, lançam maus-olhados, acarretam enfermidades com os seus bruxedos etc. Costumam transformar-se em mariposas e penetram nas casas pelo buraco da fechadura. Tem por hábito chupar o sangue das crianças ou mesmo de pessoas adultas, fazendo-as adormecer profundamente. A marca do chupão deixado na pele chama o vulgo de* "melancolia".

Antigamente, quando um recém-nascido começava a emagrecer e definhar até a morte, principalmente, os que ainda não haviam sido batizados, acreditava-se em "doença da bruxa". "Para que as crianças não batizadas não sejam atacadas pelas bruxas, deve-se conservar luz acesa no quarto."

Depoimento: Manoel Agostinho – Barra da Lagoa – Florianópolis

6. ARTESANATO

6.1. RENDAS DE BILRO

As rendeiras são mulheres que com como se brincassem jogam os bilros e transformam o fio em verdadeiras peças de arte. No embaralhar dos pauzinhos (bilros) dedicam seu tempo em fazer aquilo que as mulheres açorianas faziam através da sabedoria popular séculos atrás. São vários os tamanhos e formatos de peças que realizam. Céu estrelado, bicuda, arco, Maria morena são alguns dos nomes dessas peças. É uma tradição que passa de mãe para filha. Essa tradição concentra-se no Ribeirão da Ilha e na Lagoa da Conceição. As rendas de bilro de Santa Catarina têm fama de serem as melhores do Brasil. Diz-se que "onde há redes, há rendas". O pescador tece sua rede para pescar, enquanto isso a mulher produz as rendas de bilro.

6.3. CERÂMICA:

No litoral catarinense é encontrado conjuntos de peças artesanais que tem como referencial baseado na cultura açoriana. Cultura esta que é resultante da fusão de valores culturais diversos da convivência secular e multicultural. Foi assim com a cerâmica e outros artesanatos que hoje são produzidos no

litoral catarinense. Segundo Soares (2006, 137) "Mas foram os colonizadores que instalaram as primeiras olarias no Brasil, levados pela necessidade de fabricar tijolos e telhas para a construção dos primeiros colégios jesuítas e das casas das vilas e fazendas. " O tempo passou e, ainda hoje, artesãos da cerâmica produzem peças como séculos atrás. As cerâmicas produzidas em São José da Terra Firme, município vizinho a Florianópolis pode ser comparado às cerâmicas produzidas em São Miguel, Açores. Conserva-se ainda, na região da Grande Florianópolis, o sistema de torno movimentado pelo pé do oleiro.

7. FESTAS RELIGIOSAS

Muito religioso o açoriano trouxe para Santa Catarina muitas de suas festas religiosas e populares. Entre elas citaremos a festa do Divino Espírito Santo.

7.1. DIVINO ESPÍRITO SANTO

Bandeira do Divino Espírito Santo, que foi bordada por índios Guaranis, da comunidade do município de Biguaçu da Terra Firme, SC. Soares comenta (2006, 22): "*Em Portugal, depois Açores, as origens da festa do Divino com a presença da bandeira predatória, cantoria, imperador, santa missa, três dias de festejo, jogos populares e queima de fogos, são atribuídas à corte, durante o reinado do imperador Dom Diniz, o Lavrador, e da imperatriz Santa Isabel, no período de 1261 e 1325. "* Continua mais adiante: *"...trazidas pelos primitivos povoadores do arquipélago, a partir de então as festas começaram a ser realizadas e se propagaram às camadas populares, sempre revestidas por um intenso sentimento de religiosidade. "*

Este festejo constitui-se de um misto de acontecimento religioso/profano e folclórico. Ao longo do tempo sofreu modificações na sua forma, entretanto, ainda se manifesta muito fortemente nas comunidades em todo estado de santa Catarina, principalmente em comunidades de colonização açoriana. As festas do Divino em Santa Catarina são realizadas em muitas localidades onde o espírito santo ou é padroeiro ou venerado. Os festejos da festa do Divino, em Santa Catarina, acontecem nos meses de maio e junho, de acordo com o calendário Litúrgico da Igreja Católica. Entretanto, em algumas comunidades os festejos se realizam na primeira semana do mês de setembro. É o caso da festa do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, que realiza juntamente com as comemorações à festa da padroeira Nossa Senhora das Necessidades. Em alguns casos, a coroação de pessoas simples da comunidade (como deveria ser) para serem imperador e imperatriz passou para pessoas abastadas, pois os custos para organizar a festa do Divino são elevados, uma vez que é necessário realizar muitos preparativos antes da festa. Os festejos acontecem durante três dias de festa e é precedida pelo périplo da bandeira e por tríduos e novenas. É um ritual longo e muito pomposo, resultado de meses de preparação. Os festejos iniciam-se no sábado com apresentação de banda musical que vão busca o Casal Imperador e a corte imperial para que assistam à missa. Após a missa acontecem as apresentações musicais, folias do Divino, queima de fogos de artifício, bailes entre outros atrativos.

A coroação do Imperador acontece na missa de domingo durante Missa Solene, oficializada em louvor ao Divino. Geralmente a coroação do Imperador ocorre no domingo de Pentecoste e é considerada a mais importante e significativa cerimônia. No final da missa, é realizada a imposição solene da coroa ao imperador. Ela é realizada por uma criança ou adolescente, convidada pelo Casal Imperador. Após as cerimônias religiosas, o Imperador e sua corte são conduzidos para o "Império", que represente os antigos Impérios. Ainda nesse dia é indicado o Imperador que presidirá as festividades do próximo ano.

8. HOMEM NA TERRA

Os primeiros açorianos a virem para Santa Catarina tiveram que se submeter às exigências impostas na época e tiveram que prestar o serviço militar, pois tiveram que participar de batalhas que foram travadas no sul do Brasil conta os espanhóis. Pouco tempo lhes restavam para trabalhar na terra. Tiveram que se adaptar, pois o solo daqui é diferente da dos Açores.

8.1. MOINHOS

Enquanto no arquipélago cultivavam o linho cânhamo, o trigo e a vinha, em Santa Catarina substituíram por mandioca, o café e algodão. Para facilitar seu trabalho no campo aprimoraram os moinhos já existentes e implantaram o engenho-de-farinha, movidos à força animal ou pela queda d'água. Com a implantação dos moinhos, a paisagem da Ilha foi embelezada por tais construções.

Chegou a ter mais de 300. Hoje, poucos ainda resistem ao tempo e graças aos seus proprietários abnegados continuam a executar suas atividades no tempo da farinhada. O engenho era uma extensão da residência onde famílias inteiras reuniam-se para dar conta do trabalho. Se por um lado os adultos cantavam para animar o trabalho e tornar, desta maneira, menos árduo; as crianças ficavam por perto brincavam ao redor.

9. BIBLIOGRAFIA:

CARUSO, Mariléa M. Leal, CARUSO, Raimundo. Imigrantes 1748-1900 – Viagens que descobriram Santa Catarina.

— Mares, e longínquos povos dos Açores. Florianópolis, Insular, 1996.

— Índios, baleeiros e imigrantes a aventura histórica catarinense. Tubarão, UNISUL, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco. ***De São José aos Açores 252 anos em busca das raízes***. Florianópolis, ed. autor,2002.

SOARES, Doralécio. ***Folclore Catarinense***. Florianópolis, Edufsc, 2006,

Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, n. 55/56, 2004/2005.

PEREIRA, Nereu do Vale, Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense, Florianópolis, Papa - Livro, 2003

COUTINHO, Ana Lúcia. ***A Ilha de Santa Catarina – Espaço, tempo e gente.*** Sobrevivências culturais açorianas a identidade da Ilha de Santa Catarina. Instituto Histórico de Santa Catarina, 2002.

http://www.manezinhodailha.com.br/Danca.htm

http://www.rosanevolpatto.trd.br/lendabruxa.html

http://www.azoresweb.com/história_acores.html

4. BARBARA GORI, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO, ITÁLIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERSÕES EM LÍNGUA ITALIANA DO SONETO LACRIMAE RERUM DE ANTERO DE QUENTAL

Retomando a afirmação defendida no nosso recente ensaio – *Um tradutor moderno do século XIX: Tommaso Cannizzaro traduz Antero de Quental* –, segundo a qual «existe uma categoria privilegiada de tradutores poéticos. É a dos poetas [...]», gostaríamos de aprofundar esse tema confrontando um dos sonetos mais conhecidos de Antero de Quental, *Lacrimae Rerum*, com as traduções (poucas) realizadas em língua italiana nos 126 anos passados após a sua redação. *In primis*, analisaremos a tradução oitocentista de Tommaso Cannizzaro, a quem a composição é dedicada.

A análise põe em evidência que a linguagem altamente conotativa da poesia, embora fiel aos conteúdos, tem de deixar amplos espaços de liberdade ao tradutor para obter um produto qualitativamente conforme ao original, e não um translado literal que pode, no máximo, ser portador de um valor puramente didático.

Entre as várias formas métricas, o soneto é certamente uma das mais antigas: na verdade, permaneceu imutável através dos séculos. É quase assente que a sua invenção se deve ao círculo dos poetas da corte de Frederico II em Palermo, a chamada Escola siciliana, ativa em meados do século XIII; tal como parece um dado adquirido que, na base do próprio soneto, exista uma forma de poesia popular, a *canzuna* siciliana[1].

O mais valoroso e também o mais conhecido entre os poetas da corte de Frederico II foi Jacopo de Leontinos, que Dante, no seu *Inferno*, sagra Notário por excelência. A ele foram atribuídos grande parte dos primeiros dezanove sonetos de que temos notícia.

Embora tenha algumas variantes no esquema das rimas, a estrutura canónica do soneto permaneceu, como dizíamos, invariada através dos séculos. Duas quadras com rima interpolada ou alternada a que se acrescentam dois tercetos que seguem também dois esquemas alternativos: CDE-CDE; CDC-CDC. No esquema introduzido pela Escola siciliana, a única

[1] Vejam-se, a este propósito, as notações, ainda atuais, de HATCH WILKINS, Ernest. (1972) '*L'invenzione del sonetto*'. In R. Cremante/M. Pazzaglia (eds.) *La metrica.* Bolonha: Il Mulino, p. 279 e segs.

notável variante é conhecida como "soneto shakespeariano" ou "soneto inglês", tomando o nome do seu mais ilustre usuário[2]. Um *corpus* de sonetos, em forma fechada e fortemente caraterizada pelo uso do verso de onze sílabas – hendecassílabo em italiano, decassílabo em francês e em português –, é o melhor que um estudioso, que pretenda fazer uma análise sistemática, possa pedir. Se depois ela for uma análise comparativa – como no caso de um *corpus* em relação às suas várias traduções numa mesma língua –, o empenho do crítico conduzirá certamente a resultados interessantes.

Há já algum tempo que focalizámos o nosso interesse na obra poética de Antero de Quental, à qual dedicámos uma comunicação[3] que tem como assunto a primeira tradução italiana dos sonetos deste escritor, realizada pelo siciliano Tommaso Cannizzaro, também ele literato e erudito, contemporâneo e amigo do Mestre português. Exatamente para a terra natal do soneto nos leva a nossa pesquisa, que pretende desenvolver-se mais profundamente no futuro. De facto, o contributo que propomos deve entender-se como pertencente a uma fase transitória, propedêutica a uma análise mais completa e atenta dos *Sonetos Completos* do grande poeta oriundo dos Açores.

Entre os cento e nove sonetos que compõem a mencionada obra e para efetuar uma análise comparativa das traduções em língua italiana, escolhemos o soneto *Lacrymae Rerum,* justamente porque foi dedicado por Antero de Quental ao amigo Tommaso Cannizzaro, até hoje o seu primeiro e inigualável tradutor em língua italiana.

Passam apenas cinco anos da redação do original de *Lacrymae Rerum* quando o poeta de Messina inicia a tradução deste soneto que lhe é dedicado. Dada a imensa estima que nutre pelo amigo português, qualquer pessoa pode imaginar quão cuidadosamente foi feita esta tradução, conseguindo indubitavelmente transpor na própria língua a grande força evocativa, quase simbólica do trágico destino de Antero, que se realizaria dali a poucos anos. As escolhas estilísticas que Cannizzaro faz são conformes às regras que ele mesmo identificou, explicitando-as no prefácio à primeira edição da sua antologia *Fiori d'Oltralpe*[4], em que apresenta a tradução de poesias de vários autores europeus, entre os quais, precisamente, Antero de Quental. *In primis*, a fidelidade às formas métricas originais, quer no que diz respeito à escolha do verso quer no que diz respeito ao esquema das rimas; *in secundis*, o espírito, hoje diríamos as *nuances* conotativas, que carateriza as composições.

Mais especificamente, Cannizzaro vê, nos primeiros sonetos anterianos, «*originali e caratteristici nella loro cupa aspirazione verso l'infinito, una nota desolata che li anima, al rullo misterioso dei tamburi coperti*»[5]. Com tudo isto, o poeta-tradutor reserva para si, quando o crê necessário, a faculdade de mudar as escolhas lexicais e sintáticas originárias e, em alguns casos, de mudar a estrutura de estrofes inteiras, começando a redistribuir, no seu interior, as unidades versíficas, tendo como fim último o de manter inalterado quer o fio polissémico próprio da linguagem poética, quer a unicidade semântica de cada composição; considerando, acrescentamos nós, o contexto mais geral da recolha que está a traduzir. Sem dúvida, conceitos extremamente modernos, atuais, se se calcular que Tommaso Cannizzaro escreve principalmente na segunda metade do século XIX; mas encontramo-nos diante de um tradutor genial e poliédrico que não hesitará em levar a cabo a desmedida tarefa de transladar para o próprio dialeto de origem, o siciliano, toda a *Divina Comédia*.

Entremos no assunto, o original do soneto *Lacrymae Rerum,* composto por Antero de Quental em 1882:

Noite, irmã da Razão e irmã da Morte,
Quantas vezes tenho eu interrogado
Teu verbo, teu oráculo sagrado,
Confidente e intérprete da Sorte!

Aonde são teus sóis, como corte
De almas inquietas, que conduz o Fado?
E o homem porque vaga desolado
E em vão busca a certeza que o conforte?

Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...

[2] O soneto shakespeariano é caraterizado por catorze versos divididos em três quadras, às quais se acrescenta um dístico com rima emparelhada.

[3] Cf. GORI, Barbara (no prelo) Un moderno traduttore dell'Ottocento: Tommaso Cannizzaro traduce Antero de Quental.

[4] CANNIZZARO, Tommaso (1882) *Fiori d'Oltralpe,* Saggio di traduzioni poetiche per l'autore dei versi in Solitudine, Messina: Tipografia via Rovere n. 58.

[5] «Originais e característicos na sua sombria aspiração do infinito, uma nota desolada que os anima, ao rufo misterioso dos tambores cobertos». A opinião expressada por Cannizzaro refaz-se a uma anterior anotação feita pelo francês Maxime Formont. Esta notação encontra-se no *Prefácio* à Edição de 1893 de *Fiori d'Oltralpe,* p. XXI.

É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;
E, perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas...

Metricamente, encontramo-nos perante um soneto típico, constituído por duas quadras em rima interpolada[6], segundo o esquema ABBA-ABBA, habitual em Antero, e por dois tercetos que seguem o esquema CCD-EED, com o qual, nas outras composições, o poeta alterna o mais canónico CDC-EDE. O verso é o *decassílabo*, segundo a reforma feita por Castilho em meados de Oitocentos, com base na qual não é considerada, no cálculo das sílabas da unidade versífica, a última sílaba. Resumindo, trata-se do correspondente do hendecassílabo italiano, ao qual Tommaso Cannizzaro recorre na sua tradução.

O tema da busca de uma resposta às dúvidas e às angústias do homem através da visão do "oráculo" constituído pelo céu noturno não é certamente novo na literatura – basta pensar no Leopardi do *Canto notturno di un pastore errante nell'Asia* – e o próprio Antero tende a repropô-lo – veja-se, por exemplo, o soneto *Oceano nox* ou a lírica *Os cativos*. Aqui, todavia, Quental efetua uma operação conseguida, que tende a acrescer no leitor a tensão emotiva, contrapondo semântica e magistralmente a primeira parte (as duas quadras) à conclusão constituída pelos dois tercetos, entre os quais há uma ulterior diferenciação, como se tornará evidente durante a análise.

Na realidade, tal procedimento é bastante frequente nos sonetos anterianos, mas, no caso específico, tem uma especial valência: a que se funda na oposição preanunciada já no verso inicial. A noite é "irmã da Razão e irmã da Morte" e, se a primeira parte da composição é caraterizada pela confiança que, através das alquimias do pensamento, a Noite possa responder às eternas questões do homem, na segunda parte triunfa o aspeto muito mais funéreo da Noite como alegoria da Morte, uma visão perante a qual o ser humano não pode senão perder-se "num sonho imenso".

A remarcar a passagem entre as duas partes contrapostas está a conjunção adversativa, ***mas***, que abre o primeiro terceto:

Mas, na pompa de imenso funeral,
Muda, a noite, sinistra e triunfal,
Passa volvendo as horas vagarosas...

A imagem, na sua evidência pictórica à maneira barroca, possui uma força de sugestão tal que focaliza a atenção do leitor; de maneira que o terceto final, embora decoroso, apresenta-se como uma inadequada dissolução de uma tal potência evocadora. A sucinta análise do soneto original introduz-nos na tradução do mesmo por parte de Tommaso Cannizzaro; e impele-nos mais uma vez ainda a recordar a relação de estima e de amizade existente entre os dois que, aliás, nunca se conheceram pessoalmente. Isto para realçar que o estudioso de Messina conhecia perfeitamente as ideias – filosóficas e políticas – e a poética do colega português, o qual, por seu lado, era bem consciente do valor de poeta, além do de tradutor, do italiano. Tanto que Antero, na Introdução à edição de 1890 dos seus *Sonetos completos,* podia afirmar: «As *restantes traduções italianas são devidas a pena dum dos mais talentosos representantes da atual geração literária italiana, o Sr. Thomas Cannizzaro de Messina*»[7].

Eis então o soneto *Lacrymae Rerum* na versão italiana de Cannizzaro[8]:

De la ragion sorella e de la morte
oh quante volte, o notte, interrogato
ho, del destino interprete fidato,
il verbo e oracol tuo, divine scorte!

Dove van gli astri tuoi pari a coorte
d'alme inquiete cui conduce il fato?
E perché l'uom va errante, desolato
nel van desio del ver che lo conforte?

Muta, intanto, sinistra e trionfale
passa la notte, e seco evolvon l'ore
ne la pompa del vasto funerale.

Ed in un sogno immenso anch'io sepolto
mentre tutto è per me dubbio e dolore
le cose gemer tenebrose ascolto.

[6] A definição dos esquemas em rima das quadras é diferente da dos portugueses, relativamente ao italiano, e isto pode gerar alguma confusão. De facto, na métrica portuguesa toma o nome de "rima interpolada" a que em italiano é, pelo contrário, definida "rima alterna".

[7] Encontramos este lisonjeiro comentário numa *Advertência dos Editores* na Edição de 1890 dos *Sonetos Completos;* na realidade, ela deve ser atribuída ao próprio Antero. Cf., a este propósito, QUENTAL, Antero de (2002) *Sonetos Completos*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 15.

[8] CANNIZZARO, 1893: 31.

Antes de mais, algumas considerações sobre a métrica oferecem-nos a primeira surpresa. Enquanto nas quadras o tradutor mantém rigorosamente o esquema de rimas escolhido por Antero, isto é, o das rimas interpoladas (ABBA-ABBA), nos tercetos efetua uma escolha diversa: o esquema utilizado é, com efeito, o canónico do soneto petrarquista (CDC-EDE), utilizado sempre até aos nossos dias pelos poetas italianos, se se excluir o pouco frequente recurso ao soneto shakespeariano, um exemplo sublime como o que nos oferece o Montale de *La bufera*. Este é exatamente, a nosso ver, o motivo que induziu Cannizzaro – cuja "regra" impõe, em primeiro lugar, que se respeite a métrica do original – a efetuar a mudança: o esquema proposto por Antero para os tercetos não reentra em nenhum cânone italiano referente ao soneto.

No que concerne ao metro, o hendecassílabo substitui, de maneira absolutamente apropriada, o correspondente português, o decassílabo, embora o ritmo, como veremos, nem sempre possa ser mantido. O tipo de versificação, quer em português quer em italiano, mesmo com algumas variantes formais, é, de facto, tónico-silábico, isto é, no que diz respeito ao hendecassílabo paroxítono, à medida das onze sílabas junta-se um ritmo habitualmente tritónico (três acentos principais), ao qual se pode acrescentar um quarto acento secundário. A posição dos acentos no âmbito da unidade versífica varia se o tipo hendecassilábico for *a maiori* ou *a minore* (a cesura que separa os dois *cola* do verso cai no primeiro caso depois da sétima sílaba e no segundo caso depois da quinta).

O discurso relativo ao decassílabo português não é muito diferente, embora a alta frequência de ditongos e de hiatos própria da língua às vezes torne mais fácil o recurso a um ritmo tetratónico. Mas, como sugere Cannizzaro nas suas "regras", a atenção do tradutor deve centrar-se não tanto num verso individualmente, mas na estrofe, cujo significado deve ser dado nos seus traços – denotativos e conotativos, diríamos nós – sem prestar demasiada atenção à sequência sintática e ainda menos à fiel tradução dos lexemas. Assim, a palavra "Noite", à qual o autor se dirige, já não constitui o *incipit* do soneto, mas é relegada para o segundo verso, numa posição mais "fraca". E vice-versa, "Morte" mantém o seu lugar, no final do verso, portanto, em posição fortemente conotada, embora menos do que no original, onde a ligação de rima com "Sorte" (último verso da quadra) releva, no plano sintagmático, mas também no plano paradigmático, a sua função de palavra-chave.

Há outra escolha por parte do tradutor que parece puramente gráfica, mas que na realidade não o é. As três palavras-chave de toda a quadra, que são também as do inteiro soneto (*Razão*, *Morte*, *Sorte*), são transcritas com a inicial minúscula, enquanto no original o são com maiúscula. De resto, o mesmo acontece com outro importante termo, *Fado*, presente na segunda estrofe. Um só motivo pode explicar esta variação: Cannizzaro, aqui como noutras poesias, intui que o uso da maiúscula, em italiano, acentuaria a categorização filosófica da terminologia e torná-la-ia semanticamente redundante. É uma escolha que partilhamos.

Na primeira quadra há uma palavra que também se encontra em posição "forte", que criou algumas dificuldades aos tradutores: "sagrado" (no fim do terceiro verso), cujo significado literal, referido a "oráculo" não é transladado diretamente por Cannizzaro, que prefere utilizar uma perífrase que, conservando intacto o significado da segunda parte da estrofe, o exprime porém com termos que lhe consentem a transposição quase invariada da rima (*-ado* / *-ado* no original, *-ato* / *-ato* na interpretação do tradutor siciliano). A segunda quadra coloca problemas menores. Com efeito, nos primeiros três versos Cannizzaro concede-se só a variante "va errante, desolato" no lugar do original "vaga, desolato". Não há razões métricas especiais que justifiquem esta escolha: apenas a preferência por iniciar o terceiro verso com a conjugação subordinativa "perché" em vez de manter em posição "forte" o sujeito da subordinada (o homem). Aqui a fidelidade ao original talvez tivesse mostrado melhor, quer de um ponto de vista rítmico quer conotativo, a sensibilidade anteriana:

E l'uomo, perché vaga desolato

somente com a precaução de inserir uma vírgula após o termo "uomo". A última notação concerne à vontade do tradutor de manter lexicalmente intacto o contacto com o esquema de rimas: se a rima original *Fado – desolado* não coloca problemas, o mesmo não se pode dizer de *coorte – conforte*: aqui Cannizzaro toma a liberdade de recorrer a um arcaísmo, mantendo também em italiano "conforte" como terceira pessoa singular do presente do verbo "confortare", cuja forma atual é "conforti".

A segunda parte do soneto, representada pelos dois tercetos, oferece-nos imediatamente um motivo para refletir: de facto, o tradutor anula a conjunção adversativa ("Mas") que abre o primeiro verso do primeiro terceto,

substituindo-a, e até em posição "fraca", por uma conjunção temporal ("intanto"). Sem dúvida a escolha está ligada à alteração da sequência sintática e versífica da estrofe, que o siciliano faz em relação ao original: o segundo verso passa a substituir o primeiro, o primeiro desce para o lugar do terceiro e o terceiro passa para o lugar do segundo:

Mas, na pompa de vasto funeral
Muda, a noite, sinistra e triunfal
Passa volvendo as horas vagorosas...

Muta, intanto, sinistra e trionfale
passa la notte e seco evolvon l'ore
ne la pompa del vasto funerale.

A primeira observação: tudo isto acontece em presença de uma mudança no esquema das rimas que, como já notámos, do original CCD passa a CDC para obedecer a uma específica caraterística do soneto italiano. Esta variação coloca logo um problema ao tradutor: manter inalterada a correspondência fónica da rima, e porventura também a dos lexemas na qual está contida, ou proceder a uma ulterior modificação? Cannizzaro não tem dúvidas: a rima originária, "Funeral/triunfal", permanece, embora seja reconduzida à forma paroxítona italiana e a termos invertidos ("trionfale/funerale").

A tradução tem o indubitável valor de pôr no primeiro verso os adjetivos que conotam a noite ("muta", "sinistra", "trionfale"), introduzindo ao conceito sucessivo de "immenso funerale" das horas obscuras que passam, não diluindo o efeito funéreo, mas atenuando a imagem pictórica que definimos à maneira barroca. E isto, cremos, também em função de um reequilíbrio do efeito dos dois tercetos; de facto, no segundo, em que o autor declara as suas impressões perante o mistério noturno, notáramos que a força expressiva do primeiro terceto não era suportada por uma conclusão estilisticamente cônsona a ela.

Aqui Cannizzaro revela toda a sua natureza de verdadeiro e grande poeta, afastando-se e superando o seu modelo. Releiamos o terceto final do soneto anteriano e a tradução proposta pelo siciliano:

É tudo, em torno a mim, dúvida e luto;
E, perdido num sonho imenso, escuto
O suspiro das coisas tenebrosas…

Ed in un sogno immenso anch'io sepolto
mentre tutto è per me dubbio e dolore
le cose gemer tenebrose ascolto.

Obviamente o esquema das rimas, na tradução, retoma o esquema escolhido para o terceto anterior. Procura-se, por parte de Cannizzaro, manter o mais inalterada possível – e não era fácil – também a sonoridade da rima original "luto" – "escuto", obtendo uma decorosa consonância com ela ("sepolto" – "ascolto"). Mas a escolha fundamental, para fins poéticos, é o de inverter o primeiro e o segundo versos e de inserir, no lugar do previsto "perdido num sonho imenso" o mais fortemente conotado "in un sogno immenso anch'io sepolto", onde este último particípio desempenha o papel de catalisador da atenção do leitor, religando-se à imagem do "immenso funerale" e substituindo o termo "luto", que, com efeito, é abolido. Também o último verso é transladado de maneira a acentuar a sua dramaticidade: "le cose gemer tenebrose ascolto", na ambiguidade semântica determinada pela posição do adjetivo "tenebrose" e no uso do verbo "gemere", no lugar do mais ténue substantivo "suspiro" (das coisas), remete quase para um efeito dantesco e encerra a composição de modo decididamente mais "forte" (o uso do ponto final no lugar das reticências confirma esta impressão).

Sintetizando, em conclusão, os resultados da análise textual, pode-se bem afirmar que, ao traduzir este soneto a ele dedicado, Tommaso Cannizzaro, além de recorrer às suas indubitáveis qualidades de tradutor, serve-se também do seu instinto poético; embora, atualmente, não tenhamos à disposição a correspondência epistolar entre os dois amigos, pensamos que é suficiente recordar o juízo expresso, três anos depois, por Antero de Quental, que coloca o siciliano entre os maiores literatos italianos, para estar certos de que o poeta açoriano leu e apreciou também a tradução desta sua composição bastante *sui generis*, visto ter sido transladada para o italiano pelo seu próprio destinatário.

***

Em 1991, o então ainda jovem lusitanista italiano Brunello De Cusatis publica a sua tradução dos *Sonetti* de Antero de Quental, limitada a 64 composições, com texto à frente[9], precedida por uma Introdução, em que traça um interessante e exaustivo quadro da figura e da obra do poeta português, e por uma "*Notizia sulla vita e le opere di Antero de Quental*".

[9] QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti,* introduzione, traduzione e note a cura di Brunello De Cusatis, Palermo: Edizioni Novecento.

Na primeira página, uma nota adverte que o tradutor foi «guidato dal preciso intento di dare a questo lavoro un'impronta il più possibile divulgativa»[10], enquanto, no final do volume, noutra "*Nota ai sonetti tradotti*", De Cusatis especifica quanto segue:

> *Quanto alla traduzione, essa è quasi sempre letterale e quindi liberamente versificata. Non per questo, però, quando all'occorrenza ritenute necessarie, abbiamo rinunciato ad apportare delle lievi variazioni terminologiche e sintagmatiche[11].*

Isto parece atribuir à operação levada a cabo pelo estudioso um valor puramente didático e limitar as suas responsabilidades de tradutor. Todavia, não é possível, traduzindo poesia, pôr de lado qualquer reflexão sobre a métrica, o ritmo, a valência das rimas e dos recursos fónicos, isto é, tudo o que carateriza uma composição poética.

O que Hjelmslev chama "forma do significado"[12], portadora de elementos conotativos, é, com efeito, posto de parte pelo jovem tradutor. Gerald Manley Hopkins, precursor da ciência da linguagem poética, perguntava-se: «Mas tudo o que é verso é poesia?»[13]. Pergunta à qual outro ilustre linguista, Roman Jakobson, respondia da seguinte forma:

> *Le moderne filastrocche pubblicitarie, (…) i trattati scientifici sanscriti in versi, tutti questi testi metrici si servono della funzione poetica senza tuttavia assegnare a tale funzione il ruolo vincolante, determinante, che essa svolge in poesia. In effetti, dunque, il verso oltrepassa i limiti della poesia, ma nello stesso tempo il verso implica sempre la funzione poetica[14].*

A afirmação jakobsoniana não justifica, todavia, muitas das traduções fornecidas por De Cusatis, justamente porque os versos do máximo poeta português da segunda metade do século XIX não são simplesmente slogans publicitários. Mas vamos ao âmago da questão. Eis a tradução de *Lacrymae Rerum* fornecida pelo estudioso italiano[15]:

Notte, sorella della Ragione e sorella della Morte,
Quante volte ho io interrogato
Il tuo verbo, il tuo oracolo sacrato
Confidente e interprete della Sorte!

Dove vanno i tuoi soli, come coorti
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo perché vaga desolato
E invano cerca la certezza, che lo conforti?

Ma, nella pompa d'immenso funerale,
Muta, la notte, sinistra e trionfale,
Passa movimentando le ore oziose…

È tutto, intorno a me, dubbio e lutto;
E, sperso in un sogno immenso, ascolto
Il sospiro delle cose tenebrose…

Parece evidente o quanto, excluindo a divisão em estrofes e o esquema de rimas conservado nas duas quadras, a tradução se afaste de qualquer tentativa de retomar a forma métrico-rítmica do original. Aparecem apenas cinco hendecassílabos canónicos italianos, sendo a estrutura dos outros versos praticamente *ad libitum*. Também na escolha dos lexemas existem algumas *defaillances*: na primeira quadra, o sintagma original "oráculo sagrado" é, de maneira excessiva, literalmente traduzido por "oracolo sacrato", através de uma translação que no italiano é errada.

Outro exemplo na primeira quadra: "volvendo" é traduzido por um inapropriado "movimentando"; e ainda, regressando às quadras, a iteração fónica "cerca la certezza", que traduz, precisamente de maneira literal, o original "busca a certeza". Fiquemos por aqui.

---

[10] «Guiado pela precisa intenção de dar a este trabalho um cunho o mais possível divulgativo», *Ivi*, p. 9.

[11] «Quanto à tradução, ela é quase sempre literal e, portanto, livremente versificada. Porém, não por isso, em presença de ocorrências que se retêm necessárias, renunciámos à inserção de leves variações terminológicas e sintagmáticas», *Ivi,* p. 223.

[12] HJELMSLEV, Louis (1968) *I Fondamenti della Teoria del Linguaggio*, Torino: Einaudi, p 77.

[13] MANLEY HOPKINS, Gerald (2008) *Selected Poetry*, Oxford: Oxford University Press, p. 21.

[14] «As modernas lenga-lengas publicitárias (...) os tratados científicos sânscritos em versos, todos esses textos métricos servem-se da função poética sem, todavia, atribuir a tal função o papel vinculante, determinante, que ela tem na poesia. De facto, o verso ultrapassa os limites da poesia, mas, ao mesmo tempo, o verso implica sempre a função poética», JAKOBSON, Roman. (2002) '*Linguistica e poetica*'. In R. Jakobson (ed.). *Saggi di Linguistica Generale,* Milano: Feltrinelli, p. 197.

[15] QUENTAL, Antero de (1991) *Sonetti*, cit., p. 195.

Quem quer que tenha lido a tradução do mesmo soneto feita por Tommaso Cannizzaro saberá certamente distinguir entre "tradução poética" e "tradução literal" – mas o que é que significa "tradução literal"? – definição, esta última, de qualquer maneira não apropriada quando se quer manter as unidades versíficas e não se recorre, pelo contrário, a uma versão em prosa, absolutamente mais eficaz e menos arriscada.

Contudo, qual é o motivo que induziu um lusitanista – jovem, mas certamente preparado e que, na Introdução, demonstra conhecer muito bem as temáticas anterianas – a aventurar-se numa tradução com às vezes resultados tão incertos? A resposta pode ser uma apenas: o de ter confundido o próprio papel de histórico e crítico da literatura com o de poeta.

Não nos transformamos em poeta de um momento para o outro, mesmo conhecendo bem uma língua e um autor. Para comprovar esta afirmação, basta constatar que todos os melhores tradutores de poesia em língua italiana, inclusive Cannizzaro, foram poetas, modestos ou grandes, pouco importa.

É banal citar, no que diz respeito ao século XX, os nomes de Quasímodo, Ungaretti, Montale. Em qualquer dos casos, vale também o princípio contrário: um bom tradutor de poesia é também, potencialmente, um aceitável poeta ele mesmo.

***

Vamos ater-nos a este sólido princípio, ditado antes de mais pelo bom senso, para prosseguir o nosso trabalho relativo aos *Sonetti* de Antero de Quental. E, visto que não desejamos pecar de presunção, pedimos e obtivemos a colaboração de um bom poeta, que é também um ótimo metrificador e profundo conhecedor da poesia italiana do século XX, o Professor Gianni Marucelli[16].

O resultado é uma proposta de tradução de *Lacrymae Rerum*, com a advertência de que ela foi feita sem o prévio conhecimento da interpretação de Tommaso Cannizzaro.

Notte, sorella di Ragione e Morte,
quante volte oramai t'ho interrogato
e al tuo Verbo mi sono consacrato
quale oracolo e svelator di Sorte!

Dove vanno i tuoi Soli, la coorte
D'anime inquiete, che conduce il Fato?
E l'uomo, perché vaga desolato
In te cercando il Vero e sia più forte?

Ma, in pompa d'immenso funerale,
muta, la notte, sinistra e trionfale
passa, scorrendo le ore troppo lente.

È tutto, intorno a me, tetro e luttuoso
E, perso in sogno immenso, io solo oso
Ascoltare la tenebra gemente.

É interessante notar que nesta versão se escolheu manter invariada, ao contrário de Cannizzaro, o esquema de rimas do original também nos tercetos, mesmo sabendo perfeitamente que tal forma não corresponde a nenhum tipo de soneto italiano.

Se é perfeita a restituição métrica do verso hendecassilábico, pelo contrário, as escolhas lexicais diferentes das de Cannizzaro pretendem talvez, quer na primeira quadra ("al tuo Verbo mi sono consacrato") quer, sobretudo, no terceto final, onde o sujeito se torna protagonista ativo ("io solo oso"), reafirmar a unicidade da sensibilidade poética perante o mistério da Noite.

Por fim, é particularmente eficaz, parece-nos, a tradução do terceiro verso do primeiro terceto, com a interpretação "scorrendo le ore troppo lente", conforme ao original não no plano denotativo, mas no plano conotativo ("vagorosas" não é traduzido com um adjetivo por Cannizzaro, nem se podia manter inalterado o significado literal de "oziose").

No conjunto, todavia, a tradução parece ser um bom exemplo de fidelidade quase absoluta ao original no plano métrico e uma convincente transposição no plano semântico. Uma prova ulterior do que dizíamos: traduzir poesia é, talvez antes de tudo, ofício de poetas.

[16] Italianista, aluno de Giovanni Nencioni e Giorgio Luti no Ateneu florentino, onde se licenciou com uma tese sobre a métrica de Montale, Gianni Marucelli foi professor; publicou numerosos ensaios dedicados à poesia italiana do século XX, dois livros de poesia, romances e outras obras de narrativa. Atualmente dirige a revista "Toscana, l'uomo, l'ambiente" fundada por ele e colabora com alguns periódicos e jornais italianos.

5. *BARBARA JURŠIČ, TRADUTORA E INTÉRPRETE DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ESLOVÉNIA*

TRADUÇÃO E RECETIVIDADE DA LITERATURA LUSÓFONA NA ESLOVÉNIA

1. Introdução

Comparação do esloveno e do português no espaço europeu – os dois como línguas minoritárias, a insularidade dos Açores na preservação da língua, uma situação parecida com a língua eslovena durante a história (algumas palavras sobre nossa história, como era preservada a língua sob o jugo dos outros «senhores» quando a nossa língua era uma língua do povo submisso, minoritário, depois, no âmbito da antiga Jugoslávia, a nossa língua também era de certa maneira isolada, porque falada só dentro da nossa República, rodeada de diferentes famílias de línguas). As duas tinham de lutar por resistirem e por se conservarem. A questão como preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais (submissão, isolamento, afastamento geográfico, cultural, político…).

Literatura portuguesa na Eslovénia. Várias traduções, bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, promoção da literatura lusófona na Eslovénia pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos (cuja vice-presidente sou), autores traduzidos convidados, saraus (Mia Couto, Gonçalo M. Tavares) … bastante mais conhecida que alguns anos atrás.

Projetos. Vários projetos de promoção em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital mundial do livro (pela UNESCO) em 2010.

Como também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial.

Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária. Promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas.

Modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas.

A Europa ajuda ou não?

A experiência dentro da Europa.

Minhas experiências próprias, minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas.

Papel do tradutor literário.

Se compararmos o esloveno e o português no espaço europeu vemos que as duas são línguas minoritárias.

Penso ouvir mais sobre o problema ou, se calhar, a vantagem da insularidade dos Açores na preservação da língua nestes dias do nosso congresso. Ao mesmo tempo posso dizer que a língua eslovena viveu uma situação parecida durante a história. Eis um mapa parcial (onde, infelizmente, não há Açores) da Europa onde podem ver a Eslovénia.

EIS O MAPA DA ESLOVÉNIA E DO SEU RELEVO.

As línguas eslovena e portuguesa são as duas, podíamos dizer, minoritárias no espaço europeu. A nossa, falada por só dois milhões de habitantes, e a portuguesa por dez milhões em Portugal, sem esquecer a Galiza. A situação do esloveno do outro lado da fronteira, na Itália, é mais ou menos igual àquela das pessoas lusófonas na Galiza.

A parte de Trieste, habitada pela população eslovena, foi entregue à Itália nos anos 50 (depois de ter existido como uma zona chamada Território livre de Trieste, dividida entre os jugoslavos e os anglo-americanos) e o seu destino delineado dentro de um outro país não muito atento às suas necessidades, entre as quais também culturais. Ficaram como uma ilha dentro do mar italiano e muito marginal ainda.

Mas, podemos dizer, se passarmos aos tempos modernos, que toda a Eslovénia e a sua língua com só dois milhões de falantes representam uma ilha rodeada pelas línguas italiana, alemã, húngara e croata. Por cima disso, cada uma delas vem da sua família de línguas. Uma nação tão pequena que durante séculos foi governada por «senhores» nomeadamente alemães na época dos Habsburgo (a partir do século XIV) e depois no império Austro-húngaro (1867-1918) e na nossa história mais recente dentro da antiga Jugoslávia, deve tudo à sua língua e à sua cultura para ter podido preservar-se.

Agora vou contar-lhes uma lenda que mostra como o nosso povo é esperto.

> *Conta uma lenda que vivia um esloveno forte e enorme, chamado Martin Krpan, que tinha uma égua esguia com a qual transportava (ilegalmente, bem se entende) o sal inglês para a sua casa na atual Eslovénia, naquela época chamada Carniola (nos tempos dos austríacos). Quando encontrava alguém na estrada, agarrava no cavalinho e punha-o, com as próprias mãos, à margem da estrada para as outras pessoas poderem passar. Um dia, passou uma carruagem com o imperador da Áustria. Quando este viu o gigante que com tanta leveza agarrava no seu cavalinho e deixava a estrada livre para a comitiva imperial passar, decidiu que o ia convidar para Viena para Martin, o nosso herói, combater um turco muito temido que assolava a capital austríaca e deixava a corte e a população preocupadíssimos. Martin aceitou, mas sob a única condição de cortar uma bela tília que a imperatriz tinha no pátio do palácio. Ele cortou a árvore e fez uma arma simples, mas eficaz e matou o turco que tanto mal tinha feito à cidade de Viena.*

Assim ficou na história essa famosa estória de um esloveno corajoso e esperto que soube vencer tanto as normas instituídas pelos soberanos como também, fisicamente e metaforicamente com a sua inteligência, aquele que oprimia (outra nação e, indiretamente, a sua), e, ao mesmo tempo, não mudar, conservar a sua personalidade tal qual, pura e genuína. Embora sendo numa ilha, por assim dizer, cultural e linguística dentro do mar austríaco.

Por isso entendo muito bem a questão da insularidade açoriana, uma comunidade afastada e situada no meio do Oceano, que também esteve e está em uma situação muito particular, embora nesta nossa era moderna os meios técnicos ajudam a não sentirmos tanto, acho, esse afastamento geográfico. Agora tentemos responder como é possível preservar a língua em diferentes situações que lhe são prejudiciais: nos tempos da submissão do povo a uma nação mais poderosa que o domina politicamente (tal o nosso caso na história), o isolamento e o afastamento geográfico (tal o caso dos Açores), o distanciamento cultural, político, para só enumerar alguns dos casos.

Com certeza a língua só pode resistir se tem uma boa base cultural, isso quer dizer, se há bastantes falantes conscientes de preservá-la, de falá-la bem, de escrevê-la bem e assim divulgá-la, de ter escritores, que a perenizem mediante a sua obra. As pessoas, falantes dela, têm de ser conscientes e cuidar dela, a mentalidade deles tem de ser orientada para uma preservação consciente daquilo que é uma das coisas mais sagradas da nossa herança que nos entregam as gerações passadas. É essa a riqueza de uma nação, a sua língua e a sua cultura. A nossa, embora sendo tão pequenina, resistiu todas as "invasões" dos povos e das línguas estrangeiros.

Com todas as suas particularidades. Uma delas é o dual, a forma quando se fala só de duas pessoas, é diferente. Existem só poucos casos parecidos no mundo. Acho que numa língua africana e no caso de outra língua minoritária, mais parecida ao polaco, falada pelo povo chamado os sérvios de Lužice. E, para sermos românticos; dizem que assim, os namorados podem falar como se fossem as únicas pessoas no mundo, só “nós os dois”, que essa é uma forma “propícia” à linguagem do amor.

Resistiu também e sobretudo graças à consciência das pessoas que a falavam durante a história. Primeiro, antes do século XVI., essas eram bastante incultas. Os eslovenos daquela época eram na maioria do povo, maioritariamente camponeses, com a exceção de uma família nobre, depois, em 1550, um padre esloveno traduziu para a "língua do povo" a Bíblia e escreveu um abecedário para o seu povo poder aprender a ler. Mas teve de fugir do país por proclamar ideias demasiado “modernas”. Claro que os soberanos não queriam que o povo submisso aprendesse a ler e a pensar com a própria cabeça, para não terem problemas.

A preservação da nossa língua sempre tem sido muito ligada à leitura. A leitura, que é intimamente ligada à língua. Para dominá-la bem, é preciso ler muito e os livros de qualidade. O ritmo de vida atual não é muito propício às leituras pelo menos de livros mais exigentes que pedem mais concentração, uma cultura geral, uma dominação melhor da língua em geral e uma conscientização desde a idade mais terna.

Contam os nossos avós que viviam no campo que sempre se encontrava um momento para ler, à noite, quando todos estavam reunidos na casa depois de um dia longo de trabalho. E o meu avô ia buscar os livros a uma biblioteca a 50 km da casa deles. Quem faria o mesmo nestes tempos em que não sabemos fazer nada sem carro? Nos tempos em que a televisão, há muito tempo, tomou na maioria das famílias o lugar do livro.

O que é que nos oferece o nosso sistema político nos tempos modernos? A educação no meu país tem sido sempre bastante boa, também nos tempos do socialismo. As crianças recebem então uma boa base de conhecimento para poderem construir nela a sua personalidade e desenvolver os valores humanos.

Já na escola primária, as leituras são obrigatórias também em casa, as crianças têm de ler em casa pelo menos 15 minutos por dia e escrever o que leram e os pais têm de assinar para confirmar que foi assim. As crianças na escola primária têm também um programa nacional de leituras que têm de fazer durante cada ano escolar e resumir oralmente e por escrito os livros que leem

Depois, é preciso dizer também que os filmes estrangeiros na nossa televisão vêm sempre legendados. Assim, as pessoas pelo menos ouvem outras línguas e a aprendizagem delas é muito mais fácil. O que é uma necessidade e não só vantagem para uma língua falada por poucos falantes, como é o caso do esloveno e do português (no espaço europeu).

As outras línguas ficam na subconsciência, no ouvido, e a aprendizagem delas é, portanto, mais fácil. Os eslovenos vemo-nos obrigados a aprender línguas estrangeiras porque ao falar a nossa língua, quase ninguém nos percebe. A necessidade tornou-se, ao longo dos séculos, uma vantagem. Nós podemos perceber os outros e os outros não nos podem perceber a nós (se não queremos que nos percebam).

Há muitas histórias engraçadas das férias na costa – os eslovenos falam à vontade porque acham que ninguém os percebe, mas, de vez em quando, passam pessoas que entendem e há situações meio engraçadas meio embaraçosas. A literatura e, por conseguinte, a leitura acompanham-nos desde sempre. Indica-lo o número de pessoas que emprestam cada dia os livros numa das bibliotecas nacionais que contam com uma rede bem ramificada.

O estado incentiva o processo mencionado, porque todas as bibliotecas principais têm a obrigação de comprar todos os livros que são

lançados/publicados, pelo menos um exemplar de cada. Isso quer dizer que também os editores podem sobreviver porque têm a venda de uma quantia dos livros imprimidos garantida. Assim fica também excluída a parcialidade, as bibliotecas têm todos os livros sem exceção, depois têm a liberdade de compor as listas dos livros que lhes pareçam de mais qualidade para incitar os leitores para os lerem. Muitas bibliotecas organizam saraus com os autores, os debates, as tardes para crianças e preparam, publicam na Internet e afixam as listas de livros mais emprestados.

Acho que se as pessoas têm a possibilidade de emprestar os livros e não só comprá-los, porque os preços são bastante altos, também leem mais. É uma boa estratégia para incentivar a população a ler mais. As bibliotecas são em muitos casos bastante recentes ou renovadas e têm também um espaço dedicado à leitura, assim são também um lugar de encontro que convida com a sua atmosfera acolhedora.

Outra coisa boa, outra vantagem das bibliotecas nacionais é o dinheiro juntado com os empréstimos de livros. Esse dinheiro é coletado pelo Ministério da cultura e depois, uma parte vem atribuída à Associação dos tradutores literários, que, mediante concurso, redistribui o dinheiro por entre os tradutores literários que, tendo traduzido uma obra exigente, não têm podido ser suficientemente recompensados pelas editoras que ainda pagam os tradutores literários bastante mal. Assim, uma parte do dinheiro dos livros, pelos quais contribuíram também os tradutores literários, vem retribuída a eles mediante essa medida. E quais os livros escritos em português que os leitores eslovenos podem ler na língua materna deles?

2. LITERATURA PORTUGUESA NA ESLOVÉNIA

Várias traduções têm sido feitas durante os últimos dez anos. Portugal e com ele a língua portuguesa são cada vez mais conhecidos, também graças a tradução sistemática das obras portuguesas ou aquelas dos países lusófonos. Podemos dizer que a literatura dos países lusófonos viu bastante aceitação depois das traduções do prémio Nobel José Saramago, já antes de ele ser premiado.

A primeira tradução do seu romance o *Ensaio sobre a cegueira* foi lançada um ano antes de ele ter recebido o prémio Nobel. Depois, foram lançados vários romances dos autores portugueses clássicos ou clássicos modernos, como, aparte de José Saramago, cujo *Evangelho segundo Jesus Cristo* e *O memorial do convento* foram publicados nos anos a seguir do prémio, também António Lobo Antunes, Fernando Pessoa, Mia Couto, Sophia de Mello Breyner Andresen e, recentemente, Gonçalo M. Tavares, se enumerarmos só as traduções que foram publicadas nos livros, como entidades independentes.

Além disso, vimos a publicação de numerosos artigos sobre a cultura em geral e a literatura em particular em língua de Camões. Na Rádio nacional eslovena, podemos ouvir com frequência emissões que apresentam autores lusófonos de todas as idades, estilos e culturas.

A promoção da literatura lusófona na Eslovénia é feita nomeadamente pelas editoras que os publicam e pela Associação dos tradutores literários eslovenos cuja vice-presidente sou, e, no primeiro lugar, pelos tradutores próprios. “A editora dos estudantes”, que publicou *O último voo do flamingo* de Mia Couto e os *Senhores* de Gonçalo M. Tavares convidou estes dois autores à Eslovénia, o que aumentou consideravelmente a recetividade e a popularidade da literatura dos autores lusófonos na Eslovénia.

Nos primeiros dias de fevereiro deste ano, na altura em que nos visitou Gonçalo M. Tavares, estrela do festival do livro Fabula que se tornou já tradicional, o evento honrado pela sua presença na Casa da cultura, a instituição cultural da capital mais importante, foi um verdadeiro sucesso, nunca acudiram tantas pessoas e nenhum autor convidado teve tantas entrevistas marcadas já com vários meses de antecedência.

Devemos dizer que a literatura dos autores lusófonos é bastante mais conhecida que alguns anos atrás, também graças às ações da Embaixada portuguesa em Ljubljana e aos apoios recebidos de Portugal (nomeadamente do Instituto Camões e do IPLB). Agradeço a eles por poder estar hoje aqui convosco.

3. PROJETOS

Quais os projetos para o futuro? Temos vários projetos de promoção da língua, literatura e cultura portuguesas em parceria com a Embaixada portuguesa e com a cidade de Ljubljana que será capital do livro mundial (pela UNESCO) em 2010. Como representante da Associação dos tradutores literários participo como membro no Comité organizativo do tão notável

evento ou melhor dito, uma série de eventos que vão ser organizador ao longo de um ano inteiro.

A candidatura pela capital mundial do livro que foi ganha na concorrência com muitas capitais mundiais com uma vida cultural invejável, parece-nos uma honra especial e é ao mesmo tempo a comprovação de que trabalhamos bem e que também os outros vêm e sentem os frutos do nosso trabalho.

Também uma cultura pequenina com uma língua minoritária ao nível mundial pode promover a literatura, a leitura e o livro em geral ao nível mundial. Cada cultura é tão grande quanto pode mostrar, dar aos outros. Espero que, para o ano, possamos mostrar e dar muito.

No marco do projeto mencionado, várias conferências serão organizadas que reunirão as pessoas, ligadas ao livro, tais como editores, tradutores, escritores, bibliotecários etc., do mundo inteiro. Além disso, será promovida a tradução do e para o esloveno.

Com a Embaixada portuguesa em Ljubljana, incluímos, como uma das atividades do ano 2010, uma lista de livros a serem traduzidos do português para o esloveno e que beneficiarão do apoio de Portugal. Nesse conjunto de livros encontramos tanto os autores clássicos como contemporâneos (Eça de Queirós, Mário de Sá Carneiro, José Saramago, Mia Couto). Quais as maneiras de promover a cultura e a literatura de uma língua minoritária?

Estou convencida de que tudo começa na família, a consciência da língua e da cultura, os valores, tudo isso a criança aprende em casa. Se os pais amam, apreciam e cultivam a língua, isso vai ser algo natural para a criança. Depois, vem o sistema educacional. Quando crescemos e nos tornamos pessoas independentes, tudo depende de nós.

Com pequenos atos consegue-se fazer grandes coisas. Isso vale também para as questões relacionadas com a língua. Também os conhecimentos de outras línguas e culturas, a abertura ao mundo, ajudam a alargar os horizontes às pessoas e, por conseguinte, a respeitar a própria língua. A promoção da tradução literária e do intercâmbio entre as diferentes culturas, línguas, literaturas é um dos modos para preservar também a própria língua, porque as pessoas tornam-se mais conscientes dela(s).

Quais os modos de fazê-lo entre as nossas duas línguas e culturas? Acho que com a abertura das respetivas embaixadas em Ljubljana e em Lisboa, a situação melhorou consideravelmente. Ambas as nações somos conscientes de que temos de investir muito (esforço) na visibilidade das nossas línguas e culturas que não são umas das "maiores" ou mais faladas e por isso não tão facilmente reconhecíveis na Europa.

A Europa ajuda ou não? A experiência dentro da Europa é mais ou menos boa. A Eslovénia aparece de vez em quando na televisão e nos outros média dos outros países membros, acho que a situação é igual em relação a Portugal, porque além daquilo que foi dito sobre a promoção da literatura e cultura dos países lusófonos no meu país, Portugal começou a ser mais conhecido e visível na Eslovénia a partir da nossa adesão à União Europeia.

Temos, os dois, os nossos direitos e Europa clama e proclama a vantagem da variedade das línguas e culturas no espaço europeu. Afirma que são a sua riqueza, mesmo se às vezes não pareça ser desta opinião nos seus atos. Mas, pelo menos acho que fazer parte da família europeia pelo menos nos deu a oportunidade de conhecer melhor os outros membros da família.

Quais as minhas experiências próprias, as minhas observações enquanto tradutora literária das obras sobretudo lusófonas? Primeiro gostava de dizer que, para mim traduzir as obras dos autores lusófonos é uma paixão, não o podia chamar de outra maneira. Todo o que se faz com paixão dá resultados.

O nosso caráter nacional é muito parecido ao português; melancólico, sonhador, como se vivêssemos um pouco fora do mundo, e bastante individualista. A alma portuguesa não é longe da alma eslovena, isso também ajuda para as pessoas se identificarem mais com as obras traduzidas. O empenho constante por apresentar os autores, a cultura, os costumes também dá frutos.

O papel do tradutor literário é exatamente este – amar outra língua que se traduz quase tanto quanto a própria, a materna, fazê-la própria e, criativamente, oferecer o texto escrito numa língua aos leitores da sua própria nação, como se o livro fosse escrito na língua deles.

6. *CÉLIA CORDEIRO, ESCOLA BÁSICA 2,3 DA MAIA, AÇORES*

VOZES FEMININAS DO SILÊNCIO NOS HAPPY DAYS DO ESTADO NOVO NUMA PEQUENA CIDADE DA ULTRAPERIFERIA: MARIA DA GRAÇA DE ATHAYDE, MARGARIDA VICTORIA, SACUNTALA DE MIRANDA

"Não há barreira, fechadura ou ferrolho
que possas impor à liberdade da minha mente."
Virginia Woolf

Com este trabalho, pretendemos apresentar três mulheres insulares, cujos distintos percursos marcaram indelevelmente a cultura e a sociedade açorianas. São elas: Maria da Graça de Athayde[17] (1904-2001), Margarida Victória (1919-1996) e Sacuntala de Miranda (1934-2007). Ao lermos e refletirmos acerca das memórias que escreveram, verificamos que estas personalidades viveram numa sociedade profundamente marcada pelos imperativos de um regime fascista, o que condicionou, muitas vezes, a sua forma de agir, mas nunca os ideais que almejaram conquistar.

Através da obra *Uma Vida Qualquer*, reunida em três volumes, contactamos com as vivências de Maria da Graça de Athayde, alguém que viveu a sua juventude numa época de transição entre a I República e o Estado Novo, fator que moldou sobremaneira a sua forma de agir.

De seguida, *Amores da Cadela "Pura"* aproxima-nos da mulher que foi Margarida Victória ou a Marquesa de Jácome Correia, como era mais conhecida. Finalmente, *memórias de um peão nos combates pela liberdade* apresentam os momentos fulgurantes da vida de Sacuntala de Miranda, na luta pelos ideais da liberdade e da igualdade.

Ao contextualizarmos as suas memórias em plena época do Estado Novo, compreenderemos melhor o papel desempenhado pelas mulheres da classe alta no Portugal conservador de então.

Com a ascensão de Oliveira Salazar ao governo português (enquanto Ministro das Finanças entre 1928 e 1932 e, depois, enquanto Presidente do Conselho de Ministros até 1968), no seguimento do golpe militar de 1926 que pôs fim ao período de vida republicana democrática instaurada em 1910, começa a desenhar-se um processo conducente à instauração de um regime autoritário. A Constituição Portuguesa aprovada em 1933 define o novo regime autoritário que ficou conhecido por Estado Novo, sustentado ideologicamente por um pensamento antiliberal, de cariz católico, na defesa do corporativismo e dos interesses agrários.

Durante as primeiras décadas do século XX existe – primeiro devido a uma vida de corte que ainda era pretexto para festas, receções, inaugurações e, depois, como consequência de uma maior liberalidade das convenções sociais atribuídas com a "democratização" republicana – uma maior liberdade de ação para as mulheres, que galvanizariam em seu torno o brilho das reuniões de sociedade e as estratégias de sedução desenvolvidas em tais situações.

Nesses tempos, a preocupação feminina com a aparência, com a indumentária e com a apresentação perante os outros era uma das suas obrigações, em especial para não deixar o marido em má situação e como meio de ostentar, pela riqueza dos seus paramentos, o desafogo material do casal. A mulher de 1900 era um polo de atenção. As suas armas eram um feminil encanto sedutor, cuja principal caraterística consistia numa irreverência subtil com que ela enfrentava os limites que um mundo dominado pelos homens lhe impunha. Entre 1910 e 1926, as mulheres começam a praticar desporto, a passear de bicicleta, a usar calças e até a fumar. Assiste-se a uma "masculinização" que induzia o cabelo *à la garçonne* e o *tailleur* dos anos 20, a par de um corpo ativo que se descerrava, mostrava e exibia[18].

Décadas depois, tudo mudou. A literatura dedicada ao público feminino (escrita maioritariamente por homens) recomendar-lhes-ia o recato, o apagamento, o servilismo, a obediência atenta à vontade masculina. É essencial que a mulher impressione mais pela honestidade, por uma sóbria modéstia, do que pelo luxo da aparência. Com o Estado Novo, o corpo volta a estar sujeito a uma socialização acordada a uma ética puritana à qual nem as partes corporais mais inofensivas, como os pés, escapavam. Criticam-se os bailes, tão populares nas décadas anteriores:

[17] Maria da Graça de Athayde nasceu em Sintra, em 1904. No entanto, por ser bisneta de José do Canto, um ilustre proprietário agrícola açoriano e Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sempre foi vista como uma mulher insular.

[18] José Machado Pais, "Austeridade e moralismo dos padrões estéticos", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp. 349-352.

"O próprio baile é erigido em matéria de pecado mortal. Os mais rigorosos não tinham dúvidas em afirmar que a dança conduzia as jovens à esterilidade, pervertendo o instinto maternal. Também o baile conduzia a "insónias", "delírios", "perturbações circulatórias", "fenómenos de autointoxicação", "neuroses espasmódicas", "anomalias de memória e linguagem", "incoerências de caráter" e "fadiga intelectual", para além de outros "acidentes mais graves" como "precoces desflorações virginais"[19].

Em 1930, iniciou-se o processo de um regime de poder "personalizado, autoritário", que se inscrevia numa resposta corporativa, nacionalista e antiparlamentar à crise do liberalismo e da democracia parlamentar e, ao mesmo tempo, às ameaças de revolução socialista: "*A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens",* dizia o fundador do Estado Novo em entrevista a António Ferro.[20]

A sociedade portuguesa passa a reger-se por três pilares: Deus, Pátria e Família. Assim, a vida da mulher rica é agora circunscrita ao limitado círculo familiar, aos chás entre as amigas ou às atividades educativas, de caridade e religiosas. A mulher ideal deverá dedicar-se exclusivamente aos filhos e ao esposo. Ela é a "alma" do lar. Deste modo, podemos comparar diferentes conceções de família com o papel da mulher quer na I República, quer no Estado Novo. Enquanto na I República, foi promulgada a lei do divórcio em 1910 e foi discutida a permissão do casamento civil ainda no regime monárquico; a Constituição de 1933 vem estabelecer princípios ordenadores das relações familiares, a que se segue

"a instituição da Organização Nacional da Defesa da Família (Decreto-lei nº 30 615, de 25 de julho de 1940). Então, valoriza-se a importância do agregado familiar sobre a autonomia individual, do interesse coletivo sobre os anseios pessoais, logo fica suspensa a possibilidade de divórcio para os casamentos celebrados religiosamente.

No seio da família, os papéis a desempenhar são distintos: à mulher está reservada a obediência, a serena resignação para com o papel condutor guardado para o homem, a quem ficam entregues as funções de chefia, direção e condução dos negócios externos do agregado. Ao homem cumpre determinar; à mulher executar. A ele, a rua, o ganho do sustento comum, a exposição constante, a face visível do casal. A ela, o lar, a gestão da economia doméstica, o recolhimento, a garantia da harmonia interna do ambiente familiar"[21].

Esta ideia é igualmente reforçada nos textos do livro único de ensino de português da instrução primária, fazendo-se a apologia da mulher como uma figura marcadamente doméstica, da família como núcleo da vida social, "dos méritos" da pobreza e da humildade, da saudável simplicidade da vida rural.

O Salazarismo entendeu, de facto, a família como elemento privilegiado de doutrinação ideológica e ponto de partida para uma "revitalização" moral da sociedade portuguesa. Um tal projeto assentou na valorização de dominantes psicológicas, culturais e económico-sociais próprias: a família deveria ter uma estrutura autoritária, assente na figura do pai e no respeito pela hierarquia e pela idade.

A interdição do divórcio em casamentos religiosos e a desmotivação do trabalho feminino não-doméstico contribuíram para a consolidação da estrutura familiar defendida por Salazar. Por consequência, os valores do progresso, da prosperidade e da igualdade surgem sempre como valores subordinados e secundarizados, na medida em que podem pôr em causa os valores de natureza moral e espiritual defendidos pelo regime.[22]

Em 1933, numa entrevista concedida a António Ferro, o ditador português apresentou o protótipo da mulher portuguesa de então:

"Temos que distinguir. À mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades

---

[19] A.G. Molho de Faria, *Os Bailes e a Ação Católica,* Braga, 1938, p. 106.

[20] César Oliveira, "Da ditadura militar à implantação do salazarismo", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, p. 25.
António Ferro (1895-1956) – foi um escritor, jornalista e político português. Dirigiu o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) desde a sua criação por Salazar, em 1933, até 1949. António Ferro publicou um livro de entrevistas com o ditador – *Salazar, o Homem e a Obra* – sendo, de seguida, convidado por este para vir a ser seu próximo colaborador, com as funções simultâneas de chefe de propaganda e de responsável pelo setor cultural, informação disponível em "António Ferro", consulta feita a 25 de outubro de 2008: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nioFerro

[21] António Reis, "Os valores salazaristas", in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp. 333-352.

[22] Luís Vicente Baptista, "Os discursos moralizadores sobre a família", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp 353-360.

legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus. Mas a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais -, a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína… Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua…E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa…Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil."[23]

Da leitura do excerto se compreende a família como sendo a instituição moral perpetuadora da tradição. Surgem várias iniciativas legais como A Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) em 1937 e a Mocidade Portuguesa Feminina em 1938, a Assistência Social da Legião Portuguesa, o desenvolvimento das Jornadas das Mães de Família e o Instituto Maternal da Subsecretaria da Assistência Social como exemplificadores da vontade então dominante de garantir formas de enquadramento legal que permitissem à governação o controlo dos processos de socialização familiar.

No período do Estado Novo, existe a plena identificação da função sexual da mulher casada com a sua função unicamente reprodutora. O ato sexual realizado por prazer "desonrava" a mulher. Reconhecer oficial e publicamente à mulher o direito à sexualidade conduziria ao aniquilamento de todo o edifício da ideologia corporativista, que fazia da família a célula base da sociedade e da mulher a dedicada e casta esposa.[24]

A sociedade portuguesa que o Estado Novo quis moldar era uma sociedade dependente do líder e das autoridades, cultural e politicamente enquadrada dentro de valores e de princípios definidos pelo poder e em cujo processo gerador a população não participou, mercê do seu ruralismo e do seu analfabetismo.

Através da leitura das memórias de Maria da Graça de Athayde em *Uma Vida Qualquer*, conseguimos compreender a postura e o modo de vida de uma mulher da classe alta durante a época fascista. Esta obra constitui um documento de grande valor histórico, o qual nos ilustra as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa desde a I República até à instauração da democracia, a 25 de abril de 1974. Nascida a 26 de julho de 1904 em Sintra e descendente de uma família aristocrática pelo lado paterno (o seu pai foi o 2º Conde de Valenças, Ricardo Anjos Jardim), esta mulher teve uma educação ascética, tendo sido o seu espírito moldado por precetoras francesas e inglesas. Bisneta de José do Canto[25], Maria da Graça visitou os Açores (em especial a ilha de São Miguel) desde os 16 anos, destino dos seus verões juvenis. É aí que encontrará o homem da sua vida, Augusto de Athayde.

Embora sem curso superior, esta "intelectual" nunca abandonou a palavra escrita, sendo que a sua grande capacidade de pensar e comunicar levou-a a escrever ao longo dos anos e nas mais diversas circunstâncias. Aos dezassete anos, publicava um "poema dramático" sob o pseudónimo de Leonel, o que lhe granjeou um forte prestígio entre os maiores vultos literários da época.

No primeiro volume das suas memórias, Maria da Graça de Athayde carateriza os primeiros tempos depois da implantação da República como tendo sido "de grande calor político", logo, continua, "o clima de infância, politicamente inseguro, que foi o meu"[26]. Para além de ter testemunhado a reação dos portugueses aquando do desencadear e desenvolver da Primeira Guerra Mundial, também "assistiu" à época conturbada de fervor religioso aquando do aparecimento de Nossa Senhora a "três pastorezinhos", a 13 de outubro de 1917.

---

[23] José Gameiro, "Uma nova visão da família e do casamento", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp. 357-366.

[24] Paulo Guinote, "A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991, pp. 361-375.

[25] José do Canto (1820-1898) – Filho do morgado José Caetano Dias do Canto Medeiros (rico terratenente e líder do liberalismo vintista na ilha de São Miguel) e irmão de Ernesto do Canto (historiador e bibliófilo micaelense), era, portanto, pertencente a uma das famílias de maior condição social de São Miguel. Foi um importantíssimo proprietário e empresário agrícola açoriano, fundador da Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, introduzindo as culturas do ananás e do chá ao ar livre. Também foi Presidente da Junta Geral do Distrito e um grande apaixonado pela obra camoniana, sendo a sua livraria particular considerada a segunda a nível nacional. Cf. Consulta "José do Canto" a 20 de outubro de 2008, em http://www.bparpd.pt/LivrariasParticulares_JosedoCanto.html

[26] Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol. 1, p. 179.

Seguiu-se a gripe espanhola em Portugal em 1918, a qual assolou milhares de pessoas em todo o mundo e também no nosso país. Esta mulher experienciou igualmente um conflito de gerações, na medida em que os pais e as tias acusavam a sua "geração de ser livre, não só no sentido de independente e informada, mas numa libertação dos velhos preconceitos e das antigas leis do puritanismo e até do pudor. Eu discutia com eles, indignada. Para mim a palavra liberdade significava: *inteiramente responsável*. Eu não rejeitava as leis da minha infância, mas queria segui-las em plena independência! Nada de desconfianças nem fiscalizações! Tinha a certeza do que desejava ser, como mulher; e sabia que nenhuma circunstância, nenhuma corrente, nenhum homem, seriam capazes de me "destruir", neste sentido."[27] Mais tarde na sua escrita, testemunhamos o que ficou de uma mulher que se deixou encantar por um homem mais novo e que quase a destruiu para sempre.

Maria da Graça de Athayde viveu desfrutando de muito daquilo que a maior parte das suas contemporâneas sem estatuto social e economicamente desfavorecidas nem sequer sonhavam algum dia alcançar, pois esta mulher teve a melhor educação possível e todo o conforto inerente à sua classe social: *"(…) por ter nascido (…) com uma colher de prata na boca."*[28] Ela viajou por toda a Europa, em especial para Paris, onde comprava grande parte da roupa que vestia e dos livros que lia.

No entanto, pertencer à aristocracia também traz algumas obrigações, pois frequentando os bailes de então, assistindo às inaugurações, às exposições (Exposição do Mundo Português em 1940, por exemplo) e não conseguir arranjar marido por opção foi algo que desagradou a família: *"A minha família olhava-me com desconfiança: "Tanto sucesso, tantos admiradores, tanta conversa…e, afinal, ainda está solteira, aos vinte e quatro anos! O que é isto*?"[29]. Então, por insistência de Augusto de Athayde, deixou-se cortejar, apesar deste ser um homem mais novo do que ela, acabando os dois por casar em 1938. Maria da Graça tinha 34 anos de idade!

A partir daí, ela passa a viver em exclusividade para o marido. Ele é o seu ideal de vida e ela faz tudo o que pode para lhe agradar. Sem tomar consciência disso, Maria da Graça muda o seu comportamento, mostrando-se, a pouco e pouco, uma mulher menos independente e mais submissa. O seu comportamento torna-se muito semelhante ao das suas congéneres da classe baixa. Como mãe de família é um exemplo a seguir pelas suas amigas e conhecidas. Chegou mesmo a filiar-se na Ação Católica Portuguesa em 1944, fez parte da Obra das Mães, participou nas reuniões de Vicentinas: "*O que era – o que é? – a Ação Católica? Desejo de conhecer a palavra de Deus; interpretação dos Evangelhos para uma melhor Ação Apostólica e, com o exemplo da vida, com amor-caridade-humildade, um pouco também pela palavra, - conquistar almas para Deus, e para esta vocação de apostolado*"[30]. Afinal, o Estado Novo conseguiu padronizar comportamentos!

Grande parte da sua vida, Maria da Graça viveu no maior luxo e tendo acesso a tudo quanto desejou e, talvez por isso, não tivesse compreendido a necessidade de libertação das mulheres do seu tempo:

> "*Nunca senti este anseio de libertação da mulher. Não compreendo as feministas. Ter mais liberdade do que tenho, para quê? Sei que em qualquer circunstância dependeria de mim adquirir o grau de independência que me apetecesse. Nunca me interessei pelo direito de voto, mas ele foi-me dado. Votei*."[31]

Mais tarde, a sua situação económica muda radicalmente, o marido decretava falência nos negócios, então, ela apresentou um programa de televisão através da Ação Católica Portuguesa, de modo a conseguir algum dinheiro para sobreviver e para pagar os estudos do filho. Afinal, o seu homem "ideal" não foi capaz de gerir nem a fortuna da esposa nem a vida familiar comum. Começou a frequentar bares de prostitutas, passando noites fora de casa e dias e semanas sem colocar os pés no escritório para gerir os negócios.

Confiava em toda a gente e entregou responsabilidades a quem não tinha competência para assumi-las. Logo, Maria da Graça teve de, juntamente com o filho que terminava o curso de direito, se desenrascar, vendendo os bens e pagando as dívidas na medida do possível. Mesmo assim, sentiu-se sempre livre: *"Poderia ter-me divorciado, recomeçado a vida com outro homem; não*

[27] *Ibidem*, p. 190.
[28] *Ibidem*, p. 25.
[29] Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol. 1, p. 344.
[30] Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Portos, Temporal e Ancoras*, Lisboa, Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1986, vol. 2, p. 134.
[31] *Ibidem*, p. 179

quis fazê-lo. Não me senti inferior aos homens; a verdade é que não me preocupei com isso!"[32]

Aqui é-nos demonstrado o caráter orgulhoso e apaixonado de Maria da Graça, pois se ela tivesse enveredado pelo pedido de divórcio, teria sido a primeira vez que o mesmo se teria verificado na família. Não esqueçamos que ela pertence a uma família conservadora demais para que ela pudesse sentir-se bem ao transgredir a tradição! Ela não teve coragem para isso talvez também porque, mesmo com dificuldades económicas e não sendo a única mulher na vida de Augusto de Athayde, continuou a amar o marido. Ela tinha um grande fascínio por ele! Neste âmbito e à luz do regime, ela falhou enquanto mulher, não tendo sido amada toda a vida pelo marido, algo que tentou subtilmente "esconder" nas suas memórias, não revelando pormenores da sua relação conjugal, a qual só se compreende na íntegra mais tarde, através da obra do filho Augusto de Athayde, *Percurso Solitário*[33].

Apesar de Maria da Graça ter sido fortemente influenciada pela política de Salazar, acabou também por se dececionar com este modo de governar:

> "*tenho pena de que, por exemplo, Salazar se não tenha preocupado de modo absorvente e tenaz com uma política de aspeto social. (…) O slogan do Estado Novo tinha sido: "Enquanto houver um lar sem pão a revolução continua!" Entusiasmava-me. Depois compreendi que o pão de que se falava era mesmo pão, e não um símbolo*"[34].

Personalidade completamente oposta à de Maria da Graça de Athayde é Margarida Victória, natural de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, nascida a 31 de março de 1919 no seio de uma aristocrática e abastada família. Apesar de ter sido contemporânea das políticas e valores do Estado Novo, esta mulher conseguiu desafiar a sociedade do seu tempo pela diferença das suas convicções e atitudes, invulgares no meio sociocultural português do século XX, como espelham os dois volumes das suas memórias *Amores da Cadela "Pura"*.

Com uma infância dominada pelos fortes traços do caráter do pai, o Marquês de Jácome Correia, e pela formação ultraconservadora da mãe, Margarida Victória cresceu quase entregue a si própria. A sua família foi sempre de uma grande intransigência e suscetibilidade a nível social, logo esta mulher não encontrou compreensão na família, pois ninguém aceitava o seu espírito livre e simples: "*A minha verdadeira natureza era a simplicidade. Tudo era espontâneo e verdadeiro; só me faltava quem me compreendesse e me aceitasse tal qual eu era*."[35]

Em criança tinha pesadelos terríveis, apresentando uma hipersensibilidade incompreendida por todos, não se concentrando nos estudos, ao contrário da irmã mais nova, exemplarmente empenhada em aprender: "*Como poderia eu revelar a minha mãe todos os meus problemas e angústias? Ela, com o seu eu puritano, afastava-me (…) e minha irmã era muito diferente de mim*"[36].

Muito nova, casou-se com Alberto, um homem com quem tinha muitas dificuldades de estabelecer uma relação íntima, jamais obtendo prazer sexual com ele, daí que tenham acabado por se decidir pelo divórcio. Com receio de perder parte do património da família, a mãe de Margarida Victória interpôs uma ação em tribunal, alegando a falta de faculdades mentais da filha para proceder daquele modo, internou-a numa clínica em Genebra.

Tantos exames foram necessários para comprovar o seu estado de saúde que o tempo foi passando e Margarida apaixonou-se por um egípcio que também se encontrava internado. Quando conseguiram sair da clínica, casaram-se e tiveram dois filhos. Todavia, Aly continuava a ter dificuldades em afastar-se do álcool, e sodomizava-a. Logo, a relação entrou num estado de saturação tal que Margarida Victória acabou por pedir o segundo divórcio. Para proteger os filhos do caráter agressivo do ex-marido, fizeram um acordo em que ela se comprometia a pagar-lhe uma avultada soma mensal para que ele não requeresse qualquer contacto com os filhos.

Mais tarde, Margarida Victória envolve-se sentimentalmente com o poeta Armando Côrtes-Rodrigues[37], muito mais velho do que ela (trinta anos de

[32] *Ibidem*, p. 180.
[33] Augusto de Athayde, *Percurso Solitário*, Chiado, Bertrand Editora, 2006.
[34] Maria da Graça de Athayde, *Uma Vida Qualquer – Quando o Tempo era Rio*, Braga, Editora Pax, 1981, vol. 1, p. 309.
[35] Margarida Victória, *Amores da Cadela "Pura", Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol. 1-p. 55.
[36] *Ibidem*, p. 19.
[37] Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971) – foi um escritor, poeta, dramaturgo, cronista e etnólogo açoriano que se distinguiu pelos seus estudos de etnografia e, em particular, pela publicação do *Cancioneiro Geral dos Açores* e do *Adagiário Popular Açoriano*, obras de grande rigor e qualidade. Cf. consulta a 20 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_C%C3%A9sar_C%C3%B4rtes-Rodrigues

diferença de idades). Na altura, ele vivia amancebado com outra mulher, mãe dos seus filhos. Para Margarida Victória, esta amizade é muito importante, não se importando com o facto de ele continuar a ter prazer sexual com outra mulher. Para o poeta, Margarida Vitória é a confidente de espírito elevado que o inspira a escrever.

Apesar de terem acabado por casar, Armando e Margarida sofreram muito com a exposição da sua relação na sociedade de então: "*Tudo se aceitava e havia moral. Mas a partir do momento que vivemos a nossa verdade à face de todos, sem ser com o intuito de prejudicar nem provocar a sociedade, fomos classificados de seres irreverentes e amorais. É por isso que, ao pensar e analisar todos estes factos, não consigo estar de acordo com a voz pública*"[38]. A sua própria família nunca aceitou os seus casamentos civis: "*toda esta família só acreditava no casamento católico: o civil não tinha validade. Tive horror a semelhante mentalidade – o "não ser, mas parecer*". *Nunca me curvei a esta norma horrível"*[39].

Através destes excertos, poder-se-á aferir qual foi a postura de Margarida Victória perante os códigos morais predominantes no regime Salazarista: discordou deles, vivendo de acordo com as suas próprias ideias, valores e sentimentos. Resistiu sempre à força das convenções, dos espartilhos rígidos e das razões preconcebidas.

Como ela afirma: "*Tudo era uma questão de preconceitos, tradição, direitos adquiridos: exatamente o que eu mais detestava. Nunca aceitei viver segundo a norma dos outros: qualquer conselho que viesse nesse sentido não encontrava eco em mim, mas indiferença, e às vezes desprezo*"[40]. A Marquesa de Jácome Correia (como era conhecida) lutava perseverantemente pelo ideal de ser amada, independentemente da mentalidade retrógrada da sociedade portuguesa do seu tempo.

Ao contrário do que se preconizava no Salazarismo relativamente à atitude recatada e modesta da mulher, Margarida Victória nunca se apresentou como tal, não se distanciando dos homens nos bailes e festas que frequentava, quer estivesse solteira, casada ou divorciada. Sentia compreensão e aceitação no sexo oposto, daí o seu à-vontade em todos os lugares que frequentava: *"Adquiri um grande à-vontade na conversa com os homens, talvez porque achei da parte deles complacência, agrado e aceitação da minha pessoa. Eu era a única mulher, e muito nova, ao pé de todos aqueles homens que discutiam com desassombro*. (…)

Claro que era olhada pela parte feminina desfavoravelmente, pois ainda vivíamos na época em que "*as mulheres estavam numa sala e os homens na outra, e nenhuma se atrevia a importunar o marido com a sua opinião e parecer.*"[41].

Atente-se que Margarida Victória vivia numa pequeníssima cidade de uma ilha no meio do Atlântico, onde a maioria das pessoas vivia inconsciente do que se passava na Europa e no resto do mundo. De facto, esta mulher defendeu valores e atitudes que só se vieram a aceitar plenamente após o 25 de abril de 1974, com a instauração da democracia portuguesa. Esta postura não se deveu exclusivamente ao facto de Margarida Victória pertencer a uma classe social privilegiada, pois muitas outras mulheres do seu tempo tiveram os mesmos privilégios, porém, sem a coragem que ela teve para lutar por aquilo em que acreditava:

> "*Muitas vezes pensei se a minha independência material e a minha situação social é que me permitiam agir duma certa e determinada forma e estar sempre a coberto da sociedade. Vi que isso não era o suficiente, nem era tudo. Conheci muitas mulheres em situações ainda mais favoráveis e que não conseguiram nunca libertar-se de vidas deprimentes e miseráveis com o pânico de serem julgadas pela sociedade. Não tinham a coragem suficiente para enfrentar a terrível opinião pública, grande papão dos fracos e dos imbecis*…"[42].

No prefácio do primeiro volume das suas memórias, Margarida de Jácome Correia reforça o seu modo de pensar e de agir perante a vida, dando-nos um conselho: "*Tenham a coragem de cortar as amarras do meio em que vivem, se*

[38] Margarida Victória, Amores *da Cadela "Pura",* Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol.2 -p. 83.
[39] *Ibidem*, p. 50.
[40] *Ibidem*, p. 83.
[41] Ibidem, p. 85.
[42] Margarida Victória, *Amores da Cadela "Pura", Confissões da Marquesa de Jácome Correia*, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol. 2-p. 16.

ele não lhes convier. Sigam o vosso Destino. O essencial é realizarem-se."[43], o que demonstra o caráter de uma mulher que transcendeu o âmbito do círculo social em que se moveu. Ela representou, pela sua diferença, "um autêntico grito de libertação", como afirmou Miguel Torga após a leitura do primeiro volume de *Amores da Cadela "Pura".*

O segundo volume é publicado vinte anos depois do primeiro (1975-1995) e dedicado a Vitorino Nemésio[44], o último homem por quem se apaixonou e com o qual foi verdadeiramente feliz afetiva e sexualmente, apesar da grande diferença de idades entre ambos. Não foi necessário casarem para que o seu amor tivesse sido consolidado, apesar de Nemésio ser um homem casado. Ambos lutaram, ainda, pela Autonomia Política dos Açores relativamente ao continente português, o que demonstra a transposição da sua independência de pensamento e valores para a terra que os viu nascer.

Contemporânea de Maria da Graça de Athayde e de Margarida Victória foi Sacuntala de Miranda, nascida na ilha de São Miguel, Açores, em 1934. Filha de mãe açoriana e de pai goês. A mãe, oriunda de uma vila de pescadores, as Capelas; o pai, oriundo de Goa, colónia ultramarina portuguesa na época. A mãe era uma jovem de bem, nascida no seio de uma família burguesa, e o pai, formado na Universidade de Coimbra e professor de Matemática colocado no Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, São Miguel.

Apesar dos preconceitos raciais inerentes ao Estado Novo e ao facto de o Dr. Lúcio de Miranda ser o único indiano residente em São Miguel (na ilha era considerado o único preto!), o seu grau de doutor, a sua educação requintada e o seu dinamismo na promoção de atividades culturais e desportivas granjearam-lhe rápida aceitação na elite micaelense.

Tendo passado algum tempo da sua infância na Índia, Sacuntala de Miranda deixou-se influenciar por uma cultura diferente e por valores diferentes, os quais eram-lhe transmitidos especialmente pelo pai, o qual se orgulhava muito da sua cor da pele, tradições e costumes, contribuindo para que a filha tivesse igual orgulho nas suas raízes goesas. Durante a Segunda Guerra Mundial, Sacuntala de Miranda seguia juntamente com o pai e com os tios o arranque do movimento gandhista na Índia inglesa, nutrindo por influência familiar fortes convicções nacionalistas e uma enorme admiração pela luta de libertação da Índia, conduzida por Ghandi[45] e Nehru[46].

Enquanto aluna, representou os seus iguais, sendo desde logo chefe de turma até ao fim do liceu. Esta experiência conferiu-lhe a aprendizagem da solidariedade para lutar por causas comuns: "*Para mim, ser chefe de turma era, acima de tudo, ser solidária com os meus colegas, face aos "inimigos comuns" – os professores*"[47]. Interessante verificar que em plena época do Salazarismo em Portugal, os pais de Sacuntala não lhe deram qualquer formação católica, nem sequer lhe exigiram que fizesse a primeira comunhão. Foi após ter sido questionada sobre o assunto pelo Padre Rebelo[48], que ela decidiu obter alguma formação para fazer a primeira comunhão.

Ao contrário da maioria das estudantes açorianas da sua geração, Sacuntala de Miranda deixa a ilha e vai estudar para Lisboa. É aí que se confronta com os valores do regime fascista e que aprende a lutar contra os mesmos. A educação que teve e os seus ideais chocam com a austeridade e limitação salazaristas. Então, ingressa no único movimento estudantil que, nessa época, lutava contra a ditadura de Salazar: o MUD Juvenil. É em 2003, com a edição da obra m*emórias de um peão nos combates pela liberdade* que Sacuntala desvenda-nos este período fulgurante da sua vida, marcado pela luta pela democracia em Portugal.

---

[43] Margarida Victória, Amores da Cadela "Pura", Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 1975, vol. 1.

[44] Vitorino Nemésio (1901-1978) – foi um poeta, escritor e intelectual de origem açoriana que se destacou como romancista. Autor de *Mau Tempo no Canal*, e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Letras da Universidade de Lisboa. Cf. consulta a 20 de Outubro em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vitorino_Nem%C3%A9sio

[45] Mahatma Gandhi (1869-1948) – foi um dos idealizadores e fundadores do moderno estado indiano e um influente defensor do *Satyagraha* (princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto) como um meio de revolução. Este princípio também inspirou gerações de ativistas democráticos e antirracistas, Martin Luther King, Jr., por exemplo. Cf. consulta a 27 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mahatma_Gandhi

[46] Jawaharlal Nehru (1889-1964) – conhecido por Pandita Nehru, foi um líder da ala socialista no Congresso Nacional Indiano durante e após o esforço da Índia para a independência do Império Britânico. Tornou-se o Primeiro-ministro da Índia na independência, de 15 de agosto de 1947 até à sua morte. Cf. consulta a 27 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jawaharlal_Nehru

[47] Sacuntala de Miranda, *memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 25.

[48] Padre José Joaquim Rebelo (1908-?) – Professor de Moral e Educação no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada e figura assaz narrada pelo escritor açoriano Cristóvão de Aguiar na obra *Raiz Comovida I – A Semente e a Seiva* (Trilogia Romanesca – 1978).

Era na pastelaria "Cister" que ela e os seus colegas de curso e de faculdade se reuniam para debater ideias e escrever contra o regime: "*Com a cabeça cheia de imagens do movimento de resistência indiano contra o colonialismo inglês, do "maquis" francês contra a ocupação nazi e da revolução russa, eu sonhava com um movimento de massas que defendesse explicitamente esses valores*"[49]. É com esse espírito aberto e livre que Sacuntala luta em prol da igualdade e da justiça para todos, tendo sempre como horizonte a liberdade do ser humano. Para tal, teve de se submeter a muito sofrimento, chegando mesmo a ser presa pela PIDE apenas por se encontrar no aeroporto à espera da escritora Maria Lamas[50], a qual regressava de Helsínquia onde tinha estado a representar as mulheres portuguesas no Conselho Mundial da Paz[51], em 1971.

Até na cadeia, as mulheres tinham um tratamento diferente dos homens: "*Foram então separadas as mulheres dos homens e, enquanto estes eram levados para outra porta, nós éramos recebidas na entrada principal*."[52] Na cadeia, recusou-se a ter privilégios e a sair mais cedo, apesar de o pai ter amigos em Lisboa que contactaram de imediato com o Ministro do Interior para a libertarem. Mais uma vez mostrou solidariedade com os seus iguais.

Quando conseguiu sair da prisão, teve de regressar aos Açores e o pai teve de se responsabilizar por ela para que não fizesse nada que "perturbasse" a harmonia nacional. Na sua ilha, sentiu-se injustiçada e incompreendida, pois os pais das suas antigas colegas de liceu proibiam-nas de se encontrarem com Sacuntala com receio de que as suas ideias "comunistas" contagiassem as filhas:

> "*Eu sentia-me mal, quando saía à rua, na minha cidade natal. Era olhada com estranheza pelas pessoas, conhecidas ou não, e algumas mudavam de passeio para não me falar*"[53].

Atente-se que na época a ilha de São Miguel tinha uma população inferior a 200.000 habitantes e Ponta Delgada era a maior cidade do arquipélago dos Açores, com uma população de cerca de 20.000 habitantes. A maior parte da população de São Miguel vivia no campo e com uma mentalidade fechada, em consonância com os ideais salazaristas.

Mais tarde, Sacuntala regressava a Lisboa, com maior vontade ainda de lutar em prol da liberdade: "*A passagem pela prisão tinha criado em mim uma raiva e uma vontade de lutar que antes não possuía*"[54]. Começou a usar múltiplas estratégias de segurança para que a PIDE não desconfiasse da sua luta clandestina: escrevia em carateres gregos para que as mensagens não fossem facilmente descodificadas, andava à noite de táxi e ficava longe do local das reuniões para evitar ser perseguida.

A sua ação no MUD Juvenil é acrescida de maiores responsabilidades, pois Sacuntala começa a ser um elemento prometedor, logo assume a representação da Comissão da Escola de Letras na Direção Universitária. Este é "*um período de grande intensidade associativa, com a reunião de Três Academias – Letras, Belas Artes e Medicina*"[55].

Em 1954, começaram em Goa as lutas pela libertação desta colónia portuguesa relativamente a Portugal e os goeses expressavam o desejo de que o seu território viesse a ser anexado à Índia inglesa. De regresso aos Açores, Sacuntala verifica a desilusão do pai ao saber da promoção que o regime de Salazar fazia contra os ideais dos goeses, chegando a afirmar que se tratava de um ataque feito ao "*património português no Ultramar*"[56].

A União Nacional[57] chegava mesmo a fazer manifestações no próprio Liceu Antero de Quental onde o Professor Lúcio de Miranda lecionava.

---

[49] Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 43.

[50] Maria Lamas (1893-1983) – figura incontornável da cultura portuguesa: jornalista, escritora, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Membro do Conselho Mundial da Paz, perseguida política, exilada, detentora da Ordem da Liberdade. Uma personalidade rica, invulgar e influente, possuidora de uma visão nova e alargada do papel da mulher e da democracia. Cf. consulta a 30 de outubro de 2008 em: http://www.mulheres-ps.ipp.pt/Maria_Lamas.htm#topo

[51] Conselho Mundial da Paz – Conselho suprapartidário criado em 1949 por organizações de todo o mundo que lutam pela paz, pela coexistência pacífica e pelo desarmamento nuclear. No auge da sua existência, em 1971, chegou a contar com representantes de 104 países. Até 1990, a sua sede situava-se na Finlândia, posteriormente mudou-se para a Grécia. Cf. consulta a 30 de outubro de 2008 em: http://www.marxistsfr.org/portugues/dicionario/verbetes/C/Conselho_mundial_paz.htm

[52] Ibidem, p. 47.

[53] Ibidem, p. 57.

[54] *Ibidem*, pág. 58.

[55] Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 59.

[56] *Ibidem,* p. 64.

[57] A União Nacional (UN) foi fundada em 30 de julho de 1930, constituída para apoiar a criação e a manutenção do regime político que se estabeleceu em Portugal com a aprovação da Constituição de 1933 – o Estado Novo. Era o único partido político legalmente constituído, ainda que, segundo os seus estatutos (inspirados por Salazar), este agrupamento não tivesse o nome de partido, já que,

Desagradado com a situação, o pai de Sacuntala pede a sua exoneração do cargo de professor e parte para Inglaterra, onde de seguida se lhe vai juntar a esposa e os filhos. Entretanto, Sacuntala estuda à noite e trabalha de dia, na redação da revista *Eva* e lecionando no Colégio Moderno[58]. Ingressa no Partido Comunista Português após desaparecido o MUD Juvenil embora se desiluda um pouco com o mesmo, na altura em que o seu líder, Álvaro Cunhal[59], se encontrava exilado.

Em 1958, em conjunto com muitos colegas de faculdade, Sacuntala de Miranda apoia a candidatura de Humberto Delgado a Presidente da República, juntamente com milhares de portugueses em marcha nas ruas de Lisboa: "*Era o povo de Lisboa, subitamente acordado de um torpor de anos, saindo à rua e manifestando-se em massa, tal como tínhamos sonhado*"[60]. Nesta época, ela tem uma atividade política intensa, chegando mesmo a proferir discursos nos comícios do partido.

É nessa altura, mais do que nunca, que Sacuntala se identifica com a desilusão das mulheres portuguesas enquanto cidadãs, pois segundo a legislação da época apenas podiam votar as mulheres com mais de trinta anos, chefes de família ou licenciadas. Deste modo, só o homem exercia o seu dever patriótico, mesmo que de um analfabeto se tratasse. Contrariamente ao previsto e almejado, Humberto Delgado perde as eleições, as quais foram forjadas pelo Estado Novo e o Almirante Américo Tomás (candidato do governo) assume a presidência portuguesa.

No ano seguinte, Sacuntala de Miranda licencia-se em História e Filosofia pela Faculdade de Letras e passa a lecionar no Liceu Rainha D. Leonor, na Junqueira. Enquanto professora do ensino liceal, tentou sempre despertar as suas alunas para a importância da liberdade de pensamento e de expressão, chegando a sofrer represálias por este desiderato. Daí que tenha optado por se exilar em Londres, onde apoiou a família, trabalhando na Biblioteca da Universidade de Londres e continuando a estudar, na área da Sociologia. Mais uma vez, por influência do pai, que trabalhava ativamente na Organização *Goa League*, Sacuntala acaba por colaborar com o Grupo de Portugueses Democratas em Inglaterra. Foram feitas inúmeras campanhas de informação (desde a escrita de artigos em jornais ingleses acerca do tema até à organização do *Committee for Freedom in Portugal and Colonies*) ao público inglês sobre a natureza repressiva do fascismo português, com o intuito de que com a intervenção de Inglaterra, cessasse a guerra em Angola. Em 1961, tinha começado a guerra nas colónias africanas portuguesas. Guineenses e moçambicanos defendiam o direito assente no princípio dos povos disporem de si próprios, à semelhança das reivindicações nacionalistas das antigas colónias europeias, na década anterior. A Europa da Comunidade Económica Europeia (CEE) havia descolonizado e modernizado a sua economia. Portugal ficava para trás, mantendo-se profundamente rural e atrasado.

Sacuntala começa a apresentar discursos numa infinidade de sociedades e organizações de esquerda, sempre em prol da igualdade, justiça e liberdade para Portugal. Com o passar do tempo, esta mulher começa a sentir-se bem em Inglaterra e cada vez mais toma consciência das limitações do regime salazarista, quer para as mulheres, quer para o cidadão comum. Deseja regressar, mas tem o passaporte de refugiada. Então, parte para a Argélia, convencida de que nesse país do norte de África se treinavam comandos para invadir Portugal. Ao chegar lá, a desilusão foi grande quando soube que nada disso se passava. No entanto, foi naquele território que se apaixonou e que engravidou de uma filha. Regressa a Inglaterra mãe solteira, mas com uma forte razão para viver em plenitude, comportamento completamente inaceitável no Portugal conservador de então.

É em Inglaterra que contacta de mais perto com Maria Lamas, a qual chega a passar alguns dias em sua casa e de quem se torna uma grande amiga. A luta pela libertação das mulheres do seu país continua, a par da luta pelos direitos dos trabalhadores portugueses residentes em Londres. Chegou a ajudar a construir uma sede de apoio aos emigrantes portugueses, onde estes podiam aprender inglês. Nessa época, o maior número de alunos eram mulheres desejosas de aprender inglês para poderem comunicar com os próprios filhos.

---

segundo o ditador, os partidos (que regeram a república até 1926) dividiam a sociedade portuguesa, ao passo que esta agremiação, pelo seu nome (União Nacional), se destinava a unir todos os Portugueses em seu torno. Cf. consulta a 30 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Nacional

[58] O Colégio Moderno pertencia ao Dr. João Lopes Soares, um bastião anti-regime salazarista. É um estabelecimento de ensino privado em Lisboa. Cf. consulta a 30 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Moderno

[59] Álvaro Cunhal (1913-2005) – político e escritor português, conhecido por ser um dos mais importantes resistentes ao Estado Novo, e ter dedicado a vida ao seu ideal comunista. Preso político durante 13 anos (em 1937, 1940 e 1949-1960). Secretário-geral do Partido Comunista Português entre 1961 e 1992. Presidiu à Conferência Internacional dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental em 1968, o que revela a influência que já nessa altura detinha no movimento comunista internacional. Cf. consulta a 30 de outubro em: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Cunhal

[60] *Ibidem*, p. 89.

Atente-se que nos anos 60, há uma forte emigração de portugueses para Inglaterra e França, sobretudo.

Sacuntala também fez parte da *International Workers Branch,* secção sindical que contribuiu para a sindicalização em especial de todos os trabalhadores de hotelaria, restaurantes e hospitais. Muitas manifestações de rua foram realizadas e nas quais ela participou junto da classe operária britânica. Assim prosseguia a luta de "um peão" pela justiça social em Inglaterra e em Portugal:

> "*Para além destes eventos, em que participávamos como peões em campanhas organizadas pela esquerda inglesa, mantínhamo-nos atentos ao que se passava em Portugal, fornecíamos material sobre presos políticos à "Amnisty International" através de uma simpática indiana, Maureen Teitelbaum, que estava encarregada da secção portuguesa da organização e que nos contactava frequentemente. E procurávamos não perder nenhuma oportunidade de intervir de qualquer forma na política portuguesa"*[61].

Regressa a Portugal, finalmente um país livre, a 27 de abril de 1974, um dia após a chegada do socialista Mário Soares[62], exilado em França, e um dia antes da chegada do comunista Álvaro Cunhal, exilado em Moscovo. Esteve presente na assombrosa manifestação do 1º de maio, decretado dia feriado para todos os portugueses:

> "*Procurei integrar-me num contingente de trabalhadores – visto que, depois da minha experiência de sindicalista, não queria misturar-me com a burguesia -, mas os trabalhadores portugueses não me conheciam, olharam-me com desconfiança e rejeitaram-me. E lá fui eu, pela Almirante Reis acima, sozinha, no meio dessa multidão imensa que cantava, gritava toda a espécie de slogans, improvisava quadras alusivas à revolução e marchava, com energia indomável, a caminho do estádio 1º de maio, ébria de sol e do seu primeiro banho de liberdade"*[63].

Poder-se-á dizer que Sacuntala de Miranda foi uma mulher de uma força extraordinária, alguém que se solidarizou sempre com as gentes do povo trabalhador, na medida em que lutou por uma justiça social para todos, não deixando ninguém de fora do círculo da vida social portuguesa. Como oriunda da ilha de São Miguel, Açores, ao longo do seu percurso vivencial, Sacuntala de Miranda não só se identificou, mas também continuou, por assim dizer, a luta das mulheres micaelenses que participaram nos movimentos de protesto rural em 1869 (os alevantes de 1869), aquando do aumento do preço dos cereais, visto que foram as mulheres que se revoltaram em manifestações populares, assobiando os búzios e queimando as matrizes prediais dos donos das terras, talvez porque eram elas que punham (e continuam a pôr) a comida na mesa para os filhos. Sendo as mulheres as gestoras do orçamento familiar, davam conta, mais cedo do que os homens, da falta de comida para os filhos. Então, uniram-se, revoltaram-se e lutaram pelos seus direitos, o que está descrito na obra histórica de Sacuntala de Miranda, *Quando os Sinos Tocavam a Rebate* (1996).

Neste sentido, é de realçar o título da obra m*emórias de um peão nos combates pela Liberdade* (2003*)*, a partir do qual se verifica a simplicidade e a humildade de uma mulher que soube ser grande, lutando pelos mais "pequenos" e mais desprezados por um regime autoritário.

Note-se que Maria da Graça de Athayde e Margarida Victória eram mulheres que pertenciam à elite micaelense. A época salazarista insular foi marcada pela concentração da propriedade em poucas famílias e o regime de arrendamento privilegiava as rendas altas e os contratos de curto prazo, que sustentavam os estilos de vida cosmopolita e absentista das principais famílias açorianas. Tal nos é revelado nas memórias de Maria da Graça de Athayde, sendo ela própria uma privilegiada pelo facto de o seu bisavô materno, José do Canto, ter sido um dos maiores proprietários agrícolas açorianos. Também nas confissões de Margarida Victória, aferimos que o seu estilo de vida é sustentado pelas rendas das terras que possui em São Miguel. Logo, a terra contribuía, inquestionavelmente, para a sustentação das "boas famílias" açorianas.

---

[61] Sacuntala de Miranda*, memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra Editora, 2003, p. 175.

[62] Mário Soares (1924-) – político português, foi o fundador do Partido Socialista de Portugal, a 19 de abril de 1973 e futuro Presidente da República Portuguesa, entre 1986 e 1996. Formado em Ciências Histórico-Filosóficas e em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi um dos mais famosos resistentes ao Estado Novo, pelo que foi preso 12 vezes, deportado em São Tomé até se exilar em França, onde desenvolveu trabalho em várias universidades. A 28 de abril de 1974, depois da Revolução do 25 de abril, desembarcou em Lisboa, vindo do exílio em Paris no chamado "Comboio da Liberdade". Foi recebido por uma multidão de portugueses. Mário Soares foi um dos impulsionadores da independência das colónias portuguesas em África. Cf. consulta a 28 de outubro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Soares

[63] *Ibidem*, p. 190.

É de salientar que em *Uma Vida Qualquer* e em *Amores da Cadela "Pura*", as suas protagonistas se preocupam em resolver problemas de índole pessoal. Pelo contrário, Sacuntala de Miranda em *memórias de um peão nos combates pela liberdade* anseia resolver questões de cariz social. Ela preocupa-se com o bem-estar do ser humano em detrimento do seu bem-estar pessoal. Este fator distingue-a, desde logo, das demais protagonistas das obras acima mencionadas.

No entanto, há um aspeto que é comum às três contemporâneas: foram mal-amadas, quer por seus maridos, companheiros ou amantes, contrariamente ao que era preconizado pelo Estado Novo: as mulheres teriam de ser amadas por seus maridos, pois toda a vida se preparavam para tal. Falharam as três!

Por outro lado, a coragem é um valor que percorre a vida destas mulheres embora em amplitudes diferentes. Maria da Graça de Athayde teve a coragem de encarar a sociedade sempre do lado do marido, quando tinha a consciência das atitudes deste, passando noites com prostitutas e devendo enormes quantias de dinheiro ao banco. "Arregaçou as mangas" e ajudou o filho a pagar as dívidas, tendo de se sujeitar a alguns empregos temporários.

Porém, o título *Uma Vida Qualquer* não se adequa à personalidade de Maria da Graça de Athayde, pois ela "nasceu num berço de ouro", com todas as condições para progredir enquanto ser humano. Simplesmente, acomodou-se tempo demais aos estereótipos sociais da época e aos imperativos de um regime autoritário. Das três, Maria da Graça é a única que tem o cuidado na preservação da memória e prepara os seus diários para uma futura publicação. Ao analisar a sua obra, aferimos que ela tem dificuldade em libertar-se do peso da tradição!

Por seu turno, a obra Amores da Cadela "Pura" explicita bem o caráter da sua protagonista, visto que Margarida Victória foi uma mulher ousada, destemida e que soube desmascarar a sociedade à qual pertenceu por berço, mas que dela se distinguiu por ter optado por vivenciar os seus ideais de forma irreverente e corajosa. Nas suas memórias, ela não se coibiu de narrar episódios dolorosos da sua vida sexual no Portugal conservador de então: foi violada, fez um aborto, foi sodomizada pelo marido e masturbava-se, revelações chocantes para a sociedade portuguesa da época.

Recorde-se o escandaloso processo das 3 Marias[64], após a publicação de *Novas Cartas Portuguesas*[65] (1972), as quais foram presas por terem denunciado a hipocrisia do tempo e o aborto "no vão da escada". A sua obra foi considerada deletéria ao regime e, por isso, proibida a sua leitura. Os textos foram considerados "imorais" e "pornográficos", apenas porque retratavam mulheres livres que questionavam a sua identidade e expressavam o desejo de acessar novas ideias sociais e religiosas.

Margarida Victória viveu sempre acima dos preconceitos inerentes ao Estado Novo e à sua classe social, daí que a reação da sociedade não a tivesse afetado. Ela soube sempre demarcar a sua posição e os seus valores em todos os momentos que a vida a desafiou para tal. Afinal, ela apenas desejava ser amada!

Sacuntala de Miranda é a que mais se distingue das três, porque se define enquanto indivíduo e não enquanto mulher pertencente a uma classe social específica, apesar de a família do lado materno ter propriedades e ser considerada uma "família-de-bem" de São Miguel. Ela vai à luta, buscando mais conhecimentos, experiencia viver fora da sua pátria, estuda e trabalha, não só para se sustentar a si, mas também para colaborar com as despesas familiares após a morte do pai, estando a viver com a mãe e o irmão em Inglaterra. Ela chega a ajudar financeiramente o irmão, com o intuito deste concluir a sua licenciatura.

Sacuntala é uma mulher que trabalha por um salário mensal, valorizando cada dia de trabalho, tal como qualquer trabalhador português emigrado em Londres. Ela mantém relações estreitas com o povo trabalhador, lutando diariamente pelos seus direitos, assim como pela libertação das colónias africanas. Para ela, a liberdade tem um sentido denotativo. É para todos! Ao contrário de Maria da Graça de Athayde e de Margarida Victória, Sacuntala de Miranda foi uma intelectual comprometida, professora universitária, pedagoga, investigadora, militante política e escritora assumida.

[64] 3 Marias: Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, autoras de *Novas Cartas Portuguesas* (1972).

[65] Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, 3ª ed., edição revista, Lisboa, Moraes Editores, 1980.

Relativamente à mulher açoriana, Maria Lamas afirma, perentoriamente, em *As Mulheres do Meu País*:

> *"sei que a mulher açoriana possui grandes qualidades: é inteligente, decidida, afeita a vencer dificuldades e os maiores sacrifícios (…) apresenta um forte espírito de persistência e é tenaz nas suas resoluções"*[66].

Pensamos que esta afirmação se adequa aos perfis de Maria da Graça de Athayde, de Margarida Victória e de Sacuntala de Miranda, pois as suas memórias constituem o testemunho de três vidas dedicadas à luta pelos seus ideais. Não esqueçamos que estas mulheres viveram numa época politicamente conturbada da sociedade portuguesa, o que condicionou o modo de agir dos cidadãos, em geral, e das mulheres, em particular.

Em conclusão, embora as mulheres apresentadas neste trabalho não sejam do gabarito de Natália Correia[67], Maria Lamas ou Cecília Supico Pinto[68], elas souberam distinguir-se na ilha, no continente português e além-fronteiras em pleno período do Estado Novo.

Partindo de referências insulares diferentes, elas mostraram-se perseverantes na luta pelos seus ideais, quer por desejarem ser amadas, quer por desejarem a liberdade e a justiça social para todos os portugueses.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes:

ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Quando o Tempo era Rio, 1ª Edição, Braga, Editora Pax, 1981, vol. I;

ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Portos, Temporal e Âncoras, 1ª Edição, Lisboa, Editora Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1986, vol. II;

ATHAYDE, Maria da Graça; *Uma Vida Qualquer* – Terra à Vista, 1ª Edição, Lisboa, Editora Santelmo, Cooperativa de Artes Gráficas, CRL, 1991, vol. III.

ATHAYDE, Augusto; *Percurso Solitário*, Chiado, Bertrand Editora, 2006.

VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela "Pura"*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 1975, vol. 1.

VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela "Pura"*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol. 2.

MIRANDA, Sacuntala de; *memórias de um peão nos combates pela liberdade,* 1ª Edição, Lisboa, Editora Salamandra, 2003.

MIRANDA, Sacuntala de. *Quando os Sinos Tocavam a Rebate*, 1ª Edição, Lisboa, Editora Salamandra, 1996.

Obras Gerais:

PAIS, José Machado, "Austeridade e moralismo dos padrões estéticos", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

A.G. Molho de Faria, *Os Bailes e a Ação Católica,* Braga, 1938.

OLIVEIRA, César, "Da ditadura militar à implantação do salazarismo", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

REIS, António, "Os valores salazaristas", in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

BAPTISTA, Luís Vicente, "Os discursos moralizadores sobre a família", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

GAMEIRO, José, "Uma nova visão da família e do casamento", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

GUINOTE, Paulo, "A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal", *in Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

LEAL, Ernesto Castro, "Mocidade Portuguesa", in *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1991.

MEDINA, João, "Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo", *in História de Portugal*, João Medina, vol. XII, vol. XIII, Madrid, Espanha, 2001.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da, *Novas Cartas Portuguesas,* Coleção Círculo de Prosa, 3ª Edição, Morais editores, 1980.

LAMAS, Maria, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Distribuidores Actuális, 1948.

DIAS, Fátima de Sequeira. *Escritos sobre História das Mulheres*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

VAQUINHAS, Irene, *Entre Garçonnes e Fadas do lar: Estudos sobre as Mulheres na Sociedade Portuguesa do sec. XX,* Coleção Estudos, 51, Coimbra, Coordenação Editorial: Gabinete de Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, novembro de 2004.

SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher*: Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998), Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

JOAQUIM, Teresa, *Mulheres de uma Aldeia*, Coleção Ulmeiro/Fémina – nº 3, 1ª Edição, Lisboa, Editor José Antunes Ribeiro, novembro de 1985.

TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coleção Minerva-História, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

---

[66] Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Distribuidores Actuális, 1948, p. 312.

[67] Natália Correia (1923-1993) – foi uma intelectual e ativista social de origem açoriana. Autora de extensa e variada obra publicada, com destaque para a poesia. Deputada à Assembleia da República (1980-1991), interveio politicamente ao nível da cultura e do património, na defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Autora da letra do hino dos Açores. Em 1992, foi uma das fundadoras da Frente Nacional para a Defesa da Cultura (FNDC). Cf. consulta a 25 de novembro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nat%C3%A1lia_Correia

[68] Cecília Supico Pinto (1921 -) – foi criadora e Presidente do Movimento Nacional Feminino, uma organização de mulheres durante a guerra colonial. Prestou apoio moral e material aos militares portugueses de então. Cf. consulta a 25 de novembro de 2008 em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cec%C3%ADlia_Supico_Pinto

MIRANDA, Sacuntala. Quando os Sinos Tocavam a Rebate: Notícia dos alevantes de 1869 na ilha de São Miguel, Coleção Garajau, Lisboa, Edições Salamandra, 1996.

AMÂNCIO, Lígia; TAVARES, Manuela; JOAQUIM, Teresa; ALMEIDA, Teresa Sousa de; *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois;* Lisboa, Publicações Dom Quixote; 2007.

PEDROSA, Inês, *20 Mulheres para o século XX,* 2ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote; 2001.

FERREIRA, Ana Paula; *A Urgência de Contar – Contos de Mulheres dos Anos 40*, Lisboa, Editorial Caminho SA, 2000.

Periódicos, Revistas e Atas:

ESTEVES, João, "O movimento feminista em Portugal: Periódicos (1899-1928) ", *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, números 1-2, 1999, pp. 185-196.

LEONE, Carlos, "Liberdade e Paz?", *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, número 4, 2000, pp. 99-103.

DUARTE, Maria de Deus, "Um quarto que seja seu, através do olhar crítico de Manuela Porto e Isabel Barreno", *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher,* número 4, 2000, pp. 105-122.

SILVA, Ana da; TAVARES, Teresa Cláudia, "Estudos culturais, estudos sobre as mulheres e estudos culturais sobre as mulheres", *ex-aequo*, número 5, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 123-147.

VAQUINHAS, Irene, "Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História", *ex-aequo*, número 5, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 147-174.

GUIMARÃES, Elina, "A mulher portuguesa na legislação civil", *Revista do Instituto de Ciências Sociais, Mulheres em Portugal*, terceira série, volume XXII, números 92-93, 1986 – 3º - 4º, pp. 557-577.

PEREIRA, Miriam Halpern, "Sacuntala de Miranda: Historiadora e Militante Política", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 205-207.

ABREU, Armando Trigo de, "Sacuntala de Miranda: Convicção, Ação e História", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 208-209.

FERREIRA, José Medeiros, "Sacuntala de Miranda: Um Espírito Livre", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 210-212.

SILVEIRA, Luís Espinha da, "Sacuntala de Miranda: Em Prol da História Económica e Social", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 213-214.

CARDIM, Pedro, "Sacuntala de Miranda: Pedagoga e Investigadora", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 215-216.

SÁ, Fátima; FERREIRA, Melo, "Sacuntala de Miranda: Uma historiadora da condição humana", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, pp. 217-218.

CARVALHO, David Luna de, "Sacuntala de Miranda e o envolvimento social do historiador", *Ler História*, Espelho de Clio, número 54, março de 2008, págs. 219-222.

CARVALHO, Ana Margarida de, "Queda sem tiro", *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 46-51.

SOARES, Mário, "Como vivi a queda de Salazar e a primavera invernosa de Caetano", *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 86-89.

LUÍS, Sara Belo, "Ensaio pouco geral", *Revista Visão História*, número 2, julho de 2008, pp. 92-95.

7. CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA
MUDANÇA DE NARRATIVA LINGUÍSTICA

Narrativa entendida como o conjunto de histórias a considerar à hora de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. A narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita.

Nos humanos surge mal-estar quando as histórias que narram as suas experiências, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos importantes, que de ser incluídos na narração contradiria a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos. Os conceitos de "poder" e "conhecimento" como essenciais para entender tanto uma narrativa como a sua mudança.

As instituições detentoras do poder na Galiza, levam anos escrevendo o discurso do que é o galego, teimando em mostrar como o galego é uma língua diferente do português; esta ideia central do discurso linguístico é fulcral à hora de elaborar a escrita.

O discurso de "galego" língua diferente do "português" mostra-se incapaz de explicar as experiências da gente, que vê como pode compreender português escrito e falado, o que rende o discurso como insatisfatório desde a sua própria criação.

Um discurso alternativo surge quando os conhecimentos eruditos e indígenas, que foram subjugados se combinam para se converterem numa alternativa que mostre a ineficácia do conhecimento "unitário" para explicar algumas questões linguísticas importantes.

A aparição da Academia Galega da Língua Portuguesa fazendo patente a crítica efetiva ao conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, constitui uma nova narrativa, que não vai automaticamente substituir o anterior, mas que vai provocar a proliferação de discursos narrativos novos para tentar explicar esses novos dados.

A força que a AGLP terá na sociedade galega dependerá da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto na Galiza, e da perceção que na Galiza se tenha de sua projeção dentro da Lusofonia.

1. Introdução

O conceito de narrativa no estudo que aqui se vai apresentar, e que versa sobre a mudança de narrativa linguística na Galiza, vai ser entendido como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. As mudanças no jeito de considerar o que somos, e o que não, têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma cousa; tal e como Stubbs (1980) conclui "*a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos*" (p. 41). Logo de revisar algumas das diferentes formas de linguagem escrita e as suas diferentes formas de relação com a linguagem falada, Stubbs argumenta que:

> ...*temos que conceder que em comunidades com um índice alto de alfabetização, polo menos para algumas pessoas, o vínculo entre linguagem falada e linguagem escrita esteja marcadamente debilitado, e as formas escritas podem perder algo do seu caráter secundário e obter um mais independente e primário* (p. 41)

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo. Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mais sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos; podemos falar de uma espécie de "oculocentrismo" tal como se pode ver (e reparemos mesmo aqui no uso do termo "ver") em frases como: "*Se não o vejo não o creio*" "*Vi-o com os meus próprios olhos*" "*insightful*" (que tem visão interior) "*visão de futuro*" *etc. e também* "*curto de vista*" "*cego*" ...

Seguindo a linha teórica de Chafe (1985) e o seu conceito de "*idea units*" (p. 106), podemos afirmar que a escrita potencia a expansão da informação, que usando só da nossa memória seria limitada, permitindo a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e às experiências, e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos. Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita, é dizer, na medida em que sejamos capazes de que se "veja" com os olhos.

2. A Necessidade duma Mudança de Narrativa

Antes de uma narrativa realmente mudar, desde que começa a ser considerada ineficaz para abarcar com suas definições a realidade vivida por algumas pessoas ou coletivos, pode passar um período longo de tempo. Acontece que nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que narram as suas experiências, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes, mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos (White & Epston 1990, p. 28).

Há dous conceitos essenciais a ter em conta, e que condicionam tanto uma narrativa como a sua mudança; são o conceito de "poder" e o conceito de "conhecimento", conceitos que devem ser considerados inseparáveis (Foucault 1980).

As instituições detentoras do poder na Galiza, como são a Junta da Galiza, a Real Academia Galega, o mesmo o Instituto da Lingua Galega, levam muitos anos escrevendo o discurso do que é, e o que é não, o galego. Nessa narrativa se quer fazer patente que o galego é uma língua diferente do português. Não se vai neste estudo analisar o por que dessa decisão política, que mesmo rompe com as ideias do galeguismo histórico.

Mas, contudo, esta ideia, de o galego ser uma língua diferente do português, converte-se na ideia central do discurso linguístico, e, portanto, vai ser fulcral à hora de elaborar a escrita; porque se galego é diferente de português, o que se vai fazer é trabalhar na sua diferenciação. Independentemente de considerações históricas da língua e considerações acerca de qual era a ortografia mais adequada para representar as diversas falas, dado que a língua oral era a principal forma de língua que se tinha na Galiza, e a escrita era praticamente feita apenas em Castelhano, se escolheu uma ortografia que fosse diferente da do português porque se se tivesse escolhido uma ortografia coincidente com a do padrão português, se estaria

contradizendo a ideia central do discurso; que como já se disse, afirma que o galego é uma língua diferente do português. Usaremos um exemplo para mostrar isto com maior claridade: o caso dos meses do ano escritos com a mesma ortografia nos dariam na Galiza calendários idênticos aos de Portugal. Mas com só mudar a ortografia em quatro dos seus meses, janeiro (xaneiro) março (marzo) junho (xuño) julho (xullo) dá, mesmo visualmente, para aparentar essa diferença; diferença que passa a ser "vista" com o que, mesmo sendo apenas aparente, passa a ser real; e modula a nossa perceção e o nosso pensamento.

Ora bem, como esse discurso não é satisfatório para dar conta da sensação da gente à hora de avaliar a sua língua, não fica livre de críticas; porque como bem diz o filólogo José Martinho Montero Santalha: "*mesmo que grafemos 'galiña' em vez de 'galinha' não devemos esquecer que nos estamos a referir com o mesmo nome ao mesmo animal, é isso que faz a nossa língua e o português ser a mesma língua*" (c. p.) Mas isso que Martinho afirma é o que sempre se esquece, e se esquece porque se percebe só essa diferença "visível" seja esta real ou fabricada.

Podíamos especular sobre a questão de por que se recorre à construção do galego negando a sua essência de ser português, e, por conseguinte, negando também a essência do português de ser galego. Sem dúvida chegaríamos à conclusão de que essa foi apenas mais uma forma de tentar o afastamento e a separação entre Portugal e a Galiza, que lá dentro de cada um se sabe o mesmo povo, com a mesma fala. Mas essa é questão demasiado ampla, que sai fora da narrativa de mudança de língua, e porem não vai ser abordada na pressente análise.

Não devemos ignorar que sob da questão pola que se tenta construir uma narrativa de língua, que afaste a língua da Galiza da língua de Portugal, fica o desejo de afastar os povos galego e português, ou então esta escolha de ortografia, que vai contra todo argumento filológico, não teria sentido nenhum.

Ora bem, o discurso de "galego" língua diferente do "português" que desde os organismos de poder se intenta impor, mostra-se incapaz à hora de dar conta das experiências da gente, que vê como pode compreender português, não só escrito, mas também falado, e por tanto o discurso não acaba nunca de coalhar, e a insatisfação com ele nasce mesmo no momento do nascimento do próprio discurso.

À medida que o tempo vai passando e esse discurso de "galego oficial" se vai fazendo mais poderoso, a insatisfação e o mal-estar pola realidade linguística vivida por diversos setores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência, vai aumentando progressivamente. Esse discurso dominante, que se autodenomina como "oficial" ou "normativo" num estado, como é o Espanhol, onde não existem as ortografias oficiais, e no que só se pode falar de línguas oficiais, vai tentar deixar fora da realidade linguística todo aquilo que se aparte desse modelo "oficial" (António Gil, 2005). Este discurso dominante vai conseguir se impor porque tem o poder. Depois essa questão do poder, e a sua importância, vão ser analisadas.

É um facto inegável que a forma de globalização que se dá no mundo ocidental desde os anos noventa, ajudou a pôr em evidência muitas destas situações inexplicáveis desde o discurso dominante; porque se o galego é diferente do português como é que duas pessoas falando uma em galego e a outra em português podem manter uma conversa com total intercompreensão? Ou também, como uma pessoa galega, sem nunca ter estudado português, pode ler com assombrosa facilidade um texto escrito nessa língua? Eu ainda me atreveria a entrar em questões de linguagem não-verbal, coincidentes à hora de falar entre galegos e portugueses...destaca-se o volume de voz e linguagem gestual, esta última especialmente significativa nas povoações da raia galego-portuguesa.

Com o convívio e a partilha, a cada vez mais pessoas da Galiza vão tendo experiências linguísticas que não podem ser explicadas por esse discurso linguístico que se trata de impor. Ora bem, essas experiências não produzem dados linguísticos relevantes, dado que contradizem o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados passam a ser desatendidos; quer isto dizer que com esses dados não se construi significado nenhum e simplesmente são descartados sem a pessoa necessitar ser consciente do processo.

Na medida em que o número de experiências que a pessoa tenha que descartar vão em aumento, o seu mal-estar "linguístico" vai também aumentar, mesmo sem a pessoa saber bem o por quê.

3. O Discurso Dominante como forma de Conhecimento Dominante e Unidade de Poder

O poder, como muito bem explica Foucault, subjuga os indivíduos convertendo-os no que este autor denomina como "corpos dóceis", a serem conduzidos a atividades que sustenham a proliferação de formas de conhecimento globais e unitárias. No caso que estamos analisando, a narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que é não a língua, o poder nos tenta levar a aceitar como único conhecimento válido o de que o galego é uma língua diferente do português. Os meios utilizados para atingir essa meta são os clássicos de prémio e castigo, ou aceitável e não aceitável. É dizer que se vai premiar todo aquele que trabalhe na proliferação do discurso dominante e se vai castigar, mesmo com a exclusão do grupo, por ser inaceitável, que é a pior forma de castigo social, a toda a pessoa que tente contradizer esse discurso. E assim é como o reintegracionismo passa a ter que sobreviver nas margens do sistema.

Se falamos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são inseparáveis; se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela. Não pode haver exercício possível do poder sem uma certa economia (certo controlo) de discursos de verdade, o qual opera através, e sobre as bases, desta associação. Estamos sujeitos a uma produção de verdade através do poder e não podemos exercitar poder exceto através da produção de verdade. (Foucault, 1980, p. 93)

Foucault argumenta que com o uso e aperfeiçoamento da tecnologia o que se consegue é que as pessoas passem a ter um papel a cada vez mais ativo na sua própria subjugação. O que no campo da narrativa linguística que aqui estamos a analisar significará que os próprios indivíduos se encarreguem de se submeterem a esse discurso dominante sobre o que é, e o que é não, a língua da Galiza, convertendo-se nos próprios guardiões de si mesmos, passando a contribuir à perpetuação do poder e o conhecimento dominantes. As pessoas são incitadas a comportarem-se de forma a se sujeitarem a si próprios e a outros segundo esses discursos. O poder se perpetua então, não já pola sua capacidade de se impor de acima para abaixo nas estruturas jerárquicas de poder, mas a nível local.

Neste ponto é muito ilustrativo rever a análise que Foucault faz sobre as diferentes formas de poder, e que nos mostra como devemos diferenciar entre o as formas de poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação; era uma forma pouco eficaz de controlo social, dado que o soberano não podia estar pressente em todo o lado à mesma vez; o seu poder fazia-se extensível aos seus representantes, mas mesmo assim a gente encontrava sempre a forma de se ocultar desse poder. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder.

A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e por tanto não precisa ver a figura de poder para se comportar de acordo com o que o poder ordena. Deste modo, segundo Foucault, a sociedade tem entrado na idade da examinação infinita e a objetivação compulsiva; de jeito que na atualidade temos uma sociedade de normalização onde a tortura foi substituída pola avaliação, e implicou os poderes judiciais nas questões de controlo social, tanto no controle de indivíduos, como de grupos, e no controle do conhecimento.

Neste sentido são as normas as que passam a ser centrais e o indivíduo é obrigado a se comportar de acordo com elas, em vez de ter que se comportar de acordo com o que está bem e o que está mal. É a era da normalização, e tudo o que se afaste dessa normalização será submetido a medidas corretivas. (Foucault 1979).

No campo da narrativa linguística na Galiza a norma pola que se vai medir a todo aquele que se expresse por escrito na nossa língua vai ser a norma da Real Academia Galega, e essa norma vai tratar de se impor. Chegando a denominar esse jeito de grafar a língua escrita como "o normativo" ou mesmo "o oficial".

Quando, como já se disse anteriormente, na legislação Espanhola, que é a que rege, não se fala em normas oficias, e só se fala de línguas oficiais. (António Gil, 2005). Mas como bem sabemos, aquele que controla um domínio de poder controla o conhecimento desse domínio. E foi assim que a RAG junto de outros organismos, tratou de definir não só o uso da língua senão que também tratou de regular o que era, e o que não era, língua.

Na Galiza temos um dicionário como é por exemplo o Xerais, que para as palavras que não são "galegas" têm talvez um número de entradas superior ao que tem para as palavras que sim são galegas; mostrando claramente esse afã normativizador e corretivo para tudo aquilo que se afaste da norma.

Apesar destes esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, mesmo com a incorporação de palavras consideradas até então como palavras do português com o propósito de tentar satisfazer aos descontentes com a narrativa, o certo é que na realidade a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso chamado 'oficial'.

A capacidade de fazer visível essa insatisfação no contexto onde esse discurso tem vigência, vai influir diretamente na capacidade de propiciar uma mudança desse discurso. Neste sentido a capacidade do movimento reintegracionista de fazer visível a sua insatisfação com a norma da Real Academia Galega, mesmo só com o mero uso doutra norma ortográfica nos contextos onde o discurso da RAG trata de se impor, vai determinar a capacidade deste movimento para provocar um câmbio na narrativa linguística.

4. A Construção de uma Narrativa Alternativa

O conhecimento narrativo fundamenta-se em argumentos que convencem da verosimilitude das histórias (Bruner 1986). A superioridade dum texto frente a outro emana da capacidade desse texto de render múltiplas interpretações; de modo que seja capaz de atuar como guia que ajuda ao leitor a obter sentido próprio daquilo que lê, neste sentido o texto atua mais como virtual do que como real. Isto é, que dum texto se poderiam extrair muitos textos diferentes, dependendo de quem o leia.

Para que um discurso alternativo possa surgir tem que haver uma forma de conhecimento alternativo capaz de se erigir como tal conhecimento rendendo como ineficaz ao conhecimento "unitário" à hora de explicar algumas questões importantes, e mesmo fulcrais, para o discurso linguístico. Essa forma de conhecimento, até que tem a força para se constituir como tal conhecimento, subsiste de forma subjugada.

5. Duas formas de Conhecimento Subjugados:

5.1.-

Aquele constituído polos conhecimentos eruditos que foram descartados dos registos dos acontecimentos da história; a esses registos só ascendem conhecimentos que façam referência a formas de conhecimento que concordem com o discurso dominante, global e unitário. Segundo Foucault esses conhecimentos eruditos foram enterrados, escondidos, e disfarçados para criar uma coerência funcional que mascare os efeitos de rotura que produziria o conflito.

Aqui estariam todos os conhecimentos que fazem referência ao reintegracionismo linguístico, e também aqueles conhecimentos que sem fazer referência ao reintegracionismo linguístico, estivessem escritos noutra norma diferente denominada norma "oficial" ou norma da Real Academia Galega. Mas sobretudo estariam os conhecimentos relativos à língua, e ao que esta é ou deve ser.

A lista é ampla, inclui autores dos que eu apenas me limitarei a nomear alguns seguindo o estudo de Carlos Durão (Carlos Durão 2008, p. 35-56). Assim temos, o Pe. Feijóo, o Pe. Sarmiento, B. Vicetto, Marcial Valadares, López Ferreiro, Garcia de Olhóqui, Garcia Pereira, o Marquês de Figueroa, F. Vaamonde Lores, F. Anhom, J. M. Pintos, E. Pondal, M. Murguia e a própria Rosalía de Castro. Depois temos Victoriano Taibo, R. Cabanilhas, C. Emílio Ferreiro, A. Noriega Varela, Á. Zebreiro, Á Gil, M. Lugris Freire, F. Bouça-Brei, F.L. Cuevilhas, A. Iglésia Alvarinho, A Couceiro Freijomil, Francisco Tettamancy, Leandro Carré Alvarelhos, E. Carré Aldão, Julio Camba, V. Fernandes Flores. E dos não galegos: J.J. Nunes, Menéndez Pidal, Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra, José Agostinho, Margot Sponer, Sampaio Bruno, Luciana Stegagno Picchio, Maria Helena Mira Mateus; e também E. Alarcos Lhorat, Koldo Mitxelena.

Nos anos 20 teríamos autores como Vicente Risco, Antom Vilar Ponte, Rafael Dieste, Evaristo Correa Calderón, Roberto Blanco Torres, e Johan Carbalheira. Manuel Rodrigues Lapa, Otero Pedraio, Álvaro das Casas, João Vicente Biqueira, Fuco G. Gomes, Ricardo Flores, Daniel R. Castelão, o historiador espanhol Sanchez Albornoz. Ernesto Guerra da Cal, Valentim Paz-Andrade, Álvaro Cunqueiro, Agostinho da Silva, Carvalho Calero, Joan Coromides, Jenaro Marinhas del Valhe, Isaac Alonso Estraviz, Carlos Durão, J.

M. Montero Santalha, Leodegario A. De Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elias, Evanildo Bechara, Eugenio Coseriu, António Gil Hernández, Maria do Carmo Henríquez Salido, Ângelo Cristóvão Angueira, Xavier Vilhar Trilho, José Luís Fontenla, Luís Gonçáles Blasco, V. R. FAGIM, J. L. Valinha, Mário Herrero Valeiro, Celso Álvarez Cáccamo; e alguns mais que decerto se esquecem.

5.2. -

Uma segunda forma de conhecimentos subjugados são aqueles aos que Foucault se referiu como "locais populares" ou "indígenas" que estão em circulação, mas são negados ou privados dos espaços nos quais esses conhecimentos podiam ser executados adequadamente. Por exemplo o uso de palavras como "embora", "pegar" (com o significado de "suster", e não com o significado de "bater" ou "golpear" que lhe outorga a norma da Real Academia Galega), "quarta-feira" "quinta-feira", etc. nas falas populares da Galiza passa desapercebido nos âmbitos de poder onde se padroniza a língua. Este tipo de conhecimentos sobrevive apenas nas margens da sociedade e não goza do suficiente reconhecimento. (Foucault, 1980).

Foucault sugere que será através da recuperação destes conhecimentos autónomos, e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do conhecimento dominante que se acha vestido de "verdadeiro" com seu discurso institucional. Quando isto acontecer nasce, ou aparece, uma estória alternativa.

Mas atribuir significado a qualquer fenómeno que não se pode explicar dentro desse discurso dominante, porque o contradiria, não é uma atividade neutral, porque sempre é feito a traves da linguagem; e quando falamos de linguagem não estamos a falar de uma atividade neutral, e menos ainda se estamos a falar da mudança narrativa no próprio discurso do que é a língua, já que dispomos de uma série de discursos que são considerados apropriados e relevantes na nossa cultura, e que funcionam como formas de controlo social, que são os responsáveis de manter o conhecimento unitário. Portanto, não vai ser nada fácil encontrar uma forma de expressão pola que comunicar esses novos conhecimentos que até então vinham sendo disfarçados, negados, e mesmo considerados inexistentes.

Como uma superstrutura que vincula este conhecimento que denominamos "erudito" e o conhecimento "indígena" ou autónomo, na Galiza surge o movimento cívico, tentando articular vias de comunicação entre estas duas formas de conhecimento, com o fim de fazer visível esta realidade linguística, e se reconheçam os direitos dos cidadãos que tem uma visão da língua não coincidente com o discurso dominante defendido polos organismos detentores do poder. Aqui incluiremos todas as organizações do movimento reintegracionista.

Foucault sugere que será através da recuperação dos detalhes destes conhecimentos autónomos e desqualificados (a través da "união do conhecimento erudito com as memórias locais") que nós poderemos descobrir a história da luta e o conflito. E que conseguindo o espaço adequado no que esses conhecimentos possam ser levados a cabo, desenvolve-se uma crítica efetiva ao conhecimento dominante, uma crítica cuja validez não vai depender da aprovação dos regimes do pensamento estabelecidos. (Foucault, 1980). Esse espaço, e a capacidade de crítica, consegue-se dum modo indiscutível com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP).

A AGLP, a diferença de outras academias de Língua, não nasce para premiar os conhecimentos eruditos que já são muito valorizados pola sociedade na que nasce essa Academia; não, a AGLP nasce para dar voz a conhecimentos, que longe de ser valorados, estão sendo subjugados polo poder estabelecido, nesses conhecimentos incluem-se tanto os eruditos como os indígenas.

Portanto a AGLP não é filha da elite que domina o conhecimento erudito sobre a Língua, senão que é filha do movimento cívico, que consegue finalmente vincular uma realidade social, tenha a força que ela tiver, com um conhecimento erudito indiscutível. A aparição da AGLP faz real a crítica efetiva a esse conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza, e, portanto, uma nova narrativa, que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade têm, faz-se imprescindível.

6. Processo de Externalização

O primeiro passo para a nova narrativa é sempre conseguir a separação de esse conhecimento unitário. Através da externalização da situação real para deixar em evidência a inexatidão do discurso dominante e assim mostrar a sua

incapacidade para incluir aspetos que são relevantes e importantes para a língua. A AGLP separa-se do discurso erudito dominante, mas consegue ser reconhecido seu conhecimento como erudito. Esse reconhecimento polo que tanto leva lutado ao longo das décadas o movimento reintegracionista, faz-se efetivo de forma real e contundente com o nascimento da AGLP. Mas a AGLP é fruto da constância do movimento cívico, ao que se sumam multitude de esforços individuais.

O movimento reintegracionista, apesar de ter passado por épocas difíceis não desistiu de seu empenho na elaboração desse discurso que demonstrasse de vez como o discurso oficial não podia explicar algum aspeto essencial para a língua da Galiza. A AGLP, o vejamos todos ou não, e filha de todas e cada uma das pessoas que se somaram a este movimento cívico pola defesa da Língua, e a defesa dos direitos linguísticos dos cidadãos da Galiza.

Com a AGLP consegue-se uma separação total do discurso unitário e dominante; não só se afirma que o "galego" não é diferente do "português", contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar "português". O dia seis de outubro, com a inauguração da AGLP, se consegue finalmente fazer chegar à sociedade, em maior ou menor medida, o reconhecimento da existência de elementos linguísticos, que sendo reais, não podem ser explicados polo discurso oficial sobre a língua.

Neste momento, histórico, os detentores do poder, e defensores do discurso que com o nascimento da AGLP se evidencia insatisfatório para explicar certos elementos linguísticos que acabam de ser reconhecidos, só podem fazer como que nada tivesse acontecido, ignorar o acontecido; porque se falarem publicamente da AGLP fazem é reconhecê-la.

Previsivelmente silenciá-la é o que vão tratar de fazer; mas como por outro lado há setores da sociedade que estando muito preocupados polo futuro da língua, vão olhar para este acontecimento, e os meios vão ir recolhendo e fazendo público o que vai tendo lugar.

7. Uma Audiência

A Inauguração da Academia Galega da Língua Portuguesa, consegue de forma contundente esse primeiro passo que é a separação do discurso oficial, por primeira vez consegue fazer visível a incapacidade do discurso oficial para explicar suficientemente bem o que é a língua na Galiza. E consegue esse efeito por muitas e pequenas razões que se vão explicar a seguir.

O lugar desde onde se faz o discurso que pretende ser ouvido, é um lugar institucional; portanto, leva implícito o apoio do governo. Em segundo lugar, há na mesa de oradores uma audiência cuja importância não se pode negar: há um representante do próprio Governo galego, o senhor vice-secretário de relações institucionais da vice-presidência da Junta da Galiza.

Há também o reconhecimento da Universidade de Santiago de Compostela. Estão os representantes das Academias de Ciências de Lisboa e de Letras do Brasil, o professor Artur Anselmo e o professor Evanildo de Bechara; estão os outros académicos de Lisboa, o professor Malaca Casteleiro e o professor Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta. Está o escritor moçambicano João Craveirinha.

No público há também personalidades do mundo da literatura e a política, que não passam desapercebidas. E finalmente os próprios organizadores e organizadoras do ato que começam com uma oferenda floral ao panteão de Galegos Ilustres com o que se vestem a si próprios de dignos herdeiros dos antepassados mais ilustres. Por tanto o ato se faz impossível de negar, e como recordatório fica o material impresso com a publicidade do ato, e fica o primeiro número do Boletim que foi distribuído e que vai circular a partir desse momento.

8. Nascimento do Novo Discurso e Derrubamento do Discurso Único

Com o ato inaugural fica, pois, estabelecida a existência de uma narrativa, que teve uma audiência a que não se pode negar, uma audiência que se percebe a si própria como geradora de outra audiência social maior. Os oradores são entrevistados e seus comentários se fazem públicos em diversos meios, com o que a audiência que é um elemento essencial para a divulgação do novo discurso, se vai fazendo maior dia a dia. Isso vai fazer aparecer as primeiras críticas que, independentemente do contigo, vão contribuir a dar visibilidade ao novo discurso narrativo que se opõe ao estabelecido.

Com isto o que se conseguiu foi que o discurso narrativo que vinha dominando o território da língua caísse, a partir desse momento passa a ser

mais um discurso, com todo o seu inegável poder, mas já não é o único discurso. Portanto sua verdade de único válido e verdadeiro fica rota; ora bem, isso não significa, como se verá a seguir, que o discurso que o fez cair passe ao substituir.

A partir do momento em que o novo discurso teve o seu efeito, o velho discurso fica obsoleto; isto é, a partir do momento em que um discurso alternativo que contradiz o discurso oficialmente estabelecido permeia o suficiente na sociedade, passamos a um período no que se pode dizer que ficamos sem paradigma que possa satisfazer a essa sociedade. Isto acontece também nas teorias científicas, o que Kuhn denomina como mudança de paradigma (Kunk, 1972). O passo seguinte e que começou nos dias a seguir a criação, e sobretudo a inauguração da AGLP, é a atribuição de significado ao acontecido. Haverá aqueles que o queiram negar e voltar ao velho discurso; isto é o que se fez noutras ocasiões e funcionou para mascarar a existência do reintegracionismo.

Aqui a AGLP, e o movimento reintegracionista em geral, têm o lavor de continuar a fazer visível a existência desse novo discurso, e na medida do possível ampliar a audiência à que chega; mas nem o reintegracionismo, nem a AGLP, são já os únicos no "jogo" que consiste em atribuir significado a realidade, encaixando essa nova informação.

Bateson argumenta que toda informação é necessariamente "notícia de diferença", é que é a perceção da diferença o que provoca todas as novas formas de resposta nos sistemas vivos. E é graças a essa nova informação, e a sua capacidade para ser padrão ("pattern") catalogada, que um evento é selecionado para sobreviver, em lugar de passar desapercebido e realmente não existir para nós como factos. (Bateson, 1972)

O passo a seguir, logo de que uma informação foi reconhecida como nova, é a catalogação dessa informação polo contexto que a recebeu. Efetivamente, só pode ser processada e catalogada polo contexto que a recebeu.

O que acontecerá a partir deste momento será a proliferação de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados. É dizer que, uma vez que a AGLP foi criada, e a essência do seu discurso, que podemos resumir com "galego igual a português", foi capaz de penetrar na sociedade, rendendo como ineficaz para explicar esse evento o discurso até então único, que afirmava justamente o contrario: "galego diferente de português", o que acontecerá será a aparição de novos discursos que tentem explicar o que acontece. O que nunca em nenhum caso se vai passar, como já se afirmou, é que o novo discurso passe a substituir o velho.

Uma revisão histórica permite-nos ver como se resolveram na prática situações similares nas que se produziram mudanças de narrativa na sociedade ocidental. Um bom exemplo é o que aconteceu nos EUA com o movimento feminista nos anos sessenta; depois de anos e anos de luta, quando finalmente o discurso defendido polos grupos feministas se faz visível e permeia a sociedade, derruba o discurso machista, tirando-lhe a sua posição de discurso único.

Ora bem, o que não se deu foi uma substituição de discursos, o novo simplesmente serviu para que o velho deixasse de ser considerado válido, e a partir desse momento começou um processo de geração de discursos que chega até os nossos dias. Há muita gente que se considera não-feminista, mas também não se pode considerar defensora do modelo machista.

9. Prognóstico de Futuro

Cabe esperar, é será bom que assim aconteça, que novos discursos sobre o que é o galego com respeito do português, comecem a surgir na nossa sociedade; discursos que irão encaminhados a catalogar e acomodar a nova informação que é já informação que pertence a um contexto que é maior do que o próprio contexto reintegracionista.

Dentro destes novos discursos haverá aqueles que sigam a dizer que galego e português são línguas diferentes, e no outro extremo os que digam que galego e português são a mesma língua e que de facto a língua da Galiza pode, e mesmo deve ser denominada "português". Entre estes dous tipos de discurso, que ocuparão os extremos de um contínuo, vão começar a proliferar discursos intermédios que se aproximem mais de um ou do outro.

Este é o passo mais importante para a geração de significado, porque destes novos discursos e da sua adequação e aceitação vai depender o efeito que vão ter na sociedade. Cabe antecipar que haverá aqueles discursos que tentem pôr de manifesto a diferença mesmo admitindo a proximidade de galego e português; e haverá aqueles que tentem pôr de manifesto a

similitude. A sociedade vai provando esses novos discursos e vai aceitando ou rejeitando dependendo de multitude de fatores. Um desses fatores vai ser, quem escreva esses novos discursos, quem diga o quê. O mesmo discurso, com as mesmas palavras, vai ter maior ou menor aceitação dependendo de quem o defenda.

Estamos agora num período cheio de interrogantes, um período no que a AGLP vai ter de seguir a manter vivo o discurso que force a necessidade de que discursos intermédios surjam, e vai também ter talvez de jogar um papel "influenciador" nos organismos de poder que vão ser os encarregados de fazer penetrar socialmente os novos discursos.

Na medida em que a AGLP, sempre mantendo a sua independência, seja capaz de orientar o apoio do Governo para os novos discursos, estará guiando a direção da mudança da narrativa linguística, que já começou a ter lugar. A força que a AGLP terá na sociedade vai depender em grande medida da sua capacidade de atrair gente ao seu projeto dentro da Galiza, e também da perceção que na Galiza se tenha de sua projeção internacional dentro da Lusofonia.

10. Referências

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind.* New York: Ballantine Books.

Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Chafe, W. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R. Olson, N. Torraru, & A. Hildycrill (Eds.), *Literacy, language and learning*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Durão, C. (2008). Síntese do reintegracionismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.

Foucault, M. (1979). Discipline and punish: The birth of the prison. Middlesex: Peregrine Books.

Foucault, M. (1980). Power/knowledge: Selected interviews and other writings. New York: Pantheon Books.

Gil Hernández, A. (2005). *Temas de linguística política*. Acrunha: Associação de Amizade Galiza-Portugal.

Khun, T. (1972). Structure of the scientific revolutions. Seg. Ed. Chicago: University of Chicago Press.

Stubbs, M. (1980). Language and literacy: The socialinguistics of reading and writing. London: Routledge, Kegan, Paul.

White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London: W.W. Norton & Company.

8. *CRISTINA VIANNA (TEREZA CRISTINA MITSUO SEKI) ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS, POETAS E CONTISTAS CATARINENSES.*

RIBEIRÃO DA ILHA E SUAS RAÍZES AÇORIANAS.

As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, regrar e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social. A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. São as formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso.

A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses. Foram fundadas as primeiras freguesias, entre elas a - Ribeirão da Ilha, em 1749; a primeira a ser fundada. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança.

Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. Na arquitetura, preservada no casario colonial e nas igrejas seculares; no sotaque, com um jeito cantado de falar; nas expressões típicas dos nativos; nos segredos do artesanato das rendeiras e dos oleiros, transmitidos através das gerações. Mais que o sotaque, a arquitetura e o artesanato, os descendentes dos açorianos mantiveram vivas as tradições que preservam a alma da sua cultura.

A religiosidade da Festa do Divino e dos Ternos-de-Reis, o boi-de-mamão, o pau-de-fita, as lendas sobre bruxas e assombrações, nas comidas, nas farinhadas, nas infusões curativas, nas simpatias das benzedeiras contra o mau-olhado, nas histórias de pescadores, ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza. As cidades são a memória da cultura, são os símbolos históricos. O que se percebe sobre o conceito de cultura é a alteração nos padrões concretos de comportamento do homem, nos quais a dinâmica cultural abriu caminhos para mecanismos de controle para direcionar, regrar e controlar, de certa maneira, o homem em seu meio social.

A cultura é o resultado da criação vivencial do homem em sociedade. Uma relação homem natureza e ideias. É a formas de sentir, simbolizar e pensar. Tem origens identificáveis quer na transmissão, quer na criação. Tempo, sociedade e povo, estão sempre produzindo mudanças e adaptando usos e costumes e nesse caminhar histórico, desenham seu próprio curso.

1. Não há povo sem tradição cultural.

O ano de 1746 foi particularmente especial para o processo de ocupação do Brasil meridional. No dia 31 de agosto de 1746, o Rei D. João V, através de Resolução Régia, determinou que fosse iniciado o processo de inscrição de casais Açorianos que deveriam embarcar para o Brasil. A colonização da Ilha de Santa Catarina aconteceu a partir de 1748, quando chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes portugueses.

Ao longo dos anos, de 1748 a 1756 mais de 4.500 açorianos fixaram residência no litoral do Estado de Santa Catarina e aproximadamente 1500 açorianos migraram para o Rio Grande do Sul. Estes ilhéus, não só asseguraram a efetiva ocupação do litoral do nosso Estado, como fixaram raízes culturais profundas que até hoje constituem a essência cultural litorânea.

> *O passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 2001).*

Segundo o escritor açoriano, Daniel de Sá, em sua obra Açores (2003:64):

> *"Nas almas da Ilha de Santa Catarina, nos caminhos percorridos por muitas gerações de ilhéus foram os quase seis mil açorianos e algumas dezenas de madeirenses que marcaram de forma definitiva a sua presença, ao levarem para o sul do Brasil a sua cultura, que é o código genético social de um povo".*

A Ilha de Santa Catarina fica no sul do Brasil, é uma ilha costeira com dimensão de 424 km^2. Sua posição é de zona temperada, tem relevo acidentado com muitos morros e rochas. O Ribeirão da Ilha ocupa a extremidade sul da Ilha. Possui uma costa marítima de mar interno, baía, com praias calmas e guarnecidas de colinas que vão de 200 a 600 metros de altura. Não existe uma data determinada para a fundação da Vila do Ribeirão. Sua fundação resultou de um processo que teve início em 1526 quando Sebastião Cabotto, navegador veneziano a serviço da corte da Espanha, chegou ao sul da Ilha de Santa Catarina, junto a um riacho chamado"Ribeiraco", pelos indígenas.

Oficialmente sob a designação de freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha foi instituído em 11 de julho de 1809 por Alvará de Dom João VI, depois de ter sido elevada a paróquia em 1807. Os imigrantes moldaram a Florianópolis do século XXI à sua semelhança. Ainda hoje, as marcas da colonização açoriana estão presentes no cotidiano da cidade. A praça e igreja ficam viradas para o mar, pois este é outro referencial de vida: via de comunicação e fonte de extração de pescado, principal alimento, o mar exerce fascínio e inspira mistério.

Segundo Nereu do Vale Pereira o mar é a porta para o incerto e desconhecido e, por isso é amado e temido ao mesmo tempo. Todas as casas fazem frente para o mar, assim o referencial da estrutura urbana e física do Ribeirão obedece a dois focos: A religiosidade do povo (igreja) e o seu sustento (mar). As casas do Ribeirão apesar do tempo e da influência da modernidade acompanham ainda hoje os modelos arquitetônicos açorianos.

"Amo o meu Ribeirão", comenta a moradora mais antiga da comunidade, Nilza de Souza Damásio, 83 anos. Mãe de quatro filhos, a "manezinha da Ilha" é o retrato do povo do Ribeirão, conhecido por sua longevidade. Só na comunidade, segundo ela, existem 98 viúvas, que apesar da idade são jovens em espírito e nos traços açorianos.

> *"Em 1720, José Vargas Rodrigues veio da Ilha dos Açores de Portugal com caravelas para a Freguesia. O português trouxe com ele 30 escravos e muitos pombos-correios para se comunicar com sua pátria. Em uma das cartas enviadas à Europa, ele informava aos açorianos: "Venham, muita terra, muito peixe"*.

Rodrigues trouxe com ele a imagem da Santa Nossa Senhora da Lapa, padroeira da localidade, e os altares para a Igreja. *"Nossa Igreja é muito bela. "É nosso cartão-postal*", acrescenta Nilza. A moradora mais antiga da comunidade se preocupa em manter as tradições dos colonizadores. Ela lembra que a única mudança foi à troca da pescaria pelo cultivo de ostras. "*As ostras vieram para salvar os pescadores*", acrescenta. Atualmente, na Freguesia existem 60 criadores. Além da peculiaridade de seu povo e da beleza de sua natureza a Freguesia é guardiã do Eco museu do Ribeirão da Ilha. Neste passeio pela história, os visitantes têm a oportunidade de conhecer como eram a chácara dos açorianos, seus engenhos de mandioca

> *" Ora os açorianos foram pioneiros absolutos. A sua função principal foi assegurar a presença portuguesa nas fronteiras com as colônias espanholas, garantindo o cumprimento do tratado de Madrid. Para isso, tiveram de suportar dificuldades sem conta.*
>
> *Se o clima não lhes era adverso, já os terrenos agrícolas eram totalmente distintos dos nossos.*
>
> *Tratava-se de solos sedimentares, menos férteis do que os vulcânicos das ilhas, que não permitiam a maior parte das culturas a que estavam habituados, a começar pelo trigo, o que os obrigou a aprenderem a usar a farinha de mandioca. " D*aniel de Sá (fonte: jornal online Azores Digital)

O Eco-Museu do Ribeirão fica em uma casa açoriana, construída em 1921, junto a um engenho artesanal de farinha e mandioca. Seu acervo reúne móveis antigos, equipamentos domésticos artesanais, relíquias eletrônicas, e ainda peças sacras e folclóricas. Possui um auditório onde são promovidos cursos, palestras e mostras de vídeos culturais. Ao lado há uma pousada e um restaurante que também são do Museu.

Dentre os Estados brasileiros o que mais guarda a influência açórica no Brasil é o de Santa Catarina. Provavelmente pelo grande número de imigrantes ilhéus que recebeu no século XVIII, e pelo relativo isolamento a que ficou submetido até 1960.

O museu tem ainda em seu acervo, peças de até 250 anos de idade e peças mais modernas que vão contando a história da evolução. Vimos, por exemplo, uma pedra vulcânica que os açorianos trouxeram e usavam para moer farinha, vimos uma cama antiga - com colchão de crina de cavalo, colcha de fuxico e mosquiteiro - arrumadinha como que esperando para um descanso, vimos utensílios domésticos, ferramentas de construção e de pesca, objetos de 1906 como o gramofone, restaurado na oficina do museu (como todas as peças do acervo) e aprendemos também a origem de expressões tão usadas ainda hoje, como o "sem eira nem beira".

Antigamente, na construção de uma casa, quanto maior as posses do dono, maiores eram as "eiras" (avançado do telhado - como se fosse à cobertura de uma varanda) e as "beiras" (parte do piso ao redor da casa que acompanhava o tamanho das eiras). Dessa forma, uma pessoa de poucas posses não poderia construir eiras e beiras muito grandes, então eram "sem eira nem beira.

Dentre os objetos o museu guarda o presépio açoriano mais antigo do Estado, elaborado em 1780 por uma escrava que usou como materiais conchas, escamas e óleo de peixe. Neste presépio, misturou características da umbanda, como Ogum e mães de santo ao catolicismo. Fonte: Jornal Diário Catarinense. Quem visita hoje a Ilha de Santa Catarina ou mesmo o litoral do Estado e perguntar a um nativo como ele se identifica e qual sua origem, encontrará respostas muito comuns como estas: -*"eu sou manezinho! ", "Sou açoriano"!* Se abrir os jornais locais, verá expressões como: "*cultura açoriana", "arquitetura açoriana", "folclore açoriano".*

Se procurar mapas ou roteiros: Turístico oficial do Estado lá encontrará o ícone de uma rendeira, simbolizando a região Litorânea. Se percorrer o comércio e as praias verá letreiros assim: padaria açoriana, posto dos Açores, imobiliária Açores, livraria açoriana, Hotel Arquipélago dos Açores, etc. Houve algo mais a partir da vinda dos açorianos: verificou-se um fenômeno linguístico muitíssimo interessante.

Colonizados por Portugal nos séculos 15 e 16, os Açores conservaram por muito tempo, quase intocada, uma boa parcela da língua lusitana quinhentista. Uma espécie de dialeto que incluía uma série de palavras e expressões vindas do arquipélago português dos Açores, de onde procedeu a maioria dessas famílias florianopolitanas. Foi esse "idioma" que os açorianos trouxeram a Santa Catarina no século 18.

Vivendo seu isolamento, os ilhéus de Florianópolis preservaram parte dessa herança linguística tornando-se assim, até o presente século 21, talvez o único povo no mundo a usar tão significativa fatia de palavras e expressões do português dos anos 1500. Ou seja, da língua falada no tempo das caravelas, na época da conquista da América. Segundo Seixas Neto,

> "*O ilhéu tem velocidade lusitana de flexão capaz de pronunciar cinquenta palavras razoavelmente longas por minuto; tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século dezesseis, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".*

Nem em Portugal, nem nas outras ex-colônias, nem mesmo nos próprios Açores se tem notícia de que exista, hoje, uma prática igual. A "língua" do interior da Ilha de Santa Catarina, porém, não se caracteriza apenas por essa influência lusitana quinhentista. Ela contém, além disso, outros componentes culturais que se manifestam através do senso crítico, de uma saborosa ironia e do bom humor.

Há muito discriminada pela burguesia, que a chamava de "manezês", ou seja, o falar dos "manés da Ilha", essa língua agora se encontra numa situação contraditória e extravagante. De modo bastante regular, quem fala com um nativo ilhéu, dos sítios, pouco lhes entende o significado das palavras ou disso se ri, como se o ilhéu fosse "burrinho da silva", mas não, seu falar é seiscentista e é preciso bom conhecimento português para seguir o "fio da conversa".

Depois, há uns usos portugueses das aldeias: Fazer o "serão": serão é trabalho voluntário à noite, gratuito, com "anedotas" e "causos" para matar o tempo até as "desoras" (é "desoras" lusitano mesmo, quero dizer, hora tardia, tarde da noite, e não dez horas).

2. Pequena amostra do idioma dos Ilhéus: (Alexandre, Fernandes; 1994)

Abespinhar: picar, beliscar
Andar em porta milá (ou importa-me lá): andar sem rumo, perdido
Andar escovando aribu (urubu): estar desempregado, numa pior
Assentar as costuras (de alguém): bater, dar uma surra
Ataque de pelanca: crise "histérica"
Bafuja: pouco vento, quase calmaria
Bestunto: pessoa estúpida, de intelecto limitado
Boi ralado: carne moída
Burlantim: palhaço, ator cômico
Cabeça de todos nós: pessoa de cabeça grande
Casa de instantinho: motel
Chichilaria: burocracia
Conduto: prato principal da refeição
*Dar de mamar à enxada: pessoa que, na lavoura, tem preguiça de trabalhar e fica apoiada no instrumento (*a expressão pode ser generalizada para todos os preguiçosos)
Dar com os cornos nos mariscos: se dar mal
De sol parido a sol morrido: durante todo o dia
És bom pro fogo: expressão usada para dizer que uma pessoa não presta (também ameaça debochada, de mandar alguém à fogueira, talvez numa referência à Inquisição, que aterrorizou a Europa, incluindo certamente os açorianos)
Gangana: grupo de bruxas velhas
Ir aos pés: ir ao banheiro, fazer as necessidades fisiológicas
Mofas com a pomba na balaia: expressão usada para dizer que uma pessoa não vai alcançar o seu intento, que vai se cansar de esperar
Pastilha de prosear: ficha telefônica
Pisa flores: pessoa afeminada
Mandrião: preguiçoso, malandro

Tão preservada ficou a cultura açoriana nessas paragens que ainda se vê em certas localidades costumes e hábitos populares seculares, como o de contar estórias e lendas fantásticas, fazer rendas e bordados, cultivar ervas medicinais e comemorar as festas do mar e do Divino Espírito Santo. Ainda é possível ouvir ecos de outro tempo, numa outra ilha, portuguesa com certeza.

3. Referências Bibliográficas:

Alexandre, Fernando; Ilustrações de Andréa Ramos: Novo Dicionário da Ilha – Falar e falares da Ilha de Santa Catarina; Florianópolis: Cobra Coralina, 1994

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras 2001

Pereira, Nereu do Vale, Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense, Florianópolis: Papa - Livro; 2003

SÁ, Daniel de. (2003) *Açores:* Everest Editora, Ltda.

Seixas Neto em ***O falar ilhéu na ilha de Santa Catarina*** (in ***Folclore Brasileiro***, de Doralécio Soares, 1979, edição MEC/Funarte):

Sá, Daniel - http://www.azoresdigital.com/ler.php?id=1455&tipo=col- sábado, dia 18 de novembro de 2006

Seixas Neto, A.. "O falar do ilhéu". *O Estado*. (Florianópolis, 05 de janeiro de 1972)

Seixas Neto - http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro85/pa85012c.asp- dezembro de 2005

9. DINA FERREIRA. UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

LUSOFONIA: IDENTIDADE E SENTIDO DE PERTENÇA,

Esse estudo pretende discutir a questão de identidade lusófona, partindo das expressões "nunca dantes" e nunca antes", utilizada, respectivamente, por Camões em *Os Lusíadas* e por Lula, Presidente do Brasil em seus discursos políticos.

Discute-se a questão de territorialização e pertença que estas expressões evocam como dinâmica identitária.

Utiliza-se das prerrogativas derridianas sobre o caminho bustrofédico da linguagem cujo arado sempre traz à tona resíduos de outras histórias pelo reaproveitamento e resignificação de signos.

Questiona-se, a partir do reaproveitamento ufânico de "nunca dantes", se ele se constitui vetor de um continuum de identidade lusófona.

1. "Nunca dantes"

Vejo-me diante de uma reportagem do colunista Reinaldo Azevedo, conhecido como o 'cristo'[69] do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (mandatos 2002/2010). Este colunista comenta sarcasticamente que os discursos de Lula, continuamente, em seu tom exaltador e messiânico, se não demagógico, apresenta em seus pronunciamentos a expressão "nunca antes (nesse país) ", e algumas vezes "nunca dantes (nesse país"). Imediatamente o verso de Camões, em *Os Lusíadas*, "mares nunca dantes navegados" veio ao pensamento.

Tenho aí uma questão sobre a identidade lusófona: pergunta-se por que uma expressão como "nunca" dantes" sacralizada, em obra do século XVI, no território Portugal, ainda se repetia no século XXI, no mesmo tom de uma saga.

Não aventamos que o uso dessa expressão por Lula seja decorrente de recurso estilístico resultante de conhecimento da literatura portuguesa e consequentemente da literatura portuguesa, com o objetivo de se comparar nem a Camões nem ao ufanismo das descobertas de novas terras.

A crença dessa prerrogativa também não se ancora no preconceito em relação ao nível de escolaridade do Presidente – 5ª série do ensino fundamental[70] –, até porque o uso dessas expressões só ocorre em discursos que improvisa na prática do poder. Não há em seus discursos revisados e editados por sua equipe nenhuma ocorrência dessa ordem.

Muitas outras justificativas podem ser levantadas: ter ouvido essa expressão de seus membros ministeriais, tais como do Ministro da Cultura, e tê-las reutilizado tendo em vista a percepção de seu tom ufanista; ser uma expressão ouvida durante a sua vida, mesmo sem noção de que teve um uso camoniano; ser resultado de um conhecimento enciclopédico; e simplesmente porque se apropriou da autoria da boca do povo. Seja qual for a justificativa do encontro de Camões com Lula, nenhuma delas é relevante para nosso estudo.

Enfim, o que verificamos são territórios que se cruzam em lusofonia, atravessando tempo e espaço – tempo dos séculos e terras diferentes na travessia de um rastro de identidade lusófona na prática ufânica.

O referido colunista, Reinaldo Azevedo, em constante crítica à fala do presidente fornece dados quantitativos nos pronunciamentos presidenciais brasileiros: a expressão "nunca antes" teria em torno de 3000 ocorrências e a "nunca dantes", 126. Muitas brincadeiras jocosas, muitas críticas ao tom ufânico dessa expressão, seja qual for sua variação de uso:

Mais cultura, "menas" humildade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem considerar repetitiva a expressão "nunca antes neste país", que costuma preceder a enumeração de feitos do governo em seus discursos: "Mas é verdade". "Está uma coisa tão

[69] Uma pessoa ser o 'cristo' do outro é uma gíria da língua portuguesa do Brasil, que indica ser uma pessoa tão ofensiva que se torna o motivo de grande sofrimento do outro; faz o outro caminhar igual a Cristo, carregando uma cruz. Logo cruz pode ser considerado sinônimo de cristo pela equivalência de sentido de sofrimento.

[70] Ensino Fundamental corresponde as primeiras séries na escala da escolaridade brasileira. O ensino fundamental vai da 1ª a 8ª séries, seguido do Ensino Médio, da 1ª a 3ª séries, para em seguida continuar em nível universitário.

repetitiva, (...) esse negócio de que "pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes" (Jornal *Folha de São Paulo*, 9/1/09); *"nesse" país...*

É a expressão preferida do presidente do Brasil, na sua retórica demagógica.

Subjetivamente, porém, ao espezinhar a Gramática, no desconhecimento do emprego dos pronomes demonstrativos, Luiz Inácio demonstra, claramente, não saber onde está, afora não ver nada e não saber de nada. Não é "nesse" país, Exmo. Sr. Presidente, mas, sim, neste Brasil que gostaríamos de ver realizadas as maravilhas do seu discurso.

Por certo, na sua desorientação encontra-se a origem de tudo. A certeza é a de que V. Exa., refere-se a uma terra hipotética – a terra dos seus delírios –, que respira emanações de ebriedade coletiva. Neste Brasil, entretanto, não enxergo razões para muita euforia, ao menos enquanto países como Azerbaijão, Etiópia, Quênia, Zimbábue, Coreia do Norte, Cazaquistão, Cuba, e mais trinta outros merecem mais medalhas do que nós (Paulo Carvalho Espíndola, *TERNUMA Regional Brasília*);

> *Não deixe de votar, divulgue entre os seus amigos; nunca se sabe quando (…) não menos importante, o uso indiscriminado dos Cartões Corporativos. (...) rios nunca dantes bundeados*[71]*, existem dois cubanos (...) em campanhas eleitorais e nunca antes pagamos tantas taxas bancárias: é o bolsa-família*[72], dos banqueiros...

Claro, escrever rápido implica no uso de fórmulas, mas quem disse que não se pode (...) esse negócio de que:

> '*pela primeira vez, nunca antes, nunca dantes*' (...).
>
> *Senhor General, que nos últimos anos? ao mesmo tempo que mais se aproxima a assaltam preocupações nunca dantes vividas. Refiro ao revanchismo de pessoas desqualificadas* (*www.veja.com*).

Apesar de tantas ironias a respeito do uso dessas expressões pelo presidente, nosso objetivo não é nem questionar o certo e errado de seu uso em relação às normas da língua portuguesa, nem discutir a filologia das mesmas – seja "nunca antes", seja "nunca dantes", seja "nunca d'antes" – e muito menos levantar questões sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Sabemos que "dantes" é contração da preposição "de" mais o advérbio "antes". A forma e composição dessas expressões não são os únicos caminhos que desvendam o processo identitário, e sim os sentidos que elaboram em sua prática discursiva.

A questão é nos perguntar como esse significante chegou até nós, do século XVI ao XXI, tendo em vista a manutenção e intenção de louvar e aplaudir uma pátria, seja em uma epopeia literária, seja na demagogia do discurso político brasileiro.

2. Caminho bustrofédico da linguagem

O primeiro degrau de nossa argumentação é ler o jogo designativo "nunca dantes" e "nunca antes" a partir da ideia de que a língua é ecológica[73].

Entende-se que a linguagem tem em sua natureza a capacidade de ressignificar a cada momento de sua materialização em língua, uma vez que a linguagem não exclui significações ao longo de seu percurso no espaço-tempo histórico; ao contrário, a cada expressão significante, resíduos significativos se processam e se remodalizam. E é pelo movimento do movimento da escritura[74] (Derrida, 1999: 351) que se postula ter a linguagem natureza ecológica:

> *Trata-se da escritura por sulcos. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – via rupta – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização.*

---

71 "Bunda" é um termo de baixo calão no uso da língua portuguesa no Brasil; refere-se às nádegas, parte traseira do corpo humano; trata-se de um termo chulo pois há equivalência de sentido do local traseiro do corpo com o local de defecar. No caso, o verbo "bundear", também é de uso chulo, porquanto designa pessoas desocupadas e preguiçosas que não trabalham e que ficam sentadas sobre a "bunda".

72. Rendimento de inserção social

73. Termo utilizado pelo Prof. Dr. Kanavillil, Rajagopalan, em sala de aula, no Curso de Pragmática, Pós-Graduação, IEL, Unicamp, segundo semestre de 2001.

74 O termo "escritura", sob a égide derridiana, não se vincula só à escrita, mas também à *phone*, tendo em vista o seu conceito de arquiescritura, a linguagem que antecede fala e escrita (Derrida, 1999)

Derrida pleiteia para escritura um movimento bustrofédico[75],

> *Isto é, um movimento contínuo, da esquerda para direita e da direita para a esquerda, como o arado do boi sulcando a terra. Sob a ótica bustrofédica da linguagem, verifica-se que nesse movimento não há interrupção, e essa continuidade permite reafirmar que a linguagem é ecológica, isto é, processo de contínuo reaproveitamento da terra-linguagem em que o vaivém do arado (movimento no espaço, tempo, história) produz um desvelar de significações. Se o processo de cultivo é contínuo, a cada plantio linguageiro resíduos remanescentes de uma antiga plantação revolvem-se para se agregar à próxima; a terra na qual as designações são plantadas não consegue eliminar e substituir os rastros de antigas plantações; é no revolver da linguagem-terra que novos grãos designativos se encontram com resíduos de outros grãos remodalizando-se em novos jogos de linguagem. Um momento histórico da linguagem não elimina o anterior e nem se excluí do posterior.*
>
> *O movimento bustrofédico, realizado metaforicamente pelo arado do boi, deixa sulcos e marcas, sulcos profundos ou não, dependendo do instante histórico em que são realizados, cujas marcas culturais e suas significações podem ser redescobertas para além do momento de sua aragem, pois, dependendo da força histórica do arado, os sulcos sedimentados e cristalizados não se dissolvem tão facilmente:*
>
> *Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura de volta de boi – bustrofédon -* (Derrida, 1999: 351-352)

A linguagem, então, movimenta e sulca seu terreno (re)semeando seus produtos de significação, que vai deixando resíduos. Sulcos pressupõem marcas e traços, e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento. Por essa tessitura metafórica permite-se pensar ser a estrada-sulco o fazer da linguagem. O percurso da linguagem recebe os adubos de forma e conteúdo a cada espaço-tempo percorrido, pois não se nega às especificidades socioculturais dos jogos de linguagens.

E por esse raciocínio já se pode conhecer os resíduos de sentido da expressão "nunca dantes" do XVI presentes no uso de "nunca dantes" e "nunca antes" do século XXI.

3. Jogos de sentido

A expressão "nunca dantes" ou "nunca antes", tanto no caso de "mares nunca dantes navegados" e "nunca (d)antes nesse país", semanticamente, trabalha com dois pontos: ação e tempo. No quesito ação, a negação "nunca" elimina a realização da ação, presente ou passada ou futura. É o caso das sentenças – nunca navego, nunca naveguei, nunca navegarei, nunca navegadas –, que elimina a possibilidade de realização da ação de navegar, ou seja, a ação de navegar é impedida de se realizar.

No quesito tempo, a marca "antes", à primeira vista, apenas indicaria um tempo passado, anterior ao presente. Mas, ao se aliar sintático-semanticamente ao "nunca", reforça a eliminação da ação, no caso a ação passada. Ao excluir qualquer ação do passado, hiperboliza-se a ação do presente e seus louros futuros.

Se os mares nunca foram navegados, a navegação presente ou futura clama por ação, e se nunca antes nesse país nada se fez, a ação presente é forte com maravilhas de futuro. Nesse jogo de sentido, pontua-se, então, pela exclusão da ação passada, pela presença da ação do presente e pela promessa de ação futura, o colorido ufânico das terras louvadas – Portugal e Brasil.

4. Territorialidade e pertença

Abordando as pátrias Portugal e Brasil, estamos nos referindo a territórios, não só geográficos, mas caminhando para a ideia de fronteiras simbólicas do ufanismo, logo é mais coerente tratarmos a noção de território pela corrente pela vertente "*simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da*

[6] Palavra de origem grega que significa ao pé da letra *volta do boi*, *bous* está para boi e *strophe* para virada; "virando de uma linha para a outra, como fazem os bois ao passar de um sulco para outro, isto e, escrevendo alternadamente da esquerda para a direta e, depois, da direita para a esquerda, maneira de escrever usada em antigas inscrições gregas".

apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica da territorialização habita um espaço organizando-se pela historicidade e geograficidade.

Vale a observação que historicidade e geograficidade podem ser valores construídos no próprio território ou designados por outro território. No caso, o território geográfico Brasil, pela fala política do presidente, revela sagas de um outro território, Portugal, pela voz de Camões[76].

E a fala de Lula transforma o território brasileiro em uma geografia simbólica de grandes sagas, em que o comandante da nau brasileira agora navega pelos rios da riqueza e do desenvolvimento.

Também na questão de territorialização simbólica outros eixos são pertinentes: historialidade e historicidade. A historicidade estaria para o motivo de usar a expressão "nunca antes nesse país", na medida em que "*nasce da "autoapreensão do homem em relação ao vivente e à vida* (Derrida, 2002: 49-50), ou seja, o presidente tem consciência de sua popularidade, que se torna o motivo para exercer o ufanismo simbólico do "nunca dantes navegados".

Historialidade seria o efeito identitário da narrativa da historialidade porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A historialidade seria então *"um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) é um modo de estarmos conscientes dessa pertença. "* (Vattimo, s/d: 11).

No caso da história política brasileira, a consciência de pertença à nação é pontuada pelo momento atual de uma nau-pátria que nunca foi comandada por um presidente que veio do povo, que passou fome, que tem pouca instrução escolar.

> *Quando cheguei a São Paulo[77], só tinha barriga e língua, tão barrigudinho de tomar água de açude com esquistossomose. Muitas vezes, nós, nordestinos[78], somos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E eu fui vítima disso durante a vida inteira*.
> (Revista Veja, 14 de maio de 2003)

Historicidade e historialidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo – ter popularidade –, explode no discurso para dar conta de uma identidade político-governamental dirigida por um representante que faz o que "nunca dantes" foi feito. Já a historialidade, a noção de pertença à pátria Brasil de então, tem o movimento inverso, ou seja, faz o cidadão recuar para trás para se reconhecer no motivo. O movimento exploratório de pertença é efeito da historialidade.

Enquanto o motivo trabalha com o instante do utilitarismo de determinado momento político, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória.

A tradição mostra os desbravadores, os descobridores de terras, os lutadores pelo desenvolvimento da nação. Sem motivo não há história, e só há pertença se houver história. Ambos – motivo e pertença – trabalham na reivindicação da identidade

5. Encontro de histórias lusófonas no ufanismo

Ratificando a ecologia da linguagem e seu percurso bustrofédico, chegamos ao encontro simbólico do ufanismo de momentos históricos diferentes. Cada cultura e seus momentos de uso linguístico são uma queda em história, e como tal está circunscrita a um tempo e um espaço próprios. O que se está propondo é a percepção de que

> *os símbolos são diversamente vividos e valorizados: o produto dessas múltiplas atualizações constitui em grande parte os 'estilos culturais' (..) (e) como formações históricas, essas culturas não são*

[7] Importante esclarecer que a linha divisória entre territórios não está privilegiando qualquer quesito histórico-geográfico-discursivo, ou seja, não nivela o sujeito Lula a Camões, nem questiona a arte do gênero epopéico com discurso político.

[8] São Paulo, cidade do sudeste brasileiro, conhecida por ser polo de riquezas e desenvolvimento.

[9] Nordestinos, habitantes da região nordeste do Brasil, região conhecida pelo seu subdesenvolvimento e pobreza. Normalmente, nordestinos se evadem para São Paulo à procura de melhoria e de novas chances de vida.

> *mais intercambiáveis; estando já constituídas em seus próprios estilos, elas podem ser comparadas no nível das Imagens e dos símbolos*. (Eliade, 1996: 173) (grifo da autora).

O contato de uma "mesma" língua em momentos culturais e históricos diferentes seria possível por seu caráter ecológico que espalha resíduos de significação na estrada bustrofédica da linguagem. O toque de usos e sentidos se dá pelos resíduos do caminho ininterrupto, até porque símbolos são convenções muito fortes, cristalizações sociais, signos difíceis de se desmantelarem no cansaço do percurso histórico.

O símbolo do ufanismo até hoje se estabelece em várias pátrias, haja vista as guerras que se estabelecem pela luta de pertença e de manutenção de sua história. Por que então, tendo à disposição uma expressão sacralizadora desse símbolo no universo lusófono, ela não seria reaproveitada e utilizada para fins políticos?

E na medida em que se entende símbolo como cristalização e solidificação de significado, resíduos de significação simbólica se fazem duráveis ao longo das araduras da linguagem, uma vez que significações de vida cultural não são trituradas e dissolvidas imediatamente à passagem do arado do boi. Ao contrário, nesse raciocínio metafórico, mas não menos lógico, entendem-se símbolos como resíduos duráveis de significação encravados nos sulcos, cujas marcas profundas de expansões significativas são relembradas em significantes adequados a seu contexto histórico; é nesse 'relembrar' do universo simbólico que é possível perceber o contato entre histórias de uma mesma língua.

Junto à questão de durabilidade do significado simbólico, a própria etimologia do termo símbolo já ratifica a natureza ecológica e bustrofédica da linguagem. O vocábulo grego *súmbolon* (*de sun* = junto, com e *ballein* = atirar, lançar) tem o sentido de

> *'lançar com', arremessar ao mesmo tempo, 'com-jogar'. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste, confronto, permitia aos portadores de cada uma das partes se reconhecerem. O símbolo é, pois, a expressão de um conceito de equivalência*. " (Brandão, 1986: 38) (grifo da autora).

É justamente nos jogos designativos que se estabelecem os jogos de equivalência. Ao se permitir a equivalências de significado, o símbolo, vivendo nos sulcos da linguagem, não se imobiliza no tempo e espaço em que se manifesta. Sua natureza estável mais a de com-jogar significações em marcha bustrofédica permite que caminhe em direção a outras histórias sem anular as anteriores, refazendo em sua contínua aradura outros modos de existência.

A natureza do símbolo foi caraterizada por dois traços, durabilidade e equivalência de significações: a durabilidade se mostra na repetição de usos linguísticos que se expandem no transhistórico da significação; e a equivalência se apresenta na dimensão dos significados que se estabelecem em formas linguísticas

Não há ponto de saturação na reticulação significativa, nem mesmo na simbólica, uma vez *que "é situada e sensível a fatores contingentes de coordenadas espaciotemporais que marcam sua produção (...) É dispersão e disseminação em um interminável processo" (*Rajagopalan, mimeo: 3).

6. "Uma pátria imaginada?"[79]

Não há no jogo político do uso "*nunca (d)antes nesse país" o oferecimento de uma "pátria imaginada*" (Rushdie ,1991: 9)? A pátria do sebastianismo? A pátria brasileira? Rushdie ao mirar no espelho sua pátria Índia apenas recolhe em sua memória "vidros quebrados" que chegam ao presente. Lula, ao usar "nunca dantes", não estaria recolhendo vidros quebrados? A forma pode ser a mesma, mas a simbologia do ufanismo é alimentada diferentemente. Lula não recolhe nem o "espelho da nostalgia", mas simplesmente mostra que o uso de uma mesma forma lusófona tem resíduos de significação, mas com políticas de representação diferentes.

É justamente "*na natureza parcial dessas memórias que suas fragmentações são evocadas, [adquirindo] status e ressonância justamente por causa de sua permanência*" no presente (Rushdie, 1991: 12).

---

[10] "Pátria imaginada" é expressão traduzida do título do livro de Rushdie, Salman. *Imaginary Homelands – essays and criticism 1981-1991*. London: Penguin Books, 1991.

São as fragmentações de historicidades que fazem com que "*coisas triviais adquiram o status de símbolos, com até qualidades numenais*"[80] (Rushdie, 1991: 12). Rastros de um passado – "mares nunca dantes navegados –, se fazem presentes no "nunca (d)antes nesse país", mas sempre resignificados. Como diz Charles Taylor (apud Appiah, 2005: 128):

> *como indivíduos nós valoramos determinadas coisas, encontramos certos complementos bons, certas experiências satisfatórias, certos prognósticos positivos. Mas certas coisas podem ser boas em determinados meios ou satisfazer suas formas particulares, porque o conhecimento do passado se desenvolve em nossa cultura*.

Mesmo que pensemos que a continuidade e uso de "nunca dantes signifique "formação de práticas, instituições e compreensão de sentido às nossas ações – um local de utilidades – suas naturezas não outorgam que tais utilidades sejam sociais" (Appiah, 2005: 128), ou seja, determinado fragmento do passado não necessariamente transita no universo ufanista, apenas reside em um mundo imaginário, alimentando a construção de uma "pátria imaginada".

7. Referências Bibliográficas

Appiah, K. A. (2005) *The ethics of identity*. United Kingdom: Princeton University Press.

Brandão, J. de S. (1986) *Mitologia Grega*. Vol. I. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes.

Derrida, J. (1999) *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2002) O *animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.

Eliade, M. (1996) Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes.

Haesbaert, R. (2006) 'Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão'. In Castro, I. E. de, Gomes, P. C. da C. e Corrêa, R. L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Rajagopalan, K. (s/d) The world as a stage magic realism and the politics of representation. CNPq nº 306151/88-0); mimeo,

Rudshie, S. (1991) Imaginary Homelands-essays and criticism 1981-1991. London: Penguin Books.

Wattimo, G.. (s/d) O fim da Modernidade – Niilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-moderna. Rio de Janeiro: Presença.

[11] Númeno, *noumenon* (*νοούμενον*), termo introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a coisa em si.

10. *EDMA ABDUL SATAR, FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DE LISBOA, MOÇAMBIQUE*

O PREFIXO DES- COMO EXPRESSÃO DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Contrariamente aos padrões linguísticos de quase todos os países quanto ao emprego da negação "não" como oposição à afirmativa "sim", no português de Moçambique emprega-se com frequência o prefixo *des*.

Apresentam-se algumas causas plausíveis para este emprego, nomeadamente as alterações provocadas pela expansão geográfica e pelos efeitos da globalização que já se fazem sentir, pela influência de novos agentes comerciais no país, dos meios de diversão tecnológica principalmente as telenovelas brasileiras e, talvez, da propensão para a equivalência de ordem filogenética, de origem *banto.*

Quaisquer que sejam as causas, adverte-se para a criação e emprego de neologismos, frisando a importância da adesão ao acordo ortográfico, importante para o inventário do vocabulário que servirá de suporte à aprendizagem escolar e à tradução.

Constatamos que, quando uma criança começa a falar, as primeiras expressões que pronuncia para além de "mamã" e "papá" são "sim" e "não", que se caraterizam como afirmativas e negativas, respetivamente. A sua equivalência nas línguas mais faladas, tais como *ne…pas* em francês, *don't* em inglês e *no* em espanhol, aplica-se o mesmo.

Os especialistas entendem que é necessário ter-se em conta os aspetos de significação, o contexto em que se inserem e a pertinência do uso. Estas expressões não indicam o contrário ou o oposto. Existem, no entanto, outras como *jamais*, *nunca* consideradas negações incompletas ou especiais, e outras ainda constituídas por prefixos como nas palavras *compatível* e *incompatível*. Nesta, o prefixo *in-* denota negação, isto é, o que *não é* compatível. Neste caso, a negação não resulta de uma transformação da expressão afirmativa para uma negativa. A negação expressa de acordo com as suas funções, especificamente como expressão natural inerente aos hábitos, como comportamentos da linguagem em determinado ambiente na interação entre

os valores de verdade e como integrada num contexto com referente extralinguístico é vulgarmente aceite em quase todas as línguas.

Esta introdução serve para comentar o uso de palavras tais como "desconseguir", "descamisar", "descabelar" na linguagem resultante de processos cognitivo/ pragmáticos no português de Moçambique.

Pretendemos estudar se o prefixo "des-" indica de facto negação, que fundamentos linguísticos ou outros explicam o seu emprego, e que influências se verificam na aquisição do vocabulário no ambiente multilingue, como consequência de presenças linguísticas externas, históricas ou étnicas. Completamos o estudo com exemplos que tentam explicar que operadores de negação podem ser linguisticamente aceites no processo de transformação linguística da asserção afirmativa para a negativa sem se correr o risco de vulgarização e expansão desordenada de expressões que tendem a espalhar-se de modo erróneo na linguagem do país.

Descritores: Linguística, Língua portuguesa, Negação, Prefixo *des,* Moçambique.

1. Introdução

Após muitos anos de ausência em Moçambique, meu país de origem, não fiquei surpreendida pelas mudanças que ocorreram não só a nível das cidades como também das gentes. A destruição quase total das infraestruturas, devido à guerra civil depois da independência, deixou no ar um aspeto de abandono e desolação. Percorri a cidade de Maputo que antes da independência mal conhecera, com um aperto perante tanta fragilidade. Ao sobrevoar os coqueiros, na minha terra natal, Quelimane, parecia que tudo estava na mesma, mas constatei o mesmo cenário da capital. Nos anos que se seguiram não deixei de lá ir entusiasmando-me cada vez mais pelas melhorias que ia presenciando. O país estava a acordar e ainda se espreguiçava na indecisão de deitar mãos ao trabalho.

Agora, a realidade é outra, e sente-se à volta o rebuliço de quem quer mexer na palha e separar a terra do lixo. O meu entusiasmo cresceu e comecei a auscultar e prestar mais atenção ao que me rodeava. Ao indagar um dos conhecidos, respondeu-me que "tinha ido descabelar" e concluí, que tinha ido ao barbeiro. Mais tarde, constatei que também usavam "desconseguir" e "descamisar". A minha primeira reação foi rir-me, para depois me dar conta que poderia haver uma razão para tal uso.

Constatamos que, quando uma criança começa a falar, as primeiras expressões que pronuncia para além de "mamã" e "papá" são "sim" e "não", que se caraterizam como afirmativas e negativas, respetivamente. A sua equivalência nas línguas mais faladas, tais como *ne…pas* em francês, *don't* em inglês e *no* em espanhol, aplica-se o mesmo. Os especialistas entendem que é necessário ter-se em conta os aspetos de significação, o contexto em que se inserem e a pertinência do uso. Estas expressões não indicam o contrário ou o oposto.

Existem, no entanto, outras como *jamais*, *nunca* consideradas negações incompletas ou especiais, e outras ainda constituídas por prefixos como nas palavras compatível e *incompatível*. Nesta, o prefixo *in-* denota negação, isto é, o que *não é* compatível. Neste caso, a negação não resulta de uma transformação da expressão afirmativa para uma negativa.

A negação expressa de acordo com as suas funções, especificamente como expressão natural inerente aos hábitos, como comportamentos da linguagem em determinado ambiente na interação entre os valores de verdade e como integrada num contexto com referente extralinguístico, é vulgarmente aceite em quase todas as línguas.

Esta introdução serve para comentar o uso de palavras tais como "desconseguir", "descamisar", "descabelar" na linguagem resultante de processos cognitivo/pragmáticos no português de Moçambique. Pretendemos estudar se o prefixo "des-" indica de facto negação e, nestes casos, que fundamentos linguísticos ou outros explicam o seu emprego, e que influências se verificam na aquisição do vocabulário no ambiente multilingue, como consequência de presenças linguísticas externas, históricas ou étnicas.

Completamos o estudo com exemplos que tentam explicar que operadores de negação podem ser linguisticamente aceites no processo de transformação linguística da asserção afirmativa para a negativa sem se correr o risco de vulgarização e expansão desordenada de expressões que tendem a espalhar-se de modo erróneo na linguagem do país.

Este artigo tem, pois, como objetivo, um primeiro estudo das causas que levam a este emprego, e que necessita de aprofundamento por linguistas especializados. O primeiro passo a dar deve ser na minimização dos efeitos da globalização, pelo ensino da gramática e o registo do vocabulário.

2. Da negação

Nos modelos linguísticos, vários fatores contribuem para a alteração da grafia ou da semântica em expressões, fatores que podem ser internos ou externos. As expressões de negação que em cima fizemos referência e outros vocábulos têm entrado na linguagem comum do país devido a várias razões, que vão desde a influência de outras línguas sobre as estruturas linguísticas das línguas africanas e o fenómeno da globalização que se te verificado há umas décadas. Conhece-se apenas um país, o basco, que não sofreu influências externas e, por isso, a sua língua pode ter-se tornado imutável. Às vezes, rimo-nos dos imigrantes que, ao regressar ao seu país, empregam expressões da terra onde estiveram imigrados, e até, misturam os vocábulos de ambas as línguas.

Na verdade, por ter retido na memória expressões do seu quotidiano "emprestado", algumas expressões da língua mãe ficam esquecidas. Quantos de nós já ouvimos um português imigrado em França dizer que "as condições não *favorizam*" (…). Os fenómenos de aculturação têm o seu lado negativo quando se afastam do que é filologicamente admitido, mas também o lado positivo quando originam neologismos que enriquecem a língua.

A pronúncia resultante de uma aprendizagem social e não académica pode levar à modificação da morfologia e da sintaxe de expressões. Neste caso, a linguagem de determinada comunidade linguística adquire caraterísticas da outra comunidade, interagindo e aculturando-se. As línguas acabam por misturar-se, e podem até originar línguas crioulas.

Se a tendência para o neologismo desenfreado não sofrer uma análise cuidadosa para se travar a tempo, corre-se o risco de estas línguas necessitarem, mais tarde, de um acordo tanto do ponto de vista ortográfico como de significação. Depois do fenómeno Babel, da proliferação das línguas, da expansão geográfica e das trocas comerciais que exigiam tradução parece que a tendência é o regresso às origens, ou seja, o regresso à unificação. Para isto, têm contribuído as tecnologias, principalmente a comunicação e o acesso à internet que obrigam à uniformização e normalização dos processos linguísticos, dos quais o controle ortográfico tem ainda muito a contribuir.

A consulta às bases de dados no sistema integrado universitário deu-me uma panorâmica muito pobre acerca do assunto, resumindo-se a pouca investigação que aqui faço referência na bibliografia. Devem ser várias as causas para tal omissão, relacionadas não só com a falta de vontade política educativa dos governantes das ex-colónias como também da falta de oportunidade de desenvolver estudos nesta área, por parte dos naturais desses países. Essa bibliografia deu-me conta que a língua *banto*, falada na maioria dos países africanos, resultou da interação de duas línguas europeias principais, que influenciaram a diversidade linguística em África, para além das línguas autóctones em geral, e as regionais, desde o árabe ao norte ao *suaíli*, a leste de África.

No geral, sabemos que a negação como forma de oposição da expressão afirmativa se faz com o emprego de "não", podendo haver vários tipos de negação, tais como "jamais", "nunca", "nenhum", "nada" ou ainda dando uma entoação de negativa numa afirmativa numa pertinência contextual, usada como função pragmática. De um modo geral, emprega-se a negação quando se tem intenção de dizer o contrário numa afirmativa, transformando, deste modo, as estruturas linguísticas, como se pode verificar em frases sintaticamente negativas, frases lexicalmente negativas e frases indeterminadas, transformadas a partir de frases afirmativas.

3. O uso do prefixo "des"

Não podemos afirmar que é só em Moçambique que se emprega o prefixo *des* como expressão de negação. Línguas como o espanhol, por exemplo "…*el señor Benjamin (…) se desvistió por completo* (…)"[81] e o português do Brasil, por exemplo "destriplicar" na publicidade de um cartão bancário, empregam este prefixo como negação.

Admitindo a hipótese de que o prefixo "*des-*" tenha surgido da junção da preposição "*de*" com o prefixo latino "dis-" (Said Ali, 1964)[82] ou como afirma

[81] GARCIA-MÁRQUEZ, Gabriel (19--). *La Mala Hora.*
[82] SAID ALI, M. – Gramática histórica de língua portuguesa.

Consultado em http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/desnerva%C3%A7%C3%A3o.htm

Nunes, resultante das duas possibilidades (Nunes, J.J., 1975)[83], pode aceitar-se que, no caso de verbos como "descamisar" ou "descabelar", o prefixo exprime afastamento no sentido que se quer "tirar a camisa" ou de privação, o de "cortar o cabelo". Na língua espanhola, existe o vocábulo "descabellar" que significa "despeinar", "desordenar el pelo", mais usado nas touradas para "*matar (…) al toro clavándole la punta de la espada en lo alto del testuz"*[84]

No verbo "desconseguir" o prefixo pretende exprimir negação, significando "não conseguir" as também pode ser empregue apenas para reforçar o sentido. Existe ainda a explicação (Correia, 2000)[85] da origem etimológica latina e grega. Segundo Nogueira (1954)[86], as línguas *banto* caraterizam-se pela formação da negação por prefixação, acrescentando-se à forma afirmativa o prefixo *ayi* que significa *não,* para torná-la negativa.

4. Questões de tradução

A proposta para a elaboração de dicionários de língua portuguesa/língua regional de Moçambique tem por objetivo, para além da preservação das línguas em questão, servir de apoio pedagógico e de tradução. Esta atividade está em vias de não poder concretizar na íntegra, porque o país não tem, por um lado, técnicos à altura de uma profissão tão especializada como a tradução e, por outro, não existe material que o exija.

Por enquanto, a tradução no país, limita-se aos textos oficiais de língua inglesa. A tradução implica a equivalência de uma língua de origem para outra, respeitando as regras gramaticais e terminológicas. No que respeita às regras gramaticais, o processo de equivalência da estrutura de origem para outra, ou seja, o processo de intertextualidade como o designou Kristeva (1975) deve seguir os critérios do tipo de tradução, seja literária, literal ou poética, segundo os seus contextos.

A tradução dos textos oficiais exige o domínio não só das estruturas sintáticas de ambas as línguas como do vocabulário, tendo em conta a ordem dos elementos na organização da frase, a significação fiel pela definição.

Qualquer que seja o modelo linguístico em que se apoie uma tradução, quer o modelo paradigmático, sintagmático, recognitivo ou estatístico (Revzin, 1968)[87], segue um processo de análise que se relaciona com o sistema do mundo. O modelo sintagmático segue o princípio das relações entre os elementos, sendo em cada língua, definido pela sequência dos elementos no discurso.

Na Língua Portuguesa, por exemplo, a organização é linear, isto é, os elementos da frase organizam-se primeiro pelo sujeito, depois o predicado, seguidos dos complementos.

Na Língua Espanhola é obrigatório respeitar, por exemplo, o lugar que o complemento direto e o complemento indireto ocupam na sequência da frase. Assim, cada um dos elementos do discurso desempenha uma função no interior da frase e, ao estabelecer-se a equivalência, elabora ao mesmo tempo um sistema de definições, cujos valores dependem uns dos outros na cadeia sintática.

No que respeita aos termos, estes devem ser permutáveis nas mesmas condições, isto é, a determinado conceito deve equivaler as mesmas condições do conceito da língua que se pretende traduzir. Se, no caso do emprego do prefixo "d*es-"* como forma de negação não se encontrar a permuta adequada, a sua tradução poderá ser mal estabelecida. Um termo x de uma língua deve ser permutável com outro termo y de outra língua em condições de reflexibilidade e simetria.

Será que A expressão "desconsegui chegar a tempo" poderá ser entendida por "não consegui chegar a tempo"? E se a traduzirmos ficará com o mesmo sentido?

Então vejamos:

Exemplo 1:

[83] NUNES, J. J. – Compêndio de gramática histórica.
Consultado em http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/desnerva%C3%A7%C3%A3o.htm
[84]GARCÍA HOZ, V. [1965: 159].
[85] CORREIA, Margarita – Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.
Consultado em http://ciberduvidas.sapo.pt/pergunta.php?id=6351
[86] NOGUEIRA, Rodrigo de Sá [1954]. *Temas de linguística banta.* Publicações do Instituto de Línguas Africanas e Orientais.
[87] REVZIN, I. I. [1968: 10].

Desconsegui chegar a tempo = I didn't manage to arrive in time (I couldn't …)

Na língua inglesa existe um prefixo que equivale à negação des por exemplo, a palavra desconfortável tem o seu equivalente na língua inglesa formada também por um prefixo un-, como em uncomfortable. Não poderia dizer "I unmanaged to arrive in time" porque estaria linguística e gramaticalmente errada.

Exemplo 2:

Fui descabelar = fui cortar o cabelo =I had my hair cut (cortei o meu cabelo)

Esta expressão em inglês, na forma negativa, estaria completamente errada, por ter um sentido diferente. I hadn't my hair cut tem um sentido diferente de "descabelar", que pode indicar separação, mas não negação, nesta forma negativa.

Exemplo 3:

Descamisar = tirar a camisa = to take off my shirt

Nesta expressão, o prefixo indica também separação e a forma na negativa teria também um sentido diferente como em I didn't take my shirt off

Estarão corretas estas expressões? Numa tradução, não se poderia fazer equivaler este termo da língua portuguesa de Moçambique para a língua inglesa, porque não reflete o significado real na transformação da língua de partida para a língua de chegada.

Longe de me sentir uma especialista, deixo esta matéria aos investigadores que se dedicam a estas questões.

5. Conclusão

A negativa *não,* por oposição a uma expressão afirmativa, é sempre empregue para exprimir negação, embora existam outras palavras para designar essa condição. Mas, atualmente em Moçambique, ouvem-se expressões como "fui descabelar", e outras que empregam o prefixo *des*. Sou de opinião que este uso como expressão de negação no português de Moçambique exige uma análise linguística das causas geográficas ou filogenéticas que possam estar na origem deste tipo de diversidade linguística.

A iletralidade dos imigrantes, a ignorância dos prisioneiros, a baixa qualificação literária dos que buscavam emprego noutras paragens contribuíram para as alterações morfológicas, sintáticas e de significado.

No caso de Moçambique, podem ser devidas a influências recentes do Português falado no Brasil, por sua vez influenciado pelo Espanhol ou mesmo filogenéticas, admitindo-se que as línguas naturais provenientes dos *banto* que vise admitir ou não a vulgarização de expressões como as que foram aqui apresentadas, evitando deste modo, uma expansão da língua mal falada.

As influências regionais são, por vezes, marcantes na expressão linguística dos povos e, neste caso, pode ser o resultado da influência das línguas autóctones de origem banta.

Qualquer que seja a origem deve-se travar a tendência para a emergência de neologismos, ditando regras, a fim de preservar a língua portuguesa. Estas regras não só facilitarão o inventário terminológico como facilitarão o exercício de futuras traduções.

6. Referências bibliográficas

BOYSSON-BARDIES, Benedicte de – *Contribution à l'étude de la négation: aspects sintaxiques et lexicaux.* Thèse présentée à l'Université e Paris V pour l'obtention du Doctorat de 3e Cycle, spécialité: Psychologie. Paris: Laboratoire de Psychologie/Équipe de Recherche associe au C.N.R.S. École Pratique des Hautes Études, 1972.

CARON, Jean – Les régulations du discours: psycholinguistique et pragmatique du langage. Paris: PUF, 1983. – (Psychologie d'Aujourd'hui).

GARCÍA HOZ, Victor – *Diccionario escolar etimológico.* Madrid, Editorial Magisterio Espñol, 1965.

HOPKIN-JENKINS, B. A. K. – *Basic bantu.* Pietermaritzbur: Shuter & Shooter, 1947.

KUKANDA, Vatomene – Diversidade linguística em África. In: Revista Internacional de Estudos Africanos = International Journal of African Studies. Universidade do Porto: Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos, *Africana Studia, 2000, 3, 101-117.*

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – T*emas de linguística banta: não virão de um mesmo tronco as línguas bantas e as indo-europeias?* Lisboa: ILAO, 1954. – (Publicações do Instituto de Línguas Africanas e Orientais).

REVZIN, I. I. – *Les modèles linguistiques.* Traduit et adapté par Y. Gentilhome. Paris: Dunod, 1968.

11. (MARIA DA) GRAÇA BORGES CASTANHO CASTANHO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

A PROBLEMÁTICA DO GÉNERO NO SISTEMA DE ENSINO PORTUGUÊS

Em Portugal, a questão da conquista da igualdade de direitos e de oportunidades não passa da teoria, começando pela instituição escolar, onde a transmissão dos saberes não é individualizada nas especificidades da população estudantil, sobretudo, na sua condição feminina ou masculina. Se é bem verdade que, em termos legais, o acesso de homens ou mulheres à educação aparece, atualmente, como um dado adquirido, não nos podemos esquecer que, na Escola, se perpetuam estereótipos e mentalidades em perfeita dissonância com as orientações internacionais em matéria de paridade entre os sexos. No decorrer da nossa comunicação, daremos conta das diferentes vertentes da problemática do género no sistema de ensino português, à luz da legislação europeia, e apresentaremos soluções para os problemas que teimam em transformar a escola num mundo de desigualdades.

A Constituição Portuguesa, à semelhança dos restantes países ocidentais, consagra o direito à Educação, à Cultura e ao Ensino de todos os seus cidadãos, enquanto a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece a igualdade de oportunidades para todas as pessoas e propõe a eliminação de qualquer tipo de discriminação segundo o sexo ou o género. Em consequência destas peças legislativas e da respetiva aplicação, a escola tem sido apontada, em Portugal, como a instituição ou a atividade da vida social onde a conquista da igualdade, ao nível do cumprimento da legalidade, tem conhecido melhores resultados. Para tal, têm contribuído, certamente, a feminização da docência e o elevado número de alunas a terminar a universidade. A referida consistência não se encontra, porém, noutras profissões ou noutros espaços, nem sequer na função pública ou na família.

Apesar da igualdade de acesso ao ensino básico, secundário e universitário, os investigadores dos Estudos de Género interrogam-se sobre as condições em que a educação é oferecida e concluem que existe igualdade de oportunidades, mas encontramo-nos longe da igualdade de géneros ou da coeducação. A frequência escolar ou universitária por parte das mulheres não tem sido acompanhada de medidas educativas concretas, com vista à promoção social das mesmas dentro e fora do contexto escolar. Para os indivíduos que frequentam as escolas, estas nem sempre são espaços de crescimento e de formação harmoniosos, onde a aprendizagem acontece num clima de igualdade, de respeito e de paridade entre os géneros.

Conscientes da discriminação entre os sexos, promovida pelas sociedades, em geral, e pelas escolas, em particular, junto da população estudantil, os líderes mundiais, na Declaração do Milénio das Nações Unidas, aprovada em setembro de 2000, definiram como meta basilar a promoção da igualdade de género e o reforço do papel das mulheres até 2015. Fizeram-no com a convicção de que qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável passa obrigatoriamente por promover a educação das raparigas, futuras mães de família. Está claramente demonstrado em vários relatórios internacionais que a educação do elemento feminino traz vantagens imediatas ao nível da nutrição, da saúde, da poupança, do controle da natalidade, da situação financeira das famílias, do desenvolvimento local e nacional.

A literatura da especialidade sobre a relação entre a escola e a definição dos papéis sexuais demonstra que as escolas continuam a perpetuar linguagens e práticas que prejudicam quer o elemento masculino quer o elemento feminino. A reprodução de estereótipos sexistas e a manutenção de formas de desigualdade, assentes na variável género, fazem ainda parte dos modelos e práticas pedagógicas de muitos contextos escolares em todos os níveis de ensino pelo mundo fora e em Portugal também. Disto têm pouca consciência os professores e as professoras. Se perguntarmos a um ou uma docente, em Portugal, se ele ou ela promove a igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, a resposta é invariavelmente que sim, que têm a preocupação de não discriminar com base no critério género. Acontece, porém, que as práticas nada têm a ver com o discurso. E isto acontece porque não há, de facto, a perceção de que estamos constantemente a refletir nos nossos atos de fala, nos nossos textos escritos, nos gestos escolhidos, preconceitos e estereótipos aceites pela nossa sociedade como verdades universais.

Ainda recentemente fui confrontada com um trabalho de casa de natureza sexista, enviado por uma professora de língua materna de uma escola de Ponta Delgada. A professora pediu aos alunos e às alunas que procedessem à identificação dos sons escutados na casa onde residem antes da hora do jantar e que descrevessem as ações associadas a esses sons. Para simplificar a tarefa aos alunos/as, a professora referiu duas situações que poderiam descrever: os sons produzidos pela mãe na cozinha e o som do carro do pai a chegar do

trabalho. Com este pequeníssimo exemplo, inofensivo, sem qualquer intenção discriminatória ou sexista, esta professora deu voz a um estereótipo de género ao colocar nas mãos das mães das crianças o trem de cozinha e nas mãos do pai o carro da família. Também com esta simples atividade, a docente conseguiu perpetuar a imagem da condição feminina invariavelmente ligada aos cuidados da família e a imagem da condição masculina invariavelmente ligada à subsistência da família, mesmo numa altura em que se sabe que os papéis sociais, na nossa sociedade, já gozam de algum colorido, de alguma diversidade, decorrentes das tarefas exercidas pela mulher fora do lar. Esta professora corre o risco de, numa qualquer descrição trazida por um aluno ou aluna, ler que o pai andava a fazer o jantar quando a mãe chegou a casa no seu carro.

Simone de Beauvoir (1967) defendeu, no livro *O segundo sexo*, que na cultura dominante a relação entre os dois sexos assemelha-se bastante aos dois polos elétricos em que o homem representa tanto o positivo quanto o neutro, enquanto a mulher representa apenas o polo negativo. Por seu turno, Lauretis (1994) interpreta a dicotomia sexo-género como a representação das relações entre homens e mulheres. Ela advoga que o ser humano é criado não apenas com base na diferença sexual, mas igualmente em códigos linguísticos e representações culturais. É o que se observa na linguagem corrente que recorre a representações da masculinidade, construídas sobre estereótipos da natureza feminina e masculina. Para romper com esta velha tradição, urge proceder à desconstrução do discurso e das práticas não-paritárias.

Os estudos de género estão repletos de exemplos do quotidiano em que se mostra claramente que as escolas, espaços onde se devia educar tanto rapazes como raparigas para um futuro digno, promissor, continuam a afirmar-se como um dos principais agentes de clivagem entre ambos os sexos (B. Zazzo, 1993), consolidando inclusivamente o processo de construção da representação social do masculino e do feminino pela via do reforço de valores questionáveis, tradicionalmente veiculados pela sociedade e pelas famílias. Muitos são os autores e as autoras que defendem que a definição da identidade e dos papéis sexuais começa muito antes de as crianças irem para a escola. O vestuário, a literatura, os brinquedos da primeira infância, bem como os jogos em geral, diferentes para rapazes e raparigas, vão condicionar as áreas de intervenção dos indivíduos pela vida fora. Desde cedo se incute nas crianças que a tarefa X é mais apropriada para as raparigas e que a Y deverá ser feita pelos rapazes.

Chegados à escola formal, obrigatória, rapazes e raparigas têm um tratamento diferenciado, o que leva a resultados díspares. Uma vez que a classe docente, constituída na sua maioria por mulheres, valoriza o bom comportamento, fácil será de compreender que as meninas recebem mais elogios, são mais apoiadas do que os rapazes, redundando estas atitudes num melhor aproveitamento escolar por parte das meninas ao mesmo tempo que lhes fica colado o rótulo (para o resto da vida) de serem mais calmas, mais pensadas e responsáveis, enquanto os rapazes são irresponsáveis, irrequietos e inconsequentes. Os mesmos comportamentos ganham interpretações subjetivas conforme se trate de rapaz ou de rapariga. Se uma menina chora é porque se assustou ou está com medo, mas se for um rapaz é porque está zangado.

Nas interações comunicativas entre professores/as e alunos/as há testemunhos de grandes disparidades entre géneros: porque os rapazes são mais desassossegados, acabam por receber mais atenção dos docentes; são-lhes dadas orientações mais minuciosas para a feitura dos trabalhos; os rapazes são mais estimulados em áreas que lhes desenvolvem o raciocínio, o cálculo e a curiosidade científica. Os jogos ditos masculinos, muitas vezes vedados às meninas, potenciam as capacidades de liderança e a autoconfiança, e facilitam a aquisição de competências técnico-profissionais. As atividades tradicionalmente femininas apelam ao desempenho na esfera afetiva, minimizando a afirmação pessoal e social. Professores/as e educadores/as consideram as diferenças normais, naturais e é frequente criticarem rapazes e raparigas que tenham comportamentos que fujam à norma.

Na obra *Escola não sexista: Utopia ou realidade?* Ivone Leal (1990), a autora de um artigo intitulado "Os papéis sociais: atitudes e mentalidades transmitidas através de regras e modelos", defende que os papéis dependem dos costumes, valores e normas da sociedade, mantêm uma relação com os estatutos e os modelos culturais, têm uma função ligada à divisão do trabalho, respondem às expetativas dos indivíduos e são aprendidos desde que se nasce a partir de modelos sociais.

Noutro artigo, integrado na mesma obra, João Viegas Fernandes (1990) questiona quem ganha e quem perde com o sexismo numa educação que se deseja criadora de uma sociedade pós-moderna. Depois de concluir que este

tipo de educação privilegia, acima de tudo, as classes dominantes e mais abastadas, o autor conclui que a escola, com a sua ação, retira, sem sombra de dúvida, um papel de destaque às mulheres pela sobrevalorização do elemento masculino. Na escola, como na sociedade em geral, desvaloriza-se o trabalho doméstico, perpetua-se a representação ideológica da inferioridade intelectual e física da mulher e desvaloriza-se a sensibilidade e a afetividade. Recorda, todavia, o mesmo autor que, tratando-se da discriminação com base no género, tanto perdem os rapazes como as raparigas:

> *nos primeiros níveis de ensino os rapazes experienciam dificuldades por não corresponderem ao padrão de comportamento esperado pelos professores;*
>
> *os rapazes, com menos modelos sociais do sexo masculino nas escolas, acabam por revelar mais dificuldades nos domínios da leitura e escrita, criando a imagem de que ler e escrever são coisas para raparigas;*
>
> *no secundário, contudo, esta situação inverte-se. As raparigas começam a ter problemas especialmente nas áreas do saber conotadas com o masculino e as suas aspirações veem-se limitadas*.

O processo de socialização das mulheres não desenvolve a agressividade, a ambição, a competitividade, a competência, o desenvolvimento intelectual e a assertividade. Para as mulheres cria-se um conflito entre os estereótipos femininos e a motivação para o aproveitamento escolar. As mulheres ao serem consideradas passivas, decorativas, manipuláveis, não combatíveis e não-competentes fora de situações domésticas e educativas tentam corresponder a essas expetativas pondo em risco a continuidade dos estudos ou diminuindo nas suas expetativas e planos para o futuro.

A beleza física feminina domina a educação das meninas e a inteligência masculina a dos rapazes, aspetos que trazem grande frustração às meninas que não correspondem aos padrões de beleza impostos e aos rapazes que se veem ultrapassados, nos bancos das escolas e universidades, pelos pares femininos. O processo de estereotipia sexual na escola contribui para que as raparigas tenham menos autoestima, falta de confiança, revelem medo e ansiedade.

O tratamento diferenciado de rapazes e raparigas contribui para o tipo de aspirações assumidas pelas raparigas, responsáveis pela construção de projetos profissionais ou sociopolíticos menos ambiciosos e por um processo de autoexclusão da ascensão a postos de chefia e partilha de poderes ao mais alto nível das instituições governamentais ou não. Nos rapazes, porque não se investe nas questões da afetividade, torna-se muito difícil para os mesmos aprenderem a ser pais, maridos carinhosos e filhos. Essa rigidez de sentimentos, não esquecer que "os homens não choram", tem levado os pares masculinos a problemas de saúde diagnosticados e estudados na literatura da especialidade.

Num trabalho de investigação publicado em 1994, da autoria de Lígia Amâncio, intitulado *Masculino e Feminino. A construção social da diferença,* a autora fez referência a um conjunto de caraterísticas dicotómicas, cristalizadas no tempo, ao serviço dos dois géneros. Os atributos a que nos referimos são os seguintes:

MASCULINO	FEMININO
Estabilidade emocional	Instabilidade emocional
Dinamismo	Passividade
Agressividade	Submissão
Autoafirmação	Orientação interpessoal
Independência	Submissão
Afirmatividade	Expressividade
Dominância	Orientação para os outros
Instrumentalidade	Expressividade
Dominância	Submissão

Concordamos com Deaux (1984) quando afirma que a forma como as pessoas pensam que homens e mulheres diferem é mais importante do que a forma como elas realmente diferem. Tudo isto acontece num mundo onde as mulheres são mais de metade da população, onde as mulheres são detentoras de índices de escolaridade superior aos dos homens, onde as mulheres constituem a larga maioria do corpo docente, dos profissionais de saúde, dos funcionários públicos na generalidade da administração e nas escolas e universidades. Segundo dados adiantados por Coimbra, A. (2007), a taxa de feminização da docência no pré-escolar é de quase 100%, no 1º ciclo de 92,6%, nos 2º, 3º ciclos e secundário é de 70% e no ensino superior de 77%.

Em 2005, as mulheres representavam 61% dos empregos na Administração. Estavam em maioria em todos os Ministérios, com exceção dos Ministérios da Administração Interna, da Defesa Nacional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, onde predominavam os homens, com

90,7%, 79,7% e 54,6% respetivamente. A taxa de feminização dos efetivos, por nível orgânico da Administração, evidencia uma maior participação das mulheres na vida coletiva. Apesar disto, as mulheres concentram-se nas áreas tradicionalmente femininas como a educação, a saúde e os serviços, facto que reforça a segregação no mercado de trabalho, enquanto as posições de gestão e de chefia continuam a ser ocupadas basicamente por homens.

O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) revelou os números de 2007 sobre a intervenção das mulheres na política, tendo concluído que Portugal tem mulheres na Assembleia da República numa média superior àquela que é verificada nos restantes parlamentos nacionais europeus, mas no Governo a proporção de mulheres com o cargo de ministro é inferior à média europeia. De acordo com a mesma fonte, Portugal fica no fim da tabela europeia de membros femininos no Governo. A média é de 27% e o nosso País tem um pouco menos de 12 pontos percentuais na proporção de ministros do sexo feminino.

A taxa de emprego dos homens (65,2%), no 3º trimestre de 2007, excedeu a das mulheres (51,3%) em 13,9%, sendo a taxa de inatividade (15 e mais anos) de 37,1% (30,2% a taxa de inatividade dos homens e de 43,4% a das mulheres). As remunerações das mulheres para o mesmo trabalho continuam a ser mais baixas do que as dos homens. Com base nos dados apresentados, podemos inferir que o mundo laboral continua a valorizar o homem em detrimento das mulheres, apesar da maior qualificação académica dos sujeitos do género feminino. Os dados sobre as vivências democráticas, no seio familiar, não são mais satisfatórios. A acumulação de tarefas com o cuidado da casa e dos filhos, a preparação das refeições, a violência doméstica a que muitas mulheres estão sujeitas, as situações de assédio sexual e de violação, abundantemente documentadas nos órgãos de comunicação social, comprometem seriamente a criação de uma sociedade paritária.

No que concerne à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em educação, Portugal integra um conjunto vasto de documentos, produzidos a nível internacional, nomeadamente fruto da ação da ONU, Conselho da Europa e União Europeia, que têm vindo a ser adotados, sobretudo a partir das décadas de 70 e 80.

Segundo informação divulgada por Teresa Pinto (2000), no seu texto intitulado "Igualdade na educação: contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu", os documentos mais importantes e a ter em conta para o estudo desta problemática são:

- **Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Leis nos 115/97 e 49/2005) que estabelece no art.º 3º, alínea j), *Assegurar a igualdade de oportunidades entre ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo*. Contudo, esta orientação geral nunca chegou a ser regulamentada pelo Ministério da Educação.**
- ***Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres*, na qual se determinou igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em educação para a vida política, económica e social (1979).**
- ***Recomendação 1281* que advoga a igualdade entre os sexos no domínio da educação (1995).**
- ***Resolução nº 85/C166/01* – Educação e formação profissional, eliminação dos estereótipos, partilha equilibrada das responsabilidades familiares e profissionais, preparação para o mundo do trabalho (1985). Segundo Araújo e Henriques (2000), o relatório do impacto destas medidas, realizado em 1993, demonstra que Portugal não emitiu qualquer circular.**
- **III Programa Comunitário de Ação para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1991-1995) – Estratégia da integração da perspetiva de género (mainstreaming)**
- **IV Programa Comunitário de Ação para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1996-2000) – Reforço da estratégia da integração da perspetiva de género (mainstreaming), Combate aos estereótipos sexistas**
- ***Comunicação da Comissão Europeia* – Educação e Formação: especificação da adoção da estratégia de *mainstreaming* (fevereiro de 1996)**
- **Programas Comunitários no âmbito da Educação e Formação: SÓCRATES, JEUNESSE POUR L'EUROPE e LEONARDO DA VINCI: Igualdade de oportunidades e dimensão de género entre as prioridades.**

A existência de legislação não é garante de cumprimento da mesma. Em Portugal, está assegurada a igualdade em termos do acesso ao ensino, mas nunca chegaram a ser operacionalizadas questões como a eliminação de conceções estereotipadas dos papéis sociais femininos e masculinos ou a eliminação das discrepâncias existentes entre mulheres e homens nos diversos níveis de formação. É imperioso concluir que as grandes conquistas ao nível da igualdade de género em educação não passaram da questão mais elementar – o acesso. A democratização do ensino está profundamente enraizada nas questões do sucesso/insucesso escolar, sem a compreensão de

que tais fatores apenas serão plenamente conseguidos quando a escola proporcionar a promoção da cidadania plena, só possível em contexto de coeducação.

Para Coimbra (2007), com a finalidade de promover uma educação para a igualdade entre os sexos, as transformações operadas pelo sistema escolar dever-se-iam ter refletido pelo menos em quatro dimensões fundamentais do processo educativo: linguagem, corpo, estrutura curricular e a formação de docentes. Sobre a **linguagem**, a autora recorda que todos os textos legais e oficiais, nomeadamente os novos programas de ensino, usam uma linguagem que assume, na linha do que é tradicional, que o masculino tem uma abrangência universal. Usa-se sempre: O homem, O aluno, O professor, O cidadão, O trabalhador, Os pais.

De acordo com os estudos realizados sobre o sexismo na linguagem, é através desta e de atitudes e práticas linguísticas negativas, discriminatórias das mulheres, que se oprime e silencia mais de metade da população falante da língua portuguesa. Assim sendo, urge readaptar a linguagem para que esta dê corpo e alma à existência feminina, até agora escondida debaixo do uso do masculino universal.

Isabel Barreno (1985) explica que a questão do *falso neutro*, presente nos discursos de professores/as e alunos/as, nas análises dos currículos e manuais escolares, funciona por oposição a um universo de referência masculino, o qual se impôs como norma, se enraizou de tal forma que os falantes perderam a capacidade de discernir a carga sexista e ofensiva que o mesmo encerra.

Quanto ao fator **corpo**, Coimbra (2007) explica que o mesmo inclui o sexo, caraterística biológica que diferencia o homem da mulher, com toda a carga genética e cromossómica que os carateriza no decorrer do seu desenvolvimento. Se o sexo corresponde à determinação biológica de cada pessoa; pelo contrário, o género é o conjunto de normas sociais e modelos de identificação, elaborados e impostos pela sociedade aos indivíduos, desde que nascem até morrerem. Neste sentido, o género decorre dos costumes e normas sociais que determinam as expetativas a ter quanto ao comportamento dos seres humanos.

Ainda para Coimbra (2007), a dimensão corporal, e em especial a imagem que projetámos para o exterior, tem um valor de câmbio que se materializa no acesso a postos de trabalho e que se alarga, pelo menos no imaginário coletivo, às possibilidades de relacionamentos sociais e sexuais. O corpo que mostramos poderá ser analisado em duas perspetivas: como mito e como subversão.

O mito traduz-se no "culto do corpo" e na "eterna juventude", que desencadeiam uma obsessão generalizada pela imagem imposta pela sociedade e que queremos à viva força transmitir aos outros. A pressão social é de tal maneira forte junto dos indivíduos que aqueles que não correspondem aos estereótipos de mulher ou de homem sentem sérias dificuldades em se integrarem na dinâmica comunitária. A sua inserção social fica gravemente comprometida. Os modelos corporais vigentes penalizam mais as mulheres do que os homens.

Ainda seguindo o raciocínio de Coimbra (2007), é importante lembrar que o corpo é também um espaço de subversão, entendida pela autora como libertação. Dispor do próprio corpo em liberdade, recorrendo ao aborto, ao direito ao prazer, ao amor livre, à participação em modalidades desportivas radicais, por oposição aos modelos vigentes, é visto como um desafio ao estabelecido.

No que concerne ao **currículo**, fator também referido por Coimbra (*ibidem*) é consensual que as disciplinas continuam a ser a espinha dorsal da organização curricular, existe uma grande sobrecarga disciplinar como consequência da compartimentação do saber, programas muito ambiciosos com excesso de conteúdos e uma extensa carga horária que não deixa espaço e tempo para o desenvolvimento das competências reflexivas. Mais se conclui que nem a estrutura curricular nem os conteúdos disciplinares manifestam qualquer preocupação com os temas da igualdade de oportunidades e muito menos com a sua transversalidade. Por outro lado, a análise dos manuais escolares, dos programas e respetivos conteúdos permitem verificar que os temas continuam a ser propostos segundo o critério da masculinidade, o que explica a fraca exploração do papel das mulheres na sociedade, nos diferentes níveis de atuação e a sobrevalorização dos heróis tradicionais

Constitui-se, neste contexto, urgente transformar o ensino que se ministra nas escolas numa verdadeira coeducação, onde as temáticas da igualdade de oportunidades e a transversalidade das questões sexo/género são aspetos fulcrais da qualidade da coeducação a oferecer às gerações mais jovens.

No que concerne à **formação inicial e contínua dos docentes**, não se pode deixar de referir o conjunto de conclusões a que chegou o Conselho dos Ministros da Educação dos países da União Europeia no dia 31 de maio de 1990. Sobre a introdução da área da Igualdade de Oportunidades na formação de docentes, o texto refere o seguinte:

- os/as docentes têm um papel fundamental a desempenhar para alcançar a igualdade de oportunidades em educação;

- na formação inicial e contínua de professores/as, existe a necessidade de promover uma maior consciência por parte destes/as últimos/as da igualdade de oportunidades em matéria de educação, melhorando, simultaneamente, as suas capacidades para atingir esse objetivo;

- a formação de formadores/as de professores/as nos Estados-membros em matéria de questões relacionadas com a igualdade de oportunidades no ensino deve constituir uma área prioritária, como forma de alcançar os melhores resultados com os recursos disponíveis.

No nosso país, o respeito por estas orientações é praticamente nulo. Os estudiosos desta matéria referem que o Ministério da Educação tem valorizado outras áreas do saber – as didáticas específicas, a avaliação e as tecnologias de informação e comunicação – em detrimento das atitudes e dos valores democráticos e paritários que são um domínio imprescindível na formação do corpo docente e não docente. A tomada de consciência do problema leva-nos, necessariamente, a refletir sobre o que podem os professores e as professoras fazer para colmatar as desigualdades na sala de aula. Coimbra (2007) elaborou um conjunto de questões e de ações que devem ser tidas em conta pela classe docente, a saber:

- Quando realizamos a interação nas salas de aula, de que modo a fazemos?

- Como nos dirigimos aos rapazes e às raparigas?

- O que é que criticamos de forma negativa nos rapazes e nas raparigas?

- O que é que elogiamos nos alunos e nas alunas?

- A quem fazemos mais perguntas explicitamente?

- Quando apresentamos os conteúdos, de que modo o fazemos?

- Que linguagem usamos?

- Os exemplos que damos como fazem aparecer as mulheres?

- De quantas mulheres importantes falamos nas aulas?

- Que expetativas temos sobre as alunas e os alunos?

- O que é para cada uma ou cada um de nós um bom aluno e uma boa aluna?

- Como definimos um comportamento correto num rapaz e numa rapariga?

- Para cada uma ou cada um de nós, que profissões podem ser desempenhadas por homens e mulheres?

Quanto às ações, esta estudiosa das questões de género sugeriu as seguintes:

- **Falar da igualdade de oportunidades quer com as turmas quer com as/os colegas docentes.**
- **Criar grupos de reflexão.**
- **Utilizar diversos recursos documentais, nacionais ou internacionais, para debater as questões de uma educação para a igualdade entre os sexos.**
- **Ter em conta os interesses das pessoas envolvidas no sentido de não as melindrar, porque estamos a lidar com a educação de atitudes com a inerente resistência à mudança, conhecer a cultura dos estabelecimentos de ensino e os recursos disponíveis.**
- **Criar redes de professoras/es, de estabelecimentos de ensino, para divulgação de experiências, sejam êxitos ou fracassos.**

Em jeito de conclusão lembramos que as idiossincrasias das mulheres e dos homens devem ser exploradas com objetividade, de forma abrangente, respeitando a diversidade, a diferença e abolindo os preconceitos e estereótipos sociais e culturais que não encontram razão de ser no bom senso, no direito à individualidade, na ciência e no conceito de paridade.

Referências Bibliográficas

Alves, J. E. (2004). *A Linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. ISBN 85-240-3710-5

Amâncio, L. (1994). Masculino/Feminino: A construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento.

Araújo, Helena C. e Henriques, Fernanda (2000), "Política para a Igualdade entre os sexos em Educação em Portugal – Uma aparência de realidade", em Teresa Tavares e Virgínia Ferreira (orgs.), ex-aequo, nº 2/3, Oeiras: APEM – Celta Editora.

Barreno, M. I. (1985). *O falso neutro*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Edições Rolim.

Beauvoir, S. (1967). *O Segundo Sexo* (2ª ed.) São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Coimbra, Artemisa (2007). As questões de género na aula. Chaves: XXI Encontro Galego-Português de Educadoras e Educadores pela Paz.
http://www.umarfeminismos.org/generoedu/comunicacoes/asquestoesdegeneronaula.pdf
Constituição da República Portuguesa. Lisboa: Portal do Governo.
http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao/
Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000). New York: United Nations. http://www.netprof.pt/pdf/DeclaracaodoMilenio.pdf
Fernandes, J. V. (1987). *A Escola e a Desigualdade Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
INE – Instituto Nacional de Estatísticas do Emprego. 3º Trimestre de 2007.
Lauretis, T. (1994). A tecnologia do _género. In Hollanda H. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da modernidade*. Rocco
Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: Ministério da Educação. http://www.min-edu.pt/np3/150
Palma, A. & Marques, R. (coord.). (1990). *Escola não sexista. Utopia ou realidade*? Projeto TENET. Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal.
Pinto, Teresa (2000), "Igualdade na educação: contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu", em Teresa Tavares e Virgínia Ferreira (orgs.), ex-aequo, nº 2/3, Oeiras: APEM – Celta Editora.
United Nations Literacy Decade (2003-2012).
http://portal.unesco.org/education/en/ev.phpURL_ID=27158&URL_DO=DO_Topic&URL_SECTION=201.HTML
World Declaration of Education for All. (1990). Jomtien: UNESCO.
http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/background/jomtien_declaration.shtml
Zazzo, B. (1993). Féminin-masculin à l'école et ailleurs. Paris: Presses Universitaires de France.

12. *GRAÇA PINA, UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI NAPOLI L'ORIENTALE" ITÁLIA*

A 'INSULARIDADE TEXTUAL' N'A ILHA DE CIRCE DE NATÁLIA CORREIA

Natália Correia é certamente a escritora que mais desassossego tem causado no leitor que dela se aproxima. Não só porque este abandona as suas obras com um desejo ainda maior de a elas regressar, mas também porque a autora consegue – subtilmente, frontalmente – fazer transparecer nelas a sua constante e dolorosa ligação às ilhas. Com efeito, poderíamos dizer que a 'insularidade textual' é um tema que perpassa por toda a obra da autora, razão pela qual nos interessa abordá-lo em duas perspetivas: a do ponto de vista da saída e a do ponto de vista do regresso ao espaço narratológico insular, analisando, para tal, a obra *A ilha de Circe* [1983][88]. Nesta obra encontramos os elementos fundamentais que caraterizam, no parecer de Catherine Kong-Dumas (1984: 85), a busca da própria interioridade. Através da escrita 'aguçada' da autora, viajamos junto com o herói da novela, procurando alcançar aquele pedaço de 'terra firme' que cada indivíduo procura de e em si mesmo. Desta forma, como Ulisses, somos os construtores da nossa própria realidade; uma realidade que, todavia, não deixa de lado "o riso e a paixão".

A primeira pergunta que nos podemos colocar é a da motivação, ou escopo, de um texto como *A ilha de Circe*. A resposta, porém, não é simples. À primeira vista, a escolha de regressar a um tema tão arcaico quanto o das viagens de Ulisses, poderia parecer banal, não fosse pelo facto de o périplo do herói ático representar, a nosso ver, o percurso literário do autoconhecimento de si; algo, aliás, que a famosa máxima délfica do "conhece-te a ti mesmo" – atribuída a Quílon[89] – convidava a fazer. Portanto, através da reanálise do mito odisseico, *A ilha de Circe* manifesta-se, em primeiro lugar, como a demonstração da existência de um vínculo inseparável entre o *logos* e as paixões humanas. A autora mostra-nos a necessidade deste vínculo anatomizando a razão humana por meio de dois bisturis muito afiados: o *riso* e a *paixão*. É preciso saber manejar bem estas armas, principalmente porque elas podem ser letais. Se, por um lado, com o riso se podem exorcizar os males da alma e com a paixão interiorizá-los e assimilá-los, por outro, o riso sem a paixão desvia a atenção das verdadeiras questões que circundam o homem. Da mesma forma, a paixão sozinha faz com que o ser humano não se focalize e perca de vista o elemento unificador da própria multiplicidade. Por esse motivo Mourão (1988: 91) refere que, com Natália Correia, «A aliança entre literatura e interrogação do real […] acon(tece)-nos de forma feliz. No resto, as questões continuarão em aberto, como convém aos poetas que não são carcereiros nem sequer da linguagem que é de todos, transporte comum e singular da nossa *exposição* ao sol e ao riso, ao um e ao múltiplo».

Mourão diz-nos ainda que «[…] Natália Correia é, entre nós, o escritor que mais provocantemente questiona a quietude morna das expressões da nossa crença». E, na nossa opinião, a sua 'quase' profética sentença recolhe na totalidade o estilo provocante da escritora e poetisa açoriana. Porque de *quietude* e de *crença* trata também *A Ilha de Circe*. A *quietude*, o sossego, do leitor – deixado à deriva com uma boia de salvação que às tantas nos parece furada! –, é precisamente a primeira qualidade a ser desmoronada pelas revelações de uma narradora que conta uma fantástica história, intercalando-a com considerações (muito) pessoais; vivendo ela própria, por vezes antecipando-no-las, as emoções e as sensações dos protagonistas. A *crença*,

[88] Recorro à edição de 2001 citada em bibliografia.

[89] Quílon era um dos "sete sábios" da antiga Grécia: cf. Diels-Kranz (1967[12]): DK10, 3c.

também ela é sismicamente deitada por terra, não, porém sem o envolvimento quase direto e cúmplice do leitor, ele próprio estimulado a questionar-se sobre aquilo em que sempre acreditou (cf. Gomes de Pina).

Ora, a perene atenção para com a direção que o próprio *eu* – não só o do leitor, mas o de qualquer pessoa – pode tomar era algo que preocupava sobremaneira a escritora, ao ponto de a fazer intervir ativa e socialmente na política e também de a fazer interagir de forma direta na presente narração: «*E já que destas [histórias] somos contadores por amor dos humanos cada vez mais aborrecidos na bicha para o nada de um progresso que lhes capa a imaginação, o Adriano da nossa história é surpreendido na despedida atroz da sua adolescência [...]» (p. 45)*[90].

Natália Correia atribui a si mesma a árdua tarefa de nos contar uma história. Ela veste o traje homérico de uma figura fundamental para a fixação e para a passagem de noções à posteridade[91]. Na verdade, a sua intenção é didática e a sua tarefa é importantíssima, não só porque revela altruísmo, algo que podemos facilmente verificar nas suas próprias palavras – «por amor dos humanos...» –, mas também porque esse amor pelo próximo indica uma forte preocupação com a dispersão e a falta de princípios de que o ser humano está a ser vítima – «cada vez mais aborrecidos *na bicha para o nada* [itálico meu] de um progresso que lhes *capa* a imaginação [itálico meu]». Como acontece na epopeia de Homero, a história narrada por Natália Correia acende-se de lampiões que concernem sobretudo a esse 'nada' para o qual o ser humano está a caminhar lentamente, sem que, todavia, tome consciência disso.

Nas palavras da autora, o ser humano está numa 'bicha', parado, à espera pacientemente da sua vez de ser atendido. E mais uma vez, como sucede em Homero, as suas palavras soam-nos como premonições, isto é, como se houvesse um eco do canto das sereias na voz da escritora. Natália Correia avisa-nos, sempre na sua forma simultaneamente jocosa e séria, de que há um completo desinteresse pelo próprio eu. Se não prestarmos atenção ao conteúdo das suas palavras, arriscamo-nos a deixar-nos encantar meramente pela beleza das mesmas e assim afundarmos, formando uma 'ilha' ao redor da nossa própria humanidade.

Por isso concordamos com Kong-Dumas quando diz que (1984: 85), «*A Ilha é um ponto de remate, mas é também trampolim de partida para a aventura do sonho em vigília, do vivido transcendido, da rebusca de uma interioridade por sua vez isolada, protegida e agredida por um mar estrangeiro* […]».

E se Ulisses é, de certa forma, 'acusado' por Penélope de querer fugir sempre da dimensão redutora que o espaço insular lhe provoca, na voz de Natália Correia a ilha acaba por conquistar uma dimensão muito mais forte do eu. É na ilha que a personagem Adriano tem a oportunidade de definir o seu futuro e, por conseguinte, de libertar-se completamente da subjugação do poder paterno: *«[…] uma grande carreira é sobretudo credora de um pai que o filho não quis tomar como modelo. Presume-se assim que Adriano estava destinado a grandes sucessos» (p. 45).* Portanto, a ilha ganha um lugar de honra na obra de Natália Correia. Esta construção narratológica, centralizada no espaço insular, é feita propositadamente para ser lida, nas palavras de Elisa Guimarães (1997[5]: 49), através de uma rede de *estrutura difusa*:

> *A leitura do texto organizada em estrutura difusa é de ordem seletiva, isto é – em nível superficial ou inferencial –, o leitor seleciona e hierarquiza os constituintes que integram as relações lógicas do texto ou a sua estrutura temática. O esquema de compreensão textual fica, pois, condicionado a tipos específicos de envolvimento entre leitor e texto – este segmentado, no ato da sua interpretação, segundo a maneira como o leitor lhe apreende a realidade. [...] É ativa a leitura exigida por esse tipo de estrutura, ou seja, uma atividade de requisito criador*.

Desta afirmação, podemos inferir um tipo de leitura d'*A ilha de Circe* que não vise necessariamente a mera reproposição de personagens míticas, modernamente revistas. Deste género de leitura, quem quer que se avizinhe ao texto, sente-se legitimado a retirar dele elementos que lhe permitam recuperar o mar perdido entre a trama e a própria leitura interpretativa do mesmo. Este mar perdido é uma espécie de «nostalgia» que o leitor infere da

[90] Vendo bem, é na despedida da adolescência, saudando já a maturidade, que começa a tornar-se mais impelente a reflexão sobre o próprio eu.

[91] O gosto da autora pelas origens do nosso pensamento e cultura ocidentais são-nos testemunhados também por Anes (2005: 105), quando este afirma: «Dizia-me Natália Correia que a sua literatura não era estritamente literária e que, pelo contrário, se integrava naquela antiga e perene corrente (vinda, pelo menos, da Antiguidade Clássica) que utilizava o texto literário como suporte de ensinamento iniciático imemorial. Essa novidade do que era muito antigo […] fascinava imenso Natália pela sua capacidade de descrever de uma maneira poética (mesmo que em prosa), o drama e o destino do Homem e a sua natureza e potencialidade».

interação que faz com o texto, de maneira que, segundo Proença Filho (1986: 28-29), «*A linguagem literária interroga o mundo sobre a sua realidade e a linguagem sobre a sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano: ela encarna uma nostalgia».*

A nostalgia nasce da ausência de algo que anteriormente estava presente. Nasce precisamente dessa lembrança de algo que já não está junto de nós. No caso de Natália Correia, a nostalgia concerne a sua relação com as ilhas. Uma relação que é ao mesmo tempo de recusa e de inegável conformação, de afastamento e de proximidade. Mas onde se vê melhor esta (con)fusão de contrários é no primeiro conto d'*A ilha de Circe*: «*Mãe, mãe, porque me abandonaste?».* De facto, se no prólogo Natália Correia (cf. Seixo, 1984: 40) pedia que, se realmente a quiséssemos encontrar, a procurássemos "entre o riso e a paixão", é neste conto que a descobrimos entre a *paixão*. Se a procurarmos ainda, encontramo-la no conto «As Nações Unidas» plenamente imersa no *riso* e, por último, "entre o riso e a paixão" na novela «A ilha de Circe».

No primeiro conto, «*Mãe, mãe, porque me abandonaste?»,* o espaço insular regressa juntamente com as recordações de infância da narradora. São recordações muito dolorosas para as quais ela se vê de novo, obrigatoriamente, transportada: «*E eu deixo-me guiar por essas apalpadelas na escuridão de sentimentos aferrolhados que se vão abrindo pelos caminhos do passado, até explodirem num grande desespero da minha infância»* (p. 20).

O passado, ao qual a narradora-personagem tem de prestar contas, pretende e exige um lugar à mesa no banquete das emoções e dos «sentimentos aferrolhados». Ele é uma espécie de Pénia, uma das personagens mitológicas do fantástico *Banquete* de Platão. Quando Sócrates narra a conceção de Eros, menciona a presença de Pénia, a deusa da pobreza ou da falta, que mendiga os restos do festim onde se celebrava o nascimento de Afrodite (203b). Pobre por natureza e por decreto divino, Pénia não pode senão ficar à porta, mendigar aquilo que os restantes deuses lhe dão. O mesmo se passa com o passado. Ele é sempre relegado para segundo plano, mas aflora quando menos se espera e reclama o seu lugar junto aos outros dois comensais da vida humana: o presente e o futuro. Estes, perenemente sentados à nossa mesa, são incompletos sem a presença do terceiro. Por esta razão, quando a narradora, agora a braços com a realidade que a circunda, é obrigada a tomar uma posição, o passado não pode senão emergir.

Assim se desvaneceu o argumento que a minha mãe debilmente opunha a que eu fosse estudar para Lisboa, como era meu desejo. Desejo embargado pela tristeza de a deixar no seu quebradiço estar de faiança. Mas eu já estava em idade de ser desassossegada pela fatalidade insular de partir que a uns se apresenta na árvore dos dólares e a outros – era o meu caso – na promessa de coisas grandes e excitantes que acontecem no outro lado do mar. Este apelo era mais poderoso do que a dor de me apartar daquela mãe tão docemente fadada para ser sempre abandonada. Por meu pai. Agora por mim (pp. 25-26).

Do passado[92] nasce então a necessidade de confrontar-se consigo mesmo. Essa necessidade obriga a que o eu seja colocado de novo na posição de objeto da perscrutação, de maneira que nos parece impreterível realçar a grande importância do uso da primeira pessoa em toda a obra. Natália Correia, quer na voz da personagem do primeiro conto, quer na narração descritiva que faz do conto e novela seguintes, sente a necessidade de intervir quase pessoalmente[93]. Esse passo dado na direção do eu interior separa-o da terra firme que é a realidade circundante. O eu torna-se a ilha, o espaço onde a alma pode interrogar-se e ser interrogada pelos três eternos comensais da vida humana.

O texto, como o eu, separa-se do autor como a ilha se distancia do continente. Interrogar o texto e deixar-se interrogar por ele, é delimitar os confins do espaço que ele cria à volta do leitor. É uma interrogação que poderá eventualmente fazer com que o texto se torne uma 'península' durante a nossa interpretação de um autor, mas trata-se de uma ponte construída propositadamente e que resiste apenas enquanto nos mantivermos ligados à leitura e à recriação desse texto. Somos mantidos em cativeiro pelo texto, isolados do resto da nossa realidade e simultaneamente reconectamo-nos a ela através da sua mensagem. Deixamo-nos capturar por ela e apeamo-nos numa ilha desabitada.

[92] «A verdadeira essência do moderno é a recusa cabal do contemporâneo mesmo quando, ou melhor, sobretudo quando o contemporâneo é encarnado num conceito de modernidade. Porque o fenómeno de conceitualização pressupõe uma marcha no tempo que, mau grado a sua aparência de vanguarda, caminha em direção ao passado, onde está a sua fonte» (Martinho, 1996: 75).

[93] «Os pronomes de primeira e segunda pessoas usam-se como *função exofórica* ou contextual, isto é, fazem referência a algo existente fora do texto, aos participantes no ato comunicativo. [...] Assim, a presença do *eu* no texto escrito não reproduz ou substitui um termo empregado antecedentemente, mas refere-se ao falante, enquanto este se acha "fora" do mesmo texto» (Guimarães, 1997[5]: 36).

Natália Correia convida-nos a tomar parte neste desbastamento do texto, usando as armas letais de que falámos: o riso e a paixão[94]. Combatendo com ambas, o leitor pode defender o espaço insular conquistado e ao mesmo tempo unir-se ao continente bibliográfico da autora. Trata-se de uma tomada de posição decididamente forte que requer uma revolução no modo de ler e interpretar um texto (Correia, 1992), um verdadeiro ato de *desobediência*: *«[...] chegou a hora romântica dos deuses nos pedirem a desobediência»* (p. 8).

Mas regressemos à insularidade do texto que é, ao mesmo tempo, a insularidade do tema. A personagem Adriano passa por um momento de grande perturbação sentimental que marcará indelevelmente a sua personalidade. Ele é um jovem que vive fechado na própria ilha emotiva, em constante conflito com o pai[95]. Para conquistar o direito à expressão da própria *forma mentis*, Adriano terá de vestir a pele do herói[96] e combater pela independência da sua interioridade. Mas a alma, ainda em tenra idade, deve ser testada em combate para que possa alcançar o divino: «*Porque a idade dos seres que se apaixonam é a idade da paixão que os diviniza» (p. 49).*

Natália coloca nesta narração toda a sua reflexão sobre o valor que a ilha tem no processo de crescimento do ser humano, quer este seja insular quer não. Na rota que cada um de nós deve traçar para o crescimento da própria alma, é preciso calcular categoricamente a existência de ilhas; ou seja, espaços que interrompem a passagem de quem quer alcançar a 'pátria', entendida como o autoconhecimento de si. A ilha representa assim a metáfora de nós mesmos, da nossa interioridade. Navegando na alma, o leitor reconhece nesse espaço insular a própria condição de humanidade e pode apenas servir-se do riso e da paixão como instrumentos náuticos.

Para ler *A ilha de Circe* são necessários uma bússola e um astrolábio, isto é, o riso e a paixão, os quais orientam o leitor e permitem que este governe a leitura do texto com um leme bastante sólido, apto a superar as tempestades do pensamento, a reencontrar a quietude e a crença. A escolha de desembarcar na ilha ou de simplesmente contorná-la cabe apenas ao leitor. Mas Natália Correia, na cartografia que faz do texto apresentado, assinala claramente quais são as ilhas em que é mister apear-se. A primeira é a do amor, isto é, a da paixão: «Mas a beleza que em sua extrema revelação fere as almas que lhe são devotadas reservava a Adriano, naquela ilha pousada como uma barca de flores no mar, a maravilha que fulminaria o centro do seu ser» (p. 48). A segunda é a do riso: «[...] *já que o romantismo em que me destemo nesta história clama por um desenlace trágico que sacuda as vossas almas apalermadas pela racionalização da imbecilidade*» (p. 102).

Como se viu, Natália Correia mostra-nos como, para reencontrar a nossa própria interioridade, isto é, a *quietude* da nossa 'ilha emotiva', é preciso agitar o nosso eu e atrever-se a viajar de novo no oceano da paixão e do riso. Este processo é sempre feito de forma dolorosa, pois necessita de uma análise do nosso passado, em que se é obrigado a aceitar a presença de Pénia também como juiz das nossas ações e decisões. Só assim se poderá placar a 'nostalgia' a que a interrogação de nós mesmos leva.

Concluindo, não podemos deixar de nos socorrer novamente das palavras supracitadas de Natália Correia, afirmando que é preciso dar uma "sacudidela" à nossa alma para permitir que ela retire de cima de si aquele pó do conformismo e da pacata aceitação que se tem vindo a depositar na nossa forma de abordar e de 'viver' um texto.

Com a autora açoriana os nossos espaços mentais abrem-se como portas à fantasia que ela nos apresenta. O texto é magneticamente orientado pela agulha de uma rosa-dos-ventos que Natália Correia nos oferece como bússola de leitura.

Quem desejar embarcar nesta aventura, atreva-se primeiro a desobedecer aos cânones de leitura dos clássicos (Magalhães, 1992: 153), questione a aridez da própria interioridade e torne-se o herói[97] que todo o autor espera

[94] Dois elementos, pois, que apelam ao romantismo ínsito da autora: «Admito ter falhado em trasladar para estes escritos êxtases e intemperanças do sentimento que nos dão as últimas notícias do homem. Não enjeito o fracasso. Ele é puramente romântico» (p. 8).

[95] Adriano combate contra o futuro que o progenitor, Negrão, tinha projetado para ele. Mas a sua coragem limita-se apenas a contradizer e a enfurecer o pai: este era republicano e Adriano decide tornar-se monárquico, gostava do branco se o pai preferia o preto.

[96] Adriano veste não tanto o hábito do protótipo heroico – Odisseu – mas, se quisermos o do *meio-heroi*, por assim dizer. Nas lendas mediterrânicas e principalmente aquelas que nos foram legadas pelas epopeias gregas e romanas, a figura do herói representa aquele que combate pela honra dos seus antepassados, aquele que conquista o sucesso e a glória em batalha, e aquele que em seguida é ovacionado em pátria, ou seja, o doador de uma estirpe histórica à sua terra. N'*A Ilha de Circe* temos o percurso inverso. Cf. Gomes de Pina.

[97] Como dizia Natália: «Porque sendo o herói o indivíduo que encarna o que não acontece aos outros, esse extraordinário da vida, sem o qual existir é sujeição aos privilégios da idiotia, a novelística sem heróis, ainda que estilizada em ajardinado exercício literário, não passa de um perfume para disfarçar o mau cheiro do rebanho» (p. 8).

que um leitor se torne, pois, «*dos vencidos não reza a história porque se renderam à razão*» (p. 8).

Referências bibliográficas

ANES, José (2005) '*Testemunho sobre Natália Correia*'. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas - Aço Plus, 105-106.

CORREIA, Natália (16 de junho de 1992) "*Em paz com os deuses*", in *Jornal de Letras*.

CORREIA, Natália (2001) *A ilha de Circe*, Lisboa: Editorial Notícias.

DACOSTA, Fernando (2005) '*Uma mulher inigualável*'. In Ângela ALMEIDA & Francisco REGO COSTA (coord.) *In memoriam Natália Correia*, S. Miguel: Fórum Culturas - Aço Plus, 71-74.

DIELS, Herman & KRANZ, Walter (1967[12]) *Die Fragmente der Vorsokratikwer*, Dublin-Zürich: Weidmann.

GOMES DE PINA, Maria da Graça (2009) 'Uma transposição atlântica do mito de Circe (Natália Correia) '. No prelo.

GUIMARÃES, Elisa (1997[5]) *A articulação do texto*, São Paulo: Editora Ática.

KONG-DUMAS, Catherine (setembro 1984) "*Recensão a* A ilha de Circe", in *Colóquio/Letras* 81, 85-86.

MARTINHO, Fernando (1996) Tendências dominantes da poesia portuguesa da década de 50, Lisboa: Edições Colibri.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (julho de 1992) "Os véus de Artémis: alguns traços da ficção narrativa de autoria feminina", in Colóquio/Letras 125/126, 151-168.

MOURÃO, José Augusto (julho - outubro 1988) "A sedução do múltiplo. Natália Correia: literatura e paganismo", in Colóquio/Letras 104/5, 85-92.

PLATÃO (1991) *O Banquete*, trad. e notas por Maria Teresa Schiappa de Azevedo, Lisboa: Edições 70.

PROENÇA FILHO, Domício (1986) *A linguagem literária*, São Paulo: Editora Ática.

SEIXO, Maria Alzira (março de 1984) "Dez anos de literatura portuguesa (1974/1984): ficção", in Colóquio/Letras Balanço 78, 30-42.

13. HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, HANACLETO@ISCAP.IPP.PT

KATHERINE VAZ EM TRADUÇÃO: "FADO E OUTRAS HISTÓRIAS" COMO RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA AÇORIANA

Katherine Vaz é uma representante viva da essência do ser e da identidade Luso-Americana. "Fado and Other Stories" demonstram como os usos e os costumes açorianos sobrevivem no imaginário coletivo de um grupo étnico nos Estados Unidos da América do Norte (E. U. A.).

Em tempos defendi a ideia de "cristalização no tempo e no espaço" de caraterísticas nacionais no terreno da diáspora; gostaria de rever esse conceito, passando a apresentá-lo como uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos.

Trata-se de re-escrever uma realidade com o filtro da distanciação no tempo e no espaço: a estória que se conta não é exatamente a sua, mas a dos bisavós; a estória que se conta não é exatamente a sua, mas é passada num Não-lugar, que é a Mátria – e é precisamente por ter essa distanciação que se torna sua, porque é uma estória elevada a história e é a sua compilação que forma a História dos Açorianos nos EUA.

Além do aflorar das preocupações com a Atemporalidade e a Distopia, serão tecidas considerações sobre a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês e de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte (Cronin, 2006:17) ilustrarão aspetos como a (in)visibilidade do Tradutor, a noção de coautoria por parte do Tradutor, a dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, a técnica da tradução, os canais transmissores das traduções (as casas editoras) e os estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

1. Introdução: Literatura Étnica

"Os seus avós de sangue
estão enterrados na terra natal,
nas ilhas"
(Vaz, 2003: 114).

O termo "Literatura Étnica" tem sido referido desde, pelo menos, os anos 80-90 como querendo dizer «Literatura de um conjunto de autores que se identificam com um determinado grupo étnico, geralmente alheio à maioria (ainda?) dominante nos Estados Unidos da América anglo-saxónica, protestante e branca, os tão chamados WASPs». Numa altura em que Barack Obama se torna Presidente dos EUA, há toda uma previsão de alteração do cenário étnico.

Não se preconiza uma radicalização de triunfo do grupo étnico dos Negros, mas, sem dúvida que as peças no xadrez no jogo do poder se alteraram: já não são "primeiro as peças brancas" … as peças pretas do xadrez do jogo acabam por ser de igual importância, sem primazia de umas em detrimento das outras.

O mesmo acontece com o grupo étnico dos WASPs e com o grupo étnico dos Negros.

Foi na altura dos anos 80-90 que se popularizaram Cursos e Disciplinas nos curricula universitários Norte-Americanos relacionados com as minorias em geral e em particular, quer sejam as minorias religiosas, quer sejam raciais, quer sejam as minorias de orientação sexual. Foi este interesse específico em áreas que não pertenciam à maioria dominante que deu origem ao desenvolvimento das disciplinas ligadas aos Estudos da Mulher, à Literatura Negra, ou aos Estudos Gay e Queer, por exemplo.

A conceção de "Literatura Étnica" tem sido aceite como pertinente por muitos autores e críticos, mas também tem sido questionada como sendo ou não de valor: será que é legítimo e importante subdividir a Literatura em subáreas étnicas? Será que é do interesse e é relevante para essas minorias étnicas que exista algo nos Estudos Literários que separe as suas literaturas da maioria, conferindo-lhes um estatuto especial e à parte? Não estaremos a proceder a uma estratificação cultural, defendendo uma segregação literária? Ou, pelo contrário, se procedermos a uma definição de "Literatura Étnica", não estaremos a valorizar, isto é, a reconhecer o devido valor às minorias étnicas e a reconhecer um status quo que pertence às suas literaturas? Não será, portanto, relevante estudar e divulgar essas literaturas para que a sua importância seja reconhecida por todos?

No fundo, a própria definição de "Literatura Étnica nos Estados Unidos da América" não é pacífica; se para uns significa literatura com uma temática étnica escrita em inglês, não faltarão vozes que defendam que essa mesma literatura deveria ser escrita nas línguas nacionais dos grupos étnicos aos quais os autores pertencem, para as divulgar na maior parte dos Estados Unidos da América e no resto do mundo.

Há que considerar igualmente a importância indiscutível de traduzir de e para outras línguas as literaturas minoritárias e criar, indubitavelmente, unidades curriculares universitárias e/ou no Ensino Superior que emancipem este tipo de estudos, nomeadamente os Estudos Açorianos.

É neste enquadramento ideológico do questionar que se propõe uma reflexão sobre a seguinte problemática: será legítimo considerar que existe uma Literatura Luso-Americana-Açoriana? E, partindo da hipótese que é legítimo, proceder-se-á a uma exploração deste conceito no enquadramento mais alargado dos Açorianos. Para tal exploração, tenta-se ilustrar os argumentos com uma possível abordagem de uma escritora Americana que, congregando em si a Costa Leste e a Costa Oeste dos EUA, bem como a herança cultural açoriana, é um bom exemplo do multiculturalismo de proveniência açoriana.

As razões que levaram à sua escolha para ilustração deste argumento são de interesse relevante. Por um lado, Katherine Vaz, é californiana, mas trabalha na Costa Leste e já se apresentou pessoalmente em Portugal, promovendo as suas obras, as quais já foram traduzidas para português; aliás em edições muito recentes, como é o caso da obra Fado e Outras Histórias, cuja primeira edição traduzida para a língua portuguesa data de agosto de 2003. Faz-se uma abordagem de enquadramento desta obra com uma vertente integrada nos Estudos da Tradução. De facto, a relação linguística, cultural e translatória da obra desta escritora com a sua tradução publicada em Portugal é marcante.

Passe-se agora a um caráter mais descritivo do que propriamente polémico e que mostra o grupo étnico dos Açorianos e dos Continentais enquanto componentes da população presente nos EUA. Existe uma entidade presente na população Norte-Americana: seria possível descrever uma comunidade da Costa Leste com pormenor, já que nos foi possível estudá-la enquanto observadora-participante desta mesma comunidade. Ainda que tenha sido uma investigação de curta duração – seis meses, sensivelmente – e há já bastante tempo, muitas das observações feitas são, certamente, atuais e relevantes para o enquadramento étnico que se pretende fazer.

Quanto à bibliografia proposta tem, desde já, duas vertentes essenciais: por um lado há a preocupação de utilizar temas de abordagem sociológica para uma melhor compreensão dos Açorianos Americanos e, por outro lado, há a preocupação de inclusão de autores que versam os Estudos da Tradução.

Para ilustrar as diferenças culturais dos Açores de há cerca de cinquenta anos atrás relativamente às dos EUA, gostaria de citar um excerto de uma entrevista que fiz na Ribeira Grande em 1991 a um ex-emigrante reformado que tinha trabalhado na montagem dos caminhos-de-ferro, na América do Norte:

"Nos Açores, eu nunca tinha visto um comboio. Lá na América só se liam letreiros que eu não percebia e o metro era a correr muito. E tudo o que eu tinha levado comigo era um pãozinho embrulhado num jornal, debaixo do braço, que, de nervoso, nem me apetecia comer".

2. Grupos Étnicos

"Por vezes, é mais do que se pode suportar,
a insularidade de todas as nossas vidas"
(Vaz, 2003: 113).

O estudo dos grupos étnicos Norte-Americanos constitui matéria de interesse fascinante em termos antropológicos, especialmente após a luta pelos direitos civis dos anos cinquenta e sessenta do século XX, quando o sentido de grupo e de pertença a um grupo se desenvolveu e nos anos setenta as lutas pela ação afirmativa culminaram na autoidentificação dos Norte-Americanos através daquilo que se pode chamar uma "hifenização". O hífen liga dois continentes e é comum um Norte-Americano dizer que é Asian-American ou Italian-American, por exemplo. Grande parte da autoidentificação nacional do comum Norte-Americano passa por se identificar com o stock étnico dos seus antepassados. A noção de América enquanto "melting pot" proposto por Israel Zangwill[98] ou uma "Nação de Nações" como Walter Whitman sugere metaforicamente no seu poema, desenvolveu-se a partir do papel importante que o sentimento de pertença a um grupo específico desenvolveu na formação daquele país. "Diversidade" e "pluralismo" são dois dos aspetos mais publicitados da cultura Norte-Americana.[99]

Estes dois aspetos foram usados para encorajar pessoas a emigrarem para a América. "Tolerância, liberdade, igualdade, oportunidade" foram palavras-chave para os Açorianos que demandavam as terras da América do Norte; não podemos esquecer que muitos emigraram também para o Canadá. Apesar de parecer algo agradável, os emigrantes sabiam que haveriam de encontrar um mundo novo estranho, mas mesmo assim iam, e em grupo. Nos tempos primordiais e coloniais, muitos dos colonos podiam ser apenas uns marinheiros isolados, que se deslocavam nos mares sem as famílias, mas à medida que o tempo de povoamento europeu se foi desenvolvendo, as pessoas que iam para os Estados Unidos da América iam quando já tinham alguém que os ajudasse lá a instalar-se.

Estariam preparados para fazer o mesmo por um parente recém-chegado no futuro, quando eles próprios já lá estivessem instalados. Formariam, assim, uma cadeia entre o Velho Continente e o Novo Mundo, com uma teia social de malhas bastante apertadas. À medida que os diferentes grupos de colonos começavam a sua vida num lugar específico do continente, a identificação dos indivíduos com o seu grupo ia-se tornando particularmente forte. "Nós, os ingleses da Virgínia," por oposição àquilo que "os alemães da Pensilvânia" estavam "a fazer por lá", tornou-se uma forma de compreender a diversidade que todos os imigrantes levaram com eles. A diversidade Norte-Americana é criada a partir dos diferentes costumes levados do "Old Country", bem como a partir das diferentes maneiras, segundo as quais esses hábitos se foram adaptando às novas formas de vida.

Noutros países o etnicismo está profundamente ligado à manutenção dos stocks locais originais. Nos Estados Unidos da América, à medida que os grupos de Americanos Nativos iam sendo aniquilados através do genocídio pelos colonos europeus, o etnicismo tornou-se cada vez mais ligado à importação de novos stocks através da imigração.

Numa perspetiva alargada, a imigração é uma das tendências dinâmicas que deu forma à cultura Norte-Americana. O que torna os Estados Unidos da América um caso original de etnicismo é o facto de, excetuando os Americanos

[98] Segundo Max Lerner em "People and Place" in *Nation of Nations*, Peter Rose, ed, Nova Iorque, Random House, 1972, p 117, a imagem de Israel Zangwill da "melting pot" é uma metáfora perigosa: "[It is] a dangerous metaphor since it implied that all the immigrant strains must be purified by being assimilated with something more American". A assimilação significa, segundo Peter Rose, conformidade com as atitudes anglo-saxónicas (in *They and We*, Nova Iorque, Random House, 1990), e por isso, perda de particularidades de cada grupo étnico. Lerner também mencionou a imagem de pluralismo cultural de Horace Kallen nos Estados Unidos da América como uma sinfonia, em que a orquestra toca uma música harmoniosa pelas diferentes secções de sopro, teclas, cordas e percussão.

[99] Quando afinal "pluralismo", segundo Peter Rose em *They and We* é apenas um aspeto do processo de um estrangeiro se ajustar à nova cultura do país em que vive. Nesta obra, Peter Rose propõe três termos diferentes: "assimilation, amalgamation, cultural pluralism". Segundo este autor, os imigrantes que foram assimilados pela sociedade Norte-Americana foram integrados através do conformismo com as maneiras de viver dos brancos protestantes anglo-saxónicos, os tão chamados "WASP" (White Anglo-Saxon Protestants). A "fusão" corresponde ao conceito de "melting pot" com o intercâmbio de ambas as culturas. "Pluralismo cultural", continua Rose, traz riqueza à nação acolhedora como um todo, pois recebe contributos das várias tendências nacionais dos países de onde os imigrantes vieram.

Nativos, todos os grupos étnicos provirem de origem estrangeira ao país, e apesar de estarem orgulhosos das suas raízes étnicas, também se organizam hierarquicamente segundo o princípio que dita que "os melhores são os mais antigos".

Um dos efeitos da crença em tal escala é o fenómeno da obsessão com o tornar-se bem-sucedido, tentando "fazer uma vida melhor do que aquela que tinham no país de origem". O culto da mobilidade social enquanto símbolo do estatuto do grupo desenvolve rivalidade e competição entre os vários grupos étnicos. Um exemplo é a dicotomia racial entre brancos e negros: "*Today, whites tend to exaggerate how well and how quickly they escaped from poverty, and contrast their experience with poverty-stricken Negros*."[100]

Os indivíduos e os grupos étnicos que estão mais bem apetrechados para serem bem-sucedidos na nova sociedade são aqueles que são mais parecidos com os da maioria. Neste sentido, "integração" está baseada na capacidade de alguém se tornar assimilado dentro do grupo dominante. Isto também significa que aqueles que são mais aceites são aqueles que são mais capazes de se conformarem com aquilo que é considerado a norma. Aqueles que recusam conformismo à(s) maneira(s) dos anglo-saxões encontram mais dificuldades do que aqueles que se conseguem adaptar ao grupo dominante.

Quanto mais o grupo se expôs a uma tradição urbana e industrial no país de origem, mais rapidamente tem a oportunidade de ascender na "escada do sucesso" no novo mundo. Um grupo que tem um talento especial ou que é especialmente instruído, que aliás não é vulgarmente o caso na história da imigração[101] tem uma melhor oportunidade de se integrar na nova sociedade. A sociedade de acolhimento vê vantagens em aceitar o novo grupo, pois este será visto como uma aquisição de valor e como tal digna de ser bem acolhida.

Tornar-se integrado geralmente significa ajustar-se às formas preexistentes. Quanto mais rapidamente o grupo se consegue "americanizar", melhores são as suas oportunidades de competir e ganhar num sistema capitalista superdesenvolvido e corporativo. Por isso, o grupo tem de compensar a perda – mais ou menos voluntariamente – das suas formas originais através da valorização daquilo que é particular ao seu grupo.

Superficialmente, o etnicismo Americano manifesta a individualidade do grupo através do consumo de "comidas étnicas", e através de festividades e celebrações trazidas dos países de origem. E é este último aspeto que interessa mais no contexto antropológico. No entanto, após alguns anos ou gerações, estes costumes tornam-se diferentes daqueles que foram trazidos originalmente. Nos Estados Unidos da América os costumes açorianos sofrem uma evolução que é separada da evolução que os mesmos costumes sofrem no país de origem. Por isso não são os mesmos que eram quando foram levados para a América, e também são diferentes daqueles que coexistem no tempo no país de origem.

É exatamente porque a sociedade Norte-Americana é muito diversificada que o laço comum a todos os grupos étnicos terá de ser o respeito pelo pluralismo e pela igualdade de direitos entre aqueles grupos. Todos os grupos étnicos começam por ser "*mais um grupo de imigrantes que chega aos Estados Unidos".*

Defende-se que num estádio primordial de etnicismo, o laço comum que produz unidade dentro da diversidade é a tentativa de prolongar e conservar as caraterísticas daquilo que foi deixado para trás. Nessa tentativa, as caraterísticas sofrem uma evolução e afirmam-se, tornando-se nos traços culturais e étnicos adaptados. As estórias passam de episódios para histórias que no seu conjunto formam a História.

Nos EUA há importações de formas étnicas de outros países e as formas de etnicismo não são diretamente "transplantadas" para o novo continente, mas antes refinadas e adaptadas. Nem mesmo a terceira geração, durante tanto tempo considerada na história da crítica da imigração como aquela que "regressou às raízes"[102], consegue reproduzir as formas do país de origem na América.

[100] In Kerner Commission, "Comparing de Immigrant and the Negro Experience", in Nation of Nations, op cit, p 230.

[101] E anos de escolaridade estão sem dúvida ligados ao estatuto social bem como com as capacidades económicas: "The rich stay in Europe... it is only the meddling and the poor that emmigrate". Max Lerner, in Nation of Nations, op cit, p 112.

[102] Nomeadamente pela escola que acredita na teoria de Marcus Hansen relativa à terceira geração de imigrantes como personagens-chave da reconciliação entre as formas que os imigrantes deixaram no país de origem e aquelas que eles desenvolveram nos Estados Unidos da América. In, Marcus Lee Hanson, "The Study of Man. The Third Generation in America" in *Commentary*, 1952, pp 492-500.

Não há um "transplante"; há uma reconstrução da memória no tempo e no espaço longínquos. As formas das comunidades étnicas açorianas são construções sociais de expressões culturais e não as expressões em si próprias (Wolfe, 1982: 56)[103].

Independentemente de essas comunidades serem ou não um enclave, protegidas das pressões da maioria ou num ghetto mais ou menos em paralelo com a maioria, não é verdade que as reproduções sejam fiéis. Não se deve tomar nenhuma Chinatown ou Nihon-machi em nenhuma cidade Norte-Americana, como uma amostra realista com o que a República Popular da China ou o Japão se parecem, independentemente do que turistas sequiosos com uma máquina de filmar, desejosos de provar comidas "diferentes", escolhem acreditar.

Para ilustrar a ideia de que um grupo étnico nos Estados Unidos da América não é uma réplica fiel das sociedades das quais ele provém, pode-se citar Whitman: "*a child, very old, over waves, towards the house of maternity, the land of migrations, looks afar" (*WHITMAN, 1855: 266).

3. O Fado Açoriano-Americano

"Ela perdeu o marido
no mesmo barco
que matou o teu pai"
(Vaz, 2003: 114).

A reescrita da memória não vem em primeira mão; Katherine Vaz reconstrói a história dos Açores recontando, à sua maneira, "Fado e Outras Histórias". Quem nos garante que a ficção de Katherine Vaz não passa por aquilo que se chamava "o realismo mágico" e não é moldada através da memória das estórias que o seu Pai açoriano lhe contava em criança? Há uma óbvia distanciação no espaço: de uma ilha para um continente, de uma aldeia para uma urbe, da Europa para a América. Por seu lado, há também distanciamento no tempo: não é necessariamente um tempo cronológico, mensurável em relógios ou calendários. É uma distância num tempo imaginado, de um tempo "perdido da infância" no dizer de Sophia de Mello Breyner, de um tempo que já passou e que se reconstrói num presente ficcional atualizado na leitura de cada leitor.

Referindo-se aos descendentes dos Açorianos, Katherine Vaz afirmou: "Somos tão tristes, tão quimicamente tristes que escorre de nós" (Vaz, 2003: 111-112). Neste livro, há referências ao Nosso Senhor do Bonfim, quando se fala na prima do Brasil. Xica Adelinha Costa e Rosa – a menina – criam uma relação de proximidade.

Fala-se em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. A criança conhece as tradições religiosas da terra dos seus ancestrais açorianos: conhece o Rosário dividido em Terços, divididos os Mistérios em "Gozosos, Dolorosos e Gloriosos". A professora do oitavo ano era a Irmã Ângela. Rosa, a certo ponto afirma com a voz de Katherine Vaz: "Era a primeira vez que eu já sentia saudades de alguém que ainda tinha e a minha primeira lição de que a alegria verdadeira não gera memórias, mas partículas físicas" (Vaz, 2003: 113).

3.1. "Fado" e uma possível pseudosinopse.

A obra de Katherine Vaz, californiana a viver na Costa Leste engloba: "Fado and Other Stories", que teve a 1ª edição em português em agosto de 2003; também escreveu "Mariana" e "Saudade". Nas traduções usa-se a língua portuguesa e a sua sonoridade naquilo que a própria Katherine Vaz chamou os "shh, shh' sounds" (os sons sh, sh). De raízes católicas, Katherine Vaz aceita notoriamente a noção do milagre, o extraordinário não é incomum. Pelo contrário, a autora escreve com aquilo que já foi intitulado como "Magical Realism".

No conto "Fado" do livro "Fado e Outras Histórias", Katherine Vaz criou um universo onírico que se entende pela sua extrema lucidez: a história de uma criança que convive com uma senhora algo marginal da sua comunidade mostra como os sentimentos universais de fidelidade, de amor materno e fraterno são cultivados na comunidade Açoriano-Americana com a variante da interpretação local. Fala-se de uma "pátria açoriana" na "Atlântida", como exemplo de um Lugar-sem-Lugar pois podia ser um local em qualquer ponto do Mundo. E é essa caraterística que torna esse lugar – Inter-Mundos – especial.

[103] In Eric Wolfe, *Europe and the People Without History*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982.

As descrições de Chica Adelinha Costa como o território da Mátria roubada à experiência de poder ser Mãe do seu próprio filho, já que ele é incapaz intelectualmente levam a pensar nas personagens confundidas com o espaço, ou talvez melhor, as personagens como símbolo do próprio espaço. Já a infidelidade da nora de Chica pode ser interpretada como o desenraizamento de costumes do Velho Mundo que descambam em vícios no Novo.

No fundo há a noção de que perder as raízes originais projetando-as de maneira diferente na terra de acolhimento são sintomáticas da afasia do filho de Chica. A existência da Não-Linguagem mostra a universalidade da palavra e do contraste com aqueles que não têm voz, e que, portanto, não têm identidade. A intervenção do Padre como elemento instituído da Religião Católica que leva, afinal, à morte daquele que não tem voz, mostra que, afinal "era o fado" que ditava todas as tendências do destino de cada personagem.

A aniquilação na água, ou seja, o afogamento do filho de Chica significa a inversão de tudo aquilo que era esperado: um batismo pela água termina num velório trágico – e de novo a simbologia da água, que é diferente para os Açorianos: a água é fonte de vida, tal como o líquido amniótico a envolver o bebé, que é a Ilha, é fonte de alimento, como o fornecimento de peixe para o dia-a-dia; mas a água é também símbolo de distanciamento das nossas realidades de vivências no Novo Mundo e é também, e sobretudo, símbolo de morte para todos aqueles que perderam alguém querido nas águas.

3.2. **Atemporalidade em "Fado".**

"*Marulho: não há palavra em inglês que descreva este bramido das ondas a rebentarem na praia, Manuel. Penso no mar de marido cheio de barulho*".

Katherine Vaz tem preocupações com a Atemporalidade, já que as suas histórias se poderiam passar num Tempo sem tempo; Katherine Vaz também se situa num território da Distopia, pois as suas histórias são geograficamente universais. Há, sem dúvida, a necessidade imperiosa de traduzir a literatura portuguesa para inglês com o objetivo de haver uma maior divulgação; também existe a necessidade de recuperar leitores portugueses para a literatura que é escrita sobre eles noutras línguas, tomando Katherine Vaz como um exemplo. As metáforas da tradução como porta e como ponte de Michael Cronin ilustram bem aspetos da Tradução como abertura para um novo mundo de possibilidades e também como ligação entre duas culturas.

Quanto à questão da (in)visibilidade do Tradutor, por haver respeito pelo texto que está a ser traduzido e pelo manter da identidade do Autor expressada no estilo dele, mas na língua da receção, ter-se-ia de fazer um estudo aturado de análise comparativa de discursos (o original e a tradução publicada), nas suas vertentes enunciativas para ficar com uma noção mais precisa.

Do outro lado da barricada está a noção de coautoria por parte do Tradutor, que defende a visibilidade da figura do Tradutor como um segundo Autor. A dimensão universalizante da obra antes e depois de ser traduzida, é sem dúvida diferente, dependendo do número de leitores a que pode chegar nas duas línguas. Por vezes a técnica da tradução do tradutor tem de ser ditada pelas regras de mercado que os canais transmissores das traduções (as casas editoras) se veem obrigadas a impor devido a necessidades económicas de chegar a um público mais alargado. Também seria interessante centrarmo-nos nos estudos da receção da obra traduzida por parte do público consumidor de literatura.

Relativamente à questão da Atemporalidade de Katherine Vaz, há a observar que também há tendências universalizantes neste aspeto. Tudo é cronologicamente imensurável, pois é como se a ação estivesse estacionada num tempo que não é cronológico. A vida e o tempo em "Fado" não se medem nem pelo relógio, nem pelo calendário; a vida decorre ao próprio ritmo psicológico do desenrolar das necessidades das personagens se revelarem umas às outras, ou o mesmo é dizer, de se revelarem ao leitor.

A noção de um tempo estático, imóvel é apenas contrariada pelo desenrolar dos acontecimentos; o tempo é o de "la recherche du temps perdue" – um tempo de memória daquilo que aconteceu com os antepassados no Mundo Açoriano e que é revivido no Mundo Americano, Novo. Há que lembrar que os filtros dessa ressurreição da Temporalidade têm como base o distanciamento: tanto temporal, como também o distanciamento espacial.

Não podemos esquecer a noção de "Verfremdung" de Bertold Brecht como ilustradora do conceito de Katherine Vaz com o distanciamento quase

impessoal, e, no entanto, tão cheio de emoções: mágoa, saudade, (in)conformismo com o Destino, o "Fado" que está reservado a cada uma das personagens.

4. CONCLUSÃO

Na obra há referências à alimentação açoriana: carne de porco em vinha-d'alhos, torresmos; referem-se os baleeiros que afundavam; há referência às rendas que Teca, irmã de Chica, fazia; há referência às Famílias Portuguesas em Lodi a criarem canários, periquitos, mainás e papagaios falantes; refere-se igualmente que o pai da Rosa tocava: "Navegar é preciso/Viver não é preciso". E há a definição de Saudade que é pungente.

"Fado", de Katherine Vaz, em tradução, mantém a versão no original português "Fado" no meio de vocábulos ingleses, fazendo crer que seja intraduzível. O mito da (in)traduzibilidade sugere várias considerações: parece ser verdade, pelo menos, que quando se considera que uma palavra é intraduzível, chega-se, no entanto, ao nível da intraduzibilidade de conceitos. Quando se pensa na questão do conceito, está-se a passar para o nível semântico-ideológico e para o lado pragmático no sentido cultural.

De facto, a cultura do autor e a do tradutor vão, certamente, influenciar a escolha dos vocábulos que transmitem determinados conceitos. O mesmo acontece na receção.

O conceito de "fado" pode ser entendido por um leitor de uma obra como a canção típica portuguesa, mas também no contexto de entender "Fado" como "Destino", que o leitor português entenderá no título traduzido por Isabel Alves; no entanto, será que acontece o mesmo com o leitor de língua materna inglesa lendo o título original, "Fado and Other Stories"? Certamente que o impacto cultural evocado na mente dos dois leitores não é o mesmo.

Prevê-se um estranhamento por parte do leitor de expressão inglesa pela suposta "intromissão" da palavra estrangeira para ele, a portuguesa "Fado". Por seu lado, a tradutora teve a tarefa de traduzir o título "Fado and Other Stories" algo "facilitada": numa economia de quatro palavras, uma já está traduzida no seu original, o que representa 25% do título!

Quanto à questão da visibilidade do tradutor em relação ao autor, há vários pontos a considerar: por um lado há a possibilidade de comparar um tradutor a um intérprete nas suas prestações translatórias; se houver um caso de comparação, tem-se talvez forçosamente de concordar que o intérprete é mais visível que o tradutor, tanto a nível propriamente da presença física, que é o que menos interessa, talvez como a nível do resultado da produção do seu trabalho.

O intérprete é visível na sua cabina de interpretação (refere-se aqui o intérprete de conferência, não contemplando na presente instância os intérpretes de acompanhamento ou de comunidade). Mas além da presença física verificável ao microfone, a visibilidade que é importante referir, é o conjunto de marcas que o intérprete deixa no seu discurso falado.

O intérprete tem de, por vezes, resumir o discurso do orador, por vezes tem de fazer paráfrases, por vezes tem de clarificar a verdadeira intenção do orador, quando este, em subtilezas de retórica quer dizer mais do que aquilo que realmente diz ou quando quer expressar precisamente o contrário, com tendências irónicas.

No caso do tradutor literário por excelência, a presença não se sente tanto como a do intérprete, mas, estilisticamente é certo que é mais visível do que no caso do tradutor científico-técnico, por exemplo. O tradutor literário deve ser *"tão próximo do original quanto é possível e tão livre quanto for permitido,"* no dizer de Newmark.

O tradutor vê o seu trabalho registado, editado e publicado, na melhor das hipóteses – e daí que haja uma responsabilidade acrescida, pois o seu trabalho pode ser apreciado, mas também depreciado, segundo a visão de quem lê a tradução. Há a referir a permanência do registo para a posteridade. Um livro traduzido chega a uma faixa mais alargada de público do que se permanecesse não traduzido. Em questões de democraticidade, então, poder-se-ia dizer que o livro traduzido, ao ser acessível a um público mais vasto, serve como instrumento democratizante.

A um nível estritamente literário, há a apontar que o estilo do "Realismo Mágico" do original é mantido na tradução. As personagens saem realisticamente do seu conteúdo onírico, das brumas da Ilha Verde Açoriana, São Miguel, mas também do Faial ou da Terceira.

Há um conto relativamente curto – "Febre das Ilhas" – que conta a história de um marinheiro português que se quer ver retratado no muro do paredão que engloba a marina na Horta da ilha do Faial, porque se sente excluído, por apenas os marinheiros Não-Açorianos terem locais próprios para pintarem uma cena ou uns dizeres.

Mas o tempo e o espaço são universais: a memória Açoriana reconstruída e o espaço do Novo Mundo abordado com os olhos açorianos mostram nesta tradução que a atemporalidade e a localização são universalizantes na recuperação da memória açoriana.

5. REFERÊNCIAS

Hanson, Marcus Lee. (1952) 'The Study of Man. The Third Generation in America'. In Commentary, 492-500

Kerner Commission, (1972) 'Comparing de Immigrant and the Negro Experience'. In Peter Isaac Rose, (ed), Nation of Nations, Nova Iorque: Random House

Lerner, Max. (1972) '*People and Place*'. In Peter Isaac Rose, (ed), *Nation of Nations, Nova Iorque:* Random House

Rose, Peter Isaac (1990) *They and We*, Nova Iorque: Random House

Wolfe, Eric (1982) *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

14. HELENA FIGUEIRA, (COM AFONSO MENDES, PEDRO MENDES, CLÁUDIA PINTO), PRIBERAM INFORMÁTICA {HGF, AMM, PRM, CP}@PRIBERAM.PT

1. O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 E OS CORRETORES AUTOMÁTICOS

Neste artigo pretende-se fazer uma análise do Acordo Ortográfico de 1990 centrada na aplicação prática das novas regras ortográficas em programas informáticos de correção ortográfica e sintática, como o *FLiP* ou o *Novo Corretor Aurélio*. Como exemplo dos casos problemáticos na implementação da nova ortografia na correção ortográfica, apresenta-se a grafia de grupos consonânticos. Pretende-se também examinar o impacto do Acordo em diversos recursos linguísticos e em módulos que podem ser integrados noutros produtos e serviços.

Palavras-chave: Língua portuguesa, ortografia, acordo(s) ortográfico(s), correção ortográfica.

1. Introdução

No âmbito do trabalho que a Priberam vem realizando (Amaral, 2003) na área do processamento da língua natural (PLN), faz todo o sentido questionar em que medida as novas regras decorrentes do "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"[104] (AO) assinado em 1990 irão afetar o comportamento de corretores ortográficos para o português ou de outras ferramentas linguísticas. O presente artigo analisa a problemática da correção ortográfica em que se inserem os corretores da Priberam, cujo funcionamento se descreve resumidamente. Segue-se uma discussão da aplicação do AO de 1990 aos corretores ortográficos da Priberam, referindo-se um dos casos de implementação problemática. Por fim, examina-se o impacto da implementação em recursos ou em módulos que podem ser individualizados e integrados noutros produtos e serviços, a necessidade de uma ferramenta de conversão para a nova ortografia e a possibilidade de criação de produtos destinados a outras variedades de português.

Como consideração preliminar, estabelecemos conceitos operatórios de *ortografia*, *erro ortográfico* e *norma*, reiterando que a linguagem escrita não é adquirida e resulta de alfabetização, i.e., de uma aprendizagem (Delgado-Martins, 1996), geralmente institucionalizada, da representação gráfica da oralidade. Tal representação obedece a regras convencionadas, algumas das quais adquiridas de forma explícita. Constitui então a *ortografia* apenas a parte da língua mais convencionada e menos natural, que corresponde à forma gráfica que esta assume nos seus suportes escritos. Enquanto compromisso convencionado entre a fonética e a tradição gráfica, relacionada muitas vezes com a etimologia (Castro, 1987:36), a ortografia foi objeto de aproximações e distanciamentos na sua relação com a fonética e com a etimologia (Marquilhas, 1987; Mateus, 2002) e é sobre este movimento que muitas vezes recaem os argumentos apresentados em debates sobre o assunto. Sendo uma convenção estabelecida e estabilizada, é uma das partes menos problemáticas da gramática, talvez a área da língua cujas dúvidas

[104] Aprovado, para ratificação, na Assembleia da República Portuguesa (ARP) a 4 de junho de 1991 e publicado a 23 de agosto de 1991 em *Diário da República*. O texto oficial anotado pela Priberam está disponível em http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog91.pdf. O "Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" foi ratificado pela Resolução da ARP n.º 35/2008, de 16 de maio de 2008, com o correspondente Decreto do Presidente da República n.º 52/2008 no *Diário da República*, n.º 145, de 29 de julho de 2008.

permitem respostas mais perentórias em termos de correção[105], e é também uma "bitola de uma certa eficiência e categoria sociais" (Mateus, 2002:93).

No caso da língua portuguesa, a ortografia é o único aspeto em que há uma regulamentação explícita através de textos legais. Antes da entrada em vigor do novo AO, e no caso da norma europeia, estavam em vigor dois textos legais, o Decreto n.º 35 228, de 8 de dezembro de 1945[106] e a sua alteração pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 32/73 de 6 de fevereiro de 1973[107]. No caso da norma brasileira, vigorava o *Formulário Ortográfico*[108], aprovado pela Academia Brasileira de Letras em agosto de 1943. A par do que foi dito, é de referir que "não se pode pensar no uso de uma língua em termos de «certo» ou «errado» e em variante regional «melhor» ou «pior» [...].

No ensino da língua escrita, contudo, procura-se neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, a fim de atingir um padrão único abstrato e idealizado que seja supranacional" (Leite e Callou, 2002:57). É neste âmbito da escrita, e sobretudo na ortografia, ligada a fenómenos socioculturais, que mais facilmente se chega à determinação do *erro*, enquanto desvio relativamente a uma norma (Mateus, 2005; Castro, 2003) e ao que é considerado correto. A norma ortográfica, dada a sua estabilidade, deve estar menos sujeita à variabilidade e à subjetividade, e não implica juízos linguísticos, mas apenas o respeito por uma convenção.

A noção de *erro ortográfico* é então muito clara para o utilizador da língua, uma vez que tem como referência um sistema rígido, adquirido pela escolarização e objeto de legislação. Ao contrário das noções de *ortografia* e de *erro ortográfico*, a noção de *norma* é bem mais flutuante, sendo um termo genérico que pode incluir os critérios que regulam aquilo que é considerado por um grupo maioritário como linguisticamente correto ou uma variante linguística mais prestigiada sociocultural ou politicamente (Peres e Móia, 1995:36-45). Esta formulação permite múltiplas leituras, pressupondo necessariamente a (co)existência de várias normas. Se para a ortografia é relativamente fácil encontrar referências relativamente à norma, para a pronúncia estas referências são escassas e resumem-se aos (raros) dicionários com transcrição fonética[109] e às indicações de ortoépia em dicionários e vocabulários[110].

Para um corretor ortográfico, no entanto, a sinalização do erro ortográfico tem de corresponder a um equilíbrio entre critérios linguísticos, o respeito pela norma ortográfica, as exigências dos utilizadores e as limitações do PLN. Este equilíbrio torna-se mais difícil perante alterações ortográficas significativas, sobretudo se o texto que as regula for ambíguo ou incongruente, principalmente num contexto de ausência de obras de referência autorizadas.

2. CORREÇÃO ORTOGRÁFICA

A ideia da deteção de erros ortográficos e da respetiva correção é introduzida no primeiro contacto com a alfabetização. A correção ortográfica, nomeadamente a tipográfica, foi durante muito tempo apenas feita manualmente e sobre papel, mas a proliferação de textos eletrónicos criou a necessidade de outras formas automáticas de correção. Em termos de PLN, foi na década de 70 do séc. XX que se assistiu ao surgimento dos primeiros auxiliares informáticos de correção ortográfica (Peterson, 1980).

Na sua fase inicial, os programas eram essencialmente verificadores ortográficos, pois detetavam erros mas não apresentavam sugestões de correção, só mais tarde evoluindo para corretores ortográficos, que fornecem sugestões para os erros detetados. Os programas de correção ortográfica passaram a ser disponibilizados em processadores de texto, que conheceram nas décadas de 80 e 90 do século passado franca expansão. No início do séc. XXI, os corretores ortográficos contêm já verificação automática e dispõem de opções de correção automática bastante seguras, podendo também ser

[105] Nos serviços de consultoria linguística, como o que disponibiliza a Priberam em http://www.flip.pt/Duvidas/, este é o âmbito em que, estatisticamente, as respostas são mais curtas e dos poucos em que podem ser categóricas.

[106] O texto oficial anotado pela Priberam está disponível em http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf.

[107] Disponível em http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf.

[108] Disponível em http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=20, com alterações de 1971, pela Lei nº 5.765, de 18 de dezembro: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2453&sid=19.

[109] Para o PE, em dicionários monolingues, ver Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001), *Grande Dicionário Língua Portuguesa* (2004) e *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses* (2007); em dicionários bilingues, ver sobretudo *Grande Dicionário Português/Francês* (1998) e *Dicionário Verbo Português-Inglês* (2000).

[110] Para o PE, ver Gonçalves (1966), Machado (2001) e Houaiss (2002).

encontrados em *web browsers*, servidores de correio eletrónico *online* ou sítios de alojamento de blogues.

Na correção de um texto eletrónico há a considerar diversos níveis: ortográfico, sintático e estilístico. Sumariamente, um programa de correção ortográfica permite a deteção de diferentes tipos de erros ortográficos (Medeiros, 1995:60-107), a saber, linguísticos ou cognitivos (ex.: **análize* / *análise*), tipográficos ou de digitação (ex.: **casamneto* / *casamento*) e de transmissão (ex.: confusão de *ç* com *c* ou de *rn* com *m*, num texto digitalizado).

2.1. FLiP e Novo Corretor Aurélio

Comercializado desde 1995[111], o *FLiP – Ferramentas para a Língua Portuguesa* – tem vindo a afirmar-se nos mercados português e internacional como uma ajuda indispensável à escrita e revisão de texto eletrónico. As ferramentas *FLiP* têm como antecedente, em 1994, o corretor ortográfico *Lince* (Andrade, 1992), que constituiu o primeiro corretor ortográfico comercializado para o português europeu (PE). A gama *FLiP* é hoje constituída por um conjunto diversificado de produtos, disponíveis para várias plataformas e aplicações, tanto para o PE como para o português do Brasil (PB). Alguns dos componentes do *FLiP* foram licenciados pela Microsoft para serem incluídos na versão portuguesa do Microsoft Office desde a versão XP. Na versão do pacote de ferramentas linguísticas *FLiP 7*[112], estão incluídos, para o PE, um corretor ortográfico, um corretor sintático e estilístico, nove dicionários temáticos, um hifenizador, um dicionário de sinónimos, um conjugador de verbos, quatro auxiliares de tradução e um editor de texto, bem como corretores ortográficos para alemão, espanhol[113], francês, inglês e italiano. As ferramentas acima enunciadas para o português (PE ou PB) podem ser utilizadas com a ortografia segundo o novo AO se for selecionada essa opção, estando o FLiP dotado também de um conversor de texto para a grafia segundo o AO de 1990.

O corretor ortográfico da Priberam está também atualmente integrado nos blogues do Sapo[114]. Além da Corretor ortográfica e sintática, a tecnologia *FLiP* tem sido usada em diversas áreas do PLN, como seja na indexação do LegiX[115], na área de motores de pesquisa (através da participação nos projetos TRUST e MCAST[116]), na área da recolha de informação em respostas a perguntas (através da participação no CLEF[117]), na área da extração de informação (sistema de pesquisa nos *sites* da TSF e do JN[118]) ou na área do processamento de fala (através da participação no projeto Tecnovoz[119]).

O primeiro produto específico apenas para o PB foi o *FLiP:mac Brasil* (2003), seguindo-se o *FLiP Brasil* (2004) e o *Novo Corretor Aurélio* (2007). Ainda que os recursos linguísticos sejam diferentes, estas ferramentas baseiam-se no *software* que a Priberam vem desenvolvendo há mais de 15 anos. Contrariamente ao que sucede com o léxico, que é individualizado para o PE e para o PB, a estrutura básica da gramática é partilhada pelos corretores sintáticos da variedade portuguesa e da variedade brasileira; tal acontece porque, salvaguardadas as devidas diferenças, a generalidade das regras sintáticas para a escrita do PB é semelhante à do PE e porque os mesmos fenómenos ocorrem em ambas as variedades do português. As especificidades do PB foram consideradas, nomeadamente construções lexicais fixas e erros ortográficos com implicações sintáticas (por exemplo, o uso problemático da crase).

2.2. Corretor ortográfico: modo de funcionamento

---

[111] A primeira versão do *FLiP*, de 1995, continha um corretor ortográfico, um dicionário de sinónimos e um hifenizador. A segunda versão, o *FLiP 97*, passou a incluir o primeiro corretor sintático para o português.

[112] Está disponível em http://www.flip.pt/online uma versão de demonstração com algumas das funcionalidades do *FLiP*.

[113] Para o espanhol, o pacote FLiP inclui também um corretor sintático e estilístico, um hifenizador e um conjugador.

[114] Ver http://blogs-beta.sapo.pt.

[115] LegiX é um conjunto de ferramentas de informação jurídica da Priberam; ver www.legix.pt para mais informação.

[116] TRUST – *Text Retrieval Using Semantic Technologies* – projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (IST-1999-56416), para desenvolvimento de um motor de pesquisa multilingue, capaz de responder a perguntas em língua natural, formuladas em inglês, francês, italiano, polaco e português; M-CAST – *Multilingual Content Aggregation System based on TRUST Search Engine* – projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (EDC 22249 M-CAST), para desenvolvimento de uma infraestrutura multilingue para permitir a produtores de conteúdos pesquisar, consultar e integrar recursos de vastas coleções multilingues de textos e multimédia, como bibliotecas digitais, recursos de editoras, agências de notícias e bases de dados de publicações científicas (http://www.m-cast.infovide.pl/).

[117] CLEF – *Cross Language Evaluation Forum* – projeto de avaliação internacional, financiado pelo 6º Programa Quadro da Comissão Europeia, para promover a investigação na área dos sistemas multilingues (http://www.clef-campaign.org/); sobre a participação da Priberam na campanha de *Question Answering*, veja-se Amaral (2007).

[118] Ver http://www.tsf.pt/ e http://www.jn.pt/, respetivamente.

[119] Tecnovoz - projeto financiado pelo programa Prime/PMDT, para desenvolver novas competências nas tecnologias da fala.

O funcionamento do corretor ortográfico do *FLiP* baseia-se na comparação das palavras utilizadas num documento com uma lista de palavras (designada por *dicionário*) reconhecidas pelo módulo de Corretor ortográfica. Se uma determinada palavra não for reconhecida, esta é assinalada como errada e são apresentadas sugestões para a sua correção. Nas versões mais recentes da maioria das aplicações da Microsoft, a verificação ortográfica é feita automaticamente enquanto se escreve; neste caso, os erros ortográficos aparecem sublinhados a vermelho. Clicando sobre a palavra assinalada, o utilizador poderá selecionar uma das sugestões de substituição, ignorar a palavra ou adicioná-la ao dicionário. As sugestões são apresentadas por ordem decrescente de probabilidade de se tratar da palavra correta. Na ordenação das sugestões são considerados fatores como a semelhança fonética, a semelhança gráfica, adjacências no teclado e frequência das palavras.

O corretor ortográfico não se limita a assinalar erros ortográficos, mas veicula opções no reconhecimento de palavras. Assim, o corretor pode assinalar como desconhecidas palavras dicionarizadas que deliberadamente não quer ver reconhecidas, como palavras obsoletas ou de baixa frequência cujo reconhecimento pode mascarar erros em palavras muito comuns (ex.: *demostração/demonstração, gustar/gostar, trenador/treinador*). O corretor contém ainda algoritmos de **correção automática**: erros em que não há dúvidas quanto à palavra que o utilizador pretende escrever são corrigidos automaticamente (por exemplo, a palavra *françês* é imediatamente corrigida para *francês*).

Algumas verificações e sugestões ortográficas são detetadas pelo corretor sintático e não pelo módulo de correção ortográfica, dado que este não dispõe de informação contextual. Um caso típico é o das palavras compostas ligadas por hífen. Para expressões como *segunda feira* é sugerida a substituição por *segunda-feira*. Neste caso, não existe erro ortográfico, se considerando as palavras isoladamente; apenas a análise do contexto permite decidir sobre a correção ortográfica do texto em análise.

3. Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 em corretores ortográficos

A ortografia de um adulto escolarizado é, em geral, estável e quase automática, com pequenas áreas problemáticas onde surgem inevitavelmente hesitações ou dúvidas. Uma reforma ortográfica vai desequilibrar essa estabilidade, criando resistências à descaraterização gráfica das palavras cuja ortografia é alterada. As principais resistências de um escrevente às alterações ortográficas relacionam-se, então, não tanto com a memória etimológica das palavras, mas com a sua imagem, memorizada durante a aprendizagem e repetida enquanto escrevente (as formas antigas *absorpção, condemnar, fructo, orthographia, psalmo, sancto, sciência* ou *victória* são casos em que os utilizadores da língua atual não sentem qualquer desconforto gráfico porque não têm delas memória; alterações como a supressão de acentuação gráfica nos advérbios terminados em *–mente*, como em *pràticamente*, estão porventura mais próximas, até pela facilidade de encontrar edições ainda com esta grafia).

Num momento de alterações ortográficas significativas[120] (a percentagem de palavras a alterar é pequena, mas a frequência de algumas palavras ou famílias de palavras é muito alta), e dado o volume de textos atualmente produzido em formato eletrónico, a confiança num corretor ortográfico é essencial. Por outro lado, e atendendo ao facto de que o corretor verifica a ortografia e oferece sugestões de correção, constitui também um instrumento privilegiado para criar novos mecanismos de tomada de conhecimento, aprendizagem e memorização das alterações ortográficas convencionadas[121].

Aparentemente, como explicitado na "Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" (5.3. alínea *e*), o texto legal tem preocupações específicas com o PLN, quando apresenta como uma das razões para a manutenção dos acentos gráficos em proparoxítonas e paroxítonas, recuando assim no estipulado pelo texto de 1986, o "alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de *análise* (s.)/*analise* (v.) [...], casos que, apesar de dirimíveis pelo contexto sintático, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico" (sublinhado nosso). Este argumento não parece, no entanto, ser pertinente, dado o número de ambiguidades entre classes gramaticais que a língua contém e com as quais o PLN tem obrigatoriamente de lidar. Mais do que isso,

[120] Ver análise das alterações em http://www.flip.pt/AcordoOrtografico/Introducao/tabid/514/Default.aspx.

[121] A este respeito, é sintomático que um guia para a nova grafia afirme que "alguma prática da nova ortografia e o recurso [...] a um corretor ortográfico atualizado resolverão rapidamente as dificuldades" (Casteleiro, 2007: 5).

a eliminação das consoantes ditas "mudas" (ver *Base IV*) vai aumentar o número de palavras homógrafas (ex.: *a(c)to/ato*, substantivo e flexão verbal de *atar*). A mesma consequência terá a eliminação do acento gráfico para distinguir palavras graves que são homógrafas de palavras proclíticas (ver *Base IX*, 9.º). Veja-se como o caso particular da omissão do acento agudo na 3ª pessoa do singular do indicativo do verbo *parar* (*pára*) irá criar um par homógrafo no PE (mas homónimo no PB), dificultando o reconhecimento e a leitura de frases como "Por vezes para para garantir que não é poeta"[122]. Além disso, esta opção parece ser inconsistente com o estipulado no nº 3 da *Base VII* para o caso do verbo *pôr* e da preposição *por*[123] (sublinhado nosso): "Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas [...], do tipo de [...] *colher* (ê), verbo, e *colher* (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal *pôr*, para a distinguir da preposição *por*."

O texto do Acordo de 1990 não prevê soluções para muitos dos problemas que cria e é lacunar, ambíguo ou incoerente em alguns aspetos, pelo que foi necessário definir linhas gerais explícitas e fornecer ao utilizador a explicação de algumas opções tomadas pela Priberam[124]. Estas opções tiveram de ser tanto mais explícitas quanto mais sentida foi a ausência de instrumentos lexicográficos autorizados, nomeadamente o "vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa", previsto no Acordo (ver *art.º 2.º*), que permitiria substituir (ou complementar) as obras tidas como referência maior, de que são exemplo o *Tratado de Ortografia* e o *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves (1947; 1966) ou o *Vocabulário Ortográfico* da Academia Brasileira de Letras (1981).

É forçoso que exista a curto prazo um instrumento comum, como um *thesaurus* da língua portuguesa, mas será útil ir mais longe e permitir a criação de vários vocabulários ortográficos autorizados consoante a norma de cada país, de que o "vocabulário comum" poderia ser a súmula. Estariam então, de alguma forma, organizadas *subortografias nacionais*, como propõe Ivo Castro[125], no seguimento da sua defesa de uma "versão fraca de unificação" (Castro, 1987:8), para evitar uma grande variação interna dentro de cada espaço nacional. A "Nota explicativa" do Acordo indicia uma solução semelhante no ponto 4.4 quando afirma que "os dicionários da língua portuguesa, que passarão a registar as duas formas em todos os casos de dupla grafia, esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia" (sublinhado nosso).

3.1. Implementação das alterações

A implementação das alterações ortográficas preconizadas pelo Acordo de 1990 implica modificações significativas nos módulos de correção, mas também opções de fundo que podem refletir vários cenários e implicar diferentes soluções técnicas. A Priberam tem acompanhado atentamente todo o processo relativo ao AO, no sentido de não tomar decisões precipitadas e de produzir ferramentas que correspondam qualitativamente às expetativas dos utilizadores, não só em Portugal, mas também no Brasil e em outros países da CPLP, nomeadamente Angola e Moçambique. Pelo facto de a Priberam ter adquirido uma grande responsabilidade devido aos produtos que desenvolve, às marcas a que se tem associado e ao número de utilizadores que recorrem aos seus produtos e serviços, é exigido aos seus corretores um alto grau de qualidade e a resolução pronta das dúvidas ortográficas (e não a criação de mais áreas de dúvida ou hesitação).

Com as devidas distâncias decorrentes do tipo de registo em causa, a prova de que não se trata de uma tarefa rudimentar, ou sequer fácil, é a existência de duas obras lexicográficas[126] cuja ortografia é publicitada como estando já de acordo com as novas disposições ortográficas, mas que, independentemente dos seus modelos lexicográficos, tomam decisões diferentes relativamente à grafia de um número considerável de palavras[127].

As principais alterações aos corretores da Priberam foram efetuadas ao nível dos léxicos (bases de dados relacionais onde se codifica informação lexical variada; cf. Amaral, 2003) relativos à variedade do PE e do PB. De entre as hipóteses para implementação das alterações ortográficas, chegou a

[122] Exemplo extraído do *corpus* CETEMPúblico (disponível em http://www.linguateca.pt/) com adaptação da forma *pára*.

[123] O critério usado para *pôr/por* não é suficiente no caso de *pára/para* (e vice-versa).

[124] Ver http://www.priberam.pt/docs/CriteriosFLiPAO.pdf para o PE e http://www.priberam.pt/docs/CriteriosFLiPAO_PB.pdf para o PB.

[125] Sobre este assunto, ver intervenção de Ivo Castro em "2ª parte do debate sobre o Acordo Ortográfico" do programa *Escrita em Dia*, emitido na Antena 1 da RTP em 2008-02-13, disponível em http://mp3.rtp.pt/mp3/envia_file.php?file=wavrss//at1/194713_22309-0802202249.mp3&name=Escrita%20em%20Dia.

[126] Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico (Texto Editores, 2007) e Novo *Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 – Acordo Ortográfico* (Porto Editora, 2008).

[127] Como exemplo, veja-se o registo de coa/côa, forma/fôrma, géiser/geiser, re-edição/reedição, sub-reptício/subreptício.

considerar-se a criação de um léxico único que reunisse todas as variantes ortográficas possíveis de uma mesma palavra, atendendo às facultatividades e acentuações possíveis (ex.: *tectónico/tectônico/tetónico/tetônico*). Esta opção parece ser claramente desvantajosa, uma vez que multiplicaria as variantes e não teria em conta as práticas ortográficas nacionais de Portugal (ex.: *tectónico/tetónico*) e do Brasil (ex.: *tectônico/tetônico*), não sendo esclarecedora nem pedagógica quanto às variantes preferenciais em cada espaço nacional, atendendo à pronúncia (ex.: *tectónico* [PE]*; tectônico/tetônico* [PB]).

Para restringir as desvantagens desta hipótese, poderia ser implementado no *software* um conjunto de opções de seleção de formas exclusivas ou preferenciais pertencentes a cada uma das variedades nacionais, à semelhança da seleção feita com os dicionários temáticos do FLiP. Esta alternativa apresentava, contudo, inconvenientes quando o utilizador não explora as potencialidades da aplicação e se limita a utilizar as opções predefinidas.

Mais importante do que isso, um léxico único ignoraria importantes diferenças no que diz respeito às informações de cada item lexical, como sejam variações lexicais (ex.: *autocarro/ônibus, boleia/carona*), morfológicas (ex.: género de *disquete*, feminino em Portugal, masculino no Brasil), semânticas (ex.: *bala, concreto*), sintáticas (ex.: *no meio de/em meio a*) ou estatísticas (ex.: a frequência de *cara* com determinado género interfere no treino de algoritmos de desambiguação), que não têm nenhuma relação com o sistema ortográfico. Este tipo de informação é, no entanto, usado no PLN, por exemplo, na correção de erros de concordância (ex.: *a/o disquete*), na desambiguação morfossintática (ex.: categoria gramatical da palavra *cara*) ou na desambiguação semântica (ex.: *bala=projéctil*; *bala=rebuçado*).

O cenário que se afigurou então como mais produtivo, nomeadamente para satisfação das exigências dos utilizadores e para evitar uma desnecessária variação interna dentro de cada espaço nacional, foi aquele em que se mantêm dois léxicos distintos para as variedades portuguesa e brasileira, cada um deles incluindo, para além das formas graficamente distintas das duas variedades, também as formas comuns. Mantêm-se, assim, as bases de dados lexicais utilizadas atualmente no *FLiP* e no *Novo Corretor Aurélio*, nas quais se procedeu às devidas alterações preconizadas pelo AO. A este respeito, refira-se novamente o conceito de subortografias nacionais, como norma de cada país para ensino nas escolas, difusão em gramáticas e dicionários e veiculação na comunicação social.

Os dois léxicos referidos fazem parte da subortografia de cada uma das variedades do português para as quais a Priberam tem atualmente recursos.

Um exemplo claro da necessidade desta separação diz respeito a pontos em relação aos quais o texto do Acordo de 1990 é omisso, nomeadamente o das diferenças ortográficas que provêm da tradição lexicográfica dos dois países (ex.: *alforge*[PE]/*alforje*[PB], *missanga*[PE]/*miçanga*[PB]) ou ainda o da flexão preferencial, numa e noutra norma, de verbos terminados em *-guar* e *-quar* ou o da discordância nas duplas consoantes *-mm-* ou *-nn-* (ex.: *connosco*[PE]*/conosco*[PB]*, comummente*[PE]*/comumente*[PB]).

Da mesma forma, o Acordo é omisso sobre a divergência específica em formas como *húmido/úmido*, pelo que se deve manter esta distinção nas práticas ortográficas das duas variedades. De facto, o texto permite justificar ambas as grafias (ver *Base II*), a do PE, com *h* "por força da etimologia", e a do PB, sem *h* "quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso".

O módulo sintático, que, como se viu anteriormente, possibilita também correção ortográfica, faz uso de relações lexicais como a homografia, a homofonia e a paronímia para alertar o utilizador para possíveis confusões na escrita de algumas palavras. Estas relações lexicais, sobretudo a homofonia e a paronímia, dependem da realização fonética mais comum em cada variedade do português e em alguns casos devem ser exclusivas de cada variedade (ex.: *mal/mau* ou *cessão/seção/sessão* no PB), o que constitui outro argumento válido para a manutenção de dois léxicos individualizados.

A seguir apresenta-se um dos vários casos problemáticos em que a Priberam considera indispensável explicitar os critérios para as suas opções.

3.2. Grafia de grupos consonânticos

O caso apontado por muitos críticos do Acordo de 1990 como mais problemático é o da facultatividade das chamadas "consoantes mudas" (ver *Base IV*). O critério orientador apresentado pelo legislador é o das chamadas "pronúncias cultas da língua", como explanado no ponto 3 da "Nota

Explicativa": "*É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas [...]. É também o critério da pronúncia que nos leva a manter um certo número de grafias duplas* [...]."

Ainda que a existência de duplas ortografias não seja inédita, sobretudo no PB[128] (ex.: acessível/accessível, aspecto/aspeto, sanguinário/sangüinário), mas também no PE (ex.: abcissa/abscissa, cisto/quisto, cobarde/covarde, loiça/louça, rotura/ruptura), algumas interpretações deste novo texto legal poderão aumentar exponencialmente o número de casos de múltiplas grafias (conforme a variação em cada país, em cada dialeto e, se a essa última análise se chegasse, em cada falante), dificultando as decisões a tomar pela lexicografia e também pelos ensinantes da língua portuguesa, uma vez que este princípio introduz maior variabilidade e subjetividade no ensino da ortografia e da noção de erro ortográfico.

A lexicografia pode, pela sua natureza descritiva, registar quaisquer variantes, como aconselha o texto do Acordo[129]: "*Os dicionários da língua portuguesa [...] esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia.*"

Esta é uma indicação explícita de que a diferenças de pronúncia equivalerão diferenças de grafia com determinados alcances geográficos, isto é, as práticas ortográficas nacionais serão necessariamente diferentes, o que reforça a argumentação para a escolha de subortografias nacionais. Neste ponto, as duas obras lexicográficas já publicadas segundo a nova ortografia divergem amiúde, como exemplificado, o que denuncia a dificuldade de sistematização ortográfica neste e noutros tópicos[130].

Em outros casos, algumas opções convergentes nos dois dicionários são discutíveis, como, por exemplo, o registo de *seção/secção* uma vez que se trata de dicionários destinados ao mercado do PE e todos os instrumentos lexicográficos[131] desta variedade preconizam a prolação da consoante *c* nesta palavra.

Texto Editores	Porto Editora
anfractuoso/anfratuoso	anfractuoso
excepção/exceção	exceção
manufatura	manufactura/manufatura
perfeccionista	perfeccionista/perfecionista
seção/secção	
tacto/tato	tato
tectónico/tectônico/tetónico/tetônico	tectónico/tectônico
tumefacto	tumefacto/tumefato

Tabela 1: Exemplos para a grafia de consoantes, retirados de dicionários.

O corretor ortográfico tem uma natureza prescritiva, não sendo desejável que crie mais dúvidas ortográficas, antes que as resolva de forma inequívoca e assertiva. Por este motivo, no corretor, as opções tomadas para a grafia destas consoantes não visam refletir as opções individuais de um falante ou de um grupo de falantes, mas aquelas que foram consideradas como pertencentes à chamada "norma culta". Entendemos como referências da norma culta a pronúncia registada em dicionários com transcrição fonética ou as indicações de ortoépia em dicionários e vocabulários.

As opções resultam, então, da consulta de obras de referência e, na ausência de opções nestas obras, de analogias feitas pelo linguista, de acordo com o seu conhecimento dessas mesmas obras (de contrário, o juízo de cada falante poderá proporcionar uma plêiade de grafias que pode subverter o próprio conceito de ortografia). No caso das chamadas "consoantes mudas", as decisões tomaram também em consideração a atualidade das obras de referência relativamente à pronúncia e foi estabelecida uma ordem de importância, relativamente à sua pertinência. Um exemplo paradigmático da necessidade desta hierarquização é a ortoépia essencialmente conservadora e etimológica do *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves (1966), por contraponto ao de José Pedro Machado (2001).

	R. Gonçalves	J. P. Machado
Ação/~~acção~~	k	Àç
Aceção/~~acepção~~	p	Èç

[128] A título de exemplo, comparem-se também opções discordantes no *Novo Dicionário Aurélio* (DA) e na versão brasileira do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DH), nos verbetes *céptico/cético* e *manufactura/manufatura*.

[129] Ver "Nota Explicativa", ponto "4.4 - Casos de dupla grafia [base IV, 1.º, c) e d), e 2.º]".

[130] Este facto não é inédito na lexicografia portuguesa, mesmo com o texto de legal de 1945, mas estas divergências ocorrem justamente em aspetos que o texto legal do novo AO pretende regularizar.

[131] Ver Gonçalves (1966), *Grande Dicionário Português/Francês* (1998), *Dicionário Verbo Português-Inglês* (2000), Machado (2001), Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001) e *Grande Dicionário Língua Portuguesa* (2004).

Elétrico/~~eléctrico~~	k	Étri
Ótimo/~~óptimo~~	p	Ót

TABELA 2: EXEMPLOS DE INDICAÇÕES ORTOÉPICAS EM R. GONÇALVES E J. P. MACHADO.

Esta opcionalidade na grafia de consoantes, conforme a sua articulação ou não na pronúncia, coloca problemas técnicos adicionais, pela necessidade de encontrar uma maior personalização do corretor ortográfico para que a coerência ortográfica seja maior. Assim, a possibilidade de haver opções pessoais ou institucionais para a grafia de determinadas palavras (por exemplo, *jacto/jato*) ou grupos de palavras (por exemplo, *sector/setor, sectorial/setorial, sectorizar/setorizar*) é um desafio suplementar.

3.3. Outras implicações

O AO terá o seu impacto mais visível em todos os utilizadores da versão portuguesa do Microsoft Office, uma vez que, como referido anteriormente, houve um licenciamento de componentes do *FLiP* pela Microsoft. Não é de importância menor o impacto que as alterações ortográficas poderão ter em recursos linguísticos (Amaral, 2003), nomeadamente em ontologias, *thesauri* ou dicionários bilingues, que são menos percetíveis para o utilizador, mas não deixam de ter uma relevância crucial no desenvolvimento do PLN. Da mesma forma, o trabalho com *corpora* terá de ser reequacionado até haver um *corpus* estável e de qualidade na nova ortografia. Adicionalmente, qualquer alteração significativa num componente do *FLiP*[132] pode ter consequências noutros produtos e serviços da Priberam, *on-line* ou *off-line.* Estes módulos, que podem ser individualizados e integrados em aplicações diversas, incluem um corretor ortográfico, um corretor sintático, um analisador morfológico, um conjugador de verbos e permitem incorporar tecnologia robusta, testada por dezenas de milhares de utilizadores, em produtos variados.

Como exemplos de utilização destes componentes podem citar-se a correção ortográfica e sintática integrada em serviços de *webmail*, em programas de entrada de dados ou em motores de pesquisa. É de salientar que a experiência da Priberam, com o *Dicionário da Língua Portuguesa On-Line* e o *LegiX.pt*[133], mas sobretudo com os sistemas de pesquisa nos *sites* da TSF e do JN, revela que muitos resultados nulos obtidos nos motores de pesquisa se devem a erros ortográficos ou grafias divergentes. As implicações do AO em motores de pesquisa são muito importantes, uma vez que os resultados encontrados dependem da capacidade de o sistema indexar palavras que sofreram alterações ortográficas e relacioná-las com a sua grafia anterior (e vice-versa), tendo também em conta os erros existentes ou digitados.

É monumental o volume de informação disponível que não será com certeza atualizado, não estando os motores de pesquisa devidamente preparados para estabelecer essa relação entre ortografias. Por outro lado, a necessidade inevitável de adaptação de grande quantidade de textos em formato eletrónico, durante e após o período de transição de 6 anos legalmente previsto em Portugal, levou a Priberam a desenvolver ferramentas de conversão automática de texto para a nova ortografia[134]. Estas ferramentas contemplam no essencial as mesmas opções definidas para os corretores ortográficos e podem ser integradas em diferentes aplicações ou recursos, com configurações pessoais ou institucionais prévias.

Acresce dizer que a reflexão feita nesta secção se baseia quase exclusivamente em argumentos relativos às normas europeia e brasileira do português, por não dispormos ainda de um conjunto de instrumentos descritivos que nos permitam aferir caraterísticas das variedades africanas do português e das áreas mais problemáticas para os utilizadores da língua nessas variedades[135]. Aos recursos de que a Priberam dispõe atualmente poderão juntar-se, a médio prazo, léxicos pertencentes às subortografias do português das variedades africanas, nomeadamente de Moçambique e de Angola, países onde a Priberam já estabeleceu parcerias que pretende desenvolver.

Assim, do mesmo modo que no Microsoft Office estão previstas 15 variedades de francês, 18 variedades de inglês ou 20 variedades de espanhol, é desejável que, futuramente, surjam disponibilizadas outras variedades do português. Prever variedades africanas como objeto de projetos futuros

[132] Para mais informações sobre os componentes FLiP, ver http://www.flip.pt/ComponentesFLiP/tabid/296/Default.aspx.

[133] Ver http://www.priberam.pt/dlpo e http://www.legix.pt.

[134] Está disponível em http://www.flip.pt/conversor uma versão de demonstração do conversor da Priberam.

[135] Através dos seus serviços de consultoria linguística, a Priberam consegue, ainda assim, avaliar algumas especificidades que seriam necessárias em pacotes de ferramentas destinados a essas variedades.

coloca, no entanto, questões adicionais: as que dizem respeito às práticas ortográficas nacionais, originadas por influência anglo-saxónica ou por motivos políticos (Roth, 2004:45-46), cujas soluções não estão previstas no texto legal, nomeadamente a utilização das consoantes *k*, *w* e *y* em nomes comuns e não exclusivamente em nomes próprios ou derivados de nomes próprios estrangeiros (antropónimos, sociónimos ou topónimos, normalmente; ver *Base I*, 2º) ou no uso do apóstrofo em casos não previstos nas bases do texto legal. Também aqui o conceito de subortografias nacionais parece ser muito útil, embora com problemas acrescidos devido às práticas ortográficas desses países, mas sobretudo porque sempre foram as academias portuguesa e brasileira os motores das alterações ortográficas, pelo peso tradicional das duas normas.

4. Conclusão

Com este artigo, pretendeu mostrar-se como o Acordo Ortográfico de 1990 tem consequências não despiciendas no PLN, nomeadamente em instrumentos de correção ortográfica e noutros recursos linguísticos e ferramentas associados. Este facto inegável não torna, contudo, evidentes as dificuldades na implementação das alterações, que advêm tanto da qualidade do texto legal como da ausência de instrumentos reguladores autorizados. Uma das consequências da implementação do novo AO é a manutenção de vários corretores para diferentes variedades, mas com maior grau de personalização.

Neste artigo, procurou ainda analisar-se um dos casos problemáticos em que é evidente a necessidade de explicitação de opções e de critérios, uma vez que a posição da Priberam no respeitante à aplicação da nova ortografia não se limita às suas responsabilidades no mercado dos corretores automáticos, mas tem também um efeito nas escolhas de grupos editoriais, instituições e utilizadores individuais. No limite, um corretor automático pode condicionar o impacto que o AO tem na sociedade, nomeadamente como contributo pedagógico para a aplicação de novas regras ortográficas.

5. Referências

AAVV (1988). *A Questão do "Acordo Ortográfico"*. s/l: Movimento contra o Acordo Ortográfico.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1981). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. [Rio de Janeiro]: Bloch Editores S.A., 1981 [versão atualizada em linha em http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23].

AMARAL, Carlos, FIGUEIRA, Helena, MENDES, Afonso, MENDES, Pedro e PINTO, Cláudia (2003). "A Workbench for Developing Natural Language Processing Tools" in *Proceedings of the 1st Workshop on International Proofing Tools and Language Technologies*. Patras, Grécia: 2003 [disponível em http://www.priberam.pt/docs/WorkbenchNLP.pdf].

AMARAL, Carlos, CASSAN, Adán, FIGUEIRA, Helena, MARTINS, André, MENDES, Afonso, MENDES, Pedro, PINTO, Cláudia e VIDAL, Daniel (2007). "Priberam's Question Answering System in QA@CLEF 2007" in *Working Notes for the CLEF 2007 Workshop (CLEF 2007)*, Budapeste, 19-21 de setembro, 2007 [disponível em http://www.clef-campaign.org/2007/working_notes/AmaralCLEF2007.pdf].

ANDRADE, Ernesto d', SOARES, Helena e FRAÚSTO, Isabel 1992. "Lince, um corretor ortográfico português" in *Atas do 1º Encontro de Processamento da Língua Portuguesa - Escrita e Falada - EPLP'93*. Lisboa: s/e, pp. 97-100.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1991). "Resolução da Assembleia da República n.º 26/91" in *Diário da República*, n.º 193/91 Série I-A, 23 de agosto de 1991, pp. 4370-4388 in *Priberam* [em linha], 2008, http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog91.pdf [descarregado em 2008-07-28].

Aulete Digital - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2007). [descarregado em 2007, de http://www.auletedigital.com.br/auletedigital/].

AZEVEDO, Domingos de (1998). *Grande Dicionário Português/Francês*, 11.ª ed., Venda Nova: Bertrand Editora.

CASTELEIRO, João Malaca, dir. (2007). *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses*, Lisboa: Texto Editores.

CASTELEIRO, João Malaca e Pedro CORREIA (2007). *Atual*, Lisboa: Texto Editores.

CASTRO, Ivo (2003). "O Linguista e a Fixação da Norma" in MENDES e FREITAS (orgs,). *Atas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 11-24.

CASTRO, Ivo, Inês DUARTE, Isabel LEIRIA, orgs. (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CHORÃO, João Bigotte, dir. (2000). *Dicionário Verbo Português-Inglês*. Lisboa: Editorial Verbo.

CUESTA, Pilar Vásquez e Maria Albertina Mendes da LUZ (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel (1996). "Representações da linguagem verbal" in FARIA, Isabel Hub *et alii* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 85-102.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa: Editorial Verbo.

Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 – Acordo Ortográfico (2008). Porto: Porto Editora.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., Curitiba: Positivo.

GONÇALVES, Maria Filomena (2003). *As ideias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

GONÇALVES, Rebelo (1947). *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora.

GONÇALVES, Rebelo (1966). *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora.

Grande Dicionário Língua Portuguesa (2004). Porto, Porto Editora.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda., Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah (2002). *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MACHADO, José Pedro (2001). *Grande Vocabulário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Âncora Editora.

MARQUILHAS, Rita (1987). "O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas" in CASTRO, Ivo *et alii*, (orgs.), *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 103-116.

MARQUILHAS, Rita (2000). *A Faculdade das Letras - Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: IN-CM.

MATEUS, Maria Helena Mira (2005). "A mudança da língua no tempo e no espaço" in MATEUS, Maria Helena e NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do, (orgs.), *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Caminho, pp. 13-30.

MATEUS, Maria Helena Mira (2002). "O problema da ortografia. Métodos de ensino" in *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 91-135.

MEDEIROS, José Carlos Dinis (1995). *Processamento Morfológico e Correção Ortográfica do Português*, tese de mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. [também disponível em http://www.linguateca.pt/documentos/Medeiros95.doc].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (2008). "Decreto n.º 35 228", de 8 de dezembro de 1945, in *Priberam* [em linha], http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf [descarregado em 2008-07-28].

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

PETERSON, James L. (1980). *Computer Programs for Spelling Correction*, Berlin: Springer-Verlag (LNCS, nº 96).

ROTH, Phillip. (2004). A Postmodern Nationalist – Truth, Orality, and Gender in the Work of Mia Couto, Lewisburg: Bucknell University Press.

TAVANI, Giuseppe (1987). "Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa" in CASTRO, Ivo *et alii*, (orgs.), *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 201-203.

TEXTO EDITORES (2007). Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico. Lisboa: Texto Editores.

15. *ISABEL REI, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA E CONSERVATÓRIO DA CORUNHA*

A GUITARRA NO ARQUIVO VALLADARES: MÚSICA GALEGA NA LUSOFONIA

Na casa petrucial do intelectual galego Marcial Valladares (1821 - 1903) mais conhecido na Galiza pelos seus trabalhos literários e linguísticos, foi achado há pouco tempo um importante arquivo de música correspondente à atividade musical desenvolvida pela família Valladares.

O «Arquivo Valladares» está conformado por umas quinhentas obras de música tradicional e erudita, para um ou vários instrumentos onde a música para guitarra representa aproximadamente um terço do arquivo. Quatro dessas obras para guitarra serão interpretadas no presente Congresso e representam uma amostra do estilo predominante no arquivo: uma curiosa mistura entre canções populares e de moda na época e um tratamento clássico e erudito das mesmas. Essas mesmas quatro obras foram tocadas por vez primeira, depois de mais de um século, na Sessão Inaugural da Academia Galega da Língua Portuguesa no passado mês de outubro de 2008.

O «Arquivo Valladares» é um tesouro nacional cujo estudo aprofundado daria a conhecer muitos aspetos, nem só musicais, da Galiza da primeira metade do século XIX que hoje continuam a ser desconhecidos.

A sua apresentação nos Açores serve para dar a conhecer, e ao mesmo tempo inserir, os trabalhos iniciais sobre este importante e recente descobrimento nesse entorno cultural natural dos galegos que é a Lusofonia.

0.- Introdução

Esta comunicação tem como objetivo dar a conhecer os resultados de uma investigação que está ainda a começar as suas pesquisas, mas que apresenta já informação suficiente para dá-la a conhecer nas suas linhas gerais à comunidade científica e académica.

Dentro do estudo da cultura galega é importante ter em conta a situação anómala em que reside a Galiza desde há séculos: ínsita num Estado supranacional que lhe é alheio, o estudo das caraterísticas e evolução dos galegos, do seu pensamento e da sua cultura e, portanto, da sua música estará sempre ligado, de uma maneira ou doutra, à história desse estado supranacional. É por isso que na hora de estudar qualquer aspeto da cultura galega se faz necessário fazer referências à cultura espanhola, nomeadamente, àquelas exportações culturais provenientes da capital do Reino.

1.- Casa e família dos Valladares

Vilancosta é um pequeno lugar da paróquia de Berres, no concelho da Estrada, na Galiza. É um núcleo de casas marcado por uma pendente, como indica o topónimo, das que conformam a ladeira Sul do vale do rio Ulha. De janelas para o Pico Sagro e rodeada da floresta que borda o rio conserva-se, quase perfeita, a casa petrucial dos Valladares.

No seu interior tudo está como no século XIX, época em que se elaborou o notável arquivo de música que é motivo desta comunicação. Materiais de construção, móveis e objetos da época conservam-se em perfeito estado, causando a sensação de viagem no tempo logo de trespassar a entrada principal.

José Dionísio Valladares teve nove filhos, entre os que se contavam Avelina Valladares, poeta e música, das primeiras mulheres galegas em escrever artigos jornalísticos de opinião, e Marcial Valladares, escritor, linguista e músico, um dos primeiros em realizar recolhas de cantigas tradicionais e autor de vários romances que ainda hoje ateigam as prateleiras da sua casa em edições familiares elaboradas por ele mesmo, arte na que também era grande mestre.

2.- O primeiro contacto

Prévio contacto com a família herdeira dos Valladares, visitamos a casa de Vilancosta, José Luís do Pico Orjais e mais eu, no verão do ano 2006. Lá achamos num dos compartimentos do pianoforte que ainda se conserva, como à espera de uma mão que as colhesse, um maço de antigas partituras protegidas por umas pastas vermelhas.

Achamos também várias partituras editadas e dois livros manuscritos de música: o cancioneiro intitulado *Ayes de mi país* e um livro de pastas azuis a conter várias obras para piano. Posteriormente pudemos comprovar também a existência de um método para violino (*L'Art du violon ou Division des Écoles choisies dans les Sonates Italiennes, Françaises et Allemandes* de S. B. Cartier, 1798)

A existência dessas partituras, algumas conservadas em perfeito estado, outras não tanto, mas ordenadas e cuidadosamente guardadas em aquela casa ao longo dos anos, está a demonstrar a grande atividade musical que deveu presidir as vidas dos membros daquela família. Mas não somente deles, também os seus convidados e parceiros musicais partilhariam essas afeições, já que algumas das obras acham-se incompletas restando só a *particella* correspondente, o que indica a necessidade de existir algures fora de Vilancosta as outras partes dessa música.

3.- Contexto histórico musical do Arquivo Valladares

A informação que temos sobre a atividade musical na Galiza da primeira metade do século XIX acha-se nos estudos sobre a música das catedrais e dos vilancicos, em que se incluem os estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcellos e os de Manuel Rodrigues Lapa[136], e mais os recentes estudos sobre folclore, cujas fontes acham-se nos cancioneiros que datam alguns deles da segunda metade do XIX, como é o caso do de José Inzenga *Cantos e bailes da Galiza*[137] e mais o editado em 1942 mas elaborado muito antes, entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do XX, o cancioneiro de Casto Sampedro e Folgar.

Já do século XX são os cancioneiros de Jesus Bal Gay e Eduardo Martínez Torner, e o mais recente de Dorothe Shubart e Antón Santamarina. Dado que o cancioneiro mais antigo é do próprio Marcial Valladares e está ainda à espera de edição, não é muita a informação da que dispomos para contextualizar o ambiente musical erudito e leigo em que viveram os Valladares, podendo dizer que por enquanto o contexto e o texto, isto é a música achada em Vilancosta, são quase coincidentes.

Este arquivo é, portanto, uma amostra de música não eclesiástica tocada na Galiza na primeira metade do século XIX, algumas de cujas peças poderiam ter origem no fim do século anterior.

Dadas as caraterísticas do arquivo e da biblioteca de Vilancosta pode afirmar-se sem dar lugar a muito erro que tanto a ópera italiana quanto as modas musicais e literárias vindas da França eram conhecidas pelos Valladares e os seus contemporâneos: veja-se o repertório de árias do arquivo, entre as que se acham de G. Rossini, V. Bellini, G. Donizetti e G. Verdi entre outros compositores italianos.

Quanto ao conhecimento das modas francesas, este fica patente no repertório de instrumentos solistas como as obras para guitarra do também italiano, mas sediado em Paris, Ferdinando Carulli, no seu dia afamado intérprete e professor, compositor de mais de trezentos números de opus[138]. Também os volumes de Lamartine e o método de Cartier na biblioteca da casa

[136] Rodrigues Lapa, M.: Os vilancicos. O vilancico galego nos séculos XVII e XVIII. Seara Nova. 1930.

[137] Inzenga, J.: *Cantos e bailes da Galiza*. Re-ed. Difusora, 2005. Estudo e edição crítica de J.L. d. P. Orjais.

[138] Ferdinando Carulli estabeleceu-se em Paris em 1808. Durante o primeiro terço do século XIX viveu-se nos salões parisienses um entusiasmo pela guitarra que passou à história, entre outras coisas, graças a seis litografias intituladas «La Guitaromanie», de cujo autor, Charles de Marescot, pouco se sabe para além de ser um dos guitarristas que frequentavam a capital da França naquele momento. As litografias mostram cenas da vida social em Paris com pessoas tocando a guitarra. Numa dessas cenas aparece representada uma liorta entre dois bandos de guitarristas num salão parisino, são os *Carullistas* contra os *Molinistas*, sendo F. Carulli e F. Molino ambos guitarristas e professores de sucesso na cidade. Não há constância de que ambos músicos tiveram algo a ver com estas liortas, talvez mais devidas ao fervor dos seguidores do que a uma hipotética rivalidade entre professores,

petrucial dão testemunho do interesse dos Valladares pela literatura e a música francesa.

4.- Composição do arquivo

No início do capítulo 16 da *História da Música Ocidental* de Donald J. Grout e Claude Palisca pode ler-se:

> *«Quanto mais aprendemos sobre a música de um determinado período, lugar ou compositor, mais claramente nos apercebemos de que as caraterizações estilísticas geralmente aceites são inadequadas e as fronteiras cronológicas um tanto arbitrárias.»*

Esta parece certeza reafirmada em cada estudo musical, já que é doado ver como constantemente os dados quebram os princípios que regem os termos estilístico musicais estabelecidos e a sua cronologia mormente aceite.

O caso do arquivo dos Valladares não é alheio a isto: acham-se em algumas das suas peças caraterísticas puramente românticas, como são o virtuosismo solista em certos instrumentos e o belcantismo das árias de ópera, mas há também formas e harmonias muito clássicas, de um romantismo pouco desenvolvido, como é o caso das obras para guitarra entre as que se encontram os estudos de F. Carulli.

Dentro do arquivo podem distinguir-se dois tipos de partituras: as editadas e as manuscritas. Dentro deste último grupo é onde se conserva a maior quantidade e variedade de obras musicais. Os fólios manuscritos estão numerados e parecem ter sido objeto de uma ordenação recente, como evidencia a mistura de páginas de diferentes antiguidades ou a cópia moderna de algumas das obras.

4.1. Datação do arquivo

Tendo em conta o caráter provisório da investigação podemos pôr a data de início da elaboração do Arquivo Valladares nas primeiras décadas do século XIX.

Esta datação baseia-se na inscrição que aparece em uma das partituras das Pastas Vermelhas, que figura concretamente na volta da página número 128, cuja grafia revela que a pessoa que a escreveu conhecia as regras ortográficas da língua castelhana anteriores à reforma de 1815. Ainda que este dado não oferece umas datas conclusivas, pode dar uma ideia aproximada do começo da elaboração do arquivo.

Quanto à origem das peças e à sua antiguidade, a investigação da música cénica ao longo do século XVIII e XIX poderá ajudar para entender a miscelânea de obras que apresenta atualmente o arquivo.

4.2. Partituras manuscritas

a) **Cancioneiro**: de melodias tradicionais intitulado *Ayes de mi pais*: é um conjunto de melodias tradicionais recolhidas pelo próprio autor em português da Galiza e acompanhadas com piano. Os arranjos para piano também são do autor e de outros membros da família, sem podermos determinar exatamente as ou os autores. Só uma das cantigas, uma moinheira escrita só para piano e, portanto, sem letra, é da autoria de M. Valladares, como ele mesmo indica na partitura.

b) **Pastas Vermelhas**: são um grupo de partituras recolhidas numas pastas em cor vermelha a conterem umas seiscentas obras entre as que há música para violino, flauta, guitarra e voz com acompanhamento de guitarra e de piano. Constituem, como já foi dito, o testemunho musical mais antigo de música galega não eclesiástica conhecido até o momento.

c) **Caderno Azul**: é um lindo caderno de folhas pautadas em que se acham quatro obras breves para piano, três das quais são da autoria de Marcial Valladares. A sua estética cuidada e a beleza das composições convertem-no numa das joias da coleção.

4.3. Partituras editadas

Dentro deste grupo acham-se várias edições de árias de Donizetti, Verdi, Truzzi, Rossini, Ricci, e música dos Strauss e Iradier, para piano e para voz com

---

mas o facto pode dar uma medida da popularidade do instrumento nessa época. Sobre Marescot ver Mario Dell'Ara (1988) e Stanley Yates (2003).

acompanhamento de piano. Entre os editores figuram os conhecidos Wirmbs, Carrafa, Lodré e Ricordi. Todas acham-se em bom estado de conservação.

4.4. **Instrumentos**

A família Valladares vive em Samora entre 1845 e 1850 e de lá trazem um pianoforte construído por *Hosseschrueders y sobrinos,* em Madrid ca. 1840. Esse piano conserva-se ainda na casa de Vilancosta, onde está à espera de restauro. Foi num dos compartimentos do móvel do piano onde foram achadas as partituras editadas com uma classificação onde figuravam os nomes de Segunda e de Isabel. Pelas «Memórias de Família», diário inédito da autoria de Marcial Valladares onde ficou registada parte da história da família, sabe-se que também Luísa, uma outra irmã de Marcial, tocava o piano.

Também se conserva em Vilancosta a flauta travesseira fabricada em Paris que contém gravadas as iniciais SV, correspondentes a Sérgio Valladares, facto que o faz proprietário da flauta, que por sua vez é testemunho da sua afeição pelo instrumento. O tipo e número de obras escritas para guitarra que integram esta coleção permite pensar que o uso deste instrumento era generalizado na família Valladares, porque não é fácil escrever, nem sequer copiar, a música de um instrumento cujo funcionamento se desconhece.

Os manuscritos estão realizados, assim como o resto do arquivo, por várias mãos, facto que pode facilmente comprovar-se atendendo ao estilo de escritura. Uma análise paleográfica aprofundada dos manuscritos poderia deitar mais luz sobre o número de pessoas envolvidas na elaboração do arquivo e, talvez, sobre as preferências musicais dessas pessoas.

Entre as obras manuscritas do arquivo figura um duo para violino e piano, infelizmente em precário estado de conservação, de J. Courtier [Curti, Curty], músico da capela da catedral, em Compostela, que também foi professor de violino fora do recinto eclesiástico. Há notícia de que Marcial Valladares em 1845 já tocava este instrumento e bem pudesse ser que tivesse sido aluno de Courtier na sua etapa de estudante em Compostela.[139]

5.- **Da música para guitarra**

As obras para guitarra achadas no grupo de partituras das Pastas Vermelhas fazem um número de oitenta e quatro com as formas de temas com variações, minuetes, valsas, rigodões, galopes, moinheiras, contradanças, hinos, marchas, onde também há peças para voz e acompanhamento de guitarra como são as árias de ópera e canções no estilo das *seguidillas* da época.

Como já foi dito, são partituras manuscritas com diferentes estilos de escritura, o que indica que foram copiadas por diversas mãos. Salvo nos casos de árias de conhecidas óperas, dos duos para guitarra de F. Carulli e do tema com variações atribuído ao «maestro Naya», no resto das obras não figuram os nomes dos compositores, talvez por serem, em muitos casos, melodias populares arranjadas para guitarra. Porém, pode achar-se um conhecido estudo de F. Carulli para guitarra em que não figura o nome do compositor, pelo que se faz necessária uma revisão pormenorizada das obras para a sua identificação, dentro do possível.

Há mais uma partitura, para além das Pastas Vermelhas, com identificação de autor, ou neste caso, de autora: trata-se da «Danzita»[140] para guitarra composta por Avelina Valladares, irmã de Marcial e conhecida escritora e poeta, senhora e ama da casa de Vilancosta onde viveu com Marcial nos últimos anos da sua vida. É composição breve e singela, que ecoa certo sabor modal da música tradicional galega que tanto se deveu escutar e cantar naquela casa.

Avelina Valladares, conhecida poeta galega do século XIX, revela-se assim cultivadora da arte musical na guitarra, como já sabíamos de Rosalía Castro[141]. Ambas poetas e músicas podem integrar-se na corrente de mulheres artistas que fluía pela Europa da sua época, como no caso de Fanny Mendelsohnn, irmã do conhecido compositor alemão Félix Mendelsohnn, ou das guitarristas Madame Sidney Pratten ou Emília Giuliani-Guglielmi, filha esta do grande guitarrista Mauro Giuliani que tanto sucesso colheitava na época.

Nas Pastas Vermelhas conservam-se também lições e apontamentos de teoria de acordes e de afinação das cordas, são páginas que parecem fazer

[139] As informações deste apartado estão tiradas do trabalho de José Luís do Pico Orjais na edição crítica do cancioneiro de Marcial Valladares, «Ayes de mi pais», de próxima publicação.

[140] Esta peça foi tocada em 2006, no recital de guitarra realizado no V Colóquio da Lusofonia, Bragança.

[141] Veja-se o artigo de X. Filgueira Valverde «Rosalia de Castro e a música» nas Atas do *Congresso Internacional* ***de*** *Estudos sobre Rosalia* ***de Castro e*** *o seu Tempo*. Santiago **de** Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986. p. 33-56.

parte da iniciação no estudo do instrumento e da música por parte dos seus utilizadores. Páginas semelhantes acham-se também entre as obras para flauta e violino. Por último, acha-se também em Vilancosta o breve apontamento de um quarteto para voz, flauta, violino e guitarra composto por José Gil, amigo da família, e escrito como presente no fim de uma carta dirigida a Marcial Valladares. O conjunto de peças para guitarra do arquivo de Vilancosta pode subdividir-se em dois grupos:

a) as obras para conjunto de câmara

Duo de guitarras: no fólio anotado com o número 80 há um título que diz «Tres duos para guitarra por F. Caruli» e «Guitarra 1ª». Depois, nas páginas a seguir, temos a música do primeiro duo e o primeiro andamento do segundo duo, faltando o terceiro duo completo. No fólio número 82 figura a parte da guitarra segunda destes duos, a conter as partes complementares da guitarra primeira, algumas delas copiadas duas vezes.

Voz e guitarra: as mais de vinte obras para voz com acompanhamento de guitarra são canções de salão no estilo das *seguidillas* que estavam na moda em Madrid. Nalgumas ocasiões o acompanhamento aparece escrito também para piano, como é o caso da canção andaluza intitulada «El Caramba», que aparece no fólio número 113. Os acompanhamentos são singelos e rítmicos, ideais para poder realizá-los sem dificuldade e também para cantar e tocar ao mesmo tempo.

Ensemble de instrumentos com guitarra: O antedito quarteto para voz, flauta, violino e guitarra de José Gil[142].

b) as obras para guitarra só

São na maioria peças breves, em escritura violinística, formadas por duas frases de oito compassos cada uma, com repetições, que desenvolvem ritmos de danças tais como mazurcas, valsas, galopes, etc. e também marchas e hinos. Há também uma «jota aragonesa», uma moinheira e vários exercícios e lições para estudo prévio do instrumento.

Quanto às obras maiores, acham-se vários temas com variações, um deles atribuído ao «maestro Naya».[143] Todos na linha dos temas com variações compostos pelos guitarristas italianos da época (F. Carulli, M. Giuliani, M. Carcassi) com apresentação do tema e depois variações arpejadas e progressivamente mais complexas, e uma delas em tom menor.

Quatro destas pequenas obras, uma alvorada, dois rigodões e uma valsa, foram interpretadas o dia 6 de outubro de 2008 em Compostela, dentro dos atos da manhã da SESSÃO INAUGURAL DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA realizada no Auditório do CENTRO GALEGO DE ARTE CONTEMPORÂNEA da cidade, de que se tem editado um DVD. Para nós, galeg@s, é de máxima importância a recuperação do nosso património cultural já por tempo demais oculto e abandonado.

6. Conclusões

Às manifestações iconográficas de instrumentos de corda pulsada existentes nas catedrais, igrejas e mosteiros galegos, onde se observam guitarras, alaúdes e violas de mão em maior quantidade que outros instrumentos considerados "mais galegos" como a sanfona ou a gaita, e aos dados achados nos arquivos das catedrais em que para além de figurar música para o instrumento nomeia-se o uso da guitarra[144] dentro do templo, une-se agora esta nova fonte de informação que terá de ser profusamente estudada e valorizada dentro do seu contexto sociocultural, e que desde o começo está a evidenciar uma atividade musical maior da estimada até o momento entre as classes acomodadas da Galiza do século XIX.

Dada a importância do material a estudar faz-se necessária a procura de financiamento para pagar os custos de uma investigação que promete prolongar-se no tempo, ou nunca chegar a realizar-se se deve depender por inteiro do esforço pessoal, intelectual e monetário de duas pessoas a trabalharem em momentos de lazer.

Muito obrigada pela atenção.

---

[142] Esta partitura reproduz-se na edição crítica do cancioneiro «Ayes de mi país» de M. Valladares, de próxima publicação.

[143] Sobre o «maestro Naya» temos achado tão só a notícia de Mariano Soriano Fuertes sobre o guitarrista José de Naya, o qual aparece referenciado junto de outros guitarristas da época como Antonio Cano, Francisco Trinidad Huerta, José de Ciebra ou Vicente Franco. Reproduzimos a informação que dá Soriano Fuertes na sua *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*: «Don José de Naya, maestro de capilla en Valladolid, fué un genio atrevido para la guitarra, añadiéndole á este instrumento la octava cuerda, y tocándolo de una manera admirable, tanto en el género ejecutivo, como en el armónico.» Op. cit. p. 215

[144] Garbayo Montabes, J.: «O esplendor do barroco musical en Galicia», p. 131 nas atas de *O Feito Diferencial Galego* 1997

7. BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ADALID, Marcial del (1877-82) *Cantares viejos y nuevos de Galicia,* A Crunha: Canuto Berea

ALONSO, Celsa (1998) La Canción Lírica Española en el siglo XIX, Madrid: ICCMU

BAL GAY, J & MARTÍNEZ TORNER, E (1973) *Cancionero gallego,* A Crunha: Barrié de la Maza

BÁRTOK, Bela (1979) *Escritos sobre música popular,* México: Siglo XXI

DELL'ARA, Mario (1988) Manuale di storia della chitarra - vol. 1: La chitarra antica, classica e romantica, Ancona: Bèrben.

FEIJOO MONTENEGRO, Benito Jerónimo (Re-ed. 1983) *Teatro crítico universal,* Madrid: Cátedra

FERNÁNDEZ SALGADO, Xosé Antonio (2002) Marcial Valladares (1821 – 1903). Lingua, literatura e folclore. Tese de doutoramento. Compostela: USC

GARBAYO MONTABES, Javier (1997) 'O esplendor do barroco musical en Galicia', in *O Feito Diferencial Galego*, p. 121-178

INZENGA, José (1888) *Cantos y Bailes de España. Cantos y Bailes de Galicia,* Madrid: Ed. A. Romero. Re-ed. de PICO ORJAIS, José Luís do (2005) *Cantos e Bailes da Galiza,* Ourense: Difusora das Letras.

MICHÄELIS DE VASCONCELLOS, Carolina (1990) *Cancioneiro de Ajuda,* Imprensa Nacional-Casa da Moeda

MURGUIA, Manuel (1865) *Historia de Galicia,* Lugo: Soto Freire

NEIRA DE MOSQUERA, Antonio (1999) "El Gaitero gallego", *Homes do país: os galegos pintados por si mesmos,* Vigo: Edicións Xerais de Galicia

NÚÑEZ ROBRES, Lázaro (1867) *La música del pueblo. Colección de Cantos Españoles,* Fuencarral, Madrid: Nicolas Toledo

PICO ORJAIS, José Luís do

(1998) A jota. Origem das formas musicais, A Nosa Terra nº 855.

(2001) "Organologia. Pandeireta, pandeiro ou adufe." in *Raigame, revista de arte, cultura e tradicións populares*. Nº 13, Ourense: Deputação de Ourense.

Versão digital: http://www.depourense.es/download/cultura/raigame/R_13.PDF

(2002) "Josep Marti, reflexões arredor do livro E*l folklorismo, uso y abuso de la tradición*." in Enclave, esquerda nacionalista. Revista galega de política e pensamento. Nº 9 (Santiago de Compostela: Esquerda Nacionalista)

(2004) "Breve nota sobre un cancioneiro... inédito? de Valladares." in Murguia, Revista Galega de Historia. nº 4 (Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores)

(2006) "Metodologia e análixe da música patrimonial." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 4 (Vigo: Dos Acordes)

(2006) "Galiza na obra impressa de Eduardo Martínez Torner." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 5 (Vigo: Dos Acordes)

(2007) "Afinidades do folclore português. Introdução a historiografia do folclore português" in *Galiza, berço da lusofonia.* (s.l.:Arcos online) e-book alojado em

http://www.arcosdigital.com/ebooks/galiza-berco-da-lusofonia.pdf

(2007) "Algumas representações de adufes na iconografia musical galega." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 8 (Vigo: Dos Acordes)

PICO ORJAIS, José Luís do & PINHEIRO ALMUINHA, Ramom (2006) "Catálogo "Arma-danças": aproximação a um inventário das coletâneas de música tradicional galega." in Etnofolk, revista galega de etnomusicoloxía. nº 4, Vigo: Dos Acordes

SAMPEDRO E FOLGAR, Casto (1942) *Cancionero musical de Galicia,* Ponte Vedra: Museu de Ponte Vedra

SHUBARTH, D & SANTAMARINA, A

(1982) *Cancioneiro galego de tradición oral,* A Crunha: Fundação Barrié de la Maza

(1984) *Cancioneiro popular galego,* A Crunha: Fundação Barrié de la Maza

SORIANO FUERTES, Mariano (1855-56) *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*, Madrid: Carrafa. [Ed. Facs. 2007, Madrid: ICCMU]

TRILLO, Joam & VILLANUEVA, Carlos (1980) *Vilancicos galegos da Catedral de Santiago,* Sada, A Crunha: Ediciós do Castro

VESTEIRO TORRES, Teodosio (1874) "La música popular de Galicia", *El Heraldo Gallego. Seminario de ciencias, artes y literatura,* Ano I. Nº 16, Ourense

VICETTO PÉREZ, Benito (1865 ed. fasc.1978) *Historia de Galicia,* Lugo: Alvarellos

VV. AA. (1999) Enciclopedia Galega Universal, Vigo: Ir Indo

YATES, Stanley (2003) 'Sor's guitar sonatas: Form and style', in Luis Gásser, Madrid: ICCMU

16. ISABELLE OLIVEIRA, UNIVERSIDADE DE PARIS III – SORBONNE NOUVELLE

TRATAMENTO AUTOMÁTICO DA METÁFORA – UM CONTRIBUTO PARA O MUNDO DA TRADUÇÃO

A modelização da metáfora é um desafio relevante no tratamento automático das línguas. As repercussões são múltiplas: tratamento de corpus de especialidade, busca de informação, auxílio à tradução automática.... Vários modelos computacionais foram apresentados para o estudo da metáfora.

Kintsch (2000) propõe um modelo vetorial para representar as relações semânticas, entre o domínio de origem e o domínio alvo. As proximidades semânticas evidenciadas pelo modelo ajudam o utilizador a interpretar estas relações. Beust e al. (2003) propõem um sistema (IsoMeta) para favorecer a deteção e a interpretação das metáforas. Sendo a primeira abordagem vetorial, a segunda abordagem é simbólica e necessita por parte do utilizador um trabalho prévio de análise sémica.

Todavia, estas duas abordagens requerem do utilizador quer um trabalho a posteriori de interpretação dos resultados quer um trabalho a priori de estruturação. O tratamento automático das metáforas supõe um trabalho meticuloso em linguística computacional, levado a cabo pela colaboração entre linguista e especialistas das ciências da computação, sem esquecer o contributo indispensável da psicologia cognitiva para a criação de Modelos de representação do conhecimento.

Palavras-chave/Keywords: linguística computacional, corpora, metáfora terminológica, metáfora lexicográfica, atlas semânticos, tradução automática.

0. Introdução

O objetivo do nosso estudo fundamenta-se na possibilidade de investigar e analisar a metáfora detetando-a de forma automática ou semiautomática num contexto multilingue. São variados os argumentos em que nos apoiamos.

Os primeiros assentam nas potencialidades oferecidas por um estudo sistemático de extensos corpora, os segundos são de ordem teórica e metodológica. Com efeito, na análise de uma metáfora, o destaque dos traços semânticos releva de um trabalho de peritos cujo resultado varia muito em função dos seus autores. Daí a necessidade de procurar um método objetivo que não assente apenas nas suas interpretações que nem sempre são congruentes e exaustivas.

Assim, a elaboração de um *modelo* capaz de extrair de forma sistemática os traços semânticos que assinala a presença de uma metáfora será sem dúvida um suporte de grande utilidade para a comunidade em geral.

A metodologia a utilizar passa pela aceitação do modelo geométrico do *Atlas Semânticos* (Ploux 1997, Ji et al. 2003) a fim de se calcular de forma automática os elementos explicativos da metáfora.

A utilização de um corpus de grande dimensão permitir-nos-á uma análise estatística dos diferentes tipos de metáforas detetadas.

I. Por que razão escolher o modelo geométrico?

O modelo geométrico escolhido permitirá individualizar e destacar as caraterísticas mais significativas da metáfora. Basta pensar que o paradigma geométrico associa ao significado de uma unidade lexical um domínio do conhecimento dentro de um espaço multidimensional.

É este domínio que nos permitirá a representação dos diferentes significados, analisar as suas afinidades, bem como definir as superposições semânticas entre as várias unidades lexicais.

No trabalho desenvolvido na elaboração da sua tese H. Ji (2004) aprofundou e desenvolveu um modelo (ACOM) para a representação dos significados das palavras a partir do cotexto. Uma tal representação foi elaborada no quadro do paradigma geométrico do Atlas Semânticos após uma fase de extração automática de ligações contextualizantes efetuadas sobre o corpus não indexados.

O modelo de classificação permite distinguir os diferentes valores temáticos das palavras (ver no exemplo da palavra inglesa *Conductor*).

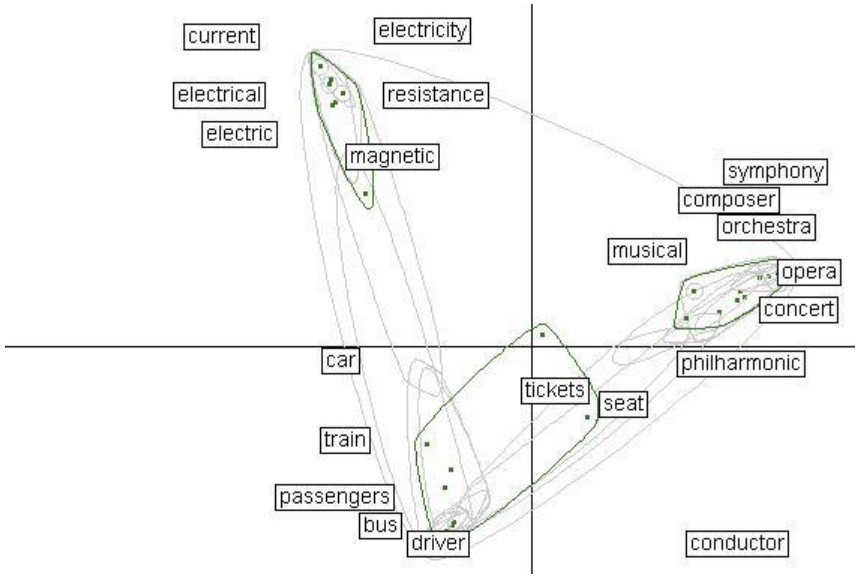


Figura 1: Representação da unidade lexical conductor no modelo ACOM

Este modelo permite também evidenciar e representar os contextos que se associam a uma listagem de palavras. O quadro seguinte (Quadro 1) põe em relevo esta funcionalidade.

Requête soumise au modèle	Liste des mots associés produits et rangés par ordre géométrique de pertinence décroissante
conductor	conductor, director, bell, tickets, baton, ticket, station, theatre, car, electric, post, philharmonic, passengers, orchestra, symphony, opera, musical, stopped, electricity, wire, driver, concert, composer, performance, score, lightning, electrical, current, magnetic, resistance

cable	cable, Atlantic, line, company, board, laid, cars, cut, service, boat, car, shore, communication, length, iron, chain, ship, system, station, anchor, rope, telegraph, wire, vessel, communications, section, broadcast, secondary, message, transmission, signal
conductor+cable	wire, line, company, cable, cut, board, signal, lines, laid, iron, Atlantic, current, post, length, telegraph, service, shore, electric, ship, cars, boat, system, station, conductor, anchor, vessel, secondary, transmission, performance, musical, opera

Quadro 1

Verifica-se aqui que os termos específicos da unidade lexical "*Conductor*" (no sentido de Maestro) ou específicos ao vocábulo "*cable*" (no sentido de amarra) desaparecem na maior parte das vezes em detrimento dos termos comuns aos dois (como wire) na pesquisa da palavra "*conductor+cable*".

É esta caraterística última do modelo que queremos explorar para pôr em relevo os traços semânticos na construção de uma metáfora.

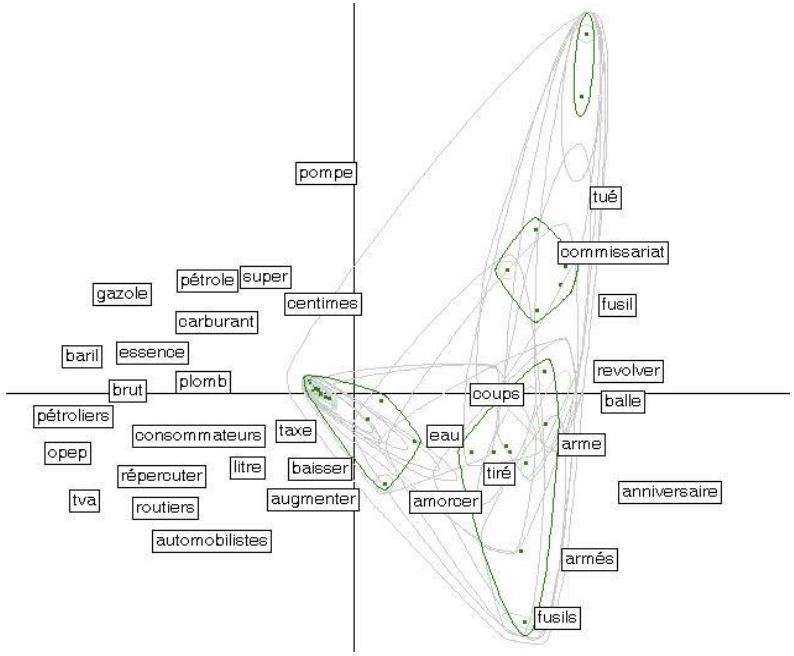
II. Pompe cardiaque: um exemplo de cálculo de traços semânticos pertinentes

"*Pompe cardiaque*" é um exemplo de análise para a seleção de traços semânticos pertinentes que estudamos (2005) a partir das definições que colhemos nos Dicionários seguintes – Vejamos:

Pompe : << *appareil destiné à déplacer, et le plus souvent à élever un fluide en l'aspirant ou en le refoulant au moyen d'un mécanisme* >> (Le Petit Robert, 2002)

Pompe cardiaque : << *stimulateur cardiaque qui compresse et envoie le sang un peu partout dans l'organisme. Quand le stimulateur se décompresse, il aspire un peu du sang des auricules vers les ventricules* >> (Dictionnaire des maladies cardiovasculaires, 1975)

(As cores marcam as associações que ligam os traços semânticos do domínio-fonte as do domínio-alvo). Na figura 2, podemos ver os resultados obtidos a partir de um corpus jornalístico, utilizando o modelo geométrico. Este modelo permite propor três mapas semânticos. Com a palavra "*pompe*", surgem diferentes contextos de aplicação: aqui encontramos termos relativos à utilização de "*pompe à essence*" num contexto socioeconómico ou ainda ao emprego de "*fusil à pompe*" em outros contextos (comissariat)... O mapa da unidade lexical "*cardiaque*" coloca em evidência dois eixos principais: um que contém principalmente termos biológicos (muscle, cellules …); o outro ligado a patologias (malformation...). Por último, o mapa obtido com o modelo a partir destas duas unidades lexicais analisadas em conjunto indica de forma automática os termos que se associam (estes termos situam-se na interseção das áreas associadas ao termo "*pompe*" e ao termo "*cardiaque*"). Estes termos, calculados de forma automática, são um suporte da metáfora. Aqui encontramos as unidades lexicais "*arrêt*", "*intervention*", que são selecionadas pelo modelo como elementos pertinentes ligados ao funcionamento de uma bomba dentro do contexto da palavra cardíaco. Do mesmo modo, a unidade lexical "*rythme*" que não sobressai na junção das duas definições dos dicionários apesar de apresentar um traço semântico comum com a duas entidades "*pompe*" e "*coeur*". Enfim, também encontramos a palavra "eau" designando um elemento líquido, mas já o termo "*sang*" não figura na lista. Nós pensamos que tal facto se deve por partirmos de um exemplo de corpus jornalístico, mas tencionamos adicionar outros corpus com menos informação socioeconómica e mais informação de caráter genérico como aquela contida nos romances que nos permite chegar a resultados mais precisos.



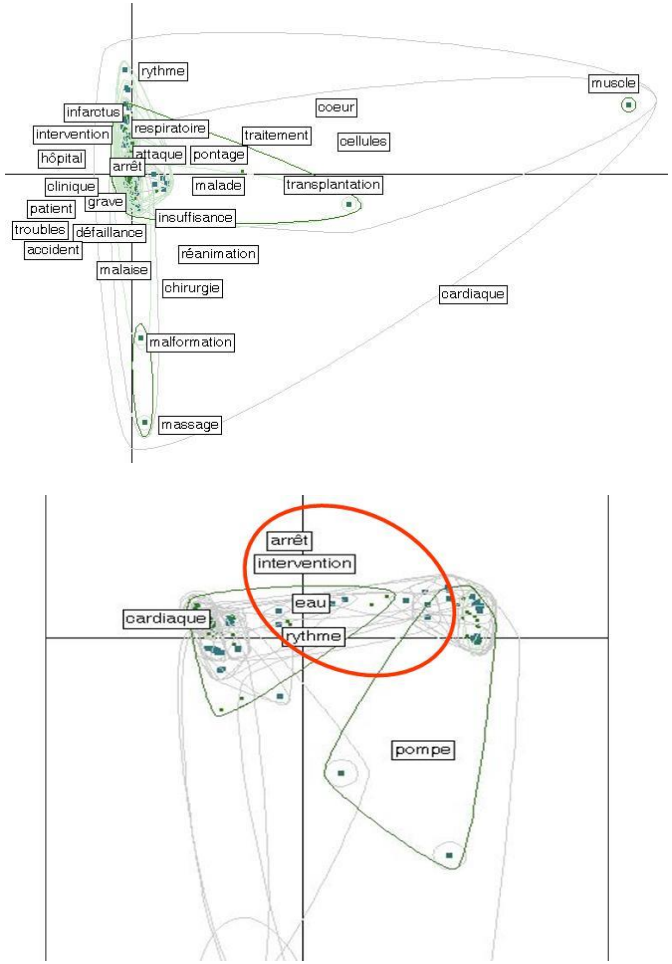


Figura 2: Mapas semânticos construídos a partir do modelo geométrico ACOM (modelo derivado dos «ATLAS semânticos », mas que utiliza as relações de co-texto em vez de recorrer a relações de sinonímia) para as unidades lexicais « pompe » e « cardiaque » bem como para a pesquisa « pompe+cardiaque ». Num contexto multilingue, já que possuímos um corpus paralelo, a análise permitirá a comparação de resultados obtidos para as duas línguas analisadas (francês/português) pondo em destaque os traços semânticos operacionais sugeridos e medir os aspetos comuns (cognitivos) e os aspetos específicos culturais da língua.

III. Deteção da metáfora

Em primeiro lugar utilizar-se-á um analisador morfossintático (TreeTagger) realizado pela Universidade de Stuttggart para detetar as metáforas e “normalizar” o corpus. O TreeTagger encontra-se disponível na rede internet para a análise de textos em vários idiomas entre os quais o francês e o português.

Por outro lado, este analisador permite, a partir de um texto, determinar o lema associado a cada palavra do texto (isto é, a entrada do dicionário correspondente) e a sua categoria gramatical (exemplo: anomalias cardíacas <anomalias (SUBST)>, <cardíacas (ADJ)>.

Este sistema de etiquetagem automática também é muito útil para identificar todas as ocorrências (informação quantitativa) de uma unidade lexical simples ou complexa assim como as suas formas derivadas e o co-texto associado. Em segundo lugar, utilizar-se-á um motor de pesquisa simples que será elaborado no CNRS a fim de verificar a presença de marcadores lexico-sintáticos introduzindo uma metáfora terminológica (por exemplo: a partícula 'como').

Finalmente, com a realização do módulo de deteção pretende-se uma identificação automática do domínio de origem de um termo metafórico simples ou complexo presente no texto a partir da sua etimologia, sinónimos e usos correntes. Os usos correntes serão dados pelos Atlas Semânticos (AS).

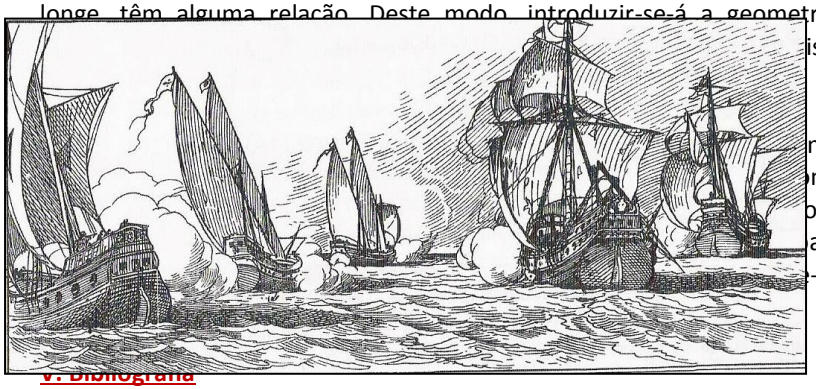
Assim, através de uma comparação entre o domínio de origem e o domínio alvo (cardiologia) de um termo metafórico simples ou complexo, o sistema desenvolvido poderá indicar-nos a presença ou não de um termo metafórico. Para exemplificar, podemos citar o termo metafórico complexo “anel mitral” em que “anel” pertence a diferentes domínios de origem de entre os quais o da ourivesaria (domínio de origem detetado pelos AS). Verifica-se que este domínio de origem é diferente do domínio alvo da cardiologia.

Temos aqui, portanto uma deteção de presença possível de uma metáfora terminológica. Mais ainda, a presença a presença da metáfora bruit *musical* num corpus de especialidade pode ser detetada automaticamente pelo

cálculo da distância semântica entre a expressão em questão e o seu domínio associado ao texto; neste caso, em Cardiologia.

IV: Conclusão

Este estudo consiste também em tornar legível, visível e compreensível o universo do termo metafórico. Daí a ideia de uma representação e classificação automática num mapa multidimensional dos diferentes domínios de origem responsáveis pelos processos de analogia ou metafóricos. Esta análise permitirá visualizarmos um termo metafórico da mesma forma como quando observamos o céu com um mapa de estrelas. Com efeito, cada termo metafórico aparecerá como uma constelação de estrelas, que de perto ou de longe, têm alguma relação. Deste modo, introduzir-se-á a geometria na ista de



mitem
mo se
omuns
a e os
-ão na

V: Bibliografia

Ji H. «Étude d'un modèle computationnel pour la représentation du sens des mots par intégration des relations de contexte», Mémoire de thèse. INPG-Grenoble, 2004.

Ji H., Ploux S. et Wehrli. E. Lexical Knowledge Representation with Contexonyms. In Proceedings of the 9th MT summit. 2003, pp. 194-201.

Ploux S. Modélisation et traitement informatique de la synonymie. Linguisticae Investigationes.1997, XXI:1.

Oliveira I., «Pour une Approche de la métaphore terminologique», La banque des Mots, Conseil international de la langue française, n°72, Paris, 2006, pp. 59-71.

Oliveira I., «La Métaphore terminologique sous un angle cognitif», *Meta*, Journal des traducteurs, vol. 50, n°4, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2005, pp. 83-104.

Oliveira I., *Nature et fonctions de la métaphore en science*, Paris, L'Harmattan, p.250. (à paraître)

Thoiron Ph., et Béjoint, H. (eds), *Le Sens en terminologie,* Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000.

17. JOSÉ CARLOS GENTILI, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, BRASIL

OS AÇORES E O CONTINENTE DE SÃO PEDRO

Os açorianos e o Continente de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul, Brasil).

Aspetos migratórios e a fixação de homogeneidade linguística intercontinental.

Dialetologia: arcaísmos portugueses insularem.

Sobrevivência vocabular no tempo e nos espaços da colonização. Importância dos colóquios na fixação da memória e tradição.

A língua transporta valores.

ILUSTRAÇÃO Nº 1 – TÍTULO: CAPITÃES DO BRASIL. FLS. 155.

Arquipélago a meio caminho entre Portugal e o Continente Americano, denominado de Açores, constitui-se num conjunto de ilhas atlânticas, próximas de Portugal, hoje, vinculando-se sob a forma política de região autônoma dos Açores. Povoado a partir de 1432, recebeu levas de gente do norte da África, de flamengos, bretões, alentejanos e um fluxo migratório dos Algarves. Este cadinho racial foi sendo acrescido por judeus convertidos, ditos cristãos-novos, fugindo das garras inquisitoriais, católicas. Fundamental é o fato de o arquipélago encontrar-se na rota das navegações lusitanas, recebendo os navegantes, como escala das naus, e se constituindo em porto estratégico. Verdadeira encruzilhada marítima! Assim, esta multirracial miscigenação formatou, fora do continente, uma estrutura étnica singular,

como bem demonstra o lema insular: "antes morrer livre que em paz sujeito." O açoriano, ilhado na vastidão do Mar Tenebroso, é um ser forte e gregário.

ILUSTRAÇÃO Nº 2 – TÍTULO: CONTINENTE DE SÃO PEDRO. CLAUDENIR ALVES JÚNIOR

O povo dos Açores sempre apresentou o estigma independentista, emancipacionista, libertário, criativo e criador na incessante luta do homem no processo de domínio da natureza e em sua autodeterminação. O arquipélago, com uma área total de 2.333 quilômetros quadrados, teve e tem que administrar um binômio inexorável: população e terra. O desequilíbrio é fatal no processo civilizacional. Desta forma, os fluxos migratórios, quer imigração ou emigração, preponderaram na sociedade açoriana. Por sinal, no segundo quartel do século XVIII havia uma superpopulação, que foi convidada pela coroa portuguesa a emigrar para o sul do Brasil, colonizando as terras a leste da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas. Esta vastidão meridional brasileira, hoje Estado do Rio Grande do Sul, era denominada de Continente de São Pedro e depois Província de São Pedro, eclesiasticamente fixada pela *Bula Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo*, de 26.11.1676, do papa Inocêncio XI, que estabelecia o dimensionamento territorial, assim registrada: "a *capitania Spiritus Sancti usque ad flumen de plata, per oram maritimam et terras intus pro sua dioecesi"*. Esta disposição foi suplementada pela bula – *Candor Lucis Aeternae* - de 06.12.1745, do papa Bento XIV. Era a visão papal e regalista, da época, coexistindo nesta vastidão, também chamada de – Continente do Rio Grande de São Pedro. Os portugueses, em 1680, fundaram Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia de Sacramento, nas margens do rio da Prata. Assim, entre estas duas extremidades mediava a vastíssima e desértica região, dita Continente de São Pedro, denominada, também, de capitania D´el Rey.

Incentivos de toda ordem facilitaram a evasão insular, sob a forma de casais, como unidades multiplicadoras populacionais, já estratificadas, familiarmente. Desde 1737 os casais já eram transportados, sendo que, em 1747, o governo português lançava edital, iniciando a campanha oficial de colonização do Continente de São Pedro. Feliciano Velho Oldenberg contratou o transporte de 4.000 casais açorianos, inicialmente. Uma provisão régia, de 09 de agosto de 1747, pormenorizava as condições para transporte que se haveria de fazer dos colonos portugueses das ilhas dos Açores para o sul do Brasil, descrevendo:

> *Se houvesse estrangeiros deveriam ser católicos romanos e que todos os colonos fossem assistidos do pasto espiritual, e de sacramentos, e em cada um dos ditos lugares, fizesse logo, o dito brigadeiro levantar uma igreja da estatura que bastasse para este primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento e exercício do culto divino se remetesse em cada navio o preciso, calculando para sessenta casais, o que toca uma igreja.*

Mando avisar pela mesa da consciência que se há de constituir em cada igreja destes, um vigário ao qual no primeiro ano se dará sustento, e mais cômodos, como aos outros colonos, e terá sessenta mil-réis de côngrua, e a igreja se darão dez mil-réis por ano para a fábrica e guizamentos, uma outra quantia paga pela repartição dos dízimos daqueles distritos.

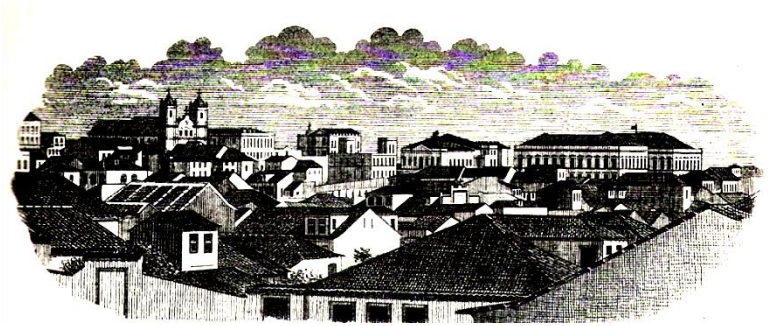
E para que não suceda ao princípio, como é fácil, experimentar falta de sacerdotes para estas vigararias mando pela dita mesa avisar aos bispos de Funchal e de Angra, que convém alguns clérigos daquelas ilhas para irem em companhia dos mesmos casais, como tudo entendereis pelas cópias que com este se vos remetem, do que se avisa os ditos bispos. A estes sacerdotes se

darão em sua chegada dez mil-réis a cada um de ajuda de custo, e terá o dito brigadeiro particular cuidado para que não se apartem das igrejas onde foram postos, para outras terras do Brasil; quando a isto faltem, escreva ao ordinário a cuja diocese houverem passado, para que os obrigue por todos os meios e demonstrações convenientes a tornarem para as suas igrejas. A cada um dos ditos vigários se dará também uma data de um quarto de uma légua em quadro para passaes de sua igreja.

O fluxo migratório foi tão intenso que, em 1780, a participação açoriana era de 55% da população existente na área meridional, exibindo-se, então, a importância dos ilhéus na conformação da etnia sul-rio-grandense.

Os açorianos povoaram e fundaram cidades como São José do Taquari (1765), Morro Grande de Santana, São Luiz de Mostardas (1773), Estreito, Rio Pardo (1762), Povo Novo, Santo Amaro (1773), Bom Jesus do Triunfo (1754), Cachoeira, Conceição do Arroio (hoje Osório - 1773), Encruzilhada, Caçapava, Santo Antônio da Patrulha (1763), Santa Ana da Vila Real (Itapoã – 1773), Gravataí (1772), São Francisco dos Casais, em 1772 (hoje Porto Alegre) e muitos outros núcleos populacionais.

Nenhum outro local do mundo está tão pontilhado de nomes de santos, como o Continente de São Pedro. Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, foi fundada por 60 casais açorianos por determinação do general Gomes Freire de Andrade, militar encarregado da demarcação limítrofe do Tratado de Madrid, em 1750.



PORTO ALEGRE DOS CASAIS, RALF KRAHE

ILUSTRAÇÃO Nº 3. TÍTULO: PORTO ALEGRE DOS CASAIS, RALF KRAHE

Para que se tenha uma macrovisão linguística é inquestionável o dever de se registrarem as mutações históricas ocasionadas pelo tratado, que determinava a entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis e a da região dos Sete Povos das Missões aos lusitanos. Esta definição, em 1761, foi desfeita, retornando-se à situação anterior. Os açorianos foram protagonistas destas lutas nativistas e de limites territoriais.

Já nos assinalava o filólogo Antenor Nascentes (1988:26) que a "*linguagem é o modo particular por meio do qual uma época, uma região, um grupo social ou uma pessoa se utiliza da língua.*" Vê-se que houve uma verdadeira transposição de gentes, de hábitos, de linguajares, de modismos, do arquipélago dos Açores para o Continente de São Pedro. Era a marca dos açorianos, ou seja, o seu modo de falar.

Deste registro historiográfico, o autor, natural da antiga Porto Alegre dos Casais, aos quase 70 anos de vida, vivenciou uma etapa recente desdobrada desta realidade étnica, face anterior atividade agro-pastoril em Santo Antônio da Patrulha, de formação açoriana; bem como, simultaneamente, desenvolvendo, de forma familiar, a coexistência multilíngue, híbrida, de cunho teuto-itálica. Era tão intensa a fixação das línguas, que, ainda hoje, existem verdadeiros guetos onde se fala alemão e italiano dialetais, convivendo com a força propulsora do português com nítidos traços açorianos.

O continente era uma enorme ilha...

Extraordinário é observar-se que a esta nucleação açoriana, sobrevieram, após, intensas correntes migratórias como a alemã (1825), a italiana (1875), que se fixaram em áreas diversas, mantendo-se ilhadas em torno das igrejas dedicadas aos santos e oragos de origem, falando seus dialetos. Verdadeiro cadinho multirracial e multilíngue, miscigenando povos e línguas durante longo tempo, deixando um rastro vivo de suas origens.

A língua portuguesa preponderou de forma majestática e **majestosa com sabor açoriano.** As principais caraterísticas dialetais insulares, não só dos Açores, mas das ilhas madeirenses, podem ser resumidas em três vertentes:

*Troca do **o** por **u***
Exemplo: flur, amur, bum; por flor, amor, bom.

*Corrupção de **ão** em **ã***
Exemplo: mã, nã; por mão, não.

*Corrupção de **ei** em **ê***
Exemplos: sapatêro, mantêga; por sapateiro, manteiga.

Apolinário Porto Alegre (1889:49), pesquisador emérito, em 1889, em artigo intitulado – Língua Portuguesa no Sul do Brasil – ligeiro estudo das formas quinhentistas, demonstra a influência açoriana, afirmando: "*onde se fala o português mais extreme e castiço, e sem os viciamentos do norte.*"

Vejamos alguns registros!
a) - cambota (camba de rodado açoriano em carros rústicos)
b) - cercear (com a acepção de cortar rente)
c) - cômputo (cálculo, conta)
d) - eito (série de coisas numa mesma direção)
e) - nuel (implume)
f) - obrigação (m. q. família. "como vai a obrigação?")
g) - penso (inclinado, pendente).
h) - verbo passar-se (com o sentido de delíquio, morte, passamento de fulano)
i)- promode (contração da locução adverbial: por amor de!
j)- rancho

1. Fonética

Cezimbra, Jacques. (1912:71), em seu livro Assuntos do Rio Grande do Sul, afirma que "*os açorianos tinham um metal de voz um tanto cantado.*" Exemplifica com carvão e cargueiro, que modificados são para *carivão e cariguero*, com pronúncia em inflexões moduladas. Entre os casos fonéticos de acréscimo, suspensão medial, permuta e nasalação, registra-se o caso de p' r' o que substitui – *para o*, por influência açoriana, que reduz a quantidade de palavras.

Luiz da Silva Ribeiro (1938:01), em sua obra Arcaísmo na Linguagem Popular da ilha Terceira (Angra do Heroísmo) é lapidar na manifestação analítica, quando afirma:

> *Dessarte, confrontando o atual linguajar gaúcho do Continente de São Pedro, com o velho e ainda atual linguajar açoriano e dos escritores portugueses de 1400 a 1800, veremos que nós, como é hábito afirmarem, sofremos influência castelhana, digna de nota, mas conservamos intacto por assim dizer, o linguajar açoriano.*

2. Em síntese:

Sob ângulo historiográfico, vislumbra-se uma visão panorâmica da importância de uma política lusitana, à época, ensejando a fixação de memória e tradição, quer social, econômica e sobretudo linguística, preservando valores que atravessaram os séculos. É digna de consideração a importância atual dos colóquios na formulação de políticas educacionais e orientação comportamental aos futuros e aos atuais responsáveis pela condução das políticas específicas no contexto das nações componentes da comunidade dos países de Língua Portuguesa. Fixação da importância do patrimônio linguístico, independente das realidades estatais, sob a égide da instantaneidade das comunicações internéticas, globalizando povos e gentes, em tempo real. Observância de uma nova realidade global, denominada inteligência coletiva, preconizada pelo cientista Pierre Lévy, amoldada ao ciberespaço, ensejadora de profundas modificações no universo da comunicação, futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACQUES, João Cezimbra (1912) Assuntos *do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo.

NASCENTES, Antenor (1988) Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bloch.

Porto Alegre, Apolinário (1910) *A Língua Portuguesa no sul do Brasil*. Pelotas. Echenique & Irmãos.

RIBEIRO, Luiz da Silva (1938) "Arcaísmo na linguagem popular da Ilha Terceira" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 1.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GENTILI, José Carlos (2006) *A Igreja e os Escravos*. Natal: RN Econômico.

LAYTANO, Dante de (1940) O Português dos Açores na consolidação do domínio lusitano no extremo sul do Brasil. (in Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940).

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá/ GODOY, José Eduardo Pimentel de (1983) *Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias de Portugal Antigo*. Brasília: ESAF.

SANTA ROSA DE VITERBO, Joaquim, frei (1984) Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal, antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram; obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Edição crítica de Mário Fiúza. Porto: Civilizações.

18. ***JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA OKANAGAN, CANADÁ*** *CARLOS.TEIXEIRA@UBC.CA*

TORONTO E MONTREAL MULTICULTURAIS: A DÉCIMA ILHA AÇORIANA

Toronto e Montreal, duas das maiores cidades de entrada para imigrantes no Canadá, têm passado por uma significante transformação nas últimas décadas, tanto na sua paisagem física quanto em seus aspetos sociais e culturais. Na verdade, desde o começo da década de 1950, tanto Toronto quanto, ainda que em menor escala, Montreal e seus subúrbios tornaram-se extraordinariamente variados em seus aspetos culturais e raciais.

Segundo o censo de 2001, um pouco mais de que 2 milhões dos habitantes de Toronto (44%) nasceram fora do Canadá, enquanto em Montreal cerca de 622.000 habitantes (18%) nasceram fora do Canadá (Justus, 2004). Além disso, a internacionalização da imigração no Canadá desde os anos ’60, com a mudança dos países de origem da Europa para a Ásia, África, América Latina, Caribe e Oriente Médio trouxeram uma mudança dramática ao mosaico etno-cultural de Toronto e Montreal.

Entre os estudiosos canadianos houve um aumento na conscientização da importância que certos grupos de imigrantes dão à casa própria, bem como os altos níveis de mobilidade residencial e de suburbanização entre eles e a tendência exibida por certos grupos a formarem agrupamentos étnicos. (Qadeer, 2004; Hiebert, 2000). Nesse contexto da presença de imigrantes em nossas maiores áreas urbanas, o processo de decisão de deslocamento, inclusive a mudança para os subúrbios, é considerado complexo e multidimensional, inserido que é em mercados habitacionais heterogéneos. (Clark e Dieleman, 1996; Teixeira e Murdie, 1997).

Esse estudo põe em foco portugueses que estabeleceram grupos de imigrantes em Toronto e Montreal desde o começo dos anos ’50. Esse grupo apresenta altos índices de propriedade das casas em que moram bem como uma alta tendência à suburbanização. O grupo português também é notável por seu alto grau de segregação dentro dos limites das cidades de Toronto e Montreal, assim como sua propensão incomum a re-segregar os subúrbios (ex., Mississauga, um subúrbio a oeste de Toronto, e Laval, ao norte de Montreal). O objetivo deste estudo é comparar o processo de recolocação e suburbanização dos proprietários de casa nas áreas de Toronto e Montreal. Atenção será dada aos seus padrões de colonização e escolha de imóveis, bem como às estratégias empregadas na busca de novas residências.

3. Toronto – “The World in a City”

Nota do editor: por absoluta falta de tempo não foi possível proceder à tradução do original do trabalho. Dada a importância do tema e a abrangência do mesmo, optou-se por deixar o texto na sua versão vernacular em Inglês do Canadá, o que sucede pela primeira vez nos anais destes colóquios.

3.1. The History of Immigration to Toronto

Canada is a country whose history and urban areas have been critically shaped by immigration. Since the end of the Second World War, significant changes in both immigration policies and global migration patterns have contributed to the transformation of major urban areas in Canada (**Figure 1**). Immigrants in general seem to prefer settling in urban centers, and in this “new age of migration” Toronto – Canada’s largest city and its primary “port of entry” for immigrants – has witnessed radical changes in its social, economic and political landscapes, becoming a “city of nations” and among the most multicultural spaces in North America and in the world (**Table 1 and Figure 2**).

3.2. The Internationalization of Immigration to Toronto

Since the mid-1960s, radical changes in Canadian immigration admission and integration policies have facilitated heterogeneous immigration flows from diverse, non-traditional source countries. For example, among Canada’s earlier immigrants (those arriving in Canada before 1981) Italy and the United Kingdom were the most common countries of birth, accounting for 31% of immigrants. These two countries were even more dominant among immigrants who landed before 1961, accounting for 25% and 15% of total immigrants respectively. These two major source countries were followed by Germany with 10% and the Netherlands with 8%. Thus, prior to 1961, four countries in Western Europe supplied well over one-half of all immigrants to Canada. In recent years, however, this pattern has radically changed, with the origins of newer immigrants being far more dispersed. For example, China has been the leading country of birth among recent immigrants, followed by India,

the Philippines, Hong Kong, Sri Lanka, Pakistan and Taiwan. Together these countries accounted for over 40% of recent immigrants to Canada. In comparison to previous years, these same seven Asian countries accounted for just 2% of all immigrants who landed prior to 1961 (Justus, 2004). Demographic projections suggest that, in future, Canada's population growth will increasingly depend upon immigration, and that Canada will accordingly become increasingly diverse (Belkhodja et al., 2006). According to Statistics Canada projections, the number of visible minority persons in Canada could reach between 6,313,000 and 8,109,000 by 2017, or about 20 percent of the population, (Statistics Canada, 2005).

In 2006, the City of Toronto was home to slightly more than 2.5 million residents. When the suburban areas within the Greater Toronto Area (GTA) are included, this urban population doubles. Today, Toronto is also one of the most ethnically diverse cities in the world. It is considered by some scholars as a "World in a City"; in part, because it is home to immigrants from over 170 countries who speak over 100 languages (**Figure 3**). Indeed, in 2001 visible minorities represented 37 percent of the population of Toronto (Anisef and Lanphier, 2003). During the 1990s and early 2000s, almost 40 percent of all immigrants to Canada settled in Toronto, up from 28 percent in the early to mid 1980s (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). Today, some 44 percent of Toronto's population are foreign-born, the second highest percentage of foreign-born population globally, after Miami (see **Table 1**). This is in sharp contrast to the demographic makeup of Toronto for well over a century prior. From the late eighteenth century to the mid to late twentieth century, immigrants from a single source country – Great Britain – were the dominant ethnic group in Toronto. For example, in 1931, 81 percent of the city's population of 631,207 was British in origin. As late as 1971, almost six of ten Toronto-area residents still claimed British ethnic origin (Lemon, 1985; Siemiatycki et al., 2003)**.** However, by the time Toronto celebrated its 150th anniversary of municipal incorporation in 1984, the city had become noted for, in the words of historian Robert Harney, "its polyethnic character, and its reputation for tolerance of human variety" (1985, pp. 1).

3.3. The Impact of Official Multiculturalism on Toronto

Both humanitarian and economic criteria shape Canada's current immigration policies. While the majority of these newcomers have been working class immigrants or refugees in search of better lives, Toronto also has become a magnet for highly educated and skilled immigrants, including those with substantial assets to invest in the city's as well as in the country's economy. The country of origin and particularly levels of educational attainment seem to be the most important factors behind the success of these immigrants' adjustment to settlement in Toronto. As immigrants and their families come into more and varied contact with Canadians —in neighborhoods, schools, work, shopping, and travel around the country—they learn the languages and habits of the people they meet in a process called "acculturation." This process has been the single most powerful influence behind immigrant integration, although race, social class, and government policies can affect rates of integration. Of the government policies that have supported integration, arguably none has been more important than that of Multiculturalism.

In 1971, the Federal government of Canada announced the creation of an official policy of Multiculturalism to support the mosaic of peoples who, through immigration, comprised an ever-greater portion of the population of urban Canada. Multiculturalism refers to policies and practices that attempt to slow down the process of integration, which some believe takes place too rapidly for good immigrant adjustment. In the Canadian context, Multiculturalism is the name given to an umbrella of policy and program initiatives which support the plurality of immigrant cultures that have been increasingly transforming the social, economic and political landscape of Canada. Indeed, it is no exaggeration to say that this federal Multiculturalism policy has come to play a critical role in defining not only the respective identities of immigrant groups as components of the Canadian multicultural mosaic but the national identity of Canada itself.

This being said, it must be noted that – as in many other jurisdictions – Multiculturalism has been, to some degree at least, a controversial subject in Canada. Canadians have long been concerned over how immigrants adapt and how they are treated by those whose immigrants whose ancestors arrived in the country long before. In Canada in recent years this concern has metamorphosed into anxiety, expressed in both popular media and the scholarship, about the emerging segregation of immigrant and minority groups in major "gateway" cities such as Toronto and Vancouver. Multiculturalism has been commonly held to be responsible for this segregation and even for the emergence of subversive radicalism among

second-generation immigrant youth. This being said, however, it must be noted that Multiculturalism in Canada, and in Toronto, has played an important and positive role in fostering tolerance and mutual respect among the diverse ethnic communities and cultures of the country. Today "there can be no doubt that Canadians generally, and Torontonians in particular, acknowledge that theirs is a pluralist society in which equality remains an important social goal. For all its flaws, multiculturalism helped frame that view" (Troper 2003, pp. 46).

3.4. Toronto: The Emerging Social Mosaic

In the last decades of the twentieth century, Canadian metropolitan areas were impacted by four important societal trends: economic restructuring; an aging population and new approaches to family organization; changes in immigration patterns; and a declining support for the welfare state (Murdie and Teixeira, 2006). Of these, immigration is the one factor that has most visibly transformed large cities in Canada and, in particular, its most important city - Toronto.

3.5. Settlement Patterns of Immigrants in Urban and Suburban Toronto

As noted earlier, one of the most important changes in Toronto during the post-war period has been a shift in the origin of immigrants, from Europe to various countries in Asia, Africa, the Middle East, Latin America, and the Caribbean. This shift has had a dramatic impact upon the social space of Toronto. The settlement experiences and residential patterns of immigrant groups in Toronto and its suburbs are varied **(Figure 4)**. Some groups concentrate spatially and form ethnic enclaves; initially in immigrant reception areas close to downtown Toronto and more recently by either re-segregating in the suburbs or immigrating directly to suburban concentrations (e.g., Mississauga, Brampton, Markham; Richmond Hill…). Others tend to disperse after acquiring a working knowledge of English and improving their socio-economic position (Teixeira, 2007; Murdie and Teixeira, 2006). Still others assimilate from the outset and do not experience spatial segregation. Varied and complex factors are responsible for different patterns. They include: a) factors internal to the group, such as the retention of cultural traditions and the use of culturally biased information sources, and b) external factors, such as discriminatory practices by the receiving society that impose significant locational constraints.

Concentration of settlement can have important impact upon the political success of an immigrant community. For example, it is interesting to note that the emergence of some minority immigrant groups on the federal and provincial political scenes may be due to both internal factors (e.g., forms of capital) and external factors (e.g., structural opportunities) that may help their success in politics. Some political gains have already occurred in Toronto and its suburbs for some minority groups, as some groups built tight residential concentrations (ethnic enclaves) in Toronto and its suburbs (Mississauga, Brampton Markham, Richmond Hill, Woodbridge) that have led to the emergence of ethnic ridings for some groups (e.g., Chinese, Sikhs, Italians). However, the involvement of minority communities in general in Toronto, at the municipal, provincial and federal levels, has not been occurring at an equal pace across different groups (Bagga, 2007). At this stage, there is an urgent need for more active participation of minority groups in the federal and provincial political scenes. More needs to be done to encourage their participation in elected Canadian political institutions.

3.6. Characteristics of Immigration in Toronto

With respect to Multiculturalism, as noted above the issue of segregation is one of the major concerns with regard to Toronto's, and Canada's, diverse population. One way of illustrating differences in the spatial segregation of ethnic groups is by means of a segregation index (**Table 2)** shows the segregation indexes for the Toronto, Montreal and Vancouver Census Metropolitan Areas. The segregation index can vary in values ranging from zero to 100 with an index value of 100 indicating complete spatial separation between a specific ethnic group and the rest of the population, and a value of zero indicating no spatial separation between two groups. With regard to Toronto, the Jews are the most segregated. Their concentration, however, seems due more to voluntary factors (e.g., retention of cultural and religious traditions) than to discriminatory practices by the receiving population. Chinese and South Asians also show high average levels of segregation. Both groups tend to live in owner-occupied dwellings in the suburbs, and retention of cultural traditions is a likely explanation for their continued segregation. With respect to the growing cultural diversity of Toronto and its suburbs, it is interesting how this has been accompanied by increased religious diversity

(**Figure 5)**. This is clearly evident in the multiplicity of churches, temples, mosques, and other religious institutions that have emerged in Toronto's urban/suburban landscape. Today, the former Protestant majority of Toronto is long gone as a result of immigration, and the city now possesses a Catholic plurality, with there being more Muslims in the city than Presbyterians (Troper, 2003).

Another characteristic of immigrant groups in Toronto is the importance they attach to homeownership and home improvements. In Toronto immigrants achieve rates of homeownership that equal or exceed those of the non-immigrant population. Home ownership also became a vehicle for economic mobility and provided capital through resale for a move to a larger and more modern home in the suburbs. For example, during the 1960s and 1970s Southern Europeans were among the largest immigrant groups to arrive in Toronto. The arrival of entire families by means of chain migration encouraged the establishment of distinctive residential neighborhoods with ethnic businesses and cultural and religious institutions. Southern European groups such as the Portuguese have contributed substantially to maintaining the vitality of older inner-city neighborhoods. Examples of this include Kensington Market in the 1950s/1960s – a neighborhood which is now formally a National Historic Site due to its importance as an immigrant reception area – and "Little Portugal" in the 1970s/1980s. However, in the last two decades or so many Portuguese have moved from the heart of the city to the suburbs of Toronto (e.g., Mississauga) in search of the "dream home" – a single detached dwelling **(Figure 6).** In this regard, the Portuguese, along with the Italians and immigrants from Hong Kong, show one of the highest levels of homeownership of all ethnic groups, with more than two-thirds owning their own dwelling (Murdie and Teixeira, 2000).

In contrast, more recent immigrants, and particularly visible minorities, face huge challenges today in Toronto's expensive and tight rental housing market. For example, pockets of concentration of Afro-Caribbean and African immigrants, including refugees, have been identified settling – often in public housing – in particular neighborhoods of the city and its suburbs (Mensah and Firang, 2007). The increasing number of new immigrants and visible minorities in public housing is due to low household income, compounded by supply cost, and discriminatory constraints in Toronto's rental market. It is important to reiterate, however, that none of these areas of concentration can be described as a ghetto, since they do not resemble the large-scale ghettos that characterize many US cities (Murdie and Teixeira, 2006; Ley and Smith 1997). Recent trends also show that immigrant labor market rewards have decreased over the last decade, while immigrant poverty has increased (Ornstein, 2002). This needs seem to be more noticeable for most visible minority groups in Toronto.

3.7. Immigration and the Economy of Greater Toronto

Canadian immigration policy has long acknowledged the importance of immigration as an engine of economic growth. Immigrants coming to Toronto from a vast range of cultures and social backgrounds represent a significant supply of human capital whose diverse skill sets contribute positively to Toronto's – and Canada's – economy through participation in both paid and self-employment. Today immigration accounts for approximately fifty percent of Canada's population growth and almost seventy percent of its labor force growth (Teixeira, Lo and Truelove, 2007; Jansen and Lam, 2003). In the current context of declining fertility and population aging, immigration has become a vital component of Canada's population and labor force growth. In 2003 immigration accounted for 65 percent of population growth, and over the decade of the 1990s represented almost 70 percent of the total growth of the Canadian labor force. If current immigration rates remain constant, by 2011 immigration will account for virtually all labor force growth in the country (Hoernig and Walton-Roberts, 2006).

With regard to the contribution of immigrants to the economic development of Toronto, one of the most significant economic impacts upon Toronto during this time has been the increasing role of immigrant small businesses and entrepreneurs in the city's growth and development. Ever-larger numbers of immigrants have turned to the self-employed sector of the economy, and today immigrants are much more likely to be self-employed (15 percent) than those born in Canada (12 percent) (Teixeira, Lo, and Truelove 2007; Razin and Langlois, 1996). This is especially true for some immigrant groups such as the Chinese, Italians, Portuguese, Greeks, and Poles who have constructed self-contained, institutionally complete communities and visible ethnic economies in the Toronto's landscape (e.g., Chinatown on Dundas/Spadina; Little Italy on College; Little Portugal on Dundas/Ossington; Little Greece on the Danforth) (**Figure 7)**. Today the question is whether these ethnic enclaves and ethnic economies will continue to flourish or will gradually disappear within a more assimilative social geography, given the

"internationalization of immigration" to Toronto. Within this context, policy makers face the challenge of how to plan for multicultural Toronto? As Wallace (2000) notes, there are paradoxes in planning for immigration policy at the local level in a multicultural city like Toronto. On one hand, most planners recognize the ways in which immigrant groups have changed Toronto's physical and social structure, and there have been examples where ethnic communities have been include in the planning process. On the other hand, many local planners may not yet be ready to fully embrace the idea of planning to support Multiculturalism.

3.8. The Future of Multicultural Toronto?

While the significance of immigration in the recent history of Toronto is clear, what will the future hold for Multicultural Toronto? Despite the undeniably positive economic and cultural benefits that accompany immigrant concentration in Canada's largest city, some argue that this growth has been accompanied by a number of costs. For example, critics of Canada's immigration policy claim that the number of immigrants and rates of admission have negatively influenced integration, and that this may result in increasing social tension and civic dysfunction that some claim to be already visible in Toronto (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). In this analysis, ensuring a successful future for Multicultural Toronto will require careful policy management with respect to the city's ever-increasing immigrant population.

3.9. The Scale and Challenges of Immigration to Toronto's Future

According to the best projections, it is likely that the annual volume of immigrants to Canada will remain at about 225,000, and that the majority of this population will settle in Toronto. Given the increasing internationalization of immigration to Canada, it appears clear that the visible minority population of Toronto will increase dramatically. By 2017 it is estimated that about half of the population of the Toronto CMA will belong to a visible minority group (Murdie and Teixeira, 2006).

In terms of immigrant settlement, it appears likely that in the case of Toronto immigrant groups will continue to suburbanize, either resegregating in the suburbs following initial settlement near downtown core, or immigrating directly to the inner suburbs of the Greater Toronto Area. The segregation levels between some immigrant groups and the rest of the population will remain high and the spatial outcome will be an increasingly fragmented and economically differentiated pattern of ethnic enclaves in many parts of the city (Murdie and Teixeira, 2006). This being said, however, observers of immigrant settlement and integration in the Canadian context emphasize the multiple challenges that immigrants face upon arrival. Toronto is no exception to this reality, and the challenges faced by new immigrants settling in the city are numerous: from finding affordable and suitable rental housing, securing employment, and improving language skills/education to securing access to health care and adapting to a new culture. Given these challenges, policy makers at the federal, provincial and municipal levels in Toronto face the need to design policies that will sustain and expand the economic growth and development that has accompanied immigration settlement in Toronto in recent decades.

4. Policy Making to Support Multiculturalism at the Local Level

It should be noted that, under the Canadian Constitution, the Municipality of Toronto has no constitutional responsibility for immigration issues and is, in fact, largely constrained by the dictates of higher levels of government in this regard. Remarkably, national and provincial multicultural policies provide almost no practical guidance on the handling of local issues related to immigration (Hoernig and Walton-Roberts, 2006). While immigration policy and administration are the constitutional responsibility of the Canadian Federal government, and are developed in practice in consultation with the provinces, the reality for the City of Toronto is that while this metropolis is the country's leading immigrant reception area, municipal leaders and officials have little say in immigrant selection or in the shaping of overall policy. As the City of Toronto has been, and will continue to be, the Canadian municipality primarily impacted by immigration, municipal policy makers have developed city-wide policies to promote and support the multicultural communities who are recognized as integral to the city's continuing economic and social growth and development. While it is generally acknowledged by all stakeholders that the City of Toronto has a policy role by virtue of their direct experience in delivering services to newcomers and diverse communities, nonetheless the incorporation of an understanding of diversity into municipal planning processes and decisions is a particular challenge for local governments (Graham, 2007). Partly as a consequence of the lack of engagement and

support by higher levels of government who are constitutionally responsible for immigration policy, critics observe "that despite some gains in municipal responses to immigration, municipal actors continue to respond to many problem-solving and decision-making scenarios in an ad hoc or 'trial and error' manner" (Hoernig and Walton-Roberts, 2006, pp. 413). For example, although social housing programs and other social services may be expanded in the short run and welfare rates increased as a result of lobbying the higher levels of government, it is unlikely that public funding for agencies serving immigrants and refugees will be increased to match levels in previous years (Murdie and Teixeira, 2006).

5. 21st Century Toronto: The World in a City

While Toronto clearly faces substantial challenges in managing the ever-increasing numbers of immigrants from ever more diverse source countries who seek to settle in the city and its suburbs, most observers believe that the future of Multicultural Toronto is bright. In large measure, this is a result of the general recognition – by all levels of government in Canada – that Toronto is a primary engine of the country's overall economic growth, and that immigration is a major contributing factor to this progress. In a sense, it may justly be said that immigration to Toronto is the fabled "goose that laid an [economic] golden egg" for Canada as a whole. Thus, it is in the interests of all levels of government to ensure that this state of affairs continues into the future. As adjustment and integration are primary challenges to this objective, critics have suggested that all levels of government incorporate a "diversity lens" (Graham 2007, pp. 6), and adopt a "rich multiculturalism" (Givechian 2007, pp. 27) to build upon the successful achievements of Multiculturalism in the past and thereby avoid some undesired consequences of increased ethnic segregation for the future of Toronto. Toronto's history has been shaped profoundly and positively by immigration, and the city enjoys a well-deserved reputation as one of the most welcoming and inclusive multicultural metropolises on the planet. Through wise policy development and implementation, it is likely that 21st century Toronto will be – more than ever – the "World in a City".

Bibliography

Anisef, P. and Lanphier, M. (2003). "Introduction: Immigration and the Accommodation of Diversity." In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 3-18. Toronto: University of Toronto Press.

Bagga, G. (2007). "From the Komagata Maru to Six Sikh MPs in Parliament: Factors Influencing Electoral Political Participation in the Canadian-Sikh Community". In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 161- 165. Ottawa: Metropolis.

Belkhodja, C. et al., (2006). "Introduction: Multicultural Futures? Challenges and Solutions. *"Canadian Ethnic Studies*, XXXVIII: I-V.

Filion, P. and Bunting, T. (2006). "Understanding Twenty-First Century Urban Structure: Sustainability, Unevenness, and Uncertainty." In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 1-23. Toronto: Oxford University Press

Graham, K. (2007). "Introduction - Our Diverse Cities: Ontario." In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 3-6. Ottawa: Metropolis.

Harney, R. F. (1985). Ethnicity and Neighborhoods. In R. F. Harney, ed., *Gathering Place: Peoples and Neighborhoods of Toronto*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario.

Hoernig, H. and Walton-Roberts, M. (2006). "Immigration and Urban Change: National, regional, and Local Perspectives." In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 408-418. Toronto: Oxford University Press

Jansen, C. and Lam, L. (2003). "Immigrants in the Greater Toronto Area: A Sociodemographic Overview." In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 63-131. Toronto: University of Toronto Press.

Justus, M. (2004). "Immigrants in Canadian Cities." In C. Andrew, ed., *Our Diverse Cities*. 41-57. Ottawa: Metropolis.

Ley, D. and Smith, H. (1997). *Is There an Immigrant 'Underclass' in Canadian Cities*. Vancouver: Vancouver Centre of Excellence, Research on Immigration and Integration in the Metropolis.

Mensah, J. and Firang, D. (2007). "The Heterogeneity of Blacks in Ontario and the Racial Discrimination Boomerang." In K. Graham, ed., *Our Diverse Cities*. 20-25. Ottawa: Metropolis.

Murdie, R. A. and Teixeira, C. (2006). "Urban Social Space." In T. Bunting and P. Filion, eds., *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*, 154-170. Toronto: Oxford University Press

Murdie, R. A. (2008). Diversity and Concentration in Canadian Immigration: Trends in Toronto, Montreal and Vancouver, 1971-2006. Toronto: Centre for Urban & Community Studies, University of Toronto (Research Bulletin, 42).

Murdie, R. A. and Teixeira, C. (2003). "Towards a Comfortable Neighborhood and Appropriate Housing: Immigrant Experiences in Toronto." In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 133-191. Toronto: University of Toronto Press.

Sandercock, L. (2004). "Sustaining Canada's Multicultural Cities" In C. Andrew, ed., *Our Diverse Cities*. 153-157. Ottawa: Metropolis.

Siemiatycki, M. et al., (2003). "Integrating Community Diversity in Toronto: On Whose Terms?"

In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 373-456. Toronto: University of Toronto Press.

Teixeira, C., Lo, L, and Truelove, M. (2007). "Immigrant Entrepreneurship, Institutional Discrimination, and Implications for Public Policy: A Case Study of Toronto." *Environment and Planning C*, 25: 176-193.

Troper, H. (2003). "Becoming an Immigrant City: A History of Immigration into Toronto since the Second World War." In P. Anisef and M. Lanphier, eds., *The World in a City*, 19-62. Toronto: University of Toronto Press.

Table 1	
Top 10 Cities by Share of Foreign-Born Population, 2000-1	
City	%Foreign-Born
Miami	59
Toronto	44
Los Angeles	41
Vancouver	37
New York City	36
Singapore	33
Sydney	31
Abidjan	30
London	28
Paris	23

SOURCE: UNITED NATIONS HUMAN DEVELOPMENT REPORT (2004: 99); HOERNIG AND WALTON-ROBERTS (2006:410)

Table 2	
Ethnic Group Percentage of Census Tracts in which 50 Percent of the Group's Population live	
Jewish	3.6
Chinese	10.1
Portuguese	10.6
Italians	13.4
East Indians/Punjabis/	
Sri Lankans	13.4
West Indians/Jamaicans/	
Africans	17.2
English	24.7

NOTE: THE LOWER THE PERCENTAGE OF CENSUS TRACTS, THE HIGHER IS THE LEVEL OF CONCENTRATION. SOURCE: QADEER AND KUMAR, 2003, PP. 9.

19. ***JÚLIO CÉSAR JESUS SOARES, ACADEMIA DE LETRAS DE BIGUAÇU, STA. CATARINA, BRASIL***

REMO: UMA PROPOSTA DE INTERCÂMBIO LINGUÍSTICO, DESPORTIVO E CULTURAL

Neste 4º Colóquio abre-se um portal de oportunidades para novas concepções ligadas à cultura das comunidades de base portuguesa como é o caso da ilha de Santa Catarina. Esta proposta, direcionada a um intercâmbio desportivo/cultural na modalidade remo, visa o estreitamento cultural entre as diversas comunidades lusófonas.

Nos principais eventos internacionais de remo, observa-se que as posições de destaque competitivo não são ocupadas por países de Língua Portuguesa. Portanto, torna-se relevante a execução de um projeto de intercâmbio desportivo/cultural, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do remo nos países falantes da Língua Portuguesa e, com isso, orientar para a elevação dos resultados desportivos de remo em jogos olímpicos e campeonatos mundiais.

Assim, tem-se como objetivos promover intercâmbio desportivo/cultural entre comunidades lusófonas, utilizando-se como meio a modalidade remo, elevando-se o nível competitivo do remo feminino nos eventos desportivos olímpicos e mundiais dos países de Língua Portuguesa; promover na ilha de Santa Catarina, em 2010, durante o primeiro intercâmbio desportivo cultural, o 1º Encontro de técnicos desportivos, dirigentes de clubes e federações de remo, estudiosos e cientistas de áreas afins para apresentar possíveis soluções e experiências que contribuam para o crescimento dos resultados internacionais no remo feminino e da modalidade como um todo e criar núcleos de pesquisas científicas do remo na ilha de Santa Catarina e em outras comunidades interessadas, vinculados ao futuro Centro Desportivo de Cultura e Turismo de Santa Catarina, cujos protocolos de intercâmbio e de cooperação mútua com universidades brasileiras, portuguesas e outras possibilitarão o exercício constante da teoria e da prática desportivo/científicas num processo de inteiração com áreas que compõem as ciências do desporto, o que resultará na valorização e divulgação da cultura portuguesa, em especial a açoriana, e no desenvolvimento científico do remo feminino por intermédio de publicações científicas, capacitação das pessoas envolvidas no gerenciamento dos diferentes setores da modalidade e elevação do nível

desportivo/científico nos principais eventos internacionais dos países envolvidos.

A atleta catarinense FB – por ética, será preservado o seu nome completo – na época, filiada ao Clube Náutico Francisco Martinelli, de Florianópolis, representou o Brasil na modalidade de remo nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004. Essa representação foi considerada um marco na história do remo brasileiro feminino em razão de FB ter sido a primeira remadora a competir em Jogos Olímpicos nesse desporto. Relato esse acontecimento, por ter sido seu preparador físico e técnico desportivo, de 1998 a 2006, durante as diferentes etapas de preparação de muitos anos no remo.

Na etapa de preparação desportiva voltada aos principais resultados competitivos (etapa de resultados superiores), a atleta consagrou-se pela conquista da inédita vaga olímpica para o remo brasileiro feminino. O que quero evidenciar, demonstrando esse fato, é que, tanto a atleta como o técnico são catarinenses, da ilha de Santa Catarina, e que com isso tiveram a sua formação influenciada pela cultura de base açoriana.

Esse é um forte aspecto a destacar. Um outro aspecto seria, justamente, a interpretação, ainda do ponto de vista cultural, de a atleta catarinense ter atingido a décima terceira colocação, o que indica que o Brasil ficou fora da final A (primeira à sexta colocação), onde se situam os países de maior expressão na modalidade. Isso revela que o Brasil, país de 100% de falantes da Língua Portuguesa, não se inseriu entre os melhores classificados.

Concatenando esses dois raciocínios – atleta e técnico nascidos e criados sob a influência da cultura de base açoriana, e Brasil, país de maior número de falantes da Língua Portuguesa não se ter classificado entre os seis finalistas – deparei-me com o seguinte questionamento: foi apenas na competição disputada pela atleta FB que, entre os finalistas, não houve nenhum país cuja língua predominante fosse a Língua Portuguesa? Ou isso vem ocorrendo nas demais provas e jogos olímpicos no remo?

O Programa Missão Açores, cuja finalidade é de promover a integração das comunidades lusófonas através da troca de conhecimentos e experiências relativos à Língua Portuguesa, à arte, à cultura, à literatura, à educação e à saúde, abriu espaço para o setor desportivo justamente por acreditar que é através do desporto, muito especialmente do remo, que em aliança com as outras áreas já incluídas, será possível a realização de projetos inovadores que o fortaleça nos seus objetivos. Então, agora no Projeto Missão Açores 2009, representando o setor desportivo, venho ao presente Encontro apresentar o que o desporto pode oferecer no sentido de atingir o ideal do Programa Missão Açores.

Sendo o propósito dos Colóquios da Lusofonia debater a problemática da Língua Portuguesa no mundo, abre-se, neste 4º Encontro Açoriano de Lusofonia, realizado na Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores, um portal de oportunidades para inserir novas concepções ligadas à cultura das comunidades de influência luso-açoriana, como é o caso da ilha de Santa Catarina.

A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura, afirma Fernandes (2004: 119), ao proferir conferência de abertura do X Congresso das Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, realizado na Universidade do Porto, na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Salienta, ainda, que a esse meridiano da cultura pode ser acrescentado o da economia e, o que parece inusitado, um terceiro, menos falado, mas presente em toda a sociedade: o do desporto. Assim, tanto na Cultura quanto no Desporto, "ao se criarem novos canais de comunicação de partilha de ideias e de permuta de conhecimentos" se está a assegurar a "vitalidade da lusofonia"[145], assegurou o autor.

O desporto, considerado um símbolo cultural, pela complexidade de que se reveste, é também um complexo fenômeno social, refletindo, através do atleta, os valores da nação que o mesmo representa. Do ponto de vista da Mitologia, compreende-se o esforço que o atleta tem de dispensar para superar os seus próprios limites. Daí advém a crença no poder de liberdade que o homem apresenta quando ultrapassa a si mesmo num esforço total onde a harmonia e o equilíbrio elevam-se às alturas de um ideal manifesto pela grandeza do espírito a partir do esforço físico.

O atleta, com o seu desempenho físico, vale-se de ações corporais que lhe asseguram aspectos caracterizadores da imagem do corpo, mente e espírito sadios, modelo de referência social contemporânea. Essa crença moderna e, ao mesmo tempo secular (Bento, 2006: 82), comprova a eficácia do suor, do

sangue e muitas vezes das lágrimas que impelem o atleta a dar sempre o melhor de si tal qual o faziam os heróis da mitologia greco-romana:

> *O desporto inscreve-se no esforço de lavrar um destino e uma resposta para a pergunta do homem: é a criação a partir da falta, a necessidade feita liberdade, a gravidade feita asas, o peso feito voo, a lonjura feita proximidade, o obstáculo feito impulso, o perigo feito tentação, a dificuldade feita gosto, o receio feito aventura, o cenário coletivo feito palco individual. A dizer ao homem que ainda é uma criança com o direito de crescer, avançar e progredir no tempo. (Bento, 2006: 82).*

Para obter respostas aos questionamentos mencionados anteriormente, realizei uma pesquisa com o fim de demonstrar quais países com os melhores resultados competitivos obtidos nos jogos olímpicos. O levantamento de dados foi realizado em jogos olímpicos que tiveram provas tanto na categoria feminina como na masculina.

É importante mencionar que os países predominantemente falantes da Língua Portuguesa - em evidência, no momento, Brasil e Portugal - não ocupam, na sua quase totalidade, as posições dos finalistas olímpicos (1º a 6º colocados) (QUADRO I). Portanto, se a língua é expressão da força de uma cultura, no desporto, especialmente no remo, torna-se relevante que tais países obtenham ou sustentem posições de destaque competitivo no evento mencionado.

As provas da categoria feminina de remo foram inseridas nos Jogos Olímpicos, em 1976 (Montreal/Canadá), evento que serviu de referência para o início do levantamento dos dados do presente estudo, até os Jogos Olímpicos de 2008 (Pequim/China).

Dentro desse contexto, gerado por questões múlti fatoriais, que extrapolam o propósito do presente estudo, surgiu o reflexivo direcionamento na busca de um processo favorável para o fortalecimento da cultura lusófona desportiva e que apresente, como resposta, a médio e longo prazo, pressupostos que resultem na evolução dos resultados desportivos, inicialmente entre as duas regiões com maior número de nativos falantes da Língua Portuguesa: Portugal e Brasil.

Com isso, para contribuir na elucidação de tal questão, sistematizou-se uma proposta de intercâmbio desportivo cultural, ou seja, uma proposta que abranja língua, desporto e cultura. Mediante essa complexidade envolvida, a concretização deste projeto não potencializará apenas o remo, mas os demais setores diretamente relacionados ao projeto, tais como, educação, ciência, turismo e política, organizados e inter-relacionados para fortalecer a tradição de raiz portuguesa a partir do desporto e do estreitamento cultural entre os países e comunidades envolvidos.

A proposta está direcionada para a criação de um Centro Cultural Desporto e Turismo na Ilha de Santa Catarina com seus diferenciados e interligados setores, o que vai resultar indiretamente no resgate da história do remo catarinense que, conforme a história cultural desportiva, foi modalidade de grande importância no Estado, desde o surgimento dos tradicionais clubes de remo.

QUADRO I – Países finalistas (1º a 6º colocados) participantes dos Jogos Olímpicos de 1976 a 2008.

JOGOS OLÍMPICOS	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004	2008
PAÍSES	ARG	AUS	ARG	AUS	ARG	AUS	AUS	ARG	AUS
	AUS	BUL	AUS	BEL	AUS	AUT	BLR	AUS	BEL
	BUL	ESP	BEL	BUL	AUT	BLR	BUL	BEL	BLR
	CAN	FIN	BRA	CAN	BEL	CAN	CAN	BLR	BUL
	DEN	FRA	CAN	CHN	BUL	CHN	CRO	BUL	CAN
	FIN	GBR	DEN	DEN	CAN	CRO	DEN	CAN	CHN
	FRA	GER	ESP	GBR	CHN	CZE	EST	CHN	CUB
	GBR	HOL	FIN	HOL	CUB	DEN	FRA	CRO	CZE
	HOL	HUN	FRA	ITA	ESP	ESP	GBR	CZE	DEN
	HUN	POL	GBR	NOR	EST	FRA	GER	DEN	EST
	IRL	RDA	GRE	NZL	EUN	GBR	HUN	ESP	FIN
	ITA	ROM	HOL	POL	FRA	GBR	ITA	EST	FRA

	NOR	SUI	ITA	RDA	GBR	GER	JPN	FRA	GBR
	NZL	SWE	NOR	RFA	GER	IRL	LTU	GBR	GER
	POL	TCH	NZL	ROM	ITA	ITA	NED	GER	ITA
	RDA	URS	RFA	SUI	NED	ITA	NOR	GRE	NED
	RFA	YUG	ROM	TCH	NOR	NED	NZL	HUN	NED
	ROM		SUI	URS	NZL	NOR	POL	IRL	NOR
	TCH		SWE	USA	POL	NZL	ROM	ITA	NZL
	URS		USA	YUG	ROM	ROM	RSA	JPN	POL
	USA		YUG		SLO	RUS	RUS	NED	ROU
	YUG				SUI	SLO	SLO	NOR	RSA
					SWE	SUI	SUI	NZL	SLO
					TCH	SWE	UKR	POL	SWE
					USA	UKR	USA	ROM	UKR
						USA	YUG	RSA	USA
								RUS	
								SCG	
								SLO	
								UKR	
								USA	

FONTE: ADAPTADO DE FISA (2009).

O Centro Cultural Desporto e Turismo na Ilha de Santa Catarina, pela sua abrangência e complexidade administrativa, pretende inserir-se na filosofia política do atual Governo do Estado de Santa Catarina, pois com a criação de tal centro, surgirão os Núcleos de Remo, Cultura e Turismo.

A partir do Núcleo de Remo Moacyr Iguatemy da Silveira, como já disse, a ser implantado na ilha de Santa Catarina, sistematizará a deSCentralização para a criação de polos nas cidades catarinenses com possibilidades para a prática do remo. Tais polos levam consigo a ideologia do Núcleo, e estarão vinculados às escolas das redes públicas e particulares do Estado.

Nos polos, através do desporto, serão trabalhadas a socialização, a cidadania, a criatividade e o espírito reflexivo nas crianças e nos jovens adolescentes, com uma visão integradora da preparação desportiva de muitos anos, associada à escola e ao desporto.

O desenvolvimento do remo, além de despertar na comunidade imprescindíveis valores desportivos, agregará possíveis espaços de solução para os problemas existentes na sociedade contemporânea. A evasão escolar, a obesidade infantil, o sedentarismo adulto são questões importantes que podem ser amenizadas ou resolvidas com a prática desportiva, voltada verdadeiramente à sua essência, ou seja, à busca do pleno desenvolvimento do Homem, enquanto pessoa e cidadão.

> *A preparação desportiva das crianças e adultos deve ser realizada de conformidade com os parâmetros gerais do ensino e da educação. Assim, organizando-a racionalmente na base dos princípios gerais do ensino podemos conseguir os objetivos interligados na formação e desenvolvimento geral da educação. Desse modo, o treinamento desportivo torna-se uma das formas importantes da educação. (Filin, 1996:21).*

Como atividade dinamizadora do Centro, objetiva-se receber equipes vinculadas a clubes de remo das comunidades lusófonas inseridas na presente proposta, possibilitando troca de experiências, novas aprendizagens, coleta de dados científicos e armazenamento das informações.

Enfim, fazer do Estado de Santa Catarina um centro de referência da modalidade em todo o país e, a médio e longo prazo, incluir o Estado no Calendário Internacional de eventos competitivos da modalidade. Para isso, o Centro manterá protocolos de intercâmbio com os referidos clubes, federações, instituições governamentais e sociais, empresas particulares e universidades brasileiras, portuguesas e outras, possibilitando interagir com demais áreas do conhecimento, principalmente com as que compõem as ciências do desporto.

Em suma, esta iniciativa objetiva criar, em 2010, o **Centro Cultural, Desporto e Turismo** na ilha de Santa Catarina, tornando-se instrumento facilitador para o desenvolvimento de pesquisas científicas da modalidade remo, através da implantação e integração dos seus três núcleos,

possibilitando por intermédio dos polos o desenvolvimento do remo escolar, do remo universitário e do remo competitivo.

O Centro, por sua excelência, promoverá o aperfeiçoamento dos atletas e equipes competitivas para o cenário estadual, nacional e internacional, especialmente nas comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo, e estimulando a criação de protocolos de intercâmbios com instituições educacionais e sociais capazes de fomentar o remo máster.

Objetiva, inclusive, promover na ilha de Santa Catarina, em 2011, durante o primeiro intercâmbio linguístico/desportivo/cultural, o 1º Encontro de técnicos desportivos, dirigentes de clubes e federações de remo, estudiosos e cientistas de áreas afins para apresentar possíveis soluções e experiências que contribuam para o crescimento dos resultados internacionais no remo.

Com essa inteiração linguística/desportiva/cultural, pretende-se, conforme o exposto, obter valorização e divulgação em âmbito internacional da língua e cultura portuguesas, mediante os resultados expressivos do remo, possibilitando publicações científicas, literárias e artísticas (imagens e sons), e promovendo a capacitação das pessoas envolvidas nos diferentes setores do desporto remo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bento, J. O. (2006) "Desporto e Princípio do Rendimento". in *Pedagogia do Desporto*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.

Fernandes, M. A. F. (2004) "A vitalidade da Lusofonia". Conferência de abertura do X Congresso das Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, setembro de 2004. in *Revista Portuguesa de Ciência dos Desportos* Vol. 6-1, 119-123.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE REMO (FISA) (2009) disponível em: http://www.worldrowing.com

Filin, V.P . (1996) *Desporto Juvenil.* Teoria e Metodologia. CID: Londrina.

SOARES, J.C.J. da. Preparação Preliminar ao Nível Olímpico: um estudo de caso no remo brasileiro feminino. Dissertação de Mestrado. Ciência do Desporto/Teoria do treinamento desportivo. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Tani, Go; Bento, J.O.; Peterson, R.D. de (2006) *Pedagogia do Desporto*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.

20. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESE INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

A ILHA NO IMAGINÁRIO POÉTICO DE TEMÁTICA AÇORIANA.

A presente comunicação deriva de um trabalho pedagógico realizado em Angra, em 1995, em torno da escrita criativa e do espaço açoriano. Da leitura rápida dos vários textos havia pressentido o caráter bipolar do imaginário ilhéu açoriano. A carga simbólica da ilha alternava entre a atração original dos espaços utópicos e paradisíacos e o sentimento claustrofóbico dos espaços que oprimem, subjugam e aprisionam.

Este sentimento de atração e de repulsa, de amor e de ódio, esta necessidade de mergulhar na mais íntima das intimidades, numa procura mística de si e de partir para longínquas paragens à descoberta dos outros pareciam-me ritmar o imaginário ilhéu tal como se do movimento das ondas se tratasse. João Afonso, Vasco Pereira da Costa, Bernardete Falcão, Maria Antónia Esteves, Carlos Faria, Almeida Firmino, José Martins Garcia, Eduíno de Jesus, Vitorino Nemésio, João de Melo, Luíza de Mesquita, Rui Peixoto, Eduardo Ferraz da Rosa, Alberto Borges dos Santos, Pedro da Silveira, José Simas, Coelho de Sousa, Gabriel Ferreira de Sousa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Al Berto são os poetas visitados.

Pela sua voz, na sua relação com o imaginário ilhéu, tal como o bater do coração, ora mergulhamos nos sentimentos mais depressivos e claustrofóbicos, sofrendo do mal da insularidade, procurando a qualquer preço a heroica libertação que representa a partida, a distância e a linha do horizonte, ora extasiamo-nos, religiosamente, com a perfeição de uma sociedade primordial, onde reina a sabedoria, a ciência e a paz.

1. Arquétipos, mitos e intertextualidades

Antes de ser escrita o poema é voz, canto, música, movimento e ritmo. Cada texto guarda na memória as suas origens, a sua dimensão mágica, segredos de tempos primordiais em que a palavra era mediadora entre este mundo e o outro, em que a poesia presenteava, atualizava e humanizava o divino. Qualquer poema, tal como qualquer texto literário, está imbuído de uma memória coletiva, constituída pelo conjunto dos outros textos individuais com os quais partilha sonhos, valores, ritmos e formas. Tal memória ultrapassa obviamente a experiência individual do vivido, projeta-se para o futuro, para o espaço das vivências pressentidas. Tal memória estrutura-se

como um núcleo ideológico e formal que se pode consubstanciar na forma de múltiplas figuras e uma diversidade textual. Tal memória ultrapassa o velho conceito «kristeviano» de "intertextualidade" (Kristeva, 1979,139-169), de "arquitexto" (Genette, 1979), de "hipotexto" (Genette, 1992,13) ou mesmo de "Modelo de competência genérica" (Genette, 1992,13). Trata-se mais de um núcleo gerador, a partir do qual se desenvolvem novas ideias, imagens e formas, novos dispositivos e novas linguagens em novos contextos, núcleo que está na origem de qualquer "Transcendência textual" (Genette, 1992,7).

É inevitável reconhecer que a criação literária procede a uma transmutação dos arquétipos e dos mitos coletivos em mitos, idiossincrasias, textos e estilísticas individuais. Tais núcleos participam da complexa rede do universo simbólico e, como todos sabemos, o símbolo afirma-se resistindo, em parte, aos signos do universo discursivo e, em parte, às categorias puras do imaginário. A função simbólica, tal como a função poética, vela e revela, evoca e convoca e torna presente o mistério pelo qual constantemente se recria.

> *"La fonction symbolique est inséparable de son «orientation sacrale» ou de sa visée hiérophanique des puissances «numineuses» ou «non-humaines» auxquelles les mythes et les rites relient l´être humain en «ré-unifiant» l'anthropos et le cosmos para la puissance du logos qui n'est pas ici langage mais verbe et parole «ressuscitée», «re-crée», au delà du sens culturel et social des «mots de la tribu». "(Alleau, 1989, 60)*

2. A ilha enquanto núcleo gerador e ponto-cruz do imaginário

O símbolo é sempre um espaço de fusão do mundo, ponto-cruz do imaginário:

> *"L'omphalos des Grecs, le nombril du monde des anciens, l'escalier rituel de tant de religions, l'échelle des dieux. Par là on passe du ciel à la terre, et vice-versa. Par là l'espace le temps et l'éternité communiquent." (Champeux et Sterckx, 1981,31)*

Durand, na linha de Eliade (1963 e 1977), refere que a realidade prolonga e atualiza um arquétipo celeste, em torno de um eixo, um "omphalos", centro do mundo, casa, templo, cidade árvore, montanha ou ilha e acrescenta que qualquer espaço naturalmente limitado, fechado, é sempre uma manifestação do sagrado: "...o que acima de tudo sacraliza um lugar é o seu fechamento: ilhas de simbolismo amniótico ou então floresta cujo horizonte se fecha por si mesmo" (Durand, 1989,170).

O fechamento, de forma arquetípica, corresponde, à forma redonda que representa um microcosmo ou a "cosmicização" do arquétipo da intimidade feminina. A polivalência semântica dos elementos tornados símbolos, tal como a ilha, é o sinal da ambivalência imagética que afirma a riqueza das tonalidades elementares da perceção humana. Esta ambiguidade fundamental desenvolve-se dialeticamente entre a introversão e a extroversão:

> *"Finalement toutes les images se développent entre les deux pôles, elles vivent dialectiquement des séductions de l'univers et des certitudes de l'intimité (…). Chaque image (…) devra dons recevoir toutes ses valeurs. Les images les plus belles sont souvent des foyers d'ambivalence. " (Bachelard, 1984,10).*

As ilhas têm povoado o imaginário universal como espaço de origem e de retorno, vejam-se os mitos celtas e os mitos germânicos da criação:

> *"Odim e seus dois irmãos mataram Ymer. Do seu corpo fizeram a terra, os Céus do seu crânio e o mar do seu sangue. No Céu colocaram tições de Muspelheim e surgiram, assim o Sol, a Lua e as estrelas. A terra era redonda e rodeada pelo mar…" (Hamilton, 1983,472)*

O imaginário ocidental acrescentou-lhes, desde a Atlântida de Platão (1985,525-547), a áurea de uma geografia humana muito específica pela sua originalidade, exibindo uma organização social e política "a-típica" e "u-tópica". A Idade Média associa-as ao simbolismo do castelo inexpugnável (que frequentemente se encontra rodeado de água), reforçando, todavia, o seu simbolismo espiritual tal como na Nauigatio Sancti Brendani (ed. Crítica de Nascimento, 1998). São os espaços privilegiados para o sagrado e para as artes mágicas, habitação eterna dos magos e dos reis, tal como o Rei Artur, espaços de encantamento e revelação.

A ilha Perfeita é o destino iniciático do cavaleiro virtuoso, Nela estão construídas sete formosas casas encantadas celebrando as sete virtudes. A

oitava encerrará todas elas e só poderá ser conquistada pelo cavaleiro perfeito. (João de Barros, I, pp. 304-312). É, certamente, neste imaginário que se enraíza a lenda da lagoa das sete cidades, enquanto memória da perfeição, virtude, sofrimento e puro amor.

3. A ilha como estética e como escrita

O Homem, ao tomar consciência de si, vê-se rodeado de espaço. Crescer é afirmar-se no espaço, é assumir uma temporalidade, é criar e destruir limites, criar-se e recriar-se na procura do equilíbrio que exige um movimento de constante aprofundamento e distanciamento de si. O poema, tal como a ilha, é uma das expressões desse movimento, é a própria recriação do seu criador, o poema tudo cria e recria dentro e fora de si.

A ilha, tal como o poema, convida para o descanso, para as delícias e para as intimidades do centro assim como incentiva para a linha do horizonte, para o sonho, para uma espécie de memória, de outros mundos, de outras almas e de outros corpos. Não nos esqueçamos que o poema enquanto objeto simbólico nunca deixa de operar a dois níveis, o do universal e do particular:

ILHA DO MAR
Julguei-me Criador predestinado,
E levantei, no mar dos meus desertos,
Uma ilha.
(…)
Ilha do mar desabitada
E eu…
Ilha do mar e nada,
Morreu
O Eu-não-eu.
Coelho de Sousa in «Atlântida» vol. II, N.º 1 (RGC, 252-253)

No plano da estética, e da expressão literária em particular, os percursos iniciáticos por espaços com tão forte carga simbólica desencadeiam emoções tão intensas que permitem regressar às formas socialmente e intelectualmente consagradas pela sabedoria popular, trata-se do regresso ao espaço uterino da própria originalidade poética:

AÇORES

(…)
E foi na Terceira
Com o mar à proa
Que nasceu a mãe
Do poeta Pessoa

Em cujo poema
Respiro amplidão
E me cerca a luz
Da navegação
(…)
Poema onde está
A palavra extrema
Que une e reconhece –
Pois só no poema

Um povo amanhece
Sophia de Mello Breyner Andresen in «O Nome das Coisas», 1977, (Obra Poética III, 235-236)

4. A Ilha enquanto expressão da interioridade e da exterioridade.

As representações da ilha estão longe de ser linearmente ingénuas ou insignificantes. Cada poema apresenta uma "tessitura" de estratégias e elementos simbólicos que denunciam uma trágica nostalgia pela degradação humana e pelo paraíso perdido. A criação literária permite a afirmação de um modo superior de ser e de estar na palavra, o texto permite uma recuperação da dignidade perdida e da própria condição humana.

A «Ilha» visitada não é uma mera criação cultural. É, na realidade, um conjunto de ilhas: as Ilhas dos Açores. A imagem que delas emana contribui para melhor entendermos a complexidade do espaço ilhéu enquanto arquétipo.

As múltiplas conotações da insularidade não se limitam, como é óbvio, ao fenómeno da açorianidade. A «Ilha» que emana dos nossos poetas[146] adquire

[146] A maior parte dos textos dos poetas açorianos referidos foram extraídos da Antologia Poética dos Açores de Ruy Galvão de Carvalho (1979) identificada ao longo do texto com as iniciais RGC, seguida do número da página donde foi extraído o poema.

uma dimensão especial, não só por ser o produto cultural de experiências e vivências múltiplas, mas pela relação que estabelece com cada representação em particular. A "nossa Ilha" está mais perto do seu arquétipo, que qualquer das ilhas que contribuiu para a sua construção. Por estarmos perante uma construção do inconsciente coletivo, não podemos deixar de constatar contradições e aparentes ilogismos. A ilha enquanto centro cósmico, espaço sagrado, imagem completa e perfeita da Grande Ordem, afirma-se como um espaço onde o indivíduo se dilui, saturado de tanto silêncio, de tanta solidão, e de tanto aperto. "*a sua «plurissignificação» tem um «peso quase insuportável…*" (Pimentel 1988, 238)

Na ilha entre céu, terra e mar o poeta imagina-se, sofre e recria-se. Nem a vida nem a morte, nem a natureza nem a cultura que o criaram lhe bastam. No horizonte vislumbra-se o "El Dorado". Abundantes são os textos que nos contam a história da emigração e da busca da terra prometida; assim como da fuga à servidão e à submissão, tal como "Ilha" de Pedro da Silveira que, segundo Pimentel, pertence ao conjunto de textos que Starobinsky classifica «como a expressão microscópica do universo no qual nasceram». São emblemas reduzidos, resumos simbólicos. "*Texto e contexto são vasos comunicantes. A um tempo, há reprodução e produção*." (Pimentel, 1988, 237)

ILHA
Só isto:
O céu fechado, uma ganhoa
pairando. Mar. E um barco na distância;
olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,
Califórnias perdidas de abundância.
Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 208)

PARA TI, QUE FICAS PARADO
Para ti
que ficas parado
a olhar o vapor que se some lá ao longe
e depois, vergas a cabeça para terra
e a ela arrancas um pão que sabe a sonhos mortos;
para ti,
sonhador de viagens que nunca farás
e terras férteis alongando-se para todos os horizontes
e cidades onde a vida não é este monótono repetir
das mesmas coisas todos os dias;
para ti
que quiseste ser rancheiro,
pesquisador de oiro,
operário das fábricas e das Canárias
(…)
Pedro da Silveira in «A Ilha e o Mundo», 1953 (RGC, 209)

Os espaços de origem podem estar carregados de uma força magmática tão incandescente e caótica que se tornam insuportáveis e ameaçadores.

ABALO DA TERRA
Senhor, a nossa Ilha
É pasto já do pó antecipado.
- Susto, foi tão duro o alçar da sua mão.
Que nem égua, terra ou água, ai!
Se deu por mansa no seu tino.
(…)
Eduardo Ferraz da Rosa, 1980 (RGC, 468)

Pela poesia do desassossego e da inquietude, o poeta quebra a casca do ovo primordial e ensaia o seu voo cósmico para paragens distantes onde acenam ilusórias esperanças e emoções de outros mundos e outras gentes. A ilusão e a desolação são proporcionais à imensidão. Saradas as feridas do isolamento, apenas resta o regresso ao sonho e à ressaca da noite atlântica:

O REGRESSO DE ANTÓNIO DA COSTA
decidira partir para sempre e onde morei
não vivia junto aos homens que fugidos aos sismos
à lava ao isolamento das fajãs andavam
pelo mundo espalhando oceânicas linguagens
sem se preocuparem onde começava ou terminava a realidade

levei anos sarando o tempo do arquipélago
a desolação grandiosa dos continentes e
chegado aqui abro as mãos para esquecer o fogo
que me devorou a obra em Lisboa – recomeço a pintar:
a flor, a máscara e eu adolescente

reacendo em mim a ressaca da noite atlântica
convoco um rosto com todas as coisas escuras
que dele nascem e arrepiam a pele o sexo e a alma

regresso ao sonho onde
na magoada e distante ardência das ilhas
duas sereias andam à caça de um anjo mudo
Alberto in «A Secreta vida das Imagens», 1991, 41

Regressar à ilha é regressar à intimidade do espaço original, trata-se de se apropriar de um "tempo-espaço" místico que permite ao Eu poético recriar-se ou diluir-se nos desejos passionais da fusão":

SOU FEITO DE MAR
Sou feito de mar
e nasci da lava mal fria

nas minhas veias gira aceso
o magma profundo

meu corpo arremessa pedras
bagacina
areias negras de lutas
marinhas

braços de vento salgado abraço
a ilha avistada
(…)

Vasco Pereira da Costa in «Memória da Água-Viva», dezembro de 1979, n.º 5 (RGC, 415-416)

ESTE O POVO DA ILHA
Este o povo que nasceu do mar. Veio-lhe o sangue
do sal. Suas veias boiaram outrora
entre cabeleiras de algas e fungos de basalto.
Abriu-se-lhe a boca no remoto esquecimento
dos búzios. Memória são as conchas desertas
o calhau rolado arenoso silêncio sobre rocha.
(…)
João de Melo in «Navegação da Terra», 1980 (RGC, 424-425)

A apropriação do espaço original implica sempre uma apropriação do tempo mítico e vice-versa, tal apropriação apresenta sempre uma sacralização através do sacrifício pessoal. Trata-se de uma experiência psicológica única e intransmissível, numa dimensão do espaço-tempo para lá do mundo empírico. Esta conquista simbólica do espaço utópico e "a-temporal" corresponde sempre à inibição dos impulsos conquistadores e heroicos e a um desenvolvimento de um estado de consciência místico que leva a uma maturação espiritual e a um progresso ontológico que aspira sempre, de certa forma, à imortalidade:

MENINO ILHA

O meu menino tem nos olhos
uma pedra
e uma alga
foi gerado no cais
com navios de ficar
e traz no ventre
os faróis
de todos os portos
tem corpo de ilha
com uma hortênsia
nos lábios
e um vulcão
no sexo
tem nas mãos um continente
virgem
secreto
tem nos dedos um sonho
selvagem
louco
passeia pesadelos
pela noite
insular
e bebe desejos
na curva dos meses

o meu menino não tem alma
para morrer
no mar!
José Simas in «A Margem», 1979 (RGC, 428-429)

Esse é o tempo e o espaço dos iniciados, dos que peregrinam mar às costas, para o inefável, em rituais de passagem cuja única forma de expressão é a própria capacidade criadora. O retiro, a solidão e o silêncio constituem as vias para esse encontro místico que a psicanálise chama «processo de individuação» (von Franz in Jung, pp. 158-229):

A CONCHA
A minha casa é concha. Como os bichos
Segreguei-a de mim com paciência:
Fachada de marés, a sonho e lixos,
O horto e os muros só areia e ausência.
(…)
Vitorino Nemésio in «O Bicho Harmonioso», 1938 (Obras Completas, vol. I, 131).

As ilhas, tanto arborizadas como desérticas, estruturando-se em torno de lagos, fontes, montanhas e vulcões, apresentam uma tão forte densidade simbólica que dificilmente imaginamos manifestações mais perfeitas dos espaços originais.

É, todavia, tanto pela peregrinação e pelo desterro quanto pelo retorno e pelo regresso que se inicia o processo catártico. O caminho para a depuração e para o despojamento, em busca da verdade e da clarividência, tanto leva ao centro da ilha quanto para lá do horizonte.

5. A ilha como espaço de sofrimento

A revelação que permite a iluminação, o êxtase ou o deslumbramento tanto amplia as capacidades sensoriais, intelectuais como as psicossociais. O isolamento do ilhéu, tal como o isolamento do exilado, tanto leva a um aprofundamento como a uma saturação de si mesmo:

AGORA É TUDO SILÊNCIO
(…)
Ó andorinha-do-mar,
A fingir de adormecida,
Eu entendo a tua dor:
Nas rochas nuas, junto à costa
É agora tudo silêncio,
não há vida,
Falta o capricho do amor.
Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 306-307)

TUDO ISTO É ILHA
(…)
É que,
Por mais que
Não queira sofrer,
O sofrimento vem
Nesta desoladora solidão
Para dentro do meu coração.
É que…
…tudo isto é ilha…
Alberto Borges dos Santos in «Tempo do Mar», 1959 (RGC, 200-201)

Exilado na sua própria ilha sagrada, o poeta dificilmente atinge um saber e um nível superior de consciência. O exílio externo e a morte apresentam-se como os caminhos mais certos e mais seguros para o para a revelação e para a "hierofania":

ILHA MAIOR
(…)
Ilha Maior no sonho e na desgraça
Sempre a acenar a quem ao longe passa
Nos navios rumo ao Canadá e América
Ancoradouro de aves, poetas e baleeiros,
Heróis sem nome, com um pé em terra e outro no mar,
Quantas vezes em vão a balear...

Negra, negra e cativa
Ilha Maior, minha Ilha-Mãe adotiva,
Maravilha de lava e altura!
El-rei Sebastião, o Desejado,
Veio um dia, nunca mais voltou.
E é aqui, cavada a seu lado,
Que eu quero ter a minha sepultura.
Almeida Firmino in «Ilha Maior», 1968 (RGC, 307)

NO PEGO DO MAR
(…)
E o menino-do-mar
(que sempre serei)
ficou-se a olhar
e há de morrer
pelo dom de saber
que o sonho-sem-onde
não força ou deslinda
o firme poder
de ser sem querer.
João Afonso in «Atlântida», vol. I, n.º 5 (RGC, 232)

Alguns textos exibem-nos, nitidamente, o sentimento depressivo claustrofóbico, chamado o mal da ilha ou da insularidade para o qual: "o estar é manifestamente mal-estar, maldizer, mal viver" (Pimentel, 1988, 239):

SIGNO INSULADO
o sofrimento está dentro da ilha
o sofrimento é da ilha
o ilha está no fundo dum poço
no fundo dum poço sofre uma ilha
(…)
José Martins Garcia in «Atlântida», n.º 1 – 3, 1967 (RGC, 353)

ILHA
(…)
Na ilha tudo é vão
Até que um dia
A gente mistura
As lágrimas, a saudade, a solidão
E o adeus
E nos agarramos
À muralha
Com olhos de fúria,
Braços de ódio
E vontade de pão
E assim pelo caminho do mar
Fugimos da prisão.

Para um novo adeus,
Para uma nova saudade,
Para outra solidão…
Rui Peixoto in «Dos jornais» (RGC, 487-488)

Em muitos dos textos que expressam o sofrimento, a ilha sufoca, o horizonte aprisiona, a solidão aperta, os sonhos diluem-se, a fome delira, os desejos incendeiam-se ocultando amores impossíveis ou imaginários.

6. A ilha encantada

Os textos que atualizam a ilha arquetípica, enquanto centro espiritual, sociedade primordial, microcosmo à imagem do macrocosmo sublimam a dor, a ansiedade e angústia da solidão.

A ilha surge, neles, como o símbolo perfeito da origem, símbolo do próprio símbolo, de uma imaculada conceção, ostentando uma densidade sacral, que a torna matriz das virtudes, longe dos defeitos e impurezas humanas.

"*A ilha é, pois, simbolicamente, um lugar de eleição de ciência e de paz, no meio da ignorância e da agitação do mundo exterior*." (Buescu, 1991,167):

ORIGEM
Lá, onde o grande estuário
do rio da vida
pressagia a infinita
morte oceânica
cresce
a árvore marginal
em cujos ramos o canto
dos poetas floresce.
Eduíno de Jesus in «O Rei Lua», 1955 (RGC, 277)

A ILHA
(…)
A ilha é aqui onde o coração do mar
se povoa de sonhos e os homens
se agigantam de ternura!

O Homem ilhéu é arquiteto dos 360
graus da viagem: a catedral cósmica,
do basalto, feita rosa fria perdida nas marés!

Ilha: o espaço de cantar e o tempo de florir, pessoas
e pedras!
Carlos Faria, São Miguel, inverno de 1979 (RGC, 290)

EM LOUVOR DOS AÇORES
As nossas ilhas queridas
Com que este solo é formado,
São nove estrelas caídas
Do firmamento azulado.

Suas belezas infinitas,
Abençoadas por Deus,
Ornam as ilhas mais lindas
Que estão debaixo dos Céus.
(…)
Gabriel Ferreira de Sousa in «Plantas sem Flor», 1972 (RGC, 133)

7. A ilha enquanto espaço de expressão lírica

Se tivermos em conta que o texto poético é sempre uma atualização da palavra primordial, teremos que encarar a escrita como a expressão ritual de uma revelação ou como uma experiência psicológica com caráter místico e iniciático.

Num tal contexto, para além do tempo e do espaço desempenham papel relevante, como elementos constitutivos, as expressões da intimidade, dos afetos e das paixões. O lirismo atravessa os textos expressando a saudade e o desejo pela terra amada.

A ilha é confidente e amante. Estamos perante uma forma de amor iniciática que exige recato, sofrimento e reclusão. Nela o amor permanece e perde-se no tempo primordial:

A ILHA
(…)
Vejo a ilha…
Mirando-se nas transparências azuis
num prazer mais que físico e sensual,
concha aberta ao sol na orla da praia
dando seus segredos aos olhos do mar…

Vejo a ilha…
Onde ficou para sempre meu primeiro amor
Sozinho e perdido na solidão do tempo
Como a praia deserta depois da chuva…

Fecho os olhos e vejo a ilha
- meu deserto de areias verdes…
Luíza de Mesquita in «Mar Incerto», 1975 (RGC, 266)

O Eu poético, enamorando-se da ilha, enamora-se da sua própria capacidade de amar e descobre assim o valor da sua experiência mística. Fundindo-se com a imanência, descobre novas formas de saber e de se conhecer a si próprio.

O retorno às origens, tal como o exílio, constitui sempre um ritual de purificação. Regressar à ilha ou retirar-se para o centro da ilha pode representar, todavia, a forma mais dramática de distanciamento, uma afirmação mística do ser não sendo, uma castração voluntária, uma morte simbólica, transitória ou real.

ILHAS E EU
Em mim palpitam fogos de vulcão,
Meu peito referve em lava incandescente;
Um géiser é minha inspiração;
Meus versos, caldeiras de lodo fervente.

Medo e horror nas ilhas – em mim,
Nelas e em mim pavor de morrer;
De um dia acabar por dizer sim
E de, com esse gesto, me perder.
Maria Antónia Teodósio de Fraga Esteves, 1972 (RGC, 433-434)

8. A ilha e a sua "áurea mediocritas"

A "áurea mediocritas", que encontrou em Horácio o seu doutrinador, e que se prolongou até ao Romantismo parece querer afirmar-se como a estética natural da intimidade, do misticismo e das declarações de amor à ilha.

SÃO JORGE! SÃO JORGE!
(…)
Terra de caça e mar de pesca
onde não pesco nem caço
contente que estou com fauna
e flora no seu calmo movimento
de tudo acontecer sem acontecer!
Carlos Faria in «S. Jorge – Ciclo da Esmeralda», 1979 (RGC, 291)

ILHA SEM VOZ
Descobre-te, montanha sol!
Temos que fecundar
O ventre da terra
De todas as raízes.
Transformar os homens
Em homens felizes.
(…)
Almeida Firmino in «Tailândia», 1976 (RGC, 310-311)

9. A ilha como espaço da utopia

A ilha assume a forma e todas as conotações do espaço sagrado. A costa abrupta e a imensidão do mar constituem a proteção em relação ao mundo do exterior, preservando-a da degradação e da deterioração que ameaçam com o caos a ordem social e a ordem cósmica. Envolta na neblina do tempo, a ilha está protegida da devassidão, da ignomínia e do sangue, encontra-se a harmonia social, a solidão, a virtude e Deus».

Os poetas da intimidade afirmam de forma implícita a ideologia própria dos espaços de exceção: a utopia com toda a sua polivalência semântica, termo que Thomas More criou para designar um espaço insular fora do espaço e do tempo, afirmando assim, de forma ambígua, a impossibilidade da sua existência. More, contudo, referia-se a um sistema social e político, enquanto os textos visitados apresentam-nos um sistema de valores morais típicos da própria insularidade. Os poetas da intimidade recusam a partida e os retornos,

recusam o sofrimento e a saudade. Resistem aos apelos, estão, ficam e são. São eles que recuperam o mito da Atlântida, da «ilha perdida», são eles que exorcizam as ilhas desafortunadas ou as da má-fortuna, apontando para um futuro que se pode confundir com um regresso ou um retorno às origens e às Ilhas Afortunadas. A ilha, tal como a "ínsula" de More pode corresponde ao conceito de uma micro sociedade, preservada de qualquer corrupção exterior:

POEMETO DA ILHA TERCEIRA
Ilha!
Um perfume de flores. Um cheiro a maresia
E o teu povo, leal que não conhece A hipocrisia.
(…)
Ilha!
Tuas noites... o sonho
Para tudo em redor
A lua deita a rede sobre o mar
E traz Amor.
Ilha!
Tudo -o que é fé e ardor
Tudo o que é puro e bom
Tudo o que tem calor
De sol e simpatia!
Tudo o que em nós trazemos
Todo o amor à vida
E a angústia de viver.
Mistérios e segredos
Num coração gigante
Toda a noite a bater
Contra os rochedos.
Bernardete Falcão in «O mar é que teve a Culpa», 1961 (RGC, 241-242)

10. A ilha entre vivências opostas

Pavão observou que Nemésio e Mesquita denunciam os dois paradigmas e os dois movimentos mais específicos da insularidade, cada um desloca-se em sentido oposto, ilustrando o seu poder de atração e de repulsão: "Num (Mesquita), o tédio, a ânsia de evasão, o drama do encarcerado; no outro, a identificação do homem/natureza, ou seja, aquele que, através de um sentimento telúrico, a entifica em si próprio, operando pelo instrumento da linguagem esse milagre da fusão.

O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico." (Pavão, 1988, 41):

Do livro «Alma»
(…)
É uma mágoa sem fim, uma tristeza doentia,
Uma saudade do quer que é, remoto, ausente…
Uma nostalgia d'au-delà, uma nostalgia
Dum País esfumado ao longe, vagamente…
(…)
AR DE INVERNO
(…)
Alma que vogas a gemer
Na tarde anémica de vento,
Como se infiltra no meu ser
O teu esparso sofrimento!
(…)
Roberto de Mesquita in «Almas Cativas e Poemas Dispersos», 1973 (Silveira, P. , 1977,209 e 211)

Na minha terra
(…)
Na minha terra tão bela
Há amores brancos de arminho
A segredar na janela
Esperanças cor de linho.
(…)
Na minha terra as crianças
Saltam pelos matagais,
A sorrir – puras esperanças,
Sonhos de ouro de seus pais.

E há mais do que estas gemas
Naquele branco paraíso:
(saudade!... Peito não fremas1…)
Há o Amor! Há o Sorriso!
(…)
Vitorino Nemésio in «Canto Matinal», 1916 (Obras Completas, vol. I, 29-30)

Estas duas vivências poéticas e sensoriais opostas podem realmente ser consideradas como paradigmáticas do imaginário ilhéu: a aspiração de interioridade a de exterioridade. É também Pavão que nos recorda que Nemésio considerou, todavia, Mesquita como «*o primeiro poeta que exprime*

alguma coisa de essencial na condição humana, tal como ela se apresenta nas Ilhas dos Açores».

Segundo Nemésio, há em "Almas Cativas" «uma tristeza emotiva, quase climatérica, que aflora numa alma entorpecida pela humidade dos Açores», «uma solidão negra, enfastiada» que me relembra, pessoalmente, a expressão de abandono, de descrença e de falta de esperança denunciada por Almeida Firmino, o "ilhanizado":

ILHA SÓ
Minha ilha só
Enjeitada desde criança,
Nenhum lugar para a esperança.

Povo que não crê
Abala.
Muda de Terra
E fala
Minha ilha só,
Enjeitada desde criança,
Nenhum lugar para a esperança.
(...)
Almeida Firmino in «Não Queremos Bombas na Cidade», 1974 (RGC, 308-309)

A limitação geográfica protege a ilha e o poeta do assalto das ondas, do real e dos desejos, a ilha convida para o silêncio e para a eternidade, todavia a intensidade da força de atração do seu centro, impossibilita uma fixação duradoura, convida à fuga, e dissolve o "eu" no todo.

Qualquer ilha surge sempre como uma miragem, como um sonho impossível no meio mar:

QUARTO / AS ILHAS AFORTUNADAS
(...)
São ilhas afortunadas,
São terras sem ter logar
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos disputando,
Cala a voz e há só mar.
Fernando Pessoa in «Mensagem» (Obra Poética, 1981, 19)

11. Bibliografia

- Al Berto. A Secreta Vida das Imagens. Lisboa, Contexto, 1991.
- Alleau, R. La Science des Symboles. Paris, éd. Payot, 1989.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. Obra Poética III. Caminho, 1991.
- Bachelard, Gaston. La poétique de l'espace. Presses Universitaires de France, 1957.
- Bachelard, Gaston. La Terre et les Rêveries de la volonté. Presses Universitaires de France, 1984.
- Buescu, Maria Leonor. António de Lacerda Bulcão: Trajetória do Açor e do Corvo in: "A simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins. Coordenação de Yvette Kace Centeno e Lima de Freitas. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Barros, João de. Crónicas do Imperador Clarimundo (1520), ed. Marques Braga, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1953.
- Carvalho, Ruy Galvão de. Antologia Poética dos Açores. Vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura, 1979.
- Champeaux et Sterckx, Introduction au Monde des Symboles. France, Ed. Zodiaque, 1981.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain. Dicionário dos Símbolos. Editorial Teorema, 1982.
- La Lusophonie voies/voix Océaniques. Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel, 1998.
- Durand, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- Eliade, Mircea. Aspetos do Mito. Edições 70, 1963.
- Eliade, Mircea. Tratado de História das Religiões, Lisboa, Edições Cosmos, 1977.
- Freitas, Vamberto. O Imaginário dos Escritores Açorianos. Edições Salamandra.
- Genette Gérard. Introduction à l'architexte. Paris, Éditions du Seuil, 1979.
- Genette Gérard. Palimpsestes – La littérature au second degré. Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- Gouveia, M. M. Maia (org.) Vitorino Nemésio - Estudo e Antologia. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- Hamilton, Edith. A Mitologia. 3.ª ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- Jung, Carl G. O Homem e seus Símbolos. Editora Nova Fronteira, 1964.
- Kristeva, Julia. Le texte du roman. Mouton Publishers, Paris. New York, 1979.
- More, Thomas. Utopia. Europa-América 3.ª ed.
- Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais. ed. crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa. Edições Colibri, 1998.
- Nemésio, Vitorino. Obras Completas vol. I – Poesia. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- Pavão, J. Almeida. Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Pessoa, Fernando. Obra Poética - volume único. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilhar, 1981.
- Pimentel, Fernando Vieira. "A ilha e o Mundo" de Pedro da Silveira: Vontade e destino in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
- Platão. Œuvres complètes II – traduction nouvelle et notes par Léon Robin. Éditions Gallimard, 1950.
- Silveira, Pedro da. Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975. Lisboa, Sá da Costa, 1977.

21. M.ª JOSÉ REIS GROSSO UNIVERSIDADE DE LISBOA (FLUL)

UM OLHAR AÇORIANO SOBRE MACAU

Este texto pretende dar a conhecer a escrita de intelectuais açorianos que, passando por Macau ou se estabelecendo naquele exíguo espaço, com caráter permanente ou pontual, fizeram daquele território objeto da sua escrita. A temática referente a Macau tem, ao longo de décadas, evidenciado as várias faces de vivências longínquas, permitindo desta forma um maior conhecimento da sua diversidade social, cultural e linguística.

Entre os muitos açorianos que sobressaem em Macau e que tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território, destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro, pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino/aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia.

Antes de falarmos do tema a abordar neste texto, começaremos por ligar Macau e Açores, apesar de distantes e muito diferentes, numa relação natural evocada por quem conhece ou viveu nos dois lugares, analogia mais sentida do que real, passando pela exiguidade do espaço, pelas curtas distâncias e por experienciar o tempo que se multiplica nas mil coisas que se fazem e por nos trazer à memória a ideia que os espaços pequenos são supostamente intimistas, acolhedores, em que a proximidade física das pessoas dá a ideia de relacionamentos também próximos, embora esta visão já esteja longe do Macau (RAEM) do séc. XXI.

Como refere Lourenço (1981:6), "*as possíveis relações entre os Açores e Macau não se limitam somente aos predicados psicológicos dos respetivos habitantes, vão mais além, porque Macau sem os açorianos que por lá passaram ficaria certamente muito mais pobre em beleza histórica*".

Não a meio do Oceano como os Açores, mas entre o Império do Meio e Portugal, Macau tem ao longo de décadas evidenciado as várias faces migratórias de vivências sociais, culturais e linguísticas em que a Língua Portuguesa, embora de expressão pouco significativa, pelo número reduzido de falantes, era reavivada por aqueles que passavam ou se estabeleciam naquele território, pensando nele como se da sua terra natal se tratasse.

Foram muitos aqueles que por várias razões se deslocaram para Macau, são principalmente de referir pessoas ligadas à atividade religiosa, eclesiásticos, de entre eles vários bispos.

É de salientar os muitos intelectuais, naturais dos Açores, que tiveram uma intervenção significativa não só na divulgação da Língua e da Cultura Portuguesa, mas também os que tentaram uma integração pluralista de diferentes culturas, dando a conhecer o quotidiano de Macau, com a descrição de hábitos, tradições, narração de lendas e de romances, privilegiando a diversidade das línguas e das culturas[147].

O desenvolvimento da educação e das primeiras lições de português em Macau (tal como noutros lugares sob a administração portuguesa) estão ligados à missionação, aos que cumprindo uma missão religiosa se fixaram no território; os seminários continuam durante a primeira metade do século vinte a ter um papel privilegiado na instrução e educação portuguesa; são eles também que providenciam a falta de professores.

Entre os muitos açorianos que sobressaem neste contexto e que, passando por Macau, tiveram um papel relevante na vida social e intelectual do território[148]; destacamos a figura de D. João Paulino de Azevedo e Castro[149], pela sua relação à educação, ao ensino das línguas, e principalmente pela sua ligação indissociável à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa; D. João Paulino, através de uma escrita carregada de sentido, não só interpreta o que vê, mas também intervém de forma significativa, projetando mudanças que se refletirão na transformação do ensino/aprendizagem da língua portuguesa e no próprio planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia.

[147] A este propósito, veja-se, por exemplo, Silveira Machado (1928-2007) de S. Jorge e mais recentemente Rodrigo Leal de Carvalho (1932-) de Praia da Vitória, Ilha Terceira.

[148] Vejam-se, por exemplo, o número de padres e bispos naturais dos Açores, na diocese de Macau em Teixeira (1967).

[149] Natural da vila das Lajes no Pico, nascido em 1852 (4 de fevereiro), formado em Teologia na Universidade de Coimbra, confirmado bispo de Macau por Leão XIII em 9 de junho de 2002, chegou àquele território em 4 de junho de 1903, tendo falecido em Macau em 17 de fevereiro de 1918.

Dentro da política expansionista territorial, a língua portuguesa é representada como um dos princípios basilares de unidade dos indivíduos, sendo o elemento privilegiado e aglutinador de "Deus, Pátria e Família" com que se fomenta e desenvolve *o amor da pátria e se alimentam os vínculos da nacionalidade*. A Igreja é a grande força motriz desses valores e do ensino da língua portuguesa em Macau.

No princípio do século XX, o ensino e divulgação da Língua Portuguesa em Macau move-se numa conjuntura desfavorável, em que faltam os recursos humanos; a propósito da falta de recursos humanos, Serrão (1981:39) refere que

> "*os Seminários foram viveiros de professores mais ou menos laicizados […]; como poderiam ter funcionado os liceus, por exemplo, se uma parte dos seus docentes não fosse ou padres ou indivíduos que, por razões várias, hajam interrompido os estudos eclesiásticos*?". Além disso, também escasseiam os meios financeiros que também contribuem para o insucesso significativo e desmotivador; como exemplo, nas poucas escolas onde se ensina *português para chineses (Escola Municipal para Chinas),* só entre 10% a 12% dos alunos (de 1905 a 1909) completam a instrução.

Não são apenas os chineses que não sabem ou não têm motivação para estudar a Língua Portuguesa, há também um decréscimo do interesse pela Língua nos oriundos de famílias portuguesas, tradicionalmente bilingues, os *macaenses ou portugueses de Macau* que ganham um interesse privilegiado pela língua inglesa, língua de negócios e de oportunidades entre os países do sudeste asiático, sendo secundarizada, em alguns casos e em algumas famílias, a língua portuguesa.

É com base na sua permanência em Macau e no conhecimento da realidade que D. João Paulino afirma:

> *"Havendo nós conhecido por experiência, durante três anos de nossa permanência em Macau, que nos filhos desta gloriosa terra oriundos de famílias portuguesas se vai manifestando pronunciada tendência para não se instruírem no conhecimento da língua de seus pais, a pretexto de que têm necessidade de estudar outras que mais probabilidades oferecem de lhes granjearem uma posição social vantajosa, um meio definido e rendoso", Castro (1996:35).*

A situação do Ensino da Língua Portuguesa em Macau não pode ser separada da que se vive em Portugal; esta última tem uma influência condicionadora, pois além do pensamento pedagógico inerente a cada época, há também uma forte percentagem de analfabetismo da população portuguesa que em 1950 ainda era superior a 40%.

No princípio de século há desconhecimento e também abandono por parte de Portugal em relação ao território; é inserido neste contexto que D. João Paulino, na *Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional,* faz, seguindo o pensamento da época, o panegírico da pátria e da Língua Portuguesa que "*é exaltada como uma das línguas mais belas, mais suaves, mais ricas e perfeitas";* exorta também aos valores religiosos, tradicionais e patrióticos, argumentos incitadores à aprendizagem da língua portuguesa:

> *"Os portugueses do extremo Oriente têm motivos de sobra para se interessarem pelo estudo da língua nacional " (Castro 1996:42).*

Esta pastoral que será publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico* de *Macau,* devendo ser extraída uma grande cópia de exemplares para serem distribuídos por colégios e escolas de Macau (da diocese) para que possa chegar a todos, principalmente a alunos; reveste-se de particular importância, certamente pela suas caraterísticas literárias, que não nos compete tratar neste momento, mas principalmente por tudo o que se refere ao valor da língua, numa perspetiva holística como elemento integrante do cidadão e que o aproxima da visão do papel das línguas nos dias de hoje:

> *"Todo o homem é por natureza obrigado a promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu ser mediante o exercício normal e o aperfeiçoamento harmónico e integral da faculdade de que Deus o dotou." (o dom da linguagem) (Castro 1996:39).*

É também de acentuar a representação dos conceitos que descreve em função da exortação e das recomendações que vai fazendo. Um deles é o de *Língua Materna* que a define, de forma clara, como "*aquela que nos acostumamos desde a infância a pronunciar, e a que desde tenra idade se*

habituaram nossos órgãos" e que melhor "se adaptará às exigências do nosso espírito e mais facilmente contribuirá para o nosso aperfeiçoamento intelectual e moral" (Castro 1996: 40), língua que liga à educação recebida na infância e cuja influência se fará sentir ao longo da vida. O papel da língua como símbolo de poder é referido quando menciona a tática de alguns povos vencedores "*que para mais fácil e completamente submeterem e assimilarem os vencidos, lhes proíbem o uso da língua pátria e os obrigam a aceitar o ensino duma língua nova*" (Castro 1996:43).

No texto, a ideia da língua de passado glorioso convive com a representação da ideia do Português como língua internacional, falada e distribuída geograficamente por vários lugares; língua que na aceção atual poderia também ser tomada por todos como *língua adotiva.* Assim, para D. João Paulino encontram-se vestígios da Língua Portuguesa em todo o Extremo Oriente, mesmo fora de Macau, e é "*uma das línguas mais universalmente faladas" como língua dum grande povo "cuja amizade ainda hoje é apetecida e disputada pelas mais poderosas nações da terra*" (Castro 1996: 42).

A divulgação da *Carta Pastoral* referida tem, na época, particular importância porque ela divulga os prémios para os alunos chineses que estudam português e frequentam as escolas da diocese, como "*incentivo que estimule os jovens alunos e alunas dos colégios de Macau*"; aliás, nos seus escritos sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa e de outras línguas, há a preocupação com a instrução e educação dos chineses que são a população maioritária de Macau.

Estes primeiros prémios instituídos por D. João Paulino só poderão ser dados "*a alunos não europeus pois que aos alunos europeus não faltam estímulos para se instruírem na língua da mãe pátria*" (Castro, 1996:47). A propósito do estímulo através de prémios aos alunos que se distinguiam com sucesso nas atividades escolares, prática conhecida e bem aceite nas escolas da Companhia de Jesus, Carvalho (1996:355) menciona que "*além dos prémios entregues no fim do ano escolar com propositado aparato, havia os que se iam atribuindo, ao longo do ano, na própria aula quando nela o estudante se distinguia*".

A referência aos prémios e ao ensino da Língua Portuguesa à comunidade chinesa, embora possa ter leituras díspares, reveste-se de particular interesse dado que a instrução da comunidade chinesa não era subsidiada pela Administração Portuguesa (à exceção de algumas escolas que ensinavam português às crianças chinesas), era geralmente apoiada pela Igreja (por alguma ordem religiosa) ou estava entregue a si própria.

De acordo com Castro (1997:94), a comunidade de Macau não tem por parte do governo português a proteção e o patrocínio que tinham outras colónias vizinhas. Com fracos recursos, o governo de Macau preocupa-se fundamentalmente com a instrução e a educação da comunidade portuguesa.

É neste âmbito que surgem os prémios, em valor pecuniário, para a língua portuguesa (*para não europeus*), criados por D. João Paulino; são designados por Prémio Rei de Portugal e Prémio Rainha de Portugal[150].

Do Prémio Rei de Portugal $140.00 será distribuído pelos seguintes alunos:

> *Aluno do Seminário diocesano que mais se distinguir no exame final do Curso de português ($40.00).*
> *Aluno do mesmo estabelecimento mais distinto no exame final de instrução primária ($30.00)*
> *Três alunos chinas do Orfanato da Imaculada Conceição, da escola S. Francisco Xavier e da casa de Beneficência que mais se distinguirem no exame de português final ($70.00 dividido em partes iguais).*

O Prémio Rainha de Portugal contemplará as alunas (chinesas) de português

> *Duas alunas do Colégio de Santa Rosa de Lima e da Casa de Beneficência, que mais se distinguirem no exame final do curso de português (Dois prémios de $40.00 cada um)*
> *Duas alunas dos mesmos estabelecimentos que mais se distinguirem no exame final de instrução primária (2º grau). (dois prémios de $30.00 cada um).*

Quanto à população de Macau, população que vive justaposta num espaço multilingue, a falta de comunicação é essencialmente devida ao desconhecimento da língua e da cultura; o silêncio e a paz serão também uma

[150] Cf. Castro (1996:46 e 47).

forma de diálogo. D. João Paulino em 1904 descreve a população de Macau do seguinte modo:

> **"***A sua população é mais uma mistura do que uma combinação de elementos que se ligam uns aos outros; antes vivem mais ou menos divididos pela diversidade da língua, da religião, dos interesses, dos hábitos, dos costumes, da educação, das tendências e das aspirações! [...] reina contudo entre eles a paz inalterável".* (Castro, 1997:94).

Como tem sido repetido, a Igreja tem, na época, uma função de relevo na educação em Macau; é de distinguir o papel do Seminário de S. José, salientado por D. João Paulino, não só na instrução e educação de portugueses, mas também de chineses, de naturais de Timor e de outras partes do mundo, "*gente que se destina à vida eclesiástica, às missões, ao comércio, ou à burocracia"* (Castro, 1996:198).

A aprendizagem do português por chineses neste seminário obedece aos procedimentos atuais para uma aprendizagem com sucesso, designadamente o conhecimento do funcionamento da língua, o seu uso em contextos significativos e a imersão linguística; veja-se, nesta sequência, o que é referido neste texto por D. João Paulino:

> *" A língua portuguesa, especialmente, é esmeradamente cultivada tanto pelos professores, entre os quais tem havido literatos distintos, como pelos alunos, chegando mesmo os chinas a falar e escrever com maior correção e até com elegância a língua de Camões; para o que muito contribui o internato, graças à permanente convivência dos alunos com os professores e colegas europeus", (Castro, 1996:198).*

Língua que, seguindo o pensamento da época, deve ser pura, "*preservada das imperfeições do dialeto local*" (Castro, 1996:199).

Evangelizar, comunicar exige saber, falar, escrever línguas e contactar com costumes e línguas diferentes, para missionar torna-se indispensável saber a língua do Outro: esta é uma temática nos escritos de D. João Paulino.

Para a criação duma Missão em Coloane é condição que o sacerdote missionário seja conhecedor da língua chinesa, sugerindo também que missionário e religiosas auxiliares da missão *"acostumem meninos e meninas ao uso da língua portuguesa*", não só como forma de facilitar as relações com os portugueses, mas também com outros europeus (Castro, 1997:40-41).

A necessidade da aprendizagem das línguas nativas para a catequização leva a que D. João Paulino determine que se ensine no Seminário, onde se preparam missionários para os diversos pontos da diocese, o seguinte:

> *"Art. 1°- São criadas duas aulas para o ensino das duas principais línguas faladas na ilha de Timor na parte sujeita à nossa jurisdição, a saber o Tétum e o Galóli.*
>
> *Art. 2°- O ensino destas duas línguas bem como o do inglês e do chinês cantonense já professado no seminário, será obrigatório para os alunos que se dedicam ao estudo sacerdotal, conforme o país de missão para que forem destinados" (Castro, 1997: 37).*

É dentro desta lógica que incentiva o ensino das línguas, no Seminário, designadamente o ensino da Língua Inglesa (podendo "*ser admitidos como alunos indivíduos que não professem a Religião Católica Apostólica Romana...*"): "*será de grande utilidade e proveito para os jovens chineses habitantes da cidade de Macau o ensino da língua inglesa ministrado por pessoa que saiba a língua chinesa*" (Castro, 1997:35).

Fazendo parte da missionação, o ensino e a aprendizagem das línguas, o olhar e interesse pelas línguas, pela cultura do outro, seria, na perspetiva chinesa, a ideia de abertura e de movimento, sugeridos pela água do mar que se contrapõe à firmeza e ao isolamento dados pela imobilidade da terra, da montanha (Grosso, 2007-77).

Também a educação e a instrução de meninas pensionistas não é esquecida; é dado o exemplo do Curso de Instrução Primária do Colégio da Santa Rosa de Lima.

A propósito da boa proficiência em línguas, emerge a importância de as professoras serem falantes nativas:

"As que ensinavam línguas - o português, o inglês, o francês, o alemão eram das respetivas nacionalidades, vantagem que nem todos os colégios do Extremo Oriente gozam, apesar de ser de capital importância. Cada uma falava na sua própria língua às meninas, e daqui resultava que, mesmo sem frequentarem as aulas, estas conseguiam entender o que se lhes dizia em línguas estrangeiras e nelas fazer-se entendidas!" Castro (1996:204).

O olhar de D. João Paulino incide nas boas práticas, inter-relacionando uma série de ações pedagógicas que se influenciam mutuamente e constituindo a representação de um modelo a seguir, avaliado pelos seus excelentes resultados. O colégio referido era frequentado por jovens de diferentes línguas e nacionalidades, portuguesas, inglesas, francesas, alemãs, chinesas, de Macau e de muitas cidades do Extremo Oriente.

Na sequência desta perspetiva pedagógica e didática, assume destacada relevância a descrição dos procedimentos que facilitam o sucesso de ensino/aprendizagem, na sua globalidade e que passamos a sintetizar:

Da parte dos professores:

- **Competência e bons métodos das professoras**
- **Criar estímulos para a aprendizagem**
- **Rigor**
- **Disciplina escolar**
- **Carinho**

Organização:

- **As notas de comportamento e aproveitamento periodicamente enviadas às famílias**
- **Exames trimestrais e finais (presididos por pessoal estranho ao colégio)**
- **O quadro de honra**
- **Prémios**
- **Os grupos fotográficos das alunas**
- **Os mapas estatísticos com os nomes e aproveitamento delas**
- **Distribuição de prémios**
- **Concursos**
- **Festas escolares (dramatizações)**
- **Diversões: excursões ao campo, passeios semanais, exercícios drill, os jogos, os baloiços**
- **Aspetos logísticos: aulas amplas, bem arejadas, corredores espaçosos, pátios de recreio larguíssimos, baloiços, jogos, exercícios drill**
- **Asseio e conforto**

(Castro, 1996:204, 205, 280)

Seguindo o que foi dito no início e citando Lourenço (1981), *"Macau sem os açorianos ficaria mais pobre em beleza histórica*"; a educação, a instrução, a aprendizagem das línguas, designadamente a Língua Portuguesa não teriam tido o consequente desenvolvimento sem a ação do açoriano D. João Paulino de Azevedo e Castro em Macau num período em que lutou com falta de recursos humanos, uma vez que os Jesuítas e outras ordens religiosas foram expulsos do território durante o período em que exerceu o cargo episcopal na diocese de Macau.

Referências Bibliográficas

Carvalho, Rómulo de (1996) *História do Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, D. João Paulino d'Azevedo (1904/1997) "Vitalidade e expansibilidade religiosa de Macau sob o poderoso influxo de Maria Imaculada". In Pe. Tomás Cardoso (coord.) (1997) *Textos de D. João Paulino*, Provisões e outros escritos, vol I., pp. 93-96, Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino d'Azevedo e (1996), "O Padroado Português no Extremo Oriente e a lei de separação do Estado das Igrejas". In Pe. Tomás Cardoso (coord.) *Textos de D. João Paulino – pastorais*, 1911,1912, pp. 165 – 237 Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino d'Azevedo (1996) "Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional". In Albina Silva et al. (org.) Documentos *para a História da Educação em Macau,* vol. 1, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.

Castro, D. João Paulino d'Azevedo e (1995) *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, Edição fac-similada, Macau: Fundação Macau, 1917.

Grosso, Maria José (2007) O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa, Macau: ed. Universidade de Macau,

Lourenço, Monsenhor J. M. (1981) *Açorianos em Macau*, Angra do Heroísmo: Edição do Pe. José Barcelo Mendes.

Serrão, Joel (1981) "Estrutura social, ideologias e sistema de ensino". In *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Teixeira, Pe Manuel (1967) *Macau e a sua Diocese VII – Padres da Diocese de Macau*, Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

22. ***JOÃO MALACA CASTELEIRO (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA***
23. ***Mª FRANCISCA XAVIER CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA***
24. ***Mª DE LOURDES CRISPIM CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA***

UM DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA MEDIEVAL,

1. Introdução

Nesta comunicação pretendemos apresentar o projeto em curso, relativo à elaboração de um dicionário do léxico registado nos textos literários e não literários mais antigos, escritos em galego-português, e em textos portugueses dos séculos XIII a XV selecionados pelo seu interesse temático. Os textos literários, históricos, forenses e outros constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só na Universidade Nova, como na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Universidade de Santiago de Compostela.

O projeto de construção de um *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval* (DLPM) teve início há já alguns anos. A preparação para o seu desenvolvimento implicou, em primeira instância, a seleção e informatização de textos antigos representativos do Português dos séculos XII a XV que constituem o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM). O DLPM está a ser *elaborado* a partir deste *corpus* de textos galegos e portugueses de diferentes géneros e comportará todos os vocábulos que neles ocorrem. Nesta perspetiva, trata-se de um dicionário exaustivo, não da língua portuguesa medieval, mas da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas.

É evidente que quaisquer alargamentos posteriores do *corpus* textual implicarão necessariamente alterações/atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico. No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, aceções, locuções e variantes não atestados noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas. Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa, mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais. A conceção, planificação e início deste projeto de construção de um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM) datam de 2004, como resultado da colaboração entre os três autores[151] que, desde então, coordenam a equipa constituída para estudar o léxico medieval português e descrevê-lo em fichas lexicográficas[152]. No entanto, a preparação para o desenvolvimento deste projeto começou verdadeiramente nos anos noventa do século passado, quando um grupo de linguistas da UNL, interessado em estudar aspetos da gramática e do léxico do Português Medieval, decidiu avançar com a constituição do Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)[153].

Uma vez informatizado o primeiro conjunto de textos do século XIII do CIPM[154], iniciou-se a elaboração do Dicionário de Verbos do Português Medieval (DVPM), em que têm colaborado vários colegas e estudantes dos três graus de ensino superior e do qual foram já publicados dois volumes, organizados por Xavier, Vicente e Crispim (1999) e (2002)[155]. O conhecimento adquirido nestes trabalhos e a metodologia testada na preparação do DVPM motivaram a decisão de construir um Dicionário da Língua Portuguesa Medieval. Para a constituição do CIPM fez-se um levantamento de fontes primárias editadas tendo sido consultados estudiosos do período medieval português, nomeadamente de linguística, literatura, cultura e história, que contribuíram para a tomada de decisões de seleção de textos que cobrissem um número de temas diferenciados.

Assim, integraram o CIPM textos literários, históricos, forenses e outros que constituem um extraordinário património linguístico e cultural que a lexicografia do português não tem explorado com a profundidade desejável. Estes textos têm sido recentemente objeto de codificação informática, constituindo assim riquíssimos corpora textuais disponibilizados por diversos investigadores, não só da Universidade Nova, como da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade de Santiago de Compostela e mais recentemente da Brigham Young University e da Georgetown University. O CIPM contém, para além de edições publicadas, também edições inéditas,

[151] O primeiro autor é, como se sabe, o responsável pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da ACL, e as duas autoras são docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, colaborando em projetos sobre o Português Medieval desde 1992.

[152] O projeto tem sido desenvolvido por uma equipa constituída por seis bolseiros e alguns tarefeiros. Quatro bolseiros são financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – MCTES e dois pelo Centro de Linguística da UNL. Embora tenha havido algumas substituições de bolseiros e de tarefeiros ao longo dos quatro anos do projeto, alguns integraram a equipa do Português Medieval em projetos anteriores a este, tendo simultaneamente vindo a obter graus académicos pós-graduados, nomeadamente a Doutora e Mestre em Linguística Maria Alexandra Fiéis, os Mestres em Linguística e Ciências da Linguagem Maria de Fátima Martins, João Loureiro e Raquel Oliveira e em vias de conclusão o mestrando Sandro Dias. Mais recentes na equipa são o Mestre em Literatura Portuguesa Miguel Gonçalves e o Mestre em Estudos Clássicos Ricardo Magalhães.

[153] Cf. Xavier, M.F.; M.T. Brocardo; M.G. Vicente (1994).

[154] Parcialmente disponível na *Internet*, em http://cipm.fcsh.unl.pt/, desde 2001.

[155] Acessíveis em http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=20/

várias realizadas no âmbito de dissertações, tendo algumas sido oferecidas pelos editores, já em formato digital, para integrarem este corpus textual.[156] Para servir de fonte ao Dicionário, o CIPM integra textos de diferentes tipos, datados do século XII ao século XVI - documentos particulares, notariais, régios, administrativos, textos didático-moralísticos, narrativos e poéticos. A diversidade tipológica dos textos selecionados permite estudar e descrever uma quantidade significativa de vocabulário com vista à elaboração do Dicionário.

Construído a partir de textos já editados, o corpus respeita os critérios de cada editor, embora, desde o início, tenha sido necessária uma adaptação das soluções gráficas das intervenções editoriais (itálicos, sublinhados, uso de parênteses ou barras) em função da necessidade de uniformização exigida pela utilização de diferentes suportes lógicos (Xavier; Crispim, 1999) e de coerência de notação interna do corpus[157]. A elaboração do DLPM pretende criar um produto lexicográfico que dê a conhecer exaustivamente os vocábulos presentes nos textos de diferentes géneros e pertencentes ao período mais antigo da língua, extraídos dos corpora galegos e portugueses.

É óbvio que os dicionários e glossários já existentes são regularmente consultados, mas não são inseridos no DLPM quaisquer vocábulos que não ocorram nos textos do CIPM. Nestes termos, o projeto visa a constituição de um dicionário exaustivo da língua que está documentada nas fontes textuais utilizadas. É, pois, evidente que qualquer alargamento posterior do corpus textual implicará necessariamente alterações / atualizações deste primeiro trabalho lexicográfico. No decurso do trabalho já realizado, foram encontrados vocábulos, variantes gráficas, aceções e locuções não atestadas noutros dicionários assim como ocorrências de datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas (cf. Dicionários - Academia de Ciências de Lisboa, Houaiss, Morais, J. P. Machado, Viterbo). Ilustram-se os seguintes casos:

2. vocábulos não dicionarizados

cabeçalaria [1290 HGP058] *mãdo que Johã Gamma nõ seya enplaçado nẽ ajuizado por ma* ***cabeçalaria****, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder*

2.1. locuções, umas hoje completamente desusadas, outras com sentido diferente

Fazer água = meter água: [séc. 15 ZPM] *E as fustas ambas dos cristãos nõ quiserom leyxar a barca, porque fazia tamta agua que se temerõ de se alagar, & hiam assy em esperamça de rrecolher a gemte se caso fosse que se viesse de todo perder, & assy mesmo aver a mercadoria*.

Fazer aguisado = proceder bem: [séc. 14 LHB] *mais que ele faria aguisado de lhe mamdar homeẽs que o ajudasem*

Fazer amor = demonstrar amor: [1278 CA31 PEs] *E por este amor que a mj~ a Ordim d'avis faz. prometo á ámala. e a querer ssa prol.*

Fazer verdade = fazer prova: [1269 CA08 PBL] *Item louuamos e outorgamos que pola sééda da pááteyra por todó ó dia de j dineyro. e faça uerdade que non uende outro pã se nõ o seu*.

2.2. aceções caídas em desuso

alançar v. Apresentar <alguém alança alguém> [1331-1347 CS3] Dos que **alançã** Juízes aluydros. Custume he que se algũus homẽs se demãdã algũa coussa no Conçelho e hũa das partes díz ca tẽé Juízes aruydros a seu prazer e ao seu per pẽa. & per fíadoría e a outra parte o nega. A Justíça deue mandar hũu porteyro saber daqueles Juízes se rreçeberõ o feyto.

O verbo "alançar" não se encontra descrito nos dicionários consultados, sendo apenas mencionado por J. P. Machado, que o remete para "lançar", mas este verbo não tem o sentido que encontramos para "alançar".

Também os vocábulos "alvidos" e "albitros" têm o sentido de juiz que não se encontra para as atuais variantes "alvedrio", "alvidrio": [1329 DN088] *Eu ffrancisco giraldez publico tabeliõ de Guimarães que A rogo e demãdado das ditas partes in sentença dos ditos* ***Aluidos*** *esto todo screuj e meu sinal hj pugí ẽ testemõiho de uerdade que tal he* [séc. 15 CDJI2] *e que nã apelase nem agravase de quoamto elles em hũa comcordia mamdasem, sem mais recramaçaom que sobre ello fazer podese, nẽ por rezam da cisma, nẽ de sospeiçaom, nem doutro quall quer remedio que lhe em direito asy canoniquo como civel fose dado, sob pena de paguar cem mill marquos douro, quoamtas*

[156] As referências das fontes do CIPM encontram-se no final deste texto.

[157] A dimensão do CIPM em número de palavras é a seguinte:

Nº. de palavras	
(i) Corpus textual dos sécs. 12, 13 e 13/14	612.613
(ii) Corpus Textual dos sécs. 14 e 15	2.735.303
Total	3.347.916

vezes for comtra os que os ditos ***albidros*** *mamdasem, e que elles a pudesem executar*.

2.3. ocorrências com datas anteriores às que já se encontravam dicionarizadas

ajuizado, no Dicionário Houaiss, está datado de 1647, mas esta mesma forma ocorre no século XIII: [1290 HGP058] mãdo que Johã Gamma nõ seya enplaçado nẽ **ajuizado** por ma cabeçalaria, mays que ayude Oraca Paez & seus ffillos & meus en quanto poder

Este trabalho lexicográfico pretende não só preencher uma lacuna no conhecimento da língua portuguesa, mas também constituir um modelo de dicionário construído a partir de corpora textuais. Este modelo de Dicionário implica necessariamente uma boa compreensão da linguagem e da escrita dos textos medievais galegos e portugueses, a par do conhecimento do contexto histórico-sócio-cultural em que foram produzidos e a que se reportam. Tratando-se de um projeto de Dicionário exaustivo e sistemático, a metodologia delineada implica os passos sequenciais que se seguem:

A –
- *preparação dos dados*
- *extração da listagem automática das palavras do corpus*
- *lematização*
- *agrupamento das variantes gráficas*
- *extração de concordâncias das formas gráficas atestadas no corpus*

B –
- identificação das unidades lexicais
- seleção das vedetas dos artigos
- agrupamento das variantes gráficas e remissão para o artigo da cabeça
- inclusão da etimologia, origem próxima das palavras e/ou sua formação

C –
- análise linguística das unidades lexicais
- classificação gramatical
- determinação e definição dos significados
- seleção das abonações

No DLPM, as fichas lexicográficas vão sendo redigidas de acordo com a estrutura seguinte:

(i) A vedeta, ou cabeça do artigo, entendida como uma representação abstrata, corresponde a uma forma gráfica que obedece a critérios linguísticos e de funcionalidade tal como tem sido prática na elaboração dos artigos do DVPM. Assim, a vedeta deverá ter a forma gráfica mais próxima da forma ortográfica atual, quando esta exista, o que leva a aplicar, com frequência, as seguintes regras de supressão e de substituição de grafemas:

<ç> antes de <e> ou <i> → <c>

<s> intervocálico com valor de surda → <ss>

<ss> duplo em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uerssa → uersa).

<ll> ou <l> com valor de líquida palatal → <lh>

<n>, <nn> ou <gn> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)

<r> intervocálico com valor de múltipla → <rr>

<r> intervocálico com valor de múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r>, de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)

<h> com função de marcação de hiato é eliminado;

grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples (Nota**:** mantêm-se as vogais duplas, iniciais ou internas, quando etimológicas)

<j> ou <y> com valor de vogal ou semivogal → <i>

<i>, <gi> ou <y> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>

<u> com valor consonântico → <v> ou <b>, quando o étimo e a forma moderna tiverem b

<v> com valor vocálico passa a <u>;

<n> ou <~> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial → <m>

<~> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>

A aplicação destas regras e a decisão sobre qual deve ser a forma gráfica das cabeças dos artigos está dependente da existência de variantes gráficas e da informação sobre as etimologias que vai sendo validada, pelo que a decisão final sobre a forma gráfica das cabeças pertencerá à última fase das revisões.

(ii) A classificação gramatical – os verbos são apresentados como habitualmente na forma de infinitivo e é descrita a proposição correspondente à subclasse a que pertencem. Os paradigmas flexionais verbais constarão de um anexo. Os nomes e os adjetivos são registados na forma masculina, seguida da flexão feminina. No plural são registadas unicamente as palavras que são sempre plurais. Todas as palavras de todas as

classes deverão ser classificadas de acordo com a terminologia corrente, as variáveis: verbos, nomes, adjetivos e pronomes, e as invariáveis: advérbios, conjunções e preposições.

(iii) A etimologia deverá indicar a origem próxima das palavras ou, alternativamente, os elementos da sua formação quando esta se verificou já no Português.

(iv) As aceções que pode ter a entrada do Dicionário. Estas poderão ser dadas por um equivalente atual, quando este exista, ou por breves descrições dos significados da vedeta. As expressões multipalavra ou lexias complexas são incluídas nas entradas lexicais, seguidas do seu significado.

(v) As abonações são excertos extraídos das concordâncias, que ilustram as aceções das entradas lexicais, sendo sempre escolhida a abonação mais antiga e a última que se encontra atestada no corpus. Sempre que as abonações cronologicamente relevantes não são muito claras, acrescenta-se outra que possa contribuir para ilustrar a aceção. Estas estão identificadas com a data ou o século, quando a data é desconhecida, e com a sigla do texto de onde foram extraídas.

(vi) As remissões entre vedetas correspondem a duas situações: - as cabeças morfológica e funcionalmente equivalentes correspondem a variantes gráficas que remetem para a cabeça da variante idêntica ou mais próxima da forma atual, sendo esta que contém a descrição das aceções e as abonações respetivas; - as cabeças morfológica e semanticamente semelhantes, cujas entradas lexicais apresentam aceções e descrições diferentes remetem umas para as outras, mas todas incluem a sua própria informação e as respetivas abonações.

Os artigos do Dicionário têm vindo a ser redigidos pelos membros da equipa desde 2005, tendo, então, sido distribuídos por letras os vocábulos dos textos mais antigos (séculos XII, XIII e XIII/XIV). Em janeiro de 2007, iniciou-se o estudo do léxico do corpus constituído por textos dos séculos XIV a XVI e todas as tarefas se desenvolveram pela mesma ordem. Foram redigidos mais verbetes e, também, revista e complementada a informação daqueles que haviam sido criados anteriormente. Seguem-se alguns exemplos de artigos do DLPM:

abadia s. *f. (Do lat. tard. abbatia).* ***1.*** *Abadia, local em que vive uma comunidade de monges ou monjas [1264-1284 CSM009] Diss' el: "Ben mercamos; / e quen poderia / a esta osmança / põer? E vaamos / a noss'* ***abadia*** */ con esta gaança." [séc. 15 CDF] e viverom na* ***Abadia*** *Velha e em Ventosello e em todallas aldeas dos montes altos; e todollos monges e abades dos moesteiros daquella comarca todos fugirom, e foi esto do mes dagosto ataa Santa Maria de setembro.* ***2.*** *Cargo ou dignidade do abade [1489 TC] e principes da terra porque aqueles que os seruẽ pagãnos coas eigreias e a huũs dã bispados e a outros* ***abadias*** *e a outros conisias e asy ao tempo dagora quẽ quiser auer beneficio na eygreia de Deus sirua aos senhores tẽporaes ca doutra guisa nõ no pode auer. (Var. abadia, abadyas, abbadia).*

abarregado *adj. (Do part. pas. de abarregar). Abarregado, que se amancebou [1489 TC] Item saiba da pessoa de que estado he se he casada se solteira se* ***abarregada*** *e eso mesmo per que mester uiue.*

homezio s. *m. (Do lat. homicidiu-). Homicídio, morte de um ser humano por ação de outrem; assassinato [1214 NT] E super sa aiuda oue testifigo cũ Petro Gomez, omezio qveli custou maes ka C morabitinos. (Var. homezio, omezio, umezio, omezyo, omizio, omizyo, oomezio, oomezyo).*

tafularia *s. f. (De taful + -aria). 1. Vício ou prática do jogo [1264-1284 CSM214] Ca se Deus deu aas gentes jogos pera alegria / averen, todo o tornan elas en* ***tafuraria****, / e daquesta guisa queren gãar 2. Casa de jogo [1264-1284 CSM174] E pois l' ouve dito, logo sayu da* ***tafuraria*** */ e fillouss' a chorar muito, [séc. 13 CEM251] Ainda eu outras manhas havia, / per que eu nom posso já muito valer: / nunca vos entro na tafularia / que lhi nom haja algum preit'a volver. / Porque hei eu pois em gram coita seer? / É fugir e guarir na putaria. (Var. tafularia, tafuraria).*

Ao longo de 2009, deverá terminar a revisão final dos verbetes e das remissões internas ao Dicionário, será preparado o anexo de morfologia verbal e redigida a introdução. Em finais de 2009 deverá estar pronto para publicação este Dicionário da Língua Portuguesa Medieval, procurando dar cumprimento aos objetivos formulados inicialmente.

No espírito deste Encontro que pretende tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana procurámos investigar se alguns vocábulos que Saramago e Gonçalves (2006) classificam como açorianismos, ocorriam com o mesmo significado em textos do CIPM, tendo encontrado coincidência nos seguintes casos:

Açores - **achada**, s. extensão de terreno plano. Português Medieval - **achaada**, *s. [séc. 15 ZPM] Ouve o comde novas como aallem daquella gramde serra que se chama da Ximeira, a qual estaa açerca daquella çidade, avia hũas alldeas em que poderiam morar ate çem pessoas, em tres povorações, as quaes heram n'***achaada** *da serra.*

Açores – bradar, v. chamar por alguém em voz alta. Português Medieval - **braadar**, *v. [séc. 13 CSM058] Esto dit'un diaboo a puxou dentro no poç'; e ela* ***braadou*** *por Santa Maria, que a sacou*

Açores – **pelejar**, v. o mesmo que brigar. Português Medieval - **pelejar**, *v. [1267 FG2 PAo] Peleía q(ue) pelegẽ. vezĩos na Villa ou fora da uila se foren y os Juyzes ẽfij~nos p(er)a dereyto q(ue) façã d(e)reyto p(er)ant'elles. [1280? FR PBA] Qvando* II homees pelegiarẽ e huu quiser ferir o outro e p(er) caiõ matarẽ outro omẽ, o alcayde deue sab(er) qual delhes uulueo a peleya

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Saramago, João; José B. Gonçalves (no prelo) "Açorianismos" In Aparecida N. Isquerdo *(ed.) Estudos dialetológicos e geolinguísticos sobre o português*, ed. by. Campo Grande: Editora da UFMS. 195. (http://www.clul.ul.pt/equipa/jsaramago/2006_22.pdf)

Xavier, M. Francisca; M. Teresa Brocardo; M. Graça Vicente (1994) "CIPM - Um Corpus Informatizado do Português Medieval" in Atas do 10º. Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL, pp. 599-612.

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (1999) Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

Xavier, M. Francisca; M. Lourdes Crispim (2001) "Das Edições Impressas às Versões Digitalizadas de Textos Medievais. O Caso do *CIPM*" In I. Duarte & I. Castro (eds) Razão *e Emoção. Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mateus pela sua Jubilação*. Vol II, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 437-452. (http://www.fl.ul.pt/dlgr/mateus)

Xavier, M. Francisca; M. Graça Vicente; M. Lourdes Crispim, (eds) (2002) Dicionário de Verbos Portugueses dos Séculos 12 e 13, Lisboa: Centro de Linguística da UNL.

3.1. REFERÊNCIAS DAS FONTES DO DLPM

3.1.1. Século XII

DN - 2 Textos Notariais (2ª. metade do século XII)

in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI.* Edição digitalizada, cedida pela editora.

- "Finto" dos casais de Eligoo
- "Notícia de haver"

DP - 4 Documentos Privados (2ª. metade do século XII)

in Souto Cabo, José António (ed.) (2003), *Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século XII*, Braga, Universidade do Minho. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

- Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (ca. 1173)
- Carta de foro da Benfeita
- *Nomina* de Pedro Viegas (1184)
- Escrito de Paio Soares

3.1.2. Século XIII

NT - Notícia de Torto (ca. 1214)

in Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), "Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redação e comentário linguístico)", *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM.

TL e TT - Testamento de D. Afonso II (1214)

in Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), "Os mais Antigos Documentos Escritos em Português", *Revista Portuguesa de História,* 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo). Edição digitalizada para o CIPM.

CA - 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279)

in Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.

DN - 73 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1214 e 1300) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI.* Edição digitalizada, cedida pela editora.

CHP - 2 Textos Notariais (1275; 1278)

in Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa. Edição digitalizada, cedida pela editora.

HGP - 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300)

in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

FG - 6 Foros de Garvão (1267-1280)

in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.

TOX - 21 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1269 e 1300)

in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

FR - Foro Real (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.

TP - Tempos dos Preitos (1280?)

in Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.

CS - 1 Dos Costumes de Santarém (1294) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*,

Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CAmi - 513 Cantigas de Amigo (sem data ou datados entre 1220-1300)

in Cohen, Rip (ed.) (2003) *500 Cantigas de Amigo,* Porto, Campo das Letras. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

Camo - 517 Cantigas de Amor (sem data)

in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa,* Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

CSM - 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282)

in Mettman, Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria,* Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega.

CEM - 403 Cantigas de Escárnio e Maldizer (sem data)

in Lopes, Graça Videira (2002) Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses. Edição digitalizada, cedida pela editora.

3.1.3. Séculos XIII/XIV

Camo - 159 Cantigas de Amor (sem data)
in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa,* Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.
CEM - 69 Cantigas de Escárnio e Maldizer
in Lopes, Graça Videira (2002) Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses. Edição digitalizada, cedida pela editora.
VS - 7 Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense (sem data; cópias do século XV)
in Castro, Ivo *et alii* (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa, INIC, pp. 16-52; 59-83. Edição digitalizada para o CIPM.

3.1.4. Século XIV

Camo - 20 Cantigas de Amor (sem data)
in Brea, Mercedes (coord.) (1996) *Lírica Profana Galego-Portuguesa,* Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.
CEM - 2 Cantigas de Escárnio e Maldizer
in Lopes, Graça Videira (2002) Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses. Edição digitalizada, cedida pela editora.
HGP - 62 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1301-1399)
in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
DN - 79 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1304 e 1397)
in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI.* Edição digitalizada, cedida pela editora.
TOX - 15 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1309 e 1336)
in Parkinson, Stephen (ed.) *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
CS - 3 Dos Costumes de Santarém (1340-1360) in Rodrigues, Maria Celeste Matias (1992) *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 160-251. Edição digitalizada, cedida pela editora.
FG - 1 Foros de Garvão (sem data)
in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo linguístico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.
PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350)
in Ferreira, José Azevedo (1980) *Alphonse X, Primeyra Partida*, Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.
CGE - Crónica Geral de Espanha de 1344 (sd)
in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
CAXL - Crónica de Afonso X (manuscrito L) (sem data)
in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
CAXP - Crónica de Afonso X (manuscrito P) (sem data)
in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
CDA - Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, Vols. 1, 2 e 3 (30 Textos selecionados)
in Dias, João J. Alves (ed.) (1990-1992) *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*, Lisboa, I.N.I.C. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
AT - Arte de Trovar
in Tavani, Giuseppe (ed.) (1999) *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada para o CIPM.
NLL- Narrativas dos Livros de Linhagens
in Mattoso, José (1983) *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
LM - Livro de Montaria de João I
in Calado, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.
CI - Corte Imperial (anónima dos fins do séc. XIV)
in Calado, Adelino de Almeida (ed.) (2000) *Corte enperial*, Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.
LHB - Livro das Histórias da Bíblia (sem data)
in Castro, J. Mendes de (ed.) (1998), *Bíblia de Lamego*, vol. I e vol. II, Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

3.1.5. Século XV

HGP - 42 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1401-1497)
in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
DN - 46 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI.* Edição digitalizada, cedida pela editora.
LC - Leal Conselheiro (1437-38)
in Piel, Joseph (ed.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.
LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (sem data)
in Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela.* Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.
CP - Castelo Perigoso (sem data)
in Neto, João António Santana (ed.) (1997), *Duas Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso,* Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Edição digitalizada cedida pelo editor e revista por Irene Nunes.
DSG - Demanda do Santo Graal (sem data)
in NUNES, Irene Freire (2001) *A Demanda do Santo Graal*. Edição digitalizada para o CIPM com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, revista pela editora.
LTV - Livro das Tres Vertudes (1453?)
Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.
OE - Orto do Esposo (sem data)
in Maler, Bertil (ed.) (1956), *Orto do Esposo*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.
CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha

in Guerreiro, M. V. & E. B. Nunes (eds.) (1974) *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M. Edição digitalizada para o CIPM.

HRP - História dos Reis de Portugal

in Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344,* Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.

ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data)

in Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.

CDF - Crónica de D. Fernando

in Macchi, Giuliano (ed.) (1975) Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

CDJI1 -Crónica de D. João I, parte 1

in Lopes, Fernão (1945) *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização Editora, (segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Edição digitalizada para o CIPM.

CDJI2 - Crónica de D. João I, parte 2 in Lopes, Fernão (1949) *Crónica de D. João Primeiro*, Porto, Livraria Civilização Editora.

CDPI - Crónica de D. Pedro I

in Peres, Damião (ed.) (1965) Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro* I, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

TC - Tratado da Confissom (1489)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2003) *Tratado de Confissom*, Vol I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

PMP - Penitencial de Martim Pérez

in Martins, Mário (ed.) (1957) *Penitencial de Martim Pérez*. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

S - Sacramental, de Cremente Sanchez de Vercial (1488)

in Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial. *Sacramental*, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

VDT - Vida de D. Telo

in Nascimento, Aires Augusto (ed.) (1998), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri, pp. 273-286. Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.

VST - Vida de São Teotónio

Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio. Edição digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera, cedida por José Barbosa Machado.

3.1.6. Século XVI

Cat - Catecismo (1504)

in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.

25. MADALENA TELES DIAS TEIXEIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM - ESE, UNIV. DE LISBOA - CEAUL

PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UMA MATRIZ LINGUÍSTICA NO USO DE ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

A entrada de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é uma realidade linguística que pode ser observada tanto na forma adaptada, como na sua forma original. Por tal motivo, isto é, a existência de formas adaptadas e originais para uma mesma denominação "estrangeirismo" constitui um dos pontos problemáticos na própria definição linguística do termo.

Trata-se, todavia, de uma questão pouco tratada na bibliografia disponível em que o consenso entre os diversos investigadores está longe de ser alcançado.

As querelas a que os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical, chegando "alguns" falantes a considerar que a Língua Materna está a ser descaraterizada, sob o pretexto de uma evolução e de uma necessidade que são quiméricas.

Acrescentam, inclusivamente, que essa atitude culminará numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo português.

O trabalho em questão pretende fazer uma breve referência ao estado da questão, tomando, empiricamente, o tratamento do uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação, nomeadamente em três setores de atividade onde este tipo de matriz linguística é mais abundante: *Gastronomia, Economia* e *Publicidade*.

Para além de uma categorização dos mesmos, no sentido de saber os que foram adotados na sua forma original (O.), os que foram adotados na sua forma original, mas que possuem uma expressão portuguesa de sentido equivalente (O.S.E.), os que já possuem um termo linguístico português equivalente (T.E.) e, por último, os que já foram aportuguesados (Aport.), proceder-se-á a uma breve explanação da temática e à ilação de algumas conclusões.

0. Nótula Introdutória

O caminho do empréstimo lexical de outras línguas para a Língua Portuguesa constitui um amplo debate entre linguistas (pena, no entanto, que poucos trabalhos tenham sido realizados neste domínio) em virtude da definição epistemológica do próprio termo estrangeirismo. Reside, então, a dificuldade em se considerar se estrangeirismo é apenas a forma original da

língua de origem ou se, também, a forma adaptada poderá ter esta denominação.

As "querelas" a que, por vezes, os portugueses já tiveram oportunidade de assistir, através da imprensa oral e da imprensa escrita, podem ser, por vezes, condutoras a atitudes de um conservadorismo radical (vulgo "puristas da língua"), chegando essas mesmas posturas a considerar que a Língua Materna, neste caso a Língua Portuguesa, está a ser descaraterizada e que uma atitude permeável ao empréstimo lexical poderá culminar numa perda de identidade irreversível, uma vez que poderemos deixar de (re)conhecer o que é realmente um vocábulo originariamente português.

Na verdade, as mudanças ocorridas na interação verbal numa determinada comunidade linguística, devem-se a necessidades pragmáticas de comunicação, num sentido bidirecional, pois elas não são "*mais do que a atividade habitual da fala"* (Paul, 1966: 40). Assim, cada falante é, naturalmente, portador de alguma liberdade linguística, permitindo-lhe, essa mesma liberdade "transformar" e criar todo um conjunto de palavras de acordo com os seus hábitos e vivências.

A grande riqueza das línguas naturais reside, essencialmente, no fenómeno da sua (auto)criatividade e na sua capacidade transformadora, dinâmica e evolutiva (atente-se que os *estrangeirismos* existentes e consagrados na Língua Portuguesa, e em outras línguas, são, sem dúvida, um dos casos mais sintomáticos de alterações e mudanças linguísticas). É de sublinhar, todavia, que essa suposta "criação" linguística surge, muitas vezes, da quebra de fronteiras entre o discurso escrito e o discurso oral e /ou por analogia à existência de outros vocábulos.

Sendo uma língua um sistema onde, naturalmente, confluem alterações internas (fruto do próprio devir linguístico) e mudanças de cariz extralinguístico, há, por um lado, tipos de textos e, por outro, necessidades de ordem externa à língua que promovem, indubitavelmente, a difusão de estrangeirismos.

A título, somente, ilustrativo é, assaz, curioso, o fortíssimo papel da publicidade, uma vez que ela própria vive de palavras como *Out-door*[158], *Muppy*[159], *Sponsoring*[160], entre tantas outras, ou até mesmo, as banais compras de mercearia, com o "evoluir" do tempo, passaram a realizar-se em superfícies construídas por grandes grupos económicos[161] - os "supermercados"[162], em que as despesas vêm registadas no *ticket*[163] para posterior verificação da dona de casa (não fosse esquecer o *Ketchup*[164], a *Pizza*[165], e a *Bavaroise*[166]).

O setor empresarial revela-se, igualmente, recheado de uma panóplia de palavras oriundas de outras línguas: desde o banal *Take-over*[167] que as grandes empresas praticam sobre as P.M.E.[168], passando pelo *Over-draft*[169] permitido pelos bancos a alguns clientes considerados especiais, até aos *Test-drive*[170] realizados pelas concessões de automóveis (no caso dos automóveis até é possível individualizar os veículos T.T.[171] com os seus *Road-book*[172] para que se desfrute de um agradável passeio *Off-road*[173]).

O contexto apresentado torna-se conducente à ponderação de algumas questões, no que concerne à Língua Portuguesa. Usar-se-ão, de facto, palavras estrangeiras, habitualmente, em diferentes setores de atividade? Atualizar-se-ão esses termos linguísticos na sua forma original, ou, pelo contrário, evidenciarão "alguma nacionalização"? Haverá necessidade de esse uso?

1. A Pesquisa: um Breve Estudo de Caso

[158] - Palavra inglesa que designa um tipo de painel de rua.
[159] - Palavra inglesa que designa um tipo de mobiliário urbano onde se afixa publicidade.
[160] - Palavra de língua inglesa que significa o patrocínio de uma determinada atividade.
[161] - Como exemplo, temos o grupo Jerónimo Martins que é detentor de "supermercados" como o *Pingo Doce e o Jumbo*.
[162] - Palavra oriunda do Inglês *Supermarket*.
[163] - Papel de registo dos produtos e dos respetivos preços.
[164] - Vocábulo de língua inglesa para designar um tipo de molho de tomate.
[165] - Vocábulo de língua italiana que designa um "prato" da gastronomia daquele país.
[166] - Vocábulo de língua francesa que designa um tipo de doce.

[167] - Palavra de origem inglesa para designar uma apropriação hostil a uma pequena Empresa por parte de uma grande Empresa.
[168] - Sigla de Pequenas e Médias Empresas.
[169] - Palavra inglesa que significa o limite de crédito utilizado abaixo do saldo positivo numa conta corrente bancária.
[170] - Palavra inglesa que significa o ensaio dinâmico de um veículo.
[171] - Sigla de veículos *Todo Terreno* – Jipes.
[172] - Palavra inglesa que designa o mapa de trajeto que contém informações adicionais necessárias a um passeio de Jipe.
[173] - Palavra inglesa que significa fora de estrada e que está associada à prática desportiva Todo Terreno.

1.1. Algumas Questões Metodológicas

Este texto, numa primeira fase, tem como objetivo principal verificar o uso de *estrangeirismos* nos processos de comunicação em diferentes setores de atividade, pelo recurso à análise de revistas da especialidade dos vários setores em análise (Economia, Gastronomia e Publicidade), que, para além, de servirem de base de demonstração, também poderão servir para reforçar a ideia de que é a frequência do uso que contribui para uma eventual normativização do empréstimo lexical.

O setor da *Economia*, também designado como *setor um*, tem como fontes as revistas *Executive Digest* e *Exame.* Do setor da *Gastronomia*, denominado como *setor dois*, são fontes as revistas *Teleculinária*, *Mulher Moderna na Cozinha* e *Segredos de Cozinha*. As revistas *Meios & Publicidade* e *Marketing & Publicidade* servem de fonte de pesquisa para o setor relativo à *Publicidade*, também designado *setor três*. Está, deste modo, apresentado o *corpus* desta investigação (surgindo no final do texto, em anexo, por motivos metodológicos).

Após a análise das fontes, procedeu-se ao tratamento dos elementos recolhidos, através dos seguintes passos metodológicos: primeiro, observando-se a origem das palavras, através da identificação da língua a que pertence cada vocábulo e, num segundo estádio, procedeu-se à categorização dos mesmos.

Essa organização tipológica dos vocábulos compreende quatro pontos essenciais: palavras que são utilizadas na Língua Portuguesa na sua forma original e para as quais não se conhece tradução (O.); palavras que se usam na forma original, existindo, contudo, uma expressão/expressões com sentido equivalente (O. S. E.); palavras que, embora tenham termos equivalentes (T. E.), continuam a utilizar-se na sua forma de origem e, por último, palavras que são de origem estrangeira, mas que sofreram um "aportuguesamento" (Aport.).

Queria, apenas, deixar uma breve nota de que a escolha de setores como a *Economia*, a *Gastronomia* e a *Publicidade*, para esta análise, limitam-nos informação oriunda de outras áreas como é o caso da Saúde, do Vestuário, da Informática, entre outras que poderiam revelar-se de igual importância. A escolha de um *corpus* e a sua representatividade constitui sempre um dos múltiplos problemas que se coloca a todo o linguista seja qual for o tipo de temática que esteja a trabalhar.

1.2. Origem das Palavras (sentido restrito)

A análise do *corpus* permite verificar que a convivência de palavras estrangeiras com as palavras, originariamente, da Língua Portuguesa é uma realidade. Conveniente destacar que a presença de anglicismos se revela de inegável representatividade nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, uma vez que, como se pode observar nos gráficos um e dois, ocupam noventa e oito por cento (98%) e noventa e cinco por cento (95%) do total dos elementos recolhidos:

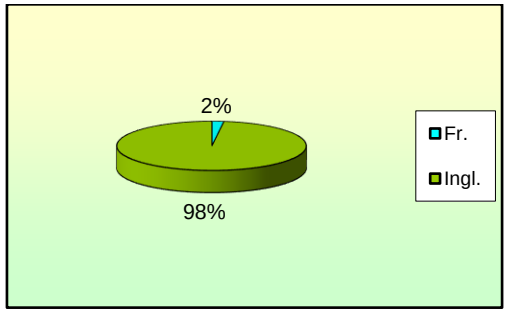


Gráfico nº 1 – Economia

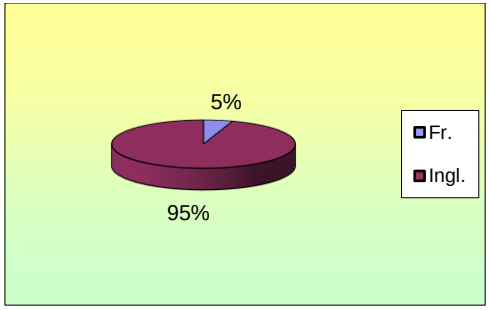


Gráfico nº 2 – Publicidade

O facto de a *Economia* ser uma área de interesse internacional e os Estados Unidos da América serem uma das maiores potências económicas mundiais são, em meu entender, aspetos que se refletem vincadamente nas

macro e microeconomias portuguesas e, consequentemente, neste aspeto da Língua Portuguesa.

Curioso, por exemplo, o destaque dado, aos índices internacionais de *Dow Jones* e *NASDAQ,* por Paulo Santos (analista económico) num artigo[174] dedicado à economia portuguesa.

A par desta situação, e relativamente à *Publicidade*, temos "a caixa que mudou o mundo"[175] e o desenvolvimento da imprensa, que em simultâneo com o desejo de convencer o público consumidor, com fins lucrativos ou não, foram os facilitadores e impulsionadores da incrementação da já referida *Publicidade*.

Este terá sido um *leitmotive* para que, inclusivamente, se homologassem[176] *curricula* portadores das mais recentes e inovadoras técnicas persuasivas. Foi precisamente este contexto que facilitou a importação de palavras estrangeiras, concretamente de anglicismos, para a Língua Portuguesa, uma vez que, segundo Nelson Gomes[177], é nos países onde se fala a Língua Inglesa que se encontram os estudos mais avançados sobre o referido setor.

Ainda de salientar, nestas duas áreas, que embora o Inglês seja a língua dominante, o Francês também deixa as suas marcas, ainda que mostre uma influência com fraca expressão – *Economia* dois por cento (2%) e *Publicidade* cinco por cento (5%). A área da *Gastronomia*, ao contrário do que acontece nas outras áreas em análise, evidencia, sem grandes dúvidas, os laços que a unem à Língua Francesa, como se pode verificar através do gráfico seguinte:

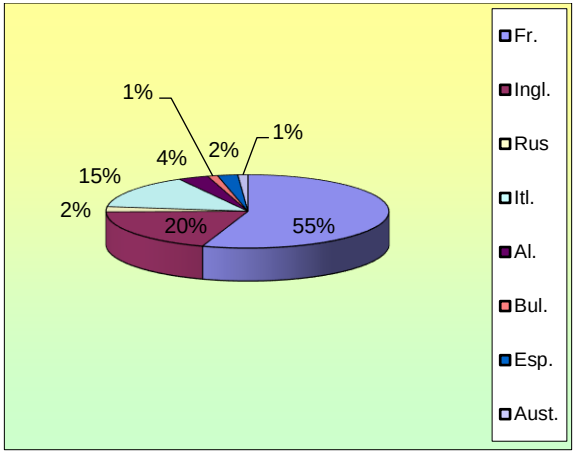


Gráfico nº 3

Pode, ainda, verificar-se, pela observação deste gráfico, da existência de um leque mais variado quanto à origem das palavras. Assim, temos os vocábulos de origem francesa que têm um peso de cinquenta e seis por cento (56 %), seguidos dos provenientes da Língua Inglesa com vinte por cento (20 %) e dos de Língua Italiana com quinze por cento (15 %).

A Língua Alemã tem uma presença de três por cento (3%) e os vocábulos de Língua Espanhola e de Língua Russa ocupam apenas dois por cento (2%) do *corpus* recolhido neste setor. Um por cento (1%) é o resultado dos vocábulos encontrados de origem das línguas de dois países: Áustria e Bulgária.

Na realidade, não é por acaso que em alguns restaurantes considerados pela Associação Portuguesa de Restauração, de primeira categoria[178], se pode verificar a existência de palavras de origem francesa. Comer um "Vichissoise Quente de Maçã " ou "Linguado au Meunier" tem um efeito psicológico diferente do efeito obtido por "Sopa de Maçã" ou "Linguado Frito com Amêndoas".

---

[174] - Artigo da Revista *Visão* publicada em 1 de agosto de 2002.
[175] - *Slogan* comemorativo de um aniversário da RTP1 e que ainda hoje perdura.
[176] - A primeira Licenciatura (*Curso Superior de Relações Públicas e Publicidade*) foi homologada ao *Instituto Nacional de Novas Profissões* através da Inspeção do Ensino Particular, por despacho ministerial em *Diário do Governo*, a 20 de março de 1972. (Informação fornecida pelo Ministério da Educação a 28/08/2002.
[177] - Eng.º. da Publicidade da empresa *Sino*, no Porto.
[178] - Por exemplo o Restaurante *do Forte do Guincho*, em Lisboa e o Restaurante *Bolota Castanha* em Terrugem (Alentejo).

Não nos podemos esquecer que *"…usurpando vocábulos, que ôs fez máis elegantes do que foram óra «h» á çincoenta annos."* (Barros, 1969:84), também revelamos notoriedade. Repare-se, ainda, que por algum motivo, Eça de Queirós[179], para além da utilização de inúmeros vocábulos de origem inglesa, reservou a utilização de elementos da Língua Francesa para "assuntos" relacionados com a "cozinha".

Tais argumentos, servem, apenas, para provar (ou reiterar) o facto de o caminho do empréstimo de um vocábulo ter motivações várias (nomeadamente sociais, naturalmente, questões de prestígio).

A diferença entre os resultados obtidos entre o setor dois e os setores um e três não reside somente nas variações de utilização entre *Anglicismos* e *Galicismos*, mas também no facto de podermos verificar, no setor dois, a importação vocabular efetuada a outras línguas, como é o caso do Russo, do Austríaco, do Alemão e do Italiano.

1.4. Categorização dos resultados

Ao categorizar os elementos constituintes do *corpus*, verificou-se que, embora a utilização de termos originais (O.), para os quais a norma ainda não reconheceu nenhuma forma, seja uma constante dentro dos três setores observados. É na área da *Publicidade* (57%) e na da *Gastronomia* (55%) que mais se faz sentir essa situação:

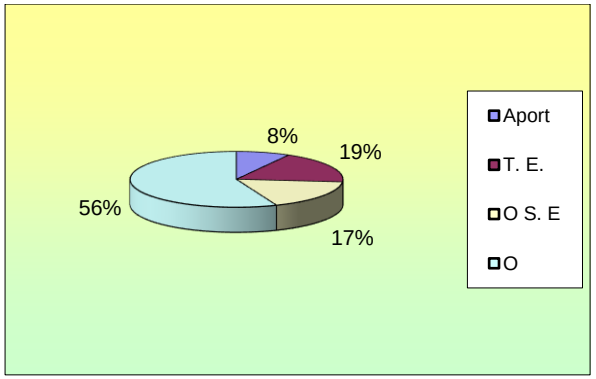


GRÁFICO Nº 4 - PUBLICIDADE

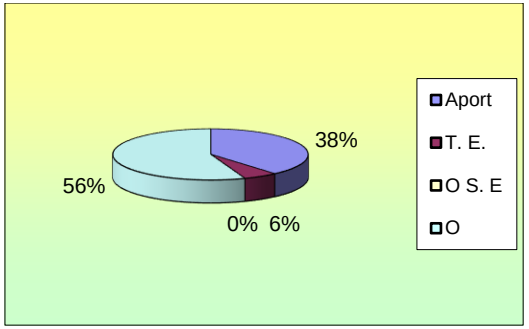


GRÁFICO Nº 5 – GASTRONOMIA

Será que perante estes resultados é lícito pensarmos que a Língua Portuguesa é um código que se revela insuficiente face às necessidades sentidas pelos seus utilizadores?

Não esqueçamos a polémica sentida entre puristas e renovadores do léxico, quando da publicação de alguns dicionários, nomeadamente, o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa que veio legitimar muitas das já referidas necessidades.

Note-se, contudo, que muito embora a necessidade do falante seja um fator determinante para a renovação lexical, e consequente entrada de estrangeirismos, é de salientar que a existência de Termos Equivalentes (T. E.) também nos faz refletir não só sobre a frequência dos resultados obtidos, mas, ainda, acerca do grau da já referida necessidade do falante.

Se podemos encontrar nas três áreas analisadas Termos Equivalentes, então, o uso de *estrangeirismos* reflete, dentro de cada setor, uma questão de "modismo" e que, por variadas razões, melhor poderá servir o desempenho dos agentes destes setores de atividade.

O setor onde se verifica menor número de Termos Originais (O.) – trinta e sete por cento (37%) -, como se pode verificar através do gráfico número seis (6), também é o mesmo onde se observa o registo de maior número de Termos Equivalentes (T. E.) – cinquenta e dois por cento (52%) - na Língua Portuguesa – A *Economia*:

[179] - Veja-se a este propósito a obra "*Os Maias*" já citada neste trabalho.

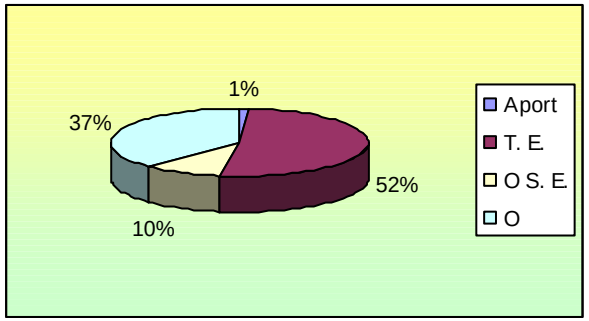


GRÁFICO Nº 6 – ECONOMIA

Neste ponto coloca-se a questão de saber se o uso surge por necessidade, por moda, por imitação, por *snobismo* ou por simples inevitabilidade. Estou em crer que o uso de *estrangeirismos* surge por um conjunto de fatores que acabam por culminar na inevitabilidade.

Por razões diversas, o termo linguístico de origem linguística estrangeira adquire uma dimensão de maior impacto na situação de comunicação, seja escrita, seja oral: ou porque o recetor leu/ouviu uma palavra que lhe é desconhecida e a mensagem é afetada, ou porque leu/ouviu uma palavra que se traduz em sinónimo de instrução, de saber ou de cultura.

No setor da *Publicidade* a situação é inversa à que se verificou no setor da *Economia*, pois a utilização de Termos Originais (O.) evidencia maior ocorrência – cinquenta e sete por cento (57%) - do que a utilização de Termos Equivalentes (T. E.) – dezoito por cento (18%).

Não posso afirmar, por questões de alguma cautela, que neste setor, face aos resultados obtidos, só se utilizam *estrangeirismos* quando necessário, pois embora os Termos Equivalentes (T. E.) se verifiquem em menos de metade do nível percentual obtido pelos Termos Originais, estes revelam um resultado significativo dentro do universo recolhido.

A área da *Gastronomia* fica mais próxima da área da Publicidade, uma vez que evidencia uma diferença ainda maior entre as duas categorias em questão, tendo os Termos Originais (O.) cinquenta e cinco por cento (55%) e os Termos Equivalentes (T. E.) seis por cento (6%). A grande diferença entre este setor e os restantes reside no número de vocábulos "Aportuguesados" (Aport.), isto é, vocábulos de origem estrangeira, mas que já sofreram uma adaptação à Língua Portuguesa, tendo atingido um total de trinta e nove por cento (39%).

A *Publicidade* e a *Economia* revelam oito por cento (8%) e um por cento (1%), respetivamente. Ainda de salientar que, no setor dois, a utilização de Termos Originais (O.) e a utilização de termos "Aportuguesados" (Aport.) se verifica com um grau de ocorrência mais próximo do que nos setores um e três, ou seja, a diferença entre ambas as categorizações não é tão acentuada.

Poderá ser considerada a Culinária uma área de atividade mais comum, na medida em que podemos encontrar falantes com atividades profissionais distintas e graus de instrução diferentes? Será por esse motivo que os "Aportuguesamentos" são feitos de uma forma mais rápida, traduzindo-se em maior número? Estará esta diferença relacionada com o facto de o maior número de pessoas que trabalham no setor serem do sexo feminino[180]?

Já no *Diálogo Em Louvor Da Nossa Linguagem*[181], João de Barros (1969: 82) salienta o aspeto de certas línguas serem mais adequadas para mulheres do que para homens "*Cérto assi a françesa, como a italiana, máis paréçem fála pera mulheres*…". E de facto, mais tarde, investigadores como Labov[182] (2001) consideram o fator sexo, entre outros, um aspeto bastante importante dentro do processo de mudança e de alteração linguísticas.

No que diz respeito à categoria, O S. E. é de realçar o resultado obtido no setor três (17%) perante o resultado do setor dois (0%), ficando o setor um numa posição mediana (10%).

Assim, podemos concluir que, apesar de expressões de sentido equivalente na Língua Portuguesa, as estrangeiras têm uma maior expressão representativa.

2. (In)conclusão

[180] - Note-se, no entanto, que os cozinheiros de maior projeção internacional são do sexo masculino.
[181] - Cf. *Op. Cit.*
[182] - Cf. *Op. Cit.*

Como síntese, salientam-se quatro aspetos: o primeiro prende-se com o facto de se verificarem *estrangeirismos* nos processos de comunicação, não sendo, por isso, uma realidade que se possa negar ou ocultar; o segundo relaciona-se com a supremacia da Língua Inglesa, sobretudo, nos setores da *Economia* e da *Publicidade*, o terceiro reporta aos resultados obtidos na categorização *Termos Equivalentes* (T. E.), pois houve oportunidade de observar que, apesar de existirem vocábulos correspondentes aos estrangeiros, na Língua Portuguesa, os falantes optam pelo uso dos vocábulos na sua forma original (aspeto indicador de que afinal *os estrangeirismos não surgem apenas por necessidade*) e, por último, os *Aportuguesamentos* evidenciam que a questão da importação de palavras estrangeiras não significa perda de identidade linguística ou falta de nacionalismo, mas, apenas, que uma língua não é estanque, mas sim dinâmica.

Esse dinamismo, aliás, surge graças ao próprio funcionamento das línguas, às necessidades sentidas pelos falantes, que podem ser de ordem linguística ou extralinguística, e à sua própria criatividade, o que faz com que qualquer sistema linguístico tenha uma marcha ininterrupta no devir do tempo.

3. Bibliografia

ALVES, Ieda. (1990). *Neologismo. Criação lexical*. São Paulo: Ática.

ARAYA & GÓMEZ. (2000). "La neologá de préstamo en la prensa gallega" in *La Neologia en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 133-146.

BAGANO, M. (2001). "Mudança Linguística: Um fenómeno onde toda a prescrição é inútil". In *Letras*. Campinas: R. Letras. I. L. - PUC - Campinas, vol. 20 (1/2). pp. 45 - 60.

BARROS, J. (1969). *Textos Pedagógicos e Gramaticais*. Lisboa: Editorial Verbo.

BOLÉO, P. (1965). 2ª ed. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial os francesismos) em português.
Coimbra: Auro Pretiosior.

CARVALHO, Nelly. (1989). *Empréstimos Linguísticos.* São Paulo: Ática.

CASARES, J. (1992). 3ª ed. *Introducción a la Lexicógrafía Moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CATACH, N. (1979). "L'intégration graphique des mots nouveax". In *Néologie et lexicocologie*. Collection "Langue et Langage". Larousse université: Librarie Larousse. (pp. 67-72).

DOWNES, W. (1998). 2ª ed. *Language and Society*. Cambridge: University Press.

EGEA & JUNCADELLA. (2000). "Els neologismes en un servei lingüístic: problemes I solucions". In *La Neologia en el tombant de Segle*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitat de Lingüística Aplicada, Universtat Pompeu Fabra. pp. 121-132.

EXECUTIVE DIGEST. (1997). *Manual de Gestão. Guia dos Conceitos de A a Z*. Lisboa: Abril / Controljornal – Editora Limitada.

HAGÈGE, C. (2000). *Não à morte das Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget.

LABOV, W. (2001). *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell Publishers.

MACHADO, José Pedro. (sem data). *Palavras a Propósito de Palavras – notas lexicais.* Lisboa: Editorial Notícias.

PAUL, Hermann. (1966). *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROBERTSON, R. (1990). 3ª ed. Mike Featherstone (org.). "Mapeamento da Condição Global: Globalização Como Conceito Central". In *Cultura Global, Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, pp. 23-39.

4. Corpus

Ementa do Restaurante "Bolota Castanha".
Ementa do Restaurante "Forte do Guincho".
Exame nº 185.
Exame nº 6 (Edição Especial).
Executive digest nº 84.
Executive digest nº 85.
Executive digest nº 86.
Marketing & Publicidade nº 40.
Meios & Publicidade nº 179-2.
Meios & Publicidade nº 181-16.
Meios & Publicidade nº 182-23.
Meios & Publicidade nº 183-30.
Mulher Moderna na Cozinha nº 70.
Mulher Moderna na Cozinha nº 69.
Santos, P. (2002). *Visão*.
Segredos de Cozinha nº 843.
Teleculinária nº 1181.
Teleculinária nº 1183.
Teleculinária nº 1184.
Teleculinária nº 1185.

26. *MÁRIO MOURA, CHEFE DE DIVISÃO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL DA CÂMARA DA RIBEIRA GRANDE.*

A CRIAÇÃO DE UMA NOVA PARÓQUIA: Nª SR.ª DA CONCEIÇÃO

Sem se saber ao certo em que momento exato a nova paróquia foi criada, a nossa conclusão deve ser prudente. Mas ainda que não se conheça o dia, mês e ano em que o bispo a criou, é possível que tal tenha ocorrido já no ano de 1699 ou ainda em 1698. O domingo, dia 12 de maio de 1699, pode ser considerado como o da chegada à paróquia do seu primeiro vigário: Matias Nunes de Melo.

Trata-se, pois, da data oficial do início de facto da vida paroquial. Vemo-lo escrito nos primeiros livros paroquiais e di-lo também Frei Agostinho de

Monte Alverne. No entanto, o fecho oficial do circuito legal de reconhecimento terá sido só alcançado em 1703, quando o rei confirmou a decisão do bispo. Por que razão se criou uma nova paróquia? O número, a dispersão, o poder dos habitantes do lado poente da vala dos moinhos e os problemas de evangelização aí sentidos terão contribuído para essa decisão.

A vontade de engrandecer a vila, fazendo-a ombrear com outras comunidades importantes, tais como Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, será outro motivo plausível. Quem a terá criado? A aceitar-se que a criação é do bispo e do rei: foram o bispo D. António Vieira Leitão e o rei D. Pedro II. O filho, D. João V, confirmá-lo-ia. Escolha do nome? Talvez por Nossa Senhora da Conceição ter sido proclamada por D. João IV protetora do reino e rainha de Portugal.

Houve um período, primeira tentativa conhecida de elevação a paróquia, que se pensou dar-lhe o nome de São Sebastião. A festa daquele santo mártir era objeto de patrocínio municipal desde o século XVI.

1. Uma pessoa da Conceição

Digo minha Conceição por ser natural dela e escrever o que outro não escreveria sobre ela. É assim porque cada um vê a seu modo a terra onde nasceu. Não sabia coisa que valesse a pena referir acerca da minha paróquia: quem fora aquele vigário Matias da rua vigário Mathias que se escrevia com um th, que ligava a casa de minha avó Deodata à de meus pais, nem a razão de a minha avó chamá-la também de rua do Vale.

Não poderia adivinhar quando me batizei, com pouco menos de um mês de idade, que o fazia no mês em que a minha paróquia vira chegar o seu primeiro vigário: o tal Matias, cujo nome completo era Matias Nunes de Melo. Nasci numa casa no sopé nascente do outeiro que sobe à primitiva igreja paroquial, a escassos metros da vala dos moinhos que separa a minha freguesia de nascença da minha de criação. Levei anos a fio sem ter qualquer interesse nisso. Cheguei a este mundo num domingo bem lembrado: domingo de Páscoa. Na rua do Alcaide, n.º 26, no mesmo quarto em que nasceram o meu avô Fernando Augusto Moura e o meu pai Álvaro dos Santos Raposo Moura. Batizei-me, em maio, na pia batismal de Nossa Senhora da Conceição: a segunda igreja que a paróquia conheceu até hoje.

Anos depois e muitas horas depois, soube que foram três as tentativas para transformar as terras a poente da vala dos moinhos em freguesia e outras mais para construir a igreja paroquial em que fui batizado.

Razão deste estudo? Um amigo meu de infância, estivemos juntos na escola primária, jogámos à bola no Ideal, hoje polícia, de nome João Costa, todas as vezes que me via na rua enquanto estava no seu giro perguntava-me quem tinha sido o primeiro presidente da Junta da Conceição, até que, farto de lhe dizer que a Junta era uma coisa e a paróquia outra, decidi juntar aquilo que tinha, muito pouco, e alargar ao que não tinha, quase tudo. Por conseguinte, parti para a pesquisa.

Isto sucedeu em finais de 2003, inícios de 2004. No fim do outono, em dezembro, apresentámos, a pedido da Junta de freguesia da Conceição, que, entretanto, soube da minha pesquisa, o que já apurara. Entretanto, na biblioteca, em Ponta Delgada, um colega mais idoso, guiou-nos para um processo litigioso das obras da igreja da Conceição. A partir de então, à curiosidade de saber e de explicar ao João Costa quando nascera a paróquia acrescentou-se - uma e outra coisa estão interligadas - a construção do seu segundo templo.

Em 2006, o Padre Norberto Pacheco, o novo pároco, sabendo da pesquisa, quis o texto para com ele candidatar o edifício paroquial a Imóvel de Interesse Público.

Em 2007, fez um ano em setembro, fizemos a entrega do texto revisto e ampliado. Sugeriu então a sua publicação. Para isso, voltámos aos arquivos e aprofundámos ainda mais a pesquisa. Já em outubro de 2008 a sua apresentação pública na Casa dos Açores da Nova Inglaterra foi feita por Alfredo da Ponte.

No que à vida da paróquia diz respeito, quer-se saber quando, quem, como e por que razão foi criada uma nova paróquia na vila da Ribeira Grande; quanto às duas igrejas paroquiais conhecidas, pretende-se saber quando, quem, como e por que razão se adaptou a ermida de Nossa Senhora da Conceição, primeiro, e se construiu a atual igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de raiz, depois.

Mas, o terreno em que nos movemos é deveras movediço: a prova não é concludente, precisaria de ser confrontada com outra mais sólida, que não existe ou se desconhece, pelo que o que se deixa escrito é mais um ensaio do que uma resposta categórica. Sem esquecer os demais, quero agradecer ao Sr. Henrique Álvares Cabral pelo seu notável espírito de companheirismo.

O trabalho está organizado em duas partes distintas, na primeira, incluem-se notas e aparato complementar, na segunda, publica-se um Álbum de fotografias documentando certos aspetos públicos da vida da paróquia. Haverá nesta última, um conjunto de fotografias mais antigas, fruto de recolha que temos vindo a efetuar ao longo de anos, e um fundo novo, atual, da autoria do Padre Norberto Pacheco.

Por que razão se decidiu incluir este Álbum de fotografia, que possui exemplares de finais do século XIX ao último quartel do século passado, num trabalho de História que cobre os séculos XVII e XVIII? Para além de possivelmente poder tornar o livro mais apetecível, servirá para documentar aspetos relevantes da vida da comunidade.

Mário Moura, R.G. 2008

Antes de iniciar a lida deste ensaio, convém esclarecer em que sentido se usa palavras tais como ermida e igreja, freguesia e paróquia, freguesia ou paróquia e curato. A documentação produzida na mitra de Angra, no cartório da ouvidoria da Ribeira Grande e na chancelaria real de Lisboa, trata o primeiro templo paroquial da Conceição por ermida, a produzida na paróquia, talvez refletindo mais as aspirações dos seus primeiros vigários do que a sua verdadeira natureza jurídica, refere-o como igreja. Em contrapartida, o segundo templo é reconhecido unanimemente por todas as partes como sendo uma igreja. Que mudara do primeiro para o segundo templo? Para transformá-la em igreja paroquial não foi suficiente atribuir-lhe um vigário. Que seria necessário? Ampliá-la? Não obstante a sua dimensão, seria preciso alcançar um novo estatuto jurídico? Não sabemos. Tamanho, só, ou definição jurídica, também? Também não sabemos. Apesar de tudo, uma coisa parece ser certa: ermida e igreja têm estatutos diferenciadas. Porquê? A conclusão não é unívoca. Quanto a freguês e freguesia, paróquia e paroquiano? A fonte informativa continua a ser a mesma: documentos da Conceição.

Por vezes, chega-se a pensar que há diferença entre eles, mas rapidamente se conclui que não há, até porque, na maioria das vezes, eles são usados como sinónimos. Freguesia, a seguir por aí, significará a área onde residem os fregueses de uma determinada freguesia, ou paróquia, portanto, também conhecidos por paroquianos. A freguesia organiza-se à volta de uma ermida ou templo paroquial. À cabeça de uma paróquia, há um pároco, um padre vigário, que exerce e zela pelos direitos paroquiais: administração dos sacramentos da Igreja Católica e de todas as funções daí decorrentes. Deveres e direitos dos padres e dos fregueses.

Paróquia e freguesia parecem apontar para realidades convergentes: território no qual o pároco exercia os seus deveres e auferia os seus direitos paroquiais e os seus fregueses auferiam os seus direitos paroquiais e cumpriam os seus deveres. Paróquia é o território e a população que está subordinada do ponto de visto eclesiástico a um pároco. Também se aplica como sinónimo freguesia.

Para algumas ideias e bibliografia, pode consultar-se: Hermano Teodoro, Cristina Moscatel Pereira, Guia de Fundos Históricos: Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande, 2005, pp. 45-53. Ou quem teria, ao tempo, poder para fazer de um lugar paróquia: a coroa ou o bispado; ou a coroa e o bispado? Pelo que os documentos nos parecem indicar, poder-se-á dizer que eram o bispo e o rei in solidum.

2. Atos falhados e primeiros passos: 1636 a 1699

São conhecidas três tentativas para criar uma nova paróquia no espaço a poente da vala dos moinhos da paróquia de Nossa Senhora da Estrela. Só à terceira tentativa se conseguiria dar início, com sucesso, ao processo de criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. D. Frei António da Ressurreição, em 1636, havia-o já tentado, e D. Clemente Vieira, em 1692, tentara-o de novo, no entanto, a morte súbita de ambos votaria ao fracasso estas duas primeiras tentativas. Por conseguinte, ao criar a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na vila da Ribeira Grande, estamos perante a terceira tentativa, ainda nos últimos meses do ano de 1698 ou já nos primeiros meses do ano de 1699, o bispo de Angra D. António Vieira Leitão retomava um antigo desígnio de dois ilustres antecessores.

Porém, o ato fundador de D. António, de 1698 ou de 1699, por força de competência *in solidum* do bispo e do monarca, só viria a completar-se com o ato fundador de D. Pedro II, de 1703. Por seu turno, havendo falecido D. Pedro II em 1706, em 1707, o ato criador de D. Pedro II de 1703 seria reassumido pelo seu sucessor e filho D. João V. De facto, a paróquia começou a funcionar em maio de 1699.

Ao retomar a ideia de criar uma nova paróquia no interior da vila da Ribeira Grande, D. António terá, sem dúvida, pretendido organizar eficazmente os fregueses do lado poente da paróquia de Nossa Senhora da Estrela. Para

atingir esse seu propósito, fez reunir em torno da velha, muito provavelmente, ermida quinhentista de Nossa Senhora da Conceição, da família Gago, os núcleos dispersos de fregueses do lado poente da vala dos moinhos do Conde até à fronteira nascente da paróquia do Apóstolo São Pedro.

3. Por onde?

As fontes, de que dispomos para o conhecimento dos primeiros passos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, são escassas e lacónicas. Uma das narrativas conhecidas sobre a fundação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, versão de um clérigo regular da terra, encontra-se vertida nas páginas de as *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, na espécie terceira, capítulo I, parágrafo 10.º Foi seu autor um filho de Fernão Álvares, de nome de batismo Agostinho, que havia professado no convento de frades franciscanos da terra tomando o nome religioso de Frei Agostinho de Monte Alverne.

A narrativa de Alverne talvez reflita não só o que ele próprio terá recolhido através do seu testemunho presencial direto, mas do que ele terá apurado do que então correria de boca em boca pela terra a propósito do acontecimento. Em qualquer circunstância, não parece que o autor tenha feito uso de documentos oficiais. Uma outra narrativa, curta, os termos de abertura dos livros paroquiais, óbitos, batizados e casamentos, traduzirá muito provavelmente o ponto de vista do primeiro vigário da Conceição: Matias Nunes de Melo. Tem a vantagem de o seu provável autor ter sido o primeiro vigário e de ter sido feita provavelmente logo no início da paróquia. Refere dados, por exemplo, a data de concurso, o ano de criação do bispo, sem, no entanto, nos fornecer qualquer documentação comprovativa. Conhecer-se-ia a versão do bispo D. António Vieira Leitão, se porventura se soubesse do paradeiro do livro n.º 2 de Visitas Pastorais da Matriz de Nossa Senhora da Estrela[183]. Ou, o que seria um verdadeiro milagre de Santo António, que se desencantasse documentação no labirinto arquivístico da mitra de Angra[184].

Para se conhecer o ponto de vista da cúria régia, dispomos dos registos da alfândega de Ponta Delgada. No entanto, não os conseguimos confrontar com o que decerto existirá nos arquivos nacionais sobre o mesmo assunto[185]. Enquanto para o conhecimento da presumível campanha de obras de adaptação da ermida de Nossa Senhora da Conceição a primeiro templo paroquial da nova paróquia, não se conhecem quaisquer documentos, para o caso da construção do segundo templo, os que lográmos encontrar dão-nos uma imagem algo segura e suficientemente clara do percurso iniciado com a autorização régia para a sua construção, à conceção arquitetónica, passando pelo financiamento e execução da obra. Incluindo ao longo do processo, as vicissitudes por que a construção passou até à sua abertura ao culto.

4. Só foram feitas três tentativas?

Será que terão existido apenas três tentativas? Sobre o assunto, dispomos unicamente do que Frei Agostinho deixou escrito. Todavia, apesar de não se conhecerem outras provas, é duvidoso que a primeira tentativa tenha só ocorrido em 1636. Porquê? Se, entre 1515 e 1576, a Ribeira Grande crescera como nos deixou dito Gaspar Frutuoso, havendo duas ermidas e uma via de acesso vital para quem entrasse e saísse daquele lado da vila, se se fizera paróquia na ermida do Apóstolo São Pedro, lugar da Ribeira Seca, em 1576, não será de se presumir que os fregueses da Matriz de Nossa Senhora da Estrela do lado poente da ribeira Grande tivessem pensado o mesmo antes ainda de 1636? Quem sabe até se por iniciativa dos da banda nascente da ribeira? Ou mesmo das autoridades eclesiásticas de Angra[186]?

---

[183] APMRG, Visitas Pastorais, Livro n.º 1 de Visitas desta Matriz de 1575 até 1634; salta para o número 3: Livro de Visitas desta Matriz de 1788 até 1826. Todavia, o livro 2 ainda estava disponível no século XX, na altura em que o autor trabalha, veja-se em Leite de Ataíde, Luís Bernardo, Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores, vol. II, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra. 1974, p. 173, nota de rodapé: '*Saudades da Terra - Capítulo em que descreve a Ribeira Grande. Livro 2.º das visitas da Matriz da Ribeira Grande – no seu arquivo (…);*' *vide ainda: Enes, Maria Fernandes, Reforma tridentina e religião vivida (os Açores na época moderna*), Signo, Ponta Delgada, 1991, p. 36, nota 29: '*o 2.º L. de visitas perdeu-se nas mãos de um particular já no início deste século*

[184] Estando a nossa identidade coletiva ligada à fundação das nossas paróquias e à ação dos seus vigários, homens hoje quase só com nome, mas sem história, os seus dados biográficos estão na mitra, estando a documentação sobre as paróquias e os vigários na posse do bispado, é da mais elementar justiça organizar a documentação do bispado. Como? Encarar a sua inventariação e classificação tal como o bispado já o faz em relação ao restauro dos seus templos.

[185] 4 Em parte, a informação encontra-se dispersa, o que terá acontecido à medida que as atribuições na cúria régia foram sendo alteradas.

[186] Pereira, José Augusto (Cónego), A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, Edição da Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1950, pp. 87-93.

Falando-se em distâncias: ir das últimas casas dos Foros à rua Direita era como ir da ermida do Apóstolo São Pedro à rua Direita. Já no tempo de Frutuoso se reconhecia aos Foros uma peculiar identidade, mesmo só toponímica, tal como a São Sebastião e ao Valverde. A distância fora a razão aceite para a criação da nova paróquia do Apóstolo São Pedro. Como já o havia sido outrora para a criação da própria paróquia-mãe de Nossa Senhora da Estrela. Não se presume ter a questão resolvida, deixa-se meramente pairar a suspeita de que poderão ter existido mais do que três tentativas, ou de que, pelo menos, a ideia pudesse já ter surgido antes da primeira tentativa de 1636.

5. 1636: paróquia

Retomemos o fio à meada: a primeira tentativa a deixar rasto visível de si, terá sucedido no tempo do 13º Bispo de Angra: no tempo de D. Frei António da Ressurreição (1635-37) 5. Desejava aquele prelado organizar alguns arrabaldes da paróquia de Nossa Senhora da Estrela situados a poente da ribeira Grande: segundo nos conta Frei Agostinho. Este cronista era natural da terra e era vivo ao tempo: a fazer fé no seu biógrafo, seria um rapazola com os seus sete anos de idade já feitos. Diligência frustrada pela morte do bispo proponente. Repita-se.

Em 1636, além das ermidas consagradas a Nossa Senhora da Conceição e ao mártir São Sebastião, já ativas em vida de Frutuoso, existia outra: uma dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Talvez até existisse ainda uma outra: a de Nossa Senhora do Vencimento do Monte de Carmo[187]. A primeira, haveria de ter uma bem curta existência, já que Apesar de não vir claramente expresso, por uma leitura cruzada das passagens das crónicas de Frei Agostinho e de Gaspar Frutuoso que se referem ao assunto, onde a questão é às vezes apenas aflorada, poder-se-á admitir, como hipótese inicial de trabalho, que os moradores do lado poente da ribeira seriam reconhecidos e conhecer-se-iam pela designação genérica *dos do lado de lá ou os da banda de lá da ribeira*. Ainda que os dois cronistas não nos tenham deixado pistas claras neste sentido, mesmo assim será de admitir, ou de se suspeitar, que tal identidade fosse uma realidade social reconhecida.

O facto de se viver no lado de lá, a poente da ribeira, por oposição aos que viviam do lado nascente, do lado de cá, poderá ter contribuído para forjar uma identidade própria nos moradores da Matriz de Nossa Senhora da Estrela residentes no lado poente da ribeira; apesar de viverem ao redor de polos dispersos. Não seriam bem do lado nascente da ribeira nem seriam propriamente do lado da Ribeira Seca. Eram outros: eles próprios? É uma hipótese que carece de mais provas para ser validada como dado social a ter em conta.

Pouco depois, surgiria um novo polo: o de Nossa Senhora da Salvação. Este, porém, apesar de ficar situado na banda de lá da ribeira, por motivos que se desconhecem, acabaria por permanecer no espaço da primitiva paróquia. E, já perto da data em que parece que a nova paróquia foi criada, ainda entre o lado poente da ribeira e o lado nascente da vala dos moinhos, um outro: o da ermida de Nossa Senhora das Preces. Que permaneceria também integrado no espaço da paróquia-mãe. Estes dois espaços ficavam do lado de lá, mas do lado de cá da vala dos moinhos: Nossa Senhora das Preces no eixo viário da rua Direita e Nossa Senhora da Salvação à entrada do Valverde, talvez no primitivo eixo viário de saída e de entrada da vila.

6. De 12 de maio de 1699 a 1707: início de facto da vida da paróquia

Quem foram os primeiros padres da nova paróquia da Conceição? Querer-se-á, sem dúvida, saber. Frei Agostinho diz-nos que o bispo: '(…) *apresentou nela por primeiro vigário o licenciado Matias Nunes de Melo*, *natural da*

[187] Em 18 de fevereiro de 1591 o bispo D. Manuel de Gouveia autoriza Gonçalo Álvares e sua mulher Inês Pires para construírem uma ermida da invocação de Nossa Senhora da Guadalupe. A 4 de junho foi permitida a fundação do Convento junto à ermida. A 30 de abril de 1612 lançou-se a primeira pedra. A 10 de fevereiro de 1613 celebra-se a primeira missa. Ernesto do Canto, Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel, 2000, p. 168. '*Morto este Gonçalo Álvares Batateiro, como não tivesse filhos, deixou a sua mulher por sua herdeira única. Neste tempo, como o povo desta vila suspirasse houvesse convento nela e para este fim alcançaram patente do Reverendíssimo. Padre Geral Frei Arcângelo de Massana em 29 de maio de 1606, ordenando, com pena de excomunhão e obediência, que nenhum inferior seu impedisse a fundação deste convento, tendo o povo estado patente do Padre Reverendíssimo, fez petição ao Senhor* Bispo D. Jerónimo Teixeira, que com brevidade lhe concedeu, em 4 de julho do ano acima dito (1606), que de três ermidas, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Nossa Senhora de Guadalupe, escolhessem uma em que fundassem o convento. (...) *A Câmara, clero e nobreza da vila, sendo Juízes Paulo Gago da Câmara e Pero de Braga Moniz, vereadores Nuno Bicudo e Manuel da Rocha e procurador do Concelho Paulo da Costa, em presença do padre comissário custodial Fr. João de Lisboa e dos padres definidores e outros graves religiosos, com o vigário da Matriz, o licenciado Manuel de Brito, em 3 de novembro de 1606, aceitaram a fundação deste convento, em Câmara, como consta de seu livro, de fol. 63 até fol. 65, dando complemento às ordens do ver. Padre provincial de Enxobregas*. Frei Agostinho de Monte Alverne, vol 2, p. 301.

mesma Vila [por proposta do Padre Egas Moniz, no final do século XIX, a antiga rua do Vale passou a ser designada por rua do Vigário Matias], *o padre Francisco Rodovalho, natural da Bretanha, primeiro cura, o padre Adriano de Paiva, da Alagoa, primeiro tesoureiro* (…).'O livro dos mortos ou os outros dois, de batizados e de casamentos, omitem o nome dos outros dois clérigos. Talvez por a versão dos livros paroquiais veicular a perspetiva do vigário.

Quem eram Matias Nunes, Francisco Rodovalho e Adriano de Paiva? Haverá algo mais sobre a vida deles do que as magras notas biográficas deixadas à posteridade por Frei Agostinho? Graças a prestáveis colegas nossos, demos de cara com as chamadas *Notas do Alvim sobres os padres*. Isto em gíria da Biblioteca de Ponta Delgada[188]. São caixas contendo verbetes retangulares, linguados como ali se diz, onde um antigo diretor da biblioteca de Ponta Delgada, de nome completo Alexandre de Sousa Alvim, na viragem do século XIX para o século XX, foi assentando notas biográficas acerca de sacerdotes que exerceram o seu múnus na ilha de São Miguel.

No que ao vigário Matias Nunes de Melo diz respeito, pouco mais nos adianta do que transcreveu de Frei Agostinho e do que vem no frontispício dos livros paroquiais que vimos a citar: 'f*oi cura na Matriz da Ribeira Grande, segundo a informação do reverendo ouvidor Egas Moniz* [o que confirmámos]. *A Câmara Municipal da Ribeira Grande, em sessão de 23 de abril de 1896, deu o nome deste eclesiástico a uma das ruas da freguesia da Conceição (Rua do Vigário Mathias* [com a grafia exata da placa toponímica azulejar feita nas fábricas da vila da Lagoa] *que antes se denominava rua do Vale* [ainda hoje, entre os da nossa geração, se chama indiferentemente à rua Vigário Matias, rua do Vale ou rua do moinho do Vale]. *Carta de 6 de outubro de 1902 de* Manuel Rego Teixeira).'

Pelo menos desde julho de 1692, era cura da Matriz, continua a informar-nos[189]. Para sermos mais exatos, o primeiro termo de óbito feito e assinado pelo punho de Matias Nunes, é assim que lá vem o seu nome escrito, data de 15 de abril de 1689. Trata-se do óbito de uma mulher chamada Maria de Sousa[190]. E se aquele padre Matias Nunes for o mesmo que o padre Matias Nunes de Sousa, terá casado a 8 de novembro de 1698 os bisavós paternos de madre Margarida Isabel do Apocalipse. Trata-se do casamento de Pascoal Rodrigues e de Maria Travassos. Como mera curiosidade, Pascoal era filho de pais incógnitos, sendo dado como natural da freguesia de Nossa Senhora da Estrela. Maria Travassos era filha de Manuel Travassos, na altura ausente da ilha, e de Bárbara do Monte, naturais da mesma igreja. Na linguagem então em uso corrente nos termos de casamento, diz-se que casaram solenemente por palavras de presente, de tarde, na igreja de Nossa Senhora da Estrela.

O termo de casamento, porém, fora feito a 24 de novembro de 1698. Portanto, o padre que os casou terá sido Matias Nunes, nem mais nem menos que o primeiro vigário da Conceição[191]? Parece que sim. É o seu último termo de batismo, realizado no dia 18 de abril de 1699, que no-lo confirma. Matias diz assim: 'foi batizado (…) por mim Matias Nunes de Melo[192].'

Por ironia do destino, se tal de facto existe, ou por mera coincidência do modo como as coisas acontecem, das que a vida vive recheada, o seu primeiro registo paroquial conhecido, como cura da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, trata-se de um termo de óbito, fora feito dez anos antes do seu último: a 17 de abril, de 1699, poucos dias após ter concorrido ao cargo de vigário da nova paróquia. Matias Nunes redige e assina, a sua letra é inconfundível, o termo de óbito de Bárbara, viúva de Francisco de Almeida, que Deus haja[193].

À altura, já havia concorrido - feito oposição -, e sido aceite pelo bispo como o futuro primeiro vigário da Conceição. A 21 de abril faria o seu último batismo na Matriz, havendo sido o seu último casamento celebrado a 14 do mês anterior[194] . Porém, por ser tempo proibido, não haveria de ter tempo de dar as bênçãos ao casal.

---

188 Agradeço Dr. Miguel de Sousa. É, no entanto, necessário usar as notas com algum cuidado, veja-se, Rodrigues, José Damião, São Miguel no século XVIII, casa, elites e poder, Ponta Delgada, 2003, p. 521: '*trabalho incompleto: por um lado, faltam nomes de sacerdotes no seu inventário; por outro, certos párocos fichados não apresentam elementos biográficos suscetíveis de possibilitarem a sua identificação.'*

189 BPARPD, Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Liv. 6, fl. 109 v: O Padre Matias Nunes de Melo, Cura da Matriz, da Ribeira Grande, foi um dos testamenteiros do padre Vicente Ferreira, que faleceu na mesma freguesia a 8 de julho do ano de 1692

190 BPARPD, Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, Liv. 6, fl. 89

191 BPARPD, Casamentos, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, 1697-1718, fl. 12

192 BPARPD, Batismos, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, Liv. 12, 1696-1701, fl. 81.

193 BPARPD, Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, Liv. 6, fl. 166.

194 BPARPD, Casamentos, Matriz de Nossa Senhora da Estrela, Ribeira Grande, 1697-1718, fl. 17.

O cura Matias, da Matriz da Estrela, pelos indícios de que dispomos, seria uma pessoa de confiança bem relacionada na terra. De outro modo não se compreenderiam os exemplos que se seguem: em maio de 1692, fora indicado como um dos dois testamenteiros do padre Vicente Ferreira, igualmente cura na mesma igreja[195]. Já vigário da Conceição, a 20 de abril de 1703, é de novo nomeado testamenteiro[196]. A freguesa da Conceição, Maria Leda, repare-se, moradora 'nesta vila da Ribeira Grande desta ilha de São Miguel, nos foros dela (…).' A talhe de foice, os Foros continuavam a surgir, pelo menos no que à narrativa toponímica local dizia respeito, como um espaço territorial distinto da Conceição: uma espécie de Gramas e de Ribeirinha de então. Maria Leda elegeu 'por seu testamenteiro e curador de sua alma ao muito reverendo padre Matias Nunes, vigário de Nossa Senhora da Conceição, e lhe pede pelo Amor de Deus queira aceitar este trabalho (…).'Ser testamenteiro, significava ser da confiança de quem fazia o testamento: implicava cumprir com escrúpulo matérias pertinentes à salvação da alma do testador. Uma curiosidade: a casa da testadora encostava '(…) do nascente com a ribeira dos moinhos e do poente com rua pública.'

Maria Fernanda Malaca, outra moradora dos Foros, fica-se a pensar na ligação do vigário aos Foros, nove anos depois de Maria Leda escolhe o vigário Matias para seu testamenteiro.[197] Transcreve-se por curiosidade apenas: 'nos foros desta vila da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, nas casas onde mora Maria Fernanda Malaca (…).'

Ainda e mais uma vez, os Foros continuavam a aparecer como entidade própria. Repare-se no pormenor biográfico: 'estando então doente em uma cama mais para a morte do que para a vida e por se ver (?) debilitada de forças por ser muito velha estando em seu juízo perfeito (…).'Velha, sem herdeiros, Maria Fernanda Malaca 'deixava por sua herdeira a sua alma e cumpridos os mandos (?) acima ditos para o que pede de amor de Deus ao seu vigário o padre Matias Nunes de Melo seja seu testamenteiro e procurador de sua alma o tomar por trabalho mandar-lhe vender o que aqui declara para o seu enterro (…).'Matias Nunes de Melo merecera a confiança de alguns dos seus fregueses mais abonados pela fortuna.

O primeiro vigário da nova paróquia estaria, como se costuma dizer em circunstâncias semelhantes, na altura certa e no sítio certo quando D. António Vieira Leitão quis retomar o processo de criação da nova freguesia. Fora pelo menos durante dez anos cura da Matriz, trabalhara com o seu vigário, Jerónimo Tavares Homem, e aí exercera o seu cargo o mais tardar até 21 de abril. Vinte e um dias depois, tomaria posse da nova paróquia. Matias era alguém que conheceria bem a Matriz, onde se incluía então o lado que viria a ser atribuído à nova paróquia, pelo que, a nova paróquia, nesta perspetiva, terá começado sem sobressaltos nem ruturas.

O bispo D. António não precisara de ir às Gramas pela Lomba nem às Caldeiras pelo morro do Meio para encontrar um vigário para a Conceição e a Matriz não se opôs à criação da nova paróquia. Primeiro, encontrou na Matriz o futuro vigário. Segundo, caso tivesse havido contestação firme na Matriz à criação da nova paróquia, o rei, por certo, não teria hesitado em desautorizar o bispo D. António. Havia-o feito naquele mesmo ano de 1699.

O caso conta-se assim: a Lomba da Maia, então sob a jurisdição paroquial da Maia, não chegara a ser paróquia porque o rei quisera acautelar a integridade dos rendimentos dos párocos da Maia. Conforme se poderá ver melhor no trabalho biográfico do cónego Pereira.[198] Uma outra razão para considerarmos não ter havido contestação? Vejamos: não se deve pôr de parte como uma mera nota de rodapé sem importância desta história que se pretende contar, o facto de o vigário da Matriz da altura, Jerónimo Tavares Homem, ser natural da banda poente da ribeira.

---

[195] BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 5934, Testamento do padre Vicente Ferreira, 1692; AMRG,

Ouvidoria da Ribeira Grande, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Padre Vicente Ferreira

– 1692 (?), Ribeira Grande, Mç 003, Proc. 027, P6, E3.

[196] BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 7357, Testamento de Maria Leda, 20 de abril de 1703; AMRG,

Ouvidoria da Ribeira Grande, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Maria Leda – 1703

-1713, Foros, Mç 018, Proc. 006, S1/ E 4.

[197] BPARPD, Tribunal da Relação dos Açores, n.º 5797, Testamento de Maria Fernanda Malaca, 26 de dezembro 280 de 1712; AMRG, Ouvidoria da Ribeira Grande, Testamentos, Autos de Contas de Testamentos, [organização: Ana Cristina Moscatel], Maria Fernanda Malaca – 1712-1713, Foros, Mç 018, Proc. 007, S 1/ E4.

[198] 30 Pereira, José Augusto (Cónego), A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, Edição da Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1950, p. 126: *'Pediu também que fossem elevadas a paróquias os curatos da Lomba da Maia e o de Nossa Senhora da Saúde no lugar dos Arrifes. Mas Sua Majestade não autorizou para não serem prejudicados os direitos dos respetivos Párocos.'*

Matias Nunes ficaria à frente da paróquia até falecer em 1717. Pouco tempo antes disso vir a acontecer, talvez já suspeitando do fim próximo, já em pleno outono, fez testamento a 26 de outubro de 1716. Nele, conforme ainda nos diz Alexandre Alvim, deixa, como era uso e costume fazer-se então e por muito mais anos se continuaria a fazer, '*o encargo pio anual de 6 missas comuns; o qual é ainda hoje (1893)* [Alvim situa-se sempre no que diz e, escrupuloso, dá conta de quem o informou.

Quanto a nós, tentámos, sem sucesso, encontrar o paradeiro deste legado.] *satisfeito pela igreja da Senhora da Conceição.*'O termo de óbito é mudo quanto à idade de Matias à altura da sua morte.

7. Nota Final: exemplo da paróquia do Apóstolo São Pedro

Como já certamente terá percebido, a História dos primeiros passos da paróquia da Conceição é feita de algumas luzes e de outras tantas sombras. Das outras três paróquias da Ribeira Grande de então, Matriz de Nossa Senhora da Estrela e Bom Jesus, da primeira sabe-se o que Frutuoso nos deixou escrito, da segunda, pouco menos, porém, da terceira, da do Apóstolo São Pedro, conhecemos o essencial do processo desde a sugestão de elevação a paróquia até à tomada de posse do seu primeiro vigário. Apesar do documento ser uma cópia do Livro do Tombo original da paróquia, de não termos meio de o confrontar com os documentos originais, confiando que não hajam erros crassos na sua transcrição, será uma boa ferramenta de trabalho.

O exemplo dos primeiros passos da paróquia vizinha do Bem-aventurado Apóstolo São Pedro, poderá iluminar as sombras que envolvem a Conceição?[199]Apesar de a elevação da Conceição distar mais de um século da do Apóstolo São Pedro, os processos ainda seriam semelhantes? Talvez.

Como se iniciou o processo? Começou pelo bispo: *'(…) visitando (…) o bispo Dom Gaspar de Faria (que aja glória) a igreja de Nossa Senhora da Estrela* (…) *achou que (…).*'

O bispo, o caso da Conceição, ao que se sabe é diferente, alega razões de:
a) Serviço de Deus;
b) Descargo de consciência de sua alteza, o rei;
c) Salvação das almas dos fregueses. Quais os motivos exatos? Ao pedir o consentimento ao rei, Dom Gaspar de Faria, que visitara pessoalmente a igreja paroquial de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, fundamenta o pedido em quatro pontos:

a) '(…) *que a dita igreja* [Matriz de Nossa Senhora da Estrela] *por ser de grande povoação,'*
b) '(…) e os fregueses dela muito espalhados,'
c) '(…) distância do lugar (…)' e
d) '(…) dificuldades dos caminhos.'

Impedia que
a) recebessem os sacramentos;
b) ouvissem missa e
c) assistissem aos ofícios divinos. Principalmente, diz o bispo: '*especialmente os que vivem na Ribeira Seca* [implicitamente, aponta para a Ribeirinha, Lomba e espaço que viria a ser a Conceição].'

Por que razões em especial? Caraterística demográficas do povoamento: '*que passam de cem fogos* [argumento usado mais tarde na Conceição] *que por ser longe da Matriz* [não é o caso da Conceição] *e ter ribeiras no caminho* [Grande e Seca.] *deixavam os ditos fregueses no inverno de ir nos domingos e dias santos à dita igreja Matriz conforme a sua obrigação.*' Passos importantes a reter: alvará régio feito na chancelaria da Ordem de Cristo, em resposta ao pedido do bispo e carta de criação do bispo seguia-se à obtenção do consentimento por parte do padroeiro real. O processo era *in solidum*. O bispo não o poderia fazer sem o rei, nem o rei sem o bispo.

Ainda com a natureza dos novos espaços a intrigar-nos, freguesia e paróquia, a mesma coisa ou coisas diferentes, mas que realidades, o alvará régio de D. Sebastião enfatizava: '*e na carta que passardes* [bispo] *da criação e ereção* [repare-se] *da dita nova paróquia e freguesia* [freguesia, nesta aceção, há uma lista de fregueses destacados dos da Matriz, será o conjunto de fregueses que são obrigados a uma igreja paroquial? Assim sendo, se for o caso, então não haverá paróquia, igreja com pároco, sem fregueses].' (fl. 3)

[199] 238 Cópia do Primeiro e do Segundo Livro do Tombo da Freguesia de S. Pedro da Ribeira Seca, Vila da Ribeira Grande, *'Carta da criação da freguesia do Apóstolo São Pedro, na Ribeira Seca, de 12 de dezembro de 1576.' (fls. 2-4 v.); 'Carta de confirmação do primeiro vigário da igreja de S. Pedro, na Ribeira Seca, de 13 de dezembro de 1576 e posse dada ao mesmo de 24 de dezembro de 1576.'* (fls. 4 v - 5 v.)

Não fosse cair no esquecimento o seu papel recente, algo que ainda se consolidava, vinha do Concílio de Trento, por isso a insistência: '(…) *declarareis* [bispo] *e fareis menção de como eu dei* [rei] *a isso meu consentimento para guarda e conservação da dita ordem*.' (fl. 3)

Se não temos a data em que o bispo escreveu ao rei, o rei respondeu ao bispo a 28 de abril de 1576. Na posse do alvará, o bispo podia completar a criação e a ereção da nova paróquia e freguesia, porém, D. Gaspar de Faria morre e o rei, para continuar o processo, delega no deão e no cabido a sua continuação: '*encomendo ao Deão dignidades e Cabido da Sé vagante criem a nova freguesia de São Pedro*.'

Nova freguesia, sem mais. Pouco antes referia freguesia e paróquia. Em que ficamos? Em que ponto estamos da criação da nova realidade eclesiástica?

Primeiro, o bispo achou necessário, depois, o rei aceitou a argumentação e deu o seu consentimento, *in solidum*, com este consentimento expresso em alvará coube ao bispo, ou quem o substitui legalmente, o Deão e o Cabido, passar carta de criação. Estes, Deão e Cabido, '*por virtude do qual alvará e postilha* [que será?] *pela autoridade ordinária de que nesta parte usamos e pela que nos é cometida pelo Sagrado Concílio Tridentino havemos por bem* [deão e cabido, consentida pela parte do rei. Veja-se] *criar e erigir ora novamente a dita nova paróquia (…) pelo teor desta nossa carta* [. Onde para a correspondente carta para a Conceição?] *a criamos e erigimos* ***in perpetuum****, e isto de consentimento do dito Senhor Rei, de cujo padroado é* ***in solidum****.'* (fl. 3)

27. ***MIGUEL MAGALHÃES, INSTITUTO DE ESTUDOS DE LITERATURA TRADICIONAL (IELT) FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA MIGMAGLIT@YAHOO.COM***
28. ***RICARDO DUARTE, INSTITUTO DE ESTUDOS DE LITERATURA TRADICIONAL (IELT) FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA RI_DUARTE@HOTMAIL.COM***

HERANÇA CLÁSSICA E MODERNIDADE EM O PROGRESSO DE ÉDIPO DE NATÁLIA CORREIA

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura contemporânea. Surgido entre as duas guerras mundiais, que abalaram os pilares sociais da sociedade europeia, este movimento deixou marcas profundas em quase todos os escritores da segunda metade do século XX.

Natália Correia (1923-1993) foi uma das suas grandes herdeiras, não só porque absorveu os valores típicos do Surrealismo, como também porque soube concretizá-los numa criação original em que tradição clássica e modernidade fazem eco.

Uma das primeiras obras que avulta neste contexto é a peça de teatro *O progresso de Édipo* (1957), em que, firmando-se num mito clássico, a autora coloca em perspetiva uma série de valores que fundaram o pensamento ocidental.

Partindo da análise de *O progresso de Édipo*, resolvemos empreender um estudo que pretende mostrar de que forma este poema dramático se enquadra num contexto literário de vanguarda, ao mesmo tempo que recupera uma herança clássica que tão fortemente influenciou a escritora açoriana.

A originalidade do nosso trabalho consiste precisamente na leitura cruzada de um texto que, apresentando uma leitura freudiana da ligação Édipo-Laio-Jocasta, em que o destino incestuoso de Édipo é exposto como um impulso do subconsciente de cada cidadão, propõe a reinterpretação de um mito que toca de forma profunda um dos maiores tabus do mundo ocidental.

Palavras-chave: classicismo, surrealismo, teatro

1. Introdução

O mito de Édipo, um dos mais célebres da Antiguidade Clássica e imortalizado, sobretudo, pelo *Oidipous Tyrannos* de Sófocles, foi, na literatura portuguesa do século XX, alvo de, pelo menos, três recriações poéticas. Rescreveram-no João de Castro Osório, em *A Trilogia de Édipo*, de 1954; Natália Correia, em *O Progresso de Édipo*, de 1957, e Bernardo Santareno, em *António Marinheiro*, das três, a única a ser encenada, tendo estreado em 1967.

O poema dramático de Natália Correia, partindo da tradição clássica, transmuta o mito à luz dos princípios do Surrealismo português e da leitura freudiana da ligação Édipo-Laio-Jocasta, em que o destino incestuoso de Édipo

é apresentado como um impulso do subconsciente de cada cidadão. O veicular de uma interpretação deste tipo não pode ser desligado do sentido provocatório e de agitação de que se considerava que a literatura não se devia apartar.

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura contemporânea. Surgido entre as duas guerras mundiais, que abalaram os pilares da sociedade europeia, este movimento deixou marcas profundas em quase todos os escritores da segunda metade do século XX.

Natália Correia (1923-1993) foi uma das suas grandes herdeiras, não só porque absorveu os valores típicos do Surrealismo, como também porque soube concretizá-los numa criação original em que tradição clássica e modernidade fazem eco.

Uma das primeiras obras que avulta neste contexto é a peça de teatro *O Progresso de Édipo* (1957), em que, firmando-se num mito clássico, a autora coloca em perspetiva uma série de valores que fundaram o pensamento ocidental.

Comecemos, então, por ver as linhas-mestras do mito que nos foi legado pela Antiguidade, para analisarmos, de seguida, a forma como a autora lhes imprime uma nova orientação, consentânea com a sua poética, muito virada para um muito marcado compromisso social, cruzando, assim a tradição clássica com a modernidade.

2. Legado clássico

Laio, rei de Tebas, pertencia à terceira geração depois de Cadmo, fundador mítico desta cidade. Casou-se com Jocasta, uma prima afastada, e foi durante o seu reinado que o oráculo de Apolo em Delfos começou a desempenhar um papel crucial no destino dos Labdácidas. Alertado pelo oráculo de que havia de morrer às mãos do filho, Laio providenciou para que os pés do recém-nascido fossem atados e para que ele fosse exposto no Citéron, onde, esperava, encontraria a morte, desvanecendo-se, assim, a ameaça. Convencido de que conseguira iludir o Destino, Laio passou a viver sem sobressalto e quando, muitos anos mais tarde, foi assassinado longe de casa, a hipótese levantada pelo oráculo não foi sequer considerada, tendo-se atribuído a autoria do seu assassínio a um qualquer desconhecido. Correu então a notícia de que um grupo de assaltantes havia morto o rei e todos os seus servos, à exceção de um, que, tendo logrado fugir, a divulgara nestes termos.

Como a cidade de Tebas se encontrasse por essa altura a braços com um terrível flagelo, esta versão não encontrou grande resistência e não chegou a ser levada a cabo uma investigação que apurasse as circunstâncias do assassinato do rei. É que os Tebanos estavam a ser assolados pela Esfinge, monstro terrível, com forma de leão alado, mas peito e rosto de mulher. Ela surpreendia todos os que se dirigiam para a cidade, impondo-lhes como condição para prosseguirem caminho responder acertadamente a um enigma. Todavia, como ninguém conseguia fazê-lo, a Esfinge ia chacinando homem por homem, deixando a cidade num estado deveras periclitante. As suas sete portas, orgulho dos Tebanos, permaneciam fechadas e a fome grassava por entre a população, desesperada.

Mas eis que chega à cidade Édipo, homem de grande inteligência e coragem, que deixara a sua casa em Corinto, onde era considerado filho do rei Pólibo, na sequência de um exílio voluntário a que se obrigara depois de ouvir um oráculo de Delfos que lhe predizia que haveria de matar o próprio pai. Tendo, à semelhança de Laio, julgado que jamais tal profecia se viria a concretizar ou que seria, de alguma forma, possível contorná-la, Édipo decide nunca mais ver Pólibo e parte. No seu vaguear errante foi dar, então, à região de Tebas, onde tomou conhecimento do terror provocado pela Esfinge. Audaz, decidiu enfrentá-la.

Ao enigma *'qual é o ser que de manhã anda com quatro pés, ao meio-dia com dois e à tarde com três'*, Édipo respondeu que se tratava do Homem, que começa por caminhar apoiado em quatro pés, depois em dois e finalmente em três, nas três fases da sua vida: infância, em que ainda gatinha, juventude e idade adulta, e velhice, em que, para caminhar, necessita do apoio de um bordão. Era esta a solução certa e a Esfinge sucumbiu, por fim. Os cidadãos, gratos, indicaram-no como rei e Jocasta, a viúva de Laio, casou com ele. Seguiram-se anos prósperos, que pareciam comprovar a suposta falsidade das palavras de Apolo.

No entanto, quando os filhos do casal estavam já crescidos, Tebas foi assolada por uma praga terrível, uma peste que dizimava os homens, bem

como os rebanhos e as colheitas. A fome proliferava de novo e Édipo sofria por todos os seus súbditos. Resolveu, pois, enviar Creonte, seu cunhado, a Delfos, para implorar o auxílio do deus. Apolo declara que somente a punição do assassino de Laio pode pôr cobro à calamidade. Convocando uma reunião com todos os Tebanos, a fim de que tomassem conhecimento da mensagem que Creonte trouxera, Édipo toma a seu cargo a responsabilidade da investigação, certo de que, tivessem embora já decorrido bastantes anos desde o sucedido, não haveria de ser difícil encontrar o ou os assassinos.

Ordena, assim, que seja trazido à sua presença Tirésias, um velho profeta cego, muito estimado por todos, e pergunta-lhe se conhecia algum meio de encontrar o culpado. Para seu grande espanto, o vidente recusa-se a responder, aterrorizado. Mas quando Édipo se excede, acusando-o de guardar segredo por ele próprio ter tomado parte no assassínio, Tirésias encoleriza-se e acaba por afirmar perentoriamente que é Édipo, ele próprio, o assassino que procura. Atónito, o Labdácida começa por acusá-lo de estar louco, para logo de seguida ponderar a hipótese de o adivinho ter sido instruído por Creonte, que estaria interessado em destituí-lo, para poder assumir o poder.

Também Jocasta despreza as palavras de Tirésias, afirmando que nem profetas, nem oráculos são infalíveis, tanto que há alguns anos também a sacerdotisa de Delfos profetizara que Laio havia de morrer às mãos do próprio filho, mas que ambos tinham providenciado para que tal não acontecesse, matando a criança. Além disso, Laio havia sido morto por salteadores, no lugar da encruzilhada dos três caminhos. Curiosamente, tudo isto tivera lugar pouco antes de Édipo chegar a Tebas. Perturbado, ele anseia por saber mais pormenores e exige que seja trazido à sua presença o único sobrevivente do suposto ataque. É que, desabafa com Jocasta, ele próprio havia ido consultar Apolo, antes de se dirigir para Tebas, porque um indivíduo lhe havia insinuado que ele não seria filho de Pólibo, e o oráculo havia-lhe falado de coisas tremendas - que havia de matar o pai, casar com a mãe e dela ter filhos. Assim sendo, tomara a resolução de nunca mais voltar a Corinto e no regresso de Delfos, no sítio da encruzilhada dos três caminhos, encontrara um homem que se fazia acompanhar por quatro servos e que ele matara, uma vez que se havia revelado hostil e prepotente.

Enquanto assim conversavam, pareceu ter surgido mais uma evidência de que as palavras de Apolo teriam sido falsas – eis que de Corinto chega um enviado para anunciar a Édipo a morte de Pólibo. Qual seria, pois, o significado do oráculo de Apolo, uma vez que o monarca de Corinto não morrera às mãos do próprio filho? Apercebendo-se da perplexidade dos governantes de Tebas, o mensageiro questiona Édipo acerca do motivo por que decidira afastar-se do seu reino, se ele estaria relacionado com o medo de matar o próprio pai. O Labdácida responde afirmativamente e o mensageiro faz uma revelação inesperada – Édipo não é filho de Pólibo, mas antes havia sido exposto por um pastor, um servo de Laio, e, depois de recolhido, criado pelo rei de Corinto. A situação torna-se clara para Jocasta, que, depois de instar Édipo a fazer pouco caso das palavras do mensageiro, se retira bruscamente, entrando no palácio.

Mas Édipo está decidido a descobrir toda a verdade. Importa conhecer as suas origens e cumprir a promessa que fizera aos Tebanos de punir o assassino de Laio. Chega, entretanto, o pastor que, há muitos anos, tinha exposto Édipo no Citéron. Depois de interpelado pelo mensageiro, que lhe aviva a memória acerca do sucedido no passado, e de forçado por Édipo a falar, o velho pastor acaba por confessar, contrariado, que fora Jocasta quem lhe ordenara que se desfizesse de um recém-nascido por causa de uma profecia. Édipo solta um grito de agonia. Estava tudo desvendado, por fim. Assassinara o pai, casara com a mulher do pai, a própria mãe. Não havia qualquer salvação possível, nem para ele, nem para ela, nem para os filhos de ambos. Eram todos amaldiçoados.

Pelos recessos do palácio, procurou Édipo, como um louco, a mulher, que era também sua mãe. Encontrou-a nos seus aposentos, suspensa do nó de uma corda que a estrangulava. Prostrado junto dela, o rei volta também a mão contra si próprio. Não para se matar, mas para arrancar os olhos, transformando a luz em cegueira – uma cegueira física, contraponto da cegueira intelectual que não queria ver além do óbvio –, em escuridão, depois de vislumbrada o ofuscante brilho da verdade. O mundo das trevas passaria a ser o seu refúgio, o abrigo do opróbrio e monstruosidade que o cobriam. A cegueira física, que ajuda a isolar dos seus e da sua cidade aquele que há pouco era chamado «Édipo de todos bem-amado» (v. 40…) e agora é apodado de infeliz (vv. 1286-1299), desditoso (v. 1303) e reconhecido como causa do flagelo (1220-1221), converte-se, assim, na manifestação visível da ruína, da queda do herói (FIALHO: 1999, 30).

São estas as linhas gerais do mito e que enformam o monumental *Rei Édipo* de Sófocles. Já em *O Progresso de Édipo*, Natália Correia centra-se naquelas que compõem a estrutura mais elementar da história, até porque as

dimensões de um texto cuja própria autora designa por poema dramático não são comparáveis com as da tragédia sofocliana.

Assim, à autora, ter-lhe-á sobretudo interessado realçar os aspetos que têm servido de apoio à psicanálise para o esquadrinhar deste mito e das relações entre Édipo e Jocasta, o que permite designar por complexo de Édipo o desejo de união inconsciente da criança com o progenitor do sexo oposto. Vejamos, então, como o faz e de que forma a modernidade se alicerça no substrato clássico que acabámos de expor.

3. Tradição e vanguarda

O Surrealismo foi um dos movimentos de vanguarda que mais influenciou a literatura do século XX. Surgindo como movimento autónomo entre 1919 e 1925, o Surrealismo teve como textos teóricos de base os Manifestos Surrealistas publicados pelo francês André Breton em 1924. Não nos cabe, neste breve trabalho, historiar esta aventura, como foi designada por Mário Cesariny, até porque tal tarefa seria difícil, senão mesmo impossível, se atentarmos nas suas palavras (CESARINNY: 1997, 14): *Posto entre dois impossíveis, o do início e o do fim, nem os seus protagonistas se qualificam para Herculanos nem os amadores disso, temos visto, se haverão de esforçar*. Importa, no entanto, referir as principais caraterísticas deste movimento para compreender a sua influência na obra de Natália Correia.

Ideologicamente, o Surrealismo reivindica uma revolução que tinha tomado corpo durante a Primeira Guerra Mundial e colhe alguns princípios do Dadaísmo. Pretendia ser uma insurreição contra os valores estabelecidos, *a esclerose da arte e do pensamento aburguesados*, como se lhe refere Natália Correia (CORREIA: 2002, 6). De um modo muito resumido, poderemos mesmo dizer que o Surrealismo se compunha de apenas quatro fundamentos, em torno dos quais se desenvolveram variadas técnicas de expressão – estas muito mais numerosas –, que são: a vontade de expressão do inconsciente (na linha da exploração feita pela psicanálise de Freud e Jung), a unificação do Homem (através da harmonização dos opostos), a negação da ordem social e um compromisso ético-político (que acabou por nunca ser verdadeiramente clarificado).

> *O surrealismo, tal como eu o vejo, declara suficientemente o nosso não-conformismo absoluto para que seja possível defini-lo, no processo do mundo real, como testemunha de defesa (…) viver e deixar viver é que são soluções imaginárias. A existência não está aí*. (BRETON: 1993, 53).

No seu ensaio *Poesia de Arte e Realismo Poético*, publicado em 1958, Natália Correia faz eco dos pressupostos teóricos enunciados por Breton nos Manifestos. Mas é na peça *O Progresso de Édipo* que encontramos o desenvolvimento em pormenor de alguns dos fundamentos reivindicados pelos surrealistas. A autora é conhecedora da tradição literária clássica ocidental (ela própria foi tradutora da *Arte de Amar* de Ovídio e das peças de teatro *Ifigénia em Áulis, Electra* e *As Bacantes* de Eurípedes) e introduz nas suas peças elementos formais do teatro clássico, ao mesmo tempo que adota as teorias freudianas. A conjugação de ambos os elementos seria suficiente para produzir uma peça surrealista. Mas Natália vai mais longe (como é próprio da sua escrita, em várias dimensões) e coloca imediatamente a peça sob a influência hermética e alquímica.

A advertência inicial da autora, não só situa a peça sob o signo de Hermes, como também abre caminho para o campo da alquimia, em que o homem, o Sol-Irmão, representa o elemento material e físico, enquanto a mulher, a Lua-Irmã, representa o elemento espiritual. Dos dragões que guardam as letras do tetragrama (considerados os mais fiéis serventes e guardiões dos filósofos, mercê do seu veneno e dentes afiados) é-nos dito que só podem ser mortos pelos dois irmãos ao mesmo tempo. Ora, Édipo reúne em si estas duas naturezas, divina e humana, sendo, portanto, o único capaz de levar a cabo a empresa. Esta orientação transforma imediatamente a peça clássica: no centro da obra está o Homem (Édipo). O tema é, por sua vez, o conhecimento e não tanto, como no texto grego, os caprichos de um Destino voluntarioso, que, por mais que se tente combater, acaba, inexoravelmente, por se cumprir.

Édipo, depois de resolver o enigma da Esfinge, toma conhecimento da sabedoria e participa do mundo dos deuses. Ele, que encerra em si os elementos masculino e feminino, é reconhecido por Tirésias, que vem ao seu encontro (porque Tirésias, segundo a mitologia, conheceu-os a ambos) e o identifica com Osíris, na mitologia egípcia marido de sua irmã Ísis:

Celebram o mistério da tua origem. Porque tu decifraste a quádrupla do enigma. O monstro abriu-te o seu peito de pedra. E quando saíste eras igual a Osíris. (CORREIA: 1957, 12).

Neste momento, Édipo participa do mundo divino e usa da sua linguagem, que não é a mesma dos homens. Trata-se, pois, do regresso a um estado adâmico em que significante e significado têm uma relação unívoca. O próprio Surrealismo visava o retorno a um estádio primitivo, que estabelecesse novas relações semânticas através da prática, na escrita, de uma atividade experimental capaz de explorar outros estados da mente (automatismos, sonos hipnóticos ou induzidos).

Mas é Tirésias quem ocupa o lugar de oficiante e quem conduz os protagonistas ao ritual das núpcias, tal como a personagem do avô na obra *As Núpcias*, publicada por Natália Correia em 1992. Deste modo, Tirésias instiga Édipo a enfrentar Laio, o tirano que reinava em Tebas. Édipo é encorajado a destruir o objeto odiado para conquistar o objeto amado (neste caso, Jocasta). No manifesto *Erro Próprio* (1952), António Maria Lisboa (LISBOA: 2008, 51) explica:

> *No Amor tudo se passa em bases Ilícitas e Pecaminosas que é a única coisa LÍCITA e PURA que nós temos. E o Objecto-Amado quando o perdemos é porque nos roubaram, porque o Roubo é a única maneira possível de trocar na Terra e porque nela nada se perde e tudo se encontra. O que nós amamos existe - o que nós detestamos oprime-nos! A conquista do Objecto-Amado faz-se pela destruição do Objecto-Odiado!*

N' *O Progresso de Édipo*, Laio é apresentado como Objecto-Odiado, ao contrário da peça de Sófocles. O grande flagelo que assola Tebas é, pois, o rei e já não a Esfinge, que também é referida, mas apenas como parte do renome que precede Édipo e das lendas que dele os aedos contam: [Tirésias] *Celebram* [os aedos] *o mistério da tua origem* (CORREIA: 1957, 12). Agora, é ele que impede Édipo de chegar ao Objecto-Amado; tem, portanto, tem de ser destruído. A destruição do objeto é, por sinal, uma outra caraterística por que se manifesta o Surrealismo na obra de Natália Correia, seja a destruição do indivíduo, seja a destruição de um espaço definido (como podemos ver no poema *Comunicação*, de 1959). Mas a destruição do objeto não pressupõe a construção de um outro objeto: *Destruir é construir? engano: destruir é realizar-se outro objeto ou noutro mas nunca construí-lo*, como nos diz Lisboa (LISBOA: 2008, 112-113).

Depois do duelo com Laio, Édipo, o libertador, num rasgo de inovação extremamente significativo, pois que abre caminho para o incesto, sai vencedor (com duas chagas abertas no lugar dos olhos) e é aclamado rei de Tebas. Embora reconheça que o exercício do poder cega os homens, ele isenta-se dessa culpa, porque o não cobiçava – *A verdade é que eu não vim a Tebas nem para ser rei nem para ser cego. E ambas as coisas terei de suportar com ânimo de rei* (CORREIA: 1957, 16). A sua cegueira foi provocada por fatores externos e, por isso, pode ser redimida. Este passo pode, à luz da filosofia alquímica, ser interpretado como a passagem ao *nigredo*, a primeira fase de um *opus magnum*, ao qual se seguirá o *albedo* e o *rubedo*. Quando Apolo se apieda de Édipo e lhe indica uma cura para a cegueira, este hesita, prefere não ver. Mas Tirésias, mais uma vez investido do papel de oficiante do ministério que é o Amor, é apresentado como o catalisador das ações de Édipo, uma vez que, sem recuperar a visão, Édipo não poderia passar à etapa seguinte do processo alquímico. As águas do ribeiro abriram milagrosamente duas estrelas nas órbitas do Rei. Serão os dois fachos da intrepidez e da sabedoria que iluminarão o caminho dos tebanos? Ei-lo restituído à força primitiva. Fácil é reconhecer nos membros reanimados pela claridade que as pupilas filtram as proporções do antigo herói. (30). A cegueira de que foi vítima é, por um lado, retratada de uma forma muito positiva, já que permite a Édipo ver claro no que respeita aos afetos – *Cegueira! Crês verdadeiramente que eu seja cego? Haverá de facto cegueira no mundo? Não será sempre a mesma luz que nos pertence por direito de nascença e que voltamos para dentro de nós quando as pálpebras se fecham sobre as formas supérfluas do nosso sentir? Já pensaste, minha bem-amada, que os cegos trazem dentro de si, intacto, esse clarão, que só anima as coisas essenciais porque o não desperdiça a volubilidade das pupilas?* (20). Mas logo uma tirada do Coro adverte para que à luz poderão, por outro lado, seguir-se as trevas – *Será o momento indicado para lamentarmos a sua cegueira ou de invejarmos a cegueira dos homens enamorados?* (21).

Eis uma questão prenhe de expressividade e que vai, em parte, ao encontro dos anseios de Jocasta, de que a imagem que de si Édipo guarda não corresponda à realidade e de que ela não seja, pois, verdadeiramente amada – *Será a minha única beleza esta condição de sombra? Este fumo a que emprestas os ombros e a trança daquela que realmente nunca se quer vir a*

conhecer? Ah! maldita coisa é o amor que nos convida à crueldade! Terei então, ao contrário do que desesperadamente anseio, de implorar aos deuses a cumplicidade da tua cegueira? (20) [Tirésias dirigindo-se a Édipo] *És tu quem deve compadecer-se da Rainha. Sabes porquê? Porque podendo amar-te de qualquer outra maneira tu só lhe dás ensejo a que ela te ame da forma que mais a faz sofrer.* (27) (…) *como pode a Rainha saber se é realmente a mulher que tu amas? Repara que não foi a visão do seu rosto que acendeu no teu coração a chama do amor.* (28) (…) *Enquanto os olhos da tua carne não puderem identificá-las numa só Jocasta, haverá sempre duas: a Rainha e o fantasma da sua pré-existência. Poderá haver ciúme mais atroz? Poderá imaginar-se lâmina mais perfurante que não pode ser voltada sobre outro peito?* (29).

Se no *Rei Édipo* de Sófocles a cegueira se apresenta como consequência, como a punição última ante o pior dos ultrajes, em *O Progresso de Édipo* é ela que possibilita o incesto, não permitindo ao herói aperceber-se de que são execráveis as mais profundas tensões do seu inconsciente, aquelas que o levam a declarar *Como te via antes de te encontrar.* (21) ou ainda *Trouxe-te sempre espalhada no meu sangue. As tuas linhas dispersas boiavam como flores aquáticas à tona da minha memória. Às vezes era um perfil que se formava como um círculo na água e que depois ia quebrar-se de encontro à margem de qualquer interdição. (…) Nas noites cálidas, era em teu nome que eu formulava o desejo que espicaça o macho solitário* (22).

Realce-se, de novo, a tónica colocada no incesto, num desejo sexual primordial, que encontra a sua expressão máxima no encontro dos dois amantes e na sua noite de núpcias, de que a autora nos apresenta uma descrição repleta de ambiguidade, em que os artifícios da linguagem se combinam com uma disponibilidade metafórica fora do comum – [Édipo] *Põe a tua mão sobre os meus olhos. Ainda está quente o sangue com que a minha carne expia a tua viuvez. (…) É leve e fresca a tua mão. Ela corre sobre o meu rosto como água que visionam os homens que vão morrer de sede. E é ao mesmo tempo macia e doce como o leite que as crianças chupam avidamente no seio das mães. E tem o enigmático sabor desse alimento que faz acelerar nas nossas veias a seiva da virilidade* (18).

Por fim, Édipo recupera a visão e chega à conclusão de que Jocasta é sua mãe – *Poderá Édipo transformar as entranhas que o conceberam na terra mais apetecível às violentas sementes do seu orgasmo?* (32) –, quando anteriormente a tinha identificado como a primeira mulher: *Jocasta sabe que nunca amei outra mulher. Se a não tivesse encontrado seria igualmente o amante de Jocasta* (29). A imagem da Mãe que se confunde com a ideia da Primeira Mulher é, de resto, recorrente na obra de Natália Correia, sobretudo na poesia – vejam-se, a título de exemplo, os poemas *Cântico do País Emerso* (1961) ou *Mãe infusa* (1966).

> *A figura da Mãe surge neste contexto como o cordão umbilical que une o presente com esse passado genesíaco. Ela é mediadora entre o Eu e a Infância perdida onde corporiza a figura da primeira mulher. E a infância surge como o lugar ameno e perfeito; uma quase negação da própria vida adulta uma vez que esta é apenas uma antevisão da morte* (...). (MAGALHÃES: 2006, 21, I)

Exposto ao conhecimento e à realidade, Édipo é, então, de novo cegado, desta feita pelo seu outro progenitor, Jocasta, que se recusa a satisfazer o desejo de morte do filho-marido. É a condição de mulher, e não a de mãe, que fala mais alto, um pouco à semelhança de Medeia, de resto, que preferiu privar-se da maternidade a sofrer sem retaliação o agravo que lhe era feito enquanto amante[1].

Anseia-se, pois, por que a cegueira física traga consigo uma cegueira intelectual, o esquecimento, a ignorância, depois da sabedoria – [Coro] *Só agora perderam a inocência. Pois que acabaram de romper as névoas da ilusão. Dantes não havia pecado porque nenhum deles sabia que nome dar ao seu crime. Mas o conhecimento do mal entrou-lhes pela cabeça que é o pior sítio para o homem se absolver à custa de um disfarce. E terão de chamar infâmia à sua infâmia* (CORREIA: 1957, 33). Anseia-se, enfim, por um retorno à inocência perdida, a um vislumbre diáfano do conhecimento, que permite que tudo seja possível.

Rasgado o *véu do futuro*, como nos diz a citação inicial da obra, está aberto o caminho para uma nova visão em que as regras sociais e as leis do Homem desaparecem. É o momento da concretização do ideal surrealista: violentar as máscaras do espírito, aquilo que está estabelecido pelos costumes, pela moral social, e colocar o Homem face a face consigo mesmo. Natália coloca o incesto em evidência, ao contrário da peça de Sófocles, porque é através do incesto que Édipo condensa em si a Matéria e o Espírito, as duas realidades unificantes. Mas o crime de Édipo só é um crime porque o

Homem o nomeou como tal e por isso o coro afirma *Dantes não havia pecado porque nenhum deles sabia que nome dar ao seu crime* (33). É neste ponto que Édipo transita para o *rubedo*, encerrando-se, assim, o ciclo alquímico.

4. Conclusões

Natália Correia inicia a sua produção poética no mesmo ano em que surge o Grupo Surrealista de Lisboa, em 1947. Os valores surrealistas (nomeadamente a luta contra a ética familiar, o Estado e os mitos oficiais) ofereceram à autora o veículo desejado para transmitir a sua mensagem, lúcida e contestatária.

Por outro lado, o surrealismo, enquanto movimento de vanguarda, defendia uma série de caraterísticas de movimentos anteriores, como fossem os artifícios da linguagem do barroco, ou a ideia de revolução interior, típica do Romantismo, embora este preconizasse uma revolução individual, ao passo que o Surrealismo, uma revolução coletiva. Deste modo, Natália encontrou aqui uma forma que, na sua aparente irracionalidade, corporizava uma série de valores que lhe eram caros. A este interesse pelo Surrealismo, não é alheio o surgimento de uma voz de intervenção política em que o insólito e a estranheza da imagem visavam uma eficácia certeira na desmontagem e desmistificação da cultura institucionalizada.

Foi neste contexto cultural e político que Natália tomou contacto com o Surrealismo português, através dos seus principais atores – sobretudo Mário Cesariny e António Maria Lisboa –, de quem se irmanou intelectualmente sem nunca assumir, porém, um compromisso.

Não podemos esquecer que, apesar de ter organizado e publicado a antologia *O Surrealismo na Poesia Portuguesa* (1973), em que, percorrendo toda a literatura portuguesa, reúne textos tão díspares e distantes como a poesia trovadoresca ou a lírica camoniana, Natália não inclui nenhum poema seu. Pese embora esta relutância, Mário Cesariny, em *Surrealismo, abjecionismo: antologia de obras em português*, publicada em 1963, apresenta o poema *Queixa das jovens almas censuradas* (publicado no livro *Dimensão Encontrada*, de 1957), associando-a ao movimento.

A *O Progresso de Édipo* (1957) segue-se o livro de poemas *Dimensão Encontrada*, desse mesmo ano e cujo título aponta já para a descoberta de uma nova dimensão da realidade. São ainda geralmente apontadas como de matriz surrealista as obras *Passaporte* (1958), *Comunicação* (1959), *Cântico do País Emerso* (1961) e *O Vinho e a Lira* (1966), quase todas proibidas e apreendidas pela Censura.

A peça *O Progresso de Édipo* tem na sua génese, como vimos, o drama sofocliano, apontado por Aristóteles, na *Poética*, como o exemplo por excelência do trágico. O tema de Édipo não é original na literatura europeia, tendo sido re-escrito diversas vezes, nomeadamente por Corneille (1659) e Voltaire (1719). Trata-se, portanto, de um regresso cíclico e constante a um drama clássico que coloca em cena várias problemáticas que tocam no mais íntimo e profundo do Homem.

Mas as teorias do subconsciente formuladas por Freud e Jung trouxeram uma nova dinâmica a este mito, transformando-o num complexo contemporâneo. Deste modo, o Homem infeliz sem o merecer e sujeito à fatalidade do seu destino transforma-se em símbolo de um dos tabus mais confrangedores do Ocidente. E é nesta interpretação moderna da tragédia que se fixam as atenções dos surrealistas, eles próprios perscrutadores do onírico e do inconsciente.

Nesta linha, a peça de Natália Correia é surrealista, não tanto pelas caraterísticas formais, como pelo conteúdo temático. O próprio teatro surrealista ganha relevo, mais pela influência que deixou em géneros posteriores, do que por uma produção prolífica. De facto, Antonin Artaud (1896 - 1948), o nome mais evidente da produção dramática surrealista, pretendia despertar no espetador as forças do inconsciente, ao mesmo tempo que o libertasse dos condicionalismos impostos pela civilização. Assim se percebe que tenha escolhido o Surrealismo como base para o teatro da crueldade.

Os seus pressupostos são claros: ao contrário do teatro clássico francês (ainda influente na época de Artaud), as peças não tinham obrigatoriamente de propor uma problemática inicial que fosse sendo desenvolvida até ao desenlace. A experiência dramática era vista como um ritual iniciático em que o espetador deveria experimentar o terror de tal modo que chegasse a perder a razão. Liberto, por momentos, das amarras da racionalidade, a que, inevitavelmente, sempre acaba por voltar, o Homem poderia finalmente alcançar e compreender novos valores, demandar novos horizontes e, dessa

forma, progredir, pois, afinal, como sabiamente Édipo afirmava, *nenhuma viagem nos permite verdadeiro regresso. O retorno é apenas mais uma cadeia do nosso constante progresso* (30-31).

5. Notas

[1] Para uma leitura desenvolvida deste tema, veja-se, em DUARTE: 2008, 88, a descrição que é feita do recontro entre as condições mãe/mulher e que tem o seu clímax no momento em que Medeia se prepara para levar a cabo o infanticídio.

6. Referências Bibliográficas:

BRETON, André (1993) *Manifestos do Surrealismo*: Salamandra.

CESARINY, Mário (1997) *A Intervenção Surrealista*: Assírio & Alvim.

CORREIA, Natália (1957) *O Progresso de Édipo: poema dramático*: *s/e* [Gráfica Portuguesa].

CORREIA, Natália (2002) *O Surrealismo na Poesia Portuguesa*: Frenesi.

DUARTE, Ricardo (2008) *De* mater *a* monstrum: *o abismo dos* affectus *estoicos na* Medea *de Séneca*: Tese de Mestrado em Estudos Clássicos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FIALHO, Maria do Céu (1999) *Sófocles, Rei Édipo*: Edições 70.

FIALHO, Maria do Céu (2006) "O Progresso de Édipo de Natália Correia: uma reescrita feminina do mito". in *Máthesis* 15, 241-255.

GRIMAL, Pierre (1992) Dicionário da mitologia grega e romana: Difel.

LISBOA, António Maria (2008) *Poesia*: Biblioteca Editores Independentes.

MAGALHÃES, Miguel (2006) *Natália Correia: escritos autobiográficos. Edição e estudo* (2 volumes): Tese de Mestrado em Literaturas Modernas e Contemporâneas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

29. *NUNO FILIPE MEDEIROS MARTINS, TÉCNICO SUPERIOR DE ESTUDOS EUROPEUS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA*

LUSOFONIA, DO VELHO AO NOVO MUNDO. REFLEXÃO SOBRE A APLICABILIDADE DA TEORIA REALISTA E DA TEORIA DO "SOFT POWER"

O mundo está em mudança. A forma como percecionávamos o sistema internacional no pós-guerra Fria aos poucos sofre consideráveis metamorfoses. A globalização, a integração regional, a fragmentação dos atores internacionais e a erosão do Estado-Nação são fatores que devem ser levados em consideração numa análise profunda das mutações sistémicas das Relações Internacionais. A História encarrega-se de demonstrar que Portugal tem, gradualmente, vindo a perder alguma projeção externa e a sua posição no palco das potências internacionais, tem sido, aos poucos, relegada ao papel de figurante. Perdida alguma parte do valor estratégico militar, do qual dotava o arquipélago dos Açores o país, durante grande parte do século XX, permanecia o "softpower" português, no domínio das relações entre os países de língua oficial portuguesa. Estará também este "poder funcional" a entrar em declínio? Será um Acordo Ortográfico, meramente um instrumento linguístico, ou a morte preanunciada do papel de Portugal nas relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa e com o resto do mundo?

Em primeiro lugar, urge explanar o conceito central em torno do qual toda a atividade em Relações Internacionais gira – o Poder. É este "poder" que condiciona a atuação dos agentes internacionais, é este "poder" que carateriza o agente e que o dota de um posicionamento particular na globalidade do sistema internacional. Se difícil é discutir a "ontologia" dos atuais atores do sistema internacional, a evidente e constante presença do conceito operacional "poder" torna premente a sua quantificação. Muitos foram os teóricos que tentaram dotar este conceito de um caráter quantitativo, tais como Nicholas Spykman, Clifford German, Ray Cline ou André Beaufre. As várias tentativas de uma maior operacionalização concetual do "poder", inserido no quadro das Relações Internacionais, denunciam a sua relevância. Walter S. Jones define o Poder como "*a capacidade de um agente das relações internacionais para usar recursos e valores materiais e imateriais, de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito*"[200]. É nesta divisão entre as duas componentes deste conceito, tangível e intangível, que nos devemos concentrar.

Percecionando este dualismo dentro de um mesmo conceito, Joseph Nye define, assim, *Hard Power* e *Soft Power*. Se por um lado o "hard power" representa o núcleo duro de políticas e capacidades do agente internacional, por outro o "soft power", a componente intangível do poder, compreende todas as políticas e setores, que *a priori* não seriam reconhecidos como parte integrante do conceito de "poder", mas cuja presença influencia a posição e intervenção de um agente internacional perante a realidade sistémica existente. É consensual no meio académico que a Cultura seja vista como um dos vetores mais importantes deste "soft power". Assim sendo, a Língua será indubitavelmente um dos constituintes deste "poder imaterial". Esta

[200] *In* JONES, Walter S., *The Logic of International Relations*, Boston, 1988, pág. 257.

componente imaterial foi, durante anos, suficientemente impeditiva para que as tentativas de quantificação do Poder de um estado ou agente internacional perdessem parte considerável do ser cariz científico, muitas vezes entrando no campo da subjetividade, no que concerne ao cálculo de algumas das variáveis.

Num interessante artigo da conceituada revista *Nação e Defesa*, Mendo Castro Henriques e António Paradelo apresentam uma fórmula de cálculo de "soft power", que "*gera valores absolutos que permitem comparar em termos de soft power a posição relativa dos países entre si. Neste sentido, é um ranking de rankings, ou seja, um meta-indicador.*"[201] De alguma subjetividade, a fórmula apresentada pelos autores compreende as seguintes variáveis como elementos: Língua, Educação, I&D, Cidadania, Justiça, Ambiente, Saúde, Património, Turismo, Competitividade e Saldo Migratório.

Tomando como conceito a Língua, deverá ser racionalizada a sua capacidade enquanto fator potenciador da imagem externa de um estado/estados, ou de uma organização. Será este vetor cultural do Poder uma variável fundamental para a organização concetual das relações internacionais? A Língua, enquanto elemento identitário, permite uma diferenciação clara dos agentes internacionais. Permite, ainda, e no caso concreto da Língua Portuguesa, a consolidação de subsistemas ou sub-organizações sistémicas; define e identifica espaços e agentes políticos, cuja ação terá consequências (independentemente da sua dimensão) no sistema internacional.

A envolvência da circunstância linguística com a realidade histórico-política internacional de Portugal é bastante evidente. É também com base nesta sequenciação de acontecimentos políticos e do enquadramento da dimensão internacional de Portugal (colonial e pós-colonial), que podemos utilizar os conceitos de "luso-tropicalismo" e de "lusofonia" como delimitadores de uma mudança sistémica que propiciará a corrente realidade internacional. Durante a era colonial, percecionava-se uma imagem externa de Portugal, junto das colónias, como a potência dominadora, cuja cultura parecia integrar-se e ser abraçada pelas populações autóctones, com grande facilidade. É com base nesta propensão natural para a miscigenação dos Portugueses, que nasce o conceito de "luso-tropicalismo", anunciado por Gilberto Freyre, na sua afamada dos anos 30, "Casa Grande e Senzala". É também importante perceber que este "luso-tropicalismo", é vivido de forma diferente pelos vários territórios coloniais; é fulcral estabelecer uma separação entre a colonização do Brasil e a colonização dos países africanos.

No Brasil, a colonização, e respetiva integração da cultura portuguesa, dá-se de forma quase natural e sequenciada, através da emigração para esta colónia. A Colonização é vivida de forma bastante diferente no continente africano: é uma colonização forçada, imposta pela necessidade autocrática de exibir possessões coloniais, demonstrativas do Poder e força do regime do Estado Novo. De uma forma ou de outra, é criada a imagem de que Portugal desempenhara um papel fundamental na criação da identidade destes territórios. Após a Revolução, a 25 de abril, é iniciado o processo de descolonização. Com este, é enterrada a imagem de uma nação poderosa, que condicionava as especificidades de outros territórios além-mar. Nasce um Novo Portugal; um Portugal diferente daquele que havia sido apregoado durante o Estado Novo. O primeiro golpe no "soft power" português é então desferido: um país que havia baseado a sua identidade nas Descobertas, na expansão e na colonização, estava agora reduzido ao pequeno território originário, na fronteira oeste da Europa, e inclinado para a integração num novo ente supranacional, as então Comunidades Europeias.

É precisamente com a democratização, que o "luso-tropicalismo" é reduzido a cinzas, donde mais tarde nasce, dotado de uma nova força e jovem vitalidade, o conceito de Lusofonia. Fundado apenas numa vontade de partilha de fatores identitários entre nações, agora, soberanas, o conceito rapidamente ganha projeção e, com ele, Portugal. O "soft power" português estava então revitalizado, agarrando-se a uma "lusofonia" desprovida de vetores de "hard power" e consolidada apenas na partilha de uma identidade linguística una, encabeçada pela Nação Portuguesa, "Mãe" da Língua comum.

Agora com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, Portugal vê-se perante a redefinição do paradigma do seu "soft power". Escusar-me-ei a comentar os efeitos linguísticos e a sua pertinência, pois impede-me de fazê-lo o desconhecimento científico, mas em termos meramente políticos, numa perspetiva realista das relações internacionais, este foi um novo golpe no "soft power" português, que creio ter sido fatal. Se é certo que o Brasil "dominava" a Lusofonia pelo diferencial de "hard power", também não será menos verdade que Portugal encimava o *"Clube Português"*, numa perspetiva cultural e linguística – numa perspetiva de "soft power". Não se trata de sede de poder; a não-manutenção do "soft power" deverá ser pensada como uma

[201] *In* HENRIQUES e PARADELO, Mendo Castro e António, *Uma Fórmula de Soft Power*, Revista Nação e Defesa, Instituto da Defesa Nacional, nº 113, 3ª Série, Lisboa, 2006, pág. 124.

falha na política externa e de divulgação da língua e cultura portuguesas. Um acordo deste género não espelha nenhuma mudança sistémica internacional, mas certifica a incompetência de gestão da Cultura Portuguesa e de delineação de uma estratégia de divulgação e manutenção da imagem do Estado Português no mundo. Erros políticos e estratégicos não devem ser desculpados com a ratificação de documentos! Da linguística à política, da cultura nacional à identidade lusófona comum, a essência da discussão deverá, contudo, permanecer voltada e direcionada para uma só via – o caminho da coesão e da unidade. Citando Moisés Martins, referindo-se ao Luso-Tropicalismo:

> *"Não é meu entendimento, no entanto, que o luso-tropicalismo se reduza a estereótipos, com a voz de quem manda a reinar sozinha por cima da cabeça dos países de expressão portuguesa. Aquilo que me parece sobremaneira importante sublinhar nesta teoria social é a valorização dos diferentes contributos - africanos, ameríndios, orientais, europeus - para a civilização comum luso-tropical, e também a noção de que a "unidade de sentimento e de cultura" deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados."*[202]

É nesta diversidade que nos devemos concentrar; é nesta variedade que reside a riqueza da Lusofonia – este é o verdadeiro tesouro da Cultura Portuguesa.

Nuno Filipe Medeiros Martins

30. OSMARINA DE SOUZA, ACADEMIA DE LETRAS DE BIGUAÇU, STA CATARINA, BRASIL

DIAS DE MELO

Tenho, ainda, em minha mente a imagem de Dias de Melo, no saguão da Câmara Municipal da Lagoa, nesta maravilhosa ilha de São Miguel, Açores, na tarde de 8 de maio de 2008. Estávamos todos participando do III Encontro de Lusofonia e, entre uma palestra e outra, vi o escritor, sentado atrás de uma pequena mesa ao lado da Bandeira do Divino Espírito Santo, que havíamos trazido de Biguaçu, Santa Catarina: cumprimentava-me calmamente enquanto autografava o seu livro *Mar Pela Proa*. Simpático, avançado na idade, deixava transparecer a saúde já um tanto debilitada. Era uma figura magnífica.... Sua imagem gravei – e continua gravada – em minha mente, e essa foi a razão pela qual o escolhi como tema desta intervenção.

O trabalho literário de Dias de Melo expressa a identidade máxima do povo açoriano. Como exemplo, estão seus livros relacionados à aventura da pesca das baleias na ilha do Pico. *Mar Rubro, Pedras Negras e Mar Pela* nos fornecem elementos para a história da pesca na Ilha do Pico entre 1876 e 1983, período em que se fundou a primeira armação de pesca. Foram mais de 50 anos de vida literária. Ao abrir a internet no dia 24 de setembro de 2008, vejo a foto de Dias de Melo ao lado de uma baleeira; como fundo, duas casas de pedras negras. Leio: "Faleceu hoje em Ponta Delgada o escritor picoense Dias de Melo"**.** Fiquei surpresa, orei e lembrei sua figura ao me autografar aquele livro. Mais adiante leio: Governo dos Açores inaugura Museu Dias de Melo. Mais que merecido! Agora só nos resta a saudade de tão meiga e complexa figura: Dias de Melo. E sua obra! Foi um homem solitário e solidário, viciado em seu cachimbo. Publicou aproximadamente 34 livros.

Divulgou o arquipélago, nunca esquecendo a luta do homem do mar. Sobre ele, testemunha Fernando Aires em seu Diário III (2003: 192):

> *O drama de Dias de Melo é estar sozinho – a solidão a minar-lhe a vida fibra a fibra. Vê-se-lhe na cara, na voz, na dificuldade com que (ainda) se presta aos rituais da convivência. Sozinho – um estado de alma que nem a farmácia nem os amigos podem resolver. E então atira-se ao trabalho. [...]. Vai enchendo com desespero e tenacidade folhas de papel com a sua letra espremida, difícil, enrugada das coisas assustadoras da vida.*

É o refazer incessante de um barco cheio de rombos e de fendas. Um refazer de tábuas e de velas. De rumos a fingir que a vida ainda vai por aí a fora, com toda a aparência de um projeto que continua. Dias de Melo, nasceu na Ilha do Pico, em Calheta do Nesquim, no dia 8 de abril do ano de 1925. A mesma Calheta do Nesquim que serve de cenário à impressionante "narrativa açoriana" *Pedras Negras.* Foi poeta, contista, cronista, romancista e novelista – enfim, um exímio narrador – memorialista e pesquisador. Nas palavras de José Martins Garcia (1995: 229):

[202] MARTINS, Moisés, Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários, Revista Visages d'Amérique Latine, nº 3, junho de 2006, pág. 95.

Uma personalidade curiosa inquieta, ora voltada para as profundas interrogações sobre a vida e a morte e ora voltada, com notável poder de observação para a realidade circundante, ora voltada para o sentido do seu estar no mundo, ora voltada para a condição dos seus semelhantes, muito especialmente dos que lutam e sofrem em terras e mares dos Açores ou que, longe dos Açores, lutam e sofrem com a Ilha no mais íntimo da memória. Fez seu curso primário na Horta e foi professor em Ponta Delgada. Aos 12 anos já escrevia para o jornal "O Telégrafo". Colaborou também com o jornal "Açores", "Ilha", "Diário de Notícias" e "Diário de Lisboa".

Na década de 50 fez poesias e foi nessa época que editou *Toadas do Mar e da Terra,* ocasião também em que seu romance *Pedras Negras* era traduzido para o inglês. Dias de Melo foi Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal em Madri. Seu trabalho literário expressa a identidade máxima do povo açoriano e nos traz elementos de muito valor, na área e para a história desse povo, principalmente da gente humilde da sua ilha, que vive num sistema de escassez. Como exemplo estão seus livros relacionados à aventura da pesca da baleia na ilha do Pico. Claro, Dias de Melo como ninguém podia falar sobre baleeiros, pois ele mesmo foi um deles, não por muito tempo, mas esporadicamente exerceu sim, esse trabalho e ali nesta zona baleeira viveu longos anos de sua vida. Acertadamente, Cristóvão de Aguiar, a partir dessa circunstância refere-se em "Relação de Bordo" (1979) que Dias de Melo ficará para a posteridade como um símbolo do homem do mar e que, como tal, marcou, sem dúvida, a literatura portuguesa de significação açoriana.

Ele andou e navegou pelas ilhas com toda a sua humildade, quieto, colhendo e recolhendo a cultura popular para depois referenciá-la em sua obra acrescida de pormenores extraídos da sua criativa imaginação. Era um operário da palavra, escultor da personalidade do baleeiro do Pico. Fazia questão de terminar seus livros em sua casa, no alto da Rocha do Canto da Baía, onde viveu por longo tempo. Ali naquele recanto sossegado, de difícil acesso, o escritor de dimensão universal comprazia-se na composição de novas narrativas tiradas do cotidiano picoense. Sem nunca fazer concessão a modas literárias, ele narra histórias tanto do homem do mar como da terra. Conhecia muita gente e os costumes da época. Lá, no recanto preferido, tanta era a sua solidão que se considerava um bicho do buraco, pois segundo ele, não havia quem o notasse. No entanto, mantinha-se em contato com os amigos, conforme Fernando Aires registra em seu *Era uma vez o Tempo Diário* III (1993: 158), em resposta a uma carta:

Meu caro Dias de Melo

Recebi carta tua, do Pico, onde ciclicamente te refugias como as andorinhas.

Estimei saber-te produtivo, a confraternizar, a publicitar mais um livro (Aquém e Além Canal), na Madalena, com "Casa completamente cheia".

E termina: "abraço fraterno do teu antiquíssimo amigo".

Foi professor de ensino primário, técnico e secundário em Ponta Delgada, Cova da Piedade e Laje do Pico. Era admirador do saudoso escritor brasileiro Jorge Amado. Em 1964 Dias de Melo escreveu e publicou *Pedras Negras* cujo conteúdo decorre no princípio do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial. Seu título refere-se não só à pobreza da região castigada pelo vulcão, mas principalmente às pedradas do destino, derrotas da vontade, flagelos que se vão sucedendo – uma vez por causa da ganância dos humanos; outras vezes, porém, por desígnios tão insondáveis que o leitor é levado a pensar em Fatalidade [...] inscrita no magnífico título da obra, esse anúncio da dureza e negrume que destrói a rija têmpera e a medular combatividade dum Francisco Marroco. (Garcia, 1995: 234)

Em *Pedras Negras,* Dias de Melo nos conta com detalhes os horrores do vulcão quando do mar vomitava fogo, pedras incandescentes e lavas em direção à ilha do Pico. Fala-nos também sobre as pedras negras da ilha que, em brasa, levaram dias para o resfriamento e que hoje são cartões postais da ilha. O mar é uma constante em *Pedras Negras.* Não o mar dos poetas, mas um mar sempre agitado de onde partem os que da ilha se vão, geralmente para a América, mas também para os outros portos da mesma ilha ou da ilha vizinha, "*onde baleeiros escrevem páginas de coragem e de morte, é também neste mar que chegam os navios carregados de grão – o socorro possível em anos de fome*" e as provisões de subsistência para os ilhéus além do que eles próprios produzem. É um "*mar de aprisionamento e de evasão", "um cerco de hostilidade, muitas vezes agressivo, um mar que esteriliza a terra com suas ondas de rocio, um mar traiçoeiro que engole os humanos que o defrontam"* (Garcia, 1995: 235).

A terra, em *Pedras Negras,* reveste-se ora de uma verdejante paisagem, amena e produtiva, ora com poeira e desolação geradas pela ventania que

resseca as pastagens. Seus habitantes festejam tanto chamarrita quanto o Espírito Santo e folgam ao receber o retorno de um filho, como é ocaso do Francisco Marroco. Mas, na maioria das vezes, é um povo triste que se sente injustiçado frente ao Destino. Dentro da narrativa de Dias de Melo, a crônica ilhoa aliada às notícias das catástrofes da guerra alimentou a demanda da emigração dos habitantes das ilhas para a América, mais precisamente para a Califórnia e Canadá, como é o caso do seu personagem Francisco Marroco, que ao voltar muito rico, depois de passar por muitas desventuras na Califórnia,' casou, mas que tem um fim muito tristonho.

Depois, de gasto o último cêntimo, Francisco Marroco mendigava os retos dos ricos e, se lhe negavam a esmola e não podia aguentar mais a fome, roubava nos caixotes de lixo o pedaço que disputava aos cães, e à beira da estrada a fruta que pendia das árvores. Perdera a antiga candura, a crença no paraíso americano e na justiça dos homens [...]

> *Sentia-se aniquilado. Cada dia mais lhe custava mendigar. Os cobertores esmagavam-no. Os pés doíam-lhe, chagados, quase em carne viva. E caminhava. (Melo, 2008:78-79).*

Ao prefaciar o livro *Mar Pela Proa* de Dias de Melo (2008), Daniel Sá deixa bem claro que são do autor do Pico alguns dos mais belos livros que se escreveram nos Açores. E diz mais: "Nenhum *baleeiro de Dias de Melo será jamais enterrado no chão do esquecimento. Ele garantiu a todos a perenidade da vida na memória das gentes"*. Tem razão o escritor Daniel Sá, pois Dias de Melo escreveu com muita simplicidade e muito romantismo toda a história de luta do homem da ilha do Pico de onde era natural. No entanto, a história cruenta de uma comunidade esquecida pela sorte também foi dita com muita coragem e apreço pela ilha que o viu nascer. Dias de Melo foi agraciado com a medalha "Ordem do Infante" e também Lages do Pico concedeu-lhe o Título de Cidadão Honorário do Conselho. Recentemente, o Governo Regional dos Açores presidiu uma sessão pública de homenagem a Dias de Melo, apoiando uma nova edição da trilogia da obra do autor: *Pedras Negras, Mar Rublo e Mar Pela Proa.* Foram mais de 50 anos de vida literária, e na solidão dos seus dias nunca abandonou seu cachimbo no qual era viciado. Publicou aproximadamente 34 livros e como outros escritores açorianos divulgou o arquipélago nunca esquecendo a luta do homem do mar. Fez de grande parte de sua escrita um painel dessas mesmas atividades particularmente o que se reporta ao Conselho das Lajes[203] .

A José Gabriel Ávila falou por telefone aos 81 anos:

> "*Estou em meu escritório escrevendo mais um livro que não se sabe se será publicado, mas isso não importa o que importa é que continuo escrevendo"*.

Em detalhes também nos narra o ódio de que vai no coração de seu perverso e invejoso personagem Albafar (que aparece e reaparece em três obras) contra todos, mas em especial contra ti Machadinho. Albafar considerava-se traído porque naquele dia ti Machadinho pescara três ou quatro baleias, enquanto ele, Albafar subiu sua lancha na rampa sem nenhuma caça e do alto da rocha negra ficou ao deus-dará. Já no livro *A Montanha Cobria-se de Negro* (2008), volta ao assunto: desta vez Albafar, queixa ao delegado contra Domingos Saltão e Manoel Alfaiate, querendo incriminá-los porque haviam rebocado a baleeira Natércia, que estava a deriva em mar aberto. É deslumbrante a maneira com Dias de Melo nos narra estas passagens. É um ato de injustiça tão grave que a história que dá título à narrativa chamou-se *A Montanha Cobria-se de Negro*. Dias de Melo conseguiu com seu trabalho literário transmitir detalhadamente aos seus leitores os problemas, as aspirações, as desilusões de um povo sofrido com as emigrações, seus sucessos e seus fracassos. Há um foco comum entre comentaristas e críticos literários ao dizerem que *Pedras Negras* pode e deve ainda ser estudado à luz do mal praticado, onde os bons como Francisco Marroco e outros se confrontaram com os maus: Albano Passarinho, Augusto Bóia e Albafar, tão hipócritas quanto arrogantes, corroídos pela inveja, rancores e hostilidade.

Resumindo, Dias de Melo foi autêntico ao descrever lugares e personagens. O leitor entra na história e caminha junto sobre rochas e cascalhos no mar raivoso ou calmo e por ruas, becos, subidas e descidas. O caráter de ficção do autor revela-se na capacidade que tem de fixar índices etnográficos que sobrevivem até ao desaparecimento das suas referências históricas. O conjunto de suas narrativas de ficção sela um compromisso entre a língua, o tema e as situações quotidianamente enfrentadas pelo povo açoriano. *À boquinha da noite* parece-me ser autobiográfico. Com a perda de

[203] Dores, Victor Rui. A herança dos confins do Brasil

Rosa Maria, o narrador, em primeira pessoa, fragilizado e sem rumo, encontrou Eduarda e com ela viveu momentos felizes, amparando-se na aparente fortaleza da moça, que não deixava transparecer também sua dor com a perda do marido e do neto querido. Nessa obra, o personagem, talvez o próprio Dias de Melo, não esconde a solidão e a tristeza de um homem viúvo. Comenta novamente sobre a sua casa ou o "seu buraco", seus pensamentos tristes, o amor e a capacidade desse amor que pode criar, mas que lhe traz a saudade de Rosa Maria a quem jamais deixará de amar, mesmo, agora, amando Eduarda.

Considera-se um bicho do buraco e tem cadeira cativa no canto do bar onde fuma seu cachimbo cujos rolos de fumaça por vezes lhe ocultam a visão. É por vezes personagem espetador, outras é personagem atuante. Fala num eu minucioso, muitas vezes explícito nos mínimos detalhes do ambiente onde acontece a história, outras em sentido figurado. Li atentamente *inverno sem primavera* e confesso que uma de suas histórias me comoveu. Os personagens Carlos e Alvarina, cuja luta para concretizar um desejo maior qual seja o de comprar uma casa e um barco baleeiro. Este, o sonho que Carlos alimentou por muitos anos. Parentes mandaram-lhes o dinheiro da América para a compra da casa e, na euforia para apanhar a bolsa, uma rajada de vento espalhou todo o dinheiro por sobre as pedras, arbustos e a água. E aí, o autor enaltece o picoense, um povo honesto, amante do próximo que cuidadosamente catou todo o dinheiro e entregou-o aos donos que tiveram a oportunidade de comprar a casa e na felicidade de agradecer aos amigos que deram mostra de sua honradez.

Mas, Carlos e Alvarina precisavam ainda concretizar o outro sonho, a compra de um baleeiro e partiram, então, para a América. A cada dinheiro ganho com muita luta, parte era guardado. Durante o dia catavam minhocas para vendê-las aos pescadores no lago Toronto. Vencido o problema, voltam à ilha, compram o barco do feitor mestre Manoel Joaquim e a felicidade parecia estar completa. É uma história bonita, comovente, minuciosa que nos leva a sentir orgulho do povo açoriano. Após tanta luta, o orgulho pela compra do baleeiro que recebeu o nome de Calhetense. O enfrentamento do perigo e o barco firme para o que se propunha, só Carlos com a saúde abalada foi condenado a abandonar o mar para sempre e assim o seu barco. A tristeza tomou seu coração e roubou a saúde de Carlos que foi obrigado a vender seu baleeiro. Carlos viu seu barco navegar mar à fora em direção a seu novo dono. Cena que o deixou mais triste para um ano depois ser tragado pela morte.

Procurei em muitos escritos algo mais sobre Dias de Melo e na Internet encontrei o seguinte comentário da escritora Urda Alice Klueger, natural da cidade de Blumenau em Santa Catarina que após ler *Mar pela Proa* de Dias de Melo escreveu:

> *Dias de Melo é um romancista que vive nos Açores num lugar com o romântico endereço de Calheta do Nesquim. Escrevi-lhe uma boba carta que teve grande acolhida por ele e se tornou meu amigo. Escreveu-me longas missivas cheias de simplicidade e sabedoria com as quais eu aprendo desde o viver nos Açores até História e Literatura. É um homem simples e humilde exemplo para todos nós*[204].

Na apresentação do livro "O Autógrafo", Luiz Fagundes Duarte escreveu: "*Homenagear um escritor açoriano é competência de organismos açorianos. Homenagear Dias de Melo é uma obrigação, pois sua obra é parte integrante e insubstituível da paisagem cultural dos Açores do nosso tempo".* Agora, eu abro um parêntese para pedir licença para integrar-me a essas homenagens, pois Dias de Melo com sua escrita, (seis livros foram quantos pude ler) deixou-me apaixonada pelos Açores, tanto que senti vontade de aqui vir morar.

Referências Bibliográficas:

Dias de Melo (2008). *Pedras Negras*, 4ª ed. Ponta Delgada: Ver Açor.
Dias de Melo (2008). *Mar Rubro.* Ponta Delgada: Ver Açor.
Dias de Melo (2008) A Montanha se Cobria de Negro
Dias de Melo (2008). *Mar pela Proa*. Ponta Delgada: Ver Açor.
Dias de Melo (1996). Inverno sem primavera. Lisboa: Salamandra.
Dias de Melo (2000). *À Boquinha da noite*. Ponta Delgada: Ver Açor.
Garcia, José Martins (1995). Exercício da Crítica. Lisboa: Salamandra.

31. RAUL LEAL GAIÃO

ASIATICISMOS NO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

[204] Disponível em WWW.cronópios.com.br

Com a chegada dos portugueses, Macau tornou-se um polo irradiador da atividade comercial para diferentes zonas do Extremo Oriente: China (Cantão), Malaca, Japão, Índia, possibilitando a miscigenação com mulheres malaias, japonesas e indianas.

Estes contactos e as diversas relações que se estabeleceram ao longo do tempo, permitiram um intercâmbio cultural que contribuiu para o cruzamento linguístico em que muitos elementos lexicais se fixaram no falar macaense.

Pretende-se analisar a proveniência diversificada do léxico macaense nas entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) e confrontá-lo com diferentes glossários de asiaticismos, salientar os aspetos da sua evolução e dar um breve panorama do contexto histórico que possibilitou estes contactos.

1. Introdução

Os contactos efetuados pelos portugueses, a partir de Macau e com início no século XVI, entre diversas comunidades e culturas do Oriente, contribuíram para as trocas linguísticas que se fixaram no léxico do crioulo macaense[205] de base portuguesa, e mais tarde no falar macaense, com influências malaias, indianas, chinesas, japonesas e até filipinas.

O crioulo, inserido num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/ cantonês pela comunidade chinesa, começou possivelmente a sua formação a partir dos fins do século XVI, sendo falado pela comunidade macaense como língua do espaço familiar, até finais do século XIX.

2. Comunidade macaense, crioulo e falar macaense

Macaense, como é entendido em Macau, indica o natural da terra, mas com ascendência portuguesa e com cruzamentos diversificados:

> *"[...] as euro-asiáticas teriam sido, em grande maioria, as mães dos macaenses, filhos das primeiras famílias estáveis radicadas em Macau*" (Amaro, 1988:6); segundo Bento da França, nos macaenses predominam *"[...] traços gerais mongólicos, mas também participam de feições dos europeus, malaios, canarins [...} e é produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos, feitos à mercê do acaso"* (Amaro, 1988:4).

Sendo raras, nos primeiros tempos, as portuguesas europeias que rumavam ao Oriente, além das chinesas, eram as mulheres de várias etnias que acompanhavam e casavam com os portugueses. *"As fontes históricas apontam para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau, porém na condição de escravas" (Amaro, 1988:92).*

Em relação às mulheres chinesas e japonesas muitas eram vendidas e amancebavam-se com portugueses, tornando-se mulheres legais. Como se torna visível, a origem dos macaenses está ligada à miscigenação de portugueses com mulheres orientais de diversos povos, o que contribuiu para a ampla influência linguística e cultural.

A identidade e a pertença à comunidade portuguesa, em Macau, definiam-se pelo casamento católico ou por conversão ao catolicismo, a submissão aos órgãos da administração portuguesa, a utilização da língua portuguesa e a adoção de hábitos e comportamentos ocidentais.

A comunidade macaense aprendia a língua portuguesa, falava o cantonense e usava o patuá no seio familiar e, embora educada na religião católica, foi integrando crenças da religião chinesa e influências culturais asiáticas, de que a culinária é o exemplo mais paradigmático *(Loureiro, 2005).*

Nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, na comunidade macaense o português padrão é conhecido e utilizado como língua escrita pelas elites locais e o crioulo é a forma de comunicação oral, principalmente da camada popular no seio familiar, situação que poderemos considerar diglóssica.

O processo de descrioulização decorre nos finais do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à forte crítica

[205] Conhecido por patuá, papiaçãm, língua maquista, papiá cristãm di Macau, lingu nhonha.

social,[206] pois era considerado língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas; continuou a ser usado nas comunidades macaenses emigradas, em Hong Kong e Xangai (Gaião, 2005).

Na segunda metade do século XX, verifica-se uma maior aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com maior frequência de casamentos entre as duas comunidades, a introdução da televisão chinesa, a adoção de hábitos e da cultura chinesa. Com esta estratégia matrimonial e o achinesamento cultural e linguístico dilui-se a identidade cultural e linguística de matriz portuguesa e perspetiva-se uma sinificação ou hanização dos macaenses, contribuindo para uma maior influência da língua chinesa no domínio lexical, domínio que, para além dos aspetos fonéticos e prosódicos, é a caraterística fundamental do falar macaense.

3. Contexto histórico dos contactos linguísticos

Macau foi ao longo do seu percurso histórico, e até aos dias de hoje, um lugar de encontro de povos e culturas. *"Os portugueses trouxeram para o território os seus hábitos e a sua língua, as suas crenças e as suas instituições, as suas técnicas e o seu saber"* (Loureiro, 2005:664). Ainda antes de outros povos europeus, chegaram os portugueses à China pela primeira vez em 1513, estando já estabelecidos em Malaca e Goa, lugares a partir dos quais desenvolveram grande atividade no comércio asiático (Loureiro, 2005).

Conseguindo em 1557 autorização para uma base permanente na península de Xiangshan, e como Macau se situava nas proximidades de Cantão, os portugueses tiveram acesso fácil aos mercados chineses e em pouco tempo Macau transformou-se num dos portos mais ativos dos mares do Sul da China.

Encontrando-se no epicentro de uma teia de rotas marítimas, a partir de Macau era relativamente simples navegar para diversos pontos no mar do Sul da China, Filipinas, Bornéu, Vietname, Camboja, Sião, Península de Malaca, ilha da Insulíndia e também para o Japão (Estorninho, 1971).

> *As autoridades chinesas de Cantão, reconhecendo que o comércio com os portugueses lhes trazia vantagens económicas e financeiras, conferem-lhes um bom acolhimento e autorizam o seu estabelecimento, iniciando-se uma intensa atividade comercial: duas vezes por ano os portugueses visitavam Cantão onde vendiam prata, incenso, pimenta, sândalo e âmbar e carregavam seda, porcelanas, cânfora, almíscar, mobílias*... (Loureiro, 2005).

Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses transformaram-se em intermediários privilegiados entre a China e outras regiões asiáticas e europeias para o lucrativo comércio externo chinês, até 1685, quando se verifica a abertura do mercado de Cantão a todos os estrangeiros (Estorninho, 1971).

> *" [...] Todos os anos um navio da Índia vem a Macau com carta e passaporte do Rei de Portugal e de lá navega para o Japão, a carregar; depois regressa a Macau, vai a Malaca e finalmente volta a Goa" (Lessa, 1996:195). A nau anual deixava Goa em abril ou maio, transportando tecidos de algodão, panos escarlates, tecidos indianos, objetos de cristal e vidro, relógios da Flandres e vinhos portugueses. Ao efetuar escala em Malaca, parte de carga era então trocada por especiarias e madeiras aromáticas. De Malaca a nau navegava para Macau onde recebia a carga de seda vinda de Cantão, partindo depois para o Japão. Como entre a China e o Japão não havia qualquer tráfego marítimo e comercial, os portugueses passaram a dedicar-se ao comércio sino-nipónico, na dupla qualidade de mercadores e transportadores. Do Japão traziam barras de prata, armários de laca, caixas e mobiliário, biombos pintados a folha de ouro. A maior parte da prata em Macau era utilizada para negociar o carregamento de sedas do ano seguinte. O ouro, sedas e outras mercadorias chinesas, almíscar, pérolas, marfim e porcelanas eram embarcados com destino a Goa. As porcelanas e as raridades eram vendidas na Europa.* (Boxer, 1991: 29-30).

Outras rotas, como a que conduzia a Manila, são o sinal da intensa atividade comercial nos mares do Sul da China, transformando Macau num florescente e poderoso empório marítimo-comercial. Em Macau se acolheram várias comunidades, como os japoneses cristãos perseguidos que aqui desenvolveram a sua atividade; mais tarde, no século XX, por efeito da 2ª

[206] Apresentamos duas opiniões, uma, dos finais do século XIX e outra da primeira metade do século XX, sobre o dialeto macaense: "É difícil nos primeiros tempos perceber os macaístas a falarem entre si, porque usam um patois especial que não é nem chinês nem português entremeado de gritos rápidos". (Paiva, 1997: 10). "O "patois" macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa" (Mendes, 1979: 34).

Grande Guerra, foi um lugar de acolhimento de refugiados chineses e estrangeiros. Macau afirmou-se também como centro difusor da religião católica e de intercâmbio espiritual e cultural entre o Oriente e o Ocidente (Estorninho, 1971). Como as zonas destes mercados eram campo propício para as missões religiosas, os missionários iam até onde chegavam os mercadores, procurando espalhar a fé na própria língua dos catequizados, contribuindo também para os intensos contactos linguísticos e para a difusão da língua portuguesa.

Macau tornou-se um lugar de planeamento e preparação e ponto de partida da missionação, nomeadamente para o Japão (até à expulsão dos portugueses em 1639) e para a China, destacando-se como um dinâmico centro de intercâmbio cultural, com a criação do Colégio de S. Paulo pelos Jesuítas (1594), onde se ensinava Português, Latim, Chinês e Japonês e onde foram produzidas *"as primeiras traduções de textos chineses para português e de textos europeus para chinês"* (Loureiro, 2005:664). Toda esta atividade permitiu que a miscigenação e aculturação fossem efetivas, "*pois os homens seguiam a tradição em entrepostos mais antigos, casando-se com raparigas asiáticas, [malaias, japonesas, indianas e chinesas] desde que fossem cristãs ou se convertessem, pelo casamento, ao cristianismo*" (Coates, 1991:59).

4. Léxico macaense no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea

Através dos termos presentes (asiaticismos de Macau) no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001)[207] [Quadro I][208] poderemos ver as diversificadas influências linguísticas tanto na origem das palavras como na formação de novas palavras. Pelo Quadro I (Anexo) verificamos que das cento e três entradas do léxico macaense presentes no *DLPC,* vinte e um são termos de origem malaia[209] [*achar, bagí, balichão, cate, catupá, chacha, chilicote, chuchur, chupa, dodol, estrica, estricar*, *junco, lacassá, lorcha(?), murum, nhonha, parão, sapeca, tael, tudum*], enquanto trinta e um são de origem chinesa[210] [*aiá, atai, cautau, chacoi, chau-chau?, chaumin, cheong-sam, cuailou, faichis, fantane, fongsoi, ham-ioc-chong, iam-chá, laissi, lán, min, minape, mintói, muichai, panchão, peipá, peipá-chai, quili-culú, saicó, tapilu, tai-tai, tancar, taufu, tau-fu-fá, tau-si*), constando ainda três termos que são a tradução literal do chinês para o português [*barco-dragão*/ lông châu, *bater cabeça*/ cau-tau, *filho da terra?*/ tou sang).

Para além das palavras malaias e chinesas temos ainda termos originários do japonês [*miçó/missó*, (figo -) *caque, múchi?, sutate?*], do concani [*ladu*], do indo-português [*aluá, apa*] e do tagalo [*mamun*].

O cruzamento linguístico é notoriamente saliente nas palavras compostas por elementos de duas línguas distintas: *apa-bico* (mal/port), *chili-missó* (chin?/jap), *figo-caque* (port/jap), *missó-cristão* (jap/port).

Notamos ainda, entre o leque das entradas, a presença de termos ligados à estrutura do crioulo, com dois nomes justapostos, sem preposição: *ade cabidela*, *barco-dragão*[211]. Na formação de novas palavras encontramos o processo de derivação em que o sufixo tem uma forma linguística diferente da língua da base: *lorcheiro* (chin + suf port), *estricar* (cr mal/hol + suf port), *tancareira* (chin + suf port).

O sufixo *ense* que na língua portuguesa designa naturalidade, no falar macaense tem um valor específico: o termo *cantonense* designa a língua/ o cantonês e *macaense* o grupo natural de Macau com ascendência portuguesa e asiática; há ainda o termo *macaísta* para designar o natural de Macau e o dialeto crioulo local. Verifica-se ainda a presença de termos da língua portuguesa que hoje estão mais ou menos em desuso: *ade*, *algibebe*, *burra, dó*. Com a hanização dos macaenses introduziram-se termos chineses para nomear realidades para as quais havia designações em língua portuguesa: *cabaia/cheong-sam; bater cabeça* (trad chin)*/cautau.*

Pela semântica dos termos,[212] constata-se que cerca de trinta e oito estão ligados à culinária/alimentos (achar, ade, ade cabidela, ade salgado, alua, apa-bico, bafassá, bagí, balichão, bolo-menino, camalenga, catupá, chá-gordo, chauchau, chaumin, chili, chili-missó, chilicote, chincha, dodol, farte, figo-

[207] No texto passamos a referenciá-lo apenas por *DLPC*.

[208] Abreviaturas do Quadro I relativas às línguas: chin/chinês; conc/concani; cr mac/crioulo macaense; drav/dravidiano; fr/francês; hol/ holandês; indo-port/indo-português; jap/japonês; ing/inglês; jav/javanês; mal/malaio; or obsc/origem obscura; port/português; tag/tagalo; tam/tamil.

[209] Alguns termos podem ter origem diferente, mas parecem ter sido introduzidos através do malaio.

[210] Aqui o chinês cantonês.

[211] Ou anda a reduplicação do nome, *bicho-bicho* , que no crioulo tem o valor morfológico do plural (Gaião, 2007), mas que não aparece no DLPC.

[212] No Quadro I (anexo), relativamente à semântica (9.), apenas se apresenta o conceito geral sem a definição exata do termo.

caque, ham-ioc-chong, iam-chá, lacassá, ladu, mamum, miçó, min, minche, missó-cristão, múchi, nairo, sutate, tacho, tapilu, taufu, taufufá, tau-si); outros são utensílios domésticos (estrica, faichis, parão), vestuário e afins (cabaia, cheog-sam, dó, minape, tudum), elementos do espaço doméstico como (burra, mintói), medidas (cate, chupa, tael) e designações do relacionamento familiar (atai, chacha, muichai).

5. Glossários de asiaticismos e do léxico macaense

A fim de se poderem ver as afinidades com o léxico macaense, pretendemos confrontar as entradas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* com os diversos glossários que se foram organizando: Dalgado (1919/1988)[213], contendo o léxico asiático/asiaticismos (QI, 3.]; Batalha (1988)[214], o léxico do crioulo e do falar macaense [QI, 4.]; Gaião, (1999)[215], o léxico do falar macaense [QI, 5.]; Ferreira (1978)[216], o léxico do crioulo macaense [QI, 6.]; Fernandes e Baxter (2004)[217], o léxico do crioulo e dialeto macaense [QI, 7.]; Baxter e Silva (2004)[218], o léxico do crioulo de Malaca [QI, 8.]. Relativamente à origem das palavras, não há consenso exato sobre um reduzido número de termos: *alua*, *chile-missó, faichis, lorcha, nhonha*.

Em Dalgado (1919/1988), somente um número diminuto de termos constam do falar macaense e são fundamentalmente termos de origem malaia e concani; aparecem neste Glossário apenas três elementos lexicais de origem chinesa [*chauchau?*, *fantane, lorcha?, tancar*]. Quanto aos termos de origem chinesa, o mesmo se verifica em Ferreira (1978/1996), apenas nove, mas os dois glossários referentes ao falar macaense (Batalha, 1988) e (Gaião, 1999) apresentam um grande número, catorze e vinte e seis, respetivamente.

Grande número de termos do *DLPC* fazia parte do crioulo macaense, cerca de cinquenta e seis, conforme se pode constatar no confronto com o glossário de Ferreira (1978/1996), um glossário do crioulo macaense, embora não pretenda ser exaustivo: [*ade, ade cabidela, ade salgado, aiá, alua, apa-bico, atai, auto-china, bafado, bagi, balicham, bolo minino, boquizá, camalénga, cate, catupá, chacha, chá-gordo, champaca, chacháu, chilicote, chíli-missó, chuchú, chuchuméca, chupa, dol, do-dol, fan-tan, fárti, figo-cáqui, iam-chá, istrica, istricá, lacassá, ladu, lorcha, malinguá, mamún, maquista, mestre-china, mínchi, murúm, nhónha, nhum, pauchong, papiá, parám, sapeca, sutate, tacho, tael, teng-teng-lou, torá, tudúm*], a que podemos acrescentar mais dezanove em Fernandes e Baxter (2001): [*achar*, *alúa, árve de pagode, bafassâ, cabaia, chincha, cúli, faichi, laissi, miçó, missó-cristão, mintói, minap, múchi, óla, patoá, saicó, tancá, tancarêro, taufú, tau-fu-fá*] .

Verifica-se que grande parte dos termos de origem malaia presentes no léxico macaense não aparece no crioulo de Malaca, o que, embora cautelosamente, entre outras hipóteses, poderá indicar que muitos desses termos não provieram diretamente do crioulo de Malaca. Pelo glossário de Fernandes e Baxter (2001) constata-se que há termos de origem holandesa que existem no crioulo macaense e no crioulo de Malaca [*estrica*, *cacús*[219]], o que poderá significar que, apesar de Malaca ter deixado de estar sob o domínio de Portugal em 1643 e passar para o domínio holandês, a influência malaia,

---

[213] *"[...] o meu projeto inicial era tratar da nossa inteira lexicologia colonial, asiática e africana; e neste sentido, tinha principiado a coligir apontamentos e a coordenar o trabalho. Considerando, porém, por um lado que se antolhavam muitas dificuldades etimológicas com respeito aos idiomas da África Oriental, e por outro assumiria, à vista do plano traçado, grandes dimensões, achei prudente circunscrever-me somente à Ásia, para que o barco não naufragasse*." (Dalgado, 1918: VIII)

[214] "*Pesquisávamos então o vocabulário do falar atual e a ele pensávamos limitar-nos, mas as pesquisas levavam-nos frequentemente a investigações no dialeto antigo, o crioulo propriamente dito. [...] A lista de vocábulos do falar atual foi assim engrossando com os do falar antigo; [...] entre palavras em uso e em desuso, decidimos incluir num mesmo glossário as palavras de criação ou importação recente, as palavras antigas mas ainda hoje usuais, as que se ouvem apenas a determinada geração, a mais idosa, e finalmente as que nem mesmo os mais velhos já empregam, que por vezes inteiramente desconhecem, ou de que só se recordam, nem sempre com exatidão, por as terem ouvido a seus avós*" (Batalha, 1988:119-120).

[215] Para tentar delimitar a componente lexical do falar macaense (atual), *"partiu-se da seleção de textos escritos dos seguintes autores macaenses: Luís Gonzaga Gomes, Lendas Chinesas de Macau, 1951; Deolinda da Conceição, Cheong Sam, a Cabaia, 1995; Maria Pacheco Borges, A Chinezinha, 1974; José dos Santos Ferreira, História de Maria e de Alferes João, 1987; Henrique Senna Fernandes, Nam Van, Contos de Macau, 1978, Amor e Dedinhos de Pé, 1986, A Trança Feiticeira, 1993", de forma a "estabelecer e definir os elementos lexicais considerados próprios da variedade linguística macaense*" (Gaião, 1998:5).

[12]O glossário aparece em *Papiaçám di Macau*, um conjunto de textos escritos por José dos Santos Ferreira/Adé, em prosa, com peças de teatro e uma pequena novela, histórias ligeiras, em crioulo e português, fechando com um "Epítome da Gramática Macaense Comparada" e de um "Vocabulário" sobre termos do dialeto macaense.

[217] O objetivo é fazer o levantamento do "léxico do crioulo português de Macau", "proporcionar uma referência unificada do léxico maquista" (Fernandes e Baxter, 2004:15) e "depois, atualizar o vocabulário disperso existente, registando-se palavras que, embora não constem dos velhos textos de crioulo, são considerados e aceites como parte integrante do dialeto na sua forma genuína" (Fernandes e Baxter, 2004:16)

[218] "Firstly, it aims to record words in use in Kristang" (Baxter e Silva, 2004: ix)

[219] Este termo não aparece no *DLPC.*

continuou a sentir-se, até porque os portugueses continuaram a comerciar com os sultanatos vizinhos.

Em Batalha (1988), Gaião (1999), Fernandes e Baxter (2004) há uma certa aproximação, uma vez que têm um número aproximado de termos, com elevado número de termos de origem chinesa.

Verifica-se que em Baxter e Silva (2004), no crioulo atual de Malaca aparece um conjunto de termos existentes no falar macaense [*achar, adi, bafadu, balchan, chili, chilikoti, chili-missó, chupa, doh, faichi, dodol, kabaya, kati, kolau, kuli, papiah, parang, pulut, striki, strikah*], o que evidencia, sendo salientado por muitos autores, a relação de influência que o crioulo de Malaca exerceu sobre o crioulo macaense.

Confrontando os diversos glossários do quadro I, verificamos que em Dalgado (1919/1988) e Ferreira (1978/1996) o número reduzido de termos de origem chinesa indicia o que muitos autores defendem: a influência chinesa foi mais tardia, pois, as uniões com mulheres chinesas parecem ter sido menos frequentes inicialmente e, apesar de as comunidades macaense e chinesa viverem no mesmo espaço urbano, havia uma delimitação física e social (a cidade cristã e a cidade chinesa); a avalanche de termos chineses entra no falar macaense quando as relações se estreitam, confirmando as opiniões de Francisco Carvalho e Rego, "*no dialeto macaense não encontramos influência da língua chinesa, a não ser em certos casos na musicalidade da linguagem, ou na própria construção da frase* [...]" (Rego, 2000:1014) e Amaro (1972:445): "*uma progressiva consciencialização de autonomia cultural a par duma progressiva abertura à cultura da milenária China transparece na realidade macaense, com crescente abandono dos seus velhos padrões luso-indomalaios*", ou mesmo ainda o ponto de vista de António da Silva, que apesar de considerar que há no crioulo macaense uma estrutura sintática próxima da língua chinesa, no referente ao léxico considera não haver nenhuma influência: "*o que é certo, porém, é que apesar da construção gramatical do dialeto de Macau ser iddentica á chinesa, não se encontra nêle uma unica palavra derivada da lingua sinica*" (Silva, 1915:164).

Se unirmos os diversos elementos que se foram tecendo na análise comparativa dos diversos glossários com o *D L PC*, as ligações dos portugueses às mulheres malaias, indianas, japonesas e chinesas, a presença de elementos lexicais da língua destas mulheres, o facto de o crioulo se falar no meio familiar e de, no lento processo de descrioulização, o reduto do falar crioulo se ter ido limitando às nhonhas e suas crioulas, amplificado pelo facto de o campo semântico dominante serem os termos ligados ao espaço doméstico, principalmente à culinária, todos estes elementos indiciam que a mulher teve um papel fundamental na constituição desta variedade lexical, presente no falar macaense.

6. ANEXOS

QUADRO I

Dicionário da Academia - entradas (1)	Dicionário da Academia - Etimologia (2)	Dalgado (3)	Batalha (4)	Gaião (5)	Ferreira (6)	Fernandes e Baxter (7)	Baxter e Silva (8)	Semântica (9)
achar	× mal	× persa/mal	× persa/mal	×mal		×	×mal	conserva de vegetais /cul
ade	×	× ? (adem)	×port. ant.		× (áde)	× (áde)	× (adi)	pato /cul
ade cabidela	×		×		×	×		pato de cabidela / cul
ade salgado	×		×		×	×		pato salmoirado /cul
aiá	×chin		×chin		× (aia)	× (aia)		expressão de espanto
algibebe	× ar			×ar				loja de venda de roupa
alua	×ar.	×ar/indo-port?/mal? (aluá)	×mal?/indo-port? (aluar/aluá)	×ar	× (alua)	× (alúa/aluá)		doce de Natal /cul
apa-bico	×indo-port		×	×indo-port - port	×	×		pastel de carne /cul
atai	×chin		×chin	×chin (atâi)	×	× chin (atâi)		jovem criado
auteiro	×			×				ator de auto
auto-china	×		×	×	×	×		ópera chinesa
bafado	× cr mac		×		×	×	× (bafadu)	abafado
bafassá	× cr mac		×	×cr		× (bafassâ)		prato de carne /cul
bagi	×mal		×mal	×mal	×	×mal		doce / cul
balichão	×mal	×indo-port/mal (balchão)	×mal	×mal	× (balicham)	× mal (balichám)	× (balchan)	tempero / cul
barco-dragão	×trad lit chin			×trad lit chin				barco
bolo-menino	×			×	×(bolo minino)	×(bolo minino)		bolo/ cul
boquizar	×		×	×	× (boquizá)	× (boquizâ)		murmurar
burra	×		×	×				cama
cabaia	×ar / persa	×ar	×ar	×ar		×	× (kabaya)	vestuário

REVISTA ANO 0 2009 ITENS 11 E 12

camalenga	×	×drav/ conc / mal (comalenga)	×	×	× (camalénga)	×		abóbora para sopa / cul
cantonense	×			×				dialeto chinês
cate	×mal	× mal-jav	×mal.- jav	× mal.- jav	×	×mal	×mal (kati)	medida de peso
catupá	×mal		×mal	×mal	×	× mal		bolo / cul
cautau	×chin			×chin				vénia
chacha	× mal		×mal?	×mal	×	× (chácha)		mulher idosa
chacha-velha	×		×(chacha)	×	×(chacha)	×(chacha)		mulher idosa
chacoi	×chin							casa de chá
chá-gordo	×		×	×	×	×		merenda ajantarada / cul
champaca	×		×	×	×	×		flor
chauchau	×indo ing / chin	×indo ing / chin (chau-chau)	×chin(chau-chau/cha-chau)		× (chachá u)	×chin		refogado chinês /cul
chau-min/chaumin	×chin					×chin (chau-min)		massa/cul
cheongsam	×chin			×chin				cabaia / vestuário
chili	×	×indo-ingl (chile)			×(chile)		×	Malagueta/cul
chili-missó	×	× indo-port (chile)	×?-jap(chili-miçó)	×chin+jap	×(chíli-missó)	× (chíli-missó)		tempero /cul
chilicote	×mal		×mal	×mal	×	× mal (chilicóte)	× (chilikoti)	pastel salgado / cul
chincha	×or obsc		×mal	×mal		×mal		recheio de pastel /cul
chuchumecar	×or obsc		×mal? (de chuchur?)		× chuchuméca	×mal chuchumeca		intrigar
chuchur	×mal		×mal		× (chuchú)	×mal (chuchú)		espetar
chupa	×mal	×mal	×mal		×		×mal	medida de capacidade
cuai-lou/ cuailou	×chin			×chin (kuai-lou)				(diabo) ocidental
cule/cúli	×drav	×indo-ingl	× ing?	×ing		× (cúli)	×ing (kuli)	trabalhador
dó	×lat	×	×port	×	×(dol)	×	× (doh)	manto preto / vestuário
dodol	×mal	×mal-conc	×mal	×mal	× (do-dol)	×mal	× mal	doce / cul
estrica	×mal		×mal	×mal	× (istrica)	×hol	×hol(strikí)	ferro de engomar
estricar	×mal		×mal+suf port	×mal + suf port	×(istricá)	× hol+suf port (estricâ)	×hol (strikah)	passar a ferro
faichis	× chin	×jap (fachis)	×chin?/jap?	×chin		×chin	×chin (fachi)	pauzinhos para comer
fantane	×chin	×	×chin	×chin	× (fan-tan)			jogo
farte	×		×	×	×(fárti)	× (fárti)		bolo / cul
figo-caque	×	×	× port+jap	×port+jap	× (figo-cáqui)	× (figo-cáqui)		dióspiro
filho-da-terra	×			×trad lit chin				macaense

fongsoi	×chin			×chin				arte adivinhatóri a
ham-ioc-chong	×chin			× chin				bolo salgado /cul
iam-chá	×chin				×	×chin		refeição
junco	×mal	×mal-jav		×mal				embarcação
lacassá	×mal		×mal		×	× mal		sopa / cul
ladu	×conc	×conc (laddu)	×conc	×conc	×	× conc (ladú)		bolo/ cul
laissi	×chin		×chin	× chin (lai-si)		× chin (laissí)		dinheiro/ presente
lán	×chin			× chin				peixaria
lorcha	×mal?	×chin?	×mal?	× mal?	×	×		embarcação
lorcheiro	×			×mal+suf port				tripulante
macaense	×			×				descendente port/ asia
macaísta	×			×	×(maquista)	×		natural/ crioulo de Macau
malinguar	×			×	× (malinguá)	× (malínguâ)		dizer mal
mamum	×tag			×tag mamun	×(mamún)	× (mamún)		bolo / cul
merendeiro	×			×				vendedor ambulante de merenda
mestre-china			×	×	×	×		curandeiro chinês
mestre-curandeiro	×			×				curandeiro
miçó	×jap		× jap			× jap (missó)		condimento / cul
min	×chin			×chin				massa / cul
minape	×chin		×chin	× chin		×chin (minap)		casaco / vestuário
minche	×ingl		×ing	× ingl (mínchi)	× (mínchi)	× (mínchi)		prato/carne picada /cul
mintói	×chin		×chin	× chin		×chin		cobertor
missó-cristão	×jap-port		×jap-port (miçó)	×jap-port		× jap-port (missó cristám)		prato/ cul
muichai	×chin			×chin				mulher serviçal
múchi	× t. oriental		×or (n/ chin)	× jap? (muchi-muchi)		×		pastel salgado / cul
murum	×mal		×mal	× mal	× (murúm)	× mal (murúm)		triste
nairo	×			×				peixe
nhonha	×mal-jav	×	×afro-port	×cr mac	× (nhónha)	×		senhora
nhum	×cr mac	×	×afro-port	×	×	×		senhor
panchão	×chin	×chin	×chin	×chin	× paucho ng			foguete
papiar	×cr.		×port		× (papiá)	× (papiâ)	× (papiah)	falar
parão	×mal	×mal	×mal	×mal	× (parám)	×mal (parám)	×mal (parang)	facalhão
patoá	×fr		×fr	×fr		×fr		crioulo macaense

peipá	×chin			×chin				instrumento musical
peipa-chai	×chin			×chin				mulher cantadeira e tocadora de peipá
quili-culú	×chin			×chin				linguagem arrevesada
saicó	×chin		×chin	×chin[saikó		×chin		moço de recados
sapeca	×mal	×mal	×mal	×mal	×	×		moeda
sutate	×jap?	×	×jap?	×or obsc	×	× jap		molho /cul
tacho	×		×		×	×		prato/cul
tael	×mal	×mal	×mal	×mal	× (tel)	× (tel)		medida de peso
tapilu	×chin		×chin (tapilu)	×chin(tá-pin-lou)		×chin (tapilu)		prato/cul
tai-tai	×chin			×chin				mulher casada
tancar	×chin	×chin	×chin	×chin		× (tancá)		barco
tancareira	×			×		× (tancarêro)		mulher tripulante
taufu	×chin		×chin			× chin (taufú)		queijo de soja / cul
tau-fu-fá	×chin		×chin	×chin		× chin		queijo de soja / cul
tau-si	×chin			×				condimento / cul
terra-china	×			×				China continental
tim-tim/ tin-tin	×onom			×(tin-tin)	×(teng-teng-lou)	×chin (teng-teng-lou)		comprador de ferro velho
torrar	×		×		×(torá)	×(torâ português)		falar português à maneita de Portugal
tudum	×mal	×mal	×mal?	×mal	× (tudúm)	× (tudúm)		chapéu / vestuário

1. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
2. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001
3. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, 1988 (1ª ed. 1919)
4. Batalha, Glossário do Dialeto Macaense, 1988
5. Gaião, Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses, 1999
6. Ferreira, *Papiaçám di Macau*, 1996 (1ª ed. 1978)
7. Fernandes e Baxter, *Maquista Chapado*, 2001
8. Baxter e Silva, *A Dictionary of Kristang*, 2004

7. Referências bibliográficas

Amaro, Ana Maria (1988) Jogos, Brinquedos e outras Diversões Populares de Macau, Macau: Imprensa Nacional.

Amaro, Ana Maria (1989) *Filhos da Terra*, Macau: Instituto Cultural de Macau.

Batalha, Graciete (1983) "Situação e perspetivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)". In: *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, Atas* Vol 1, 287-303.

Batalha, Graciete (1988) Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Instituto Cultural de Macau.

Baxter, Alan e Silva, Patrick de (2004) *A Dictionary of Kristang (Malacca Creole Portuguese) – English*, Camberra: The Australian National University.

Boxer, Charles (1990) *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau: Fundação Oriente, Centro de Estudos Marítimos de Macau.

Casteleiro, João Malaca (coord) (2001) Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa: Verbo.

Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988) *Glossário Luso-Asiático*, New Delhi: Asian Educational Services, (1ª ed. 1919).

Estorninho, Carlos (1971) "Macau". In Serrão, Joel (dir), *Dicionário de História de Portugal*. Vol II, Iniciativas Editoriais.

Fernandes, Miguel Senna e Baxter, Alan Norman (2001) *Maquista Chapado*, Macau: Instituto Internacional.

Ferreira, José dos Santos (1996) *Papiaçám di Macau*, Macau: Fundação Macau, (1ª ed. 1978).

Gaião, Raul Leal (1999) *Aspetos lexicais na obra de autores macaenses*, Macau: Universidade de Macau.

Gaião, Raul Leal (2005) "Línguas de Macau". In Cristóvão, Fernando (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: ACLUS, Texto Editores.

Gaião, Raul Leal (2007) "Nhónha-nhónha – A Reduplicação no crioulo macaense". In Mata, I. e Grosso, Maria J. (org) *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, FLUL, 2007.

Lessa, Almerindo (1996) *Macau, Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos, Administração de Macau.* Lisboa: Fundação Oriente, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Português do Oriente.

Loureiro, Rui (2005) "História de Macau", In Cristóvão, F. (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia.* Lisboa: ACLUS, Texto Editores.

Mendes, Manuel da Silva (1979) *Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau.

Paiva, Filipe Emílio de (1997) *Um Marinheiro em Macau - 1903, Álbum de Viagem,* Macau: Museu Marítimo de Macau.

Pereira, J. F. Marques (1995) "Subsídios para o estudo dos dialetos crioulos do Extremo-Oriente", in *Ta-ss-yan-kuo, Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*, coligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira, 1989-1900. Macau: Edição Direção dos Serviços de Educação e Juventude - Fundação Macau.

Rêgo, Francisco de Carvalho e (2000) "Os Macaenses" In Santos, Carlos Pinto e Orlando Neves, *De Longe à China*, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa de Macau.

Silva, António da (1915) "O Dialeto de Macau". In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4, pp. 161-166.

32. ROSA MADRUGA PINHEIRO, UNISUL, UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA BRASIL

ECOS DE UMA RECENTE PUBLICAÇÃO: PIONEIROS AÇORIANOS, DR. CARLOS ROBERTO MARTINS BRASIL

Ao visualizar alguns livros na estante da casa do meu cunhado em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, próximo a fronteira com o Uruguai, tive uma

grata surpresa, encontrei o livro Pioneiros e Açorianos, e logo vislumbrei um tema para apresentar no Colóquio de Lusofonia e Açorianidade. No mês de julho de 2005, nesta pitoresca cidade rio-grandense, aconteceu o lançamento de uma obra histórico-literária que traz valiosíssima informação para os interessados na história particular do estado do Rio Grande do Sul, do nordeste do Uruguai e do arquipélago dos Açores.

Esta obra, intitulada Pioneiros Açorianos, de autoria do Dr Carlos Roberto Martins Brasil, advogado e médico veterinário brasileiro, oriundo de Bagé (RS). Carlos Brasil dedicou muitos anos a investigação e pesquisa histórica recolhendo informações e verificando dados em numerosos arquivos, registros e bibliotecas, públicos e privados. Este esforço e dedicação serão brevemente abordados neste trabalho que agora se apresenta. Pioneiros Açorianos, por seu conteúdo, seu valor de documentação e sua natureza, tem estreita ligação, não somente com o Rio Grande do Sul no Brasil, como também com a história da região compreendida pelos departamentos de Paysandú, Salto e Tacuarembó e as muitas famílias de origem açoriana que colonizaram estas terras do norte uruguaio. Entre uma dessas famílias se destacam as dos Teixeira Brasil e a dos Collares, que por mais de 165 anos são parte da vida destas regiões. Na época do lançamento desta obra, foram para Bagé, convidados pelo autor, alguns de seus familiares descendentes dessas famílias no Uruguai.

No livro, Carlos Brasil faz uma coleção de dados, documentos, anedotas e referências bibliográficas que, graças a sua ágil e divertida caneta, convida ao leitor a entrar no maravilhoso mundo da história e obter um verdadeiro sentido da vida de pessoas que, com sacrifício e esforço, moldaram as vidas destas latitudes. O que geralmente ocorre, é que as histórias nacionais (ou gerais) nos contam somente os assuntos e temas relativos de uma nação, a história de heróis e líderes aprovados e sancionados pelos cânones oficiais. No entanto, as histórias, que construíram, se constroem e relatam os incidentes e eventos que tiveram lugar através dos participantes no âmbito destes fatos históricos, restringem-se a alguns pesquisadores e a iniciativas como esta, que resultam neste grande evento. Neste sentido, podemos exemplificar o que é de conhecimento geral, das lutas que, por mais de 150 anos, enfrentaram as coroas da Espanha e Portugal para tomar posse do que então era denominado de "Banda Oriental." Estes sucessos são parte da história geral que faz narrativas de assuntos como a fundação da "Colonia del Sacramento" em 1680 por Manuel Lobo, na época governador do Rio de Janeiro; ou a posterior tomada e destruição desta mesma localidade em 1770, sob as ordens do general Pedro de Ceballos, que foi o primeiro Vice-Rei do Rio da Prata e sob sua autoridade foram fundadas, oficialmente, as povoações de Salto e Paysandú, ainda que se saiba que há muito tempo atrás eram ocupadas pelos índios guaranis. Estas povoações foram estabelecidas em territórios que na ocasião pertenciam às missões jesuíticas na grande fazenda de "Yapeyú." Esta é a história geral. [220]

Porém poucos sabem da história particular de um emigrante português, mais propriamente açoriano, chamado João Teixeira Brasil, que falava perfeitamente o castelhano (como é chamado o espanhol nesta região) e, além de ser comerciante de mulas, gado e cavalos, fazia parte das milícias portuguesas que ocupavam grandes extensões da Banda Oriental, território este, como foi dito, disputado entre as duas nações ibéricas. Desse mesmo João, se sabe que andava por esta parte da costa do rio Uruguai, e que por volta de 1766, junto com outros 200 dos seus compatriotas, caiu prisioneiro das tropas de Ceballos. Ele foi posteriormente devolvido ao seu país de origem em uma negociação de prisioneiros de guerra que resultou em um tratado de paz. Pouco sabia este aventureiro soldado e pioneiro destas terras, João Teixeira Brasil, que cerca de 80 anos mais tarde, seus netos e bisnetos galopariam por estas mesmas colinas e vales, a cruzar campos e rios para estabelecer-se permanentemente no território, nesta época, uruguaio. [221]

Carlos Brasil nos conta, em uma amena, divertida e pessoal narração, fatos até então conhecidos somente pela tradição oral familiar que foram lentamente se perdendo. Em Pioneiros Açorianos, este historiador e investigador rio-grandense, dá vida a numerosos personagens históricos, destas histórias particulares, que darão origem a um grande número de famílias uruguaias de origem luso-brasileira, e que atualmente carregam sobrenomes como: Brasil, Pereira Brasil, Collares, Pías, Gonçalves (ou González), Silveira (ou da Silveira), da Silva, Britos, Franco, Vieira, Machado,

[220] Necessário frisar que quando José Artigas Purificación se estabelece em Purificación, vem como "governador" do território do Yapeyú. Este território incluía grande parte do que é hoje o Uruguai, o noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e parte de Misiones e Corrientes (Argentina).

[221] A partir de 1666 existem dados ininterruptos desta família, que conforme se sabe, teve origem em 1470. A genealogia da família Brasil existe a partir de Alfonso Sanches (Brasil), pai de João Teixeira Brasil, o primeiro desta família que veio para as terras da América do Sul em 1748. Este era heptaneto de Pero de Sousa Brasil.

Osório, Castro, Martins, Tavares, Simián (ou Simianes, ou ainda, Simões), Piriz (ou Pires), Souza (ou Sousa) e Teixeira, para mencionar somente a alguns deles.

O autor recolhe em sua obra informações de vários genealogistas e historiadores que estudam e se ocupam, especialmente no Brasil, das histórias particulares de famílias imigrantes açorianas e portuguesas. Entre estas fontes, Carlos Brasil faz menção muito especial da obra previamente publicada por outro bageense, o historiador Cândido Pires de Oliveira, intitulado, Alma, Terra e Sangue (2003), que fornece breves informações sobre as origens da família Brasil e seus descendentes não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Uruguai (Pires de Oliveira também é um descendente das duas famílias, Collares e Brasil).

Outra fonte de abundantes e importantes informações sobre a odisseia açoriana em terras gaúchas e uruguaias é a obra Memorial Açoriano,[222] do pesquisador caxiense Luiz Antônio Alves, ele próprio descendente de açorianos. Os escritos encontram-se reunidos em 27 volumes dos quais apenas dois deles foram publicados, porém é a pesquisa mais completa sobre a genealogia dos açorianos e seus descendentes em terras rio-grandenses e uruguaias, até os dias de hoje. Nesta obra obtém-se a informação de que 1/4 dos 12 milhões de habitantes do Rio Grande do Sul são descendentes de açorianos. Daí pode-se calcular a importância histórica e cultural da obra de Luiz Antônio Alves, na região sul do Brasil e nordeste do Uruguai. Apenas foram inventariados os açorianos que chegaram em terras gaúchas para provar que eles vieram num número maior do que se sabia, principalmente porque milhares vieram de Santa Catarina. O autor também tenta provar que o açoriano é um dos povos que ajudou na formação da identidade do gaúcho, o que está muito difícil. A maioria das pessoas, inclusive "doutores" pensa que vieram uns 60, 100 casais para Porto Alegre e fim. Em Caxias do Sul, por exemplo, dos primeiros habitantes (incluindo os imigrantes italianos), 20% não foram imigrantes italianos e sim portugueses e, destes, 70% eram descendentes de açorianos! Assim, numa simulação, 50% da população caxiense também têm sangue açoriano! Eles estão presentes em todos os Municípios do Rio Grande do Sul. E a maioria estuda História com a chegada dos casais em Viamão, depois pulam para 1824. E esquecem-se dos açorianos!

Entre os dados importantes, encontra-se a informação que no século 18 ingressaram no Rio Grande do Sul mais de 10 mil portugueses, vindos das ilhas açorianas. Em 250 anos eles se espalharam por todo o Estado e hoje estão presentes em quase todos os municípios, atravessando as fronteiras, até o vizinho país, Uruguai. Foi significativa sua influência na formação étnica do gaúcho e dos uruguaios da fronteira com o Rio Grande do Sul, com participação em sua formação cultural. Muitos personagens ilustres têm ascendentes no Arquipélago dos Açores: Bento Gonçalves, Manoel Luiz Osório, Visconde de Mauá, Oswaldo Aranha, Andrade Neves, Júlio de Castilhos, Barbosa Lessa, Simões Lopes Neto, Érico Veríssimo, Anita Garibaldi, Getúlio Vargas e muitos outros que atualmente podem adotar sobrenomes de origem italiana, germânica e até polonesa.[223] Entre outras fontes de muitos destes autores incluem valioso site da Família Assis Brasil, que partilha as suas origens com a família Brasil que estuda Pioneiros Açorianos. Além disso, na parte que trata da história destas famílias no Uruguai, o autor recorre à valiosa informação investigada pelo sanducero Oscar Pereira Henderson Brasil em sua monografia de 1976: Origem e História da Estância "Cerro de la Bandera", trabalho mimeografado e de circulação apenas familiar.

As origens da família Brasil remontam a Idade Média, quando um certo Pero Luis de Sousa, oriundo de Santander, Portugal, ainda criança se muda com seus pais para os Açores. Porém, Luis, anos mais tarde, adota o sobrenome Monte Brasil, da colina da Ilha Terceira, da qual era proprietário (1470) para diferenciar-se de muitos outros "Sousa" que colonizaram as ilhas. Assim, a documentação existente demonstra que passou a ser conhecido como Pero Luis de Sousa do Monte Brasil. Como Carlos Brasil observa muito bem, deste sobrenome a Pero Luis de Sousa Brasil foi apenas um passo. Este é considerado como o "genearca" (ou fundador do gentílico familiar) de todos os Brasil que tem suas origens em Portugal.

É interessante notar que Pero Luis adota o sobrenome Brasil, nas ilhas dos Açores, uns 30 anos antes que a terra do Brasil (país) fosse descoberta por

[222] ALVES. Luiz Antônio. Memorial Açoriano: Genealogia do Século XVIII – Rio Grande do Sul. 1ª Ed. Est Editora, Porto Alegre. 2005.

[223] Baseado em dados disponibilizados em artigo publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre, intitulado "A Odisseia dos Açorianos", edição de 19/01/2006 – Almanaque Gaúcho, editor: Olyr Zavaschi, p. 54. De autoria do Frei Rovílio Costa, religioso, escritor, professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diretor e professor da Escola de Teologia São Lourenço de Brindes, Porto Alegre.

Pedro Alvares Cabral em 1500.[224] Alguns dos seus descendentes adotaram, muitos anos depois, o sobrenome composto de Teixeira Brasil que passou a denominar a família por mais de 200 anos.[225] Para conhecimento das pessoas que tem este sobrenome ou que descendem desta origem por linha feminina (e por este motivo perderam o gentílico), suas origens têm mais de 535 anos de existência e se enredam na grande epopeia dos descobrimentos e colonização das Américas. Os Teixeira Brasil participaram posteriormente, de forma muito ativa, nas chamadas Guerras das Missões ou Jesuíticas e nas lutas pela Colônia de Sacramento, como já foi mencionado e, nas lutas do período colonial, as guerras entre Espanha e Portugal pela posse da Banda Oriental. Já em pleno século XIX, aparece a figura o "patriarca" da família Brasil, Severino Teixeira Brasil (1781), às vezes chamado "o Velho" (el Viejo) ou "o Mostardeiro," por ter nascido na cidade rio-grandense de Mostardas. Severino chegou a ser capitão de milícias nas tropas portuguesas de Diego de Sousa e nas do general Francisco de Lecor, barão de Laguna e governador da "Província Cisplatina." Juntamente com ele está seu irmão Laurindo Teixeira Brasil, além de mais dois irmãos de sobrenome Collares (ou Colares), de origem portuguesa continental: Leonardo Collares e José Luis Collares. [226]

No período da vida independente do Uruguai e do Brasil fariam parte nas lutas intestinas do Uruguai (a Grande Guerra) e do Brasil (Guerra dos Farrapos). Alguns deles também participaram na cruel e infame Guerra do Paraguai. Mais próximo do nosso tempo, tanto os Brasil como os Collares e os Pereira Brasil participam nas lutas de Timoteo Aparicio de 1890 e nas de Aparicio Saravia, em 1904, sendo que a estância do Cerro del Arbolito, no noroeste de Paysandú, foi um dos estabelecimentos rurais que serviram de marco para a última batalha do caudilho[227] branco. [228]

O livro Pioneiros Açorianos apresenta documentos, testemunhos, documentos pessoais e notas familiares que ajudam a recriar um passado histórico que transcende os laços familiares e nos relatam fatos e eventos de um viver cotidiano de homens e mulheres que, pouco a pouco, estavam construindo a história da nossa região. Neste, aparecem destacados personagens como o general Lavalleja e o general Alvear nas lutas contra o império do Brasil, em 1827-28 e a batalha de Ituzaingó. Também é mencionada a campanha dos Sete Povos das Missões de Fructuoso Rivera, que pelo seu regresso da valiosa campanha missioneira a Paysandú, hoje repousa ao pé da torre sul da Basílica de Nossa Senhora do Rosário. A obra analisada apresenta numerosas fotografias e retratos de antepassados destas famílias, que trazem a memória traços familiares de indivíduos que se repetem atualmente. Reúne também, escritos, assinaturas e autógrafos de homens e mulheres que apesar de viver em um mundo rural e isolados, apreciavam a cultura, a música, a leitura e a escrita. Alguns destes homens alcançaram posições cívicas e militares de importância em ambos os lados da fronteira. Outros, a maioria, preferiu o trabalho rural, onde se esforçaram para melhorar os campos e tornar estas regiões um lugar melhor para as gerações futuras. Conforme enfatizou Carlos Brasil, as famílias Collares Pereira e Brasil foram criadores de gado por excelência e seu trabalho centrou-se na produção, não apenas equina e bovina, como também no valioso negócio de criação e produção de muares. Esta produção, essencial em sociedades nas quais ainda não existiam veículos motorizados, exigindo vários anos de dedicação e conhecimento para que uma mula fosse usada como "animal de tração" em qualquer empresa.

Em Pioneiros Açorianos, Carlos Brasil relata a curiosa relação que ocorreu, já em pleno século XIX, entre as famílias Pias e Brasil. Ambas eram amigas e se relacionavam desde os princípios de 1800. Porém, por volta de 1838, no testamento de Severino Teixeira Brasil, este deixa uma responsabilidade especial para seu filho Mateus Teixeira Brasil, para cuidar de Feliciano Pias, criança órfã de pai e mãe, filho de seus amigos Joaquim e Felicitá Pias. A

[224] Será elaborado um estudo a ser publicado em breve, sobre a origem da palavra "Brasil", seus diferentes usos e significados, pelo Dr Hector Brasil Laurenzo, membro da família, uruguaio de Paysandu, professor de Literatura Ibero-Russa e de Culturas e Civilizações Hispano-americanas e Brasileiras da Universidade de Redlands, Califórnia.

[225] É interessante notar que, depois de viver no Uruguai desde 1890, o brasileiro Teixeira passa apenas usar o nome Brasil. Isto se repetiu também em toda fronteira, e hoje a maioria dos seus descendentes utiliza apenas o sobrenome Brasil.

[226] Estes dois irmãos Collares casam com as filhas dos Teixeira Brasil. A origem do nome está no distrito de vila Collares, em Sintra, Portugal. Ambos os casais, Collares e Brasil, originam a família Collares, que vivem atualmente no Brasil e no Uruguai. Assim, afirma-se que todos os Collares são membros da família Brasil, ainda que nem todos desta última família sejam Collares.

[227] A palavra caudilho (em espanhol, caudillo) refere-se a um líder político-militar no comando de uma força autoritária. Está comumente associada à América Latina do século XIX e início do século XX ou relacionado à época franquista. Fonte: SCHILLING, Voltaire. O Caudilhismo no Rio Grande do Sul. Edição Eletrônica. In: Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul.

[228] "El Cerro del Arbolito" sobre a estrada 26, junto as estâncias "Corrales" e "El Cerro de la Bandera" eram propriedades dos Teixeira Brasil, Collares Brasil e Pereira Brasil, respectivamente. "El Cerro del Arbolito" foi a sede da fazenda pertencente a Mateus Teixeira Brasil, que com seus cunhados se estabeleceram em Paysandu entre 1836 e 1838. Atualmente, esta estância pertence a Olavo Machado Vieira (Brasil), descendente de Manuel, filho de Mateus, que por sua vez era o pai de Braulia Brasil, avó paterna do atual proprietário.

história nos demonstra que Mateus cumpriu com esta responsabilidade e Feliciano Pias se radicou no Uruguai. Como seu "pai adotivo", foi um fazendeiro na estância "Magnólia", próxima de Guichón, terras herdadas de um dos seus antepassados, Juan Pias, na costa do rio Quegay e do arroio Guayabos. Anos mais tarde, duas de suas filhas Malvina e Camila, se casariam com dois dos netos de Mateus Teixeira Brasil: Ildefonso Teixeira (Collares) Brasil e Octavio Teixeira Brasil, respectivamente, originando a numerosa prole dos Brasil Pias de Queguay Chico e Guichón, localidades do departamento de Paysandu.

Hoje mais de 250 anos da chegada dos primeiros Teixeira Brasil as terras austrais da América do Sul, os numerosos descendentes destes pioneiros do passado, congratulamo-nos por seu trabalho e sacrifício, pelo amor que dedicaram à região que os recebeu. No Rio Grande do Sul, celebra-se o Dia da Imigração Açoriana no Estado, para lembrar que esse movimento começou em 19 de janeiro de 1752. Além de Porto Alegre, a maioria das cidades da Metade Sul e do Litoral Norte foi criada ou povoada pelos açorianos, além do nordeste uruguaio. Ao mesmo tempo, a autora deste artigo, desde as (agora) ensolaradas terras catarinenses, deseja agradecer ao Dr. Carlos Roberto Martins Brasil, por tão valiosa obra que ajuda a manter a memória daqueles que já se foram e que fazem da história particular dos Pioneiros Açorianos a história geral de todos nós, brasileiros, uruguaios e açorianos que compartilhamos nossa realidade de hoje. Esta história diz-nos mais do que nossos objetivos e sonhos comuns como nações irmãs com diferenças ocasionais. O melhor é aprender com o passado para criar um futuro promissor, como entenderam nossos antepassados.

Também agradeço os esforços do nosso querido irmão e amigo, Dr Chrys Chrystello e a Dra. Helena, que não medem esforço, energia e trabalho para que os Colóquios aconteçam e sejam este sucesso.

33. ROSÁRIO GIRÃO UNIVERSIDADE DO MINHO)

34. MANUEL J. SILVA UNIVERSIDADE DO MINHO)

HOMENAGEM A DIAS DE MELO: SILÊNCIO, MEMÓRIA E PALAVRA

Quando a memória afetiva (na sua tríplice vertente romântica, imaginativa e sensitiva) rompe o silêncio do discurso, essa não realização eloquente de um ato enunciativo que tanto provém da insuficiência emocional da linguagem como da recusa mais ou menos voluntária do sujeito escrevente no tocante à sua exteriorização, a palavra jorra, então, pletórica, destilando na narrativa ficcional vivências de indubitável cariz autobiográfico. É o caso de *Pedras Negras* e de *Milhas Contadas*, obras em que Dias de Melo, tomando de empréstimo o ponto de vista de Francisco Marroco e de Pedro António - personagens dignas de figurarem *Na Memória das Gentes* -, vai gradualmente revisitando as diversas etapas, qual trajetória de evocações, de um passado mítico.

Será, todavia, na crónica da viagem e na diarística que a palavra não-fragmentária, ao serviço do autorretrato e sob a égide da revivescência, se torna acutilante: ao percorrer "*Das velas de lona às asas de alumínio*" e "*Poeira do Caminho*" (José Dias de Melo), bem como *Relação de Bordo* e *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias* (Cristóvão de Aguiar), indiferentes não ficamos à textualização de tantos lugares de memória e memórias dos tempos, cristalizados numa ilha cronótopo - e "*Sair da ilha*", como escreveu Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, "*é a pior maneira de ficar nela*" -, configurando tanto o processo de escrita como uma escrita da açorianidade, traduzida pela sempiterna dicotomia atração e repulsa, afastamento e saudade, cansaço do isolamento e anelo do retorno.

> *"Dias antes de partir, telefonaram-me da TAP em Ponta Delgada:*
> *É o Senhor João Dias de Melo?*
> *Dias de Melo – sou: José Dias de Melo. João é que nunca fui."*
> *(1990: 25).*

Sem enveredarmos pela exegese (frutífera, sem dúvida) dos artigos de intervenção cultural publicados na página literária do jornal *A Ilha* (manifestação açoriana do neorrealismo português) e assinados por Borges Garcia, sem atentarmos na especificidade da literatura de feição açoriana[229], evitando adjetivos de cariz valorativo como "regionalista" ou "localista" e "universalizante", sem nos determos com minúcia nas linhas de força definitórias da identidade (e subsequente alteridade) do ilhéu (de entre as quais avultam o hábito da emigração e a religiosidade popular), sem

[229] Ver, a este respeito, Barros (1981: 85): *"O problema da açorianidade literária só pode ser compreendido no âmbito mais geral dos problemas que se colocam mundialmente relacionados com as regiões. Descentralização, defesa dos valores culturais das comunidades com caráter próprio, aspirações a autogoverno, são fatores que caraterizam a irrupção dum dado político novo na Europa dos anos 70."* [publicado inicialmente em *Açores. Contexto* de 26 de junho de 1980].

abraçarmos os momentos 'fortes' da produção literária do Arquipélago, incorrendo no risco de uma tipificação simplista e de uma confrangedora hierarquização (de que não raro padecem as antologias), e sem aprofundarmos a análise de uma só obra, antes optando pela abordagem comparatista da obra plural de dois escritores lusitanos de renome, quedemo-nos no romance *Pedras Negras* de Dias de Melo[230], cuja obra revela, segundo Álamo Oliveira, a *"heroicidade da vida de algumas dezenas de pessoas a quem a miséria obrigou a enfrentar situações de perigo, a par de outras impostas, de forma injusta, por quem mais lucrava com o resultado da caça à baleia*."[231]

O protagonista Francisco Marroco e seu amigo João Peixe-Rei, casado com a Idalina (que está à espera de um bebé), decidem abandonar a "*Ilha que escorraça a gente*" - onde "*cada freguesia é uma jaula dentro da jaula maior que é a Ilha."* (2003: 128) -, cenário de secas brutais e de violentas tempestades, e embarcar de salto no "Queen of the Seas", navio da praça de New Bedford, onde se tornam baleeiros: "*She blows!* - gritaram os gajeiros. - *A barlavento! Um cardume!"* (2003: 48). Um pesadelo recorrentemente premonitório de João Peixe-Rei firma a sua morte iminente e a errância de Marroco por terras da América, quer no rancho do desumano Albano Passarinho, quer na miséria revoltosa partilhada com "os trampas", quer no oásis que se revela, por fim, o lar de Miguel Parreira. Cerca de dezasseis anos volvidos sobre o seu êxodo e na posse de dezasseis mil dólares, o "senhor americano" regressa às picarotas "pedras negras", casa com a sempiterna bem-amada Maria da Roque, auxilia monetariamente a viúva de Peixe-Rei e seu filho Joaquim, alcunhado o "sábio", e vê-se financeiramente solicitado (ou, melhor dito, assediado...) pela gerência da Companhia Baleeira, pelos mordomos da Irmandade do Espírito Santo e pelo recém-criado Banco da Nossa Senhora da Vida. Tem, porém, a História, individual e coletiva, desígnios que ironicamente contraditam o Destino à partida afortunado: no *explicit*, Maria da Roque acaba por falecer, o Banco da Nossa Senhora da Vida (mau grado os encómios do Professor) vai à falência e o primogénito de Marroco é encarcerado pela via da indignidade gananciosa de Joaquim, filho de João Peixe-Rei, que Marroco se aprestara paternalmente a socorrer.

> *"Francisco Marroco [...] Sentia-se repentinamente velho, muito velho, muito velho.*
> *Regressou a casa para sempre sucumbido.*
> *Era noite.*
> *E naquela noite, como em tantas outras, não havia estrelas no céu." (2003: 171)*[232].

Nesta narrativa, cuja temporalidade explícita medeia entre o fim da Monarquia e a Segunda Guerra Mundial[233], a memória detém, temática e estilisticamente, inegável papel de relevo. Assim é que Francisco Marroco, criança ainda, se lembra de ouvir o Avô lembrar-se do Ano da Fome, ocorrido nos seus tempos de rapaz, chegando ao ponto de ser assolado pela grata impressão da imagem de sua Mãe, contemplando-o ternamente, e pela de seu Pai, "*cigarro no canto da boca e a viola apertada contra o peito*..." (2003: 25). Do mesmo modo, não se coíbe João-Peixe Rei, homem feito, de contar ao jovem Marroco o que o Padre Velho*, in illo tempore*, contava sobre o funesto Ano do Fogo: "- *Em quase todos os cabeços da Ilha se abria a bocarra duma caldeira: cada cabeço fora um vulcão e cada caldeira uma cratera."* (2003: 29).

Se tal memória é voluntariamente convocada, enraizada que está na *Memória das Gentes*, o mesmo não sucede com determinados quadros do passado que, doravante revisitados, constituem trampolim para uma justaposição de imagens sobrelevando os tempos de antanho em detrimento dos tempos hodiernos, já que a imaginação e a memória comungam da presentificação do ausente, diferindo, contudo, no tocante à fenomenologia da lembrança: enquanto a primeira suspende a realidade e advoga o irreal, preconiza a segunda o retorno a um real transato (Ricoeur, 2000: 53-54).

---

[230] Segundo J. H. Barros, "*Dias de Melo, logo depois de Vitorino Nemésio, tem sido para nós, Ilhéus, a razão mais segura para falarmos descomplexadamente duma literatura açoriana integrada na literatura portuguesa, mas mantendo elevado grau de autonomia* […]" (1981: 144).

[231] Cf. Oliveira, Álamo (2008) *"Em memória de Dias de Melo"* in *Maré Cheia, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune*, 26-27. Ver, também, na mesma página literária, *"Um escritor livre"* de Daniel de Sá: "[Dias de Melo] *estava presente […] com a sua palavra iluminada e iluminadora, com o seu talento de escritor reconhecido como grande, enorme, sem precisar de peregrinar pelas 'capelinhas' onde se decide o mérito na capital da Pátria e da cultura portuguesa*." Esta referência bibliográfica foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Chrys Chrystello.

[232] As estrelas no céu parecem ser uma constante do *explicit* dos romances de Dias de Melo. Ver, a este respeito, o final de *Das velas de lona às asas de alumínio*: "*E eu… aqui… nesta migalha da Ilha perdida no meio do Atlântico Norte… Sentado a esta mó velhinha… neste recanto deste pátio votado ao abandono em frente à porta da loja, que já foi adega, nos baixos da minha Cabana do pai Tomaz…Só… aqui… eu… Com as estrelas na cúpula da catedral da noite… E com este livro nas mãos…*" (1990: 289).

[233] *"[…] o Manuel Ratinho estava dando milho que era para o povo votar com ele e deitar abaixo o rei e pôr a república a governar* […]" (2003: 75); "*Terminada a Primeira Grande Guerra, tanto se agravara que se tornava quase insustentável a situação da companhia baleeira local*." (2003: 149); *"O óleo, com a guerra que deflagrara - a Segunda Guerra Mundial -,* atingia preços nunca supostos antes." (2003: 165).

Assim sendo, a bordo do "Queen of the Seas", e após remar como um "nice baleeiro", do ponto de vista do piloto, Marroco "*não **via** botes, nem homens, nem mar - mas só a Ilha, em seu coração, e a Mãe, e o Pai, e Maria*." (2003: 51). Curioso se torna assinalar o recurso frequente a este verbo de perceção grafado em itálico: ao som dos gemidos dolentes da viola do cabo-verdiano Tony, Marroco "***via** - no luar que lhe chegava ao coração - o pai, com a sua viola, Maria, naquela noite de vindima inundada também de luar formoso*..." (2003: 62).

Por seu turno, ao receber uma missiva de sua Mãe Isabel - esse excelente pastiche epistolar elaborado por Dias de Melo e primando pela típica ausência de pontuação -, os seus olhos "*cegos para o mundo autêntico que o rodeava, só viam, por detrás da névoa das lágrimas, o mundo que estava dentro da sua alma*." (2003: 77). O *acmé* desta visão interior, expressão presentificada da lembrança carreando a óbvia alienação do universo circundante e a subsequente cristalização de um cosmorama que o silêncio quebrou, não tarda a ser operacionalizado pelo verbo estativo *estar*, assinalado igualmente com itálico: com efeito, no rancho de Albano Passarinho, "*Francisco Marroco estava lá, na Ilha, em casa dos pais, sentado na esteira, na cozinha, numa noite de inverno."* (2003: 78). Trata-se, com efeito, da imagem espacial e espacializada do passado, apogeu da fenomenologia da memória.

Ora, se a memória afetiva redunda numa impressão espoletada pelo choque da recordação, se a memória imaginativa reconstrói, a partir da imagem veiculada pela lembrança, o sentimento que se julgou ter vivenciado em dada altura, se a memória sensitiva invade o ser da sensação de outrora e se a memória romântica o impele a percorrer de novo caminhos já trilhados[234], Dias de Melo é, sem margem para dúvida, o poeta das *memórias da Memória*, sobretudo em *Milhas Contadas*[235], romance-trajectória de evocações incessantes variavelmente focalizadas por Pedro António, por Eugénia e por Maria da Cruz. Recolhido ao leito no silêncio do seu quarto da Residencial da Duque de Loulé - "*Vai adiantada a tarde morrinhenta*." (2002: 15) - e tão-somente interrompido, nas suas digressões memorialísticas, pela solicitude filial da empregada Ilda, Pedro António enceta, titubeante, a redação de uma carta, de contínuo recomeçada e retomada[236], à família de Maria da Cruz, cuja notícia do passamento lhe foi comunicada por telefone. Uma pergunta de resposta dúbia se lhe aflora ao espírito: "*porque me apartei da Ilha, da Freguesia?*" (2002: 33). A partir do III Capítulo, desfilam, por ordem cronológica que tende a baralhar-se no prosseguimento da narrativa, os seus difíceis princípios de vida na Capital, o seu primeiro encontro e ulterior matrimónio com Eugénia, as viagens efetuadas pelo casal, todos os anos, por alturas do verão, a bordo do *Lima* "cinquentão" e do ainda relativamente novo *Carvalho de Araújo*, a doença e o falecimento da Esposa e o calvário atual da sua solidão.

Original se afigura, a todos os níveis, o processo evocativo em cadeia - centrado nessa velhinha, Maria da Cruz, que ele deixara enferma na Ilha -, explanado ao longo da escrita da epístola, num discurso pontuado pela significativa alternância dos tempos passado e presente (2002: 121). Pedro António, num fim de tarde invernoso prolongando-se pela noite de vendaval e pela madrugada de promissora tempestade, tanto recorda a vida de Maria da Cruz, por ela contada num outro tempo, como o seu exame de quarta classe e de admissão aos liceus (num passado remoto), a emigração de seu Pai para a Califórnia, a doença de sua Mãe, a amizade de Eugénia por Julieta (única a conhecer o segredo da sua esposa, ou seja, a sua doença) e, num passado próximo, o seu casebre, qual *"cabana" ou "palácio*" (2002: 79), na Freguesia sita nessa "*terra perdida no meio do mar*" (2002: 36): "*Tem [Pedro António] a impressão de que ali, no seu quartinho, vê, sobretudo de que ouve Maria da Cruz, tal e qual a ouvia em criança, em moço, mais tarde, homem feito e casado, […]"* (2002: 121). Tal revivescência dos tempos do Tempo (que a memória dos sentidos, primacialmente visual e auditiva, concretiza) é escandida, por entre a névoa de fumo do cigarro que o homem que recorda acende - muito embora lúcido quanto à interdição do gesto -, pelos silêncios discursivos, pelas sequências fracionadas de palavras, pelas reticências frequentes ou, por outras palavras, pelo silêncio do "telling" na sua relação com a diegese. Assim é que a palavra perdida se transmuda em palavra do implícito e em silêncio voluntário, pela via do qual vai apelando o protagonista-narrador (mediante a focalização interna) para a faculdade de dedução do narratário, o qual intenta preencher os pontos de indeterminação ou os vazios textuais conducentes à plenitude do verbo.

---

[234] "Francisco Marroco […] *Reencontrava a antiga paisagem, a antiga gente - e reencontrava nelas a sua alma de menino e jovem*."

[235] Este ditado popular de Santo Amaro, Pico, aparece em *Pedras Negras*, numa carta endereçada pelo Pai ao protagonista: *"[…] somos dois barcos velhos e arrombados que chegaram ao fim da viagem no mar revolto deste mundo que isto quando as milhas estão contadas já a terra está à vista […]*" (2003: 86-87).

[236] "*Para, hesita, pondera o tratamento a dar às pessoas a quem se vai dirigir… queridos amigos… companheiros, queridos companheiros…*" (2002: 16).

É o caso, no capítulo VII, da aquisição, por parte de Pedro António e de Eugénia, de uma propriedade, na Freguesia, "*para se acolherem durante as férias, as vindimas, depois de reformados por mais algum tempo... até... [...] e a morte a aproximar-se, a aproximar-se... tanto... tanto...*" (2002: 78). É o caso, ainda, das suspeitas, paradoxalmente iniciais e tardias, nutridas por Pedro António a respeito da doença de Eugénia que, certo dia, se levanta, "*entra em casa... apressada... A princípio... Todavia, um não sei quê no interior de Pedro António, que pondera, 'parecia fugir... mas de quê?', [...]*" (2002: 96). É o caso, também, da urgência em ganhar o pão nosso de cada dia, pois *"sempre assim foi, murmura Pedro António lembrando-se de..."* (2002: 139). É o caso, por fim, da ida ao consultório do Dr. Damásio, "*O Dr. Damásio... no consultório... na vila..."* (2002: 159). Às vezes, é a própria mancha tipográfica, mercê de um maior espaçamento, a constituir prova flagrante da palavra obnubilada ou dirimida por tempos justapostos.

> *"E a lembrança da morte da Mãe, há tantos anos, dos Avós, do Pai… doutros, muitos outros. E a morte de Eugénia.*
> *O bruá da rua, da zoada indefinida vinda do perto e dos longes da cidade…" (2002: 84*).

Em contrapartida, embora contando um número menor de ocorrências, torna-se o implícito textual explicitamente verbalizado, a ponto de explicar, pela decifração da metáfora conducente a um protocolo adequado da leitura, o título da obra.

> *"Assim se foram passando anos e anos, os velhos tornando-se mais velhos, contando as suas milhas até que a morte os levasse, os novos, os homens e as mulheres de meia-idade começando a ser velhos, acabando mesmo por, bem contadas as suas milhas, entrarem, por sua vez, na velhice..." (2002: 79-80).*

Uma outra caraterística da arte originalíssima e do estilo inconfundível de Dias de Melo reside no uso e no abuso expressivamente inéditos dos parênteses, cujas funções se revelam variegadas, indiciando:

> *A intrusão do narrador na interioridade da personagem, com o fito de lançar a dúvida quer sobre os seus sentimentos quer sobre as suas ideias, aparentemente explanados e exaradas de modo perentório: "Porém, continuando calada [Eugénia], convencida (ou não estaria convencida?) de que aquilo não era mais que um faniquito sem a mínima importância (acreditaria?), [...]" (2002: 91).*
>
> *O tentame de encontrar uma eventual explicação para um facto deficiente e superficialmente apresentado: "[...] a velha muito velha, mais velha que uma múmia […] rosto de formiga encarquilhado e mais que encarquilhado, corpo esquelético, mãos deformadas (reumatismo?), [...]" (2002: 108).*
>
> *O desejo de fornecer uma informação, suplementar, mas não supérflua: "[...] é Ilda, a empregada, sempre atenta em o cuidar, mormente em lhe servir pontualmente as refeições fornecidas (menos o pequeno-almoço à conta da residencial), [...]" (2002: 29).*
>
> *A disponibilidade para desfazer uma dúvida suscetível de entrementes surgir: "[...] lá estava [Pedro António] a vê-los chegar, ao Lima ronceiro, ao Carvalho de Araújo dançarino (o navio, não o herói com cujo nome o batizaram), [...]" (2002: 37-38).*
>
> *A solicitude em abdicar da focalização interna e em deslocar a palavra para o campo de visão do protagonista: "Sentado à escrivaninha, a noite a correr, [...] ('não há maneira de conseguir livrar-me desta porcaria' [cigarro]), Pedro António rememora." (2002: 87).*

O deleite na construção de um fragmento textual de dominante descritiva, mediante recurso à enumeração ou ao inventário:

> *"Manhã adiantada, no salão refeitório (mesas postas, toalhas alvas, boas loiças, talheres de bom metal luzidio - loiças e talheres marcados com o emblema da companhia proprietária do navio -, mesas envernizadas, paredes pintadas de cores agradáveis), [...]" (2002: 61).*

Ora, se o narrador, pela via da memória voluntária e afetiva, vai coadjuvando o narratário na colmatação dos silêncios do romance em apreço, o autor-narrador-protagonista, na obra confessional, não se furta, avançando na idade, a fazer jorrar uma palavra pletórica, mercê das oscilações contínuas entre plenitude e vazio, assim como da perceção idílica do passado revolvido

a partir do doloroso presente: *"Le passé est-il l'avenir des gens âgés, ou plutôt leur refuge?"* (1999: 304).

Percorrendo as laudas de *Das velas de lona às asas de alumínio*, crónica da viagem de Dias de Melo à Califórnia para a sessão de lançamento de *Dark Stones*, deparamos com uma lúcida reflexão sobre o fenómeno emigratório, sobre a difícil adaptação do emigrante, sobre o desembarque dos antigos baleeiros - designados por *Eles* (em itálico e com maiúscula)[237] - à Calafona, em navios cujos porões abarrotavam de azeite, sobre as "dolas" enviadas à família pelos "senhores americanos" ou, mais recentemente, pelos "senhores canadianos", sobre o *modus vivendi* dos Portugueses, em verdadeiros guetos, na Califórnia (onde pulula a grande maioria das gentes do Pico) e, sobretudo, com a obsessão quase patológica pela sombra do Pai que, ao espoletar a memória silenciada, vai ritmando as distintas estórias da História e unindo coerentemente os seus fios dispersos: é o casamento do Ti Luís Fernandes com a menina Piedade, é a velha casa do Ti António Garajau, é o professor azedo que teve, lá na Freguesia, o Clarêncio, é a ausência saudosa da esposa que o autor perdeu e, para mais não citar, é a descrição, esboçada por patamares, da sua "Cabana do Pai Tomás".

Narrativa de viagem em dois tempos distintos - assinalados pelos título sinedóquico ("velas" - navios / "asas" - aviões) e sustentados pela recorrência da forma verbal "Lembro" e do presente iterativo "Relembro"[238] -, assiste-se à emergência do passado longínquo no silêncio da memória, entre o *lá* e o *cá*, entre a Ilha, "aldeia do Continente", e a América "de contos de fadas" (1990: 88), de modo tal que os Açores se sobrepõem ao sonho americano, erguendo-se, altaneiro, o Pico sobre os espaços urbanos da Nova Inglaterra e delindo-se as fronteiras entre o Aquém e o Além.

O mesmo processo evocativo perpassa em *Poeira do Caminho*, jornal íntimo assumindo uma originalíssima forma epistolar - "*Nos escritos que se seguirão, quase todos, se não todos, sob a forma de cartas, que em grande parte te serão dirigidas, suprimi, pelo menos algumas vezes, as formas com que habitualmente às cartas começamos e acabamos*." (2004: 16) -, onde Dias de Melo desnuda a sua alma mediante uma linguagem plural de incontestável riqueza.

É o próprio autor, aliás, a confessar a sua abdicação de uma ordem cronológica linear (contraditando, desta feita, a autobiografia tradicional), bem como o seu anelo em coligir as lembranças que vêm, esporádicas, à memória e em relembrar as figuras que, efémeras, nela se levantam. Tais anacronias, analépticas e prolépticas, são traduzidas à saciedade pela sobreposição de expressões temporais remetendo para as reminiscências do passado ou para as vivências do presente e enrodilhando o tempo que já foi no tempo que ainda é.

Afinal, no "antigamente", A Festa de Lourdes era a Festa das regatas de "botes baleeiros, autênticos baleeiros", enquanto, hoje em dia, a Festa de Lourdes integra "*as regatas dos baleeiros a fingir*" (2004: 188); também, em tempos idos, tinha o diarista o hábito de contemplar a "*frondosa faia do lado de fora da janela*" (2004: 113), agora reduzida, embora sempre de pé - e de pé muito provavelmente quando ele já não pertencer a este mundo -, a um mero esqueleto (2004: 114); do mesmo modo, nas eras passadas, não faltavam visitas a comprar vinho - "*custava menos que na taberna*" -, produto dessa velha vinha que cedeu, presentemente, espaço a um matagal (2004: 114, 117); noutros tempos, era sólito ir-se a pé à festa da Senhora da Piedade, atravessando uma canada antiga que, no decurso dos anos, se foi transformando em caminho corrente, por onde circulam automóveis e carros de praça - porquanto "*ainda aqui não chegou a designação de táxi*" (2004: 220) -, que transportam lestamente as pessoas para o arraial; antanho, as adegas legadas pelos antepassados eram "*singelas e bonitas"* (2004: 246), contrastando e destoando das "*construções completamente novas*" onde se guarda, hodiernamente, o vinho envasilhado. Afinal, quando setembro chega, inaugura-se a época "*de grandes trabalheiras que são sempre uma festa de grande alegria. São.... Eram*." (2004: 195).

Nos meandros deste passado irreversível, Dias de Melo ou o que homem que sabe recordar revê os seus amigos de escola, o Artur, o Cardoso e o Rui (2004: 75), a aventura (que poderia ter sido fatal, mas que o não foi) no mar

[237] "*E eles, daqueles nove penhascos que são as nossas nove Ilhas, vinham. Embarcavam de salto, nos recantos mais escusos da costa, pelo escuro da noite, fugidos à Lei e aos homens da Lei, […] Eles, de vaga em vaga, de furacão em furacão, de calmaria em calmaria, atrás dos rabos das baleias pelos oceanos todos do Mundo todo. […]. Eles - meses e meses, anos e anos*." (1990: 8-9).

[238] Muitos exemplos podem ser respigados neste romance de Dias de Melo: *"[…] lembro-me… com saudades…. Há quantos anos*!" (1990: 46); "*Relembro… A infância e a adolescência na nossa Terra*, […]" (1990: 112); "*Lembro…*" (1990: 154); "*Lembro a Tia Prudência*." (1990: 233); "*E lembro…*" (1990: 235); "*Lembro-me… na Ilha…*" (1990: 267).

com o Artur (2004: 142), a Tia Cecília - "*admiradora incondicional de Salazar*" - que o preparava para o exame de admissão aos liceus (2004: 131), os serões por tempo de inverno à luz das candeias (2004: 103), o seu namoro com a Maria Simas (2004: 173), o passeio à serra com Edna no ano do seu casamento (2004: 156), a valentia heroica de José Garcia (2004: 127), a honestidade e orgulho do Ti Luís (2004: 204), o adoecimento e o passamento de Edna (2004: 178), a doença de Maria Simas e da prima Maria Silveira (2004: 178) e - "Isto lembrando" (2004: 231) - a amizade da Alvarina que "*me cuida da casa, das minhas coisas tal qual fossem suas e de mim próprio como de um pai*" (2004: 179).

Mestre na arte da revivescência (cruzando-se não raro com o realismo cru inerente à temática baleeira), Dias de Melo não deixa de se revelar um exímio linguista: na verdade, tanto se queda nas diferenças de tratamento por *Ti* e por *Tio* e no uso, tendente a sumir-se, do lexema "Mestre", como se debruça sobre a provável origem anglo-saxónica do termo "raite", sobre a semelhança, a nível do formato, entre a portuguesa "espeida" e a "spade" americana e sobre a identidade do referente que os diferentes significantes - "jaquinzinhos" e "chicharros" - traduzem.

Por sua vez, as considerações que tece quer sobre o processo da escrita quer sobre a escrita da açorianidade - e que passaremos a cotejar com aqueloutras de Cristóvão de Aguiar em *Relação de Bordo* e na *Tabuada do Tempo*[239]- afiguram-se de importância capital, em termos de escrita autobiográfica[240]. Tal cotejo, conquanto incipiente, tanto revela a amizade e a admiração recíprocas como as afinidades estético-espirituais entre os dois nomes sonantes da literatura de feição açoriana: na verdade, se Cristóvão de Aguiar era visita frequente e benquista da "Cabana do Pai Tomás" (2004: 43), não se inibiu Dias de Melo - autor dessa comovedora homenagem ao povo açoriano intitulada *Vinde e Vede* - de confessar a sua profunda admiração por *Raiz Comovida*, consoante testemunho do autor de *Relação de Bordo*: "*O escritor Dias de Melo, homem açoriano da Ilha do Pico, que trouxe para o conto, o romance, a crónica, a luta desatinada dos homens das Ilhas [...] confessou-me, na sua gigantesca humildade, numa carta sobre* ***Raiz Comovida*****: '*Continuo sem encontrar palavras que lhe digam quanto Raiz Comovida me emocionou. [...], Mas, Cristóvão de Aguiar, você foi mais longe do que eu. Você quebrou todas as amarras que ainda me prendiam. Regozijo-me - sinceramente, muito sinceramente, me regozijo por isso*!'" (1999: 226).

1. JOSÉ DIAS DE MELO	2. CRISTÓVÃO DE AGUIAR
"Neste livrinho [Poeira do Caminho], que será simultaneamente um diário do que me recordar da vida que já vivi e da vida que irei vivendo [...]" (2004: 8) / "Tudo irei passando ao papel, sem uma ordem previamente estabelecida, antes como me for, ao acaso, vindo à lembrança." (2004: 9).	*O livro Relação de Bordo é subintitulado "diário ou nem tanto ou talvez mais": "De tarde, prometi solenemente a mim mesmo continuar a escrever este despretensioso diário [...]" (1999: 194) / "Tenho de facto facilidade em me transportar a outras épocas da minha vida e revivê-las quase com a mesma intensidade com que as vivi." (2007: 74-75) / "A memória atiça-se-me num som, num cheiro, num toque, numa cor." (2007: 80).*
"[...] não se escreve por distração, muito menos por brincadeira." (2004: 11).	*"Considerei sempre a escrita a única maneira válida de me apresentar documentado na vida." (1999: 304) / "Mas o simples facto de te sentares à banca do trabalho e reiniciares a lavoura das palavras é-te tão custoso, [...]" (1999: 332).*
"[...] a criação artística - escrever é criação artística - é um ato de solidão. Criação artística que começa quando o pensamento, o sentimento,	*"Quando estou em período de criação [...] extravaso todas as medidas e depois fico desasado." (2007: 78) / "[...] só precisava de quatro semanas isolado, para pôr a escrita em dia." (2007: 77).*

[239] Atentar nas palavras de Eloísa Alvarez (porta-voz do Júri do "Prémio Literário de Miguel Torga") que integram o "Prólogo" de *A Tabuada do Tempo*: "*A aparente insignificância de cada instante do dia ou da noite é transcendida por Cristóvão de Aguiar com a paixão de quem vive esses momentos como se fossem os últimos, os decisivos da sua vida: ungindo-os - como se de um feito religioso de tratasse - com o amor, numa sacralização invasora que inclui quer o erotismo referido a Ela, quer o humanismo com que contempla o Outro, um Outro que, além de incluir o Homem, contempla também os bichos […] e a própria Natureza*." (2007: 11).

[240] Na perspetiva de Dias de Melo, toda a obra ficcional detém uma inegável matriz (auto) biográfica: *"[…] (e, como o pintor os seus retratos, o escultor as suas estátuas e os seus bustos, não é de pessoas autênticas que qualquer romancista, novelista, contista, dramaturgo, cria as suas personagens?)"* (2004: 105).

[240i] "*De resto, o Daniel, sempre, numa modéstia impressionante, porque isolado na sua terra natal, a Maia do seu grande amor, a apagar-se perante os demais é, quanto a mim, um dos mais notáveis escritores do século passado nascido nestes rochedos*." (2004: 224).

[240i] Edição *muito boa. Pela Tradução [Dark Stones], rigorosamente fiel […] ao original português, do Dr. Gregory McNab […] pela capa, muito bela, […] pela apresentação gráfica, com a composição, perfeita, e a revisão, garantem-me os mais exigentes, sem uma gralha - e assim perco a minha realeza de rei das gralhas, para a qual me proclamaram os dois traficantes da Literatura que me publicaram, em Portugal, os meus dois últimos livros […]"* (1990: 41).

[xiv]Cf. Dores, Victor Rui (2008) "Viva Dias de Melo" in Maré Cheia, Página de Artes e Letras do Portuguese Tribune, 26-27.

mentalmente elaboram o que o escritor vai criar." (2004: 13).	
"[...] quem escreve não pode deixar de ler, e muito, não para imitar, ainda menos para copiar seja quem for, mas para, com os outros, aprender." (2004: 106).	*"Nunca nenhum destes escritores [Aquilino, Vergílio Ferreira, Eça de Queirós, José Régio, Miguel Torga] me desiludiu, nem nunca deixei de aprender com as suas obras [...]" (2007: 283).*
" - Eu escrevia diretamente na máquina de escrever, agora é no computador, mas sempre com a esferográfica à mão, para as correções. E, com frequência, começo por ditar o que vou escrever para o gravador." (2004: 40) / "[...] Isto de, com a minha idade, me meter com estas maquinetas prodigiosas... [...] com este bichinho, [...]" (2004: 19).	*"À conta da leveza fui sentar-me imediatamente ao computador, a minha lareira portátil a que me aqueço e às vezes me desaqueço [...]" (2007: 297-298).*
"[...] e em casa, pacientemente corrigindo, polindo, passarei ao computador." (2004: 255).	*"Tenho andado embebido no meu trabalho de coligir, podar e limar [...] mas estou sempre a alterar, a cortar de um lado para aumentar do outro, o costume." (2007: 74, 76).*
"Os textos nestas solitárias caminhadas gizados são de guardar para, em chegando a casa, os começar a passar ao papel, agora ao computador. [...] O falar, refletir a sós, vale muito, [...]" (2004: 14-15).	*"Os meus passeios, a pé, são sobretudo isso: uma viagem por mim dentro a par da outra, que os pés vão empreendendo..." (2007: 106) / "[...] apetecia-me fazê-lo [passear] lá fora, para poder pensar direito e escrever algumas linhas de prosa poética [...]" (2007: 185).*
"Penosa, sempre, a adaptação do imigrante. Nesta área dos Estados Unidos, enxameada de micaelenses, as gentes do Pico, das outras ilhas, do Continente, não passam de uma gota de água." (1990: 36).	*"Quer nos Açores quer em terras da América, continua o Povo Açoriano a ser vítima do destino. Já não bastava a emigração, que é sempre dolorosa e deixa marcas fundas." (1999: 175).*
"O emigrante/imigrante parece que fica, para todo o sempre, com a alma repartida: aqui, vivendo lá, se daqui nunca mais se parte - lá, vivendo aqui, se daqui se parte e por lá para o resto da vida se fica..." (1990: 267).	*"[...] doença do emigrante. Nunca está bem em parte nenhuma. Ou melhor dizendo: cá, lembra-se da América [...] lá, lembra-se do lado de cá, [...]" (1999: 206).*
"Na pobreza da Ilha [...] ajuda preciosa as dolas, [...] e a encomenda, [...] perante os olhos da família deslumbrada com tantas abundâncias, louvado seja Deus, e consolada com aquele cheirinho à América." (1990: 88).	*"Nesse tempo de inocência ainda intacta, as coisas vindas do Novo Mundo eram únicas e tinham um cheiro especialíssimo, as narinas captavam-nas a grande distância..." (2007: 205).*
"[...] passei, desde menino, a vida inteira a sonhar com este momento: o de estar, com os meus pés, o meu corpo, o meu coração, neste cais, [...]" (1990: 56) / "Desde que me conheço, de muito criança, oiço, constantemente, falar da Califórnia." (1990: 87) / "Mas os que ficavam para sempre na terra natal criaram e acreditam piamente na maravilha da sua Califórnia, [...]" (1990: 90) / "[...] paraíso fabuloso da fabulosa América." (2003: 11).	*"Tanto sonhei com a terra da América nos meus tempos de rapaz, na Ilha, onde de resto era este o sonho mais comum de quem começava a botar vulto, [...]" (RB: 231) / "- Ó mestre, já sabia que estavas cá na América [...] bem-vindo sejas a esta terra da promissão do Novo Mundo, a maior e mais rica nação do planeta - [...]" (1999: 240).*
"[...] Ilha perdida no meio do Atlântico [...]" (1990: 90) / "Este apego a estas quatro paredes... a esta terra... a este mar..." (2004: 211) / "[...] aqui, no Pico, na minha Ilha, na minha Terra, [...]" (2004: 213) / "Tanto que, mais do que eu, os verdadeiros autores deste livro [...] são eles, esses homens e mulheres do Povo da minha Ilha." (1985: 10).	*"Quanto aos locais por onde passei e vivi, refiro-me à Ilha, com maiúscula, para mim uma entidade mítica; [...]" (2007: 283) / "Por seu turno, ela [memória afetiva] materializa-se na Ilha - mulher, ou na Mulher - ilha, às vezes mais Ilha, outras mais Mulher..." (2007: 286).*

A partir deste cotejo incipiente, sem pretensões a uma exaustividade forçosamente não exaustiva, podemos, desde já, avançar algumas conclusões de índole mais ou menos genérica.

O isolamento como condição *sine qua non* da escrita subjetiva ou escrita do eu, detentora de uma função profilática e terapêutica, que se assume como diário ou jornal íntimo(s), não raro repassado(s) de episódios autobiográficos, e que se configura em termos de autorretrato.

Sendo o jornal íntimo datado, respondendo a autobiografia à questão "Que fiz eu?" e o autorretrato à interrogação "Quem sou eu?", torna-se lícito distinguir o autorretrato da autobiografia pela ausência de uma narrativa temporalmente linear, pela subordinação da narração a um 'mosaico' de elementos temáticos, pela construção de uma coerência alicerçada num sistema de rememorações, de retomas e de sobreposição de factos análogos.

Não será o estabelecimento de tais analogias viabilizado pela memória (que não antecede a escrita, mas que dela provém…) e pelo silêncio (anterior à escrita, mas exteriorizado pela palavra)?

Assim é que tanto Dias de Melo como Cristóvão de Aguiar imprimem, na sua obra intimista, uma certa descontinuidade à continuidade, um certo teor fragmentário ao absoluto da criação, firmando-se como autorretratistas que, ao invés dos autobiógrafos e memorialistas tão-somente interessados em legarem à posteridade, perpetuando-os, os casos de vida narrados, insistem, humildemente, em serem lembrados como artesãos da escrita.

A este respeito, Cristóvão de Aguiar não deixa de se questionar no que respeita à sua vocação de escritor, enquanto Dias de Melo hesita no que concerne ao 'género' de *Poeira do Caminho*: "*Serão […] Crónicas com o formato de cartas? Crónicas, com o formato de cartas (não todas mas a maioria para ti) que sejam um diário de memórias?"* (2004: 19).

A escrita artesanalmente computadorizada, alquimicamente depurada, aprendida num atelier secreto de leitura e caraterizada pela inicial expansão eufórica, conducente, pela via de incessantes supressões (com as quais não deixariam de rejubilar os críticos de genética textual…), à condensação da ideia/substância na forma consubstancializada que tão bem se lhe adequa…

Transmutam-se, nesta sequência, os passeios solitários em metáforas da escrita da solidão, da viagem interior aos "maelströms" e da poética da revivescência que, detentora de uma intensidade similar à da vivência original, percorre, num meteórico lapso de tempo, os dias lentos e os longos anos que o Tempo cristalizou.

A escrita da açorianidade, definida pela sempiterna oscilação entre dois cronótopos míticos (passíveis de alargamento a demais lugares da memória…), a Ilha e a América, pendularmente revisitados no passado e no presente.

Por um lado, e para Dias de Melo, a Ilha é uma "cadeia" (2003: 128), espaço sacrificial de sobrevivência dos antigos baleeiros deserdados pela fortuna, terra de luta sofrida de todos os insulares que, mau grado as circunstâncias adversas, ainda vão acreditando num futuro menos agreste; por outro, surge a América como a "terra prometida", "santa terra" segundo Dias de Melo (2003: 73), torrão propício ao sonho do açoriano, qual 'judeu errante', que aí tanto entrevê a nesga da abertura e aventura pela Ilha sonegada como o repto de almejada prosperidade inviável no solo pátrio.

Todavia, como tão perspicazmente afirmou Daniel de Sá em *Ilha Grande Fechada*, "Sair da Ilha é a pior maneira de ficar nela", frase antológica que, recorrentemente citada pela crítica, resume cabalmente a psicologia do ilhéu, a interiorização mítica da insularidade (como anotou Cristóvão de Aguiar), a atração transitória por um qualquer horizonte geográfico e, subsequentemente, volvida a obsessão de partir, o imperativo de retorno à origem, encarada, por não poucos, como símbolo de regressão.

Para terminar, damos a palavra a José Dias de Melo, entrevistado por Vamberto Freitas em 1992:

> *"Terei, de facto, um vasto público? Não me parece. […] Olhe, Vamberto, antigamente… Hoje, tudo mudou em mim.*
>
> *A escrita já não me traz alegrias nem tristezas […] traz-me principalmente ocupação, e essa ocupação […] é, mais uma vez me repito, o único modo que tenho encontrado, metido, geralmente sem ninguém […] no meio de quatro paredes, não digo de vencer, mas de tornar tolerável a solidão.*
>
> *No que respeita ao 'ato muito especial que é publicar um livro', também, garanto-lhe, esse ato deixou de ter para mim o quer que seja de especial.*
>
> *Apenas uma coisa, uma só, lhe poderia conferir de novo algo de particular; seria ver, finalmente, um livro meu publicado completamente limpo de gralhas, Isso, sim, dar-me-ia, mais uma vez, uns momentos de grande alegria - se é que ainda alguma alegria posso ter."* (1998: 200).

Dias de Melo, amigo de Daniel de Sá[241] (seu confidente) e de Cristóvão de Aguiar, etnólogo nato

- "*De Outubro a dezembro de 1980, andei pelo Pico de gravador às costas, de automóvel, […] procurava quem me contasse coisas do antigo viver da nossa Ilha, coisas que, queiram ou não, constituem património cultural precioso, conservado na tradição oral do nosso Povo e prestes a desaparecer, […]" (1985: 9) - e picaroto 'de gema' - "No Pico […] não há separação definida entre gentes do mar e gentes da terra [*…]" (1985: 9) -, poderá, finalmente, ter essa bem merecida "alegria":

À espera de nova edição, corrigimos as poucas gralhas - deste *"rei das gralhas"*[242] que deixou de "escreviver"[243] a 24 de setembro de 2008 - de *Das velas de lona às asas de alumínio* e de *Poeira do Caminho*…

Referências Bibliográficas:

Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-1988)*, Porto: Campo das Letras, col. "Campo da Literatura".

Aguiar, Cristóvão de (2007) *A Tabuada do Tempo. A lenta narrativa dos dias*, Coimbra: Livraria Almedina.

Barros, J. H. Santos (1981) *O Lavrador de Ilhas - I. Literatura Açoriana Hoje (1977-1980)*, Lisboa: Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. "Gaivota" /24.

Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait*, Paris: Éditions du Seuil, col. "Poétique".

Freitas, Vamberto (1998) Mar cavado. Da Literatura Açoriana e de outras narrativas, Lisboa: Edições Salamandra.

Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris: PUF, col. "Écrivains".

Heuvel, Pierre Van Den (1985) *Parole Mot Silence. Pour une poétique de l'énonciation*, Paris: Librairie José Corti.

Melo, José Dias de (1985) Na Memória das Gentes. Gentes do Mar falam do mar e da Terra, Lisboa, vols. I, II.

Melo, José Dias de (1990). Das *velas de lona às asas de alumínio*, Lisboa: Edições Salamandra.

Melo, José Dias de (2002) *Milhas Contadas*, Lisboa: Edições Salamandra.

Melo, José Dias de (2003) *Pedras Negras*, Lisboa: Edições Salamandra, 3ª edição portuguesa.

Melo, José Dias de (2004) *Poeira do Caminho. Reminiscências do passado, vivências do presente*, Porto: Campo das Letras, col. "Instantes de leitura".

Ricoeur, Paul (2000) *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris: Éditions du Seuil.

Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris: Gallimard.

35. *SÉRGIO PROSDÓCIMO, DIRETOR DE EXPANSÃO DO GRUPO GIRA TEATRO*

A ARTE COMO INSTRUMENTO DE APROXIMAÇÃO DE POVOS DISTANTES

Pretendo lançar um olhar sobre a arte, e as múltiplas possibilidades que cada ser humano pode percorrer. A arte tem sido, ao longo da história da humanidade, a musa inspiradora de sentimentos nobres, direcionando os impulsos da alma para os canais superiores da vida. Nesse diapasão, a arte se descortina como um poderoso instrumento de educação, aproximação, comunicação, transformação e se consolida num grande patrimônio cultural de um povo, pois através dela, o indivíduo expressa sua criatividade, seus sentimentos e estreita as relações e intercâmbios entre países e regiões de um mesmo país. Para se promover a aproximação entre povos distantes, é necessário conhecer, trocar e, sobretudo, *ousar*.... Permitindo que a imaginação criadora do indivíduo possa fluir com liberdade de trânsito e ação num mundo de possíveis realizações, tornando-nos construtores de intercâmbios entre nações. Os intercâmbios de experiências, levam o indivíduo a despertar a sua identidade cultural estabelecendo elos que o aproxima de povos distantes, e, assim, é rompido o isolamento, alargando horizontes e reflexões. É através da música, dança, pintura, teatro, literatura, cinema, que se descortina para nós o "mundo do outro" e, a partir desse contato, o "mundo do outro" vai deixando de ser desconhecido e passamos a nos relacionar com ele afetivamente através dos sentimentos (o primeiro rompimento do isolamento) e, num segundo passo, passamos a interagir com "este outro mundo" (o isolamento deixa de existir). Nesse processo nos apercebemos das diferenças e das identidades culturais havidas "entre o nosso e o outro mundo", daí então, concluímos com Gandhi, pois a arte nos possibilitou o conhecimento de nós mesmos.

"Toda a arte verdadeira deve ajudar o homem a realizar o seu Eu interno.".
Mahatma Gandhi

Em um mundo de contínuas transformações, no qual as formas das diferentes expressões artísticas tornam-se registros, história, pesquisa e documentos simbólicos oportunizam múltiplas possibilidades para o desenvolvimento do ser humano. A história nos tem mostrado que a arte continua sendo a musa inspiradora do ser humano. A arte acompanha, portanto, a sua trajetória serve-lhe de apoio, inspiração, expressão, desperta os sentimentos nobres adormecidos e auxilia no encontro do homem consigo mesmo. A arte é sempre um produto de sistemas: filosófico, científico, social, cultural, entre outros, e está relacionada a uma determinada época histórica da humanidade. Por ser a arte uma forma de expressão, ela torna-se um poderoso instrumento de comunicação, educação e transformação. Desse modo, por meio da arte o indivíduo expressa sua criatividade, sentimentos, emoções, senso crítico e manifesta-se como cidadão no mundo que o rodeia. O homem possui recursos interiores inexploráveis que estão latentes, esperando que sejam acionados os dispositivos da imaginação e criatividade.

A Arte tem sido desde os primórdios da humanidade, a alavanca propulsora para a expressão dessas potencialidades.

Em relação à emoção que a arte proporciona a artista plástica e educadora Fayga Ostrower (2003: 31) assim afirma: *"Quando percebemos, na arte, a indicação de horizontais e verticais, não se trata de meros elementos de geometria, direções simplesmente conceituadas. Trata-se, sempre, de direções vivenciadas, portanto direções carregadas de emoção*."

As experiências de pesquisadores, historiadores, artistas e críticos de arte, entre outros, com seus conhecimentos, situam-me e me instigam a investigar mais profundamente sobre a arte, no sentido de refletir sobre as minhas experiências como arte-educador, ator, *performer* e diretor de expansão do grupo Gira-Teatro, no qual atuo. Impulsionam-me, também, a investir em relações, parcerias, intercâmbios que, por sua vez, possibilitem a aproximação da arte, da educação aos bens culturais, assim como da inclusão social e da construção do patrimônio humano. A metodologia que logramos sedimentar pelo grupo Gira-Teatro consiste num trabalho de coletividade, no qual a concriação de um roteiro mestre direcionador permite que todos os integrantes vivenciem experiências sensíveis, cognitivas, explorando a imaginação e o potencial criador nas cenas. Isso se dá por meio de exercícios de improvisação, com introspecção, deixando que cada indivíduo se encontre e se permita, extraindo a sua potencialidade e, nessa sua descoberta, é construída cada cena, fruindo, então a coragem de criar. Dessa forma, cada integrante vai exercer o seu papel, indo ao encontro de uma finalização estética, poética e verdadeira, dando continuidade a esta construção mais além do palco.

Por meio de experiências artísticas que vivencio, tenho analisado que, toda vez que o público espectador tem o acesso ao conhecimento nas diferentes expressões artísticas, sejam elas teatrais, exposições de artes visuais, música, dança, arte circense, arte pública, e todo tipo de intervenção de caráter efêmero, há uma absorção de sentimentos pelo público espectador. Nesse sentido, ele passa a reflexionar com sensibilidade, permitindo-se desfrutar, apreciar e envolver-se num mergulho de experiências íntimas, proporcionado assim o enriquecimento pessoal por meio de marcas profundamente sentidas pela interação estética e artística do autor. No entanto, cada pessoa, cada povo, cada cultura, tem um grau de compreensão, conhecimento e sensibilidade nas esferas que configuram as expressões artísticas que, por sua vez, provocam reflexões, inquietude e estranhamento.

Esse estranhamento é devido ao novo, ao que a arte está provocando em cada espetador~~espectador~~, e para tanto, na relação público e artista é criado uma intensificação de sentidos, sentimentos e emoções, dependendo evidentemente de cada pessoa que aprecia e contempla. Sobre o que a arte pode provocar Stanislavsky (1986: 45) assim afirma:

> *Nossa experiência levou-nos a crer firmemente que só o nosso tipo de arte, embebido que é nas experiências vivas dos seres humanos, pode reproduzir artisticamente as impalpáveis nuanças e profundezas da vida. Só uma arte assim pode absorver inteiramente o espectador, fazendo-o, a um só tempo, entender e experimentar intimamente os acontecimentos do palco, enriquecendo a sua vida interior e deixando impressões que não se desvanecerão com o tempo.*

Com esse pensamento do dramaturgo e ator russo Constantin Stanislavsky, nosso grupo (Gira-Teatro) busca vivenciar e expressar as manifestações artísticas, por meio da atuação cênica, na qual conseguimos extrair os sentimentos mais profundos do ator. Para isso, primeiramente, vivenciamos integralmente conosco na construção e configuração do personagem em laboratórios de improvisação e em ensaios, de forma que no momento da atuação o ator possa transbordar todo o manancial de conhecimentos artísticos e jorrar sensibilidade com criatividade para o público espectador. Desse modo, os sentimentos verdadeiros que fluem das engrenagens mais profundas do ser humano, possibilitam ao ator não somente criar ou recriar os personagens, mas também buscar vivenciar verdadeiramente o sensível, o imaginário criativo, dando valor estético e sentido à vida, com significância nas pequenas e nas grandes coisas, de forma que possamos exteriorizar o que é belo e tem forma artística.

Nas experiências vividas como ator e espectador indago: como a arte pode contribuir para a comunicação, transformação, alargamento de possibilidades para uma mudança social e na diversidade cultural? Há um universo de reflexões que assolam minha mente quando penso sobre a arte, pois inúmeras possibilidades no tempo e no espaço sobre a sua compreensão, os seus significados, assim como suas resignificações. O passado abrindo o presente

num mundo de diversidade cultural, de múltiplas dimensões, permite que todos nós sejamos construtores de relações. Assim, configuram-se pontos, linhas, retas, planos, contrapontos, movimentos, sentimentos, emoções vivenciados intensificadamente, no espírito presencial e emocional de quem a manifesta.

Toda produção humana, num contexto social contemporâneo, independente do espaço geográfico a que pertença o homem, seja esta uma representação simbólica ou material, há uma relação de interação com o meio-ambiente em que ele encontra-se inserido. Assim, esse ser pensante e construtor consolida um patrimônio cultural ou patrimônio humano, pois, no processo de comportamento social em que utiliza elementos para moldar, criar, construir, desconstruir, transmitir, recriando a própria vida, dá-se a manifestação da cultura que é comum a todas as pessoas. Em relação à cultura, o Ministro da Cultura brasileiro, Juca Ferreira (2008) assim declara:

> *É pela cultura que o nosso país se revela como uma sociedade original, plural e tolerante*.
> *(…) Não há desenvolvimento pleno sem desenvolvimento cultural.*
> *(...) A democracia exige o acesso amplo à cultura. Exige que aqueles que hoje não conseguem consumir cultura possam ter este direito e, mais ainda, possam expressar sua própria cultura.*
> *(...) Mas essa tarefa não pode ser uma responsabilidade apenas do Governo Federal. Por isso, convidamos os cidadãos e cidadãs, empresários, artistas e produtores culturais a se unirem por esta causa*.

A arte tem uma grande contribuição na configuração das relações que são estabelecidas com a identidade, patrimônio cultural de um lugar, cidade, estado, país, tempo, espaço e territórios, proporciona também o reconhecimento e valorização da memória individual e coletiva, face aos acontecimentos presentificados por meio de expressões comemorativas, narrativas e interpretativas. É necessário buscar uma interação de intercâmbios, nos quais sejam desenvolvidas relações de entendimento intercultural entre os povos, pois cada nação tem sua singularidade e história. Assim, por meio desta interatividade e diálogos entre suas culturas e suas diferentes expressões, é que se possibilitará o respeito à diversidade cultural. Em vista disso, questiona-se: como poderemos possibilitar o acesso a intercâmbios de aproximação entre regiões do mesmo país e países diferentes?

Quando o ser humano percebe-se como agente de transformações e dá valor e sentido na sua existência, ele cria um significado para as coisas e lugares, desenvolvendo um mecanismo de construir e reconstruir o mundo, onde os processos de identidades são constantes e dinâmicos. A relação de arte e identidade cultural, seu significado e a importância do artista no mundo contemporâneo possibilitam ao indivíduo o reconhecimento de si mesmo para vivenciar a diversidade cultural. O grupo Gira-Teatro por meio da participação nos Colóquios da Lusofonia realizados na Ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores, vem consolidando intercâmbios de experiências artísticas, com a perspectiva de proporcionar o enriquecimento da LUSOFONIA, participando nas atividades paralelas, bem como nos Encontros que visam compreender e desenvolver o estudo, a pesquisa, a investigação, a literatura, as artes, a historicidade dos Açores e a identidade lusófona açoriana.

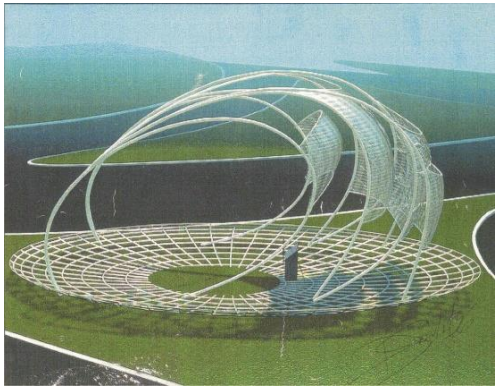
Acreditamos na arte como sendo uma alavanca propulsora para o crescimento físico, intelectual, emocional e espiritual do ser humano, que também se configura como um grande mecanismo de aproximação de povos e culturas, bem como oportuniza o desenferrujar das engrenagens dos sentimentos nobres latentes em cada indivíduo. Estamos cientes que contribuímos neste processo contínuo de transformação, no qual a insularidade irá esvaecer por meio de intercâmbios e estreitamento de relações. Todavia, precisamos mudar conceitos pré-estabelecidos a cada momento, pois é necessário conhecer, conviver, trocar, ousar...

Os colóquios da Lusofonia já realizam esse importante trabalho de aproximação de povos distantes, pois permitem a interação, a convivência e o compartilhar dos indivíduos de forma que possam fluir com liberdade de trânsito e ações num mundo de possibilidades de reconhecer e poder identificar a importância e o significado da arte, bem como os tornam construtores de intercâmbios e comunicabilidades entre nações. Com efeito, os intercâmbios de experiências, encontros e re-encontros, visam estreitar os laços educacionais, artísticos, culturais, num contexto histórico-social entre Santa Catarina/Brasil, Açores/Portugal e outros povos do mundo, cuja aproximação leva o indivíduo ao entendimento da identidade, da memória, de sua origem e do seu patrimônio cultural. Nesse sentido, configura-se um significado de rompimento com o isolamento cultural que possibilita o alargamento de novos horizontes de reflexões sobre o multiculturalismo e a

diversidade cultural, tendo como sustentáculo o respeito ao outro com todas as suas diferenças.

Estamos vivendo um momento em que há um hibridismo em tudo. Assim, as inúmeras possibilidades das ações na arte contemporânea desencadeiam e caracterizam o surgimento de um novo processo de configuração na produção artística no mundo, refletindo na compreensão das diversas expressões artísticas, e que ao se fundirem, se descortina para nós o desconhecido "mundo do outro". A partir desse contato o "mundo do outro" vai deixando de ser desconhecido e passamos a nos relacionar com ele de forma afetiva, inteligível e sensível, através dos sentimentos (o primeiro rompimento do isolamento) e, num segundo passo, passamos a interagir com o "mundo do outro" (o isolamento deixa de existir). Quando os canais de comunicabilidades estão abertos para a beleza, estética, magia, encantamento e o conhecimento que a arte produz, o ser humano descobre que se encontra vivo, e que a vida pode ser compartilhada, com sentimentos, sensibilidade, emoção, entendimento, troca, configurando um novo sentido, uma nova visão. Nesse processo nos apercebemos das diferenças e das identidades culturais entre o "nosso mundo" e o "mundo do outro". Então, concordamos com Gandhi de que a arte nos possibilita o conhecimento de nós mesmos.

As interatividades entre povos possibilitam envolvimentos e descoberta de "si mesmo", desenvolvendo a capacidade de recriar a história, a existência e os paradigmas. Isso vem a demonstrar como o Arquipélago dos Açores está tão próximo, nos corações e mentes de um povo que habita uma ilha situada a milhas e milhas fisicamente distantes, por laços que separam o tempo em 250 anos de hoje. Um exemplo bem particular desses laços vem resgatado na poética de Doraci Girrulat no "MONUMENTO – HOMENAGEM AOS 250 ANOS DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA"[244]. Um monumento, que aponta uma interrelação insular no signo CARAVELA, entre povos além-mar de culturas similares, garantidas pela renovação POÉTICA constante. Sobre a obra Doraci Girrulat[245] assim diz: "*A presença da ação/movimento da Caravela Açoriana impulsionada pelo vento, aponta à interrelação poética insular portuguesa-brasileira*".



[244] O monumento aqui apontado e comentado trata-se do que levou o primeiro prêmio concurso nacional para o monumento em homenagem aos 250 anos da colonização açoriana na ilha de SANTA CATARINA/BRASIL, 1995.
Como pensamos que uma realidade não se encontra em seus pontos diferenciais mais distantes, mas em sua relação, e melhor ainda, na sua interrelação, escolhemos a caravela para homenagear o fato em ação, no tempo. O momento na permanência da relação e não em uma data fixa. Assim, a presença da ação, mais que o estado, do fato já realizado, resolve com mais verdade e também conserva a manutenção da ação poética na continuação das rendeiras, com suas magníficas rendas de bilros. Totalmente feito em aço inoxidável com 10 m de alt., 5 m de larg. E 15 m de profundidade, leva um bordado de uma renda de bilro na frente.
Excluindo a curvatura dos tubos, o resto é tudo manual.
O Monumento aos 247 anos da Colonização Açoriana na Ilha de Santa Catarina, a ser construído em Floripa, tem uma elaboração formal que mantém a tradição lírica que a linearidade da ponte Hercílio Luz tradicionalmente nos tem gratificado.
Ele se refere a uma caravela com suas velas sugerindo uma chegada triunfal em grande movimento. E/ou também o efeito de um forte vento impulsionando planejamentos náuticos. O monumento vai apresentar de forma indelével o efeito gráfico chamado 'muarê', na medida do deslocamento dos veículos e dos transeuntes, provocando uma ilusão ótica de movimento. Assim probabilizará uma sensação de chegada contínua.
Ele homenageia esta tradição lírica através da linha que desenha os seus contornos que não são só seus, mas de toda a geografia catarina.
Enquanto como estandarte inscreve nossa história através das rendas de bilro, ele eleva nossa cultura poética pôr toda nossa bela Santa Catarina, que da janela ao diário, da gola ao recital, vai espalhar-se revelando-nos como abrigo cultural em passeio de todas as expressões.

245 Doraci Girrulat - Doraci Girrulat formou-se na FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado, SP/SP. Iniciou mestrado em Filosofia e Teoria da Arte na Universidade do Chile e na PUC/SP em Semiótica, nos ramos das Ciências e Paradigmas da Contemporaneidade. Sua trajetória artística apresenta um vasto currículo com exposições em Museus e Instituições Culturais. Professora aposentada do CEART - Centro de Artes da UDESC. Foi pesquisadora no Centro de Estudos de Arte Brasileira da FAAP (74-78), Coordenadora Cultural do CEB – Centro de Estudos Brasileiros da EMBAIXADA DO BRASIL no CHILE (81-83), Diretora de Arte da ACAP - Associação Catarinense de Artistas Plásticos (85-87) e Vice-Presidente da AAESC - Associação de Arte Educadores de Santa Catarina (91-92). Trabalha com desenhos, reprogravuras, heliogravuras (pioneira no Brasil), esculturas, objetos, ´Objectrouvés´, e sua preferida expressão: instalações. Já fez performances, penetráveis e esculturas em algodão doce.

DORACI GIRRULAT, GANHADORA DO CONCURSO NACIONAL. MONUMENTO AOS 247 ANOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA, CONCURSO NACIONAL, BRASIL (MONUMENTO NÃO-CONSTRUÍDO).

A obra de arte, não apenas resgata a memória, mas a perpetua no tempo, além de cumprir um papel como difusora da cultura. Afinal, diversas pessoas que desconheçam a história e os laços culturais entre povos e ilhas tão distantes, ao se depararem com a obra se sentirão inquietados e buscarão os dados históricos. Indubitavelmente, as artes são a grande linha de costura capaz de promover o que tanto almejamos: romper os isolamentos e promover a união cultural de povos distantes. Vejo esse como o próximo grande passo a ser dado nos movimentos lusófonos: a intensificação de ações voltadas a intercâmbios artístico-culturais, não apenas restritos à literatura, mas sim às artes em sentido amplo.

Referências

GANDHI, Mahatma. 100 Pensamentos de Mahatma Gandhi.

Disponível em: <http://genildo_mota.sites.uol.com.br/Html/Mahatma.html>. Acesso em: dez. 2008.

GIRRULAT, Doraci. PROJETO: MONUMENTO AOS 247 ANOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA – CONCURSO NACIONAL PARA O MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS 250 ANOS DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA NA ILHA DE SANTA CATARINA/BRASIL, 1995.

FERREIRA, Juca (2008). Pronunciamento do Ministro brasileiro da Cultura à Nação, em rede nacional de televisão, por ocasião do "Dia Nacional da Cultura" (05/11/2008) [íntegra]. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/05/discurso-do-ministro-juca-ferreira-por-ocasiao-do-dia-nacional-da-cultura>. Acesso em: nov.2008.

OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

STANISLAVSKY, Constantin. *A Preparação do Ator*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

.

36. *SILMARA ANNUNCIATO, GRUPO GIRA TEATRO JORNALISTA, ADVOGADA, POETISA EM LÍNGUA PORTUGUESA, BRASIL – FLORIANÓPOLIS/SC.*

INCLUSÃO CULTURAL – "RODA DE FOGO": UM EXEMPLO DE QUE É POSSÍVEL

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o *isolamento* insular, e, através do compartilhamento de situações vivenciadas pela oradora, vem a fomentar a conspiração criativa nos congressistas para o encontro de soluções. Aponta a *inclusão cultural* como uma importante segunda etapa a ser vencida na estrada de aproximação de povos lusófonos, após o primeiro grande passo que foi o acordo ortográfico. Traz ainda em seu bojo, um exemplo de que é possível: *Roda de Fogo*, uma ópera de raiz na cultura popular que se encontra em fase de criação e pesquisa com o Grupo GIRA-Teatro.

1.1. O ISOLAMENTO, A ILHA. Um conceito poético de *ilha.* O subjetivismo do isolamento. O abismo. Como vencer o abismo do "ilhamento"? Um exercício vivencial. Os desafios para se transpor mares turbulentos que separam tantas ilhas lusófonas: o idioma; a comunicação; o entrelaçamento de povos, a inclusão cultural.

1.2. A INCLUSÃO CULTURAL. Delimitação do conceito. O sentimento de pertencimento. A interdependência da inclusão cultural e do intercâmbio cultural para o alcance do entrelaçamento de povos. A arte como veículo-motor da costura entre povos lusófonos e também não-lusófonos. O impulsionamento da circulação dos bens culturais em favor da preservação da língua portuguesa. A necessária valorização das expressões artístico-culturais populares. Como promover o acesso das pessoas simples do povo aos meios de produção cultural?

1.3."RODA DE FOGO" – UM EXEMPLO DE QUE É POSSÍVEL. Apresentação sintética da ópera *Roda de Fogo*. O que ela contém que vem a romper com os padrões, a praticar a inclusão cultural, a promover a língua portuguesa e a aproximar povos lusófonos. Sua proposta metodológica de inclusão.

1. Abertura

Com as discussões paradigmáticas que as ciências enfrentaram, ao longo do século XX, o homem se apercebeu que tinha a estrutura de pensamento alicerçada em algo *ilusório* e *irreal*, sob uma ótica, equivocadamente, mecanicista, reducionista, de forma fragmentada e sem conexão com os demais elementos a seu redor e com o todo. Os estudos do microcosmo subatômico, na primeira metade do século XX, deram início a essa grande revolução e foram atingindo as demais ciências em velocidades diferentes. O mundo para além dos círculos científicos, melhor dizendo, as estruturas sociais e inter-relações humanas atravessaram esse século inteiro nos moldes do pensamento decadente. As redes de ensino continuaram formando seus alunos nos padrões positivistas e mecanicistas e o público em geral passou a ter contato com essa nova realidade só no final desse século, sem, contudo, lograr comunicar a todos.

O homem da virada do terceiro milênio está em crise, com ausência de referências por conviver com um conhecido "velho mundo" já obsoleto e um "novo mundo" desconhecido e impassível de compreensão pela mente racional. Em outras palavras, os ícones do "velho mundo" são encontrados por essa geração a todo seu redor, numa "realidade" imediata, que convive com o conhecimento de que essa realidade presenciada já pertence ao passado histórico, embora vivenciada no presente. Afinal, já ruiu a estrutura do pensamento da humanidade calcada até então no racionalismo, na certeza, na fragmentação, no isolamento e hoje já bem sabe que o caminho não é esse. E de outro lado nem todas as pessoas já tiveram notícias da existência de um "novo mundo", pois este só existe no plano das ideias com raras exceções, e, portanto, não pode ser visto, nem tocado no plano externo, pois as estruturas sociais, organizacionais e inter-relacionais ainda não foram edificadas nos novos moldes.

Atravessamos os dias em que desconhecemos o "mundo novo" que se descortina, com uma ciência que passa a recepcionar a incerteza[246] rejeitando a lógica racional, que constata que a natureza existe sem preocupação de ser explicada por nossa lógica racional; reconhece que a natureza funciona de modo ilógico e incompreensível à racionalidade humana[247]; e tem a coragem de dizer "desculpem-nos, estávamos errados; ensinamos vocês a pensarem por trilhos diferentes da realidade durante séculos, milênios". Sobre a razão, Edgard Morin nos adverte de seus perigos:

> *"(...) parto da ideia de que a razão é evolutiva e que a razão traz em si seu pior inimigo! É a racionalização, que corre o risco de sufocá-la. (...) a razão não corre sobre trilhos, a razão pode se autodestruir, por processos internos que são a racionalização. Esta é o delírio lógico, o delírio da coerência que deixa de ser controlada pela realidade empírica".*[248]

Nesse diapasão, acena-se como primordial nos debruçarmos sobre o isolamento insular e a crise de sobrevivência da língua portuguesa tendo em mente o contexto histórico mundial da atualidade; tomando consciência de que todos nossos conceitos pessoais também precisam ser revistos e começarmos a nos preparar para apreendermos o novo, para estabelecermos novos tipos de relações. Afinal, será dos resultados dos trabalhos de nossa geração atual os rumos que o planeta trilhará os séculos posteriores. A nós ficou a tarefa de construirmos os alicerces em que serão edificadas as estruturas de pensamento, sociais e de relações humanas, valendo ampliar, relações ambientais. Isso nos exige a coragem de enfrentamento e a ousadia de romper com padrões e estruturas obsoletas, a partir de suas raízes que se encontram fincadas dentro de cada um de nós, cristalizadas por uma herança cultural secular de nossos ancestrais.

A arte é uma excelente ferramenta que nos conduz ao contato com esse novo mundo desconhecido, que está para além do racional, que nos reintegra ao universo e nos faz *sentir*, *sentir* e *sentir*, como um outro meio de aprendizagem do ser através do universo criativo. Precisamos das artes para conhecermos e tatearmos o novo mundo, e sobretudo, conhecermos a nós mesmos. Proponho agora uma pausa para desligarmos um pouco o nosso racional e nos permitirmos voar. Peço licença poética aos costumes acadêmicos a fim de fazer a abordagem sob um enfoque lírico, pois foi o meio que encontrei na tentativa de acionar os meandros do lado direito do cérebro a fim de fomentar a conspiração criativa. Trago a seguir um conceito poético sobre isolamento, ilha.

– Soltem os cintos! Vamos decolar.

2. O Isolamento, a ilha

"Ilha não é só um pedaço de terra cercado por água por tudo quanto é lado. Ilha é qualquer coisa que se desprendeu de qualquer continente. Por exemplo: um garoto tímido abandonado pelos amigos no recreio, é uma ilha. Um velho que esperou a visita dos netos no Natal e não apareceu ninguém, é uma ilha. Até um cara assobiando leve, bem-humorado, numa rua cheia de trânsito e stress, é uma ilha. Tudo na gente que não morreu, cercado por tudo o que mataram, é uma ilha. Toda ilha é verde. Uma folha caindo é ilha cercada de vento por tudo quanto é lado. Até a lágrima é ilha,

---

[246246] Princípio da incerteza, sedimentado por Werner Heisenberg.

[247] Com referência à física quântica. "Quem quer que não fique chocado com a teoria quântica, não a compreende" Niels Bohr. Apud KAKU, Michio. *Hiperespaço: uma odisseia científica através de universos paralelos, empenamentos do tempo e a décima dimensão.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 131. "Se a teoria quântica viola nosso bom senso, é somente porque a natureza não parece se importar muito com ele" (*op. cit.*, p. 135).

[248] MORIN, Edgard. *Introdução ao pensamento* complexo. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 118.

deslizando no oceano da cara". Oswaldo Montenegro, poeta e compositor brasileiro.

A ilha nos instiga ao sentimento do *abismo*. Vamos então tentar definir poeticamente esse abismo:

> *O abismo é o medo. O medo de partimos de nossa ilha, na travessia de um oceano infinito...*
> *Infinito?!! – Não. – O oceano é do tamanho de nosso medo!*
> *O espaço que nos separa de nossos desejos... é o abismo. Tudo aquilo que não se rompeu e nos aprisiona... é o abismo. O abismo é o monstro dos sete mares que nos impede de mudar... nos impede de ser o que realmente somos e nos fecha no casulo do medo.*
> *Qual seria então a relação do abismo com a ilha?*
> *A ilha é um pedaço de qualquer coisa cercada de abismo por todos os lados. Um abismo que se agiganta ou diminui de acordo com o tamanho de nosso medo.*
> *E há como vencer o abismo?*
> *Só vejo um caminho: vencer o nosso medo...a partir da coragem de enfrentarmos a nós mesmos.*
> *E agora indago: quantas vezes nos pegamos trancados numa ilha, aprisionados pelos monstros de nossos medos? Quantas ilhas criamos dentro de nós?*
> *A ilha é ilusão!*
> *O abismo é ilusão!*
> *Vencer o isolamento das ilhas, só depende de nós mesmos.*

3. Como vencer o abismo do "ilhamento"?

O abismo é ilusório, assim como o sentimento de "estarmos ilhados" é também ilusório. O abismo nos provoca os medos: o medo de um perigo imaginário, o medo do desconhecido, o medo da mudança... O medo do que pode haver no oceano, do que pode existir para além do que nossos olhos conseguem alcançar a partirem da margem da praia. Portugal foi o pioneiro em vencer esse medo. Em 8 de julho de 1497, Vasco da Gama zarpou do rio Tejo em demanda da Índia, numa aventura que até então ninguém havia criado coragem. E então Portugal se consagrou no prestígio marítimo e passou a viver seus dias de glória.

Há sempre um prêmio a quem vence o medo do abismo: o prêmio reservado aos heróis. Heróis de nós mesmos (!) pois tivermos a coragem heroica de enfrentarmos a nós mesmos, superando as dificuldades, acreditando e seguindo adiante, enfrentando tempestades, superando as altas ondas contrárias, derrubando mitos e crendices. Não podemos esquecer que Portugal teve a coragem de enfrentar o grande oceano, enquanto alguns diziam que a terra era plana e acabaria num abismo. Foi a coragem portuguesa que lhe conferiu um prêmio grandioso: descobriu o Brasil, semeou sua cultura nessa e em várias terras distantes e hoje, sufocado por seus vizinhos na comunidade europeia, tem em seus filhos residentes em regiões longínquas a sobrevivência de sua cultura[249] e o fortalecimento da sua própria identidade em seu solo pátrio.

O movimento lusófono traz aos dias de hoje, poeticamente, a mesma grandiosidade dos feitos de outrora por Vasco da Gama. Ele busca vencer o isolamento de povos diversos que se encontram ilhados em ilhas de mares distantes a lhes promover a união em plano solidário, pacífico e cultural, com esforços advindos da sociedade civil e em menor grau dos estados. Vejo novamente o pioneirismo português historicamente se operacionalizando na coragem do enfrentamento dos mares das diversidades étnicas, a dizer ao mundo – é possível sim unir as multidiversidades étnicas e culturais em torno de uma identidade única, sem as aniquilar, sem sobrepujamento de uma sobre outras, mas, antes de tudo, respeitando cada diferença como uma importante cor da aquarela que enriquece a nova identidade. E não há desafios menores que os de outrora para se transporem mares turbulentos que separam hoje tantas "ilhas" lusofalantes. Dentre eles, a destacar:

O idioma: não se nos apresenta como um entrave, mas como um dos traços de identidade que nos impulsiona à união dos povos lusófonos. O acordo ortográfico veio a pacificar alguns pontos que ainda nos afastavam na expressão da língua comum. Primeira etapa de aproximação hoje já vencida. Mas há outras a serem transpostas.

A comunicação: a comunicação, em seu amplo sentido, é vital. Afinal, sem comunicação não há como extinguir o isolamento. E comunicação pressupõe circulação de pessoas, pensamentos, sentimentos, expressões e notícias, que

[249] O termo cultura, ora empregado em sentido amplo.

precisa se estabelecer em fluxo contínuo. O que não conhecemos, não existe. O que não ouvimos falar com frequência, esquecemos. A comunicação é o que nos conecta com as pessoas e com o mundo. Após efetivado o completo rompimento do isolamento, a comunicação é que irá manter a conexão entre povos. Vale lembrar que a arte aqui também se insere como um importante e eficaz veículo de comunicação, através do intercâmbio cultural, pois com ela carrega por onde passa uma gama de informações culturais no mais amplo sentido, além de ter o poder de se manter por muito tempo na memória de quem a viu passar; afinal, nos recordamos de um filme, de uma peça de teatro, de um livro durante muitos anos e sabemos que algo internamente nos modificou a partir do acesso a que tivemos a eles.

O entrelaçamento de povos: - Para uma efetiva aproximação de povos, a multidiversidade cultural há de ser vista como um fator de compartilhamento e união. Uma das maiores críticas à globalização, que também se ergue ao tratarmos dos desejos de uma união cultural de povos lusófonos, é o receio de extinção de culturas regionais. Tal receio se concretizará ou não, dependendo da forma como for conduzida. A massificação depende muito mais do agente do que do fato em si. Vejamos o exemplo brasileiro: trata-se de um país que tem um território muito extenso, contendo numerosos *brasis* sob o ponto de vista de culturas regionais diversas e divergentes. No entanto, coexiste uma identidade brasileira única, sem perdimento nem imposição da cultura de uma região em detrimento de outra. Os brasileiros conhecem e sabem identificar as regiões de origem pelas diferenças de costumes, de expressões artísticas, de vocabulário, sotaque, etc., sem perdimento da convivência pacífica e da identidade brasileira. Assim, o entrelaçamento de povos pressupõe o profundo respeito à multidiversidade cultural, preservando-as, promovendo-as, e apoiando os meios para sua expressão, circulação e existência. Nessa esteira, é de suma importância a sensibilização dos corpos legislativos das nações para edificações de leis que repudiam e apliquem sanções severas a qualquer forma de descriminação, seja racial ou de origem, e impeçam práticas tendentes ao sobrepujamento de uma cultura sobre a outra, tais como, as vergonhosas que estão a se passar atualmente na Galizia. Mas leis apenas não bastam, faz-se necessário também o constante empreendimento de ações e campanhas para o cultivo do sentimento de união e respeito pelas pessoas de cultura e origem diversa da nossa.

A inclusão cultural: vejo nela como a segunda etapa a se vencer, após o importante primeiro passo dado com o acordo ortográfico.

4. A inclusão cultural

Sobre *inclusão cultural*, empregaremos o conceito de "cultura" em sentido restrito para nos referirmos especificamente às artes; e ao termo *inclusão cultural* como o direito ao acesso às *artes* e também o direito de acesso aos meios de produção artística e circulação dos bens culturais produzidos; acrescentando aqui o direito ao completo desenvolvimento das potencialidades da espécie humana. As artes, como um meio de expressão do ser humano, vem ao mundo em forma de dança, escultura, música, literatura, pintura, cinema, teatro, dentre outras tantas. É através delas que o ser humano compartilha seu universo interior com o meio externo onde vive. O criador torna-se vivo e passa a sentir a própria existência através de sua obra. A criação é o dom mais precioso da natureza humana; é o atributo que distingue os humanos dos demais seres vivos.

Hábitos alimentares, construções de abrigos, costumes de grupo, muitas espécies animais também tem os seus; mas uma obra de arte, no reino da natureza só os humanos são capazes de fazer, só os humanos são capazes de as apreciar e de as compreender. Não ter acesso às artes significa afastar o ser humano de sua própria natureza, é relega-lo a uma condição de subespécie, é tratá-lo como se fosse um animal de outra espécie ao lhe impedir de desenvolver a potencialidade para a qual sua espécie nasceu. O Ministério da Cultura brasileiro encomendou em 2008 uma pesquisa ao IBGE, os dados obtidos são alarmantes:

> *Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca entraram em um museu; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte. Reparem que quase todos os dados estão na casa dos 90, alguns chegam aos 70, 78%, o que significa que menos de 30% dos brasileiros, no máximo, estão incorporados a algumas dessas atividades. Cerca de 80% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar frequentemente, ou seja, valorizam a dança. Mais de 90% dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. O brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita ano contra, por exemplo, 2,4 da Colômbia e 7 da França; aqui 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio de um livro no Brasil é de R$ 25,00, o que*

é elevadíssimo, quando se compara à renda dos brasileiros das classes C, D e E.

Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no nordeste e apenas dois no sudeste. Aproximadamente 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e, destes, 70% não têm qualquer acesso à internet. 56,7% da população ocupada na área da cultura não têm carteira assinada. 'Isso tudo é um escândalo', exclamou o Ministro da Cultura Juca Ferreira, 'A cultura é uma dimensão humana fundamental. Não dá para pensar na agenda social apenas baseado nas necessidades materiais'". [250].

Em campanhas e políticas aplicadas do Governo Federal do Brasil, vem sendo assentado junto ao seio social que cultura[251] é um bem de primeira necessidade humana, assim como o são os alimentos e remédios. Em pleno século XXI não mais podemos dizer que as necessidades humanas são apenas as fisiológicas. O espírito humano é a excelência de nossa espécie e é ele que necessita ser cultivado, nutrido, e fornecidos os meios necessários para que as pessoas cada vez mais desenvolvam suas potencialidades, e então a sociedade possa ser beneficiada com a produção do espírito humano. Diante de índices exorbitantes de exclusão como esses, que não devem ser muito diferentes da realidade dos demais países lusofalantes, não podemos ficar de braços cruzados. É uma situação alarmante e de emergência que ameaça gerações futuras, pois gerações anteriores já não puderam produzir os bens do espírito humano fundamentais para o desenvolvimento e florescimento social também por falta de acesso aos nutrientes do espírito humano.

5. Exclusão cultural é a fome da alma! Exclusão cultural é a fome social.

A inclusão cultural, tal como uma avenida, se consubstancia ao ser promovido seu fluxo em ambos sentidos da via: na promoção cada vez mais ampla a se viabilizar o acesso aos produtos artístico-culturais; e também na promoção cada vez mais ampla a se viabilizar às pessoas os meios para se expressarem através das artes. Não há como se falar em entrelaçamento de povos se não se promover o intercâmbio cultural. Não há o que se falar em intercâmbio cultural sem a *prévia* inclusão cultural. É a isso que venho chamar à atenção. Os governos, as mídias, as empresas e instituições civis, as populações, em suma, todo o corpo social precisa estar consciente da necessidade emergencial de se empreenderem esforços contínuos para uma efetiva inclusão cultural, pois é a espécie humana que está ameaçada de degeneração pela fome social, sem condições de exercitar sua potencialidade.

Nessa tarefa de se abrirem os portais para a inclusão cultural, requer antes de tudo uma profunda reflexão sobre as numerosas ilhas criadas para isolamento da cultura em mãos de ínfimo percentual da população, ao que chamo de *ilhas de exclusão cultural*. Não vejo as disparidades socioeconômicas como as únicas edificadoras dessas ilhas. Creio que o problema se instaura bem antes destas, a começar pelas posturas e estruturas de pensamentos individuais que acabam por se refletir nos ilhamentos de âmbito social. O erudito é a capital das ilhas de exclusão cultural. Ela se reveste de uma linguagem hermética e velada, impassível de ser compreendida pela maioria percentual da população. A distância que o erudito se encontra de grande percentual da população acaba por constranger as pessoas e, intimidadas, passam a não ter coragem de criar, e se criam, tem vergonha de expor o produto de suas criações por suporem ser de qualidade inferior com mira na excelência inatingível da erudição. Assim, bem mais de 90% dos humanos nasce, vive e morre sem jamais exercer o potencial de sua espécie.

Lamentavelmente, convivemos com discursos atribuindo a culpa da não intelecção às pessoas do povo, e alguns, mais cruéis, fazem chacotas e anedotas dessas pessoas simples por não entenderem o universo da erudição. E, não raro, nos deparamos com a edificação consciente de outras tantas ilhas eruditas para se render culto ao próprio ego, a fim de manter a sensação interior de poucos pelo pertencimento a uma casta seleta e fechada. Protagonização essa que só teria lugar no cenário da Idade Antiga, onde existiam reis, rainhas, imperadores de um lado e de outro uma massa imensa de escravos. Mas cá não faz o menor sentido nos dias do terceiro milênio. Seus

[250] FERREIRA, Juca. Discurso do Ministro da Cultura, por ocasião da solenidade de sua posse. Brasília: 28/08/2008. Íntegra disponível em http://www.cultura.gov.br/site/2008/08/29/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-na-solenidade-de-transmissao-de-cargo/ ; acesso em 10/02/2009.

[251] Aqui também o termo cultura é empregado em sentido estrito em menção às artes em geral, não estando neste trecho incluído no conceito o *ensino*, sem, contudo, retirar deste a importância no rol de necessidades humanas; pois, se abraçado o ensino neste trecho, acabaríamos por desviar o foco da dissertação. Cabe lembrar que a defesa da cultura, no mesmo sentido empregado a este trecho, como um bem de necessidade básica humana, foi protagonizada no Brasil em âmbito governamental pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil, e em continuidade por seu sucessor no Ministério, o atual Ministro Juca Ferreira.

resquícios precisam ser extintos. A humanidade precisa desabrochar e florescer. O refletido a cerca da erudição, igualmente toca o hermetismo da linguagem acadêmica que tem dificuldade até de dialogar entre os ramos das ciências, que dirá com o povo. Aplaudo de pé os esforços empreendidos por alguns cientistas, a exemplo de Fritjof Capra e Michio Kaku, que ao se conscientizarem da função social dos cientistas em comprometimento indissociável com os princípios éticos e com os rumos da humanidade, passaram a escrever *em linguagem para leigos* sobre as maravilhas descobertas pela astronomia e física quântica, compartilhando assim o conhecimento com o seio social. Que me crucifiquem os eruditos, mas a erudição de nada terá valido se não puder ser compartilhada com todas as pessoas da sociedade, incluindo-se aqui até os não-alfabetizados. Quem teve o privilégio de atingir a erudição, adquiriu maior consciência das disparidades socioeconômicas e culturais e os problemas advindos, cumprindo-lhe o dever social de auxiliar as demais a ampliarem seus conhecimentos e acessos para desenvolvimento completo de seus potenciais.

É a espécie humana que tem fome e clama! É o nosso necessário legado a gerações futuras que precisa ser em forças suficientes para sobrevivência de todo o planeta. Legado que só se constrói com os produtos do espírito humano, através do exercício de seu potencial criativo. Temos que ter a coragem de abandonar a visão antropocêntrica rasa e obsoleta, em que a história se estruturou até bem pouco tempo, e nos permitirmos a reflexões profundas em submersão dentro de nós mesmos. Nosso planeta não tem tempo para esperar mais. **É a nossa geração atual quem precisa trazer *resultados* efetivos**. E, para tanto, é sempre bom buscar inspiração nos arautos dos novos tempos, sem *pré-conceitos*, como nessas impactantes palavras de Fritjof Capra:

> *"A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de 'uso, à natureza'.*

A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. Em última análise, a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexidade, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda. Não é, pois, de se surpreender o fato de que a nova visão emergente da realidade baseada na percepção ecológica profunda é consistente com a chamada filosofia perene das tradições espirituais, quer falemos a respeito da espiritualidade dos místicos cristãos, da dos budistas, ou da filosofia e cosmologia subjacentes às tradições nativas norte-americanas.

Há outro modo pelo qual Arne Naess caracterizou a ecologia profunda. 'A essência da ecologia profunda', diz ele, 'consiste em formular questões mais profundas'. É também essa a essência de uma mudança de paradigma. Precisamos estar preparados para questionar cada aspecto isolado do velho paradigma. Eventualmente, não precisaremos nos desfazer de tudo, mas antes de sabermos isso, devemos estar dispostos a questionar tudo. Portanto, a ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialista. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos, uns com os outros, com as gerações futuras, e com a teia da vida atual da qual fazemos parte"[252].

6. "Roda de Fogo" – um exemplo de que é possível

Teorias são muito boas, mas precisamos ir às práticas. Não há mais tempo para pensarmos e nos embrenharmos em discussões teóricas sobre "o sexo dos anjos", ou buscarmos filigranas com lupas para construir ou destruir raciocínios. A omissão das gerações passadas, e a insistência de utilizar os conhecimentos dos avanços tecnológicos do século XX em prol da ganância, do individualismo, do imperialismo, do enriquecimento de poucos, da defesa de uma "raça pura" a oprimir as demais, deixaram à nossa geração atual um nefasto legado: o planeta poluído, com a natureza voltando-se contra nós;

[252] CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos. São Paulo: Cultrix, 2001, 5ª ed., p. 25 usque 26.

intolerância racial e religiosa; terrorismo; crime organizado, e uma sociedade degenerada que busca nas drogas a fuga dos problemas, sem a coragem de seu enfrentamento. Nossa geração atual não teve o privilégio de descansar para vir só desfrutar das dádivas que o avanço tecnológico deveria ter nos propiciado aos dias de hoje. Se a nossa geração nada fizer para reverter esse quadro, o legado às posteriores será muito mais nefasto do que o presente.

Muito mais emergencial do que saciar da fome do corpo, é a erradicação da fome da alma, o que se obtém através da *inclusão cultural*, para que cada vez um maior número de pessoas esteja apto às produções emanadas de seu espírito, a fim de edificarem uma sociedade sadia, consciente e ativa. Uma nova sociedade que seja capaz de se relacionar em simbiose com a natureza e com os demais seres humanos e culturas diversas, sem vir a escravizar, sem vir a deteriorar, sem que uns se sobrepujem aos outros, mas que toda biodiversidade do planeta possa conviver pacificamente em harmonia, desenvolvendo plenamente os potenciais inerentes a cada espécie; e, no caso dos humanos, desenvolver o potencial criativo.

Foi pensando nisso tudo é que surgiu a Ópera Popular Roda de Fogo, que passo a comentar a seguir de forma ilustrativa, para que possa ajudar a inspirar o encontro de novas soluções práticas na tarefa de erradicação da exclusão cultural.

O Grupo GIRA-Teatro, que tem como slogan e orientação interna de trabalho *"auxiliar no desabrochar da humanidade"*, solicitou um poema de minha autoria, intitulado "Roda de Fogo", convidando-me também para fazer sua adaptação para teatro[253]. Nosso objetivo comum era fazer com que essa obra promovesse efetivamente a inclusão cultural e também viesse a auxiliar no despertar de consciências para que mais pessoas se engajassem num trabalho de erradicação das exclusões. Na busca desse desejo, nos defrontamos com o desafio: "*Como criar uma obra que promova a inclusão cultural?".*

Desafio para nós é néctar combustível, nos dispusemos então a seu enfrentamento. Navegamos pelas reflexões acima postas, como também sobre aquelas que há pouco foram trazidas pelo orador Sérgio Prosdócimo, na palestra intitulada "A arte como instrumento de aproximação de povos distantes", além de outras pesquisas e imersões em teorias para obtermos o clique inspirador do caminho a seguir. O resultado dessa brincadeira nasceu em forma de uma ópera. Por que a ópera? A ópera é uma obra artística das mais completas, pois reúne literatura, música, artes plásticas, dança, artes cênicas em uma única obra. É uma oportunidade de se começar a praticar a inclusão internamente com a equipe de trabalho, pois, profissionais de áreas diversas estariam se intercomunicando de modo a proporcionar a vivência em áreas alheias, com a consequente ampliação do desenvolvimento de potenciais criativos do grupo.

Outra razão relevante reside no fato de que, via de regra, as óperas não são traduzidas, de modo que valorizam o idioma em que originalmente foram escritas, no caso, a língua portuguesa. Por onde *Roda de Fogo* passar, irá então difundir o idioma português. Retornando ao cerne do desejo originário, observa-se que o palco da ópera é um palco de exclusão, vez que tradicionalmente é reservado ao erudito, linguagem que somente ínfimo percentual da população consegue entender e menos ainda nela se expressar. Pareceu-nos então a escolha de uma ópera a ideal para provocarmos o rompimento da ilha de exclusão cultural. Afinal, as artes sempre se serviram para romper com padrões, provocar, instigar, escandalizar, chamar a reflexões.

Subirão ao palco de nossa ópera artistas que jamais transitaram no erudito; alguns deles não tiveram sequer oportunidade de estudos, mas exercem seus dons naturais pelas práticas que aprenderam na vida e nas ruas, e não por isso deixam de ter excelência em suas artes. Irão eles expressar seus potenciais criativos dentro das linguagens populares que lhes são próprias. A conscientização da necessidade de erradicação das ilhas de exclusão cultural vislumbramos que poderá se iniciar junto aos detentores do palco erudito da ópera. Por certo receberemos críticas severas, resistências, e queremos que venham. É do embate de opiniões que sempre surgiram novos horizontes e rumos. O importante não é consagrar uma tese, mas sim se propiciar oportunidade para que venha à tona o debate e dele advenha reflexões.

Por que *popular?*

[253] O poema originário, sob o título *Roda de Fogo* é uma narrativa em versos com vários personagens, nos traz diversos aspectos culturais da Ilha de Santa Catarina (oficialmente, Florianópolis) tais como, as crendices populares, expressões folclóricas, a capoeira, as rendas de bilro, as bruxas e benzedeiras, o desterramento de um povo de sua mãe-Açores, etc. Tem em foco essa ilha como uma mostra da multidiversidade cultural de um povo. A *Ópera Roda de Fogo* está hoje em fase de projeto e de busca de apoios para sua criação, montagem e circulação.

Porque *Roda de Fogo* é uma obra que busca o resgate da autoestima, a valorização das expressões do povo, dos talentos que emergem das ruas e se transformam em arte, busca a inclusão dos sem número de pessoas que não tiveram acesso a estudos apurados, mas têm em seu âmago o dom valoroso das artes, que não tiveram vergonha, mas sim a coragem de exercitarem o potencial criativo da espécie humana. Sim, *popular*, *genuinamente popular,* pois as pessoas poderão se expressar dentro das linguagens próprias do povo, que está longe de ser o erudito. *Roda de Fogo* resgata as canções populares, propositadamente com o emprego de instrumentos rústicos utilizados em rodas de capoeira.

Por que a *capoeira*?

A capoeira é uma arte que emergiu da necessidade humana de se expressar; nascida espontaneamente nas ruas, nos campos, a partir da criação de pessoas que nunca sentaram num banco escolar; à época originária nem pessoas eram consideradas, por serem escravos, eram tidos como se coisas fossem, mercadorias tais como as mulas, os bois, os tecidos. Equivoca-se quem pressupõe que capoeira provém da África. Estudiosos já pacificaram que a capoeira nasceu em solo brasileiro, como fruto da miscigenação cultural lá havida. Márcio Penna Corte Real, em sua tese de doutorado junto à Universidade Federal de Santa Catarina, ao analisar as canções das rodas de capoeira[254], aponta como influência as canções lusitanas populares, dentre elas o fado. E não podemos olvidar que as canções de rodas de capoeira são expressas em idioma português. Assim, ao se falar em capoeira, estamos também falando em herança portuguesa, indubitavelmente.

Roda de Fogo é uma obra lusófona de imensurável importância, que nos chega em bem vindos dias em que se deseja a aproximação dos povos lusófonos e o fortalecimento de nosso rico e melódico idioma português. Nesse mister, a capoeira acena como uma arte primordial de fortalecimento da língua portuguesa e de herança cultural lusa, vez que, hoje já disseminada em diversos países de línguas diversas, os nomes dos golpes e as canções são cantadas e ensinadas no idioma português em todos os países.

Roda de Fogo é isso, um pouco de tudo isso, veio para resgatar a autoestima, transmutar padrões, valorizar as artes, crendices e expressões populares, promover a igualdade e inclusão daqueles do povo aos meios de produção artística. Ela chega adentrando o sacro palco da ópera, que também amamos e respeitamos, nos trazendo uma obra feita por mãos e corações daqueles ora incluídos, tradicionalmente provindos do povo, nas linguagens do povo, a tocar corações e mentes afetos aos novos tempos.

Nosso principal objetivo é demonstrar que o ilhamento intransponível de acesso à cultura é mito e não está adstrito ao gênero erudito; o que há são apenas diferentes *idiomas* de expressões artísticas, de expressões do espírito humano por linguagens diversas, e isto está longe de ser um certo e outro errado, um belo e outro feio, um de valor maior e outro menor. Queremos que cada pessoa comum se aperceba de que é capaz de criar e fazer a sua ópera num auxílio mútuo e coletivo, que tem o direito de subir nos palcos e expressar suas artes, pois a criação é um dom da espécie humana, não havendo pessoa humana que seja privada do dom da criação, nem mesmo aqueles rotulados pelos homens de outrora como *res* mercadorias, os escravos, afinal, quanto a isso a capoeira já provou o contrário.

Gostaria ora de finalizar, poeticamente dizendo:

A ilha é uma ilusão. A nossa mente é quem estabelece os limites.
O tamanho do nosso universo particular só depende de nós.

Convoco todos, que por estas letras passarem: ouçam os clamores daqueles que sofrem a fome da alma, favorecendo-lhes os nutrientes para o completo desenvolvimento das potencialidades humanas! Tenham sempre a coragem de criar! Tenham sempre a força de romperem os isolamentos de todas as ilhas que impedem o completo re-ligamento humano em rumo ao Grande Todo do Universo!

37. TIAGO ANACLETO-MATIAS, TIAGO.FERREIRA@EUROPARL.EUROPA.EU
PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS

CENÁRIOS POSSÍVEIS NA EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E DE INTERPRETAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA NO SÉCULO XXI

[254] REAL, Márcio Penna Corte. As musicalidades das rodas de capoeira(s): diálogos interculturais, campo e atuação de educadores. Tese de Doutorado em Educação, íntegra disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp054089.pdf ; acesso em 10/02/2009, p. 46.

Aplicando o provérbio "Aprende Línguas e serás Alguém", pensamos que não há melhor expressão como este aforismo popular da Eslováquia, para definir a realidade em que todos os cidadãos do mundo se encontram e, particularmente, os europeus.

Se não dominarmos outros idiomas para além da língua materna, seremos considerados, muito em breve, tecnicamente iletrados, embora o conhecimento e domínio da língua-mãe seja capital. Este estudo recairá principalmente sobre a temática do Português como língua oficial na União Europeia e a dinâmica da mesma na Europa.

Ademais, serão abordados a perspetiva e o futuro da mesma ao nível das Instituições Europeias, em particular devido ao atual Acordo Ortográfico. Para além desta abordagem, tentaremos decifrar também se na Europa há uma crescente preocupação para preservar a interpretação e a tradução de todas as línguas europeias, independentemente do número de cidadãos que as falam à escala europeia, ou se, contrariamente, devido a preocupações financeiras, as línguas menos representativas na Europa, como é o Português, começarão, num futuro próximo, a ser menos utilizadas nas Instituições Europeias.

Tentaremos igualmente defender que a tradução e a interpretação são o veículo principal para a defesa das línguas, para que na realidade o Inglês não se torne progressivamente a *lingua franca*, não só numa perspetiva europeia como também mundial e, por essa razão, as próprias Instituições Europeias, nomeadamente a Comissão Europeia, terem começado internamente a preterir as outras línguas a favor do Inglês.

Por conseguinte, será discutida a questão mais exclusiva do Português, porque continua a ser uma das línguas mais faladas mundialmente em termos de números de falantes nativos. Veremos, assim, se devido à globalização, o número reduzido de falantes do Português na Europa começará a incentivar a perda do poder estratégico da mesma no campo de ação europeu e mundial.

1. SITUAÇÃO DIACRÓNICA DA PANORÂMICA INTERLINGUÍSTICA NA U. E.

2.1. Resenha histórica das Línguas Oficiais da União Europeia

Desde os primórdios da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (C. E. C. A. – 1951), que se teve sempre em conta dar voz às diferentes línguas faladas nos primeiros países que fundaram aquela união. Depois, com a instituição da Comunidade Económica Europeia, em 1957, consagraram-se quatro línguas oficiais, em 1958, com a adoção definitiva dos regulamentos por aquela organização, tornando-se legalmente oficiais: Alemão, Francês, Italiano e Neerlandês. O Alemão era comum à Alemanha, à Bélgica e ao Luxemburgo; o Francês era partilhado pelos Belgas, Franceses e Luxemburgueses; o Italiano era somente falado pelos Italianos e o Neerlandês era, e ainda é, a língua falada tanto pelos Flamengos Belgas como pelos Holandeses. O Luxemburguês ficou como Língua de Tratado, ou seja, o tratado foi redigido em Luxemburguês, mas como é uma língua minoritária e a sua população fala também outras duas línguas declaradas oficiais, o Alemão e o Francês, decidiu-se não oficializar na altura a língua Luxemburguesa.

Convém referir que, ao longo dos tempos, diferentes línguas foram propostas para se tornarem a *lingua franca* da União Europeia: tendo em conta os primeiros Estados-Membros que fundaram o que nós hoje chamamos a União Europeia, a língua mais comum naquela época para comunicar entre os Estados-Membros era o Francês. Com o passar do tempo, também se sugeriu o Latim como língua possível de comunicação no Parlamento Europeu, à semelhança do que os Israelitas fizeram com a sua língua no seu Parlamento (*Knesset*), adotando o Hebreu. Mas, talvez devido ao provável favorecimento das línguas românicas em relação às outras que não estão tão associadas ao Latim, e sobretudo devido à associação óbvia do Latim com o Estado do Vaticano e a Igreja Católica, a ideia do Latim enquanto *lingua franca* foi afastada. Foi igualmente aventada a hipótese da adoção do Esperanto como uma *lingua franca* global possível, mas como é uma língua artificial sem relação com nenhum território nacional e como também favoreceria os falantes nativos de línguas românicas, a ideia foi também abandonada.

Depois, com os vários alargamentos da U. E., houve a necessidade de acrescentar mais línguas à lista de línguas oficiais e de trabalho. Em 1973, acrescentaram-se o Dinamarquês e o Inglês, com a adesão à Comunidade Económica Europeia da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Compete-nos lembrar que o Gaélico, ou o Irlandês, ficou então somente como Língua de Tratado. Gostaríamos de acrescentar que, após o primeiro alargamento em 1973, todas as ideias ou hipóteses de inventar uma língua única, de certa forma artificial, foram completamente postas de parte, principalmente devido à intransigência do Reino Unido que não se identificava minimamente com a

adoção de uma língua única comum, pelo que o Esperanto, por exemplo, desapareceu mesmo das escolas como disciplina de estudo nos até então 6 Estados-Membros.

Talvez com esta posição tão determinada, o Reino Unido e sobretudo devido aos três últimos alargamentos com um total de 15 novos Estados-Membros, os quais serão a seguir indicados, a tendência desde então a esta parte, para comunicar dentro das fronteiras da U. E. é a do uso do Inglês como *lingua franca* emergente confirmada. No entanto, e como defendeu Touitou-Benitah, professora de interpretação de conferência da Escola de Tradutores e Intérpretes da Universidade de Bar-Ilan, "a *construção europeia adotou o princípio do multilinguismo e da tradução em detrimento de uma língua comum que seria considerada como simplista*" (nossa tradução do Francês, 2000: 359). Apesar disso, após a introdução do Grego com a adesão da Grécia em 1981 e de seguida, com a adesão da Espanha e de Portugal em 1986, aumentou-se o número de línguas para nove, com a chegada do Castelhano e do Português, vindo mostrar que a diversidade linguística reconhecida a nível institucional Europeu se tem vindo a manter, independentemente da influência incontestável e marcante da língua inglesa.

Com o último alargamento do século XX, foram adicionadas as línguas Finlandesa e Sueca. Apesar de em 1995 terem feito a adesão à União Europeia três países, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, apenas duas línguas eram novas relativamente às existentes, pois na Áustria fala-se Alemão, que foi sempre, desde o início em 1958, língua oficial.

Com a entrada em 2004 de Chipre, da Eslováquia, da Eslovénia, da Estónia, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, de Malta, da Polónia e da República Checa, nove outras línguas oficiais foram adicionadas ao variado leque linguístico da U. E., a saber, respetivamente: Eslovaco, Esloveno, Estoniano, Húngaro, Letão, Lituano, Maltês, Polaco e Checo.

Por último, com a adesão da Bulgária e da Roménia à U. E., em 2007, o número de línguas oficiais com estes dois últimos alargamentos duplicou de 11 para 22, ou melhor para 23, porque a língua irlandesa foi considerada como também oficial naquela data, para além do Búlgaro e do Romeno, respetivamente.

Se houver uma união total da ilha de Chipre, e a Croácia e a Islândia aderirem até 2012, mais outras três línguas serão adicionadas àquele número já elevado de línguas oficiais, respetivamente, o Turco (falado na parte norte da Ilha de Chipre), o Croata e o Islandês perfazendo 26 línguas oficiais. Continua, assim, o desafio multilinguístico para a União Europeia, particularmente no que toca aos meios humanos, meios materiais, meios técnicos e às infraestruturas.

2.2. Por que são atualmente tantas línguas?

Segundo as edições do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE) de 2007, nomeadamente *Aprender línguas na UE*, "*a língua que falamos contribui para definir quem somos*". Portanto, gostaríamos de acrescentar que a língua, independentemente do seu número de falantes, é parte integrante de uma determinada cultura que, quer queiramos quer não, vai influenciar a maneira de pensar, de sentir e de o indivíduo se apresentar à sociedade; devemos, por isso, respeitar de igual forma os direitos de terceiros e a língua que eles falem, e é aqui que a multiculturalidade também se encontra intrinsecamente presente.

Além do direito ao respeito mútuo, a União Europeia defende igualmente o direito dos povos dos Estados-Membros se expressarem na sua própria língua; a União Europeia encoraja também os povos a aprenderem outras línguas, para que possam mais facilmente comunicar interculturalmente. Desde que foi criado em 2007 o cargo de Comissário Europeu das Línguas, ocupado atualmente pelo romeno Leonard Orban, o tema do multilinguismo, o estudo de qualquer língua, maioritária ou minoritária, o desafio do plurilinguismo, assim como a promoção e divulgação do estudo destas para a obtenção de uma melhor profissão têm sido postos em prática mais intensamente.

Apesar de existir uma amálgama de diversidades há, no entanto, unidade. Desta forma, a União Europeia identifica-se com este mote: *Unida na Diversidade*. *"Este lema significa que a U. E. é composta por países europeus unidos, trabalhando em conjunto pela paz e pela prosperidade, e que o facto de existirem diferentes culturas, tradições e línguas na Europa é algo de positivo para o continente*" (portal em Português da C. E., 2008).

Pese embora haver a possibilidade de utilizarmos qualquer língua no seio da U. E., parece-nos que os acordos primordiais da U. E. por vezes estão a ficar para segundo plano devido à crescente pressão dos efeitos económico-financeiros no seio da Europa que o multilinguismo comporta. As despesas são elevadas devido indubitavelmente aos custos exponenciais da defesa da tradução de todos os documentos das línguas principais europeias para as menos representativas, bem como devido aos serviços de interpretação de cada Instituição Europeia. No entanto, parece-nos que essa razão se prende com o facto de o Inglês se ter tornado mais forte e presente dentro das I. E. Nestes serviços das instituições, apenas as línguas maioritárias (Alemão, Francês e Inglês) tendem a crescer.

Na tendência atual, principalmente na Comissão Europeia e no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, assim como noutras instituições da U. E. de visibilidade mais reduzida (as antenas da U. E. espalhadas pelos 27 Estados-Membros), apenas as línguas maioritárias (Alemão, Castelhano, Francês, Inglês, Italiano e Polaco) tendem a crescer e a ser mais usadas relativamente às menos representativas, tais como o Búlgaro, o Checo, o Dinamarquês, o Eslovaco, o Finlandês, o Grego, o Húngaro, o Português ou o Sueco. Estas últimas são línguas faladas por habitantes entre os 5 e os 12 milhões a nível europeu. Não devemos esquecer que abaixo deste limiar estão todas as outras línguas minoritárias no meio interinstitucional, tais como o Esloveno, o Estoniano, o Gaélico (Irlandês), o Letão, o Lituano ou o Maltês.

Entre o grupo das "grandes línguas" e o grupo dos 5-12 milhões em termos demográficos, como se pode depreender da leitura da publicação da Comissão Europeia, *Factos e Números Essenciais sobre a Europa e os Europeus*, encontram-se o Neerlandês e o Romeno que são falados por mais de 15 milhões e 25 milhões, respetivamente. Ora, estas línguas acabam por ter mais expressão entre as línguas de maior difusão na U. E., pese embora o facto de especialmente o povo holandês e os Flamengos Belgas dominarem a *lingua franca* dos dias de hoje, o Inglês.

Mas, não só as línguas alemã, francesa e inglesa formam o primeiro bloco linguístico de maior importância na U. E.; existe um segundo bloco, composto pelos idiomas Castelhano, Italiano e Polaco, o qual se revelou ser de elevada importância, não só quanto ao número de cidadãos a nível europeu que falam o castelhano e o italiano, mas também devido à adesão da Polónia que possui uma população crescente e numerosa (40 milhões de habitantes), não esquecendo igualmente a força política, geoestratégica e cultural que os dirigentes e o próprio povo exercem no seio da U. E.

2.3. OS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

2.3.1. A (im)possibilidade e a (in)exequibilidade de manter um número elevado de línguas na interpretação

> "*A Interpretação deve ser criativa para adaptar o texto às tristes vicissitudes da realidade e ao desenrolar dos tempos*" (nossa tradução do Francês, Sueur, 2007: 8).

Efetivamente, a interpretação simultânea teve o seu início no pós II Grande Guerra, durante o Julgamento de Nuremberga. Foi durante esse evento histórico que os tradutores tiveram de se adaptar para interpretarem a partir de uma língua para outra num regime ao qual chamamos hoje de acompanhamento. Acresce o facto de ser um tipo de interpretação especial, pois é considerada interpretação jurídica.

Em países onde hoje há minorias étnicas significativas é reconhecido o direito aos arguidos de se expressarem na sua língua natal por forma a não haver equívocos linguísticos que possam pôr em causa a defesa ou a acusação dos mesmos em questões processuais. O Direito Criminal é uma área muito específica da interpretação e não é única a ter interpretação simultânea nos tribunais portugueses hoje em dia – também o Direito da Família teve muito recentemente um caso noticiado de interpretação simultânea em Portugal com a decisão judicial de conceder a tutela das filhas à Mãe Neerlandesa que se deslocou a Portugal para recuperar as mesmas que estavam a viver com o Pai, ou ainda, o caso noticiado ainda mais atual do alegado e presumível assassino francês de um empresário de Ourém.

Uma situação semelhante poderia também acontecer, por exemplo, no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. De facto, a interpretação é uma técnica assegurada em muitas das Instituições da União Europeia, mais em particular na Comissão Europeia, no Conselho Europeu e sobretudo no Parlamento Europeu. A realidade da interpretação acontece em todas as 23 línguas oficiais, cujas combinações linguísticas podem ser múltiplas, que no início eram apenas quatro. Podemos admitir que é um trabalho digno de se observar, porque os profissionais de interpretação "*para além do domínio*

perfeito da língua materna e do profundo conhecimento de uma ou várias línguas estrangeiras, [devem ter] *uma especialização técnica jurídica, económica ou científica, consoante o setor em que se pretenda trabalhar"* (Van Dromme-Desvignes, Sornom-Aï, 2001: 9).

Quanto ao Parlamento Europeu, trata-se da instituição que mais facilmente solicita o recurso à interpretação, pois cada Eurodeputado pode expressar-se única e exclusivamente na sua língua materna desde que esta seja língua de trabalho; por este último motivo, o Irlandês tornou-se língua oficial para tornar possível aos Eurodeputados de língua materna gaélica expressarem-se em Irlandês, embora esta língua seja só e praticamente utilizada nas Sessões Plenárias em Estrasburgo.

Apesar desta realidade, qualquer Eurodeputado pode expressar-se noutra língua que não a materna, tal como o atual Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso costuma fazer. Muitas vezes este dirige-se em Sessão Plenária aos Eurodeputados, em conferências de imprensa ou em entrevistas, em Francês ou Inglês. No entanto, é mais raro isso acontecer com os Eurodeputados, pois estes defendem que estão ali para lutar pelos direitos dos cidadãos europeus e representá-los, já que foi para isso que foram eleitos. Sendo assim, têm o direito de se exprimir na sua língua materna e de terem sempre a possibilidade de ouvir os outros Eurodeputados na sua própria língua, através da audição dos profissionais de interpretação de conferência que se encontram nas cabines de interpretação, tanto em Bruxelas como em Estrasburgo ou esporadicamente no Luxemburgo.

A verdade é que, principalmente no Parlamento Europeu, a realidade da diversidade linguística em que se expressam os Eurodeputados, tanto nas comissões de trabalho do Parlamento em Bruxelas ou nas mini-Sessões Plenárias na mesma cidade, bem como nas Sessões Plenárias em Estrasburgo continua bem viva e pensamos que não irá mudar. "*As sessões plenárias, que contam com uma interpretação simultânea para e a partir de todas as línguas oficiais da União, mobilizam, em média, 800 a 1000 intérpretes. No caso das outras reuniões, a interpretação é, em geral, assegurada em função das necessidades*" (portal em Português do P. E., 2008).

Atualmente, o trabalho dos linguistas é fundamental, mais do que nunca, porque as línguas oficiais são cada vez mais e os documentos a traduzir e/ou as conferências e reuniões são cada vez em maior número. No entanto, devemos ter em conta que, como dissemos anteriormente, "*dadas as suas obrigações face aos cidadãos e Governos da União Europeia, não é de estranhar que as instituições* [da U. E.] *empreguem um número elevado de linguistas*" (*A Europa em Movimento*, 2004). E todos estes linguistas têm de estar atentos às especificidades de cada tipo: de tradução ou de interpretação. Segundo Jean-Jacques Sueur, "*a tradução deve ser o mais fiel possível, a interpretação por seu lado não se deve autocriticar por ser criativa (…). Mesmo a tradução não é completamente neutra"* (nossa tradução do Francês, Sueur, 2007: 3).

2.3.2. A (im)possibilidade e a (in)exequibilidade de manter um número elevado de línguas na tradução

"*A tradução e a interpretação devem ambas ser confrontadas com o poder da linguagem e com ligação a um fundo comum"* (idem, 2007: 3); portanto, a tradução e a interpretação, embora sejam muito diferentes na sua básica conceção, pois uma é escrita a outra é falada, seguem de mãos dadas dentro das Instituições Europeias, apesar de pertencerem a Direções-gerais diferentes. No caso particular do Parlamento Europeu, os Serviços de Tradução encontram-se sediados no Luxemburgo, mas os Serviços de Interpretação encontram-se ao lado dos Eurodeputados, em Bruxelas.

Complementarmente, gostaríamos apenas de referir Ballard, que identificou a tradução como muito mais do que um simples ato de registo escrito, isto é,

> "*ao passo que a escrita tem em vista algo absoluto, a tradução propriamente dita toma consciência do seu relativismo e faz com que a mensagem passe por transformações, sem alterar aquilo que se quer dizer, ou faz com que a mesma renasça; a tradução é a vida*!" (1998: 22).

Constatamos que é um grande esforço hoje em dia manter a tradução de e para 23 línguas oficiais/de trabalho, com 506 possibilidades de combinações linguísticas possíveis. Mas os serviços de tradução continuam a (re)adaptar-se ao crescimento progressivo das constantes atualizações aos níveis técnico e linguístico, assim como os tradutores. Estes, especializando-se numa das novas línguas de trabalho, acompanham os tempos.

A realidade imperativa que a tradução possui e que é imposta por todos os intervenientes possibilitou a construção de uma Europa mais consciente das suas diferenças e do respeito pelas mesmas, assim como pelo direito à preservação de cada identidade linguística e cultural de cada Estado-Membro. Ainda citando Ballard, houve uma decisão sábia do Conselho Europeu em declarar "o multilinguismo como sendo a pedra angular de toda a construção comunitária [europeia]; ele é o garante do respeito pela diversidade cultural e a pluralidade linguística" (nossa tradução do Francês, Ballard, 1998: 22). É interessante avançar com a sua conclusão que defende a tradução como estando no âmago da construção europeia: "*a tradução é a alma de um dispositivo que pretende efetuar trocas e negociações dentro do respeito mútuo e não servir como pilão de identidades e de diferenças*" (idem, 1998: 22).

Segundo o Relatório sobre a Gestão de Qualidade na esfera da tradução no Parlamento Europeu, onde o número de páginas traduzidas é elevadíssimo anualmente, chegando a mais de 2 milhões, desde o penúltimo alargamento da União Europeia, em 2004, até aos dias de hoje, há dois tipos de regimes de concessão de trabalho de tradução decidido pelo Serviço de Planificação: há certos trabalhos que passam para as mãos dos tradutores internos (sejam eles funcionários ou contratuais) ou para as mãos de empresas que elaboram as traduções a nível externo. Atualmente, para algum profissional trabalhar como tradutor externo para as I. E. deverá estar integrado numa empresa que tenha ganho um concurso ou um contrato de prestação de serviços no campo da tradução para a U. E.

Só a título indicativo quanto a números de linguistas-tradutores, estando entre eles 170 juristas-linguistas, os quais se encarregam de garantir a conformidade dos textos em todas as línguas comunitárias, a 1 de julho de 2005, entre funcionários e contratuais havia 366 tradutores que equivaliam a aproximadamente 2/3 da dotação orçamental no que toca a recursos humanos; e quanto aos secretários, a taxa de provimento global é inferior a metade das vagas disponíveis (Relatório, 2005: 6).

Mas a realidade destes serviços jurídico-linguísticos no campo da tradução nem sempre foi fácil. Podemos pensar que hoje, com os avanços da tecnologia, tudo se tornou mais banal e menos complicado, devido à criação de bases de dados tradutológicas informatizadas, nomeadamente bases de dados documentais e terminológicas – *EurLex* e *IATE*. No que toca às memórias de tradução usa-se muito o *Translator's Workbench* e *Euramis*. Antigamente tudo parecia incomportável, sendo tudo traduzido manualmente ou, nalguns casos, os tradutores utilizavam ditafones, para depois tornar mais fácil a tarefa aos/às datilógrafos(as) de passar à máquina os documentos traduzidos, que depois começaram a ser passados a computador.

Ora, nos dias de hoje a tradução assistida por computador é uma realidade. Pelo menos ao nível da União Europeia, na qual a "*tradução assistida por computador tem vindo a ser desenvolvida desde 1976, [apesar de só muito mais tarde ter começado a ser utilizado na prática], nomeadamente pelo Systran (acrónimo que significa Tradução por Sistema), o qual é o programa multilingue de tradução assistido por computador usado pela União Europeia"* (nossa tradução do Inglês, Cao, 2007: 162).

Conforme informações do SPOCE é importante referir que a Comissão Europeia utiliza inicialmente no seu quotidiano aqueles sistemas de tradução automática e todas as bases de dados linguísticas do processo de tradução no primeiro bloco linguístico (Alemão, Francês e Inglês). "*Os projetos de documentos políticos e os projetos legislativos são elaborados numa ou mais línguas deste bloco; [e é só numa] fase final que os textos são traduzidos para as [restantes] línguas oficiais"* (2004: 19). Por seu lado o Parlamento Europeu, que tem necessidade de produzir frequentemente documentos com alguma rapidez em todas as línguas oficiais, desenvolveu um sistema de seis línguas pivô, precisamente aquelas que fazem parte do primeiro e do segundo blocos atrás referenciados. Isto é, "*um documento escrito, por exemplo, em eslovaco ou [em] sueco não será diretamente traduzido para as outras [22] línguas. Em vez disso, será traduzido para as línguas pivô e seguidamente traduzido a partir destas línguas para as outras*" (SPOCE, 2004: 19).

Antes de continuar, gostaríamos apenas de mencionar Mesquita, tradutor há quase vinte anos no Parlamento Europeu, que foca o verdadeiro aumento dos serviços de tradução e dos tradutores junto das Instituições da União Europeia, onde não só os tradutores, mas também os próprios serviços de tradução das Instituições Europeias tiveram a necessidade de se atualizar:

> "*A quantidade de textos traduzida no [Parlamento Europeu] evidentemente aumentou a cada alargamento da [União Europeia]. Quando eu cheguei, em 1990, a U. E. tinha 12 Estados-Membros. Quase tudo era traduzido pelo nosso serviço e raramente se recorria*

a tradutores externos. Após o alargamento seguinte (1995) a 3 novos Estados-Membros, a situação manteve-se mais ou menos igual; mas quando se tornou claro que haveria o grande alargamento de 2004 e passaria a haver 27 Estados-Membros até 2007, tornou-se imperativo tomar medidas para permitir ao P. E. preservar o princípio do multilinguismo. Como não se pode aumentar infinitamente a carga de trabalho dos tradutores ou obrigá-los a aprender mais algumas línguas novas (e na nossa divisão a maioria já traduzia a partir de 3 ou 4 línguas), decidiu-se reduzir os tipos de documentos traduzidos pelo Serviço da Tradução do P. E. aos de maior responsabilidade e entregar cada vez mais trabalho a tradutores externos. Não sei números exatos, mas creio que mais de 60% dos textos ainda são traduzidos internamente" (2008: 2).

Apesar das considerações de Mesquita quanto ao reconhecimento da importância da qualidade dos profissionais, sabemos que a profissão de tradutor ainda continua negligenciada. A aparente facilidade desta profissão faz com que qualquer pessoa com certos conhecimentos linguísticos se sinta qualificada para traduzir. Não obstante, o tradutor não é apenas um profissional de línguas, mas também um descodificador de mensagens e um criador.

Portanto, o tradutor deve também atualizar com frequência as ferramentas com que trabalha já que a tecnologia evolui a passos largos. Os desafios tecnológicos e os desafios da internacionalização tornam o tradutor um profissional que continua a aprender ao longo dos anos em que pratica a sua atividade e os seus conhecimentos linguísticos também. Além disso, deve apostar na especialização, demonstrando assim uma atitude pró-ativa e empreendedora, para não se tornar obsoleto.

A União Europeia defende que todos têm direito de falar na sua própria língua e confrontar as Instituições Europeias com as suas questões, por escrito ou oralmente utilizando as suas línguas maternas. Assim, o trabalho dos profissionais de tradução é imprescindível para que a informação acerca das Instituições Europeias chegue junto dos cidadãos: "*o **trabalho dos tradutores** permite à U. E. cumprir as suas obrigações legais em matéria de **comunicação** com os cidadãos*" (SPOCE, 2008). Se a União Europeia alguma vez negligenciar o reconhecimento desse direito do cidadão europeu, conferindo um estatuto de menor importância a uma língua somente por ter menos falantes nativos, é provável que principalmente esses cidadãos comecem a encará-la como uma Instituição meramente representativa, pois "*negligenciar uma língua é fazer com que os falantes nativos dessa determinada língua comecem a ficar desiludidos com o Projeto Europeu*" (nossa tradução do Inglês, Grupo de Peritos, 2008: 12).

Desde os primórdios da União Europeia muito se tem feito para manter os documentos mais importantes em todas as línguas principais de cada país, pelo que as Instituições Europeias têm dado emprego a centenas de linguistas, não só ligados à tradução, mas também ligados à interpretação. Podemos pensar que todo este sistema de tradução comporta custos astronómicos, mas parece-nos bem salientar que a tradução e a interpretação juntas apenas custam a cada cidadão europeu a módica quantia de aproximadamente 2€/ano (dois Euros por ano), "*ou seja, um pouco mais do que o preço de um café"* (SPOCE, 2004: 18), apesar de, presentemente, "[*vinte e dois] pares linguísticos se encontrarem disponíveis no seio da União Europeia*" (nossa tradução do Inglês, Cao, 2007: 162).

Assim, o grau de qualidade e eficiência linguísticas requerida mesmo com tantos pares linguísticos tem de ser elevado. Na sua qualidade de maior empregador do mundo de intérpretes e tradutores, que representam um terço (cerca de 1500 pessoas) do seu pessoal, o Parlamento Europeu é o campeão do multilinguismo, assegurando a interpretação nas sessões plenárias, nas reuniões dos órgãos diretivos e das comissões e delegações na medida do possível. Naturalmente, as competências crescentes do P. E. e o número crescente de línguas aumentam a carga de trabalho.

Na Norma Europeia EN 15038 há também a preocupação em estabelecer vários aspetos relativos às competências fundamentais no campo da tradução, pelo que gostaríamos de passar a mencionar alguns deles (Filipe, 2006: 23):

1) Gestão de Recursos Humanos;
2) Competências Translatórias;
3) Competências Linguística e Textual na LP e na LC;
4) Competência de Investigação;
5) Aquisição E Processamento de Informação;
6) Competências Intercultural e Interpessoal;
7) Competências Técnicas e Profissionais.

Tomando especialmente em conta o ponto número seis, as competências intercultural e interpessoal são deveras fundamentais para um tradutor. Se este não conseguir adaptar um determinado texto à sua cultura ou àquela para a qual está a traduzir, o tradutor terá sérias dificuldades em conseguir executar um trabalho com qualidade.

3. O Português nos Serviços Linguísticos da U. E.: impacto do novo Acordo Ortográfico numa Perspetiva Europeia e Mundial

A língua portuguesa foi sempre muito protegida em termos de formação de equipas de tradução e interpretação devido ao facto de Portugal preferir ver representada a sua língua e apoiar os linguistas e não adotar uma posição diferente, como é o caso dos Dinamarqueses e dos Suecos. No caso específico destas duas nacionalidades, a situação é diversa: quando há uma reunião à mais alta instância sobre um tema altamente especializado, a política adotada daqueles países nórdicos tem sido a de enviar um especialista na matéria que domine a língua inglesa na perfeição, ou seja, enquanto o caso português investe mais na tradução e na interpretação, a Dinamarca e a Suécia optam por apoiar a deslocação de especialistas porque dominam satisfatoriamente o inglês, sendo considerado nestes países uma segunda língua.

Segundo o artigo escrito de Allan Karker "Is the Danish Language being maltreated by the EC?", pode-se concluir que a língua dinamarquesa é usada em pé de igualdade com as outras línguas oficiais, mas por razões práticas os dinamarqueses acordaram que não seria sempre necessário ver representada a sua língua a nível oral, assim como a tradução de alguns documentos, em todos os momentos de resolução.

A realidade do apoio à interpretação, especificamente no caso português, refletiu-se na escolha deliberada da Presidência da República Portuguesa que decidiu na 63ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada no dia 24 de setembro de 2008, fazer-se acompanhar pelo serviço de interpretação simultânea de e para Português, durante a sua comunicação àquela Assembleia. Na realidade, segundo o artigo do jornal *Público* daquela mesma data, as opiniões divergem relativamente aos custos que a interpretação da língua lusa pode acarretar para os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa): a jurista Catarina Albuquerque pensa que a adoção do Português como língua oficial [na ONU] "*teria encargos enormes*", pois "*tem de se pesar a relação custo-benefício*". Mas o professor Carlos Reis considera que o simbolismo da utilização da língua portuguesa nas mais altas instâncias "*custa muito dinheiro, mas tendo em conta os efeitos que pode ter, os custos podem ser irrisórios*", já que esta posição pode significar "um investimento".

A nosso ver, esta última posição seria a mais acertada, pois o português é uma das línguas mais faladas a nível mundial e o Brasil é o grande responsável em termos demográficos por ser "*mais falado que duas das seis línguas oficiais das Nações Unidas*" dos dias de hoje, a saber, o Russo (145 milhões) e o Francês (aproximadamente 72 milhões). No seguimento desta posição, gostaríamos de mencionar que mais de 177 milhões de falantes nativos se expressam em língua portuguesa e, como referimos anteriormente, o Brasil defende acerrimamente a manutenção e a divulgação da língua portuguesa, talvez até mais que os próprios portugueses. Assim,

> "*irá depender sobretudo do esforço de liderança brasileiro que a Lusofonia [possa] avançar, levando a reboque os países africanos cheios de complexos do colonizador português*" (Chrystello, 2008: 3).

É imperativo nesta instância realçar e relembrar que nos anos 80, durante o governo de Maria de Lourdes Pintassilgo e, segundo entrevista com o intérprete-funcionário do Parlamento Europeu, Francisco Falcão, aquele Governo foi contrário à introdução da interpretação em língua portuguesa na ONU devido quase exclusivamente aos custos elevadíssimos que implicaria para Portugal nessa época. Ainda segundo a já citada jurista Catarina Albuquerque, "*cada intérprete na ONU ganha centenas de milhares de Euros por ano, a trabalhar 4 horas por dia*".

No entanto, gostaríamos de reiterar a importância do simbolismo que a adoção do português com estatuto permanente de língua de interpretação simultânea teria no impacto do contexto das nações se fosse representada regularmente nos trabalhos de todas as instâncias de comissões menores, bem como na dimensão da assembleia-geral das Nações Unidas.

Tendo em conta o artigo do *Público* supracitado que afirma que há uma petição em linha pela inclusão do Português como língua oficial na ONU que conta já com mais de 50 mil assinaturas e que, segundo a mesma fonte, foi anunciada a criação de um fundo para a língua portuguesa aberto à cooperação com os outros países lusófonos, achamos que seria uma enorme mais-valia para a língua portuguesa se esta fosse promovida a língua oficial no

seio da ONU, juntando-se ao Árabe, ao Castelhano, ao Chinês, ao Francês, ao Inglês e ao Russo.

Contrariamente àquilo que a opinião pública e o senso comum costumam julgar, o Castelhano já ultrapassa em cerca de 13 milhões o inglês a nível mundial, enquanto o Português não se distancia muito da língua Árabe em termos de número de falantes (na ordem dos 30 milhões). Convém salientar que, enquanto as últimas línguas estão disseminadas por vários continentes, o Chinês e o Russo, por exemplo, sem contar com os contingentes migratórios, são geograficamente limitados à localização nacional das suas fronteiras. Talvez sejam línguas da ONU sobretudo devido à representação destas nações no Conselho de Segurança das Nações Unidas e também no G8 (países do mundo mais economicamente favorecidos).

Voltamos a enfatizar que, sendo a língua portuguesa a terceira da União Europeia mais falada no Mundo, é imperativo e urgente assegurar a defesa da manutenção e utilização do Português como língua de trabalho no contexto europeu, nomeadamente nos Serviços de Tradução e de Interpretação das instituições comunitárias.

Tal como Filipe afirmou,

> "*De forma contextualizada poderemos entrever a imperativa renovação da política externa da língua de Camões no seio da União como espaço político-social-económico por excelência da realidade portuguesa. A caraterística da transcontinentalidade da Língua Portuguesa é, por si só, uma razão da sua aprendizagem. Considerando também o espaço americano e africano como os principais parceiros económicos e culturais da União Europeia nunca se poderá descurar a importância estratégica da nossa língua, pois esta será, com certeza, a interligação obrigatória de diálogo e relacionamento social, cultural e económico com organizações internacionais de peso"* (2004).

Como exemplos dessas organizações internacionais podemos referir a Organização dos Estados Americanos (OEA), os países Ásia, Caraíbas e Pacífico (APEC), a União Africana (UA), o Mercosul, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Portanto, o conhecimento da língua portuguesa traz maiores perspetivas de migração, tanto junto das nossas fronteiras, como junto doutros Estados-Membros da U. E. ou, ainda, junto de países que tenham boas relações com a U. E.. O interesse pela língua, as saídas profissionais a nível económico ou as perspetivas académicas são sempre tidas em conta no ensino da Língua Portuguesa no contexto europeu ou no resto do mundo. "*A República Popular da China prepara os seus quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistar mercados lusofalantes*" (Chrystello, 2008: 3); talvez por esta razão a língua portuguesa não esteja condenada ao desaparecimento em Macau.

Com esta reflexão, "*urge pois apoiar a comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área [da linguística], zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes*" (idem, 2008: 4). Neste contexto, sabendo que o Português, tal como outra língua, é uma língua viva em constante evolução, torna-se num desafio para a União Europeia mantê-la como oficial e de trabalho tanto na tradução como na interpretação.

O acordo ortográfico já ratificado por três países lusófonos, a saber, o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já tem sido considerado como desadequado para a União Europeia. Rui Beja, professor de Gestão Editorial e consultor da Administração e Administrador não Executivo no Grupo Porto Editora, afirmou num artigo de opinião na revista *Visão*, de 20 de março de 2008: "*o que inibirá os textos da União Europeia de passarem a ser escritos com a sintaxe, a semântica e o vocabulário utilizados no Brasil*?" (Beja, 2008). Praticamente nada. Pensamos que não passa de um falso problema, já que a língua portuguesa será sempre a mesma, independentemente da sua proveniência.

Não podemos menosprezar e deixar de citar o distinto linguista João Malaca Casteleiro, que afirmou num artigo da edição de 11 de janeiro de 2008 do Semanário *Sol* alusivo ao Colóquio sobre o Ensino de Português para as Comunidades: "*A aceitação das regras propostas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa seria um «sacrifício pequeno» mas com grandes resultados*", pois "*a abolição das consoantes mudas, proposta pelo Acordo, apenas abrange dois por cento do vocabulário português mas estes dois por cento fariam uma grande diferença*" (Casteleiro, 2008). Por aqui

podemos constatar que o proposto Acordo Ortográfico não irá mudar a grafia do Português tanto como os seus opositores parecem querer fazer crer.

Citando Evanildo Cavalcante Bechara e Malaca Casteleiro, presentes como patronos da Comissão de Honra dos Colóquios da Lusofonia, em Bragança e em São Miguel – Açores, "*o Português falado não sofrerá qualquer alteração com este Acordo Ortográfico, este apenas servirá para uniformizar a ortografia da língua portuguesa*". Convém citar ainda Chrystello, tradutor *freelance* há mais de 30 anos, quando diz que "*só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da Língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais*" (2008: 4).

No contexto europeu, esta atualização meramente ao nível da escrita não terá um impacto muito vasto nos serviços de tradução e muito menos da interpretação, pois a regra apenas terá de ser imposta na altura da entrada em vigor e bastará apenas atualizar as bases de dados de tradução e a atualização dos tradutores de Português. Ademais, convém referir que há vários intérpretes que se expressam em Português do Brasil no desempenho das suas funções na U. E. e não é por essa razão que os Eurodeputados não entendem o que eles dizem. Isto é, a nível oral, obviamente que o atual Acordo Ortográfico não tem qualquer interferência, pois as palavras continuar-se-ão a proferir da mesma forma, respeitando o registo oral de cada variante linguística do Português.

No entanto, a nível da escrita, também devemos sempre ter em conta que, embora a língua portuguesa seja a sexta língua mais falada no mundo em termos de número de falantes nativos, não se pode pensar que qualquer pessoa que saiba português possa fazer a tradução de um produto, a não ser que conheça muito bem os costumes, hábitos, cultura e, sobretudo, a própria variante linguística. Contudo, há empresas como a Microsoft e a Oracle que não aceitam senão tradutores cuja língua materna seja a portuguesa, mas dependendo da variante linguística. "*Se o próprio público-alvo do documento for de Portugal, o tradutor deve ser Português e se o público-alvo for Brasileiro, o tradutor deve ser também Brasileiro*" (Araújo, 2003: 3). Como todos sabemos, a língua é a mesma, mas há muitos lexemas no Português do Brasil (pt-BR) que não existem no Português Europeu (pt-PT) e outros que até se escrevem da mesma forma, mas têm um significado diferente ou ligeiramente diferente.

Araújo ainda menciona que, estando o tradutor dos dias de hoje tão dependente e ligado à informática e aos programas de tradução automática, as diferenças nestas duas variantes linguísticas começam precisamente pelos termos informáticos: "*tela vira ecrã, mouse passa a ser rato e arquivo se transforma em ficheiro*" (2003: 3).

Talvez seja verdade aquilo que Araújo menciona quanto a algumas diferenças lexicais entre o pt-BR e pt-PT, mas todos sabemos que a U. E. possui termos próprios e utiliza muitas bases de dados linguísticas e se um tradutor se aperfeiçoar e conhecer bem os vocábulos de jargão europeu, não vemos qualquer entrave para tradutores de outra variante de língua portuguesa traduzirem na I. E. desde que respeitem os lexemas do Português Europeu por ser aquele que é utilizado nos documentos oficiais.

Gostaríamos de referir que as I. E. apenas contratam tradutores e intérpretes da língua para a qual traduzem e interpretam, ou seja, falantes nativos e que qualquer um deles trabalha sempre de uma língua estrangeira para a sua língua materna e nunca na outra direção.

No seguimento desta ideia, pensamos que seria positivo citar Chrystello: "*para preservarmos a nossa versão da língua portuguesa é preciso mantê-la viva, e esta [altura do grande alargamento da U. E. em 2004] é uma oportunidade ímpar de atrair leitores para as nossas obras. Mais tarde viriam os que prefeririam ler as obras na sua língua original, o Português, bem fácil aliás de aprender para todos os falantes de línguas eslavas*" (2004).

Baseando-nos no Grupo de Peritos apoiado pela Comissão Europeia, podemos afirmar que um possível cliente ou comprador aceita muito mais facilmente fechar um negócio se o interlocutor falar a sua língua, ou pelo menos conhecer a sua cultura, tentando entoar algumas palavras na língua materna do destinatário, do que aquele que utiliza uma terceira língua, diferente de ambos os intervenientes no negócio, a qual, talvez, pudesse ser o Inglês, por se ter tornado a *lingua franca* do fim do século passado e do presente.

Talvez seja conveniente aqui referir que o Inglês e outras línguas principais têm ameaçado outros idiomas votando-os ao desaparecimento. Na Europa apenas 3% se encontram em risco, provavelmente devido aos programas e à

vontade de alguns países e sobretudo da União Europeia de manter vivas todas as línguas minoritárias e regionais. No entanto, "das cerca de 6500 línguas do mundo [em perigo de desaparecer], 33% encontram-se na Ásia, 30% na África, 19% na Oceânia, 15% na América" (Reis, 2005).

Ainda mediante o estudo de Reis, "*as dez línguas maternas mais faladas são utilizadas por quase metade da população mundial, aproximadamente 2,6 mil milhões de pessoas. São elas o Mandarim, o Inglês, o Espanhol, o Bengali, o Hindi, o Português, o Russo, o Árabe, o Japonês e o Alemão*" (2005), o que vem provar que as línguas minoritárias têm de ser deveras protegidas, pois as línguas mais bem representadas e que não se encontram em perigo de desaparecer, são precisamente as línguas maternas. Em termos de língua materna, o Português é uma língua falada na totalidade dos continentes, mas "*no entanto, na prática geoestratégica, não tem conseguido adquirir a visibilidade de outras línguas como é o caso da inglesa ou da espanhola*" (Filipe, 2004).

Ademais, não podemos deixar de pensar que, embora os Estados Unidos da América do Norte estejam a ultrapassar uma recessão económica, continuam a influenciar culturalmente o mundo globalizado. Aí, as duas línguas mais faladas são precisamente aquelas que Filipe definiu como as que mais visibilidade detêm no mundo de hoje – o Inglês e o Castelhano, embora esta última não seja oficial nos EUA, pelo menos por enquanto. No entanto, não podemos esquecer que dos países da América Latina que se distribuem desde a América do Norte até à do Sul, passando pela Central, apenas o Brasil não fala o Castelhano e é curioso notar que o idioma Castelhano aparece de igual forma espalhado pelos quatro cantos do mundo tal como o Português. O certo é que não foram estas duas línguas latinas que conseguiram impor-se no mundo globalizado de hoje, nem o Francês com a tradição histórico-diplomática dos séculos pós-iluministas que tem, mas sim o Inglês.

Por conseguinte, convém lembrar que cerca de 90% das línguas atualmente faladas no mundo vão desaparecer até ao final do século, devido ao processo de globalização e "*com 97% da população mundial a falar um número de línguas que representa apenas 4% do património linguístico mundial, os restantes idiomas vão entrar num processo de extinção. Nove línguas irão predominar, incluindo o português*" (Reis, 2005).

4. Conclusão

Como nota de conclusão gostaríamos de não deixar de relatar um excerto da *Declaração de Laeken*:

> "*A Europa está finalmente em vias de se transformar, sem derrame de sangue, numa grande família; esta verdadeira mutação (...) [do] continente dos valores humanistas (...) da liberdade, da solidariedade e, acima de tudo, da diversidade, implica o respeito pelas línguas, culturas e tradições dos outros*".

Assim, com este estudo tentámos demonstrar como é importante e necessário respeitar as minorias e as diferentes culturas, bem como todas as diferenças linguísticas e regionais para que saibamos comunicar uns com os outros e viver em harmonia. Também por essa razão, a União Europeia tem reunido esforços ao longo de toda a sua História para se encontrar mais próxima dos seus cidadãos, dando-lhes a conhecer as diferenças de cada povo através de programas de ação junto de cada Estado-Membro e, mais recentemente, através de sítios *Web* que têm vindo a ser desenvolvidos em todas as línguas oficiais dos 27.

Como explicámos atrás, há várias línguas que, devido aos esforços comuns para as manter vivas, de uma maneira ou de outra, e esforços esses muitas vezes levados a cabo por entidades independentes, como por exemplo o caso do Português em Olivença, podemos concluir que as novas tecnologias são um elemento-chave para a manutenção de qualquer língua na sua divulgação para que possam sobreviver e coexistir com outras, independentemente da sua importância ou do seu número de falantes nativos.

É imperativo que continuemos a pensar na preservação, divulgação e respeito pelas diversas línguas, que têm história e representam um povo, os seus costumes, hábitos e que, ao longo dos séculos, muitos têm sofrido para as manter vivas. Se adotarmos esta estratégia de respeito mútuo, faremos com que nenhuma língua desapareça.

No caso mais específico do Português, deveríamos unir esforços para que a nossa língua fosse mais divulgada a nível mundial e que não se olhasse aos custos que aquela divulgação, manutenção e respeito pela língua tem a nível pecuniário, pois a cultura não tem preço. Talvez devêssemos aprender com as lições de outras comunidades que se esforçam para que na realidade a sua língua não se perca no tempo.

Com a abordagem do mundo globalizado de hoje que se apresentou anteriormente, tentámos mostrar que a realidade quotidiana é totalmente diferente de há umas décadas atrás e que urge identificar como devemos ir em frente e divulgar qualquer língua, uniformizando-a e protegendo-a com afinco. Como por exemplo o encontro das Lusofonias – Culturas em Comunidade, o qual teve lugar em Lisboa, entre os dias 17 de julho e 14 de setembro de 2008 ou mesmo estes Encontros Bianuais (Açores e Bragança).

Ademais, convém sublinhar que este tem sido o lema da União Europeia, que tem lutado para preservar, divulgar e incentivar o estudo e o respeito por cada língua. Não podemos esquecer o enriquecimento que o conhecimento de várias línguas pode trazer a um indivíduo tanto a nível profissional como a nível pessoal.

Podemos pensar e ter como exemplo a dinâmica da língua inglesa que se tornou e tem vindo a afirmar-se como a *lingua franca*, não só no seio da Europa e das suas principais instituições, mas sobretudo à escala mundial. É verdade que o advento da língua inglesa é devido à globalização, mas também à influência que os países de língua oficial inglesa estabelecem no mundo.

Esperamos ter dado algumas ideias para como o português deveria unir esforços para se tornar também uma língua importante na globalização dos dias de hoje.

5. Bibliografia:

30 Projetos para Promover a Aprendizagem de Línguas – Línguas para a Europa, *Programa Aprendizagem ao Longo da Vida*, Direção-geral da Educação e Cultura, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, 2007

50 Passos em Frente – Os maiores sucessos da Europa, SPOCE, Bruxelas, 2007

A Carreira de Intérprete no Parlamento Europeu [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,
disponível: http://www.europarl.europa.eu/multilingualism/career_of_interpreter_pt.htm

A Profissão de Tradutor no Parlamento Europeu [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,
http://www.europarl.europa.eu/multilingualism/trade_of_translator_pt.htm

Alonso, Ana Luna, Colado, Susana Cruces, Servizo de Publicacións, La Traducción en el Ámbito Institucional: Autonómico, Estatal y Europeo, Universidade de Vigo, Vigo, 2004

Araújo, Eratóstenes Edson Ramalho, A Internacionalização e a Localização de Produtos e Serviços: a sua importância na Indústria de Software, T&C Amazônia, vol. I, nº. 2, Brasil, julho de 2003

Ballard, Michel, Europe et Traduction – *La traduction comme conscience*, Artois Presses Université, Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1998

Beaudoin, Louis, La Traduction Juridique au Canada. Contraintes Linguistiques et Juridiques – L'Apport de la Jurilinguistique, in Sueur, Jean-Jacques, *Interpréter & Traduire*, Bruylant, Bruxelas, pp. 171-189, 2007

Cao, Deborah, Translating Law, Topics in Translation, Clevedon, Buffalo, Toronto, Multilingual Matters, Ltd., 2007

Capucio, Camilla, "Pluralidade Linguística na União Europeia e o Processo Legiferante Comunitário: Unidos na Diversidade", ed. 2007, consultado em 20 de março de 2008

Casteleiro, João Malaca, Jornal Sol, ed. 11 de janeiro de 2008

Chrystello, J. Chrys, tradutor *freelance* há mais de 30 anos. Entrevista em 27 de abril de 2008, na Lomba da Maia, Ilha de São Miguel – Açores

idem, Crónica 55 – 7º. Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança, in *Diário de Trás-os-Montes*, http://www.diariodetrasosmontes.com/cronicas/cronicas.php3?id=913&linkCro=1#, enviado por e-mail em outubro de 2008

Díaz-Fouces, Oscar, A Localização de Páginas da Internet na Formação de Tradutores, Vigo, 2004

Educação e Formação, portal da Comissão Europeia sobre o dia Europeu das Línguas, http://ec.europa.eu/education/policies/lang/awareness/day_pt.html#1 consultado em 24 de outubro de 2008

Europa, a U. E. num ápice [em linha], http://europa.eu/abc/index_pt.htm, consultado em 1 de setembro de 2008

European Bureau for Lesser-Used Languages (EBLUL) – Gabinete Europeu para as Línguas Menos Divulgadas [em linha], consultado 24 outubro 2008, http://www.eblul.org/index.php?option=com_content&task=view&id=164&Itemid=1

Factos e Números Essenciais sobre a Europa e os Europeus, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2007

Filipe, Vera Lúcia, http://www.diario-online.com/noticia.php?refnoticia=34796, acedido em 20 de março de 2008

Ferreira-Alves, Fernando, Fernandes, Paulo, Monteiro, Sérgio, Kit e Guia de Tradução – *quase tudo o que eu (sempre) quis saber sobre tradução, Kit de Sobrevivência*, Universidade do Minho, 2006

Group of Intellectuals for Intercultural Dialogue Set Up at the Initiative of the European Commission, "A Rewarding Challenge – How the Multiplicity of Languages Could Strengthen Europe", Bruxelas, 2008

Jornal Oficial das Comunidades Europeias – JOCE, L 232, versão portuguesa, 14 de setembro de 2000

Karker, Allan, Mishandler EF de Danske Sprog? – *Is the Danish Language being maltreated by the EC?*, Dinamarca, janeiro de 1997

Maior Unidade e Maior Diversidade, *União Europeia: o maior alargamento de sempre*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, novembro de 2003

Mesquita, José António, mensagem recebida por e-mail, datada de 13 de maio de 2008, tradutor efetivo do P.E.

Monzó, Esther, Borja, Anabel, (ed.) La Traducción y la Interpretación en las Relaciones Jurídicas Internacionales, Universitat Jaume, Castelló de la Plana, 2005

Ost, François, *Les détours de Babel*, in Interpréter & Traduire, Bruylant, Bruxelas, pp. 13-45, 2007

Orban, Leonard, Multilinguismo – Mais Gente a Falar Mais Línguas, [em linha], http://ec.europa.eu/commission_barroso/orban/index_pt.htm, consultado 24 de outubro de 2008

Polissema, Revista de Letras do ISCAP, nº. 4, *Formar Tradutores e Intérpretes*, Porto, 2004

Portal da Comissão Europeia – A Profissão de Intérpretes (em Português), [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008,

http://scic.ec.europa.eu/europa/jcms/j_8/home

Idem, A Profissão de Tradutor (em Inglês), [em linha], consultado em 24 de outubro de 2008, http://ec.europa.eu/dgs/translation/index_en.htm

Portal do Parlamento Europeu – As Línguas e a Europa, [em linha], consultado em 8 de agosto de 2008: http://europa.eu/languages/pt/chapter/15

Português no Mundo – *A Língua Portuguesa no Mundo*, [em linha] http://www.dgidc.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmundo.asp, consultado em 24 de outubro de 2008

Rapport sur la Gestion de la qualité dans la sphère de la traduction au P. E., IAMLADP, Bruxelas, 2005

Reis, Carlos, Além-Mar, Povos e Culturas – Línguas: Diversidade Cultural em Vias de Extinção,

www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZyZyklVawqCqSok, [em linha], consultado 24 outubro 2008

Schlüter-Ellner, Corinna, "Wie schwer ist Dolmetschen und Übersetzen?", in NJW – Neue Juristische Wochenschrift, pp. 62-66, vol. 57, nº. 51, 13 de dezembro de 2004

Seleskovitch, Danica, Lederer, Marianne, Pédagogie Raisonnée de l'Interprétation, collection Traductologie, Comission Européenne, Didier Érudition, França, 2002

Stevenson, Patrick, 'National' Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe,

Mar-Molinero, Clare, Stevenson, Patrick (eds.) *Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the future of Europe*, Palgrave MacMillan, Hampshire e Nova Iorque, 2000

Sueur, Jean-Jacques, Interpréter & Traduire, Bruylant, Bruxelas, 2007

Touitou-Benitah, Colette, Le Modèle de la Traduction en Europe: Réalités et Potentialités, Paris, 2000

Van Dromme-Desvignes, Josick, Sornom-Aï, Sonia, Tradutores e Intérpretes – Línguas e Sentidos, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2001

Várias Línguas, uma Família, *As Línguas na União Europeia*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bélgica e Luxemburgo, julho de 2004

Wagner, Emma, Bech, Svend, Martínez, M. Jesús, Translating for the European Union Institutions, Manchester, Uk & Northampton, MA, St. Jerome Publishing, 2002

Wright, Sue, *Language Rights, Democracy and the European Union*, Freeland, Jane, Patrick, Donna (eds.) Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives. *Encounters* 4, St. Jerome Publishing, Manchester – Reino Unido e Northampton, MA – EUA, 2004 a

Idem, Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation. Hampshire and New York: Palgrave MacMillan, 2004 b

38. VILCA MERÍZIO ACADEMIA DE LETRAS DE BIGUAÇU, STA. CATARINA, BRASIL,

2009

A ARTE QUE PERMEIA A CULTURA - ARTE DE HORÁCIO MEDEIROS, MACHADO PIRES, FERNANDO AIRES E FERREIRA PINTO

Diante de uma obra de arte, sua escuta faz apelo à fala do Autor: palavra, metáfora, traço mais vincado, cor mais forte. O espectador aguarda... Quer mais. E da indescritível satisfação à raiva violenta é só um passo na dobradura do sonho. Se o diálogo não acontecer, o que parece ser a mudez de um e a falta de escuta do outro transforma-se em inaceitável quebra da sinergia cuja rede sutil alicerça o mundo da arte. Há de persistir na tela, no objeto ou no livro, uma vibração, um rumor capaz de comover o espectador/leitor na mesma intensidade com que emocionou o artista.

Na alquimia informacional instalada, esse instante mágico de entrelaçamento das almas se eterniza, inscrevendo-se nas camadas sutis do tempo-espaço, com a mesma força do momento em que o Autor se abriu para a criação.

O movimento do autor à tela e do escritor à expressão da palavra quase sempre é o mesmo da procura de saciedade que orienta e alimenta o observador no seu próprio deserto. Aquele que abre um livro, ou que admira uma obra de arte, anseia por algo de precioso para si. Aí, então, a comoção é atingida, a comunicação realiza-se e o milagre do entendimento acontece. Ferreira Pinto não explica. Dá-nos somente a sua obra: cor, imagem e palavra. Que sentidos vibram em nós estimulados por tantos sentidos, alguns de indecifrável grafismo? A captação da sua obra exige, para além da visão, a audição das palavras, verbo e figura que das telas entram em nós com a fúria do vendaval até se amenizarem sob os acordes de uma sonata. Sete sentidos só não bastam...

Assim também, carregados de emoção, vibrantes acordes penetram as fímbrias de nossa alma ao sermos tocados pela música de Horácio Medeiros. E a fé que depositamos na escrita de Machado Pires confere magnificência à cultura portuguesa tão bem retratada nos seus estudos. E o que dizer da ternura de Fernando Aires, do acalanto juvenil que jorra de suas imagens, dos fatos por ele vividos e narrados, da atmosfera açoriana que rodopia por sobre as ilhas até alcançar os pontos distantes deste planeta onde almas inquietas se detêm na saudade? Tudo é Arte: poesia dos Açores... E aqui estamos para apreciá-la.

Dentre os objetivos do Programa Missão Açores (PMA), destacam-se a revitalização e a defesa da cultura de raiz açoriana em Santa Catarina, muito especialmente no que se refere à língua, à literatura, à arte, à história e às suas tradições, e o estimulo à criação de projetos que tragam para os Açores vivências de uma Santa Catarina contemporânea, aberta para o crescimento, de cá levando informações e experiências que atualizem o conhecimento daqueles que repassam as informações às novas gerações de lusodescendentes do Estado e das regiões fronteiras.

Assim, ao desenvolver ações concretas no âmbito da pesquisa, do resgate e da valorização da açorianidade no Estado de Santa Catarina, com o apoio do Governo e em parceria com Prefeituras Municipais, Academias de Letras e outras instituições não-governamentais, o PMA almeja despertar o interesse dos catarinenses no sentido de fortalecer os laços com Portugal e com as comunidades lusófonas, a fim de que não se perca o elo original que identifica 8% da população catarinense descendente dos primeiros imigrantes portugueses e que ainda hoje habitam o sul do Brasil.

Despertar o interesse de pesquisadores, docentes, estudantes, artistas, desportistas, escritores, poetas e da comunidade em geral para a atual situação das regiões portuguesas, quer sejam insulares (Madeira e Açores), quer se localizem em Portugal continental, como é o caso de Setúbal e Porto, é a determinante que distingue o nosso Programa já reconhecidamente considerado contributo do desenvolvimento sociocultural da nossa sociedade.

Subjacente aos interesses de divulgação e da troca de informações e experiências sobre a cultura e a geografia física e humana da população do Estado de Santa Catarina e da Região Autônoma dos Açores, reside fundamentalmente o desejo de manter a unicidade da Língua Portuguesa, apesar de todo o mosaico cultural em que ela se insere. Daí o empenho no fortalecimento dos intercâmbios culturais entre o Estado de Santa Catarina e a Região Autônoma dos Açores, intensificando a cooperação mútua, tal como aconteceu com a reativação do protocolo de Intenções, assinado, em dezembro de 2007, pelos Governos de Santa Catarina e dos Açores, através de proposta emanada deste programa e altamente influenciada pelos Colóquios da Lusofonia, o que está permitindo a abertura de propostas efetivas de ações nas áreas das Letras, Cultura, Arte, Gastronomia, Educação, Saúde e do Desporto, não só em Portugal, mas em outros países e comunidades onde é falada a nossa língua[255], com a finalidade supra de troca de experiências e armazenamento de documentação.

Dessa forma, o Programa Missão Açores colabora na realização de intercâmbio de educadores, escritores, artistas, pesquisadores e outros e no deslocamento de elementos necessários – profissionais e estudantes - para a realização de eventos culturais em Santa Catarina e em Portugal, através de contatos com entidades oficiais e particulares das duas regiões. Exemplo disso, de cá para lá, foi a participação do músico açoriano Horácio Medeiros no encerramento das comemorações dos 260 anos de imigração portuguesa em Santa Catarina, no último mês do ano de 2008, e da esperada participação da musicista Dra. Ana Paula Andrade e da musicoterapeuta Dra. Luísa Maria da Costa Gomes que se deslocarão a Santa Catarina, provavelmente ainda este ano, em projeto elaborado aquando da realização do 3º Encontro Açoriano de Lusofonia, acontecido aqui na Lagoa, em 2008.

Da integração do artista açoriano Horácio Medeiros com os músicos catarinenses, muito especialmente com os que atuaram em Ilhas***: um musical onde navegar é preciso***, tivemos ontem a apresentação do Grupo Fielsons. Também esse congraçamento artístico-cultural é resultado dos Encontros da Lusofonia.

Igualmente teve origem no II Encontro Açoriano de Lusofonia a gentil e nobre iniciativa do Prof. Doutor Luciano Pereira da criação dos Dias do Estado de Santa Catarina na Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal, em Setúbal, realizada em maio de 2008 com bastante sucesso e, agora, em recente comemoração do primeiro aniversário de implantação do referido dia, com intervenções na ESE, mediante um ciclo de palestras nas áreas científicas da literatura, da educação, do desporto, da psicologia e das ciências sociais

Espera-se para 2010 que o Estado de Santa Catarina e as prefeituras da Grande Florianópolis, em evento que reúna as instituições voltadas à consciência multicultural, mas harmonicamente irmanadas aos lusodescendentes, assumam a realização do 5º Encontro Açoriano de Lusofonia no território catarinense. Resta, agora, ao Programa Missão Açores,

[255] Brasil e outros países da América Latina; Estados Unidos da América; Canadá; países da união Europeia; países africanos e asiáticos e Austrália.

já com a tendência a tornar-se uma OSCIP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) fomentar, em parceria com outras instituições brasileiras e portuguesas, o intercâmbio de publicações científicas e de caráter artístico e cultural a fim de continuar fiel à sua missão de promover um maior congraçamento de cunho afetivo-científico e cultural entre nossos dois países e regiões lusófonas.

Ainda persiste, como finalidade do Programa Missão Açores, o estímulo à formação de um banco de dados, a ser instalado na Casa dos Açores-Museu Etnográfico, pertença do Estado de SC, que ainda vive à margem da Federação das Casas dos Açores Mundiais, conciliando a articulação dos sistemas de suporte informático dos organismos culturais com vistas a uma maior integração entre os projetos catarinenses direcionados a regiões lusófonas de todo o mundo.

Estimular a investigação de temas contemporâneos junto às comunidades catarinenses, mediante palestras, reuniões de estudo, cursos, colóquios, congressos, atividades artísticas e desportivas e outras, assegurando o aproveitamento máximo dos recursos humanos, da infraestrutura e dos equipamentos de cada partícipe também é objeto de trabalho do PMA, bem como manter contato com instituições educacionais, criando novas áreas de ação conjunta para elaboração de programas de formação continuada aos profissionais do ensino através da implantação de, e participação em, cursos de curta duração e de programas de estágios em cursos superiores, assim como o desenvolvimento de programas de pesquisa conjunta, viabilizando a divulgação dos resultados no contexto dos países que comungam a Língua Portuguesa.

O PMA quer, ainda, a inserção de parcerias com outros órgãos e instituições nacionais e estrangeiras, sempre em obediência à legislação em vigor no respectivo país, que deverá facultar as condições administrativas e logísticas necessárias para a execução das ações propostas e oficialmente aceitas pelos representantes das partes. A publicação das obras literárias e dos resultados dos trabalhos de pesquisa será divulgada e distribuída nas escolas das regiões envolvidas, sendo esse um dos pontos centrais do Programa Missão Açores.

Toda essa programação que ora está em andamento teve um início. E esse marco inicial de que falo, aconteceu em 1984 quando as Universidades dos Açores e a Federal de Santa Catarina assinaram entre si o Convênio de Intercâmbio de Professores, permitindo que o Estado de Santa Catarina continuasse presente nos Açores e de cá, pelos seus representantes, levasse um repertório de ações cujos anseios maiores centravam-se na revelação destas ilhas ao nosso Estado, que as conhecia mais pelo seu passado do que pela sua contemporaneidade. E dois nomes, por justiça e com dignidade, se fazem lembrados: a dos reitores da época, o Professor catarinense Dr. Ernani Bayer e o açoriano Prof. Doutor António M. B. Machado Pires, a quem, especialmente hoje, de público, homenageamos, junto com o músico Horácio Medeiros, com o escritor Fernando Aires e com o pintor Ferreira Pinto.

Impus-me, como condição de oradora deste 4º Encontro Açoriano de Lusofonia tarefa tão agradável quanto difícil – quando se trata de traduzir reconhecimento e pesquisa num minguado espaço de dez páginas escritas e vinte minutos de explanação – ao escolher como tema desta oração a arte que permeia a obra de quatro ilustres portugueses, habitantes desta ilha, os já citados Machado Pires, Horácio Medeiros, Fernando Aires e Ferreira Pinto, completamente diferentes nos gêneros que os distinguem, mas todos ilustres amigos com que tenho a graça de privar, com uns mais, com outro menos, ao longo desses últimos 22 anos e cujo produto de trabalho enriquece o arsenal que identifica a cultura açoriana, tanto na área intelectual quanto artística e literária.

Mas como ressaltar qualidades de quatro homens de cultura com vasta produção criativa, se a obra que produzem tanto tem de valiosa quanto de múltipla variedade? Mas, há que se começar e, se começo apenas citando, é porque a brevidade aqui se faz necessária porquanto há uma cronologia rigorosa a cumprir (e eu tenho de chegar ao fim desta comunicação).

Ao Prof. Machado Pires, apresento a nossa permanente homenagem e admiração pelo seu brilhante trabalho em prol da cultura açoriana[256] e, por extensão, da catarinense. Pessoalmente, expresso gratidão pela confiança de ter-me trazido aos Açores e aqui ter-me dado, junto com a sua família, apoio

[256] A. M. Machado Pires, em "A Identidade Cultural dos Açores" (1987: 155), conceitua *açorianidade como* a resultante da condição de ser-se açoriano; isto é o ilhéu, "em virtude da situação geográfica, da sua constituição geológica e das circunstâncias históricas do seu povoamento " é dotado naturalmente de forte peculiaridade. O sentimento e consciência dessa peculiaridade, depois de serem reconhecidos por Vitorino Nemésio (termo criado a partir da hispanidad de Unamuno) como manifestação de açorianidade "passou a designar a qualidade e a consciência do *ser-se* açoriano".

irrestrito durante os cinco anos em que nos Açores permaneci, enquanto, na Universidade dos Açores, completava os meus estudos acadêmicos no Doutoramento em Literatura Portuguesa Contemporânea. Através do seu nome, a minha reverência também aos outros grandes mestres da Universidade dos Açores, amigos a quem dedico profundo afeto, aos professores falecidos Almeida Pavão, José Martins Garcia, e Prof. Farrica; aos professores doutores Avelino Meneses, Sílvio Conde, Paulo Meneses, Fernando Vieira Pimentel e Carlos Ventura; ao Prof. Dr. Nestor de Sousa, à Dra. Luísa Noronha, ao Padre Otávio, e às professoras Doutoras Adelaide Baptista, Maria Conceição Vilhena, Maria Margarida Maia Gouveia, Rosa Maria Goulart e Maria do Céu Fraga e a tantos outros que ainda se avolumam na minha memória. A todos o meu abraço e o lamento de não tê-los neste Encontro a compartilhar conosco um lugar na mesa dos oradores. (E aqui se não me remeto à obra escrita do Prof. Machado Pires é porque, em próxima ocasião, o farei com mais dedicação, tempo e vagar).

Horácio Medeiros é o tecladista e compositor que aplaudimos de pé no 2º Encontro de Lusofonia, na Ribeira Grande, depois de ouvi-lo com a vibração e a maestria dos afamados virtuosos da música. Horácio, durante um mês (dezembro de 2008), em missão oficial considerada de interesse público pelos órgãos governamentais dos Açores, a convite do Governo do Estado de Santa Catarina, honrou os catarinenses com a arte musical que tão maravilhosamente domina em cinco concertos no Estado, dos quais destaco o do Teatro Pedro Ivo – 3º concerto de nível internacional no período da sua inauguração –, o da Igreja Matriz de Biguaçu e o da reabertura da Catedral Metropolitana de Florianópolis.

Durante a homilia de Natal, com profunda emoção, o Reverendíssimo Arcebispo da Curia Metropolitana de Florianópolis, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, saudou Horácio Medeiros como digno representante do povo ilhéu que para Santa Catarina levou a fé que ainda anima grande parte da população, a mesma fé que confortava, na ocasião, os abnegados trabalhadores catarinenses que, nas tragédias das enchentes e dos desmoronamentos daquele final de primavera, perdiam seus bens materiais mas não a esperança num futuro melhor. Também comovido, o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, cumprimentou Horácio, felicitando-o pelo seu desempenho artístico e pela comemoração dos 260 anos da imigração portuguesa no Estado.

Ao Horácio Medeiros, revelação do 2º Encontro Açoriano de Lusofonia, o agradecimento de todos os catarinenses por sua disponibilidade e energia vibrante, pelos seus acordes, por seus louvores musicais ao Criador e à Criação, pelo seu Hino ao Cosmos, Luz Divina feito música. Como o descreveu Chrys Chrystello (2007), o Hino ao Cosmos "é uma nova e intensa experiência, cujos limites são os da imaginação, da criatividade e do espírito da música que nos leva numa viagem. É uma viagem interior, dos sentidos, da imaginação e da criatividade guiada por um músico – Horácio Medeiros – que nos convida, não saindo do lugar, à descoberta da música sem palavras dentro de cada um". Ao Horácio, a nossa Amizade para sempre.

Homenageamos também Fernando Aires, por que Fernando Aires é Poesia. Fernando Aires é o que de melhor se encontra na literatura portuguesa de ficção intimista. É a representação dos Açores, da ilha retratada com a ternura de quem a observa e a vive num tempo em que registra a si mesmo muito mais do que o calendário cronológico indica. Na sua obra, o momento presente anda lado a lado com as recordações da ilha e das regiões que visita, do convívio com os amigos, da infância – lembra a família, principalmente a mãe –, o vir a ser das coisas que, com o tempo, vão esmorecendo...

> *Que é feito da alegria? Da fogueira que ateei? De um pouco mais de sol em horas sempre iguais*?
> *À minha frente, a estrada silenciosa para caminhar apenas com metade de mim [...]. (Aires, 1988:214).*

Impossível ler Fernando Aires[257], quer em seus cinco volumes do diário[258], aos quais denominou *Era uma vez o Tempo,* quer nos contos, quer no romance *A Ilha de nunca Mais* (2000), ou mesmo na sua produção ensaística[259], sem ser tocado pela ilha, sem reconhecer as crises existenciais, a miséria do cotidiano,

[257] Indagado por J.L. Machado (1998) sobre o seu processo criativo, Fernando Aires responde: "Costumo escrever de jato e depois é que trabalho o texto. É como um pedaço de barro que o oleiro molda em bruto, surgindo dali uma forma cada vez mais elaborada. Há, todavia, que ter atenção – porque se se trabalha o texto como quem faz rendinha à mão, há o grande risco de o texto perder a espontaneidade. Ele tem que brotar e ser alguma coisa de tão fluido como uma água que corre. É fundamental que seja uma coisa viva, que flua e vibre. Se mova por si e nos escape das mãos. Eça de Queirós também trabalhou minuciosamente os textos e não houve desastre. Mas o texto era do Eça... ("Entrevista" . Disponível em http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrev02.htm).

[258] Onde relata as suas vivências: as viagens, a opinião sobre determinados acontecimentos nacionais e internacionais, as preferências literárias, as recordações da infância, o seu estado de espírito...

[259] Fernando Aires (Ponta Delgada, ilha de São Miguel, Açores, 1928) licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas. Professor, orientou estágios pedagógicos e lecionou a cadeira de

os conflitos internos, a hipocrisia, o alheamento provocado pelas "telenovelas e futebóis"[260], o isolamento, a diáspora, a solidão... Sem perceber o constante afastamento dos outros e, às vezes, até de si mesmo:

> *Eu, no mais íntimo da minha verdade e da minha agonia. Fingindo que tudo vai bem para não dar pretextos à loucura. Sobrevivendo aos escombros de mim com a aparência da serenidade. Contando todos os minutos e todos os segundos do espanto de estar vivo*.
>
> *O que se faz para não dar pretextos à loucura? (Aires, 1988:203)*

Vez por outra, contudo, deixa entrever um erotismo sutil que enleva e estimula, um amor tão delicado quanto (aparentemente) simples parece ser:

> *Ouviu-lhe a voz (há quantos milênios o silêncio?). Inconfundível voz entre a multidão de vozes. Mágica dobadoira de fiar a vida. E o sinal inegável é este ardume no peito. Este íntimo enlevo. A alegria que me transborda. Este lago de ternura que escorre da paisagem toda como um luar. Este alvoroço de guizos que acende o sol no coração e grita a certeza do adeus impossível.*
>
> *Quem disse que eu tinha esgotado o destino? (Aires, 1988:292).*

E o sentimento de amor por Linda, a esposa na vida real tanto do autor empírico quanto do textual: "*Fiquei a pensar na bondade dela. Na coisa rara que é a bondade dela – e na força que tem. A força capaz de amarrar por dentro a noite desesperada da minha rebelião*" (Aires, 1988:295).

Sobre Fernando Aires, escreveu Onésimo Almeida, no Prefácio de Era uma Vez o Tempo. Diário III (1993: XII):

> "*Não conheço nenhum escritor açoriano que tenha pintado o tempo em prosa tão bem como F.A.". Seu diário são "páginas cheias de tempo da alma que o tempo da ilha faz*". Tempo sentido nos ossos.
>
> *De perto, Ilha é prisão de mar. De tédio tecida. De distância tecida. Ilha de Nemésio e de Mesquita, com aves do mar na tormenta e o torpor dos dias pasmados de distância. Que não é o mar que sufoca de prisão, mas o céu côncavo, retinindo como um sino de finados a todo o comprimento do corpo-com-a-alma-por-dentro*. (Aires, 1993:XIII-XIV).

Tal qual Onésimo custou a escolher excertos para a sua análise, assim eu, recolho aqui e ali uns trechos com pesar de não poder divulgar todas as belas passagens descritas com a leveza dos que sabem que é natural a paixão que os alimenta. E cito, de Fernando Aires:

> *Fico a embeber-me de luz enquanto a vida me lateja na cova das mãos com um zumbido de órgão (1993: XIII).*
>
> *À medida que a chuva cai, vou sofrendo a metamorfose do enconchamento. Como um búzio (1993: XVI).*
>
> *O ilhéu é tripulante de um navio parado em alto mar. [...] e enconcha-se. E de se enconchar toma aquele ar agreste das aves do mar. (1993: XVI).*
>
> *De onde me vem esta fenda enorme em que me desamparo por dentro do meu rosto? (1993: 8).*

Em A Ilha de Nunca Mais (2000), o narrador avisa na voz de Bruno: "*talvez um dia regresse à Ilha. Porém – ele sabe – por mais que se queira, nunca mais se regressa*" ... (Aires, 2000: 72), confidência plausível já que como ilhéu, "*é uma lapa agarrada aos sentimentos*" (Aires: 1995: 89).

É assim, com doçura, embora se sinta de quando em vez uma observação regada de uma latente rebeldia, que não chega a molestar o leitor, que escreve Fernando Aires a sua história, a história de um ilhéu que reflete, critica e aponta caminhos para si mesmo. Com a palavra justa. Comoção em cada virar de página... Obrigada Fernando Aires, pelos teus silêncios tão preenchidos de respeito à Língua Pátria, amor pela Ilha, pelos Açores, por Portugal!

Psicopedagogia na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada. Aposentou-se como assistente-convidado da Universidade dos Açores (1975 a 1994). Na década de 40, pertenceu ao grupo que fundou o Círculo Cultural Antero de Quental, destinado a introduzir o Modernismo nos Açores. Fez parte da Direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada (1978-89). Colabora com a *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa desde* 1993. Publicou obras ensaísticas e de ficção.

[260] "O autor cumpre aqui o papel reivindicado pelos românticos: o escritor é aquele que denuncia os vícios e as injustiças do seu tempo" (Machado, 1997).

E mais não digo a respeito de outros tantos grandes escritores e poetas arrolados na rubrica "Homenagem contra o esquecimento", dentre os temas propostos pela organização deste encontro, porque o tempo/espaço da minha comunicação já se esvai...

Mas a todos que, com arte, expõem a sua alma em forma poética ou em prosa, a minha reverência e os meus efusivos cumprimentos, muito especialmente a Álamo de Oliveira, Onésimo Almeida, Ângela Almeida, João de Melo, Daniel de Sá, Urbano Bettencourt e Vamberto de Freitas e a todos os outros que se fazem presentes na tal listagem e aos que nela não constam, mas que escrevem nos Açores ou sobre os Açores. A Dias de Melo, o preito pela ausência física e a reverência ao seu espírito imortal enquanto obra!

Os Açores não foram agraciados somente com as belezas naturais que atraem turistas de todo o mundo, antes, pelo contrário, a arte poética que identifica o arquipélago espraia-se pelo dizer dos seus habitantes, pela maneira de ser da sua população, pelo jeito harmonioso e hospitaleiro dos ocupantes estrangeiros que escolhem estas ilhas como pátria de adoção. Nas palavras do Presidente do Governo deste Arquipélago, Carlos César[261], os Açores são um "arquipélago de cultura" e, acrescento eu, onde a Poesia impera, principalmente nos domínios das artes plásticas, da música, da literatura, da arquitetura e até mesmo na maneira como é preservada a sua história e tradição.

Pela impossibilidade de aqui nomear todos quantos se dedicam valorosamente às artes –, no âmbito da pintura, cito Carlos Carreiro, Emanuel Carreiro com suas marinhas, Tomaz Vieira, também escritor, e **José Nuno da Câmara Pereira – decido** representá-los na referência que agora faço ao pintor Ferreira Pinto[262], um dos expoentes máximo da pintura portuguesa, a quem remeto todo o afeto de aluna, amiga e admiradora.

Diz João de Melo (1995) que, na pintura de Ferreira Pinto, *"Há a vida, o tempo e a alegria. Há a dor, a coragem e a melancolia. Há a consciência do ser, a ansiedade do destino, a determinação dos passos que percorrem o caminho*".[263] Na verdade, Ferreira Pinto, para conciliar tantos estados de alma tem de ser eclético. Realmente, a cada nova coleção de telas, o pintor se debruça sobre um tema que vai delineando a sua trajetória como se veios de descobertas e vivências, paulatinamente, se fossem construindo numa lúcida comunhão de sentimentos e de expressão do que lhe insufla a alma no sentido de querer apontar o que considera o aprendizado do seu espírito.

O autor confessa: para pintar, "*a técnica aprende-se. Mas o acontecer que percorre o corpo é que movimenta a mão. A mão que é os olhos do espírito. É preciso pôr a cabeça na mão*". De uma maneira ou de outra, mente e mão acabam solidárias na busca do mistério que se transubstancia em símbolos cheios de significação e beleza.

Na verdade, as telas de Ferreira Pinto, de acordo com cada etapa de uma nova criação, são expressões diferentes do pensar do artista, conforme vai vivendo. Elas acompanham a evolução do homem de estudo que é Ferreira Pinto. Elas seguem direções diferenciadas que, embora não conflitantes, distinguem-se perfeitamente uma das outras na visão e no mistério que encerram.

A série África, e foi essa a que primeiro conheci, arranca "ós" de admiração diante das perturbantes vidas expressas por rostos e/ou por imagens que identificam toda a imensa força agreste do continente africano, enquanto as telas dos Açores, feitas com o mesmo corpo e espírito transportam a essência terna e telúrica das ilhas paradisíacas em meio ao Oceano.

O calor e a intensidade de quadros como "África" ou "A terra que te ofereço" (Luanda, 1994) deram lugar a uma escala rica e dominante das cores da Ilha Verde açoriana, retrato (quase) fiel da paisagem atlântica, tão fiel que se pensa ser ampliação de uma foto, com a única diferença de que na fotografia não há movimento; contudo, nas telas de recorte açoriano de Ferreira Pinto sente-se o suave frescor da bruma, a suavidade das hortênsias, a umidade dos caminhos, o lânguido caminhar das vaquinhas... É só ver, por exemplo, as telas "A caminho do túnel", ou "Açores a Ilha dos Amores" (2007).

---

[261] Disponível em http://www.acores.net/noticias/view-25720.html.

[262] FP nasceu no Porto, Portugal; vive em S. Miguel, Açores há 34 anos, mas da sua vida, uma outra parte do tempo viveu em Luanda, Angola e de lá traz para a sua pintura a lembrança – quiçá a saudade –, a geografia, a imaginação e o conhecimento, uma soma onde as parcelas que se sucedem são a "festividade do pôr-do-sol, o aveludado negrume da chuva abundante e súbita, a violenta ardentia das queimadas, o calor noturno, o som dos batuques, o cheiro da muamba e da terra molhada. Estas sensações, estes sons, estes cheiros"[262] esta memória sentida, nas telas de F.P., traduzem-se em cores, movimento e alma. (Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com)

[263] Angola no coração de Ferreira Pinto". Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com

Na obra de Ferreira Pinto vigora ainda uma outra categoria de pintura onde a religiosidade se consagra exprimindo a espiritualidade que envolve o artista e da qual resulta uma arte nova, plurissignificativa, que leva à meditação e ao louvor declarado à Ordem Superior da Criação. Assim, do ambiente açoriano vivido pelo artista – que pode ser o do aqui e do agora – resulta um trabalho artístico completamente corporificado e identificado como paisagem açoriana[264].

A temática africana, representante de um espaço/tempo limitado pelo registrado na memória, por sua vez, perpetua-se em lembrança que se alonga em símbolo até alcançar o mito. Mas do mito ao alegórico são as obras de cunho espiritualista que se destacam. E se essas são as mais recentes pela força da criação, as obras cronologicamente mais antigas criadas, em relação ao seu valor artístico-cultural tornam-se atemporais pelo seu dizer atualizado e universalista.

Se nos Açores a exuberância da paisagem e da vida estruturada permite ao Artista o tocar as cores com o olhar é a mão que eterniza o apalpar da paisagem; em Angola, a escuta, o que ficou, o gesto da gente não esquecida, as vozes que calam no silêncio dos rostos expressivos, tudo é a "metáfora do coração" de uma África real, uma África "perturbada, perturbadora" mas também de uma África mítica, que representa não só a totalidade do continente, em tantas partes acorrentado, mas o próprio universo, convulso, onde a realidades se sobrepõem para dizer de uma África única, a África que foi sua por muitos anos. Essa mesma África onde jovens portugueses deixaram (ou perderam) o coração e a vida. João de Melo assim se expressou sobre a África de Ferreira Pinto:

(esta que eu aqui e agora contemplo, em presença e em sentimento, nos seus quadros) é um pronunciamento do olhar. Existe, nesse olhar, uma declaração antiga e renovada, uma orgulhosa ousadia, em levantamento dos motivos da tragédia, da dor, da alegria, da determinação e da esperança. Por isso o firmamento é turvo (entre o ocre, o fogo e a nuvem) como um tumulto contínuo; por isso a terra arde, vermelha e incandescente; por isso as roupas são garridas sobre os corpos densos - e por isso, também, os gestos são mais nítidos do que a sombra expressiva dos rostos".[265]

Na assertiva de João de Melo, o processo criativo de Ferreira Pinto busca a raiz, o começo, a volta, vai "*às profundezas da terra, numa espécie de nostalgia diferente da saudade e da memória - a qual tem como expressão a idade eterna do Homem, com seus mitos trágicos, sua história sentimental, os trabalhos, os dias. O telurismo absoluto da paixão e da vida*".[266] Contudo, ao se estabelecer em São Miguel – mais precisamente, aqui, na Lagoa, Ferreira Pinto percebeu que o fundamento basilar onde se apoiam estas ilhas atlânticas é muito mais poderoso do que supõe a geografia.

Amandina, no blog que o artista assina, observa que Ferreira Pinto trabalha com o sagrado, manifestando

> "*símbolos e signos que são, ao fim e ao cabo, epifanias do mistério que preside à criação artística. Acredita na inspiração, logo nos dons e nos frutos do Espírito, enigmas à procura de decifração, uma trajetória que se instalou no autor a ponto de questionar a tela, escrevendo sobre ela, apontando de raspão fragmentos de discurso*"[267]. *As palavras, as imagens – a ponte, a escada, o arco, a janela, o portal, a porta, as portas, as pontes, as escadas – são uma sucessão de símbolos que erguem a voz para nos dizer da profunda religiosidade universal que anima o pintor*".

É um tudo pormenorizado, mas que no seu conjunto alcança a graça da visibilidade interpretativa. Mas – pergunto eu – será que todos os apreciadores são tocados pelas telas abstratas do Artista?

Se há uma vida em cada gesto, cada pincelada esconde/revela um mundo à parte. Adelaide Baptista (1999) observa que de exposição em exposição a diversidade dos temas abundam em formas e em cores: "*O artista não se cansa, avança sempre, expõe-se ao risco; é, frente à tela, um timoneiro e ao mesmo tempo um aventureiro de desusado arrojo. Aposta por isso numa força interna que, ao recusar-se a si mesma (através de traços que se contrariam), cria a sua própria semiose*".

[264] Caraterizada mais como comercial do que artística, embora a cópia seja muito mais trabalhosa de concretamente ser pintada do que a obra naturalmente nascida do espírito.
[265] Disponível em www.ferreirapintoarte21.blogspot.com
[266] Idem, ibidem.
[267] Amandina, ibidem.

Já no Reino da Luz Liquida, sua última coleção, que ainda não apreciei pessoalmente, apenas por fotos, tenho a impressão de que Ferreira Pinto oferece-nos um outro significado para a roda da Vida. Agora a Luz que vivifica transforma-se e transforma-nos a partir do caos que nos habita. Momento em que, segundo M. Tomás (1996), a ilusão, que turva o olhar, é deixada para trás, permitindo ao artista inventar um novo "curso de memória". Memória essa que tem sua origem no princípio longínquo dos tempos. Seria então, uma protomemória onde se assentaria o embrião do que viria a ser a sua voz em essência significando, em resumo, toda a vida...

Quase sempre, quando o observador está diante de uma obra não figurativa, sua escuta faz apelo a uma fala do Autor; um gesto, um traço mais vincado, uma cor mais forte. Mas o pintor...pinta; não informa, não julga, não descreve as suas próprias imagens, não explica, não oferece gráficos de codificação, nem ensina a ler a obra. O espectador espera... A obra existe agora por si própria. O espectador olha... e, às vezes, não vê tudo. Quer mais, mas não sabe bem o quê. É até capaz de sentir uma indescritível satisfação (ou não, talvez sinta uma raiva violenta) e também desconhece a razão. Há até quem, no fundo, espera que o Autor[268] lhe dê uma pista, que lhe sussurre o segredo, que lhe dê as chaves de leitura. E se não houver alguma coisa em comum entre os dois – a obra exposta e o espectador -, essa fala pode correr o risco de não acontecer, e o que parece ser, para esse caso específico, a mudez de um e a falta de escuta do outro, pode transformar-se, por extensão, em complicada inaceitação da obra de arte contemporânea, mesmo pelos mais jovens.

A falta de comunicação entre quem supõe que nada apreendeu porque nada está dito na obra, ou que sabe demais para perder-se em esforços de compreensão do que não merece ser entendido, pode levar a uma crise cultural. Por isso, para felicidade do Autor da obra e do homem que a admira, há de persistir na tela uma vibração, um rumor capaz de comover o espectador na mesma intensidade com que emocionou o Artista quando apreciou o seu trabalho pela primeira vez. Quando a alquimia informacional se instala, esse instante mágico de entrelaçamento das almas se eterniza, inscrevendo-se nas camadas sutis do tempo-espaço, com a mesma força do momento em que o Autor se abriu para a criação.

A ansiedade que leva o autor à tela quase sempre é a mesma da procura de saciedade que orienta e alimenta o observador no seu próprio deserto. Quem vai para uma exposição de arte, vai para buscar algo de precioso para si, e tanto mais feliz e realizado se torna, quanto maior for a compreensão do que está apreciando. Aí, então, a comoção é atingida, a comunicação se realiza e o milagre do entendimento acontece. E Ferreira Pinto não explica. Dá-nos somente a sua obra. Quando muito, repassa o dizer de outro artista, escreve-lhe os versos, mas... assim, aleatoriamente, sem aviso. Depois essas palavras se repetem, voltam em outras telas, dizem mais, dizem o que já vimos e ouvimos. Dizem o que disse Cristo. O que diz Cristo em nós. Palavras-frase, sentido universal... Mas que outros sentidos vibram em nós estimulados por esses tantos sentidos, alguns estranhos, muitos de indecifrável grafismo? A captação da obra de Ferreira Pinto exige, para além da visão, a audição das palavras escritas por Outro, verbo e figura que das telas entram em nós com a fúria do vendaval até se amenizarem sob os acordes de uma sonata. Realmente, para entendê-la sete sentidos só não bastam...

Ferreira Pinto, na coleção Ao Encontro do Coração (2002) traça nos seus quadros o roteiro da espiritualidade cristã no ocidente, centrada no encontro do homem com Deus, um Deus que se revela nomeando-se a Si mesmo. Ferreira Pinto, ao criar os 29 quadros da referida coleção, tornou-se um ser de irradiação, capaz de, junto com seus semelhantes próximos, crescer mais em humanidade, incluindo no seu território espiritual, todas as raças, todo o universo humano. A relação do homem com Deus é pessoal e dialogal. No encontro vertical do Eu-Tu, há comunhão e aliança. Martim Buber e Donald Walsh confirmam isso. E é por essa aliança que a identidade humana se estabelece. É a partir do Tu que aprofundamos o conhecimento sobre o Eu, e o nosso Eu profundo é Deus. Nesse processo não há intelectualidade, embora o primeiro passo seja uma necessidade mental; é só com o sentimento amoroso que vibramos em uníssono com a realidade divina. É um encontro em toda a sua totalidade porque move a nossa interioridade no sentido de glorificar a magnificência do Criador.

É a partir do encontro de Deus em nós mesmos que nos abrimos completamente para o Outro, buscando no ato de servir a bússola para a plenitude. Quando descobrimos o caminho, "o caminho para o coração", tornamo-nos radicalmente humanos e a felicidade torna-se prolongamento

[268] Sobre a ressurreição do Autor na Literatura, recomendo a leitura *Literatura e Teoria da Literatura em Tempo de Crise*, de Rosa Maria Goulart, Braga: Angelus Novus, 2001.

infinito dessa experiência que nos garante a eternidade da vida e, então, teremos a certeza de que participamos aqui e agora de "uma vida em vez de uma existência".

Hoje, em nosso planeta, nada é estático; o que se estagna adoece ou morre. A estagnação produz a peste, a fome e a guerra, e o homem do século XXI quer saúde, prosperidade e paz. A vida não se extingue, não tem começo conhecido, nem fim, mas pode abranger em seu seio uma multiplicidade de existências. E, neste momento, aqui e agora, quando quase tudo se move na correnteza do tempo com a velocidade de um relâmpago, assim também rodopiam as manchas de tinta sobre a tela, formando imagens e figuras (talvez) alheias à vontade do Autor (assim nos parece), ou melhor dizendo, deixando registrados no cosmos a dança inconsciente do seu espírito. Dessa nova realidade, alimentamos e celebramos a vinda desse novo paradigma da Arte de que Ferreira Pinto é um dos precursores,

A espiritualidade que transpassa das telas de Ferreira Pinto concilia o seu processo particular de criação com o desejo do espectador de encontrar o caminho apropriado para o seu próprio processo de SER na vida, às vezes modificando-o a cada passo, mas seguindo sempre em frente, impelido pela repetição bem-sucedida de cada começar. Quando a linha temática de uma exposição parece difícil de ser apreendida, a imersão nas cores, essa luz divina que conforta e estimula, aponta o caminho. Como diz Jean-Yves Leloup, *somos poeiras de estrelas*, e as estrelas, sendo poeiras do SER, humildemente iluminam o que para nós ainda é desconhecido. É preciso encontrar o fio, a cena primeira, a partir do qual tudo se organiza até se re-encontrar o "caminho do coração", aí então, seremos donos da fala verdadeira que abre desfiladeiros no meio de infinitas falas aprendidas.

Quando nos abrimos em contrição para apreciar a aurora que vem ou o olhar inocente de uma criança, quando quedamos em silêncio para contemplar a profundidade do céu estrelado ou a ternura de um casal de velhinhos, se não transcendermos, se não formos para além do mistério que se esconde atrás das estrelas, da ternura dos namorados, do voo das borboletas, do desabrochar colorido de uma flor, do perfume das frutas, aí sim, estaremos tateando na direção certa do caminho que nos leva à Luz, ou como também quer Ferreira Pinto, ao encontro do coração. Abertos a essas mensagens é mais fácil tecer a malha que nos ampara na fruição da leveza e da humanidade.

Ferreira Pinto, mais exatamente nas suas telas de teor abstrato criou um centro interior de tal força e vigor que reúne toda a realidade dos que os antecederam e o seguiram, refazendo todo o trilhar humano que se esgota na repetição do mesmo gesto de alinhar os fragmentos que teimam em esvoaçar vida a fora. E quando, finalmente, sintetiza a multiplicidade simbólica de suas figuras num só símbolo, o maior dele, o da Cruz, nessa Totalidade de se deparar com o que já se esperava, nessa posição confortável de ser conduzido por um caminho que teimosamente também se trilha no anonimato da vida, o espectador se aloja, satisfeito, confiante, esperando que uma próxima pincelada lhe fale mais desse Mistério que sustenta a Humanidade. A exemplo do que disse Ibn al_Mottaz (908 da era Cristã), a primeira coisa que vem ao espírito, quando se quer descrever uma coisa excessivamente bela e mostrar a extrema perfeição, é dizer: c'est belle, est *une face semblable à la lune"* (p. 592, J. Chevalier), assim digo eu: uma face iluminada do cosmos é a que ora compartilhamos através do trabalho artístico-poético de Ferreira Pinto. E de Fernando Aires. E de Horácio Medeiros. Todos interligados pela arte que, sendo universal, neles nasceu aqui nos Açores. Tenho dito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aires, Fernando. (1995) *Memórias da Cidade Cercada*, Lisboa: Edições Salamandra;

Aires, Fernando (1988) *Histórias do Entardecer,* Secretaria Regional da Educação e Cultura, Col. Gaivota

Aires, Fernando. (1988) *Era uma Vez o Tempo*. Diário I, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Aires, Fernando. (1993) *Era uma Vez o Tempo*. Diário III, Lisboa: Salamandra.

Aires, Fernando. (2000) *A* Ilha de nunca mais. Lisboa: Salamandra.

Machado, José Leon (1997). *Era uma Vez o Tempo* de Fernando Aires. Disponível em http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/crit027.htm

Pires, A.M. Machado (1987) "A Identidade Cultural dos Açores" in *Arquipélago*. Revista da Univ. dos Açores. Línguas e Literaturas. Ponta Delgada, V.IX.

39. ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA NA UPM, UNIVERSIDADE MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL

DIAS DE MELO E CAYMMI: DOIS AUTORES E O MAR

Em 2008, deixaram-nos, nos Açores e no Brasil, dois autores, irmanados pelo idioma, motivados pelo mesmo tema, o mar, mas antípodas na maneira de tratá-lo.

Falamos de Dias de Melo, glória dos autores açorianos e de Caymmi, compositor e cantor querido, motivo de orgulho também dos brasileiros.

José Dias de Melo, nasceu em 08/04/25, em Calheta de Nesquim, Ilha do Pico e morreu em Ponta Delgada em 24/09/08, aos 83 anos. Dorival Caymmi nasceu em Salvador, Bahia, em 30/04/14 e morreu no Rio de Janeiro em 16/08/08, aos 94 anos.

Nascidos no mesmo mês, abril, embora sob signos diferentes, seguiram caminhos diversos, embora ambos se firmassem, de fato, como artistas. Dias de Melo foi professor inicialmente, passando, depois a fazer aquilo de que parecia mais gostar: escrever.

Criou poesia em menor quantidade, dedicando-se mais ao romance, novela, conto e crônica em dezenas de títulos. Além da obra de ficção, fez, com trabalhos de campo, o levantamento da população baleeira da ilha onde nasceu, organizou uma espécie de dicionário temático da baleação, publicado em quatro volumes pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, sob o título de *Vida Vivida de Baleeiros*, com dados biográficos dos baleeiros picarotos.

Há quem não aceite que o autor seja considerado a voz dos baleeiros açorianos, mas é como tal que mais o admiramos e, a tal ponto, que nos atrevemos a afirmar: Portugal continental tem seu canto épico n'*Os Lusíadas* e Portugal insular tem sua epopeia na trilogia baleeira de Dias de Melo, obra que poderíamos chamar de *Os Açoríadas*.

Três livros compõem a narrativa heroica ou saga a que Santos Barros nomeou "trilogia da baleia" e João de Melo considerou "o ciclo da baleia": Mar Rubro (1958), Pedras Negras (1964) e Mar pela Proa (1976). Os três livros narram sempre lutas, que veremos por partes:

luta dos baleeiros contra as baleias (Mar Rubro);
luta dos baleeiros contra a inclemência do clima e contra a inclemência do "homem lobo do homem" (Pedras Negras);
luta contra a procela, as marés e o vento enquanto rememoram a luta contra a aceitação de um destino imposto e contra o homem dominador (Mar pela proa).

1. Mar Rubro: luta dos baleeiros contra as baleias

Melo (1980: 07), escritor que procurou caracterizar, em *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano,* as diversas vozes de nativos das ilhas que cantaram sua terra, ao prefaciar *Mar Rubro* o apresenta como

> "*narrativa fragmentária cerzida embora por múltiplos pontos de contato […] não um conjunto de textos avulsos nem um texto integrado por uma sequência de conjuntos lógicos*".

Aliás, o próprio autor vê a dificuldade de caracterizar precisamente sua obra, chamando os textos que a compõem de "crônicas romanceadas".

O prefaciador assim apresenta a obra: "*voz e oralidade dum tempo e dum lugar, aqui está a vocação açoriana dum escritor que até hoje sempre ignorou outros universos literários e se fixou e está de pé ao lado do trabalhador da terra e do mar da Ilha do Pico" (*pp. 07, 08).

No segundo texto de *Mar Rubro*, intitulado "Terra de Baleeiros", Dias de Melo (2008, pp. 32-34) traça um perfil da terra e do mar da Ilha do Pico, dos sonhos e da ambição maior de seus habitantes, que emigram, mas voltam por fim. Arrola nomes de baleeiros e de barcos. Eis o que de tudo isto fala o autor, impregnado de afeto por sua terra e sua gente:

2. A terra na Ilha do Pico

> *[….]*
> *são belos os seus matos que, no alto e interior da Ilha, se requebram em curvas graciosas de colinas, montes, cabeços, montanhas revestidos de verduras, ou se alargam em ondulações suaves de planuras silenciosas atapetadas de erva abundante e fresca, marginadas e manchadas de longos renques e compactos bosques de cedros e azevinhos, de onde em onde alagadas pela pureza transparente das águas tranquilas de pauis e lagoas: os seus matos – com as nossas pastagens que nos sustentam os nossos gados. E belas estas vertentes que, lá em cima, se desentranham do céu e se despenham e descem até aqui, ao recorte caprichoso e irregular das penedias da costa negra. Belas, salpicadas de magotes*

de faias, incensos, figueiras, retalhadas de currais de vinha e campos de milho, penteadas pelo perfil das casas modestas, vincadas pelos sulcos cinzento-escuro dos velhos e pedregosos caminhos.

3. O mar dos Açores

E o mar? E o deslumbramento do mar, com a majestade das suas fúrias em dias de temporal, com a luminosidade do seu imenso azul quando, limpo o céu de negrumes de chumbo, o sol a tudo e a todos envolve em claridades de vida e alegria?

E, neste mar, a epopeia das velas brancas dos botes dos baleeiros recortadas, vaporosas, leves, na neblina das distâncias. E, no porto, o remanso da casa dos botes – 0 lar comum de toda a gente; e as esbeltas embarcações adormecidas, à espera, sob as suas telhas; e os velhos pescadores de monstros oceânicos a evocarem as suas façanhas espantosas

4. Os habitantes da Ilha

Nestes campos, ao longo destes caminhos, não há quem não tenha seu quinhão. Cada qual é senhor da terra que cultiva e da casa que o acolhe.

[.....]

Querem-lhe muito os que por cá nasceram. Daqueles que se foram para terras da América, num sonho ancestral de vagabundagem aventureira e cobiçosa, muitos são os que regressam. Primeiro, de quando em quando, a acalmar o bicho resinguento da saudade. Mais tarde, amealhada, ao preço de muitas canseiras, muitos sacrifícios - até de fome - a pequena fortuna ambicionada (ou parte dela) para nunca mais partirem.

4.1. Sonhos, no exílio, daqueles que emigraram

Lá longe, traziam na alma a imagem sempre nítida destes matos, destas vertentes, destes campos, destas penedias negras, deste mar e destas velas brancas dos botes dos baleeiros. E a toada das ondas mansas, e o trovejar dos vagaredos em noites de temporal, que, com as doces cantigas maternas, lhes embalaram o sono de meninos; e as falas graves dos baleeiros que lhes encheram a imaginação de adolescentes com espantosas estórias de baleias - mais lindas e fascinantes que os contos de bruxas e fadas das avós piedosas e velhinhas.

Tiveram que ir penar mágoas, desbaratar a saúde, enterrar o melhor da própria vida num mundo que não era o deles para atinarem com o encanto de tudo isto.

4.2. Ambição maior dos que regressam

E que alegria a do regresso definitivo!

[....]

Com o seu regresso, se concretiza a sua última e mais profunda ambição. Compram uns palmos de terra que acrescentam aos que herdaram dos antepassados; constroem, em sítio vistoso da encosta, a casa em que aconchegam o seu lar; vão à pesca ao Canal nos barcos dos pescadores; arranjam lugar para ir à baleia nos botes dos baleeiros; e, pé em terra pé no mar, como os pais, como os avós, por aqui ficam vivendo esta vida calma de simplicidade antiga, igual à de toda a gente, até que adormeçam para sempre, junto ao mar, no Cemitério do Canto das Canadas, humilde e pequenino.

[....]

Terra de baleeiros – vida de baleeiros.

4.3. Nomes de baleeiros

No texto "A casa dos botes" aparece uma primeira lista dos baleeiros (p. 40), lista que não se esgota aqui, pois outros aparecerão no decorrer de novos textos. Apresentamos apenas alguns nomes:

Mestre José Faidoca – tido como o Mestre dos mestres -, que atingiu o cargo de oficial aos dezoito anos, sendo raríssimos aqueles que atingiram tão cedo esta posição (p.51); o Capitão Medina; Mestre Manuel Faidoca; Mestre Manuel Faidoca Novo; Artur Faidoca; António Faidoca; Mário Faidoca (um nunca mais acabar de Faidocas); Mestre Sebastião Machadinho; Mestre José Domingos; José Caçolha; Mestre João Silveira; Mestre João Graxinha; Mestre Bem-Feito; António Racha que, com seus calafates, reconstrói o bote "Norberto" (p. 40)...

4.4. O Capitão Medina é apresentado como arquétipo dos picarotos (p. 64)

O Capitão Medina é a encarnação dos defeitos e das virtudes atávicas de todos nós: do nosso apego a estas pedras negras e a estas águas azuis, da nossa ânsia de partir em busca de novidades, riquezas, aventuras, por essas Américas fabulosas; depois, para os que conseguem lá chegar, da nossa saudade portuguesa, sempre a roer-lhe as entranhas, a espicaçá-los, a empurrá-los para a visita à Ilha que, para alguns, acaba no regresso definitivo.

É interessante notar que o prefaciador João de Melo (1980: 11) não parece muito contente com tais nomes, alegando:

Apresenta-se, a meu ver, uma única insuficiência na construção deste universo romanesco: a probabilidade talvez remota de certos nomes corresponderem a uma representação onomástica insular. Recorda, arbitrariamente, alguns desses tipos caracterológicos: mestres José e Manuel Faidoca, José Caçolha, João Graxinha, António Racha, João Preseta, de Mar Rubro;

[…].

É pouco provável que estes apelidos, sejam eles legítimos ou de gíria popular, se possam adequar ao contexto essencialmente originário da narratologia do autor. Este aparente desfasamento nada tem a ver com meras suposições de quem esteja de fora; pode, simplesmente, ser uma constatação legítima que nos venha da infância açoriana do trabalho e do pé descalço, tão povoada de monizes, medeiros, tavares, pachecos, melos e outras cadeias de afinidade inter-ilhas, como marcas perenes do povoamento. Daí eu estranhar que estes nomes raramente figurem nas estórias de Dias de Melo

[…]

4.5. Nomes de lanchas

Natércia, Medina, Açoriana, Maria, Espartel, Rainha das Ervas, Maria da Fonte, Cigana...

4.6. Nomes de botes

Andorinha, Atrevida, Norberto, São José, Cachaço...

Em dois momentos do livro se justifica seu nome *MAR RUBRO*:

[....]

E o sangue avermelhava e enegrecia as águas, e as gorduras e as vísceras desventradas derramavam manchas esbranquiçadas, esverdinhadas, nas águas – e as águas do porto, com o vaivém das marés, alastravam, vermelhas, negras, esbranquiçadas, esverdinhadas pela boca do porto fora. (p. 109)

Sangue! Sangue! O mar já não é azul. O mar, à nossa volta, torna-se vermelho, rubro – sombriamente rubro, sombriamente vermelho. (p. 164)

5. Luta dos baleeiros contra a inclemência do clima e contra a inclemência do "homem lobo do homem" (Pedras Negras)

O segundo livro da trilogia, *Pedras Negras*, constitui-se de três partes: a primeira sintomaticamente chamada de "A ilha escorraça a gente"; a segunda parte com dois subtítulos: "Pelos mares do mundo todo" e "Terra da América"; a terceira parte com três subtítulos: "Regresso à Ilha", "O senhor americano" e "Desanda a roda do destino". Este livro teve várias edições. Além disso, foi traduzido para inglês e japonês, sendo publicado nos Estados Unidos da América e no Japão. Sua última edição foi nos Açores, 2003, na qual o autor, em breve nota vaticinava: *"possivelmente esta a última edição deste livro em minha vida"* (p. 5)

Seu protagonista é Francisco Marroco, chamado pelo prefaciador, Luiz Fagundes Duarte (2003: 14), de "paladino da açorianidade". Aparece no primeiro texto, "O ano da fome", com suas reminiscências da fala do avô que, por sua vez, rememorava tempos difíceis quando a Ilha foi assolada pela fome precedida pela passagem de um ciclone. Ouvia os mais velhos falarem dos abalos de terra, do fogo que surgira das pedras negras da Ilha do Pico.

Pedras negras fora das casas, paredes negras dentro, mães embalando seus filhos cheias de ternura e medo, junto a homens com cigarro no canto da

boca e viola de encontro ao peito, enquanto

> *"andava lá fora o inverno a rugir o vento... o mar.... a chuva. Na cozinha andavam as sombras a enroscar-se nas paredes negras. Medo... Todos tinham medo..."* (p. 25)

Muito jovem ainda, com doze anos apenas, aproximou-se de João Peixe-Rei, que lhe falava do Ano do Fogo, na Ilha já coberta de pedra: "Pedra por cima da terra, por baixo da terra, a transbordar da terra nos abismos do oceano!" (p. 28)

E veio o Ano do Fogo, quando mais sofreram ao que ficavam à volta da montanha. Com a terra a tremer, dezenas de bocas nas montanhas vomitavam pedras e lavas.

> *"E quando a terra e o mar cessaram de vomitar fogo e pedra e lava a Ilha, para aquelas bandas, era um cemitério imenso horrenda vala comum de cascalho e rochedos fumegantes que tragara casas, igrejas, terras!"* (p. 31).

Por sorte só morreram duas pessoas, ouvira João Peixe-Rei o velho padre dizer.

> *"E passado o cataclismo, quem pôde meteu-se pelos caminhos do mundo, principalmente para o Brasil."*

Os que ficaram, na luta com a fome, doença e morte, arrumaram a terra que de novo deu o pão. E João Peixe-Rei dizia: *"A Ilha escorraça a gente".* E o fazia com anos de seca, de ciclones, e o fogo que não fez promessa de nunca mais rebentar. Sonhava ele também sair da Ilha no navio de Capitão Grilo, que fora pobre na Ilha e embarcara "de salto[3]", chegando a capitão de navio. E acrescentava Peixe-Rei: "*Não é a terra do Pico que me há de roer os ossos!"* (p. 36)

Juntos, Francisco Marroco e João Peixe-Rei "deram o' salto[4]" na barca "Queen of the Seas" de New Bedford.

Vários textos tratam da caça e retalhamento das baleias, das agruras da viagem: racionamento de água e alimentos; alimentos estragados e água insalubre de que se serviam; escorbuto; andança por todos os oceanos do mundo.

Depois de mais de três anos navegados, nas proximidades do Cabo Horn, enquanto se trancava uma baleia das grandes, quando a linha corria desenfreada, antes que o trancador a cortasse, João Peixe-Rei foi levado pela borda do navio num embrulho de linha, gritando, em agonia, pelo filho. Cumpria-se, assim, seu presságio de que não teria seu túmulo na Ilha do Pico.

Ainda machucado pela perda do amigo, Francisco Marroco, na amurada do navio, viu a América. Sem trazer consigo nenhum dinheiro de casa, só então ficou sabendo que não receberia qualquer "soldada[5]". Esta ficaria para o capitão, segundo explicação de um companheiro: "*É o capitão que a pilha, pra se pagar de te pôr na América."* (p. 68) O mesmo seria feito daquilo a que Peixe-Rei teria direito. Mas a "companha" juntou algum dinheiro que ele anexou em carta para seus pais e para Idalina, viúva de Peixe-Rei, e que deu para a sua passagem de trem para a Califórnia, o Eldorado de seus sonhos.

Após jornadas duríssimas sob o jugo do compatriota Albano Passarinho, que por fim o rechaçou; após mendigar entre miseráveis, encontrou trabalho e guarida junto de outro açoriano, da Ilha Terceira, Miguel Parreira e família, com quem passou doze anos. Depois de trinta anos, voltou à Ilha e socorreu a viúva de Peixe-Rei, Idalina e seu filho Joaquim, que viviam na miséria, sendo o filho humilhado em trabalhos vis. Emprestou dinheiro a Joaquim para a compra de um bar. Casou-se com Maria do Roque: na comemoração de seu casamento, o pai "despendurou" a viola do prego ao lado do relógio, onde sempre a guardara.

Seus conterrâneos, acreditando estar ele rico começaram a chamá-lo "senhor americano". Na "*caça ao dinheiro do senhor americano*" (p. 121, título do texto na página iniciado), apareceu Augusto Bóia, convidando-o, em nome da gerência da companhia baleeira, a comprar-lhe algumas ações. A companhia estava enfraquecida com o advento de várias armações, estabelecidas nos portos vizinhos, após a morte do Capitão Silvestre e de seu patrocinador, o americano Crown. A companhia baleeira, então sob o comando do filho, John Crown, desgastava-se mais com a baixa nos lucros, a morte de outros sócios fundadores e com o desgaste dos botes em mãos de baleeiros com soldada muito reduzida. Convencido de que era dever de patriotismo ajudar a companhia baleeira, empregou nela dinheiro que lhe

voltara da América.

Nessa altura, Joaquim já olhava com ódio aqueles que o humilharam na sua infância e no seu trabalho. Provocou-se a ira de Augusto Bóia, que via na concorrência de Joaquim a causa da decadência de seu negócio e tinha "*a alma a transbordar de fel"* (p. 133), desejando até tirar a vida do concorrente e mandar "pró diabo o *americano*" (idem). Joaquim tornou-se mais influente, pelo fato de ser bom comerciante e entender de mezinhas e unguentos para todos os males.

Deposto Augusto Bóia da companhia baleeira, escolheu-se para gerente Joaquim, que não era baleeiro nem sócio. Francisco Marroco caía em descrédito à medida que deixava de acrescentar dinheiro. Extinguiu-se a navegação a vela, os Crown deixaram o Faial e, não entendendo de contas os gerentes, com procuração, deram plenos poderes a Joaquim.

O novo comprador do óleo de baleia passou a ser Chico Gaudêncio, de origem suspeita, criado na malandragem, envolvido em negócios escusos com prostituição. Entretanto, se esperava pelo pagamento de peças que fornecia para consertos de botes, muito mais fazia esperar por aquilo que devia. Alargava seus negócios e se estranhava como conseguia dinheiro para tal. Até que mandou à gerência carta cobrando débito em atraso e pedindo o comparecimento, no Faial, de pessoa competente para saldar a dívida. Munido de procuração apresentou-se Joaquim. Ao voltar, comunicou aos gerentes que débitos de quatro anos deveriam ser pagos em seis meses.

Inadimplentes, os sócios deixaram a solução por conta dos gerentes, que passaram a tarefa para Joaquim. Chegando o fim do prazo, recorreram a Francisco Marroco, que se negava a tocar no dinheiro confiado ao Banco. De novo foi Joaquim ao Faial à presença do credor irredutível. Este, por fim, sugeriu ao porta-voz que se tornasse seu representante. Uma vez que a velha armação não poderia sobreviver, Gaudêncio faria de Joaquim o gerente. Dizendo estar o notário por sua conta, a título de pagamento apoderou-se o credor da companhia baleeira. Chico Gaudêncio comprava novos botes na Inglaterra e Alemanha e corriam boatos de que o Banco o financiava. O que não se sabia é que ele não pagava.

Chegou um novo ano de seca e o andaço começou dizimando a população. Morreu Maria, mulher de Francisco Marroco depois de ajudar ao marido no cuidado de doentes. Faltando água e alimento, falido o Banco, aos açorianos estabelecidos na América mandavam milho para evitar um novo Ano da Fome. Chegada a hora do acerto das contas, na presença de Chico Gaudêncio, Joaquim lia as contas. António Marroco, filho de Francisco, também calculava; mas suas contas não conferiam com as de Joaquim e viu que os companheiros temiam Chico Gaudêncio e ainda mais o Joaquim. António ainda tentou questionar, mas sua pergunta caiu no vazio. Joaquim chamou os oficiais para assinar as contas, mas uma voz se levantou impedindo assinatura. Era João Laró, mais velho que todos os oficiais, mas que nunca a tanto chegara, apesar de marinheiro dos melhores. Os baleeiros se juntaram ao seu protesto e saíram em fúria, só ficando os oficiais, "comprados" por Chico Gaudêncio e Joaquim que, metendo-se numa lancha correram até o Delegado Marítimo e mostrar-lhe as contas assinadas. Ao chegarem os baleeiros à Delegação Marítima, foram todos presos. Francisco Marroco, aniquilado, arrastou-se até a vila para ver o filho aprisionado.

> *luta contra a procela, as marés e o vento enquanto rememora a luta contra a aceitação de um destino imposto e contra o homem dominador (Mar pela proa).*

O terceiro livro da trilogia conheceu a espécie de mar que lhe dá título – *Mar pela Proa* – ou "mar de proa", regionalismo português para mar contrário; mar que corre em direção oposta à do vento reinante. Assim como os homens cuja odisseia conta, o livro também enfrentou tempo ruim, mar contrário, preso que foi, por seis anos pelo menos, em mãos de quem prometera publicá-lo.

Isto é o que nos conta Dias de Melo (1973: 09) em "Nota de Abertura" para o livro escrito em 65-66 e enviado para publicação por editora de Lisboa em 67.

Dias de Melo revela o destinatário e a finalidade deste livro, melhor dizendo, de toda a trilogia:

> *"Por eles [os muitos homens do Mar ou da Terra ou dos Açores] foi que o escrevi. Pelo muito que sofrem e lutam. Pelo muito que sonham e esperam. Pelo muito que se negam a deixar-se vencer pelo sofrimento e pela injustiça*
> *[…]* (p. 10).

Daniel de Sá (2008; 06) assim classifica esta obra:

> *"novela em pormenor de romance num ritmo alucinante de conto".*

Mar pela proa se desenvolve em dois tempos: o tempo da ação que imita o da urgência da procela, das marés e dos ventos, e o tempo da memória que, relembra, em *flashback,* tempos anteriores à ação. A propósito, já houve quem falasse da necessidade de um cineasta aproveitar o roteiro quase pronto de Dias de Melo.

No tempo da memória voltam as ações dos dois livros anteriores, mostrando como os baleeiros chegaram à urgência de se salvarem e a seus barcos tão duramente conquistados, após dez anos da prisão e soltura de João Laró, António Marroco e seus companheiros da companhia baleeira chamada "Armação Baleeira União e Fraternidade" – quanta ironia! – traídos pelos oficiais e dois trancadores.

Às duas personagens vindas de *Pedras Negras* agregaram-se outros baleeiros formadores de outro grupo – "Armação dos Baleeiros Sempre Unidos", crismado como Companhia Nova: na lancha "Ilha Morena", o Capitão João Laró, António Marroco e Manuel Garalha; no bote "Cisne", o Mestre Tonico Garoupa, Jó Bacalhau, António Bodego e Francisco Morrincha; no "Pátria", João Terra Negra, Joaquim Lisboa e Manuel Moleiro; no "Deixa Andar", Mestre Sonicante. Decidiram sair e mostrar os barcos, sua nova conquista.

À saída, um baleeiro "*não arreda os olhos da nuvem emborcada no cimo da montanha*". (p. 25) "*É o capelo do Pico"* (Idem), dossel que, todos sabem, anuncia mal tempo. O mar, até então, tinha "*espumas da carneirada branca alvejando no cinzento feio do Canal"* (p. 44) E o mar vai mudando: "E *o negrume das nuvens, e a rebentação da carneirada branca."* (p. 46). Depois: "*Mais vento. Mais nuvens negras."* (Idem). Mestre Laró avisara: "*Vamos apanhar mar grosso na Ponta da Ilha".* (p. 43)

E o tempo continua fechando: "*Mais vento. Mais nuvens negras"*. (p. 46) *Vento – mais vento! – caindo pesado de cima da terra. Respingo de água surriada5 no vento. Perto, novelos oiriçados da brancura do embate a crescer, a crescer..."* (p. 47) *"Ao largo, lá fora, "mar grosso, encapelado, pra lá a bocarra da baía, nas águas da cor de chumbo do canal."* (p. 61) E tudo piora:

> *Lamento, grito, voz que de súbito se apaga e por instantes subsiste nos uivos relinchados do mar, nos uivos rosnados do vento (confusão medonha de roncos, latidos, berros, que estoiram nos tímpanos e escoicinham nas cabeças) – o nada que resta, o nada que fica vagamente pairando, do resfolegar que parou.*
>
> *[...]*
>
> *Corpos sem coração, sem alma, sem vida, a "Ilha Morena", o "Cisne", o "Pátria", o "Deixa-Andar, amarradas todas ao mesmo cabo, as quatro embarcações, sacudidas pelas mesmas vagas, batidas pelo mesmo vento, a caírem para o largo, para a fogueira das labaredas brancas, a meio do Canal. (pp. 63,64)*
>
> *O fragor, o trovejar do vento rijo de sudoeste, das vagas de côncavo negro e dorso esverdeado*
>
> *[…] (p. 64)*

A lancha e os três botes vinham ligados a um mesmo cabo. Perdeu-se o "Pátria"; mesmo condoídos os companheiros o abandonam; um pouco mais e "nas goelas da cerração, a chuva grada como burgalhau" (p. 75), perde-se também o "Cisne". Em costa muito brava, imprecações e preces, a noite caindo, Sonicante puxou o cabo ficando os dois barcos restantes entregues cada um ao seu destino. Com as primeiras luzes do alvorecer uma lancha aparece e atira um cabo ao "Deixa Andar" e o reboca até o cais.

António Marroco ficou só na "Ilha Morena", entregue ao furor do mar, lutando com "*lembranças escaldantes na cabeça, perdido nas trevas da noite, no inferno do vento e do mar"* (p. 97). Os companheiros decidem telegrafar para o Faial e pedir ao rebocador holandês que saia em busca de Marroco. O rebocador, em meio à tormenta, passa pela lancha e não a vê. Somente na terceira madrugada percebe terra próxima, mas luta ainda o dia todo; somente à noite, duas luzinhas, que ele sente como "estrelas vermelhas", dois barcos se aproximam e dois homens o encontram prostrado a repetir: "*Vencemos... Companheiros... Vencemos..."* O narrador fecha o capítulo falando das lágrimas do baleeiro exausto, atordoado e revela o pensamento de Marroco que serve de epígrafe ao livro e se repete no último texto do livro: "*Foram três dias – ou foram três séculos? Ou três milhares de séculos*" (p. 139)

Num último capítulo, "Chamas reavivadas", narra-se a conversa dos baleeiros sobreviventes, cercados de amigos, reunidos na casa de Marroco. No dia seguinte ao de sua volta, avaliam os acontecimentos. Daqueles que voltaram da luta violenta contra a tempestade Mestre Laró, António Marroco, Sonicante e Garalha, convém registrar algumas frases (todas da p. 152):

de Sonicante: "*Saímos onze do Cais do Pico e quatro são os que restam";*

de Mestre Laró: *"Eles apartaram-se da gente... E se a gente se não salvar agarrados uns aos outros, com cada um a puxar pra seu lado é que nunca mais vamos a parte nenhuma";*

de Marroco em resposta a um companheiro que diz estar tudo acabado: "*Não! Mil vezes não! Aqui, nada se acabou, porque tudo vai começar de novo! [....] O homem que é homem, não há nada neste mundo que o possa vencer, senão a morte! E nós não estamos mortos".*

Saídos do chamado ritmo alucinante de Dias de Melo, vamos para Caymmi, de ritmo bem mais lento, de "maré baixa", já que nos voltamos para canção popular, fundada no prazer de ouvir; canção de artista que faz coro ao que dele dizem seus amigos, insistindo ele próprio em dizer que é preguiçoso. Na verdade, há nome mais bonito para tal preguiça: é o ócio criativo.

Caymmi viveu sua infância num clima o mais baiano possível, segundo sua biógrafa e neta Stella Caymmi (2001). Ao que consta, a biografia resulta de dissertação de Mestrado na PUC, Rio de Janeiro.

Vinha desde tenra infância sua ligação com o mar. Via do sótão da casa de seus avós paternos, na Cidade Alta, a Baía de Todos os Santos, o porto e o mar de Itaparica na sua amplidão aberta. Também sua ligação com a música vem desse tempo: seu pai, como o da personagem Francisco Marroco, de *Pedras Negras,* guardava sempre o violão na sala. Caymmi aprendeu, sozinho e escondido, a tocá-lo. Sua biógrafa (2001: 360) se vale de Jorge Amado para explicar a têmpera de que se fez o compositor:

> *Jorge Amado escreveu com muita precisão sobre as raízes do futuro compositor: 'Trazendo nas veias sangue negro e italiano, nascido a beira do mar da Bahia a Bahia que é a cellula mater do Brasil, onde a mestiçagem determinou e determina as linhas mestras da cultura nacional, fez-se o intérprete da vida popular, o bardo cantor das graças, do drama e do mistério da terra e do homem baiano'.*
>
> *Na literatura Jorge compreendeu como ninguém a miscigenação do povo baiano, expressando-a com imenso talento. Ele enxerga em Caymmi 'o próprio povo do Brasil com sua voz mais pura, em sua melodia mais profunda e eterna'. Como se nele fossem condensadas todas as tendências da miscigenação brasileira, e alardeasse a vitória dessa mesma miscigenação nele, na sua obra e no seu canto.*

Caymmi iniciou-se no trabalho no arquivo e expedição de *O Imparcial*, trabalhando por vezes como copidesque. Poucos dias antes de completar vinte e quatro anos, em 01/04/38, pegou "um ita[1] no Norte" e veio para o Rio de Janeiro onde inicialmente fez bico[2] no jornal [A] *Nota*, escrevendo anúncios e pequenas notas. Tendo dito a um amigo que "compunha, cantava e tocava um violãozinho", este falou dele a Lamartine Babo, radialista e compositor, que o levou para cantar na Rádio Nacional.

Caymmi cultivava também o desenho e a pintura, chegando a expor seus quadros com sucesso, mas foi mesmo cantando e compondo que embalou gerações de brasileiros e fez sucesso também nos Estados Unidos. Itália, França, Portugal e Argentina. E poucos entre nós sabíamos, até a biografia escrita por sua neta, que algumas de suas canções praieiras foram traduzidas e gravadas em Israel com cantores e maestro de lá. Como compositor e cantor, tornou-se conhecido em todo o Brasil na segunda metade da chamada Época de Ouro (1929 a 1945) da música popular brasileira. Em outubro de 1938, sua canção "O que é que a baiana tem" foi escolhida para substituir "Na baixa do sapateiro", de Ary Barroso, no filme "Banana da terra", estrelado por Carmen Miranda e que deveria ser lançado antes do Carnaval de 1939. Segundo Severiano e Mello (1997: 182), na sua execução, "Caymmi sugeria a Carmen os gestos, as inflexões que ela repetiria na filmagem […] Como Carmen insistiu em gravá-la o compositor propôs que os dois a cantassem em dueto, o que realmente aconteceu". O disco foi gravado em 1929.

Os mesmos historiadores e críticos de música, Severiano e Mello (Idem: 254) apontam três vertentes para obra de Caymmi:"as canções praieiras e os sambas de roda, em que predomina a Bahia, e os sambas urbanos de

inspiração carioca". Pode causar estranheza ter sido Caymmi chamado "cantor e poeta do mar", "eterno amante do mar" e até "rei do mar". Isto porque entre suas cento e vinte obras arroladas pela neta e biógrafa (2001: 575-578), apenas dezessete podem ser colocadas entre as canções praieiras. Pode parecer bizarro também estar ele colocado entre os melhores e maiores, no panteão dos músicos brasileiros e, aqui, ter sido escolhido para estudo ao lado de Dias de Melo. Mas achamos que, com apenas três canções, podemos afastar tais estranhezas.

Yemanjá, odoiá
O canto vinha de longe
De lá do meio do mar
Não era canto de gente
Bonito de admirar

É doce morrer no mar
É doce morrer no mar
nas ondas verdes do mar
[refrão]
A noite que ele não veio, foi
foi de tristeza pra mim.
Saveiro voltou sozinho
triste noite foi pra mim
[refrão]
Saveiro partiu de noite,
foi madrugada, não voltou.
O marinheiro bonito,
sereia do mar levou.
[refrão]
Nas ondas verdes do mar, meu bem
ele se vai afogar
Fez sua cama de noivo
no colo de Yemanjá.
É que você mereceu".

Odoiá-ê, odoiá
Meu corpo todo estremece
Muda a cor do céu, do mar
E de repente aparece
É a rainha do mar

Yemanjá, odoiá

Depois desse encontro lindo
Eu passei a melhorar
E tudo que tenho hoje
Agradeço a Yemanjá

Odoiá-ê, odoiá

Fui à roça, dei presente
E ela me agradeceu
"Você melhorou de vida,
Yemanjá, odoiá

Sargaço, mar
Quando se for
De lá do meio do mar
Esse fim De Som
Doida canção
Que nao fui eu que fiz
Que não fui eu que fiz
Verde luz, verde cor
De arrebentação
Sargaço mar, sargaço mar
Deusa do amor, deusa do mar
Vou me atirar, beber o mar
Alucinado, desesperar
Querer morrer para viver
Com Yemanjá

Yemanjá, odoiá
Yemanjá, odoiá
Odoiá-ê, odoiá

De fato o percentual das chamadas canções praieiras não chega a um quarto de suas canções. Mas não há impropriedade em se considerar Caymmi "cantor, poeta do mar". É poeta em face da simplicidade, do cunho de oralidade de seu texto, se tivermos em conta que sua arte traduz a alma de seu povo, de sua terra. E seu texto é mais para ser ouvido que lido; ouvido, de preferência, na sua "voz de trovão". Para fundamentar nossas palavras vamos buscar vozes de autoridades em matéria de arte. Sua biógrafa (2001: 488) nos conta o que dele falou o poeta maior, Drummond de Andrade, na comemoração dos setenta anos do compositor:

> *Que são setenta anos, diante da melodia que não conta conta tempo, não envelhece, enquanto as modas de cantar se sucedem e quase nada de música existe mais do que uma estação? Não há dia seguinte para o cancioneiro de Caymmi. A flor que o vento jogou no colo da morena de Itapuã[7] não murchou ainda. Murchará um dia?*

Da poeticidade de suas letras, a mesma biografia (p. 260) diz:

> *[…] a beleza da letra não a torna poesia, gênero da literatura que prescinde de qualquer apoio além da língua materna, como ensina o poeta Bruno Tolentino. Uma canção de qualidade associada intrinsecamente a uma bela letra inspirada, de modo que não se possa conceber uma sem a outra, tem um imenso valor, sem que para isso ela tenha de mudar de categoria e virar poesia.*

Poeta do mar, sim, pela importância de seu canto das praias. Stella Caymmi, secundada sempre pelo avô, na pesquisa para sua biografia, diz (p. 318): "*Aliás, foi no ano de 1954 que o compositor lançou o seu primeiro long play* ⍰ *um dos seus discos mais importantes* ⍰ *Canções praieiras, com "Saudade de Itapoã"," É doce morrer no Mar", "Noite de Temporal", "Promessa de Pescador", "O Mar", "O Vento", "O Bem do Mar" e "Quem vem Pra Beira do Mar*" […]

A divindade que os pescadores cultuam é Yemanjá, "orixá do rio Níger, dona das águas, senhora do mar, mãe dos Orixás", na explicação de Brandi (2001: 566), divindade cuja saudação é "odoiá", apontada por Barros (2001:250). É na sua "roça" ou "terreiro", isto é, lugar de seu culto, que levam suas oferendas, e ela agradece possibilitando-lhes progredir na vida. Ao morrerem, as ondas do mar não são sepulcro, mas sim "sua cama de noivo, nos braços de Yemanjá". Se temem a morte, ao mesmo tempo a desejam por quererem "viver com Yemanjá".

Caymmi também frequentava cultos e ocupava posição destacada, junto com os amigos Jorge Amado e Carybê, na "roça" da Mãe Menininha do Gantois. Coincidentemente (?), quando o Governo da Bahia, querendo trazê-lo de volta para sua terra, lhe fez doação de uma casa, ele a escolheu na Pedra da Sereia, no Bairro do Rio Vermelho. Ademais, nas palavras de Stella, a

canção *Sargaço Mar* é seu testamento musical. Na juventude, veraneava à beira-mar, na Praia de Itapuã e nela praticava naturismo junto aos amigos. Na idade adulta a cantava com tão bela ginga de voz que sua estreita ligação com a praia, levou as autoridades a criarem ali uma praça, chamada Praça Caymmi. A praça foi, depois, cantada por Vinícius e Toquinho, na canção *Tarde em Itapuã*:

Um velho calção de banho,
O dia pra vadiar,
Um mar que não tem tamanho
E um arco-íris no ar.
Depois na Praça Caymmi
Sentir preguiça no corpo
E numa esteira de vime
Beber uma água de coco.

É bom
Passar a tarde em Itapuã,
Ao sol que arde em Itapuã,
Ouvindo o mar de Itapuã,
Falar de amor em Itapuá.

Também não deve ser estranho aproximar Dias de Melo e Caymmi: cada um deles falava do mar a sua maneira. O açoriano via o mar rubro ou chumbo, em vagalhões e vendaval, de dentro do barco onde o baleeiro suava e sangrava na luta pelo seu sustento e pelo respeito ao seu trabalho; já o brasileiro via o mar, em ondas verdes, a partir da praia. Seu pescador achava doce morrer no mar "bonito, bonito", certo de nele ver surgir Yemanjá, presenteá-la e ser por ela recompensado e, por fim, com ela viver.

Em síntese, Dias de Melo criou texto épico, vendo no mar um espaço de luta, onde se travava um embate por justiça social. Caymmi fez texto lúdico, ligeiro, de canção popular, cheio da malemolência baiana, cantando o mar como espaço de lazer, mesmo falando do trabalho e do culto à divindade que nele se exerce. Com gênero e estilo diferentes, foi igual o amor que os motivou. Se um fez crônica romanceada, que nos dá conhecimento das lidas e lides dos baleeiros; o outro, em seu canto, fruiu da beleza e doçura do mar. Um arrebata, comove, o outro embala, provoca vontade de dançar. Todavia, ambos nos tocam profundamente. De uma coisa estamos certos: se nos Açores se diz que Dias de Melo "escrevivia", no Brasil se pode dizer que Caymmi "vivicantava". Agora mortos, um deixa de escrever e o outro de cantar, mas ambos continuarão para sempre vivos nos textos e canções que nos legaram.

6. NOTAS

1. Ita: Regionalismo: Brasil. Embarcação que transportava tanto carga quanto passageiros entre o Norte e o Sul do Brasil (Houaiss)
2. Bico: Uso: informal. m. q. biscate; serviço eventual, de curta duração e não regular; bico (Houaiss)
3. De salto: repentinamente; dar o salto: Regionalismo: Portugal – fugir. (Houaiss)
4. Soldada: salário; soldo de tripulante de navio mercante (Houaiss)
5. Surriada: respingos de ondas ao rebentarem (Houaiss)
6. Segundo Estela Caymmi (2001: 573), letra da primeira versão para feita por Caymmi para o tema de abertura da novela *Porto dos Milagres*, da TV Globo, inspirada em *Mar Morto* de Jorge Amado, veiculada em 2201. A letra sofreu modificações de Dudu Falcão para se adaptar às necessidades do texto. A versão final recebeu o nome "Caminhos do Mar" [...] tema principal da novela".
7. Da canção "Saudade de Itapoã'", sucesso lançado em abril de 1948. Portanto, em abril de 1984, aos setenta anos de Caymmi a canção já tinha trinta e seis anos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Reginaldo (2001) Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras.

CAYMMI, Stella (2001) Dorival Caymmi: o mar e o tempo. São Paulo: Editora 34.

CASTRO, Yeda Pessoa de (2001) Falares Africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: ABL/Topbooks.

DUARTE, Luiz Fagundes (2003) "Não sei o que é que, no Pico, é ou não é Dias de Melo..." in MELO, Dias de (2008) Pedras Negras. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

MELO, Dias de (2008) Mar pela proa. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

MELO, Dias de (2008) Mar Rubro. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

MELO, Dias de (2008) Pedras Negras. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

MELO, João de (1980) "MAR RUBRO, a ideologia, o trabalho e a forma na novelística de Dias de Melo" in MELO, Dias de (2008) Mar Rubro. 3 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

MELO, João de (1978) Antologia Panorâmica do Conto Açoriano

SÁ, Daniel de (2008) "Quando o mar vem pela proa" in MELO, Dias de (2008) Mar Rubro. 4 ed. Ponta Delgada: Ver Açor.

SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza Homem de (1997/1998) A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. I e II. São Paulo: Editora 34.

TEMAS ITEM 12

1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO: seis autores meramente sugeridos (*entre outros*):
1.1. Carolina Michaëllis
1.2. Leite de Vasconcellos
1.3. Euclides da Cunha
1.4. Agostinho da Silva

1.5. Rosalía de Castro
1.6.Gulamo Khan (Moçambique 1952-1986
2. LUSOFONIAS:
2.1. Debate sobre questões e raízes da Lusofonia.
2.2. A vigência do 2º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990
2.3. Promoção da Língua Portuguesa como 2ª língua ou língua estrangeira (apelo à participação de filólogos de reconhecido mérito do Brasil, Portugal, Galiza, etc.)
2.4. Ponto da Situação da Língua Portuguesa no Mundo.
2.5. Léxicos da Lusofonia.
2.6. Lusofonias e Insularidades
2.7. Criação de uma base de dados sobre Estudos de Crioulos da Língua Portuguesa
3. TRADUÇÃO:
3.1. Tradução de autores portugueses
3.2. Tradutores de Português e Tradutores para Português
3.3 Tradução e novas tecnologias
4. propostas de dinamização dos PROJETOS dos Colóquios da Lusofonia
4.1. DICIOPÉDIA E DICIONÁRIO DE AÇORIANISMOS
4.2. CRIOULOS DE ORIGEM PORTUGUESA, CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS
4.3. MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA NA VILA DA LAGOA (AÇORES)
4.4. ESTUDOS AÇORIANOS NA UNISUL (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA)
4.5 ESTUDOS TRANSMONTANOS
4.6 outros projetos

INDICE COLABORADORES REVISTA 0 2009 ITEM 12

40.	**Adriana Cristiniani**	U. São Paulo, UNIBAN Brasil	O tema lexical Chuva de Granizo e suas variações: a norma registada no Atlas semântico lexical da região do grande ABC, SP Brasil
41.	**Adriano Moreira**	Academia de Ciências, Lisboa Portugal	Pontos críticos da CPLP
42.	**Alexandre Banhos**	Administração da Galiza, Galiza	Os moradores da Galiza sob domínio espanhol têm qualquer direito a denominar a língua portuguesa sob outro nome
43.	**Álvaro Caretta**	U. São Paulo Brasil	A língua portuguesa cantada: uma proposta de estudo
44.	**Anabela de Brito Mimoso**	U. Lusófona Humanidades & Tecnologia Porto Portugal	A atualidade das anotações de D. Carolina MICHAËLIS ao acordo ortográfico de 1911
45.	**Andreia Rosmaninho**	U. Porto, U. Mackenzie São Paulo Brasil	Olhares lusófonos de escritores viajantes: considerações sobre a produção **jornalístico literária** de Eça de Queirós e Euclides da Cunha.
46.	**Ângelo Cristóvão**	Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza	Os discursos sobre a língua na Galiza: entre o modelo nacional e o patois
47.	**António Gil Hernández**	Academia Galega da Língua Portuguesa Galiza	Língua oficial e dialetal: apontamentos para uma teoria linguística do galego ou Português Galego na sequência do professor Carvalho Calero
48.	**Artur Alonso**	Academia Galega da Língua Portuguesa Galiza	De Rosália (de Castro) a Concha (Rousia)
49.	**Chrys Chrystello**	Açores	Açorianidade literária
50.	**Cristóvão Aguiar**	Escritor Açoriano. Coimbra Açores	Paulo Quintela e Miguel Torga
51.	**Dina Ferreira**	U. Mackenzie São Paulo Brasil	Lusofonia insular e continental: Açores e Brasil (Cristóvão de Aguiar e Moacir Scliar)
52. e **53.**	**Elis Cardoso** e **Alessandra Ignez**	U. São Paulo, Brasil	A expressividade dos neologismos na literatura brasileira
54.	**Gabriela Castro**	U. dos Açores, Açores	Pelos caminhos da filosofia em busca da açorianidade
55.	**Genésio Seixas Souza**	U. da Bahia Brasil	Aspetos lexicais no manuscrito *notícia do Brasil* de Gabriel soares de Sousa
56.	**Helena Anacleto-Matias**	Instº Sup Contabilidade e Administração Porto, Portugal	Richard Zimler e a auto identificação: o papel do tradutor na construção da consciência do ser
57.	**Helena LIMA Afonso**	Fac. Letras U. Lisboa Portugal	A problemática do ensino de português em S. Tomé e Príncipe
58.	**Iliyana Chalakova**	U. De Sófia Bulgária	Vivências do corpo na poesia de Judith Teixeira
59.	**Irenilde Santos**	U. De S. Paulo Brasil	O léxico paulistano no contexto da lusofonia: aspetos discursivos
60.	**Isabel Rei**	Academia Galega da Língua Portuguesa Galiza	Guitarra e poesia: Rosalía Castro e Avelina Valladares, escritoras e músicas da Lusofonia
61.	**Jorge Almeida e Pinho**	Instº Sup. Administração e Gestão FCT(CETAPS) PORTO PORTUGAL	A tradução e os leitores
62.	**José Gil**	Escola Sup. Educação, politécnico Setúbal, Escola Superior Educação, politécnico Bragança Portugal	Augusto Boal grande personalidade da Lusofonia, o terceiro teatro
63.	**Larysa Shotropa**	U. Nova de Lisboa, Ucrânia	O estado do Português na Rússia
64.	**Lino Moreira da Silva**	U. do Minho Braga Portugal	A Cooperação Entre Povos, Tomando Como Pretexto A Língua Comum: O Caso Do Acordo Ortográfico Da Língua Portuguesa

65.	Mª de Lurdes Escaleira	Instº Politécnico de Macau, China	Língua Portuguesa no Ensino Superior Politécnico de Macau.
66.	Mª Céu Caetano	FCHS U. Nova de Lisboa Portugal	As gramáticas históricas de Leite de Vasconcelos e de Carolina MICHAËLIS
67.	Mª Manuel Calvet Ricardo	U. Lusófona de Humanidades e Tecnologia Lisboa Portugal	O Acordo Ortográfico Da Língua Portuguesa. Breve Abordagem Do Ensaio De António Sérgio *Em Torno Do Problema Da "Língua Brasileira*
68. 69.	Mª Neves Gonçalves e Manuela Santos	U. Lusófona de Humanidades e Tecnologia Lisboa Portugal	A viagem da língua portuguesa – o entrecruzar de veredas
70.	Márcia Regina Encarnação	U. S. Paulo, Brasil, UNIESP Brasil	Um breve estudo do léxico conservador presente no falar ilhéu do distrito de Santo Antônio De Lisboa, Litoral De Santa Catarina - Brasil
71.	Óscar de Sousa	U. Lusófona de Humanidades e Tecnologia Lisboa Portugal	Língua Portuguesa e Ortografia. Como enfrenta o sujeito a tarefa de transcrever CORRETAMENTE a grafia da Língua Portuguesa
72.	Perpétua Santos Silva	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia ISCTE Lisboa Portugal	Modos de relação com a língua portuguesa numa Macau do sec. XXI
73.	Renato Epifânio	Movimento Internacional Lusófono, Lisboa Portugal	O Legado de Agostinho Da Silva: 15 Anos Após A Sua Morte.
74. 75.	Rosário Girão e Manuel J. Silva	U. Do Minho Braga Portugal	No rasto de J.C.: as rotas da memória Um verbo a conjugar: circum-navegar
76.	Solange Pinheiro	U. S. Paulo, Brasil	A península Ibérica no sertão do Brasil: criações por justaposição na obra de Ariano Suassuna
77.	Tayo Ajayi	U. Estadual de Lagos, Nigéria	Uma síntese dos hibridismos Iruba Portugueses na língua portuguesa do Brasil
78.	Tiago Anacleto-Matias	ISCAP Porto. Parlamento Europeu Bruxelas Bélgica	Localização web em português
79.	Zélia Borges	U. Mackenzie São Paulo Brasil	Os sertões de Euclides da Cunha

40. ADRIANA CRISTINA CRISTIANINI, UNIBAN / GPDG-USP

O ITEM LEXICAL "CHUVA DE GRANIZO" E SUAS VARIAÇÕES: A NORMA REGISTRADA NO ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC, SP, BRASIL

Considerando que a ideia de norma está definitivamente caracterizada pela presença da alta frequência e pela distribuição regular das variações em uma comunidade linguística, podemos especificar, por meio das respostas obtidas de entrevistas aplicadas a sujeitos de certo grupo numa dada localização, a norma característica do local.

Não podemos, evidentemente, deixar de passar pela reflexão de que os sentidos se dão na interação entre os falantes, que estão situados num determinado tempo, num dado espaço, e pertencem a um grupo. Além disso, os falantes carregam crenças, costumes, valores culturais, sociais. Aliás, carregam a ideologia da comunidade na qual estão inseridos.

Segundo Orlandi (2002), ao significar, o sujeito também se significa e é devido a isso que podemos dizer que o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente. E é no léxico de uma língua que primeiramente encontramos o repositório do saber linguístico de uma comunidade, a configuração da realidade extralinguística e a representação da imagem vista pelo sujeito do mundo que o abriga.

Os estudos do léxico, portanto, buscam, entre outros fins, estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, poder instrumentalizar um maior e melhor conhecimento da língua falada, além de propiciar o reconhecimento das diferenças culturais que compõem as realidades de um mesmo país.

O presente trabalho tem como objetivo fazer a análise do item lexical 'chuva de granizo' e de suas variações, mais especificamente na região do Grande ABC paulista.

Não deixaremos, contudo, de observar as realizações linguísticas correspondentes ao mesmo conceito em outras regiões do país. Buscaremos, também, estabelecer um vínculo entre a norma lexical das localidades e suas características culturais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao nomear a qualquer coisa, ser e objeto, o homem reconhece o item nomeado como real, visto que não nomear, ou não ter nome, nada mais é que a não-existência. O processo de nomeação, portanto, está diretamente vinculado à maneira como o ser humano vê o mundo, a realidade que o cerca. Esse processo de nomeação é responsável pela constituição e ampliação do léxico das línguas naturais. Segundo Biderman (2001, p. 13), "*A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras*".

Dessa maneira, o homem, no decorrer de sua vida, por participar de um processo permanente de cognição, apropria-se de um repertório linguístico que nos permite identificá-lo sócio, cultural e historicamente. É no léxico de uma língua que primeiramente encontramos o repositório do saber linguístico de uma comunidade, a configuração da realidade extralinguística e a representação da imagem vista pelo sujeito do mundo que o abriga. Na medida em que o léxico se constitui, podemos observar como uma determinada comunidade vê o mundo que a rodeia, pois, por meio da língua, se deixam transparecer as ideologias, crenças, valores, costumes, práticas, hábitos e consequentemente, as transformações sócio-econômica-político-cultural por que a comunidade passou em sua história.

Para Biderman (1992, p. 399):

> *O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.*

Portanto, a análise de aspetos semântico-lexicais da fala de um grupo humano, especialmente num recorte regional, proporciona a recolha de formas linguísticas que denotam as influências socioculturais sofridas por esse grupo.

Assim, podemos falar da força criadora da linguagem que, por vezes, atravessa fronteiras políticas e naturais, infiltrando-se, de forma sutil, em culturas e sociedades diversas. Além disso, não podemos deixar de passar pela reflexão de que os sentidos se dão na interação entre os falantes, que estão situados num determinado tempo, num dado espaço, e pertencem a um grupo. Segundo Orlandi (2002), ao significar, o sujeito também se significa e é devido a isso que podemos dizer que o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente.

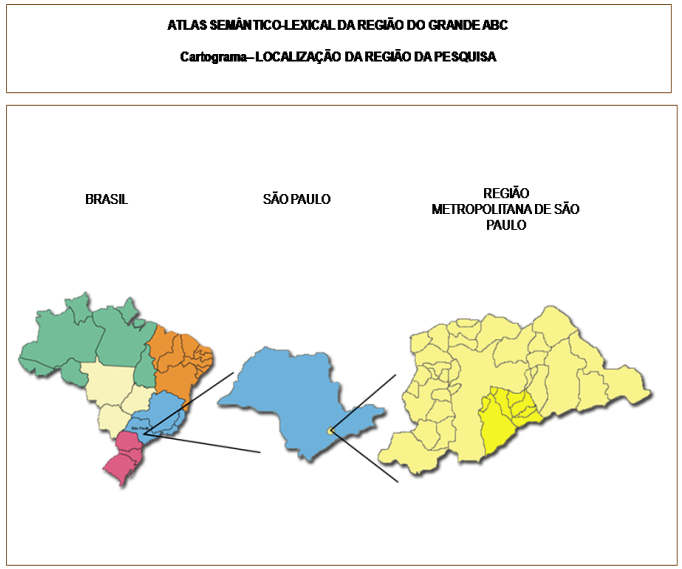
O presente trabalho tem como objetivo fazer a análise do item lexical 'chuva de granizo' e de suas variações, mais especificamente na região do Grande ABC paulista. Não deixaremos, contudo, de observar as realizações linguísticas correspondentes ao mesmo conceito em outras regiões.

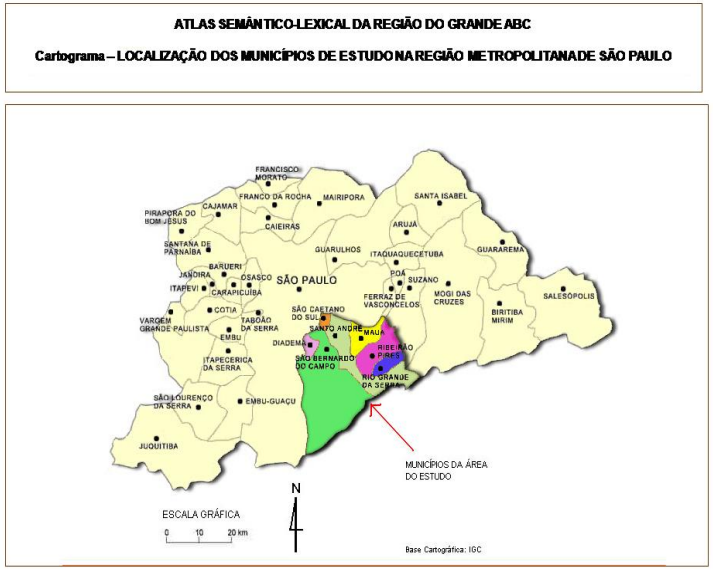
Também consultaremos parte dos dados obtidos por meio de dois importantes projetos, em andamento, no estado de São Paulo: *Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG/USP); *Projeto de tese de doutorado Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO).

Buscaremos, também, estabelecer um vínculo entre a norma lexical das localidades e suas características culturais. Para que se possam compreender as manifestações linguístico-culturais na região do Grande ABC, faz-se necessária uma breve explanação sobre a localidade, que iniciamos a seguir.

2. A REGIÃO DO GRANDE ABC

Hoje composta por sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra –, o Grande ABC localiza-se na região sudeste do Brasil, no estado de São Paulo, pertencendo à Região Metropolitana de São Paulo, como pode ser observado nos seguintes cartogramas:





A região do Grande ABC paulista representa uma importância considerável no contexto sócio-político-econômico-cultural do Brasil. Tanto econômica quanto populacionalmente, a região fornece-nos dados que mostram a irrefutabilidade do desenvolvimento de estudos sobre a região e sobre as características de sua população. A história do surgimento e do desenvolvimento dos municípios do Grande ABC mostra-nos que a migração e a imigração podem ter dado origem a certa variação e mudança linguísticas na fala dos habitantes da região. Desde sua origem, percebemos que alguns itens nos direcionam a uma reflexão sobre quais fatores teriam influenciado na concretização da norma linguística que se apresenta na atualidade.

Duas são as histórias que se poderiam relatar sobre a origem da região a qual hoje chamamos Grande ABC.

Pouco tempo após o descobrimento do Brasil, com a chegada de Martim Afonso de Souza, inicia-se o processo que daria origem à formação dos municípios do Grande ABC. Nessa ocasião, Martim Afonso de Souza conheceu João Ramalho, residente em um povoado que se formava no planalto acima da Serra do Mar. Como João Ramalho tivesse contato com os índios, auxiliou Martim Afonso na tarefa da colonização, tendo solicitado, então, a este último, a inauguração da Vila de Santo André da Borda do Campo, que se deu em 1553, com a autorização do então Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Poucos anos depois, entretanto, houve a extinção da Vila de Santo André, a qual passou a fazer parte da Vila de São Paulo, que nascia na época.

As terras, então, foram doadas e a região passou por um período de estagnação, pois se desenvolveu restritamente uma cultura de subsistência e o local foi utilizado somente como pastagem para os animais dos tropeiros que vinham do litoral rumo a São Paulo e ao interior. Na década de 1630, as terras foram doadas novamente, mas dessa vez aos Beneditinos e, na região, se formaram as fazendas de São Bernardo e São Caetano. Essas fazendas, futuramente, foram compradas pelo Estado com vistas à criação de colônias de imigrantes. Temos, portanto, tanto a presença de tropeiros, como a presença de migrantes e imigrantes contribuindo para a formação sociocultural da região.

A grande retomada, contudo, da região, que propiciou um rápido desenvolvimento, deu-se a partir da construção, iniciada em 1860, da Estrada de Ferro São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí. Sem dúvida alguma, esse foi um dos, senão o fato mais importante para o desenvolvimento do local, pois mudou consideravelmente o perfil da região. Foi com a construção da ferrovia que se iniciou a formação de núcleos urbanos, os quais resultaram na

formação de povoados. Com o passar dos anos, foram se tornando independentes e formaram a maioria dos municípios que hoje compõem a região. Uma visão superficial já é suficiente para percebermos que a realidade das comunidades linguísticas da região passou por grandes transformações e, indubitavelmente, uma transfiguração também se fez presente nas relações entre as pessoas. O que num passado não muito distante era o retrato de um isolamento considerável, hoje se apresenta como uma nítida quebra de fronteiras, de limites.

Os meios de comunicação, sem dúvida alguma, também têm um papel significativo nas mudanças de hábitos linguísticos não só na região, mas em todo o país. Além disso, temos de considerar que, nas últimas décadas, tem ocorrido um grande deslocamento de habitantes de uma região para outra, provocando uma reconstituição demográfica e, consequentemente, uma mudança nos usos linguísticos da comunidade. Pela movimentação da população de cada área, podemos crer que tenhamos, atualmente, na região do Grande ABC, poucos usuários da língua consolidados à região que habitam, pois, além da grande mobilidade, eles também convivem com uma massa populacional bastante móvel. Ficam evidentes, também, as várias influências que podem ser percebidas na realidade linguística atual da região. Uma análise dos usos linguísticos proporcionou uma reflexão sobre a identidade da comunidade que vive nesse local. Contudo, precisamos considerar que a essência da informação de um atlas reside no dado de natureza espacial e, por isso, nossa pesquisa priorizou o enfoque diatópico.

3. PESQUISA SOCIOGEOLINGUÍSTICO

A Dialetologia e a Sociolinguística têm buscado, com empenho, descrever e analisar as normas e as variações linguísticas em grupos específicos. Partindo de preceitos da Dialetologia e da Sociolinguística, surge o termo Sociogeolinguística – empregado pelo Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP –, para designar os estudos geolinguísticos que consideram fatores tanto geográficos quanto sociais para coleta, registro e análise de dados linguísticos. Trata-se de uma área interdisciplinar, visto que não é possível dissociar as variáveis geográficas, sociais e discursivas das características linguísticas de uma dada comunidade.

Segundo Santos (2006), nesse tipo de estudo, "*busca-se examinar o leque de designações que os falantes/ouvintes atribuem ao mundo/espaço referencial ou imaginário. Para investigar quais são essas designações, utiliza-se o questionário semântico-lexical [...], que se constitui em um conjunto de questões de cunho descritivo que visam a indagar a designação atribuída pelo entrevistado, sujeito da pesquisa, a um determinado objeto do mundo/espaço referencial ou imaginário*".

As respostas coletadas com as entrevistas geralmente são objetivas. Ocasionalmente, há um acréscimo de alguns comentários por parte do sujeito, para completar ou explicar a resposta, ou ainda, para contemplar novas indagações do entrevistador na busca de outras formas de falar. Considerando que a finalidade desses atlas é descrever a variação diatópica, a frequência e a distribuição dos diferentes itens lexicais num determinado espaço físico, os pesquisadores costumam enfocar as designações. Contudo, a reprodução dos diálogos e a contextualização que, quando disponibilizadas, aparecem em forma de notas às cartas, têm merecido estudos posteriores por parte de pesquisadores.

Além do referencial teórico-metodológico da Sociogeolinguística, apoiamo-nos nas teorias da Lexicologia, a partir de obras de Pottier e Barbosa; utilizamos a abordagem de Norma efetuada por Coseriu; e a de Estatística Lexical, proposta por Muller, sobretudo as referentes à frequência.

3.1.1. MÉTODO E PROCEDIMENTOS

Por termos como objetivo o cotejamento de resultados, utilizamos os *corpora* compostos pelas entrevistas dos seguintes estudos: *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007); *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais* (IMAGUIRE**,** 2004). Além desse material, utilizaremos os dados de dois projetos em andamento*: Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG/USP); *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO).

Esses estudos, para registro das variações diatópicas, seguem/seguiram os preceitos da Sociogeolinguística, que consiste na aplicação de questionário semântico-lexical a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos, cujos resultados são apresentados em tabelas, gráficos, quadros e cartogramas. Os atlases linguísticos constituem-se da compilação dos respetivos cartogramas. Os itens lexicais que discutimos no

presente trabalho são respostas à questão 15, pertencente à área semântica "Fenômenos atmosféricos", de forma que, perguntamos aos sujeitos: "*Durante uma chuva, podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?*"

Para o *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), foram entrevistados 36 sujeitos, numa rede composta por nove pontos distribuídos pela região. A determinação do perfil dos sujeitos buscou atender principalmente à questão geográfica, por isso, procuraram-se preferencialmente sujeitos nascidos no local ou residente na região por, ao menos, dois terços da vida. Outras variáveis, sociais, também foram consideradas para a pesquisa, tais como, gênero, faixa etária e escolaridade. Foram, para isso, entrevistados, por ponto, um homem e uma mulher na faixa etária mais jovem (1), de 18 a 30 anos, e um homem e uma mulher na faixa etária de 50 a 65 anos, mais alta (2). Quanto à escolaridade, os sujeitos possuíam um nível de escolaridade, no máximo, até a oitava série do Ensino Fundamental.

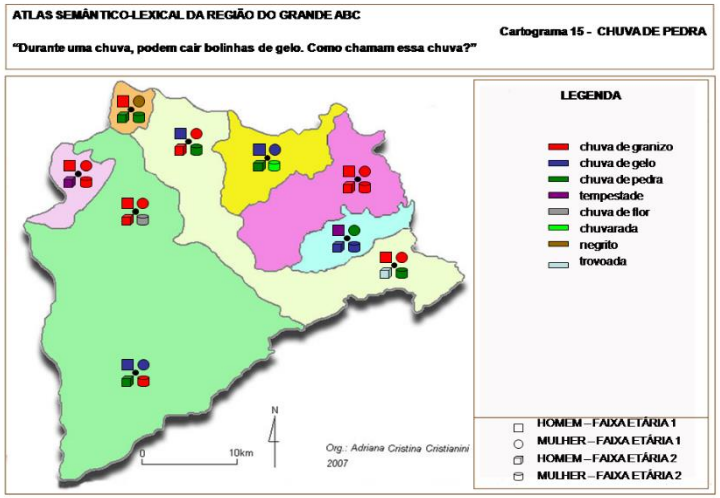
Dada a grande mobilidade existente não só com a migração para a região, mas também com a mobilidade de local de habitação dentro da própria região, a dificuldade de localização dos sujeitos com o perfil determinado foi grande. Mesmo assim, insistiu-se em entrevistar sujeitos da primeira faixa etária nascidos na região, ou lá residentes desde a primeira infância, e somente entrevistaram-se sujeitos residentes no local há anos correspondentes, no mínimo, a dois terços da vida, quando necessário, junto àqueles da segunda faixa etária. Os outros estudos aqui mencionados seguem/seguiram os mesmos procedimentos. Somente a variável faixa etária diferencia-se parcialmente em cada trabalho.

Além das respostas dos 36 sujeitos apresentadas no *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), o *corpora* do presente trabalho é composto também dos dados referentes ao item lexical analisado coletados em entrevistas a: 90 sujeitos do *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais* (IMAGUIRE, 2004), 10 sujeitos do *Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG/USP); e 16 do *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO).

3.1.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na região do Grande ABC para a questão "Durante uma chuva, podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?" O item lexical com maior ocorrência foi "chuva de granizo" (44,44%), seguida de "chuva de gelo" (19,44%) e "chuva de pedra" (19,44%).

Outras ocorrências foram "tempestade" (5,52%), "chuva de flor" (2,78%), "chuvarada" (2,78%), "negrito" (2,78%) e "trovoada" (2,78%). Como podemos verificar no "Cartograma 15 – CHUVA DE PEDRA" do *Atlas Semântico-Lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), a distribuição também se mostra regular, apesar de não constatarmos "chuva de granizo" nos municípios de Mauá e Rio Grande da Serra.



Os três itens lexicais de maior ocorrência - "chuva de granizo", "chuva de gelo" e "chuva de pedra" - aparecem distribuídos por toda a região, tendo, além disso, uma peculiaridade. Em geral, uma delas apenas tem a frequência mais elevada num ponto, havendo, portanto, uma alternância. Assim, nos pontos MA e RGS, onde não aparece "chuva de granizo", têm alta frequência as lexias "chuva de gelo" e "chuva de pedra". Podemos observar na *Tabela 1 – "chuva de granizo", "chuva de gelo" e "chuva de pedra" x pontos* as ocorrências dessas lexias nos pontos da região.

TABELA 1 – "CHUVA DE GRANIZO", "CHUVA DE GELO" E "CHUVA DE PEDRA" X PONTOS

	"Chuva de granizo"		"Chuva de gelo"		"Chuva de pedra"	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
SA	2	50	1	25	1	25
SAP	2	50			1	25
SBC	3	75				
SBCR	1	25	2	50	1	25
SCS	1	25			2	50
DI	3	75				
MA			2	50	1	25
RP	4	100				
RGS			2	50	1	25
ABC	**16**	**44,44**	**7**	**19,44**	**7**	**19,44**

Nas respostas coletadas em *municípios do litoral sul paulista*, encontramos "chuva de granizo/granizo" (64,44%), "chuva de pedra/choveu pedra" (20%), "chuva de gelo" (8,89%), "pedra de gelo" (3,33%), "gelo" (1,11%), "bolinha de gelo" (1,11%), "chuva de granada" (1,11%), "chuva de verão" (1,11%), "chuvisco" (1,11%), e uma abstenção (1,11%). No município e São Paulo, todas as entrevistas utilizadas pelo presente estudo apresentam como resposta "chuva de granizo" (100%) para a designação em questão. Nas entrevistas do *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo*, encontramos "chuva de pedra" (56,25%), "chuva de gelo" (25%), "chuva de granizo" (12,5%), e uma abstenção (6,25%).

Percebemos pelos dados que, enquanto na região do Grande ABC, no litoral sul paulista e no município de São Paulo, há alta frequência de "chuva de granizo" em detrimento dos demais, no litoral norte predominam nitidamente as ocorrências de "chuva de pedra". Esses são os dois itens lexicais aos quais nos reportaremos na sequência. Considerando que o item lexical de maior frequência entre as respostas obtidas na pesquisa foi "chuva de granizo", é por este item que iniciaremos a reflexão sobre os significados inerentes e aferentes nele presentes.

Segundo Houaiss (2001), o verbete granizo tem as seguintes acepções: precipitação atmosférica constituída de pedregulhos de gelo, formados nas nuvens, devido à queda brusca de temperatura; saraiva; granizada, saraivada; grão miúdo; granito, grânulo. A etimologia de "granizo" vem do espanhol, *granizo* (1335), que, por sua vez, tem origem na ideia de grão, do latim *granum,i* 'grão, baga, semente'. Encontramos para Grão, em Houaiss (2001), entre outras, as designações: o fruto ou a semente das gramíneas (como a cevada, o trigo, o milho etc.), e a semente de certas leguminosas (como o feijão, o tremoço, a ervilha etc.); semente de certos vegetais; qualquer corpo diminuto; partícula. Como diminutivo irregular de grão, temos granito, granizo. Diante do exposto, podemos observar a associação existente entre "grão", "granizo" e "chuva de granizo".

Há muito, crenças e mitos são associados à chuva. Universalmente a chuva é considerada símbolo de influências celestiais recebidas pela terra. A chuva carrega a ideia de fertilidade, visto que é ela o agende fecundador do solo. Daí o fato de haver muitos ritos agrários com vistas a chamar a chuva. O folclore brasileiro apresenta, por exemplo, algumas versões associadas à Santa Luzia, pois seu dia, 13 de dezembro, é também um dia de expectativa para os que dependem de chuvas e colheitas. Temos, inclusive, dicionarizado o verbete "chuva-de-santa-luzia". Há uma crença generalizada de que, se chover nas horas ascendentes, estará assegurado um inverno chuvoso e uma safra vantajosa. Cascudo (1972) registra uma experiência folclórica referente à chuva e ao plantio de arroz, observando-se as datas de chuva: se chover no dia 13 de dezembro, choverá em janeiro; 14 de dezembro, em fevereiro; 15, em março; 16 em abril e assim por diante.

Anteriormente, Euclides da Cunha (*apud* CASCUDO, 1972) descrevia como a gente simples faz a experiência com as pedrinhas de sal: "*No dia 12, ao anoitecer, expõe-se ao relento, alinhadas, seis pedrinhas de sal, que representam em ordem sucessiva, da esquerda para a direita, os seis meses vindouros de janeiro a junho. Ao alvorecer de treze de dezembro se observa: se estão intactas, pressagiam a seca; se a primeira apenas se dilui, transmutada em aljôfar líquido, é certa a chuva em janeiro; se a Segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável o inverno benfazejo*."

Essa fertilidade se estende, pois, a chuva não banha somente os campos, mas também os animais e os humanos. Aquilo que desce do céu é também a fertilidade do espírito. Além disso, temos a relação de "chuva" com as representações de "água" da qual a chuva é formada e "grão", cujos diminutivos podem ser "granizo" ou "granito". Temos a água da chuva para semear o pequeno grão da vida. A água, tal qual a chuva, possui uma carga simbólica e divina. Entre as significações simbólicas, as mais constantes estão vinculadas às ideias de fonte da vida, meio de purificação e regeneração. A água é a origem e o veículo de toda vida. Na tradição judaica e cristã, a água representa, em primeiro lugar, a origem, a criação: ela é a mãe e matriz, o

útero. A água é fonte de todas as coisas, manifesta, por consequência, tudo aquilo que transcende.

Diversas são as citações bíblicas em que a água torna-se símbolo de vida espiritual, a alma é orientada pelas águas. Além disso, em muitas passagens históricas da cultura universal, a água é empregada como instrumento de purificação. Também o grão, vinculado à ideia de semente, tem em si a ideia de fertilidade, visto que é do grão lançado à terra que nasce a planta e todo o ciclo da vida. Quando à "chuva de pedra", encontramos também as simbologias relacionadas à fertilidade, à origem, à regeneração, à vida. Segundo Chevalier e Gheerbrant (1996, pp. 696-699):

> *Um dos sentidos para o signo pedra aborda que, tradicionalmente, a pedra ocupa um lugar de distinção. Existe entre a alma e a pedra uma relação estreita. [...] A pedra e o homem apresentam um movimento duplo de subida e de descida. O homem nasce de Deus e retorna a Deus. A pedra bruta desce do céu; transmutada, ela se ergue em sua direção [...]*
>
> *As pedras da chuva personificam o espírito petrificado dos ancestrais; são antes símbolos do habitat dos ancestrais ou de sua permanência em um lugar por sua força. A pedra fixa, por assim dizer, a alma dos ancestrais, retém-na, para fertilizar o solo e atrair a chuva.*
>
> *As pedras da chuva [...] também são consideradas emblemas de fertilidade. Fazem oferendas a elas em caso de seca ou na primavera, para garantir uma boa colheita*.

Todavia, a chuva, a água, o grão, a pedra, como, aliás, todos os símbolos, podem ser encarados em dois planos, rigorosamente opostos. Essa ambivalência faz com que chuva seja fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora. Da mesma forma que a água comporta um poder maléfico, como as *Grandes Águas*, o *Dilúvio,* anunciando uma provação a pedra carrega em si maldições encarnadas, pois se atira uma pedra em alguém quando se quer ferir, prejudicar. A chuva, ao mesmo tempo, portanto, traz esperança e medo, prosperidade e miséria. É esse caráter ambivalente que permite encontrarmos respostas que conotam traços positivos, mas que, graças a comentários dos sujeitos, percebemos que, na verdade, temos esse uso para evitar outro. Para exemplificação, podemos citar o sujeito do *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007) que respondeu "chuva de flor", informando que não podia falar "chuva de pedra", desde a infância, porque não traz sorte. E completou: " *[...] quem manda a chuva é Deus e Ele jamais atiraria pedras nas cabeças de seus filhos".*

3.1.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, muito ainda haveria a ser falado, tal a amplitude das reflexões possíveis diante de um cabedal tão rico que os estudos sociogeolinguísticos nos proporcionam. Os trabalhos sociogeolinguisticos, mais que apresentar um rol de designações por meio dos atlas, retratam a cultura, as crenças, as memórias e o modo de ver o mundo dos integrantes de uma comunidade linguística em dado espaço geográfico, numa determinada época. Apesar de se tratar de estudos de determinada etapa sincrônica, essas pesquisas revelam aspetos que reportam à atualização do léxico num processo de mudança linguística e à compreensão das subjacências presentes a cada designação.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. (2001). As ciências do léxico. **In**: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico*: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2ª ed. Campo Grande: UFMS.

BIDERMAN, M. T. C. (1992) *Dicionário Contemporâneo de Português*. PETRÓPOLIS: VOZES.

CASCUDO, L. da C. (1972) *Dicionário do folclore brasileiro*. 3ª ed. rev. e aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro.

CHEVALIER, J. & CHEERBRANT, A. (1969) *Dicionário de Símbolos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

CRISTIANINI, A. C. (2007) *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC*. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENCARNAÇÃO, M. R. T. da. (2005) *Estudo geolinguístico de aspetos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela.* 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOUAISS, A. (2001) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva. 1 CD-ROM.

IMAGUIRE, L. M. C. (2004) *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais.* 2004. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORLANDI, E. P. (2002) *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* Campinas, Pontes.

SANTOS, I.P. (2006) Memória e geolinguística; o questionário semântico-lexical. In: *X Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2006, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF, v. X.

41. ADRIANO MOREIRA, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA

PONTOS CRÍTICOS DA CPLP, ADRIANO MOREIRA, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

O mais oportuno é tentar enunciar os pontos críticos e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis. Os valores que orientaram a criação da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa] estão assumidos pelas soberanias envolvidas, as declarações de confiança no futuro da organização são frequentes, mas a evolução da ordem internacional, hoje de contornos imprevistos, também suscita dúvidas e hesitações sobre a mais viável definição de um conceito estratégico e ainda sobre a capacidade de reunir os recursos exigíveis para acompanhar com êxito a referida acidentada evolução.

Talvez, nesta adiantada hora da vida da CPLP, a contribuição mais oportuna seja a de tentar enunciar os pontos críticos da conjuntura e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis. Não será posta em dúvida a natureza de instituição baseada na igualdade dos Estados participantes, uma das exigências irrenunciáveis de um projeto viável de reorganização da governança mundial. Mas esta igual dignidade não é incompatível com lideranças destacadas, porque estas se apoiam em autoridade reconhecida, e não em poder imposto.

Talvez os exemplos não sejam numerosos, mas seguramente a história da NATO, longa de cinquenta anos até à queda do Muro de Berlim em 1989, parece servir de paradigma. Temos por comprovada, e não posta em causa, a adesão de todos os Estados membros ao referido paradigma, condição irrenunciável de bom funcionamento interno, mas também exemplo para os regionalismos de vários sinais que se vão multiplicando pelas diferenciadas regiões do mundo globalizado.

Uma das circunstâncias da CPLP, que exige meditação e resposta ponderada, é a da múltipla pertença de cada um dos Estados membros a organizações internacionais especializadas por objetivos, ou, o que mais interessa neste caso, pelas regionalizações que se multiplicam.

Portugal serve imediatamente de exemplo, porque pertence à União Europeia e pertence à NATO, as duas pertenças mais significativas para a temática da CPLP. Justamente o Brasil tem o mesmo tipo de desafio, neste caso implicando inevitavelmente com a liderança pressentida. Este exemplo da múltipla dependência encontra-se evidente na necessidade que Moçambique teve de se ligar à comunidade britânica, olhando à sua natureza de país de serviços que o ligam às exigências dos territórios que se foram tornando independentes no corredor que os ingleses abriram do Cabo ao Cairo. Esta múltipla dependência dos Estados da CPLP é um desafio para elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as prospetivas.

A língua aparece como elemento estrutural na própria designação do grupo, e sem dúvida tem a natureza de elemento estruturante fundamental do património imaterial que todos comungam. Recentemente, a questão do Acordo Ortográfico provocou divisões nas elites mais responsáveis, uns aprovando a orientação que dirige para a unidade que o Acordo consagra, outros rejeitando.

Tem-nos parecido que o bom conceito é o de aceitar que a língua não é nossa, também é nossa, e que a questão ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos. O mais importante, parece-nos, é que a língua tem uma circunstância que afeta todos os povos que a adotam, a qual se traduz no facto de a língua não ser neutra: transporta valores, que inspiram o tecido cultural da população, e também o diálogo convergente das respetivas soberanias nos foros internacionais onde todos falam com todos, como é o caso da ONU.

Falta assumir suficientes responsabilidades governamentais pela coordenação e por recursos para dar consistência às obrigações nacionais assumidas, com evidência na área da preservação, implantação, difusão da língua estruturante do tecido cultural de cada comunidade, deixando tranquilas no seu trabalho as instâncias seculares que se ocupam da ciência da língua e das artes que usam a língua, instâncias que apenas lentamente serão reproduzidas nesses países recentemente chegados ao diálogo internacional em liberdade.

42. ALEXANDRE BANHOS, AGAL

SINOPSE - TEMA 2.4. PODEMOS OS GALEGOS RECLAMAR O NOME DE GALEGO PARA A LÍNGUA COMUM?

- A Galiza e o seu projeto ibérico
- O Quadro político do nascimento do reino de Afonso Henriques.

- Portugal e o seu projeto de futuro
- O Separatismo castelhano frente ao projeto ibérico galego
- A morte de Afonso VIII, corte castelhana tomada por galegos ou trunfo do projeto castelhano?
- A monarquia portuguesa e o projeto unificador da faixa ocidental ibérica
- 1479, fim do projeto unificador e Portugal e o seu constante projeto de futuro
- A língua portuguesa e a Galiza

1. GALIZA E O SEU PROJETO IBÉRICO

Nos feitos históricos há sempre um fator de oportunidade e outro em não pequena medida de azar. Mas nos fatos históricos há uma lei de ferro, -o que não se produzir no momento em que as circunstâncias são ou eram favoráveis ou propícias, nesse momento no que as ondas da história sobem a favor, já não há de se fazer. É dizer, que aquilo que não se faz no seu momento, muito difícil será alguma vez voltá-lo a fazer; ademais passado o momento mudam sempre as circunstâncias e estas som muito difíceis de reconstruir, e já nunca serão as mesmas.

A Galiza foi de sempre um poderoso elemento da história europeia, o principal ator político peninsular, foi o primeiro reino independente constituído dentro do império romano no ano 411, foi muito pronto um dos grandes impérios da cristandade, junto ao império Bizantino e ao sacro-império Romano-Germânico, foi quem guiou e liderou a luta da "reconquista" frente a Espanha.

Os galegos da velha Galiza Ártabra e Astúrica do norte do *Cordal*[269], os que nunca foram subjugados pelos muçulmanos, tinham-se pelos primeiros entre todos os peninsulares e não se abaixavam ante ninguém; a Galiza o território peninsular mais densamente povoado, inçado de linhagens nobres com os seus castelos e com capacidade para terem as suas forças de homens de lança (exércitos privados nobilares de entre 100 e 1000 lanças) que se tinham a sim próprios como iguais ao rei, eram o ator mais poderoso no jogo peninsular. As numerosas forças galegas eram o fator mais temível da península ibérica e já desde muito cedo senhores muçulmanos acabaram pagando tributo e aceitando o seu domínio.

Os reis da Galiza não eram simples reis, muito cedo usufruíram o nome de imperadores e para quem é tão grande a própria Galiza originária resultava pequena, e assim todos os dias estavam a alargar os seus domínios para o leste e para o sul e com eles avançava o domínio da cruz frente ao da meia-lua. E nas cabeças dos reis da Galiza desde cedo estava o coroarem-se com a península ibérica toda como projeto *"nacional"* galego.

A capital histórica da Galiza sempre foi Braga (por algo segue a ser a cidade primaz de Portugal), e pelos séculos VII e VIII eram os de Braga os galegos por antonomásia[270]. Ao princípio do avanço muçulmano a cabeça da Galiza é trasladada desde Braga, a capital da Galiza desde que a Galiza existir como entidade política, para a cidade ártabra de Lugo, e os bispos de Lugo passam a ser cabeça da Galiza por delegação da *vero caput* Braga.

2. O QUADRO POLÍTICO NO QUE SE INSERE O NASCIMENTO DO REINO DE AFONSO HENRIQUES.

Desde muito cedo o separatismo castelão, é dizer do convento oriental da província romana da Gallaecia de Diocleciano, Clunia, é algo que informa a política do reino da Galiza. Os castelãos não aceitam muito pacificamente a dominação ocidental, a galega; e os castelãos com Sancho III rei de Navarra, chamado pelos historiadores castelhano-espanhóis Sancho I rei de Castela -o primeiro com esse nome[271], quem a médio de uma simples boda[272] com a herdeira do Condado de Castela separou o território, o qual fala-nos do fraco controlo que o arredismo castelão impusera ao controlo galaico.

Os castelãos com ele sentiram por primeira vez um seu desenvolvimento longe do controlo galaico. A geopolítica que os colocou no espaço central peninsular ajudou de seguida, não pouco, ao seu sucesso. À sua morte – de Sancho III - o seu filho Fernando herda o reino de Castela, porém o azar e a fortuna farão que venha a ter a posse tamém do reino da Galiza – do império - (Galiza-Leão). A inércia e superior domínio cultural galaico fazerem há não pouco, para trazer de novo o centro cultural para o ocidente.

269. Chamam na região espanhola de Astúrias *Cordal*, as serras que a separam da meseta central peninsular

270. Na Galiza ártabra há aldeias que levam o apelido de galegos, pelo simples feito de serem os seus construtores, os seus colonizadores bracarenses deslocados que levavam o seu nome de galegos a toda parte. Pois na alta idade medieval o nome de galegos ficou restrito a Braga e a sua contorna

271. Como rei de Castela foi o primeiro a usar o nome profético de *hispaniorum*

272. O matrimônio era o principal ato diplomático das monarquias

Fernando I segue a sua morte a doutrina do seu pai e reparte territórios e posses aos seus cinco filhos, três reinos aos filhos: Sancho mais velho Castela; Afonso Leão.[273] E Garcia, o mais novo, à Galiza do aquém dos Montes de Leão. Para as suas duas filhas: Urraca e Elvira foram respetivamente as cidades de Zamora e Toro. Garcia como rei dessa Galiza cujo nome já não abrangia todo o espaço cristão norte-ocidental peninsular, e sim estava limitada ao leste pelos Montes de Leão adota no seu reino várias medidas: a primeira **restaurar Braga** como centro do reino e levar a cabeça de Lugo a Braga como correspondia, já não existiam razões para Lugo agir por delegação de Braga.

Nessa Galiza de Garcia, Compostela a urbe que respondia ao projeto cristianizador de Carlomagno[274] suplanta a Iria Flavia como cabeça do maior bispado da Galiza, e é essa Compostela, a quem o *Apostolo* está a encher de Ouro e de ambições, quem, digamo-lo suavemente, não gosta de Garcia e a sua política bracarense. O reino da Galiza não era já um pequeno espaço no norte, pelo sul há já tempo que tem incluída a região conimbricenses, e tem já por zonas a sua extrema no rio Tejo. Cobra ademais tributo das poderosas taifas de Badalhouce e Sevilha.

Afonso quem herdara o reino de Leão, com o seu centro curial, pronto se sente imperador, e num golpe de mão com engano e colaboração de Sancho desfam-se de Garcia[275] encerra preso ao seu irmão Garcia e fai-se com a Galiza ocidental. O seu apoio a Compostela e o abandono da política bracarense do seu irmão, pronto lhe dá poderosos apoios na Galiza ártabra (e não é por casualidade que de Afonso VI o imperador, venham a repousar os seus restos em Compostela).

Sancho o mais velho dos irmãos reis é não menos ambicioso que o seu irmão tamém ambiciona todo o de Afonso com o que de seguida não tudo é entendimento, mas as guerras constantes que o seu reino tem que levar contra Navarra e Aragão por determinar as extremas, facilitou o trabalho de Afonso, porém o feito de estar sempre em guerra preparou-no para se enfrentar a qualquer conquista, e acabou fazendo-se com todos os territórios do irmão, mas com eles não durou nem um ano. Assaltando Zamora, a fortaleza da sua irmã Urraca muito fiel de Afonso, faleceu, e Afonso acabou recuperando o velho império todo do seu pai já bastante alargado.

3. OS BORGONHOIS

Afonso VI tem vários matrimônios (5), concubinatos e relações com várias mulheres, do que ao final só vão resultar filhas sobreviventes. Do matrimónio-concubinato com a viúva do rei de Córdoba (a muçulmana Zaida – ainda que a historiografia cristianizou-a como Isabel) terá um filho e duas filhas. O primeiro, Sancho a quem muito amava e era o seu olho e a quem queria de herdeiro, morre na batalha de Ucles (ano 1108) e isso dá-nos para conhecermos na crónica *De Rerum Hispaniae* do bispo de Toledo (cidade que Afonso conquistara), o pranto do rei pelo seu filho – o qual aparece inserido no texto latino na nossa língua galaico-portuguesa, o que nos vem a falar de qual era a língua do poder e da corte. Um dos matrimónios de Afonso VI, o segundo, foi com Constança de Borgonha[276] (do que sobreviveu a filha Urraca), o que levará a ter certas relações com Borgonha e que de acolá venham ao reino nobres borgonhois como Raimundo e Henrique.

O Rei Afonso casou a sua filha e herdeira Urraca, com Raimundo de Borgonha (ano 1090), a quem se lhe garante o reino da Galiza, e a Teresa, uma rapazinha ainda muito nova, a quem tivera dumas relações com Jimena Nunes, com Henrique (ano 1095), quem é submetido a Raimundo com a obriga da guarda do limes sul da Galiza.

Raimundo muito faz para gosto de Afonso, desde a fortificação da cidade de Castela conhecida por Ávila e nos textos antigos como A Vila, por ser território de fronteira, e alargando os territórios para o sul pola extrema do reino da Galiza (a Estremadura). Foi conquistando Santarém, assaltando as suas muralhas, que Raimundo de Borgonha faleceu.

273. No século IX começara a se perceber uma diferencia da Galiza oriental e ocidental, separadas polos montes de Leão que identificavam com o seu nome o limes da Galiza oriental, com anterioridade TAM galego se reclamava o abade de Liébana em Cantábria, como os monges de Saagum

274. O Mito do sártego de Sam Tiago em Compostela, no lugar onde repousavam os venerados restos de Prisciliano, -restos que peregrinaram com os seus discípulos de Tréveris a Compostela para darem-lhe terra -, foi criado provavelmente na Corte de Carlos Magno com a colaboração do primeiro rei da Galiza de nome Afonso, e foi um elemento ideológico muito importante para dar força ao reino galego que emergia frente ao poderio peninsular muçulmano

275. Há duas teorias sobre o fim de Garcia, o tradicional que o apresenta como prisioneiro em Burgos e depois Leão, e outro que diz que se refugiou na corte do rei da taifa de Sevilha

276 Este foi matrimónio oficial de Afonso VI, que durou até a morte da esposa em 1093

A Urraca viúva com o seu filho Afonso acha apoio protetor no poderoso bispo Gelmires de Compostela, e quando esta casa com Afonso o Batalhador rei de Aragão, pronto Gelmires - apoiando-se na vontade de Afonso VI faz rei da Galiza à criança (Afonso VII - Reimundes - no ano de 1111) filho de Raimundo e Urraca, pois nele tem Gelmires um instrumento das suas ambições políticas.

4. AFONSO HENRIQUES

Na Braga restaurada por Garcia não gostam da política imperial e desconsiderada da recém-chegada Compostela e começa a dar-se uma conjunção de interesses entre as classes dominantes e o bispo de Braga. Henrique de Borgonha como conde de Portucale o condado ao sul da velha Galiza tem a inteligência política de passar despercebido, e ir construindo ali um governo local tranquilo, no que age e a vez não discute a autoridade real.

O Bispo de Braga e desde muito cedo contrário a Compostela. A Compostela de Gelmires chegará a fazer uma expedição a Braga para roubar o espólio de santos ali depositado – Pio Latrocínio - e ganhar assim prestígio da *vero caput* para Compostela, frente a Braga, e ante o Papa[277].

Henrique de Borgonha com Teresa (designada na historiografia como de Leão) tem um filho Afonso Henriques. E aceita-se que desde o ano do seu nascimento, 1109 até o 1128 viveu em Guimarães. A mai estava muito ligada à nobreza do norte poderosa na corte de Leão e verdadeiros pares do rei.

Porém a igreja de Braga e a nobreza local, que defendem os seus interesses empurram ao puto (14-15 anos) contra a mai para terem assim um maior controlo local. Em 1120, sob a direção do arcebispo de Braga, o puto Afonso tomou uma posição política oposta à da mãe, quem apoiava o partido dos Travas (poderosa família galega mui ligada a Gelmires nessa altura).

O bispo, forçado a emigrar, levou consigo o infante que em 1122 se armou cavaleiro em Tuí[278]. Restabelecida a paz, voltaram ao condado. Entretanto, novos incidentes provocaram a invasão do Condado Portucalense por Afonso Reimundes (VII) da Galiza, Leão e Castela, quem em 1127 cercou Guimarães, onde se encontrava Afonso Henriques, sendo-lhe prometida a lealdade deste pelo seu aio Egas Moniz, Afonso VII desistiu de conquistar a cidade.

Mas alguns meses depois, em 1128, as tropas de Teresa e Fernão Peres de Trava defrontaram-se com as de Afonso Henriques na batalha de São Mamede,[279] tendo as tropas do nosso puto de 17 anos com a bênção do bispo de Braga saído vitoriosas – o que consagrou a sua autoridade no território portucalense, levando-o a assumir o governo do condado.

Consciente da importância das forças que ameaçavam o seu poder concentrou os seus esforços em negociações junto da Santa Sé, Afonso Henriques sempre bem guiado polo arcebispo de Braga Pedro (primaz da Galiza) com um duplo objetivo: alcançar a plena autonomia da Igreja portuguesa e obter o reconhecimento do Reino.

Em 1139, depois de uma estrondosa vitória na batalha de Ourique contra um forte contingente mouro, D. Afonso Henriques recebe a coroa e a consagração de Rei de Portugal do bispo de Braga João Peculiar.

5. AFONSO VIII DA GALIZA E LEÃO

Em 1230 morre em Sárria Afonso VIII com 82 anos e trás mais de sessenta anos de reinado na Galiza -na parte norte ou Ártabra desse território histórico - e Leão. Afonso estava velho e canso, vinha de passar os últimos 16 anos da sua vida em guerra com o seu filho Fernando, pois foi contra o parecer do pai proclamado rei de Castela, e para o seu pai esse feito equivalia a renúncia de quaisquer direitos sobre as coroas de Galiza e Leão

Afonso VIII casara com duas parentes de segundo grau, Teresa de Portugal. prima direta, com quem tem duas filhas Sancha e Dulce (e um filho Fernando que faleceria), matrimónio que a igreja rompe e obriga a novo casamento (por detrás está Compostela). Rutura a que muito se resistiu pois estava fundamente namorado da sua esposa e logo com Berenguela filha de Afonso VIII de Castela, tamém prima direta, com quem tem a Fernando, mas este matrimónio a igreja consente e apoia pois estava na linha do programa imperial peninsular da Galiza e Compostela. O seu testamento é claro, as

277. Na última década do século XX, houve por fim um acordo entre Compostela e Braga para restituir parte do roubado. O papa Calixto II polo ouro de Gelmires elevou Compostela a metropolitana do papa, e no 1101 fijo ao bispo de Compostela arcebispo igualando-o com Braga.

278. Alguns historiadores levam este feito a Zamora, mas parece que o "exílio" não foi para tão longe

279. Uma pequena batalha de nom muita gente -pensa-se que era de uns centos - mas sim muito importante para o futuro da nossa língua

herdeiras dos seus tronos são as filhas de Teresa: Sancha e Dulce (cada uma o seu); e como garantes, a sua mai, o Rei de Portugal e a Ordem de Santiago. Qualquer solução incluída a união com Portugal é válida, mas em nenhum caso a unificação com Castela.

Fernando reclama (e paga muito). A Igreja da Galiza e de Leão está muito dividida e na maioria e contrária a Fernando, mas a intervenção do bispo de Compostela[280] e os de Castela são decisivos para que o Papa declare ilegítimo o testamento do bom rei.

Compostela e certas camadas nobres galegas sentem que com Fernando III controlam o centro peninsular, que o seu projeto imperial vai avante. Portugal nunca aceita o ilegítimo acordo[281].

Com Fernando III, rei muito abençoado pola Igreja, que acabou por fazê-lo santo, o projeto central castelhano avança, a reconquista avança até o estreito de Gibraltar, em Sevilha e Toledo vai estar a corte sob a capa duma corte de nobres galegos, de língua galaico-portuguesa, com galegos que se enriquecem neste processo, de filhos dos nobres cortesãos que enviam os filhos a educarem-se com aios na Galiza, como o filho do rei e futuro rei Afonso X[282].

Afonso X[283] que brilhou nas nossas letras, porém foi quem impulsionou o primeiro estatuto dominante para a escrita da chancelaria em castelhano.

Sancho IV seu filho ainda vai continuar ligado a tradição cultural galaica. A chegada ao trono com 9 anos do seu filho Fernando apaga não pouco essa tradição, sob novos tutores e aios o predomínio e domínio galaico da corte esvai-se.

A nobreza galega e a igreja de Compostela serão firmes no apoio a este rei como ainda um dos seus e assim como ao seu filho Afonso XI e neto Pedro I.

Os interesses imperiais de Castela e a sua visão peninsular triunfam definitivamente sobre os galaicos com o assassinato de Pedro I pelo mercenário bretom Douglesclin, e com a chegada ao trono de uma dinastia limpidamente castelhana sob o nome galaico dos trastámaras[284].

As tropas galegas que se batem a prol de Pedro saem coa sua nobreza dirigente muito diminuída em influência.

É a dinastia castelã dos Trastámaras a que vai tentar se apoderar de Portugal, que renasceu logo triunfante em Aljubarrota frente a Juam I de Castela (trastámara).

6. QUE SE PASSARIA SE AFONSO HENRIQUES NÃO INICIASSE UM REINO.

A monarquia portuguesa frente ao modelo imperial do norte, sempre com aspirações peninsulares, centrou-se sobre sim própria e em consolidar pouco a pouco o seu território, que ficava de costas a península, mas aberto ao mar.

---

280. Ao longo do seu governo foram, inúmeros os enfrentamentos de Afonso VIII com Compostela.

281. Desde aquela os reis de Portugal, sostenhem a sua legitimidade em que a Galiza do norte é parte integral da sua soberania:

Em 1369 Fernando I unifica a faixa galaica atlântica, estabelece-se na Crunha três anos como rei

Em 1386 O Conde Avis tenta de novo a reunificaçom

Em 1411 João I acorda não reclamar à Galiza, frente as exigências de alguns conselheiros

Afonso V, é proclamado rei da Galiza apoiando a Juana em Castela. Mas em 1476, o 3 de março é a batalha de Toro (Rodrigo de Osório Conde de Lemos e outros senhores galegos, ainda que debilitados pola guerra civil irmandinha - que Castela sempre apoiou - estavam ao lado do rei de Portugal). Significa a perda da independência real da Galiza do norte, A renúncia de Portugal a essa reclamação de território que é legitimamente seu, e ao nascimento da política de matrimónios portuguesa com Isabel e os Áustria que levará a noite filipina. E o começo da guerra de destruição e dominação por Castela contra uma Galiza sem castelos que durará 13 anos.

Quando do levantamento de Portugal o 1 de dezembro de 1640, voltou a aparecer uma questão galega, como tem explicado o professor Ernesto Vazques Souza, mas houve entendimento em portugueses e castelhanos por razoes diversas de tirar essa problemática da luta libertadora de Portugal, e houve manobras militares e feitos que só som inteligíveis sob esta perspetiva

282. Em realidade o número deveria ser IX, mas como o Afonso VIII da Galiza coincide com um Afonso de Castela que a sua vez é proclamado VIII, a historiografia castelhana chamou ao Afonso VIII da Galiza - Leão IX, e ao filho de Fernando III Afonso X

283. A lírica e a literatura galaico-portuguesa triunfa na península mais alá do seu espaço originário e natural, nom por um prestígio intrínseco e extenso da nossa literatura e sim por ser o produto de consumo das elites cortesanas

284. Casa de Trastamara. o rio Támara virá a dar no nome de Tambre, e o condado de trás-Támara era em origem um título correspondente às terras ao norte do rio Tambre, um pouco ao norte de Compostela. Mas esse título fora entregue a uma família castelhana por Afonso XI, e nada tinha a ver a tal família com Galiza

Sancho I, Afonso II, Sancho II, esforçam-se nessa linha de conduta. Se o puto Afonso Henriques e a sua cabeça pensante, o bispo de Braga, nom fossem quem de achar um destino para o sul da Galiza alongado de projetos imperiais peninsulares, hoje teríamos a Galiza unificada desde a extremadura ao norte, mas a sua vida cultural e lingüística não seria sequer tão pobre como a da Galiza atual. Seria muito semelhante a que se vive no âmbito asturo-leonês-mirandês é dizer no velho galaico-oriental (galor em palavras de Coséríu). Essa visão que Portugal tinha de sim próprio é a que o levará a ser um centro dum império com as costas viradas a península.

7. O PORTUGUÊS DA GALIZA

O galego da Galiza até para o mais ferrenho isolacionismo foi muito vivificado polo português universal e da corte de Lisboa. O português da Galiza tirado o muito que sugou e continua a sugar do português, estaria limitado a uns dialetos rurais bastante fraturados e os seus utentes só teriam para beber e encher os ocos criativos do mesmo o castelhano, como é o que se passa nos restos que ficam do asturo-leonês.

O sucesso da nossa língua e cultura (ao norte e ao sul do Minho) deve-se ao projeto que encetou Afonso Henriques virado de costas ao projeto imperial e originário galaico.

Não temos direito a reclamarmos nada sobre o nome internacional da língua, já que se não fosse por Portugal nada seriamos nem nada teríamos ao norte e ao sul do Minho. Afonso Henriques, da Galiza do sul fiz um Portucale, um reino, e o galaico ou galego desse reino acabou por ter por nome o do próprio reino, o galeguíssimo nome de Portugal – português -.

O português da Galiza está na situação que está, por não sermos quem de assumirmos que as falas galegas só podem viver no português universal, e que falarmos de galego como contraposição ao português universal -o verdadeiro galego - e seguirmos pagando as portagens imperais de Castela-Espanha.

Assumirmos a língua como português da Galiza é o melhor jeito galego de chamarmos ao galego da Galiza para que poda ser ele mesmo e libertarmo-nos do ferrete esmagador castelhano, pois o futuro do galego-castelhano é só um só - espanhol -.

8. APONTAMENTO FINAL

Faz bem Portugal em estar sempre à espreita e com receio do que vem do norte do Minho, pois muito matute espanhol e espanholista se vende sob presunto galeguismo e muito projeto imperial espanhol ainda paira em cabeças galaicas no avanço cara a nada e cara nengures.

9. BIBLIOGRAFIA:

Menendez-Valdés Golpe, E. – *Separatismo y Unidad (una mitificación histórica*). SEMINARIO Y EDICIONES 1970.

Sérgio, António. – *Breve Interpretação da História de Portugal*. CLÁSSICOS SÁ DA COSTA 1981

Lopes Suevos, Ramom. –*Portugal no Quadro Peninsular*. AGAL 1987

Zebral Lopes, Manuel. –*Manuel galego Português de História* - Edição do autor 1996

De Oliveira marques, A.H. *História de Portuga (3 TOMOS) I.* PALAS EDITORES, Lisboa 1973

Lopes, Fernão. *Crónica d'el Rei João I de Boas memória*. LIVROS Europa-América 1981

Oliveira Martins. *História da Civilização Ibérica*, LIVROS Europa-América

Calvet de Magalhães, José. *Breve história diplomática de Portugal*, LIVROS Europa-América 1990

Hermano Saraiva, José. *História Concisa de Portugal*, LIVROS Europa-América 1984

González López, Emílio. *Grandeza e Decadência do Reino da Galiza*. ED. GALÁXIA 1978

González López, Emílio. *Siempre de negro*. ED. GALÁXIA 1970

Ribeiro, Orlando. La *Formation* de Portugal, Bruxelas 1939

López Carreira, Anselmo. *Os Reis da Galiza*. A NOSA TERRA 2005

López Teixeira, José António, *Arredor da conformación do Reino da Galiza (711-910).* Ed. TOXOSOUTOS 2003

Biggs, Gordon. *Diego Xelmirez*. XERAIS UNIVERSITÁRIA 1983

Barros, Carlos. *Mentalidad Justiciera de los Irmandinhos,* Siglo XV. SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES 1990

Barbosa Alvares, José Manuel. *Atlas Histórico da Galiza*. Edições Galiza 2008

- Merecem especial menção por terem sido os seus trabalhos muito influentes na perspetiva destas reflexões historicistas. Os múltiplos artigos e reflexões de **Ernesto Vasquez Souza**, e alguns trabalhos divulgativos do presidente da Associação **Fala Ceive** do Berzo, **Xavier Lago Mestre.**

43. ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TEMA 2.4. A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO

As categorias língua oral e língua escrita são, a princípio, utilizadas para classificar as diversas formas de manifestação da língua. Ainda que essas duas categorias estabeleçam parâmetros para se observar as diferentes características de enunciados veiculados oralmente, como um diálogo cotidiano; e enunciados veiculados pela escrita, como um artigo de jornal;

sabe-se que elas não dão conta da diversidade de formas de expressão da língua.

Como poderíamos classificar, por exemplo, uma entrevista em uma revista? ou ainda uma palestra lida em um congresso? Frente a esses aspetos, propôs-se relativizar essas categorias, a fim de se entender os enunciados segundo as suas características específicas. No entanto, essa relativização, que fez avançarem os estudos linguísticos, ainda não contempla uma importante categoria: a língua cantada.

Compreendendo a língua cantada como a expressão linguística acompanhada pelo elemento musical, particularmente a melodia, procuramos neste trabalho observar as manifestações da língua portuguesa realizadas por meio do canto. Seja nas canções populares, nas cantigas infantis, nos cantos de trabalho, ou nos jingles comerciais, a língua portuguesa adquire características peculiares que a diferenciam da língua escrita e da língua oral. Esse aspeto, associado à expansão da mídia fonográfica no decorrer do século XX, faz da língua portuguesa cantada um campo de estudos bastante rico, porém ainda pouco explorado.

A língua portuguesa, em suas expressões escrita, cantada e falada,
constitui um notável patrimônio cultural da humanidade;
um patrimônio que se transmite de um tempo para outro, de um espaço para outro,
como patrimônio vivo em movimento de expansão, em dança e mudança quotidiana;
um patrimônio que é construído por nós, mas que também nos constrói
que habita a nossa memória ancestral
e se enriquece com as novas contribuições de nosso tempo.
Gilberto Gil, Lisboa, 16 de abril de 2008.

1. LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

Quando se pensa em modalidades da língua, é comum que se pense na clássica oposição entre a língua falada, veiculada de forma oral, e a língua escrita, veiculada de forma impressa. Essa dicotomia, apesar de ultrapassada, devido à evolução dos estudos linguísticos, ainda sobrevive no ensino da língua portuguesa, opondo uma forma a outra e valorizando a escrita em detrimento da fala, ao propor esta como uma variante inferior e aquela como modelo do bem escrever e até do bem falar. Entretanto, compreende-se hoje que a relação entre a língua falada e a língua escrita deve ser relativizada conforme a situação de comunicação e que tanto uma quanto a outra comportam as suas variantes do mais informal ao mais culto. Esse pensamento exigiu novas formas de se pensar as características da fala e da escrita e as relações entre ambas.

Veem-se atualmente pesquisas sendo desenvolvidas[285] não mais fundamentadas na oposição entre a fala e a escrita, mas direcionadas para a interação entre ambas, a fim de se compreender as possibilidades e limitações dessas formas de expressão da língua portuguesa na comunicação social. Essas pesquisas procuram dar conta da evolução linguística na sociedade, observando os novos paradigmas estabelecidos pela evolução tecnológica, social e cultural que vem ocorrendo desde os primórdios do século XX. Dessa forma, o estudo das modalidades da língua portuguesa, além dos elementos gramaticais, passou a valorizar os aspetos pragmáticos e discursivos, como as condições de produção, a esfera da comunicação, o gênero discursivo, a mídia e o suporte material.

2. OS GÊNEROS DISCURSIVOS

Neste trabalho, fundamentamo-nos no estudo da língua tendo em vista os gêneros discursivos pelos quais ela se manifesta. Esse enfoque compreende que a língua é utilizada na comunicação sob a forma de enunciados realizados por integrantes de uma determinada esfera da comunicação discursiva que têm à sua disposição determinados gêneros discursivos. Bakhtin (2003: 282-3) salienta que:

> *A língua materna - sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega a nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas de enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas do enunciado, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas.*

O conceito de esferas discursivas é fundamental para o estudo do enunciado e dos gêneros, pois a comunicação nas diversas esferas da

[285] Entre várias pesquisas, destacamos os trabalhos de Projetos paralelos – NURC/ SP.

sociedade realiza-se por meio de enunciados concretos que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessa esferas. Nas palavras de Bakhtin (2003:266),

> *Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.*

Um dos pontos fundamentais da teoria sobre os gêneros apresentada por Bakhtin é o conceito de gêneros primários e secundários e os processos de interação entre ambos. Frente à diversidade dos gêneros discursivos, o teórico russo propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, deve-se observar as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos culturais artísticos e ideológicos elaborados. Como os gêneros secundários incorporam e re-elaboram diversos gêneros primários, para se estudar um gênero discursivo secundário, devem ser observadas as suas relações dialógicas com os gêneros primários que ele assimila.

As relações entre a língua falada e a língua escrita com os gêneros primários e secundários são bastante complexas, revelando a riqueza das manifestações linguísticas na sociedade. Os gêneros primários pertencem à esfera da comunicação cotidiana que se realiza fundamentalmente pela fala; no entanto, um bilhete, uma carta pessoal, um correio eletrónico, um "torpedo" etc. revelam outros elementos como a esfera de atividade, a finalidade, o suporte e o meio de comunicação que devem ser observados para se compreender a relação entre a oralidade e a escrita nesses gêneros. Com relação aos gêneros secundários, não se pode associá-los somente à língua escrita, pois a língua falada atua em todas as esferas, por exemplo uma palestra, uma aula e uma arguição de tese na esfera acadêmica. Além disso, devido ao dialogismo entre os gêneros primários e secundários, mesmo em gêneros fundamentalmente escritos como o romance, o conto, a crônica e a poesia, a língua falada está presente.

A investigação das relações entre a língua falada e a língua escrita sob o ponto de vista das esferas discursivas da comunicação social e de seus gêneros discursivos propiciaram um grande avanço nos estudos sobre a utilização da língua nas relações sociais. No entanto, frente à diversidade dos meios de comunicação e à tamanha complexidade dos processos comunicativos da sociedade atual, as categorias língua falada e língua escrita já demonstram não serem suficientes para dar conta da variedade de manifestações linguísticas.

3. A LÍNGUA CANTADA

Além de falada e escrita, a língua pode ainda ser cantada. No entanto, a manifestação da língua através do canto nunca foi observada com a devida atenção pelos linguistas. A reflexão que propomos agora a respeito da língua cantada pretende compreender primeiramente por que ela não mereceu essa atenção e depois por que ela mereceria. A relação entre a língua e a música é muito antiga, entretanto tomaremos como ponto de partida as canções trovadorescas, a fim de compreender como se estabeleceu a predominância da língua escrita. No período literário denominado trovadorismo, a arte poética era exercida pelos trovadores por meio das cantigas, o que promoveu uma valorização da língua cantada nas cortes. Com a invenção da imprensa, entre outros diversos fatores, a poesia desvinculou-se da música e passou a trilhar caminhos próprios.

A canção erudita continuou a ter prestígio nas cortes, já a canção folclórica de origem popular, à época, não recebia atenção. As causas são complexas, salientamos apenas o preconceito contra a cultura popular e a falta de registro das canções populares, ao contrário das eruditas que eram escritas pelos compositores. Assim, a língua cantada, que tinha como principais formas de expressão as cantigas, as canções folclóricas e eruditas perderam espaço para a língua escrita. A canção popular, principal gênero de veiculação da língua cantada, continuou a desenvolver-se no decorrer dos séculos. Com a ascensão da burguesia, o surgimento das grandes cidades e a concentração urbana, houve um incentivo das formas de lazer, entre elas a canção para ser ouvida e dançada em lugares públicos. No entanto, a canção nunca obteve o mesmo prestígio que a poesia, o que fez da língua cantada uma variação inferior da língua escrita. Nesse contexto, a língua falada era vista apenas como instrumento para a comunicação cotidiana.

Mesmo no início do século XX, com o advento do disco e do rádio, não era dado o devido valor à língua cantada veiculada pelas canções populares, pois eram consideradas, por um lado, uma deturpação da canção folclórica, por

outro, uma forma de expressão inferior à poesia culta. Essa supervalorização da poesia como a mais nobre forma de expressão da língua colocou em segundo plano tanto a língua cantada quanto a falada. Mesmo outras formas de expressão literárias, como o romance, tiveram a princípio o seu valor questionado, pois o parâmetro da arte linguística sempre fora a poesia.[286] Assim, o modelo de estudo da língua nas escolas e universidades sempre foi a língua escrita. No Brasil, em meados do século XX, a língua cantada passou a ganhar importância, devido à atuação de vários poetas - letristas que deram à letra da canção o status de poesia. Como resultado vemos hoje nos livros didáticos a presença de poesias e canções como exemplos de nossa língua. Isso se deve também a uma nova consciência por parte dos linguistas que procuram contemplar as manifestações escrita, falada e cantada da língua, relativizando o valor de cada uma delas segundo critérios discursivos.

Entretanto, a língua cantada ainda não é compreendida em sua completude. Devido à complexidade de sua natureza sincrética que relaciona as linguagens musical e verbal, muitas vezes ela é estudada somente como letra, ainda que já disponhamos de modelos para o estudo da especificidade da canção, que reside na compatibilidade entre a letra e a melodia. Os fatores apresentados acima não são os únicos responsáveis pela falta de atenção dada à língua cantada, no entanto eles contribuíram bastante. Passemos agora a apresentar alguns fatores que promoveram a língua expressa através do canto.

O principal gênero para a manifestação da língua cantada é a canção popular. O século XX pode ser considerado o século da canção[287], devido principalmente ao sucesso do disco e do rádio, que possibilitaram a criação de um extenso campo profissional e comercial. O teatro de revista no começo do século, o cinema e a televisão também contribuíram para o avanço da canção na comunicação social. A língua cantada não é exclusividade da esfera artístico-musical, ela está presente em diversas esferas sociais. O aumento das relações comercias e a necessidade de consumo nas sociedades capitalistas no século XX, fez da publicidade um dos mais importantes campos de comunicação. Nesse contexto, o *jingle* constitui-se como um dos principais gêneros publicitários. Na esfera religiosa, a língua cantada sempre se fez presente através dos cânticos. Atualmente as igrejas veem nas canções religiosas, como a música gospel, um importante aliado para o aumento de seu rebanho. Na esfera cotidiana, a importância da língua cantada é notável. Podemos citar como exemplo as canções infantis e de ninar, fundamentais para a aquisição da língua materna pelas crianças; e os cantos de trabalho, como o das lavadeiras e dos vaqueiros, essenciais para a execução da atividade laboriosa. Essas formas de expressão da língua cantada são passadas de geração a geração por via oral e possuem um inestimável valor cultural.

Atualmente a língua cantada tem um forte poder de penetração na sociedade. Para comprovarmos esse pressuposto, basta atentarmos para os hábitos das pessoas em nossa sociedade. Quanto tempo elas passam ouvindo música, conversando ou lendo um livro? Nas ruas, é cada vez mais comum vê-las ouvindo seus i-pods; e, nos carros, o rádio. Esse hábito, que vem se difundindo principalmente entre os jovens, coloca, muitas vezes, a língua cantada à frente da língua escrita e até da língua falada. Muitos pedagogos, educadores e professores veem esse fenômeno de forma negativa, pois a leitura e o diálogo passam para um segundo plano na vida do jovem. Frente a esses fatos, não seria hora de se parar para pensar na importância que a língua cantada adquiriu na sociedade atual e encontrar formas de inseri-la em um debate mais amplo para que ela não se torne alienante e passe a ser usada como instrumento de inserção social juntamente com a escrita e fala?

4. A LÍNGUA CANTADA NO UNIVERSO LUSÓFONO

Entre as várias esferas da sociedade em que a língua cantada está presente, destacamos aqui a canção popular na esfera política dos países lusófonos. Isso nos fará perceber a importância da língua cantada, pois a canção popular esteve presente nos principais eventos históricos e na formação ideológica das sociedades do século XX. No Brasil, a canção de protesto foi um instrumento de luta contra a ditadura militar no final dos anos 60 e 70. Durante esse período, a canção popular brasileira foi uma eficiente arma de conscientização política da população, haja vista a brutal censura que sofreu.

A canção era a voz do povo nos festivais, nos discos, nas rádios, nos shows e nas passeatas. A luta pela democracia, o direito de viver em seu próprio país

[286] Bakhtin (1998: p. 79) comenta o posicionamento do teórico russo G.G. Spet com relação ao romance: "Spet recusa qualquer valor estético ao romance. O romance é um gênero retórico extraliterário, 'uma forma contemporânea de propaganda moral'; somente o discurso poético é artístico [...]".

[287] Conforme Tatit, 2004.

e de expressar as próprias opiniões foram temas constantes das canções nessa época.

Nesse contexto, a canção já era uma forma de expressão bastante difundida e isso possibilitava-lhe divulgar as ideologias de diversos grupos sociais que lutavam para mudar o cenário político do país. Ela era uma forma de inclusão social, de posicionamento crítico, de luta contra um governo que se fechava para a voz do povo. Para Tinhorão (2001: 205): "*Era o ressurgimento, em plena era da ditadura militar e da repressão ao idealismo político, na crença ancestral do verbo, desta vez concentrada nas mensagens (às vezes subliminares) das chamadas canções de protesto".*

A canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, após ser classificada em segundo lugar no III Festival Internacional da Canção, em 1968, perdendo para *Sabiá* de Chico Buarque e Tom Jobim, tornou-se um hino contra a ditadura militar e, consequentemente, foi censurada.

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não...
Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Aprendendo e ensinando
Uma nova lição...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...
Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...
Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição:
De morrer pela pátria
E viver sem razão...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...

Em Portugal, a canção de intervenção foi a trilha sonora para a luta contra a ditadura salazarista. A canção *Grândola vila morena*, de José Afonso, foi a senha para o início da revolução na madrugada de 25 de abril de 1974.

Grândola Vila Morena

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade
Dentro de ti, ó cidade
O povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena
Em cada esquina, um amigo
Em cada rosto, igualdade

Grândola, vila morena
Em cada rosto, igualdade
O povo é quem mais ordena
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade
Jurei ter por companheira
Grândola, a tua vontade
Grândola a tua vontade
Jurei ter por companheira
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade

No continente africano, após a independência, os países lusófonos ansiavam pela paz. Particularmente em Angola, a guerra civil marcou esse processo de reconstrução política e social, e a luta pela unificação foi tema de canções, como *Angola em paz* do compositor cabo-verdiano Ramiro Mendes.

Angola na paz

Angola, Angola
Dja bo sofre tcheutcheu nes mundo
Sofrimento ta acaba
Tudo na paz e harmonia
Angola, Angola
Tudo bo dor e também nha dor
Bo sofrimento e nha lamento
Bo alegria e nha contentamento
Angola, Angola
Pa cada um di bos fidjos
ki perde vida na luta
Um canto certo no paraíso
Angola, Angola
Abertura na consciência
de tudo kes ke responsável
na implantação de paz na bo tchon
Angola, Angola
Mon djuntado paz e capaz

Um só povo... Um coração
Um só povo... Uma direção
Angola na paz e midjor!
Angola, Angola
Tudo bo dor e também nha dor
Mon djuntado paz e capaz
Um canto certo no paraíso
Angola, Angola
Bo sofrimento e nha lamento
Bo alegria e nha contentamento
N'tem confiança na nos esperança
Pa kada dia
lavrador lavra se tchon
piscador pisca se peixe
Tudo na paz e harmonia
Presidente zedu dos Santos
(Angola na paz e midjor)
Comandante Jonas Savimbi
(Angola na paz e midjor)

N'tem confiança na nos esperança
Ma manhã te traze bonança
Um só povo... Uma só nação

Forças estrangeiras
(Angola na paz e midjor)
paz, paz na Angola
(Angola na paz e midjor)

Com esses exemplos, podemos entender que a língua cantada possui uma grande representatividade na formação das sociedades lusófonas, tanto na veiculação da língua portuguesa - e de seus crioulos e variantes regionais – quanto da cultura social, política e folclórica que nossa língua comporta.

5. UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DA LÍNGUA CANTADA

Tendo em vista os aspetos apresentados acima, compreendemos que a língua cantada, devido a sua importância na comunicação social, na formação ideológica da sociedade e na difusão da língua portuguesa merece um tratamento mais atencioso por parte dos pesquisadores e educadores. A língua cantada, assim como a escrita e a falada, deveria ser estudada nas escolas e universidades. O objetivo não se resume em formar poetas ou músicos, mas visa formar pessoas críticas que saibam comunicar-se bem nos diversos gêneros em que a língua se manifesta, entendendo-se que se comunicar não é apenas falar, escrever ou cantar, mas principalmente saber ouvir e entender. É comum educadores comentarem que os jovens só querem ouvir música, que deveriam ler mais. A questão não é apenas essa, mas sim o que eles ouvem e como ouvem. Vivemos em uma sociedade em que as mídias fonográfica e visual evoluíram muito, e ignorar esse fato nas salas de aula desestimula o estudante que vê a escola como uma instituição anacrônica.

O ensino de línguas viveu desafios constantes no século XX. A princípio a única língua estudada era a escrita, aliás, a língua artística dos poetas e romancistas. A língua que se ensinava na sala de aula não era a utilizada nas situações cotidianas de relação social e profissional. Com os avanços da sociolinguística, passou-se a relativizar as variações linguísticas e isso enriqueceu os estudos da língua. No entanto, o que se vê hoje nas salas de aula da maioria das escolas ainda é o ensino da língua escrita restrito a redações (descrição, narração, dissertação); ou seja, apesar dos avanços dos estudos discursivos, o aluno passa anos aprendendo um gênero que somente existe na escola e no vestibular, quando na verdade em sua vida social ele assimila e produz muitos outros gêneros. Com relação à língua falada, para valorizar a sua riqueza cultural e a sua importância na inserção social, os educadores estimulam a participação dos alunos nas aulas e promovem debates sobre temas pertinentes para a formação do jovem (ou pelo menos deveriam fazê-lo).

Vemos que o problema do ensino da língua portuguesa é bastante complexo. Inserimos, então, a questão da língua cantada nesse quadro, propondo uma política de ensino-aprendizagem para essa manifestação linguística, combatendo alguns preconceitos e apresentando caminhos. A língua cantada não é inferior ou superior à escrita ou falada, ela é apenas uma das manifestações de nossa língua. Se ela às vezes é apresentada em enunciados de "má-qualidade", como em muitas canções de fácil consumo, isso também ocorre com a língua escrita.

Não é pelo fato de ser um enunciado artístico que ela é de difícil acesso, porque a poesia também é um enunciado artístico e existem diversas metodologias de ensino da linguagem poética. A presença do elemento musical não deveria ser um obstáculo intransponível, já que as escolas teriam por obrigação fornecer uma educação musical básica para que todos os alunos tivessem capacidade de desenvolver a sua cultura musical.

Atualmente, em diversas universidades de várias partes do mundo[288] estão sendo desenvolvidas pesquisas para o estudo da canção. Muitos desses trabalhos podem ser direcionados para o ensino da língua cantada a partir de sua principal peculiaridade: a relação entre a linguagem musical e a verbal. Além disso, tendo em vista a proposta de interdisciplinaridade prevista nos programas curriculares, a língua cantada pode ser trabalhada em cooperação com outras disciplinas como História, Sociologia, Filosofia e Artes, já que os gêneros da língua cantada, como as canções populares (comerciais), as folclóricas e os *jingles*, guardam uma cultura popular que não foi transmitida, por exemplo, pela poesia escrita.

A proposta de ensino da língua cantada que apresentamos tem como finalidade inserir o estudo dessa manifestação linguística no currículo escolar das universidades e escolas. Por sua importância na formação linguística,

[288] A Universidade de São Paulo possui linhas de pesquisa sobre a canção na área de História, Semiótica e Análise do Discurso. Na Inglaterra, a Universidade de Manchester oferecerá um curso intitulado "Os Beatles, a Música Pop e a Sociedade".

ideológica e cultural da sociedade, as canções de qualquer esfera discursiva devem ser encaradas como objeto de pesquisa, estudo e ensino. Para isso deve-se investir na produção de métodos de investigação e modelos de análise para serem adaptados aos livros didáticos escolares.[289]

A língua cantada, particularmente a canção popular, é um tesouro muito valioso de nossa cultura para que esteja à mercê dos interesses financeiros das grandes gravadoras que visam apenas ao lucro fácil e imediato e não têm compromisso com a construção de uma cultura artística. Assim como a língua falada é dos falantes; a escrita, dos escritores e leitores; a língua cantada é dos compositores e ouvintes. Somente uma boa formação educacional possibilitará a esses ouvintes e futuros compositores produzir uma língua cantada compromissada com a construção de uma sociedade mais crítica que valorize a sua produção cultural.

6.BIBLIOGRAFIA

Bakhtin, Mikhail. (2003) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1998) *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Editora UNESP.

Caretta, Álvaro Antônio. (2009) A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise linguística*. São Paulo: Contexto, pp. 99-114.

Costa, Nelson Barros da. (2001) *A produção do discurso lítero-musical brasileiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC.

Tatit, Luiz. (1996) *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ . (2004) *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.

Tinhorão, José Ramos. (2001) O encanto histórico da palavra cantada. In: Matos, Cláudia Neiva de; Medeiros, Fernanda Teixeira de; Travassos, Elizabeth (org.). *Ao encontro da palavra cantada – poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, pp. 200-206.

44. ANABELA BRITO (MIMOSO) ULHT

TEMA 1.1. A ATUALIDADE DAS ANOTAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLLIS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1911

Desde os finais do séc. XIX que se tenta, por um lado, simplificar a ortografia da língua portuguesa e, por outro, unificar a ortografia dos países que a usam. Juntamente com Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo e Adolfo Coelho, foi D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, entre outros, encarregada de trabalhar em prol de um acordo para reformar a escrita da língua, tarefa que esta eminente romanista reclama de «conveniente e urgente, tanto sob o aspeto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico». Embora o Brasil tivesse optado por não adotar esta ortografia simplificada, em Portugal ela seria oficializada por portaria de 1 de setembro de 1911. Ora, algumas das explicações que D. Carolina dá para a necessidade desse acordo, numa carta a Joaquim Costa intitulada "A Ortografia Nacional", ainda hoje fazem sentido, na sua globalidade, em relação ao acordo de 1990, conforme pretendemos mostrar. É este texto que daremos a conhecer, contextualizando-o na época em que ele foi produzido.

1. DADOS BIOGRÁFICOS

D. Carolina Michaëlis nasceu em Berlim, em 15 de março de 1851 e viria a falecer no Porto, em 16 de novembro de 1925. Filha mais nova de Gustav Michaëlis, professor universitário de taquigrafia, muito beneficiou da dedicação do pai à linguística aplicada e à linguística comparada «*siendo el motivo fundamental de este interés comparatistico su tarea de adaptación del método taquigráfico de Wilhelm Stolze a lenguas distintas del alemán: latín, francés, inglés, italiano, portugués y español»,* no dizer de Conde (2000: 136). O ambiente familiar, o convívio com figuras ilustres da cultura alemã (como Jakob Grimm, Alexander von Humboldt e Varnhagen von Ense) serviram de estímulo a Carolina (e a sua irmã Henriette) que desenvolveu aprofundados estudos no domínio das línguas, não na Universidade, dada a sua condição de mulher, mas em casa, como autodidata, sob a orientação de um romanista, Carl Goldbeck, seu antigo professor de liceu, «com quem ela permaneceu em contacto, aliás, ao longo da vida» (Vieira, 2005: 15). Com afinco, aprendeu árabe em dois anos, depois as línguas germânicas e eslavas, sânscrito, provençal, francês antigo, espanhol, catalão e português, mas a sua preferência foi para a linguística histórica e para a filologia românica, sobretudo ibérica: castelhana e portuguesa.

Foi a propósito da tradução que A. F. de Castilho fez do *Fausto* de Goethe (publicada em 1872) e da polémica, a chamada Questão do Fausto - que talvez se possa ligar à Questão do Bom Senso e Bom Gosto, como propõe Brito (2001: 191) -, que ela suscitou, sobretudo, a Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Joaquim de Vasconcelos, que veio a corresponder-se com estes três autores, sobretudo com o último, Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, profundo

[289] Ver Caretta, Álvaro Antônio. A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 99-114.

conhecedor da língua alemã, ao contrário de Castilho que, não obstante a adaptação que tentou fazer da obra de Goethe, desconhecia este idioma.

A animada correspondência trocada então entre os dois «em breve se viria a transformar em romance de amor» (Delile, 2001: 36). Em 1876 casaria na Alemanha com este musicólogo e historiador de arte, cujo nome tomaria. Radicar-se-ia ainda nesse ano no Porto, donde o marido era natural. Além de filóloga da língua portuguesa, tarefa que lhe seria facilitada pelo seu vasto conhecimento de línguas antigas e modernas, foi crítica literária, pedagoga, escritora, lexicógrafa, investigadora. A sua prolixa obra abrange cerca de 200 títulos (Correia, 1986: 3).

Foi também a primeira mulher a lecionar numa universidade portuguesa (tardiamente, pois só em 1911 lhe é reconhecido devidamente o seu mérito), na recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (e não a primeira catedrática, como se costuma dizer). Aí lecionou Filologia (1). Lembremos, a propósito, que «está suficientemente comprovado que a filologia românica moderna nasceu na Alemanha, na universidade prussiana que se constituiu de acordo com as ideias de Humboldt, e não na França ou outro país românico, por mais incongruente que isso possa parecer», conforme afirma Vieira (2005: 18). Em 1916, ser-lhe-ia concedido o grau de doutor em Filologia Românica e Germânica. Foi também eleita para a Academia das Ciências, o que não seria pacífico, dada a sua condição de mulher.

2. A ORTOGRAFIA FINISSECULAR

Até 1911, e apesar dos esforços de alguns glotólogos, gramáticos, lexicógrafos e etimologistas no sentido de «expurgar a língua de defeitos» (1911: 201), não havia uniformidade de critérios na escrita, donde resultava que cada escrevente adotava ou rejeitava emendas ou inovações que mais lhes aprouvesse. Alguns usavam na mesma página grafias diferentes para a mesma palavra. Era, pois, o caos. Na realidade, não existia uma ortografia portuguesa oficial. Se não havia regras superiormente traçadas para a ortografia, cada jornal, revista, obra literária seguia a regra que o(s) autor(es) dos textos melhor entendia(m), muitas vezes sem grande coesão interna, o que não garantia, num mesmo texto, uniformidade gráfica. Cada autor seguia, geralmente, a prática e o exemplo de algum autor consagrado que tomava por modelo.

Às vezes procurava-se alguma coerência, como fez Álvaro Pinto, diretor da Revista *A Águia*, logo no seu primeiro número, em 1 de dezembro de 1910, numa pequena nota intitulado "A nossa ortografia": *«A não ser que o autor indique a ortografia a adotar, servir-nos-emos da estabelecida pelo snr. Gonçálvez Viana, salvas, é claro, as naturais defeciéncias inerentes a todas as inovações»* (*A Águia*: nº 1). Claro que não se tratava de uma uniformização, porque estava limitada à vontade do autor, já que a grafia de Gonçalves Viana não estava superiormente aprovada, mas era já uma tentativa nesse sentido, era, sobretudo, a tradução do sentir dessa necessidade.

Ora, esta boa vontade teve as suas críticas: uns não a achavam suficientemente impositiva, outros achavam-na castradora. E a polémica estalou no número 4 da revista (de 15 de janeiro de 1911). O Dr. A. A. Cortesão, pai de Jaime Cortesão, num artigo intitulado: "Algumas palavras sobre a ortografia seguida em *A Águia*", constatava que afinal via «*cada artigo escrito com a ortografia própria do seu autor, isto é, tantos artigos, tantos sistemas ortográficos, embora a redação pareça seguir oficialmente a ortografia nacional*». O Dr. Cortesão advogava, portanto, a adoção de uma «ortografia moderna, ortografia racional e cientificamente simplificada, ortografia nacional» e explicitava mesmo que «*desejaria eu que o rigor e coerência fossem mais lonje: que abranjessem a ortografia exata e verdadeira em patronímicos, escrevendo-os (como exije a evolução fonética) – Díaz, Guédes, López, Sánchez, Simõiz, etc*.». Não havia dúvidas, portanto, em aceitar que só um acordo oficial uniformizaria a escrita e que esta uniformização era urgente.

Mas que acordo? No número seguinte (n.º 5, de 1 de fevereiro, do mesmo ano) é a vez de vir à liça Teixeira de Pascoaes, num artigo intitulado "A Phisionomia das Palavras". Pela grafia do próprio título se infere a posição do poeta. Se bem que reconheça que «*É realmente necessario estabelecer uma Ortografia definida, que faça a harmonia n'este cahos ortográfico em que se encontra a nossa língua», não está de acordo com quem quer obedecer a «um criterio puramente etimológico», mas também não está de acordo com os que «obcecados por uma ideia simplista, querem que se escreva exátamente como se lê*».

Assim, opõe a estas duas teorias um *criterio biológico e estético*, dado que «as Linguas são *organismos vivos*» (itálicos do autor), e que as «palavras são

seres»). Daí que tivesse criado um complicado sistema, de critério duplo, uma vez que postulava que «*a forma gráfica das palavras deve estar em harmonia com o seu sentido íntimo ou parte subjetiva e com as leis da estética: deve ser bela e verdadeira*».

Desta regra geral, advinham duas regras especiais:

«a) Simplificar a forma gráfica das palavras, cujo sentido é simples, definido e concreto»,
«b) Não simplificar a forma gráfica das palavras que encerram um sentido profundo, abstrato, misterioso».

Obviamente, que desta ideia decorreria a existência de grafias simplificadas, como em *fruto coleção ortografia*, paralelamente com palavras escritas numa ortografia redundante, como em *peccado espetro lagryma abysmo phantasma*, dada a carga emocional que estas palavras transportam. Critério dúbio, já se vê, e sobretudo subjetivo. Embora possa ser uma brincadeira de Pascoais, este artigo mostra como era, então como agora, difícil estabelecer uma disciplina a ser praticada na escrita, como qualquer critério a adotar resultaria arbitrário e criticável, sobretudo pelos escritores, em geral, e pelos poetas, em particular, limitados assim no acesso a certos jogos com o significante gráfico de cada signo linguístico. A ortografia entraria aqui no campo da arte e não da ciência linguística.

Mas também havia os que, em nome da liberdade, não aceitavam qualquer acordo. Assim, o mesmo número da revista incluía ainda um texto assinado por Raul Proença, em que este se manifestava contra o critério seguido por Álvaro Pinto, isto é, o de adotar a ortografia estabelecida por Gonçalves Viana, já que este não era oficial, mas apenas expressava a opinião deste erudito. Proença achava que seguir uma regra imposta por alguém se «quadrava mal numa revista de gente nova e de gente livre», pelo que defendia que uma revista como a *Águia*, *«revista de temperamentos livres e de talentos livres, não podia aceitar uma uniformidade imposta, primeiro porque ella tem um vago horrôr á uniformidade - á tristeza do mesmo horizonte, á monotonia da mesma paisagem – em seguida porque tem um ódio nitido á imposição, ao dogma, á autoridade*», razões de peso, portanto, para não necessitarem de qualquer acordo. Além da criatividade também já preconizada por Pascoais, vinha-se agora recordar que a ânsia de liberdade se estendia também à grafia.

Ora, no nº 6 da *Águia*, era a vez do Dr. A. A. Cortesão responder a Teixeira de Pascoais num artigo intitulado *Brevissimas considerações sobre "A phisionomia das palavras"*. Confessa-se honrado por o seu artigo ter despertado o interesse de T. de Pascoais, «pois o caso não era para tanto», mas acaba por responder à réplica do poeta, confessando que não compreende como é que se pode estabelecer uma ortografia seguindo o critério "biolójico e estético" por ele proposto, quando esses critérios são contrários ao uso e ao rigor etimológico, critérios para mais difíceis de explicar a uma criança. Acaba mesmo por duvidar da seriedade da proposta de Pascoais e atribui-la a uma «manifestação do seu talento, que é assombroso, e do seu vasto saber». Responde ainda a Raul Proença, fazendo-lhe ver que a liberdade na escrita, a arbitrariedade gráfica podia levar a uma escrita verdadeiramente incompreensível, como aconteceria se Raul Proença tivesse escrito, seguindo essa mesma liberdade: «*Meu caro Allvaro Pintto: Nu Iº numero da agia inceria o meo ammigo huma nopta onde dizia que, a nau cer que o auttor indiqace*…» Encerra aí o incidente e a I série de *A Águia* não volta a trazê-lo à baila.

Demos o exemplo desta revista não só por se ter interessado especificamente pela ortografia utilizada, mas também por ser uma revista séria, cujos colaboradores integravam os maiores vultos da cultura do país e por se dedicar a questões literárias e do ensino. A discussão que levantou mostra bem como não havia consenso em relação à necessidade e ao teor de um acordo ortográfico. Alguns escritores, paladinos da liberdade criativa, eram mesmo defensores de um desacordo ortográfico.

3. A PREPARAÇÃO DO ACORDO

Não obstante, o novo governo republicano nomeou uma comissão de letrados, originalmente constituída por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (que há muito se ocupava do assunto), Cândido de Figueiredo, F. Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e pela própria Carolina Michaëlis e, depois de março de 1911, também por A.J. Gonçalves Guimarães, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, e Augusto Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa do cargo) e Manuel Borges Grainha, para encetar uma reforma da ortografia portuguesa. Paralelamente à discussão levantada pela revista *A Águia,* trabalhava assim a comissão num plano que resolvesse os problemas que aí se levantavam. Também do outro lado do

Atlântico, a Academia Brasileira de Letras desde 1907 tivera em estudo um projeto de reforma análogo. Este projeto, baseado no de Gonçalves Viana, daria lugar a um anti-projeto assinado por Rui Barbosa, Salvador de Mendonça e Sílvio Romero. Depois de calorosas discussões, foi aprovado o projeto inicial, embora com algumas divergências. Embora em ambos os países os estudiosos da língua sentissem a necessidade de unificar a ortografia, como não houve cedências de qualquer uma das partes, o Brasil acabou por não adotar esta ortografia simplificada que seria, em Portugal, oficializada por portaria de 12 de setembro de 1911.

D. Carolina teve, na comissão que redigiria o acordo, a importância que a sua condição de eminente romanista faria prever, que a sua vasta erudição justificava e que o seu amor à língua ambicionaria. Diria na sua Introdução às Lições que Filologia que lecionou na U.C.: «*Filólogo quer dizer isso: amor da fala, como expressão de ideias, dêsse património lentamente adquirido, que é o distintivo supremo do homem*» (1918: 9). Aliás, fê-lo também em nome do seu interesse pela alfabetização do povo português, como está bem patente nas anotações que fez à *Cartilha Maternal* de João de Deus e ao ABC de Trindade Coelho. Foi a sua própria experiência que a levou a deixar explicitamente registado no texto que serve de base a este artigo: «*Eu estou, pelo contrário persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar arduamente (e quantas vezes sem resultado!) com as dificuldades, incongruências, e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconesca»* (1911: 201), pequeninos e humildes com quem ela se solidarizava, pois, tal como eles também um dia se viu confrontada com a aprendizagem da nossa língua, como confessa: *«sofri com as condições e incertezas na maneira de ortografar dos portugueses… E sofri mais ainda quando principiei a escrever português e a editar textos vernáculos*» (1911: 211).

Paralelamente a seu trabalho na equipa que trabalhou a reforma ortográfica, D. Carolina legou-nos então esse precioso texto, intitulado *A Ortografia Nacional (Carta ao Dr. Joaquim Costa*), em que responde às perguntas que o Dr. Joaquim Costa lhe pusera sobre o acordo. Inicialmente publicado em *O Primeiro de janeiro*, de 14 a 18 de março de 1911, seria reproduzido na *Revista Lusitana*, vol. XIV, num artigo (re)datado de novembro de 1911. Além de conter algumas leves alterações ao anterior, este texto tema vantagem de incluir algumas explicações complementares sobre a história do acordo. Foi este texto, extraído da revista que serviu de base à elaboração do artigo que ora se analisa. Aí se informa que, a partir de 15 de março, a comissão reunia, sempre que possível, semanalmente para discutir os 115 artigos do texto de Gonçalves Viana, texto que foi escolhido para base do acordo. No dia 1 de setembro o *Relatório* resultante estava a ser assinado pelo Ministro do Interior. Seria publicado a 12 de mesmo mês.

Logo de imediato seria publicado um *Formulário Ortográfico conforme o plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portuguesa* que estava precedido dos documentos oficiais e por uma introdução relativa às Bases da reforma e seguida de um *Prontuário* que seria publicado em separado. Seria também publicado, no mesmo ano, uma *Reforma Ortográfica em meia dúzia de palavras*, prático documento de consulta, já que tinha o formato de mapa para afixar nas paredes de uma sala de aula, da redação de um jornal, por exemplo. Paralelamente, Borges Grainha, professor de instrução secundária, publicaria uma cartilha segundo o novo acordo: *Método intuitivo e mecânico para ensinar a ler, escrever e contar*. Ao mesmo tempo começar-se-ia a rever, com vista a uma re-edição atualizada, o *Vocabulário ortográfico e ortoépico* de Gonçalves Viana e o *Novo Dicionário* de Cândido de Figueiredo.

3. RECEÇÃO DO ACORDO

«*O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e ha entusiastas; críticos; indiferentes; e adversários*.», afirmava D. Carolina (1911: 224). Se já antes não havia "acordo" quanto ao "acordo" a vigorar, agora, depois da sua publicação, as críticas faziam-se notar mais. Constou até que os contestatários iriam angariar assinaturas para revogarem o acordo. Outros, porém, acharam que se poderia ir mais longe, fonetizando a ortografia; outros ainda dar-se-iam por satisfeitos apenas com a supressão do *y k ph th rh*. Quantos aos acentos também havia divergências: o único acento consensual era o acento agudo. Não é novidade a receção ao acordo de 1990, portanto. Os peritos, tal como D. Carolina, porém, embora notando algumas falhas no acordo, sujeitaram-se a ela, conscientes das subtilezas da fonologia portuguesa. Mas o acordo prosseguiu, indiferente às vozes discordantes.

4. AS EXPLICAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS

Não nos restam dúvidas hoje, de como era então necessário que a ortografia fosse oficialmente regularizada e simplificada. Necessário,

«*conveniente e urjente, tanto sob o aspeto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagojico*», segundo afirmava D. Carolina (1911: 202). Na verdade, simplificando a ortografia, facilitava-se o ensino da leitura e da escrita, o que seria garante de um melhor acesso à educação e à instrução. Muito justamente, lembra a romanista que «*o ensino elementar da leitura e escrita não é fim, mas apenas meio indispensável para o desenvolvimento da faculdade de pensar, raciocinar, julgar, protestar e emendar o que encontramos imperfeito e obnócsio no nosso caminho*» (1911: 202). Seria também mais fácil para o ensino da língua a estrangeiros. Do ponto de vista estético, a simplicidade, a ordem e a disciplina seriam sempre preferíveis. Finalmente, é lembrado que embora o inglês e o alemão tenham uma grafia complicada, ela está fixada com rigor e que línguas aparentadas com o português, como a castelhana e a italiana, já há mais de um século que tinham ortografias simplificadas pelas respetivas Academias.

Obviamente que a «complicada fonologia da língua» (1911: 203), seria resultado de uma «tendência etimológica, erudita, artificial, conservadora» (*ibidem*), bem como resultado das aquisições eruditas posteriores (Idade Média, Renascimento e tempos modernos) das aquisições importadas de línguas não latinas (árabe, germânica, línguas modernas) que derivaria em várias anomalias na escrita portuguesa. De facto, constata D. Carolina, as palavras de origem popular, as que derivam do latim vulgar, conheceram sempre uma regra ortográfica fonética, muito embora sujeita aos 25 carateres do alfabeto, conforme se pode verificar nas cantigas de amor e de escárnio. *Foram as palavras eruditas, introduzidas por notários, clero, cientistas (a partir de D. Dinis) que não faziam parte do vocabulário do povo, que se grafaram recorrendo a «sinaes exóticos»* (1911: 204), como *y, th, ph, rh, gh, cç, pç, ct, mn, gm, gn…*

Ora, este hábito de encontrar símbolos exóticos (*ph, rh, y…*) nos vocábulos relacionados com as ciências e as artes, por parte dos que tinham pretensões a cultos, levou a que estes mesmos símbolos se estendessem aos vocábulos comuns: *sancto, somno, cysne, lagryma*. A única intenção desta prática seria a de *«sugerir etimolojias» por puro pedantismo (pecha de que ainda não nos libertamos), «como se o escasso milhão de Portugueses que leem e escrevem fosse capaz de analisar, interpretar e historiar as evoluções e orijens de homem hoje hontem (!) bocca, melhor do que as de ora onra falar filosofia*» (1911: 205). Ora, conforme esclarece a romanista, muitos desses "pedantismos" seriam oriundos das mãos dos tipógrafos, e não dos autores dos textos, que alteravam a seu bel-prazer a ortografia dos originais manuscritos que tinham de compor, ainda por cima sem caráter sistemática, uma vez que a faziam variar ao longo da obra.

Competiria, pois, aos profissionais que se ocupavam cientificamente da língua, já não aos escritores (ou aos tipógrafos por eles), fossem eles membros da Academia ou não, realizar a reforma ortográfica, sobretudo aos que tinham conhecimentos de ortoépia e fonologia, como era o caso das individualidades escolhidas para fixar as regras da nova ortografia. Já na altura todos se achavam habilitados a dar o seu parecer sobre tema tão específico. Hoje também. As diferentes opiniões relativas ao acordo apoiavam-se em duas visões diferentes: a etimológica e a "sónica", como a insigne romanista lhe chama. Aliás, foi esta a causa da polémica levantada no Brasil em torno do acordo, já que existia aí uma marcada corrente foneticista, que defendia a simplificação ortográfica. Embora em Portugal prevalecesse a corrente etimológica, Carolina Michaëlis (tal como Gonçalves Viana) defendida uma outra via, a «*comum, regularizada e simplificada, segundo normas e princípios ficsos, fundados na história da língua, estudada com critério», «livre de elementos etimolójicos inúteis, quer sejam meros disfarces* (como *y th ph rh*, etc.) *quer sejam nulos, mudos, mortos»* (1911: 212), numa clara continuidade de «sete séculos de vida literária» (*idem*).

Na verdade, a ortografia portuguesa recorreu, desde D. Sancho I, à ortografia fonética para os vocábulos «realmente nacionais de origem popular» (1911: 213). O classicismo levou a que vozes pretensamente eruditas, a partir do séc. XVI, a substituíssem pela suposta ortografia etimológica. Ora, sabemos que nem mesmo os gramáticos da época (Fernão de Oliveira e João de Barros) que se ocuparam da ortografia estavam isentos de se servirem dos intermediários que eram os tipógrafos. João de Barros (em 1540) definia a ortografia como «ciência de escrever direitamente todalas dições, com tantas letras (ele dizia *leteras*) com quantas as pronunciamos, sem pôr consoantes ociosas. Mesmo dado que a dição seja latina, logo que a derivamos a nós e ela perder sua pureza, logo a devemos escrever ao mesmo modo» (cit. 1911: 214).

Já antes (1536) Fernão de Oliveira afirmava que «*as dições que trazemos doutras línguas, escreve-las-hemos com as nossas letras que nelas soam, como ditongo, filósofo, gramática, porque todo o mais é empedimento aos que não sabem essas línguas donde elas vieram»* (cit. 1911: 214). D. Carolina recorre

ainda ao testemunho de Rodrigues Lobo. Escreve ela: «Francisco Rodrigues Lobo queixava-se de que o erudito "por levar o português arrastro até o fazer latim, falla por *septe, docto, scripto, benigno*». Quem sabia das coisas da língua aconselhava, pois, a utilização da ortografia simplificada e uniformizada.

5. AS ALTERAÇÕES

A Reforma de 1911, em termos gerais, estabelecia então as seguintes alterações:

1. Extinção dos grupos "exóticos" *th ph rh ch* (este com valor de k) que serão substituídos por *t f r c* ou *qu*.
2. Extinção do *y k w* em palavras portuguesas (à exceção de *kilo*).
3. Redução das consoantes geminadas (exceção de *rr* e *ss* que têm valores particulares).
4. Eliminação das consoantes nulas: *m g* nos grupos *mn gm gn gd*: em *dano sono aluno aumentar Inês Madalena*.
5. Eliminação do *s* no grupo *sc* quando inicial, como em *ciência*. No interior das palavras não se suprime «por ser uso em Lisboa pronunciar ambos os sons»: *consciência nascimento*.
6. Eliminação do *c* e do *p* nos grupos *cç ct pç pt* (*santo pronto distinto*). Permanecem quando influírem «na vogal átona precedente abrindo-a, como em *a(c)ção abstra(a)ção reda(c)ção exce(p)ção* … e também em casos em que a pronúncia do *c* é facultativa, como em *efetivo respetivo facto pacto*» (1911: 216).
7. O *h* etimológico desaparecia no meio das palavras quando «servia para desunir vogais que em regra formam ditongos (*sahimento cahir*)» e depois de prefixos (*inábil*). «Onde for etimológico (*historia homem hospede haver*) será todavia mantido provisoriamente».
8. Apesar da polémica de então, todas estas alterações nos parecem hoje perfeitamente pacíficas, exceto a do *h* etimológico.
   Foi ainda necessário proceder-se a algumas regularizações, cujas principais foram:
9. Eliminação do *g* antes de e ou i com som *j* (por isso: *guerra gato golpe*).
10. O *x* mantinha-se apenas no caso em que tem o mesmo som de *caixa* e no prefixo *ex* (pronunciando-se *eis* ou *is*). Nos restantes casos é substituído pelas letras que a pronúncia normal exige: *próssimo aussílio ficso perplecso*.
11. Normalização da grafia dos ditongos decrescentes, de maneira a que o segundo elemento seja semivogal (*i* ou *u*) e nunca *e* ou *o*.
12. Na grafia das nasais usar-se-á o *m* apenas antes de *b* e *p* e no fim das palavras que terminam em som nasal átono: *amam amaram* e nos monossílabos átonos: *tam quam sam gram*: as exceções *sótão órgão órfão orégão* justificam-se pelo uso das regras do plural das palavras terminadas em *ão*.
13. As palavras esdrúxulas serão sempre acentuadas com acento agudo ou circunflexo, tal como as agudas (que já eram) e algumas graves homógrafas (*fóra fôra*; *sede sêde*). O acento grave servirá para as átonas abertas: *pàdeiro pòveiro* e também para marcar diérese de vogais que habitualmente formam ditongo: *rèunir argùir pròibir còerente*.
14. O trema também desaparecia e era substituído pelo acento grave.
15. O uso do apóstrofo passava a ser muito limitado.

Desta regras todas, D. Carolina não concordava com as regras de acentuação por as achar excessivas, no que se veio a provar que tinha razão, já que algumas dessas regularizações seriam, posteriormente, alteradas.

De notar a alteração da grafia de *próssimo perplecso* que, por muito que hoje nos possa parecer estranho, vinha disciplinar a utilização do *x*.

6. COMPARAÇÃO COM O ACORDO DE 1990

Pela leitura dos comentários de Carolina Michaëlis pode deduzir-se, desde logo, que nem todos os especialistas que participaram na feitura do texto do acordo estavam de acordo com todos os artigos. O que é perfeitamente normal num trabalho pluridisciplinar.

Outro ponto importante a registar é que o acordo, embora elaborado por tão insignes especialistas, não era perfeito, como prova a hesitação na abolição do uso do *h*, ou a incongruência em usar o *x* no prefixo *ex* que, de acordo com a lógica que presidiu à ideia de que se escrevesse *próssimo*, se deveria grafar *eis.* De notar ainda a tendência para a supressão das consoantes mudas, embora não levada às últimas consequências, na medida em que estas eram mantidas no caso de abrirem a vogal átona anterior.

Não podemos esquecer, naturalmente, de que este foi o primeiro acordo de uniformização da língua, pelo que deveria ter-se revestido de uma maior complexidade do que qualquer outro posterior. Ora, apesar de ele marcar um grande avanço, não só de uniformização, mas também de compreensão dos fenómenos que regem a evolução da língua, bem como da simplificação de regras que tornavam a aprendizagem da escrita mais lógica, mais intuitiva, ele despertou muitas reservas, críticas mordazes e comentários a propósito e despropósito. Ontem tal como hoje: nada de estranhar, portanto.

É numa tentativa de resolver o que o acordo de 1911 deixou em aberto e a *Convenção Ortográfica Luso-brasileira* de 1945 também não resolveu, que surge o Novo Acordo Ortográfico de 1990. Ele visa então colmatar o que os anteriores não lograram, nomeadamente, a uniformização da escrita nos países falantes da língua portuguesa que, entretanto, aumentaram de número, e as questões que se continuaram a levantar ao ensino da língua. A tendência para a simplificação mantém-se, pelo que se compreende perfeitamente a decisão da supressão das chamadas consoantes mudas.

Claro que não é ainda desta vez (como se isso fosse possível) que se resolvem todos os problemas que a escrita da língua levanta. De acordo com Casteleiro e Correia

> «*o Novo Acordo não consegue atingir a unificação ortográfica absoluta, uma vez que há diferenças intransponíveis dos dois lados do Atlântico… O Novo Acordo visa, pois, a unificação possível, mas que, mesmo assim, abrangerá cerca de 98% do léxico e impedirá, com certeza, que as diferenças se aprofundem e ampliem. Manter-se-á assim a unidade essencial da ortografia da língua portuguesa*» (2008: 6).

Mais ainda do que em 1911, chegou-se a um momento em que não é possível adiar por mais tempo a unificação possível da língua, dado o número de países que a utilizam, dada a importância política e estratégica que as línguas detêm atualmente, sob pena de se provocar a sua fragmentação a médio prazo. A sua utilização em grupos de trabalho internacionais, o alargamento do seu ensino aos naturais dos países que têm interesses culturais, políticos e comerciais com os países lusofalantes (anexo 1.), bem como a todos os habitantes dos países de língua oficial portuguesa (anexo 2.), não se compadece da existência de mais do que uma norma. Também na língua, a união faz a força.

7. Notas

Elucida Verdelho: «O termo é grego, e traduzem-no os dicionários, por "gosto pela literatura e pela erudição", mas tem um sentido muito mais abrangente, que se desenvolve no âmbito do exercício da escrita e da salvaguarda da memória textual...

A Filologia foi recuperada como um ramo científico na estruturação Universitária positivista pós-romântica, dando lugar a vários cursos e mesmo a Faculdades de Filologia. No tempo de Dona Carolina, as Filologias estavam já compartimentadas por grupos de línguas e culturas, correspondendo a uma epistemologia fortemente motivada pela gramática comparada» (2001: 181).

> «*Naquele tempo (que não é ainda assim tão distante), a Filologia incorporava pelo menos três domínios disciplinares: o estudo da história literária; a crítica textual; e a reflexão metalinguística, especialmente a linguística histórica*» (2001: 182).

8. Referências bibliográficas:

Brito, A. F. (2001). Carolina Michaëlis e a lusofonia do seu tempo. *Línguas e Literaturas*, XVIII, p.191-198.

Casteleiro, J.; Correia, P.D. (2008). *Atual: o novo acordo ortográfico.* Lisboa: Texto Ed..

Conde, J.C. (2000). Carolina Michaëlis de Vasconcelos y la literatura española. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 133-170.

Correia, M.A. (1986). *O Essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Lisboa: IN-CM.

Cortesão, A.A. (1911). Algumas Palavras sobre a Ortografia seguida em *A Águia. A Águia*, nº 3.

Cortesão, A.A. (1911). Brevíssimas considerações sobre "A Phisionomia das Palavras". *A Águia*, nº 6.

Delile, M.M. G.(2001). Carolina Michaëlis: intermediária entre a cultura neolatina e germânica. *Revista Línguas e Literaturas da* FLUP, n.º 18, pp. 33-48.

Pascoaes, T. (1911). A Phisionomia das Palavras. *A Águia*, nº 4

Proença, Raul (1911). Carta a Álvaro Pinto. *A Águia*, nº 4.

Vasconcelos, C.M. (1918). Introdução a Lições de Filologia Portuguesa. *Revista Lusitana*, nº XXI.

Vasconcelos, C.M. (1911). A Ortografia Nacional. *Revista Lusitana*, nº XIV.

Verdelho, T. (2001). Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Filóloga. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 181-190.

Vieira, Y.F. (2005). Paixão e Paciência: Carolina Michaëlis e a Filologia. *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoxe*. Santiago de Compostela: Xunta da Galiza, pp.13-43.

Anexos:

Díli, 27 Jul. (Lusa) - O Presidente de Timor-Leste faz um "balanço positivo" da reintrodução do português no país e pediu o reforço do apoio dos "países mais privilegiados", como Portugal, Brasil, Cabo-Verde e Angola, para que daqui a 20 anos metade dos timorenses domine a língua.
"O balanço é bastante satisfatório porque não é em oito anos que se populariza uma língua, sobretudo uma língua latina, europeia, antiga, complexa e muito diferente da realidade, da lógica, do raciocínio e do dia-a-dia de um povo asiático", afirmou, em entrevista à agência Lusa, José Ramos-Horta. Com as dificuldades apresentadas, o Presidente timorense, que falava à Lusa no seu gabinete de trabalho no novo gabinete na capital do país, reafirmou o "balanço positivo" e prestou homenagem aos "dedicados professores e professoras portugueses que, desde 2000/2001, se aventuraram em Timor-Leste, sobretudo nos distritos e sub-distritos e foram os pioneiros da reintrodução da língua portuguesa".© 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

45. ANDREIA ROSMANINHO, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

/ UNIV. DO PORTO

TEMA 1.3. OLHARES LUSÓFONOS DE ESCRITORES-VIAJANTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA LITERÁRIA DE EÇA DE QUEIRÓS E EUCLIDES DA CUNHA

Esta investigação, que tematiza o discurso jornalístico-literário de *O Egipto*, do escritor português Eça de Queirós, e *Os Sertões*, do autor brasileiro Euclides da Cunha, parte do pressuposto de que ambas as experiências literárias foram frutos de trabalhos pensados jornalísticos – tanto que foram publicados, *a priori*, em mídia impressa diária.

Já se sabia que os materiais têm em comum o fato de terem sido transformados em livro, anos mais tarde. Assim, o estudo de ambos os processos sob a perspectiva do Jornalismo Literário é, pois, o escopo desta pesquisa. Dessa forma, a investigação vem a lume para fazer considerações acerca da construção dessas duas grandes obras em língua portuguesa. Com origem no final do século XIX e aprioristicamente jornalísticas, ambas as produções passaram por um processo de transmutação, tornando-se reconhecidas como literárias. Por esta razão, conforme já mencionado, foi realizado um estudo de comparação entre o processo de feitura dos trabalhos *O Egipto* e *Os Sertões*.

O objetivo foi provar que, apesar de o discurso jornalístico ser predominante, elementos literários, já pungentes nas obras primárias, foram desenvolvidos e aprimorados nas versões estendidas. Estudar o que de literário existe nas obras jornalísticas e investigar o que de jornalístico ficou no texto literário foi, dessa maneira, o método empregado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sabendo que ambas as produções se caracterizam por um gênero híbrido e tendo sempre em vista a interdiscursividade jornalístico-literária das mesmas, depreendeu-se do material o que Bakhtin denomina "o entrelaçamento, num texto, de vestígios de outros gêneros discursivos existentes",[290] isto é, a existência da literariedade no texto jornalístico e a presença da historicidade no texto literário, no presente caso.

[290] BAKHTIN, Mikail. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1998, p.111.

Retomando a proposta, Eça de Queirós, um dos grandes nomes do Realismo português, teve parte relevante de suas publicações escrita em mídia impressa diária ou periódica. São trabalhos na área do jornalismo, da literatura de viagem e da hagiografia, entre as quais: *Uma Campanha Alegre*, *Cartas de Inglaterra*, *Prosas Bárbaras*, *Ecos de Paris*, *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, *Notas Contemporâneas* e *Últimas Páginas*.

Acerca das festas de inauguração do Canal de Suez, que aconteceram a partir de 17 de novembro de 1869, o artista escreveu quatro crônicas, publicadas no Folhetim do *Diário de Notícias*, entre os dias 18 e 21 de janeiro de 1870. Da mesma forma, o autor de *Os Sertões* tem grande parte de sua produção primária publicada em jornal diário.

Os vinte e cinco artigos provenientes da cobertura do final da Guerra de Canudos - textos estes que originaram o livro - foram publicados em cadernos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre agosto e outubro de 1897, concomitantemente à ocorrência e ao presenciamento dos acontecimentos. *À margem da história*, *Diário de uma expedição* e *Um paraíso perdido* são títulos de outras experiências que foram transformadas em livros, *a posteriori*.

A carreira jornalístico-literária de Eça segue até o fim da vida, havendo especial destaque para a publicação de textos em *As Farpas*, a revista literária que ele e Ramalho Ortigão fundaram. Também neste caso, anos mais tarde, os trabalhos do autor foram reunidos no livro intitulado *Uma Campanha Alegre*.

Da mesma forma, a experimentação jornalístico-literária de Euclides estende-se até o ano de sua morte, quando escrevia o que chamara de "próximo livro vingador", o projeto inconcluso *Um paraíso perdido*, resultado de sua temporada na Amazônia e de seu envolvimento com a questão dos seringueiros.

Buscando delimitar a abordagem do objeto de estudo, foi proposta a seguinte questão: "*Que diferenciais teriam estas matérias jornalísticas que foram capazes de desencadear a produção de obras tão bem aceitas pelo cânone literário?*". O que pautou o trabalho foi, pois, a pressuposição de que o hibridismo interdiscursivo na organização do código foi o aspecto suscitador do referido fenômeno.

Acerca do dialogismo estabelecido entre o discurso literário e o discurso histórico, firmou-se que, desde o primeiro momento, era possível depreender que *O Egipto* de Eça e *Os Sertões* de Euclides têm em comum uma particularidade: a manutenção de um permanente diálogo com o discurso histórico.

Na maior parte das vezes, estes diálogos partem de perspectivas contratuais para, em seguida, polemizar e divergir do discurso oficial. Dessa forma, tanto no momento jornalístico quanto no momento literário das referidas produções, os autores apresentam problematizações e questionamentos relativamente ao que se veicula entre as versões propostas por autoridade ou emanadas dela. Entendendo que a história tida como oficial não passa de mais uma das versões sobre a factualidade que circulam e considerando que a única forma de se aceder aos acontecimentos reais de um período não contemporâneo é através do contato, não com uma, mas com as diversas óticas veiculadas mediante relatos ficcionais e não-ficcionais, entrevê-se que ambas as obras constituem registros historiográficos que almejam formalizar e sistematizar estudos críticos acerca da história, na mesma medida em que se pode divisar o teor ensaístico destas produções artísticas de re-escrita histórica. Isto é, "*quanto mais conhecemos sobre o passado, tanto mais se torna difícil fazer generalizações sobre ele*".[291]

Assim, as versões comumente difundidas são tratadas tanto no texto jornalístico quanto no texto literário a partir de uma variedade de mecanismos discursivos – a saber, a ironia, a paródia, a metaficção –, recursos estes que são empregados com a finalidade de pôr em causa as concepções monossignificativas e unívocas particulares destes interesses.

Nas palavras de Hayden White, "*o importante é que a maioria das sequências históricas pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e a dotá-los de sentidos diferentes*".[292]

[291] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001, p.106.

[292] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001, p.101.

É sob a aplicação das diversas hipóteses de vocalização possíveis que a homogeneidade do discurso oficial – que só admite a manifestação de uma forma de interpretação ou, como quer a crítica, "veicula o discurso do vencedor" –, é posta à prova e é constantemente replicada. No primeiro momento, a declaração da oposição faz-se com base no testemunho de uma fonte credível, que é o historiador-jornalista que atua *in loco* e, no segundo, ocorre mediante a especulação criativa do artista re-escritor. A referida afirmação encontra apoio nas palavras de White:

No seu empenho em compreender o registro histórico, que é fragmentário e sempre incompleto, os historiadores precisam fazer uso do que Collingwood chamava "imaginação construtiva", que dizia ao historiador – como o faz ao detetive competente – qual deve ter sido o caso, dados o testemunho disponível e as propriedades formais que ela revelou à consciência capaz de formular a questão certa com relação a ela. (...) os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns elementos e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça.[293]

A exemplificação supracitada permite, ainda, o avanço a mais um ponto importante, que é a interdiscursividade estilística. O texto histórico-relatorial é, desta forma, "promovido" ao estatuto de artefato artístico, à medida que mantém a estruturação de um texto ficcional. Sobre o vínculo entre a composição textual-discursiva de uma sequência histórica e os mecanismos com vistas à re-significação factual via discurso ficcional, White afirma que:

> *O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção*.[294]

Isso também significa dizer que, para construir o discurso histórico, o historiador lança mão indistintamente dos mesmos recursos que o ficcionista utiliza na construção do discurso literário. Toda narrativa não é simplesmente um registro "do que aconteceu" na transição de um estado de coisas para outro, mas uma redescrição progressiva de conjuntos de eventos de maneira a desmantelar uma estrutura codificada num modo verbal no começo, a fim de justificar uma recodificação dele num outro modo no final.

> (...) *as narrativas históricas são não apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa histórica é não só uma reprodução dos acontecimentos nela relatados, mas também um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária*. (...) o que é fictício em todas as representações supostamente realistas do mundo e o que é realista em todas as representações manifestamente fictícias.[295]

Ao compreender que os acontecimentos históricos são sempre neutros, mas que os discursos sobre estes acontecimentos nunca o serão, deve-se atentar ao fato de que sobre uma versão oficiosa o leitor que pretende ter acesso aos fatos históricos deve lançar o mesmo olhar desconfiado. Isso porque, tanto as versões oficiais quanto as extraoficiais promovem da mesma maneira o contato com vozes e pontos de vista distintos relativos a uma mesma realidade, vozes e pontos de vista estes que são incompletos e, portanto, passíveis de ocultar, mentir, enganar e iludir, da mesma maneira que podem ser falhos os discursos das autoridades.

Confirmou-se que os trabalhos jornalísticos de ambos os autores são extremamente ricos, uma vez que consorciam em medidas equilibradas aspectos de historicidade e de literariedade. Provou-se que a visão crítica empreendida tanto por Eça quanto por Euclides presentifica-se tanto nas

[293] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001, p.100.

[294] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001, p.102.

[295] WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001, p.105.

reportagens quanto nas obras literárias, já que ambas as experiências mostram-se combativamente realistas.

Também foi comprovado que os escritores têm em comum a linguagem cientificista proveniente de formações positivistas e o rigor racional e metodológico. Observou-se que os textos de natureza descritiva são, dessa maneira, pontos coincidentes entre as narrativas queirosiana e euclidiana. O estilo empreendido por Eça é, entretanto, mais irônico e despojado, enquanto Euclides adota uma postura mais sisuda e inflexível – provavelmente devido à diferença das temáticas – uma festa e uma guerra são situações diametralmente opostas, de forma que não se pode esperar o mesmo tratamento para experiências tão díspares.

A escolha do tema orientou-se pelo fato de as obras em questão (apesar de não terem sido pensadas literárias) aparecerem entre as mais relevantes manifestações do final do século XIX e início do XX. Ou seja, oriundas do jornalismo, as produções foram curiosamente aceitas, *a posteriori*, pelo sistema literário. Considera-se que a escolha do referido tema gerou alguma contribuição para os estudos interdiscursivos, haja vista a escassez de investigações no âmbito do discurso jornalístico-literário.

De acordo com o que foi explicitado na abertura do trabalho, este foi um dos fatores que motivou a opção pelo tema. Embora o registro de obras em Jornalismo Literário date desde o século XVIII, são raras as sistematizações acerca do assunto.

Dessa maneira, esclarecer a viabilidade de um estudo sobre elementos literários em obras pretensamente não-ficcionais foi um dos pontos contemplados pela presente pesquisa. Da mesma forma, os demais percursos para a obtenção deste trabalho, ou seja, a comparação dos percursos rumo à editorialização nos dois casos e a identificação dos pontos de contato entre os processos que culminaram com a produção das obras em questão, foram rigorosamente trilhados de forma que a comprovação das hipóteses foi plenamente alcançada.

Também o propósito de identificar os elementos literários nas obras iniciais, bem como o de provar que as referidas produções jornalísticas não são totalmente destituídas de potenciais artísticos, teve igualmente o mesmo êxito. Partindo da sistematização de Norman Sims, teórico que classifica as sete propriedades do discurso jornalístico-literário, foram analisadas tanto as obras primárias quanto as obras definitivas. E, com o objetivo de sistematizar mais eficientemente o conhecimento adquirido por ocasião deste estudo, apresenta-se, a seguir, uma tabela com os resultados obtidos no concernente às diferenças e semelhanças das obras investigadas:

	***O Egipto*, de Eça de Queirós**	***Os Sertões*, de Euclides da Cunha**
Obra jornalística	Quatro artigos publicados no Folhetim do jornal *Diário de Notícias*	Vinte e cinco artigos publicados em cadernos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*
Episódio	Festas de inauguração do Canal de Suez, no Egito	Última fase da Guerra de Canudos, no norte da Bahia
Data da cobertura	17 de novembro de 1869 a 20 de novembro de 1869	De 07 de agosto a 01 de outubro
Data da publicação	Entre 18 e 21 de janeiro de 1870, diariamente	Entre 18 de agosto e 26 de outubro de 1897, em dias alternados
Condições de produção	Os textos são escritos num intervalo de dois meses, entre cobertura e publicação	Os textos são redigidos, enviados por telégrafo e publicados quase imediatamente
Gênero	Crônica	Reportagem
Aspectos ideológicos	Visão de mundo tecnológico-cientificista, marcada pelo discurso diplomático	Visão de mundo tecnológico-cientificista, marcada pelo discurso militar
Modo de organização do discurso	Predominantemente narrativo, ocasionalmente descritivo, raramente dissertativo	Predominantemente descritivo, ocasionalmente narrativo, muito raramente dissertativo
Aspectos literários no discurso jornalístico	Voz autoral, estilo, uso de símbolos e humanização	Voz autoral, estilo, uso de símbolos e humanização
Obra literária	Livro publicado em 1926, mais de um quarto de século após a morte do autor	Livro publicado em 02 de dezembro de 1902, pela Livraria Laemmert, do Rio de Janeiro
Condições de produção	A obra, póstuma, é ampliada mediante a reunião de todos os escritos do autor referentes ao Egito	A obra é escrita entre 1898 e 1902, em São José do Rio Pardo
Modo de organização do discurso	Predominantemente narrativo, ocasionalmente descritivo, raramente dissertativo, firmando-se a manutenção estilística	Os três modos de organização do discurso (descrição, narração e dissertação) são empregados
Processos de editorialização e de re-escrita	O trabalho é de transposição, havendo raríssimas diferenças entre a obra jornalística e a literária	O trabalho é de transformação, havendo alguma manutenção de aspectos temáticos, mas não formais

Aspectos jornalísticos no discurso literário	Imersão do repórter na realidade, precisão de dados e informações, digressão e humanização	Imersão do repórter na realidade, precisão de dados e informações, digressão e humanização

Em resumo, comprovaram-se todos os objetivos deste trabalho, a saber, a demonstração de que também a produção pretensamente não-ficcional é passível de portar elementos artísticos, de maneira a ser aceita pelo sistema literário; a comprovação de que consideráveis níveis de literariedade podem ser encontrados também em textos de jornal; e a corroboração de que, nos presentes casos, estes índices são ampliados e aprimorados para as obras estendidas.

Tudo isso sempre sob a perspectiva dos preceitos do Jornalismo Literário, que entende o gênero como uma modalidade discursiva híbrida, baseada nas habilidades descritivas do autor e em processos de criação cujos traços básicos são: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos e metáforas, digressão e humanização.

Provou-se, igualmente, que as referidas características foram praticadas tanto por Eça quanto por Euclides instintiva e intuitivamente, muito embora a prescrição das propriedades em sistema haja surgido, contudo, nos últimos anos. Reiterando, analisar e interpretar as obras citadas à luz da teoria de Norman Sims, diagnosticando os pontos de contato entre a feitura de uma e de outra obra, foi o principal intento desta pesquisa. O trabalho, que constou basicamente de pesquisa bibliográfica, teve como base o estudo do *corpus* no sentido de investigar o processo de editorialização que envolveu a transformação dos produtos publicados posteriormente, em formato de livro.

Assim, o material que originou *Os Sertões*, em 1902, ou seja, os vinte e cinco artigos publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1897, fruto da temporada que Euclides passou no norte da Bahia, e as reportagens que geraram *O Egipto*, em 1926, publicadas pelo jornal *Diário de Notícias*, em 1870, por ocasião da viagem de Eça para a cobertura da inauguração do Canal de Suez, foram tomados como ponto de partida neste estudo. O aproveitamento e a adaptação destes materiais, bem como a transformação deles em obras literárias de reconhecido valor, foram da mesma forma temas atendidos pela pesquisa.

Logo, de acordo com o que se supunha de antemão, as reportagens publicadas nos jornais não são matérias comuns – caso contrário, qualquer produção jornalística seria passível de tornar-se livro, evento que raramente acontece. Por isso, este estudo que girou em torno dessa temática – buscando resposta à questão fulcral: "Quais as particularidades de que tais matérias são detentoras, propriedades estas capazes de impulsionar a feitura de obras que são aceitas pelo cânone literário?" – apresentou como conclusão o fato de haver, nas mesmas, a preexistência de elementos que denotam literariedade.

As produções queirosiana e euclidiana estariam, pois, no meio do caminho entre o "meramente temático" e o "exclusivamente estilístico", isto é, ultrapassaram o formato automatizado de estruturas informativas, de tom relatorial, tão frequentes entre produções jornalísticas comuns, indo em direção à arte pura.

Deu-se destaque à figura do correspondente, chamando-se a atenção para o fato de a tendência do Jornalismo Literário ser proveniente de uma tradição epistolar que teve início no século XIX, quando as colaborações em jornais misturam vários gêneros discursivos e deixam de ser apenas “documentos de época”, já que apresentam potencialidades que não têm tão somente a função referencial.

Dessa forma, os elementos artísticos (já presentes nos textos incipientes) são os responsáveis pelo referido desencadeamento. E não seria exagero afirmar, portanto, que o *consórcio da ciência e da arte*, postulado pelos autores estudados e seguido até os dias atuais na prática do Jornalismo Literário, é a mais elevada tendência para o registro tipográfico dos conhecimentos humanos, de modo que forma e conteúdo, quando desenvolvidos plenamente, culminam com a produção de obras riquíssimas e conceitualmente semelhantes às experiências queirosiana e euclidiana.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikail. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. S. Paulo: Unesp/Hucitec, 1998.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: 1902.

QUEIRÓS, Eça de. O Egipto e mais notas de viagem. Lisboa: 1926.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 2001.

46. ÂNGELO CRISTÓVÃO, AGLP, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

TEMA 2 OS DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA: ENTRE O MODELO NACIONAL E O PATOIS

Neste texto procuramos realizar algumas reflexões sobre questão da língua na Galiza à luz da história das línguas europeias, salientando algumas divergências entre os modelos de língua nacional e popular. Finalmente, refletimos sobre o conceito de língua e questões metodológicas que afetam à compreensão do problema.

1. O papel da história

A Galiza situa-se entre duas realidades nacionais e linguísticas bem diferenciadas mas idênticas, do ponto de vista da evolução: A espanhola, de base castelhana, e a portuguesa, originada num retalho da Gallæcia.

É historicamente diversa a política de alianças estratégicas seguidas por Portugal e Espanha, mas ambos os países se unem por uma semelhança ou paridade no processo de construção da língua.

De forma gráfica, vale a pena citar a evolução dos vulgares para o nível de línguas nacionais num processo histórico que incluiu uma literatura medieval (por exemplo, as Cantigas de Amigo); a introdução das ideias renascentistas de origem italiana (recomenda-se os estudos de Américo da Costa Ramalho); as traduções das grandes obras da literatura latina para as respetivas línguas vulgares (v.g. a *Arte Poética* de Horácio, traduzida por Aquiles Estaço em 1553); a introdução da imprensa (veja-se *Origens da Imprensa em Portugal*, de Artur Anselmo); a participação na República Literária em Latim, prévio aos seus correlatos nas respetivas línguas vulgares, agora nacionais (indague-se o caso de Pedro de Almeida nas *Acta Eruditorum*); a extensão da língua no sistema colonial (reveja-se a política do Marquês de Pombal a respeito da *Língua Geral* do Brasil, consulte-se a escassa bibliografia, e lamente-se as raras referências aos estudos sociolinguísticos nas diversas etapas coloniais); a introdução do português e castelhano no bacharelato (lembre-se a gramática latina com explicações em português, da mão do P^e^ Manuel Francisco de Miranda, de uso habitual no século XX em Portugal); finalmente, a consagração destas línguas com a anulação definitiva do latim, e a progressiva consolidação de um espaço geopolítico, económico e comunicacional: a lusofonia.

Poderia alguém pensar na ideia de lusofonia como invenção recente. Muito antes, no século VII, havia pessoas capazes de reconhecer a ideia de uma aliança linguística, como o monge Beda, O Venerável, que transmitiu um belo exemplo para a posteridade na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, c.a 731. Ser ponte e instrumento comum de comunicação foi também a principal função e razão de continuidade do latim durante séculos. A história da literatura medieval galega é bem conhecida do público geral. Os cancioneiros representam um momento de esplendor literário, que só teria continuidade numa parte do território, o Reino de Portugal (e os territórios por esse país administrados). A diferente fortuna histórica do português a Norte do rio Minho tem diversas explicações, sendo a principal a submissão política do Reino da Galiza à coroa castelhana, a partir das revoltas irmandinhas e, especialmente dos chamados *Reis Católicos*. Essa relação hierárquica continuaria até ao presente. A introdução do castelhano na Galiza parece ter chegado maioritariamente através das ordens religiosas e a administração da coroa castelhana. O português, na Galiza, não atravessou a modernidade com uma dinâmica própria, mas numa situação de dominação e abandono. O seu uso escrito desapareceu antes da conversão da imprensa numa indústria generalizada.

Na periodização habitual da literatura galega costuma chamar-se "séculos obscuros" ao espaço existente entre a literatura medieval e o ressurgimento do século XIX, em pleno romantismo e naturalismo. Isto quer dizer que o galego ficou ausente dos processos culturais e políticos que conformaram as línguas nacionais. O português continuou a falar-se na Galiza, mas a sua expressão ficou reduzida à oralidade. O latim e, nomeadamente, o castelhano foi, a partir desse momento, a língua da administração pública, da igreja e do ensino, ficando o português galego reduzido ao âmbito familiar e, quando foi público, a sua expressão escrita só seria ocasional, *de circunstâncias*, como tem adjetivado algum autor.

Isto teve repercussões pelo menos em dois níveis: a substituição de formas linguísticas próprias por castelhanas ou outras mais semelhantes com as dessa língua: (v.g.: Galicia); na sintaxe e no paradigma verbal (*fixo*, por *fez*; *podo* por *posso*). O outro aspeto salientável é a noção que a população assimilou da sua língua, em relação com o castelhano. A começos da modernidade, o galego

seria *língua vulgar*; na ilustração, a época em que o castelhano começou a tornar-se língua nacional, seria *língua regional*; no século XX coexistiriam adjetivações como *regional*, *vernacular* e *dialetal*. No presente, a noção de «língua do pobo», «lingua propia», «lingua de seu», dão continuidade a essa situação de dominação.

2. As línguas europeias

É claro que todas as línguas faladas na Europa são *europeias*, por pertença geográfica. Ora, *línguas europeias,* no âmbito da sociolinguística histórica, faz referência a um lugar-comum, uma designação geralmente aceite para determinadas línguas, as de aqueles países que desenvolveram uma literatura em *língua vulgar* e um *humanismo vulgar* a partir dos séculos XVI e XVII, num processo intelectualmente sucessor do Renascimento. No caso espanhol há um caso salientável e precoce. Trata-se de Juan de Valdés e o seu *Diálogo de la Lengua* (1535).

Em certo sentido, para os utentes, a rentabilidade do uso de uma palavra é proporcional à capacidade que fornece para distinguir entre objetos diferentes. Neste caso, na perspetiva histórica, entre as que são consideradas europeias e as que ficam fora desta categoria. Portanto, *línguas europeias* são do ponto de vista histórico só umas poucas, aquelas que chamamos atualmente *línguas nacionais*, ou *línguas de cultura*, noutra aceção. As outras são tidas por falas sem correspondência escrita, ou com uma escrita dependente de uma língua nacional constituída, têm recebido diversos nomes: *Dialetto*, *patois, lengua vernácula, língua regional, língua popular*.

Tendo isto presente, podemos afirmar que a questão do galego foi no século XIX e continua a ser atualmente, um processo por que uma *não-língua*, uma variedade linguística sociologicamente identificada como *patois*, pode chegar a ser a *língua comum*, *língua de cultura*. Poderá facilmente perceber-se que todo o esforço neste processo será eficaz se for em consonância com uma noção de língua semelhante à de outros casos bem-sucedidos. E a história europeia fornece numerosos exemplos. Trata-se, portanto, de estabelecer clara e conscientemente uma distinção entre a situação à partida e a situação a que se deseja chegar. Deveria ser muito clara a diferença entre falares populares e língua culta. Usos formais e informais. Oralidade e escrita. Língua padrão e variedades regionais. E finalmente, o conceito de língua histórica, como é explicado por Coseriu. Não estamos a fazer referência a ideias difíceis de perceber. Infelizmente, ainda aparecem aos olhos de alguns dos implicados no processo de promoção do galego, como revolucionárias e até perigosas.

A razão desta situação deve-se, em parte, ao predomínio de ideias linguísticas populistas, e à opção de algum galeguismo de baixo escol que, na altura histórica da viragem democrática, na década de 1970, optou pelo facilitismo dos conceitos fracos de língua, sucedâneos ideológicos para elites incapazes de assumir a sua responsabilidade histórica.

A esta opção juntou-se um contexto filosófico que privilegiou a guerra às palavras. Conforme a estes pontos de vista, é inadequado utilizar expressões como *língua de cultura*. Todas as línguas são de cultura, dizem. Ora, aceitarmos este desígnio não vai fazer com que as línguas menos desenvolvidas se tornem, automaticamente, com mais possibilidades de desenvolvimento. Estes malabarismos lexicais, mais do que ajudar, serviram nas últimas décadas apenas para ocultar a irresponsabilidade de algumas elites galegas.

O lugar que ocupa o galego entre as línguas europeias é paradoxal. Se atendermos a critérios linguísticos, por exemplo, o modelo coseriuano de língua histórica, o galego é uma das formas do português e, neste sentido, é uma língua nacional -uma forma especial, pois foi na antiga Gallaecia que nasceu a língua de Camões. Porém, se atendermos a outros indicadores, como à *ortographia*, formalização da língua ou *corpus*, ou ao *status*, em relação com o castelhano, em determinados âmbitos sociais da Galiza, a situação do galego se parece ao de um patois, apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

3. A questão da língua da Galiza

Jonathan Steinberg utilizava, num interessante artigo de 1987 («O historiador e a questione della língua», in Burke e Porter, 1987: 235-253), vários exemplos do ressurgimento da *questione della lingua* em diversos países europeus, salientando a semelhança entre a situação de fins do século XX e a que tinha existido na Europa na altura da Revolução Francesa.

Fazia também referência - aliás, inescusável - à questão nacional, como a dimensão *automaticamente* associada ao problema da língua, ao lembrar: «Língua e nacionalidade parecem-nos tão naturalmente unidas que se torna

difícil relembrar como sua fusão é recente». Acabava Steinberg o seu texto afirmando: "Quando a *questione della lingua* surge, ela significa que grandes mudanças estão ocorrendo. O historiador precisa refletir sobre elas".

A pertinência da cita de Steinberg resulta adequada, em primeiro lugar, pela negação sistemática que, da *questão da língua* da Galiza, fazem as instituições espanholas detentoras do discurso oficial sobre o galego, pretendendo assim dar por encerrado o caso -e pela impossibilidade real de estabelecer-se um debate razoável entre os partidários das diferentes posições contrapostas -lusistas (ou lusófonos) e castelhanistas (ou isolacionistas).

Em segundo lugar, como forma de apoio às nossas afirmações, num contexto intelectual dominado pelos preconceitos, aos que não podemos escapar como parte implicada. Nestas questões não é possível neutralidade nem observação "objetiva". Neste sentido, queremos trazer à ribalta o clássico de Gunnar Myrdal, *A objetividade nas Ciências Sociais*, vacina inicial contra as verdades "verdadeiras" que costumam acompanhar os textos sobre língua, na Galiza

Se o enquadramento histórico de Steinberg é acertado, deve advertir-se que nesse período se incluem casos de diferente origem, evolução e resultado. Compare-se os seguintes casos. O checo -por palavras do sociólogo Lluís Aracil, o mais ilustre - deu origem a uma nação, recentemente convertida em estado diferenciado. O neerlandês, cuja *Neerlandese Taalunie*, o Tratado da União da Língua Neerlandesa, foi assinado na segunda metade do século XIX, é a única língua oficial nessa parte do Reino da Bélgica, sob um critério territorial. Um terceiro, entre outros, é o do catalão - cujas Normes de Castelló, auspiciadas pelo Seminari d'Estudis Catalans, unificaram a língua escrita em 1932-, tendo autonomia política desde 1979 dentro do Reino da Espanha, e sendo o catalão língua cooficial a par do castelhano.

Contudo, essas mesmas normas que garantem a unidade da língua escrita são contestadas pelas autoridades políticas na Comunidade Autónoma de Valência convertendo, desde a década de 1990 nessa região, o que dantes era generalizado (a identificação entre valenciano e catalão e a utilização das normas de 1932) numa guerra do estado espanhol contra a unidade dessa língua. Assim, a questão do valenciano está a tornar-se, grosso modo, na questão *contra* o valenciano. A *questione della língua* da Galiza é uma valiosa fonte de informação para sociolinguistas e observadores interessados em geral. Uma aproximação ao tema exige algum esclarecimento prévio, quer metodológico, quer epistemológico.

4. Problemas metodológicos

Uma primeira aproximação à abundante bibliografia produzida nas últimas décadas (Cristóvão Angueira, 1990; Mário Herrero, 1994), nos âmbitos da filologia, a dialetologia, a linguística ou a sociolinguística, poderia realizar-se do ponto de vista das metodologias utilizadas. O problema epistemológico vem à tona ao realizar uma simples observação da falta coerência nos critérios utilizados pelos linguistas e filólogos do âmbito autonomista ou, por outras palavras, do conjunto dos textos redigidos em galaico-castelhano, quer nos mais teóricos, quer nos que recolhem informação "de campo".

Assim, em Ramón Lorenzo, a sua edição da *Crónica Troiana* serve ao mesmo tempo como demonstração da unidade da língua portuguesa, para uns, e como evidência do contrário, para o autor. A questão que se levanta, em último termo, é o da cientificidade desse conjunto de textos ou, por outras palavras, a das caraterísticas de cientificidade que os pudessem validar (citemos apenas universalidade, possibilidade de repetição das observações, critérios coerentes nos métodos de audição e transcrição, etc.). Isto serviria para encher algumas páginas perguntando-se, até que ponto podemos estudar a filologia com as regras das ciências sociais –e, portanto, deve manter regras com algum critério universal -, ou se é admissível priorizar os critérios netamente ideológicos sobre os científicos.

Decerto, costuma-se falar em filologia galega, filologia asturiana, filologia catalã, mas poucas vezes se põem em relação com a filologia românica. Não costuma falar-se em *ciência galega* ou *ciência portuguesa*, pois às ciências supõe-se a universalidade como caraterística intrínseca. Poderia investigar-se, portanto, e em que medida os critérios de validez conceitual ou de recolha da informação utilizados pelos filólogos galegos são equiparáveis a quaisquer das ciências sociais, por exemplo, os da observação em estudos sociológicos. A questão poderia levar-nos a outras reflexões mais profundas: que utilidade (ideológica) tem a observação (e transcrição para o papel) da "fala popular" no caso do galego castelhanizado, sem advertir dos condicionantes sociais que fizeram e continuam a fazem com que mudem esses usos linguísticos?

Para os sociolinguistas, a perspetiva de estudo será sempre a língua como facto social, e as questões metodológicas, especialmente a observação e a análise dos factos, fazem parte das preocupações.

5. BIBLIOGRAFIA

ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

—— *Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal*. Lisboa: *Revista da Biblioteca Nacional*, 2, 2. 1979, Biblioteca Nacional, 1988.

—— *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães editores, 1997.

BEDA VENERABILIS (*ca*. 731) *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*. [Ed. inglesas: *The ecclesiastical history of the English nation, by the venerable Bede*. New York/ London: J.M. Dent & E. P.

Dutton, 1988; *Bede's Ecclesiastical History of the English People. A historical commentary*, 6 vol. London: Oxford University Press, 1988.

BURKE, Peter. & PORTER, Roy. (org.) *História social da linguagem*. Editora UNESP, Cambridge University Press, São Paulo, 1996. Título original: The Social History of Language. Cambridge Universtity Press, 1987.

COSERIU, Eugénio. *Sincronía, diacronía e historia*. Montevideo: RFHC, XV, 1957. Especialmente pp.

201-235. Reed. sob o mesmo título in: Madrid: Editorial Gredos, 1973. [Trad. portuguesa: *Sincronia,*

diacronia e história. São Paulo: Editorial Presença - Universidade de São Paulo Editora, 1979].

CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da história do livro em Portugal*. Séculos XV a XIX. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.

CRISTÓVÃO, J. Ângelo. "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in: Noves de Sociolingüística, núm. 9, Barcelona, 1990. Re-editado em: Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística, vol. VI, núm. 21-26, pp. 71-99.

HERRERO, Mário. *Bibliografia de discurso sociopolítico na Galiza*. Corunha, 1994. Inédito.

HORATII Flacci, Quinti (*ca.* 17 a. C.): *Ars Poetica* (*Epistula ad pisones)*. [Trad. portuguesa: *Arte poética*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes (edição bilingue). Mem Martins:

Inquérito, 1976[4]. Trad. espanhola: *Arte poética*. Madrid: Ed. Cátedra, 1996].

LORENZO, Ramón. *Crónica Troiana*. Ed. Real Academia Galega, Corunha, 1985.

MYRDAL, Gunnar. *A Objetividade nas Ciências Sociais*. Assírio e Alvim, Lisboa, 1976.

RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste

Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1969, 1997[2].

—— *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, 2.ª ed.

—— *Para a história do humanismo em Portugal*, 2 vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian –Junta

Nacional de Investigação Científica e Técnica, 1984.

VALDÉS, Juan de. *Diálogo de la lengua*. 1535. Reed. por Editorial Castalia, Madrid, 1983.

47. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

TEMA 2.4. LÍNGUA OFICIAL E LÍNGUA DIALETAL": APONTAMENTOS PARA UMA TEORIA LINGUÍSTICA DO GALEGO OU PORTUGUÊS GALEGO, NA SEQUÊNCIA DO PROF. CARVALHO CALERO.

Sobre os artigos do Professor, compilados em *Problemas da Língua Galega* (Lisboa, 1981), mormente, e em *Da fala e da escrita* (Ourense, 1983), procuro sistematizar nalguma medida as suas teorizações e reflexões relativamente à **história clínica do Galego** e à **integração da Galiza na Lusofonia**:

- 1.- As falas galegas, sem a referência e abrigo da escrita desde 1532 *ca*., ficaram envolvidas pela norma oral e escrita da língua oficial do reino bourbónico.

- É por volta de 1850 que escritores conscientizados (Rosália e Pondal, sobretudo) iniciam o movimento dignificador da língua da Galiza por que passa de contrastar a opor-se ao castelhano, quer dizer, de ser considerado dialeto a entender-se que é língua tão oficializável quanto era oficial a castelhana.

- 2.- Desde aquelas datas (1850) os escritores e estudiosos do Galego duvidaram em o considerar «lingua de seu» ou variante do Português desde perspetivas diversas ou critérios que o Prof. Carvalho examina, critica e, afinal, estabelece.

0.- INTRODUÇÃO

Nesta comunicação tento oferecer resumidamente uma "Galeguística" ou teorização da Comunidade de Falas galegas e de Língua, guiado pelas compilações de artigos do Prof. Carvalho Calero, que intitulou *Problemas da Língua Galega* [PLG] e *Da Fala e da Escrita* [FE], publicadas respetivamente em Lisboa 1981 e em Ourense, 1983. Acho que, na altura, o Prof. Carvalho entendera bem a herdança dupla do Galeguismo (político) e da Romanística (nomeadamente da «Escuela de Filología Española») de modo que, nas obras citadas, estabelece as linhas mestras da sua **conceção teórico-prática da Língua da Galiza**.

0.1. - A HISTÓRIA DO GALEGO E DOS GALEGOS

Comecemos por uma citação que compendia essa conceção do Professor: «A história do Galego, a partir do século XV, é em realidade uma **história clínica**; é a história dum organismo enfermo que, privado de assistência médica, se consome numa lenta degeneraçom dos seus tecidos vitais» (FE, 15). Continuemos por estoutra, esclarecedora do que costuma acontecer na Galiza: «Tal experiência [de o recorrente "ignaro" corrigir ao recorrido como juiz ou sábio] é sintoma dumha **consciência patológica** do país com respeito ao seu idioma» (PLG, 74)

0.2. - EM SÍNTESE

O português galego e os seus utentes são sujeito e objeto de uma história clínica, de que considero os seguintes aspetos:

1.º O Galego ou Galego-português (embora com mais propriedade deva dizer-se Português galego).

2.º A História do Galego

3.º A condição clínica dessa História e da correlativa consciência patológica.

1.- GALEGO OU PORTUGUÊS GALEGO

1.1. A DOUTRINA TRADICIONAL NA ROMANÍSTICA

O Prof. Carvalho mantém-se fiel à conceção tradicional na Romanística sobre o Galego ou Português:

a) Afirma que «*o galego, ainda que nado em Galiza, trai as suas origens de Roma, pois foi o latim importado o que lhe deu forma substancial, e não é outra cousa que latim falado em Galiza e transformado em Galiza no decorrer dos tempos até chegar a constituir-se como entidade autónoma*» (PLG, 5)

b) Os "galecos" ou «os *celtas* da Hispânia para os Romanos» (PLG, 6) «falavam dialetos nom ibéricos» e habitavam a província romana da **Gallaecia**, (ib.), que se estendia «*nom só polo Portugal atual até o Douro, senom por quase toda a meseta norte até a cordilheira ibérica*». (ib.)

c) Acrescenta que a «Gallaecia foi um viveiro de romances» (ib.) e especifica que houve «*um latim galego, ou galaico, falado na Gallaecia "ulterior", ou seja, a Galiza, e um galeco oriental, próprio da Gallaecia mesetenha. Assim surgirom o galego e o leonês*.» (Ib.)

d) Com o mesmo espírito de fidelidade, procura, a seguir, uma curiosa simetria que acho forçada, porquanto desigual no tempo, pelo menos:

d.1.) «*O contacto com o vasco determinou que do leonês se desprendesse o castelam;*

d.2.) «e o contacto co romance moçarábico lusitano provocou a apariçom do português como variante do galego» (ib.)

e) *Aqueles dialetos celtas ficaram subsumidos como substrato dos romances: «Todos estes romances estam formados sobre um substrato indo-europeu, celta ou pré-celta» (ib.), enquanto a outra Hispânia, linguisticamente "ibérica", «comprende dialetos pirenaicos e mediterráneos que forom absorvidos co tempo polo seu vizinho o castelam.*» (ib.)

Esta conceção foi sustida pelo Professor em diversos escritos, nomeadamente os compilados nas obras que comento.

Aliás, entendo, mais do que suspeito, que o Prof. Carvalho percebia nela não só luzes, mas sobretudo sombras que deveriam ser esclarecidas. Assinalo duas:

1.ª Uma sombra, discutida e imensa, refere-se ao denominado "substrato celta" em que alicerça o Galego e, portanto, o Português.

2.ª Outra, igualmente quase inefável, atinge ao moçarabismo português face ao não moçarabismo do Galego.

1.2. - GALEGO E PORTUGUÊS

1.2.1. ENQUANTO LÍNGUA COMUM

O Professor entende que o Galego é *«[h]espanhol norocidental, tam próprio das terras que hoje chamamos Galiza como daquelas que constituíam o Condado de Portugal, e que estavam integradas na antiga Gallaecia*.» (PLG, 6)

Explica. O Galego posterior à constituição do reino de Portugal «*é umha língua literária comum, ainda que os falares galegos galaicos e os falares galegos lusitanos sem dúvida registavam divergências de origem substratística. Estas divergências nom se manifestarom na língua literária até fins da Idade Média, e só entom podemos falar de galego e português como normas distintas, integradas, porém, no mesmo sistema originário*.» (ib.)

O Prof. Carvalho Calero coloca-nos de novo perante as sombras acima apontadas, quando atribui aos falares do Norte e do Sul (sem, aliás, especificar a raia) «*divergências de origem substratística» que se manifestam na língua literária justamente nos «fins da Idade Média*». Insisto: São sombras que cumpre dilucidar. Por outro lado, não me surpreendem as hesitações do Professor ao caso. As pessoas que, na Galiza ou fora dela, procuraram e procuram compreender o que se passa na Terra, a respeito das falas e da

língua denominada "própria", viram e vêm envolvidas as suas reflexões pela ideologia (quer dizer, pela política) dominante, que é a do nacionalismo espanhol, mais ou menos radical.

Contudo, cumpre reconhecer no Prof. Carvalho Calero a valentia de ultrapassar com coerência esse envolvimento. Assim o advirto na citação seguinte e que, a meu ver, precisa a precedente: «*Ao norte do Minho, o galego vai desaparecer como língua de cultura, e ao sul umha florecente prosa histórica e didática vai suceder, baixo a dinastia de Avis, ao esplendor da lírica dos tempos alfonsinos e dionisianos. O galego do sul evoluciona independentemente do galego do norte, e, recuperado em tempos de Afonso V o pulo poético cortesano, há de atingir com Camões o seu máximo cume literário polos mesmos tempos em que Galiza, afastada dos centros literários espanhóis, se nos apresenta ágrafa ou castelhanógrafa*.» (FE, 9)

Pouco mais abaixo procede do mesmo jeito, quando trata dos nomes que por hábito se aplicam a ambas as normas: «*E mentres se realiza esta expansom da língua [...] que agora é conhecida co nome de português, no norte esmorece o núcleo primitivo, que conserva o velho nome de galego, ainda que no norte de Portugal se fala essa mesma língua, ali tamém autóctona, bem que hoje se ache recoberta por umha capa da língua padrom de Portugal, é dizer, do português normativo, a pola mais pujante do antigo galego-português*.» (ib.)

1.2.2. ENQUANTO LÍNGUA OFICIAL

A procura de esclarecimento evidencia-se noutros artigos; saliento o intitulado «A linha do galego literário», publicado no núm 36 de *Grial* (1972: 129-137), um ano antes da publicação, no núm. 41 da mesma revista (1973: 278-287), do artigo do Prof. Rodrigues Lapa, «A recuperação literária do galego», dito abusivamente fundacional do reintegracionismo de hoje. O Professor começa o artigo: «*Umha língua que nom possui umha forma canonizada administrativamente, vive sempre num estado de fluidez mais ou menos dialetal. É o direito, quer dizer, a norma jurídica, dotada de coercibilidade, a que em definitiva calha o feitio da fala numha versom oficial. É o poder político o que em definitiva fixa a norma lingüística. [...] Esse reconhecimento oficial confere a umha forma lingüística a condiçom de nom dialetal, mentres que qualquer outro tipo de fixaçom, ainda fundado numha autoridade social, como é o caso do catalam moderno, está exposto a toda a classe de contestaçons e pruídos heterodoxos.*» (PLG, 53)

O Prof. Carvalho bem conhece que a administração deve assumir a língua não só como "própria", mas sobretudo como "nacional" sua. Foi na Modernidade que o estado se constituiu em estado nacional e só fixou como administrativamente estadual a língua que previamente declarara nacional. Esse não é o caso do Galego. Contudo, não perfila acabadamente a correlação entre a língua oficial (e nacional) e a língua de uso na sociedade.

Se é certo que — afirma — «*[f]orom os acontecimentos históricos os que sem formulaçom positiva de caráter jurídico, sem proclamaçom legal concreta, elevarom e abaixarom a condiçom social do idioma [da Galiza] e, coa condiçom social, a condiçom administrativa. O galego foi língua tabeliónica e chanceleresca mentres foi língua comum dos galegos e língua literária. [...], Mas a partir do advento da dinastia dos Trastámara — um condado galego vido a mans castelás — ao trono de Galiza — unido persoalmente ao trono de Castela —, umha forte penetraçom de nobreza forasteira* [castelhana]» (PLG, 65) *fez com que «o castelám despraza[sse] progressivamente o galego como língua escrita e oficial* **[sic]**, *mais que pola deserçom, pola destruiçom da nobreza galega»* (PLG, 66; Vid. 65-67)

2.- HISTÓRIA DO GALEGO OU PORTUGUÊS GALEGO

Detenhamo-nos, portanto, nas reflexões do Professor sobre a história do Galego e, desde elas, entenderemos as advertências ou [pré-] monições (em 1981 e 1983) ao caso, mormente, a respeito da sua formalização como língua a ser empregada na administração.

2.1. - DO PASSADO AO FUTURO

No artigo «*Do passado ao futuro» (PLG, 25-35) o Prof. Carvalho resume o processo como segue: «A história do idioma galego é a história mesma da Galiza. [...] diríamos que Galiza nace à história quando o galego nace, que se mergulha na imobilidade a-histórica quando a língua se reprega à escuridade da iliteraridade, e que renace à história quando o galego renace à literatura*.» (PLG, 25). Apesar de tudo, o Professor nem sempre distingue, como costumam os filólogos e linguistas, entre o idioma, galego, e a comunidade, Galiza. Assinalei-o na comunicação ao *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, 20-24 de setembro de 1984), intitulada «Aproximaçom à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da

"Filoloxóa oficial" na Galiza...», ao examinar os procedimentos retorizadores utilizados por alguns filólogos (ou "filóloXos") compostelanos.

Dizia eu:

«O caso mais abundante vem a ser que os termos "galego" e "castelhano" (castelán) e "português" ou as expressões "lingua galega" e "lingua castelhana" e "lingua portuguesa", denominadores do *efeito* ou *consequência*, substituam a denominação da *causa*, entendida como:

»1. *A própria Comunidade Linguística galega (ou galaico-portuguesa [hoje diria lusófona]) e castelhana, enquanto espaços sociocomunicativos (ou simbólicos).*

»2. O desenvolvimento das mesmas ao longo dos séculos. [História da Galiza]

»3. *A correspondente organização sociopolítica, nos respetivos estados, dos usos linguísticos.*

»4. A Notabilidade responsável da antedita organização nos territórios em que assentam as Comunidades Linguísticas.» (A. Gil Hernández 1986, 111-112)

Naturalmente, "galego" ou "português" (e "castelhano") também denominam o sistema linguístico estrito. Mas ponhamos de parte o procedimento em causa (quer prosopopeia que atribui condição e consciência humanas ao idioma, quer metonímia) e entendamos que o Professor, ao dizer "galego", está a referir-se à sucessão de gerações humanas, assentes na Terra e nela organizadas, que, gozando da condição e consciência humanas, são o sujeito ou objeto da História, segundo perspetivas. E passemos à temporalização proposta pelo Prof. Carvalho, que resumo, no possível, com as suas palavras:

2.1.1. 1.º GALEGO ANTIGO

O Professor considera que o Galego antigo se estende desde os inícios documentáveis até aos primeiros anos do séc. XVI. Salienta a «época gelmiriana[296], tam importante para a história geral, é sem dúvida assim mesmo *transcendental para a pujança do galego, que, desterrado ainda daquela do pergaminho, atinge no fim do século [XII], já desaparecido o primeiro arcebispo de Compostela, e precisamente quando a hegemonia política de Galiza no complexo cristiam centro-ocidental tinha sido definitivamente quebrantada, a consagraçom da escrita*» (PLG, 26)

Contudo, ao caso, vale lembrar, com o Prof. Carvalho Calero, que «*o idioma, que agora se manifesta tam pujante no plano literário; que coloniza lonjanas cortes peninsulares e se apresenta como a língua da lírica cortesá de toda a cristandade hispánica, salvo o extremo norte-ocidental; o galego dos trovadores, dos que se conservam cantigas nos Cancioneiros primitivos, é galego o mesmo que é português, pois fala-se em Portugal como em Galiza*.» (ib.)

E abaixo continua: *«[...] o complexo galego-português conserva até hoje o selo que desde as origens lhe imprimiu a sua apariçom às duas beiras do Minho, e só a erosom do castelam sobre a póla setentrional, ao integrar-se Galiza no reino de Castela, e a influência das falas moçárabes sobre a póla meridional, ao avançarem os Portugueses cara o Algarve na sua gesta reconquistadora, bifurcarom como umha oliveira o tronco comum galego-português, polo que dum ponto estritamente linguístico, galego e português*

[296] Diego Gelmírez, antigo escriba do conde D. Raimundo de Borgonha, senhor da Galiza, em 1102 foi eleito para arcebispo de Santiago de Compostela. Reformou o cabido, concluiu a catedral iniciada em 1077, engrandeceu a diocese com bens e privilégios e conseguiu que esta ficasse isenta de Braga e fosse elevada a metrópole pela transferência das dioceses sufragâneas de Mérida para ela (então Mérida ainda era muçulmana).

Parece que nasceu em Santiago entre 1068 e 1070, embora a tradição situe seu lugar de nascimento em Catoira, possivelmente porque seu pai, Gelmírio, era o custódio das torres do Oeste. Educou-se na **Escola Catedralicia de Compostela** e depois na corte de Afonso VI. De volta a Compostela trabalhou na chancelaria do bispo Diego Páez. Em 1092, o conde Raimundo de Borgonha nomeou-o seu notário e secretário e, em 1093, administrador de honra da sé compostelana, cargo que exerceu com acerto até que foi eleito bispo Dalmácio em 1094. À morte deste, em 1095, o clero solicitou ao rei que Gelmírez voltasse ao posto de administrador, enquanto a sé esteve vacante. Em 1099 o papa Pascoal II autorizou a eleição de um novo bispo. Deste jeito, no tempo em que Gelmírez estava em peregrinação para Roma e foi ordenado diácono pelo próprio Papa, foi também eleito bispo a 1 de julho de 1100. A consagração teve lugar em 21 de abril de 1101. Introduziu a reforma gregoriana. A escola da catedral alcançou renome no âmbito continental. Estabeleceu estudos de *Retórica* e *Dialética*, junto aos de *Gramática*. Como se de um monarca se tratara, mandou escrever suas próprias crônicas: a *História Compostelana* fonte fundamental para entender as vicissitudes da Galiza medieval. Mandou erguer igrejas como a de **Santa María de Sar** e se construiu um grande **Paço episcopal** (antes erguera outro assediado e destruído pela povoação de Santiago) onde se fez rodear de uma importante Corte ao seu serviço. Impôs com mão de ferro sua autoridade contra os levantadiços burgueses compostelanos. Estes, num dos seus violentos levantamentos, chegaram a ultrajar na praça pública a rainha Urraca, e sitiaram o arcebispo e a rainha no seu paço, fugindo ambos no último instante após que os rebeldes acenderam fogo ao paço (não o conhecido em nossos dias se não um anterior situado na atual Praça das Pratarias), feitos estes ocorridos nos anos 1116 e 1117. Só a ajuda das tropas do conde Pedro Froilaz de Trava, permitiu a recuperação do poder sobre a cidade, apesar de que em 1136 já velho e enfermo sofreu um novo ataque ao seu paço. Morreu em Compostela em 1139. (Dados e, em grande medida, redação tomados da Wikipédia em português.)

devem ser considerados como duas formas dum mesmo material idiomático.» (PLG, 26-27)

Reitera o Professor as teorizações acima apontadas sobre a castelhanização do Galego, no Norte, e a moçarabização do Português, no Sul. A primeira é incontestável e relativamente temperã, porquanto a língua de Castela influiu nas falas galegas à maneira de **adstrato**[297], ou, segundo reconhecem os autores de *Galego 3*, como «lingua de cultura» a modelar uma presumível "língua da incultura", enquanto a moçarabização pode (e deve) ser discutida, pelo menos nalgumas das formulações; em todo o caso, influiria no Galego, já Português, à maneira de **substrato**.

Essas causas "desgaleguizadoras" ou "transgaleguizadoras" (depende de perspetivas) são de origem divergente cuja eficácia cumpre discutir e dilucidar. Com efeito, o castelhano, como a seguir bem assinala o Professor, mais do que adstrato opera entre as pessoas galegas como língua de substituição da própria, da Galega, enquanto a moçarabização do Português apenas consiste em uma assunção de léxico arábico referidas às etapas seguintes.

2.1.2. 2.º GALEGO MÉDIO

«A musa popular canta ainda em galego [*no séc. XV*] a história triste do Mariscal Pero Pardo de Cela. Mesmo até o terceiro decénio do século XVI chega o uso do galego nos documentos notariais. Mais a guerra dinástica entre Borgonhas e Trastámaras aniquilou ou exilou o mais brilhante da nobreza galega. As terras confiscadas aos vencidos forom mercês outorgadas a linhagens forâneas que traem o seu castelam às suas pequenas cortes. As guerras sociais do século XV, coas suas destruçons de castelos, consomem nas labaredas do incêncio amostras preciosas de tradiçom literária. Funcionários reais, leigos e eclesiásticos esforçam-se, e afinal o conseguem, por impor a paz. Mais esta paz é proclamada em língua distinta da nativa. O poder fala em castelhano; a palavra escrita modela-se na língua do poder, e o galego, sem mensage política nem literária, afunda-se na escuridade do dialeto e vive a vida ventureira dum horto sem cultivo. Nom é que faltem totalmente textos literários galegos entre os séculos XVI e XIX. Mais os que existem, e som poucos, tenhem o caráter de curiosidade lingüística» (PLG, 27-28). Resume o Professor os traços que caraterizam o "galego médio".

Já no séc. XVIII vale termos em conta «um começo de mudança de actitude, ainda que mui minoritária» (PGL, 28) de que são protagonistas os frades bentos Sarmiento e Sobreira; estes dedicam «*parte substancial da sua atividade científica à investigaçom léxica e etimológica do galego, que também mereceu a atençom do Padre Feijó*» (ib.), igualmente frade bento. Porém, todos eles, esclarecidos "notables" nos reinos dos bourbões espanhóis, redigiram os seus comentários em castelhano.

2.1.3. 3.º GALEGO MODERNO

Desde os fins do séc. XVIII «*Galiza foi colonizada comercial e industrialmente por maragatos, cameranos, riojanos e catalans que, na sua ativa e dinámica promoçom da riqueza do país acharom escassa colaboraçom indígena a nível diretivo, que tiverom como interlocutores principais para a ordenaçom das suas empresas às autoridades do Estado e que practicarom em muitos casos umha endogamia natural. Como a fins da Idade Média, a língua do poder e do progresso era o castelam*» (PLG, 30). Pela *Constitución* liberal de 1812 os reinos das Espanhas foram declarados estado-nação, que a imediata re-instauração do absolutismo, por Fernando VII, manteve. Por consequência a língua castelhana será, a todos os efeitos, nacional e oficial do estado.

---

[297] Afrânio da Silva Garcia (UERJ), in «O Português do Brasil. Questões de substrato, superstrato e adstrato» (http://www.filologia.org.br/soletras/4/07.htm), baseando-se em definições tomadas do Mattoso Câmara Júnior (1981: 42, 227-228 e 230): *Dicionário de Linguística e Gramática* Petrópolis: Vozes, 10ª ed. e do Cardoso, W.-Cunha, C. F. da. *(*1978: 133-148 e 238-250*): Estilística e gramática histórica; português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, entende:

«1) *Substrato* - língua nativa desaparecida de um povo dominado, que adotou a lingua do dominador;

»2) *Superstrato* - língua nativa de um povo dominador desaparecida, em virtude de este povo ter adotado a língua do povo dominado;

»3) *Adstrato* - qualquer língua que conviveu ou convive em pé de igualdade (bilinguismo) com outra língua.»

Seja como for, os conceitos, que o Professor estende, a meu ver, a perspetivas não só históricas, mas sociolinguísticas, devem tomar-se *cum mica salis*, justamente porque preterem as faces comunicacionais das línguas, quer dizer, as que definem a organização social e a conformação política, patentes nos usos dos idiomas. Como adverte Fanny de Sivers no artigo «Contactos, convergencias, divergencias» (in A. Martinet, *La lingüística. Guía alfabética*, Barcelona, Ed. Anagrama, 1975: 48-51), «lo más frecuente es que el substrato no se pueda observar» (49).

Aliás, «[s]i una comunidad lingüística se desintegra geográficamente [*ou por imposição do estado que tem, como nacional, outra língua*], si los contactos entre os diferentes grupos de dicha comunidad se relajan, asistimos a la dialectalización de la lengua inicial, que puede llegar a producir la incomprensión total entre los miembros de la comunidad inicial.» (50)

Como vinha sendo a catequese[298], o ensino primário[299] foi ministrado às camadas populares exclusivamente em castelhano, mormente desde a *Ley Moyano* (1857) até à *Ley General de Educación* (1970). Desde a promulgação da *Constitución* (1978), nas "Comunidades Autónomas" bilingues são oficiais a castelhana e a "lengua propia" (basca, catalã e galega). Contra determinadas visões idealizadoras, o Prof. Carvalho Calero desmitifica a situação do Galego, como língua geral da população da Galiza, predominantemente rural até 1950 *ca.*: «*O campesino nom conservava o seu idioma por amor ao seu idioma, senom porque nom havia cregos nem mestres de escola dabondo que se convertessem em ubíquos Mefistófeles desgaleguizadores. [...] O grande problema do campesino naqueles tempos nom era o da sua identidade idiomática. Era um problema económico: o dos foros, o do atraso técnico, o da arbitrariedade caciquil, o dos gravames ficais, o do minifúndio, o da pobreza, o da fame*.» (PLG, 31)

É nesta etapa, mormente entre 1853 e 1936, que bastantes escritores se sentem e agem como «restauradlocal, enchores da língua literária» (PLG, 58). No processo, «caminhos do Rexurdimento» (FE, 24), o Professor distingue três momentos:

1.º **Dialetalismo**: «*Os primeiros autores empregarom a sua fala local, enchendo co castelhano os ocos que esta oferecia. Dialectalismo e castelhanismo dirigirom, pois, os seus passos. Cada quem escreveu como falava ou como ouvia falar ao seu redor. Nom existia, logo, umha língua literária comum*.» (FE, 25; Vid. PLG, 58-59)

2.º **Interdialetalismo**: «[...] *os escritores interessam-se pola fala dos seus colegas, e, ao mesmo tempo, prestam atençom às variantes comarcais do galego popular. Um desejo natural de enriquecer os seus meios expressivos leva-os, por finalidade estilística, a utilizar, segundo lhes convenha, lexemas, morfemas e sintagmas de distintas modalidades dialetais. Na Rosalía de Folhas Novas percebe-se claramente este proceder*.» (FE, 25; Vid. PLG, 44-47)

3.º **Superdialetalismo**: «*O processo dialético conduz a umha terceira fase, na que o assistema ou diassistema pugna por converter-se em sistema. O sincretismo da segunda etapa evoluciona cara umha combinaçom de forças, cara umha nivelaçom de forças que conduza a um galego comum*.» (FE, 25; PLG, 47-48)

Em «A linha do galego literário» o Prof. Carvalho Calero explica que o processo deve entender-se como sequência não tanto temporal, quanto lógica, alicerçada na consciência dos autores, aliás, pertencentes a gerações diversas; cita dous:

+ **Johan Manuel Pintos Villar** (Ponte Vedra, 1811 - Vigo, 1876), autor de *A gaita gallega tocada polo gaiteiro, ou sea carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lengua gallega, e aínda máis*, que, como o título indica, *se apresenta como método de aprendizado do idioma comum e, evidencia, portanto, «consciência da unidade do galego» e «necessidade dumha política lingüística de unificaçom*.» (PLG, 59).

+ **Eduardo Pondal Abente** (Ponte-Ceso, 1835 - Crunha, 1917) que «*pretende escrever nom numha língua dialetal, senom numha língua comum; nom numha língua espontánea, senom numha língua dirigida. Agora começa a agrandar-se a distáncia entre galego coloquial e galego literário, que antes era nula pola utilizaçom como galego literário do galego coloquial*.» (PLG, 59-60)

2.1.4. 4.º GALEGO FUTURO

O Prof. Carvalho Calero, na epígrafe deste título, parte das seguintes afirmações: «*O problema do galego planteja-se hoje sobre novas bases.*» (PLG, 31). Entendo que se acham expressas, sucintamente, nestas reflexões em que o Professor convida a «*superar a distáncia que separa a língua escrita da língua falada, ou, melhor, a língua culta da língua rústica.*» (PLG, 34). E explica: «*Em todos os povos que possuem língua escrita, esta nunca coincide exatamente coa língua coloquial. Aquela tem carateres de pureza, tradiçom, regularidade e equilíbrio que som inerentes à sua essência. Esta, como veículo de comunicaçom prática, é um instrumento económico, menos coerente, mais cambiante, mais versátil e menos abstrato que a língua artística*.» (ib.) E

[298] *Ab initio* (!), na Galiza, a Igreja católica foi companheira do poder secular castelhano, também e sobretudo, nos processos universalizadores da avant *la lettre*, língua nacional. Talvez sejam as sequelas dos confrontos de Compostela e Braga, radicalizados pelo Gelmírez. Sobre o tema são esclarecedores os apontamentos de Carlos Durão em «Igreja galega ou igreja espanhola na Galiza?» (http://www.lusografia.org/amizadegp/c-durao-igreja-na-galiza.htm)

[299] Narciso de Gabriel Fernández, da UDC, estuda o tema nas seguintes obras: *Leer, escribir y contar. Escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, Sada (Crunha), Eds. do Castro, 1990; *Escolantes e escolas de ferrado*, Vigo, Eds. Xerais de Galicia, 2001; *Ler e escribir en Galicia. A alfabetización dos galegos e das galegas nos séculos XIX e XX*, Crunha, Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña, 2006.

Também vale a pena consultar de Antón Costa Rico, da USC, *Historia da educación e da cultura en Galicia (séculos IV-XX): permanencias e cambios no contexto cultural e educativo europeo*, Vigo: Eds. Xerais de Galicia, 2004.

acrescenta: «*As opinions segundo as quais a forma literária da língua se alongou demasiado da forma oral, carecem de exactitude. O que ocorre é que a restauraçom literária do idioma foi mais depressa que a educaçom lingüística do povo. Mentres este [...] sentia a sua língua como inferior, e a lei lhe choía o caminho do ensino oficial, só cumpria fazer o que se fixo, e luitar contra aquele sentimento e aquela normativa. Agora, eliminados os obstáculos tradicionais, esforçamo-nos em tender pontes que devolvam ao povo, luído, o tesouro que ele conservou e que já estava a ponto de perder*.» (ib.)

Mas cada vez mais adquirem sentido as advertências do Professor relativas à função dos textos (literários?) escritos em galego face aos escritos em castelhano:

a) **Contraste**: «*Desde o século XVI ao XIX, cando se escreve em galego, escreve-se numha língua que se sente como oral, e da excecionalidade do uso escrito dessa língua deriva o feito estilístico que se pretende. O galego cumpre a sua funçom em contraste com o castelhano. E essa irrupçom do galego — língua popular — no campo da literatura nom pode ir além de certos limites de freqüéncia. [...] O efeito perseguido polo uso escrito do galego na época do galego médio, funda-se, pois, na discriminaçom do galego, como língua oral, perante o castelhano, língua culta.*» (FE, 23)

b) **Oposição**: «*Hai um momento em que os escritores galegos modificam a sua conciéncia do galego em relaçom co castelhano no campo da literatura. Agora no se vai procurar um efeito barroco colocando o dialeto galego -g- cabo da língua castelhana -C-, para que o dialeto contraste coa língua: fórmula Cg. Agora vai-se substituir o contraste pola oposiçom [...,] o galego vai ser idealmente sentido como língua que pode substituir à castelhana. Agora vai-se colocar a língua galega -G-, como alternativa, nos mesmos espaços que pode ocupar a língua castelhana -C-: fórmula G/C, G e C som comutáveis.*

»*Cando o escritor galego professa esta filosofia*[300]*, estamos no Rexurdimento [*metade do séc. XIX].» (FE, 24)

2.2.- HISTÓRIA CLÍNICA

O facto de o Galego atual, as falas galegas e as escritas propostas para as "transcrever", serem consequência ou produto da «história dum organismo enfermo que, privado de assisténcia médica, se consome numha lenta degeneraçom dos seus tecidos vitais.» (FE, 15), talvez seja a caraterização da Galiza mais perspicaz e não só intuitiva que fornece o Professor, apesar de na própria conformação dos seus escritos e nalguma das suas reflexões se evidenciar essa caraterização... ou justamente por isso. Em Letras galegas (Crunha, AGAL, 1984: 137-139) volta sobre o tema no artigo intitulado «Umha história clínica», mas decididamente de um ponto de vista político e não apenas linguístico nem filológico. Na primeira alínea do texto afirma, criticamente: «*O racionalismo moderno está sempre ameaçando com erigir-se em parámetro totalitário. É umha perene tentaçom que como autocaricatura inconsciente desorbita o formalismo político para impô-lo sobre a autenticidade social. Entom, se existe umha sociedade administrativa que leva um determinado nome, a pedantaria e estreitez oficialista procura imbuir-nos a ideia de que o idioma que leva o nome correspondente está circunscrito aos limites administrativos da entidade suposta.*

»*A doutrina, pois, que separa artificialmente o galego e o português e o vincula ao castelhano, tem as suas raízes no racionalismo progressista, que erige a unidade política em supremo configurador da sociedade, e a maquinária administrativa em coativo modelador do organismo cultural. A superestrutura jurídica quer suplantar a totalidade do real e submetê-lo à sua tirania, em troca de pôr-se ao serviço da sua natureza histórica.*» (137)

Não menos explícito se amostra nos artigos, compilados na primeira parte de *Do galego e da Galiza* (Compostela, Sotelo Blanco, 1990), sobretudo a seção 8., «Política linguística» (73-86). Seja como for, para além de na História da **Comunidade Linguística galega** ou, simplesmente, **Comunidade Lusófona da Galiza**, patentear a condição "clínica", irregular ou patológica, o Prof. Carvalho Calero já apontava, nas obras que comento nesta comunicação, para atitudes e sobretudo situações então e hoje em vigor. Enuncio as que me parecem salientáveis:

1.ª A primeira atinge à **atitude das pessoas**; está tratada no artigo «O galego desenfreado» (PLG, 65-71). Contra a patológica («*Hai muita gente que quer poder dizer que escreve em galego, mais que nom tem nengum interesse em fazê-lo o melhor possível*.» PLG, 69), o Professor propõe o remédio: «*Os que persigam co uso do galego qualquer fim de potenciaçom dos valores galegos, ham de pôr algum esmero nesse uso para nom ultrajar o valor do idioma. Bem se vê que nom sempre se logra escrever bem, mais ¿nom devemos*

[300] O Professor explica que «as palavras oposiçom e contraste tenhem aqui um sentido técnico linguístico, independente da maior ou menor proporçom de uso na prática do galego em troca do castelhano; e independentemente de que o escritor tenha como ideal a equiparaçom absoluta de ambas as línguas ou mesmo o deslocamento do castelhano polo galego para todos os usos.» (FE, 24)

fazer algo para achegar-nos a esse propósito? Nom abonda com dizer que escrevemos em galego. É preciso escrever em galego. E o galego é umha realidade objetiva que hai que conhecer.» (PLG, 70)

2.ª A segunda situação refere-se à conceção transubjetiva (não só individual) do idioma; está, portanto, em jogo a **definição social da língua da Galiza**. Hoje pode reduzir-se a duas, tão reais quanto divergentemente efetivadas, que o Professor denomina "separatismo e reintegracionismo"[301], e válida na secção última do artigo «O feito da língua» (FE, 14)[302]:

a) «*Os separatistas, é dizer, os que ponhem grande ênfase nas diferenças que distinguem o galego usual do português normativo, tenhem o apoio das forças políticas que adotam perante o problema da língua umha posiçom regionalista*.»

Com efeito, as diferenças não surgem da comparação entre coloquialidades (ou falares), mas entre uma determinada conceção da oralidade galega e uma particular variedade do Português padrão, o lisboeta.

Para além, *«a posiçom isolacionaista com respeito ao português supom a renúncia do galego projetar-se fora das províncias que configurou dom Javier de Bergos [em 1833]. Ainda dentro delas, o bilingüísmo diminuirá inevitavelmente o número de galego-falantes*.»

b) «*Os reintegracionistas, que desejam umha reinstalaçom do galego no complexo hispánico ocidental [= português], crêm que aquela atitude acentuaria a indefensom do galego frente do castelhano, reforçando a dialectalizaçom da língua mais débil em favor da mais forte*.»

Por outra parte, contra a opção separatista ou isolacionista - afirma o Professor - «*nom cabe senom o reconhecimento de que o galego é galego-português, e deve reintegrar-se no seu grupo histórico.*»

3.ª A terceira perspetivação atende à **institucionalização da norma gráfica e dos usos** de Português galego. Até ao momento as únicas instituições em causa promanam do *Reino de España*, porquanto não existem instituições propriamente galegas, apesar de opiniões em contrário.

Com efeito, são estritamente espanholas, submetidas aos ditados da Constitución de 1978 e, consequentemente, ao projeto nacional nela desenhado, todas as instituições operantes na *Comunidad Autónoma de Galicia*, quer as administrativas (a "Xunta", os órgãos da justiça, as delegações dos ministérios do "gobierno de la nación" e quaisquer outras), quer as académicas (*Real Academia Galega*, *Universidades* e, nelas, as *Faculdades de Filologia* e equivalentes, e, em particular, o *Instituto da Lingua Galega*).

Nas obras que consideramos, de 1981 e 1982, o Prof. Carvalho Calero não recolhe textos posteriores à "oficialización"[303] das *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* ou NOMIGa (1982). Não obstante, faz advertências muito interessantes, todas encaminhadas a efetivar a recuperação dos usos de Português galego pela via do reintegracionismo. Apenas trasncrevo estas três citações que evidenciam a sua conceção da política linguística desejável [os negritos são meus]:

a) «*Propugnamos [...] umha* ***política de autenticidade****, que nom aceite resignadamente o deterioro histórico que o galego sofreu. Propugnamos, para resolver problemas da língua culta que o castelhano invade, a cooperaçom com o português, que avançou desde as comuns origens e que pode assegurar-nos nas nossas vacilaçons, porque o seu desenvolvimento foi normal, e, como língua escrita que sempre foi, atingiu um grau de codificaçom que nós nom atingimos.*

«Até onde esta política de reintegraçom há de chegar em cada momento, é questom de tento, é questom de recetividade social.» (FE, 134)

b) «*Nom cabe ao galego outro porvir que a fidelidade aos seus princípios e o contacto cos seus codialetos. [...]. Assim, ainda que gradualmente, conforme os índices de recetividade social de cada momento,* ***terá-se de restaurar muito***

[301] O Prof. Carvalho Calero volta, em diferentes ocasiões, sobre a oposição tão conceitual quanto prática, por exemplo, sob as epígrafes "Isolacionismo" [separatismo] e "Cooperativismo" [reintegracionismo] do artigo «A fortuna histórica do galego» (FE, 15-27).

[302] Refiro-as tanto à consciência, desde o Rexurdimento, de o Português galego se opor ao castelhano, ambas línguas nacionais, quanto à institucionalização deficiente, com que o reino bourbónico está a disciplinar a Comunidade Lusófona da Galiza e assim submetê-la ao seu projeto nacional, como a seguir indico.

[303] Coloco entre aspas "oficialização" pela simples razão de no *Reino de España* e, em geral, na Hispanofonia (em que o Galego se acha administrativamente incluído) as *Normas Ortográficas* de «las demás lenguas españolas» não são oficializadas nem num sentido laxo. Quer dizer, não existem "normas oficiais" para escrever o Galego; como muito, existem umas normas de "corrección idiomática" para uso dos funcionários da *Administración española* e nos âmbitos estritamente administrativos, segundo ordena a "Disposición adicional" da Ley 3/1983: «En las cuestiones relativas a la normativa, actualización y uso correcto de la lengua gallega, se estimará como criterio de autoridad el establecido por la real academia gallega.»

***do galego esquecido, presente ainda no português**, se o que se deseja é manter o galego dentro da família originária. Preferir nestes casos os elementos lingüísticos introduzidos pola castelanizaçom, por mui populares que sejam, é enfocar a política lingüística — se nom se pretende a assimilaçom ao castelam — com critério de dialetólogo. Mais a dialetologia é umha ciência, e nom umha política*.» (PLG, 85-86)

c) «*Um limiar [às Bases prá Unificación das Normas Lingüísticas do Galego, Madrid, 1977] que firma o Presidente da Real Académia Galega expressa confiança em que nom tardará em chegar a unificaçom definitiva da língua, que haverá de se basear na consagraçom polo uso e na **oficializaçom pola Junta de Galiza**. Com esses pressupostos, hai que prever um processo dabondo longo; e, na verdade, **nom é desejável**, salvo para os que todo o fiam de decisons autoritárias, **um decreto de unificaçom**, que, como o ditado no seu dia para a constituiçom dumha entidade política com dedicaçom exclusiva no Estado, nom faria senom emascarar a pluralidade real coa carantonha rígida dumha uniformaçom oficial*.» (PLG, 95-96)

3.- ALGUMAS CONCLUSÕES

Sirvam-nos as considerações finais ao artigo «Novas bases para umha normalizaçom lingüística» (PLG, 95-108):

> «*A ideia, até hai pouco professada por tam poucos, de que nom estamos sós, e que hai que contar cos demais integrantes da comunidade linguística galego-portuguesa, abre-se hoje passo, mesmo entre os que onte adotavam umha actitude ultradiferencialista. Hai que ser conseqüentes, e estabelecer contacto cos demais membros da família para lograr umha concórdia que homologue o indumento gráfico das nossas falas e nos reintegre de modo expresso na originária estirpe, sem prejuízo das peculiaridades que umha concórdia deve preservar*.» (108)

::::::::::::::::::

48. .ARTUR ALONSO NOVELHE, CLUBE D@S POETAS VIV@S - ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

TEMA 1.6 DE ROSALÍA A CONCHA ROUSIA ESTUDO COMPARATIVO DA NOVA POETA[304] CONCHA ROUSIA, ATRAVÉS DA ALMA ROSALÍANA.

Estudo comparativo entre a autora ícone mítico da literatura romancista galega Rosalía de Castro, e a nova realidade poética feminina Concha Rousia; desde uma nova perspetiva que visa atingir o imaginário, já consagrado de Rosalía, ou mundo Rosalíano e o iniciado rousaniano focando não só os diferentes condicionantes ambientais próprios da sociedade de cada época, ou os elementos que permanecem, como mesmo a interação da paisagem, a pegada profunda do clima... Senão também uma psicologia herdada pelo feito de ser Galiza um país ainda por construir: com uma cultura quebrada pelo transcurso nocivo da história, que ainda hoje está por ser erguida e reconstruída, peça a peça, como se dum grande quebra-cabeças se tratara.

Desde esta base de análise, comprovamos, que embora as circunstâncias vividas por ambas autoras sejam significativamente distintas, em uma situação em que ainda esta em causa o direito dos galegos e galegas a viver e sonhar na sua própria língua, e a inserir-se com plenos direitos, desde a primeira base educativa, dentro duma sociedade que permita e valorize a sua língua e cultura em plena normalidade e maturidade, sem interferências alheias que não só não facilitam espaços de convivência, senão que invadem os poucos recantos ativos onde a raiz da nação prevalece com vida...

Nesses momentos históricos diferentes, com estratagemas de domínio diferentes, mas com a mesma base de fundo: a da substituição completa duma forma de ver e sentir o mundo, própria das gentes galegas, por outra importada e implantada artificialmente desde a cima do poder, em séculos estabelecido, às mais baixas escalações sociais; ambas as criadoras (Rosalía e Rousia) decidem insurgir-se com idêntico valor, radical, na defesa da sua mãe terra e dos filhos por quem ela, elas, sofrem. E ambas o vão fazer desde um anelo matriarcal, desde essa essência de mulher celta associada, em esta cultura ainda viva, a terra e aos poderes telúricos que dela emanam.

É desde esta profundeza rotunda da entrega do ser pela pátria, que as poetas defendem com seu grito libertador a seus, já assumidos, filhos do castigo que a evolução contraria da história lhes têm infringido, pelo simples fato de nascer neste cantinho do nordeste peninsular, esquecido adrede, mas em absoluto periférico; pois se a dia de hoje o centro do mundo segue a ser o Atlântico, Galiza de pleno direito deveria ter já assentada, desde longa data, a sua atlântica realidade na vida plenamente harmonizada duma sociedade plural.

[304] (considero poetisa um termo machista, sendo poeta já de por si um termo feminino)

Porém ante a impostura doutra cultura alheia, mediterrânea e continental, e a conseguinte perda de identidade e padecimento que este processo inserido leva, ambas poetas assumirão e assumem o papel de mães protetoras, que expõem ao mundo o padecimento dos seus filhos, ao tempo que se oferecem elas, como ventre universal onde resguardar as feridas coletivas, expondo sua alma entregue a vontade do seu povo, para ao fim oferecer-se ao sacrifício do destino, em troca da liberdade de seus filhos. Algo que não deixa de ser condição de mãe, mas em este caso extensível a todo um povo.

1.- FOCAGEM: CRÍTICA DA REALIDADE, CONTRA A IRREALIDADE GALEGA.

Contra essa tão comum, ainda hoje viva, crítica literária que pretende circunscrever a realidade da criação escrita galega, tanto a histórica como a atual, a uma relação quase idílica entre as gentes, o fato literário e a paisagem em si mesma:

> *"... A poesia galega, toda música, toda queixas, suspiros e doces sorrisinhos, murmurando umas vezes com os ventos misteriosos dos bosques, bailando outra com o raio do sol que vai sereninho por riba das águas dum rio farto e grave..."* (Prólogo de Cantares Galegos. Rosália de Castro Obras Completas, Tomo I. 1983).

Esta crítica que apresenta a atualidade de cada época, como herdeira dessa saudade quase inocente, de esse povo humilde e enroscado sobre si mesmo, falto de brio e coragem na sua humildade singular; parte da errada focagem que automaticamente situa o referente galego a um fato regional, com aspetos próprios que prevalecem, afastado do tronco comum universal, e unido nas sombras que não se vem, mas se pressentem, de um marco cultural referencial, superior e comum a todo o Estado Unificador. Unidade que parece magicamente fosse, através dos séculos implementada, pela natural superioridade de essa suposta cultura comum; e onde a peculiaridade própria de cada região se dilui em prol da inçada língua central de coesão. Esta crítica, de algum modo, associa e assume, sem reparar no efeito, a diferencia galega como uma realidade particular dentro do tronco maior e mais bem sustentado de essa imaginada cultura Estatal, para todos os povos da Espanha, única universal.

Esta focagem critica que ainda prevalece e diríamos tende a ver-se oficial, intui que o fato peculiar e particular desta forma de entender galeguidade, é interiorizado de modo natural, coletiva e individualmente pelo ser galego, como um feito cientificamente demonstrado da sua raiz pertencer ao âmbito familiar privado, ao âmbito das relações sociais que se cernem a mesma jurisdição delimitada pela particularidade assente na visão regional; e que em modo algum gera direitos, mais além de esse ambíguo, desarraigado e desconexo mundo, com diferenças que não podemos salvar de freguesia a freguesia; e que pela mesma inércia e natural evolução da vida é, que lamentavelmente, a dia de hoje, tende a sua extinção.

Daí que nos insurjamos neste estudo, contra este tipo de crítica no campo literário, pois a nosso modo de ver, contribui a reforçar o papel subsidiário resignadamente aceite, dos valores, da cultura e da língua da Galiza, a outros valores, outra língua e outra cultura, falsamente denominada de unidade, e assumida por isso mesmo, como mais forte e superior. Nada mais torpe e longe da realidade que descrever este processo, com o objetivo de enaltecer e glorificar a galeguidade, que olhar o perfil retraído e garimoso do galego como algo sublime e subtil, sem ser capazes de ver ai, os séculos de maltrato e marginação a sua língua e cultura.

O auto-ódio assumido durante décadas e décadas em que o galego foi considerado um dialeto sem préstimo e o castelhano e seus valores, um idioma de cultura e prestigio. A baixa autoestima gerada em gerações e gerações obrigadas a serem escolarizadas em uma língua e uma cultura alheias à sua própria vida e vital realização.

Inocentemente seguir associado à dureza da alma galega, a sua obrigada cerração, a uma caraterística intrínseca associada ao clima ou a paisagem, só ajuda a continuar apagando da memória coletiva a história de substituição do poder galego, e as famílias nobiliárias galegas, por famílias e vassalos da causa castelhana, numa época em que na península se disputavam os diferentes reinos à superioridade na Ibéria. Criando-se a partires daí um mundo organizado e ordenado administrativamente em castelhano, em contraste com um mundo desagregado, degradado, ignorado e isolado na língua própria da Galiza; usado a miúdo como referente de atraso.

Desenhar, pois o auto-ódio e a autoestima ruída, o desejo de abandono duma realidade de pratica marginação cultural, a nível coletivo e individual,

como original, imaginativa e sabia, na vontade intuitiva da resistência galega, mas fechada para sim ou inserida numa naturalidade de conformidade feliz; e a sua vez integrar toda esta triste contagem numa paisagem nascida como parte fundamental de esta imaginária e fantástica construção crítica literária, onde o galego e a sua cultura subsistem e prevalecem no particular, porem estão expostos a contaminação ou contagio na sua vertente universal, nos parece sem nenhuma dúvida, um exemplo perfeito de estratégia a não seguir, que condiciona a viabilidade da cultura galega e sua emancipação dum universo que a condena a extinção.

Negamo-nos, pois a seguir esta senda e construímos uma nova focagem da critica literária neste estudo, continuista da já iniciada por figuras como Guerra da Cal, Jenaro Marinhas Del Valle, ou mais recentemente Joel R. Gomes... E vamos a reconhecer a paisagem literária galega como o que na realidade é: uma riquíssima variedade na unidade também múltipla do mundo cultural galego lusófono, onde a nossa língua e cultura podem interagir em pé de igualdade, achegando novos frutos e enriquecendo-se de tão vasta e múltipla diversidade.

Começaremos, pois nosso estudo com esta premissa, e adotaremos a norma oficial do Novo Acordo do mundo luso, como veiculo de transmissão do saber através de todo o estudo, sem separarmo-nos dela, nem sequer para copiar um texto no original, pois opinamos que a dia de hoje como dizia Carvalho Calero, o galego só pode ser ou Galego Castelhano ou Galego Português. Por os motivos já expressados anteriormente de sobra se faz evidente porque optamos pelo Galego Português.

2. 2ª PARTE - DIFICULDADE

Fazer um estudo comparativo entre o mito Rosalíano:

> *"Rosalía é sem discussão, o meirante (maior, absolutamente) poeta que deu a Galiza nos tempos modernos. Essa grandeza vem determinada, mui em essência, pela sua dimensão genial. Rosália foi um génio, como os seus altos e baixos, com os acertos e erros próprios da pessoa que transita espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida"* (Domingo Garcia Sabell, em "A verdade de Rosalía", prólogo do livro: "Rosalía de Castro. Documentação Biográfica e Bibliográfica crítica. Volume I (1837-1940)").

Pois bem, fazer esse estudo entre a santificada no altar de ilustres galegos, Rosália de Castro, assim como a universal figura estudada em universidades de todos os continentes, e uma poeta que esta a dar os seus primeiros frutos (não assim os primeiros passos, pois sua obra esta a ser bem divulgada a traves das novas tecnologias da comunicação global), dizíamos comporta um alto grau de risco, ao não saberem como diz Garcia Sabell se será a nossa escolhida uma dessas pessoas que esta a transitar espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida; mais ao sim intuírem que em Concha Rousia o verso já se fez carne e habita no interior da sua alma, o risco se reduz. Portanto, a nosso modo de ver, podemos diminuir este risco uma vez analisada a trajetória ascendente de Rousia, e uma vez fixados os parâmetros espirituais que prendem e enraízam a alma distante das duas poetas.

3. 3ª PARTE: COMPREENSÃO DA ALMA DAS POETAS

"Tem-se dito mil vezes que a poeta Rosália de Castro é uma voz galega, fundamente galega, que move e comove a nossa condição de galegos. Tem-se dito, é e certo, mas deveríamos entendê-lo sem limitações. Estamos, certamente, ante uma poderosa voz galega, como voz reveladora e mesmo encenadora, no entanto essa voz tem acentos e dimensões que a convertem numa das mais importantes vozes da poesia universal" (Xesús Alonso Montero, no Limiar, pag. 23 – Sobre a vida e a obra de Rosália. Bibliografia de Autores Galegos: "Rosalía de Castro. Obras completas". Tomo I)

Uma alma vai-se abrindo a sua própria realidade. A alma Rosalíana, como toda alma, se abre a esta realidade e se vê impregnada e marcada pela mesma; por acontecimentos verdadeiramente penetrantes, que a levaram necessariamente a posicionar-se como ser e a dar respostas a estes. Do seu modo de assimilar estas vivências, do seu modo de digerir estas angústias vitais, no seu modo de canalizar estas feridas e as próprias doenças, se forjara a Rosalía mulher e a Rosalía poeta:

> *"E se eu não pude nunca fugir as minhas tristezas os meus versos menos"... "Ai! A minha tristeza, musa dos nossos tempos (consciência do papel da melancolia na época romancista), conhece-me bem, e de muitos anos atrás; olha-me como sua, e é outra como eu..."* (Rosalía de Castro. Duas Palavras da Autora, para o prólogo da primeira edição de Folhas Novas)

Na nascença a marca de ser filha de mãe fidalga e pai crego (sacerdote), e dizer para os costumes da época filha "ilegítima" e de mãe pecadora, o que marcara a distância na infância entre mãe e filha, criando-se Rosália em Ortunho numa aldeia perto de Santiago de Compostela, de cuja paisagem estamos seguros se impregnaria uma menina, que por necessidade, devera tender a acompanhar-se da sua própria imaginação, domesticando com ela a carga de sentimentos negativos que sua realidade lhe depara: "*Nós* (referindo-se as mulheres) *somos harpas, só de duas cordas: a imaginação e o sentimento"* (mesmo prólogo a primeira edição de Folhas Novas).

Concha Rousia nascerá no ano 62, no seio de uma humilde família camponesa, mas muito arraigada na tradição galega, com valores muito claros, que o pai e mãe transmitirão a todos os seus filhos. A figura paterna influenciará definitivamente a Rousia, a ética de vida, transmitida de geração em geração, afirmaram na poeta o sentimento, de que por muitos lugares que ela percorra na sua vida, e poderão ser muitos, não será possível encontrar outro que supere em valores éticos e humanos, assim como de respeito ao entorno, aqueles que ela aprendeu na mesma aldeia da baixa Limia, onde a montanha da Rousia dar-lhe há o sobrenome a poeta. Fora a número 10 de 11 irmãos, seu pai nascera no ano 1915...

Como a mesma poeta me confessaria em carta datada em agosto 2009: "*A idade deles fez que o mundo deles fosse antigo para*" ... Desde essa distância e desde essa ternura o mundo rousiano se formaria numa eterna saudade que sempre traz aquilo que bem de longe e se faz presente de modo a agonizar num mundo não vivido, que ainda ela vivência; distante do atual, mas com que literariamente estabelece um diálogo.

Também, em certo modo a tristeza oculta do pai, marcado pelos anos grises duma Galiza, dormida e represada, trás o trunfo do "franquismo", assim como pela perda da sua mãe: "*por beber numa fonte fria quando vinha da feira de Ginzo, havendo pouco dado a luz ao pai da poeta*" (dados da correspondência particular da poeta), marcaram também em certa forma a alma da nossa criadora, tendo em conta que a relação filial com o pai está cheia de múltiplas coincidências, como por exemplo ambos os dous terem nascido um 4 de outubro: "*A minha mãe sempre diz que o primeiro que ele fez foi ir andando os 8 km que há até a casa do concelho de Os Brancos para me 'sentar no livro' e que ficasse o mesmo dia que ele e a sua mãe*".

O vínculo afetivo, porém, se alongava até a figura materna, deste jeito a poeta herdaria da sua mãe o nome: "*Maria da Conceição... Assim eu nasci e cresci com um forte vínculo com ambos...o dia do santo eu era como a 'mãe'*". Esse vínculo se enraizava até à figura do avô, e provavelmente do avô de seu avô, e assim até a semente familiar: *"o seu pai ficou viúvo quando o meu pai tinha 9 anos, mas o avô nunca mais casou, nem olhou nunca outra mulher...a casa do avô vinham parar os cegos que com o violino cantavam os romances pelos vales da raia...meu avô construía ponteiros de gaitas para ele e para os amigos*". Não resulta, pois difícil imaginar uma infância apegada a Terra, com os elementos próprios e lembranças de um país que já foi, e obrigaram não só a mudar, com a chegada da modernidade, senão a perder a alma com destruição que com leva todo domínio.

Esta dor, este sentimento de perda de alma foi-se cravando em Rousia, e fermentando sua matriz literária, até ao ponto de se irrigar das dificuldades, durezas, desconfortos e desconsolos da pátria materna, da qual sua obra originária e rebelde se impregna e transforma, já não em memória a resguardar, senão na memória viva da luta pela liberação que ainda esta por chegar, e ela tanto anseia. Nas suas próprias carnes sofre na adolescência o desprezo e o descrédito, propiciado desde o centro peninsular dominador, século a século, e que se foi instaurando na sociedade galega, com uma mistura de auto-ódio, e raiva; ao converter a cultura e língua da Galiza num submundo desprezado e rural, e a cultura alheia e imposta de Castela no centro gravitacional da vida económica, política e cultural.

"*Por duas cousas sou capaz de bater a um homem: pela minha mãe e a minha língua*", viria uma vez a dizer-lhe seu pai, e essas palavras se gravaram como lume na mente duma adolescente carregada com o estigma imposto do desprezo citadino ao rural. Assim, que como é lógico Rousia evolucionaria, assumindo toda luta pela dignificarão da sua pátria como algo próprio, fosse esta projetada no campo que for: político, social, cultural, académico, das relações privadas e mesmo do amor. Não é, portanto, de estranhar que a alma rousiana empapada da luta galega, das suas angústias e medos, ficara como no caso Rosalíano fusionada com a do seu povo e a sua pátria na procura dum novo amanhecer ate o de agora ainda não alumbrado. Não é, portanto tampouco de estranhar que seus poemas reflitam todo o campo de ação onde a luta pela justiça e a memória roubada do ser galego se leva adiante, e que é

na prática nada mais e nada menos que todos os diferentes matizes e relações múltiplas que estabelece a própria vida do ser e da comunidade:

> *"Não me julgues por como escrevo /os meus poemas falam a língua/do povo amordaçado...// eu escrevo para os que não leem /ouço as vozes que secam nas gargantas/ com uma alma sempre a mudar de casa" (Poema inicio, de Concha Rousia)*

Tampouco será de estranhar que esta poesia aprofunde no mais telúrico e a vez etéreo e espiritual do ser, até a sensibilidade mesma do mundo dos deuses, e dos seres que por fora nos rodeiam, e são ainda vivos no mundo mágico e camponês galego, presente em todos os seus rituais: "*Meu pai foi pobre e sempre se sentiu orgulhoso da sua família...a minha mãe foi uma espécie de santa-filosofo-panteísta que nunca em toda a sua vida perdeu a calma..."* Desde essa calma também escreve Rousia, e reivindica a necessidade de mudar, para de novo livres e altivos encarar um país, que em ela se funde e no seu verso sempre prevalece e permanece. *"Pariu os 11 filhos na casa de pedra feita pelos castrejos de Castro Laboreiro apenas assistida por uma mulher da aldeia (isso sim, uma sábia essa mulher, chamava-se: Consuelo*) *"*. E então como amostra final a essência vivida: a dureza e a doçura podem juntas habitar e mesmo habituar-se a compartilhar a alegria de estar vivos. Daí Concha também aprendera a ficar firme na terra e viver para alegrar a terra, e minguar a sua dor e sofrimento, com a energia que aprendeu a transformar em fonte de vida, olhando os modos das pessoas e seres que com ela foram e formaram parte das suas vivências.

(Poema U-la Gente...de Concha Rousia):

Segue ai a montanha
O rio
O mar e a gaivota

A chuva
A névoa que esconde os caminhos
E o som do vento

Segue mesmo
O recendo da cozinha
E a lareira

Mas, u-la gente?
U-la gente?
U-la?

3.1. PROCESSO CRIATIVO, A PARTIR DA ALMA.

A alma está cheia de sensações que transcendem a substância dos pensamentos. Pelo qual só é possível emancipar, dar voz a alma que se esconde mui adentro, quebrando os preconceitos que a ração impõe, ao nascer o racional de parâmetros determinados onde a alma (a substância que nos une com o universal), não foi sequer chamada. É necessário encarar assim um novo enfoque da poesia e vida Rosalíana, e quanto menos da criação rousiana, baseado no insubstancial, etéreo, e, no entanto, cheio de massa a formar-se; se queremos aportar com acerto ao começo, o ponto de partida criativo desta longa viagem que é o mundo criativo em formação das poetas.

Assim um feito marcante na vida de Rosalía remove seu interior de virtualidades imaginativas, que a sua grande sensibilidade e intuição transformaram e afundaram dentro do ser, no primeiro processo revelador que se desenrola no íntimo, e logo dará a luz, com vigor e força, uma criação com denominação de origem, que só a mão de esta, mais tarde, consagrada autora ao papel pode deitar.

No caso de Rousia, podemos adivinhar Através da leitura pormenorizada da sua obra, uma muito profunda sensibilidade, humildade (lembremos que uma das maiores grandezas de Rosalía residia na sua humildade) com um desenrolo extraordinariamente intuitivo, que abre as janelas da sua alma ao entorno que a rodeia*:*

> *"Meteu-se a névoa no meu peito / subiu do rio / vagarosa, cansa, invisível na procura dum leito amolecido / achou seu oco no vazio do meu silêncio / agora morde-me nos beiços com geadas de vidro / que me cravam no cerne mesmo da existência / e eu guardo silêncio enquanto choro" /(*do poema: A Rousia)

Interage com ele, sem mediação da molesta focagem racional, e inicia um diálogo com ele, que imediatamente transcende as coordenadas da racionalidade e se adensa nas espessas ondas sublimes da espiritualidade; fechando contras ao ser racional e equânime. Mui poucas são as criadoras que tem essa profundeza, que escutam essa chamada do mundo e a essência que todo rodeia e sofrem com ele, uma de poucas que tem essa coragem para arriscar de se embrenhar num mundo onde nem sempre o controlo é possível:

"meus genes têm seu projeto / mas eles são escravos / meus planos são outros / eles vão em engano / eu não sou um corpo / sou um copo / cheio de palavras".

Numa viajem que nos guia e não podemos guiar, e só com muito tento e suavidade seremos capazes de manobrar habilidosamente nosso leme para o rumo suavemente endireitar. Assim que uma outra coincidência entre o ser Rosalía de Castro, e o ser Concha Rousia é que ambas não duvidam em arriscar e decididamente traspassar as barreiras de esse mundo sem limite, ainda a sabendas que tremendas feridas ficarão impressas na sua alma, que sempre consigo carregaram e nem sempre serão fácies de adequadamente canalizar, ou bem atravesso do poema, ou bem atravesso da luta.

Daí que a poesia de ambas, nasça desse processo criador como uma cascata, como um trovão, como um turbilhão que deixa o corpo fadigado, convulsionado para embater, sem piedade, contra o papel que esta na frente, e sem remédio disparar toda carga que se leva dentro, renascendo em palavras.

"Nasci quando as plantas nascem, / no mês das flores nasci, / numa alvorada maininha (maininha= tranquila, suave) / numa alvorada de abril.
Por isso me chamam Rosa, / mas a do triste sorrir/ com espinhas para todos/ sem nenhuma para ti
Duro cravo me encravaste/ com esse teu maldizer, / com esse teu pedir tolo/ que não sei que quer de mim, / pois dei-che quanto dar pude/ avarenta de ti...
O meu coração che mando/ com uma chave para o abrir, / nem eu tenho mais que dar-che/ nem tu mais que me pedir..."
Do livro Cantares Galegos.

"Quando penso que te foste/ Negra Sombra que me assombras, / ao pé dos meus cabeçalhos/ tornas fazendo-me mofa
Quando imagino que és ida, / no mesmo sol te me amostras/ e és a estrela que brilha/ e és o vento que zoa..."
Do livro Folhas Novas

Do Poema ao amor, de Rousia

"O amor é valente / e nos assusta com sua coragem
é risco permanente /é vulnerável

O amor é ânsia / por contar os segredos inconfessos
é alegria /é medo à solidão

4. 4ª - PARTE: OS RETOS DO MUNDO

4.1. A INJUSTIÇA

A denúncia da injustiça no mundo de Rosalía, tanto de forma individual como coletiva, tem essa visão ilustrada da opressão ao mais débil:

Nem pedra deixaram, em donde eu vivera;/ sem lar, sem abrigo, morei nas cortinhas, / ao raso com as lebres dormi na campinha;/ meus filhos... meus anjos!... que tanto queria/ morreram, morreram, com a fome que tinham!
("A Justiça pela mão" do livro Folhas Novas).

Esta denúncia no caso de Rousia, passa afundar ao igual que Rosalía, na análise mais profunda da sociedade que lhes calhou viver, enervando Rousia até aos graus mais profundos da debilidade atual, desde a sua perspetiva de mulher que luta contra a opressão de género, de classe, contra o consumo exacerbado promovido pelo grande poder dum Capital esmagador, e de identidade exemplificado na negação da cultura e própria do seu povo, às vezes mascarada de um tímido reconhecimento e da falsa premissa da liberdade individual e dos direitos do indivíduo.

Enquadrando todo este marco, numa única via universal que passa pela transmissão das inquietudes do ser galego ao mundo, não na sua língua senão na dominante económica e mediaticamente, que nega a universalidade e riqueza patrimonial da língua e cultura de Rosalía.

Contra tudo isto se insurge a nova poeta e alça a sua voz clara de mãe, como em outras épocas a alçara Rosalía de Castro, na salvaguarda dos valores profundos e concretos da galeguidade, que por medo ou assimilação outros escondem:

"baixas a olhada / baixas a voz / contas com jeito / não vão assomar essas durezas internas / essas que te fazem querer ocultar as tuas mãos ..."

(Do Poema Delikatesem na cidade, de Concha Rousia)

4.2. O SOFRIMENTO

A denuncia da precariedade e do sofrimento, dela emanado, que impregna toda a sociedade galega no diferente momento histórico, esta presente tanto em Rosalía como em Rousia, salvado a distancia temporal entre ambas as autoras. Se em Rosalía se encaixa no marco dum paralelismo irmão entre o sofrimento do ser e o sofrimento da Terra e da coletividade, patente em toda sua obra:

> *"Galiza esta prove,/ e à Havana meu vou.../ Adeus, prendas/ do meu coração!"..."Eis, Galiza, a que dorme sonhos de anjo/ e chora ao acordar/ vágoas que se consolam seus penares/ não curam o seu mal!"* (Pra Havana! poema de Folhas Novas).

E que em Rousia destaca pela defensa da identidade, da língua doente, em estado canceroso, como expressão máxima das dores dos seres e a Terra:

> *"... Se os carvalhos falassem / escutaria eu não outra fala / meu o meu refugio entre urzeiras e carpaços / minhas a paz e a liberdade / meu o meu destino / e minha a minha pátria" (Do poema "Se os carvalhos falassem"). Todo entregue ate o limite das forças, entregando ate o mais intimo, como exemplo do sacrifício por uma nobre causa: "O amor e dar tudo / a cambio de nada / e é pedir / é rogar ser escrava"* (Do Poema "Poema ao amor")

A maiores, como vinculo da luta atual, que se em tempos de Rosalía era evidente, mas a urgência da grande miséria social e a relativa continuidade garantida da língua num espaço rural, repudiado pelas classes acomodadas, é esmagadoramente majoritário, levam a Rosalía a incluir, e em certo modo diluir a problemática da língua, bem presente apesar na sua poesia, no conjunto desolador duma paisagem de absolutas carências; será porem agora no caso de Rousia a primeira Linha de Fogo, numa nova realidade social altamente mediática, e onde os meios de comunicação de massas estendem por todos os recantos do país a língua castelhana, numa falsa identificação de única língua comum do Estado com o título de espanhola; fazendo assumir-se a Galiza como uma região mais do mundo global hispano, no que não pode ser visível e ao que em condição nunca pertenceu.

Concha Rousia reage acertadamente denunciando com firmeza o risco de extinção da língua própria da Terra "Kallaika" e ao mesmo tempo o risco de extinção da própria identidade, disseminada e dissolvida na gigante onda expansiva hispana:

> *"Tenho uma língua na boca / e outra nos ouvidos / no meio fica a confusão..."* (Poema: "No país das serpes").

Reagindo com a clareza e certeza de ser a sua terra berço da universalidade lusófona, e pelo tanto tendente a criar laços de união e solidariedade com os povos que formam a mesma:

> *"Ergo a minha copa ao céu / que contigo comparto / como comparto a língua / e faço meu desejo / de irmanar-me contigo."* (Poema: Brasil).

Assumindo, também a problemática nova dum esvaziamento populacional do mundo camponês na Galiza, já permeado pela utilização massiva da tecnologia comunicativa em castelhano no próprio meio rural, que era o resguardo e garante da continuidade cultural nos tempos de Rosalía. Acrescentado com primórdio, por um movimento, que não azeitando a diversidade, age agressivamente usando os grandes médios que tem a seu alcance para isolar a defensa do galego e da galeguidade, e confundi-la numa habilidosa manobra propagandística com o imobilismo, o reacionário, a mentalidade pateta e pacata ou os olhares estreitos dum grupo de intolerantes.

Ante esta situação atual, Rousia assume a vanguarda literária do seu povo, e como a reincarnação da mãe Rosalíana ecoa ante o mundo luso e em todos os foros onde a liberdade ainda é possível, as novas angústias do seu povo, e os novos e terríveis retos com os que ele se confronta, embora apareçam muito suavizados pelo poder do dominador, mas que não deixam de ser vitais para a sobrevivência do mesmo, como tal, num mundo cambiante e cheio de outras preocupações.

4.3. O AMOR, UM AMPLO CONCEITO

Lembram ambas as poetas, na sua poesia de diálogo com o mais intimo, a necessidade humana de dar amor e ser amado, como raiz primeira das gloriosas cantigas medievais galego-portuguesas, com algumas variantes que lhe dão uma nova frescura ao verso, adequado as épocas diferentes que as duas lhes tocou por sorte viver.

Em Rosalía, às vezes o amor que começa em ledice e tem um desenlace de desengano ao estilo da famosa "coita" medieval, que vive presente também em Rousia ainda que menos notório e mais peneirado pelo fumo da saudade e em ocasiões o desassossego imbuído duma certa licença pessoana.

Outras: obra em Rosalía a tristeza na distância dos amantes, e em Rousia os distintos tempos psíquicos em que ambos amantes se desenvolvem. Ou o falso mascarado pela aparência e o transfundo da traição, no tocante a composição Rosalíana, enquanto esta aparência se volta armadilha, escuro que gravita na sombra na marcada presencia dos males a espreita na obra rousiana.

5.5ª PARTE: TÉCNICAS CONVERGENTES

5.1. A ESCRITA

Sendo que "o *galego empregado por Rosalía funciona quase como um registo rústico do castelhano*", como afirma Carvalho Calero desde uma focagem muito académica, eu ainda vejo na poeta de Padrão uma procura constante em embelecer a linguagem, e em registar na sua escrita a riqueza fonética e morfológica das falas que ela escutava; e que a levam, por exemplo, a o uso do **ç** e de diferentes tipos de acentos, mesmo do circunflexo; motivação e intuição muito habilidosa e a ter em conta, mormente agora quando desde já a primeira normativa do galego da Real Academia da Língua Galega, renunciou quanto menos a seguir este caminho, impondo um galego que não só se afasta da sua vertente lusófona e universal, senão que registe e uniformiza a rica variedade fonética, gramatical e morfológica de nossa bela língua.

Reivindica, pois (a meu modo de ver) Rosalía na sua escrita a necessidade essencial dum povo emanar a sua voz das nascentes incrustadas na própria linguagem, em aquele recorrido conceito generalizado na época Rosalíana, da volta ao mundo camponês como única solução para dar continuidade e uso a essência cultural, que, por riba, no caso do povo galego ficou obrigada viver restrita a espaço.

Aclara Carvalho Calero: "*quer dizer, como uma língua que em termos gerais, é galega para a expressão do tradicional campesino, mas recorre o castelhano como língua suplementar para todo o demais*". Então, desde o meu ponto de vista, apesar de outros juízos mais eruditos, devemos pensar num nobre empenho da poeta de Padrão de recuperar a voz da linguagem, que ela tenta cultivar, a partires da essência que dela se resguarda no campo, e a falta dum léxico propriamente urbano, se faz evidente uma interação de ambas línguas dentro do universo expressivo e da psique Rosalíana.

Enquanto, penso eu, o próprio subconsciente da poeta também trabalha dentro desta dupla corrente, de duas línguas que pouco a pouco vão confluído, e não é de estranhar dado a própria intelectualidade galeguista da época ser também vítima da forçada castelhanização, desde séculos implementado experiências, de esse estilo, no processo educativo. Processo que desde os Padres Feijoo e Sarmiento (pioneiros na reivindicação do galego como língua natural e genuína de ensino e cultura) até Rosalía, ainda continuado nos nossos dias, os intelectuais e galegos de seu, tentam reverter.

E assim das tentativas Rosalíanas, encravadas numa altura histórica onde era ainda desconhecido com minúcia o grandioso passado pré e proto-histórico galaico, e mesmo a herança cultural medieval esplendorosamente desenhada nas cantigas, dizemos desta tentativa da era Rosalíana de elevar o galego a categoria de língua literária, e de culto, chegamos as certezas rousianas, fornecidas já por um avançar exemplar no campo histórico e linguístico, sobre a unidade da língua galego portuguesa e da necessidade de visualização da Galiza ente cultural no mundo; necessidade que só se poderá realizar, como é normal, através do canal natural de veiculação que lhe é próprio, é dizer a Lusofonia.

Complementados, pois neste aspeto, pelo evoluir histórico, os tímidos e certeiros primeiros passos Rosalíanos de aproximação do galego das suas raízes, se acentuarão em Rousia, com o já claro amanhecer duma escrita plenamente culta e ajeitada à realidade da alma galega, pois emana do seu próprio ser e a irmana com o resto dos seus gémeos culturais, no curso dum novo século que começa e abre à porta à consolidação duma ortografia galega

que por fim consiga o sonho almejado, desde os inícios da luta pela dignidade da cultura galega, ate os nossos dias, da unidade com seus irmãos.

Rousia sabe em que época vive, sabe quais são as novas dores da alma galega, sabe do caminho e sofrimento empreendido pelos primeiros que alçaram a voz contra a marginação e exterminação duma língua e duma cultura milenar, desde a Idade Média, bem alicerçada; sabe dos remédios a aplicar, sabe das alianças a forjar para que a saúde de essa cultura e língua se vigorem, e não duvida em aplicar a sua escrita, o novo Acordo Ortográfico que será a tábua de salvação não só do galego, senão também do repontar e afirmar do português no mundo. Daí a sua escolha e daí também capacidade visionaria.

5.2. A DIVERSIDADE MÉTRICA E DE ESTILO

A variedade múltipla de esquemas métricos, experimentação constante na métrica e combinação dos mesmos em Rosalía de Castro, surge através de Rousia na liberdade que hoje se permite a autora realizar, desde esse inicial caminho trilhado por empreendedoras magistrais como a mesma Rosalía.

Enquanto Rousia engrandece o seu horizonte estilístico pesquisando nas águas de distintas tendências, e marcando em eles certa forma de fazer a galega, que vão desde os haikus japoneses ao verso livre numa combinação original, que, no entanto, enriquecer o seu universo criativo não resta pessoalidade a sua obra, nem se espalham a modo de não concretizar o sentido da mesma.

5.3. A PROCURA DO SIMPLES

"Meses de inverno frio / que eu amo a todo amar; / meses dos fartos rios / i o doce amor do lar. // Meses das tempestades, / imagem da dor / que afrige as mocidades / e as vidas de corta flor" (Rosalía, de Folhas Novas.

"*De madeira os ramos da macieira que sobem / pela casa acima / De madeira a trave que suporta o peso do telhado / e o da neve do inverno // De madeira a lata onde descansam as telhas..."* (De madeira, de Concha Rousia)

Fugindo do excesso adorno ao estilo barroco, não necessário para aprofundar no nexo, desde a perspetiva romântica de Rosalía, ou desde a mais complexa variedade de fontes rousiana, ambas poetas aprenderam a recriar um universo simples, mais cheio, não rotundo, senão aberto a outras incorporações como conscientes de que a labor poética e uma labor de gerações, que deve ser transformada e transmitida, aprendizado a aprendizado, mas que só se torna atrativa quando chega límpida e em flor, não só ao académico edifício onde trabalham os eruditos, senão também ao povo que lhe presta a voz, ao entorno que lhe rende a paisagem e lhe entrega os sons.

Por elo a complexidade simples do verso Rosalíano, e legada a pena de Rousia, que misturando a aprendizagem tirada da sua grande mestra, com as novas vanguardas e estilos poéticos, assim como com as achegas de diferentes formas de entender e plasmar a lírica em outras latitudes, convergem na mesma linha do que parece fácil e chega a aprofundar na alma do leitor, e pode mesmo acompanhar tanto as tarefas próprias do mundo operário, como rural ou intelectual, criando um acervo a volta mais enriquecedor e formador, para os humanos que por sorte encontraram em seu caminho o verso refinado e líquido, cómodo de digerir, de ambas poetas.

6.6ª PARTE: O ENRIQUECIMENTO INTERIOR

6.1. ETOS FILOSÓFICO

"Bem sei que não há nada / novo em baixo do céu / que antes outros pensaram / as cousas que ora penso eu" (Vaguedás, II, Folhas Novas. Rosalía de Castro)

Como ultrapassando a distância, atravesso dos tempos, os homens e mulheres sempre se posicionaram interrogando seu interior, e contrastando com o cosmos mais achegado que surgia a sua volta e com eles interage. Mudam os conhecimentos científicos, mudam as tecnologias, mudam as sociedades, mudam as estéticas, mas o pensamento que se abstrai e interroga chega a conclusões muito similares sobre o destino do ser, sobre a maneira de habitar-se a habitar em comunhão e respeito com nós mesmos, e o entorno. Pois senão respeitamos o entorno tampouco nos poderemos respeitar a nós como entes vivos. Chegam, pois as diversas filosofias, desde o taoismo aos nossos dias, à conclusão universal de ser diversidades que partimos duma

unidade. De ser um microcosmo, que como todo cosmos cristaliza desde um centro, como dizia sabiamente Mircea Eliade.

A esse centro os poetas denominam alma, e acham que desde ela cristaliza, segundo os diversos condicionantes, o ser evoluído, maduro... E, no entanto, temos a impressão, como nos sábios versos de Rosalía, que o nosso pensamento não é mais que um ligeiro acrescentar, peneirado pelas distintas circunstancias, desse pensamento tal vez herdado, tal vez iniciado desde a noite dos tempos, quando o primeiro ser humano se pus a reparar, olhando-se assim, olhando a estrelas a sua volta, olhando a natureza ao seu encontro, no dilema da sua peculiaridade. E em esse pensamento Rosalía e Rousia acrescentam novos retos, necessários de valorizar e encarar nos tempos que lhes coube por sorte viver, mas cientes dessa constante filosófica, de nunca chegar a encontrar, ou ter na palma da mão a pedra filosofal, mas não por elo abandonam a pesquisa, porque a espiral de perguntas e respostas ainda deve continuar e tal vez nunca se esgote, sabendo no fundo as respostas vir-se a dar na conexão interior com o todo que é o poema.

"... eu são que fica / eu são quem herda o mundo / tudo meu / quem te siga é estrangeiro / meu o mundo / da merla..."
(Do Poema Tudo da Merla, de Rousia)

6.2. O COMPONENTE FEMININO

Inevitavelmente Rosalía se pensa como mulher, como mulher se conhece e conhece o seu contorno. Reivindica-se como mulher, com diretos, num momento muito mais difícil do atual, para nessas reivindicações, porem também ser vitima da mentalidade da época e não desenvolve um feminismo pleno, isento de complexos: a sua vida, cartas e reflexões são eco de este pormenor. Mesmo às vezes associa esse "instinto feminino da necessidade de proteção" a condição de mulher; a pesar ainda assim, como numa contradição explicável pelo peso das convenções do seu tempo, Rosalía e mesmo consciente da fortaleça duma mulher, que chega inclusive a sobre passar os limites naturais impostos, onde os homens poucas vezes batalha escolhem:

"Cada noite eu chorando pensava: / que esta noite tão grande não fora... // ...Mais a luz insolente do dia, / constante e traidora / penetrava radiante de gloria / ate o leito onde eu me tendera / com as minhas congoxas // Desde então procurei as trevas / mais negras e fundas / e procurei-as em vão, que sempre / trás da noite topava com a aurora" (de Folhas Novas).

Essa bravura não depara nem da defesa dos filhos, nem na valentia e risco à hora do assumir uma vida esquecida no pranto e a insatisfação, como si estas foram livremente eleitas. Rousia usufrutuária já dos avanços, ainda insuficientes, mas firmemente levados à frente pelas suas predecessoras de género, e os movimentos que pela igualdade da mulher foram forjados desde finais da época Rosalíana e princípios do século XX, até os nossos dias, encarara a feminilidade, com a raça lutadora da mulher que sabe ainda que resta muito trajeto a avançar, e encarado as diversas peculiaridades e os diversos novos cenários onde de novo é disseminado o ardor machista, que subtilmente penetra o tenta penetrar, para seguir relegando a mulher ao espaço acomodatício, onde a ele lhe for interessante e maleável, para seguir mantendo e exercitando a supremacia. Daí a incorporação ao trabalho da mulher, não a liberou definitivamente do seu rol de ama de casa, que muitas vezes compagina o mesmo o com a necessidade de achegar renda familiar, formar-se e viver em plenitude a sua vida.

Consciente Rousia da necessidade de seguir combatendo, para sem falsas publicidades que situam a mulher numa liberação simulada, seu verso troara forte contra aqueles que ainda aspiram a resignar à mesma na sombra do macho em destaque. Associando também essa luta a luta pela emancipação dupla: mulher ente – mulher galega.

"... eu escrevo com o sangue que queima / cicatrizando as feridas que me causa / o parto de um poema /
eu / como poeta / gostaria saber da contenção / de controle da palavra / mas eu tenho dentro um cavalo bravo" (Do Poema Versos sem amansar)

Rousia, pois é a poeta brava, a poeta que reivindica um mundo possível para mulher, para pátria, para os filhos, para igualdade.

6.3. A CONDIÇÃO DE MÃE

Predecessora de novo Rosalía. Rosalía vai abrir um caminho pelo que Rousia penetrara sem ela reparar, e que significa para Galiza, tal vez uma segunda oportunidade de dar à luz uma segunda mãe literária. A grandeza de

Rosalía reside, a meu modo de ver, em que a poeta de Padrão misturara as dores próprias da sua existência com as dores infringidas a seu povo desprezado, e confinado a uma mísera existência, por parte de um poder miserável e alheio.

Rousia fará o próprio, numa segunda leitura, mais pausada, mais serena, menos afogada pelo sentimento de morte próxima a chegar, da morte caminhar dentro dela, como no caso Rosalíano. Fará uma nova experiência, misturando a sua existência vital galega, que pisou a terra e mamou a raiz da pátria, desde a infância, a experiência terrível da adolescente rejeitada na sua própria língua, e cultura; com a moça liberada, viajada, que aprendeu no outro continente o despertar a sua condição, e seu eterno direito de pedir a palavra, com o compromisso a seguir de saber escutar ao próximo.

Fará, pois então Rousia, uma mistura com as novas realidades galegas, com as novas opressões mais bem disfarçadas, e com as batalhas e dores universais que atingem a toda a humanidade: os ataques a biodiversidade, a diversidade cultural múltipla, ao direito ao trabalho e a uma vida digna, etc. Fazendo confluir num elo poético toda esta vastidão de sentimentos, com a necessidade de proteção do inferior, do menos adaptado, do menos dotado...

E sem ela o saber, converterá a todos estes seres da sua pátria, e do planeta nos seus filhos prediletos. Nos filhos que amarguram que matam, mas também que a trazem a vida e lhe dão forças para denunciar com voz alta e clara o sofrimento dos mesmos.

"eu sou um ser selvagem com aparência humana
eu sou a natureza viva que se vê a morrer
eu sou todos os seres humanos do planeta
e sinto simultaneamente tudo o que me nega"
(Do Poema Versos sem amansar)

Assim se tornara Rousia na nova mãe galega dos sem voz, dos sem língua, das retraídas num falso rol de mulher, dos expulsos da sua vida e do mercado laborar....

Elevando desde a sua alma a esperança no renascer dos seus filhos e filhas, e da sua cultura universal como ponte também para o inicio duma nova unidade, hoje lusófona, que liberte a Galiza das suas cadeias; e manha universal que unifique aos povos nas diversas sensibilidades e nas diversas formas de fala. Enquanto seguirá transmitindo, nessa outra função de mãe resguardo da memória anterior e futura, aos seus filhos mais próximos a ideia de um ser só ficar completo, quando vive e cresce dentro do seio livre da sua mãe galega.

Língua minha
perdoa

Língua minha
extensa carícia do Universo
alongado eco que banha os continentes
e nós...
a renegar dela

Língua minha
grande
amiga
independente
esquece este terrunho que te ignora
logo de te ter parido
a ti renuncia
Que classe de mãe és tu...
...Galiza
que o mais valioso
o mais eterno
teu filho
teu idioma
aborreces
chamando-o estrangeiro

A minha língua é emigrante
como eu
foi pelo mundo
medrou
apanhou sotaques
como eu
E a ti Terra...
...Galiza
eu pergunto
novamente pergunto
que classe de mãe és
que porque medra tu filho
tu o rejeitas

Língua minha
ergue o teu berro
eu dar-ei-che a minha voz

para que fales
para que sussurres ao ouvido
para que grites...
até que a Galiza te reconheça

(Concha Rousia)

7. BIBLIOGRAFIA

- Folhas Novas / Rosalía de Castro (Edição Critica de E. Souto Presedo. 1985)
- Particularidades morfológicas del lenguaje de Rosalía de Castro (Ricardo Carvalho Calero, Santiago de Compostela 1972. Secretariado de Publicaciones de la Universidad)
- Enciclopedia Universal de la Literatura (Ed. Orbis, S.A. Grupo Libro 88, 1990)
- Presença de Jenaro Marinhas na AGAL (ed. AGAL. Testemunhos 2009)
- Fernando Pessoa e a Geração Orpheu (Ed. Original Assírio & Alvim. Ed. Planeta de Agostini, S.A. – Lisboa, 2006)
- Ricardo Carvalho Calero, Letras Galegas (AGAL. Vénus Artes Gráficas – 1984)
- Rosalía de Castro – Cantares Galegos. Domingo Garcia Sabell (Ed. Especial baixo patrocínio do Banco Pastor. Ed. Atlântico, 9 novembro 1985)
- Biblioteca de Autores Galegos. Rosalía de Castro, Obras Completas. Tomos I, II, III (Ed. Sálvora, S.A. 1983)
- Galiza, Nai e Señora. Nigratrea – Colección Maior (Ed. Nigra Trea, S.L. 2002)
- Elementos de critica literária. Arturo Casas – Coordinador (Ed. Xerais de Galicia, S.A. 2004)
- Rosalía de Castro. Documentación Biográfica y bibliográfica critica. Aurora López / Andrés Pociña (Galicia Editorial, S.A. Gaesa)
- Poesia de Prosa Medieval. Mª Elena Tarracha Ferreira (Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses)
- Daquelas que cantaram... Rosalía na palavra de onze escritoras galegas. Cinquentenário da Fundação Rosalía de Castro (Ed. Patronato Rosalía de Castro, 1997. Ima graf. Artes Gráficas)
- Rosalía de Castro Obras Completas (Aguilar, S.A. Ediciones, 1997)
- La Personalidad Creadora. Técnicas Psicológicas y Liberación Interior. (1992, Ed. Índigo, S.A.)
- Globalização. A Grande Desilusão. Joseph E. Stiglitz (Ed. Terramar, novembro 2002)
- Manual Galego de língua e estilo. Maurício Castro Lopes, Beatriz Peres Bieites, Eduardo Sanches Maragoto (Ed. Varias... setembro, 2007. ISBN: 13-978-84-87305-25-2)
- Estudos Filológicos Galego Portugueses – Isaac Alonso Estravíz (Ed. Alhena, 1987)
- Dez x Dez. Colecçom Literária Cabeça de Égua (Abrente Editora, 2007)
- O amor e o tempo. Willy Pasini (Livraria Civilização Editora. Companhia Editora do Minho, S.A. Barcelona, em maio de 2000)
- Poder, Ideologia e Língua. Yvo JD Peeters, editor. (AGAL. Vénus Artes Gráficas, S.A. 1191)
- Allá em Riba un Rey tinha uma Filha. Galego e castelhano no romanceiro da Galiza (Difusora de letras, artes e ideias, 1ª Ediçom maio 2004)
- El Ejercicio del Critério. Mario Benedetti. Obra critica 1950-1994 (Ed. Alfaguara, 1995, Santillana, S.A)
- Estética Politica. Friedrich Tomberg. Colección Hoy es Siempre Todavía (Ed. Villalar, 1977)
- Cultura Proletaria. Colección EV, Villalar. (Editorial Villalar, 1977)
- Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. La experiencia vivida (Ed. Siglo Veinte, Buenos Aires. Tomo II. ISBN 950-516-067-6)
- Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. Los hechos y los mitos (Ed. Siblo Veinte, Buenos Aires. Tomo I)
- La pequeña diferencia y sus grandes consecuencias. Las mujeres hablan de si mismas. Comienzo de una liberación. Segunda Edición. – Alice Schwarzer- (Lasal edicions de las dones. Editorial pluma- Bogota, 1980)
- ¿Qué quieren las mujeres?. E.L. Eichenbaum / S. Orbach (Editorial Revolución, S.A.1987)
- La Comunicación no Verbal. Flora Davis. (Alianza Editorial, 1987)
- Las Peras del Olmo. Octávio Paz (Ed. Seix Barral, S.A. 1983)

8. SÍTIOS EM INTERNET

PGL. Portal Galego da Língua. Opiniom: Concha Rousia.
Artigos
http://www.pglingua.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=3&id=1093&Itemid=81
Recanto das Letras. Autores: Concha Rousia. http://recantodasletras.uol.com.br/
O Poeta Universal. Poemas de Concha Rousia http://artorius.bloguepessoal.com/
Vieiros: Galicia Hoxe. http://www.vieiros.com/curriculums/amosar/26/concha-rousia

9. Vídeos:

http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjaIZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#
http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjaIZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#
http://video.google.com/videosearch?source=ig&hl=pt-PT&rlz=&q=concha+rousia&lr=&um=1&ie=UTF-8&ei=XrueSqjaIZPSmgOQ9qz5BA&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=4#

10. Fontes Auxiliares: Rosalía de Castro em Internet

http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosalía_de_Castro
http://www.Rosalíadecastro.org/
http://www.los-poetas.com/k/rosa.htm

49. CHRYS CHRYSTELLO, AICL, PRESIDENTE COMISSÃO EXECUTIVA DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

TEMA 2.6. AÇORIANIDADE LITERÁRIA, MESA QUADRADA SOBRE TRADUÇÃO E LITERATURA DE MATRIZ AÇORIANA

Grandes vultos das letras e (***das***) artes nasceram nos Açores, como ***Gaspar Fructuoso*** *(1522-1591, historiador); o* ***conde de Ávila****, marquês e duque de Bolama;* ***Manuel de Arriaga*** *(1840-1917),* ***Antero de Quental*** *(1842 -1891 filósofo e poeta);* ***Teófilo Braga*** *(1843 -1924 escritor e presidente da República);* ***Roberto Ivens*** *(1850-1898 militar e explorador);* ***Tomás Borba***

(1867-1950, mestre de quase todos os melhores compositores portugueses do século XX.); ***Francisco de Lacerda***, (1869-1934, musicólogo, compositor e maestro); ***Canto da Maya*** *(1890 -1981 escultor) que passou a vida em Paris;* ***Domingos Rebelo*** *(1891-1975 pintor);* ***Vitorino Nemésio*** *(1901-1978 escritor, (poeta, crítico, ensaísta, comunicador);* ***António Dacosta*****, terceirense** *(1914 - 1990 pintor)***,** poeta da escola surrealista, viveu longo tempo em Paris**.** ***Carlos Wallenstein*** **(**1926-1990), escritor, ator, cujas obras completas foram publicadas na Salamandra.

Outro pintor micaelense, que acabou os seus dias em *Oeiras*, foi ***Victor Câmara***[305] (1921-1998), o mais fiel discípulo de Domingos Rebelo, representado no Museu Carlos Machado, tendo, em Oeiras, se dedicado ao retrato**;** ***Carlos Carreiro*** (n 1946-), expressionista, com cores vivas, grande pintor, professor nas Belas Artes no Porto.

Dos inúmeros autores açorianos contemporâneos selecionei não os que já traduzi para inglês, mas aqueles com quem convivi, cuja obra conheço e pela qual nutro apreciação como adiante se verá**.**

Acolho como premissa o conceito de açorianidade de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana *«enquanto superstrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência»*[306]. Para ele a açorianidade literária[307] (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na revista Insula, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comummente abordados na literatura, tais como a solidão, o mar, a emigração. Martins Garcia não se mostra empenhado em definir a literatura açoriana, mas a sua qualidade estética.

Na obra "Para uma literatura açoriana" (1987) afirma:

> *"...utilizar um conceito antropológico de cultura para provar a diferença entre os Açores e o Continente é admitir que um traço distintivo venha a justificar uma autonomia, quando, na realidade, são as diferenças culturais que formam um acréscimo que dão identidade, seja a uma literatura, seja a um povo*[308]*.*

Em "Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana", diz **J. Almeida Pavão** (1988)

> *"...sobre a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de Borges Garcia e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestário, formado por Gaspar Simões e Cristóvão de Aguiar...*
> *Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, compendiados na obra* A Questão da Literatura Açoriana*, de Onésimo Almeida (1983)*[309]*."*

Depois de, no meu fervor iniciático, ter sido um fervoroso adepto da LITERATURA AÇORIANA, à medida que lia os autores mais consagrados e badalados, ficava com uma sensação amarga. Há muitos, mas de qualidade irregular, dir-se-ia mesmo duvidosa. Confesso mesmo que sorri da minha ingenuidade.

De Dias de Melo, ressalvam-se os livros sobre baleeiros, outros li que eram execráveis, como "*O Menino que deixou de ser menino*", e "*Pena dela saudades de mim*", ambos dum neorrealismo primário e balofo, que nada tem a ver com os seus livros mais antigos sobre baleação.

Daniel de Sá tem um romance deveras interessante "O Pastor das Casas Mortas" e uns apontamentos coloridamente atraentes em guias turísticos

---

[305] Em 1949 no "Correio dos Açores", uma crítica, a duas colunas, dizia que Victor Câmara "desonrava-nos com a exposição, descendo tão baixo a chafurdar na lama". A crítica era toda deste teor. Com Victor Câmara foram atacados Rui Galvão de Carvalho, Armando Cortes Rodrigues, Eduíno de Jesus, que era tropa na altura e foi detido no quartel por ter escrito e favor da pintura. E ainda Pedro da Silveira e Cristiano Frazão Pacheco, que no jornal "A Ilha" encerrou o debate, por não encontrar nos críticos que levantaram o caso, competência para discutir o assunto

[306] http://lusofonia.com.sapo.pt/acores/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

[307] BRASIL, Luiz Antonio de Assis. Escritos açorianos: a viagem de retorno - tópicos acerca da narrativa açoriana pós-25 de abril. Lisboa: Salamandra, 2003, p. 14.

[308] RIBEIRO, Lúcia Helena M. A questão da identidade da terra: a ideia de permanência na obra Contrabando Original, de José Martins Garcia. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 1996.

[309] O Centenário (1963) (poesia); Esperança-21 (1969) (peça de teatro); Cérebros do Grande Público (1970) (ensaio), Da Vida Quotidiana na Lusalândia (1975) (estudo); José Rodrigues Miguéis/Portugal in Manhattan (1983) (ensaio), A Questão da Literatura Açoriana (1983) (ensaio); (Sapa)teia Americana (1983) (contos); Mensagem - Uma Tentativa de Reinterpretação (1987) (ensaio); Açores, Açorianos e Açorianidade (1989) (ensaio)

como Santa Maria Ilha-Mãe e São Miguel e Terceira além de uma ou outra obra mais antiga de relevo.

Como tradutor que vive no seio desta azórica geografia idílica, não busquei a essência do ser em miríades de variações. Também não cuidei de saber se o homem se adaptou às ilhas ou se estas condicionaram a presença humana, para evidenciar a sua especificidade ou açorianidade.

Deduzi no decurso do meu trabalho de tradução de autores açorianos, caraterísticas relevantes para a açorianidade:

1. O clima inculca um caráter de torpor e de morosidade;
2. Os povos quedam hoje, física e culturalmente, quase tão distantes de Portugal como há séculos atrás;
3. O recorte dos estratos sociais: é ainda vincadamente feudal apesar do humanismo que a revolução de 1974 alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
4. A adjacência das gentes à terra persiste ainda imune a aculturações, fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, opondo-se ao centralismo autofágico e macrocéfalo, que regem esses dois submundos como vasos não-comunicantes.

Daniel de Sá, dedicou *"O Pastor das Casa Mortas*" "às *mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal*. O herói busca um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados da Beira Alta. Por entre o pastoreio, calcorreia paixões sofridas, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Este retrato de Manuel Cordovão, lusitano de um amor só, é uma ode ao açoriano apartado de si e do mundo por um amor impossível inconcretizado. Trata-se de uma visita ao Portugal profundo, montanhoso, interior e inacessível. Aqui não se fala do "*despovoamento das ilhas" antes* se resgata o imaginário coletivo na erudição improvável de um apascentador de cabras.

Noutra obra, "*Santa Maria ilha-mãe"* Daniel de Sá viaja ao passado mítico, mas refulgente de nostalgia lírica por uma infância despretensiosa. Ao falar da Ilha-Mãe visita-se o isolamento de séculos, permeado por ataques de piratas, a inculcar mais vincadamente as crenças de origem religiosa. Revi *enésimas vezes, cada passagem do livro para lhe dar, em inglês, o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia da prosa recorrente à totalidade da obra ficcionada*. Essa *mundividência*, transporta-nos num interessante roteiro turístico.

O título gerou controvérsia, como o próprio autor notaria: "*Não se trata de "mãe" com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos ligados por hífen. É uma ilha que é mãe também...*" Diz-nos o autor "*Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro*" e todos nós sentimos os cheiros, as cores e as melopeias que nos descreve.

A escrita de Daniel de Sá vagueia por tempos infindos. As personagens simples são tão credíveis que nos sentimos transportados e partilhamos sentimentos com os interlocutores. Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald,

> *"A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte "*

Dias de Melo foi agricultor, compositor, versejador e homem do mar. Escrevia sobre os baleeiros do Pico, como se da janela da sua "Cabana do Pai Tomás", no Alto da Rocha do Canto da Baía, na Calheta de Nesquim, vigiasse os botes e as lanchas da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras.

A escrita fluida embrenha-se como o nevoeiro em que os trancadores se debatiam na luta inglória para ganhar a vida.

Resumirei o autor a uma frase: **Injustiça Social**. É da sua denúncia que trata ao abordar a emigração, a vida no Pico, as realidades sociais e económicas, a repressão do Estado Novo e os dramas humanos, na linguagem simples dos homens do mar. Apreendendo as suas obras e a sua luta, fica-se com a sensação de uma sociedade arbitrária e perversa.

A Dias de Melo, inexoravelmente o escritor da baleação, coube-lhe a sorte de ter merecido homenagens públicas nos últimos meses de vida, quando a VerAçor re-editou alguns dos seus livros. Como espetador atento da luta quotidiana e da condição humana, nunca se coibiu de a viver e contar.

Cumpre-nos evitar que essa memória se esvaneça e porfiar para que seja lido pelas novas gerações, pois, como o próprio escreveu: ***"A esperança num mundo melhor já não será para mim, nem para nenhum de nós e eu revolto-me com o que vejo à volta de mim".***

Nas ilhas existem interesses esconsos e panelinhas em que pontificam menos valias com fama fácil, o apoio das instâncias oficiais e de uma clique na qual se incluem nomes menores da literatura local. Com a paixão de descobrirmos todos estes autores desconhecidos, olvidamos o conhecimento dos restantes. Deixamo-nos iludir pela açorianidade, pela beleza narrativa das ilhas e seus costumes ancestrais...embalamo-nos no canto das suas sereias...

Lemos outros poetas e escritores açorianos espantosos de que QUASE ninguém fala como José **Martins Garcia**[310]. Sobre ele escreveu David Mourão-Ferreira

> *"Se não vivêssemos, vicentinamente, num País em que a "barca do purgatório" anda sempre mais carregada que as outras duas, o* [seu] *nome deveria ser hoje saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou;*
>
> *(...)*
>
> *com igual mestria tanto abrange os registos da mistificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo"*
>
> (Jornal *Signo*, 30/9/1987)."

Maria Lúcia Lepecki acrescenta

> "*É a arte de narrar "em puro" que Martins Garcia cultiva: de modo que opta por não fazer quaisquer tipos de experimentações. Vai sempre re-experimentando, e confirmando, o contar histórias*."

Armando *Côrtes-Rodrigues* é outro nome a não esquecer. **Emanuel de Sousa** é poeta e autor de *Eurídice* com prefácio de Natália Correia; e autor de *Ariadne*, ambos da Quetzal.

Saiu agora uma antologia de contos de Martins Garcia, numa rica edição. A coleção intitula-se Biblioteca Açoriana e é dirigida por Urbano Bettencourt e Carlos Alberto Machado (diretor do Centro de Estudos do Mar nas Lajes do Pico). Já foram publicados, nesta coleção, em 2009, os seguintes livros: *Almas Cativas e Poemas Dispersos*, de **Roberto de Mesquita** (prólogo e organização de Carlos Bessa); *A Moldura*, de **Conceição Maciel**; *Português, Contrabandista*, de **José Martins Garcia**, antologia de contos de muitos dos seus livros, a maior parte inexistente no mercado, *com um* posfácio de Urbano Bettencourt.

Há mais três nomes a não esquecer: **Vasco Pereira da Costa,** poeta, romancista, nascido em Angra do Heroísmo em 1948. Além disso é pintor, usa o pseudónimo de Manuel Policarpo. Teve em junho uma Exposição de Pintura no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, a qual irá para a Terceira, e em outubro para as Portas do Mar, em Ponta Delgada. Intitula-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*. Os quadros relativos ao culto do Espírito Santo, creio que, pela primeira vez, contêm uma forte crítica não só ao culto da terceira pessoa como à sociedade...

Há **Eduardo Jorge Brum** (fundador e diretor do Semanário "Expresso das Nove") poeta, contista e romancista, nascido em Rabo de Peixe. Escritor maldito, na linha de Luiz Pacheco. As suas principais obras, todas publicadas na Europa-América, com exceção de uma, que saiu na Vega (*Oriana ou o nome das Coisas*), e por último, **Marcolino Candeias,** nascido em Angra em 1952. Poeta de um só livro, embora se tivesse estreado aos 16 anos com um livrinho que terá repudiado, pelo menos não consta na bibliografia do autor, intitulado *Por Ter Escrito Amor***.** O seu único livro, portanto, já em 2.ª edição intitula-se: ***Na Distância deste Tempo***, 2.ª ed. Salamandra.

Como se pode ver há muito para além das hortênsias e dos romeiros, tema desesperado de tanto aspirante a escritor numa eterna antologia de autores açorianos, mas nem todos eles serão obreiros de verdadeira literatura.

---

[310] **Outras obras de referência do autor:** (1975), *Lugar de Massacre.* Lisboa, Afrodite. (1978), *Vitorino Nemésio, a obra e o homem.* Lisboa, Arcádia. (1978), *A Fome*. Lisboa, Afrodite. (1982), *Imitação da Morte*. Lisboa, Moraes. (1984), *Invocação a um Poeta e outros poemas.* Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1985), *Fernando Pessoa: "coração despedaçado".* Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1986), *Temporal*. Providence, Gávea Brown. (1987), *Contrabando Original*. Lisboa, Vega. (1988), *Vitorino Nemésio – à luz do Verbo*. Lisboa, Vega. (1990), *Memória da Terra.* Lisboa, Vega. (1996), *No Crescer dos Dias*. Lisboa, Salamandra. (1999), *(quase) teóricos e malditos*. Lisboa, Salamandra. Ensaio: (1987). *Para uma Literatura Açoriana.* Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1987), *David Mourão-Ferreira/ /Narrador*. Lisboa, Vega. (1995), *Exercício da Crítica*. Lisboa, Salamandra. Conto: (1978), *Receitas para Fritar a Humanidade.* Lisboa, Edições Montanha. (1979), *Morrer Devagar*. Lisboa, Arcádia. (1987), *Contos Infernais.* Ponta Delgada, Brumarte. (1992), *Katafàraum Ressurrecto*. S.I., M. Garcia. Teatro: (1987), *Domiciano*, Angra do Heroísmo, Direção Regional de Assuntos Culturais (Prémio Armando Côrtes-Rodrigues, da SREC).

Deixei propositadamente para o fim Cristóvão de Aguiar, um escritor incómodo. Não só se libertou das grilhetas do cativeiro confinado da ilha como demonstrou com a sua prolífica publicação aquilo que mais se entreteve a negar: a existência de uma literatura açoriana.

Exigente consigo e com os outros, com fama de intransigente, não se inibe da polémica e controvérsia. Domina a língua como só os grandes escritores almejam, enquanto se deixa consumir no fogo ardente da falta de confiança genética de ilhéu.

Eterno insatisfeito burila o basalto da sua ilha adotiva, o Pico, as filigranas letras com que nos enleia. Como visitou e viveu para lá da fronteira invisível do grande Mar Oceano olha retrospetivamente para o Pico da Pedra, em São Miguel, onde nasceu, e vislumbra a pequenez das gentes encarceradas nas ilhas, contentadas com qualquer emigração económica e a canga feudal que persiste. Pedaços de gente dura e impiedosa cumprindo rituais. Intolerantes, devotos e invejosos. Ansiosos por emigrar. Depois, voltam sempre com aparência triunfante, mas sem acarrearem na desafogada bagagem algo de valor. Apenas dinheiro e bens materiais.

Sobre a sua marilha natal, diz Cristóvão

São Miguel já não é a mesma Ilha onde fui nado e criado e vivi até à arrogância dos vinte anos. Pude verificá-lo, há pouco, durante o 4.º Encontro Açoriano da Lusofonia, em que, para regozijo meu, não encontrei os costumeiros intelectuais de pacotilha, que sabem tudo quanto no Universo se passa, com retrato de pose na galeria dos imortais há muito mumificados…

Nem é sequer a mesma Ilha que foi, até há poucos anos, muito nublada, já não digo por um nevoeiro absoluto, mas por alguns resquícios aparentados a certas pesporrências de má memória. Temos, porém, de convir que, durante séculos, certas forças religiosas, conluiadas com todos os poderes, foram o sustentáculo da ignorância abençoada pela trilogia Deus, Pátria e Rei de outros tempos, e Deus, Pátria e Família, do tempo de muitos de nós. Direi como Mestre Gil Vicente: E assim se fazem as cousas. Levou tempo, mas o inevitável aconteceu. Acaba sempre.

O medo e outras rançosas virtudes impostos ao espírito e nele lavrado em sulcos mais ou menos profundos ***(nem toda a terra consente a ignomínia), com relhas*** *enferrujadas e passadistas, têm destes percalços - no ápice de um instante imprevisto esse terreno enfastiado de tanta aridez fementida e coerciva, súbito se devolve à sua límpida condição de húmus que favorece a estrutura do solo e do subsolo e do infra-subsolo: o consciente, o subconsciente e o inconsciente****.***

Cristóvão é um permanente "Passageiro em trânsito", título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. É a voz ininterrupta de uma consciência coletiva que não se asfixia. Granjeou o direito a chamar os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem. É crítico impiedoso do destino que alguns queriam eterno, da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba.

Narrativas dissecantes que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem. Grandes planos, *zooms*, e paragens esmiuçadas nos rostos e mentes dos atores principais dos seus diários, intitulados *Relação de Bordo (trilogia) e A Tabuada do Tempo*. A câmara detém-se e escalpeliza a alma daqueles que filma com palavras aceradas. Dói e magoa como o vento mata-vacas que sopra do nordeste. Psicanalisando as gentes e a terra que o viram nascer adotou uma nova ilha mátria, em 1996

A Ilha do Pico faz-me as vezes de mulher amada. Desvenda-se aos poucos, em erótico vagar, para se lhe descobrir os recantos e sortilégios mais íntimos. E nunca se chega, nem se precisa, ao cerne do feitiço...

Meio encoberta, meio desnudada, sempre ataviada de cheiros exóticos e eróticos, faz com que se abram as narinas de cio. Colhem os olhos as tonalidades indefiníveis de seus roxos e azuis, o cinza entorresmado de seus mistérios, seus verdes percorrendo toda a escala cromática, vertidos na paleta primigénia de que se serviu o Criador para matizar a tela da Natureza. Sempre que caem sobre o mar do canal, cavado e furioso ou espelho de Narciso, a Ilha de São Jorge, nua e arroxeada, a garantir mais mundo, os olhos coalham-se de espanto em face do mistério de assistirem ao primeiro dia da Criação...

Não cabe no olhar a Montanha bíblica. Extravasa a humana retina. Bíblica. Acredito ter sido em seu cimo, que roça o Céu, que

Moisés recebeu as Dez Tábuas da Lei. E de um penedo fez jorrar a água que saciou a sede do seu Povo

Cristóvão de Aguiar não é um autor fácil nem facilita o seu léxico para leitores de pacotilha. Amaldiçoado, que nunca maldito, porque outros o fizeram malquisto. Acossado por tudo e por todos. Exige tanto dos seus leitores como de si mesmo. As suas palavras penetrantes estão gravadas visceralmente num granito alheio às ilhas que se encontra na *Relação de Bordo*. No último volume da trilogia, depara-se com uma infindável história de amor sem que a maioria dos leitores se aperceba desses arroubos. Ele é o magma de que são feitas as gentes de bem.

Este foi o autor que ora descobri como se o conhecesse há muito, como se tivesse sido irmão caçulo ou *compagnon de route* 66 à la *Jack Kérouac,* iluminando o túnel das ideias[311]. Navego imerso na sua escrita tateando como um recém-nascido fora do ventre materno. Aprendo hoje com este mestre contemporâneo da literatura de matriz açoriana. Muito apoucado me aquilato em tão ínclita companhia. Terei encontrado o escritor neste amigo novo?

Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas Cristóvão de Aguiar, mas empreende uma viagem tridimensional recheada de sentidos. Confluem na escrita como lava "pahoe-hoe" (pron. *pah hoi-hoi*) de aparência viscosa, mas fluida, prateada, brilhante e entrançada como cordas de baleeiro. Outros autores aparentam ser lava tipo "A a" (*ah ah*), grossa e áspera, magma de rochas solidificadas impulsionadas. Em Cristóvão de Aguiar nada é impelido embora por vezes se assemelhe na sua descrição e nos contornos emocionais à pedra-pomes, piroclasto dominante das rochas traquíticas. A observação de qualquer pedaço de basalto revela-nos, quase sempre, a existência de *vesículas* disseminadas na rocha, de tal modo estanques, que esta pode flutuar na água por largos períodos. Resultam de gases separados do magma que, não tendo escapado para a atmosfera, ficaram aprisionados na rocha sob a forma de bolhas onde também ficam retidos *ad eternum* todos os leitores.

A escrita lávica de Cristóvão fica a boiar no nosso espairecido imaginário. Foi ela que nos instigou a rabiscar esta lamentação com o frémito ciumento dos que não conseguem escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a forma de amar e de ressarcir a terra que o viu nascer...

As ilhas irão, um dia, desatar grilhetas que as encarceram no passado e Cristóvão estará então desobrigado da tarefa hercúlea de acarrear a sua ilha como um fardo ou amor enjeitado, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas.

Dias de Melo e Daniel de Sá já foram traduzidos e "O Pastor das Casas Mortas" vai surgir em castelhano. Cristóvão não foi traduzido. Além dele há outros escritores e poetas que teremos de divulgar e traduzir. Isto sim é um crime de lesa literatura.

Irei concentrar os esforços dos Colóquios em editá-lo no Brasil e tê-lo traduzido na Bulgária, Roménia, Polónia e Eslovénia enquanto nós, meros mortais, teremos de ler os restantes e apreciar a sua universalidade, apesar de a matriz açoriana que a todos permeia.

Sei agora que incorremos numa grave omissão se não conseguirmos traduzir "A TABUADA DO TEMPO", "TORGA LAVRADOR DAS LETRAS", "MARILHA", "RAIZ COMOVIDA", "RELAÇÃO DE BORDO I, II, III". Este o desafio que aqui lanço, hoje, como um repto que ninguém recusará, estou certo.

50. .CRISTÓVÃO DE AGUIAR, ESCRITOR AÇORIANO

TEMA 1.7 DOIS HOMENS DE TRÁS-OS-MONTES

Aqui, na cidade de Bragança, coração de Trás-os-Montes, grave delito seria não recordar dois grandes vultos da cultura portuguesa do século XX, Paulo Quintela e Miguel Torga. Outros haveria que realçar como o Abade de Baçal, historiador, etnógrafo, arqueólogo, autor das ***Memórias Arqueológico-***

[311] Pressagio cordões umbilicais curiosos. Ambos criamos os sulcos que trilhamos percorrendo as savanas e as estepes do sofrimento pessoal, das amarguras e romances que nos embargavam a escrita e nos dispersavam. Plantámos árvores, publicámos poesia e tivemos filhos em buscas incessantes pelo Santo Graal. *Cumprimos missões inomináveis no exército colonial português. Em Mafra, Tomar e em Leiria. Cristóvão entrou para o Teatro Universitário em Coimbra e eu para o Teatro Universitário do Porto quando me insinuava como jovem independente pensante, batalhando com Zeca Afonso, mestre José Rodrigues e um dos melhores declamadores de sempre, o Mário Viegas.* Em Coimbra, o ilhéu Cristóvão lidou com Paulo Quintela, Miguel Torga, Luís Albuquerque, Joaquim Namorado e outros monstros sagrados do nosso imaginário.

Históricas do Distrito de Bragança, cujo V volume é o célebre livro, *Os Judeus no Distrito de Bragança*…

E João Araújo Correia, médico na cidade da Régua e um dos grandes Mestres da Língua Portuguesa, que mereceu de Aquilino, outro brilhante cultor da Língua, estas expressivas e legítimas palavras:

> "*Mestre de nós todos há cinquenta anos a lavrar nesta terra ingrata e ímproba seara branca do papel almaço, e somos velhos, gloriosos ou ingloriosos, pouco importa; mestre dos que vieram no intermezzo da arte literária com três dimensões para a arte literária sem gramática, sem sintaxe, sem bom senso, sem pés nem cabeça; e mestre para aqueles que terão de libertar-se da acrobacia insustentável e queiram construir obra séria e duradoura*". Isto só para mencionar os que desapareceram.

Sem desprimor para os dois vultos transmontanos atrás mencionados, e que de *per si* mereciam uma conferência inteira, ou mais, só irei debruçar-me, e espero não me despenhar da altura a que ambos se guindaram, sobre a obra e personalidade de outras duas individualidades transmontanas, mais chegadas à minha afeição, com quem durante anos convivi em Coimbra e de quem recebi grandes lições de vida, cultura, humanidade e humanidades: Paulo Quintela, filho desta cidade, onde nasceu em 1905, e Miguel Torga, natural de São Martinho de Anta, o *seu lugar de onde* e *o seu centro do mundo*, como tantas vezes escreveu nos seus livros…

Paulo Quintela foi um germanista de renome internacional e um dos melhores tradutores das línguas germânicas para a Língua Portuguesa. Dir-se-ia, sem pingo de exagero, que nacionalizou esses poetas e escritores estrangeiros, principalmente alemães, para a Literatura Portuguesa, dela ficando a fazer parte: Rilke, Hölderlin, Goethe, Nietzsche, Hauptmann, Nelly Sachs e tantos outros, incluindo muitos poemas ingleses de Fernando Pessoa, a pedido de Georg Rudolf Lindt, crítico alemão, lusitanista, estudioso e tradutor de Pessoa. E foram esses poetas maiores da Literatura Universal, sobretudo Rilke, que influenciaram alguns poetas portugueses, dos quais destaco Eugénio de Andrade e o próprio Miguel Torga.

Como se isto não bastasse, Paulo Quintela, um apaixonado pelo teatro e por Gil Vicente, havia de ressuscitar a sua obra dramatúrgica para as tábuas do palco, até então sepultada na poeira dos compêndios. Excetuavam-se algumas tímidas, fugazes e nem sempre logradas tentativas do Teatro Nacional Dona Maria, que, nos meados dos anos trinta do século XX, o pôs em cena. E terá sido um espetáculo, com excertos da obra de Mestre Gil, uma silva vicentina, representado por essa companhia, em uma noite de verão, no Pátio da Universidade de Coimbra, que o catapultou para pôr de imediato a obra vicentina em cima do palco.

Escreveu ensaios sobre a obra do maior homem de teatro português, e deu a conhecer aos leitores portugueses as *Líricas Castelhanas,* de Gil Vicente, publicadas em livro, em meados dos anos sessenta, no *Cancioneiro Vértice*. Porém, Quintela não se quedou por Gil Vicente: encenou outros grandes dramaturgos; os trágicos gregos: a *Medeia*, de Eurípedes; a *Antígona*, de Sófocles; o *Prometeu Agrilhoado*, de Ésquilo; *O Grande Teatro do Mundo*, de Calderón de La Barca; *Retablillo de don Cristóbal* e *A Sapateira Prodigiosa,* de Frederico García Lorca. Nesta última peça, foi o próprio Quintela quem representou o papel de sapateiro, o principal, porque o ator que o devia interpretar ter comunicado, na véspera da estreia, que não podia comparecer – valia Quintela saber de cor todos os papéis das peças que encenava; *O Tartufo*, de Molière, além de alguns portugueses contemporâneos, como Miguel Torga; José Régio e Raul Brandão…

Graças ao TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), fundado em 1938, e que se estreou com a *Farsa de Inês Pereira*, foi possível a Paulo Quintela, seu diretor artístico durante mais de trinta anos, dar a conhecer não só Gil Vicente como todos os dramaturgos atrás referidos, fazendo do TEUC uma verdadeira escola de teatro por onde passaram gerações e gerações de estudantes, que, após a formatura, continuaram a lição do Mestre, organizando grupos de teatro nas locais onde foram exercer a sua profissão.

Como dizia, foi nesta cidade de Bragança que nasceu, em dezembro de 1905, Paulo Manuel, oitavo rebento de uma prole de dez, sendo o pai pedreiro e a mãe padeira. Aqui se criou, iniciou e concluiu os estudos elementares e liceais, que o haviam de guindar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se matriculou no ano letivo de 1922 /1923, ainda com a idade de dezasseis anos. Aluno brilhante, concluiu o curso de Filologia Germânica com distinção, e foi bolseiro da Fundação Humboldt, o que lhe proporcionou viver, estudar e ensinar, em Berlim, durante seis anos. Com a subida de Hitler

ao poder, regressou a Coimbra e à sua Faculdade, passando a exercer, durante mais de quarenta anos, o magistério nas Literaturas e Culturas Germânicas. Aqui jaz, no cemitério do "Alto do Sapato", desde o dia 10 de março de 1987.

Delito grave seria também deixar em silêncio o nome de Miguel Torga, um dos mais grados escritores de sempre da Literatura Portuguesa e, durante grande parte do percurso da existência, íntimo amigo de Paulo Quintela e seu companheiro de lides e aventuras literárias. Procurarei, nesta minha despretensiosa comunicação, deslindar o que os uniu e depois os separou para sempre, tentando o milagre, sempre possível, de um reatamento de relações *post mortem*…

> *Entre ambos existia uma amizade enraizada num acerado amor que consagravam a Trás-os-Montes, o "Reino Maravilhoso", de onde ambos eram oriundos. "Que belo é ter um amigo! Ontem eram ideias contra ideias. Hoje é este fraterno abraço a afirmar que acima das ideias estão os homens. Um sol tépido a iluminar a paisagem de paz onde esse abraço se deu, forte e repousado. Que belo e natural é ter um amigo!" – escreveu Torga, no dia 4 de fevereiro de 1935, no primeiro volume do Diário, referindo-se a Quintela, que conhecera um ano antes na cama de um hospital em Coimbra.*

No Segundo Congresso Transmontano, realizado nas Pedras Salgadas, em setembro de 1941, ambos participaram com duas conferências. A de Miguel Torga intitulava-se *"Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)";* a de Paulo Quintela, *"Um Poeta de Trás-os-Montes, Miguel Torga".*

E era o Poeta*:*

> *"Vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus criador e dominador. Tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo duma grande hora. De repente rasga a crosta do silêncio uma voz de franqueza desembainhada: '– Para cá do Marão, mandam o que cá estão!' Sente-se um calafrio. A vista alarga-se de ânsia e de assombro. Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós? Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico, porque o nume invisível ordena: – Entre! – A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso."*

Por seu turno, Paulo Quintela*: "Mas não se nasce impunemente em Trás-os-Montes, no Alentejo ou à beira-mar. Quer dizer que a paisagem, se não é o único fator determinante, é contudo primordial elemento de formação e informação.*

Se a poesia é no fundo expressão – expressão mágica – das coisas e dos seres, da Vida, é evidente que essa expressão há de ser em certa medida condicionada pela maneira como esses seres e coisas se nos revelam e nos solicitam, pela luz que os banha, pelo horizonte em que estão implantados, pelo ângulo por que se contemplam. O homem da planície terá uma vivência das coisas e dos homens muito diversa da do montanhês. Horizontes vastos e planos, monótonos, em que as figuras se perdem ou ficam reduzidas a contornos imprecisos, convidam a erguer os olhos e a contemplar o céu. Daqui – falo, evidentemente, em termos amplos que admitem toda a sorte de exceção que não abalará aliás a firmeza do princípio – (o próprio poeta de que me ocupo poderá por vezes parecer exceção...) – daqui, digo, a propensão contemplativa e a necessidade de fuga e libertação mística do homem nado e criado em ambiente destes.

Daqui o caráter místico da grande literatura da estepe russa, por exemplo. Mas subamos agora uma montanha. As coisas na encosta que vamos escalando são-nos mais chegadas, mais íntimas, mais nossas, pelo esforço que pusemos em alcançá-las; a luz quebra e reflete de outra maneira nas lombas que nos rodeiam e nos limitam o horizonte; a subida é árdua, mas gostosa; o arcaboiço arfa, bate o coração encostado à fraga ou à árvore, e o arquejar do peito e a pancada do coração do homem da montanha faz-se hálito e pulsar da própria terra-mãe. Chega-se ao cimo. Mas não foi para contemplar o céu que nos aproximámos dele. Sobe-se a um monte para olhar cá para baixo, para dominar a terra que se alarga, se nos revela e nos convida. Foi no alto dum monte que o diabo patenteou a Cristo a sua maior tentação: 'De novo o subiu o diabo a um monte muito alto: e lhe mostrou todos os Reinos do Mundo, e a glória deles, e lhe disse: Tudo isto te darei, se prostrado me adorares...' Deus em Cristo resistiu à tentação. Os homens sucumbem à veemência do desejo de posse do Mundo e da sua Beleza. Miguel Torga é, dos poetas portugueses modernos, o

que está mais intimamente ligado à sua paisagem, que é a paisagem de Trás-os-Montes."

Convoco agora o Poeta Manuel Alegre para, com a sua palavra poética, vir em meu auxílio. Na III Parte do seu livro, *Coimbra Nunca Vista*, intitulada "Abecedário de Coimbra", o poeta de abril, grande amigo e admirador de ambos, empreende uma apolínea peregrinação afetiva através de individualidades que, em dado momento histórico-cultural, cunharam o carácter da cidade mítica. Nesse "Abecedário", figuram, entre outros, dois poemas dedicados às duas fragas graníticas transmontanas, um com o título de "Miguel Torga No Largo da Portagem"; o outro intitulado "Paulo Quintela". O dedicado ao autor de *A Criação do Mundo* do reza assim:

Todos os dias o poeta vem ao centro / sobe ao seu consultório e embarca para / dentro. / Diante da folha branca vai de viagem / navega sobre o tempo e nunca para. / Há nele o canto de raiz e o verso vagabundo / da sua janela chega à outra margem / e dá a volta ao mundo / no Largo da Portagem.

Sobre Quintela escreve:

Nada sabíamos da língua portuguesa / e então sílaba a sílaba ele ensinou-nos / a música secreta das vogais / a cor das consoantes a ondulação o ritmo / o marulhar das frases e o seu / sabor a sal. / E também como pisar um palco / como falar como calar e sobretudo/ como sair de cena e entrar / no grande teatro deste / mundo. / Porque tudo era proibido e ele nos disse / que tudo pode ser ousado / desde que se aprenda a entrar a tempo / a colocar a voz e a não perder / a alma.

Nestas prodigiosas sínteses poéticas, de uma tão luminosa fundura a que só os príncipes da poesia têm o condão de descer ou de subir, encontra-se delineado um verdadeiro, muito completo e complexo programa de vida estética, intelectual e cívica, que tanto Paulo Quintela como Miguel Torga foram cumprindo enquanto por cá andaram. Nas facetas que no poema se realçam, tornou-se Quintela grande mestre e a sua obra de intelectual e o seu exemplo de cidadão empenhado deram disso testemunho.

A poesia e a prosa de autores de "franças e aragança", que, através de traduções exemplares e recriadoras, naturalizou sem qualquer sotaque para português e que ficaram desde logo pertença da Literatura Portuguesa; se tivessem os seus autores cá nascido, seria decerto como ele as traduziu que escreveriam na nossa língua; o teatro vicentino que estudou e amou como ninguém desde os bancos do Liceu de Bragança, difundiu e o elevou, depois, para o seu sítio condigno e certo: as tábuas do palco; o cidadão livre que sempre ousou ser, numa pátria contaminada por grandes medos miudinhos por tantas outras toxinas que lhe conspurcaram a atmosfera, não raro tornando-se, armada ou armadilhada de um pesadume propenso e propício a que certas criaturas se bandeassem, fraquejassem e se perdessem, alma incluída, no céu da sua conversão…

No poema sobre Torga, Manuel Alegre, em palavras sucintas e certeiras, como é timbre dos grandes Poetas, delineia e recria, minuciosamente, o quotidiano do Poeta *de Orfeu Rebelde*. Era do seu consultório, no Largo da Portagem, que o Poeta, depois de regressar da noite, quase sempre insone, de macerado trabalho poético, em sua casa, zarpava todos os dias para viagens que só ele sabia deslindar.

Transcrevo o poema de abertura do 1.º Diário, 3 de Janeiro de 1932, (Torga iniciava e rematava sempre os seus Diários com um poema), que reflete esse trabalho noturno, notívago, a que se entregava com a devoção de um crente da poesia que nunca deixou de ser:

Deixem passar quem vai na sua estrada. /Deixem passar / Quem vai cheio de luar. /Deixem passar e não lhe digam nada. // Deixem, que vai apenas / Beber água do Sonho a qualquer fonte; / Ou colher açucenas // A um jardim ali defronte. // Vem da terra de todos onde mora / E onde volta depois de amanhecer. / Deixem-no, pois, passar, agora // que vai cheio de noite e solidão. / Que vai ser / Uma estrela no chão.

Vale também a pena transcrever um texto do Diário XII, de fevereiro de 1977, em que o autor de *Orfeu Rebelde* revela, genialmente, a maneira como nasce um poema:

Foi durante a noite que escrevi o poema. Acordei inquieto, estremunhado, fiquei numa sonolência lúcida e, aos borbotões, os versos, na imprevisibilidade do minério arrancado às trevas da mina, começaram a surgir à tona do silêncio, alguns já estremados, puros, outros ainda agarrados ao cascalho. Depois, a razão clarificadora

acudiu à inspiração tumultuosa, britou, peneirou, lavou, ordenou, e as pepitas ficaram articuladas de tal maneira que acabaram por formar um todo coeso, harmonioso e autónomo. Um texto na sua plenitude existencial, inexpugnável como um dia de sol. Excitado pela evidência do milagre, que eu próprio mal podia compreender, não consegui mais pegar no sono.

Pus-me a recitar cada estrofe, primeiro numa espécie de terror sagrado, a experimentar a segurança do ritmo, a verificar a verdade das rimas, a avaliar a flagrância das imagens. Por fim, confiado, a abaná-las rijamente, e a concluir, desvanecido, que tinha as raízes seguras. E assim tenho passado o dia com elas no ouvido, numa exaltação secreta, estranhamente otimista, menos vulnerável aos empurrões da multidão, feliz sem o dar a entender. É um regozijo íntimo, fundo, como se me encontrasse bafejado por uma graça que não tivesse merecido, nem pedido, nem recebido de ninguém. (8/2/1977, Diário XII)

Paulo Quintela foi o primeiro homem de teatro português que pôs em cena Miguel Torga. Em 1947, o TEUC representava *Terra Firme* no velho Teatro Avenida, e doze anos mais tarde, no mesmo local, o CITAC, que convidou expressamente Quintela para encenar uma peça de Miguel Torga, representava o poema dramático *O Mar*, integrado no seu I Ciclo de Teatro.

A partir daí os destinos destes dois homens altivos, como duas vertentes de um Marão de carne e osso, separam-se para o resto da vida. E foi pena. Nunca soube deslindar as razões por que se deu tal rutura, nem talvez as houvesse bem definidas. Seriam fortes razões do coração, atrevo-me até a dizer de um grande amor ferido. No fundo, admiravam-se mutuamente, e outra coisa não seria de esperar de homens de tamanha envergadura.

Eu próprio posso disso dar testemunho. Paulo Quintela continua no seu labor de traduzir autores alemães, ingleses e franceses como Brecht, Nelly Sachs, Hauptmann, Nietzsche, Goethe, Kant, Ben Johnson, Molière e prossegue no TEUC durante cerca de mais dez anos, encenando Gil Vicente, Molière, autores gregos, como Eurípedes e Sófocles, e modernos como Garcia Lorca e José Régio. Miguel Torga havia ainda de publicar dois livros de poesia, *Câmara Ardente* e *Poemas Ibéricos*, três de prosa, o quinto e o sexto dias da *Criação do Mundo* e nove volumes do *Diário*.

Paulo Quintela é o primeiro a sair de cena. No dia 9 de março de 1987. Na véspera, domingo à noite, estivera a ver um programa televisivo intitulado *Eu, Miguel Torga*, documentário sobre o autor da *Criação do Mundo*. Acabado o programa, foi-se deitar e não mais acordou. Premonitório, não acham? Eu tinha estado com ele na sexta-feira anterior. E havia prometido levar-lhe na sexta seguinte o *Diário XIV*, acabado de sair, do qual lhe falara com entusiasmo durante a nossa última conversa de sexta-feira, 6 de março de 1987. À despedida, no alto da escada, ainda me preveniu: "*Não te esqueças de me trazer o diário do Torga...*"

Miguel Torga viria a morrer cerca de oito anos mais tarde, em 17 de Janeiro de 1995. No seu penúltimo diário, o *XV*, pode ler-se, na entrada com data de 9 de março de 1987, dia da morte de Paulo Quintela:

> "*A morte é uma grande reconciliadora. Não há desavença que lhe resista. O seu grande manto de equanimidade cobre todas as paixões da mesma vanidade. Só é pena que, depois dela, tudo seja irremediável.*"

Depois de tudo, fico com a sensação de vazio absoluto, de que tudo ou quase tudo ficou por dizer. Paulo Quintela e Miguel Torga são grandes de mais para caberem nas páginas de qualquer escrito, e eu demasiado pequeno para os fazer caber numa simples e despretensiosa comunicação como esta com que vos tenho vindo a massacrar o bicho do ouvido e da paciência. Repare-se, porém, no milagre da poesia, capaz de sínteses fulgurantes: ficaram ambos retratados, em corpo e alma, no poema de Manuel Alegre.

São assim os Poetas.

Bragança, 1 de outubro de 2009

51. .DINA FERREIRA, UNICAMP/ UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL, MACKENZIE – BRASIL

TEMA 2.6 LUSOFONIA INSULAR E CONTINENTAL: AÇORES E BRASIL, IDENTIDADES TERRITORIAIS E SENTIDO DE PERTENÇA **(CRISTÓVÃO DE AGUIAR E MOACIR SCLIAR)**

1.0 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho iniciou-se em sala de aula, Curso de Letras, Disciplina História da Língua Portuguesa. Após um levantamento de dados históricos, começou-se a perguntar a questão política que se estabelecia na seleção de dados em nossa leitura sobre a história da língua portuguesa. Em muitos casos diacrônicos do estudo da língua havia, por parte do grupo, o reconhecimento de uma língua atual, que se processava na calçada da vida em pleno século XXI e muitas vezes eram dados que remetiam a séculos anteriores em territórios não brasileiros. Optamos, então, 'reconhecer' ou 'estranhar' alguns usos lusófonos da contemporaneidade que dessem conta de um reconhecimento do português brasileiro e de estranhamento do português de outro território. Pela leitura da escrita estávamos na unidade e na difusão de uma língua que constituía nossa identidade, mas como estudiosas da língua percebíamos as especificidades e diferenças que apareciam diante de nossos olhos de brasileiras lusófonas.

Vimo-nos diante da questão da identidade nacional e territorial, em que a língua se manifesta. Escolhemos, então, subjetivamente, dois textos que se encontravam a nosso dispor: um da literatura açoriana, *Cães Letrados*, de Cristóvão de Aguiar (2008) e outro da literatura brasileira, *Cego e amigo Gedeão à beira da estrada,* de Moacyr Scliar (1994). Apesar de nosso corpus ilustrativo visar a diferenças constitutivas da identidade territorial ser de discursos literários, a nossa proposta não é da ordem de uma análise literária, mas sim de uso de língua. Além da escolha subjetiva da disponibilidade dos textos, havia a prerrogativa de uma corrente de estudos de língua que 'lê' o discurso literário como uma forma de representar a cultura de um povo. Mesmo que tal prerrogativa possa gerar controvérsias, aceitamos momentaneamente o papel da literatura como representação de cultura nacional.

E para o estudo das especificidades de cada território lusófono, optou-se recolher exemplos de estranhamentos e de reconhecimentos, ora pela seleção lexical, ora pela relação sintática e ora pelo arcabouço semântico. Utilizamo-nos como fonte de abordagem o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*[312] (serial), dicionário do português europeu (Portugal), que não inclui variantes gráficas da norma brasileira e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*[313] (2009). O primeiro comporia a nossa base de pesquisa para os eventuais estranhamentos de uso, e o segundo, mesmo com a participação de equipes de outros territórios lusófonos, tem como base Brasil, contexto suficiente para nos fundamentar no enquadre lusófono brasileiro. E é pelas polaridades de territórios que se buscam as particulares que vão constituir os construtos[314] identitários de culturas nacionais da unidade lusófona.

2.0 CULTURA NACIONAL

Para entender o que chamamos de cultural nacional vamos nos utilizar de Stuart Hall (2000), a que o autor denomina de "comunidade imaginada". No primeiro momento acreditamos que cultural nacional se estabelece por histórias (propositadamente com letra minúscula) para a constituição da História de uma nação. Agora História com letra maiúscula, já que as várias histórias passam a ter o valor de verdade única, cujo entrelaçamento dos tempos presente, passado e futuro vão fixando uma História que reflete uma "comunidade imaginada". Para fundamentar o caminho de uma História formadora de identidade nacional de uma comunidade imaginada, alguns pontos são reveladores:

a) Trata-se de narrativa "tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular" (Hall, 2000: 52);

b) São narrativas que dão "ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade" (ibidem: 53);

c) Inventa-se uma tradição, que, segundo Hobsbawn e Ranger (apud Hall 2000: 54), seria um "conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado";

[312] O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) é um dicionário de português europeu (de Portugal), cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas da língua portuguesa contemporânea. O DPLP tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Lisboa, Lello Editores, 1996 e 1999), licenciado pela Priberam em 2008, no que diz respeito à informação lexicográfica para o português.

[313] *Dicionário Houaiss* foi elaborado pelo brasileiro Antônio Houaiss, cuja primeira edição foi lançada em 2001, Rio de Janeiro, Brasil, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. O projeto de confeção do dicionário começou em 1985, com uma equipe de edição com mais de 150 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses.

[314] O termo 'construto' em lugar de construção é proposital, já que ao abordarmos a questão de identidade, não estamos na esfera de atributos fixos constitutivos de um sistema linguístico, mas de performativos de linguagem em contínua reivindicação e movimentação.

d) Passa a existir um mito fundacional, ou seja, uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante;

e) Simboliza-se a identidade nacional baseada na ideia de um povo puro.

Esses elementos discutidos por Hall apontam que o conceito de cultura nacional não pode ser visto como um conjunto unitário. Logo o que estamos chamando de cultura açoriana e brasileira é um corte epistemológico, nem puro, nem de valores atemporais. Como os próprios discursos literários indicam, os autores são situados em tempos e espaços diferentes, com percursos coletivos e individuais próprios. Cultura é uma construção discursiva, permeada de contingência e história. Logo o que se chama de "comunidade imaginada" é um 'lugar' de histórias contadas e recontadas, influenciada pelos contadores e pelas próprias histórias que a constitui; histórias baseadas em mitos de origem, deixando de lado os movimentos e deslocamentos que ocorrem ao longo do que se chama História, com letra maiúscula. Bhabha (1998: 238-239) nos lembra que as contingências históricas seriam os fundamentos da necessidade de elaborar estratégias legitimizadoras de "minorias dentro das divisões geopolíticas", minorias aqui entendidas como comunidades em busca de seu perfil identitário.

O que realmente podemos entender como cultura revelada por discursos é a rearticulação de signos que inscrevem identidades culturais. Segundo Bhabha (1998:240), cultura "é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social". Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada de estética para uma visão da cultura como "produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social" (ibidem). Para Bhaba, cultura é fenômeno transnacional, já que os discursos contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural. Talvez aqui se explique a lusofonia como uma unidade transnacional que apresenta particularidades territoriais em seu uso:

> *Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da "nação", dos "povos" ou da tradução "popular" autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição* (Bhabha 1998: 241).

3.0 TERRITORIALIDADE E HISTORIALIDADE

Sobre o conceito de território, muitos aspectos podem ser levantados. Haesbaert (2006) nos oferece vários caminhos que atendem a várias áreas do saber, para além da Geografia, tais como Antropologia, Sociologia, Economia. E já que estamos no universo de uma "comunidade imaginada", nada mais coerente do que tratar território pela vertente cultural ou "*simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido*" (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica habita um espaço social organizando-se pela historicidade e geograficidade, quesitos de territorialidade.

Historicidade estaria para a ideia de motivo, na medida em que "*nasce da auto-apreensão do homem em relação ao vivente e à vida* (Derrida, 2002: 49-50), ou melhor, como o habitante de determinado território se motiva na história da qual participa e nas relações que estabelece em sua comunidade. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa histórica porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A história seria então *"um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) um modo de estarmos conscientes dessa pertença* (Vattimo, s/d:11). Historialidade e historicidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo de estar em determinada história, explode para que outra narrativa histórica se inicie; já o movimento da pertença é efeito da história que faz com que os sujeitos impludam, imergindo na história. Enquanto o motivo trabalha com o instante do momento histórico, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. Sem motivo não há história e só há pertença se houver história.

Ambos trabalham na reivindicação da identidade. Esses tantos movimentos de histórias e dentro da história perfilam a complexidade identitária, já que mudanças do tempo passado, presente e futuro, mais deslocamentos de dados, revelam os "distúrbio(s) de direção" identitários (Bhabha, 1998:19).

4.0 LUSOFONIA E CONSTRUTOS IDENTITÁRIOS

Chegamos ao momento do estudo de ilustrar marcas linguísticas que possam referendar os conceitos de territorialidade, geograficidade e historialidade medidos a partir da lente de lusófonos brasileiros diante de discursos também lusófonos, um do território Açores e outro do território Brasil.

Como já foi vislumbrado anteriormente, o critério de levantamento dos exemplos se baseiam nas categorias de estranhamento e de reconhecimento. A ideia de estranhamento que se adota parte da competência comunicativa do brasileiro em relação a determinados usos lusófonos não usados em seu território[315]; estranhamentos que batem na questão do aceitável e não-aceitável do processo comunicativo, de usos a que não se está acostumado no dia a dia. E o critério de reconhecimento está nas marcas que determinam o sentido de pertença a um lugar. É pela égide de pertencimento que estranhamento e reconhecimento são organizados. E é pelo sentido de pertença que poder-se-ia vislumbrar a historicidade e a historialidade de usos linguísticos, que, por sua vez, podem revelar a construção cultural de uma comunidade. Sendo assim, o estranhamento atinge à lusofonia açoriana e o reconhecimento, o discurso brasileiro.

Se observarmos o subtítulo, lusofonia e construtos identitários, reafirma-se uma posição teórica da relação entre língua(gem) e sujeito (Austin, 1976), ou seja, a língua(gem) não é uma linha paralela ao sujeito, ou seja, um instrumento de comunicação do sujeito, é a própria constituição do sujeito comunicante. E sob essa perspectiva, estudar a língua é construir sujeitos, habitantes de um tempo e de um espaço, habitantes de suas histórias e seus territórios.

4. 1 RECONHECIMENTO

O discurso de Moacyr Scliar nos propicia o reconhecimento de brasilidade em marcas que vão desvelar tal atributo, reconhecido até pelo senso comum, - intensidade -; intensidade que se alia a informalidade, que por sua vez se apropria dessa intensidade. O uso de diminutivos é geralmente utilizado para indicar uma certa proximidade, intimidade ou afeto aos elementos nominalizados que sofrem tal determinação: "caminhão *Mercedinho*"; "Gosto mais da noite: é *fresquinha*, nesta época". Em ambos os exemplos, reconhece-se a brasilidade: primeiro, por meio da intimidade e importância que brasileiros dão a carros; e, segundo, pelo diminutivo que é empregado no sentido de conforto/prazer em relação ao clima. Geralmente, no português do Brasil, o diminutivo é usado profusamente com o sufixo -inho/a. Além do jogo afetivo, o diminutivo pode ser empregado em sentido pejorativo, indicando desprezo, desqualificação ou rebaixamento, como por exemplo "mulherzinha" que quer dizer mulher desqualificada. Mas mesmo assim, sempre a emoção está presente, talvez uma forma presa que alia ao radical o caráter emocional a que o falante se pretende. Nesse jogo do uso do grau, o afetivo também se instala no aumentativo, já que enaltece e aumenta o valor do que é nomeado. Por exemplo, "um *amigão*" quer dizer um amigo muito próximo ou muito confiável; o que se aumenta é a proximidade a essa pessoa e não o tamanho físico da pessoa indicada como amigo. O aumentativo na língua portuguesa brasileira é muito usado pela derivação com sufixo -ão/ona, tal como "meninona" como forma de engrandecer a menina a qual se refere, é uma menina especial.

Como estamos tratando de usos, e usos linguísticos se manifestam em territórios com suas histórias, contadas e recontadas pelo conto popular, pela mídia etc., não se pode esquecer que muitas combinações lexicais resultam de condicionamentos às histórias que nos rodeiam e que constroem símbolos culturais. O uso do sufixo – aço, no trecho – "Um fazendeiro muito rico. Mataram com quinze *balaços*" –, "balaços" não indica necessariamente apenas o poder material da bala que mata, nem só a bala na mira certeira de um super atirador. Construções nominalizadoras também são resultado das histórias em que o léxico se instala. Este "balaço" ocorreu em território brasileiro, onde a violência, mesmo que intensificada pelas notícias midiáticas, é conhecida como parte do identitário brasileiro. O uso do léxico "balaço" não justifica histórias contadas que vão construir a realidade da violência

[315] As autoras tomaram o lugar do representante do falante brasileiro em sua competência comunicativa. Para esclarecimento, as autoras são habitantes da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

brasileira? Não seria fruto de narrativas que inventam uma tradição de violência? Não seria essa invenção da tradição um *"conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado"* (Hobsbawn e Ranger apud Hall 2000: 54)? A historialidade e a historicidade ecoa no sentimento de pertença a uma terra violenta.

Junto a sufixos diminutivos e aumentativos, outros recursos de uso afetivo ocorrem, tal como, "*Grande* caminhão", não só um objeto do qual se é próximo, como também se faz próximo por ser de qualidade. Na calçada da rua, ou seja, no uso corriqueiro, não há como negar, por exemplo, que até o diminutivo se torna base estilística de aumentativo para alcançar mais intensidade. Exemplo: Nossa! Olha a roupa dela! Deve ter dinheiro! Está *pobrinha* de chique. Não há como negar a intensidade no construto identitário do território brasileiro. A adjetivação também reforça esse perfilamento da intensidade brasileira, demonstrando a relação de proximidade dos brasileiros a carros: "Simca Tufão", "Gordini Teimoso", "Chevrolet Pavão", "Volkswagen 1962", "caminhão Mercedinho", "Ford 1956", "Oldsmobile 1927", "Volkswagen 1964", "DKW", "Galaxie", "Aero Willys", "Candango", "Toyota". Segundo pesquisas, nomenclaturas dadas aos carros, tais como Tufão, Teimoso, Pavão, Candango etc., são apelidos populares que eram utilizados tanto pelos usuários/consumidores de carros quanto pelas próprias fábricas da época; enfim, um jogo relacional que reforça a intimidade dos brasileiros com carros, até lhes atribuindo propriedades de seres animados.

Outro exemplo da intensidade brasileira está no uso do "bocado": – "*É um bocado de tempo, não é, amigo Gedeão? Deu para aprender muita coisa. A respeito de carros, digo. Este que passou não foi um Gordini Teimoso*?". Pelo DPLP, "bocado" (boc- + ado) é usado nos seguintes sentidos: porção de comida que se pode meter duma vez na boca; alguma comida; parte do freio que entra na boca; pouco tempo (só o tempo de comer um bocado); pedaço; *bocado sem osso*: pechincha; coisa excelente; *bom bocado*: bom prato; espécie de bolo feito com doce de ovos. Já no *Houaiss*, há acepções compartilhadas e outras específicas: porção de alimento que cabe na boca; bocada, biró (Ex.: o cachorro saiu correndo com um b. de carne na boca); naco que se corta de uma vez com os dentes; pedaço, dentada, mordida (Ex.: engasgou com um b. de queijo); aquilo que serve de alimentação; sustento (Ex.: consegue o seu b. com trabalho); comida saborosa; acepipe, iguaria (Ex.: o efó e o caruru são os melhores b. para os baianos; fração de uma coisa, pedaço, porção (Ex.: um b. de cera); pequena quantidade de algo (Ex.: não lhe dê muito doce, só um b. 4. curto período de tempo (Ex.: fique um b. aqui, descansando); muito, bastante, um tanto (Ex: Hoje andamos um bocado de tempo; Perderam um bocado de dinheiro). O que se percebe é um compartilhar do sentido de porção, pedaço. No entanto, a especificidade brasileira se apropria do sentido 'parte', para lhe auferir outros semas indicadores de 'aumento', 'maior', 'densidade'. Não estaria aí um atributo de cultura da intensidade que aqui nomeamos de brasilidade? Ou seja, a capacidade de teatralizar e intensificar sentidos? Pelo senso comum ou pelo folclore turístico, dizem que estar em uma excursão brasileira é ouvir gritos, cantos, entusiasmo. Dizem até – Essa excursão só pode ser de brasileiro. Renovamos o questionamento: essa capacidade de intensificar sentidos não refletiria um atributo dos habitantes do território brasileiro?

O atributo de intensidade no uso da língua, constitutivo da identidade lusófona brasileira, também ocorre em outros léxicos: "Um cego? O que pode ter visto um cego?" Estas *bobagens*, sabe como é, amigo Gedeão; Mas como eu ia dizendo: há uns anos atrás mataram um homem a uns dois quilômetros daqui. "Bobagens" mostra o intensificador para minorar a importância da situação; a minoridade poderia resvalar pelo descaso de uma não intensidade, no entanto o descaso pode provocar muito mais intensidade pelas relações de ironia que vão se construindo no discurso de Scliar. De qualquer forma, a intensidade está aí, inquestionável no ato lusófono brasileiro.

4. 2 ESTRANHAMENTO

No universo do estranhamento, o lusófono brasileiro reluta diante do uso de alguns léxicos no texto de Cristóvão de Aguiar. Quando se fala em estranhamento não é o sentir da 'estrangeiridade', pois continuamos na língua portuguesa que nos dá a identidade de lusófono. O estranhamento é o de não pertencimento a um território com suas simbologias e histórias.

O verbo "tressuar" nos obriga ir ao Dicionário Houaiss para reconhecer o seu sentido mais exato, o que revela estranhamento. Mesmo que possa ter sido uma escolha lexical com enfoque na estética literária, o leitor brasileiro busca a sua relação com o verbo "suar". Houaiss nos avisa ser um léxico do século XVII (1614), três + suar. O lusófono brasileiro acessa o sentido de "suar copiosamente" e "verter (líquido) como se fosse suor, transudar, expelir" (Ex: tressuava sangue). Já DPLP apenas indica "suar muito". No uso cotidiano, o

lusófono brasileiro não faria a ligação de "três-" com o sentido intensificador de "muito" ou "copiosamente". No fragmento, "está a beirar seus meses de vaidade, cachorra de raça pura, brincalhona, estreloiçada, toleirona", dois estranhamentos se processam: a expressão "a beirar" e "estreloiçada". Embora o Dicionário Houaiss, em uma de suas definições, especifique o sentido de "beirar" como "contar aproximadamente" e "aproximar-se", não é usual a utilização de tal vocábulo para expressão de tempo. Seu uso está para contexto de posição: "deslocar-se à beira de; ir pela margem de; costear, ladear, margear (Ex.: corre a jangada, beirando os recifes); fazer limite (com), confinar (com) (Ex.: a lagoa beira (com) o nosso quintal); contar aproximadamente; abeirar-se de (Ex.: ela já está beirando (pel)os 30 anos); estar a ponto de atingir; aproximar-se de (Ex.: isso beira o desrespeito).

No vocábulo "estreloiçada", o primeiro estranhamento seria com o uso do ditongo "oi". Como estudantes da linguagem, trocamos o ditongo "oi" pelo "ou". Mas um falante nativo, não estudioso da linguagem, faria tal troca para chegar ao sentido? Continuamos a busca para esclarecer nosso estranhamento. O DPLP nos apresenta "estrelouçada" significando "barulho de louça de quebrando". Mais estranhamento, pois estamos no radical "louça" e não "louco" que nos levaria à segurança do sentido de "tresloucada", ou seja, àquela "cachorra de raça pura, brincalhona, estreloiçada, toleirona". Mesmo que "estreloiçada" ou "estrelouçada", o lusófono brasileiro ficaria com "tresloucada" para chegar ao sentido de "cachorra barulhenta". Na questão do uso da sufixação, alguns léxicos nos chamaram atenção – casota e canzoada –: "Numa hora para outra, encher a *casota* de descendência" e "Louvada seja tanta fertilidade, só mesmo com o curso de três progenitores, todos pais legítimos (assim poderá acontecer com a canzoada)". Houaiss não nega o léxico "casota", mas é indicado como de uso incomum, já que o uso brasileiro é "casinha". Em "canzoada", Houaiss nos indica os sentidos: agrupamento ou matilha de cães; barulho de cães, canzoeira; súcia de gente ordinária, vil. E, de outro lado, DPLP esclarece: multidão de cães; gente vil; quantidade de dívidas. O contexto nos leva ao termo brasileiro "matilha" ou ao sentido "barulho de cães". O estranhamento se processa.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do reconhecimento, o lusófono brasileiro comum atinge a cultura brasileira pela intensidade e simbologias próprias. E no estranhamento, procura reconhecer seu território, como não o acha, sua identidade fica diluída, não desfeita: diluída pelo estranhamento e construída pelo saber do sistema lusófono. O que salientamos é que o critério de reconhecimento e de estranhamento, na questão de identidade e cultura nacional, é balizado pela pertença a um território, mas sem dúvida há o reconhecimento da lusofonia, ou seja, sua transnacionalidade. A questão da rearticulação sígnica é mais complexa, não se restringindo apenas à adaptação fonética e ao recurso de marketing. Segundo Bhabha (1998:240), cultura "é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social". Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada para uma visão da cultura como "produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social" (ibidem).

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) *O discurso natural(izado), unificador, da "nação", dos "povos" ou da tradução "popular" autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição* (Bhabha 1998: 241). Se entendermos reconhecimento pela *phoné*, a lusofonia habitaria o universo transnacional, o que não significa atingir apenas ao nacional do Brasil e dos Açores. Derrida (1999) talvez nos explique o fenômeno transacional da lusofonia pela propriedade bustrofédica da linguagem. Ou seja, a linguagem é como o arado do boi sulcando a terra linguagem. Seu movimento é de vaivém sem interrupção, da esquerda para direita, da direita para a esquerda. E a cada passagem do arado, novas terras são coladas, mas as antigas não são eliminadas; volta e meia os usos trazem à tona formas reutilizadas. É a ecologia da linguagem:

Trata-se da *escritura por sulcos*. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – *via rupta* – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização (...). *Ora, como procede o lavrador? Economicamente.*

Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura de volta de boi – bustrofédon - (Derrida, 1999: 351-352).

A linguagem, então, pode ser configurada como um movimento que sulca seu terreno (re) semeando seus produtos de significação e que vai deixando resíduos, pois seu caminhar é econômico e seu movimento ininterrupto. Sulcos pressupõem marcas e traços e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento. E na ecologia da linguagem que a unidade lusófona se processa, cujos reconhecimentos e estranhamentos são da ordem da territorialização. Diferenças territoriais que nos dão especificidades identitárias, identificações necessárias para o construto identitário de uma cultura nacional. No entanto o sentido de pertença a falantes lusófonos continua. É a riqueza ecológica da língua portuguesa que nos habita.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Cristóvão de. (2008) *Cães Letrados*. Portugal: Calendário.

Bhabha, Homi. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Derrida. J. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). (2008). Disponível em: http:// *www.priberam.pt/DLPO/*

_____. (1999) *Gramatologia*. 2ª. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.

Haesbaert, R. (2006) *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" a multiterritorialidade*. São Paulo: Bertrand Brasil.

Hall, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Houaiss, A. (2009) *Dicionário Houaiss.* Rio de Janeiro: Objetiva.

Scliar, Moacyr. (1984) "Cego e amigo Gedeão à beira da estrada" In: *Para gostar de ler - Contos*. Volume. 9, São Paulo: Ática, p. 26-30.

Vattimo G. (s/d) *O fim da modernidade – niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.

52. ELIS DE ALMEIDA CARDOSO E

53. ALESSANDRA IGNEZ (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- TEMA 2.4. A EXPRESSIVIDADE DOS NEOLOGISMOS NA LITERATURA BRASILEIRA

No discurso literário, percebe-se que existe uma outra forma de criação lexical, fundada sobre a pesquisa da expressividade da palavra para traduzir ideias não originais de uma maneira nova ou para exprimir de forma inédita uma certa visão pessoal do mundo. Essa forma de criação pela qual se fabrica uma matéria linguística nova e uma significação diferente do senso mais comum é, segundo Guilbert, própria dos escritores.

A expressão literária constitui um nível particular da língua, que se opõe a outros níveis. Nela a fantasia verbal para a criação é mais livre. Embora seja possível, é mais difícil um neologismo literário vir a fazer parte do léxico da língua. Continuará sendo, na maioria das vezes, uma lexia virtual que se presta a um momento, a uma obra, a um autor.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que a neologia estilística, ou literária, está ligada à originalidade de expressão do indivíduo criador, à sua facilidade para criar, à sua liberdade de expressão. Serão analisados os processos de formação de neologismos literários encontrados em textos dos maiores representantes do Modernismo brasileiro. Pretende-se verificar o comportamento das criações lexicais literárias, seu valor expressivo, sua produtividade e permanência no léxico e sua significação no contexto em que se inserem.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em nossos dias, a imprensa é a grande responsável pelo lançamento de criações lexicais. Elas acabam por vir à tona com tanta naturalidade que, muitas vezes, os falantes-ouvintes nem se dão conta de que estão diante de um novo vocábulo. As palavras novas, quando usadas com grande frequência, fazem com que desapareça rapidamente um possível choque da novidade, tornam-se conhecidas e sofrem o processo de desneologização. Depois que se integram no vocabulário usual, acabam por tornar-se, muitas vezes, símbolos de certo momento histórico ou de certos grupos sociais. Há, entretanto, criações que surgem com um objetivo específico, são válidas para aquele determinado momento e dificilmente chegarão a fazer parte do dicionário de língua. São as criações literárias com objetivo estilístico. Chamadas por Guilbert (1975:41) de *criações neológicas estilísticas*, elas se apoiam na expressividade, pois, traduzindo ideias não originais de uma maneira nova, exprimem, de forma inédita, uma certa visão pessoal de mundo.

A criação lexical estilística marca seu autor e sua época. A esse respeito, expressa-se Barbosa (1981:77-8) nos seguintes termos:

> *Ao contrário do que sucede com a transformação fonética e a mutação do sistema gramatical, cuja origem se situa indistintamente*

na coletividade, a criação lexical deve ser situada, por um lado, numa determinada época, em virtude de sua pertinência à história do léxico, ligada à história da sociedade, e por outro, vista em função da individualização das criações feitas por locutores identificados na comunidade linguística.

Dessa forma, essas criações lexicais trazem ao texto um efeito especial porque fogem do uso comum da língua e ganham vida em um momento exclusivo.

Segundo Câmara Jr. (1985:63), as criações lexicais

"mostram, não obstante, quão fundo, na linguagem, penetra a atividade estilística e como os impulsos da manifestação e do apelo podem insinuar-se até nesse âmbito da consubstanciação linguística dos conceitos, em que pela intuição inteletiva se plasma o léxico da língua".

Pensando exatamente nesse tipo de criação lexical, tentamos mostrar alguns dos processos neológicos utilizados na literatura brasileira. Optamos por trabalhar com autores modernistas e concretistas. A escolha ocorre devido ao fato de as criações lexicais terem presença significativa na literatura brasileira, principalmente, a partir do Modernismo.

Como assinala Martins (1997, p. 113), no Modernismo, o gosto pelos neologismos compostos e derivados é acentuado. Além disso, sabe-se que os concretistas também exploram com afinco o léxico virtual para obterem efeitos inusitados em seus textos.

2. TIPOLOGIA DAS CRIAÇÕES LEXICAIS LITERÁRIAS

A expressão literária constitui um nível particular da língua, que se opõe a outros níveis. Nela a fantasia verbal para a criação é mais livre. Embora seja possível, é mais difícil uma criação poética vir a fazer parte do léxico da língua. Continuará sendo, na maioria das vezes, uma lexia virtual que se presta àquele momento específico, àquela obra específica, àquele autor específico. Entretanto, a análise dessas criações se faz importante, na medida em que refletem as potencialidades de renovação lexical e despertam no leitor diversas reações devido aos seus efeitos sugestivos e inusitados.

Os neologismos literários são, via de regra, palavras abstratas, diferentemente, na maioria das vezes, dos que surgem na língua padrão e dos tecnologismos. Essas criações lexicais trazem ao texto um efeito especial porque fogem do uso comum da língua e ganham vida em um momento exclusivo. As criações lexicais literárias obedecem, como qualquer nova formação, às regras estabelecidas pela língua. Encontramos neologismos fonológicos, morfológicos e semânticos, além dos empréstimos linguísticos. Muitos são resultado de modismos da época em que foram criados.

Por se tratar de obra literária, muitas vezes o autor, além de criar, aproveita-se da liberdade do espaço gráfico para truncar palavras, escrevê-las de forma invertida, espacejadas, apenas com letras maiúsculas, etc. Trata-se de recursos gráficos que ressaltam a expressividade daquela determinada palavra. Não há, portanto nenhum processo novo, o que quer dizer que o escritor não rompe com a norma, apenas contribui para a ampliação lexical, mesmo que seja uma ampliação apenas estilística e expressiva.

3. A EXPRESSIVIDADE DAS ONOMATOPEIAS

Na produção onomatopaica há uma sequência inédita de fonemas, motivada por um som que se quer representar linguisticamente. É, portanto, a transposição de gritos e ruídos (língua inarticulada) na língua articulada de forma apenas aproximativa. Daí seu caráter convencional, que possibilita que as onomatopeias sejam apreendidas. Nos textos literários, é comum que autores se utilizem das onomatopeias tanto as puras, quanto as lexicalizadas, para criar certo efeito de sentido. Segundo Barbosa (1981:181-3), além de procurar representar o som produzido pelo referente, descrevendo-o o mais fielmente possível - *onomatopeia denotativa* - um autor pode tentar reproduzir um barulho inédito com uma onomatopeia que contenha alterações ou adaptações fonéticas que traduzem a interpretação pessoal de um determinado som. Nesse caso, tem-se uma *onomatopeia conotativa*.

As onomatopeias propriamente ditas ou denotativas são definidas dentro de uma determinada comunidade linguística e são largamente utilizadas nas falas infantis e histórias em quadrinhos. Algumas, lembra Martins (1997:49), "*são exatamente correspondentes às estruturas das palavras significativas da língua (dlin-dlão), outras apresentam combinações de fonemas que não ocorrem nas palavras do idioma* (*tchibum, trrrim*)". A onomatopeia lexicalizada pode ser encontrada de forma extremamente original. É o que se percebe com a criação da forma verbal *clapeclape*, no poema *Hora mágica*, de Carlos Drummond de Andrade (2002: 904):

Pés contentes na manhã de março.
Ó vida! Ó quinta-feira inteira!

pisando a areia que canta, o barro que clapeclape,
a poça dágua que rebrilha.

Ao usar essa onomatopeia por reduplicação, o autor cria um verbo (*clapeclaper* ou *clapeclapir*?) para transmitir a sua impressão pessoal do som do pisar no barro. A criação, na verdade, transmite ao leitor uma mistura de sensação tátil e auditiva. Se a areia canta e a poça dágua rebrilha, o barro *clapeclape* ao contato dos pés contentes. As onomatopeias puras criadas por escritores ficam, segundo Martins (1997:48) "*frequentemente restritas a um único emprego ou a poucos mais".* De certa forma elas acentuam a originalidade do autor e são responsáveis, sobretudo por despertar no leitor sensações auditivas e a partir delas, táteis e visuais. Dentre os muitos exemplos de onomatopeias criadas por Guimarães Rosa, cita-se este, extraído da obra Manuelzão e Miguilim (1972:18):

Tinha dado o vento, caíam uns pingos grossos, chuva quente (...) O vento vuvo: viív ..., viív ...

Oswald de Andrade, em *Memórias sentimentais de João Miramar*, também faz usos onomatopaicos. A onomatopeia pura é encontrada no capítulo *Bar* (1997: 78):

Dez horas da noite, o relógio farto batia dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão!

O uso de *dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão! dão!* representa as batidas do relógio às dez da noite. O relógio estava farto, pois havia trabalhado o dia todo, sendo assim o som nasal de *ão* é importante para o contexto, pois sugere uma batida que se arrasta, que causa enfado no leitor e que representa o tédio e o cansaço do relógio. Após essa análise, percebe-se que o uso das onomatopeias no texto literário é bastante expressivo. Se Drummond afirma que a criação é uma luta com a linguagem e com as palavras, é porque tem consciência de que as criações literárias ocorrem através da maneira particular de utilizar a língua, ou seja, desviando-se da norma e, assim, criando um estilo próprio, um léxico individual.

4. OS PROCESSOS DERIVACIONAIS

As criações neológicas estilísticas formadas por prefixação, na grande maioria das vezes, seguem as mesmas regras de construção utilizadas para a formação dos neologismos denotativos. A expressividade surge, então, quando se espera um prefixo e é utilizado outro, manifestando-se o rompimento do bloqueio lexical, ou quando na nova formação o prefixo adquire um outro significado, ou ainda quando a união entre o prefixo e a base não é previsível gramatical ou semanticamente. Carlos Drummond de Andrade, no poema *Letra amarga para modinha* (2002:358) une o prefixo *a-* à base substantiva *gosto*, formando *a-gosto*, palavra bloqueada por *desgosto* (falta de gosto, aborrecimento) e *contragosto* (o que contraria o gosto, constrangimento).

Quando contemplo teu rosto
este amor a contragosto
fermenta de ácido mosto
e no meu rosto de couro,
no meu cavername rouco
um dó de mim, um a-gosto
me punge, queima de agosto.

Conforme o título avisa, a letra para a modinha é amarga; logo, uma carga de negatividade pode ser encontrada nas palavras escolhidas. O poeta inicia o texto com o verso "Gosto de ti com desgosto". Ao formar *a-gosto*, estabelece um jogo de palavras: *gosto*, *desgosto*, *contragosto*, *a-gosto*, *agosto*. Uma vez que a *ausência de gosto* a que o poeta se refere já é vislumbrada nas palavras *desgosto* e *contragosto*, atestadas, Drummond, para acentuar essa ausência e essa negação, cria *a-gosto* e faz um jogo com *agosto* (mês), indicando quando ocorre essa, denominada por ele, "queima" interior. No mesmo poema, encontra-se a criação lexical antirrosto. Com valor de "ser contrário a" o prefixo *anti-* é muito produtivo na língua hoje e seleciona bases nominais. Gramaticalmente *antirrosto* é, portanto, uma formação possível, mas semanticamente não. É desejável algo antirrugas, anti-sinais, anti-cicatrizes, mas ninguém deseja algo anti-braços, anti-pernas, anti-orelhas. O *antirrosto* é, pois, a negação do rosto. Como o próprio título do poema sugere, é o amargor que predomina no coração do poeta. O rosto contemplado é um *antirrosto*, pois só traz desgosto, contragosto e sofrimento. Os males causados ao poeta por essa pessoa resumem-se no prefixo *anti-*.

Se te contemplo, em teu rosto
não me contemplo a meu gosto
pois teu semblante está posto
numa linha de sol-posto
em que por dentro me morro.
Morro de ver em teu rosto

o fel de teu antirrosto.

Na obra *Galáxias* (2004: 50), de Haroldo de Campos, o prefixo *des-*, une-se ao verbo *primaverar*, no excerto a seguir:

fecho encerro reverbero aqui me fino aqui me zero não canto não conto
não quero anoiteço desprimavero me libro enfim neste livro neste vôo

Na tentativa de encerrar a escrita, o enunciador diz que termina a obra e que não vai mais cantar. É criado o verbo *desprimaverar* para sugerir que o poeta finda o seu trabalho. O verbo *primaverar* indicaria nascimento, o surgimento de flores, frutos, entretanto *desprimaverar* indica o seu oposto, e no contexto, significa o fim do canto. O prefixo *des-* tem o sentido de ação contrária e agregado à base *primaverar* mostra a negação dessa ação. Tal criação está em harmonia com outras palavras e expressões do contexto que sugerem o término da escrita: f*echo, encerro, fino, zero, não canto, não conto, anoiteço.*

A derivação sufixal é um processo extremamente produtivo na formação de novos vocábulos, pois o sufixo atribui à palavra a que se associa uma nova ideia e, com frequência, altera-lhe a classe gramatical. Os sufixos podem ser classificados em verbais ou nominais. Há também o sufixo adverbial *-mente,* que se une a uma base adjetiva no feminino, formando um advérbio que exprime ideia de qualidade, de quantidade ou medida, ou de relação de tempo ou lugar. Buscando impactar o leitor, Haroldo de Campos, em *Galáxias* (2004: 07), une o sufixo *–mente* à base *sempre*, que é um advérbio de tempo ou que pode ser interpretada como um substantivo (o sempre), indicando o tempo passado e futuro.

(...) o livro se escreve nesse pasmado branco disparo de trem cortando rente cortando em frente sempremente (...)

Analisando-se a criação, observa-se que o trabalho do poeta é contínuo, eterno, isto é, segue em frente. Para sugerir a ideia de escrita incessante que corta o branco da página, o advérbio *sempre* se faz insuficiente para a necessidade expressiva do autor, que, então, cria *sempremente*. O advérbio *sempre* já tem o sentido de modo eterno, mas, nesse contexto, o sufixo *–mente* reforça a noção de modo e, agregado à base, reforça a ideia de eternidade. Além disso, a agregação do sufixo à base aumenta o volume da palavra, o que sugere a extensão da eternidade, do sempre. Oswald de Andrade é outro autor que explora o uso de sufixos em sua obra *Memórias sentimentais de João Miramar.* O autor tem uma preferência por formar adjetivos e verbos a partir da derivação sufixal. No capítulo *Botafogo etc*. (1997: 66), encontram-se as formações *beiramarar* e *bandeiranacionalizar:*

Beiramarávamos [Miramar e Célia] em auto pelo espelho de aluguel arborizados das avenidas marinhas sem sol.
Losangos ténues de ouro bandeiranacionalizavam o verde dos montes interiores.
No outro lado azul da baía a Serra dos Órgãos serrava.
Barcos. E o passado voltava na brisa de baforadas gostosas. (...)

Nesse capítulo, o narrador fala sobre sua lua-de-mel no Rio de Janeiro. A fim de mostrar que estava à beira-mar, cria, a partir da composição *beiramar*, o verbo *beiramarar*, que passa a dar dinamicidade à cena, sugerindo que o casal passeava à beira-mar, além de sugerir que Miramar e Célia, esposa do narrador-personagem, estavam amando, sugestão essa provocada pela leitura o verbo *amar* dentro do verbo criado (*beir**amar**ar).* A criação suscita no leitor a ideia de amor, de lua-de-mel à beira-mar, sendo, portanto, condizente com o conteúdo romântico do capítulo.

Para o contexto, o autor também cria *bandeiranacionalizar*, a partir da composição *bandeiranacional*, a fim de retratar o cenário visto pelo narrador, que evoca a bandeira nacional brasileira. No Rio de Janeiro, ele vê, nas matas dos montes, os losangos ténues de ouro, que podem ser entendidos como raios de sol muito fracos, refletidos, o que o faz lembrar a bandeira de seu país. Notemos que a construção *losangos ténues de ouro* representa também as riquezas naturais do Brasil. Além disso, é válido dizer que o narrador faz menção à cor azul, também existente na bandeira brasileira.

Haroldo de Campos também faz largo uso de neologismos formados a partir do processo de derivação sufixal. No seguinte fragmento de Galáxias (2004: 04), além de várias criações lexicais, encontra-se o substantivo *jornalário*:

no jornalário no horáriodiáriosemanáriomensárioanuário jornalário
moscas pousam moscas iguais e foscas feito moscas iguais e foscas feito
foscas iguais e moscas no jornalário o tododia entope como um esgoto e
desentope como um exgoto e renova mas não é outro (...)

Nesse trecho, o enunciador apresenta ao leitor o local de seu trabalho, que possivelmente é um jornal, chamado por ele de *jornalário*. Observa-se que, além de manter um jogo sonoro com outra palavra, o sufixo *-ário* não assume

uma conotação positiva nesse contexto, o que faz com que esse valor não apreciativo se estenda a toda a palavra. Essa formação por sufixação mostra dentro do contexto a insatisfação do enunciador em relação ao seu trabalho monótono e repetitivo no local. Por meio da composição por justaposição *horáriodiáriosemanáriomensárioanuário*, em que há a justaposição de cinco bases, o leitor infere que o tempo e os dias passados no jornalário parecem ser iguais e longos. A monotonia, e a falta de surpresa provocam um sentimento de que os dias se repetem ao longo das semanas, dos meses e do ano, fazendo com as publicações tragam coisas repetidas. A forma extensa desse neologismo também pode expressar junto ao seu significado a noção de prolongamento e extensão de tempo. O composto *tododia* também indica que os dias se repetem, que o enunciador vive em uma rotina, na qual todo dia tem de fazer as mesmas coisas.

A criação por prefixação *exgoto* está consoante com o desejo do enunciador de expressar sua insatisfação. Ela faz um jogo com a palavra *esgoto*. No fragmento, o enunciador diz que "o tododia entope como um esgoto e desentope como um exgoto", levando o leitor a entender que a rotina, a monotonia entediam-no, fazendo-o acumular suas frustrações e seu tédio. Esse acúmulo é comparado ao entupimento de um esgoto. No entanto, o enunciador diz que é tal esgoto é desentupido como um *exgoto*. Pode-se entender que além da homonímia (esgoto/exgoto), o autor cria um novo efeito de sentido com junção do prefixo *ex-* à base *goto* (*glote*). O objetivo é exteriorizar pela glote, ou seja, colocar pela garganta fora tudo aquilo que o incomoda. Nas derivações estilísticas formadas por sufixação, assim como ocorre com as formadas por prefixação, o rompimento do bloqueio lexical é grande responsável pela obtenção da expressividade. Parece, entretanto, que o uso de um sufixo pelo outro faz com que haja sempre uma analogia com outra palavra formada por aquele determinado sufixo. Ao usar *tristidão* no lugar de *tristeza*, Carlos Drummond de Andrade provoca no leitor o chamado estranhamento pela novidade. Espera-se sufixo nominal *–eza* (*tristeza*) e não o sufixo –idão. O uso de –idão faz com que se associe a ideia de tristeza à ideia de solidão, amplidão, imensidão, vastidão. A tristeza, portanto, é aumentada e levada ao infinito. No contexto do poema *O ator* (2002: 895), isso é perfeitamente explicado porque o poeta conta-nos a história de seu avô, que re-encontra um escravo fugido atuando em um espetáculo. O avô entra em cena, acaba com a apresentação e recupera seu escravo fugido. Após a cena, as pessoas se retiram e a noite fica muito triste. Nas palavras do poeta:

Era uma vez um artista
pelo berço mui dotado.
Ficou a noite mais triste
na tristidão do calado.

5. A COMPOSIÇÃO SINTAGMÁTICA

Um dos processos de criação de palavras mais produtivos é a composição, que consiste na combinação de, pelo menos, duas bases lexicais já existentes na língua. A palavra composta resultante dessa combinação possui um sentido autônomo, que se distancia do sentindo veiculado por seus componentes, chegando, em alguns casos, a se distanciar totalmente. Alves (2002: 41) já assinala que os compostos funcionam morfológica e semanticamente como um único elemento. Lapa (1998: 82) também afirma que as partes que formam as palavras compostas "*perdem seu próprio valor em benefício do conjunto*". Haja vista, por exemplo, *mesa-redonda*, palavra cujo significado se afastou do de suas partes integrantes, assumindo um caráter autônomo.

> *A palavra composta pode condensar uma frase feita, um sintagma ou uma locução. Vale lembrar também que existem dois tipos de composição: a por justaposição e a por aglutinação. No primeiro caso, os elementos são justapostos e mantêm a sua integridade morfofonológica. Já no segundo, as unidades lexicais se fundem num todo fonético, com um único acento tônico, podendo a primeira base do composto perder alguns elementos fonéticos: acento tônico, vogais ou consoantes* (KEHDI, 1997: 36).

A atualização frequente de uma criação composta pelos usuários de uma língua em diversos contextos de enunciação pode fazer com que seja perdida a consciência da motivação que gerou o neologismo. Entretanto, os neologismos literários, como possuem seu uso restrito a uma obra, possuem motivação transparente para o leitor, gerando surpresa e expressividade. A expressividade alcançada por compostos é um assunto estudado por muitos pesquisadores do estilo. Martins (1997: 122-3), por exemplo, afirma que a formação das palavras compostas é mais motivada que a dos derivados e que tal motivação, muitas vezes, está fundada na formulação de uma metáfora ou de uma metonímia.

Cardoso (2006: 160) enfatiza que os compostos podem sintetizar uma frase, uma locução, um sintagma, dando ao texto mais agilidade e

expressividade. Cressot (1980: 25), por sua vez, assevera que, não raro, os escritores de textos literários tentam adaptar o volume da palavra à sua ideia. O autor admite *"que os investigadores, preocupados em anotar não só os fatos como a sua visão pessoal sobre eles, tenham visto, na redução ou no aumento do volume da palavra, um meio de tradução mais fiel do quid proprii da sua sensação".*

Haroldo de Campos, como já se percebeu, gosta de brincar com a forma das palavras. No exemplo abaixo, retirado de Galáxias (2004:10), existem dois neologismos compostos que, tanto pelo sentido quanto pela forma, dão a ideia de grande quantidade.

(...) aqueles brutos
blondos bárbaros massacraram todos os juden de praga agora uma sinagoga
uma parede (...) nomessobrenomessobrenomessobsobre
nomes e são todos os mortos todos os milmuitosmortos como um arabesco

Nesse trecho, o enunciador fala sobre uma sinagoga em Praga, a qual tem em uma de suas paredes o nome de cerca de setenta e sete mil judeus assassinados por nazistas. A fim de retratar essa grande quantidade de nomes, o autor cria *nomessobrenomessobrenomessobsobre*. É válido mencionar que o leitor pode entender, a partir dessa composição, que lá há nomes e sobrenomes, mas, além disso, pode entender que existem nomes sobre e sob nomes, isto é, uma montanha de nomes. O enunciador também diz que esses nomes são dos vários mortos e, para expressar essa ideia de diversas vítimas, produz *milmuitosmortos*, que, tanto por meio de seu significado quanto por sua forma, retrata o grande número de pessoas assassinadas. Observa-se que, nos dois casos, a extensão da lexia sugere a noção de grande quantidade.

Compostos metafóricos são muito comuns nos textos literários. A metafórica *ave-problema*, associada à dúvida do poeta Emílio Moura a quem Carlos Drummond de Andrade dedica o poema *O poeta irmão* (2002:759), esvoaça. A relação de ideias entre a dúvida e a *ave-problema* é extremamente expressiva. Como algo que gira em torno de Emílio Moura, atormentando-o, as dúvidas só são explicadas pelo amor que "responde ao poeta":

Alma que interroga. Ao mundo todo interroga, constante.
Há um impasse de ser, na graça de sentir.
E não se basta o homem. Ave-problema, esvoaça
a dúvida de Emílio Moura.

No poema *O filho pródigo* (2000: 47-9), Murilo Mendes compara *tios* e *primos* com *minerais* e *catos*. A comparação deixa claro o sentimento que o "filho pródigo" tem pelo que ele chama de outros, os tios e os primos, a quem compara com minerais – sem sentimentos – e catos – planta que vive na secura, cheia de espinhos.

Meu irmão:
"Não te comoves ao ver
A cara da tua amiga namorada?"
Então olho de fato para Maria:
"O movimento atual de tuas ancas..."
Nos retratos da sala de espera
Flutuam cabeleiras de amadas dos outros.
Os outros: tios-minerais, primos-catos...
"Sim! Nunca mais nos veremos,
Ó primas e tias de outrora;
...

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diz-se que as criações lexicais literárias ou estilísticas se comportam de maneira diferente das demais criações. Apresentam apenas um valor expressivo naquele momento e naquele texto. Cumprido o seu papel expressivo, tendem ao esquecimento. Motivam-se a cada leitura. Dificilmente passam a integrar o léxico da língua. Entretanto, têm um valor enorme porque vêm mostrar que, além de a criação ter um fundo prático e necessário, ela também pode surgir como um simples valor expressivo, ou lúdico. O poeta, usando determinadas formações, consegue o que a maioria dos falantes de uma determinada língua não vai conseguir nunca, ou seja, arrancar lágrimas, suspiros, sorrisos e, enfim, a admiração do grande público. É aí que se percebe que a língua se presta, sim, à comunicação, mas também é através dela que se encontra espaço para a emoção.

Quanto à sua significação, pode-se dizer que existe algo que lhes imprime determinada constância e impede seu emprego arbitrário. Trata-se de seu significado fundamental, composto pelo conjunto de semas dessa determinada palavra. Por mais complexa que seja a gama de variações semânticas, há sempre um núcleo semêmico que evita que se caia em uma incompreensão total de seu significado. Essas criações são espontâneas e, por mais efêmeras que sejam, são inusitadas e, por isso, expressivas. Com elas, os autores imprimem à sua poesia uma marca própria; inventando sua

linguagem, dão ao texto originalidade; indo além dos limites do que se considera "aceitável", fixam-se no tempo e no espaço.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I.M. (2002) *Neologismo - Criação lexical*. São Paulo: Ática.

ANDRADE, C. D. (2002) *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

ANDRADE, O. de (1997) *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo

BARBOSA, M.A. (1981) *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global.

BASÍLIO, M. (1987) *Estruturas lexicais do português*. São Paulo: Ática.

CÂMARA JR., J.M. (1985) *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico.

CAMPOS, H. de (2004) *Galáxias. São Paulo: Ed. 34.*

CARDOSO, E.A. (2006) *"Os compostos do tipo substantivo+substantivo e sua expressividade na poesia de Drummond"* in *Polifonia,* Vol 12, nº 1. Cuiabá: Editora Universitária.

CRESSOT, M. (1980) *O estilo e as suas técnicas*. Lisboa: Edições 70.

GUILBERT, L. (1975) *La créativité lexicale*. Paris, Larousse.

KEHDI, V. (1997) *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática.

LAPA, M.R. (1998) *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

MARTINS, N.S. (1997) *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz.

MENDES, M. (2000). Os *melhores poemas de Murilo Mendes*. São Paulo: Global.

ROSA, J. G. (1972) *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

SANDMANN, J. A (1991) *Competência lexical*. Curitiba: Ed. da UFPR.

54. GABRIELA CASTRO, DHFCS, UNIVERSIDADE DOS AÇORES[316],

-TEMA 2.6: PELOS CAMINHOS DA FILOSOFIA EM BUSCA DA AÇORIANIDADE

"Açorianidade ou açorianidades" é o tema que desde há três anos nos tem provocado a reflexão. Após diversa investigação e estudos pelas nove ilhas do arquipélago defendemos que a açorianidade, apesar de ser comum a todos os açorianos, não deixa de conter, simultaneamente, a identidade e a diferença que os une. Assim não poderemos falar de uma açorianidade, mas de açorianidades, una e múltipla, capaz de integrar a ipseidade e a mesmidade do ser-se açoriano.

Pensar a Açorianidade, pela via da Estética Filosófica, foi tarefa que de há três anos a esta parte nos propusemos como projeto de investigação apoiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, do Governo dos Açores, e que metaforicamente denominámos REMA.

REMA, acrónimo de *Reflexão Estética sobre a Mundividência da Açorianidade*, levou-nos às nove ilhas do arquipélago onde pudemos olhar, sentir e vivenciar o modo como a açorianidade é, em nosso entender, uma presença subjetiva numa ausência de objetividade. Certamente que perguntar pela Açorianidade é tarefa profícua para se apreender o desvelar de um modo de ser açoriano que não sendo regional não deixa de ser o testemunho da nossa regionalidade. Somos açorianos sim, porém, iguais e diferentes nesse mesmo modo de o sermos. Cada ilha, cada cidade, cada freguesia, cada aldeia dos Açores se sente irmã e rival de todas as outras. Aquilo que o sentimento, a afetividade ou a emoção a todos une, rivaliza, de acordo com os mesmos pressupostos, com tudo aquilo que aos mesmos diferencia.

"Pelos Caminhos da Filosofia em busca da Açorianidade" é assim o nosso tema assente numa inteligibilidade estética, porque subjetiva e onde o belo se revela uma *finalidade sem fim,* em sentido kantiano.

Arriscando uma interpretação directamente influenciada pela pequena dialética hegeliana, presente na *Teoria do Ser*, vislumbramos a açorianidade, como algo de comum a todos os açorianos, reconhecendo a simultaneidade da identidade e da diferença que, de um modo muito peculiar, lhes dá a essência daquilo que são.

Costumamos aconselhar, em tom jocoso, para quem nos não conhece: cautela com os açorianos, são pessoas ordeiras, cordiais e aparentemente pacatas, porém nunca nos podemos esquecer que vivem voluntariamente em cima de vulcões, conscientes da realidade física que os mesmos podem, a qualquer momento, entrar em ebulição, mas crentes, com enorme fé, de que aqui vivem «à conta de Deus!». Esta realidade natural que nos cerca de certo modo moldou o nosso modo de ser: calmos, cordatas, sinceros, porém, sempre que necessário assumindo-nos e defendendo os nossos interesses mesmo que para tal seja necessário entrar em ebulição colérica, qual magma que pelas frestas das nossas paisagens paradisíacas, a qualquer momento, poderá brotar.

Esta é a realidade que nos une. As diferenças nos hábitos, nos falares ou nos costumes são meros acidentes de um povo que sabe que o mar não é uma

[316] Docente da Universidade dos Açores, no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, doutorada em Filosofia Contemporânea.

barreira que separa, mas uma via que une, não é um obstáculo que ruge ao nosso ouvido nas noites de inverno, mas uma estrada onde os ecos dos cagarros ecoam nas lindas noites de agosto à luz de um luar, que só nos Açores desenha figuras dantescas nas escarpas rochosas das ilhas ou nas imponentes encostas do Pico. É preciso estar lá, ver e sentir para se compreender.

Ora, a compreensão não é de modo algum uma explicação como muito bem viu Dilthey. Para este filósofo, integrado no contexto cultural alemão dos finais do século XIX, onde o triunfo do positivismo e a exaltação da ciência dominavam, a interpretação deveria ultrapassar a própria explicação e entrar no domínio da compreensão. O movimento científico tem um campo bem definido: a natureza, o fenómeno, onde a explicação é o mecanismo de inteligibilidade do processo natural, isto é, dos fenómenos exteriores alheios à subjetividade humana e inseridos numa teia de relações causais espácio-temporais

Porém, a vida não pode ser estudada do mesmo modo que a passagem de uma corrente elétrica, pelo que Dilthey chama a atenção para a necessidade de um modelo de estudo interpretativo diferente para as ciências do espírito. Esse modelo seria a compreensão, na medida em que somente ela extravasa os limites da experiência individual e ao mesmo tempo dá, a essa experiência, o caráter de conhecimento da vida[317]. Compreender implica muito mais do que explicar, envolve o homem todo nas diferentes dimensões do seu ser.

Neste contexto, e do interior da nossa herança filosófica, entendemos o homem como um “animal racional” ou “um ser pensante”. No primeiro exemplo estamos no universo de raiz aristotélica e, no segundo, no universo cartesiano. Neste, falamos apenas de um *cogito* desencarnado, onde o pensar é medida e regra de certeza[318] que se impõe, não por verificação ou por dedução, mas como posição de uma existência.

Existir é, para Descartes, pensar. Na segunda das suas *Meditações sobre a filosofia primeira*[319] a expressão "Eu sou, eu existo" é uma verdade cuja auto-posição é reflexão. Fichte designava, esta verdade clara e distinta para a consciência imediata, de Juízo tético[320], ou ato fundante do eu, na medida em que é um juízo que implica uma posição existencial concreta, real, efetiva como *res cogitans*.

A inteligibilidade do Eu cartesiano como consciência pensante, traduzida na expressão «*cogito, ergo sum*», mostra que a relação própria entre o pensar e o existir é uma relação lógica intuída racionalmente — *penso, logo existo*. É uma evidência imediata do tipo "se juntarmos partes iguais a outras partes iguais, os todos serão iguais" ou a demonstração fácil de "que os três ângulos internos de um triângulo são iguais a dois retos"[321]. Por esta razão a posição do "Si", ou seja, a relação entre o *cogito* e o existir do eu, é uma verdade que se impõe, pela clareza imediata da sua evidência noética.

O dualismo cartesiano, dividindo o homem em *res cogitans* e *res extensa*, instituiu um modo de entender o homem como que quebrado, partido, pois alma ou pensamento e corpo ou extensão são duas linhas heterogéneas de inteligibilidade do ser humano. Daqui a célebre ironia de Jean-Jacques Rousseau "A filosofia de Descartes cortou a garganta da poesia"[322].

---

[317] “Ricoeur adota a conceção de hermenêutica de Dilthey, como interpretação de ‘expressões de vida fixadas linguisticamente’; simultaneamente, a sua preocupação com o aspeto existencial da atividade intelectual (...) afasta-o de qualquer reconstrução psicológica do sentido intelectual do autor, levando-o a considerar o conteúdo de um texto como ‘abertura’ da existência possível. A dualidade aqui evidenciada garante uma reformulação muito interessante, ou melhor, a substituição, da dicotomia *verstehen-erklären* por uma síntese dos momentos objetivo e existencial da interpretação”. cf. BLEICHER Josef, *Hermenêutica contemporânea*, tradução de Maria Georgina Segurado, Edições 70, Lisboa, 1992, o original é de 1980, pp., da tradução, 317-318. Nesta obra o autor dedica à hermenêutica de Ricoeur o Capítulo 11, pp. 301-326.

[318] SUMARES, Manuel, *Para além da necessidade, o sujeito e a cultura na filosofia de Paul Ricoeur,* Ed. Eros, Braga, 1987, p. 163.

[319] DESCARTES - *Meditações sobre a filosofia primeira,* Introdução, Tradução e Notas pelo Prof. Gustavo de Fraga, Livraria Almedina, Coimbra, 1985, de p.117 a 133.

[320] cf. RICOEUR, Paul, *Du texte à l'action: essais d'herméneutique, II*, Ed. du Seuil, Paris, 1986, traduzido para português com o título. Do *texto à ação, ensaios de hermenêutica, II*, Rés. Ed., Porto, 1989, pp. 161-182, tradução portuguesa, pp.163 -183 e *Interpretation theory: discourse and the surplus of meaning*, Texas Christian Univ. Press, Texas, 1976, traduzido para português com o título de *Teoria da interpretação,* Edições 70, Lisboa, 1987, pp. 83-99. A primeira obra será citada a partir desta nota pela sigla *TA*, a última pela sigla *TI.*

[321] DESCARTES, René. *Os princípios da filosofia*, trad. de Pedro Miguel Valadares, Texto Editora, Lisboa, 1995, § 13, p. 30.

[322] Citado por Richard Kearney, *The Wake of Imagination*, Routledge, London, 1994, pp. 162, citando B. Willey, *Seventeenth Century Background,* Pelican, London, 1972, pp. 85. De acordo com Richard Kearney esta posição de Descartes face à imaginação é partilhada por filósofos do século XVII como Leibniz, Espinosa e Malebranche. "No seu ensaio intitulado *On the Improvement of Understanding*, publicado pela Dover Books, em 1955, p. 19, Espinosa declara que “‘as ideias imaginárias’ são sempre inferiores às ‘ideias da razão’ na medida em que só dizem respeito à mera possibilidade (logicamente contingente) de entidades, e não à sua ‘necessidade’ (logicamente certa). E uma vez que a imaginação é incapaz de distinguir entre coisas existentes e não existentes conduz a mente para a contradição e afasta-a da 'verdade eterna'”. Espinosa conclui que a “imaginação é incompatível com a liberdade: pois a liberdade só pode ser alcançada quando a mente se liberta de toda e qualquer ilusão de tempo, passado, presente ou futuro e descobre que o ser existe, necessariamente, com a lógica da Razão”.

Esta consciencialização cartesiana de um Eu como pensante e existente, justificativa da reflexão como posição da instantaneidade da consciência na perceção de si própria e dos seus atos é a raiz da fenomenologia transcendental que guarda toda uma relação de intimidade com Kant e Hegel e que encontra o seu expoente máximo em Husserl[323]. Nesta filosofia o seu centro é o sujeito pensante e o seu desenvolvimento integra conceitos herdados do idealismo como *egologia, intencionalidade e estruturas da consciência*.

Na História da Filosofia, para além da fenomenologia transcendental existe ainda um outro desenvolvimento da fenomenologia do filósofo de Friburgo[324]. Numa evolução histórica natural, os métodos de Husserl começaram a ser aplicados às condições concretas da existência, o que fez surgir uma fenomenologia de cariz existencialista. Citando somente dois dos mais ilustres representantes deste tipo de fenomenologia apontamos Gabriel Marcel e Merleau-Ponty. Em Gabriel Marcel firma-se a preocupação com os problemas do corpo, através do seu conceito de *existência encarnada*, e em Merleau-Ponty alicerça-se o conceito de *corpo-vivido*. Aparecem então, nesta corrente fenomenológica, uma quantidade de conceitos tradutores de uma preocupação com as condições reais da vida humana, como: o corpo, a intersubjetividade, ou a liberdade humana.

Em abono da verdade devemos, no entanto, ressalvar que ambas as fenomenologias mantêm ênfases comuns. São versões diferentes da mesma fenomenologia. Além do destaque da experiência concreta do sujeito, as duas versões possuem uma epistemologia muito ligada a uma filosofia da perceção e que Ricoeur ultrapassa, pelo acesso a uma *experiência integral do cogito* resultante do estudo para uma *Fenomenologia da Vontade*[325], bem como do enxerto de uma hermenêutica no campo da fenomenologia.

Se Husserl fala do regresso às próprias coisas e Merleau-Ponty mantém a primazia da perceção, escrevendo *La phénoménologie de la pérception*, Paul Ricoeur, na sua análise sobre o domínio da razão prática, abandona esta interpretação de Husserl[326], tomando a vida prática da consciência tal como ela se dá e aplicando-lhe diretamente o método de análise intencional, sem o desvio pela perceção e pelos atos objetivantes em geral[327].

Ricoeur aceita que a evidência do *eu existo, eu sou, eu penso,* seja passível de uma apreensão imediata que a torna indubitável. Todavia, reconhece que essa apreensão não é uma ideia, mas uma aperceção, o que transforma a evidência cartesiana numa verdade tão vazia e abstrata quão invencível. *Eu sou, eu penso*, é uma verdade que fica situada no deserto de uma ausência do próprio sujeito, numa ausência do próprio eu que se revela como *substância pensante* cuja essência é apenas e só, o próprio pensar. É necessário mais.

É preciso revisitar o *cogito* e completá-lo através de uma *experiência integral do pensar.* Esta é uma terminologia explicitante de que o objeto de análise não é um eu fechado na circularidade de si próprio, mas um eu-corpo-aberto-ao-mundo, isto é, um eu encarnado, que se atualiza no mundo mediante o corpo como seu instrumento ou órgão. Aqui a consciência é integrada no corpo e este naquela, não se entendendo mais uma dualidade substancial, em que corpo e consciência são realidades distintas, que se excluem, mas uma homogeneidade corpo-consciência, que passa pela inteleção do corpo e da consciência como dois universos de discurso relacionados entre si e integrados pela dinâmica da interpretação.

Curiosamente, refere Kearney, foi precisamente esta conexão entre imaginação e temporalidade que forneceu a Kant uma das principais razões para celebrar a imaginação como a origem do conhecimento. Também Leibniz partilha com Descartes esta displicência face à imaginação: "porque o *cogito* é a fonte independente do juízo não há necessidade de representarmos a verdade através da mediação de imagens". Até mesmo as teorias intelectualistas sobre a estética de Wolff e de Baumgarten, já no século XVIII, relegaram o potencial criador da imaginação. É, na verdade, Kant, que interligando entendimento e sensibilidade no campo comum da imaginação retoma esta faculdade como faculdade transcendental do espírito imprescindível na dimensão teórica e artística do homem.

[323] As críticas que Ricoeur coloca a Husserl foram apontadas, porque são desenvolvidas, num artigo de Ted Klein intitulado "Ricoeur and Husserl", in *The Iliff Review*, The Iliff School of Theology, Denver, 1978, pp. 27-36.

[324] Husserl nasceu em Prossnitz, na Morávia, em 1859, mas faleceu em Friburgo, na Alemanha, em 26 de abril de 1938. Esta última cidade, que conheceu o filósofo em vida, reconhece-o como seu filho, identificando-se, muitas vezes, Husserl como o "Filósofo de Friburgo".

[325] "La tâche d'une description du volontaire et de l'involontaire est en effect d'accéder à une *expérience intégrale* du Cogito", in RICOEUR, PAUL*, Philosophie de la volonté: I Le volontaire et l'involontaire,* Aubier, Paris, 1950, 1988, p. 12. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *VI.*

[326] Para Husserl, as vivências da vida afetiva e da vida ativa possuem um caráter de "fundadas" sobre as vivências "fundadoras" de ordem simples, as representações, isto é, sobre um ato objetivante cujo primado "depende (...) de um preconceito logicista que não verifica a reflexão direta sobre a vida prática" in RICOEUR, Paul, *A l'école de la phénoménologie*, J. Vrin, Paris, 1987, pp. 124. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *EPh*.

[327] cf., *EPh* p. 115 (60).

Assim, o estudo das relações culturais próprias de um *corpo-consciência-interpretante* deverá passar de uma objetividade, no sentido do estudo intelectual das estruturas ou, no dizer de Gabriel Marcel, do *problème*[328], à existência, ou seguindo ainda a terminologia do pensador existencialista, ao *mystère*[329]. Este eu existente integra a sua relação com o corpo e com o mundo, pois "a existência do mundo, que prolonga aquela do meu corpo como seu horizonte[330], é parte integrante do *cogito* sob pena de se lhe infligir uma "grave lesão", na medida em que este, ao perder a existência do mundo, perde a existência do corpo e finalmente a do eu, na formulação "Eu sou". Esta posição, apesar de enraizada na tradição cartesiana do *Ego cogito, ergo sum*, afasta-se da sua herança e acolhe a corrente reflexiva da filosofia europeia contemporânea de Paul Ricoeur.

Paul Ricoeur aparece, na História da Filosofia, como um fenomenólogo diferente. Crítico por excelência das supracitadas duas versões da fenomenologia, procura construir um terceiro caminho, ou uma terceira via, a de uma fenomenologia hermenêutica, mudando o eixo da perceção para a linguística, desenvolvendo estudos no campo da hermenêutica, da metáfora e da narrativa. Na hermenêutica inaugura um novo círculo hermenêutico com base no crer e no compreender, na metáfora desenvolve a inteligibilidade de uma inovação semântica e na narrativa a identidade narrativa, qual transfiguração que se abre à auto-compreensão do sujeito cultural, fazendo-nos descobrir o que somos.

Este é, em linhas muito gerais, o resultado da atualização de uma tradição que encontra as suas raízes em Descartes, Kant, Husserl e Jean Nabert. Seguindo esta tradição, porém, profundamente marcado pelo existencialismo de Jaspers, Kierkegaard e Gabriel Marcel, Ricoeur procura o *ser do eu*, pela recuperação dos atos fundantes da subjetividade[331]

Assim, pelo cruzamento de dois métodos diferentes, o fenomenológico e o existencial, a inteligibilidade do homem altera-se. O homem é, de acordo com a fenomenologia existencial[332] ricoeuriana, uma totalidade existencial. Um *cogito encarnado* onde corpo e espírito se metamorfoseiam num mundo-vivido.

No contexto deste nosso estudo, esse mundo-vivido encontra a sua expressão estética no termo Açorianidade. O que é a Açorianidade? De onde brota essa razão ou esse sentimento que de um modo impertinente nos desassossega, porque nos questiona? Afinal, o que é ser-se açoriano? Será nascer nos Açores? Será viver nos Açores? Ou será como dizia alguém, com alma de poeta " para se ser açoriano é preciso aqui nascer, ou então viver a vida para saber aqui morrer". Todos entendemos esta afirmação. Todos simpatizamos com esse sentimento que nos une, que nos aproxima, quando afastados nos encontramos, e que nos afasta, quando juntos estamos.

Existirá uma Açorianidade, ou Açorianidades?

Pelas nossas palavras iniciais certamente que defendemos não uma Açorianidade, mas Açorianidades. Esta é a nossa realidade una e múltipla, capaz de integrar a *ipseidade* e a *mesmidade* do ser-se açoriano. Após o apontamento de algumas pistas que desenvolvidas poderão ajudar a fundamentar as nossas afirmações iniciais passemos à anotação das linhas de inteligibilidade da *ipseidade* e da *mesmidade*. Para o fazermos teremos de passar pela hermenêutica, como *compreensão de Si*[333]. E aqui, voltamos a encontrar-nos com Paul Ricoeur que trocando o *ego*, senhor de si mesmo, pelo

[328] Para Gabriel Marcel, "há problema e há mistério. Os problemas são para ser resolvidos, os mistérios para ser respeitados", cf. FRANCO, Sérgio de Gouvêa, *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur,* coleção Filosofia, Loyola, S. Paulo, 1995, p. 34.

[329] Gabriel Marcel mantém na sua obra uma profunda reverência ao *mistério* da vida e Ricoeur aprende com o seu mestre a rejeitar os reducionismos que pretendem explicar integralmente o homem e a cultura. Ouçamos Marcel: "A esta altura devemos fazer um ataque direto a certos tipos de formulações gerais do tipo «isto é somente isso..., ou isto não passa disto», ou coisas do género. Cada reducionismo depreciatório desta natureza está baseado no ressentimento, ou seja, numa paixão que tem por base um violento ataque direto contra toda a integridade do real". Cf. MARCEL, Gabriel - *Man Against Mass Society*. Trad. G. S. Fraser, Regnery, Chicago, 1964, pp. 156.

[330] *VI*, p. 20.

[331] Não devemos confundir ato fundante da subjetividade com fundamentação transcendental do conhecimento objetivo.

[332] Ricoeur utiliza esta expressão, em "From the Existencialism to the Philosophy of Language", in *Philosophy Today*, 17, 1973, p. 89, para caracterizar os seus estudos da época de cinquenta, perfeitamente integrados no movimento do pós-guerra denominado de «fenomenologia existencial» . Michel Renaud, em "Fenomenologia e hermenêutica, o projeto filosófico de Paul Ricoeur", [in *Revista Portuguesa de Filosofia,* tomo XLI-4-1985, Faculdade de Filosofia de Braga, 1985, p. 415], utiliza esta mesma expressão para caracterizar a metodologia utilizada por Ricoeur em *VI*. Esta mesma expressão é ainda utilizada por Manuel Maceiras, no seu artigo "Paul Ricoeur: una Ontologia Militante" in CALVO, Martínez Tomás e ÁVILA, Crespo Remedios, p. 46 e 56.

[333] No longo percurso de Ricoeur pela fenomenologia de Husserl e na sua filiação na filosofia reflexiva de Jean Nabert encontram-se as raízes do rumo que tomou a sua investigação filosófica, sobre a hermenêutica como compreensão de Si (soi)

Si (soi)[334], discípulo da narrativa, justifica que a auto-compreensão se alcança pela compreensão do outro.

Ao incorporar a compreensão do outro no seu "corpo próprio", o intérprete aumenta a própria compreensão de Si (soi), o que justifica que "*toda a hermenêutica é (...) explicitamente, compreensão do outro*"[335], ideia que o filósofo retoma, na sua obra de 1990, *Soi-même comme un autre,* ao entender a *mesmidade* como o caminho para a *ipseidade*[336].

Nesta dialética, a identidade biológica do mesmo diferencia-se da identidade móvel, porque temporal, do Si (soi), justificativa da hermenêutica como a mediação interminável da auto-compreensão.

Apliquemos estes conceitos às nossas questões. Arriscamos afirmar que Ser-se açoriano implica uma *mesmidade* em dialética com a *ipseidade*. Ou seja, a permanência dos predicados próprios do ser-se açoriano, noção de *mesmo,* são atributos próprios da experiência de identidade como vivência do tempo, noção de *ipse*. Deste modo, é na dialética entre *ipseidade* e *mesmidade* que a verdadeira natureza do ser - açoriano se desvela através da interpretação do texto, aqui entendido como toda e qualquer obra, representação, instituição, monumento ou ação que de algum modo esteja relacionado com a realidade ilhoa.

A interpretação é assim "*o esforço para apreender o Ego do Ego Cogito no espelho dos seus objetos, das suas obras e finalmente dos seus atos"*[337], ou seja, a primeira posição tética da subjetividade precisa de ser mediatizada em termos hegelianos e gadamerianos, isto é, realizada e apreendida interpretativamente[338] nas e pelas expressões práticas capazes de a objetivarem.

Para que o *Cogito* se possa preencher pelas obras que encarnam o seu esforço para ser[339], a reflexão tem de ser um trabalho de interpretação, isto é, uma hermenêutica.

Ouçamos Ricoeur: *"a reflexão deve transformar-se em interpretação porque não posso apreender o ato de existir, a não ser nos sinais dispersos no mundo"*[340]. Este mundo é o mundo da cultura, pelo que a reflexão, deve incluir as pressuposições, os métodos e os resultados de todas as ciências explicativas e interpretativas dos sinais existentes nesse mundo.

O sujeito que interroga deve ser considerado como pertencente à realidade sobre a qual interroga, pois só deste modo, isto é, pertencendo previamente a um mundo, é que podemos interrogarmo-nos sobre o seu sentido.

O pressuposto heideggeriano de ser-no-mundo ganha toda a sua inteligibilidade como precedente da reflexão, pois "*na verdade, o intérprete nunca conseguirá aproximar-se do que diz o seu texto, se não estiver já posicionado na sua atmosfera de sentido*"[341]. Por esta razão, o compreender ganha uma significação ontológica, na medida em que pertence ao *Dasein*, como imaginação[342].

Esta pertença ontológica Eu-mundo é anterior e prévia à constituição do eu como sujeito face a um mundo de objetos.

Esta pertença, anterior à constituição do eu como sujeito, torna possível

[334] O Si está intimamente relacionado com a identidade narrativa que Ricoeur abordará de modo aprofundado nas suas últimas obras: a trilogia *Temps et récit I, II, III, 1983, 1984 e 1985 respetivamente e Soi-même comme un autre* de 1990.

[335] "Tout herméneutique est (...) explicitement compréhension de l'autre", in RICOEUR, Paul, *Le conflit des interprétations, essais d'herméneutique I***,** Ed. du Seuil, Paris, 1969, *p. 20 e cf. Idem,* p. 8. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *CI.*

[336] RICOEUR, PAUL, *Soi-même comme un autre***, *Ed.*** du Seuil, Paris, 1990, p.167-166, traduzido para português com o título *O si-mesmo como um outro*, Papirus Editora, Campinas, 1991¸ p.167-180. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *SmA*.

[337] cf. RICOEUR, Paul. *De l'interprétation, essai sur Freud***,** Ed. du Seuil, Paris, 1965, p. 5 ou *CI*, p. 322. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *IeF*.

[338] cf. *TA*, p. 49, tradução portuguesa, p. 59.

[339] cf. RENAUD, Michel, o.c., p. 425.

[340] *IeF*, p. 54 ou *CI*, p. 325.

[341] RICOEUR, Paul, *Philosophie de la volonté: II Finitude et culpabilité: 2. La symbolique du mal*, Aubier, 1960, 1988, p. 327 e *CI*, p. 294.

[342] Foi em Richard Kearney, *The Wake of imagination,* Routledge, London, 1988, que vimos, e rejubilamos, a identidade do *Dasein* com a imaginação. Citamos a passagem a que nos referimos: "The fundamental ontology of *Dasein*, developed in *Being and Time*, is presented as an uncompromising effort to plumb the dephts of this abyss [of metaphysics]. But Heidegger was of the conviction that the conversion from a transcendental to an existential perspective required a change of terminology. And this is why he replaced the term 'imagination' - which he deemed excessively charged with metaphysical connotations - with the more neutral term *Dasein.* This latter concept embodies the temporalizing activity of imagination while avoiding the idealist and romantic characteristics attached to this term by Kant and his successors", pp. 223.

um segundo movimento: a possibilidade de estabelecer uma distância, entre o eu e os atos nos quais esse mesmo sujeito se objetiva, por isso, a pertença só pode ser perspetivada pela exigência dialética da distanciação crítica[343], única capaz de possibilitar a captação do sentido da existência, através da interpretação dos sinais e dos símbolos que a preenchem.

Terminamos questionando-nos: quais os sinais e os símbolos da açorianidade?

Que mundo é esse que assim se desvela em frente do nosso olhar e que de um modo assertivo se implanta nas nossas vivências teóricas, práticas e afetivas?

Esses sinais estão presentes no nosso património natural e cultural. Há que interpretá-los e aos símbolos, nos quais o açoriano se objetiva. Somente através da interpretação desses sinais e desses símbolos se abrirá o possível acesso aos atos fundantes do que somos e se constituirá o aumento da nossa consciência[344] coletiva.

Ponta Delgada, 31 de agosto de 2009

55. GENÉSIO SEIXAS SOUZA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA, BRASIL

TEMA 2.1. ASPETOS LUSÓFONOS E INTERCULTURAIS DO MANUSCRITO QUINHENTISTA "NOTÍCIA DO BRASIL" DE GABRIEL

0. Introdução

Neste trabalho apresentam-se, as considerações pertinentes ao objeto da pesquisa e seus objetivos e partindo da conceituação de onomasiologia e toponomástica, procura-se demonstrar alguns elementos lexicais relacionados à toponímia, patente na Parte I do documento histórico *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, no intuito de demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesa e indígenas, dos registros assinalados no *corpus* e que se inscrevem no período colonizador e expansionista lusitano do séc. XVI. A pesquisa objetiva perseguir a mudança toponímica que possa ser observada a partir da leitura do *Tratado*, identificando geograficamente todas as substituições ocorridas no período em que se escreveu essa obra, até os dias atuais, ou seja, numa perspectiva diacrônica.

As mudanças ocorridas no decurso dos séculos posteriores aparecem localizadas através do confronto dos mapas e roteiros, da navegação portuguesa ultramarina da época quinhentista, com os mapas atuais e bem definidos das rotas assinaladas na *Carreira do Brasil*, percurso das naus lusitanas no transcurso entre Portugal e a colônia.

Procura-se, neste trabalho, demonstrar alguns elementos lexicais relacionados à toponímia, patente no documento quinhentista *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, no intuito de demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesas e indígenas, dos registros assinalados no *corpus* e que se inscrevem no período colonizador e expansionista lusitano do séc. XVI. Este trabalho é um breve recorte de uma tese de doutoramento que objetiva perseguir a mudança toponímica que possa ser observada a partir da leitura dessa obra, identificando geograficamente todas as substituições ocorridas desde o período em que foi escrita até os dias atuais, ou seja, numa perspectiva diacrônica.

A caracterização do *corpus* prescinde do perfil sociolinguístico do autor, tendo Gabriel Soares de Sousa nascido em Lisboa entre 1540 a 1550, como querem alguns, ou talvez em alguma localidade vizinha do Zêzere, estando na idade entre 19 e 20 anos quando ia iniciar a sua primeira aventura em terras brasileiras. Homem nobre e casado, o fidalgo português chegou à Bahia no ano de 1569, integrando a malograda armada de três navios, comandados por Francisco Barreto, que vinha com missão e destino à região de Monomotapa, onde exatamente apenas a nau em que ia Gabriel Soares conseguiu aportar na *cidade da Baía*, perdendo-se as demais. Agradado da terra, Sousa deixou-se ficar na capitania de S.M., com projetos de se instalar e engrandecer, no que logrou êxitos, pois se estabeleceu e tornou-se senhor de engenhos de açúcar em Jaguaripe e no Jequiriçá, atividade que era então muito rendosa. Veio a ser reconhecido como famoso bandeirante baiano, a quem se deve a

[343] Este conceito hermenêutico é, em relação ao de pertença, o que, na fenomenologia husserliana é a *époqué* em relação ao vivido. A *distanciação hermenêutica* implica que o sujeito só pode apropriar-se do sentido, porque este supõe uma "mise à distance" (*époqué)* da pertença *(Lebenswelt).* De acordo com Manuel Maceiras esta noção de *distância* é a noção que possibilita o afastamento de Ricoeur de Heidegger. cf. o.c., p. 50.

[344] *SM*, p. 331.

conquista do rio de S. Francisco, em 1591. Foi nomeado capitão-mor de duas naus para o descobrimento das minas de esmeraldas e na qualidade de vereador da cidade de Salvador, assinou o auto de aclamação e juramento de fidelidade prestado pelo Senado da Câmara da Bahia a Felipe II de Espanha, em 25 de maio de 1582, por indicação da Corte, vindo a falecer em 1592.

Constata-se o perfil de um autêntico pesquisador em Soares, através de uma natureza atípica que se afirma na figura de, ao mesmo tempo, um observador sagaz como era e um compilador que anotava em minúcias o que se passava à sua volta, nesse país novo pelo qual demonstrava uma admiração ímpar, descrevendo-o com uma extraordinária meticulosidade, respeitando os nomes nativos das plantas e animais que descreve, com raríssimos lapsos, mas tomando sempre como referências, quando possível, as espécies que conhecia no seu país natal, procedimento típico dos autores da chamada *literatura de viagens* do expansionismo mercantilista lusitano no séc. XVI. Os registros informativos são extremamente rigorosos, quer sejam de caráter etnológico, quer sejam de interesse zoológico ou botânico. Observa-se uma notável objetividade no texto, embora, alguns casos excepcionais, o autor casa realidade com lendas e fábulas, influenciado pelo imaginário indígena, suscitando uma referência de veracidade, o que, contudo, não subtrai o imenso valor informativo da obra.

A *Notícia do Brasil*, com o subtítulo de *Descrição Verdadeira da Costa Daquele Estado Que Pertence à Coroa do Reino de Portugal, Sítio da Baía de Todos os Santos*, que aparece intitulado também com a designação de *Tratado Descritivo do Brasil*, contém o mais completo texto quinhentista de que se dispõe sobre a fauna e a flora da área do atual estado da Bahia, assim como, sobre a língua e os costumes dos índios que ocupavam as áreas circunvizinhas das várias capitanias. Compõe-se de duas partes, com 74 e 196 capítulos, respectivamente: os primeiros dão-nos um <<roteiro geral>> sobre a costa do Brasil, com largas e importantes referências à sua divisão administrativa; os últimos referem-se à caracterização da *Baía*. É sobretudo aqui que o rigor da descrição, até onde, na época, era possível, que torna este documento verdadeiramente notável, alçando Soares de Sousa ao patamar de um autor dotado de um espírito científico espantoso para a sua época.

Existe um grande número de cópias de *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa; Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável pela primeira edição cuidada do texto, afirmou ter-se baseado em mais de vinte; elas apresentam variantes entre si e, algumas vezes, incluem trechos que são claramente apócrifos, como o que alude à existência das plantas do café e do chá pelo sertão da Bahia – quando se sabe que o cafezeiro só foi introduzido no Brasil em 1727 pelo major Francisco de Melo Palheta.

No início do século XIX Frei José Mariano da Conceição, em Portugal, iniciou, mas não completou, a edição do tratado de Sousa; dessa edição ainda existem algumas coleções dos cadernos em algumas bibliotecas. A primeira edição completa veio a ser feita por ordem da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1825, integrada na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, tomo III, parte I; o texto foi reproduzido sem qualquer comentário ou nota crítica, mas está precedida da carta escrita pelo autor a D. Cristóvão de Moura, quando lhe ofereceu um traslado do seu escrito, datada erradamente de 1589, e de uma "Declaração e resolução do que se contem neste caderno". Em 1851, Varnhagen fez imprimir uma nova edição mais cuidada e enriquecida de comentários que o estudo do tratado, revelando um acurado aprofundamento que se lhe mostrara serem indispensáveis.

Em *A marinharia dos descobrimentos*, A. Fontoura da Costa, traz informações sobre os locais de depósito do manuscrito, como seja:

104 M – Soares de Sousa (Gabriel) – *Roteiro Geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil e a descripção de muitos lugares della especialmente da Bahia de todos os Santos*. 1587. – Códice nº 119 da B.P.M.P.

Geralmente não trazem nome de autor as muitas cópias deste *Roteiro*, cujo original se desconhece.

105 M – Códice nº I:04 da B.P.M.P.
106 M – Códice nº 6I0 da B.P.M.P.
107 M – Códice CXV/I-I0 da B.P.E.
108 M – Códice CXV/I-II da B.P.E.
109 M – Códice CXV/I-12 da B.P.E.
110 M – Códice da B.A. (5I –IX –I5)
111 M – Códice nº 6: 903 da B.N.L.
112 M – Códice do A.N.T.T. (Coleção do Brasil – Livraria, nº 50)

Além dessas cópias existem muitas outras, sendo duas na Biblioteca Nacional de Madrid (nº 2:936 e 3:007), uma na de Paris (Ancien Fonds Port. Nº 58), etc. Foi impresso duas vezes, sendo a primeira em 1825 (23 D) servindo

um Códice ignorado, que era uma má cópia; e a segunda em 1851 (24 D), que reproduz outro Códice, também ignorado.[345]

Para esse trabalho e seus objetivos precípuos foi utilizada uma edição atualizada e modernizada do *corpus*, transcrita para o português atual por Maria da Graça Pericão, fato que se justifica em função desse tipo de edição servir bem para estudos de natureza lexicológica e lexicográfica. Por ser uma versão que segue a edição da Real Academia das Ciências de Lisboa, omite-se a carta e a declaração iniciais constantes dessa última.

Dentro dos procedimentos filológicos teve-se o cuidado de proceder a uma atenta revisão de todo o texto, devido a apresentar em muitos passos algumas deficiências, sobretudo quanto aos nomes nativos das plantas e dos animais referenciados na segunda parte, fato atribuído talvez à deficiente leitura do manuscrito que se escolheu para a fonte, sem se ter tomado a precaução de confrontar com outras cópias existentes em Portugal, na biblioteca do Porto e de Évora, como seria aconselhável. Além desses lapsos, verificam-se outros provenientes da má leitura do códice e das regras ortográficas da época da edição.

No que concerne a análise da obra, a princípio foram realizados o levantamento e a coleta dos dados concernentes ao vocabulário de marinharia e os nomes denominativos dos lugares que orientam a navegação no roteiro do códice, assim como taxeonomias toponímicas encontradas na parte II, referentes à fauna, flora, língua e costumes do gentio da linha costeira da *cidade da Baía* e capitanias circunvizinhas, buscando a valorização do prisma complementar desses aspectos, ou seja, a etiologia do topônimo. Soares de Sousa, como outros primitivos cronistas portugueses, aceitaram muitas vezes a toponímia indígena antiga em suas obras, como se verifica em registros coletados e selecionados a título de exemplo:

1.0. EXEMPLÁRIO DAS CORRESPONDÊNCIAS REGISTRADAS ENTRE AS DENOMINAÇÕES TOPONÍMICAS DO COLONIZADOR PORTUGUÊS E DO INDÍGENA:

É fato considerar que o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Daí se verificar quanto à toponímia de origem portuguesa, nessa primeira etapa da amostragem, uma multiplicidade de traços ambientais em que os portugueses aceitaram a toponímia indígena do período colonial, como aparece na escritura dos primitivos cronistas, coevos de Soares, em suas obras em registros coletados e selecionados a título de exemplo:

1.1. TAXEONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA:

Geomorfotopônimos	**Significação**
MANHANA [monte] (cap. XXI: l. 39)	[...] "que quer dizer <<espia>>, por se ver de todas as partes de muito longe" [...]
ITAPUÃ [localidade] (cap.XXVII: l.17)	[...] "a que o gentio chama deste nome que quer dizer <<pedra baixa>>" [...]
PERNAMBUCO [porto/capitania] (cap. XVI:l.13-15)	[...] "este porto que se diz de Pernambuco por uma pedra que junto dele está furada no mar, que quer dizer pela língua do gentio <<mar furado>>" [...]

Hidrotopônimos	**Significação**
RIO DAS AMAZONAS [rio/estado=corotopônimo] (cap. IV: l. 11-13)	[...]"teve muitos encontros de guerra com o gentio e com um grande exército de mulheres...donde o rio tomou o nome das Amazonas"[...]
ITACOATIGARA [rio] (cap. X: l. 1-4)	[...] "este rio se chama deste nome por estar em uma ponta dele uma pedra da feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer porto da Pipa." [...]
CECI [rio] (cap. XL: l. 24-26)	[...] "este rio Doce...a que chamam o Ceci" [...]
JUMIRIM [rio] (cap. LXVI: l. 5-6)	[...] "ao rio de S. Francisco...Este rio acima dito, a que outros chamam Jumirim" [...]

[345] cf. A. Fontoura da COSTA. *A marinharia dos descobrimentos*. 3 ed. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1960. p. 449.

Exemplos de correspondências toponímicas onde se observa a ocorrência do indígena já haver denominado o ambiente físico e o português designa o mesmo acidente, motivado por outros fatores:

Geomorfotopônimos **Significação**

ACAJUTIBIRÓ [...] "chama-se esta baía pelo gentio
[baía] (cap. XI: l. 3-5) pitiguar Acajutibiró e os portugueses da Traição, por com ela matarem uns poucos de castelhanos e portugueses que se nesta costa perderam" [...]

Hidrotopônimos Significação
PARAÍBA [...] "Do rio da Paraíba que se diz
[rio] (cap. XIV: l. 1) também o rio de São Domingos" [...]
JUSSIAPE [...] "Tem este rio das Contas, a que
[rio] (cap. XXX:l. 2-3] os índios chamam Jussiape" [...]
BAQUIPE [...] "ao rio Pequeno a que os índios
[rio] (cap. IX: l. 8-9) chamam Baquipe" [...]

ALAGOA [...] " rio da Alagoa...o qual se
[rio] (cap. XVIII: l. 29-31)
diz da Alagoa por nascer de uma que está afastada da costa, ao qual rio chamam os índios o porto de Jaraguá." [...]

Verificam-se, no levantamento dos dados, exemplos demonstrativos das taxeonomias toponímicas, que se subdividem em áreas de natureza física ou antropo-cultural, que comportam uma gama de classificações bem definidas quanto à natureza toponomástica das designações. Observando os diferentes sistemas culturais em que os topônimos se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido denominativo é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim da cultura em geral, para que, aprofundando os estudos, se chegue à compreensão da própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social.

As fontes documentais não se configuram como um espelho fiel da realidade, entretanto, estão abertas à interpretação do historiógrafo da língua, que também compõe, com elas, a história.

As aproximações dos dados contextos e os elementos da dimensão interna da língua, permitem-nos desvendar, revelar e sistematizar as interações materializadas no documento. Além disso, as informações passadas, impressas no documento, surgem para o pesquisador da língua não só como representativa de uma época, mas também como uma possibilidade de reconstituição de uma realidade para, primeiramente, recuperá-la e depois traduzi-la para a ciência de nosso tempo, objetivando demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesas e indígenas nas suas representações onomasiológicas.

2.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DICK, MARIA Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: coletânea de estudos. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

MACHADO FILHO, A. V. L.. A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. Biblos (Coimbra), v. 5, p. 187-206, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. "As outras línguas da colonização do Brasil". In: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra de Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *500 anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

SILVA, R. V. M. E. (Org.); MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.) . O português quinhentista: estudos linguísticos 1. ed. Salvador: Edufba, 2002. v. 1. 378 p.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: MEC/Revista dos Tribunais, 1974. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss.

56. HELENA ANACLETO-MATIAS HANACLETO@ISCAP.IPP.PT INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO

TEMA 3.2. RICHARD ZIMLER E A AUTOIDENTIFICAÇÃO: O PAPEL DO TRADUTOR NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO SER

A definição do ser baseia-se na memória da herança das gerações passadas. Quando se fala de herança cultural de um grupo étnico específico, a tradução do ser pode identificar-se com a continuação de tradições passadas, tendo em vista um futuro melhor. A psicologia da memória coletiva no processo de autoidentificação está relacionada com a preservação de caraterísticas etnológicas, sociológicas e antropológicas que apontam para as tradições do grupo.

Baseada na análise da tradução de "O Último Cabalista de Lisboa", cujo original foi escrito por Richard Zimler que é proposta para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância dos estudos da tradução para clarificar a necessidade de autoidentificação baseada na memória e na expressão. A metáfora da tradução enquanto porta e do tradutor como uma ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambos podem ser a prova do papel fundamental do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor, enquanto autor de uma obra de arte, será focada como uma caraterística ilustrativa que pode ser (ou não) reveladora da autoidentificação, tanto do autor, como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é a definição da autoidentificação do autor? Será que a identificação da obra de arte é pertinente no contexto histórico-literário, na era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que "The Last Cabbalist of Lisbon" é um retrato de tradições étnicas convertido em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem autodefinida / autodefinidora da identificação do autor e da obra de arte? Estes e outros aspetos relacionados serão abordados através de uma análise comparativa da tradução com o original, para ilustrar o princípio da necessidade da autoidentificação baseada na identificação do grupo. A definição do ser baseia-se frequentemente na celebração da herança das gerações passadas.

O sentido de pertencer a umas raízes arcaicas ou de pertencer à linhagem ancestral tem tanto a conotação de se ser orgulhoso do passado como de estar motivado para continuar a tradição no futuro.

Quando se pensa na herança cultural de um grupo étnico específico, neste caso concreto, no grupo de raízes judaicas no contexto Norte-Americano, a tradução do ser pode consistir na perpetuação de tradições passadas que almejam um futuro promissor.

Talvez o caso especial dos judeus americanos enquanto grupo étnico não se possa representar enquanto grupo único: ninguém deve esquecer que existem os Sefarditas, os *Ashkenazis*, os Ortodoxos e os reformadores; há, portanto, muitas variantes dentro do mesmo grupo étnico. No entanto, existe uma caraterística que tem um peso histórico em relação a todos os Judeus, que se traduz na rejeição, e mesmo na perseguição.

O antissemitismo pode ter raízes antigas, com mais de 2000 anos, desde a morte de Jesus Cristo; e as perseguições podem ter nascido na Europa medieval, durante as crises da peste negra, quando os Judeus eram acusados de envenenarem os poços, já que o facto de se lavarem antes das orações mais frequentemente que os Cristãos, resultava numa taxa de mortalidade mais reduzida do que entre estes segundos.

Além disso, convém não esquecer os Autos de Fé impostos pela Inquisição, os *Pogroms* judeus na Rússia durante o período Czarista e o holocausto do século XX durante a II Guerra Mundial. O sentido de pertencer está diretamente relacionado com o sentido do ser. A psicologia da memória coletiva dos judeus norte-americanos enquanto grupo está marcada pela dor, pelo luto, pela resistência e pela coragem. Ainda não se perguntou a Richard Zimler se este se identifica com o grupo étnico dos judeus americanos, mas sabe-se que a mãe do autor, Ruth, professa a religião judaica. Frequentemente a autoidentificação está relacionada com a preservação de caraterísticas antropológicas, étnicas e sociológicas e das caraterísticas da tradição do grupo – e neste sentido, pode-se apontar que Zimler faz reviver, ou recupera, memórias dos judeus portugueses na sua Trilogia Zarco.

Focar-se-á aqui, sobretudo, "O último cabalista de Lisboa", já que é o primeiro da trilogia a ter sido publicado em Portugal. Defender-se-á aqui que o autor da tradução de "O último cabalista de Lisboa", José Lima, detém uma responsabilidade fundamental na construção do sentido do ser relacionado com as raízes judaico-americanas de Zimler.

Especificamente para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância do tradutor enquanto agente artístico do texto de chegada, tentando clarificar a necessidade da auto identificação baseada na memória e na expressão. Poder-se-á discordar, ou pelo menos não concordar completamente com Jean-Jacques Sueur quando afirma: "*Le traducteur n'a pas pour mission de se substituer à l'auteur*" (2007: 163). Esta afirmação implica que o tradutor tem uma missão – e concorda-se com tal – mas Sueur fala acerca de "substituir o autor" – preferir-se-ia, neste contexto, chamar o tradutor como "autor do texto de chegada". Esta afirmação implica que o tradutor não se substitui ao autor, mas, pelo contrário, celebra a obra dele, ao construir a sua própria e tornando-se, ele mesmo, num outro autor. José Lima não se substitui a Richard Zimler; pelo contrário, teve a missão de criar uma obra própria,

recriando na sua língua materna uma obra que é paralela no tempo e no espaço à obra original em inglês.

O enredo da tradução é similar à obra de partida; obviamente que as personagens são as mesmas e o tempo e o espaço são transpostos para a tradução na versão portuguesa. O que é interessante notar é que o espaço e o argumento em si versam uma história passada em Portugal, na Lisboa dos tempos inquisitoriais – de uma certa forma, e no dizer de Lawrence Venuti (2005) a "domesticação", ou "aclimatação" no sentido de adaptação da versão de José Lima à cultura de chegada da tradução "O último cabalista de Lisboa", já existia na sua origem, isto é, as relações espaciais entre as duas obras (a de Richard Zimler e a tradução feita para português) são coincidentes. Neste sentido, o esforço de adaptação de "The Last Cabbalist of Lisbon" por parte de José Lima ao público não teve de ser tão grande como no caso de outras traduções específicas noutros casos concretos.

Na mesma linha de pensamento e enquanto consequências destas reflexões poder-se-ia, então, afirmar que a "aclimatação" proposta por Lawrence Venuti tem uma relação direta com a noção da definição do ser aqui proposta: da mesma forma que Richard Zimler adaptou a sua obra a um público judaico-americano no que toca à sua receção de público-alvo leitor por excelência, ainda que não sendo claramente exclusivo, José Lima "aclimatou" a sua tradução para conquistar um público lusófono que esteja interessado nas relações históricas entre Cristãos e Judeus, particularmente na época do massacre concretizado no Auto de Fé ocorrido no século XVI. De chamar a atenção para o facto de que o enredo, a chamada história, não é apenas um reconto factual do que aconteceu na época; é também, ainda que não talvez, sobretudo, uma história de amor entre Berequias Zarco e a sua amada e uma história de *suspense* com investigação criminal. De facto, o velho Abraão Zarco, cabalista de Lisboa, ensina e inicia o seu sobrinho no conhecimento da Cabala e acaba sendo assassinado conjuntamente com uma jovem na sua própria casa, numa dependência em que o fecho é unicamente possível pela parte de dentro. As dúvidas e o mistério que envolvem o desaparecimento do tio levam Berequias a envolver-se amorosamente, enquanto o mundo à sua volta se desmorona com a perseguição, prisão e "purificação" dos corpos dos Judeus em vida, sendo esta uma queimada em praça pública durante um Auto de Fé coletivo na capital portuguesa.

A noção da definição do ser que aqui se propõe parte do princípio de que se reconhece a legitimidade do tradutor enquanto autor e enquanto agente proativo no processo de tradução. A ideia da proatividade do agente de tradução, vulgo tradutor, está presente na "Skoposthеorie" de Hans Vermeer (2005), quando sugere que toda e qualquer tradução pressupõe uma "encomenda". Segundo esta base teórica, o tradutor é fulcral enquanto produtor da tradução; se por um lado o texto final é importante e o público recetor é funcionalmente interessado no texto traduzido, por outro lado, se não houvesse o passo da ação traduzida, a transposição do texto da língua de partida para a língua de chegada jamais seria possível. Assim, o tradutor, agente emancipado de comunicação intercultural por excelência controla o processo tradutivo e o produto final tradutológico.

A sua ação de traduzir implica sempre, como já referido anteriormente, uma "encomenda", isto é, no dizer do modelo de comunicação proposto por Roman Jakobson, podemos ver a noção de "encomenda" da seguinte forma: o emissor da mensagem é o autor da obra – literária ou não – e o recetor é o público leitor da obra traduzida. Durante a passagem da mensagem do emissor até ao recetor, esta é reformulada através de um código novo em que o segundo emissor é o tradutor. Esse código será a língua de chegada do público leitor e poderá ser uma das línguas passivas do tradutor. Urge, neste momento, distinguir língua ativa de língua passiva para se compreender o que se tenta dizer acerca da "encomenda". Em termos de produção literária, chama-se língua ativa àquela na qual nos exprimimos por escrito, ou seja, e voltando a Zimler e a José Lima, para Richard Zimler será o inglês dos Estados Unidos da América e para José Lima será o português de Portugal, independentemente de aquele falar bem português e deste falar bem inglês, já que estamos a referir a produção escrita em termos literário comunicativos. As línguas passivas são aquelas da combinação linguística a partir das quais se traduz ou se interpreta, no caso da interpretação.

Dizia-se que o tradutor tem de ser proativo na sua encomenda de tradução pois na vida real e concreta, a situação verificada é a seguinte: existe uma entidade coletiva, pessoa ou instituição que pretende ver um texto traduzido de uma língua para outra. A língua de partida é, por hipótese, desconhecida do autor da encomenda. Essa entidade, então, contrata um tradutor que passará a ser o autor da sua mensagem que é o texto traduzido. Como meio, usa o computador com o *software* implicado no processamento de texto e produz uma tradução tendo em conta o que vai traduzir, para quem vai

traduzir, a razão pela qual é que vai traduzir, quando é que vai traduzir – são estas as condicionantes do como se vai traduzir. Sendo uma transação comercial, ou seja, sendo o tradutor um prestador de um serviço de tradução para o seu cliente, esse ato implica um prazo e um pagamento subsequente ou, se for o caso, pode ter sido adiantado ou não, tendo sido previamente negociado. A "encomenda" de tradução deve ter todos estes fatores condicionantes em mente, antes de o tradutor iniciar a sua tarefa. Por vezes, os dois textos são contemporâneos, se se estiver a considerar a literatura atual em fase de tradução. Mas por vezes há um desvio no tempo, ou seja, o tempo que medeia a produção escrita de uma obra literária e o da publicação da sua tradução poderá ser muito alargado. Esta situação pode acontecer no caso de autores de tempos passados, sendo assim uma tradução póstuma.

Quanto à importância do tradutor enquanto autor do seu texto de tradução, nunca é demais referir que aquele é deveras fundamental, já que o motor da tradução é o tradutor propriamente dito. Acrescentar-se-ia que, no caso de "O último cabalista de Lisboa", o tradutor José Lima ajuda a divulgar a consciência que Richard Zimler tem acerca da sua própria identidade como alguém que tem raízes judaicas. É, portanto, uma questão de definição do ser enquanto se adota uma perspetiva de abordagem.

Ao produzir a tradução, José Lima atua na construção da voz narrativa de Berequias Zarco, o protagonista do romance e, consequentemente, participa na consciencialização da autoidentificação do autor Richard Zimler junto do público leitor português. Passando a explicar melhor, poder-se-ia examinar a hipótese da autobiografia ser pertinente ou não. Se por um lado, existe a perspetiva que defende que toda a escrita é de alguma forma autobiográfica, por outro lado, as teorias da receção, por exemplo, concentram-se não no autor, mas na impressão que o texto traduzido tem no público leitor em termos de impacto; outros ainda preferem ver a obra *per se*, enquanto entidade independente do seu autor e de quem venha a, eventualmente, lê-la, ou não. Nesta polémica, e seguindo a ideia do tradutor enquanto autor a participar na autodefinição do autor do texto que traduziu, situar-se-ia a defesa do Tradutor também enquanto ser Autor.

Quando se assume que o papel do tradutor e, como consequência, a sua missão, é servir como ligação na cadeia da compreensão linguística, todo o exposto faz sentido. Existem múltiplas línguas e os intérpretes e os tradutores ajudam as outras pessoas a entenderem-se mutuamente. Num período Adâmico, quando apenas existia uma língua que era a do Verbo do Livro do Génesis, todos podiam comunicar entre si e a compreensão reinava entre as consciências do ser; mas após o episódio da Torre de Babel, tudo mudou.

A cobiça dos Homens e sua ambição vaidosa de chegar fisicamente ao Deus criador através da construção de uma torre alta e forte, que os levaria ao céu, transformando-os em pequenos deuses, é na visão bíblica punida por Deus. Os Homens, que trabalhavam em harmonia e que, sobretudo comunicavam compreensivelmente entre si, deixam de se entender e de ser capazes de comunicar entre si. Este mito bíblico do caos na comunicação em termos cosmogónicos teria dado, assim, origem à diversidade de línguas e, por conseguinte, também à multiculturalidade.

É curioso notar nesta instância que Françoise Wuilmart observou com muita propriedade e algo jocosamente: "*la malédiction de Babel a fait notre bonheur, à nous les traducteurs, Dieu est donc notre plus ancien et notre plus grand pourvoyeur d'emploi*" (Wuilmart, 2000:16). Mas a autoidentificação enquanto pertença a um grupo por parte dos judeus norte-americanos é, não apenas uma afirmação étnica, mas também uma afirmação política no contexto da política internacional, neste caso relacionando a ideologia com a língua que é defendida através da Literatura.

Huiping Wu afirmou: "*wegen der engen Verknüpfung zwischen Sprache und Politik wird die Sprachpolitik bzw. das Sprachenregime einer internationalen Institution von politischen, wirtschaftlichen und kulturellen Machtverhältnissen bestimmt*" (Wu, 2004: 110); o mesmo é dizer que a língua e a política estão intrinsecamente ligadas e a política da língua, mesmo até de instituições internacionais, é definida pelas relações de poder e pelo equilíbrio político, económico e cultural. Também será interessante focar a vertente cultural e tomar como exemplo a literatura e a etnicidade como as formas desse equilíbrio. Com a trilogia Zarco, Richard Zimler identifica-se com os judeus portugueses que sofreram perseguições e, de uma maneira geral, Zimler define-se enquanto judeu norte-americano – nem que se tratasse apenas da construção das obras juntamente com participação dos seus tradutores, aquela e estes conseguiriam garantir, por si só, a existência da identificação do ser baseada na memória das experiências desse grupo étnico.

"Le traducteur est un 'passeur' entre les langues et les cultures: quelqu'un qui introduit quelque chose de l'autre regard dans sa propre langue, dans sa

propre culture", disse Françoise Michaut em "Les résistances du texte" (2007: 163). É realmente verdade: a missão do tradutor é não apenas produzir um texto enquanto autora ou autor, ligando as línguas e as culturas, mas também contribuir para a sua língua, provando que, de facto, também é um autor, autónomo, talvez limitado pelo texto de partida, mas suficientemente criativo para se poder considerar independente.

De acordo com o já citado J. J. Sueur, e parafraseando a distinção que faz entre dois tipos de tradução, dir-se-á que, ao citar George Steiner, Sueur identifica: "strictly literal translation" (tradução estritamente literal) e "*Translation with the help of a faithful text, but at the same time autonomous (an adequate text in its own language and that stands for itself, without external helps*" (tradução com a ajuda de um texto fiel, mas simultaneamente autónoma – um texto adequado na sua própria língua que se auto afirma, sem ajudas exteriores).

Geralmente, os críticos condenam a primeira categoria por estar perto demais do original, arriscando-se a ser ilegível; a segunda categoria é um compromisso – a imagem vive por si e independente de tudo o resto e pode ser mais ou menos adequada. É legível, "limpa", é o lugar que James Boyd White imaginou, onde se pode traduzir a língua do autor para a outra língua, quando os dois textos acabam por possuir o mesmo nível de importância (Sueur, 2007: 162).

Ainda acerca de ser demasiadamente literal, Ruffier-Meray qualificou esse texto como sendo sem sentido: "*le non sens d'une interprétation littérale*" (Sueur, 2007: 236). A ideia que advoga o ser-se literal como uma estratégia desadequada em termos de tradução leva a apontar que esta situação apenas contribui para que seja um outro argumento a favor da ideia do tradutor como sendo responsável pela consciência do ser. Não se está presentemente a dizer que José Lima na sua tradução "O último cabalista de Lisboa" não foi suficientemente literal em relação a "The Last Cabbalist of Lisbon" de Zimler; o que se pretende dizer é que Lima alcançou a autonomia, a fluência e a fidelidade na sua versão. A sua conquista apenas defende Zimler enquanto uma das vozes norte-americanas judias mais importantes que vive na cidade do Porto contemporânea.

Poder-se-á nesta instância focar-se a problemática referente à condição da traduzibilidade de um texto: nesta polémica, defender-se-á que todos os textos são traduzíveis, diferentemente daquilo que François Ost parece acreditar quando afirma: *"(…) toute traduction (et pas seulement la traduction littéraire) est impossible: les énoncés sont incommensurables, dès lors qu'ils sont issus de langues dont les structures sont étrangères l'une à l'autre*" (Ost, 2007:16). O acordo com esta afirmação poderá não ser total. Qualquer professor de interpretação e de tradução, sobretudo científica e técnica, deveria dar os primeiros passos na tradução literária e em todas as instâncias, defendendo que os textos são traduzíveis – apenas o talento dos profissionais da tradução e os seus recursos são determinantes da qualidade do seu trabalho.

É inevitável observar que Lima deve ter feito uma investigação profunda enquanto estava a produzir a tradução de "O último cabalista de Lisboa" sobre a cultura portuguesa dos tempos da Inquisição e as inter-relações entre católicos e judeus durante essa época. Também não deve haver dúvidas relativamente às estruturas numa língua que podem encontrar um equivalente razoável, pelo menos em termos metafóricos. Talvez seja uma perspetiva otimista quanto às (im)possibilidades de traduzir qualquer texto, mas pode-se defender que a autodefinição do ponto de vista do autor e a construção do seu ser são apoiadas pela existência de uma tradução do texto e, especialmente, pelo papel do tradutor nesta problemática, que é fundamental.

Ainda sobre o papel da tradução na construção do sentido do próprio sentido de identificação, Michael Cronin defendeu: "*Translation is central to any proper understanding of the emergence of cultural identity in human history*" (2006: 1) e continua, acrescentando: "*… from the household to the city of the world, translation must be at the centre of any attempt to think about questions of identity in human society*" (Cronin, 2006: 1). Concorda-se com esta afirmação, de novo de Cronin, que aponta para o tradutor como pertencente a uma elite especial, por assim dizer:

> "*… all translators are cultural cosmopolitans, in that going to the other text, the other language, the other culture, involves that initial journey away from the location of one's birth, language, upbringing… But there is of course another dimension which is that translators are expected to be fully in possession of the language and culture of the location of their birth and/or upbringing if they are to function*

effectively as translators, whether into or out of the native tongue" (Cronin, 2006: 11-12).

As metáforas da tradução enquanto porta e do tradutor enquanto ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambas podem ser a prova do papel crucial do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor enquanto autor de uma obra de arte é focada como a caraterística que define o que pode ser – ou não – revelador da autoidentificação, tanto do autor como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é uma definição da auto-identificação do autor? Será que a autoidentificação de uma obra de arte é pertinente no contexto histórico-literário da era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que "O último cabalista de Lisboa" é o retrato de uma tradição étnica traduzida em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem autodefinida/auto definidora da identificação do autor e da obra de arte?

Estas são pistas de reflexão que poderiam fornecer material interessante. Também é necessário refletir quanto ao papel da tradução comparada com o original para ilustrar o princípio da necessidade da auto-identificação baseada na identificação com o grupo. O senso comum indica que quando alguém pretende começar a (auto) identificar-se, começa por se apresentar indicando o seu nome, talvez a idade, a profissão.

Seguidamente, a pessoa pode alargar a rede de relações para fornecer mais pormenores acerca de si próprio – e talvez fale da família à qual pertence, da comunidade local na qual está inserido e do grupo étnico que for o seu. O senso comum diz que muitas pessoas se podem auto identificar citando a sua nacionalidade ou, se preferirem uma definição mais alargada, podem dizer: "sou um europeu", "sou um americano", "sou um lusofalante" ou algo similar.

Nos anos 60, durante o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América do Norte, muitas pessoas se auto definiam como pertencentes à "Raça Humana" quando os censos inquiriam acerca da raça. Tudo isto para afirmar que a definição verbal pode variar tanto como aqui se espelha. Depois existe a imagem que se deve ter em conta – a roupa que se usa, como se penteia, se se usa maquilhagem ou não, barba, bigode ou outra particularidade – todo o tipo de definição do ser através da imagem pode ser identificativa. Para atingir a autodefinição, um livro deve oferecer um título numa capa apelativa que é graficamente estudada em termos de *marketing* para vender mais cópias e, se possível, tornar-se num *best-seller*. Os germanófonos têm a expressão "Kleider machen Leute", querendo dizer que "o hábito faz o monge", isto é, a imagem exterior pode influenciar o estatuto social no qual se vê reconhecido enquanto o seu. Mas a tradução é a capa da língua e ajuda o autor e o tradutor a construírem a sua auto identificação com a ajuda da memória na literatura.

BIBLIOGRAFIA

Cronin, Michael, *Translation and Identity*, Routledge: London and New York, 2006;

Ruffier-Meray, Melle, "Lire la partition juridique ", in *Interpréter & traduire*, Bruylant: Bruxelas, pp. 233-273, 2007;

Michaut, Françoise, "Les resistances du texte" in *Interpréter & traduire*, Jean-Jacques Sueur (Ed), Bruylant: Bruxelas, 2007;

Sueur, Jean-Jacques (Ed), in Interpréter *& traduire*, Bruylant: Bruxelas, 2007;

Venuti, Lawrence (Ed), *The Translation Studies Reader*, Routledge: USA and Canada, 2005;

Vermeer, Hans J., "Skopos and Commission in Translational Action", in *The Translation Studies Reader*, Lawrence Venuti (Ed), Routledge: USA and Canada, pp. 227-239, 2005;

Wuilmart, Françoise, "Traduire, c'est lire", in *Ecrire et traduire*, Charles Libens (Ed), Ed Luc Pire: Bruxelas, 2000;

Wu, Huiping, "Das Sprachenregime der Institutionen der Europaïschen Union zwischen Grundsatz und Effizienz", in *Angewandte Sprachwissenschaft*, Rudolf Hoberg (Ed), Peter Lang: Frankfurt am Main, Band 15, 2004;

Zimler, Richard, *The Last Cabbalist of Lisbon*, Bantam Dell, Random House, Inc.: New York, 2005;

Zimler, Richard, *O último cabalista de Lisboa*, Quetzal Edições: Lisboa, 1999.

57. HELENA LIMA AFONSO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

- TEMA 2.3. A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

A realização da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual). Destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas, que em regime de coabitação interagem com o português, língua de origem europeia.

Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado pela grande maioria da população. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro, é preciso não se perder de vista a qualidade do *input* a que a grande maioria dos aprendentes está exposta, o que tem levantado certos problemas no processo de ensino/aprendizagem deste sistema linguístico no arquipélago.

Dada a especificidade de que se reveste o fenómeno linguístico em S. Tomé e Príncipe – a coexistência de línguas próximas (os crioulos de base portuguesa e o português), a aparente proximidade dos sistemas linguísticos em presença aliada a uns tantos outros fatores tem funcionado como fator catalisador da situação linguística reinante no país.

Tenha-se presente que, numa primeira fase da história linguística do país, dado o parentesco existente entre os crioulos (L1 da grande parte da população em processo de *shift* em direção ao português) assistiu-se a um *transfer* das estruturas das línguas crioulas para o português (L2), tendo sido estas estruturas incluídas na *interlíngua.*Porém, dadas as conjunturas económicas, sociais e políticas, essa *interlíngua* estabilizou-se, sendo assumida como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense, processo na base do qual assenta a surgimento da variedade são-tomense do português.

Constitui pois, nosso objetivo, sensibilizar para estas e outras questões que se prendem com a problemática do ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe e das consequências daí recorrentes com vista à reversão do estado de "caos" linguístico que impera no país.

A presente intervenção tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre a problemática do ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe. Independentemente dos vários fatores que concorrem para tal problemática, um há que se nos afigura deveras relevante – a questão do *input*, à qual, na presente apresentação dedicaremos especial atenção.

Neste minúsculo país arquipelágico, situado no golfo da Guiné, destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o Português, língua neolatina, outrora língua do colonizador e que após a independência nacional, proclamada a 12 de julho de 1975, foi adotada como língua oficial.

Durante o período colonial, apesar desta multiplicidade linguística, contrariando os ideais do diálogo intercultural, o Estado português optou por uma política baseada na anulação da alteridade, isto é, uma política que consistia no pressuposto da assimilação, o que passava inevitavelmente pela adoção da língua do colonizador por parte da população colonizada. Assim, o português foi durante o período colonial a única língua que todos os indivíduos deviam aprender a dominar.

Era esta a língua de ensino, a língua que lhes dava possibilidade a acederem a um posto administrativo ou ter sequer acesso à sociedade colonial. Porém, não obstante tal facto, certo é que nunca foram criadas condições necessárias e suficientes para que a língua portuguesa pudesse chegar a toda a população, visto que o ensino não era nem gratuito nem obrigatório, o que dificultou o acesso da grande maioria dos são-tomenses à escola na medida em que pertenciam a famílias muito modestas.

A afirmação "*se todos souberem ler e escrever a instrução desvaloriza-se*", da autoria de António de Oliveira Salazar, datada de 19 de maio de 1933 *in* Educação Nacional (*apud* Machado, 2007:42), justifica bem a política colonial adotada para o ensino na então África colonial – uma política virada para a constituição de elites. De tal facto, resultou que durante o período colonial a estrutura da língua portuguesa fosse dominada por apenas uma minoria, enquanto a grande maioria da população, analfabeta e rural, utilizava como meio de expressão as línguas crioulas ou o "português aéreo", conforme o designou Lorenzino (1996), meio de expressão que se carateriza por um certo desvio da norma padrão instituída, em virtude de este tipo de falantes desconhecer a estrutura desta língua.

No período pós-independência, a língua portuguesa foi (como não poderia deixar de ser, tendo-se em conta o percurso histórico do país), a língua escolhida pelos novos governantes, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de língua oficial. Todavia, embora língua oficial, pelas razões de ordem histórico-cultural já apontadas, apresenta-se como língua não materna de grande parte da população.

Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado por uma grande parte da população, sendo-lhe, no entanto, caraterísticos muitas imprecisões de uso de que as produções linguísticas a seguir apresentadas são um exemplo:

1- "eu aideme [a ir de mim] para uma festa todo vincado eu estou a juda senhora[346]"

2- "sigiram o rasto de sangue e caíram sete fundura de inferno[347]"

3- "a filha não bebeu água, ficou com secura[348] e morreu[349]"

Estes enunciados, produzidos por alunos que frequentam instituições oficiais de ensino num nível que seria de esperar a observância de uma certa competência linguística, isto é, um certo grau de domínio da língua, contrariam esta expetativa, pois, estas realizações em português mais não são do que uma transposição direta das estruturas do crioulo Forro para esta língua.

Por outro lado, evidenciam também, que os falantes tendem a transpor para o domínio da escrita as marcas da oralidade, de que a aglutinação de palavras é um exemplo, o que não deixa de ser um reflexo de uma fraca competência linguística. Na frase exemplificada em 1) a expressão "aideme" disso mesmo é um exemplo. Esta aglutinação, de que a frase exemplificativa é apenas um exemplo entre tantos outros que constam num corpus por nós elaborado a partir de composições de alunos da 6.ª e 9.ª classes do ensino básico, espelham problemas profundos na aquisição do português padrão, a norma que vigora nos manuais de ensino em S. Tomé e Príncipe. Os exemplos ora apresentados, fruto da interferência entre o português e as línguas crioulas, deixam já antever as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe.

Razões histórico-sociais e políticas ajudam-nos a perceber este facto. Se a língua portuguesa era, durante o período colonial, a língua de uma elite, no período pós-independência, dada a política linguística adotada, o português teve uma implementação generalizada, como tivemos já oportunidade de referir. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro é preciso não perder-se de vista a qualidade e a quantidade de *input* a que a grande parte dos são-tomenses está exposta.

No período pós-independência, a partir de uma política virada para a gratuitidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa chegasse às populações mais recônditas do país. Um facto, porém, foi negligenciado – a não equacionação devida da situação sociolinguística do país. Tendo-se partido da premissa de que em S. Tomé e Príncipe se aprende português em situação de imersão linguística, negligenciou-se a questão da convivência linguística. De tal facto, resultou a proliferação de uma língua híbrida, fruto da convergência das várias línguas em contacto.

É, pois, este sistema híbrido, com caraterísticas de uma *interlíngua* [350]que foi assumido como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense e consequentemente a língua por ela utilizada nas mais variadas situações de interação linguística, incluindo o meio escolar. E o problema torna-se tanto mais complexo, quando os próprios professores, a quem cabe como tarefa a difusão da norma linguística, enfrentam, eles próprios, o problema da norma.

Como consequência da política linguística colonial, em S. Tomé e Príncipe é de certa forma reduzido o número de falantes detentores de um domínio pleno da norma instituída, facto que não pode deixar de ter implicações importantes para aqueles que devem aprender esta língua como língua segunda (L2), uma vez que o contacto auditivo é essencial no processo de ensino aprendizagem da língua.

Pelo facto de ser reduzido quer o número de falantes nativos, quer o número dos que possuem uma competência idêntica à dos falantes nativos, a grande maioria dos aprendentes são-tomenses de português como L2 em S. Tomé e Príncipe acaba por não ter acesso à norma europeia da língua, nem

[346] Eu, vestido a rigor, a caminho de festa, vou prestar auxílio à senhora?
[347] Seguiram o rasto de sangue até às profundezas do inferno.
[348] Embora no crioulo exista a palavra *seji* (cujo equivalente lexical é *sede* em português), o seu valor semântico difere de uma língua para a outra. Na verdade, em crioulo, a palavra *seji* é sinónimo de *apetite sexual*. Assim para se referir a sede (necessidade de beber água), recorre-se à palavra secura. Consequentemente, em determinados meios socioculturais, as crianças são severamente castigadas caso façam uso deste lexema.
[349] A filha não bebeu água, e morreu de sede.
[350] A *interlíngua* é considerada como o sistema linguístico do falante não nativo numa determinada etapa do seu processo de aprendizagem. Este sistema apresenta elementos da língua materna, outros da língua meta e alguns exclusivamente idiossincráticos. (Otonello, 2004)

em ambiente natural e muitas das vezes nem mesmo em situação de ensino formal. Tal facto torna evidente que, embora se declare oficialmente a norma europeia da língua como padrão, para aqueles que devem aprender e dominar este padrão, poucas são as possibilidades de exposição a amostras autênticas desse mesmo padrão. *Consequentemente, muitos dos erros cometidos na aquisição da L2 nunca chegam a ser corrigidos nem mesmo pelos próprios professores aos quais, supostamente cabe, como tarefa, a transmissão dessa mesma norma* (Gonçalves, 2005:9).

Indiscutivelmente, os contextos de aprendizagem da língua desempenham um papel preponderante na construção de "perfis"de proficiência linguística. Krashen (1998) afirma a propósito que a fluência na fala adquire-se com o tempo e com uma maior exposição à língua alvo e depende da qualidade e da quantidade do input.

Na mesma linha, Kessler (1984), afirma que, para que os aprendentes possam desenvolver a habilidade linguística necessitam de ser suficientemente expostos à língua, para que possam construir uma representação mental de como ela deve ser falada. Porém, olhando para o contexto de aprendizagem da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, a que tipo de *input*, ou seja, a que tipo de amostras da língua alvo têm os aprendentes acesso ao longo do processo de ensino aprendizagem da língua?

Teoricamente espera-se que, pelo menos em contexto escolar os alunos tenham acesso à norma prescritiva da língua, desempenhando o professor um papel-chave na transmissão de tal norma. Todavia, em S. Tomé e Príncipe nem sempre isto é possível, como se pode verificar pelas seguintes realizações linguísticas de alguns professores do ensino primário, apresentadas no trabalho "Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário":

> 1- *Algumas técnicas desse processo é leva o aluno no domínio de matérias introduzido.*
>
> 2- *Eu comeso de mi, para eles vêm o exemplo em mi, eu faço eles saber que nós devemos respeitar uns aos outros.*
>
> 3- *Sim. Porque é o momento que os alunos estão com memórias fresca para captar incutir nos alunos esse hábitos e os alunos gostão da aula no ar livre fora da turma*.

Sem analisar os "erros" de que padecem os enunciados aqui expostos, fácil é inferir que relativamente à norma instituída, o discurso do professor se afigura distanciado da norma que ele é suposto ensinar. Tendo em consideração que o professor deve ser *"simultaneamente transmissor de um saber sobre a língua, dinamizador de trocas linguísticas em sala de aula e avaliador das produções dos seus alunos"* (Ançã, 1995:58), a norma que os alunos devem adquirir, o português europeu, raramente é a variedade que eles têm como *input* na sala de aula.

Considerando-se este panorama, e tendo-se em conta que cabe à escola, como função, estimular o desenvolvimento linguístico das crianças e jovens e promover as aprendizagens necessárias para que atinjam um nível de mestria linguística que lhes permita "*desenvolver plenamente as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar por inteiro no desenvolvimento, melhorar a qualidade das suas vidas, tomar decisões fundamentadas e prosseguir a sua aprendizagem*" (Unicef *et alii*, 1990:10), é de fácil perceção que a situação sociolinguística que prevalece no país coloca sérios desafios ao ensino da língua portuguesa no país e ao ensino em geral.

Pelo exposto, cremos ser fácil concluir que algumas das dificuldades dos alunos são também resultantes da própria atuação do professor na sala de aula, pois não nos podemos esquecer de que maus modelos geram maus produtos. A falta de capacitação linguística da maior parte dos professores (para já não se falar da falta de formação metodológica para o ensino do português como língua segunda), o facto de se negligenciar que a sala de aulas é cada vez mais o local de convergência de variados sistemas linguísticos e que a grande maioria das crianças tem como língua materna, não o português, a norma instituída, a língua de ensino, mas uma língua outra – uma língua crioula ou a variedade oral do português, um falar de caraterísticas próprias (principalmente morfossintáticas), são alguns dos fatores que muito têm contribuído para as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesas em S.Tomé e Príncipe.

Considerando-se o estatuto de que goza a língua portuguesa no país, exige-se do professor de língua portuguesa que seja um técnico

convenientemente preparado, competente tanto na língua que tem por obrigação ensinar, como em metodologia. Porém, tendo se em conta o perfil atual da grande maioria dos professores, o ensino da língua portuguesa tem de passar necessariamente por uma política que privilegie a formação de professores. Medidas para suprir as deficiências relativas ao corpo docente têm que passar a fazer parte das preocupações das autoridades são-tomenses. Por outro lado, partindo-se do facto de que:

- *Principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua alvo é praticamente da responsabilidade da escola e do professor*[351]*;*
- *quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem,*

Criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, têm que passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais, pois compete à escola desenvolver, mais do que uma mera competência comunicativa, uma competência linguística, sob pena de contribuir objetivamente para o insucesso escolar e, porque não, até mesmo para a discriminação/ estigmatização social.

Tendo-se em conta que a vida pública no país se efetiva em português[352] e consequentemente no momento atual a escolaridade em S.Tomé e Príncipe é feita somente em português apesar do multilinguismo existente, pois que as condições necessárias para a implementação do ensino bilingue não estão suficientemente criadas (embora relativamente a essa problemática se comece a vislumbrar uma ténue luz ao fundo do túnel), a problemática do ensino da língua portuguesa no país deve pois deve pois ser tratado com a máxima seriedade. Impõe-se que a escola são-tomense cumpra com o seu dever – o de levar as crianças com uma variedade linguística de origem diferente a aceder à língua padrão, de modo a que elas sejam capazes de a usar fluente e apropriadamente em todas as situações que o exijam, isto é, conceder-lhes a possibilidade de se apropriarem de instrumentos cruciais para o pleno exercício da cidadania.

[351] Tenha-se sempre presente a importância do *input* linguístico (quer quantitativamente, quer qualitativamente, fornecido pelo meio e consequente desenvolvimento do processo linguístico. Quando o ambiente familiar é pobre em estímulos (o que acontece com a grande maioria das crianças são-tomenses), difícil será o desenvolvimento linguístico da criança.

[352] Gostaríamos, no entanto, de ressaltar que, apesar da constante justificação sobre a "inevitabilidade histórica" do estatuto que a língua portuguesa desempenha no país, isto é, do acesso e da viabilidade do seu estatuto como língua oficial (Mata, 2006:40), cremos que a situação linguística no país terá de evoluir no sentido da estimulação de um real bilinguismo, pois só assim, as línguas que configuram o quadro linguístico nacional poderão coexistir harmoniosamente.

Bibliografia

ANÇÃ, Maria Helena, "Normas e Ensino" *in Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 13, 1995, 58-64.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, "Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário", S. Tomé, 1999.

LORENZINO, Gerardo Augusto, "Uma Avaliação Sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe" i*n Congresso Internacional sobre o Português: Atas, Vol. II,* Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, 1996.

MACHADO, Carmo Miranda. *Entre dois Mundos, Entre Duas Línguas*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

OTONELLO, Marta Barato, "La Interlíngua del Hablante no Nativo, in J. Lobato & I. Gargallo (dir.) *Vademecum para la Formación de Professores*, Madrid, SGEL, Sociedad General Espanola de Libreria, 2004.

KESSLER, Carolyn, "Language Acquisition in Bilingual Children", *in* N. Miller (ed.), *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remeditation*, London, Croom Helm, 1984.

UNICEF, UNESCO, PNUD, BANCO MUNDIAL, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos. Quadro de Ação para Responder às Necessidades da Educação Básica. Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1991.

MATA, Inocência, "Da Língua à Cultura: Alguns Aspetos da Problemática Linguística nos Cinco" *in Quo Vadis, Romania*, 27, Institut fur Romanistik, Universitat Wien, Wien, 2006.

58. ILIYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI" BULGÁRIA

TEMA 3.1. VIVÊNCIAS DO CORPO NA POESIA DE JUDITH TEIXEIRA

A pequena investigação insere-se no tema da homenagem do esquecimento de autores de língua portuguesa e propõe-se estudar as caraterísticas da obra da autora servindo-se do código do corpo como ferramenta de interpretação.

O pensamento interpretativo passará pela vivência do corpo como emoção, especialmente amorosa, pela perceção do corpo como instrumento e demonstração de poder e/ou auto-poder no que se refere ao erótico e não só, pela representação do corpo no espaço e a vivência do próprio corpo como espaço só por si, inseparavelmente da sua imagem, para chegar à conjugação do corpo com o espírito numa tentativa de equivalência (pelo menos) e excedência.

A investigação servir-se-á de um conjunto de exemplos poéticos previamente escolhidos sem pretender abranger a totalidade da obra. Com isto tudo espera-se dar uma nova perspetiva na interpretação da obra pouco estudada de Judith Teixeira, bem como acrescentar valor à discussão contemporânea acerca do corpo.

1. DUPLA QUEDA

"Cair no esquecimento" é o fenómeno que mais tem acontecido, afirmo com pena e não haverá muitos que o possam negar, nas literaturas ocidentais nas últimas mais de cinco décadas. Serão fatores tanto de natureza política e social, como de economia (por muito distante que pareça a ligação) os principais culpados do tal esquecimento. Parece que as políticas, tanto de caráter social como cultural, ficaram presas e até certo ponto subjugadas à dinâmica da globalização e às velocidades das trocas culturais que se operam dentro dessa. Na tentativa de se afirmar diferente (num ato meio absurdo de pseudo-preservação da própria "cultura") e expor o que se acha "digno" de ser mostrado ao "outro", as políticas culturais puseram em totalidade a sua atenção nos ditos expoentes da produção artística (não será por complexo de inferioridade e relacionado medo de não merecer lugar no conjunto das culturas globalizadas?). Mesmo que a autora destas linhas seja mais a favor da preservação da diversidade cultural[353], será muito pouco racional e ingénuo crer, e pior, continuar a insistir na possibilidade de preservação num estado cem por cento puro das mesmas através de isolamento, considerando as qualidades da vida contemporânea e o ritmo das trocas culturais que urgem por razões que na maioria dos casos nem são de caráter e propósito cultural. Presume-se disto tudo que, sendo inevitável a comunicação cultural entre os diferentes paradigmas, inevitáveis serão as já elaboradas políticas culturais. Pena só serem feitas em base do isolamento sem aplicar o mínimo pensamento na já mencionada comunicação que afinal levou à sua criação. São essas políticas, alicerçadas na ideia da exposição do considerado "máximo" da criação artística própria, que muitas vezes condenam ao esquecimento o "miudinho", mas como a chuva – precioso, que existiu, foi, mas provavelmente não continuará a ser. Paradoxal esse fenómeno, quando, se fossem bem entendidas as trocas culturais, a comunicação seria efetuada em base de temas comuns que possam garantir intertextualidade[354] capaz, sem medos de perda nacional, de criar fios de ligação verdadeira que provavelmente chegarão àqueles exemplos preciosos da chuva miudinha, evitando desta maneira a queda, em outro caso inevitável, no esquecimento.

De uma dupla queda se trata no caso particular de Judith Teixeira: por um lado assistimos a um esquecimento, do nome concreto da autora e da sua obra, cujas razões remontam da época do modernismo português; por outro lado, a seguir de séculos de valorização e revalorização do espírito e da alma e da adoração da força primordial e movediça deles na vida dos humanos, nem o surto e florescer da cultura *pop* nem a revolução sexual conseguiram fazer com que a manifestação do indivíduo como um todo inseparável de espírito e corpo na arte, seja, em primeiro, lugar aceite, e em segundo momento, bem interpretada e entendida pelos contemporâneos.

Quanto à primeira das quedas, René P. Garay (2003: 150) tenta encontrar os porquês do esquecimento de Teixeira, ao responder a uma série de perguntas, entre essas: porque o livro "Decadência" da autora foi retirado das livrarias e queimado, porque é que foi apelidada de "desavergonhada", porque mereceu ser ridicularizada em gravuras paródicas e outras dúvidas afins estreitamente relacionadas com a vida artística e social nos anos do primeiro modernismo português. Garay, levado pela tentativa de justificar a tese de se tratar de "um verdadeiro hino ao universo erótico" (2003: 150) no caso da obra de Teixeira, encontra respostas para umas das perguntas no facto de Judith ser mulher e provavelmente amar outras mulheres num contexto sexista e homofóbico nos princípios do século XX. Resposta geral às perguntas referidas porém pode ser dada ao pensar só no foco dos estudos sobre mulheres, nomeadamente na condição feminina e realização do feminino no mundo machista e fortemente patriarcal daqueles tempos e não só. O discurso do género e do feminino aqui abriu para si caminho por entre negações, queimaduras, dúvidas na qualidade e esquecimento.

Não esquece porém nem menospreza o poeta António Manuel Couto Viana ao considerar Judith Teixeira a "única poetisa modernista". Nasceu ela em Viseu em 1880, começando a escrever na adolescência "versos ingénuos, que guardava", segundo palavras suas. Depois de assinar sob pseudónimo composições em prosa no "Jornal da Tarde", em 1922 escreve com o seu nome verdadeiro a maior parte dos poemas que haveriam de ser incluídos nas suas coletâneas "Decadência" e "Castelo de Sombras". Um mês a seguir da saída em

[353] Sem pretender aqui utilizar o termo nos seus conteúdos mais exatos dentro da terminologia dos estudos culturais.

[354] Refiro-me aqui tanto à intertextualidade literária, como à artística em geral.

1923, “Decadência” é apreendido, junto com as “Canções” de António Botto e “Sodoma Divinizada” de Raúl Leal, todos considerados "imorais" "decadentes, os poetas de Sodoma". Fernando Pessoa toma entretanto posição em defesa dos amigos Botto e Leal, sem se lembrar porém de Teixeira. Mesmo assim, ela publica “Castelo de Sombras”, re-edita “Decadência” e mais tarde escreve “Nua. Poemas de Bizâncio”.

A polémica acerca dos seus poemas não para, não faltam qualificações de "vergonhas sexuais e literárias", "versalhadas ignóbeis,” ”livros obscenos,” “papelada imunda, que empestava a cidade”. Depois do enxovalho público e da ridicularização em caricaturas por várias revistas, Teixeira defende-se e contra-ataca na conferência “De Mim – as minhas razões sobre a Vida, sobre a Estética, sobre a Moral", cujo texto edita, seguido de “Satânia”. Depois de totalmente esmagada pela moral vigente, em 1927 vem sentenciada de "morte artística" pela mão de José Régio, que diria: "*Todos os livros de Judith Teixeira não valem uma canção escolhida de António Botto*". Lícita então, tanto no contexto desta sentença quanto ao pensar no momento de grande escândalo provocado, a interrogação do Couto Viana relativamente ao voto ao silêncio e à ignorância da autora – *"É irresistível: leio as poesias de Judith Teixeira e, separando muito trigo de muito joio, penso-as merecedoras de melhor sorte do que o silêncio, a ignorância a que têm estado votadas (...) ".*

Silêncio esse que decorre da tal ignorância, ou melhor, da renúncia dum círculo, e mais ainda, de uma grande parte da sociedade, de entrever a verdade sobre o todo corpo-espiritual e a respetiva necessidade de vivências naturais; silêncio equivalente a condenação de morte de uma obra inteira e um nome artístico por razões moralistas muito duvidosas e pouco sinceras mas louca e destruidoramente convencidas da não-ultrapassagem das barreiras limitativas da posição feminina. Primeira queda no esquecimento.

Segunda queda quase reduplica a primeira no que se refere à fácil exclusão dos “cânones literários”, classificações de subdesenvolvimento resultando em definições de “canções de embalar e cor-de-rosa”. Garay relembra as considerações de Shari Benstock (1990: 183) acerca dos críticos fiéis às “canonizações literárias” e esquecidos da importância do elemento erótico na literatura, roubando deste modo a possibilidade de interpretação literária por meio de estratégias temático-discursivas mais alargadas. A ideia de Benstock quanto ao erótico é somente uma das especificidades do problema mais amplo do esquecimento total da existência do corpo, junto com as suas necessidades e potencialidades, assim como a negação inabalável de qualquer possibilidade de ficar ao lado do espírito como força movediça da existência humana. Pensamentos esses patriarcais que serão pela primeira vez questionados pelo discurso do género e levados à superfície de uma interpretação artística fechada sobre si, limitada e errada afinal por excluir sob o motivo moralista parte significativa e em certos casos se calhar única do universo temático-estilístico analisado. O “cómodo” esquecimento do corpo como tema e/ou instrumento de expressão nas letras ocidentais, suportado por instituições ora políticas ora religiosas, levou ao esquecimento artístico acima comentado, no caso de ser único o problema das vivências corporais em certo autor ou obra, e por consequência proibidos de interpretação por serem “imorais” ou pelo menos despropositados. Urge, portanto, *“ir contra a corrente poderosa da tradição secular de marginalização do corpo”* (2007a: 3) que o jovem filósofo e teorizador da arte Boyan Manchev proclama na introdução do seu mais recente livro “O Corpo. Metamorfose”, marginalização essa, relembra Manchev, que reduz o corpo à projeção do exemplo eterno, da imagem do arquétipo Espírito. Um dos caminhos prováveis de ultrapassar o esquecimento deste tema paradoxalmente será o aproveitamento da força comum da renúncia platónico-cristã do corpo na cultura ocidental para a interpretação meio-intuitiva do corpo como um abrangente cultural possível, acessível e enfim comum dum mundo em globalização. O movimento contra o esquecimento do abrangente, do geral, do tema comum levará à demanda do caso particular no exemplo local, corrigindo desta maneira duplos esquecimentos, como é o caso de Teixeira, e levando a novas buscas temáticas.

2. ESPÍRITO INSPIRADO E MATÉRIA INSPIRADA

São muitos os textos das letras ocidentais (e não só, claro está) contemporâneas, e não são poucos os exemplos modernos (como ficou visível da parte da apresentação da produção de Teixeira), sem interesse da realidade geográfica de que emergem ou em que funcionam, que põem no seu foco a contraposição das considerações espirituais largamente partilhadas e a moral à vivência corporal do indivíduo através da sua natureza primordial. A filosofia da antiguidade entende o corpo como provocador de caos e desordem, e junto com isso trazedor do mal e do pecado. Somente o isolamento do corpóreo, a sua ultrapassagem para o filósofo da antiguidade garante a sobrevivência do espiritual. Como o Prof. Dr. Georgi Kapriev (2007: 13) relembra numa publicação relativamente recente, o Maximus Confessor percebe “*os corpos como criados pela vontade, pelo siso-logos e pela sabedoria de Deus, e, por conseguinte, são inquestionavelmente bons. Mais ainda, sendo parte imprescindível do humano,*

esses são feitos para existência eterna. Sem possibilidade de cair na inexistência." Esta designação positiva, claro, refere-se mais à imagem espiritual do corpo, à alma-corpo, enquanto as considerações acerca do corpo-carne e da "lei da carne" vão predominantemente numa perspetiva negativa. A carne corporal é pensada como espaço de capacidades opositivas e mutuamente destrutivas, que cancelam a imortalidade do corpo-alma e inevitavelmente levam à perda do mesmo. Será porém que isso significa que a "lei da carne" deve ser negada, que o pensamento corporal deve ser reprimido, que o corpo-carne deve ser permanentemente mortificado? E se não, se a resposta destas perguntas for não, qual será o resultado, somente positivo ou igualmente negativo para o todo humano, de não reprimir o pensamento corporal, da vivência completa do amor pelo sensual, da ilimitada favorização do corpo e das suas sensações?

Afirma-se como inquestionável a existência de necessidades-buscas sensuais do corpo-carne emocional se olharmos para o espaço das artes performativas da nossa contemporaneidade que permite falar de "época do corpo" (2003a). A verdadeira "invasão" das imagens dos corpos, das imagens-corpos, neste espaço leva a uma corporização do mundo abrangente a seguir da secular subjugação à ideia, à língua. Está acontecendo a atribuição de língua ao próprio corpo, ou melhor, se calhar o surto da língua pelo corpo. Não será possível então transpor estas quase certezas da "época do corpo" corrente para momentos, casualidades, décadas atrás, quando não é que não tinham justificação mas foram cobardemente omissas pela interpretação política, social e canónica? A resposta às dúvidas como escrever sobre o corpo? é possível este processo realizar-se por meio da língua racional, concetual? Ou é preciso escrever em excesso, em transe linguístico, i.e. empregando o corpo? Encontra o seu mais confortável repouso na escrita no feminino, que é por excelência corporal, e na expressão poética – a única capaz de erupção através do corpo. Daí a presente conjugação do acordar contemporâneo para as significações das sensualidades e representações físicas corporais no paradigma dum "verbo" português moderno e esquecido que é a poesia de Judith Teixeira.

3. VIVÊNCIAS DO CORPO

Se seguirmos o conselho da acima referida Benstock para uma visão menos tradicionalista do mundo moderno: "We have posed the question 'Was there a modernism for women? without asking 'What was modernism'" e passarmos pela qualificação de "a única poetisa moderna" dada por Couto Viana a Judith Teixeira, chegaremos à insurgência na voz de um "eros irreprimível, na sua vertente sáfica (...) gerador da criação poética da literatura moderna" (2003: 142). Logo no início da modernidade em Portugal, verdadeiramente moderna, no contexto do cânone exclusivamente masculino da literatura e num meio extremamente patriarcal, Teixeira vem mostrar o que deve ser a visão feminina na criação artística, no caso concreto literária, no tom das receitas das feministas literárias: "Woman must put herself into the text – as into the world and into history – by her own movement" acredita Hélène Cixous (1986: 225) na sua teoria da escrita feminina. Esta visão moderna e transgressora do poético feminino baseia-se no desejo feminino através da recriação da dimensão sensual do corpo feminino. Ou seja, o espaço cultural da subjetividade individual reduz-se ao espaço do individual e do desejo, ao espaço da evocação do prazer – esse, o espaço em que se opera o "experimento" com o corpo e a linguagem que se lança com os poemas da Teixeira. A poetisa soube, sem dúvida, articular o discurso do género na representação artística numa escrita visceralmente corporal, paisagem onde emoções provocadas por vivências reais ou fantasiadas do corpo vêm polvilhadas de imagens corporais elaboradas.

3.1. A METÁFORA FÍSICA DA EMOÇÃO

Pouco verídico será começar qualquer interpretação de Teixeira por outra vivência corporal que não seja a emoção, na predominância amorosa da sua revelação na obra da poetisa. A vivência física do corpo como emoção na fronteira da natureza humana nos poemas faz diminuir o espaço da representação espiritual (moral), sem apagá-lo porém, mas antes empenhá-lo para as causas das necessidades da ligação sensual com o mundo. É desta maneira que a vivência física do corpo através da sensualidade nos poemas de Teixeira oferece possibilidades de compartilha, cumplicidade, na perceção para um círculo consideravelmente largo de leitores. Neste sentido os textos de Teixeira são um exercício de não-pensamento do corpo unicamente como corpo-espírito, e a atribuição obrigatória de sentido por meio da ligação ao corpo-carne ou corpo-emoção. A emotividade na produção da poetisa condensa no sentimento amoroso, na conceção indubitavelmente romântica do fenómeno – é romântico e não pragmático o amor, de acordo com a evolução das considerações em volta deste sentimento na tradição, que se serve do código corporal para autorevelar-se. Entra-se aqui inevitavelmente na dialética do desejo, mas depara-se com uma inversão do mecanismo lacaniano da fantasia do "todo" – contrariamente ao mecanismo da fantasia que desde o berço da cultura ocidental atribui à mulher o estatuto do "todo", agora é a própria sensualidade corporal feminina que procura e deseja possuir objetos dos seus desejos:

"Torcem-me o corpo desejos...
mordendo o cetim com beijos
numa ânsia desgrenhada!"
É urgente achar o desejo, é urgente entrever nele o amor:
"Dizem que eu tenho amores contigo
Deixa-os dizer! ...
Eles sabem lá o que há de sublime,
nos meus sonhos de prazer".

Deduzem-se daqui duas coisas: a elevação do sentimento amor a uma posição "sublime" e a associação dessa mesma emoção com as vivências corporais, mesmo que sonhadas, as únicas capazes de a assegurar. O corpo que provavelmente aparece nos sonhos é um corpo sugestivo de amor, um corpo-objecto, ou seja, um corpo fantasiado "todo", i.e., objeto de desejo. Quem experimenta a emoção amorosa e quem a provoca ou onde se reflete é a questão que espontaneamente segue no meio da interpretação do sentimental. Por muito frequente que seja o conceito dos "corpos mudos" na "época do corpo" corrente, à primeira vista parece impossível de ser aplicada ao caso da irradiação verbal dos poemas da poetisa – é a língua a máxima expressão que ela usa para cantar vivências corporais e afirmar existência de amores. Quer dizer que fácil será a afirmação da falta de corpo mudo na poesia dela e a defesa da presença de um "Eu" poético a autorevelar-se verbalmente, a falar com abertura e sinceridade nas próprias vivências. Não será porém a própria corporeidade a autodefinir-se num retrato mudo, onde se deixam "explicar" e "acompanhar" pela real ou imaginada sensibilidade. Ou seja, o corpo emocional, o corpo que sente, prescinde de palavras, é mudo no conto sensacional; é um corpo que vive e conta o amor via uma vivência puramente carnal, é um corpo que sofre o amor fisicamente. A explicativa verbal, que se prende neste caso ao racional, emerge dum Eu-corpo calado em voz, mas falador em vivências. Quanto ao "Tu" que recebe a projeção amorosa, ou seja o "todo" do Eu, há uma projeção espetral, no sentido físico do termo, entre os dois polos do eixo. O "Eu" é aquele que ao chamar-se assim se rende ao desconhecimento de si, posto que o seu significado está ancorado no Outro – o "Tu". Trata-se de um "Eu" que se constrói com relação à imagem do Outro:

"Dizem – e eu não protesto
que seja qual for
o meu aspeto
tu estás
na minha fisionomia
e no meu gesto!"

Portanto torna-se difícil distinguir aqui quem o procurador e experimentador do amor-desejo e quem o procurado e experimentado[355]. Seja qual for o grau da possibilidade de distinção entre o "Eu" e o "Tu", criada está uma voz textual autónoma que mais se ouve pela presença-imagem do corpo do que pelo ressoar físico das palavras. De que "sabor" é o desejo de amor? Desde a expressão de sentimentos de êxtase, à angústia do amor não correspondido ou à dor da separação, o amor é para Teixeira, seguindo o exemplo de Safo, fonte primacial de inspiração de um lirismo cantado no feminino e centrado na experiência amargo-doce da paixão.

Numa representação imediata o sentimento do amor aparece envolto em cor exclusivamente dos tons do encarnado e vermelho (em "Mulher de Vestido Encarnado", "A Minha Colcha Encarnada", "A Bailarina Vermelha"[356], entre outros poemas), e posta em momentos soturnos de trevas, ou seja, o vermelho e o preto – as duas cores no fundo do quadro misto do frenesim amoroso e da angústia amorosa. Mais um pormenor ainda na descrição geral do amor enquanto manifestação sentimental da metáfora física da emoção que é o corpo: assiste-se nos versos de Teixeira a um posicionamento da vivência amorosa no espaço do "sonho", que conjugado com o *locus* noturno, de um lado, sublima o prazer e a ansiedade, e de outro, exacerba os doridos abandono e separação:

"Mas não tardes
a realidade
do meu sonho!...
Porque há quem morra de saudade
e dor!
E eu não sei se terei vida
que chegue
se a tua demora
for mais longa, meu amor!"

É "o lírio roxo do meu sonho..." a definição que Teixeira dá ao amor, desdobrável por entre vários entes amados em "as orquídeas vermelhas / das minhas sensações!..." A última citação como que engloba o dito todo nas linhas

[355] Não se quer entrar aqui, como em toda a interpretação, pela questão do homoerotismo feminino e o erotismo homossexual, trabalhada aliás com muito empenho e devida justificação textual por Garay na sua publicação aqui citada.

[356] Onde até o próprio título é sugestivo da preferência das cores.

anteriores: a fragilidade e beleza do sentimento amoroso, na sua máxima representação no pano vermelho, acompanhado por outras emoções ainda, como a dor, a angústia, a saudade. "Outonais" é um dos poemas que condensam em maior grau o que é amorosidade em Teixeira:

"No meu peito alvo, de neve,
as claras pétalas dos teus dedos,
finas e alongadas,
tombaram como rosas desfolhadas
à luz espásmica e fria
deste entardecer...
E o meu corpo sofre,
ébrio de luxúria, um mórbido prazer!

A cor viva dos teus beijos,
meu amor,
prolonga ainda mais o meu tormento,
na trágica dor
deste desvestir loiro e desolado
do outono...
Repara agora, como o sol morre
num agónico sorrir
doloroso e lento!...
……..
Noite... um abismo...
sombras de medo!
Tumultuam mais alto os teus desejos!
Sobe o clamor do meu delírio
e a brasa viva dos teus beijos,
num rúbido segredo,
vai-me abrindo a carne em sulcos de martírio!"

Neste "redemoinho" de amor, delírio, dor, angústia, desolação, agonia que é vivência amorosa não se pode passar deixando de lado certo toque de coletivismo – uma das marcas próprias da escrita no feminino no campo literário e o feminismo em geral. O sentimento amoroso, sem dúvida, associa-se a uma imagem despersonificada tanto do amante como do amado (o primeiro – sofredor dos efeitos da paixão e o segundo – estimulador do desejo pelo "todo")[357], imagem essa que cria uma dimensão mais comunitária do que individual, mais pública que privada.

A(s) pessoa(s) despersonificadas criadas pela poetisa sugerem uma experiência coletiva feminina (pelo menos no que se refere às especificidades da vivência emocional através do corpo, se as ideias do homoerotismo não agradarem ao público menos conservador sim, mas mais condenador de hoje) que parece ter saído do campo do "privado" como eram concebidas as experiências femininas para o campo do "público", reservado até aí aos modelos tipicamente masculinos, levando para uma dupla consciencialização da sensibilidade feminina ao mesmo tempo individual e coletiva, num complexo fenómeno de irmandade:

"A luxúria, ó pálidas irmãs,
é a maior força da vida!
Sensualisai pois! A vossa carne
Arrefecida..."

3.2. CORPO E ESPAÇO. O CORPO COMO ESPAÇO

Ao passar pelos versos de Teixeira resulta que o tão repetido ultimamente discurso do lado performativo do corpo adapta-se com admirável sucesso ao caso da representação corporal na obra da autora. Os poemas que carregam mais na descrição corporal do(a) amado(a) porém não se fecham em pormenorizações pitorescas de outros exemplos de outras épocas, porque expõem o corpo focando sobretudo a sua dimensão sensual. É no corpo feminino que se centra o retratamento na maioria dos exemplos:

"As horas vão adormecendo
preguiçosamente...
E as minhas mãos estilizadas,
vão desprendendo
distraidamente,
as minhas tranças doiradas.

Refletido no espelho
que me prende o olhar,
desmaia o oiro vermelho
dos meus cabelos desmanchados,
molhados
de luar!

Suavemente, as mãos na seda,
Vão soltando o leve manto...
Meu lindo corpo de Leda,

[357] Fique aqui relembrado o facto anteriormente assinalado de não se poder fazer às vezes uma distinção categórica entre o "Eu" que adora e o "Tu" adorado.

fascina-me, enamorada
de todo o meu próprio encanto...
……

Envolve-se a lua
em dobras de veludo
nos parámos do céu
e eu vou pensando,

no cisne branco e mudo
que no espelhante lago adormeceu...
……
Volta o luar silente...
E a minha boca ardente
numa ansiedade louca
procura ir beijar
o seio branco e erguido,
que no cristal do espelho ficou refletido!…

Impossíveis desejos!
Os meus magoados beijos
encontram sempre a própria boca
banhada de luar
álgido e frio –
Dizendo em segredo
às minhas ambições,
o destino sombrio
das grandes ilusões!"

A autorreflexão em "Ao Espelho" oferece uma síntese, na duplicidade da consciência e da sensibilidade, daquilo que se é e que provavelmente se irá demandar no objeto do desejo. E chega essa demanda a "A Estátua" a que, lá para o fim, se clama deixar o corpo pela própria presença e beleza gelada desvanecer pensamentos e racionalidades, e entregar alma às vivências sensacionais:

"O teu corpo branco e esguio
prendeu todo o meu sentido...
Sonho que pela noite, altas horas,
aqueces o mármore frio
do alvo peito entumecido...

E quantas vezes pela escuridão,
a arder na febre dum delírio,
os olhos roxos como um lírio,
venho espreitar os gestos que eu sonhei..."

Depreende-se dos exemplos supracitados bem como de muitos outros que ficaram somente assinalados, a escolha por uma descrição elíptica do corpo feminino. É de uma fragmentação que sofre a imagem do corpo nos versos de Teixeira e nem sempre é possível, ao juntar os vários elementos usados nos vários poemas, chegar a um corpo completo, por meio da colagem. Isto porque se observa uma forte preferência por partes de corpo feminino como objetos de adoração. São esses a "boca - romã luzente", "As mãos pálidas, esguias"[358], os "gestos de ave endoidecida", "braços, / tumultuosos e exigentes", "o seio túrgido e perfurante", "a cinta verga, flexuosa, / na luxúria dominante / dos quadris...".

Quanto à cinta e ao seio sobretudo, fica aqui relembrada a interpretação extensa do erótico na descrição do corpo feminino por Garay (2003: 152), onde se põe o foco sobre a sensualidade provocada pelo seio erotizado atingindo-se afirmação para um "prazer múltiplo: tanto tátil como visual". Não é de visualismo estático, porém que se trata na obra de Teixeira – é mais movimento constante e contínua dança que correm não só pelos poemas, assim intitulados "Bailados do Luar" e "A Bailarina Vermelha", mas também por outros versos em outras casualidades que recebem desta maneira a confirmação da existência.

Mais ainda, permitem, movimento e dança, o revelamento do corpo como um conjunto de elementos em constante bulir entre eles, por um lado, e, por outro, em perpétuo mover no lugar ao redor. Vem esta observação confirmar a tese de duplo relacionamento entre os conceitos do corpo e do espaço: mais imediato é procurar a representação do corpo num espaço concreto, mas analisando, pode ser distinguir esse mesmo espaço envolvente refletido no corpo e reduplicado de um modo a construir outro espaço autónomo fechado sobre si, mas com influências de irradiação emocional permanentes.

3.3. CORPO E PODER

Por mais difícil que seja a questão da definição do direito sobre quê vem debatido na relação amorosa, inevitavelmente acompanhada pelo ciúme, certa é somente a existência deste mesmo direito. A perseguição do mesmo, o seu adiamento, a assunção e a sua retirada. O escândalo provocado pelos versos de Teixeira vem do protesto do feminino na voz da poetisa, que se baseia no direito

[358] Para não citar aqui o extenso poema "As Tuas Mãos" – verdadeiro louvor às capacidades sensuais da mão humana.

de se viver de acordo com as necessidades do corpo, em nome da vivência das suas emoções. O irreprimível e a revolta porém não dariam resultado se não viessem da força da voz, da figura de um ente apoderado, dominando as relações do momento e os prováveis conteúdos no paralelo, subconsciente e imaterial. Mesmo que sejam poucas as linhas de expressão direta de relações pelo eixo do poder:

"És linda assim; toda nua,
no minuto doce
em que me trazes
a clara oferta do teu corpo
e reclamas firmemente
a minha posse!..."
e
"O tédio sobe... e eu vergo, saciada,
daquela ânsia que busco e que não quero,
e afasto a tua posse desejada..."

não passa despercebida a presença discreta do poder na emoção amorosa numa tentativa condenada à possibilidade de não vencer: "o sabor amargo / e doloroso / duma longínqua posse realizada..." ou em

"Vence-me sempre a mesma dor latente.
Na curva dos meus cílios ensombrados,
bailam, num ritmo fúlgido e incoerente,
agónicos desejos desgrenhados!"

onde a incapacidade de se impor numa tomada de posição de dominância, na relação do "Eu" com o "Tu" ou dentro das controversidades da própria emocionalidade, prende-se com a urgência do desejo e a agonia amorosa a seguir da sua impossibilidade.

O ato de apoderação, de preenchimento de poder, transforma o corpo incontrolável num instrumento de si próprio, num corpo dominado e, ao mesmo tempo, num corpo gerente num labirinto sensacional – é o que suscitam, sem serem muitas vezes explícitas, as linhas dos versos de Teixeira. O poder, a voz nos poemas, exerce através do corpo e numa ânsia pelo próprio corpo. Por meio do corpo, esta voz domina e gere o momento emocional, por meio do corpo a mulher direciona autopoder no sentido de se cruzar com a totalidade emocional. Seria impossível irem estes raciocínios do estabelecimento de poder no sentimental *momentum* vivido a rumos muito diferentes do racional questionamento do estado do espírito enquanto esse momento.

3.4. CORPO E ESPÍRITO

A mais importante dúvida, que já para o fim destas considerações acerca do corpo através dos exemplos poéticos de Judith Teixeira, resta resolver é se a expressão física da emoção, vista como corpo, consegue igualar forças com razão, espírito e alma, e quem sai vencedor da competição. Teixeira não deixa irresoluto o problema, afirmando:

"E o meu pensamento
vai seguindo,
obstinadamente,
a vida singular dos meus sentidos!".

A subjugação do racional ao sentimental é óbvia, decidida. Às vezes trata-se realmente de dominação do sentimental por cima do racional, outras, porém corpo e alma aparecem aliadas "E o meu corpo freme, / e a minha alma canta" numa harmonia musical, e chega-se à "Última frase" onde

"Minha alma ergueu-se para além de ti...
Tive a ânsia de mais alto
—abri as asas, parti!".

Verdade que a alma consegue (não representa surpresa nas expetativas seculares) elevar-se por cima do corpo-desejo neste caso, mas a sentença da partida final executa-a um corpo feito ave num voo "mais alto" do pássaro eterno que é o espírito humano.

4. FIM-ALIDADE

A menção da partida leva sempre a associações de finalidade e enfim morte. Este registo, próprio tanto das especificidades de uma escrita no feminino como do pensamento do corpo, vem aqui ocupar o lugar da conclusão, à procura de explicação para o resultado destruidor a que se assiste no fim da(s) vivência(s) corporais.

O pensamento do corpo é necessariamente pensamento da vida, mas... até à sua fronteira natural e não espiritual onde de depara com a substância morta e inerte. Surge neste sentido a pergunta: será então possível pensar o corpo, contrariamente ao pensamento da alma, sem promessas de vida eterna, sem a salvação da expressão espiritual – a alma?

Será que se terá coragem de entender e reconhecer a infinidade do corpo final? Veremos[359]...

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Benstock, Shari (1990) *"Expatriate Sapphic Modernism: Entering Literary History"* in *Lesbian Texts and Contexts: Radical Revisions*, New York: NYU Press.
2. Cixous, Hélène (1986) *"The Laugh of the Medusa"* in *Feminist Literary Theory*, Oxford: Basil Blackwell.
3. Garay, René P. (2003) *"Judith Teixeira. A Voz Sáfica do Primeiro Modernismo Português"* in *Percursos de Eros – representação do erotismo*, Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 141-154.
4. Каприев, Георги (2007) *"Човешкото тяло според Максим Изповедник и Григорий Палама"*, в *Алтера*, кн. 1.
5. Манчев, Боян (2007а) *Тялото. Метаморфоза*, София: Алтера.
6. Нанси, Жан-Люк (2003а) *Corpus*, София: ЛИК.

59. IRENILDE SANTOS, USP E CRUZEIRO DO SUL

TEMA 2.5: O LÉXICO PAULISTANO NO CONTEXTO DA LUSOFONIA: ASPECTOS DISCURSIVOS

Este trabalho integra o projeto coletivo "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística – GPDG/USP, e se inscreve no conjunto de estudos que se efetuam atualmente com vistas à constituição de bancos de dados lexicais para a elaboração de atlas linguísticos e estudos geolinguísticos de municípios do Estado de São Paulo, na Universidade de São Paulo. O projeto tem por objetivo elaborar um banco de dados lexicais do português falado no município de São Paulo, do ponto de vista sociogeolinguístico.

Após a fase inicial do levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico da região focalizada - o município de São Paulo –, procedeu-se à seleção dos pontos e dos sujeitos e, posteriormente, à realização das entrevistas. No momento, efetua-se a análise dos dados semântico-lexicais. Às diretrizes propostas inicialmente pelos geolinguistas, acrescenta-se o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística.

Dito em outras palavras, além da variável diatópica, o projeto tem-se voltado para outras variáveis de cunho social, em consonância com outros estudos realizados no Brasil nas últimas décadas. Mais recentemente, devido ao interesse de se estudar o léxico utilizado pelos sujeitos em suas interações, incorporaram-se aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, para complementar a análise do universo sócio-histórico.

Com base nos elementos esboçados, no presente trabalho, apresentam-se respostas que sujeitos paulistanos deram a uma pergunta do Questionário Semântico-Lexical, instrumento largamente utilizado na Geolinguística para a coleta dos dados. Busca-se mostrar em que medida o léxico utilizado pelos sujeitos reflete elementos sócio-históricos que se inserem no contexto lusófono.

> *Um dos sérios problemas que temos é como trabalhar a linguagem oral ou escrita associada ou não à força da imagem, no sentido de efetivar a comunicação que se acha na própria compreensão ou inteligência do mundo. A comunicabilidade do inteligido é a possibilidade que ele tem de ser comunicado, mas não é ainda a sua comunicação.*
>
> *in* Paulo Freire, Pedagogia da autonomia

0. Introdução

Este trabalho integra o projeto coletivo "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística, da Universidade de São Paulo – GPDG/USP. O projeto assinala um esforço que se efetua atualmente com vistas à constituição de bancos de dados lexicais para a elaboração de atlas linguísticos, não apenas na Universidade de São Paulo, como também em várias universidades brasileiras e estrangeiras.

Embora possa parecer a um leigo que um banco de dados lexicais constitui tão somente um repositório de elementos lexicais de uma língua, podendo ser quantificado e classificado de acordo com determinados critérios, do ponto de vista sociogeolinguístico, ele vai muito além disso. Considerando-se que ele é composto de elementos lexicais que subjazem à interação entre os sujeitos, estando, portanto, presentes em cada ato de fala, um banco de dados retrata a atividade discursiva de sujeitos em interlocução. Nesse sentido, ele não pode ser

[359] Opta-se aqui pelo futuro exatamente pela convicção de não ter sucedido ainda o reconhecimento da instituição do corpo e a legitimidade das suas vivências.

comparado a uma fotografia, em que se registra um determinado momento e o que prevalece é o instante em que foi tirada. Por sua natureza, ele se assemelha à imagem em movimento, em que se busca captar a movência. Na verdade, no banco de dados, por trás dos elementos que aparecem em primeiro plano, figuram significações que subjazem à produção discursiva.

É justamente a partir dessas considerações que este trabalho se orienta. Ele busca enfocar o léxico utilizado pelos sujeitos em suas interações e sua relação com o contexto lusófono.

Como o léxico não se caracteriza como elemento estático, uma vez que se integra à atividade discursiva dos sujeitos no processo interacional, aos elementos teórico-metodológicos da Lexicologia, acrescentam-se os aportes da Geolinguística e da Sociolinguística, por conseguinte, opta-se pelo termo sociogeolinguística. Finalmente, incorporam-se os subsídios da chamada Análise do Discurso de linha francesa, que se inicia na França na década de sessenta.

Assim, à luz dos postulados dessas disciplinas, enfocamos respostas de sujeitos da cidade de São Paulo, que foram entrevistados no projeto "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", ainda em desenvolvimento.

1. O município de São Paulo

Antes de examinar a atividade discursiva dos sujeitos paulistanos, nada mais significativo do que referir alguns aspectos relacionados à cidade de São Paulo. Considerada como uma das cidades mais populosas, desenvolvidas e modernas (só para citar alguns adjetivos mais frequentemente utilizados) do Brasil, da América Latina, enfim, do mundo, São Paulo pode ser vista como uma metrópole que exibe uma feição toda particular sob vários ângulos.

Se voltarmos a atenção para índices quantitativos elevados, ao primeiro olhar, São Paulo se destaca por sua população que se "aproxima da cifra de 11 milhões de habitantes" (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009). O mesmo índice elevado se repete quando se nota que, ao lado de 38 outros municípios, inclui-se na Região Metropolitana de São Paulo, que se constitui no quinto maior aglomerado urbano do mundo, com 19 milhões de habitantes, vindo depois de Tóquio, Cidade do México, Seul e Bombaim. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

Também não é desprezível sua extensão territorial, que se reparte em quase uma centena de distritos. Ocupando uma área de 1.509 km^2, com altitude média de 760 m acima do nível do mar, o município de São Paulo está dividido em 31 subprefeituras e 96 distritos. As 31 subprefeituras podem ser reunidas em cinco grandes regiões.

Segundo o Censo de 2005, possui perto de 11 milhões de habitantes, equivalendo a mais de 50% da população da Região Metropolitana de São Paulo e pouco mais de 6% da população do Brasil (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009). É banhada pelo rio Tietê, cujos principais afluentes são os rios Pinheiros e Tamanduateí. Faz limite com vários municípios: ao norte, com Caieiras e Mairiporã; a nordeste, com Guarulhos; a leste, com Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos; a sudeste, com Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Diadema; ao sul, com São Vicente, Mongaguá e Itanhaém; a oeste, com Juquitiba, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Embu, Taboão da Serra, Cotia e Osasco; e, a noroeste, com Santana de Parnaíba e Cajamar. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

O desenvolvimento da cidade é relativamente recente, se comparado a outras metrópoles mundiais. A cidade de São Paulo nasceu em 1554, com a chegada dos jesuítas, porém somente veio a se desenvolver a partir da segunda metade do século XIX, em virtude de condições geográficas e comerciais favoráveis. Na verdade, tornou-se importante meio de ligação entre o porto de Santos e o interior do estado, vindo a desempenhar um importante papel na intermediação do comércio.

Com a chegada dos imigrantes, oriundos principalmente da Europa e da Ásia, sobretudo na primeira metade do século XX, teve um desenvolvimento extraordinário. Em pouco tempo, transformou-se rapidamente em importante polo industrial, sendo responsável pela vinda de sucessivos contingentes populacionais não apenas do exterior como também de outros estados do Brasil, sobretudo os do Nordeste.

Não é de estranhar que a partir da década de oitenta, um conjunto de fatores socioeconômicos tenham provocado um crescimento urbano desordenado. Enquanto nas áreas centrais, as mais antigas, houve taxas negativas de crescimento, ou seja, os moradores abandonaram a cidade, na periferia, houve uma expansão populacional relativamente grande.

Segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, até a década de oitenta, todas as regiões da cidade tinham crescimento positivo, exceto a região central, constituída pelos seguintes distritos: Belém, Bom Retiro, Brás e Pari. Após esse período, a tendência ao crescimento negativo estendeu-se ao início da zona leste e partes das regiões norte, oeste e sul.

Na década de noventa, perto de 60% dos distritos registravam índices negativos de crescimento populacional, excetuando-se os situados nas áreas mais longínquas da cidade, em geral aquelas limítrofes com outros municípios da Região Metropolitana, indicando um processo de *periferização*. Dessa forma, dentro dos limites da cidade, houve um movimento populacional extremamente grande do centro para a periferia.

Ainda segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, "...*se a aglomeração urbana continua a crescer em seu conjunto, isto se deve ao crescimento das áreas periféricas do Município de São Paulo e ao de grande parte dos demais municípios da Região Metropolitana."* (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

Às particularidades relativas ao crescimento populacional desordenado e aos movimentos migratórios e imigratórios acrescentam-se as questões de gênero e faixa etária que imprimem uma feição particular à população. No tocante ao gênero, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo observa que, seguindo o padrão encontrado em grandes áreas urbanas, a população de São Paulo vem sofrendo um processo de *feminização*, ou seja, tem sido crescente a prevalência de mulheres, sobretudo no grupo dos idosos.

Com respeito à faixa etária, também se nota um processo de *envelhecimento* da população, com um sensível aumento de habitantes da última faixa etária. Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, "em 1980, o grupo de 0 a 14 anos de idade representava 30% do total de residentes. Em 2000, essa participação caiu para 25%, tendência que deve se intensificar nas próximas décadas. Inversamente, a faixa etária de 60 anos e mais, que em 1980 representava 6% da população, teve sua participação aumentada para mais de 9% em 2000." (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

2. O projeto: breve descrição

É desnecessário dizer que, diante de tantas variáveis que desvelam a complexidade da cidade, o desenvolvimento do projeto constitui um desafio. A pesquisa teve início em 2006, com o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico da região focalizada – o município de São Paulo. A etapa seguinte consistiu na seleção dos pontos [360] da pesquisa. Dada a complexidade cultural da cidade, selecionaram-se as cinco grandes regiões que passaram a constituir os pontos da pesquisa. Na verdade, os pontos da pesquisa equivalem às cinco subprefeituras do município por zona:

***Zona Norte*: constituída dos seguintes distritos:** Casa Verde/Cachoeirinha; Freguesia/Brasilândia; Perus; Pirituba; Santana/Tucuruvi; Tremembé/Jaçanã e Vila Maria/Vila Guilherme.

Zona Sul: Campo Limpo; Capela do Socorro; Cidade Ademar; Ipiranga; Jabaquara; M'boi Mirim; Parelheiros; Santo Amaro e Vila Mariana.

Zona Leste: Aricanduva/Vila Formosa/Carrão; Cidade Tiradentes; Ermelino Matarazzo; Guaianases; Itaim Paulista; Itaquera; Moóca; Penha; São Mateus; São Miguel e Vila Prudente/Sapopemba.

Zona Oeste: Butantã; Lapa e Pinheiros.

Centro: Sé.

Depois da segmentação do município em pontos, buscou-se um instrumento para a coleta dos dados. Como se sabe, na pesquisa geolinguística, utiliza-se um questionário, que varia de acordo com o componente linguístico que se deseja enfocar, a saber: fonético-fonológico, semântico-lexical e outros. Como a pesquisa enfoca o componente lexical, optou-se por um questionário semântico-lexical. Decidiu-se pela utilização do questionário semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB, versão 2001, ao qual se acrescentaram outras questões relacionadas ao universo sócio-histórico de São Paulo.

Em seguida, passou-se à seleção dos sujeitos. Optou-se pelas variáveis de gênero e faixa etária, tendo esta última sido definida a partir das três primeiras faixas etárias indicadas pelo Projeto ALiB. Enquanto o Projeto ALiB trabalha com as faixas I (entre 18 e 30 anos) e III (50 a 65 anos), no atual projeto, dada a complexidade cultural da cidade, apontada no levantamento dos indicadores sociais e no mapeamento histórico-geográfico da região, incluíram-se duas outras faixas. Acrescentou-se a faixa intermediária II, que compreende sujeitos de 31 a

[360] - Em Geolinguística, o ponto designa a localidade a ser pesquisada.

49 anos, bem como uma quarta faixa, denominada faixa IV, que abrange os sujeitos de 66 anos em diante, saudáveis.

Levando-se em conta a complexidade da cidade e a inexistência de trabalhos linguísticos anteriores que cobrem a cidade como um todo, nesta primeira etapa, optou-se por definir alguns pontos:

- realizar o estudo por etapas, de modo a ter uma distribuição que cubra todo o espaço;
- iniciar um estudo piloto, com um número relativamente pequeno de sujeitos, visando a testar o questionário, o referencial teórico e outros procedimentos teórico-metodológicos;
- fazer uma avaliação dos resultados obtidos, ao final desta fase preliminar, com vistas ao aperfeiçoamento do projeto e, se for o caso, redirecionar procedimentos e rumos.

3. O léxico na relação intersubjetiva.

Um exame da produção linguística da primeira metade do século XX revela a grande influência de Saussure, sobretudo quando, nos trabalhos publicados, suas ideias ecoam e logram explicar vários aspectos da linguagem. Dentre as mais significativas, destaca-se o enfoque ao estudo social da linguagem, inaugurada pelo mestre genebrino. Não menos importante é a prioridade que Saussure imprime à face abstrata e ideal do sistema linguístico – a *langue*. Em que pese a importância de Saussure para a linguística moderna, somente a partir do enfoque da *parole*, diretriz seguida por várias correntes nos meados do século XX, torna-se possível o surgimento de estudos que enfocam o exame da atividade discursiva intersubjetiva.

Dentre essas correntes, destaca-se a Análise do Discurso, que privilegia o estudo da atividade discursiva de sujeitos em interlocução. Dito em outras palavras, torna-se objeto de estudo linguístico a fala de um sujeito em interação com outro (s) sujeito (s). Consequentemente, a língua passa a ser vista como o meio de que se servem os membros de uma comunidade, em suas relações intersubjetivas, para manifestar sentimentos, crenças e valores. Dessa forma, mais do que um sistema de signos verbais, a língua expressa os aspectos sócio-históricos de grupos sociais que habitam determinadas localidades e em relação a uma determinada época. Na interação social, emerge a expressão da cultura de grupos sociais que atuam na sociedade. É justamente aí que se destaca a presença do léxico de uma língua, enfocado no presente trabalho.

É na rede semêmica, subjacente ao léxico, que emerge o universo sócio-histórico dos grupos sociais. Isso não significa que o léxico seja tão somente um espelho ou retrato dos aspectos sócio-históricos de grupos sociais; ele põe em foco a atividade discursiva desses grupos.

Nas relações intersubjetivas, os usos lexicais se evidenciam a todo instante. Por isso, caracteriza-se como um processo dinâmico que releva da fala dos sujeitos, em sua atividade discursiva. Por vezes, dois ou mais itens lexicais diferentes podem ser utilizados para designar o mesmo objeto do chamado mundo referencial/imaginário. Neste caso, o uso de diferentes itens lexicais indica as variações linguísticas. Elas podem indicar os diferentes lugares sócio-históricos de onde falam os sujeitos ou um uso regional, como costuma ocorrer nos trabalhos de Geolinguística. Este último tipo de variação recebe o nome de variação diatópica.

Ao lado dos vários tipos de variação linguística, destaca-se o uso de itens lexicais que, classificados como formas em desuso ou inovações, desvelam a transformação por que passa a sociedade. De um lado, situam-se os segmentos sociais conservadores que, radicados em determinadas localidades, mantêm determinadas formas lexicais. De outro, assoma a mudança trazida pelas novas tecnologias da comunicação e da informação que provoca o surgimento de novos hábitos linguísticos nos diversos segmentos sociais.

Convém acrescentar à lista os movimentos populacionais que, numa cidade como São Paulo, têm sido bem intensos e certamente têm gerado fenômenos linguísticos de toda ordem. Diante disso, observa-se que a chamada "variação lexical reflete principalmente o panorama multifacetado das mudanças sociais, em que coexistem elementos de conservação e de inovação, disputando ambos um lugar privilegiado no discurso". (Santos, 2007).

Como se examina a chamada variação lexical em Geolinguística? Os estudos geolinguísticos e atlas linguísticos buscam descrever o uso lexical de uma comunidade do ponto de vista diatópico. Mais precisamente, enfocam a frequência e distribuição de itens lexicais num determinado espaço, ressaltando não apenas aquilo que se constitui em norma de um dado espaço, a saber, a norma lexical da comunidade, como empregos específicos de sujeitos, isto é, as normas de grupos sociais ou individuais. Ambas normas integram os bancos de dados geolinguísticos.

Em geral, o estudo ou trabalho oriundo da pesquisa geolinguística recebe a denominação de atlas linguístico, o qual, por sua vez, constitui-se na reunião de cartas que descrevem a variação diatópica. Dito em outras palavras, o atlas linguístico descreve a variação linguística numa rede de pontos, estabelecida por vários critérios, dentre os quais se destacam equidistância, configuração demográfica e importância sócio-histórica. Como não se restringe ao registro exclusivo da variação diatópica, incluindo outras variáveis que integram os trabalhos de Sociolinguística, é mais adequado considerá-lo não apenas um trabalho de Geolinguística, em que se privilegia a variação diatópica, mas de sociogeolinguística, em que coexistem variáveis de vários tipos. Isso já vem ocorrendo em muitos atlases recentes.

Por influência da Sociolinguística, para a seleção dos sujeitos, leva-se em conta um rol de variáveis sociais. Assim, à variável diatópica - um dado ponto do espaço escolhido -, em geral, aliam-se as variáveis de gênero, faixa etária e escolaridade. Essa influência é igualmente vista no processo de composição da amostra, em que se considera o aspecto demográfico, como o número de habitantes por localidade. Desse modo, a pesquisa, ao enfocar um ponto, logra envolver variáveis linguísticas e sociais.

4. O léxico paulistano

Em geral, quando identificadas, palavras como comboio ou trem; abóbora ou jerimum; bergamota ou tangerina; pão francês ou média não causam estranheza ao falante/ouvinte do Português. Isso ocorre porque essas variações linguísticas são imediatamente associadas a um determinado espaço – país, estado ou cidade. Entretanto, o que pode causar estranheza é que, muitas vezes, no espaço da cidade, em que se supõe haver uma certa homogeneidade, encontra-se um grau acentuado de variação. Foi justamente o que se verificou quando se iniciou a análise dos dados e que constituiu um dos motivos para o desenvolvimento do presente trabalho. Com vistas a investigar o tema, selecionou-se ao acaso uma questão do Questionário Semântico-Lexical que não se reportasse a um referencial que se sabia comportar várias designações.

Diante disso, enfocaram-se as respostas que oito sujeitos deram à questão - " (Como se chama) a abertura construída no meio-fio ou sarjeta, por onde entra a água das chuvas?" que integra a parte específica do Questionário Semântico-Lexical do projeto. Em lugar de uma resposta ou duas, pois, afinal, trata-se de uma única cidade, os sujeitos apresentaram cinco possibilidades. Dois sujeitos responderam *bueiro,* enquanto dois outros responderam *esgoto.* As demais respostas foram: *cano, boca de lobo* e *guia*.

Embora haja uma distribuição relativamente equilibrada nas respostas, dois itens lexicais se sobressaem – *bueiro* e *esgoto*. Começando a investigação por dois dicionários bastante utilizados no Brasil – o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa,* doravante denominado dicionário Houaiss, e o *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa,* doravante denominado dicionário Aurélio - verifica-se que todas as respostas estão registradas em ambos.

Com respeito a *bueiro*, enquanto o dicionário Aurélio diz que se trata de termo oriundo do latim *bua*, 'água', voc. inf., + *-eiro*, poss., o dicionário Houaiss diz ser sua origem obscura. Este último aponta três possibilidades: ou vem de *fueiro* < lat. tar. *funárius,* provavelmente usado no lugar de *funális, e* 'de corda, cavalo de tirante' para designar o 'cavalo que fica à frente dos que puxam o carro, para auxiliá-los', ou do latim *bua,ae* 'água na linguagem infantil', forma próxima à do dicionário Aurélio. Por último, diz que há ainda a considerar a hipótese de se originar de *boiar* + *-eiro*; f.hist. 1562 *boeiro*, 1570 *bueiro.*

Com base em Rastier (1987), observa-se que *bueiro* tem o seguinte sema inerente [361] "tubulação que atravessa os muros ou paredões de sustentação (de terrenos, ruas ou estradas) e serve para dar escoamento às águas subterrâneas, pluviais, ou de rios e riachos." (Ferreira, 1999). No semema de *bueiro*, existem, ainda, outros semas que se reportam a outros contextos discursivos e se atualizam na dinâmica do discurso. Eles podem ser vistos nas demais acepções dos dois dicionários, quais sejam: 1) cano de água (Houaiss, 2003), que também foi uma das respostas dos sujeitos; 2) "nas estradas, cano curto e geralmente de grande diâmetro, com as duas extremidades abertas em cima, usado para escoar a água de uma margem para a outra, em vazão linear não maior que 1 m" (Houaiss, 2003), 3) "buraco circular ou quadrado praticado num muro ou afim, ou tubulação nele embutida para dar escoamento a águas pluviais, lençóis subterrâneos, riachos, rios etc." (Houaiss, 2003); e, finalmente, 4) "abertura, natural ou artificial (...) praticada no meio-fio ou na sarjeta de uma rua ou estrada, por onde cai, no poço de águas pluviais, a água que corre proveniente de chuvas,

[361] - Segundo Rastier, os semas inerentes são aqueles que provêm do sistema funcional da língua (RASTIER, 1987, p. 44).

regas etc." (Houaiss, 2003). Na verdade, esses semas, relacionados aos semas inerentes, são possíveis de atualização por causa das virtualidades presentes no semema de *bueiro*.

O outro lexema de frequência elevada – *esgoto* – encontra-se também registrado nos dois dicionários. Em consonância com o dicionário Aurélio, o dicionário Houaiss diz que remete a "abertura ou cano por onde correm ou se esgotam líquidos ou dejeções; sistema de canalização, geralmente subterrâneo, que recebe a água da chuva e os detritos" (Ferreira, 1999). Aqui, o sema inerente inclui não apenas "tubulação que atravessa os muros ou paredões de sustentação (de terrenos, ruas ou estradas) e serve para dar escoamento às águas subterrâneas, pluviais, ou de rios e riachos" como também "detritos de um aglomerado populacional que se destina a levá-los para lugar afastado" (Ferreira, 1999). Cabe notar que a última parte, explicitada no dicionário Aurélio, contém outros semas que também se atualizam na dinâmica do discurso.

Além dessas formas, na fala dos sujeitos aparece o uso do lexema – *boca-de-lobo*. O dicionário Houaiss diz que se trata de regionalismo próprio do Brasil e remete a uma "f.hist. 1899 *boca-de-lobo*, 1913 *bocas-de-lobo*; sendo a datação para a acepção 'peça fêmea de uma endentação em triângulo' ". Acrescenta que, por um processo metonímico, remete à grade de ferro do bueiro, acepção também encontrada no dicionário Aurélio como regionalismo.

Entretanto, em texto técnico colhido no sítio da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas, as bocas-de-lobo são definidas como "dispositivos em caixas coletoras em alvenarias de tijolos maciços, a serem executados junto aos meios-fios ou meios-fios com sarjetas, em áreas urbanizadas, com o objetivo de captar as águas pluviais e direcioná-las à rede condutora" (CEHOP, 2009).

Em outro texto técnico, Souza (2009) também se reporta à boca-de-lobo e explica que, em 1956, a Universidade Johns Hopkins (USA) publicou um relatório "onde apresentava resultados relativos a apresenta resultados relativos a comportamentos hidráulicos de bocas de lobo do tipo com abertura na guia, com e sem depressão na sarjeta, além de outros tipos como: com grade na sarjeta, e com abertura na guia associada à grade na sarjeta."

Por último, o lexema *guia* remete a meio-fio, sarjeta, tendo sido apontado, nos dois dicionários, como regionalismo. Entretanto, ele aparece no texto em que Souza discorre sobre boca-de-lobo. Na verdade, o termo indica um "arremate entre o plano do passeio e o da pista de rolamento de um logradouro" (Ferreira, 1999).

5. À guisa de conclusão

O presente trabalho buscou focalizar um aspecto do projeto coletivo "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolinguística, da Universidade de São Paulo – GPDG/USP. Tencionou mostrar, por meio de respostas a uma questão do Questionário Semântico-Lexical, em que medida o léxico utilizado pelos sujeitos do projeto reflete elementos sócio-históricos que se inserem no contexto lusófono.

Partiu do princípio de que um banco de dados lexicais não pode ser visto como um repositório de elementos lexicais de uma língua, que pode ser quantificado e classificado de acordo com determinados critérios. Para tanto, mostrou que ele é constituído de elementos lexicais que permeiam a atividade de discursiva de sujeitos. Frisou que ele contém elementos que revelam o dinamismo que está por trás da relação intersubjetiva. Discorreu sobre o local pesquisado – o município de São Paulo - de modo breve, com destaque para alguns elementos que a caracterizam, e enfocou o projeto. A seguir, voltou-se para a abordagem da Lexicologia na perspectiva da relação intersubjetiva.

Em seguida, ao apresentar as respostas de oito sujeitos à questão " (Como se chama) a abertura construída no meio-fio ou sarjeta, por onde entra a água das chuvas?", mostrou a variedade de respostas dadas pelos sujeitos paulistanos, em suas interlocuções. Verificou que mesmo questões que se acredita não possibilitarem tantas respostas apontam uma variação diatópica diversificada. Além dessa riqueza, chamou a atenção a atualização dos semas na dinâmica do discurso. Embora não se tenha concluído o projeto e não se tenha feito o mapeamento de todas as respostas do questionário, já é possível perceber que existe uma variação linguística relativamente significativa com relação a alguns objetos do mundo referencial/imaginário que passariam despercebidos se não se fizesse uma pesquisa sociogeolinguística. É possível perceber também que a combinatória semêmica subjacente ao léxico utilizado pelos sujeitos, que se relaciona necessariamente com uma dada época, reflete elementos sócio-históricos que se inscrevem no contexto lusófono.

6. Referências:

CEHOP. Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas. *Bocas de lobo.* Disponível em: http://200.199.118.135/orse/esp/ES00290.pdf. Acesso em: 23/08/2009.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 1 CD-ROM.

POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1987.

RASTIER, F. *Sémantique interpretative*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

SANTOS, I. P. dos.. A fala de paulistanos: abordagem sociogeolinguística do léxico, 2007 (mimeo).

_____ Proposta de análise do aspecto semântico-lexical em atlas linguísticos regionais brasileiros. In: Cláudia de Souza Cunha. (Org.). Estudos geo-sociolinguísticos. Rio de Janeiro: UFRJ: Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006, v. , p. 83-97.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. *Município em dados*. Disponível em: http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/md/index.php?texto=introducao&ordem_tema=2&ordem_subtema=13. Acesso em: 23/08/2009.

SOUZA, P. A. de *Eficiência hidráulica de bocas de lobo*.
Disponível em:
http://www.fcth.br/public/cursos/praiagrande/aula03/Eficiencia%20Hidraulica%20de%20Bocas%20de%20Lobo.PDF. Acesso em: 23/08/2009.

60. ISABEL REI ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

TEMA ROSALÍA DE CASTRO E AVELINA VALLADARES, POESIA E MÚSICA DA LUSOFONIA: NOTAS PARA UM ESTUDO DA GUITARRA GALEGA.

A poesia é música feita com palavras.

A música é poesia com significados que se abrem no fundo do coração dos ouvintes. Ambas as artes, inseparáveis na antiguidade, também foram cultivadas conjuntamente na Galiza, segundo as fontes, desde os tempos gloriosos da lírica medieval até os mais escuros que acompanharam o nascimento dos modernos estados europeus.

A presença na Galiza das correntes culturais europeias mais influentes e a sua transformação e adaptação ao sentir galego por parte dos e das intelectuais galegas do século XIX é um facto que só precisa do trabalho de reunião e ordenação dos dados para se converter numa evidência.

Este pequeno contributo pretende tão só servir de orientação para um estudo mais aprofundado sobre a história da música na Galiza desde a perspetiva de um dos seus instrumentos mais populares, a guitarra, e através de duas reconhecidas poetas e músicas, Rosalía Castro e Avelina Valladares.

«Já canto, meninhas.
Cuidai, que começo.»
Cantares Galegos
Rosalía Castro

0.- Introdução

Nas conclusões da comunicação sobre o Arquivo Valladares, enviada para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, estabeleceu-se que são numerosíssimos os documentos iconográficos de instrumentos de corda pulsada existentes na Galiza, a patentear o uso deste tipo de instrumentos tanto em contextos religiosos quanto civis ao longo dos séculos.

Também se explicou que desde a análise do admirável arquivo de música da casa petrucial da família Valladares poder obter-se informação imprescindível para conhecer melhor a música, os músicos e o seu contexto na sociedade galega oitocentista.

Esta comunicação quer seguir a linha da anterior mostrando como existe uma continuidade no cultivo musical popular e erudito na Galiza, da perspetiva da guitarra e centrando a atenção em duas poetas da literatura galega que também foram músicas e guitarristas: Rosalía Castro e Avelina Valladares.

O nome do instrumento conhecido hoje como «guitarra» em Galiza e Portugal é aquele de corda pulsada, com seis cordas e caixa-de-ressonância em forma de oito, que equivale ao instrumento conhecido no Brasil como «violão».

O termo «viola» é também usado em Portugal em contextos coloquiais para se referir a esta guitarra de seis cordas simples, podendo assim confundir-se com os diferentes tipos de «violas» que ainda hoje existem (amarantina, beiroa, braguesa, campaniça, de arame, toeira) e depois passaram para o Brasil (viola caipira e sertaneja) herdeiras das antigas violas que no s. XVI tiveram tanto sucesso dentro e fora das cortes dos reis peninsulares.

Ainda deve esclarecer-se que o que se conhece como «guitarra portuguesa» não é exatamente uma guitarra, mas um tipo de cistre de procedência inglesa, que foi conhecido como «guitarra inglesa» não só em Portugal, mas também na Galiza como veremos ao falar dos instrumentos que tocava Rosalía Castro.

1.- EXEMPLOS ICONOGRÁFICOS DE INSTRUMENTOS DE CORDA PULSADA NA GALIZA

362

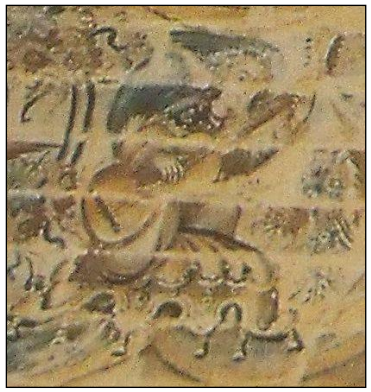
363

364

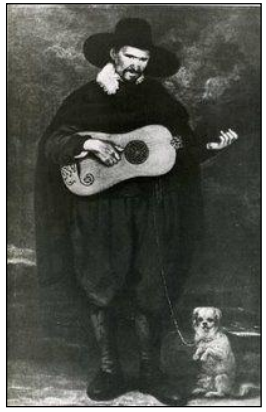
Desde a idade média, em representações normalmente situadas nos lugares de culto cristão, tem-se notícia da utilização de instrumentos de corda pulsada, também na Galiza, os quais foram constituindo a extensa família das violas, alaúdes e guitarras e sofrendo diferentes transformações ao longo do tempo.

Assim desde o Pórtico da Glória, na catedral de Compostela, até o retrato do virtuoso guitarrista galego J. Parga no século XIX, há uma constante amostra de exemplos em que se podem observar as diferentes modificações do instrumento (tamanho, número de cordas, ornamentação) e em diferentes contextos sociais.

365


366

367


368

2.- BREVES NOTAS SOBRE A GUITARRA NA EUROPA DO S. XIX

Como já foi explicado na comunicação para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, no início do século XIX, coincidindo com os primórdios da construção do estado nacional francês, na capital da França desenvolvem-se todo tipo de eventos artísticos e uma das modas que se estendem nos salões parisinos é a de tocar a guitarra.

[362] Detalhe do românico Pórtico da Glória na catedral de Santiago de Compostela (s. XII) Foto: Internet
[363] Detalhe da porta de entrada da igreja do mosteiro de Carvoeiro, Silheda (Galiza) sem datar, mas com influência da escola do Mestre Mateus. Foto: I. Rei Sanmartim
[364] Detalhe de um dos arcos góticos dos sepulcros da nave lateral esquerda da igreja de S. Domingos de Riva d'Ávia. (s. XV) a representar um alaúde. Foto: I. Rei Sanmartim
[365] Detalhe da entrada da horta no mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim
[366] Detalhe do fresco da nave direita da igreja do mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim
[367] Detalhe do tabernáculo da Virgem do Cristal na igreja de Cela Nova (Galiza). Autor: Seixas, 1840.
[368] Tela atribuída ao pintor galego António de Puga, nado em Ourense, em 1602. Conserva-se em Londres, numa coleção privada.

O livro de partituras e litografias do guitarrista Charles de Marescot[369] intitulado *La Guitaromanie* é um exemplo da atividade arredor do instrumento que em Paris se experimentou na altura. Esta é uma das litografias que acompanham a música para guitarra de Marescot:

Mas a presença do instrumento estende-se a toda Europa, e assim como no século XIX se desenvolvem os dous grandes centros musicais europeus, Paris e Viena, que atraem os melhores virtuosos e professores, há também numerosos cultivadores do instrumento mais anónimos, mas que testemunham a presença do instrumento em qualquer das suas variedades (guitarra de cinco ordens, de seis ordens, de seis cordas simples, harpa-guitarra, etc.).

Entre os guitarristas nados no século XVIII, mas que desenvolveram a sua atividade artística sobretudo na primeira metade do s. XIX estão J. P. Porro (1750-1831), os irmãos L. e F. Moretti (1760-1838), S. J. Molitor (1766-1848), F. Carulli (1770-1841), F. Sors (1778-1839), M. Giuliani (1780/81-1829), F. Molino (1775–1847), F. de Fossa (1775-1849), M. Carcassi (1792-1853), L. Legnani (1790-1877), os quais foram uns dos promotores da moda guitarrística de começos do século XIX na Europa.

Mas ao longo de todo esse século pode observar-se, para além de modificações substanciais na forma e tamanho do instrumento, uma continuação no seu uso em todos os países europeus, seja por virtuosos concertistas ou simples amadores que tocam não só um tipo de guitarra mas vários e realizam labores de docência e divulgação do reportório, como são I. Padovec (1800-1873), J. Fahrbach (1804-1883), N. Coste (1805-1883), J. K. Mertz (1806-1856), N. Makarov (1810-1890), O. Ahnfelt (1813-1882), S. Degen (1816-1885), G. Regondi (1822-1872), J. Dubez (1828-1891), J. Arcas (1832–1882), O. Hammerer (1834-1905), Ch. C. Saint-Saëns (1835-1921), W. Bürow (1850-1900), F. Tárrega (1852-1909), A. J. Manjón (1866-1919), V. P. Lebedew (1867-1907), M. Llobet (1878-1938), entre outros.

370

[369] Para mais informação sobre Marescot e esta moda parisina ver Rei Sanmartim, Isabel: «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2009.

[370] Tela de Petrus van Schendel, pintor belga (1806-1870) http://www.klassiskgitar.net/imagess1.html

3.- SITUAÇÃO DA GUITARRA NA GALIZA DO S. XIX

A Galiza não fica alheia a toda essa atividade na Europa. Entre os guitarristas varões de possível procedência galega de que dá conta Soriano Fuertes na sua História estão **José de Naya** e **Vicente Franco**, de quem se afirma ser natural de Ferrol.

Domingo Prat no seu dicionário recolhe o conhecido virtuoso e também ferrolano **Juan Parga** (1843-1899) cujo retrato reproduzo aqui:

A investigação nos antigos dicionários de músicos e guitarristas como o Saldoni ou o Prat na procura de apelidos galegos poderá dar mais surpresas neste sentido, pois como se sabe, tanto pelos arquivos eclesiásticos das catedrais galegas quanto pelos arquivos familiares ou de músicos não religiosos, a atividade musical e o uso quotidiano de todo tipo de instrumentos de corda pulsada, em qualquer dos seus tipos e formas, era comum na Galiza do século XIX.

Também a investigação das agrupações de instrumentos de corda pulsada como as rondalhas vilegas, ou das bandas populares, podem fornecer informação sobre o uso deste tipo de instrumentos e a sua relação tanto com a música tradicional quanto com os compositores eruditos.[371]

4.- ROSALÍA CASTRO (1837 – 1885): TALENTO MUSICAL

A relação com a música da nossa grande poeta deveu começar quando a sua mãe a inscreveu como aluna no centro de educação da *Sociedad Económica de Amigos del País*[372] em Santiago de Compostela, em que se ensinava música, entre outras matérias e também nas atividades do Liceu da Juventude compostelano que ela começou a frequentar, onde para além de receber formação artística e literária coincidiu com Eduardo Pondal, Aurélio Aguirre e Paz Novoa.

Depois, casaria com Manuel Murguia de quem temos, junto com a sua filha Alejandra, os testemunhos mais evidentes das habilidades musicais da poeta, novelista, intérprete musical e de teatro, uma imensa intelectual e artista.

[371] No meu breve trabalho de arquivo das obras da Banda Municipal de música de Compostela, realizado entre o 23 de março e o 7 de abril de 2009, achei uma obra para banda com guitarra e mandolina ou bandúrria, trata-se de um arranjo do conhecido diretor Francisco Martínez Martínez da obra de um italiano, Dõm de Giovanni, publicada em 1898 por Lapini na Florência, cujo original carece desta instrumentação.

[372] Esta sociedade manteve o único conservatório de música da cidade até há uns cinco anos.

No artigo «Rosalía de Castro e a música»[373] Filgueira Valverde expõe as constantes relações entre a linguagem poética de Rosalía Castro e as evocações sonoras, sejam estas de instrumentos musicais, de sons próprios do campo ou do seu coração. Mas também informa de que a poeta tocava vários instrumentos: a harpa, a flauta, o piano, o harmónio, a bandúrria e a guitarra.

Nas cartas de Manuel Murguia e da filha Alejandra consta que Rosalía Castro tocava a guitarra «española» e a «guitarra inglesa»[374], o que significa que tocava a popular guitarra de seis cordas antes aludida (também usada no Reino da Espanha, mas esse facto, como sabemos, não lhe dá carta de procedência) e a hoje conhecida como «guitarra portuguesa», cuja origem inglesa era na altura em Portugal ainda muito presente, embora não fosse uma guitarra, mas um cistre.

Confirma-se, portanto, que a denominação «guitarra inglesa» usada em Portugal era também conhecida na Galiza.

Numa carta de Alejandra ao arqueólogo e músico Casto Sampedro (1848-1937), datada no ano 1919, relata-se a preferência da nossa poeta pela guitarra (de seis cordas e caixa em forma de oito) e o desgosto que isto causava no seu marido. A filha afirma também que a guitarra é o instrumento que melhor tocava sua mãe e que era uma excelente professora.

Conservam-se algumas referências ao uso da música dentro da família, realizadas epistolarmente por Manuel Murguia a Casto Sampedro, como aquela em que descreve o hábito da poeta de tocar depois do almoço uma série de peças rematando sempre por uma Alvorada, que Filgueira recolhe no seu artigo.[375]

Afirma Murguia que a dita Alvorada era tocada já nos meados do século XIX pelo mestre de capela José Pacheco (1784-1865), na catedral de Mondonhedo, Galiza, e afirma a conveniência de procurar esse dado.[376]

5.- AVELINA VALLADARES (1825 – 1902): A SOLIDÃO EM NOTAS PARA GUITARRA

Talvez seja a casualidade, mas no Cancioneiro de Marcial Valladares, irmão da excelente poeta Avelina Valladares, achado no arquivo de música da família, também há uma peça, neste caso é um vilancico, que parece uma composição feita por um músico erudito, depois aprendida pelos fregueses e finalmente convertida numa cantiga popular, que foi como a recolheu o autor do cancioneiro.

As idas e voltas da música de tradição popular e de tradição erudita são frequentes e é facto que une ainda mais às duas poetas e intelectuais galegas.

No caso de Avelina Valladares, temos a certeza de que sabia música entre outras muitas evidências porque no arquivo da sua casa acha-se esta peça, assinada por ela, e escrita para guitarra:

A peça está composta por duas partes, a primeira em fá maior e a segunda em ré menor, mantendo sempre um delicioso sabor modal. Intitulada em castelhano «La Soledad. Dançita por A. V.» [Trad. **A solidão. Dancita por A. V.**] esses dezasseis compassos ilustram musicalmente a vida retirada que a poeta levou na sua casa de Vilancosta, paróquia de Berres, no concelho da Estrada (Galiza).

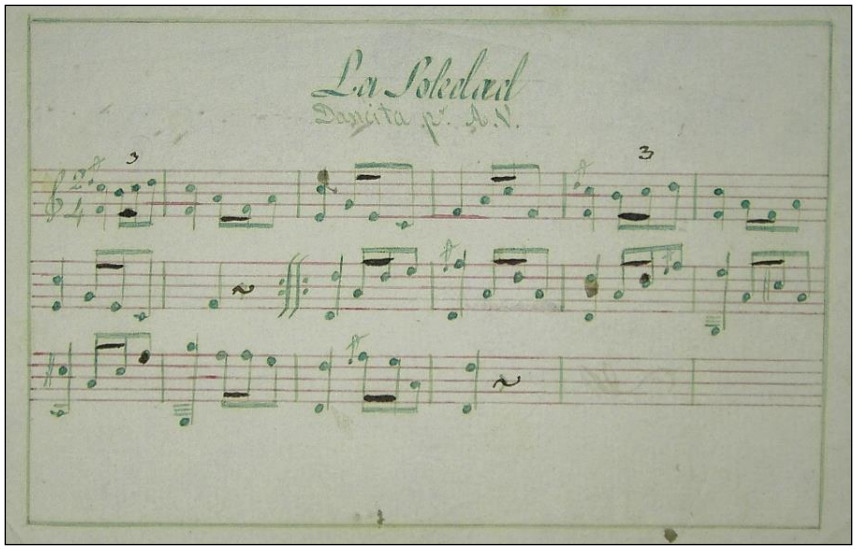
---

[373] Artigo incluído nas Atas do *Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo (1985. Santiago). -- Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo. -- Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986*. -- p. 33-56.

[374] Carta incompleta, de 1913, que se conserva segundo Filgueira Valverde no Museu de Ponte Vedra, na coleção de Casto Sampedro, caixa 65.1. nº 9.

[375] Dentre as numerosas gravações que há desta Alvorada recomendo ouvir a do coro *Toxos e Froles*, do ano 1922, restaurada e re-editada pela casa Ouvirmos em 2003.

[376] Não tenho conhecimento de que se tenha achado essa Alvorada entre as obras do mestre Pacheco. Existe uma tese sobre os vilancicos galegos da catedral de Mondonhedo de VILLANUEVA, CARLOS (1989).



Avelina Valladares foi uma mulher independente que não achou companheiro para a sua vida, ou se achou, não se uniu a ela. Que ficou ao cuidado da casa petrucial que herdara junto dos seus irmãos, convivendo com Marcial Valladares, igualmente solteiro, ao longo de mais de trinta anos. Que se debruçou nas atividades sociais como a da secretaria da Junta Paroquial da Beneficência, pela que em 1864 receberia, em recompensa pelos seus serviços humanitários, a Cruz desta instituição.[377]

[378]

O seu biógrafo, X. Luna Sanmartín, diz que era por ser tímida que Avelina não se deixou retratar. Não sei se seria esse o motivo, mas o certo é que os únicos retratos que nos chegaram dela são os que os seus contemporâneos fizeram através das palavras que deixaram escritas.

Dentre todos os que nomeia Luna Sanmartín escolho, pela sua beleza, este de A. Losada Diéguez, realizado em 1925 com motivo do aniversário do nascimento da poeta, que morrera vinte e três anos antes:

> *«Lembro-me da primeira vez que vi Avelina Valladares – tempos velhos de ledices moças! – naquela casa de Vilancosta cheia de saudade, inesquecível, naquela paisagem enmeigada...*
>
> *A limpa e nobre frente, os claros e luminosos olhos, um falar tudo sossego e doçura, que era feitiço dos nenos, e admiração dos grandes. Assim era Avelina Valladares...*
>
> *Ainda hoje depois de tantos anos a minha impressão daquela grande mulher está viva no fundo azul da sua mirada e no sereno ritmo do seu falar».*[379]

Nada digo da produção poética destas duas mulheres já que bastante se tem estudado sobre a sua obra literária, especialmente sobre Rosalía Castro. E porque o meu objetivo era o de exprimir vários conceitos fundamentais na hora de realizar um estudo mais aprofundado da música e da sociedade galega no século XIX:

> *a) Que na Galiza oitocentista, apesar da precariedade de conhecimentos a respeito da nossa história, a educação das classes acomodadas, ainda traspassada pela peneira espanhola, fornecia os meios para os e as estudantes que o desejarem poderem desenvolver e conservar em bom estado os costumes e a cultura galega.*
>
> *b) Que foram também mulheres as que levaram ao terreno erudito a tradição popular tanto na poesia quanto na música, como foi o caso de Rosalía Castro e Avelina Valladares.*
>
> *c) Que a formação musical, assim como em línguas, era tida como indispensável para a educação das pessoas dessas classes acomodadas, em especial para a educação das mulheres.*

[377] Rosalía Castro dedica o seu poemário *Folhas Novas* à Sociedade de Beneficência dos galegos na Havana (Cuba) em 1880.

[378] Esta partitura será editada nos anexos da edição crítica do Cancioneiro *Ayes de mi pais* de Marcial Valladares, irmão da poeta, realizada por J. L. DO PICO ORJAIS e I. REI SANMARTIM. Para mais informação sobre a sua recuperação em concerto ver REI SANMARTIM, Isabel «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2009.

[379] Publicado em *El emigrado*, A Estrada, Galiza, nº 172, 24-X-1925 e tomado do livro de LUNA SANMARTÍN (2000) *Ond'o sol facheaba ô amañecer*, que é biografia e edição dos textos da autora. A citação de Losada Diéguez está escrita originalmente em português galego, mas aí fica adaptada por mim às normas do Acordo Ortográfico da língua portuguesa.

d) Que devido a essa educação musical existe uma continuidade no uso de diferentes instrumentos, entre eles a guitarra, tanto no âmbito eclesiástico quanto no civil.

e) Que uma investigação a sério sobre estes aspetos culturais galegos serviria para entender melhor a evolução tanto da música tradicional e erudita quanto da língua portuguesa na Galiza

Para rematar transcrevo um poema de Avelina Valladares, citado por J. Vales Failde no seu livro sobre Rosalía Castro publicado em 1906, que até esse momento estava inédito como boa parte da produção literária de Avelina Valladares.

Nele podem ouvir-se ecos do coração da poeta, cheio de murmúrios e apagadas vozes que ressoaram em muitos dias e noites destas duas grandes poetas e músicas galegas:

A pobre orfinha
Orfinha fiquei no mundo
Des' que a luz do mundo vi
Nunca agarimo senti
Dos pais que me deram ser.

Prendida do seu amor,
Vidinha da sua vida,
A negra morte atrevida
Não mos deixou conhecer.

Limpo, ou lixoso mamei
Alheio leite, coitada!
E no berço adormentada
Fui por alheio rom-rom.

Tenras miradas de mãe
Sorrisos, doces biquinhos,
Afagos, meigos carinhos
Não houve pra mim, ai!, não.

Amantes falas, consolos
Que outras avondo alcançaram
Tão longe de mim andaram
Que a senti-los não cheguei

Descarriada, sem ventura
Sem haver, sem acomodo
Orfinha sozinha de todo
Na terra fiquei, fiquei.

II
Por isso o coração se me estremece
E cheio de mortal melancolia
Tudo arredor de mim feio aparece
Nada solaz me dá nem alegria.

Qual brêtema que envolve o cotarelo
Onde o Sol facheava ao amanhecer
Assim também a mim de luto um velo
Circundou-me de súbito ao nascer.

De balde pra espargir o pensamento
Corro a escutar do campo os passarinhos
Que, tolos bulindo de contentamento
Cibicada carrejam pr' os filhinhos.

Ditosos eles que an' que ali chiando,
Da orfandade não se compreende a amargura
E miram pra seus pais ledos cantando
Sem cuidar-se da minha desventura!

Ai! Quem no peito seu não teve mágoas
Nem da vida no mar provou escolhos,
Mal se decata das alheias báguas
Boite!!... Não sabe o que é tê-las nos olhos.

Aonde irás em busca de consolo,
Orfinha triste orfinha, aonde irás? ...
Acá abaixo não o há, no céu solo
Entre os anjos de Deus o acharás.

Rompei Senhor esse telhado argente
Por onde o Sol, sem cair belo caminha
Abri as nuvens e baixai esplendente
A tirar deste mundo a pobre orfinha.

7. BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Rosalía (1863) *Cantares Galegos* Vigo: M. Murguia

CATURLA, Mª Luísa (1982) *António de Puga, pintor gallego*. A Crunha, Galiza: Barrié de la Maza

FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1985) «Rosalía de Castro e a música» in Atas do *Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo* Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986 p. 33-56.

LUNA SANMARTÍN, Xosé (2000) *Ond'o sol facheaba ô amanhecer. Vida e obra da cantora da Ulla / Avelina Valladares Núnez.* A Estrada, Galiza: Fouce

REI SANMARTIM, Isabel (2009) «Iconografia musical nos mosteiros de Cela Nova e Osseira» inédito, trabalho para curso de doutoramento na USC.

REI SANMARTIM, Isabel (2009) «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia.

SORIANO FUERTES, Mariano (1856) fasc. *Historia de la música española...* Madrid: ICCMU 2007, vol. II

VALES FAILDE, Javier (1906) *Rosalía de Castro* Madrid: Imp. de la revista de archivos.

VÁRIOS AUTORES (2007), *Itinerarios Histórico-Musicais*. *Celanova*. Sárria: Ouvirmos

- Para mais informação sobre o lenço de António de Puga:

http://ilhadeorjais.blogspot.com/2009/01/n-13-guitarra-de-antonio-de-puga.html

- Para mais informação sobre a harpa-guitarra no XIX: http://www.harpguitars.net/players/encyclopedia_of_hg_players.htm#t

http://www.harpguitars.net/history/lacote/lacote.htm

- Para mais informação sobre a guitarra no s. XIX:

BRISO, Luis (1995) *Un fondo desconocido de música para guitarra* Madrid: Ópera Tres.

DELL'ARA, Mario (1988) *Manuale di storia della chitarra vol 1º: La chitarra antica, classica e romantica* Ancona, Itália: Ed. Bèrben.

GÁSSER, Luis (ed.) (2003) *Estudios sobre Fernando Sor* Madrid: ICCMU.

MANGADO ARTIGAS, J. M. (1998) *La guitarra en Cataluña, 1769-1939* Londres: Tecla

RAGOSSNIG, Konrad (2003) *Handbuch der Gitarre und Laute* Mainz, Alemanha: Schott.

TURNBULL, Harvey (1974) *The Guitar from the Renaissance to the Present Day* Connecticut, EUA: The Bold Strummer Ltd.

VICENT, Alfredo (2002) *Fernando Ferandiere* Madrid: UAM

http://www.earlyromanticguitar.com/

http://www.enciclopedia.cat/fitxa_v2.jsp?NDCHEC=0063750

61. JORGE MANUEL COSTA ALMEIDA E PINHO. CETAPS (CENTRE FOR ENGLISH TRANSLATION AND ANGLO-PORTUGUESE STUDIES), FCT, ISAG (INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO) – NIDISAG (NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO) JORGEAPINHO@NETCABO.PT

TEMA 3.2 A TRADUÇÃO E OS LEITORES

A definição do conceito de tradução pretende ser o ponto de partida desta apresentação sobre o papel dos tradutores na modulação da cultura literária de um povo. De vários quadrantes, e com perspetivas diferenciadas, pretende-se dar a conhecer as motivações que enformam a noção do que é a tradução e as suas inúmeras cambiantes.

De seguida, e em função dos diferentes tipos de texto literário analisados, partir-se-á para um curto percurso pelos caminhos da tradução, analisando opiniões diversas e maioritariamente seguidas por tradutores portugueses consagrados e com extensa obra publicada, as quais surgirão como suporte material das opções de tradução adotadas para cada um dos tipos de texto assinalados.

Deverá ser possível reconhecer que os textos da poesia, da narrativa ou do drama são, efetivamente, tratados de forma diferente pelos tradutores, com opções individuais nem sempre consentâneas com o que seria de esperar por parte dos profissionais da tradução.

Por fim, deverá analisar-se a perceção da receção, com uma panorâmica alargada sobre os leitores e as suas expetativas relativamente ao papel dos tradutores e das obras que decidem ler.

Daqui deverá ser possível ainda perceber o que conduz a certas orientações seguidas pelos tradutores no exercício do seu ofício. De tradutores a leitores, far-se-á, assim, uma viagem diferente pelos caminhos da edição em Portugal, na perceção daqueles que exercem a atividade de tradutor.

1. O QUE É TRADUZIR?

Em primeiro lugar, e segundo André Lefevere, traduzir é voltar a escrever um texto original numa outra língua, pelo que essa re-escrita, e as intenções que a determinam, refletem a interpretação do tradutor e são novas formas de uma ideia ou de um formato original. Deste modo, o tradutor é uma espécie de manipulador (*cf.* Lefevere 1992b: xi) que pode inculcar e veicular novas ideias e mundivisões na sociedade para a qual traduz.

Se for visto de uma forma positiva, o tradutor contribui para a evolução da sociedade com as novas perspetivas que oferece. Por outro lado, se for visto de uma forma negativa, o tradutor poderá servir a repressão, distorcendo e limitando a consciência do mundo, em particular se restringir o leque de visões oferecido e se não as transpuser corretamente para a nova realidade.

Em segundo lugar, traduzir também é dominar e ser dominado pelo ambiente do discurso em que se trabalha a tradução (*cf.* Lefevere 1992b: 35). Objetos, personagens ou eventos de uma cultura original têm de ser bem conhecidos do

tradutor, tal como a sua forma de expressão, para serem reproduzidos de uma forma correspondente na cultura e língua para a qual traduz.

Em terceiro lugar, traduzir é servir fins de divulgação e motivações de caráter editorial (*cf.* Lefevere 1992b: 19), profissional ou pessoal. Significa, assim, na perspetiva do tradutor, obedecer a impulsos exteriores, ou interiores, que condicionam a sua forma de apresentação e divulgação da obra traduzida.

Em quarto lugar, traduzir é promover o desenvolvimento da língua para a qual se trabalha, servindo propósitos de inovação e acrescento dessa língua, enriquecendo-a, entre outros aspetos, com novo vocabulário, ou com novas formas estilísticas (*cf.* Lefevere 1992b: 46).

Sejam quais forem as preocupações, incumbências, técnicas adotadas ou soluções definitivas, os tradutores nem sempre podem referir-se a elas nas obras, em considerações preambulares, epilogais, ou apenas reflexões gerais sobre o trabalho desenvolvido. Quando tal é permitido, é frequente serem acusados por leitores e críticos de "interferência desnecessária", ainda que muitas vezes até foram os tradutores a promover a leitura dessa obra na língua de chegada. Como afirma Lawrence Venuti:

> *Translators are always hard at work, but they are producing translations, not translation commentary, criticism, or theory; they appear as aesthetically sensitive amateurs or talented craftsmen, but not critically self-conscious writers who develop an acute awareness of the cultural and social conditions of their work*. (Venuti 1992: 1)

2. DIFERENTES CONCEITOS DE TRADUÇÃO CONSOANTE OS TIPOS DE TEXTO

Depois de terem recebido a incumbência de transmitir a mensagem do texto original, os tradutores normalmente apenas elaboram algumas ideias em torno de teorias parcelares que conferem importância à receção por parte do leitor do significado ou da mensagem do texto original, (*cf.* Gutt 1991: 68).

Assim, para os tradutores a compreensão dos leitores do que é traduzido torna-se o principal fator de avaliação da tradução, o que corresponde, na prática, a uma teoria pragmática e comunicativa. Certo é que definir o conceito de tradução não é tarefa fácil e vários têm sido os tradutores portugueses que se dedicaram a analisar essa definição, principalmente em função de trabalhos efetuados, ora *a priori*, enquanto delimitação do trabalho a desenvolver, ora como conceções preexistentes que adotaram como norma para a execução do trabalho em causa.

Seja como for, ao longo dos tempos, os tradutores parecem ter sentido a necessidade de explicar os termos e as condições que delimitam o exercício da sua atividade, ao mesmo tempo que procuram descrever os limites e as ambições do trabalho executado. Em todos os casos, parece desempenhar especial destaque o tipo de texto ao qual se aplica a noção de tradução, com tonalidades diversas consoante se trata de um texto poético, dramático ou narrativo.

2.1 O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS POÉTICOS

A maior parte das opiniões sobre o conceito de tradução nos textos poéticos reflete dúvidas sobre a possibilidade de concretizar tal tradução. Nomeadamente a possibilidade de o tradutor se mostrar eficiente ou até de conseguir a verdadeira transposição do texto original para outra língua. Apesar de todas as dúvidas e regras individuais, nunca os tradutores deixaram de afirmar: "Sim, é possível traduzir poesia!"

A noção de fidelidade parece estar intimamente ligada à interpretação individual de cada tradutor do conteúdo do texto de partida e das intenções presumidas no trabalho do autor.

As opiniões expressas declaram que ser fiel ao texto original é conservar no texto de chegada as mesmas caraterísticas de conteúdo, semânticas, formais e comunicativas do texto de partida. Nos textos poéticos a defesa dessas caraterísticas acaba por se tornar mais difícil, em virtude do caráter subjetivo e da forma destes mesmos textos.

No entanto, aparentemente por razões de ordem psicológica relativas a uma certa auto-motivação, ou até como atitude tranquilizadora para os leitores, os tradutores asseguram, porventura a si próprios, essa fidelidade.

As eventuais dificuldades de interpretação do texto poético poucas vezes são referidas pelos tradutores, talvez porque desde sempre se ligou a tradução de textos poéticos a um sentimento de perda, com a impossibilidade de transposição adequada de todos os elementos do texto poético. Conforme afirmou Carlos Oliveira, a propósito da sua tradução da poesia de Felix Cucurull:

> *Poesia "traduzida", afirmou alguém, é poesia "reduzida" a cinquenta por cento da sua força de expressão inicial. O tradutor da presente coletânea sabe que é assim e não se ofende. Os leitores, por sua vez, devem ter sempre em conta o desgaste sofrido pelos versos quando viajam de um idioma para outro*.
> (Oliveira 1966: xiv)

Curiosamente, os tradutores referem-se com frequência à pluralidade de interpretações e interrogam-se sobre a veracidade das suas próprias versões, mas unicamente em função da perspetiva que o leitor possa ter após a leitura final do texto traduzido. Ou seja, para o tradutor a atenção e a eventual minúcia de observação que o leitor dedicar à obra devem passar da análise ao autor para uma observação atenta do trabalho do tradutor.

Por isso mesmo, verifica-se uma espécie de autoelogio velado por parte dos tradutores ao trabalho que desenvolveram e até mesmo uma certa auto-glorificação do trabalho de tradução como atividade criadora. A perspetiva mais comum sobre as dificuldades de tradução do texto poético foi verbalizada por Jorge de Sena nas suas observações sobre a tradução de *80 Poemas de Emily Dickinson*:

> *Traduzir não é fazer poesia nossa com a poesia dos outros, mas fazer com a nossa língua o que uma Emily Dickinson teria feito e dito se, em português, experimentasse idêntico poema.*
> (Sena 1962: 35)

Esta posição era seguramente antagónica à de Eugénio de Andrade para a tradução da poesia de Safo. Com efeito, o conceito de tradução de Eugénio de Andrade aproxima-se e funde-se mesmo com a sua noção de recriação e o seu ideal de fidelidade ao espírito do poema acaba por se tornar um objetivo de criação pessoal entrevisto no objetivo imaginado do autor. Foi isso que constatou Maria Helena da Rocha Pereira, ao comentar a "tradução" de Eugénio de Andrade:

> *Gostaria de não lhe chamar tradução. Até porque a excelente definição que o Poeta deu dessa atividade ("Esta espécie de transfusão de sangue perdida, que é sempre o trabalho de tradutor") não lhe é adequada*.

Chamar-lhe-ia recriação, se com isso não antecipasse desnecessariamente um juízo de valor a que o leitor destas páginas chegará por si. Mas desde já podemos dizer que se trata de um desses raros fenómenos de convergência artística, que permitem que uma obra-prima de uma língua passe sem murchar para outro idioma. (Pereira 1982: i)

2.2. O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS DRAMÁTICOS

Nos textos dramáticos é de notar que se registam muito menos afirmações de tradutores sobre o conceito de tradução. Além disso, algumas delas são muito semelhantes às que são feitas sobre a poesia e os problemas da definição do conceito de tradução radicam em situações e metodologias similares às mencionadas para os textos poéticos. Importa, acima de tudo, o valor das opiniões expressas em função de questões relacionadas diretamente com a atividade dramática ou com o conceito de teatro.

Por exemplo, na caraterização da noção de tradução para o discurso teatral, Sophia de Mello Breyner Andresen, a propósito da sua tradução de *Hamlet,* de William Shakespeare, referiu a necessidade de fidelidade ao texto original acrescentando-lhe a diferenciação essencial própria do texto dramático, refletindo sobre o peso de cada palavra na expressão teatral e as suas implicações sobre a tradução do género teatral.

Ao mesmo tempo, a tradutora estabeleceu uma distinção clara entre a tradução – que terá conseguido executar – e uma eventual adaptação de *Hamlet,* que funcionaria como desvio, ainda que ligeiro, ao conteúdo ou à forma do texto original, e que seria motivada pela necessidade de permitir ao leitor da tradução uma melhor compreensão da mesma.

Uma análise superficial do texto dramático permite-nos perceber que uma das suas caraterísticas essenciais, essa possibilidade de ser representado em palco, torna-o inacabado no ato de leitura. Daí que a ligação entre o texto e a sua representação em palco tenha um valor bastante grande para a tradução, com o tradutor a surgir como primeiro leitor / encenador / ator/ espetador entre o texto original e a equivalência semântica e funcional que dele se espera no texto traduzido.

Contudo, a posição do encenador real é diferente. Ele centra a sua atenção na necessidade de descortinar soluções para os elementos teatrais presentes na

peça tendo em vista a sua posterior encenação. António Pedro, tradutor, mas também encenador, na abordagem inicial que faz à sua tradução de *Macbeth,* de William Shakespeare, indica precisamente essa perspetiva do encenador, norteada pela representação da peça, com tudo o que isso significou de alterações e até mesmo de cortes, ainda que o tradutor / encenador afirme não ter pretendido desvirtuar a obra de Shakespeare.

O facto de, por um lado, os textos dramáticos servirem essencialmente o ato de representação e, como tal terem uma expressão própria em palco, tem servido para que a tradução de textos dramáticos, apesar de frequente, não tenha recebido uma ampla divulgação editorial, antes se restringindo a libretos de uso próprio para atores e encenadores.

Além disso, a encenação ao longo dos tempos e das culturas de muitas peças tem-se sujeitado a regras cénicas mais ou menos inovadoras e, até a caraterísticas de época, que não reproduzem as condições idealizadas pelo autor. Como consequência, não é de estranhar que a intervenção dos tradutores nos textos dramáticos pareça reduzida, aos olhos dos menos conhecedores, embora seja bastante interventiva e modificadora do texto original.

No que diz respeito à problemática mais específica do género dramático, alguns tradutores têm o cuidado de salientar que a probabilidade de ele ser dito oralmente e representado perante um público espetador são, portanto, fatores que implicam atenção a aspetos paralinguísticos, como por exemplo a entoação, a audibilidade ou a inteligibilidade no espaço cénico. Além dessas, todas as outras indicações relativas a cenários, atitudes, gestos e movimentos dos atores implicam uma necessidade de adequação na transposição.

Como é evidente, se o tradutor tiver apenas em conta os aspetos literários do texto dramático original poderá cometer uma infração básica ao conceito de tradução para este género de textos, omitindo o facto de o texto escrito representar apenas um fator no meio dos muitos elementos que compõem a globalidade do discurso dramático. Observe-se afinal, a este respeito e a título de exemplo, o que afirmou Marina B. L. Prieto a propósito da sua tradução de *Pigmalião,* de George Bernard Shaw:

Conseguir uma tradução de todo fiel à língua original sabido é que se torna impossível. A índole, o génio de cada língua é inconvertível. O que deve tentar cada tradutor é obter a máxima aproximação, o maior grau de fidelidade realizável. Foi neste sentido que me esforcei.

> *Fiz quanto pude por conservar o ambiente em que se desenrola a peça de Shaw: procurei a exata correspondência nas descrições dos cenários e forcejei por que as rubricas das atitudes, dos gestos e dos movimentos dos atores me saíssem na versão mais condicente*. (Prieto 1961: 21)

2.3. O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS EM PROSA

Muito pouco se fala e escreve sobre o ofício e exercício do papel de tradutor nos textos narrativos. Talvez porque se considera normalmente que a estrutura e a forma de escrita utilizadas na prosa literária são menos complexas e necessitam, portanto, de menos explicação do que as técnicas correspondentes usadas noutro tipo de textos. Além disso, as abordagens sobre o conceito de tradução nos textos em prosa reproduzem, em inúmeros aspetos, o que já foi dito para a poesia e para o teatro.

É verdade que os tradutores daqueles géneros também executaram traduções de textos em prosa, mantendo e aplicando nestes os mesmos princípios. No entanto, as abordagens preliminares dos tradutores deste género de textos debruçam-se, com mais frequência, sobre aspetos mais específicos e práticos relativos ao trabalho de tradução e não tanto sobre um conceito mais geral, talvez porque esses problemas necessitaram de soluções imediatas viradas para a compreensão por parte do público recetor.

Por outro lado, e entre os vários exatos que poderão contribuir para a restrição em tais considerações constam os objetivos editoriais que limitam o espaço aos tradutores dos textos em prosa. Além disso, também se notam os pressupostos imediatistas dos leitores deste género de textos, que pretendem ler na obra o texto do autor e não as observações do tradutor ao trabalho efetuado, recusando a sua apreciação e até mesmo criticando tais observações como desnecessárias.

Há alguns exemplos que servem para definir o conceito de tradução individual para os textos narrativos.

Daniel Gonçalves, por exemplo, estabeleceu uma definição completa e abrangente desse trabalho de tradução para a obra de H. Rider Haggard, *As Minas de Salomão*:

Uma tradução – todos o sabem – é a versão de um texto de uma língua para outra. O tradutor deve diligenciar por transmitir ao leitor, não só o conteúdo como também a forma do original. Essa fidelidade é muitas vezes extremamente difícil de alcançar e nunca é mais do que aproximada. Diz William Golding, e estamos inteiramente de acordo, que a tradução perfeita é impossível. E não se confunde uma boa tradução com uma mera transposição literal. Há forçosamente todo um trabalho hermenêutico a realizar que pode, se mal orientado, não desvendar a correta intenção do autor. Aqui o tradutor é obrigado a decidir e é nesse espaço – e nesses precisos limites – que reside a sua criação. Mas cessa aí também a fronteira da sua liberdade: o tradutor consciente tem de resistir à tentação de "aperfeiçoar", quer suprimindo, quer adicionando, quer alterando partes ao original. Enquanto o autor dispõe de todo o livre arbítrio deste mundo para criar como entender, o escopo criativo do tradutor está sempre limitado pelo dever de ser fiel. (Gonçalves 1992: 10)

3. OS LEITORES

Nos comentários paratextuais dos tradutores, a referência aos prováveis destinatários do texto traduzido surge normalmente na parte final de tais observações. Os motivos para tal colocação não são evidentes, mas talvez assentem no facto de o texto literário normalmente não procurar leitores específicos e se dirigir a todo e qualquer leitor, ao mesmo tempo que serve os interesses criativos do autor. Assim, os tradutores também não objetivam um leitor em particular e não lhe conferem uma primazia especial no comentário ao trabalho desenvolvido, relegando-o para a posição que entendem mais adequada.

Ora, os conhecimentos que um tradutor adquire sobre um autor, a sua vivência e os significados que pretende colocar em determinado texto servem para fazer uma interpretação individual do texto, mas também para concretizar uma tradução orientada pelo próprio texto ou pelas alegadas intenções do autor desse texto. Esta orientação contrasta com a dos textos não-literários que se orientam por preocupações funcionais em relação ao leitor e que objetivam espaços específicos de resposta por parte do leitor, ainda que o produto da leitura possa naturalmente variar de acordo com as intenções e motivações próprias de cada leitor (*cf.* Hatim & Mason 1990: 17). Como consequência, na tradução literária quanto mais importantes são as marcas literárias do texto, e em maior número, menos concessões o tradutor faz às expetativas dos leitores e mais próxima do original e das suas marcas está a obra traduzida. Todo o género de concessões ao leitor restringe-se então a notas, glossários, prefácios, etc., não interferindo com o que é a versão final do texto.

Mas, por vezes, as traduções literárias e os princípios que orientam a sua produção refletem aquilo que diferentes leitores encaram como relevante. Nesse caso verifica-se, por um lado, uma prevalência de elementos como a competência de cada leitor e a sua interpretação do texto. E, por outro lado, a importância atribuída a esses elementos é consequência de uma atitude do tradutor virada para a receção. Em casos como esses, partindo da variedade linguística observada e dos significados e intenções que percecionou no texto original, o tradutor procurou obter uma descrição caraterística do leitor na língua de chegada e, assim, decidir que atenção deveria prestar aos elementos correspondentes na língua para a qual traduziu, de forma a obter os mesmos efeitos no leitor da língua de chegada (*cf.* Newmark 1988: 12-13).

Apesar do valor único de cada texto literário e/ou de cada autor, e do facto de as obras literárias não serem produzidas para um leitor ou para um grupo de leitores em particular, é indubitável, em muitas das apreciações consultadas, que o leitor está presente nos pensamentos do tradutor no momento de produção da tradução e desempenha um papel importante na modelação ou apreciação final da obra traduzida.

Esta atitude do tradutor, que procura encontrar junto do leitor o conforto, ou a crítica às opções de tradução, é muito comum nas observações dos tradutores. Os tradutores parecem colocar o trabalho desenvolvido nas mãos dos leitores e pedir-lhes um parecer favorável, assumindo eventuais diferenças de interpretação e pedindo desculpa antecipada por tais divergências. Assim, os tradutores apontam o dedo aos artifícios do autor ou às diferenças entre línguas e atribuem a esses elementos a responsabilidade pela ocorrência de eventuais incompreensões e divergências na interpretação, mas não deixam de salientar o seu próprio labor no sentido de evitarem desvarios impossíveis de corrigir. Hélio Osvaldo Alves, no prefácio a *A Águia e a Toupeira,* de William Blake, alude ao papel do leitor como juiz das opções do tradutor:

Das dificuldades de traduzir Blake poderá o leitor paciente e sensível ir ajuizando, na medida em que discordar das soluções propostas. A

tradução que hoje é, pode, na maior das certezas, já não o ser amanhã. (Alves, 1996: xxv)

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

É então possível destacar alguns aspetos fundamentais pela frequência com que são referidos pelos tradutores nos paratextos e pela importância que lhes atribuem no desempenho do seu ofício.

Em primeiro lugar, o conceito de tradução desenvolvido e aplicado pelos tradutores varia em função do tipo de texto. Quando se trata da tradução de um texto poético os tradutores referem a maior liberdade de opções como alegadamente justificadora da alteração dos conteúdos e da forma do original. Já na tradução dos textos em prosa, os tradutores mostram maior contenção na variedade de opções que adotam, mantendo-se mais próximos do texto original.

Quanto aos tradutores dos textos dramáticos, são parcos em comentários sobre o conceito de tradução e preferem realçar a importância do texto como elemento gerador da representação, permitindo-se assim uma flexibilidade maior ou menor na tradução, determinada sobretudo pelas intenções cénicas previstas.

Em segundo lugar, a receção dos leitores é outro fator recorrentemente mencionado, e é natural que tal se verifique porque o texto literário tem recetores, ainda que eventualmente não imaginados ou especificados à partida, que nele encontram sentidos. Assim, os tradutores fixam-se bastante no papel supostamente interventivo dos recetores e na necessidade de colocarem no texto traduzido aquilo que os leitores esperam encontrar. Mais, é frequente os tradutores acrescentarem à intenção de servir os leitores a capacidade de estes julgarem a validade e a fidelidade da tradução relativamente ao texto original.

Finalmente, é possível constatar que as opiniões expressas pelos tradutores não demonstram explicitamente o recurso a contextualizações teóricas determinantes para o seu esforço de tradução e que tenham sido diretamente aplicadas ao trabalho executado. Todavia, no caso de referências a conceitos teóricos, verifica-se que os tradutores portugueses pautam o exercício da sua atividade pela atualização e identificação constantes com teorias contemporâneas. Mas se o processo teórico parece não exercer uma influência determinante sobre os tradutores, isso talvez se fique a dever a uma preocupação mais apurada que os profissionais da tradução demonstram para com questões pragmáticas, chegando mesmo, em muitos casos, a fornecer contributos significativos para a formulação de teorias aplicáveis ao exercício da sua atividade.

5. BIBLIOGRAFIA

Alves, Hélio Osvaldo. (1996) "Introdução" *in* William Blake. *A Águia e a Toupeira.* Seleção, tradução e notas de Hélio Osvaldo Alves. Guimarães: Pedra Formosa, Edições.

Andrade, Eugénio de. (1982) "Introdução" *in* Safo. *Poemas e Fragmentos de Safo.* Tradução de Eugénio de Andrade. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.

Andresen, Sophia de Mello Breyner. (1987) "Prefácio" *in* William Shakespeare. *Hamlet.* Tradução de Sophia de Mello Breyner Andresen. Porto: Lello & Irmão Editores.

Gonçalves, Daniel. (1992) "Prefácio" *in* H. Rider Haggard. *As Minas de Salomão.* Tradução e notas de Daniel Gonçalves. Lisboa: Difel.

Gutt, Ernst-August. (1991) *Translation and Relevance.* Oxford UK/Cambridge USA: Blackwell.

Hatim, Basil & Ian Mason. (1990) *Discourse and the Translator.* London and New York: Longman.

Lefevere, André. (1992) *Translation, Rewriting & the Manipulation of Literary Fame.* London/New York: Routledge.

Lefevere, André (ed.). (1992) *Translation / History / Culture.* London/New York: Routledge.

Newmark, Peter. (1988) *A Textbook of Translation.* London: Prentice Hall.

Oliveira, Carlos de. 1966. "Prefácio" *in* Felix Cucurull. *Vida Terrena.* Tradução de António de Macedo com a colaboração de Carlos de Oliveira. Lisboa: Editora Ulisseia.

Pinho, Jorge. 2006. *O Escritor Invisível.* Lisboa: Quidnovi.

Pereira, Maria Helena da Rocha. (1982) "Introdução" *in* Safo. *Poemas e Fragmentos de Safo.* Tradução de Eugénio de Andrade. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.

Prieto, Marina B. L. Prieto. (1961) "Prefácio" *in* George Bernard Shaw. *Pigmalião.* Tradução de Marina B. L. Prieto. Coimbra: s/ed.

Sena, Jorge de. (1978) "Prefácio" *in 80 Poemas de Emily Dickinson.* Tradução e apresentação de Jorge de Sena. Lisboa: Edições 70.

62. JOSÉ GIL, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO. ESCRITOR E ATOR. *JOSEGILPORTUGAL@YAHOO.COM.BR E*

TEMA 1.7. AUGUSTO BOAL GRANDE PERSONALIDADE DA LUSOFONIA. BOAL – O TERCEIRO TEATRO E AUGUSTO BOAL E O TEATRO DO OPRIMIDO

Augusto Boal apesar do seu falecimento recente é um dos grandes embaixadores do teatro em todo o mundo. Como refere a imprensa equivalente a Brecht e Stanislavsky. Desenvolveu vários tipos de teatro, tendo em consideração também a sua vida, baseado num conteúdo social e de debate politico sem perder o seu valor estético; O Teatro Jornal., O Teatro Imagem, o Teatro Fórum, o Teatro Invisível, o Sistema Coringa e o Teatro do Oprimido.

Procuramos ainda revelar dados interessantes sobre a sua passagem por Portugal.

1. A vida de Augusto Boal foi o espelho da sua atividade política

Segundo O Público uma das últimas entrevistas que deu - à Carta Capital -, Boal defendia que, "hoje, todas as formas de expressão e comunicação estão nas mãos dos opressores". Na sua opinião, "*o que a televisão oferece é um crime estético*".

Afirmava:

> "*E ainda acham estranho que alguém saia matando quinze pessoas de uma só vez. O cérebro das pessoas está impregnado dessas imagens. As rádios também repetem o mesmo som o tempo todo. Sem falar no tecno, que desregula até marca-passo, e é pior que ouvir gente quebrando tijolo em construção. O que a gente quer, no Teatro do Oprimido, é lutar nestes três campos: palavra, imagem e som*."

Augusto Boal nasceu no Rio de Janeiro em março de 1931, filho de pai português. Formou-se em Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na década de 1950, enquanto realizava estudos de doutoramento em Engenharia Química, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, estudou também dramaturgia na School of Dramatics Arts com John Gassner, professor de Tennessee Williams e de Arthur Miller.

2. Augusto Boal e o Teatro do Oprimido, João Gomes Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação

O Teatro do Oprimido designa um conjunto de atividades dramáticas que têm como referência o trabalho desenvolvido, a partir de 1956, por Augusto Boal no Teatro Arena de São Paulo, no Brasil, tendo sido posteriormente desenvolvido noutros países da América Latina como teatro de intervenção ou teatro popular em resposta à sucessiva implantação de regimes políticos ditatoriais. Boal definia o Teatro do Oprimido como sendo ***o teatro no sentido mais arcaico do termo. Todos os seres humanos são atores porque atuam e espetadores porque observam. Somos todos espect-atores***.

Segundo Boal (1977) o teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem. O seu trabalho baseia-se na criação de condições para que o homem, descobrindo o ator que existe em si, se prepare para agir e transformar, utilizando a linguagem teatral como forma de lutar contra a opressão. Partindo da origem do teatro Boal (1977) refere o exemplo dos Gregos para demonstrar como o teatro se transformou num instrumento ao serviço das classes dominantes. O povo divide-se entre atores e espetadores, negando-se a estes últimos a capacidade de agir ao mesmo tempo que se verifica uma separação entre os próprios atores, divididos entre os protagonistas e o coro, como representação da aristocracia reinante.

No sistema trágico de Aristóteles, segundo Boal (1977), a empatia é a relação emocional que se estabelece entre personagens e espetadores, colocando estes na dependência dos outros, e onde se encontram duas emoções: a piedade e o terror. A primeira aproxima-nos de um personagem que sofre um destino não merecido e a segunda refere-se ao facto de um personagem sofrer as consequências de possuir uma fraqueza que nós também temos. O que é importante, como afirma Boal (1977), é que, com empatia, o espetador assume uma atitude passiva delegando a sua capacidade de ação.

Reagindo à passividade do espetador Boal (1978) propõe-se, através do teatro do oprimido, proceder à sua transformação em protagonista da ação dramática, criador e transformador, não refletindo exclusivamente o passado, mas, pelo contrário, preparando o futuro. Na sua passagem por Portugal, tivemos a oportunidade de conhecer de perto Augusto Boal e o seu trabalho, tendo sido seu aluno na Escola Superior de Teatro do Conservatório Nacional de Lisboa, em 1977/78. Homem de formação humanista, pedagogo da atividade dramática, reunia um conjunto de qualidades que deixaram uma marca profunda na nossa formação pessoal e profissional. Ainda hoje o seu trabalho é considerado uma referência fundamental para a área da Expressão Dramática e do Teatro.

Tendo por base a prática de um conjunto de atividades expressivas, em que os exercícios corporais têm um papel fundamental, desenvolve-se um trabalho de alteração das rotinas musculares que precede a exploração de determinadas práticas dramáticas para estimular nos participantes uma atitude atuante e interventiva. O **teatro estátua** praticado com regularidade por Boal na Escola Superior de Teatro de Lisboa consistia na produção de imagens fixas pelos participantes de acordo com os temas propostos pelo orientador ou pelo grupo de participantes.

Um dos exemplos consistia em mostrar visualmente o pensamento coletivo sobre um dado tema. Cada participante era convidado a produzir uma imagem individual sobre o tema escolhido apresentando-se um de cada vez. Quem assistia, estando em desacordo com a imagem produzida, poderia propor uma nova imagem. O grupo podia intervir, modificando ou completando as imagens produzidas, chegando-se por fim à « imagem real » que seria aquela que o grupo concordaria ser a representação do tema.

A segunda fase consistia na construção de uma «imagem ideal» que correspondia à imagem que se desejava construir para ultrapassar os problemas revelados.

Na terceira fase voltava-se de novo à «imagem real», cada elemento do grupo podia fazer novas modificações, propondo visualmente uma realidade desejada.

A quarta fase funcionava depois de todos terem manifestado a sua opinião. Na sequência da construção pelo grupo de participantes do conjunto de imagens fixas reproduzindo a "imagem real" é então proposto a realização de um movimento lento que conduza a uma imagem fixa que é a "imagem ideal".

O contacto com outras técnicas caraterísticas do teatro do oprimido era também desenvolvido. O **teatro invisível** tinha como ponto de partida a escolha e representação de um tema que pudesse interessar espetadores ocasionais de uma determinada situação, que pudessem, para além de assistir, intervir na mesma. Nesta experiência os espetadores não têm conhecimento de que estão a participar numa atividade teatral.

O **teatro fórum**, como refere Boal (1978), é uma proposta de jogo artístico e intelectual entre artistas e espetadores, na qual as soluções propostas pelo protagonista têm um erro político ou social, apresentando-se a primeira parte o espetáculo como um teatro convencional.

Na segunda parte a peça é apresentada de novo, o público é informado que qualquer espetador pode substituir o protagonista, bastando para isso, que se aproxime do local da representação e grite a palavra "stop". Os atores suspendem a representação, o protagonista é substituído pelo espetador e a cena continua. O ator substituído não se afasta, estimulando o espetador ou corrigindo a sua ação. Qualquer elemento da audiência que não esteja de acordo com a nova representação pode intervir substituindo o novo protagonista ou, progressivamente, qualquer outro ator, segundo as regras estabelecidas.

Um dos atores deve exercer as funções de jogo explicando as regras, corrigindo erros e mantendo o ritmo de representação. Com a representação terminada deve partir-se para um modelo de ação futura que deverá ser representada pelos espetadores. Outras técnicas fazem parte do teatro do oprimido, como o **teatro jornal** e o **teatro legislativo**, conhecidas por nós, mas da qual não tivemos uma prática efetiva. De um modo geral têm um discurso ideológico como ponto de partida, sendo atribuído ao grupo de participantes a tarefa de encontrar as soluções possíveis para os problemas, soluções que permitam «transformar o mundo».

> "*Vendo o mundo além das aparências, vemos opressores e oprimidos em todas as sociedades, etnias, géneros, classes e castas, vemos o mundo injusto e cruel. Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com as nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. (…). Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma*!" ([380])

Referências

Boal, A. (1977) Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Boal, A. (1978) Duzentos e tal exercícios para o ator e não ator. Lisboa: Cooperativa de Ação Cultural.

setembro de 2009

63. LARYSA SHOTROPA - CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA/ UCRÂNIA

TEMA 2.4. ENSINO DE PORTUGUÊS NA RÚSSIA

1. INTRODUÇÃO.

O ensino da Língua Portuguesa na Rússia apresenta dificuldades particulares no âmbito do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Este facto deve-se,

[380] Declaração do Dia Mundial do Teatro (Instituto Internacional do Teatro da UNESCO), da responsabilidade de Augusto Boal, proferida pelo próprio no dia 27 de março de 2009, em Paris. O autor faleceu no dia 2 de maio.

em primeiro lugar, à distância da Língua Portuguesa em relação à língua materna do aluno, o Russo.

Em segundo lugar, o conjunto de diferenças linguísticas entre o Português e o Russo provoca um enorme impacto no aluno iniciante, começando pelas divergências alfabéticas, diferenças nos sistemas fonético, morfológico e lexical, interferências da língua materna e, ainda, terminando nos traços sociais e culturais específicos da lusofonia.

O presente trabalho tem como objetivos:

1. Descrever brevemente a atual situação do ensino do Português – Língua Estrangeira na Federação Russa.
2. Num estudo contrastivo, apresentar algumas das principais dificuldades identificadas no processo de aprendizagem do Português por parte de alunos russos.

2. A SITUAÇÃO DO ENSINO DO PORTUGUÊS – LÍNGUA ESTRANGEIRA NA RÚSSIA

O ensino de Língua Portuguesa nas universidades da então URSS, deu-se, pela primeira vez, nos anos 40 do século passado, na Faculdade de Letras da Universidade Estatal de Moscovo (MGU). Os cursos eram facultativos e ao longo de décadas a aprendizagem da Língua Portuguesa não teve um caráter estável.

Helena Vulf, professora do Departamento de Línguas Românica da MGU, organizou no ano de 1965 um curso livre de Língua Portuguesa para os estudantes da cadeira de língua espanhola. Foi aqui que receberam uma formação inicial os primeiros especialistas em Língua Portuguesa – M.A. Kossarik, L.L. Martynova, P. Naumov, entre outros – que posteriormente elaboraram dicionários bilingues, metodologias de ensino de português para russos, desenvolveram aspetos práticos para o ensino de português, prepararam cursos teóricos e também publicaram manuais.

O ensino do Português com estatuto de cadeira académica remonta ao ano 1977, quando, em decorrência do estabelecimento das relações com Portugal e com as suas antigas colónias, surgiu a necessidade de um grande número de especialistas.

Em 1978, o Departamento de Língua Espanhola foi transformado em Departamento de Língua Espanhola e Portuguesa, posteriormente rebatizado como Departamento de Linguística Romano – Ibérica. Ao longo dos anos, este departamento tem mantido uma colaboração estreita com o Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A Universidade Estatal de Linguística de Moscovo é outra instituição de ensino superior com tradições de ensino do Português. Em 1964, na Faculdade de Tradução e Interpretação, começou a ser ministrada Língua Portuguesa que após 1974 passou a ter mais procura, principalmente nas faculdades de Tradução e de Interpretação, de Jornalismo, e também nas turmas do Instituto de Relações Internacionais e Políticas da mesma universidade, onde os estudantes têm Português como primeira ou segunda língua estrangeira.

Atualmente, são estudados vários aspetos do idioma Português: no curso prático de Português e no seminário sobre cultura da comunicação, estuda-se a história da língua, a fonética e a gramática teórica, a estilística, a lexicologia, a teoria e a prática da tradução e da interpretação, a interpretação simultânea (opcional), a história, geografia e também literatura dos países lusófonos.

Os alunos e professores do departamento são envolvidos em investigações ligadas às questões atuais da lusofonia. Em 1994, a Universidade Estatal Linguística de Moscovo assinou o Protocolo de Cooperação Científico - Pedagógica com a Universidade do Minho. No âmbito deste protocolo funcionam programas de intercâmbio de estudantes e professores.

Para além da referida universidade russa, a Universidade do Minho assinou acordos de cooperação com mais duas instituições do ensino superior da Federação Russa: a Universidade Estatal de São Petersburgo, em 1994, e o Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo (MGIMO), em 2006.

Em 2001, no MGIMO, foi criado o departamento de Línguas Românicas – Italiano, Latim e Português –, que antes integrava o Departamento de Línguas Hispânicas. Tendo em consideração o perfil da instituição, além do Curso Geral de Português, realizam-se cursos de tradução jurídica, sociopolítica e correspondência diplomática.

Cursos que também são dados na Academia Diplomática Russa. Nos Departamentos de Línguas Românicas das Universidades Estatais de Ekaterinburgo – que têm protocolo com a Universidade do Algarve no âmbito do Programa Erasmus –, de Volgogrado, onde a Academia do Ministério dos

Assuntos Internos colabora com a IMCP de Luanda), e ainda de Voronej, Irkutsk, Vladivostok, Magadan, ministram-se aulas de Português.

Em 2001, o ensino do Português como segundo idioma estrangeiro foi a primeira experiência do género na escola geral Nº26, em Moscovo. As aulas de português começam no 5º ano e são opcionais, pois os alunos têm de escolher entre o português e o francês. Em 2007, no quadro da viagem à Rússia do presidente português Jorge Sampaio, a escola foi visitada pelos representantes do Instituto Camões que contribuíram com diversa literatura de apoio, entre os quais manuais e gramáticas portuguesas para o quinto ano (o qual não corresponde ao nível principiante dos alunos do português).

Este primeiro passo foi um impulso para a criação de outros cursos, para além dos cursos de Português Geral e do Português para Crianças, em várias escolas privadas da capital e de outras cidades russas. Há que realçar que o maior problema neste aspeto é a falta de recursos didáticos: literatura infantil e materiais áudio - visuais orientados para o ensino infantil.

Ultimamente, tem-se registado um aumento da procura dos cursos da Língua Portuguesa pelos estudantes russos. O interesse manifestado deve-se ao desenvolvimento de contactos nas mais diversas áreas entre a Rússia e os Países de Língua Oficial Portuguesa, principalmente ao incentivo dos laços económicos de empresas russas com Angola e o Brasil (este último fazendo parte da coligação BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

A Rússia possui grandes empreendimentos em Angola e envia intérpretes e tradutores para apoiar os especialistas que por lá se encontram. Os acordos de cooperação bilateral, assinados por volta dos 180 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, nas áreas da economia e das tecnologias, prevendo a abolição dos vistos para estadias até 90 dias, vão trazer postos de trabalho para lusófonos e novas perspetivas a quem estuda o Português, incluindo a variante europeia.

Geralmente, nas universidades ensina-se a norma europeia, mas a literatura brasileira é também ministrada. Algumas faculdades de filologia têm uma cadeira específica da variante brasileira. Também é ensinada literatura de outros países lusófonos.

O investimento da Rússia em Portugal é muito menor em comparação com o que é feito em Angola e no Brasil. Portugal, por sua vez, tem-se aproximado da Rússia nos últimos anos com um volume de negócios em constante crescimento.

A significante presença das empresas portuguesas nas mais variadas feiras realizadas na Rússia (os estudantes de português são recrutados ainda durante a formação para trabalharem como intérpretes nas feiras de investimento) deu os seus frutos e, atualmente, a presença das empresas de imobiliário, do turismo e da construção civil portuguesas, entre muitas outras, demonstra como se tem desenvolvido a magnitude de negócios entre os dois países.

Todo este fluxo de atividade económica requer meios humanos lusófonos. O futuro dos alunos (as saídas profissionais) que decidam enveredar pela Licenciatura em Língua Portuguesa é assegurado pela crescente procura de intérpretes, tradutores, professores, investigadores, representantes de negócios ou de pessoal habilitado para o preenchimento de vagas nas embaixadas e nas empresas, sentidas ultimamente pelas empresas e órgãos do estado russos.

A Língua Portuguesa tem sido procurada para ser aplicada nas mais diversas áreas, a começar no turismo e a acabar no futebol ou nas telenovelas brasileiras, que são exibidas na língua original com tradução simultânea sobreposta. As obras literárias traduzidas para russo com tem despertado interesse entre os estudantes tendo sido apresentada em 2005 em Moscovo a coletânea bilingue "Poesia Portuguesa Contemporânea", com obras escritas entre os anos 40 e 60 do século XX. É uma forma de trazer ao público russo a diversidade e a importância da literatura lusa.

Saramago, Lobo Antunes, Paulo Coelho, Jorge Amado, Eça de Queiroz e Almeida Garrett são alguns dos autores portugueses com obras recentemente traduzidas para russo. Contudo, temos de mencionar que, apesar das relações económicas, políticas e culturais desenvolvidas ultimamente entre a Rússia e os países lusófonos, a propagação da Língua Portuguesa na Rússia se encontra ainda num nível muito básico.

Se é verdade que, nas grandes cidades (como Moscovo, Ekaterinburgo, Irkutsk, Vladivostok e Petersburgo), quem deseja aprender Português tem acesso ao ensino nos cursos em escolas particulares e instituições estatais – onde há um ensino de português estabelecido e sistemático –, o mesmo não se aplica às cidades mais pequenas, às províncias de um país tão vasto como a Rússia.

Similarmente ao que acontece em Portugal com o ensino do Russo, o ensino do Português na Rússia realiza-se fora dos estabelecimentos estatais, onde se verifica um maior fluxo no incremento do ensino deste idioma, nas instituições de ensino privadas em que qualquer pessoa se pode inscrever.

A experiência adquirida, tanto por professores como por alunos, tem vindo a demonstrar que o ensino tem cada vez mais que se adaptar às novas exigências da sociedade contemporânea. Esta sofre grandes mutações em intervalos de tempo cada vez mais curtos e, portanto, os diversos sistemas de ensino não podem permanecer estáticos, incapazes de promover a formação de indivíduos habilitados.

3. AS DIFICULDADES IDENTIFICADAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS POR PARTE DE ALUNOS RUSSOS

U. Weinreich, no seu estudo "Monolinguismo e multilinguismo" (1972), menciona que "*milhões, possivelmente a maioria das pessoas do planeta, ao longo da sua vida adquirem um ou mais sistemas de línguas estrangeiras, que podem ser usados de um modo ou de outro, de acordo com as exigências da situação. Mas, para cada falante, em todos os casos o problema mantém-se o mesmo: seguir um grande número de regras nos seus respetivos contextos*".

A aprendizagem de um idioma estrangeiro apresenta-se como um processo complexo, no qual se atribui atenção não somente à língua, mas também à cultura, à história, às tradições do país de onde provém o idioma. Obviamente que, portanto, neste processo surgem dúvidas e dificuldades por parte dos aprendentes.

Os estudantes de Língua Portuguesa das universidades russas, na maioria dos casos, estão ligados às ciências da linguagem e à filologia. Por isso, para eles a análise contrastiva das categorias gramaticais russas e portuguesas não apresenta muitas dificuldades, pois estão familiarizados com os conceitos dessas áreas.

Todavia, nos cursos particulares, o contingente de alunos é o mais diverso e nem sempre se encontra ligado à linguística. As dificuldades mais evidentes que enfrentam os alunos russos na aquisição do Português são da mais variável natureza, mas prendem-se antes de tudo com as particularidades da própria língua como objeto de estudo.

Com efeito, só um conhecimento aprofundado das dificuldades específicas, sentidas pelos alunos, bem como das causas que lhes são inerentes, permitirá ao professor desenvolver atividades e estratégias adequadas às situações concretas do ensino/aprendizagem com que se depara.

Como é sabido, a Língua Russa e a Língua Portuguesa fazem parte de famílias de línguas distantes e cada uma provém de dialetos e idiomas que têm pouco em comum. As fontes principais para o Russo foram os dialetos eslavos orientais e, mais tarde, surgiram influências como o Francês, o Alemão, o Polaco, assim como o Grego e o Latim (e, nas ultimas décadas, o inglês como resultado da globalização e desenvolvimento tecnológico, afirmação aplicada também ao português).

Por seu lado, o idioma português tem o Latim e o Grego nas suas origens. As duas línguas, apesar de grande diferença no sistema linguístico, têm, contudo muitos traços em comum, como, por exemplo, o léxico. Parece que este fator deve facilitar de alguma forma a aprendizagem de Português pelos russos. Mas, na verdade, as palavras de proveniência comum nem sempre têm a mesma semântica nas duas línguas. Vejam-se os seguintes exemplos:

Simpático – симпатичный /simpatichnyi/

Em Português, a palavra assume um sentido de *pessoa que infunde/ revela simpatia*. Em Russo, a palavra é mais utilizada com o sentido de *pessoa atraente.*

Professor – профессор /professor/

A semântica deste lexema na língua portuguesa é muito mais vasta do que na russa. Português: *aquele cuja profissão é dar aulas numa escola, colégio ou universidade* enquanto em Russo o sentido restringe-se ao *grau superior académico,* bem como *a pessoa que tem este título.*

Indivíduo - индивид /individ/

Em ambas as línguas a semântica é a mesma: *ser humano, considerado isoladamente na coletividade, na comunidade de que faz parte; homem*. Mas em Russo a palavra assume a conotação negativa de *alguém suspeito, desconhecido e de intenções desconhecidas.*

De seguida, analisemos exemplos de palavras que aparentemente designam os mesmos conceitos nas duas línguas, mas que frequentemente, apresentam uma profundidade semântica distinta.

Aluno - ученик (uchenik)

Encontramos em Português*: Pessoa que recebe instrução ou educação, em estabelecimento de ensino ou não* (a idade e o tipo de estabelecimento de ensino

pode ser variável). Em russo é apenas *aquele que estuda numa escola geral* e que normalmente, tem idade até 17 anos.

Simultaneamente, as mesmas parcelas da realidade - os mesmos conceitos - podem assumir formas distintas de transmissão em diferentes línguas. Assim, por exemplo, a palavra russa

рука/ ruka/ - braço

Engloba os conceitos de 'braço' e 'mão', e a palavra

нога /noga/ - perna

os de 'perna' e 'pé'. Apesar de existirem vocábulos específicos para designar aquilo que em Português se designa de 'mão' e 'pé', as palavras de uso mais difundido são as acima indicadas.

Há ainda lacunas, quando certos conceitos de língua A não existem em língua B, isto é, não tem correspondência linguística. Por exemplo, em russo a palavra

сутки /sutki/

não tem uma correspondência linear em português, sendo traduzida como *vinte e quatro horas* ou *um dia e uma noite*. Em russo, há palavras próprias para estes conceitos.

A divisão do dia (manhã, dia, noite) na Rússia difere da divisão em Português: dia – tarde. Por isso, na etapa inicial de aprendizagem de Língua Portuguesa, nas saudações, os russos cometem muitos erros. A simples pergunta

"É servido?"

coloca um russo numa situação confusa. Traduzindo literalmente para russo a palavra *servido* assume o sentido de *servir à mesa, servir alguém.*

As divergências nos modos de pensar dos diferentes povos constituem obstáculos na aquisição e domínio de novas línguas, já que os aprendentes se deparam continuamente com situações de excesso ou insuficiência de formas de transmissão de conceitos na língua estrangeira em comparação com a sua língua materna.

Ao agrupar algumas das principais dificuldades na aprendizagem do Português pelos russos, podemos dizer que existe uma afinidade. Contudo, esta afirmação não pode ser generalizada, pois cada aluno sente as dificuldades à sua própria maneira.

Podemos classificar as dificuldades através

- do uso dos artigos e das preposições, principalmente das preposições contraídas com os artigos (definidos e indefinidos)
- do domínio de verbos (a conjugação das formas verbais, a concordância destas, o uso do conjuntivo e do condicional)
- da estrutura da frase
- da pronúncia

O material que se segue tem como objetivo a explicação do surgimento das dificuldades acima mencionadas.

O surgimento das dificuldades acima mencionados pode ser explicado através dos seguintes aspetos:

a) O uso dos artigos - definidos e indefinidos - apresenta uma significante dificuldade. A utilização das preposições é uma lógica continuação deste problema. Em Russo não existem artigos. Por isso, o uso destes pelos aprendentes de Português frequentemente está "errado" ou é mesmo omisso, pois os russos não sentem necessidade de os usar.

Assim, a frase:

O Pedro comprou um carro.

é construída pelos russos da seguinte forma:

/Pedro comprou carro/.

O resultado disto reflete-se nas falhas de concordância em género. Nos casos em que o artigo é usado, surge um problema de escolha: masculino ou feminino? A lista de substantivos e artigos que se seguem é um exemplo disso:

/a programa/ /o televisão/ /a sistema/ /o flor/ /a problema/ /o pessoa/ /o saúde/

Isto deve-se ao facto de em Russo os primeiros três substantivos serem do género feminino, os seguintes três de género masculino e o último neutro quanto ao género (em russo, os substantivos podem ser destes três géneros). O principal indicador de pertencer a qualquer um dos géneros é a terminação. Neste caso os russos ao traduzir para Português consideram que os substantivos terminados em *-a* são femininos, os que acabam em *-o* ou em consoante - masculinos). Como sequência disso, é frequente a discordância em género das formas nominais, associada ao uso dos artigos:

Aquela mapa é tua?
A minha problema é pequena.

A contração dos artigos com as preposições constitui outro problema eminente. Em russo existe um sistema de casos (Nominativo, Genitivo, Dativo, Acusativo, Instrumental e Prepositivo) e cada nome tem terminações diferenciadas para indicar as diferentes funções sintáticas.

Em Português, pelo contrário, não existem casos, sendo algumas funções sintáticas desempenhadas mediante o emprego de preposições. Por isso, ao longo da aprendizagem do Português, o uso das preposições (em geral ou dos que são contraídos com os artigos) traduz uma dificuldade elevada.

*Prefiro voar **na** avião da TAP.*
*Olga gosta de viajar **do** comboio.*
*Estamos a passear **por** parque.*

No domínio dos verbos, as dificuldades são ainda mais marcantes e mais variáveis. Aqui, o afastamento das categorias gramaticais entre a língua portuguesa e a língua russa apresentam-se mais evidentes e originam mais erros e dificuldades. A existência de muitos tempos morfológicos apresenta um sistema mais complexo em Português do que em Russo.

O uso do infinitivo pessoal (em Russo não há infinitivo pessoal; o modo infinitivo russo não tem significado de substantivo verbal nem pode empregar-se com uma preposição ou um atributo.

Tal como em Português, o infinitivo russo pode empregar-se depois de uma série de verbos), o uso do infinitivo de cortesia, do conjuntivo e do condicional é um obstáculo relevante, difícil de ultrapassar, mesmo nos níveis avançados de aprendizagem do Português.

Em Russo, existem só três tempos verbais – Presente, Passado e Futuro (sintético e analítico) –, três modos – Indicativo, Imperativo e Conjuntivo (este último difere bastante do Conjuntivo em português) –, e dois aspetos – perfeito e imperfeito (os verbos têm o mesmo radical, formam pares e para português são traduzidos por um só verbo).

Assim como em português, os verbos russos conjugam-se no Presente (os verbos de aspeto imperfeito), no Futuro (os verbos de aspeto imperfeito formam o futuro analítico e os de aspeto perfeito o futuro sintético) e no Passado as formas verbais concordam com o sujeito em género e em número; existem três formas no singular -masculino, feminino e neutro -, e uma no plural (para todos os géneros).

Outro momento ligado com a categoria verbal em Português é a questão de colocação do pronome na conjugação pronominal reflexa, visto que, em russo, as partículas reflexivas *-сь* e *-ся* são sempre enclíticas.

As frases do tipo:

Ele ainda não levantou-se.
Como chama-se esta rua?
Não lembro-me de nada.
são bastante frequentes por parte de estudantes russos.

Há ainda a realçar a grande diferença entre o Conjuntivo russo e o Conjuntivo em português. Na nossa opinião, um dos momentos mais difíceis para os que aprendem português é o uso do Conjuntivo. Os inúmeros "erros" ou a recusa de usar esta categoria verbal são duas constantes na fala dos russos, sendo as causas mais frequentes o complicado sistema de conjugação dos verbos no Conjuntivo, a incerteza em relação ao seu uso e a não assimilação com base nas noções da língua materna.

Em Russo, nas orações no Indicativo Presente, não são usados os verbos auxiliares *ser, ter, estar* e *haver.*

Consequentemente, à semelhança da sua língua materna, as frases em português são construídas da seguinte forma:

Há quanto tempo está em Lisboa?
Quanto tempo está em Lisboa?

-Quem fez isto? – Fui eu.
Quem fez isto? – Eu.

Hoje é quinta-feira.
Hoje quinta-feira.

Nós somos amigos.
Nós amigos.

A troca dos verbos *ser* e *estar* verifica-se com muita frequência.
Hoje está um bom tempo.
Hoje é um bom tempo.

Sou de Murnansk.
Estou de Murmansk.

Com esta breve abordagem, foram exemplificados algumas das dificuldades relativamente à categoria verbal portuguesa.

c) Passemos agora a analisar as dificuldades relativamente à estrutura de uma frase. Para transmitir uma mesma ideia, em Português são usadas muito mais palavras do que em Russo.

Vejamos a seguinte frase:

As últimas obras escritas por Victor Pelevin estão a ser lidas por representantes de várias gerações. (16 palavras)
Последние произведения Виктора Пелевина читаемы представителями разных поколений. (8 palavras)

A explicação é a seguinte: em Russo, como já referido, não são usados artigos, bem como algumas preposições, que, no entanto, são compensadas pela utilização dos nomes em vários casos.

Em Português, as regras gramaticais permitem dispensar o pronome pessoal, visto que, na conjugação verbal, a cada pessoa corresponde só uma terminação. Em Russo a escolha de usar ou não o pronome pessoal é opcional.

Por isso, em múltiplos casos, os russos usam o pronome pessoal como nas frases do seguinte tipo:

Lamento muito, mas ***eu*** não percebo.
Tu achas que a nossa equipa vai ganhar?
Nós não falamos bem português.

Em Português, a dependência entre as palavras na oração determina-se ou pela ordem das palavras ou pelo auxílio de outras palavras (preposições). Em Russo, a ordem das palavras é relativamente livre e a dependência entre elas expressa-se nas diversas formas que a mesma palavra pode ter.

Por isso é frequente ouvir:
Meu tio comprou (um) azul carro.
ou
Comprou meu tio (um) azul carro.

Uma taça de vermelho vinho - é isso que eu quero.
(a palavra *tinto* para russo é traduzida como *красный* (vermelho). Vejamos:

Красная площадь (Krasnaia Plochadi) –Praça Vermelha
Красное вино (krasnoie vino)-vinho tinto

d) Se as dificuldades nas categorias gramaticais apresentam um obstáculo na aprendizagem do Português, estas podem ser ultrapassadas com a ajuda de material didático adequado e de um sistema de atividades elaboradas para cada situação particular.

No entanto, a pronúncia apresenta um caso diferente e mais difícil de ser ultrapassado. Pelo sotaque na pronúncia de certos sons da Língua Portuguesa consegue perceber-se qual é a origem do falante.

Nos seus estudos sobre os problemas de bilinguismo e multilinguismo, Trubetskoi (1960) mencionou que "*ao ouvir e ao analisar a fala de um estrangeiro, inconscientemente usamos os modelos fonéticos da língua materna*."

Dado que os modelos da nossa língua nem sempre correspondem às formas de uma língua estrangeira, aparecem inúmeros erros e equívocos. Os sons da língua estrangeira recebem uma interpretação fonológica errada.

O sotaque não depende de um indivíduo não ser capaz de pronunciar corretamente os sons, mas sim de julgar erradamente os sons da língua estrangeira por causa da diferença entre os sistemas fonológicos da língua estrangeira e materna".

Bernstein (1975) assinalou que "a dificuldade em aprender corretamente a pronúncia de uma língua estrangeira esconde-se no ato de os estudantes compreenderem a fala de outras pessoas através do prisma do sistema fonético da língua materna.

Tendo a experiência em ouvir e pronunciar sons na língua materna, eles usam esses padrões na perceção e reprodução dos sons na língua estrangeira desconhecida". Não é por acaso que, na fase inicial da formação, os alunos russos reproduzem, em vez dos sons do Português, os sons da sua língua.

O facto de em russo não haver sons nasais, torna a pronúncia de palavras com estes sons ou com ditongos, que incluem sons nasais, bastante divergente. É difícil para o estudante habituar-se a pronunciá-los de forma semelhante à dos nativos.

A pronúncia e perceção das vogais são particularmente problemáticas para os russos, uma vez que em Português existem sons vocálicos inexistentes em russo.

Cão - [káu]
pão [páu]
mãe [máj]
bem [bɛm]
bombom [bombom]

Por outro lado, as diferenças a nível do sistema alfabético também originam problemas de pronúncia na leitura, bem como na ortografia: em Português, contrariamente do que acontece em Russo, a cada letra pode corresponder mais do que um som e, para além disso, cada som pode ser representado por diferentes letras ou até por conjuntos de letras:

Em russo não existe o som igual ao do [R] português inicial. Nas palavras

Russo [rusu]
rio [riu[]
carro [karu]
rapaz [rapaʒ]
rápido [rapidu]

o [R] raramente ou quase nunca é pronunciado como um som vibrante uvular.

Muito poucos são os casos de uma pronúncia correta desse som nas palavras pois, conhecedores desta dificuldade e por insegurança, os estudantes acabam por desistir e não se esforçam por pronunciá-lo corretamente.

O sistema consonântico russo está dividido em duas oposições: sonora-surda e dura-branda.

A segunda oposição é muito importante na língua russa, pois o abrandamento de uma consoante pode alterar completamente o sentido da palavra.

брат /brat / (irmão) – брать /brati/ (levar, agarrar)

O abrandamento das consoantes duras pode fazer-se por meio do sinal brando ou quando a seguir às consoantes se seguem as vogais: *е, и, ё, я, ю,* ou o sinal brando - *ь*.

Numa posição semelhante, em Português, estes sons acabam por ser pronunciados à maneira russa.

As interferências da língua materna neste domínio são marcantes.

Bolinho - [buλiɲu]
Língua - [λingwa]
Aldeia - [aldɛa]
Óleo - [oλɛw]

Nesta parte, apresentámos os exemplos mais generalizados de dificuldades e "erros" na pronúncia dos sons portugueses, pois para cada indivíduo que aprende Português os problemas no domínio da pronúncia são muito pessoais e específicos.

4.CONCLUSÕES FINAIS.

A partir da análise de algumas diferenças existentes entre a língua materna dos aprendentes e o Português, foram apontados e explicados casos particulares no processo de aprendizagem do Português – Língua Estrangeira na Rússia: o uso dos artigos e das preposições, a concordância das formas verbais, a formação dos tempos verbais e o uso de algumas categorias gramaticais – Conjuntivo e Condicional, - a estrutura da frase e a pronúncia.

O objetivo do presente trabalho não foi o de fazer uma análise de todas as dificuldades com as quais se deparam os russos no processo de aprendizagem do Português, mas sim referir apenas aquelas mais frequentes.

Para alem destas, outras não consideradas aqui são as dificuldades ortográficas, os problemas ligados à pontuação, ao uso de expressões portuguesas sem correspondência em Russo, formas de saudação etc., que por manifesta falta e espaço não podemos examinar.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Bernstein, S.I. (1975). "*Problemas de aprendizagem: pronúncia*." In: *Problemas da Fonética e da pronúncia*. Moscovo, p. 15.
2. *Dicionário Houaiss da Língua Portugue*sa. (2005) Lisboa: Temas e debates.
3. Golanov, I.G. (2007). *Morfologia da língua russa moderna*. Moscovo: Academia.
4. Nikonov, B.A. (1985). *Gramática da língua Portuguesa*. Moscovo, Vyschaia shkola.
5. Ojegov, S.I. (1988). *Dicionário da Língua Russa*. Moscovo: Russky Iazyk.
6. Oliveira, Ana Luísa, Faneca, Rosa Maria, Ferreira, Teresa (2007). "*Integrar em Língua Portuguesa: considerações finais do Projeto Aproximações*". In: *ANÇÃ, Maria Helena & Ferreira, Teresa (2007). Língua portuguesa e Integração*. Aveiro Leip/CIDTFF – Universidade de Aveiro
7. Petrova, G.V. (2005). *Português de negócios*. Moscovo: Filomatis.
8. Pliassova, Iana. (2007). "*Comunicação intercultural e aquisição/aprendizagem do Português: o exemplo dos imigrantes ucranianos*". In: *ANÇÃ, Maria Helena & Ferreira, Teresa (2007). Língua portuguesa e Integração*. Aveiro Leip/CIDTFF – Universidade de Aveiro
9. Trubetskoi, N.S. (1960). *As bases da fonologia*. Moscovo: Vyschaia shkola, p.37.
10. U. Weinreich, U. (1972). *"Monolinguismo e multilinguismo".* In: *Contactos linguísticos*. Moscovo, p. 25-60.

64. LINO MOREIRA UNIVERSIDADE DO MINHO

LMOREIRA@IEP.UMINHO.PT

TEMA 2.2 A COOPERAÇÃO ENTRE POVOS, TOMANDO COMO PRETEXTO A LÍNGUA COMUM: O CASO DO 'ACORDO ORTOGRÁFICO' DA LÍNGUA PORTUGUESA

Depois de ultrapassadas contingências de vário tipo, sobretudo políticas, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi recentemente aprovado e anunciada a sua entrada em vigor. Mas tal não aconteceu sem que se desencadeasse, entre nós, uma onda de paixões antagónicas, que só aparentemente surgiram alinhadas pelo 'sim' e pelo 'não' de quantos intervieram no debate. Da contraposição de ideias que se verificou, resultaram:

- a aprovação do próprio Acordo Ortográfico;
- as intencionalidades (declaradas ou suspeitadas) de quantos se manifestaram, sobre ele, contra ou a favor.

Através da análise destas últimas, é possível constatar que, se é inegável que o Acordo Ortográfico, em si mesmo, tem vantagens, não se poderá ocultar que ele, por si só, é insuficiente para responder àquilo que de mais profundo se pretende, e que aparece nas linhas e entrelinhas das opiniões manifestadas. Por esse facto, e atendendo àquilo que significam as línguas no nosso tempo, importa saber olhar para além do próprio Acordo Ortográfico e considerar o que verdadeiramente se pretende (deve pretender) com ele.

Há um esforço de leitura a fazer, que terá de procurar referências em Camões, Vieira, Pessoa, Agostinho da Silva, mas também não dispensará as perspetivas, de tipo identitário, político-económico e cultural, impostas pelo mundo globalizado em que vivemos.

O autor da presente comunicação propõe-se começar por referir-se às circunstâncias que, entre nós, acompanharam a aprovação do Acordo Ortográfico, para depois desenvolver o esforço de leitura que refere.

É sua intenção procurar compreender e dotar de sentido as posições assumidas durante o debate gerado e justificar por que considera o Acordo Ortográfico apenas um pretexto, ao serviço da língua, para a cooperação e o desenvolvimento entre os povos que falam português, perante as necessidades e as exigências do mundo de hoje.

1.1. INTRODUÇÃO

A primeira redação do Acordo Ortográfico, visando a unificação ortográfica do Português, data de 1986 (Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, de 23 de agosto), e foi assinada, em 1990, pelos sete países de Língua Oficial Portuguesa (Timor ainda não era independente).

Embora tendo-se previsto que entraria em vigor em 1994, tal não aconteceu, dado que apenas Portugal e Brasil haviam ratificado o Acordo.

Alguns anos mais tarde (1998), foi decidido, por protocolo modificativo, que se elaboraria um "vocabulário ortográfico comum em terminologias científicas e técnicas", e que o Acordo Ortográfico entraria em vigor "após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa".

Ora isso também não se verificou. Em 2004, estabeleceu-se um segundo protocolo modificativo ao Acordo, que, embora não prevendo datas, determinou que a sua ratificação por três países, entre os oito (Timor já incluído), seria suficiente para que essa entrada em vigor se efetivasse. Assim aconteceu, com a ratificação do Acordo Ortográfico pelo Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A Assembleia da República Portuguesa ratificou o Acordo (Resolução n.º 35/2008, de 16 de maio), que foi promulgado pelo Presidente da República (Decreto n.º 52/2008), prevendo-se a sua entrada em vigor dentro de 6 anos.

1.2.

Todavia, em Portugal a ratificação do Acordo ficou marcada por debates acalorados e fortes tomadas de posição *pró* e *contra*. Tais debates e tomadas de posição massivas, de que não se estaria à espera, com ondas de choque que estão longe de se terem dissipado, revelaram perspetivas profundamente apaixonadas, onde cada grupo argumentava ferozmente, pretendendo vencer o outro aos pontos, como se de um certame *clubista* se tratasse.

De repente, descobriu-se que havia um *Acordo Ortográfico*, com ou sem o qual a língua não sobreviveria e os povos que a têm como oficial não teriam sucesso, e sobre o qual era necessário tomar posição.

Mais repousados em relação aos debates e às tomadas de posição, e numa reflexão que só pode ser serena, importa procurar um significado para o que aconteceu e para aquilo que o Acordo Ortográfico efetivamente representa, no contexto do que, de modo claro ou não, se pretendeu valorizar.

2. AS PAIXÕES DESENCADEADAS PELO ACORDO ORTOGRÁFICO

Da contraposição de ideias que se verificou durante o debate sobre o Acordo Ortográfico, resultaram a aprovação do próprio Acordo Ortográfico e as intencionalidades (abertamente declaradas, ou não) de quantos se manifestaram sobre ele, *contra* ou *a favor*.

2.1.

De entre as entidades que apresentaram reparos ou se revelaram abertamente contra o Acordo Ortográfico, uma das mais notadas foi o Movimento em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, que pôs um Manifesto a circular entre maio de 2008 e maio de 2009, mês em que a sua Petição, subscrita por mais de 115 mil assinantes, foi apreciada, e arquivada, na Assembleia da República (Petição nº 495/X/3).

Pelos seus opositores (A. Emiliano, 2008; V. G. Moura, 2008; F. M. Valada, 2009), a reforma ortográfica proposta é acusada de "mal concebida", "desconchavada", "sem critério de rigor", "perniciosa", "de custos financeiros não calculados", de "subserviência a interesses políticos e editoriais", "atentatória da defesa da língua", destituída de condições para servir de base a uma proposta normativa, detentora de erros e ambiguidades…

2.2.

Os argumentos a favor do Acordo foram, essencialmente, os que se podem ler na "Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" (Anexo II da Resolução da Assembleia da República, de 1991, que aprova o Acordo Ortográfico) e os que foram divulgados pela Academia de Ciências de Lisboa.

Garantem os defensores do Acordo que se trata de uma proposta séria, seguindo o que de melhor se fez em revisões, no passado, e indo buscar referências a estudos anteriores (M. F. Gonçalves, 2003), acrescentados e desenvolvidos nas reformas ortográficas de 1911, 1943 e 1945. Entre diversos argumentos, sublinha-se a aproximação da oralidade à escrita e a simplificação do ensino e da aprendizagem da língua.

Faz-se depender do Acordo Ortográfico a expansão da Língua Portuguesa, a definição de uma política linguística comum, o fortalecimento da cooperação educacional, o crescimento da "força da Língua Portuguesa no panorama mundial" (a desejada adoção do Português como língua oficial da ONU), e apresenta-se o exemplo de outras línguas de cultura, que se encontram, diz-se, há muito unificadas.

3. ALGUNS COMENTÁRIOS ACERCA DAS PAIXÕES GERADAS PELO ACORDO ORTOGRÁFICO

Importa tomar consciência desta súbita paixão desencadeada pelo Acordo Ortográfico e fazer algumas considerações acerca dela.

- Pelo debate gerado, reconhece-se a importância das línguas, em geral, no mundo de hoje. O interesse súbito revelado com o Acordo Ortográfico não foi casual, mas teve na sua origem a consciência de que a complexidade do mundo de hoje tem trazido ao de cima questões linguísticas importantes. No mundo globalizado em que vivemos, falar uma língua não é apenas "falar" essa língua, pois que, por detrás de qualquer língua, há realidades de que se participa e uma comunidade que se integra.

- Reconhece-se, em especial, a importância crescente do Português, no mundo de hoje. Há 5 séculos atrás, Portugal espalhou a sua língua pelo mundo, e hoje ela é falada por uma comunidade alargada, com representação oficial e pessoal em todos os continentes, prevendo-se que, em 2050, ela seja falada por mais de 350 milhões de pessoas. A previsão é da ONU, no *Relatório do Fundo de População* (UNFPA). Portugal vai perder população, mas todos os outros países da CPLP irão aumentá-la, situando-se entre os povos do mundo que mais condições têm para crescer – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste duplicarão a população, e o Brasil e São Tomé e Príncipe aumentá-la-ão consideravelmente.

- A intenção de unificar a ortografia é, em si mesma, positiva e não duvidamos que bem-intencionada. Escrever da mesma maneira, segundo os mesmos critérios, nos diversos espaços onde a língua é praticada, contribuiria para resolver problemas de comunicação, dignificar a língua e internacionalizá-la. Na perspetiva assumida, uma ortografia comum resolverá desentendimentos, facilitará o intercâmbio de material escrito, promoverá o estudo da língua, tornará a língua internacionalmente mais credível. Assim pensou quem defendeu o Acordo. Quem se lhe opôs fê-lo por julgar que a língua sairia valorizada mantendo-se sem receber alterações.

Mas o envolvimento dos defensores de uma posição e de outra, na causa do Acordo Ortográfico, tendo as intenções meritórias que tiveram (valorizar a língua), ficou aquém daquilo que os próprios pretendiam. O que se almejava conseguir com o Acordo (para quem o apoiava) e o que se entendeu não conseguir com ele (para quem se lhe opunha) não foi perseguido pela via mais direta e eficaz. Ou seja: a via do Acordo Ortográfico para valorizar a língua afigurou-se insuficiente.

- Hoje, uma língua não vale por aquilo que é, mas por aquilo que significa e é possível fazer com ela. As línguas são, como nunca, instrumentos de influência política e económica, pondo os países e os indivíduos a entenderem-se num ou noutro sentido, consoante a língua de que se trate. As línguas são instrumentos culturais e as culturas representam os povos. São instrumentos de identidade e, com elas, em última análise, é a sobrevivência dos povos que é posta em causa. A realidade linguística mundial está em mutação.

Fruto de circunstâncias diversas, as línguas interacionam mais rapidamente que no passado, falando-se, como nunca, na morte de línguas e na intensificação dos fenómenos de superstrato. As línguas não são todas iguais e não mantêm, ao longo dos tempos, o mesmo estatuto. A sua importância varia dependentemente de fatores políticos, económicos culturais, e até de *status*. As economias tendem a impor as suas línguas.

É uma estratégia com largos antecedentes na história, sendo que uma influência económica duradoura, aliada a fatores políticos e culturais, leva a influências e a pressões muito fortes sobre outras línguas. As línguas mais poderosas a nível mundial continuarão a exercer as suas influências para serem cada vez mais praticadas e abrangentes.

- Perante tudo isto, importa atender ao que significa falar Português, neste início do século XXI – não sendo uma língua apenas *essa* língua, mas também (sobretudo) aquilo que são, a todos os níveis, os povos que a falam. E se o que se pretende é valorizar, dignificar, internacionalizar, *fazer valer* uma língua, isso não se consegue com debates inflamados em torno de um Acordo Ortográfico, mas com esforços profundos envolvendo os povos e os indivíduos que falam essa língua. Com o fim pretendido, ficar-se pelo Acordo Ortográfico, por mais aspetos positivos que ele comporte, é redutor e insuficiente.

4. POTENCIAR A LÍNGUA PARA ALÉM DO ACORDO ORTOGRÁFICO

No entendimento que fazemos, a relevância dada ao Acordo Ortográfico, com as justificações (declaradas ou subentendidas) que para ele foram (são)

apresentadas, deveria ter sido (deveria ser) antecedida, ou pelo menos acompanhada, por outros esforços que conduzissem, de modo sem dúvida mais eficaz, aos fins propostos.

Consideramos que temos de fazer muito mais que estabelecer um Acordo Ortográfico e que este corre o risco de se ficar pelos dicionários e obras de uso prático já publicadas (ABL, 2009; D. Tufano, 2008; J. L. Vieira, org., 2008; M. Janssen, et al, 2008; M. Silva, 2008; Texto Editores, 2007; Porto Editora, 2008; E. Bechara, 2008; J. M. Casteleiro & P. D. Correia, 2007), e se revelar formal e inconsequente.

O que sobretudo importa, no contexto em que nos situamos, de 8 países falando uma língua comum (escrita do mesmo modo, ou com poucas variações), é criar um espaço de interação e cooperação, onde sejam valorizados os interesses mútuos dos países e das pessoas que têm o Português como língua materna ou língua oficial. Está-se a dar um grande relevo à unificação da ortografia, mas tem-se dificuldade em fazer aprovar, por exemplo, um "simples" estatuto de *cidadão lusófono*, que, direta e indiretamente, fará, sem dúvida, muito mais pela língua do que uma mão-cheia de Acordos Ortográficos.

Valorizar a Língua Portuguesa, se pode passar pelo Acordo Ortográfico, tem de ir muito mais além que ele. E ao aprovar-se o Acordo Ortográfico, vemos esse ato numa alargada dimensão de servir de pretexto para passos mais amplos, no sentido das verdadeiras interação e cooperação. Apenas em si mesmo, será muito pouco o que antevemos poder-se esperar dele. O Acordo Ortográfico não pode servir para ficarmos satisfeitos em torno de uma língua que é escrita *mais ou menos* do mesmo modo pelos povos que a falam, porque o que há a fazer é imensamente mais exigente.

Situamo-nos, hoje, no limiar de um novo mundo, com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor, e ainda com Macau e a tão esquecida Goa (e outros territórios afins, por onde labutaram portugueses há séculos atrás), e um sem número de comunidades espalhadas pelo mundo que não esquecem as suas raízes. Estes, mais que países, povos e comunidades do presente, são países, povos e comunidades de futuro, que se constrói, e não se recebe feito. O que importa, sobretudo, fazer é investir nesse futuro, tomando como pretexto a língua comum. Embora se trate de uma área de largo espetro, e, portanto, impossível de esgotar, não deixaremos de referir alguns pontos que consideramos essenciais para a valorização a que nos referimos.

- Anular rivalidades e desconfianças mútuas e estreitecer laços. A própria demora verificada no processo de aprovação do Acordo Ortográfico levantou, desde logo, a suspeita de rivalidades e desconfianças.

Entre Portugal e Brasil, não é ignorado por ninguém que existe um antagonismo, pelo menos linguístico, antigo. As divergências ortográficas na língua praticada, para cá e para lá do Atlântico, acontecem desde há muito (por exemplo, Portugal, na reforma ortográfica de 1911, não considerou o Brasil; o Brasil não aderiu à reforma; em 1945, apesar do Acordo de Unificação Ortográfica estabelecido; Portugal avançou com uma lei, mas o Brasil continuou a reger-se por disposições anteriores…).

São notórias as tentativas de hegemonia política sobre a língua, por parte de um e outro país. E se até há pouco só existia necessidade de diálogo entre eles, hoje todos os países de Língua oficial Portuguesa querem ter, e têm direito a ter, voz ativa na matéria, não admitindo, e bem, calculismos nem protagonismos, porque a língua, verdadeiramente, não tem dono e é património de todos os que a falam.

- Valorizar o "mundo em Português" para valorizar a língua. As pessoas estão antes e acima de tudo, porque são elas que falam a língua. Não é difícil reconhecer, embora por vezes convenha fechar os olhos a isso, que é da sequência política, cultura, economia, cooperação, interação dos povos… que resulta a importância da língua, e não ao contrário.

Percebeu-se, com a crise que está a marcar o mundo, que a solução para os males declarados sobre a globalização não passa por isolar partes do mundo (o que não será praticável sem graves consequências para todos), mas organizar o mundo por blocos de influência interativos e cooperantes, estabelecidos com base em critérios de afinidade. De entre esses critérios sobressai a língua comum. Já que se gosta tanto de comparar a realidade própria com a dos outros, repare-se no que fazem a Espanha, a Inglaterra, a França, e outros países.

Ainda há pouco, Graça Machel, ao receber o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Évora, chamava a atenção para isso. Quem andou, ou anda, pelo mundo da cooperação sabe com que empenho e agressividade esses esforços são desenvolvidos por outros.

- Estimular padrões histórico-culturais de referência. Se temos necessidade de padrões de referência, encontramo-los no entendimento do Império formulado por Camões (humanista, colaborante, credível, empenhado, laborador), evoluindo para o Quinto Império de Vieira e adaptado às realidades atuais com o *império cultural* da Língua Portuguesa, de Pessoa (que encaixa totalmente na interação dos países que tomaram a opção de adotar o Português), até ao "império" da língua e de quem a fala, que ainda não há, mas tem todas as condições para vir a haver, como defendia Agostinho da Silva. Trata-se de um suporte ideológico-cultural essencial para nortear todos os outros desempenhos, que começam a desenvolver-se dentro das culturas e especificidades de todos os países e espaços onde se fala o Português.

- Revelar "atitude" positiva perante a língua e as culturas. A atitude dos povos que falam Português em relação à sua língua e às suas culturas tem necessariamente de se desenvolver, porque é, na verdade, muito baixa. Isso vê-se nos desempenhos e nos comportamentos, desde os dos políticos até aos dos cidadãos comuns. Um sinal disso é o modo como se estimula e considera outras línguas e culturas, e não se estimula nem considera o Português. A postura perante outras línguas terá de ser revista, sob pena de nos estarmos a contradizer e a contribuir para o nosso próprio apagamento.

- Valorizar questões de identidade. As questões de identidade são, hoje, muito focadas. Isso deve-se ao fenómeno da globalização que tem afetado as mais diversas realidades do mundo. Num mundo onde tudo se torna cada vez mais igual, importa valorizar o que é nosso (e a língua integra o nosso património principal), sem que isso nos impeça de respeitarmos o que é dos outros e os identifica também. Há que reforçar e assumir as identidades, pondo-as ao serviço do que pretendemos.

- Desenvolver cooperação, interação, confiança e credibilização mútuas. É urgente o reforço efetivo de um organismo coordenador (hoje, a CPLP), dotado de meios e vontades suficientes. E a este nível está quase tudo por fazer: parcerias na área do conhecimento, da investigação, da saúde, dos negócios empresariais… envolvendo cooperantes que doem o seu trabalho e se mostrem mais empenhados em responder aos desafios do terreno que em satisfazer os seus interesses pessoais.

Quanto aos negócios (os jornais de agora escrevem "boas oportunidades" …), a globalização, que transformou o mundo, veio ensinar que eles não podem ser *crus*, deixando uma parte satisfeita e a outra a definhar, porque por detrás dos negócios estão povos e pessoas.

Negociar, hoje, não pode ser deixar *podre de rica* uma parte, mas contribuir para que todas as partes passem a viver melhor depois do negócio feito. Caso contrário, geram-se desconfianças e aversões… a que nenhuma afinidade linguística ou histórico-cultural (nenhum Acordo Ortográfico) poderá dar resposta.

- E há, ainda, outros aspetos a considerar. Aspetos que, a alguns, podem parecer *menores*, mas que mexem com as pessoas e interferem profundamente nas suas vidas. E isso é o mais importante de tudo.

Referimo-nos à alfabetização e à valorização humana da população dos países de Língua Portuguesa, que está rapidamente a aumentar – e são milhões os indivíduos do espaço lusófono que não falam Português, e muitos mais os que não leem nem escrevem, e não o fazem em Português; à produção de materiais didáticos adequados às necessidades educativas locais; ao estímulo do respeito pelos valores humanos e de convivência humana nos vários países; ao combate à pobreza, sendo que povos e pessoas da área do Português estão entre os mais pobres do mundo, competindo também à grande comunidade onde eles se integram lutar contra essa enormidade humana; ao incentivo às artes, ao turismo, à divulgação de obras marcantes da cultura dos vários países…

Será da qualificação dos indivíduos e da valorização dos espaços lusófonos, a todos os níveis, que resultará (indireta, mas eficazmente) aquilo que se diz que se pretende com o Acordo Ortográfico: credibilização e interesse crescente pela Língua Portuguesa.

5. CONCLUSÕES

5.1.

O que pretendemos transmitir com a presente comunicação julgamos que tem tanto de simples como de importante. O recente debate sobre o Acordo Ortográfico merece atenção na lógica comparativa de que Portugal só quando perdeu o Brasil, em 1822, é que se lembrou que o tinha, e quando foi acossado pelos ingleses, no Ultimato (1890), se lembrou que era uma potência colonial. Agora, e o Acordo Ortográfico é sinal disso, Portugal parece ter descoberto que tem uma língua. E ainda bem que o faz, porque pode fazê-lo a tempo de a não ter

perdido. A forma inflamada como o debate sobre o Acordo Ortográfico se desenvolveu deixou antever uma crescente consciência sobre a importância das línguas em geral e da Língua Portuguesa em especial, com o reconhecimento de que o Português se situa entre as grandes línguas do mundo.

5.2.

Os passos a dar para salvaguarda da língua têm de ir muito mais além do que este Acordo Ortográfico, sendo necessário, por isso, relativizar a sua importância e orientar a paixão evidenciada para o que verdadeiramente importa dentro da lusofonia, os povos incluídos e as pessoas individualmente consideradas, nas suas especificidades e nos seus direitos e deveres. Através da análise das posições assumidas no debate, é possível constatar que, se é inegável que o Acordo Ortográfico, em si mesmo, tem vantagens, não se poderá ocultar que ele, por si só, é insuficiente para responder àquilo que de mais profundo se pretende, e que aparece nas linhas e entrelinhas das opiniões manifestadas.

Há um esforço de leitura a fazer, que terá de procurar referências em Camões, Vieira, Pessoa, Agostinho da Silva, mas também não dispensará as perspetivas, de tipo identitário, social, político, económico e cultural, impostas pelo mundo globalizado em que vivemos. Despenderam-se energias que seriam mais bem aplicadas se incidissem sobre o que mais diretamente afeta a vida dos povos e dos indivíduos dos espaços do Português e sobre o que falar, ler e escrever esta língua pode e deve servir. Encarou-se o Acordo Ortográfico como se ele fosse de vida ou de morte para a língua e imprescindível para a sobrevivência dos povos que a falam, o que está muito longe de ser verdade.

Existem muitas complexidades na língua que nunca serão resolvidas por qualquer Acordo Ortográfico – de estrutura e construção sintática, de vocabulário e idiomatismos, de carga semântica, de pronúncia, de duplas grafias (admitidas no Acordo), de cronologia relativa… E nada disso não é menos língua que a ortografia considerada. Parece ignorar-se, ao defender-se o Acordo, que, apesar das diferenças ortográficas, as variantes escritas da Língua permanecem perfeitamente inteligíveis para os seus utilizadores.

5.3.

Não negamos que o Acordo Ortográfico, tal como se encontra aprovado, pode ter aspetos positivos e ser útil à língua comum. Pode, de facto, contribuir para aquilo que se diz pretender com ele, nomeadamente facilitar o uso da Língua, combater a sua falta de visibilidade, perseguir o seu "prestígio internacional" (Preâmbulo do Acordo). Ainda assim, em particular incomoda-nos, nele, que, em nome de uma modernização e uma simplificação aceleradas, se esteja a contribuir, cada vez mais, para o afastamento da língua da sua matriz original, exprimindo a tendência que, desde há muito, se vem, lamentavelmente, acentuando entre nós, para o abandono das referências clássicas. Mas não nos passou despercebido o denodo e a paixão com que foi travado o debate em volta do Acordo, nas posições de *pró* e *contra* que sobre ele foram explanadas. Tal denodo e tal paixão mostram que se encarou o Acordo numa dimensão decisiva e final que o mesmo Acordo não exprime e que se colocaram nele expetativas e utopias a que o mesmo Acordo não pode responder.

Por isso o Acordo Ortográfico é uma mera e magra parcela dentro do que se pretende e, tendo em conta a situação em que nos encontramos relativamente à lusofonia, não nos permite ficarmos ufanos de nada e muito menos deixarmos correr o tempo sem intervir. Contrariamente ao que alguns quiseram fazer crer (C. Cunha, 1975), com ou sem Acordo a língua não se desmoronará (como não se desmoronou até hoje); e tendo nós vias de registo como nunca (tradicionais e modernas; impressas, sonoras e visuais) para a fixar, os desvios operados tenderão a tornar-se mais fatores de identidade por parte de quem os pratique, do que uma *deriva* incontrolada levando à destruição.

Será necessário que o Acordo Ortográfico seja olhado na justa dimensão daquilo que na verdade é, e sirva sobretudo de pretexto, dentro da lusofonia (envolvendo os povos e as pessoas), para as realizações de fundo que é imperioso encetar. O que há a fazer é muito mais ambicioso do que o Acordo Ortográfico e não permite que, tanto quem o assinou como quem lhe resistiu, fiquem de consciência tranquila pelo que foi realizado, num caso, e pelo cabedal crítico desenvolvido, noutro.

O grande desafio a enfrentar é a construção de um "mundo em Português", onde caibam, com direitos e responsabilidades máximas, sem colonialismos antigos nem recentes, todos quantos falam Português e integram os países que assumem a herança linguística e histórico-cultural de Camões, Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva. Em si mesmo, o debate do Acordo Ortográfico não justificava o denodo apaixonado que recebeu, o que, ao ter acontecido, mostra bem como, por detrás da sua figura, existem motivos muito mais profundos, ainda que não declarados ou totalmente conscientes, sobre o que há a fazer.

As energias despendidas seguiram até num sentido que nem sequer é o mais eficaz para responder ao que se diz que se pretende. Favorecendo-se o desenvolvimento dos países e dos povos que falam Português, estar-se-á a

valorizar e a dignificar fortemente a língua que eles praticam, a dar-lhe visibilidade, a gerar olhares e apetências internacionais para ela, a pô-la efetivamente "na moda" – o que nenhum Acordo Ortográfico, só por si, conseguirá jamais.

BIBLIOGRAFIA

ABL - Academia Brasileira de Letras (2009). *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Global.

BECHARA, Evanildo (2008). *O que muda com o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro:* Nova Fronteira.

CASTELEIRO, João Malaca & CORREIA, Pedro Dinis (2007). *Atual: o novo Acordo Ortográfico – o que vai mudar na grafia do Português*. Lisboa: Texto Editores.

CUNHA, Celso Ferreira da (1975). *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

EMILIANO, António (2008). *Foi você que pediu um acordo ortográfico?*. Lisboa: Guimarães Editores.

GONÇALVES, Maria Filomena (2003). *As ideias ortográficas em Portugal, de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

JANSSEN, Maarten, et al. (org.) (2008). *Ortografia em mudança. Vocabulário. As palavras que mudam com o Acordo Ortográfico*. Instituto de Linguística Teórica e Computacional & Editorial Caminho.

MOURA, Vasco Graça (2008). *Acordo Ortográfico: A perspetiva do desastre*, : Alêtheia Editores.

PORTO EDITORA (2008). *Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009. Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora.

SILVA, Maurício (2008). *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – o que muda, o que não muda*. São Paulo: Editora Contexto.

TEXTO EDITORES (2007). *Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa – conforme Acordo Ortográfico*. : .

TUFANO, Douglas (2008). *Guia prático da nova ortografia*. São Paulo: Melhoramentos.

VALADA, Francisco Miguel (2009). *Demanda, deriva, desastre – os três dês do Acordo Ortográfico*, Alcochete: Textiverso.

VIEIRA, Jair Lot (org.) (2008). *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edipro.

65. Mª DE LURDES NOGUEIRA ESCALEIRA, INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU

- TEMA 2.4. LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO DE MACAU

Em finais da década de 80, do século XX, o ensino em Português encontrava-se restrito ao ensino primário e secundário dos sistemas de ensino português e luso-chinês. A nível do ensino superior exista apenas a Universidade da Ásia Oriental, entidade privada pertença de uma empresa de Hong Kong, onde eram lecionados cursos orientados para um público estudantil de Hong Kong e lecionados em Inglês. O ensino superior público foi criado em inícios da década de 90 tendo como principal neorrealista a formação de quadros de nível superior para suprir as necessidades do território e assegurar uma transição de soberania para que Macau fosse governado pelas suas gentes.

A assinatura da Declaração Conjunta e a definição do Português e do Chinês como línguas oficiais conduziram a uma política de bilinguismo em que foi feito um grande esforço no sentido de criar quadros bilingues e da generalização de ambas as línguas oficiais. É com a criação da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau que surgem no ensino superior cursos superiores no âmbito dos estudos portugueses, da história e da tradução.

O Português e o Chinês passaram a integrar o plano de estudos dos vários cursos sendo que os alunos de língua materna portuguesa estudavam mandarim ou cantonês e vice-versa. A partir de então, passou a ser possível estudar em português tendo sido criados vários cursos lecionados em Língua Portuguesa em ambas as instituições de ensino superior.

A transferência de soberania, em dezembro de 1999, levou a que se tivessem criado cenários pessimistas que previam o desaparecimento do ensino do Português e em Português.

Passados quase 10 anos qual a realidade do ensino em Língua Portuguesa? Para ilustrar a realidade que tem sido vivida no antes e pós transferência iremos refletir sobre o Curso de Administração Pública, em Português, lecionado no Instituto Politécnico de Macau.

1. INTRODUÇÃO

A influência portuguesa, quer em termos de território quer em termos de cultura e língua, estendeu-se, durante largos anos, aos mais diversos locais do globo. É comum encontrarmos, quando viajamos, exemplos dessa mesma influência ao nível da arquitetura, das tradições, da religião e da toponímia que vão perdurando com o passar do tempo. E, ao nível da língua? Qual a situação atual da Língua Portuguesa no mundo, nomeadamente, nos países ou regiões onde, ainda hoje, é língua oficial? Estar presente num Colóquio sobre Lusofonia remete-nos para uma reflexão sobre o papel da Língua Portuguesa no mundo e nos desenvolvimentos que se têm verificado ao longo dos séculos que medeiam entre a fase da expansão portuguesa e a implantação do império português nos quatro cantos da terra, até ao presente.

Da Europa à América, África e Ásia encontramos vários exemplos de países onde o Português é língua oficial. Um exemplo paradigmático é o de Macau, onde o Português foi, durante a administração portuguesa, e continua a ser, após a transferência de soberania, a par do Chinês, língua oficial. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), no seu Artigo 9.º, determina que:

> *Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial*.

Com uma área geográfica[381] de 29.2Km^2 e pouco mais de meio milhão de habitantes, Macau é um pequeno território que durante mais de quatro séculos foi governado por Portugal e que, desde 20 de dezembro de 1999, voltou a ser administrado pela China, sob o lema "Um País dois Sistemas", sendo estabelecida a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Esta situação privilegiada faz deste território um espaço de encontro de culturas e de línguas, onde se cruzam o mundo oriental e ocidental dando origem a uma sociedade bilingue, trilingue ou mesmo multilingue, sendo esta uma das marcas da sua identidade que o distinguem de qualquer outra cidade ou região chinesa.

O Português foi, nos séculos XVI e XVII, uma língua muito usada em Macau, altura em que Portugal vivia o seu período áureo e a Língua Portuguesa (LP) era a língua franca do comércio da Ásia. Com o declínio do Império Português e, pese embora, Macau ter sido administrado, durante mais de quatro séculos, por Portugal, o Português foi sempre a língua da minoria. Durante a administração portuguesa e até 1991, era a língua usada pelo Governo na comunicação com os administrados, tendo estes que recorrer ao intérprete/tradutor e, frequentemente, aos advogados para solucionar as questões que os opunham à administração ou apenas para resolver questões correntes.

Em finais de 1991, a Língua Chinesa adquiriu em Macau o estatuto de língua oficial do Território, a par da Língua Portuguesa. Esta decisão, tomada no âmbito do processo de transição, permitiu, simultaneamente, a criação de condições para a permanência da Língua Portuguesa após a transferência da administração de Macau para a China. Da mesma forma que Portugal consagrou a Língua Chinesa como língua oficial, também a futura Região Administrativa Especial de Macau irá ficar vinculada à oficialização da Língua Portuguesa. Sendo a primeira decisão do género em territórios sob administração portuguesa, o bilinguismo oficial surtiu efeitos a vários níveis, criando um quadro singular para o desempenho de funções legislativas, administrativas e judiciais.

Após a Transferência de Soberania e durante 50 anos, a Língua Portuguesa é, a par da Língua Chinesa, uma das línguas oficias da RAEM. No entanto, este facto não garante que ambas as línguas sejam usadas, com a mesma frequência, tanto pelos cidadãos como pelo Governo e pela Administração Pública. A política do bilinguismo começou a ser implementada no período de preparação para a Transição de Soberania, tendo a administração incentivado o estudo do Cantonês, do Mandarim e do Português com as várias instituições de ensino a desempenhar um papel fundamental na preparação de profissionais bilingues capazes de responder aos desafios de uma administração que tem o dever de comunicar com os cidadãos em ambas as línguas oficiais.

2. BREVE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

Os missionários que partiram de Portugal, durante o período de expansão, tinham como objetivo espalhar a fé e a religião tendo desempenhado um papel fundamental na divulgação da língua e da cultura bem como no ensino. Em Macau, os Jesuítas, deram forma ao Projeto do Colégio de S. Paulo o qual, apesar de uma curta história (1593-1762), teve um grande impacto na Ásia ao oferecer um ensino de nível universitário de grande qualidade, sendo considerada a primeira universidade de matriz europeia no Extremo Oriente. Nesta universidade, entre outras disciplinas eram lecionados o Português, o Chinês e o Latim.

Em 1728, foi inaugurado o Colégio de S. José que funcionou, igualmente, sob a orientação dos Jesuítas até 1762, ano a partir do qual, passou por uma fase de crise que culminou com a sua reforma em 1784 e sendo a sua direção entregue à Ordem dos Lazaristas. Devido, em grande parte, às lutas que em Portugal se travavam entre Liberais e Absolutistas, o Colégio de S. José viveu momentos conturbados tendo o seu encerramento definitivo acontecido em 1966 no seguimento dos distúrbios sociais e políticos, que decorreram em Macau, por influência da Revolução Cultural na China. Também aqui se desenvolveu o ensino das línguas, Português, Latim e Chinês, a par da Gramática e da Retórica.

381 A dimensão de Macau tem vindo a aumentar ao longo dos séculos devido aos vários aterros que têm sido construídos e que têm permitido um aumento da sua dimensão geográfica.

Após este período, Macau viveu um interregno que foi interrompido apenas em 1981, aquando do estabelecimento da Universidade da Ásia Oriental (UAO), uma universidade privada, de capitais de Hong Kong, que tinha como principal objetivo satisfazer as necessidades de formação dos jovens de Hong Kong mas que nunca esteve orientada para as necessidades de Macau, sendo os cursos ministrados em Inglês e não havendo uma preocupação com o ensino em/do Português. No seguimento de dificuldades financeiras sentidas pelo Grupo que geria a UAO, o governo de Macau decide adquirir esta universidade e proceder a uma remodelação para a adequar e dotar de mecanismos legais e materiais, apetrechando-a para que possa corresponder às necessidades de formação, de nível superior, da sociedade de Macau. Ainda antes do estabelecimento do ensino superior, na fase de re-estruturação da UAO, passou a funcionar o Curso de Licenciatura em Administração Pública e, posteriormente, o Curso de Mestrado em Administração Pública, ambos organizados em cooperação com o Instituto Nacional de Administração de Portugal.

É neste contexto que, a partir da UAO, são criadas a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, duas instituições de ensino superior público, que, na primeira fase, tiveram como papel fundamental formar quadros para Macau e desenvolver ações que propiciassem o desenvolvimento do bilinguismo (Português/Chinês). Em 1991, pelo Decreto-Lei Nº 11/91/M, é definida a organização e funcionamento da generalidade das instituições, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades de ensino superior em Macau[382]. Em setembro, desse mesmo ano, foram criados a Universidade de Macau (Decreto-Lei n.º 50/91/M) e o Instituto Politécnico de Macau (Decreto-Lei n.º 49/91/M).

A partir dessa data, o número de instituições de ensino superior de Macau passou para 10, sendo 4 públicas e as restantes 6 privadas, oferecendo um leque de cursos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento sendo o ensino ministrado em Língua Chinesa (Cantonês ou Mandarim), Portuguesa ou Inglesa. Segundo dados fornecidos pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), o número global de estudantes do ensino superior era, no ano-lectivo 2007/08, de 27.374 entre os quais se contavam 13.004 alunos locais e 14.370 do exterior (este grupo inclui os alunos provenientes da China Continental).

3. PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA IMPLEMENTAÇÃO DO BILINGUISMO

A política de bilinguismo, definida aquando da assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, teve como consequência o investimento do Governo na divulgação do Mandarim e do Português contando, para tal, com o apoio das instituições de ensino, nomeadamente, as de ensino superior públicas. Foi neste âmbito que a inclusão da disciplina do Mandarim ou do Cantonês no currículo dos cursos superiores ministrados em Língua Portuguesa e do Português nos cursos ministrados em Língua Chinesa passou a corresponder a uma prática comum[383], seguida a nível do ensino superior público. Assim, por exemplo, os alunos do Curso de Administração Pública, em língua veicular chinesa, tinham, obrigatoriamente, a disciplina de Português e os do curso em língua veicular portuguesa, a disciplina de Mandarim. Uma análise aos planos dos vários cursos do ensino superior mostram que a LP se mantém como disciplina obrigatória ou de opção, principalmente nas instituições públicas mas também, em alguns casos, nas privadas.

Atualmente, um aluno que queira ingressar no ensino superior em Macau, num curso ministrado em Língua Portuguesa, tem à sua disposição o Curso de Direito, na Universidade de Macau, o Curso de Tradução e Interpretação Chinês/Português e o Curso de Administração Pública, no Instituto Politécnico de Macau. O Curso de Direito, em Português, é fundamental para assegurar que se cumpra o estipulado na Lei-Básica, Artigo nº 8:

> *As leis, os decretos-leis, os regulamentos administrativos e demais atos normativos previamente vigentes em Macau mantêm-se, salvo no que contrariar esta Lei ou no que for sujeito a emendas em conformidade com os procedimentos legais, pelo órgão legislativo ou por outros órgãos competentes da RAEM.*

[382] O Decreto-Lei Nº 11/91/M continua em vigor tendo sofrido algumas alterações, nomeadamente, as introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 8/92/M sendo que (Bruxo, 2009:8) "[e]stes diplomas devem ser considerados a LEI QUADRO DO ENSINO SUPERIOR" da RAEM.

383 Nos últimos anos da administração portuguesa iniciou-se esta prática de inclusão da Língua Portuguesa ou Chinesa (Mandarim ou Cantonês) nos cursos ministrados na Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau. Desde há algum tempo, que temos curiosidade de indagar sobre o seu enquadramento legal tendo mesmo questionado o Secretário-Adjunto, da área da Educação, Dr. Jorge Rangel, que nos referiu tratar-se apenas de uma recomendação assente na política de bilinguismo

Na UM funciona o Curso de Estudos Portugueses dirigido a alunos do sistema de ensino chinês, de Macau e da República Popular da China e, também, o mestrado em Tradução Chinês/Português, bem como, mestrados, em língua veicular portuguesa, nas áreas da história e da linguística. O Governo Central da RPC autorizou o recrutamento de alunos no Continente por parte da UM e do IPM, o que tem resultado num dinamismo ao nível do ensino do Português registando-se uma procura considerável nos cursos de Estudos Portugueses (UM) e de Tradução/Interpretação Chinês-Português (IPM). Acresce ainda que as instituições superiores têm assinado vários acordos de cooperação com instituições congéneres do estrangeiro, nomeadamente, da RPC e de Portugal tendo-se verificado um aumento da mobilidade de estudantes e da frequência de alunos de Macau de cursos de Português, em Portugal.

No âmbito do ensino superior de Macau, houve alguns cursos com duração efémera, tendo alguns tido apenas uma única edição, e que tiveram como objetivo responder a necessidades sociais temporalmente limitadas. Por exemplo, Curso de Formação de Professores do Ensino Primário, em Língua Portuguesa (UM) e o Curso de Meteorologia, em Língua Chinesa (IPM). Há mais de duas décadas que se reúnem em Macau alunos dos vários países asiáticos que durante um mês frequentam o Curso de verão, na UM, e tomam contacto com a língua e cultura portuguesas. Por seu lado, o IPM tem vindo, desde 2006, a organizar encontros académicos que reúnem docentes de Língua Portuguesa, de Macau e da China Continental, para debater a situação do ensino da LP.

4. CONTRIBUTOS DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO PARA A LUSOFONIA

O IPM é uma instituição pública de ensino superior, com personalidade jurídica e dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Com assento no Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos Portugueses tem marcado presença e acolhido iniciativas organizadas pelo CCIPP ou similares que decorrem no âmbito da lusofonia. A maior parte dos cursos do IPM são reconhecidos em Portugal, de acordo com decisões do Governo Português que tem dado parecer positivo aos vários acordos firmados entre o IPM e instituições superiores de Portugal, nomeadamente, os Institutos Politécnicos do Porto e de Leiria.

Em 1991, data da sua criação, integrou os cursos que, até então, funcionavam no Instituto Politécnico da UAO tendo, posteriormente, vindo a integrar alguns cursos que funcionavam no âmbito de serviços públicos. Entre os vários cursos integrados no IPM, destacamos os que se evidenciam pelo seu impacto no ensino e divulgação da Língua Portuguesa (LP): (1) transferência das atribuições e competências da Escola Técnica da Direção dos Serviços de Assuntos Chineses para a Escola de Línguas e Tradução (atualmente, Escola Superior de Línguas e Tradução) e (2) a integração do Centro de Formação para a Administração Pública, anteriormente integrado nos Serviços de Administração e Função Pública que passou a denominar-se Centro de Formação Contínua e de Projetos Especiais (CFCPE).

No primeiro caso trata-se de uma "herança" de quase um século, passando o IPM a assumir a tarefa de formação superior de intérpretes/tradutores de Chinês-Português. A ESLT foi a responsável pela organização de Cursos de Língua Portuguesa para várias entidades públicas colaborando com o SAFP na formação linguística.

No segundo caso, o CFCPE teve um papel de relevo na implementação da política de bilinguismo ao oferecer cursos nas línguas oficias e, também, em Inglês. As competências de formação em LP foram, mais tarde, cometidas ao Centro de Difusão da Língua Portuguesa (CDL) da Direção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) e, posteriormente, transferidas para o Instituto Português do Oriente.

Do historial de cursos ministrados em Língua Portuguesa, no IPM, fazem parte o Curso de Tradução e Interpretação Chinês-Português[384], com uma tradição de mais de um século, o Curso de Secretariado de Administração, o Curso de Relações Públicas e o Curso de Administração Pública. O primeiro tem funcionado ininterruptamente desde a sua criação, no âmbito da Escola Técnica da Direção dos Serviços de Assuntos Chineses e, atualmente, para além dos alunos de Macau, capta alunos da China Continental e tem um acordo de cooperação e de intercâmbio de alunos com o Instituto Politécnico de Leiria. Ao abrigo deste acordo, os alunos de Macau, frequentam os segundo e terceiros anos no IPL e os primeiro e quarto anos no IPM e os de Portugal frequentam os primeiro e quarto no IPL, o segundo em Macau e o terceiro em Pequim na Universidade de Línguas Estrangeiras.

[384] Sobre este assunto consultar o Decreto-Lei n.º16/92/M, publicado no BO n.º 9/1992 de 2 de Março, p.838, que transfere as atribuições e competências da Escola Técnica dos Serviços de Assuntos Chineses para a Escola de Línguas e Tradução do IPM.

Os Cursos de Relações Públicas e o de Secretariado de Administração, em LP, criado pela Portaria n.º 211/95/M, só tiveram uma edição, sendo interrompidos por falta de candidatos, no entanto, verificou-se uma grande adesão por parte dos funcionários públicos, de língua materna portuguesa, constituindo para este grupo uma oportunidade de aquisição de um diploma de ensino superior. A título de exemplo, vejamos o que acontece com o Curso de Administração Pública, organizado pelo Instituto Politécnico de Macau e lecionado em Língua Portuguesa. Apenas em 1997, o governo de Macau, a pouco mais de dois anos de terminar a presença portuguesa no território, cria, através da Portaria nº 212/97/M, na Escola de Administração e Ciências Aplicadas do IPM, o Curso Superior em Administração Pública, conferente de diploma. O plano de estudos inclui, a nível de formação linguística, o Português ou o Mandarim.

Em 2002, é criado o Curso de Administração Pública, Despacho do SASC nº 15/2002, conferente do grau de bacharelato. O plano de estudos passa a incluir, a nível linguístico, o Português, Inglês e o Mandarim, podendo os alunos escolher entre uma destas línguas, mas tendo como exigência a não coincidência com a sua língua materna. O IPM é autorizado, através do Despacho do SASC nº 35/2004, a poder oferecer aos seus alunos, detentores do grau de bacharelato em Administração Pública, a possibilidade de ingressarem no Ano Complementar, conferente do grau de licenciatura. O plano de estudos não contempla nenhuma disciplina de línguas.

Como podemos verificar pelo percurso de estabelecimento do Curso de Administração Pública, este teve início nos últimos anos da presença portuguesa, mas foi já sob administração chinesa que o mesmo se enraizou, tendo sido objeto de re-estruturação e de alargamento estabelecendo-se ao nível da licenciatura. Desde a sua criação não se verificou qualquer interrupção, estando em fase de planeamento e organização o curso de mestrado nesta área, em língua veicular portuguesa, em cooperação com o Instituto Politécnico de Leiria.

Os cursos em Português debatem-se, atualmente, com o problema da falta de candidatos porque, por um lado, os alunos que terminam o secundário, do sistema de ensino português, optam, na sua grande maioria, por ingressar nas universidades portuguesas e, por outro lado, os alunos dos sistemas de ensino chinês, luso-chinês ou inglês, não têm um nível de conhecimento da Língua Portuguesa que lhes permita passar os exames de acesso. Após dezembro de 1999, data da Transferência de Soberania de Macau, assistimos ao regresso a Portugal de um número significativo de portugueses, tanto dos nascidos em Portugal Continental como em Macau (macaenses); por outro lado, os que, nos últimos anos, têm vindo para a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) já possuem, na sua maioria, cursos superiores, nomeadamente, Arquitetura e Direito.

O IPM tem feito um esforço para não interromper a oferta deste curso e tem autorizado a abertura e funcionamento de turmas com um número reduzido de alunos; por exemplo, no ano letivo de 2008-09, a turma de primeiro ano, abriu com apenas oito alunos, dos quais apenas quatro se mantiveram e concluíram o ano.

Quem são os alunos que optam por este curso?

Qualquer indivíduo detentor do 11º ano de escolaridade, ou equivalente, do sistema de ensino português, chinês, luso-chinês ou inglês, ou maior de 25 anos, que obtenha aprovação nos exames de acesso, pode ingressar no curso de AP do IPM.

Pelo facto de todas as disciplinas serem lecionados em Português, o domínio da LP a um nível bastante satisfatório é condição imprescindível, no entanto, esta condição tem vindo a funcionar, quanto a nós, como causa da não opção pelo referido curso visto que o mesmo, em Língua Chinesa, atrai, todos os anos, cerca de mil candidatos para pouco mais de quatro dezenas de vagas. O fraco domínio da Língua Portuguesa é outra das dificuldades, tanto no recrutamento de alunos como no sucesso dos mesmos durante o curso, sendo esta uma das principais causas por eles apontadas para a desistência do curso, logo no primeiro ano. O curso é frequentado por alunos provenientes de Macau, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Timor, etc. De Macau, frequentam o curso tanto alunos macaenses como chineses.

Numa primeira fase, aquando da criação do ensino superior em Macau, a maior parte dos cursos eram oferecidos em horários noturnos o que, juntamente com uma política de redução de propinas, atraiu um grande número de funcionários públicos detentores de um diploma do ensino secundário e que viam a oportunidade de tirar um curso superior.

Em suma, apresentámos o caso de um curso ministrado em Língua Portuguesa por uma instituição de ensino superior pública, situada a uma grande distância de

Portugal Continental, criado numa fase de transição de soberania e sedimentando durante a administração chinesa e que está aberto a todos os falantes de LP qualquer que seja a sua nacionalidade. Não é isto lusofonia? A nossa vivência, como docente, em Macau, é uma prática quotidiana da lusofonia ao enfrentar uma turma, desde 5 a 20 alunos, em que, embora todos dominem a LP cada um seguiu diferentes percursos e é originário de partes diferentes do mundo.

5. LÍNGUA PORTUGUESA NA RAEM

A situação da Língua Portuguesa em Macau tem sido objeto de discussão e dividido opiniões, as quais oscilam entre os pessimistas que consideram que esta tem os dias contados e os que defendem que, em Macau, se irá continuar a falar Português.

A presença ou não de uma língua que, embora sendo língua oficial é falada por uma minoria da população, depende de vários fatores entre os quais a cultura, a tradição, os laços de amizade entre os povos, no entanto, em nosso entender, não se pode escamotear o peso que a economia exerce na divulgação, afirmação e preservação de uma língua. Concordamos com Filipe (1999:103) quando este afirma que:

> *(...) nenhuma língua resiste artificialmente. Se deixa de ter função, se aos homens deixa de ser útil, extingue-se com o seu último falante e, às vezes, antes dele. (...) Se soubermos apresentar a língua portuguesa como uma língua de comunicação internacional, facilitadora de contactos num espaço alargado de 200 milhões de falantes em quatro continentes e, em resultado desta realidade, promover, por exemplo, o português como língua de negócios no espaço lusófono, neste contexto podemos enfim fazer com que ela seja vista como geradora de uma mais-valia no mercado de trabalho, tal como sucede com outras línguas internacionais.*

Aliás, foram motivos económicos que levaram os primeiros portugueses a estabelecer-se em Macau:

Em 1557, menos de três anos depois do primeiro acordo, a base de negócios fora transferida para a península de Macau, onde se iria manter a partir de então. Tinha chegado a idade do *compromisso* tanto para portugueses como para chineses. (...) *Macau é também uma invulgar concessão dos mandarins cantoneses, que, numa atitude perfeitamente inédita consentiam o estabelecimento de uma povoação de estrangeiros no interior das fronteiras imperiais*.

Hoje, tal como no passado, aquando da chegada dos marinheiros portugueses à procura do estabelecimento de entrepostos comercias na Ásia, também, a procura de novos mercados e o interesse da China constituem fatores de monta no despertar do interesse e no investimento no ensino/aprendizagem da Língua de Camões, nas suas várias vertentes, e das culturas a que se reportam.

O 1º Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) foi uma iniciativa do Governo Central da RPC, cabendo a realização ao Governo da RAEM, contou com a presença de altos Dignatários do Governo Central da RPC tendo estes afirmado o interesse em estabelecer laços culturais e económicos com Portugal e com os restantes países de língua oficial portuguesa e que Macau se deveria afirmar como Plataforma entre a RPC e os PLP.

O português é também prioritário para dar resposta à plataforma de ligação com os países de língua portuguesa, cumprindo assim a determinação de Pequim em fazer de Macau a ponte com os chamados países lusófonos[385]. Macau foi e continua a ser, em nosso opinião, um caso invulgar e inédito de entendimento entre dois povos com línguas e culturas muito diferentes, no entanto, apesar do dinamismo que se tem vivido desde finais da década de 80 do séc. XX até ao presente, continua a haver um enorme desequilíbrio entre as duas línguas, quer no número de falantes quer ao nível de frequência do seu uso. Ainda, recentemente, pudemos ler na imprensa local, uma notícia que ilustra a situação das Línguas Portuguesa e Chinesa na RAEM. Relativamente ao tempo de antena para a Campanha Eleitoral para a Assembleia Legislativa foi determinado:

> *[t]rês minutos para o português, cinco para o chinês. (...) Por que razão uma língua tem tempos de antena mais reduzidos do que a outra? É uma situação injusta, consideram as listas candidatas às eleições legislativas (...)"*
>
> "A conta que Fong fez" in Jornal hojemacau, 2009-08-25

Também sobre este assunto podemos ler o seguinte:

385 Jornal hojemacau, "Bilinguismo", 31.08.2009.

É a lei da maioria. Os candidatos às eleições legislativas do próximo mês não estão obrigados a utilizar as duas línguas oficiais na campanha eleitora. Por isso, quase todos optam pelo chinês. Mas há exceções, (...), A imposição da tradução divide as listas. Uns defendem que a campanha bilingue devia ter caráter obrigatório, outros que não se devia ir tão longe, bastava que o Governo garantisse apoios ao bilinguismo. (...), Duarte Santos alerta que em causa fica a igualdade de oportunidades[386].

"Português aos tombos" in Jornal hojemacau, 2009-08-27

Embora a lei estabeleça que qualquer cidadão que se dirige ao Governo ou à Administração Pública tem direito a usar uma das línguas oficiais devendo a resposta ser dada na língua usada pelo cidadão. Na prática, sabemos que tal não se verifica e que a comunicação se estabelece preferencialmente em Chinês ou com recurso ao Inglês. O papel das instituições públicas de ensino superior, em nosso entender, não se deve restringir ao ensino em/do Português, devendo estas assumir maior preponderância no cumprimento da lei, no entanto, no quotidiano verificamos que a comunicação é feita, amiudadamente, em Chinês ou Inglês, não havendo tradução para Português. Mesmo no caso de alunos que frequentam cursos em Português, não é raro receberem comunicações em Chinês ou não terem acesso a determinada informação por esta se encontrar apenas em Chinês. Durante este ano, vários têm sido os casos de queixas por falta de comunicação nas duas línguas oficiais tendo a resposta dos serviços incidido na falta de tradutores e afirmado o seu empenho na resolução do problema.

6. CONCLUSÃO

Há um sentimento comum de estranheza de quem chega a Macau e não ouve falar Português tanto quanto desejaria ou seria desejável. É preciso ir às instituições, às escolas, institutos e universidades para constatarmos que, quer o ensino quer o uso da Lingua Portuguesa, continuam vivos.

De uma forma geral, apresentámos o ensino superior ministrado em LP podendo concluir-se que, na RAEM, o ensino superior continua a ser uma opção para aqueles que aqui queiram seguir os seus estudos, frequentando cursos ministrados em LP. Assim, as previsões pessimistas não se verificaram e o Português continua a ser usado, ensinado e aprendido, nos vários níveis de ensino. De realçar que mesmo as instituições de ensino superior privado têm optado por incluir nos seus currículos a disciplina de Língua Portuguesa.

A nível do ensino superior, com especial incidência no público, verifica-se um investimento no ensino do Português, referindo-se, frequentemente, que Macau se deve afirmar como um centro de formação de tradutores (Chinês/Português) e de ensino da Língua Portuguesa. No período pós-transição tem-se verificado um investimento no ensino do Português e a oferta de alguns cursos foi interrompida por falta de candidatos e não por um desinvestimento no ensino em português.

No entanto, o número de alunos a estudar português tem vindo a aumentar contribuindo para tal o interesse dos alunos do Continente Chinês e pela abertura do Governo Central que autorizou a que estes possam optar por estudar no IPM ou na UM.

Os problemas que hoje se enfrentam são muito semelhantes aos já existentes durante a administração portuguesa sendo, atualmente, o Governo Central da RPC o grande impulsionador da divulgação do Português, ao afirmar que esta é uma das caraterísticas e das mais-valias de Macau que deve ser aproveitada para que o território afirme a sua identidade e singularidade.

Por nunca ter tido um estatuto de língua da maioria, apesar de oficial e da potência administrante, não poderemos reclamar para a Língua Portuguesa um estatuto que nunca teve e se acreditamos que o seu uso e ensino vão permanecer no território, também, acreditamos e constatámos que é por maior vontade do Governo Central da China e do Governo de Macau do que pela implementação de uma política linguística por parte do Governo Português.

Temos que ter em conta que, apesar da distância que separa Macau e Portugal, a Língua Portuguesa não está aqui isolada inserindo-se num contexto mais amplo e dinâmico que engloba as instituições de ensino da China Continental, de cujos currículos faz parte a Língua Portuguesa, e que oferecem Cursos de Língua e Cultura Portuguesas bem como os leitorados espalhados pela Ásia.

386 Acerca da problemática do estatuto das línguas oficiais tem interesse a leitura das notícias "Português menor", "Por uma questão de cortesia" e "Campanha trilingue" publicadas no Jornal hojemacau, do dia 27.08.2009.

Macau tem desempenhado o papel de polo dinamizador mas, por seu turno, tem beneficiado deste contexto favorável que tem trazido a Macau muitos interessados no estudo da Língua de Camões.

8. BIBLIOGRAFIA:

Bruxo, Jorge (2009) " *O Ensino Superior em Macau*", Comunicação Apresentada no Seminário Internacional de Educação Superior na Comunidade dos PLP na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (policopiado).

Filipe, Mário (1999) "*Macau e a situação futura da Língua Portuguesa*" in Revista Camões nº 7, 103-107.

GAES (2008) "Relatório sobre o Ensino Superior de Macau, 2007/08), Macau: GAES.

Loureiro, Rui M. (1999) "*Notícias do melhor reino que há no mundo*" in Revista Camões nº 7, 140-147.

9. LEGISLAÇÃO REFERENCIADA:

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Protocolo de Cooperação assinado entre o Instituto Politécnico de Macau e o Instituto Politécnico de Leiria, 2006/03/20.

Decreto-Lei n.º 11/91/M, BO n.º: 5/1991, I Série, p. 435, 1991.2.4.

Decreto-Lei Nº 8/92/M, BO n.º:6 /1992, I Série, p. 491, 1992.2.10.

Decreto-Lei n.º 49/91/M, BO n.º: 37/1991, I Série, p. 3891, 1991.9.16.

Decreto-Lei n.º 50/91/M, BO n.º: 37/1991, I Série, p. 3893, 1991.9.16.

Decreto-Lei n.º 16/92/M, BO n.º: 9/1992, I Série, p. 838, 1992.3.2.Portaria n.º 211/95/M – BO N.º:30/1995, I Série, p. 1006, 1995.7.24.

Portaria n.º 212/97/M – BO N.º:37/1997, I Série, p. 1050, 1997.9.15.

Despacho do SASC n.º 15/02 – BO N.º:10/2002, I Série, p. 335, 2002.3.11.

66. Mª DO CÉU CAETANO, FCSH-UNL/CLUNL

TEMA 1.1. E 1.2 AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DE LEITE DE VASCONCELLOS E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Nesta comunicação, irei tecer algumas considerações acerca do conceito de gramática histórica para, seguidamente, me centrar nas gramáticas históricas do português e, dentro destas, darei particular atenção às *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]) e às *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), ou não fossem elas obras de dois dos autores homenageados neste 8º Colóquio Anual da Lusofonia.

0. INTRODUÇÃO

Como é sabido, os gregos antigos discutiram diversas questões relacionadas com a linguagem, nomeadamente em torno das origens das palavras (cf. o *Crátilo* de Platão (427-347 a. C.)). De entre os gramáticos gregos antigos, um dos mais conhecidos é Dionísio de Trácia (século I) que, na *Arte da Gramática*, define a gramática como "o conhecimento prático dos usos gerais dos poetas e prosadores" (cit. por Duarte, 1996: 14), a qual é constituída por seis partes (leitura correta; interpretação das expressões literárias; estudo da fraseologia; identificação das etimologias; analogia e *"apreciação das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática"* (Duarte, 1996: 14)).

É sobre o modelo grego acima citado que os gramáticos latinos, sobretudo Donato (século IV) e Prisciano (século VI), elaboram as suas gramáticas, as quais, por sua vez, predominaram como modelos dos vários manuais de latim produzidos durante a Idade Média. Os gramáticos medievais, segundo Bloomfield, *"saw in classical Latin the logically normal form of human speech"* (Bloomfield, 1933: 6). Com o Renascimento e a invenção da imprensa, a atenção dos gramáticos deixa de se restringir ao estudo do grego e do latim, acresce o interesse pela análise das suas próprias línguas e, nessa medida, uma das principais preocupações dos gramáticos humanistas prende-se com a normativização gráfica, desencadeada pela *"necessidade de promoção e fixação da língua vernácula, situação que se alarga ainda no século XVII"* (Gonçalves, 1996: 42).

Em 1492, após a publicação da primeira gramática espanhola, da autoria de Nebrija, orientada por princípios humanistas, "ainda se publicaram em Espanha numerosos dicionários e gramáticas, revelando um crescente interesse filológico" (Iordan [1962] 1973: 16). No início do século XVI, esse interesse filológico foi extensível a Portugal, contribuindo para "a renovação do horizonte gramatical português" (Verdelho, 1988: 98) e para as primeiras reflexões teóricas sobre o português[387].

No século XVII registaram-se avanços significativos no domínio dos estudos gramaticais, com a publicação, em 1660, da *Grammaire générale et raisonné, contenant les fondements de l'Art de parler, expliqués d'une manière*

[387] cf. Oliveira, Fernão de (1536) *Grammatica da lingoagem portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975 e Barros, João (1540) *Grammatica da lingua portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

claire et naturelle, de A. Arnault e C. Lancelot, gramáticos racionalistas da escola de Port-Royal. Os ecos da escola de Port-Royal fizeram-se sentir um pouco por toda a Europa, durante o século XVIII e princípios do século XIX, sendo o representante máximo desta corrente, em Portugal, Jerónimo Soares Barbosa que publicou, em 1822, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*[388].

No início do século XIX, a descoberta do sânscrito[389] impulsionou o estudo comparativo das línguas e viria a resultar no estabelecimento da hipótese do Indo-Europeu e na fundação da Linguística como disciplina científica, destacando-se os trabalhos de Franz Bopp (1816)[390], de Rasmus Kristian Rask (1818)[391] e de Jakob Grimm (1819)[392].

Os métodos e ensinamentos expressos nestas três obras seriam aproveitados por Friedrich Diez, na sua *Grammatik der Romanischen Sprachen*[393], obra em três volumes (Fonética, Morfologia e Sintaxe), que veio contribuir decisivamente para o desenvolvimento da linguística românica e que terá estado na base de algumas gramáticas históricas do português. Outra obra fulcral, tanto para a linguística românica em geral, como para a elaboração de gramáticas históricas do português, foi a *Grammatik der Romanischen Sprachen*, de Meyer-Lübke[394], representante da escola neogramática.

A conceção de língua dos neogramáticos "*pode ser considerada como obedecendo aos princípios das ciências naturais*" (Iordan [1962] 1973: 52) e, por isso, a recolha e a descrição histórico-comparativa de inúmeros factos linguísticos constituíram um dos seus principais objetivos, como se pode verificar nas gramáticas históricas do português que, na sua maioria, seguiram este modelo. Depois desta breve introdução, passarei, então, ao conceito de gramática histórica.

1. CONCEITO DE GRAMÁTICA HISTÓRICA

Um dos autores que discorre longa e profundamente sobre as gramáticas históricas românicas mais marcantes é Malkiel ([1960] 1968), o qual define o conceito e apresenta os vários tipos de gramática histórica, a sua estrutura e conteúdo, a apresentação, as relações com outros domínios linguísticos, etc.

Trata-se de uma definição[395] que precisa vários aspetos: a análise diacrónica incide sobre dados estritamente linguísticos, excluindo a descrição de factos históricos, mesmo que eles tenham exercido influências a nível da língua (por exemplo, a introdução no léxico de certos vocábulos ou expressões, resultantes de contacto; cf. Malkiel [1960] 1968: 134-135); a descrição dos dados deve estar criteriosamente organizada, ou seja, deve obedecer a uma estrutura bem definida, o que leva à exclusão de muitos estudos diacrónicos (monografias, lições, antologias, edições críticas, volumes de homenagens, por exemplo), os quais não se inserem dentro da categoria de gramática histórica devido à sua "inherent looseness and selectivity" (Malkiel [1960] 1968: 72), casos em que os aspetos formais estão submetidos ao léxico e não o inverso; a gramática histórica é sempre comparativa[396], ao passo que uma gramática comparativa pode ou não ser histórica, e essa comparação é feita de forma sistemática entre dois estádios, razoavelmente distantes, de uma mesma língua.

Na grande maioria das gramáticas históricas das línguas românicas, embora não sendo uma condição estritamente necessária, a comparação consiste na confrontação entre o Latim e o estado atual de uma língua e pode seguir duas direções: prospetiva, quando o ponto de partida é o mais antigo de dois estádios de língua ou o mais antigo das várias fases consecutivas que se estão a comparar,

[388] Barbosa, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*, Lisboa: Real Academia das Sciencias.

[389] Na realidade, durante os séculos XVI e XVII, o conhecimento do sânscrito já havia chegado à Europa, através dos missionários. No século XVIII, pela ação dos ingleses que foram para a Índia, esse conhecimento tornou-se mais completo, se bem que só se tivesse generalizado durante o século XIX (cf. Bloomfield, 1933: 11).

[390] Bopp, Franz (1816) *Üeber das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persichen und germanischen Sprache*, Frankfurt.

[391] Rask, Rasmus (1818) *Undersøgelse om det Norske eller Islandske Sprogs Oprindelse*, Copenhaga: Gyldendal.

[392] Grimm, Jakob (1819-1834) *Deutsche Grammatik*, Göttingen: Dieterich, 4 vols.

[393] Diez, Friedrich (1836-1844) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, Bonn: Weber, 3 vols. (Trad. fr. de Gaston Paris, 1863, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris : Franck).

[394] Meyer-Lübke, Wilhelm (1890-1902) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, 4 vols. [I: *Lautlehre* (1890), II: *Formenlehre* (1893), III: *Syntax* (1899), IV: *Register* (1902)], Leipzig : Fues (Reisland). Trad. fr. de E. Rabiet (I), A. e G. Doutrepont (II-III), id., com A. Counson (IV), 1890-1906, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris : Welter.

[395] Para Malkiel ([1960] 1968: 72-73), a gramática histórica é "a formal arrangement of strictly linguistic data pertaining to structure rather than to the lexicon and viewed in diachronic perspective; that is to say, it presupposes at least two parallel sets of forms separated by a suficiently extended period of time (...) Every historical grammar is, by definition, comparative, the minimum comparison residing, we recall, in a point by-point confrontation of two successive, reasonably distant stages of the same language".

[396] Segundo Malkiel, convencionalmente, fala-se de "'comparative historical' grammar only where more than one daughter-language is contrasted with the actual or putative ancestral tongue" (Malkiel [1960] 1968: 73).

e retrospetiva, se a análise de uma língua românica moderna for pontuada com a invocação dos antecedentes latinos ou medievais (cf. Malkiel [1960] 1968: 74 e 82-83).

A amplitude e a dimensão temporal ("breadth" e "depth" em Malkiel [1960] 1968) das gramáticas históricas estão inter-relacionadas e determinam, em parte, quer a estrutura das mesmas, quer o método seguido. Não é o número de disciplinas contempladas por cada um dos autores que, só por si, serve de indicador da maior ou menor relevância de uma gramática histórica, mas antes o tipo de análise (ampla e profunda) que é efetuado.

Em Malkiel ([1960] 1968: 74), "breadth" designa "*the number of families, languages or dialects subjected, as independent entities, to systematic comparison*", o que significa que quanto maior for esse número e quanto mais sistemáticas forem as comparações, maior será a amplitude da gramática. Por outro lado, "*depth will signal the length of time selected along the cronological axis, both in absolute terms and with special attention to the number of clearly discernible stages with which the analyst decides to operate*" (Malkiel [1960] 1968: 74).

O conceito de gramática histórica que adoto é, pois, o de Malkiel ([1960] 1968), atendendo aos princípios que estiveram na base da definição aduzida pelo autor, i.e., análise diacrónica de dados linguísticos, estruturação coerente dos assuntos e primazia dos aspetos formais. Recuperando o artigo de Malkiel ([1960] 1968), Martins (1996) apresenta um conjunto de gramáticas históricas, o qual constituiu um ponto de partida para a seleção que eu própria efetuei (cf. Caetano 2003).

A autora dividiu essas gramáticas em dois grupos: um em que inclui "*obras de maior fôlego e ambição [;] elaboradas visando a comunidade científica*" (Martins, 1996: 56) e outro onde *"constam as gramáticas a que poderemos chamar 'didáticas', isto é, as que destinadas a estudantes do ensino liceal, foram, em geral, elaboradas de acordo com os programas que aí vigoravam",* sendo esta última listagem meramente exemplificativa. Da primeira listagem de Martins (1996) fazem parte as gramáticas de Jules Cornu (1888), José Joaquim Nunes ([1919] 1989[9]), Manuel Said Ali ([1931] 1964[3]), Joseph Huber ([1933] 1986), Edwin B. Williams ([1938] 1961) e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1975), enquanto na segunda temos as gramáticas de Teophilo Braga (1876), Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935[9]), Antenor Nascentes ([1929] 1942[3]), Brandt Horta ([1930?] s.d.[3])[397], Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937[2]), Ismael Coutinho (1938) e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959[3]).

Em termos da organização de matérias, as gramáticas históricas geralmente consideradas como tal, aquelas que fazem parte da primeira lista de Martins (1996), encaixam-se na definição fornecida por Malkiel ([1960] 1968), mas não são significativamente diferentes das da segunda listagem, a das gramáticas ditas 'didáticas'. No entanto, partindo de uma perspetiva meramente quantitativa, o número de páginas que umas e outras dedicam aos vários níveis de análise pode ser, em muitos casos, elucidativo do maior ou menor "fôlego" que foi despendido na sua elaboração. Temos, por exemplo, no que diz respeito à morfologia flexional, as gramáticas de Edwin Williams ([1938] 1961) e de Francisco Martins Sequeira (1938a), que possuem, respetivamente, 137 e 42 páginas sobre o assunto. Também os títulos das gramáticas do segundo grupo refletem, provavelmente, aspirações menos elevadas por parte dos seus autores: o adjetivo "elementar" qualifica a gramática de Teophilo Braga (1876), assim como a anteposição de "noções" (Brandt Horta [1930?] s.d.[3]), "elementos" (Jaime de Sousa Martins [s.d.] 1937[2]) e "pontos" (Ismael Coutinho, 1938) a Gramática Histórica pressupõem que terá havido uma seleção dos assuntos tratados e que os seus autores não tivessem grandes pretensões de exaustividade e de originalidade.

A segunda caraterística diferenciadora apontada por Martins (1996) refere-se ao público-alvo, que seria os estudantes do ensino liceal da época, enquanto as gramáticas históricas, em sentido restrito, visariam a comunidade científica em geral. Nas gramáticas do segundo grupo, não só é assumido o facto de estas serem elaboradas de acordo com os programas como, frequentemente, a seguir ao

[397] Embora sem data, é possível situar de forma aproximada a 1.ª edição desta gramática da autoria de Brandt Horta pois, na "Impressão de Leitura", que antecede a obra (cf. pág. 5), João Ribeiro refere a Gramática Histórica de Pereira ([1916] 1935[9]) e o Idioma Nacional (IV série) de Nascentes ([1929] 1942[3]), realçando que a obra de Horta "apresenta vantagens consideráveis sobre os dois primeiros, sob alguns aspetos práticos e pedagógicos". Como João Ribeiro não faz alusão à Gramática Histórica da Língua Portuguesa de Said Ali ([1931] 1964[3]) e sabendo-se da importância e da influência que esta última viria a alcançar, deduzo que a data da publicação da obra de Brandt Horta tenha sido anterior à de Said Ali, i.e., por volta de 1930.

título, aparece expresso o grau de ensino a que se destinam. Veja-se, por exemplo, os subtítulos das gramáticas de Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935[9]) e Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937[2])[398]. Mas, é nos prefácios que os autores referem mais desenvolvidamente o tipo de público a que se destinam as obras (cf., por exemplo, Pereira ([1916] 1935[9]: iv), Brandt Horta ([1930?] s.d.[3]: 7), o qual confessa a sua não originalidade, dizendo que os pontos que trata são "um resumo das lições do grande mestre Joaquim Nunes, por demais elevadas para a mentalidade dos nossos alunos da quarta série", Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937[2]: 9), Ismael Coutinho (1938: 9), que rotula de "modesto" o seu trabalho, e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959[3]: 5-6).

Temos, pois, como principal caraterística diferenciadora das gramáticas históricas "científicas" o facto de as gramáticas "didáticas"[399] serem assim designadas por se destinarem ao ensino liceal da época, sem que isso signifique que na base da elaboração das mesmas não esteja uma investigação dos vários aspetos aí tratados. O facto de o público-alvo ser os estudantes não impede, como é referido nalguns casos, que este se alargue a outros potenciais estudiosos. Todavia, esta feição 'didática' é, por vezes, relevante em termos de conteúdo ("breadth" e "depth").

Até aqui, fiz referência a gramáticas histórico didáticas que fazem parte do segundo conjunto apresentado por Martins (1996). A estas poderão acrescentar-se, pelas razões a seguir invocadas, várias outras obras: a *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade, *O Meu Idioma*, de Othoniel Mota[400] e a *Gramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira.

Entre a publicação da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878) e a da *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Silva Jr. e Andrade ([1887] 1913[4]), medeiam nove anos. O motivo que me levou a incluir no conjunto esta última prende-se com o facto de a mesma não apresentar grandes diferenças quanto ao conteúdo, método e estrutura[401], quer relativamente à *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878), quer no que diz respeito às restantes.

Os objetivos e a estrutura da gramática de Othoniel Mota ([1916] 1937[8]) são idênticos aos das outras obras que tenho vindo a considerar. Segundo o autor, o plano geral do seu trabalho obedeceu à intenção de "tornar a grammatica expositiva, a rudimentar, illuminada pela grammatica historica" (Mota [1916] 1937[8]: 5), sublinhando que abdicou propositadamente do excesso de "rigor scientifico"[402]. A inclusão da G*ramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira[403] deve-se ao facto de os aspetos centrais neste trabalho serem mais desenvolvidos do que na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, também da sua autoria e publicada no mesmo ano.

Pretendo, assim, concluir que os princípios que autorizaram a inclusão das obras no conjunto das gramáticas históricas não se ficam a dever à designação que ostentam, a qual, por si só, não é elucidativa da natureza das mesmas. Estas gramáticas históricas 'didáticas' são, também elas, uma fonte preciosa no que toca a dados e a descrições e não contrariam a definição de gramática histórica de Malkiel ([1960] 1968).

Além das já referidas, acabei igualmente por incluir mais três obras: a *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, de Carl von Reinhardstoettner (1878), as *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]) e as *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.).

---

[398] Silva Jr. (1878, *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* - Compendiada para uso dos alumnos do 7º anno do imperial Collegio de Pedro II, das escolas normaes e de todos os que estudam o idioma nacional), Vasconcellos (1900, *Grammática Histórica da Língua Portuguêsa* - VI e VII Classes do Curso dos Lyceus), Pereira ([1916] 1935[9], *Grammatica Histórica* - obra aprovada e adaptada pela Congregação do gymnasio official de São Paulo), Martins ([s.d.] 1937[2], *Elementos de Gramática Histórica* - para a Quarta Série).

[399] A distinção "gramática histórica" / "gramática [histórica] didática" efetuada por Martins (1996) não aparece em Malkiel ([1960] 1968).

[400] A 1.ª edição desta gramática poderá datar-se, aproximadamente, de 1916-princípios de 1917. Quando no final da obra são transcritos os comentários e apreciações de algumas individualidades, uma delas confessa ter ficado muito agradada, "tendo lido nestas férias «O meu idioma»" (Mota, 1937[8]: 245), assinando com a data de 19 de março de 1917.

[401] Segundo os autores, trata-se de uma gramática que assenta "sobre a base da história e da comparação" (Silva Jr. e Andrade [1887] 1913[4]: vi).

[402] Após ter analisado a obra de Mota ([1916] 1937[8]), vejo na alegada renuncia ao "rigor scientifico" mais o desejo de sublinhar a feição didática do compêndio, do que propriamente a incapacidade de, com profundidade e exaustividade, tratar os temas propostos.

[403] Indicada como Sequeira (1938b). Nesta gramática, destinada ao 2.º ciclo dos liceus da época, o autor não se ficou pelo cumprimento do programa oficial, tendo estudado e aprofundado matérias que se situam muito além do que era exigido.

Apesar de nenhum dos gramáticos históricos aludir à gramática de Reinhardstoettner (1878)[404], Malkiel ([1960] 1968: 97) aponta esta obra como sendo uma (boa) exceção, ao mencionar o extenso capítulo sobre "Wortbildung" (cf. Reinhardstoettner, 1878: 111-156), incluído entre as secções da Fonologia e da Flexão. Quanto às *Lições* de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959^3) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), não consideradas por Martins (1996) como gramáticas históricas, quer Malkiel ([1960] 1968: 80), quer Cuesta ([1949] 1980: 31) as apontam como pertencendo a essa categoria. São obras cujos títulos, conteúdo, estrutura e público-alvo são muito idênticos, como veremos mais adiante.

Além destas, temos ainda as gramáticas históricas unidisciplinares. Tais são os casos das gramáticas históricas de Adolfo Coelho (1868), em que, apesar de estarem previstos três, só um dos volumes saiu, o da *Phonologia*, e de Rodrigo de Sá Nogueira (1932), versando sobre Fonética Histórica.

Assim, o período de publicação das gramáticas históricas do português situa-se entre os fins do século XIX e a primeira metade do século XX, mais concretamente, entre 1876 (cf. *Grammatica Portugueza Elementar*, Teophilo Braga) e 1946 (cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, Carolina Michaëlis Vasconcellos), à exceção de *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicada em 1975. De seguida, irei então analisar mais de perto as gramáticas históricas de Leite de Vasconcellos ([1911] 1959^3) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), quer relativamente à estrutura, quer ao conteúdo.

2. AS LIÇÕES DE LEITE DE VASCONCELLOS ([1911] 1959^3) E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS ([1946] S.D.)

A primeira é um conjunto de cento e doze conferências, proferidas durante os anos de 1903-1909 (vinte e duas preleções no 1.º ano; onze no 2.º; dezoito no 3.º; quinze no 4.º; nove no 5.º; oito no 6.º; onze no 7.º e dezoito no 8.º), "*que a princípio se destinavam (...) aos alunos do Curso de Bibliotecário-Arquivista, [mas que] em breve começaram a ser assistidas de alunos de cursos de fora, e também de professores, escritores e outras pessoas*" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959^3: vii).

A segunda é constituída por preleções feitas aos cursos de 1911-1912 (Lições I-XII) e de 1912-1913 (Lições XIII-XVII, seguidas de sete Lições relativas à Leitura e Explicação de Textos dos séculos XIII e XIV), na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para Leite de Vasconcellos ([1911] 1959^3: 3), a gramática histórica é o estudo de "*uma língua considerada conexamente em todos os períodos da sua existência*", enquanto a Gramática, em sentido geral, consiste no conjunto de três análises, i.e., análise sintática, morfológica e fonética.

Além da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe, Leite de Vasconcellos (cf. págs. 4-6) aponta outras áreas da Gramática, tais como: a "Semasiologia, Sematologia ou Semântica" ("o estudo das transformações de sentido"), a "Onomasiologia" ("que estuda, em determinado momento, ou no decurso dos tempos, as várias maneiras de exprimir as ideias" e a que outrora se chamava "Sinonímia") e a "Geografia Linguística" ("*quando se acompanha, em determinado território, a distribuição dos fenómenos glóticos, as transformações e lutas recíprocas dos vocábulos, os seus deslocamentos*")[405].

O autor aplica o termo de "Gramática prática, empírica, ou meramente descritiva" ao estudo de "*uma língua considerada em si mesma e em certo período*" e quando se trata de estudar *"várias línguas entre si, para determinar as relações de umas com as outras, recebe o nome de gramática comparativa*" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959^3: 3). Considera que a Gramática faz "*parte de outra disciplina mais vasta, a qual sóe chamar-se Glotologia, Glótica ou Linguística*", havendo uma preferência de Leite de Vasconcellos pelo primeiro termo, por se integrar no paradigma das palavras em *-logia*. Na definição que fornece, "Filologia Portuguesa" é "o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sôbre tudo como documento formal da mesma língua" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959^3: 9).

[404] Gramática publicada pela mesma editora (Karl J. Trübner, Strassburg) que deu à estampa a gramática de Jules Cornu (1888), para a qual outros gramáticos e estudiosos remetem muitas vezes.

[405] Outros domínios há que, na opinião do autor, sem fazerem parte integral da Gramática, estão em maior ou menor grau relacionados com ela, como por exemplo a Estilística, a Métrica, a Estética, a Retórica, a Poética e a História da Literatura. Mas, Leite de Vasconcellos não circunscreve a todos estes domínios o âmbito da Gramática, pois, segundo afirma, "muitos outros assuntos se apresentam no horizonte do investigador, por exemplo: origem das palavras (Etimologia); diferenciação dialetal, ou Dialetologia; maneira de nomear as pessoas e os lugares, ou Onomatologia".

O facto de o público ser heterogéneo contribuiu, de acordo com Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]), para que as *Lições* não obedecessem a um "plano fixo" e para que ele tivesse a "liberdade de lhes dar a amplitude que [lhe] parecesse, com tanto que não ultrapassasse as fronteiras da sciência". Baseando-se em todas as matérias estudadas e suponho que para espelhar a coesão das *Lições*, Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]) elaborou "um quadro sinóptico de Filologia Portuguesa", que aparece no fim do volume, em que figura o seguinte: "Introdução", "Gramática Histórica" ("I. Fonologia", "II. Morfologia", "III. Particulas e interjeições", "IV. Formação de Palavras", "V. Sintaxe"), "Estilística e Métrica", "Sematologia ou Semântica", "Léxico", "Onomatologia", "Dialetologia" e "Literatura".

Na designação "Gramática Histórica", Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]) inclui, pois, os domínios que comummente encontramos noutras gramáticas desse género. A organização deste trabalho encontra-se, portanto, em sintonia com a definição de Filologia do autor (i.e., o estudo "1) da Glotologia; 2) da Métrica; 3) da História da literatura" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959[3]: 7))[406], conceito que ele utiliza para designar a obra.

Após ter historiado o aparecimento, as aceções e o âmbito de estudo da Filologia (cf. Lições I e II da Parte II), Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 146) refere que, no século XIX, houve necessidade da parte de alguns estudiosos de introduzir o "vocábulo glotologia para designar a moderna ciência da linguagem", mas, pela parte que lhe toca, não encontra justificação para tal, uma vez que está convicta de que "o estudo de uma língua, por mais científico que seja, é filologia" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 150)[407].

Deste modo, rejeita a substituição do termo Filologia por qualquer outro mais recente (como, por exemplo, glotologia e linguística), tendo em conta que, na sua opinião, a área de investigação da Filologia se alargou e que é esta a única designação adequada quando se trata do "estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em tôda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 156)[408].

Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 126) acrescenta ainda que o "filólogo deve sempre historiar e, comparando, retroceder até chegar às origens, aos elementos primários"[409] e deve incluir nos trabalhos filológicos "o estudo histórico e comparado da língua com investigações etimológicas, dialetológicas, semasiológicas, etc." (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 151).

A obra de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) é constituída, como sabemos, por quatro partes: "Parte I. Preleções feitas ao Curso de 1911/1912", "Parte II. Filologia Portuguesa (I)", "Parte III. Filologia Portuguesa (II)" e "Parte IV. Lições Práticas de Português Arcaico. Leitura e Explicação de Textos dos Séculos XIII e XIV (em Fac-símiles de Manuscritos antigos)". São dez as Lições que formam a primeira parte: quatro introdutórias, as quais designa por "Generalidades"[410] e seis relativas à derivação e composição[411], seguidas de "Apêndice à Ortografia Nacional" (pp. 100-123). A "Parte II." é formada por Lições relativas à "Filologia"[412]

---

[406] Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]: 7) refere que destas três partes "se compõe uma obra publicada por G. Gröber, e colaborada por muitos sábios, com o título de *Grundriss der romanischen Philologie*".

[407] A autora critica inclusive Adolfo Coelho (1868), que "para caracterizar o moderno estudo das línguas, como científico — histórico e comparado — lhe quis dar o nome, científico igualmente, de glotológico" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 150).

[408] Descontando a diferença terminológica, repare-se na semelhança entre a primeira parte da definição de Filologia de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 156) e a de gramática histórica, fornecida por outros autores.

[409] Os elementos primários são as "raízes", na terminologia da autora (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 126), ou seja, os étimos.

[410] "Generalidades: [Recapitulação do Programa. Línguas românicas. O português — transformação orgânica do latim vulgar.]" (pp. 7-16), "Generalidades: [Períodos e características do português arcaico.]" (pp. 17-22), "Generalidades: [Palavras populares, eruditas e semi-eruditas.]" (pp. 23-32), "Generalidades: [Formas divergentes ou alotrópicas. O problema ortográfico.]" (pp. 33-39).

[411] "[Derivação e Composição. Noções gerais, preliminares, teóricas] " (pp. 40-49), "[Derivação. Raízes (radicais, temas ou bases) e afixos. Sufixos mortos e sufixos vivos]" (pp. 50-59), "[Derivação. Excurso prosódico. Sufixos átonos e esdrúxulos: Explicação da sua atividade na linguagem popular]" (pp. 60-69), "[Derivação. Sufixo *-udo*; infixos *-z-* e *-r-*; *-aria* — *-eria*. Sufixos de proveniência não-latina. Outros processos de prefixação expressivos ou pitorescos]" (pp. 70-79), "[Resenha dos principais processos populares de sufixação. Derivação imprópria. Derivação verbal]" (pp. 80-85) e "[Prefixação. Excurso: Névoas de antanho. Prefixos nominais e verbais. Notas diversas]" (pp. 86-99).

[412] "Lição I. Filologia: Noções etimológicas e semasiológicas" (pp. 125-135), "Lição II. História da Filologia" (pp. 136-145), "Lição III. Glotologia" (pp. 146-156), "Lição IV. Classificação das línguas" (pp. 157-164), "Lição V. Línguas indo-germânicas" (pp. 165-176), "Lição VI. [A escrita.] Os ramos itálicos do tronco indo-germânico" (pp. 177-189), "Lição VII. Línguas românicas ou neolatinas" (pp. 190-206), "Lição VIII. O documento românico mais antigo (*Juramento de Estrasburgo*, de 842). Variantes ultramarinas das línguas românicas e dialetos crioulos" (pp. 207-222), "Lição IX. Cronologia dos falares romanços: I. Desde quando há língua romana, diversa da latina? II. Quando nasceram, e como se desenvolveram as línguas românicas diferenciadas" (pp. 223-230), "Lição X. Latim falado e latim

e a "Parte III" é dedicada ao "Léxico"[413]. A última parte, "Parte IV", é constituída por sete Lições, em que se transcrevem, criticam e se procede à análise vocabular de vários fac-símiles[414].

Como se pode verificar pela estrutura apresentada, nesta obra, em que assumidamente se privilegia o estudo do léxico, as matérias relativas à Fonética e à Sintaxe têm uma presença mais ténue. Assim, considero que, embora não ostentem a designação de 'Gramática' no título e estando organizadas em Lições e não em secções ou capítulos, como a maior parte das outras gramáticas, há, ainda assim, nestas duas obras, uma certa sistematicidade.

Apesar de uma organização diferente das matérias (aliás, justificada por ambos os autores devido à heterogeneidade do público a que se destinavam)[415] e do peso conferido ao estudo do léxico ser maior do que noutras obras congéneres, não se afastam excessivamente da definição de gramática histórica que adotei: as principais disciplinas estão aí representadas, a comparação do português com o latim e com as outras línguas românicas é uma constante e a amplitude de análise dos dados linguísticos legitimam a sua inclusão[416].

3. CONCLUSÕES

É objetivo comum aos vários gramáticos históricos a descrição da evolução da língua portuguesa, desde a origem até ao período que se pretende estudar, sendo o latim o ponto de partida e o português da época contemporânea o ponto de chegada[417]. Daí que, como seria de esperar, os vários autores elejam o método (histórico-)comparativo, quer para estabelecer a comparação entre estádios diferentes do português, quer se trate de comparar o português com outras línguas românicas. Mas o facto de a diacronia ser sempre privilegiada, tendo em conta o seu poder explicativo, não significa que a sincronia (ou as várias sincronias) seja rejeitada, pois, por vezes, é a descrição da língua contemporânea que se assume como objetivo central.

A ideia de que a língua é um "organismo vivo" com tendências naturais e que, *"como tudo na natureza, está sujeita a transformações inevitáveis*" (Coutinho, 1938: 30) encontra-se repetidamente nas gramáticas históricas do português e sobrepõe-se àquela que encarava a mudança como corrupção.

Outro aspeto que merece destaque prende-se com a convicção de que o português, tal como as outras línguas românicas, descende do latim "popular falado" e não do latim "literário", como se pode verificar, por exemplo, em António R. Vasconcellos (1900: 75) e em José J. Nunes ([1919] 1989[9]: 18). Tanto J. Leite Vasconcellos ([1911] 1959[3]), como Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.)), a par de Carl von Reinhardstoettner (1878), Othoniel Mota ([1916] 1937[8]), Manuel Said Ali ([1931] 1964[3]), Joseph Huber ([1933] 1986), conferem um tratamento independente à Formação de Palavras e têm como objetivo descrever e explicar os processos de prefixação, sufixação e composição em si mesmos e não somente o seu resultado, ou seja, o facto de contribuírem para o enriquecimento lexical.

Todos os gramáticos estudados apontam a derivação e a composição como os processos que mais contribuem para o enriquecimento e desenvolvimento do léxico, independentemente do objetivo que os move, i.e., quer se centrem na procura das formas primitivas a partir das quais se desenvolveram as formas atuais, quer pretendam descrever as formas arcaicas remanescentes, sendo usuais as oposições de "vivo"/"morto" e "atual"/"arcaico", quando se trata de assinalar a vitalidade ou produtividade de determinados afixos e a disponibilidade de alguns processos, relativamente a outros que deixaram de dar origem a palavras morfologicamente complexas. Ou seja, nas obras em análise, no que diz

escrito. Que sabemos nós do *Sermo Vulgaris*, como base das línguas românicas" (pp. 231-242), "Lição XI. Latim Vulgar. As suas tendências fonéticas, morfológicas e sintáticas" (pp. 243-251) e "Lição XII. Latim Vulgar. O acento, alma da palavra" (pp. 252-259).

[413] "Lição I (XIII). Introdução" (pp. 261-280), "Lição II (XIV). Fontes do Léxico Português" (pp. 281-298), "Lição III (XV). Fontes do Léxico Português. Os elementos árabes" (pp. 299-310), "Lição IV (XVI). Fontes do Léxico Português: Vocábulos provenientes das línguas faladas na Europa, na Idade-Média" (pp. 311-322) e "Lição V (XVII). Fontes do Léxico Português: Estrangeirismos recentes" (pp. 323-330).

[414] Fac-símile I da *Crónica Geral*, de 1404 (pp. 331-339), fac-símile II da versão galego-portuguesa da *Crónica Geral* (pp. 340-353), fac-símile III: uma página das *Leis de Partida* (pp. 354-367), fac-símile IV da *Crónica Troiana* (pp. 368-376), fac-símile V do *Cancioneiro da Ajuda* (pp. 377-402), fac-símile VI das poesias do *Cancioneiro da Vaticana* (pp. 403-422) e uma página do Cancioneiro Colocci-*Brancuti* (pp. 423-429).

[415] cf. Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]: ix), para quem a organização da sua obra se deve à circunstância de após se ter confrontado com três hipóteses: "apresentar as lições pela ordem em que foram dadas, tais quais: ou apresentá-las em ordem metódica, dentro de cada ano; ou tomar de cada grupo o que é comum a todos, e constituir com isso, embora completando-o ou ampliando-o, um tratado uniforme" ter optado pela segunda.

[416] Na "Bibliografia Sumária", Teyssier ([1980] 1994[6]: 111) também lista as obras de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959[3]) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) nas "Gramáticas Históricas".

[417] A obra de Joseph Huber ([1933] 1986), como assinala Rosa V. M. Silva (1991: 45), "segue o modelo historicista das gramáticas históricas; distingue-se, contudo, das outras porque confronta o latim e o português arcaico".

respeito à Formação de Palavras, são tratadas questões que hoje em dia constituem temas centrais dos debates dos especialistas da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bloomfield, Leonard (1933) *Language*, New York/Chicago/San Francisco/Toronto: Holt, Rinehart & Winston.

Caetano, Maria do Céu (2003) *A Formação de Palavras em Gramáticas Históricas do Português. Análise de algumas correlações sufixais*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Duarte, Inês (1996) "Gramáticas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 13-18.

Gonçalves, Maria Filomena (1996) "A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 39-52.

Iordan, Iorgu (1973) *Introdução à Linguística Românica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Malkiel, Yakov (1960) "A Tentative Typology of Romance Historical Grammars" in *Essays in Linguistic Themes*, Oxford: Blackwell, 71-164 (também em *Lingua* IX-4, 1968).

Martins, Ana Maria (1996) "Gramáticas Históricas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, vol. III, 53-71.

Sá Nogueira, Rodrigo de (1932) *Curso de Filologia Portuguesa*. *I Parte: Noções Gerais e Fonética Histórica*, Lisboa: Ed. de José Fernandes Jr. (obra re-editada, com muito poucas alterações, nos *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, 1938, Lisboa: Imprensa Nacional).

Silva, Rosa V. M. (1991) *O Português Arcaico*. *Fonologia*, São Paulo / Bahia: Contexto / Editora da Universidade Federal da Bahia.

Teyssier, Paul ([1980] 1994[6]) *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá da Costa (trad. de Celso Cunha, do

original fr. *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF. Que sais-je?).

Verdelho, Telmo (1995). *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro: INIC (publ. da diss. de Doutoramento apresentada em 1988 à Universidade de Aveiro).

ANEXO - GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DO PORTUGUÊS

Ali, Manuel Said ([1931] 1964[3]) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Edições Melhoramentos.

Braga, Teophilo (1876) *Grammatica Portugueza Elementar* (Fundada sobre o methodo historico-comparativo), Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.

Coelho, Adolfo (1868) *A Lingua Portugueza*. *Phonologia*, *Etymologia*, *Morphologia e Syntaxe*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Cornu, Jules (1888) *Die portugiesische Sprache*. In Gröber, Gustav (ed.) *Grundiss der romanischen Philologie*, Strassburg: Karl J. Trübner.

Coutinho, Ismael de Lima (1938) *Pontos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Horta, Brandt ([1930?] s.d.[3]) *Noções de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editores J. R. de Oliveira.

Huber, Joseph ([1933] 1986) *Gramática do Português Antigo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trad. port. de Maria Manuela Delille, do original al. *Altportugiesisches Elementarbuch*), Heidelberg, Carl Winters Universitätsbuchhandlung).

Martins, Jaime de Sousa ([s.d.] 1937[2]) *Elementos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Mota, Othoniel ([1916] 1937[8]) *O meu idioma*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Nunes, José Joaquim ([1919] 1989[9]) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (*Fonética e Morfologia*), Lisboa: Clássica Editora.

Pereira, Eduardo Carlos ([1916] 1935[9]) *Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Reinhardstoettner, Carl von (1878) *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, Strassburg: Karl J. Trübner.

Sequeira, Francisco Júlio Martins ([1938a] 1959[3]) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Popular.

Sequeira, Francisco Júlio Martins (1938b) *Gramática de português*, Lisboa: Livraria Popular

Silva Jr., Manuel Pacheco da (1878) *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro: Typ. A Vapor de D. M. Hazlett.

Silva Jr., Manuel Pacheco da e Lameira de Andrade ([1887] 1913[4]) *Grammatica da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Vasconcellos, António Garcia Ribeiro (1900) *Gramática Histórica da Língua Portuguêsa*, Paris/Lisboa: Aillaud/Alves; Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves.

Vasconcellos, Carolina Michaëlis de ([1946] s.d.) *Lições de Filologia Portuguesa - segundo as preleções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913* (*Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*), Lisboa: Edição da Revista de Portugal / Dinalivro.

Vasconcellos, José Leite de. ([1911] 1959[3]) *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Williams, Edwin B. ([1938] 1994[6]) *Do Latim ao Português*. *Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (trad. bras. de Antônio Houaiss, do original ingl. *From Latim to Portuguese*. *Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*).

67. Mª MANUEL CALVET RICARDO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TEMA 2.1. O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. BREVE ABORDAGEM DO ENSAIO DE ANTONIO SÉRGIO EM TORNO DO PROBLEMA DA "LÍNGUA BRASILEIRA"

Objeto de polémica, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vias de entrar em vigor. Alguns, considerá-lo-ão um passo em frente no projeto de unificação ortográfica da Língua Portuguesa como fundamento da unidade da lusofonia; outros, pelo contrário, hão de considerá-lo como uma cedência da

potência colonizadora aos países colonizados, sobretudo ao Brasil, uma vez que os restantes países lusófonos utilizam a grafia portuguesa.

Para além das polémicas, o acordo ortográfico entrou em vigor no Brasil no início de 2009 e pensa-se que o mesmo acontecerá em Portugal ao longo de 2009. Para que possamos entender o presente é necessário olhar para o passado.

Pretendemos, assim, enquadrar historicamente esta questão, dando particular atenção ao texto pouco conhecido de António Sérgio (1883-1969), *Em torno do problema da "língua brasileira"*, na qual este apresenta a sua posição sobre o assunto, em 1937, nos Cadernos da Seara Nova, Estudos pedagógicos, na sequência do Primeiro Acordo Ortográfico da iniciativa da Academia Brasileira de Letras, aprovado pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1931 e publicado no Diário do Governo, nº 120, I serie a 25 de maio.

Estas tomadas de decisão deram origem à publicação em 1940 do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa posteriormente aprovado no Brasil, a 29 de janeiro de 1941.

No contexto da obra de António Sérgio, aquele texto surge depois de um afastamento de sete anos, em Madrid e Paris, para onde fora compelido a exilar-se, após a instauração da ditadura militar, em 1926.

Amnistiado em 1933, regressa a Portugal, onde passou a lecionar e a traduzir, sempre com o fito numa reforma mental e económica.

A publicação ensaística (*Ensaios,* 8 volumes, 1920-1958) dá-nos disso conta. Durante a década de trinta, colaborou com a *Seara Nova*, aí assumindo um papel de liderança intelectual.

Colaborou também no âmbito do grupo da Biblioteca Nacional, na revista *Lusitânia*.

O seu conhecimento da realidade brasileira, de que nos dá testemunho no citado texto, permite-lhe abordar o assunto com facilidade, pois conforme dissemos, esteve no Brasil nos anos 20.

Mais tarde, em 1927, dirige a secção luso-brasileira de uma editora e também a secção editorial de um hebdomadário de Paris.

Nos anos 30, ainda em Paris, trabalha como tradutor para uma editora brasileira. *Em torno do problema da "língua brasileira"* tem o formato epistolar dirigindo-se a um estudante brasileiro seu amigo, imaginário ou real, não o sabemos, pois, no texto, não é revelado o seu nome, o que, aliás, é comum nas obras de António Sérgio.

Assume-se, em subtítulo, como um cidadão do mundo e humanista crítico, e é nesta perspetiva que aborda a questão da língua.

Das muitas referências a autores portugueses e estrangeiros será talvez curioso notar que, no início, se refere às "verdades de Pero Grulho" (página 9).

Recorre à figura quimérica criada por Francisco de Quevedo y Villegas (1580-1645) para justificar a sua abordagem, "*lembrando que em tudo quanto é possível pensar há dois aspetos complementares e unidos: o aspeto da diversidade e o da estabilidade; o aspeto da fluência e o da estrutura"*.

O uso coloquial da expressão "verdades de Perogrullo" (na realidade, uma deformação do nome Pedrogrullo) deve-se à necessidade de expressar aquilo que por evidente e conhecido se considera ocioso enunciar.

No que se refere à língua brasileira/portuguesa, António Sérgio assume a posição muito clara, veemente e fundamentada, de que não há razão para um acordo ortográfico.

Mas inicia esta carta a um amigo muito conhecedor da situação, com uma contradição, pois *"fala"/escreve propositadamente em brasileiro: "me oiça*", afirmando por outro lado, que na língua brasileira "*só os brasileiros têm o direito de intervir".*

Desculpa-se com uma atitude de filósofo, crítico, pedagogo e humanista, qualidades que lhe permite emitir opinião.

Desejava, afirma, que "*brasileiros e portugueses conversassem sempre de maneira perfeita num idioma escrito que lhes fosse comum*" (página 8) e considera que "*as guerras dos nossos compatriotas - os seus e os meus – em torno da língua, não serão os de Alecrim e Mangerona; não serão; mas talvez sejam as do Andante e do Alegro (se lhe parecer mais justo) as batalhas do Grave com o Prestíssimo*"

(página 34), numa clara referência a intervenientes no processo de elaboração do Acordo Ortográfico na época.

Critica posições anteriores sobre a questão do idioma imanentes de "paixão patriótica", de "orgulho infantil", e considerando-as "mascaradas de ciência linguística" e de "imparcialidade científica" (página 8).

Aos brasileiros, acusa-os de "brasileirismo exaltado e pouco esclarecido" e, aos portugueses, de "patrioteirismo idiota".

Na página 16, mostra-se aterrorizado por ser de Portugal que alguns pensam que deve vir a lei sobre o idioma escrito. E, na página 12, defende a tese subjacente a esta obra, afirmando que *"não haverá, nesse caso, uma língua única de brasileiros e uma língua única de portugueses, mas várias línguas brasileiras faladas e várias línguas portuguesas faladas, - e, ao lado dessas, uma língua luso-brasileira escrita".*

Dá como exemplo Portugal ter "*uma língua literária sua – uma língua escrita – diferente das línguas populares faladas: é a de Camões, a de Vieira, a de Tomaz Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Olavo Bilac, a de Machado de Assis*" (página 15), "*e o Brasil (como todas as nações civilizadas do mundo) possue também uma língua escrita: a de Camões, a de Vieira, a de Tomaz Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Olavo Bilaç, a de Machado de Assis*" (página 16).

Não aceita que *"a língua escrita imite a variabilidade das línguas faladas – é tirar-lhe precisamente o caráter próprio"* (páginas 18/19) e continua*: "aproximarmo-nos, ao escrever, de uma língua falada, - é cairmos na regionalice e na dispersão".*

Apresenta como exemplo a obra de Fialho de Almeida e Gil Vicente que *"moldadas numa linguagem mais viva (e que no tempo o foram) cheiram já a cadáver a um português atual*" (página 20).

António Sérgio assume amar a língua escrita por *ser "o mais próximo instrumento para a propagação das ideias de mais vasto âmbito, - das mais futuristas e mais progressivas, das mais universalistas e mais audazes, das mais emancipadoras e mais humanas"* (página 21).

Define língua falada como não sendo "*nunca língua de todo o povo; é de uma região, de uma profissão, de uma classe"* (página 22). E diz pretender que um dia todos "*saibam a língua escrita, verdadeiro instrumento de elevação das massas à atitude universalista da superior cultura".*

Mas abre uma exceção para a unificação da língua escrita no que se refere à terminologia técnica. O estado caótico da terminologia técnica portuguesa leva-o a defender "*congressos de brasileiros e de portugueses, com caráter oficial, para unificar a terminologia técnica, sendo obrigatórias as decisões para as escolas oficiais dos dois países"* (página 33).

Na página 34, propõe a liberalização do uso dos pronomes. Quanto ao sistema educativo, defende o estudo da "*literatura da língua portuguesa"* e não o da literatura portuguesa, assumindo, mais uma vez, a sua posição de universalista.

Em resumo, podemos afirmar que António Sérgio não defendia o Acordo Ortográfico, o que é corroborado por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, na introdução à *Obra Completa, volume Ensaios tomo III* dos clássicos Sá da Costa, edição de 1972, onde afirmam que os textos seguem a ortografia que António Sérgio adotou nos livros publicados posteriormente ao Acordo Ortográfico Luso-brasileiro de 1945. E notam que o autor nem sempre aceitou as regras deste acordo.

31 de agosto 2009

68. MARIA NEVES LEAL GONÇALVES UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – UID- OPECE- UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS

69. MARIA MANUELA FERREIRA VENTURA DOS SANTOS UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – UID- OPECE- UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS

TEMA 2.4. A VIAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA – O ENTRECRUZAR DE VEREDAS

Nesta comunicação, partimos do pressuposto epistemológico de que a língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico e que mais do que uma racionalidade científica, são critérios políticos e geoestratégicos que condicionam a delimitação territorial e demográfica de uma determinada língua. Abordamos,

num primeiro momento, a origem e evolução do português bem como o papel hegemónico do latim na Europa Ocidental Medieval.

Centramos o olhar nas diversas configurações que a língua toma em função das diferentes situações geográficas, históricas e políticas que, conjunturalmente, a enquadram e determinam. Num segundo momento, focalizamos a análise na época dos descobrimentos, nomeadamente ao nível da relação interlinguística do português com vários idiomas não europeus, iniciando-se, aqui, a aventura linguística da língua portuguesa, como bem frisou Nebrija, "que sempre a língua foi companheira do império".

É, neste sentido, que nos referimos à inequívoca promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação. Os monarcas, impulsionadores das descobertas, percecionaram, certamente, a língua, como um instrumento indispensável para Portugal se afirmar politicamente, já que ela é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza.

Por fim, aludimos ao bilinguismo luso-espanhol desde a época quinhentista até ao Iluminismo. A partir do século XVIII, é explícita a influência francesa, como bem registou Paul Teyssier (1980: 38): "*Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe do português*". Priorizámos neste estudo algumas fontes que nos pareceram significativas para o tema em análise, bem como compulsámos diversos autores que abordaram a problemática da língua, considerada por Aquilino Ribeiro "o mais lídimo e precioso de todos os patrimónios".

1. INTRODUÇÃO

"Floresça, fale-se, ouça-se
E cante-se
A portuguesa língua".
António Ferreira

A língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico devido à permanente mobilidade dos indivíduos e à contingência das comunidades. Assim, a divisão e delimitação territorial e demográfica das línguas, distinguindo idiomas e variedades regionais, são muitas vezes determinadas por critérios políticos e geoestratégicos, sem cuidar de razões ou consensos científicos (Silva, 1988, Verdelho, 2008). O conceito de língua é, pois, entendido por "*algum tipo de noção política, não-linguística*" (Chomsky, 1982: 29), isto é, a partir de fatores históricos e políticos. Para abordarmos a questão da língua portuguesa, temos que centrar o olhar nas diversas configurações que ela toma nas diferentes situações geográficas, históricas e políticas em que ocorre (Silva, 1988: 64). Paul Teyssier, no encerramento do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo, reunido em Lisboa em 1983, afirmava:

> "*É uma realidade original que não é do tipo nacional, já que abrange sete nações situadas na Europa, na América e na África, nem do tipo étnico, já que o português é usado por homens de todas as raças e origens, nem tão-pouco, por razões óbvias, de tipo económico, nem de tipo religioso*" (Teyssier, 1985: 46).

Em cada momento, a história cultural - e sociológica – do homem coloca a sua «Questão da Língua». Ora, a profunda relação que existe entre «Questão da Língua» e todas as «questões» que abalam com maior ou menor força o edifício sociocultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e os outros elementos da estrutura social. A língua é, ou faz parte, do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza (Buescu, 1983). São diversos os fatores que concorrem para a evolução da língua, desde a psicologia dos povos, ao território, às condições de vida, ao estado da civilização, e sobretudo o substrato (língua preexistente) e o superstrato (língua ou línguas supervenientes).

2. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como se sabe, o indo-europeu fracionou-se nos seguintes dialetos: itálico, germânico, báltico, celta, albanês, helénico ou grego, arménio e indo-irânico. Tornaram-se? línguas independentes e faladas na Europa, à exceção do basco, do turco e do grupo ugro-fínico (finlandês, estoico e húngaro). O latim foi a língua falada numa pequena região da província do Lácio, fundada em 763 a.C. e expandiu-se por toda a Itália, sendo o Império Romano, um instrumento da sua civilização. O português é, como refere (Silva, 1988: 63), "*um dos rebentos, nascido do contacto do Latim com as línguas de populações autóctones ou não que viviam no extremo ocidente da Europa, e que foram subjugadas pelo Império de Roma*".

O latim - que esteve muito tempo sem ser língua escrita - só aparece no século III a. C. com duas variantes: o latim clássico, culto ou erudito e o latim popular ou

vulgar. Foram os soldados romanos, que trouxeram, ao desembarcarem na Península Ibérica em 218 a. C, o latim vulgar e, curiosamente, todos os povos peninsulares, com exceção dos Bascos, adotam o latim, como língua. Em 409, invasores germânicos – Vândalos, Suevos e Alanos – afluem ao Sul dos Pirenéus, seguidos, mais tarde pelos Visigodos. Estas invasões só terminaram em 711 com a invasão muçulmana que se prolongou em Portugal até ao século XIII. E, naturalmente, todos estes povos deixaram vestígios na língua portuguesa, designados por superstratos. A mais marcante foi a árabe, cuja vivência interlinguística se repercutiu na memória lexical portuguesa por uma herança moçárabe abundante e muito abrangente sob o ponto de vista semântico, incluindo o seu universo de referência da vida quotidiana, factos e produtos da agricultura, da atividade artesanal, da administração pública e também designações toponímicas (Verdelho, 2008: 30).

A preocupação de traduzir para português algumas designações árabes, transparece, por exemplo, no manuscrito de Valentim Fernandes: *"Esta vila se chama Alcácer Seguer que quer dizer castelo pequeno, porque alcácer quer dizer castelo e seguer quer dizer pequeno por arabigo"* (cit., por Verdelho, 2008: 31). Sem dúvida alguma que a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares - o galego-português a oeste[418], o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas três línguas foram levadas para o Sul pela Reconquista (Teyssier, 1982: 5-6). O latim era hegemónico na Europa Ocidental Medieval, como bem observou Bloch (1961: 77) "*o latim não era só a única língua em que se ensinava, mas a única língua que se ensinava"*. E esta hegemonia era tão visível ao ponto de 77% dos livros impressos na Europa antes de 1500 serem todos em latim.

Em Paris, no ano de 1501, 88 edições impressas estavam em latim e apenas 8 em língua francesa (Anderson, 1993: 38). Contudo, depois de 1640, era cada vez menor o número de livros que se publicavam em latim e cada vez maior o número de publicações em língua vernácula (Anderson, 1993: 38). A título meramente exemplificativo, refira-se que a correspondência de Descartes (1596-1650) e de Pascal (1623-1662) estavam em latim, se bem que a de Voltaire (1694-1778) se encontrasse já em francês. A queda do latim, em finais do século XVII, "*era ejemplo de un proceso más amplio en el que las comunidades sagradas, integradas por antiguas lenguas sagradas, gradualmente se fragmentaban, pluralizaban y territorializaban"* (Anderson, 1993: 38).

3. EVOLUÇÃO DO GALAICO-PORTUGUÊS

Portugal emerge como nação de língua agrafa[419], e o latim era o veículo oficial escrito. Seria também falado em situações de formalidade, tanto religiosa como leiga. Contudo, o galaico-português vai recobrindo pouco a pouco toda a parte central e meridional do território português quer com a Reconquista quer com o «repovoamento» de novos habitantes vindos do norte. E, progressivamente, vai sofrendo uma evolução gradativa, transformando-se no Português.

Por volta de 1350 - período em que se extingue a escola literária galaico-portuguesa - separa-se do galego por uma fronteira política, como acentua Teyssier (1980: 6). A partir da segunda metade do século XIV, constata-se a sedimentação progressiva duma língua escrita portuguesa. E, neste sentido, traduzem-se e reproduzem-se documentos literários e paraliterários. Em 1536, o gramático, Fernão de Oliveira, face à sedimentação da língua portuguesa, disserta já sobre a sua variação social, regional e etária:

> "E*, porém, de todas as palavras, ou são gerais a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves*" (Oliveira, 1974: 121).

4. A LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESCOBRIMENTOS

A estratificação social e a consequente diversidade linguística na Lisboa quinhentista - ratinhos[420], mouriscos, judeus, negros escravos[421] - contribuem decisivamente para o enriquecimento lexical do Português. O escritor

[418] Já vem dos romanos o englobar do noroeste peninsular em uma única divisão administrativa, a *Gallaecia*.

[419] Línguas agrafas: as línguas humanas, também chamadas de línguas naturais.

[420] Gentes das Beiras e do Norte.

[421] Entre 1486 e 1493 chegaram 3589 negros. Entre 1511 e 1513, 2996. No reinado de D. Manuel constituíam 10% da população de Lisboa (Azevedo, 1978:73).

quinhentista, Frei Heitor Pinto, sobre a capital do reino no tempo das descobertas, escreve lapidar e metaforicamente: "*era uma praça e feira de todo o universo, e o porto de Belém a boca desta praça*" (cit., por Neto, 1952: 453).

Por sua vez, desde o século XV, o português, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas legitimando o axioma antigo de Nebrija "*que siempre la lengua fue compañera del imperio"* (cit. por Verdelho, 2008: 11). A relação interlinguística do português com várias línguas não europeias é atestada por diversos cronistas, de que destacamos Gomes Eanes de Zurara. "*Entre estes mouros havia desvairados linguagens, ca uns eram de gazulla, outros de xerquia, outros de mallaga, pero todos eram mercadores ou servidores deles"* (Zurara liv 2 cap. 16, cit. por Verdelho, 2008: 11).

De facto, quem integrou, *grosso modo*, as armadas portuguesas foi, por um lado, uma plêiade de missionários e, por outro, europeus cultos como Tomé Pires, Garcia de Orta, Camões, Fernão Lopes de Castanheira, Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto. Tanto uns como outros coligiram as drogas da índia, deram notícia das viagens, das violências e dos naufrágios, das terras, das gentes e dos usos, das religiões e das linguagens. É que "*ao leme das naus, a língua foi muito além dos marinheiros que a levaram*" (Verdelho, 2008: 55). E isto porque os portugueses que promoveram o convívio da língua portuguesa com as línguas do mundo recém-descoberto levaram com eles a cultura e a ciência humanista. Muitos deles tinham estudado as três artes liberais - a gramática, a retórica e a dialética - eram «bons latinos» e estavam preparados para *"interpretar a variedade e a universalidade da comunicação humana pela palavra"* (Verdelho, 2008: 54).

Esta dinâmica renovadora da língua portuguesa nos descobrimentos foi, aliás, bem captada, no século seguinte, mais precisamente em 1669, por Frei Manuel do Sepulcro:

> *"E não há dúvida que maior mudança fez a língua portuguesa nos primeiros vinte anos do reinado de Dom Manuel, que em cento e cinquenta anos daí para cá: como o vemos pelos escritos, em verso e prosa, de uns e outros tempos*" (Sepulcro, 1921: 11).

A promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação parece ter sido, desde o rei D. João II, um desígnio político ao ponto de uma tipografia ter sido instalada em Goa em 1556 e terem sido criados, pelos jesuítas e outras ordens religiosas, colégios, seminários e conventos. Nestes estabelecimentos de ensino, os idiomas nativos emparceiravam com as línguas portuguesa e latina em manuais didáticos. João de Lucena, na obra *História da vida do padre Francisco Xavier*, refere que este padre, por volta de 1548, incumbiu o padre Francisco Henrique a estudar a língua dos naturais de Malabar:

> *"Desejando habilitar ainda nesta parte os instrumentos da divina palavra, quanto fosse possível, ordenou ao padre Francisco Henriques, a que sentiu mais aplicação, e talento, reduzisse a arte, a língua Malabar, como ainda a latina, com suas declinações de nomes, e pronomes, conjugações de verbos, géneros, pretéritos, e todas as mais regras de gramática (...).O padre Francisco Henriques aprendeu em menos de seis meses a falar, e a ler, e escrever as próprias letras e carateres da terra, e em breve tempo saiu com a arte e vocabulário da língua com espanto dos naturais*" (Lucena, 1600: 367).

A interação linguística parece ter sido considerável, a avaliar, por exemplo, pelo título desta cartilha em tamul e português, publicada em Lisboa em 1554: *Cartilha que contem brevemente o que todo o cristão deve aprender para sua salvação. A que el-rei dom João II deste nome nosso senhor mandou imprimir em língua Tamul e português com a declaração de tamul por cima de vermelho.*

5. A INFLUÊNCIA ESPANHOLA E FRANCESA

Entre meados do século XV e fins do século XVII, a corte portuguesa era bilingue e o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Se os casamentos dos reis com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa «castelhanização» da corte, os 60 anos de dominação espanhola acentuaram esta impregnação linguística. Vários autos de Gil Vicente integram personagens que se exprimem em castelhano (*Auto da Índia*) ou peças escritas em castelhano (*Monólogo do Vaqueiro*). Outros escritores portugueses quinhentistas, como Camões e Sá de Miranda, escrevem também em espanhol. Jorge de Montemor, o autor de *Diana,* hispaniza mesmo o seu nome em Montemayor e abandona completamente a língua portuguesa. Em oposição, António Ferreira (1528-1569) manifesta uma certa forma de patriotismo linguístico recusando-se a escrever em espanhol. São dele estes versos paradigmáticos da apologia da língua portuguesa:

"Floresça, fale-se, ouça-se
E cante-se

A portuguesa língua".

A partir do século XVIII, o espanhol deixa de desempenhar o papel de segunda língua de cultura, que passa então a ser exercido pelo francês. Teyssier (1980: 38) sublinha primorosamente: *"Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe".*

6. CONCLUSÕES

O que vimos expondo, permite-nos concluir que a realidade da noção de língua portuguesa pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Como a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas, à medida que essas dimensões, com o decorrer dos tempos e das gerações, forem variando, será certamente expetável que a extensão da noção de língua portuguesa varie também (Raposo, 1984: 592). Ao longo dos tempos, a língua foi, pois, um dos instrumentos indispensáveis para Portugal se afirmar face ao poder, não só político, como linguístico (castelhano). A difusão da imprensa e a produção de Cartilhas, ou «Cartinhas», Gramáticas, textos religiosos e morais foram mecanismos importantes para assegurar o seu domínio nas terras recém-descobertas. Sendo a língua um instrumento que faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade, são diversos os fatores que concorrem para a sua evolução diacrónica e sincrónica. É, como já referimos, de origem acentuadamente latina, como escreve poeticamente Camões:

"Sustentava contra ele Vénus bela,
Afeiçoada à gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada sua Romana;
Nos fortes corações, na grande estrela,
Que mostraram na terra Tingitana,
E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina"[422]
(*Os Lusíadas*, canto III).

E Olavo Bilac que definia desta forma metafórica e polissémica a língua portuguesa, acentua também, metonimicamente, a sua origem latina:

"Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro navio que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela…
Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o troar e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!"[423]
(*Tarde*,1919).

Com efeito, a vivência interlinguística repercutiu-se na memória lexical portuguesa pelos diversos povos que invadiram a península e que deixaram vestígios de vária ordem, nomeadamente linguística e semântica. Os descobrimentos constituíram um momento curial para a língua portuguesa que, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando sinalizou magistralmente "da minha língua vê-se o mar". É que a língua possibilita, quando é transcontinental como a Portuguesa, unir os povos. E Alfredo Margarido sustenta, a este respeito, a ideia de que Portugal pode recuperar a grandeza de outrora através da sua língua: "*Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua grandeza"* (Margarido, 2000: 28). Para finalizar, socorremo-nos da autoridade e da expressividade das palavras de Verdelho (2008: 44) que acentua o caráter transitório e evolutivo da língua portuguesa:

> *"Diversa e una, em momento de liberdade, revendo criticamente a coerção normativa homogeneizadora, dominante outrora, sempre a esgueirar-se por frestas académicas, aventura linguística que se definiu historicamente com Afonso Henriques no século XII continua o seu percurso e se afirma como uma das línguas mais usadas no mundo".*

7. BIBLIOGRAFIA

Anderson, Benedeto (1993). *Comunidades imaginadas.* México: Fondo de Cultura Económica.

Azevedo, Lúcio de (1978). *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

[422] Os itálicos são nossos.

[423] Os itálicos são nossos.

Bloch, Marc (1998). *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema.

Buescu, Maria Leonor Carvalho (1983). *O estudo das línguas exóticas no século XVI.* Lisboa. Instituto de Cultura Portuguesa.

Chomsky (1982). Reflections on Language. New York: Pantheon Books.

Emiliano, António Henrique de Albuquerque (2003). *Latim e romance na segunda metade do século XI.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Lucena, João de (1600). *História da vida do padre Francisco Xavier*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, p. 367. (Ed fac-similada, Lisboa, 1952).

Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. U.

Neto, Serafim da Silva Neto (1952). *História da língua portuguesa.* Rio: Livros de Portugal.

Oliveira, Fernão de (1974). *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: IN/CM.

Raposo, Eduardo Paiva, (1984). "Algumas observações sobre a noção de "língua portuguesa", *Boletim de Filologia, 29,* 592.

Sepulcro, Frei Manuel do (1921) "Refeição Espiritual". In *Paladinos da Linguagem,* 2.º vol., Lisboa: Aillaud e Bertrand.

Silva, Rosa Virgínia Mattos (1988). "Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português" (1988). Revista ICALP, 11, 60-72.

Teyssier, Paul (1982). *História da língua portuguesa.* Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Verdelho, Telmo (2008). *O encontro do português com as línguas não europeias.* Lisboa: BNL.

70. MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ UNIESP

TEMA 2.6. UM BREVE ESTUDO DO LÉXICO CONSERVADOR PRESENTE NO FALAR ILHÉU DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL

Segundo Soares (1979), o falar ilhéu de Santa Catarina, "(...) *tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século XVI, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas".*

Instigado por essa afirmação, esse trabalho de pesquisa traz como objetivo uma breve descrição do falar conservador dos habitantes das comunidades do distrito de Santo Antônio de Lisboa. A sede deste Distrito, de raízes açorianas, está situada na parte oriental da Ilha de Santa Catarina, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.

É provável que os primeiros açorianos tenham chegado por volta de 1689, mas a colonização só teve início efetivo no século XVIII.

Desenvolveu-se como um tradicional vilarejo de pescadores e ainda hoje preserva as tradições e costumes dos imigrantes provindos dos Açores aí radicados, graças ao isolamento em que viveu nos últimos tempos. Essa preservação pode ser vista na apresentação de festas religiosas, de danças folclóricas, como a dança do boi-de-mamão e, na herança linguística, percebida no vocabulário e no modo de falar de seus habitantes.

O tema desse trabalho justifica-se pela urgência em registrar os fatos linguísticos antes de ocorrer por completo o nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, principalmente entre os jovens.

Esse registro trata a língua como veículo de comunicação, informação e expressão de uma cultura que por ali se firmou, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade, confirmando que fatos linguísticos se permeiam com fatos históricos.

1. Introdução

Vilela (1994:6) afirma que:

> *O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na coincidência dos falantes duma comunidade.*

Reitera-se que a natureza dos estudos de base lexical, por sua natureza básica, seja a de estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, instrumentam um maior e melhor conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos propiciam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um mesmo país.

Segundo Houaiss (1991), as línguas são fatos sociais, históricos e culturais, naturais e históricos e se registram como tal. Contribuem para formação da

identidade cultural de povos e de nações integrando-se e interagindo conhecimento de mundo, dentro do que é dado como unidade e diversidade – espaço aberto para produção e registro de um saber.

Toda língua, seja qual for a sua natureza, passa a veicular situações de uso, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade e pela possibilidade de se definir no contexto mundial. A palavra torna-se fonte de produção de conhecimento.

Abre-se para a descrição e definição das relações da língua no eixo da interação comunicativa. Revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história. Marca, em consequência, o jeito de pensar o mundo.

O tema deste trabalho de pesquisa justifica-se por diversas razões. Primeiro, porque é comum acontecer o desaparecimento gradativo dos falares regionais. Depois, e em consequência disso, ocorre a aceleração do processo de nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, exercida pela cidade grande.

Também se torna urgente resgatar a cultura açoriana que ainda subjaz nessas localidades, pois conhecendo a sua formação histórica e cultural, os habitantes poderão rever a própria realidade, no sentido de aprender a amá-la e valorizá-la, descobrindo-se nela e por ela. Silva Neto (1957) diz:

> *Que se fiquem os manuscritos, não importa; o que, sim, importa, é salvar o que daqui a pouco já não poderá salvar-se. As tradições regionais são testemunhos da história de um país, que devem respeitar-se como qualquer documento histórico de valor. Daí a necessidade e, mais do que isso, a urgência da recolha dos traços culturais que são, a bem dizer, o retrato de um povo, a sua personalidade coletiva*.

2. A natureza social da linguagem

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato explicável a partir da natureza da comunicação humana e, de forma concreta, a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico. Em diferentes países, de uma forma geral, houve um momento em que os estudos linguísticos privilegiaram os fatos da língua em relação ao sistema linguístico, em unidisciplinariedade.

Mais tarde, verificou-se que os estudos da linguagem e das línguas exigiam interdisciplinaridade e, muitas vezes, multi e transdisciplinaridade. Dessa forma, os linguistas que privilegiam os fatos sociais em seus estudos passam a diferenciar os fatos da língua em relação a seu sistema, desses mesmos fatos em relação à sociedade, abrindo espaço para os estudos sociolinguísticos; o mesmo ocorre com a relação língua e cultura, para os estudos etnolinguísticos.

A variação linguística está inscrita nos usos que são feitos da língua e por princípios de constâncias, em que, dentre todas as variedades, uma das mais conhecidas é a variedade geográfica.

Os estudos dialetais realizados demonstraram que os usuários de um dialeto podem representar, por diversas razões, um subconjunto de povoação com características sociais específicas dentro da comunidade global. Nesse sentido, afirma-se que a principal função da língua é permitir a comunicação em sociedade, considerando que tanto a língua quanto a sociedade são estruturas que mantém relação entre si, sem haver uma simples recopilação de unidades.

Assim, demonstra a sistemática covariação entre a estrutura linguística e as relações interpessoais e assume a existência de uma variedade linguística social para essas comunidades que vivem na região estudada. Para tanto, apresenta essas variações do ponto de vista geográfico, étnico e histórico. É reconstruindo a história sobre as localidades pesquisadas que se busca mostrar uma variedade social, como um subdialeto dessa região.

3. O povoamento açoriano no Sul do Brasil

Para que se possa entender a herança sócio-linguística-cultural deixada pelo povo açoriano na formação da sociedade brasileira, é preciso conhecer um pouco desta história. A história da região de Santo Antônio, anterior à ocupação de origem europeia, não deixou resquícios escritos nem na memória, pois os sambaquis da região ainda não foram estudados de modo a nos oferecer dados concretos de como viviam os primeiros habitantes desta terra.

O nome da localidade foi dado em homenagem a Santo Antônio de Lisboa, também chamado de Coimbra ou de Pádua, mas também foi conhecida como Rerituba, devido à abundância de ostras na região.

Sabe-se que, ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, coube a missão de fortificar pontos estratégicos do litoral para garantir a posse do território reclamado pelas coroas de Espanha e Portugal e, segundo o relato de Fortes (1932:21), o governador enviou a Portugal o seguinte pedido: *"ao seu rei que mandasse vir do Arquipélago Açoriano alguns casais de Ilhéus daquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lídimamente portuguesa que elas exigiam"*.

Ou seja, precisava com isso, não só uma medida para o assentamento de um povo, mas também de uma delimitação de fronteira no sul do Brasil. Fortes (1932) afirma ainda que foi "*um concerto de circunstâncias felizes*", pois, com a emigração, o governo português solucionava o problema econômico dos Açores, povoava "*rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio*" e também fazia a "*felicidade dos povos que se ia criar e incrementar".* Para isso foram selecionados colonizadores *"pelos seus antecedentes morais e étnicos".*

Em 1746, a Provisão Régia abre o alistamento nas Ilhas e oferece vantagens aos açorianos que desejassem migrar para o litoral meridional do Brasil. Entre 1748 e 1756, os imigrantes espalharam-se pelo litoral catarinense, estabelecendo-se principalmente na Ilha de Santa Catarina.

A seguir, apresentaremos, segundo historiadores, um quadro comparativo entre os números de açorianos chegados a Santa Catarina.

TABELA 1: QUANTIDADE DE AÇORIANOS MIGRADOS PARA SANTA CATARINA SEGUNDO OS AUTORES

Autor	Quantidade de transportados
BRITO (1829)	2.627
ALMEIDA COELHO (1877)	4.024
MATTOS (1917)	4.021
FORTES (1932)	5.545
BOITEUX (1953)	4.893
CABRAL (1950)	4.525
PIAZZA (1992)	6.000

FONTE: FERREIRA (2006)

Percebe-se que os números variam muito de um autor para outro. Mais tarde, admite-se que os números que mais se aproximavam da realidade eram os coletados por Piazza (1992) em fontes primárias nos arquivos açorianos.

4. Localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

Localizada na porção centro-noroeste, foi a primeira freguesia da Ilha de Santa Catarina. A área do Distrito de Santo Antônio de Lisboa é de 22,45 km². A sede deste Distrito está situada na parte oriental, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.

A população é de 5.367 habitantes e a densidade demográfica é de 239,1 habitantes/ km². Destacava-se das demais por ter porto próprio, estrategicamente situado, favorecendo com isso o comércio entre o norte da ilha e o porto de Desterro.

O traçado urbano seguiu o modelo das vilas portuguesas, construídas a partir de uma ou duas ruas principais paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais, com uma praça central ladeada pela igreja, pela cadeia e pela intendência.

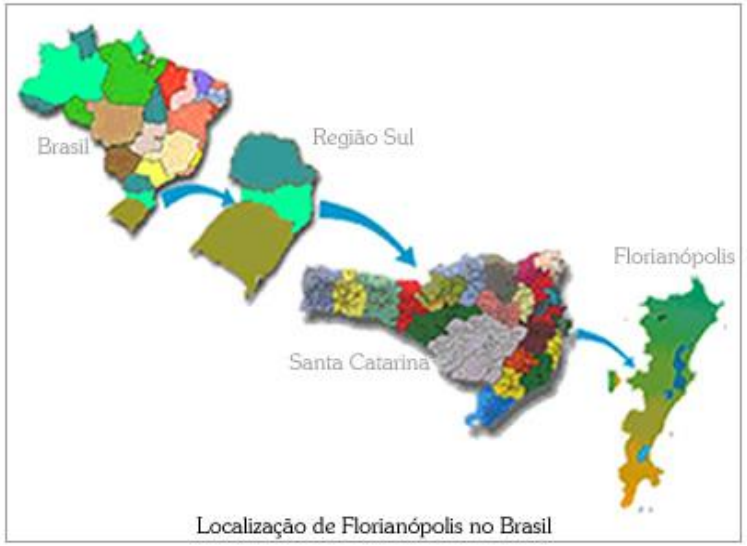


FIG. 1: RECORTE GEOGRÁFICO. FONTE: FERREIRA (2006)

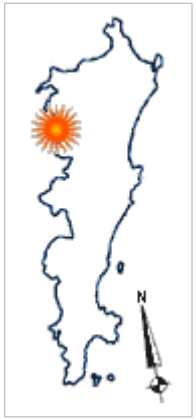


FIG. 2 LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. FONTE: FERREIRA (2006)

5. O falar do Manezinho da Ilha

Nota-se que, o homem do litoral, dentro de seu espaço físico, possui um linguajar singular à região.

Graças ao isolamento que sofreu, este lugar é repleto de elementos passíveis de serem submetidos a análises, tanto de caráter semântico-lexical como também sociolinguísticos.

Ele recebe o nome de "manezinho da Ilha" e, segundo Cascaes (1981), atualmente, na região florianopolitana, a palavra *manezinho* veicula mais de um sentido. Estes sentidos variam, naturalmente, de acordo com a relação do indivíduo com a sociedade e com a história.

Nos meios em que circulam indivíduos nascidos e criados na Ilha, o uso da palavra ainda se reveste de uma forte carga pejorativa. Porém, o mesmo indivíduo, em contato com pessoas julgadas estrangeiras ao local, pode eventualmente dizer: *Sou Manezinho*, para explicitar suas origens e sua ligação com o meio.

Afirma ainda que "*No interior da Ilha, o termo ainda pode ser tomado como ofensivo, quando empregado no seio destas comunidades*".

Para este trabalho de pesquisa, fizemos um estudo com quatro lexias de alta frequência que determinam a norma da região. Ao estudar o léxico, estaremos nos referindo ao conjunto de *leituras* (*sememas*) em que se estrutura o espaço conceitual da língua.

Neste estudo, a língua é vista como um instrumento de expressão cultural e de intercomunicação social. Toda alteração semântica é considerada fruto das mudanças históricas e socioculturais que atuam numa comunidade e ainda, das influências que essas mudanças exercem sobre as características funcionais de um dado sistema linguístico.

5.1. ARENGA

De acordo com Guérios (1979), significava, outrora, "fala, discurso, conferência", e porque, frequentemente, se abusa do auditório, **arenga** passou a significar "discurso fastidioso, difuso", isto é, passou a ter sentido pejorativo. O vocábulo provém do gótico *harihringn* (com haplologia), "reunião (*hrings*) do exército (*hari*)" para discutir assuntos militares. Passou, depois, a significar tão só "reunião" e daí "conferência, alocução, discurso" e foi muito usado no âmbito jurídico. Morais (1922) registra no seu dicionário a frase feita "ter arengas com alguém", isto é, "ter longas razões com alguém", "discutir demoradamente". Diz ainda que **arenga** veio também a ser "fala ou conversa ininteligível".

Em regiões de Portugal, **arenga** → trabalho enfadonho.

Brasil→ mexerico, intriga, enredo.

De **arenga** se fez **arengar** → discursar, arrazoar.

De **arenga + -ada**, se fez arengada, que no Brasil segundo Ferreira (2001), quer dizer conversa longa, fastidiosa, lenga-lenga. Na fala coloquial do Brasil, **arengar** significa também ato de implicar, criar confusão com outra pessoa

Exemplos:

"-**Toin deixe de arengar com seu irmão!"**

"-Não suporto os meninos da minha sala, eles gostam de arengar".

Brasil→ Lula orienta PT a não trepidar com arenga golpista contra Renan

http://rizzolot.wordpress.com/2007/06/29/lula-orienta-pt-a-nao-trepidar-com-arenga-golpista-contra-renan/

Portugal→ Arenga sobre Hinos (e até sobre a Europa)

http://ma-schamba.com/sociedade-portuguesa/arenga-sobre-hinos-e-ate-sobre-a-europa/

5.2. CORRICAR

Formado pelo radical de correr **+ -icar**, este verbo significa "correr a passo miúdo; andar ligeiro". De acordo com Guérios (1979), trata-se ou de formação vernácula como diminutivo de **correr** ou de um latim vulgar *curriccare*, com sufixo *–iccare* (com *–i-* longo e geminação expressiva). O mesmo sufixo, mas com o *–i-* breve sem geminação expressiva, acha-se em *excurricare*, donde surgiu o português **escorregar**.

Em regiões de Portugal → andar muito apressadamente, mas sem chegar a correr;

No Brasil → andar de um lado para outro, perambular, vagabundear.

Temos, ainda, formado por **corrico** + -ar → **pescar de corrico**, em que, segundo Ferreira (1986), **corrico** é uma modalidade de pescaria de anzol que consiste em o pescador imprimir à canoa a máxima velocidade, deixando a linha estendida à tona da água para que o peixe seja atraído pelos saltos da isca e venha prender-se ao anzol; pescaria de **corrico**. Possui a variação **corripo.** Exemplos:

Portugal → **CORRICO DIURNO**

As amostras de corrico noturno poderão ser aplicadas durante o dia, enquanto estas amostras que a seguir se apresentam, não se aplicam para a pesca noturna**.** http://www.efsaportugal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=30

O corrico na Foz do Arelho (e noutras rias, estuários e lagoas deste nosso Portugal) é uma pesca adequada a quem gosta de estar "dentro" do mar, sentir a ondulação por vezes até ao peito, andar à procura do peixe e atravessar para bancos de areia isolados onde o homem se envolve com a natureza de forma apaixonante**.** http://pesca.do.sapo.pt/artigos/corrico.htm

Brasil → corrico próximo à costa, velocidade, distância das iscas, dicas em geral**.**

http://www.propesca.com.br/forum/viewtopic.php?p=6246&sid=53a7c7134053c7a4672b34aa532662a

5.3. DEFENDER

Significa "Preservar, proteger", e possui também o sentido de "proibir", mormente na linguagem arcaica.

Segundo Guérios (1979), o sentido de "proibir" é anterior ao de "proteger", visto como o significado primitivo do latim *deféndere* era "afastar, repelir, rechaçar", donde "proibir". Provém do latim:

defendere bellum → **repelir** a guerra;

defendere uim →**evitar** a força;

defendere frigus→ **livrar** do frio

Os verbos **repelir** ou **evitar** ou o **livrar** trazem, como consequência, a ideia de proteger, pois há uma semelhança por mudança de função e essa transferência possui, para a semântica, um caráter mais objetivo que as baseadas em semelhança de efeito perceptivo ou emotivo. Dessa forma, deféndere passou a ter também o sentido de "proteger". Mas, no português arcaico era muito comum o uso no sentido de "proibir", conforme aparece em Gil Vicente, no Auto da História de Deus (1527):

"Fructa da arvore sancta per Deus defendida**".**

Este sentido, ainda vige em **defeso** → **proibido**

Brasil → **"**O Ibama do Pará definiu os três períodos de defeso do caranguejo-uçá em 2008**".**

http://www.faunabrasil.com.br/sistema/modules/news/article.php?storyid=1481

Portugal → **"**Começa na baliza, passa pela defesa e meio-campo e termina na linha avançada. ... e o defeso promete ser intenso para os principais craques portugueses**. "...** www.dn.sapo.pt/2007/06/02/dnsport/seleccao_portuguesa_cobicada_meia_eu.html - 43k E ainda:

Armas defesas → armas proibidas;

Lugar defeso→ lugar proibido.

É defeso → nos termos e nas expressões jurídicas, esta expressão aparece em vários artigos e aplica-se no sentido de proibido, vedado.

Brasil → Dispõe o artigo 460 do CPC: "é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi condenado".

http://trtcons.srv.trt02.gov.br/consulta/votos/turmas/20060912_20050071925_R.htm

5.4. EM BOA HORA, EMBORA

A superstição de que na vida existem horas boas e horas más, acha-se documentada na língua portuguesa, pelo menos desde o séc. XV, originariamente nas locuções **em boa hora, em má hora ou em hora má**, e, a custo de muito uso, foram abreviadas em **embora, aramá, eramá, ieramá**.

Exemplos:

Gomes Eanes de Zurara (1410-1474): **"Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse".**

Bernardim Ribeiro (1482? — 1552?)**: "Amador, pois que te vás, as boas horas vam comtigo, Comigo fique as maas..."**

Gil Vicente (1465 — 1536): **"Paga-lho seu, va-se embora ou ma ora..."**

Provérbios:

"Em má hora nasce, quem má fama cobra".

"Em bons dias boas horas".

Em Pero da Ponte, trovador do século XIII, há o registro de em **forte hora**, como sinônimo de **em má hora**.

Em vista da circunstância que exprimia, portanto era um advérbio, **embora** passou a ser conjunção concessiva, porque se empregava também para "detonar que se concede a possibilidade do fato ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento."

Gil Vicente → "**Ria embora quem quiser, que e em meu siso estou".**

Pe. Vieira (1608-1697) **"Mateme embora, contanto que seja imperador"**

De acordo com Ferreira, **embora** vem de "de em boa hora, com aglutinação" e aparece como advérbio. Compara estes dois exemplos, um do século XVI e outro do séc. XIX.

Gil Vicente → **Paio Vaz se queres gado / dá ó demo essa pastora / paga-lho seu, vá-se embora / ou má hora / ou põe o teu em recado.**

Machado de Assis (1839- 1908) → "**Tinha vontade de ir embora ou de ficar"**

Aparece, hoje, não raro, com caráter afetivo, Ir **embora** seja ir em boa hora**: " Vou embora".**

Apresenta-se como partícula de realce, ou, em alguns casos, totalmente esvaziada de conteúdo semântico, como neste exemplo:

Foi embora, e no caminho o mataram.

Como conjunção, significa ainda que; bem que; se bem que; conquanto:

Embora confesse que não, o memorialista sempre encontra em trechos históricos (...)

Ou ainda como nos textos antigos:

Portugal → mau **tempo: Chuva veio em boa hora para cereais de inverno**

http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2008/02/18f.htm

Brasil → **Recuperação externa do café chega em boa hora**

www.revistacafeicultura.com.br

6. Considerações finais

Segundo Santos (2004),

> *"a abordagem do aspecto semântico-lexical de uma língua natural passa necessariamente pelo estudo dos diferentes modos de apreensão da realidade por parte dos interlocutores, num dado universo cultural".*

A todo instante, os membros de uma mesma comunidade linguística servem-se de léxico para produzir e interpretar os atos da fala. Uma das preocupações

que sempre permeou a pesquisa foi procurar encontrar, em dados históricos, quais as forças sociais que poderiam ter incidido sobre a língua para a formação das variações encontradas.

Uma enumeração completa dessas forças excede o alcance desse estudo, mas entre as situações sociais mais importantes que possivelmente influenciaram a linguagem falada na região, figuram as seguintes:

É certo que essas forças sociais interferiram, com maior ou menor intensidade, na modalidade linguística utilizada pelos moradores da região.

A partir desse levantamento, foi possível obter uma visão mais clara da realidade étnica, social, cultural e linguística e, como Bakthin (1986: 80-81) afirma,

> *"a nova concepção de se estudar a língua não exclui de seu campo de investigação, o aspecto formal, estrutural da linguagem: apenas o situa na sua integralidade histórica e social".*

7. Bibliografia

ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. 2a. ed. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877.

BAKHTIN, Mikhail M. /VOLOCHINOV, V.N (1986) "*Marxismo e Filosofia da Linguagem*", 3ª ed. trad. Michel Lahud

e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Ed. Hucitec. [1977, original].

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 219, 1953.

BORGES FORTES, João. *Casais*. Rio de Janeiro: Ed. Centenário Farroupilha, 1932.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Açorianos*. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

CASCAES, F. *Vida e arte e a colonização açoriana.* Florianópolis: Raimundo Caruso Editora Insular, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem*. Tese de Doutorado em História, Área de concentração História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina,2006.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

HOUAISS, Antônio. *O que é Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina*: abordagem dos aspectos lexicais. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MATTOS, Jacinto Antônio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos* (1640-1916). Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1813, ed. Fotografada pela RLP, sob a direção de Laudelino Freire, Rio de Janeiro, 1922.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Epopeia Açórico-Madeirense*. Coedição: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, Florianópolis, 1992.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos.* 2. ed., melhorada e ampliada. Belém, CNPq/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SOARES, Doralécio. *Folclore Brasileiro (Santa Catarina).* Rio de Janeiro, MEC/SEC/FUNARTE, 1979.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. *Análise do aspecto semântico-lexical em cinco atlases linguísticos brasileiros.* In: Primeiro Seminário Regional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB-Rio). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

71. PERPÉTUA SANTOS SILVA - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES/ISCTE

TEMA 2.4. MODOS DE RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA NUMA MACAU DO SÉC. XXI[424]

Em dezembro de 1999 Macau, até então sob administração de Portugal, é constituída como Região Administrativa Especial da República Popular da China.

Ao longo do período em que se preparou a transição de poderes (1987/1999) e nos anos subsequentes, a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau obteve centralidade nos discursos veiculados pelas mais variadas entidades, foi tema discutido pelos governos dos dois países, adquiriu importância estratégica no seio das instituições ligadas a este domínio e ganhou visibilidade através da ampla difusão que lhe foi dada pelos órgãos de comunicação social.

Decorrida, praticamente, a primeira década após a transferência do exercício da soberania, importa questionar se, num novo contexto político, a língua e a cultura portuguesas terão lugar na cadeia de relações que se estabelece numa

[424] Esta comunicação resulta de uma investigação mais vasta, conduzida no CIES/ISCTE, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A autora, bolseira da Fundação Oriente, desenvolve atualmente projeto de investigação subordinado à temática da língua portuguesa em Macau, com vista à obtenção de doutoramento, sob orientação do Prof. Doutor António Firmino da Costa, no quadro do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE – IUL.

sociedade que tem vindo a atravessar um complexo processo de mudança, ou se, pelo contrário, estarão certas as projeções negativas dos que vaticinavam o seu fim próximo na Região.

A existência de um conjunto de indivíduos que procura aprender esta língua parece-nos inegável. Mas quem são e porque o fazem? Que lógicas de interesse se encontram subjacentes aos processos de procura desencadeados?

Considerando a situação multilingue da RAEM onde, dados os movimentos migratórios que têm ocorrido e que se têm acentuado nas últimas décadas, para além dos naturais de Macau podemos encontrar residentes oriundos dos mais diversos países e regiões, nomeadamente de Portugal e da China Continental, tal faz prever que se possam encontrar dois grandes grupos-tipo de estudantes de acordo com o seu grau de familiaridade com a língua portuguesa – a este nível equacionado em termos de *língua materna e língua estrangeira* – donde resultarão diferentes modos de relação com a língua, tendo subjacentes variadas ordens de interesse nas estratégias de procura desenvolvidas, práticas de utilização e representações associadas à sua utilidade.

1. ALGUMAS QUESTÕES CONTEXTUAIS

No decurso dos últimos anos da Administração Portuguesa de Macau, e até há relativamente pouco tempo, muitas foram as discussões sobre a *questão da língua e da cultura portuguesas* ou sobre a sua (não) sobrevivência num novo contexto político-administrativo.

À partida, parece lógica a argumentação usada por uma corrente mais pessimista e que aponta para uma ausência total, a curto prazo, do português em Macau. Porque é que sobreviveria? Ou melhor, como poderia sobreviver?

Com uma população residente maioritariamente de ascendência chinesa, dos quais cerca de metade terão nascido na China Continental e estando no território, muitos destes, há apenas uma ou duas décadas, sendo, portanto, a língua chinesa a predominante, parece claro que não havendo quem fale o português este acabará por desaparecer.

Acresce, também, que muitos dos quadros portugueses retornaram aos seus lugares de origem, facto que fez levantar muitas vozes tecendo duras críticas à última administração portuguesa que estaria mais preocupada em garantir o regresso dos funcionários a Portugal do que em criar condições para que pudessem continuar em Macau, situação que fazia antever um certo "abandono" relativamente à Região contribuindo para aumentar os receios dos que haviam decidido ficar, sendo muitos destes portugueses por naturalidade, por descendência ou por opção.

Se tivermos em consideração, ainda, a existência de um sistema de ensino, tradicionalmente associado à iniciativa privada, esmagadoramente conduzido em línguas chinesa e inglesa, com fraca implantação do português, e uma administração, agora chinesa, no seio da qual se deu uma fraca e tardia promoção do bilinguismo, parecem reunidas as condições para o fim próximo de uma língua – a extinguir-se com o último dos seus falantes maternos – numa Região onde não tem condições para se tornar língua de comunicação generalizada.

Mas a par de uma corrente de pensamento mais cética podemos dar conta de uma outra que reclama razões para a manutenção da língua e da cultura portuguesas na RAEM, com uma argumentação convocando os aspetos patrimoniais, uma certa cultura administrativa e sistema jurídico de matriz portuguesa, a existência, algo emblemática, de um grupo resultante da tão longa convivência das culturas oriental e ocidental – os macaenses[425], bem como a persistente referência a um património arquitetónico e um legado histórico de caraterísticas ocidentais e como estes aspetos tornam Macau *diferente* e são constitutivas da sua identidade e especificidade.

A esta argumentação alia-se, ainda, a decisão tomada pela República Popular da China de manter o português, durante 50 anos, com estatuto de língua oficial na Região. Sendo evidente que uma língua não sobrevive por decreto, este facto, embora significativo, só por si, não é suficiente para elucidar sobre a atual situação da língua portuguesa na RAEM.

Torna-se necessário, antes de mais, introduzir, ainda que de forma necessariamente muito sucinta, algumas coordenadas estruturadoras do espaço social local que, de alguma forma, se constituem como pano de fundo e permitem situar o nosso objeto de estudo no contexto em que se move e com o qual estabelece fortes conexões.

Notas:[425] Entenda-se, aqui, macaenses no sentido de luso-asiáticos nascidos em Macau.

Considerando a situação multilingue da RAEM onde, dados os movimentos migratórios que têm ocorrido e se têm acentuado nas últimas décadas, podemos encontrar residentes oriundos dos mais diversos países e regiões, podemos encontrar em Macau um conjunto diferenciado de protagonistas que se posicionam diferentemente perante a língua portuguesa, relativamente à qual apresentam diferentes graus de familiaridade, resultando em diferentes modos de relação – desde os mais afastados e indiferentes aos mais envolvidos e aderentes.

Assim, uma primeira coordenada a considerar prende-se com as caraterísticas da população. Não obstante a exiguidade do território[426] o movimento de pessoas é muito elevado, sendo uma das particularidades desta cidade a sua elevada densidade populacional[427], que se cifra nos 19 milhares de habitantes/km^2. A população global de Macau, ao longo do século passado e no decurso da primeira década do século XXI, registou um aumento significativo de residentes, passando de cerca de 74 000 em 1910 (Piteira, 1999:143), data a partir da qual as tendências de crescimento surgem como mais significativas, para os atuais 544 200[428].

Este aumento populacional – embora com algumas quebras de permeio – encontra explicação em vários fatores, como é o caso no período da II Guerra Mundial durante o qual Macau foi local de acolhimento de refugiados, a industrialização no território iniciada nos anos 60, atraindo mão-de-obra das zonas vizinhas, os fluxos migratórios registados entre 1962-67 decorrente das convulsões da Revolução Cultural e a evolução sistemática e continuada decorrente do desenvolvimento económico de Macau a partir dos anos 80[429]. Após a constituição da RAEM, a liberalização no setor do jogo e a consequente construção de novos empreendimentos serão, sem dúvida, o grande fator de atração populacional, pelo menos até a atual crise internacional dar, também, os seus sinais em Macau.

Considerando o objeto da nossa análise – a língua portuguesa – torna-se importante precisar algumas variáveis que caraterizam a população de Macau. De acordo com os resultados dos Intercensos 2006[430], a população residente em Macau cifrava-se, na altura, nos 502 113 habitantes, tendo apresentado um crescimento na ordem dos 15.4% em relação ao momento censitário de 2001, sendo, na sua maioria (47,1%) **originária** da China Continental – principalmente das províncias de Guangdong e Fujian. Enquanto 42.5% são naturais de Macau, 3.7% são naturais de Hong Kong e 6.5% apresentam Outro local de nascimento (de referir Filipinas e Tailândia como os mais significativos conjuntos de residentes de outros países asiáticos, mas também naturais da Europa, América e Austrália aos quais, embora em número não muito significativo, se deve acrescer os indivíduos com local de nascimento em vários países da África Lusófona). No que respeita aos naturais de Portugal, verifica-se que têm vindo a diminuir – de 1.0% em 1991 para 0.4% em 2001 e 0.3% em 2006. Considerando o indicador **ascendência**, encontramos igual tendência na diminuição dos indivíduos identificados com ascendência portuguesa, portuguesa e chinesa, portuguesa, chinesa e outra que, no conjunto, apresentam um decréscimo, passando de 2.9% em 1991 para 1.8% em 2001 e 1,6% em 2006. Facilmente se depreende que a esmagadora maioria dos residentes em Macau é de ascendência exclusivamente chinesa (naturais de Macau ou da China Continental), correspondendo em 1991, 2001 e 2006, respetivamente, a 95,1%, a 95,7% e a 94.3% da população.

Considerando que, no total, mais de metade da população residente nasceu fora da Região, importa perceber a duração da sua **permanência** no local. Assim, entre a população terrestre[431] nascida fora, verifica-se que 52,3% reside no território há menos de 20 anos, sendo que o escalão onde se registam maior número de ocorrências, 27,3% do total, é o que corresponde aos que se encontram em Macau por um período inferior a 5 anos. Quanto à **língua corrente**, de acordo com os intercensos 2006, entre os indivíduos com idade igual ou superior a 3 anos, a língua de maior expressão é o cantonês – para 85.7%, sendo

[426] No conjunto, a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane perfazem atualmente uma superfície de 29.2 Km^2. Informação disponível em http://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=11. (Acesso em 30/08/2009)

[427] Informação referente ao final do ano de 2008, disponível em http://www.dsec.gov.mo/Statistic/Social/EnvironmentStatistics/EnvironmentStatistics2008Y.aspx (acesso em 20/08/09)

[428] Direção de Serviços de Estatística e Censos, *Estimativas Demográficas do 2º Trimestre de 2009*, disponível em http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/e580e2f4-a785-4093-8d9c-8a10a89fbc88/P_DEM_FR_2009_Q2.aspx

[429] Sobre a evolução e distribuição da população é fonte relevante a publicação em 1998 pelos Serviços de Estatística e Censos da compilação *Macau e a sua população, 1500-2000 – Aspetos demográficos, sociais e económicos*.

[430] Recorremos aos resultados dos últimos momentos censitários uma vez que as estimativas da população, embora mais recentes, não fornecem informação relativa às variáveis úteis para a nossa caracterização. Assim, salvo indicação em contrário, todos os dados referidos neste ponto reportam-se aos resultados do recenseamento geral da População de 1991 e de 2001 e aos Intercensos de 2006. Informação disponível em www.dsec.gov.mo.

[431] Destaca-se a existência de um conjunto de indivíduos (1798 indivíduos, segundo os intercensos 2006) aos quais não se aplica o conceito de "tempo de permanência em Macau" por viverem em embarcações, sendo designados como "população da área marítima".

que os que indicaram o mandarim e outros dialetos chineses correspondem, respetivamente, a 3.2% e 6.7% e o português surge como língua corrente para 0.6% da população.

Em suma, podemos verificar que a população portuguesa e de ascendência portuguesa, portanto aqueles que do ponto de vista do grau de familiaridade com a língua portuguesa à partida terão um relacionamento mais próximo (LM e L2), têm vindo a perder peso relativo no conjunto dos residentes de Macau, sendo evidente que, enquanto língua corrente de comunicação, o português parece circunscrever-se a um círculo cada vez mais restrito.

De Swaan (2001:6), autor que se tem dedicado ao estudo da temática das línguas, recorda que a sua expansão se relaciona com a expansão demográfica, o crescimento populacional e os movimentos migratórios, sendo que o seu desenvolvimento, principalmente a partir do último século, se dá por via do ensino formal. Não podendo os sistemas educativos dissociar-se dos contextos políticos, económicos e culturais, podemos considerar que são estes a dar forma aos modelos de aquisição linguística.

A segunda coordenada a considerar, prende-se, pois, com o **sistema de ensino** em Macau. Tradicionalmente associado à iniciativa privada, tem seguido quatro modalidades de organização: 1) O *modelo português*, segundo a definição de Lisboa para o sistema de ensino nacional e que, até à data da transferência do exercício de soberania era assegurado pelas escolas oficiais, embora existissem também escolas particulares com paralelismo pedagógico. Hoje assegurado pela Escola Portuguesa de Macau; 2) O *modelo luso-chinês*, gratuito, que de alguma forma corresponde a uma primeira modalidade de ensino do português como língua estrangeira. Mantendo-se atualmente. 3) O *modelo chinês*, estruturado por referência ao sistema educativo da China, tendo depois da implantação da República Popular resultado em duas linhas – a que englobava as escolas que se mantiveram de acordo com o sistema anteriormente vigente e que se instala em Taiwan e a que se identificava com o novo regime de Pequim, ambas asseguradas pela iniciativa privada. 4) O *modelo anglo-chinês*, que surge como resposta às necessidades para a população oriunda de Hong Kong, organizado por referência ao sistema de ensino da agora RAEHK, usando o inglês como língua veicular de ensino e garantido, igualmente, o ensino da língua chinesa.

Não faltando as críticas ao pouco investimento público neste setor, bem como ao facto de não ter sido implementado um sistema que tivesse fomentado, efetivamente, o bilinguismo, surge como consensual que até meados dos anos 80 o sistema de ensino sofria graves deficiências, facto que, de certa maneira, é formalmente admitido pela Administração que na obra de balanço sobre o período de transição abre o ponto relativo à *Reforma do Sistema Educativo* dizendo: *Deve reconhecer-se que, nesta matéria, Macau entrou na década de oitenta em desvantagem relativamente a territórios e países vizinhos* (...) [possuindo], *então, um sistema educativo pouco coerente, com programas inadequados à realidade emergente, compostos apenas de níveis de formação básico e secundário e com a ausência de oferta de formação de nível médio e superior, a qual só viria a ser criada em 1981 através de iniciativa exterior ao território* (Baptista e Oliveira, 1999:80).

Ao longo dos anos 90 é desenvolvido um conjunto de medidas com vista a ultrapassar os constrangimentos de uma ausência de formação eficaz, nos vários níveis de ensino, altura a partir da qual se dá o desenvolvimento do ensino superior público, até então inexistente no território. Intimamente relacionada com as questões educativas, surge uma terceira coordenada que se pode identificar como a **oficialização da língua chinesa e o processo de localização** no decurso do período de transição. Em 1991 Portugal e a R.P.C. acordam que a língua chinesa passará de imediato a ter no território um estatuto idêntico ao da língua portuguesa sendo esta consagrada na Lei Básica da RAEM como língua oficial depois de 1999. Esta nova situação linguística traz consigo o alargamento do uso do chinês a domínios, até então, reservados ao uso do português e acarreta exigências imediatas em termos de capacidade de resposta, não sendo de resolução fácil passar de uma situação de monolinguismo para uma situação de bilinguismo em termos práticos. Embora com consequências diretas na evolução do setor da educação, nomeadamente na criação do sistema de ensino superior e no desenvolvimento de cursos em áreas específicas, a formação linguística é desenvolvida, sobretudo, por força das necessidades sentidas nos vários domínios da Administração Pública, e que decorrem das chamadas *três localizações*: língua, quadros e sistema jurídico. Tendo sido tomadas uma série de medidas na área de formação de quadros, nomeadamente com a realização de cursos em Portugal e em Pequim, o fomento do ensino do chinês e de administração pública chinesa, aulas de divulgação de bilinguismo pelo Centro de Formação da Administração Pública, ensino superior nas área da Tradução chinês/português, criação do curso de Direito, a par de medidas legais como a publicação da versão chinesa dos diplomas em Boletim Oficial e a obrigação de bilinguismo em todos os impressos e formulários, a verdade é que tudo o que

sobre esta matéria foi feito corresponde a um processo que, inevitavelmente, se prolongaria após 1999.

Uma quarta coordenada, de sobremaneira importante, prende-se com a **realidade económica** local. Com uma estrutura sectorial concentrada no setor terciário, que de acordo com os últimos dados publicados[432], referentes ao ano de 2008, tem um contributo no PIB de 86.0%, a economia de Macau assenta, fundamentalmente, em dois pilares: o do jogo e o do turismo.

Embora existam casas de jogo legalizadas em Macau desde 1847, a sua exploração passa a ser monopolizada a partir de 1937, tendo este monopólio passado para as mãos da STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, de Stanley Ho, em 1961; este monopólio viria a terminar, sendo o setor liberalizado através de concurso internacional para entrega de três concessões vindo, em 2003, a ser atribuídas licenças de exploração à Wynn Resorts, à Galaxy Casino, com capitais de Hong Kong e de que é subconcessionário o grupo, também americano, The Venetian, e, ainda, à Sociedade de Jogos de Macau – SJM (subsidiária da STDM, a proprietária do emblemático Casino/Hotel Lisboa). A liberalização do setor do jogo marca, sem dúvida, a entrada de Macau numa nova fase. Desde então, tem vindo a consolidar-se como capital mundial do jogo, tendo mesmo ultrapassado Las Vegas nas receitas. No final de 2003, existiam em Macau 11 casinos a operar, hoje esse número aumentou para 31; as mesas de jogo passaram de 424 para 3998 e as máquinas de jogo de 814 para 11971. O impacto do jogo na economia é de difícil contabilização, não sendo fácil avaliar a sua relação direta com outros setores – como os serviços de hotelaria, restauração e transportes. As receitas brutas do jogo, respeitantes ao primeiro trimestre de 2009[433], cifraram-se em 26.25 mil milhões de patacas, e os dados referentes às receitas públicas totais do mesmo período revelam que as mesmas ascenderam a 10,59 mil milhões de patacas, das quais 9,39 mil milhões respeitam ao imposto sobre o jogo – ou seja, 88,7%.

Sendo, sem dúvida, o jogo o principal pilar no qual assenta a economia de Macau, o segundo – o do turismo – intimamente relacionado com o primeiro, tem, também, vindo a conhecer novas estratégias que visam o seu desenvolvimento com uma forte aposta na conquista de novos mercados independentes do subsetor do jogo. Tendo, nesta área, o património cultural sido sempre a base essencial nas campanhas promocionais onde as referências à arquitetura tradicional chinesa, ocidental e luso-chinesa a par da gastronomia são uma constante, continuam a ser estes aspetos a melhor "vender" a imagem de Macau como destino turístico, facto que ganha particular relevo com a inscrição na Lista de património Mundial da UNESCO de "O Centro Histórico de Macau", refletindo precisamente o cruzamento de culturas.

Com o objetivo de sensibilizar a população para a importância que o setor tem na economia local, têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização junto da população em geral e dos agentes turísticos, promovendo o turismo sob o lema *Somos todos embaixadores do Turismo*, visando *reforçar os conhecimentos sobre o setor e a identidade cultural singular da RAEM*. Foram desenvolvidas diversas atividades, como concursos para dar a conhecer as caraterísticas do território – gastronomia, pontos turísticos e monumentos –, e para a realização de filmes de curta-metragem sobre Macau e, ainda, cursos de formação para profissionais na área dos transportes, hotelaria e restauração[434].

As dinâmicas do mercado turístico contaram com o apoio do Governo Central que, para além da realização do pacote *Excursão a Macau* (prática desenvolvida em 2002) introduziu, a partir de meados de 2003, a política de vistos individuais[435] em Pequim, Xangai e, progressivamente, em várias cidades do interior da China[436], tendo os serviços competentes do Executivo Local vindo a desenvolver fortes campanhas de promoção da Região.

Em 2003, em consequência destas medidas, dos cerca de 12 milhões de turistas que entraram em Macau 48% eram oriundos da China Continental, dos quais 11% terão viajado com visto individual, seguindo-se os visitantes de Hong Kong (39%) e de Taiwan (9%) como mercados mais importantes. Estes números aumentaram consecutivamente ao longo dos anos, tendo, em 2008, entrado em Macau aproximadamente 23 milhões de turistas, 50,6% dos quais provenientes

[432] Estimativas do Produto Interno Bruto e a Estrutura Sectorial de Macau. Informação disponível em http://www.dsec.gov.mo/Statistic/NationalAccounts/Gross-Domestic-Product-(By-Production-Approach)--A/Gross-Domestic-Product-(By-Production-Approach)200.aspx (acesso em 20/08/2009)

[433] Boletim Económico de Macau, 1ºT/2009, disponível em http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/dedf8f76-30f5-48ef-b168-0c908b70f04b/P_BET_PUB_2009_Q1.aspx (Acesso em 20/08/2009)

[434] Medidas que se compreendem dadas as características da população de Macau, maioritariamente originária da China continental e, em larga medida, recente no território, como vimos anteriormente. Informação recolhida nos Serviços de Turismo da RAEM, disponível em http://industry.macautourism.gov.mo.

[435] Esta medida, criada para atenuar os efeitos da pneumonia atípica nas Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, tornou-se o motor do desenvolvimento do setor do turismo.

[436] Esta medida foi alargada a 49 cidades do interior da China.

da China Continental; Hong Kong e Taiwan continuam a ser os 2º e 3º mais significativos locais de origem dos visitantes[437].

Segundo informação da DST da RAEM, desde que em 2003 se deu início ao sistema de vistos individuais e até Janeiro de 2009, entraram em Macau mais de 30 milhões de visitantes do interior da China segundo este sistema.

Contudo, no decurso de 2008, a RPC impôs restrições à emissão de vistos individuais[438], com o objetivo de combater a imigração ilegal e controlar o "verdadeiro" turismo uma vez que é de crer que muitos dos visitantes que chegavam a Macau – e a Hong Kong – o faziam na tentativa de encontrar trabalho, sendo, também, associados à prática de alguns delitos. Embora o efeito das restrições na emissão de vistos individuais só possa ser avaliado a médio e longo prazo, os mais recentes dados divulgados pelos serviços competentes do governo de Macau já indicam um decréscimo no número de visitantes originários da China Continental nesta modalidade.

Ainda que com objetivos marcadamente económicos e comerciais, um outro aspeto a salientar é o da constituição de Macau como plataforma de ligação ao exterior.

Em 2002, aquando da apresentação das Linhas de Ação Governativa para 2003 pelo Chefe do Executivo, lançaram-se as bases para a constituição de Macau como a plataforma de ligação aos mercados lusófonos, referindo-se que Macau pode

> " (…) *tirar partido das ligações históricas que nos une a esses países e territórios e das nossas vantagens no plano linguístico, de custos de exploração, condições sociais e relações humanas, para promover o estabelecimento de relações de parceria económica e comercial entre as nossas pequenas e médias empresas e as da China Continental, países do Sudeste Asiático e países e territórios lusófonos* (LAG, 2003).

Na sequência foi constituído o Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo o seu papel vindo a consolidar-se desde então, sendo atualmente considerado pelas partes envolvidas como um fator importante nas relações multilaterais. As relações comerciais entre a China e os demais países envolvidos registaram um crescimento acentuado, tendo superado em 2008 a meta que havia sido traçada para 2009 – ultrapassar os 50 mil milhões de dólares[439].

Dois aspetos significativos parecem ser de reter: por um lado, a autonomização do turismo em relação ao subsetor do jogo acentua a vertente histórica e cultural ocidental, dando uma perspetiva positiva da herança colonial e fomentando o gosto e o relacionamento dos residentes com a *memória* da cidade; por outro lado, o Fórum Sino-Lusófono, e a constituição de Macau como a plataforma de ligação, relaciona-se de forma inequívoca com o nosso objeto de estudo: não só no quanto se revelou significativa nos índices de procura de aprendizagem da língua portuguesa mas, também, no significado simbólico de que se reveste ao fazer apelo às *caraterísticas singulares* e ao *legado histórico*, contribuindo para uma valorização de todo o património português em Macau – seja arquitetónico, jurídico, administrativo ou humano. Assim sendo, um ambiente económico adverso, pelo menos quando medido em termos de resultados quantificáveis, acaba por ser revelar como fator impulsionador do que, em Macau, à língua e à cultura portuguesas diz respeito.

2. Os estudantes de português e os diferentes modos de relação com a língua

Considerando a informação disponibilizada pelos serviços locais competentes, verifica-se que, contrariamente ao que se supunha, a procura da língua portuguesa não só não desapareceu em Macau no período que se seguiu à transferência do exercício da soberania, como, não obstante se ter registado um período de retração, se regista mesmo um aumento nos índices de procura. Curiosamente, como mostra a fig. 1 – Formação em Língua Portuguesa – 1998/2007 (frequências)[440], a curva da procura começa a subir precisamente a partir da altura em que é criado o Fórum Sino-Lusófono e em que os discursos em Macau, designadamente os discursos oficiais – quer do Executivo local, quer do Governo Central em Pequim, começam a ser mais e mais frequentemente

[437] Os dados apresentados encontram-se disponíveis em http//www.dsec.gov.mo, em "Estatísticas do Turismo" e "Movimento de visitantes". (Acesso em 20/08/2009)

[438] Para além da diminuição da emissão de vistos individuais, passando a apenas um por mês por cada indivíduo, são também eliminados os vistos de entrada dupla nas duas Regiões Administrativas Especiais e reduzido o número de dias de permanência em Macau.

[439] Informação disponível em www.ipim.gov.mo/pt/ccpsc/index.htm e em http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/announce.asp?a=20090226_01 (Acesso em 30/08/2009)

[440] Os dados apresentados não incluem informação relativa ao ensino superior, reportando-se apenas aos cursos de formação linguística desenvolvidos por várias instituições em Macau.

favoráveis ao português e às *coisas portuguesas*. No ano letivo 2002/2003, altura em que já começava a ser evidente o aumento da procura de aprendizagem da língua portuguesa em Macau, e com o objetivo de compreender as caraterísticas da população estudantil, foi aplicado um inquérito por questionário em diversas instituições e em diferentes cursos e níveis de ensino[441].

Uma breve **caraterização sociográfica** demonstra tratar-se de uma população jovem, sendo entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos (49.1%) e dos 20 aos 24 anos (35.2%) que podemos encontrar a maior parte da população inquirida, oscilando as idades entre os 14 e os 51 anos; no que respeita à distribuição segundo o género, predominam os indivíduos do sexo feminino, representando 63.4% dos casos; 25.3% declarou desenvolver uma atividade profissional, divididos de forma equilibrada entre o setor público e o privado (cerca de 50% em cada setor). Sendo maioritariamente de origem chinesa (80.9%), o chinês como língua materna e de uso corrente foi indicado, respetivamente, por 88.2% e 89.2% dos casos. No que respeita ao português, 8.2% declarou ser a sua língua materna e 1.4% considerou-se bilingue em português e cantonês; foi referido por 6.8% dos inquiridos como língua de uso corrente e por 1.6% associada ao cantonês.

Quanto ao tipo de ensino que frequentavam, sendo na sua maioria estudantes universitários (61.6%) podemos encontrar também alunos que se encontram a desenvolver outras modalidades de aprendizagem da língua portuguesa. É o caso dos alunos do ensino secundário em que o português é a língua veicular de ensino (13.2%), dos alunos que frequentam um Curso Anual de Língua Portuguesa - LE[442] (15.3%), e, ainda, o caso dos cursos específicos de língua portuguesa na Função Pública (4.0%). Entre os estudantes universitários, podemos encontrar alguma diversidade de situações – desde os cursos de Tradução, Direito, Administração, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa, onde, evidentemente o português é essencial, aos cursos das mais diversas áreas sendo a língua portuguesa cadeira de opção, nuns casos, e, noutros, obrigatória.

No que respeita ao uso efetivo da língua portuguesa, foi possível perceber que a língua portuguesa é uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida. Contudo, entre os inquiridos que declararam exercer uma profissão 83.9% declarou usar esta língua no desempenho da sua atividade, com particular incidência entre aqueles que se enquadram no setor público. Uma combinatória de indicadores (naturalidade, ascendência, proveniência e tempo de permanência em Macau do inquirido e dos seus ascendentes), permitiu agrupar os inquiridos em 5 categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua: *lusófonos* (incluindo neste grupo os indivíduos de PLM e PL2, e teoricamente, com modos de relação mais *próximos* com o português), *Chineses de Macau* (CDM), *Chineses em Macau* (CEM), Chineses da China Continental (CHC) e outros (para os quais o português se apresenta claramente como uma LE, e, mais uma vez teoricamente, mais *afastados* da língua portuguesa).

Questionámos os nossos inquiridos quanto **às razões para aprender português**, e, fazendo uma leitura da informação em função dos grupos criados, podemos dar conta de algumas diferenças. Centremos, em primeiro lugar, a nossa atenção naqueles que poderão considerar-se os *mais afastados* da língua portuguesa. Enquanto para os residentes permanentes e naturais de Macau surge, em primeiro lugar, a referência ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (CDM – 71.4%; CEM – 78.8%) esta é apenas a quarta razão mais referida em CHC (40.5%), surgindo, neste grupo, com maior expressão a vantagem para obter um emprego (69.3%), o facto de o português ser uma língua falada internacionalmente (58.8%) e a utilidade de dominar uma língua europeia (51.4%). Os segundo e terceiro aspetos mais referidos são, na categoria CEM, razões que se prendem com a progressão na carreira profissional (38.8%) e com a vontade (necessidade?) de obter um diploma de certificação (37.6%). Na categoria CDM, assume-se a importância da língua portuguesa enquanto língua europeia (35.2%), para progredir profissionalmente (33.3%) e como uma vantagem para obter um emprego (31.8%). Para o conjunto dos inquiridos agrupado sob a designação *outros*, surge como opção mais referida a utilidade em saber língua europeias (54.5%), a que se segue o facto da língua portuguesa ser língua oficial em Macau (48.5%), ser falada internacionalmente (39.4%) e, uma vez mais, com questões ligadas à progressão na carreira (27.3%).

[441] A saber: Escola portuguesa de Macau e Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes (ensino secundário); Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau e Instituto de Formação Turística (ensino superior); Instituto Português do Oriente (cursos específicos de português). À data, o IPM assegurava os cursos de formação para os Serviços de Administração e Função Pública, pelo que também foram contemplados. Com uma aplicação ao universo de estudantes que, à data, frequentavam aulas de português ou em língua portuguesa nas instituições referidas, tendo sido validados 1639 questionários.

[442] Entre estes alunos podemos, também, encontrar estudantes universitários. Tendo sido decidido que quando o mesmo indivíduo frequentava duas das instituições em que o questionário foi distribuído deveria responder na primeira em que tal lhe fosse solicitado, os alunos são aqui identificados quanto ao "tipo de ensino" que frequentam de acordo com a instituição em que se encontravam quando responderam ao questionário.

No que respeita à categoria *lusófonos*, ter nacionalidade portuguesa surge como aspeto francamente mais referido (80.7%) e a uma distância considerável dos restantes. A seguir, e ainda com alguma distância em relação às outras razões mais apontadas, são referidos os familiares portugueses (57.1%) e, como terceira e quarta opções mais referidas, respetivamente, a vantagem para encontrar um emprego (41.6%) e o estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (39.6%). Note-se, ainda, que aprender português para trabalhar num país de expressão portuguesa assume, neste grupo, o mesmo peso relativo que assume em CHC (23%), parece ser entre os que vêm da China Continental que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse (26.1%) e os amigos portugueses assumem algum significado na categoria *outros* (24.2%), ligeiramente superior ao que assume entre os *lusófonos* (23.6%).

Aparentemente temos aqui três tendências: por um lado, entre os mais *próximos* da língua portuguesa, a valorização de aspetos relacionados com as suas origens e relações familiares (*lusófonos*); por outro lado, entre os mais *afastados*, assumem particular importância questões utilitárias imediatas – vida profissional – e, em larga medida, relacionadas com o estatuto oficial da língua portuguesa no território (CDM e CEM), e, finalmente, os que parecem ter em conta a posição da língua portuguesa enquanto língua europeia de comunicação internacional (CHC). Estas tendências podem visualizar-se na "fig. 2 – Razões para aprender português", que corresponde à projeção num espaço a duas dimensões das variáveis "razões" e "origens", resultados a partir de uma análise de correspondências simples (ANACOR), efetuada com o objetivo de descobrir possíveis relações entre estas duas variáveis.

Quisemos, ainda, saber como é que os nossos inquiridos se posicionavam perante um conjunto de **representações**, amplamente difundidas **relativamente à língua e à cultura portuguesas em Macau**. De um modo geral, a representação mais amplamente assinalada foi a de que língua e cultura portuguesas farão sempre parte da história de Macau (71.0%), que é, depois, combinada diferentemente com outras opções - entre as quais se destacam, em termos globais, o facto de *tornarem Macau diferente de outras cidades da China* [59.1%], serem percebidas como *uma caraterística da comunidade macaense* [55.%] e perspetivadas como *importantes para o desenvolvimento turístico* [41.6%], não se verificando, portanto, nestes casos, associação a qualquer um dos grupos criados.

Ainda assim, através de uma análise de correspondências múltiplas, quisemos perceber se existiriam aspetos que diferenciassem as várias categorias [A "fig. 3 – Projeção de perceção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau", à semelhança da figura anterior, projetando num espaço a duas dimensões as variáveis "origens" e "perceções", mostra as tendências obtidas]. Fazendo, então, uma leitura segundo os grupos-tipo, verificámos que, mais uma vez, é entre o grupo dos *lusófonos* e o dos *CHC* que se podem encontrar pontos de distinção significativos.

Sendo que, para os últimos voltam a ser os aspetos que se prendem com o *exterior* e o simbolismo da ligação de Macau e da China através de Macau a outros espaços a surgir mais valorizados e associados a esta categoria, enquanto aos primeiros se associa a perceção de que, dentro de pouco tempo, língua e cultura portuguesas irão desaparecer em Macau e que são importantes para quem quer ir viver para fora de Macau. O que não será de estranhar, se tivermos em consideração que, neste grupo, se encontram os estudantes do ensino secundário, maioritariamente da Escola Portuguesa, e que nos seus projetos de vida está incluída a possibilidade de continuarem a desenvolver os seus estudos fora do território, nomeadamente, em Portugal e, ainda, que entre estes jovens se encontram os de origem portuguesa estando, desde sempre, Macau associado a um espaço de *passagem* e não de *permanência*, embora, para muitos, acabe por se transformar numa *passagem prolongada*.

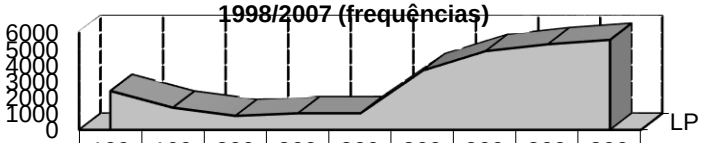
Quanto às categorias *CDM* e *CEM*, não se distinguem significativamente mas parecem atribuir maior significado a questões que se relacionam com o imediato como é o caso da importância para a Administração, assim como com a promoção internacional de Macau. De salientar que, em qualquer um destes dois grupos a referência ao desaparecimento da língua e da cultura portuguesas em Macau é das opções menos referidas, só ultrapassada, mesmo, pela importância que poderão ter para quem quer ir viver para fora do território – o que, podemos questionar-nos, não se sabe se será por não lhes atribuírem importância para este fim ou porque não tencionam sair de Macau.

Em suma, a relação com a língua portuguesa é uma **relação** acima de tudo do tipo ***instrumental***, sendo que os que se encontram permanentemente em Macau (CDM), ou de forma já mais prolongada (CEM), apresentam orientações mais imediatas e centradas nas vantagens locais que, em termos de emprego, podem advir do facto de dominarem a língua portuguesa ou, no caso dos que já desenvolvem uma atividade profissional, na necessidade de o fazerem quer por

razões decorrentes da atividade que desenvolvem quer para efeitos de progressão na carreira, não sendo os mais *próximos* (lusófonos) a demonstrar ter representações mais positivas relativamente à *sua* língua e cultura e sugerindo a informação recolhida que são precisamente os mais *afastados* (CHC) entre os *afastados* que mais valorizam a posição internacional e europeia do português, assim como se mostram mais recetivos a conhecer aspetos da cultura portuguesa.

De uma forma genérica, podemos considerar que todos os que se envolvem no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (situação da esmagadora maioria dos nossos inquiridos) têm expetativas em relação ao campo de possibilidades que essa língua lhes abrirá e que equacionam em função do *valor no mercado* que a mesma lhes pareça assumir, optando cada indivíduo por aprender a língua que, espera, lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigura de maior utilidade.

Fig. 1 - Formação em Língua Portuguesa - 1998/2007 (frequências)



	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
LP	2393	1362	858	1018	1019	3657	4844	5265	5535

FIG. 2 – PROJEÇÃO DAS RAZÕES PARA APRENDER PORTUGUÊS, FONTE: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM NÚMEROS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DO GOVERNO DA RAEM

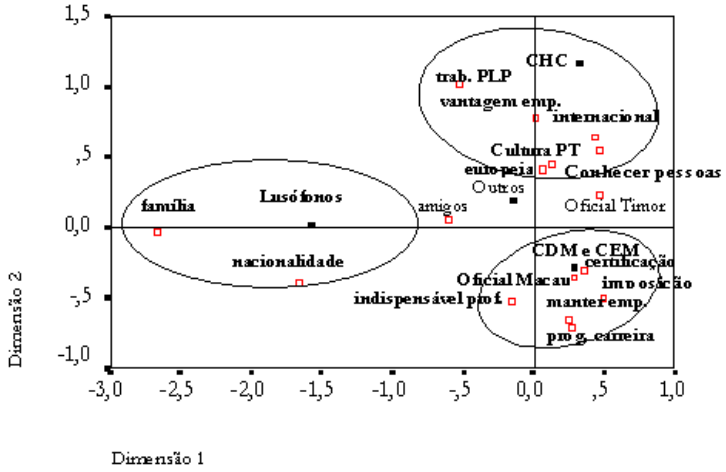
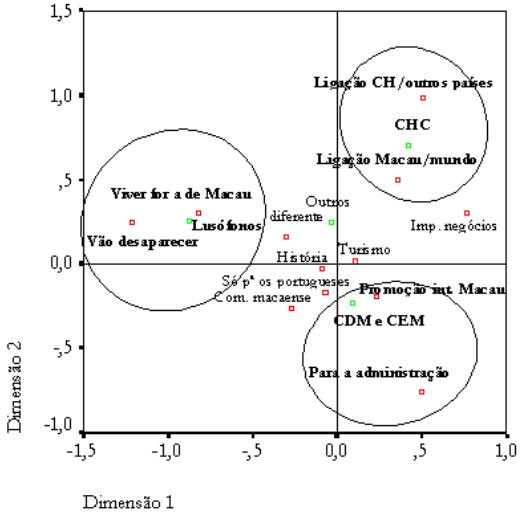


FIG. 3 – PROJEÇÃO DA PERCEÇÃO SOBRE A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESAS EM MACAU



3. Bibliografia

Batalha, Graciete Nogueira (2001), "A Língua de Macau. O que foi e o que é.", in *Lusofonia. Macau na Lusofonia. Vivências e Existências a Oriente*, N.º Especial, Revista de Cultura, Macau, Instituto Cultural.

Baptista, António Santiago, e Oliveira, Celina (1999), *A Administração de Macau durante o Período de Transição*, Macau, Gabinete do Governador de Macau.

De Swaan, Abram (2001), *Words of the World*: *the global language system*, Cambridge, Polity Press.

Piteira, Carlos Manuel (1999), *Mudanças Socioculturais em Macau (A questão étnica do Macaense)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Silva, Perpétua Santos (2005), E*studantes de Português numa Macau do Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL.

4. SIGLAS UTILIZADAS:

CDM – Chineses de Macau;
CEM – Chineses em Macau;
CHC – Chineses da China Continental;
DST – Direção de Serviços de Turismo;
LM – Língua materna;
L2 – Língua Segunda;
LE – Língua estrangeira;
PLM – Português Língua Materna;
PLE – Português Língua estrangeira;
PL2 – Português Língua segunda;
RAEM – Região Administrativa Especial de Macau;
RPC – República Popular da China.

72. RENATO EPIFÂNIO, MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO. - TEMA 1.4. O LEGADO DE AGOSTINHO DA SILVA: 15 ANOS APÓS A SUA MORTE.

Quinze anos após a morte de Agostinho da Silva, há, decerto, muitos legados, pelo menos tantos quantos aqueles que, ainda hoje, se reconhecem no pensamento e na ação de Agostinho. Para mais, Agostinho teve um percurso muito sinuoso – começou, na sua juventude, por ser "integralista"; depois, assumiu, quase na íntegra, o ideário "seareiro"; só enfim, já no Brasil, se tornou, dir-se-ia, "agostiniano". Como já escrevemos a esse respeito:

> *«Se, inquestionavelmente, Agostinho da Silva passou por um "fase integralista", entre 1925 e 1927 – particularmente assumida numa entrevista a Bento Caldas ("O Pensamento Académico: o que diz Agostinho da Silva, estudante da Universidade do Porto e diretor do Porto Académico", in A Voz, Lisboa, 24 de maio de 1927) –, e depois, a partir de 1928, por uma "fase europeísta" – de que o texto "Da Imitação da França" (in Seara Nova, Lisboa, nº 197, 23 de Janeiro de 1930) será, porventura, o mais representativo –, de franca adesão ao ideário sergiano e da Seara Nova em geral, no Brasil começa um nova fase, já não assente na preocupação de difundir uma "cultura geral", de que são expressão os seus Cadernos dos anos 30 e 40.*
>
> *A partir daqui e até ao final da sua vida, será a "cultura portuguesa" – mais exatamente, a "cultura lusófona" –, no seu alcance mais universal, o horizonte primacial do seu questionamento. A nosso ver, a obra Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa (1957) é a primeira grande expressão desse questionamento: sobre a cultura lusófona, sobre o seu sentido histórico.»*[443]

Mesmo, de resto, na última fase do seu sinuoso percurso, Agostinho reuniu pessoas das mais diversas proveniências filosóficas, políticas e religiosas – como igualmente já escrevemos a esse respeito:

> *«Das várias perplexidades que a pessoa e o pensamento de Agostinho da Silva nos causam, uma das maiores, senão a maior, é o facto de ele atrair pessoas das mais diversas proveniências filosóficas, políticas e religiosas.*
>
> *Dirão alguns que isso só acontece por engano, por ilusão, de algumas dessas pessoas. Mas, justamente, nós julgamos que não é isso o que acontece. Todas elas, ao reconhecerem-se em Agostinho da Silva, estão relativamente certas. E isso é que é extraordinário. O pensamento agostiniano é de tal modo caleidoscópico que é possível nele se reconhecerem as mais diversas perspetivas, sem se negarem por isso.*
>
> *E por isso vemos tanto idealistas quanto materialistas, tanto pessoas de direita quanto pessoas de esquerda, tanto crentes como ateus, defenderem, apaixonadamente, como se fosse "seu", o pensamento de Agostinho da Silva. Ele é, como nunca conhecemos ninguém, alguém que em si reúne todas as "tribos".»*[444]

Daí, de facto, a dificuldade de definirmos um legado, "o legado". Para mais, Agostinho gerou, e por vezes com alguma "culpa", alguns (grandes) equívocos, junto da opinião pública e publicada – como nós próprios já denunciámos no nosso estudo *Perspetivas sobre Agostinho da Silva na imprensa portuguesa*[445].

[443] In *As três fases do pensamento de Agostinho da Silva*, projeto de dissertação de pós-doutoramento (em curso).

[444] In "Introdução" a *Agostinho da Silva, pensador do mundo a haver: Atas do Congresso Internacional do Centenário de Nascimento de Agostinho da Silva*, Lisboa, Zéfiro, 2007, p. 11.

[445] Zéfiro, 2008.

Ainda hoje, vamos encontrando pessoas que apenas conheceram Agostinho através das suas "Conversas Vadias" – o programa da RTP que o celebrizou junto do grande público[446]. E que, por isso, repetem, sem qualquer sentido crítico, alguns lugares-comuns: nomeadamente, que Agostinho era "contra o trabalho", defendendo uma vida, para todos, de "pura ociosidade".

Basta olhar para a vida do próprio Agostinho para verificarmos o quão equívoca é essa perspetiva. Para a sua própria vida e para os seus textos – nestes, é manifesto que Agostinho não se satisfaz com uma posição meramente anticapitalista; antes assume, diríamos, uma posição "pós-capitalista", reconhecendo o fundamental papel histórico que o capitalismo teve no nosso desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento tecnológico esse que Agostinho, ao contrário de muitos outros filósofos seus contemporâneos, valorizou. E não de forma ingénua – Agostinho, aliás, também ao contrário do que em geral se pensa, era bem pouco ingénuo, como se pode comprovar, por exemplo, por estas suas palavras (escritas, saliente-se, há mais de cinquenta anos), de uma lucidez inultrapassável:

> "*Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e, portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências* (…)."[447].

Quanto muito, terá talvez sido algo ingénuo nalgumas das suas teses pedagógicas. Mas, a esse respeito, importa salientar que Agostinho as enunciou num determinado contexto (o de uma sociedade particularmente autoritária e conservadora); no contexto de hoje, as soluções pedagógicas terão que ser, provavelmente, diversas…O mesmo já não acontece, a nosso ver, com o caminho que Agostinho apontou para Portugal: de cada vez maior assunção da nossa dimensão lusófona.

Cada vez mais, na nossa perspetiva, Portugal só faz sentido no quadro do espaço lusófono – tendo tanto mais futuro quanto mais se assumir nesse espaço, no seio dessa crescente comunidade de falantes de língua portuguesa – atualmente, mais de 240 milhões…

Daí, em suma, a importância dada à língua e à cultura – como já igualmente escrevemos, a propósito da recetividade que tiveram as Comemorações do Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva, que decorreram que em 2006:

> «*…na nossa perspetiva, a adesão de tanta gente a estas Comemorações, não só em Portugal como por esse mundo fora, em particular no espaço lusófono, é uma reação ao cada vez maior vazio cultural existente nos mais diversos planos, desde logo, no plano político. Cada vez mais, com efeito, a política parece reduzir-se a uma mera gestão económica, sem qualquer Horizonte. Não que essa gestão económica não seja importante. Simplesmente, não é isso o que faz de um conjunto de pessoas uma real comunidade. Para que isso aconteça, o elo não pode ser apenas económico – tem que ser, sobretudo, cultural. Só esse elo, esse Horizonte, pode dar um sentido maior à vida de todos nós – individual e coletivamente considerada. Ora, mais do que ninguém, foi esse Horizonte que Agostinho da Silva nos apontou*.»[448].

Eis, a nosso ver, o seu maior legado.

P.S.: Escusado será dizer que, para nós, este projeto – o da NOVA ÁGUIA e do MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO –, não resulta senão da assunção, plena, desse "maior legado".

*

[446] Entretanto re-editadas em DVD, numa parceria entre a Associação Agostinho da Silva, a Alfândega Filmes, a RTP e o jornal *Público* (2006).

[447] In "Reflexão à margem da história da literatura portuguesa", *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 84. Daí ainda, nesta esteira, estas suas palavras: "…donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de 'como viver?' se substituirá a pergunta de 'para que viver?'. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade." [*Ibid.*, p. 85].

[448] In "Introdução" a *Perspetivas sobre Agostinho da Silva na imprensa portuguesa*, ed. cit., p. 16. Havíamos já desenvolvido esta perspetiva na obra *Visões de Agostinho da Silva* (Zéfiro, 2006).

A esse respeito, transcrevemos aqui, o texto que lemos no dia 10 de junho de 2006, na Feira do Livro de Lisboa, numa evocação de Agostinho da Silva, onde igualmente participaram Miguel Real, Paulo Borges e Pinharanda Gomes, texto que depois publicámos, de forma mais desenvolvida, no nosso estudo *Visões de Agostinho da Silva*[449]:

1. AGOSTINHO DA SILVA: DA IMPORTÂNCIA DA CULTURA[450]

Agostinho da Silva, cujo centenário do nascimento se comemorou no ano de 2006, é, por muita gente, tido como um filósofo "bem-intencionado", "generoso", mas, por isso mesmo, demasiado otimista, demasiado ingénuo… Essa "impressão geral" não resiste, contudo, ao confronto com alguns textos do próprio Agostinho da Silva.

Eis, em particular, o que veremos na sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, obra redigida em 1957, já no Brasil, para onde Agostinho partira em 1944 e donde só voltou em 1969, vinte cinco anos depois, para, de novo em Portugal, viver os últimos vinte e cinco anos da sua vida.

*

Na sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* faz, Agostinho da Silva, uma retrospetiva da História de Portugal, desde a genesíaca cisão com Castela, passando por toda a Gesta dos Descobrimentos, até à situação portuguesa de então. Sendo esse o enfoque, a perspetiva agostiniana extravasa em muito esse horizonte. De tal forma que, em particular no seu último capítulo, desenvolve, Agostinho da Silva, uma reflexão sobre as sociedades de hoje – entendamo-nos: sobre as sociedades de hoje no primeiro mundo, as chamadas "sociedades da abundância" –, reflexão essa de tonalidades bem sombrias… Com efeito, se nesse último capítulo, prefigura Agostinho a possibilidade de se "varrer de vez da face do universo a miséria material da Humanidade" – prefiguração não tão ingénua quanto parece, dada a exponencial evolução da técnica –, pergunta-se o mesmo Agostinho que tipo de sociedades resultaria dessa plena erradicação da miséria. Ouçamos as suas palavras: "*Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e, portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências* (…)."[451]. Eis, a nosso ver, o que já hoje se pode verificar em "grande escala". Se é verdade que a grande maioria da humanidade se debate ainda pela satisfação das suas necessidades materiais básicas – alimentação, vestuário e alojamento –, a imensa minoria que já as supriu não parece saber hoje, na sua grande parte, "para que viver". Como se, satisfeitas as necessidades materiais básicas, a humanidade não tivesse mais nada à sua frente senão o vazio.

*

Face a esse vazio, a essa "vida vazia", exorta-nos, Agostinho da Silva, à "vida plena". Mas o que será – perguntar-se-á – essa "vida plena"? Para começar, ela será, decerto, a antítese da "vida vazia", aquela que não encontra, de forma alguma, ou só de forma insuficiente, resposta à questão "para que viver?". A partir daqui, não há, obviamente, uma única resposta. É cada um de nós, na sua irredutível singularidade, que sabe como pode fazer verdadeiramente da sua vida uma "vida plena". Ainda assim, Agostinho da Silva dá-nos algumas pistas – daí, desde logo, toda a importância da noção de cultura no seu pensamento enquanto fundamental instância mediadora no processo de plenificação humana. Iniciando-se esse processo na satisfação das necessidades materiais básicas – alimentação, vestuário e alojamento –, facto por Agostinho em nenhum instante escamoteado – e daí toda a dimensão sociopolítica do seu pensamento –, ele só se cumpre verdadeiramente no sobre-sequente plano espiritual, ou seja, ele só na verdade se cumpre na exata medida em que o homem, cada um de nós, se cumpre espiritualmente.

Eis, igualmente, o que Agostinho da Silva sempre salientou – e daí, também, toda a dimensão ético-metafísica do seu pensamento. Em Agostinho, contudo, na nossa perspetiva, essa realização espiritual é, primeiramente, uma realização

[449] Zéfiro, 2006.

[450] Texto lido no dia 10 de Junho de 2006, na Feira do Livro de Lisboa, numa evocação de Agostinho da Silva, onde igualmente participaram Miguel Real, Paulo Borges e Pinharanda Gomes.

[451] *Ensaios sobre a Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, org. de Paulo A.E. Borges, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 84. Daí ainda, nesta esteira, estas suas palavras: "…donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de 'como viver?' se substituirá a pergunta de 'para que viver?'. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade." [*Ibid.*, p. 85].

cultural. E daí, de facto, toda a importância por Agostinho atribuída à cultura. É por via desta, na sua completa assunção, que o homem pode aceder ao "Espírito". Daí também, de resto, os múltiplos caminhos possíveis de realização espiritual: *a priori*, tantos quanto o número de culturas. À luz desta perspetiva, compreende-se, pois, bem o sentido da valorização agostiniana da "cultura portuguesa". Ela não é valorizada para se impor, de forma mais menos "imperialística", a qualquer outra. Ela é valorizada para que nós, portugueses, nos possamos elevar através dela, assim nos cumprindo espiritualmente. Quanto muito, é esse o exemplo que Agostinho da Silva pretendia dar ao mundo: a de um povo que se eleva através da plena assunção da sua cultura, assim se realizando espiritualmente. Não para que os outros povos assumam a nossa cultura, mas, ao contrário, a sua própria. É disso, tão-só, que se trata: que cada um, por extensão, cada comunidade, assuma, plenamente, a sua cultura.

A nosso ver, o tão vilipendiado "Quinto Império" de que fala Agostinho da Silva não é senão isso: o espaço-tempo em que todas as comunidades, todos os povos, possam, de forma inteiramente livre, assumir, de modo pleno, a sua cultura. Não, longe disso, um império apenas português – também português, na medida em que nele a cultura portuguesa deve também poder afirmar-se, mas não apenas, ou sequer hegemonicamente, por mais que de forma dissimulada, português. Eis o que, na nossa perspetiva, nunca será demais salientar, dado o facto da valorização agostiniana da "cultura portuguesa" ter sido muitas vezes entendida de forma igualmente errónea. Como aqui defendemos, ela deve ser entendida, sobretudo, como uma via para a plena realização espiritual. Contestarão, alguns, a possibilidade de a cultura ser uma via para a plena realização espiritual, defendendo que esta se cumpre, ao invés, na superação daquela. Provavelmente, defendem também que a filosofia se cumpre para além de todas as culturas, de qualquer vinculação a uma língua em particular. Na nossa perspetiva, porém, passa-se exatamente o contrário: é no aprofundamento das virtualidades de uma língua que o discurso filosófico pode emergir enquanto tal. De outro modo, ele será sempre apenas um discurso comum: mais facilmente comunicável, mas não muito mais do que isso. Analogamente, a via da plena realização espiritual passa, na nossa perspetiva, pelo aprofundamento do sentido de uma cultura, da mundividência que lhe subjaz. De outro modo, ela será apenas uma via geral: mais facilmente generalizável, mas não muito mais do que isso.

De resto, a valorização da cultura tem também virtualidades materiais ou, mais especificamente, sociais. Só ela pode ser o elo que sustenta uma sociedade. Se uma sociedade se baseia apenas num elo económico, cedo se desagregará, como se torna cada vez mais evidente... Por muito que isso repugne a alguns, é também através dela, da cultura, que se cimentam as solidariedades internacionais. Se, em geral, os portugueses foram – e continuam a ser – tão solidários com a causa timorense, foi, em grande medida, porque havia, porque há, um elo entre Portugal e Timor: um elo cultural, precisamente. Dir-se-á que o nosso móbil deveria ser sempre o amor pela humanidade em geral e não por nenhuma cultura em particular. É defensável, mas não é isso que, na nossa perspetiva, acontece. Daí que devamos agir em consequência.

P.S.: Escusado será dizer que, para nós, este projeto – o da NOVA ÁGUIA e do MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO –, não é senão o resultado dessa nossa exortação final.

2. O PRIMEIRO ANO DO MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO & RESPOSTAS AO INQUÉRITO REALIZADO A TODOS OS MEMBROS DO MIL.

Como é sabido, o MIL é o movimento cultural e cívico prefigurado no Manifesto da NOVA ÁGUIA – o seu nome foi objeto de uma votação pública nas últimas semanas de 2007. O MIL, já assim batizado, nasceu, pois, no princípio de 2008, exatamente no primeiro dia de Janeiro. O ideário do MIL encontra-se definido na sua "Declaração de Princípios e Objetivos" (no essencial, igualmente prefigurados no Manifesto da NOVA ÁGUIA). Caso o tenham feito de forma responsável, todas as pessoas que aderiram ao MIL fizeram-no porque se reconhecem, em geral, nessa "Declaração". Até ao momento, aderiram já ao MIL cerca de oito centenas de pessoas, de todo o espaço lusófono – a proporção é: 3 quintos de portugueses, um quinto de brasileiros, o outro quinto de outros países (incluindo de todos os outros países da CPLP). A esse respeito, saliento, nesse último quinto, um número significativo de adesões oriundas da Galiza (ver coluna esquerda do nosso blogue, onde aparecem os diversos órgãos da NOVA ÁGUIA e do MIL).

Decerto, há várias formas de olhar para estes números: é sempre possível ver o copo meio cheio ou meio vazio. Façamos, a esse respeito, mais um pouco de História. Logo aquando da primeira leitura oficial do Manifesto da NOVA ÁGUIA, a 10 de outubro de 2007, no Porto, durante um Congresso de Filosofia, foi visível que, precisamente por ser um Manifesto forte, ele não era aceite por todos (e

estávamos, por assim dizer, perante uma assistência "amigável"). Já se sabe: quem marca uma posição, gera oposição.

Depois, enviámos convites a muita gente e houve várias recusas. Lembro-me, por exemplo, de pelo menos uma pessoa ter recusado o convite, muito amavelmente, dizendo-nos que não se revia na linguagem "proto-identitária" do Manifesto.

Nada de extraordinário: há muita gente que, legitimamente, é avessa a expressões como "sentido histórico da cultura portuguesa", "nossa vocação", "destinação coletiva", etc. Por isso, por exemplo, sempre olharam com desconfiança Agostinho da Silva, Pessoa, Pascoaes (o próprio Eduardo Lourenço, apesar da sua linguagem mais "suave"). Por isso, também, naturalmente, não se reconheceram no nosso Manifesto, pelo menos a ponto de aderirem a este projeto.

Sempre encarei isso com naturalidade – para conseguirmos a adesão dessas pessoas, teríamos que descaraterizar de tal modo o Manifesto que este se tornaria outra coisa. E isso, pelo menos para mim, nunca foi opção. As nossas petições também geraram bastante oposição. Se a primeira, "Por uma Força Lusófona de Manutenção do Paz" não levou ninguém a sair (mas terá, admito-o, levado alguma gente a não entrar), isso aconteceu com a segunda, a respeito do Acordo Ortográfico: houve uma pessoa que se desvinculou do MIL por causa dessa Petição e houve pelo menos uma pessoa que não aderiu ao MIL por causa dela (pessoa, aliás, bem conhecida: Carlos Pinto Coelho, o ex-apresentador do célebre programa televisivo "Acontece").

O mesmo aconteceu depois com a nossa defesa do "Passaporte Lusófono": houve uma pessoa que saiu por causa dessa Petição. E, por causa dela, continuamos a ser atacados em vários sítios – nomeadamente, em vários blogues de extrema-direita, que nos acusam de nos vergarmos aos "brasucas", de querermos o país "cheio de pretos", etc. (como se nós não tivéssemos sempre defendido um Portugal "lusofonamente mestiço"). Por outro lado, na extrema-esquerda, por causa da nossa expressa defesa dos valores da Língua, da Cultura e da Pátria, também já temos sido acusados de "salazaristas" (acusação que apenas pode ter eco em mentes mais idiotas e/ou sectárias).

Poderia aqui referir as muitas pessoas que, ao invés, aderiram ao MIL por causa dessas Petições, mas esse não é ponto. O ponto é que as três petições emanaram da nossa "Declaração de Princípios e Objetivos" (como é facilmente argumentável; eu próprio o fiz até à exaustão). Poderíamos, porventura, não o ter feito. Poderíamos, eventualmente, tê-las formulado de uma forma menos comprometida – no caso da última, por exemplo, foi sugerido (não importa por quem) que se fizesse uma mera denúncia da "Diretiva do Retorno" sem qualquer referência ao "Passaporte Lusófono".

Mas o ponto é que nós não somos uma mera associação de defesa de imigrantes (sem qualquer desprimor para estas), nós somos um movimento que se assume como "internacional lusófono". Logo, essa referência lusófona – mais concretamente, ao espaço lusófono e à cidadania lusófona – tem que aparecer sempre em todas as nossas posições públicas. Ao longo deste seu primeiro ano de existência, o MIL já demarcou igualmente o seu lugar no espaço público.

Algumas das posições que tomámos tiveram uma significativa repercussão nos media e, em geral, na blogosfera, quer em Portugal, quer em outros países da CPLP. Através desses ecos, cimentou-se a singularidade da nossa visão e da nossa voz: no espaço público, somos, cada vez mais, aquela voz que defende a Lusofonia e, de forma coerente e consequente, o reforço dos laços entre os países da CPLP, em todos os planos – cultural, desde logo, mas também social, económico e político.

Essa é pois, em suma, a nossa "marca" – um ano depois, já solidamente definida. Quem, de boa-fé, atentar nos nossos documentos – na Declaração de Princípios e Objetivos, nas Petições e nos diversos Comunicados que fomos emitindo ao longo do ano –, reconhece já bem essa "marca". A ela, por causa dela, já aderiu muita gente. Por causa dela, muita outra gente (impossível quantificar) não aderiu. Como diria o outro, é a vida…

3. RESPOSTAS AO INQUÉRITO REALIZADO A TODOS OS MEMBROS DO MIL.

1. Das mais de oitocentas pessoas que, até ao momento, aderiram ao MIL, cerca de 3 quartos fizeram-no por se reconheceram na nossa "Declaração de Princípios e Objetivos".

2. Uma enorme maioria (cerca de 90%) acha que se pode falar de uma "vocação histórico-cultural da comunidade lusófona".

3. Uma enorme maioria (cerca de 90%) acha que o reforço dos laços entre os países lusófonos se deve realizar "não só no plano cultural, mas também social, económico e político".

4. Cerca de 3 quartos acham que o âmbito de atuação do MIL deve ser "não só no plano cultural, mas também social, económico e político".

5. Cerca de 3 quartos concordam com a criação do cargo de "Presidente da CPLP".

6. Apenas metade concorda com o nome de José Ramos-Horta (nas sugestões de outros nomes, não há, contudo, nenhum outro que sobressaia).

7. Um pouco mais de metade concorda que o aprofundamento da CPLP deve evoluir no sentido de um modelo de integração política como a atual União Europeia.

8. Das petições lançadas pelo MIL, a mais controversa foi a petição sobre o Acordo Ortográfico.

9. Cerca de 3 quartos consideram a Revista NOVA ÁGUIA "boa ou muita boa".

10. Cerca de dois terços consideram a Pátria "um valor da maior importância", sendo que apenas um quinto reduz o horizonte da Pátria ao espaço do seu país.

11. Cerca de 3 quartos consideram o Blogue NOVA ÁGUIA "bom ou muito bom".

12. Mais de metade considera o site do MIL "bom".

4. PRINCIPAIS ILAÇÕES.

1. Em geral, as pessoas que aderiram ao MIL fizeram-no de forma consciente, ou seja, tendo lido previamente a nossa "Declaração de Princípios e Objetivos". Nessa medida, consideram não apenas que se pode falar de uma "vocação histórico-cultural da comunidade lusófona", como, coerentemente, defendem o reforço dos laços entre os países lusófonos – a todos os níveis: não só no plano cultural mas também social, económico e político. Afirmando ainda que esse deve ser o âmbito de atuação do MIL.

2. Concordando, em geral, com a proposta da criação do cargo de Presidente da CPLP, dividem-se mais quanto ao nome proposto, o de José Ramos Horta (o que não surpreende: os nomes dividem sempre mais), e são mais cautelosos quanto a uma integração política entre os países da CPLP, pelo menos a exemplo do que acontece na União Europeia (o que também não surpreende).

3. A defesa do Acordo Ortográfico continua a ser a "bandeira" do MIL que mais nos divide. Mas não de forma grave, dado que todos, em geral, percebem que o Acordo que o MIL reclama para a CPLP está muito para além do plano ortográfico – podendo mesmo realizar-se, em tese, sem este.

4. Em geral, as pessoas gostaram da Revista NOVA ÁGUIA, o que confirma a perceção daqueles que costumam ir aos muitos lançamentos que têm decorrido. A apreciação que mais tenho ouvido a respeito do segundo número tem sido, de resto, a seguinte: "está ainda melhor do que o primeiro".

5. Na sua grande maioria, as pessoas gostam também do Blogue da NOVA ÁGUIA, ainda que este suscite também algumas opiniões adversas (dado ser, por natureza, um espaço de polémica). Já o site do MIL não desperta tantas paixões (positivas ou negativas).

6. Consideraram igualmente oportuno o tema do primeiro número da Revista: "atualidade da ideia de Pátria". Atendendo aos resultados, este não é apenas, aliás, um "tema atual" como um "valor da maior importância". Donde se conclui, a meu ver, que a atitude mais consonante com o MIL é a de um assumido patriotismo transnacionalista ou lusófono-universalista, dado que, como referimos, apenas um quinto reduz o horizonte da Pátria ao espaço do seu país.

73. ÓSCAR CONCEIÇÃO DE SOUSA: OSSOUSA@SAPO.PT, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, MEMBRO DA UID - OPECE- UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS

TEMA 2.4. LÍNGUA PORTUGUESA E ORTOGRAFIA. COMO ENFRENTA O SUJEITO A TAREFA DE TRANSCREVER A GRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Diante de uma ortografia pouco lógica e pouco transparente, como a da Língua Portuguesa, que mecanismos tem o sujeito para adquirir competências nesse domínio? Há muito que a Psicologia estuda os processos cognitivos implicados na leitura. Não fez o mesmo com a aquisição da competência ortográfica. Tal facto deveu-se à crença, que ainda hoje persiste, de que a transcrição gráfica da palavra é uma operação inversa da leitura: quem aprende a ler aprende igualmente a transcrever. Foi a partir dos anos 60 do século passado que os investigadores prestaram atenção aos processos cognitivos implicados na ortografia por terem verificado que dos alunos que liam corretamente uma palavra nem todos eram capazes de a transcrever.

Mais tarde, a neurociência comprovou, em pacientes com lesões cerebrais, que alguns deles podiam perder a capacidade de ler, já adquirida, sem perderem a capacidade de transcrever e vice-versa, evidenciando tratar-se de dois domínios distintos. Estudando o modo como o sujeito enfrenta a tarefa de ler e de transcrever em sistemas gráficos diferentes, a psicologia cognitiva concluiu que o sujeito é dotado de uma dupla via que lhe permite enfrentar as diversas situações das grafias existentes: uma direta ou lexical e a outra fonológica.

A investigação atesta que os aprendizes italianos recorrem às regras de correspondência grafema-fonema para terem acesso à palavra escrita e recorrem às mesmas regras para a transcrição gráfica, porque a transparência da grafia da escrita italiana o permite. Pelo contrário, os aprendizes ingleses recorrem sobretudo a uma estratégia lexical (global) e são mais lentos na aquisição tanto da competência leitora como da competência ortográfica. Tendo em conta a pouca transparência da ortografia da língua portuguesa, por falta de correspondência biunívoca entre fonemas e grafemas, os aprendizes da língua portuguesa terão de recorrer à dupla via: a via fonológica para as palavras regulares e a via direta para as palavras irregulares ou com grafia pouco transparente.

Após várias tentativas de se unificar a ortografia em todos os países falantes da Língua Portuguesa, a partir do mês de janeiro, deste ano, passou a vigorar o Acordo Ortográfico em todos os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa com um período de transição que termina em (?)31 de dezembro de 2012. A globalização vai-se assim alargando a todos os domínios, entre eles o cultural. Países com as mais diversas afinidades sentam-se à mesma mesa e negoceiam acordos.

Os países falantes da Língua Portuguesa não tinham ainda discutido o que fazer da Língua que lhes é comum. Desde 1911 que vigoravam duas ortografias: a do português continental e a do Brasil. O acordo ortográfico foi assinado em Lisboa por todos os países de Língua Portuguesa, em 16 de Dez de 1990, e entrou em vigor em 2009 apenas ratificado pelas Assembleias Nacionais do Brasil, Cabo Verde e Portugal.

Foi também no sentido de alargar consensos que os Estados falantes da Língua Portuguesa (CPLP) criaram o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em abril de 2002, com sede em Cabo Verde, para "*promover a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa, como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em Fóruns internacionais*" (Estatutos, IILP). Dois marcos importantes que anunciam o desejo de enfrentarem em conjunto os desafios da comunicação em tempos de globalização.

Foi acesa e longa a discussão à volta da legitimidade e oportunidade de um acordo ortográfico, que incluísse todos os falantes da língua portuguesa, decidido pelo poder político. Foram expostos argumentos a favor e contra por filólogos, linguistas, historiadores, escritores, políticos, empresários. Alguns puseram em causa a capacidade de reaprendizagem da ortografia reformada de milhões de escreventes espalhados pelo mundo inteiro.

O que pretendemos, neste texto, é apresentar e discutir o ponto de vista de quem, há muito, estuda a forma como os escreventes enfrentam a difícil tarefa de transcrever um código gráfico. A maioria das línguas tem uma versão oral e outra escrita. A aquisição da oralidade acontece naturalmente, apesar da sua complexidade, quando a criança é exposta a um meio humano comunicativo e a uma comunidade de falantes. Torna-se efetiva quando a criança atinge um determinado desenvolvimento, na terminologia de Piaget, quando atinge a capacidade semiótica, ou seja, a de representar um significado e atribuir-lhe um significante (Piaget, 1974). De acordo com Pinker (1994) e Lenneberg (1967) tal competência é comum à espécie, igual em todas as partes do mundo, pelo que não necessita de ensino formal. A escrita, pelo contrário, é uma conquista cultural bem posterior, é uma invenção humana, traduz psicologicamente a necessidade de ultrapassar os limites de espaço e de tempo impostos pela fala, e surge na sequência da fase pictográfica e da capacidade de o homem recorrer a signos para além do seu corpo. Podemos situá-la no sec. IX antes de Cristo (Gelb, 1952). O acesso à escrita exige, por isso, ensino.

O domínio da leitura e da escrita tornou-se, na modernidade, um desafio democrático e uma condição para o desenvolvimento económico e cultural das pessoas e das nações. A capacidade de ler e de redigir corretamente, tanto ao nível sintático como ortográfico, constituem hoje desafios de uma escolarização que se pretende universal e de qualidade.

Há cerca de um século que a Psicologia estuda os processos implicados na leitura (Chall,1967; Ellis,1982). Não fez o mesmo com a escrita. Era convicção da época que a transcrição gráfica da palavra era uma operação inversa da leitura,

crença que ainda hoje persiste. Pensava-se que quem aprendesse a ler ganhava também a habilidade de transcrever.

Foi pelos anos 60 do século passado que uma investigadora inglesa, Margaret Peter, verificou que havia alunos que liam corretamente uma determinada palavra e nem todos eram capazes de a transcrever (Peter,1967). A autora convidava a tratar a leitura e a escrita como competências distintas e defendia que tanto uma como a outra deviam ser ensinadas de modo diferente (Peter,1967). A hipótese foi confirmada nos anos 80 pela neurociência que encontrou em pacientes com lesões cerebrais perda da capacidade de ler, já adquirida, sem perda recíproca da capacidade de transcreverem e vice-versa (Goodman e Caramaza,1986).

Face a dificuldades diferenciadas de acesso à leitura e à escrita e distintas de língua para língua, as pesquisas nos domínios da linguística e da psicologia orientaram-se para dois campos: para o estudo dos códigos escritos das línguas e para os processos cognitivos implicados tanto no acesso à leitura como na transcrição gráfica. Os estudiosos das escritas debruçaram-se sobre as estruturas gráficas das línguas e verificaram que na transcrição da oralidade para a escrita as diversas culturas seguiram uma das três modalidades: escrita logográfica, escrita silábica e escrita alfabética.

Nos sistemas logográficos, a unidade gráfica representa uma palavra no seu todo ou um morfema e constitui também uma unidade de significado. O sistema gráfico é feito de tantos sinais gráficos quantas as palavras ou as unidades de significado lexicais de uma determinada língua. A China utiliza uma escrita logográfica com unidades gráficas que traduzem unidades de significado o que pode permitir que falantes de línguas diferentes e com a mesma estrutura gramatical possam recorrer ao mesmo código escrito.

Nos sistemas silábicos, a grafia escolhe as sílabas orais como unidades gráficas. Por isso o sistema terá que ter tantas representações gráficas quantas as sílabas orais de uma determinada língua. O sistema torna-se pouco económico dado o número elevado de sílabas que configuram uma língua falada.

No sistema alfabético, a escrita pretende traduzir os sons mínimos da fala, designados fonemas, em sinais gráficos correspondentes, os grafemas. O sistema teria sido inventado no Médio-Oriente e levado pelos comerciantes fenícios para os povos mediterrânicos, nomeadamente para a Grécia.

Roma, no seu período de expansão, conheceu o sistema na Grécia e espalhou-o pela Europa e ele é hoje adotado por muitas outras línguas para além das europeias (Gelb, 1952).

O sistema é constituído por um conjunto de 26 grafemas que se supõe, traduzem igual número de fonemas, que entram nas combinações de palavras, pelo que, se por um lado representa uma grande economia, por outro, configura a dificuldade de não ser capaz de transcrever todos os sons da fala, dado que esta vai evoluindo de acordo com os falantes.

Era igualmente suposto que, no sistema alfabético, a cada fonema correspondesse apenas um grafema, seguindo o princípio de uma correspondência biunívoca, o que não acontece na maioria das grafias das línguas europeias (Seymour, Aro, & Erskine, 2003). Um mesmo grafema representa mais que um fonema e, igualmente, um mesmo fonema pode ser representado por mais que um grafema, tornando a escrita pouco alfabética.

Estudos sobre as grafias de diversas línguas europeias tendo em conta o princípio de correspondência biunívoca entre grafemas e fonemas, concluiu que, para além de certas invariantes, a ortografia das línguas europeias continha múltiplas arbitrariedades. Foi tendo em conta essa falta de correspondência que as grafias das línguas são hoje classificadas como situando-se num eixo onde os polos são a transparência e a opacidade (Arroyo, 1989). O finlandês e o italiano estariam próximos do eixo da transparência enquanto o inglês e o francês se colocariam junto do eixo mais opaco.

A grafia da Língua Portuguesa foi colocada pela Comissão da Reforma Ortográfica de 1911, presidida por Gonçalves Viana (Estrela, 1993), na lista de línguas com uma ortografia pouco transparente e, mais recentemente, Seymour, Aro, & Erskine, (2003) consideraram a ortografia portuguesa tão pouco transparente como o francês.

Passemos agora para o contributo da Psicologia. No início do século, a psicologia científica é behaviorista. Reconhece que ato de ler é um ato complexo pelo que aconselha a decompor a tarefa em outras mais simples. O acesso à frase teria de ser feito a partir das palavras, das sílabas e dos grafemas. O método alfabético, também chamado de sintético, vinha ao encontro da teoria psicológica

dominante e também ao encontro do método entretanto adotado pelos pedagogos. O paradigma behaviorista dominou a primeira metade do século XX.

Havia, no entanto, o registo de uma descoberta de S.M. Catell por volta de 1886 (in Henderson,1982) que verificara tempos de reação mais curtos em tarefas de reconhecimento e identificação de palavras, do que quando o estímulo era constituído por linhas de letras ou letras. Afirmou-se então a superioridade percetiva de palavras contra as letras abrindo caminho para as teorias globais de leitura.

A partir dos anos 50, a Psicologia Cognitiva reaparece no panorama científico. A perceção e a memorização cedem lentamente lugar a teorias que veem a leitura e a escrita como atividades complexas de natureza cognitiva.

A aprendizagem da leitura é vista como um processo que requer e implica múltiplas funções cognitivas, em especial, a capacidade de reflexão sobre a linguagem ou metalinguagem. Ela implica a descoberta das intenções comunicativas da linguagem escrita e a descoberta do princípio alfabético do nosso sistema de escrita por parte das crianças, ou seja, a compreensão de que existe um sistema de correspondências entre a linguagem oral e a linguagem escrita e o modo como o sistema de escrita alfabética codifica a linguagem oral (Morais, 2007; Martins, 1996; Ferreiro & Teberosky,1980).

Martins (1996) refere que, sob a influência da psicologia cognitiva, os modelos começaram a acentuar os aspetos da compreensão, salientando processos de atenção e do processamento mental da informação durante a leitura. A psicologia cognitiva tem-se preocupado em propor modelos compreensivos e explicativos dos diversos processos e subprocessos que ocorrem no ato da leitura ou da escrita e em identificar a sua ordem e articulação.

Os modelos que se propuseram podem agrupar-se em três tipos: modelos ascendentes, modelos descendentes e modelos interativos.

Os modelos ascendentes ou “bottom-up”, tais como o modelo de Gough (1972) e o modelo de LaBerge & Samuels (1974), (in Martins, 1996), consideram o processo de leitura como seguindo uma hierarquia que vai das operações percetivas formais às operações semânticas, ou seja, o leitor realiza um percurso linear e hierarquizado que vai desde processos psicológicos primários como juntar letras até à produção do sentido (Martins, 1996).

As correspondências grafo-fonológicas seriam a única via de acesso ao significado. Segundo esta conceção, a metodologia para o ensino da leitura deveria assentar, fundamentalmente, no estabelecimento da correspondência entre a grafia e o som. Este modelo (nas suas diferentes variantes) parte do estudo dos elementos mais simples (grafemas e sílabas), para chegar às estruturas mais complexas (frases e textos).

Os chamados modelos descendentes ou “top down”, tais como o modelo de Goodman (1970) e o modelo de Smith (1971) (in Martins, 1996), consideram que a leitura só é possível porque o leitor consegue proceder a uma racionalização do discurso, ou seja, o leitor utiliza os conhecimentos que já detém sobre o assunto e sobre o contexto imediato para antecipar o sentido, confirmando-o pelos índices do texto escrito. Partem, pois, do princípio que ler é compreender e para compreender pode ser necessário adivinhar, inferir.

Segundo os modelos descendentes, a leitura seria um processo de identificação direta e global de palavras (ou frases), de antecipações baseadas em predições léxico-semânticas e sintáticas e de verificação das hipóteses produzidas (Martins, 1996).

Para o grupo de investigadores que se enquadram nestes modelos, a leitura e escrita são atividades cognitivo/linguísticas que envolvem a consciência da função simbólica, a estruturação temporal e a compreensão. Deste modo, ler é extrair significado do texto, dar-lhe sentido, indo para além daquilo que o próprio texto contém, levando-nos ao conceito de literacia, à capacidade de compreender e usar todas as formas e tipos de material escrito requeridas pelas sociedades e usadas pelos indivíduos que as integram.

Neste modelo, verifica-se a dependência dos processos inferiores aos superiores e sobressai a predição e a antecipação. Segundo esta conceção de leitura, a metodologia mais adequada para o ensino deveria ser uma metodologia global, partindo das palavras ou das frases. Para ultrapassar alguns aspetos insuficientes de um e de outro modelo, surge o modelo interativo.

Os modelos interativos, tais como o modelo de Rumelhart (1977), de Stanovich (1980) de Ellis, (1989), (in Martins, 1996), assumem uma posição intermédia, ultrapassando uma visão dicotómica dos modelos anteriores. Dizem que o leitor utiliza, simultaneamente e em interação, capacidades de ordem

superior e de ordem inferior, ou seja, estratégias ascendentes e descendentes, em função dos tipos de texto e de palavras com que se confrontam.

Mattingly (in Martins, 1996) refere a existência de dois tipos de leitura: uma leitura analítica e uma leitura impressionista. Na leitura analítica, a criança identifica as palavras e vai, simultaneamente, fazendo análises gramaticais, que lhe permitem compreender o texto. Na leitura impressionista, vai tentar adivinhar o significado sem identificação lexical completa, sem análise gramatical, podendo, no entanto, aceder ao sentido geral.

O bom leitor será aquele que utiliza estratégias flexíveis e diversificadas, não se fixando, de forma rígida, numa só estratégia. As diferenças que caraterizam o desempenho dos leitores assentariam nos conhecimentos prévios de que dispõem na abordagem do texto, tornando o ato de leitura um ato único e pessoal.

Uma das teorias que dá corpo à conceção interaccionista e divulgada nos anos 80, já confirmada pela neurociência (Caramaza,1991), é a teoria do duplo canal (Coltheart,1978), que advoga duas vias distintas para processar a informação gráfica: a via fonológica não lexical e a via direta ou lexical (global).

A via fonológica recorre a regras de correspondência grafemas/fonemas para transformar o código grafémico num código fonológico que, por sua vez, dará acesso ao armazém semântico. Esta conversão pode assentar em unidades de grafemas isoladas ou conjuntos mais alargados, de acordo com o processo de instrução ou de familiaridade com o texto escrito. Permite ler palavras com uma ortografia regular, quer façam parte do léxico quer não, e até pseudo ou não palavras com grafia regular. Ao enfrentar uma palavra desconhecida o leitor recorre às regras de correspondência grafema/fonema para aceder à palavra, desde que tenha grafia regular. É uma via que enfrenta problemas com as palavras irregulares e, por isso, inadequada para esses casos.

A via lexical ou direta fixa-se nas caraterísticas gráficas da palavra para, recorrendo à memória de longo prazo, encontrar representações, quer fonológicas, quer semânticas. Trata-se de um processo de reconhecimento da palavra na sua globalidade apoiado pelo armazém ortográfico.

O reconhecimento ortográfico pode ativar o armazém fonológico e dar acesso ao semântico como ativar o semântico que, por sua vez, daria acesso ao fonológico. Este processo pode ser utilizado em palavras regulares ou irregulares, familiares ao leitor, não sendo possível utilizá-lo em pseudo ou não palavras.

Frith (1985, 1980) sugere que o sujeito, ao longo da sua aprendizagem, recorre a estas duas vias de forma isolada ou cumulativa. Afirma que a leitura segue um desenvolvimento em três fases marcadas pela predominância de uma estratégia.

Na primeira fase, logográfica, a criança inicia a sua aprendizagem de leitura reconhecendo através de uma variedade de indícios (cor, forma, tamanho, letras) algumas palavras que fazem parte do seu contexto. O número das mesmas poderá aumentar em contacto com o texto escrito ou se o professor recorrer a um método global de leitura.

Na segunda fase, alfabética, ou porque a criança iniciou a sua aprendizagem por um método alfabético ou porque ela própria descobriu regularidades gráficas, aplica à leitura e sobretudo à escrita regras de correspondência grafema/fonema. Isso permite-lhe escrever palavras que não fazem parte do seu léxico ou do seu armazém ortográfico.

A terceira fase é ortográfica. O contacto com a palavra escrita permite extrair uma variedade de unidades de natureza morfémica ou grafémica que facilita o reconhecimento de palavras escritas ou por escrever.

De acordo com Frith, o desafio da leitura fomentaria a estratégia logográfica, a iniciação à escrita a alfabética e a consolidação da leitura a ortográfica. No entanto, o maior ou menor investimento em cada uma destas fases dependerá da estrutura gráfica da língua em uso, do método de instrução escolhido pelo professor e das diferenças individuais.

A ortografia de uma língua interfere tanto no processo de leitura como no da escrita. No caso da leitura, a grafia permite o reconhecimento e a diferenciação.

Da análise gráfica resulta uma palavra que pode ser confrontada com a sua representação fonológica e semântica. A escrita tem controlo mais reduzido e obedece a critérios mais formais: só é correta, se estiverem presentes todos os elementos gráficos, e na ordem convencionada para uma determinada palavra. A irregularidade da grafia portuguesa sente-se muito mais na transcrição gráfica de uma palavra do que no ato de leitura (Pinheiro,1999).

Tanto para a leitura como para a escrita o modelo mais recomendado é o proposto pela teoria do duplo canal (Coltheart, 1978, Frith, 1980), que defende duas vias distintas, quer para o reconhecimento de palavras escritas, quer para transcrição de palavras fornecidas pelo armazém léxico ou fonológico.

A via lexical ou direta no ato da escrita, parte do armazém lexical ou do *input* auditivo para o reconhecimento semântico ou fonológico da palavra (uma estrutura de memória a longo prazo) e recebe do armazém ortográfico (também uma estrutura de memória a longo prazo) a grafia correspondente da palavra. A competência do escrevente depende da capacidade do seu armazém ortográfico.

Torna-se necessário, pois, que o escrevente possua um armazém ortográfico alargado e ativado, de que vão fazer parte palavras regulares e irregulares de alta frequência, ficando excluídas desta via as menos familiares e as pseudo ou não palavras.

A via fonológica ao serviço da escrita recebe do *input* auditivo ou do armazém lexical palavras que devem ser transcritas e coloca-as no armazém fonológico (uma estrutura de memória a curto prazo) onde a informação codificada é processada, recorrendo a regras de correspondência fonema-grafema e a versão gráfica é colocada numa outra estrutura (também de memória a curto prazo) para ser transcrita. Trata-se de uma via que garante sucesso na transcrição de palavras com ortografia regular, com ou sem representação lexical, bem como pseudo ou não palavras desde que com grafia regular.

Os códigos gráficos das diferentes línguas, pela sua colocação no eixo transparente – opaco, vão exigir o recurso diferenciado dessas duas vias. Segundo Seymour, Aro, & Erskine (2003) os aprendizes italianos recorrem às regras de correspondência grafema-fonema para terem acesso à palavra escrita e generalizam o princípio para a transcrição gráfica porque a transparência da grafia da escrita italiana o permite. Pelo contrário, os aprendizes ingleses recorrem sobretudo a uma estratégia lexical (global) e são mais lentos na aquisição tanto da competência leitora como da competência ortográfica.

Não há consenso, neste momento, na colocação da ortografia portuguesa no eixo transparente-opaco (Gomes, 2001, Veloso, 2005). As pesquisas por nós realizadas nesta área mostram que 75% dos erros ortográficos, registados em alunos do 4.º, 6.º, 9.º e 11.º anos, são versões fonologicamente corretas, mas graficamente incorretas (Sousa, 1999).

A análise tipológica de erros permitiu concluir que os alunos que frequentam a escolaridade do 4.º ao 11.ºanos, nas escolas portuguesas, quando incorrem em erros ortográficos, recorrem sobretudo à estratégia fonológica, inadequada às caraterísticas da ortografia portuguesa.

Tendo em conta que a ortografia da língua portuguesa não é totalmente transparente por falta de correspondência biunívoca entre fonemas e grafemas em todas as palavras que compõem o léxico, as estratégias que o escrevente terá de utilizar será tanto a fonológica, para as palavras regulares, como a lexical, direta ou ortográfica, para as palavras com ortografia pouco transparente.

A competência ortográfica resultará, assim, do domínio que o aprendiz da língua portuguesa conseguir nestas duas vias: a via fonológica para as palavras regulares e a via ortográfica (lexical) para as palavras irregulares ou com grafia pouco transparente.

Não será mais possível adotar exclusivamente o critério fonético à grafia da Língua Portuguesa, pelo caráter dinâmico dos falares, agora presente em vários continentes. Sabendo que os aprendizes de todo o mundo da língua inglesa recorrem à via direta, ortográfica, quando transcrevem, o desafio que os escreventes da língua portuguesa vão ter que enfrentar será sempre menor, dado o caráter menos opaco da ortografia da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arroyo, F.V. (1989). "Errores en lectura y escritura. Un modelo dual". In *Cognitiva,* 2 (1), 35-63.

Caramaza, A. (1991). *Issues in reading, writing and speaking. A neuropsychological perspective.* Boston, London: Kluber Academic Publishers.

Chall, J. (1967). *Learning to read: The great debate.* New York: Mac Grow Hill.

Coltheart, M. (1978). "Lexical access in simple reading tasks". In G. Underwood (Ed.),*Strategies of information processing*. London: Academic Press.

Ellis, A.W. (1984). *Reading, writing and dyslexia. A cognitive analysis.* London: Lawrence Erlbaum Associates Pub.

Estrela, E. (1993). *A questão ortográfica. Reforma s e acordos da Língua Portuguesa.* Lisboa: Editorial Notícias.

Ferreiro, E. & Teberosky,A. (1980). *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*. México: Siglo Vintiuno Ed.

Frith, U. (1985). "Beneath the surface of developmental dyslexia" .In K. Patterson, J. Marshall, & M. Coltheart (Eds).*Surface dyslexia.* London: Erlbaum

Frith, U. (1980). *Cognitive processes in spelling.* London: Academic Press.

Gelb, I.J. (1952*). A study of writing*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.

Gomes, I. (2001). Ler *e escrever em português europeu*. Porto: Univ. do Porto

Goodman, R. A. & Caramaza, A. (1986)." Aspects of spelling process: Evidence from a case of acquired dysgraphia". In *Language and Cognitive Processes,* Vol.1,4.

Herderson, L. (1982). *Orthography and Word recognition in reading.* London: Academic Press.

Lenneberg, E.H. (1967). *Bilogical foundations of Language.* New York: John Willey and Sons.

Martins, M. (1996). *Pré-história da Aprendizagem da Leitura.* Lisboa: ISPA.

Morais, J. (2007). "A Identificação das Palavras Escritas: da descoberta do princípio alfabético ao acesso automático de representações lexicais". In *Psicologia e Educação.25 anos da Faculdade,* 81-101

Peter, M.L. (1967). *Spelling: Caught or taught.* London: Routledge and Kegan Paul.

Piaget, J. (1974). *O Nascimento da Inteligência na Criança.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Pinheiro, A. (1999). "Cognitive assessment of competent and impaired reading in Scottish and Brasilian children". In *Reading and Writing, An Interdisciplinary Journal,* 11, 175-211.

Pinker, S. (1994). *The language Instinct*. London: Penguim Books.

Seymour, P., Aro, M. & Erskine, J. (2003). "Foundation literacy acquisition in European orthographies".In *British Journal of Psychology,* Vol.94, Part 2, 143.

Sousa, O.C. (1999).*Competência Ortográfica e Competências Linguísticas.* Lisboa: ISPA.

Veloso, J. (2005). "A língua na escrita e a escrita na língua. Algumas considerações gerais sobre transparência e opacidade fonémicas na escrita do português e outras questões". In Da *Investigação às práticas. Estudos de Natureza Educacional,* vol. VI, n.º 1, 49-69.

74. MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E
75. MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO

TEMA 2.6 NO 'RASTO' DE JC: AS 'ROTAS' DA MEMÓRIA...

Quem nunca desconfiou da *autobiografia*, tão falaciosamente linear, que estabelece um pacto referencial, se assume como pura subjetividade e detém uma função (questionável…) de verdade? Quem nunca questionou o *jornal íntimo*, diariamente escrito (em princípio…) e obrigatoriamente datado, bem como o ensaio, ambos provenientes de uma estética do "non finito"? Quem nunca se deteve no *autorretrato* e na *autoficção*, suscetível de ser definida como o desejo de criar uma nova individualidade, pela via da osmose entre ficção e referencialidade? A obra de C.C., *obra total*, assume-se como resposta exemplar a uma ineficaz indecisão teórica: escrita na terceira pessoa (uma 'não pessoa', pois nem designa o leitor nem o alocutário…), e tendo como protagonista o "castelão" (alterónimo do Autor) J.C., à "janela do seu 'castelo' onde tem o seu escritório", ela oferece, mediante a restrição do ponto de vista instaurado(a), um amplo 'fresco' social e uma aprofundada reflexão, quer sobre o 'fenómeno' genelógico (poemas, crónicas, lendas, fragmentos de jornais íntimos, documentários), quer sobre os eventos mais marcantes de uma 'consciência' em devir (o compromisso com a justiça, a luta contra a corrupção e a revolta perante o facilitismo consuetudinário), quer sobre os espaços e os tempos não ao acaso respigados ("De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores") - numa perspetiva geográfica, histórica e política -, que formaram o Homem/Escritor e com ele entreteceram relações eufóricas e disfóricas. Um novo conceito subjacente à escrita pessoal perfila-se, assim, no horizonte: a "circum-navegação" entendida como relato subjetivo de uma existência que os espaços configuram e como retrato de uma época conturbada (cinquenta anos de História?), objetivamente pincelado pela distância que o alterónimo faculta e que a memória incentiva.

Nem sempre a teoria e a crítica literárias se revelam eficazes no tocante à delimitação de fronteiras entre as diversas categorias de escritos pessoais e à representação multifacetada do *eu* íntimo (invenção cartesiana... de Pascal), ou, por outras palavras, da substantivação do pronome, indicador contextual e indexual da primeira pessoa. É o caso da autobiografia, que obedece, em geral, a uma sucessão linear de etapas cronológicas, que estabelece um pacto autorreferencial pela via do compromisso de autenticidade firmado pelo Autor[452] e que tanto detém uma função de conquista de verdade (visando desmascarar réstias de ficção) como uma função de domesticação do tempo (a conferir um valor de monumento à obra catarticamente redigida) e, por fim, uma função de comunicação anelada (pela dimensão ilocutória subjacente à escrita catártica). A 'grafia do eu' oscila, assim, entre o *modus significandi* das palavras da subjetividade e o *modus agendi* que remete para o uso de tal (tais) palavra(s) subjetiva(s).

Na sequência desta definição incipiente e/ou de uma constrangedora incompletude, parece não ser despiciendo abordar alguns 'marcos' de análise que reputamos cruciais (Clerc, 2001: 77), tais como o título e o subtítulo, a seleção dos episódios evocados e a alternância dos jogos verbais. Género misto, ancorado na narrativa e no discurso, a autobiografia não raro é interrompida por uma súmula elucidativa de observações tecidas no presente de enunciação e suscetíveis de sublinharem a dependência dos factos da história à voz narrativa que os organiza. Vê-se, assim, ritmada pelo comentário interpretativo, por parte do escritor, dos atos passados da personagem que ele foi e já não é: "*A vida passada só fazia*

[452] Segundo Jean Starobinski (1970), só se pode falar de autobiografia quando há identidade entre o narrador e o herói da narração, assim como primazia da narração sobre a descrição e noção de percurso ou trajetória (de uma existência). Por seu turno, Philippe Lejeune define autobiografia como uma narrativa retrospetiva em prosa "qu'une personne réelle fait de sa propre existence lorsqu'elle met l'accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l'histoire de sa personnalité." (1975: 14).

sentido para o ego que fora mas já não era." (Chrystello, 2009: 20); longe, porém, de ser um discurso solipsista, o monólogo consigo mesmo (inscrevendo-se neste dialogismo uma dualidade traduzida pela escrita do vivido e pela sua subsequente exegese) estimula o diálogo, de onde o leitor (nomeado ou subentendido) não está obviamente excluído: "*Isto pode ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.*" (2009: 322) / "*Ainda bem que foram os portugueses quem 'descobriu' o Brasil. Imaginem que se fossem os espanhóis ou os ingleses não havia índios como eles fizeram na América do Sul e na Austrália aos aborígenes*." (2009: 129).

Nesta conjuntura teorética, *Chrónicaçores*, de Chrys Chrystello, poderia ser 'rotulada' de autobiografia, na medida em que dá a sensação de percorrer, conquanto de modo descontínuo, as etapas vivenciais mais marcantes da trajetória de JC: "*Do anti-herói. Do nascimento", "Casa nova. A família em crescimento é como as desgraças nunca vêm sós", "Liceu e entretenimentos doutras eras", "A entrada na Universidade é sempre traumática", "Finalmente a malfadada tropa e o casamento, dois males nunca andam sós", "maio 1974, a expetativa, a fraude e o desengano", "Annus Horribilis. Outubro 1976: Diáspora macaense", "O regresso a Díli", "Austrália. A Ilha e o nascimento duma filha" e "Letras Açorianas*". Esta reconstituição de vivências, não ao acaso respigada na "Circum-navegação" de Chrys Chrystello, obedece menos à ordem cronológica (sendo constantes as anacronias sob forma de analepses esclarecedoras e de aliciantes prolepses) do que à matriz temática: não será, aliás, a cronologia (tempo da realidade e não tempo anacrónico da escrita) uma pura ilusão, posto que, sinónima de reconstrução, determina relações de causalidade nem sempre existentes na vida? Por seu turno, o autobiógrafo sofre[453], pensa-se e diz-se como um ser de exceção ou como a origem irrefutável de todos os valores, enquanto o memorialista, mediante o balanço da sua existência em função da exegese do fresco sociocultural, tem como escopo a recapitulação dos conflitos mais pertinentes da sua geração (Hubier, 2003: 54). A não exemplaridade de JC, por ele confessada e assumida, sobressai ao longo dos seus périplos e respetivas experiências que se não furta a partilhar: não só é um anti-herói convicto como um observador passivo (2009: 103) que, de decénio em decénio, vai desiludindo os Pais (2009: 264), comprazendo-se em obter a mais baixa classificação como Oficial do Exército (2009: 272) e sendo renitente a "exames de qualquer tipo" (2009: 43). Reconhecendo que anda "ao contrário de todo o mundo" (2009: 126), não só prepara a via à irrupção da sátira (num universo às avessas) como empresta à sua obra, *total* e *plural*, uma coloração picaresca: contudo, não será o mundo o genuíno 'herói' pícaro em vez do pseudo picaresco JC? Ainda nesta ordem de ideias, o discurso memorialista tende a proteger-se da introspeção e a privilegiar a narração, dá primazia à História relativizando a pessoa e, ao tratar o *eu* como um *ele*, enfatiza o papel histórico do observador, instaura uma distância de bonomia algo irónica entre o narrador e o protagonista, faculta uma visão sociopolítica menos complacente e imparcial, porquanto alicerçada num campo de restrição automático, quase de autocensura. A este respeito, atentemos no *incipit* de *Chrónicaçores*:

> "*Felizmente sempre tivera a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim chegou este autor a ler tudo o que JC escrevera ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. [...] Fora um trabalho longo. Ler e rever tudo o que lhe aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. [...] Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos [...] a sua tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde JC passara, que nem um autêntico caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mátria, um lar. E é sobre a fluente e vasta escrita de JC que este livro versa. [...] era ainda tímido e acanhado quando nos franqueou a porta para a sua vida e para aqui narrarmos um pouco do seu percurso*." (2009: 19 e 41).

O supracitado fragmento inaugural não deixa de espoletar algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, a assunção do género como "memórias"[454], geradoras de uma autobiografia detentora de precária autonomia. Em segundo lugar, a rutura com o *eu* da convenção e a adoção da terceira pessoa que, não designando o locutor nem o alocutário, constitui o suporte de um discurso emitido por um sujeito escrevente que tem, como horizonte, a *intentio lectoris*:

[453] Segundo Georges Gusdorf, "La difficulté d'expression atteste une difficulté d'être, non par humilité, comme on le croit parfois, mais par recul devant le grand espace, devant l'affirmation de soi au péril des autres." (1991: 23).

[454] O conceito de *memórias* e de *memória*, metaforizada pelo "baú" e pelos "cofres", é, aliás, recorrente na obra de Chrys Chrystello: "Depois fora visitar o baú das memórias [...]" (2009: 155); "Essa é, aliás, a única Páscoa da sua vida que conseguia evocar. [...] Além dos arraiais ou festas, por altura dos santos populares, merecia especial relevo nas suas memórias, a apanha e o descasque da amêndoa." (2009: 180); "Mais uma experiência que se guardaria no baú das memórias." (2009: 348); "Tantos que nem os nomes lobrigava, aferrolhados nos cofres da memória." (2009: 124).

"*Rompendo com a tradição iria ajustar a sua identidade à persona que aceitara como seu alter-ego e com a qual teria de habitar para o resto dos dias. [...] Fora importante esta dicotomia para definir a sua personalidade, [...]"* (2009: 28). Em terceiro lugar, o recurso a um alterónimo, pela via do qual o Autor, a fim de se conhecer melhor, se retrata como se fosse um estranho em relação a si mesmo: "*Há decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a sua meninice.*" (2009: 179). Em quarto lugar, o ineditismo deste autorretrato[455] e heterorretrato, evidenciando quer a transformação psicológica da personagem, no espaço multímodo atravessado, quer a consciência heraclitiana do fluir do tempo, passíveis de justificação tanto da nostalgia difusa como da significação ideológica e política configurando o egotismo literário. Assim é que a prosopografia (pouco ou nada sabemos do aspeto físico de um JC que aderiu à moda "hippie"...) é preterida pela etopeia (sinónima de caraterização psicológica e moral): JC, que viveu três vidas numa só (2009: 20), é um otimista nato (2009: 85), um "*sonhador, idealista, poeta e jovem"* (2009: 76), *um eremita por vocação (e, em simultâneo, um crítico sagaz), um adepto da igualdade* (2009: 42) e, por fim, um amante de carros... para não falar da sua bem conhecida vertente multiculturalista. Em quinto lugar, o quadro histórico, a narrativa de viagens e a notícia de jornal (manchete ou não...) não deixam de ser agrupadas sob o nome de crónicas e de ensaios, confrontando, em paralelo, experiências subjacentes à esfera do privado e do público, tecendo analogias e tirando conclusões, qual arte do esboço advinda de uma estética do "non finito" e desembocando num inevitável caráter fragmentário. Este culto do fragmento está, igualmente, patente em excertos de um eventual jornal íntimo, indiciado pela data inserida entre parêntesis curvos: "(14 de dezembro de 2005)" / "(fevereiro de 2007") (2009: 129 e 265).

Esta escrita do *eu*, que é também, algo paradoxalmente, escrita sobre o *outro*, desagua com frequência na autoficção, "un de ces territoires nouveaux et privilégiés du romanesque contemporain" (Doubrovsky, 1988: 7), género híbrido que estabelece um pacto de verdade intencional, mas não real. Arte da perturbação, alicerçada na ambiguidade e na contradição, a autoficção[456], caraterizada pelo estabelecimento de correlações entre ficção e referencialidade e pela dificuldade em distinguir o sujeito do enunciado do sujeito da enunciação, surge do desejo de criar pela arte uma nova individualidade, um outro *eu* não permanente que re-envia a uma frágil multiplicidade carecendo de profundidade psicológica. Ora, não se identificará, em certa medida, toda e qualquer autobiografia com uma autoficção? A este propósito, quedemo-nos na elucidativa frase de JC: "*Foi tudo inventado numa deprimente tarde chuvosa de inverno aqui na ilha de S. Miguel*." (2009: 255). E não deformará a recordação (mediante a idealização gerada pela distância ou a repulsa que essa mesma distância não olvidada desperta) a experiência vivida *per se* deformada? Será que a felicidade invoca a felicidade e o desespero evoca o desespero? Ou tratar-se-á do caso inverso, como sublinhou Dante – "*Nessun maggior dolore che ricordarsi del tempo felice nella miseria" – nos antípodas dos "Souvenirs" de Musse*t?

Em *Chrónicaçores*, Chrys Chrystello convoca as memórias do seu alterónimo JC, que de contínuo recorre à memória voluntária e fotográfica[457], evidenciada pelo número significativo de ocorrências das formas verbais "lembrar" e "recordar", em quase todos os modos conjugadas: "*Recordava JC que, à noite, a vela [...] recortava ilusórias sombras [...]"* (2009: 168); "*Lembrava-se, em particular, duma Páscoa* [...]" (2009: 179); *"Será importante recordar aqui* [...]" (2009: 249); "*Lembra-se de ter escrito um artigo* [...]" (2009: 297). Todavia, a memória afetiva (podendo ser definida como um sentimento presente defluindo do choque afetivo da recordação) não está ausente desta obra paradoxalmente confessional e impessoal: é através da memória romântica (Tadié, 1999: 177) que JC se sente impelido a regressar aos espaços de outrora no intuito de reviver, com a intensidade possível, o álbum das fotos antigas[458].

O resultado deste regresso afigura-se constrangedor: um reencontro decetivo com os silêncios do tempo, com a vacuidade dos locais escavada na antiga plenitude e com a iminência da morte pairando de manso sobre a ressurgência

[455] Do ponto de vista de Michel Beaujour, "La formule opératoire de l'autoportrait est donc: 'Je ne vous raconterai pas ce que j'ai fait, mais je vais vous dire *qui je suis*.'" (1980: 9).

[456] Ver, a este propósito, a definição de Vincent Colonna: "L'écrivain est toujours le héros de son histoire, le pivot autour duquel la matière narrative s'ordonne, mais il affabule son existence a partir de données réelles, reste au plus près de la vraisemblance et crédite son texte d'une vérité au moins subjective – quand ce n'est pas davantage." (2004: 93).

[457] "As lembranças que JC guarda dessa época são mais decorrentes das fotos, [...] das quais reteve uma memória dos eventos por via fotográfica." (2009: 29); "Há fotografias destas que jamais esmorecem ou amarelecem na memória de cada um." (2009: 185).

[458] "Quando entre 2002 e 2005 tentara percorrer alguns desses caminhos descobrira estradas novas. Alguns locais tinham perdido a sua imagem misteriosa e mística da juventude, e a memória de gentes perdidas." (2009: 185); "[...] recriara os passos dados, quarenta anos antes, por aldeias, vilas, lugares e lugarejos perdidos na memória de tempos idos. Visitou-os a todos. Raras vezes encontrou os coevos desses percursos da sua infância." (2009: 155).

emotiva[459]. A par da memória romântica irrompem de mansinho, por vezes sem convite mas bizarramente convidadas, a memória sensitiva, sobremaneira olfativa[460] e auditiva[461], e a memória imaginativa. Incapacitado de tornar a sentir a sensação de antanho, apressa-se JC a reconstruir a imagem-recordação, bem como o sentimento que julga tê-lo invadido em épocas transatas: "*O que mais persiste na sua já distante reminiscência dos factos, a que o tempo, as ficções e os aspetos místicos da imaginação acrescentaram decerto algo, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha.*" (2009: 29) / "*Quando JC falava da sua estadia em Bali, reconstruía sempre mentalmente esse período* [...]" (2009: 371).

Nem sempre, porém, JC se consegue recordar, talvez pelo facto de a memória não ser hoje o que dantes era (1999: 368): "*Mesmo hodiernamente [...] tentava sem conseguir, recordar-se de cheiros, aromas e sabores dessa época.*" (2009: 257). A fecundidade desta rememoração e deste esquecimento é marcada por oportunas digressões incidindo ora sobre as guerras tribais timorenses, ora sobre a descrição 'pitoresca' dos templos balineses, ora sobre a controversa descoberta das Ilhas açorianas, ora sobre os contarelos e lendas do património brigantino, exarado, de modo exaustivo, no *Cancioneiro Transmontano*. E não constituirão a digressão histórica ou geográfica e o excurso político ou cultural meios óbvios de desdramatizar o ato autobiográfico (Didier, 1983: 17), autorizando o seu diferimento e garantindo a sinceridade do circum-navegador? Assim sendo, a datação externa dos eventos sociais, rigorosamente estabelecida, a par da cronologia pessoal, interna e relativa, permitem aos biógrafos 'descartados', pois não encartados, traçar genericamente a biografia de JC...

1.1. BIOGRAFIA DE JC

1949 – Nasce JC (no pós-guerra) (2009: 24). A sua geração, nascida no pós-guerra ("entenda-se 2ª Grande Guerra"), é uma geração rebelde (2009: 254).

1951 – Por volta dos dois anos, vai de visita às berças (Trás-os-Montes), à aldeia de Azinhoso, no Mogadouro, e à de Eucísia, em Alfandega da Fé (2009: 30). Desde esta idade, massacra com beliscões o Sr. Padre Manuel, "há décadas a pregar no Azinhoso" (2009: 190).

1955 – Cinco anos e meio depois do seu nascimento, nasce sua irmã (2009: 37).

1959-1960 – Por esta altura, faz exame de admissão aos liceus, na escola que hoje se chama EB1 nº 18 na Rua dos Miosótis. Quanto à escola primária da Rua do Cunha, onde estudou até à quarta classe, ela será demolida no decénio de 80 (2009: 43). JC tem pouco mais de nove anos quando a família muda para a Rua do Campo Lindo (2009: 225). Passa a frequentar o Liceu Alexandre Herculano (2009: 229).

1960 – É um aluno acima da média nos dois primeiros anos do Liceu Alexandre Herculano, sito na Avenida Camilo, Porto (2009: 228). O percurso de ida e de regresso do Liceu era demorado: JC apanhava um elétrico nº 8 na Rua do Campo Lindo ou um nº7 ou 7/ ("lia-se sete com traço") na Rua de Vale Formoso (2009: 229). Outras vezes, a professora de Francês, que "levava as filhas ao Rainha Santa" (2009: 229), dá-lhe boleia.

1961 – Até esta data, e nas férias do verão, iam para a Póvoa do Varzim, "*onde alugavam uma casa em frente à velhinha estação dos caminhos-de-ferro*" (2009: 44). Por ter uma ótima voz até aos doze anos, grava um disco "single", em casa de seu tio, cujo tema principal é "*Et maintenant*" de Gilbert Bécaud (2009: 228). Por esta altura, abre o primeiro café da zona chamado "Cenáculo" (2009: 233).

1961-1962 – JC passa férias em Trás-os-Montes. Teria uns doze ou treze anos quando 'embarca', para essa viagem histórica, num Opel Olympia preto, cuja matrícula é IB-17-55 (2009: 159).

1962-1964 – Vai com os seus primos e seu Pai a Penas Róias: o jipe voltou-se e "*tiveram todos de saltar para não ficarem debaixo do rodado*." (2009: 193). Nessas longínquas férias, visita pela primeira vez a Espanha com os seus Pais (2009: 193).

1963-1964 – Morre a sua bisavó Moraes ("*de aparência azeda e de poucas palavras*") aos 91 anos, teria JC catorze ou quinze anos (2009: 163). No quinto ano do Liceu, JC passa a Letras e reprova a Ciências, pois, nesta época da sua vida (dos treze aos quinze anos) só pensa no sexo oposto (2009: 235). Bebe, aos catorze ou quinze anos, na aldeia da Eucísia, a sua primeira e única cerveja, que o leva "à cama com uma hepatite 'A'" (2009: 249). Publica, neste período, alguns artigos no jornal *Centauro* (que se opunha ao conservadorismo do jornal *O Prelúdio*), propriedade dos alunos do Liceu Alexandre Herculano (2009: 250).

1965 – Começa a namorar, aos dezasseis anos, com uma jovem que a família não aprova por não a considerar "compatível com os seus pergaminhos". Os dois últimos anos do Curso Liceal decorrem normalmente (2009: 239).

1966 – Conhece Lisboa, já com dezassete anos (2009: 194). Morre a sua avó paterna, à qual era muito afeiçoado (2009: 235 e 288).

1966-1967 – Colabora com a Rádio Alto Douro (RAD), propriedade do avô de um primo seu (2009: 249). Em abril deste ano, é o primeiro estudante português convidado para um Programa de Intercâmbio com a Finlândia (2009: 274).

1967 – JC começa a sua longa carreira de jornalista ao fazer a reportagem do "Circuito Internacional de Vila Real" e da "Fórmula 3", vendendo "um exclusivo à Rádio Renascença para quem haveria de trabalhar até sair de Portugal em 1973" (2009: 241). Transmite a notícia da morte de Otis Redding (num desastre de aviação ocorrido a 10 de dezembro). Após 1967, e por frequentar o TUP, torna-se politicamente ativo (2009: 258).

---

[459] "Também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha (nas traseiras) a cair. Um certo ambiente de casa abandonada [...]" (2009: 168).

[460] "Duma coisa estava, porém, certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas viagens de comboio do Porto Trás-os-Montes." (2009: 186); "Uma iguaria [cerejas e ginjas] da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores." (2009: 180).

[461] "[...] lembrava-se e jamais se esqueceria, das trovoadas fortes em pleno Verão durante as quais se metiam todos debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara que a trovoada passasse." (2009: 185); "Quando JC estava de férias no Azinhoso, além do chiar dos rodados das carroças de bois que o acordava bem cedo todas as manhãs, lembrava-se de tantas coisas [...]" (2009: 189). Esta memória brigantina repassa, igualmente, as "Notas do Autor" ao *Cancioneiro Transmontano*: "Lembro-me do cheiro a feno na Eucísia, do chiar dos carros de bois no Azinhoso, dos cortejos pascais engalanados com as colchas penduradas nas pequenas janelas [...]" (2005: 9).

1969 – Estreia-se no TUP (Teatro Universitário do Porto) a 22 de abril. Em maio está na Covilhã com o Teatro Universitário na estreia da peça de Lope de Vega intitulada "Fuenteovejuna" (2009: 246).

1970 – Quando faz vinte e um anos, o Pai oferece-lhe um cigarro SG –Ventil, "dizendo que já podia fumar". No entanto, JC prefere o seu maço de Estoril e replica: "obrigado, pai, mas prefiro dos meus" (2009: 239).

1970-1971 – Entre novembro de 1970 e março de 1971 vende Enciclopédias *Verbo* e outros livros "com algum sucesso financeiro." (2009: 246).

1972-1973 – Publica, em maio, *Crónicas do Quotidiano Inútil* (Edição de Autor). Um dos textos poéticos desta coletânea foi dito por Mário Viegas, que viria a falecer em 1996 (2009: 246). A 9 de outubro entra pela primeira vez no Convento de Mafra para seis meses de recruta [Serviço Militar Obrigatório (2009: 271)]: "*Ao fim dos seis meses tivera a distinta honra de ser o oficial com a mais baixa classificação que alguma vez se tinha graduado: 10,3 valores*." (2009: 272). Passa um mês em Tomar como Aspirante de Infantaria, reclassificado em Aspirante de Intendência (2009: 272-273), é transferido para Leiria (Ral-4) como Aspirante SAM (Secretariado e Administração Militar), estagia mais um mês em Santa Margarida e regressa a Leiria, onde permanece de abril a setembro de 1973 (2009: 273).

1973-1974 – Casamento de JC, em abril de 1973 (2009: 273). É mobilizado para Timor, com partida marcada para 17 de setembro. Hesita em partir e idealiza uma fuga, pois "Adorava Paris" (onde fizera escala antes de rumar ao Oriente exótico) e receava o desconhecido (2009: 274-275). Em setembro de 1973, descreve Díli (para onde fora destacado como oficial miliciano da Intendência) como uma "cidade sem vida, morrendo devagar nas próprias cinzas." (2009: 287). De setembro a dezembro deste ano, exerce funções na vila de Bobonaro, perto da fronteira indonésia, onde escreve quase diariamente à sua esposa sem obter qualquer resposta. Em contrapartida, recebe semanalmente epístolas de seu Pai (2009: 290). A 24 de dezembro de 1973, contacta com a sua Esposa, que não está interessada em vir para Timor (2009: 290). Vive em Díli de dezembro de 1973 a abril de 1975 exercendo funções de capitão (na Chefia dos Serviços de Intendência) É suspenso como Editor-Chefe do jornal *A Voz de Timor* e como autor de "Educação – Um Suplemento Especial", sendo impedido de se expressar publicamente (2009: 299). 1974 – Vive na Indonésia (2009: 133). JC vê, pela primeira vez, um letreiro na porta dos templos balineses (relativo ao ingresso) que o deixa chocado (2009: 138). Em julho, morre o seu avô materno (2009: 288 e 302). Em meados de setembro, JC, "desiludido com o crescente partidarismo político", decide demitir-se do seu cargo de Editor-Chefe de *A Voz de Timor* (2009: 323). A 18 de novembro, "chega o novo e último comandante militar que o convida para liderar a pasta da Comunicação Social", convite este que declina (2009: 339). Toma, então, a resolução de partir para Bali, "terra paradisíaca dos hippies" (2009: 339). Depois da amnistia decretada pelo General Spínola, JC parte em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java e, depois, para a Austrália, mais concretamente para Melbourne e Sidney (2009: 345). O seu estatuto de "ausente sem licença" é revogado e recebe um louvor pelos serviços prestados. É promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência (2009: 345).

1974-1975 – Ruma à Austrália, por se ter apaixonado, "com a habitual fogosidade e impetuosidade", por uma jovem (2009: 346). Compra, em Sidney, a meias com um vigarista australiano, um pequeno café restaurante chamado "Perama's" e especializado em bolos – JC aprecia sobremaneira o "Banana Cake" (2009: 348).

1975 – A 29 de fevereiro regressa a Timor e vai alertando, em vão, para a presença de barcos da Marinha Indonésia em águas timorenses (2009: 352). Em maio, acaba por vender o "Perama's" em Bali. A 6 de junho, é promovido a tenente, ficando na situação de disponibilidade. Separa-se da sua primeira esposa (neste período crítico, é apoiado por sua irmã) e vai viver com os seus Pais.

1976 – Morre o melhor amigo de JC (2009: 288). Em maio, um ano depois de regressar a Portugal, nascem dois gémeos do sexo masculino (2009: 373). No Natal, parte para Macau, fazendo antes da partida um mês de estágio na Central Térmica do Carregado (2009: 374). Em Macau, trabalha na CEM (Companhia de Eletricidade de Macau) e na Rádio Macau. Apaixona-se por uma jovem macaense.

1979 – Vive com a jovem macaense num subúrbio de praia na Austrália Ocidental. Toma a decisão de escolher a Austrália – "*descoberta* após 1525" (consoante informação colhida num artigo de CC intitulado "A pátria não é a língua portuguesa (para os luso australianos)" – como a sua pátria adotiva, tal como já decidira fazê-lo quando lá estivera em 1974 (2009: 379).

1979 – Em finais do ano, é decretado o divórcio litigioso de JC.

1980 – Casa com a macaense, pelo registo civil, em Hong-Kong (2009: 381). O Pai de JC confessa-lhe, por esta altura, que se apercebera de que JC, há longos anos, lhe havia cobrado propinas em duplicado (2009: 252).

1986 – Nasce a sua filha Ingrid em agosto (2009: 384). JC trabalha para a "Agência de Notícias Lusa" e é professor de tradutologia.

1988 – Vinte e cinco anos depois de ter reprovado no 5º ano do Liceu, tem a coragem de dizer a seu Pai que ele o deveria ter "metido a marçano", conforme o prometido (2009: 235).

1992 – Morre o seu Pai (2009: 288). Em julho, é convidado para um Congresso de verão na Universidade do Minho. Em finais do ano, é suspenso pela "Agência Lusa" (2009: 385).

1994 – Morre a sua última tia-avó (2009: 168).

1995 – Regressa a Portugal (2009: 385).

1996 – Nigel, o filho mais novo de JC, nasce no Hospital de Santo António no Porto.

2000 – Morrem os seus tios maternos (2009: 288).

2002 – Chega a Bragança (informação colhida no *Cancioneiro Transmontano*).

2002 – Entre 2002 e 2005, JC, "o único a viver no distrito", acalenta o sonho de restaurar a casa da Eucísia (2009: 169).

2005 –Na feira do livro de Bragança, é lançado o seu *Cancioneiro Transmontano* (2009: 155-156). Sente-se, então, "transmontano dos quatro costados, apesar do pouco tempo contabilizado a viver na região." (2009: 155-156). Aliás, ao longo dos "anos que vivera em Bragança, todos se habituaram a JC, como um australiano que falava português" (2009: 155). A partir de 21 de setembro, pelas 22.30 nos Açores, fazem-se sentir pequenos sismos, relatados em jornal íntimo e sísmico (2009:75). JC descobre que seu filho Nigel, de nove anos, "andava a fazer uma busca de sexo livre na internet" (2009: 121). JC visita sua Mãe, decidindo que, doravante, passarão a ser os outros a visitá-lo (2009: 263).

2006 – Visita da filha que reside na Austrália (2009: 263). Nigel, filho de JC, anda preocupado porque os colegas, lá na Escola, "andavam a fumar cagarros" (2009: 101). Sonha com o convite de retornar, em agosto, a Timor, trinta e um anos decorridos sobre a sua estada, de 1973 a 1975 (2009: 202).

2008 – Os autores desta biografia conhecem pessoalmente JC.

Algumas conclusões se impõem desde já.

Primeira conclusão – Se o género "memórias" se adequa indubitavelmente à segunda parte da obra em análise (que nos seja lícito dividir o indivisível...), correspondente à maturidade ou ao amadurecimento do Autor, a autobiografia, detendo uma função heurística, invade, sem sombra de dúvida, a primeira parte, equivalente a uma cosmogonia feliz, ao tempo revolvido da inocência e ao espírito de aventura de uma juventude perdida.

Segunda conclusão – Se a identidade entre autor, narrador e protagonista é desde o *incipit* questionada, mercê do alteridade que a intrusão de JC carreia, tal questionamento tende paulatinamente a delir-se, à medida que a criatura JC pede de empréstimo a sua personalidade ao criador ortónimo CC, a ponto de os dois se confundirem e fundirem, no *explicit*, numa primeira pessoa reveladora do artifício literário ao serviço do pseudo romanesco[462]. Aliás, para certos críticos, a originalidade da autoficção consiste no desvendamento do nome próprio: JC parece constituir, verdade seja dita, uma parte do nome de CC...

Terceira conclusão – Se as motivações psicológicas da escrita pessoal (Miraux, 2007: 27) nem sempre ressaltam óbvias nas páginas inaugurais de *Chrónicaçores*, surgem transparentes no seu epílogo, podendo mesmo ser elencadas. De facto, CC, sujeito escrevente órfico em busca do seu produto textual, qual Eurídice punida pelos deuses, circum-navega com o fito de psicanalisar a origem dos seus atos, analisar o seu percurso individual em função do contexto coletivo, traçar o retrato moral e social da sua geração, partilhar com outrem as suas vivências transatas e presentes, unificar as miríades existenciais do seu conturbado percurso, compreender o universo circundante à luz de um passado mítico e de um presente em devir, fruir de uma felicidade possível, tecida de resignação ao *statu quo*, mas não isenta de combatividade, e refletir sobre a transitoriedade da condição humana que só a arte catártica pode redimir e eternizar.

Quarta conclusão – Se os estudos literários, até à data e no que respeita à literatura de matriz autobiográfica, tão-somente conhecem a autobiografia, tradicional e moderna, as memórias, o ensaio, as confissões, o jornal íntimo, o autorretrato e a autoficção, poderão doravante acolher no seu seio um novo subgénero, a "circum-navegação", que passamos a definir mediante o prefixo "circum" (e quem se não lembra dos Descobrimentos) e do lexema "navegação" (e quem não é, nos dias de hoje, um ferrenho internauta?).

Assim é que *"circum-navegar" aponta para a circularidade da trajetória humana, que só no heteróclito encontra a unidade (para logo a perder...), que só na alteridade lobriga a identidade (ameaçada de contínuo), que só no fragmento descortina a totalidade (sonho desvanecido de precário) e que só no relativo entrevê o absoluto, dado que, como escreveu André Malraux, "L'art est un anti-destin".*

Quinta conclusão – No rasto de JC, e através da geografia literária que as rotas da memória configuram, forçoso se torna confessar que lhe perdemos o rasto alhures no decénio de 90. Re-encontrá-lo-emos, todavia, aquando da publicação do segundo volume da trilogia *Chrónicaçores*...

1.2. Apresentação crítica de Chrónicaçores: uma circum-navegação. De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, de J. Chrys Chrystello. Prefácio de Daniel de Sá. Ponta Delgada, Ver Açor, Lda., 2009.

1.2.1. Um verbo a conjugar: circum-navegar

Absque sudore et labore nullum opus perfectum est

Se há livros que devem ser lidos e cuja releitura prodigaliza novos rumos hermenêuticos, defluindo de um redivivo "prazer do texto" que incessantemente se descobre, outros há que merecem ser estudados com denodo, como é o caso desta obra de J. Chrys Chrystello, cujo nome e sobrenome têm vindo a ser adulterados, "desde Chrysler a Christofle, Castelo, Crastelo, Perestrelo ou Costello

[462] "[...] **JC** [...] decide demitir-se como Editor Chefe, [...] exausto, [...] **o autor** entrega [...] pedras basilares, documentais e evidenciais, sobre os erros de anteriores administrações." (2009: 323); "De princípio **pensei** que seria ocasião única, mas rapidamente me **apercebi** de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada." (2009: 486). O negrito é da nossa responsabilidade.

Referências Bibliográficas:
Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait*, Paris: Éditions du Seuil, col. "Poétique".
Chauvier, Stéphane (2009) "*Ce que 'Je' dit du sujet*" in *Les Études Philosophiques*. *Moi qui suis le sujet*, Paris: PUF, nº 1.
Colonna, Vincent (2004) *Autofiction & autres mythomanies littéraires*, Mayenne: Éditions Tristam.
Chrystello, J. Chrys (2002) "*A pátria não é a língua portuguesa (para os luso-australianos)*" in *Língua e Cultura. Atas do Congresso "A Lusofonia a Haver"*, Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, III série, número especial.
Chrystello, J. Chrys (2005) *Cancioneiro Transmontano*. Fotografia de Luís Canotilho, Bragança: Edição da Santa Casa da Misericórdia.
Chrystello, J. Chrys (2009) *Chrónicaçores: uma circum-navegação. De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*. Prefácio de Daniel de Sá, Ponta Delgada: Ver Açor, Lda.
Clerc, Thomas (2001) *Les écrits personnels*, Paris: Hachette *Supérieur*, col. "Ancrage".
Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris: PUF, col. "Écrivains".
Doubrovsky, Serge (1988) *Autobiographiques. De Corneille à Sartre*, Paris: PUF.
Gusdorf, Georges (1991), *Auto-bio-graphie*, Paris: Odile Jacob.
Hubier, Sébastien (2003) *Littératures intimes. Les expressions du* moi*, de l'autobiographie à l'autofiction*, Paris: Armand Colin/VUEF.
Lejeune, Philippe (1975), *Le Pacte Autobiographique*, Paris: Seuil.
Miraux, Jean-Philippe (2007) *L'Autobiographie. Écriture de soi et sincérité*, Paris: Armand Colin.
Starobinski, Jean (1970) "*Le style de l'autobiographie*" in *Poétique*, Paris: Seuil, nº 3.
Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris: Gallimard.

consoante os países." (2009: 192). Exemplo emblemático de multiculturalismo (de que CC é "confesso defensor"), claramente introduzido e firmado, em termos óbvios, pelo conceito de "circum-navegação", *Chrónicaçores* é, verdade seja dita, uma obra *plura*l e *total*, protagonizada por JC, alterónimo, quiçá, de CC - sua mulher, HC, "comentara, um dia, que o grande problema existencial de JC era saber qual dos dois venceria o duelo, ele ou o seu alter-ego." (2009: 179) -, sempiterno viajante, por terras reais e reinos imaginários, e "castelão" 'atrelado' ao seu teclado informático, para o qual vai ditando os seus périplos à medida que, pela revivescência, se vai contando...

A estrutura circular da obra em exegese é, a este respeito, dilucidativa: abalando dos Açores, onde se encontra radicado, JC ruma até ao Oriente, não sem convidar para tal romagem o seu fiel leitor, ambos findando a epopeia marítima - "De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" - no Arquipélago de origem. Do Ocidente para o Oriente e do Oriente mítico para o Ocidente gerador de mitos, é-nos dado deparar com um JC politólogo, sociólogo, psicólogo, historiador, jornalista e, "last but not least", economista e escritor.

A trajetória em pauta é forçosamente escandida pela alternância de tempos verbais - o presente, o perfeito e o imperfeito -, re-enviando para um *antes* e para um *depois*, delineando um *ontem* e um *hoje*, ora recuando ora avançando, socorrendo-se de analepses esclarecedoras e de almejadas prolepses (no que respeita ao leitor...) e configurando um vaivém temporal dinamicamente responsável pelo retrato sociopolítico de Portugal ao longo de, *grosso modo*, sessenta anos - "Voltemos de novo à matança do porco" (2009: 108); "Bom, voltando aos Açores, [...]" (2009: 111); "Voltando à Rádio Renascença e ao automobilismo" (2009: 244); "Voltando atrás no tempo [...]" (2009: 250); "[...] como veremos adiante [...]" (2009: 172).

Fazendo jus ao rigor prescrito por todo e qualquer trabalho académico (mas que, nos dias de hoje, nem todo e qualquer trabalho académico detém...), valendo-se de uma ampla bibliografia caraterizadora da tese universitária e do ensaio científico, consultando uma documentação genuína, não raro de difícil acesso, destinada a evitar o papagueamento de falsas verdades geracionalmente repetidas e cristalizadas em dogmas indefetíveis, JC observa "por entre as espirais do fumo dos cigarros" (2009: 103), disseca, analisa, comenta e arquiva não só o universo circundante, mas também o seu *ego*, que tem a generosidade de desnudar:

"A vida passada só fazia sentido para o ego que fora mas já não era." (2009: 20).

"Por ser quem fora se tornara naquilo que hoje era." (2009: 45).

Paulatinamente vai esboçando o seu autorretrato de homem ateu e não agnóstico (conquanto nostálgico da fé dos tempos idos), obcecado pelo "politicamente (in)correto", imbuído de desencanto - proveniente da quebra de ilusões e de rejeições sucessivas - perante a vida, propugnador de uma igualdade sem discriminações, inimigo de fundamentalismos ditatoriais e cumpridor escrupuloso de todas as leis. Justiceiro tenaz e inconformista ferrenho, "*hedonista perfeito em perfeito levante exótico" (2009: 380), fumador, carnívoro (2009: 132) e exterminador de formigas (2009: 202), JC, poeta sonhador (2009: 237), anda "ao contrário de todo o mundo, como os caranguejos, mas em vez de andar para trás andava sempre para a frente, adiantado em relação aos restantes*." (2009: 125). Afinal, "*JC é quem continua errado e não o mundo." (2009: 209).*

Como politólogo, há que destacar os capítulos consagrados à história de Timor, diacronicamente narrada e vastamente comprovada, que já havia sido, em certa medida, objeto do ensaio publicado em livro pelo Autor em 1999 e intitulado *Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975*.

Retrocedendo, na sua crítica arguta, aos métodos de Celestino da Silva, que tirava estrategicamente partido das rivalidades entre as diversas tribos, com vista à sua ulterior dominação, e que sabiamente recorria ao serviço doméstico de espionagem facultado pelas mulheres e amantes indígenas, revisitando a obra meritória de Filomeno da Câmara, na peugada do seu antecessor, e analisando o ensaio de Teófilo Duarte, suscetível de proporcionar um sólido conhecimento dos mais marcantes eventos novecentistas, vê-se o leitor confrontado - "*Nem as elites nem os jovens alguma vez leram estes episódios que bem retratam a grande nação de tribos timorenses*." (2009: 410) - com a descrição da Ilha em forma de crocodilo - contada pelo poeta Fernando Sylvan (2009: 292) -, com a autodeterminação espoletada pela Revolução dos Cravos, com a criação dos principais partidos políticos de Timor, com a sempiterna oscilação entre a Indonésia, a Austrália e Portugal no papel de países colonizadores e neocolonizadores, com a independência encarada como horizonte longínquo a atingir, com as fragilizadas condições de vida dos Timorenses, advindas do racionamento dos géneros essenciais, com as dificuldades de comunicação fomentadoras do isolamento, da ignorância e da despolitização, com a inexistência de sistemas rodoviários, marítimos e aéreos, com o deficiente

aproveitamento de plantações insulares (sobretudo a do café, verdadeira fonte de riqueza) e com a questão da lusofonia ou, por outras palavras, da preservação da língua e da cultura portuguesas.

Bem interessantes, a todos os níveis, se revelam quer os comentários políticos, breves e incisivos, com que JC brinda certas notícias publicadas no *Portugal Diário* e na *Fonte Lusa* de 21 de junho de 2006, ou no Blogue *Causa Nossa* e no jornal *Público* de 25 de junho do mesmo ano, quer o balanço final da controversa situação política timorense, retoricamente martelado pela quádrupla recorrência do sintagma verbal "Foi pena...": "*Foi pena que os líderes […] pensassem serem apenas umas pequenas ondas […] Foi pena que […] não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desocupados […] Foi pena que […] não tivessem 'nonas' (amantes) para lhes contar o que se passava nos quatro cantos de Timor. Foi pena que tenham sido apanhados desprevenidos por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália*, […]" (2009: 471).

Como sociólogo, a tradição *versus* a inovação ou a regressão contra o progresso (e não serão as primeiras privilegiadas?) não escapam, numa perspetiva multifacetada, ao monóculo de lança em riste de JC, para o qual "a realidade já ultrapassou a ficção há muito." (2009: 213): assim é que desfilam, em quadros visuais reforçados pela visualidade da escrita, a morosidade das viagens efetuadas entre Trás-os-Montes e o Porto (2009:31), bem como a celeridade, em termos relativos, dos antigos comboios "Foguetes", ligando o Porto a Lisboa; a tradição de as famílias transmontanas, como a de sua Mãe, irem a banhos para a Póvoa, enquanto sua Avó e seu Pai elegiam, como estâncias de vilegiatura, as praias nortenhas da moda, como a Foz, Matosinhos, Miramar, Granja e, posteriormente, Espinho (2009: 45); a saudação amistosa dos 'acinzentados' cantoneiros que, no antigamente, desimpediam as bermas das estradas de uma indesejada vegetação invasora (2009: 97-98); o romantismo emanado pelos bilhetinhos sentimentais (2009: 121) que o jovem Romeu ou Lovelace endereçava às 'encarceradas' donzelas dos seus sonhos (batizada de Tina, neste caso concreto...), muito provavelmente tomado de empréstimo ao camiliano *Amor de Perdição* e *Amor de Salvação* ou, então, ao idealismo rural de Júlio Dinis que *A Morgadinha dos Canaviais* e *As Pupilas do Senhor Reitor* revelam à saciedade; a solicitude ancilar ou a prestabilidade das serventes ou sopeiras que, embora fardadas, se integravam naturalmente na família; a designação da bica - "Pavoni" e "Cimbalino" - no decénio de 60, que, metonimicamente, re-enviava para a marca da máquina de café expresso (2009: 103).

Nos antípodas do passado mítico irrompe o presente desmistificado - "mudam-se os tempos." (2009: 227) -, alvo certeiro da sátira cáustica e da ironia corrosiva: os cantoneiros, abandonados, deixaram o palco continental, tendo sido votadas ao olvido as suas castiças cabanas, em virtude do desaparecimento da Junta Autónoma de Estradas que, apesar dos escolhos, lá ia cumprindo a sua missão (2009: 99); a terminologia simples de antanho 'complexificou-se' (como é sólito dizer atualmente...), a fim de contornar eventuais réstias de complexo conotadas com as profissões mais humildes (2009: 29-30); a linha do Tua, que ofertava uma paisagem de beleza ímpar, viu-se e vê-se seriamente ameaçada, a par dos "Foguetes", entrementes sumidos, que "apodrecem em Elvas" (2009: 210) e tendem a ser substituídos por luzidios e frenéticos TGV; quanto à vida sã da aldeia, ela dá a sensação de haver sido marginalizada e até petrificada - em proveito do urbanismo - num museu envidraçado, passível de visita, qual fenómeno arqueológico, pelos jovens citadinos desconhecedores da rusticidade e do primitivismo: "*O campo é bonito para se passear nas férias e levar lá os putos (como quem os levava dantes ao zoológico) [...]"* (2009: 211).

Sobrelevando a análise social, eis a História que fascina JC, "saudosista desses tempos de antanho a viver ancorado no futuro" (2009: 51-52), embora conhecendo de antemão a inviabilidade de alterar a visão estereotipada e convencional dos factos históricos. Nesta conjuntura, o mais insignificante caso de vida, o mais ínfimo detalhe social e a mais prosaica questão quotidiana não deixam de se revelar propícias à sua evocação, posto que "toda a gente fala mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História..." (2009: 470). É o caso da vida da Rainha Maria Pia de Saboia (2009: 35), das conjeturas tecidas, a partir dessa utopia e ucronia conducentes ao mito da Atlântida, sobre a descoberta das Ilhas açorianas (2009: 52-53), da 'errância' lendária das encantadas "Sete Civitates" (2009: 56), da enumeração de certos milagres atribuídos a Nossa Senhora do Açor (2009: 58-59), da digressão de teor explicativo - posto que JC também é professor: "JC explica [...]" (2009: 200) - pelas nove irmãs islenhas do Arquipélago (2009: 60 a 68), da descrição, por etapas sucessivas, do terramoto que arrasou Vila Franca do Campo (2009: 77 a 80), do elenco de alguns eventos telúricos açorianos ocorridos em Oitocentos (2009: 82 a 85) e da génese da devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres (2009: 81).

Esta busca quase enciclopédica do saber surge evidenciada pelo culto do pormenor, atestando a profundidade da pesquisa e/ou a amplitude da investigação, traduzidas tanto pela diversidade genológica (lendas - Lenda dos

Cavaleiros das Esporas Douradas e Lenda de Frei João Hortelão -, "faits divers" - 'casos' domésticos -, crónicas - sobre o rato de Cabrera, o lince-ibérico, o lobo-marinho, a truta-marisca e outras espécies em vias de extinção - e poemas - "Da Europa ao Oriente-do-Meio") como pela variedade de tons (lírico, irónico e jornalístico, entre outros) que repassam a obra em apreço. Aprende-se, nesta sequência, que o Renault 4CV foi produzido entre 1946 e 1961 (2009: 42), que o total de casais reprodutores de cagarros (e não de charros...) aponta para mais de noventa e cinco mil (2009: 101-102), que o processo de transformação do chá engloba sete fases - emurchamento, enrolamento, fermentação, secagem, escolha, armazenagem e embalagem - (2009: 107-108), que o Festival da Eurovisão, ao qual o povo lusitano rendia preito (ainda lho renderá hoje?), teve início em 1956, que o último modelo da Toyota adquirido por JC em Macau - Cellica A40 Liftback ST de 2 litros - nunca aparecera em Portugal (2009: 126) e que o protagonista-alterónimo, vindo de Bragança, passou a residir, na Lomba da Maia, num T2 + 2 com um sótão, onde o senhorio construiu dois quartos para Nigel e um pequeno escritório para seu pai JC, onde cabem duas secretárias, duas estantes, os PC e os arquivadores (2009: 72).

Este prazer do detalhe gostoso apresta-se a desaguar na avaliação estatística, domínio no qual JC é exímio: assim é que, na Lomba da Maia, o clima parece ser, embora não seja, mais húmido e mais fresco do que em Ponta Delgada, com temperaturas variando entre 21ºC e 25ºC (2009: 72); por sua vez, e no ano da graça de 2005, duas botijas de gás custavam 22 euros (preço inferior ao praticado no Continente), a empregada ou auxiliar doméstica (servente ou sopeira de outrora) auferia 25 euros por 8 horas de trabalho, montante este que recebia o jardineiro por se ocupar da horta e do jardim; para mais não referir, e no que respeita ao mesmo ano, tomava-se, em muitas casas, um único banho por semana, havia tão-somente dois canais televisivos - RTP-1 e RTP Açores - e, num universo de aproximadamente 250 000 lares, apenas 32 000 se encontravam ligados à TV Cabo (2009: 86). Mas onde a vertente economicista do economista JC deflagra de modo mais flagrante é, sem sombra de dúvida, na apresentação de projetos concretos visando, no futuro, o desenvolvimento dos Açores: a diversificação de queijos de qualidade, a exportação de produtos agrícolas, a criação do turismo marítimo subaquático, o incremento de passeios de barco ao largo das costas e a internacionalização dos cortejos etnográficos e do folclore português (2009: 498-499).

Politólogo, sociólogo, psicólogo (ao debruçar-se sobre o desajustamento das crianças mimadas e sobre a depressão dos jovens hodiernos), historiador, economista, psicanalista (quando se queda na 'transferência' ou 'transposição' da silhueta maternal para a mulher que reputa capaz de colmatar as suas carências afetivas), jornalista (iniciando esta longa carreira com a reportagem, seguida de muitas outras, do "Circuito Internacional de Vila Real" e da "Fórmula 3") e etnólogo [basta reler as sumarentas páginas sobre a Bragança da sua adolescência - Vimioso e Alfandega da Fé, em particular -, revisitar os deliciosos episódios passados na sua mátria Austrália - "país onde viveria o resto da sua vida" (2009: 347) - e seguir a explicação exaustiva sobre a bem curiosa cerimónia balinesa da cremação], JC é, igualmente, um perito em tradutologia (quem se não lembra da excelente tradução, para inglês, de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá?) e um romancista nato, ao qual não é alheia essa operação de espírito, sinónima de disfarce, que é o humor.

Não parece despiciendo, a este propósito, apresentar alguns exemplos, poucos que sejam... Aquando da visita aos Açores de sua filha mais velha, marido e neta, ouviram-se, uma certa noite, alguns "gritos porque um grilo estava no quarto deles e não deixava a miúda e a mãe dormir... Ia sendo uma verdadeira tragédia, pois, como sabem, aqui nos Açores, os grilos cantantes são descendentes dos dinossauros... Se, por acaso, uma barata entra em casa (não podem ter as janelas fechadas todo o dia) nem queiram saber a tragédia familiar que se coloca." (2009: 74). Por seu turno, e no tocante aos sismos de 2006, reportados em jornal íntimo e sísmico, comenta JC que "O aeroporto fica na metade ocidental da ilha. Como o Audi A4 não nada nem voa, não terão hipóteses de sair..." (2009: 80). Do mesmo modo, e no que respeita aos infindáveis dias de trabalho dos Açorianos, é o leitor informado de que "quase todos os locais [habitantes] trabalham pelo menos seis dias de longas horas, quando não é na agricultura que aí são sete dias... que as vacas não seguem calendários, nem feriados ou dias santos." (2009: 86). Ainda nesta ordem de ideias, se é "devido aos professores que não faziam nada que o país está nesta crise", esses mesmos professores terão doravante "de se matar a trabalhar para o país sair da crise." (2009: 86). Prosseguindo neste contexto, confessa JC que não esteve presente no casamento de sua irmã, "que ia, finalmente, dar o nó com o Gil, que não era Grissom, como o da série CSI, antes pelo contrário." (2009: 379).

Parece ter soado a hora não do Juízo Final, mas de determinadas considerações de matriz conclusiva, porventura impertinentes, sobre o valor e a originalidade indubitáveis de *Chrónicaçores*.

Primo: Obra de cariz autobiográfico, alternando pendularmente entre as memórias aconchegadas no baú (2009: 348), o autorretrato e a autoficção, ela é narrada não na primeira pessoa, como é sólito neste subgénero autorreferencial específico, mas na terceira pessoa ou, por outras palavras, numa não-pessoa (suporte de um discurso proferido por um *eu* e destinado a um *tu*) responsável pelo distanciamento algo irónico instaurado entre o Autor e o protagonista, entre CC e JC.

Secundo: Longe de privilegiar a narrativa retrospetivamente linear de uma existência em devir (e quem não desconfia da falácia dessas autobiografias cujo *incipit* é quase invariavelmente "Nasci", nunca podendo ser o *explicit* "Morri"?), CC e JC tanto rumam a Timor e embarcam para Bragança como singram para a Austrália e arribam a Bali, percorrendo, desta feita, as várias fases da vida que, paralelamente às etapas da evolução social (os primeiros troleicarros que, em 1959, se estreiam no Porto, os entretenimentos dos anos 60 - King, canasta e paciências -, o programa *23ª hora* na Rádio Renascença e a *TV Rural* de Sousa Veloso), se fundem e confundem, voluntariamente convocadas e mais ou menos inconscientemente interrompidas.

Tertio: Livro do conhecimento e da cultura, ele é, inequivocamente, um manual de aprendizagem - "Para quem não sabe", informa JC (2009: 185) - nos mais variados domínios do saber, desde a geografia e a história, passando pela etnografia e pela sociologia, e desembocando na tradução e na arte do romance, proporcionando ao leitor o aprofundamento de uma ou de outra matéria precisa, deste ou daquele aspeto específico. Romance de um romancista de nome JC, e ao serviço do metarromance, a "circum-navegação" não deixa de servir os intuitos do antirromance, problematizando as fronteiras entre o imaginário e o real, equacionando os limites do vivido e do sonhado e questionando o tradicional conceito de romanesco, que começa, de súbito, a vacilar. A prova é que Daniel de Sá entra, nesta "circum-navegação" inovadora, como personagem, a par de Nigel que, da personagem convencional, retém apenas um nome fictício...

Quarto: Surge, desta feita, o conceito de "circum-navegação", suscetível de ser definido, em termos geográficos e literários, como narrativa autobiográfica de viagens. Se o espaço múltiplo vai fazendo o homem ao longo dos tempos do Tempo, o Autor vai escrevendo o livro ao mesmo tempo que se escreve *a si próprio* e que escreve sobre o *outro* que ele também é... Tal escrita catártica (oscilando entre o passado ilusoriamente ressuscitado e o esboço do presente desatualizado) é regida quer pelo anelo de aprofundar o conhecimento do seu *eu* (não era "Conhece-te a ti próprio" a divisa do templo de Delfos?), quer pela vontade de fazer um balanço de vivências transatas, estabelecendo uma ponte para projetos futuros, quer pela ânsia de vencer o tempo e de triunfar sobre a morte...

Quinto: E que dizer, depois de conjugar o verbo *circum-navegar*, dos *Colóquios da Lusofonia* e dos *Encontros Açorianos da Lusofonia*, cujo Presidente, poeta da *Crónica do quotidiano inútil* e autor do *Cancioneiro Transmontano*, parece não ser J. Chrys Chrystello... mas JC, sequaz acirrado de uma *certa* lusofonia? JC, aliás, irrita-se com a insignificância portuguesa "*com manias de grandeza, que agora se reproduz em dez campos de futebol para estarem às moscas, para um aeroporto faraónico sem futuro, um TGV para espanhol ver e outras quejandas. É esta a Lusofonia que JC não quer*." (2009: 127-128).

Aguardemos pacientemente o segundo volume da trilogia *Chrónicaçores* para podermos desvendar este enigma policial: *No 'rasto' de JC...*

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

Fumane (*moriente die*), 6 de agosto de 2009

...

2. APRESENTAÇÃO CRÍTICA DE PASSAGEIRO EM TRÂNSITO, DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR, LISBOA, EDIÇÕES SALAMANDRA, COL. "GARAJAU", 1994 POR ROSÁRIO GIRÃO, DE COMO VÁRIOS CONTOS CONVERGEM NUM SÓ PONTO.

Haverá quem possa afirmar nunca se ter sentido um "Passageiro em trânsito" numa estação de caminho-de-ferro, num ancoradouro, franco ou não, ou num aeroporto, preferencialmente internacional? Quem nunca conheceu essa sensação de ansiedade, espoletada, neste último, pelos altifalantes 'triglotas' ["Três são as línguas da comunicação. Todas da europeia cristandade." (1994: 72)], pelos tremeluzentes quadros eletrónicos e pelos relógios cosmopolitas arautos do almejado anúncio da porta de embarque? Quem nunca se deixou impressionar pela exaltação vivencial num espaço intermédio, no *entre* dois destinos, dois tempos e dois universos?

É deste transe em trânsito que nos fala Cristóvão de Aguiar, pela via de um protagonista que, afeiçoado ao ato de partir ou, por outras palavras, a essa privilegiada faixa temporal sita, algures, entre a despedida e a largada, adquire o estatuto de "Passageiro em trânsito", postura indubitavelmente adequada ao seu "estado de homem solto" (*idem*: 74). Mercê desta sua atitude perante a vida,

assiste-se paulatinamente a uma conversão do real e a uma subsequente metamorfose do espaço, firmadas em definitivo pelo não enigmático alegorismo.

Destarte, transmuta-se a "moderna feitoria" que é o aeroporto, detentor de uma ampla sala de espera, em laboriosa (e também penosa…) oficina de escrita, transformando-se a deambulação do peripatético protagonista em peregrinação literária do sujeito escrevente, em busca da epifania da inspiração, concretizada por "causos" ou contos desembocando num ponto [.], suscetível de ser identificado com a interiorização mítica da Ilha. Se, acaso, alguma dúvida hermenêutica persistisse a tal respeito, bastaria, para a delir de imediato, atentar na assunção do protagonista como ficcionista e narrador - "*Pelo menos, é minha intenção de ficcionista que o sejam [que os caminhos sejam diferentes]. […] Palavra de narrador […]*" (*idem*: 31-41) -, no culto do rodeio ou desvio, sinónimo de liberdade de criação e de rejeição da "linha reta" narrativa - "*Nunca gostei de securas geométricas, […] Vagueio em enormes rodeios. […[Sempre se revela o cometimento de outra grandeza semântica. E de uma maior graça estilística*." (*idem*: 81) -, no gosto pelo tropo [ou, mais bem dito, pela palavra metafórica (estabelecendo uma relação de analogia), pela palavra metonímica (alicerçada numa contiguidade lógica) e pela palavra sinedóquica (fundada sobre a inclusão)] "parido[a] com muita dor" (*idem*: 32), na estratégia que preside à opção por esta e não por aquela personagem - "*Não é todavia dele que neste momento me quero ocupar. […] Mas tenciono ainda apanhá-lo no alto mar, se o tempo e a prosa estiverem de ficção." [e não de feição…] / "Agora vou puxar o senhor Afrânio padrinho para dentro do rego desta história. […] vem vindo atraído pelo meu chamado. E cá está ele."* (*idem*: 103) -, na organização de planos sucessivos e de sequências narrativas encadeadas ou disjuntas - "*De resto, já havia pensado em mudar o rumo magnético à rota dos passos*." (*idem*: 143) -, na nomeação ou batismo de dois viajantes inomados - "*Tenciono batizar neste momento a viúva e o seu companheiro em trânsito. As almas querem-se de resto cristãs e sacramentadas*." (*idem*: 116) -, no entrelaçamento constante entre o ponto centrífugo ou o sujeito que escreve a perambular e os contos centrípetos (estórias de vida das personagens convocadas, ou seja, de Deolinda, viúva de Joe Perry, de Manuel Reigó, tio de Antília, e do senhor Afrânio padrinho), na universalidade da condição humana, votada à morte, que a condição em trânsito metaforiza - "*De resto, todos nós, nesta sala fantasmagórica de aeroporto internacional, somos passageiros em trânsito*." (*idem*: 96) -, e na reflexão sobre a escrita e sobre o romance, mais sobre a aventura da escrita do que sobre a escrita da aventura, que tão-somente encontra na descontinuidade da intriga a sua coerência narrativa ou no relativo da história o seu absoluto narrativizado - "*O desvio que, por consequência, nesta sala se foi produzindo, […] se deveu a tudo quanto, a propósito e a despropósito, se andou atrás narrando*." (*idem*: 115).

O elo comum de significância a esta fantomática cadeia de passageiros em trânsito é, inegavelmente, a Ilha (recorrendo ao singular, abstrato e classicizante, místico e mítico), cuja personificação e deificação, reificando as personagens insulares, veicula uma coreografia quase ininterrupta de símbolos: presente ou ausente, extraviada ou transplantada, apaziguada ou enervada, encalhada ou embarcadiça, ela vê-se, não raro submersa, não se furtando, muito embora, a emergir no mar interior dos seus continentes humanos, que tanto a repudiam como a perseguem, num misto algo paradoxal de perda e demanda. "Implacável" (*idem*: 39) e vingativa, não se coíbe de criar raízes, telúrico-marítimas e literárias, no narrador (de entre as quais se destaca, pela sua tirania altaneira, a "Sebastiana" - versão feminina do mito?), de se alojar como cálculo ["em Latim. *Calculus, calculi*." (*idem*: 47)] na sua vesícula (a ponto de a ablação constituir uma hipótese a ponderar…), de ergonomicamente obviar à sua replantação, de arrastar na enxurrada o quarto, transmudando a cama em barco, e de possuir inteiramente o sujeito que escreve - acusado pelo seu "amor" de "*Cobarde, fraco, abúlico, volúvel, inconstante*" (*idem*: 64) -, esse Homem-Ilha, já que a Ilha, supranumerária ou não, constitui parte integrante e amada do sujeito integrador e amante. Como os gémeos Armando e Armindo, Homem e Ilha tornam-se um só ente, graças a um processo irreversível de transverberação, responsável pela consubstancialização das principais raízes islenhas e dos órgãos vitais humanos, a que uma linguagem-substância, e devidamente substanciosa, dá forma.

E, de súbito (*idem*: 161), de repente (*idem*: 97) ou de supetão (*idem*: 103) [locuções adverbias recorrentes no texto e cuja função em mais não reside do que na instauração da rutura semântica], irrompe a sátira que, longe de ter um *ethos* agressivo, se faz sentir sob o modo lúdico, menos de matriz irónica do que de cariz humorístico. Alvos flagrantes do humor, por distanciamento interposto, do Autor não deixam de ser a viúva de Joe, que, havendo perdido a Ilha em mar ignoto, só com sorte a poderá re-encontrar em qualquer maré-vaza, e o seu parceiro de trânsito Reigó, apreensivo quanto ao local onde deixou uma Ilha só dele conhecida e só por ele estimada a partir do momento em que dela se descartou.

O falaz diálogo (com foros de monólogo…) que entre os dois se estabelece constitui *per se* trampolim simbólico para a crítica do ilhéu-emigrante apátrida: ao *continuum* verbómano de Deolinda Perry, cuja logorreia tanto sepulta,

lacrimante, o defunto Joe como verbalmente o ressuscita no seu ofício exímio de envernizador de chouriços, opõe-se o silêncio complacente do seu companheiro de viagem, "de poucas falas" (*idem*: 88) e "com a cara falidinha" (*idem*: 94), destinatário mor de tanta inanidade palavrosa. É ele, porém, que fazendo jus ao chouriço ilhéu, "uma especiaria e uma bandeira de emancipação da miséria" (*idem*: 89), vai metamorfoseando, no seu foro íntimo em movimento a contrastar com a movimentação verbal, mas exterior, de Deolinda, a produção em série de chouriços, envernizados por Joe, em santa procissão chouriçal, resplandecente de *certos* emigrantes, portadores, cada qual, da "sua Ilha pela luzidia trela de ouro americano" (*idem*: 91). Afinal, no antanho, configurava-se a Ilha como um espaço paradisíaco, desconhecedor da hodierna dinheirama que brota, a jorros, dos partidários de automóveis de luxo, porquanto os "*coriscos dos dólares são diabinhos que enfiam o rabinho tentador na cabeça de muito boa gente." (idem*: 152). À medida que se vai estreitando a intimidade unívoca entre a senhora Deolinda e o senhor Manoel (aproximação que tem em Joe o seu epicentro), não hesita a primeira, profissional oficiante da palavra, em contar ao segundo o pecadilho cometido noutros tempos, por culpa da mentalidade retrogressiva da Ilha e da branda administração americana: tendo ela, com efeito, cinco anos a mais do que Joe, e ditando o bom-tom ser uma noiva mais jovem do que o noivo, não se inibiu a ainda 'não viúva' Perry de se aliviar e de olvidar o módico número de sete anos, como diferença de idades, já que "diferença poderá então fazer sete anos a mais ou a menos em riba do pelo?" (*idem*: 148).

Crítica similar ao boateiro rigor das autoridades norte-americanas (que não apadrinham enchidos de porco nas malas, mas pactuam com vistos de turismo falaciosos) perpassa na estória de Antília, que, por cobiçar um apetecível trabalho fabril, força o tio, Manoel Reigó, a ir falar com Mr. William Cavalo. Se, por um lado, arranja emprego num "salão de beleza extraterrena" (*idem*: 157), imagem lúdica de "Funeral Home", a enfeitar os "aposentado[s] da vida" (*idem*: 93), eufemismo jocoso de mortos, por outro, a condição *sine qua non* de tal angariação ou recrutamento oblíquos, a saber, a obrigatoriedade de tomar de empréstimo vitalício o nome de sua prima Ausenda e de, por conseguinte, inumar para todo o sempre o seu próprio nome, condu-la à loucura. Aliás, o nome adulterado, porque adaptado à "estranja", oscilando entre a identidade como fonte insular e a alteridade como meta emigratória, e apanágio de *certo* ilhéu-emigrante (e *certo*, uma vez mais, porque o narrador não generaliza nem tipifica, antes individualiza…), constitui farpa recorrente no universo diegético desta novela em espiral.

Quedemo-nos, por exemplo, quer em John De Suza (*idem*: 127) - sendo a preposição, com pretensões nobiliárquicas não raro desmentidas pelo populismo de estirpe, grafada com maiúscula e constituindo o sobrenome um aceno de cumplicidade para o leitor avisado -, quer em Joe Perry que, antes de se tornar cidadão americano, era o "José Pereira Assopradinho na Ilha" (*idem*: 116), quer em Manuel do Rego que, após aterrar na Nova Inglaterra, fica a ser conhecido por Manoel Reigó - "Manolinho nos círculos mais íntimos." (*idem*: 116) -, quer, finalmente, em William Cavalo, "descendente de um Carvalho da Ilha" (*idem*: 155). Os patronímicos adotados lestos se alargam à toponomástica pela via do pastiche magistral de um *certo* (e a repetição do determinante é voluntária) idioleto e regioleto luso-americano, no qual açorianismos, 'continentalismos' e americanismos coabitam em franca harmonia. Assim sendo, New Bedford e Fall River transmudam-se em Bateféte e em Forrível (*idem*: 85); por seu turno, o senhor Afrânio que, aspirando a gravar o seu nome (e não veiculará o nome a identidade?) na firma industrial "William's Cotton Mill, Co.", apenas consegue aparecer "na cauda do nome legal" (*idem*: 100), ou seja, no "Co." (abreviatura de "Corporation"), que, abreviadamente, recusa a junção do exótico "Afranio's" (*idem*: 100-101); quanto ao falecido Joe, que morre em serviço ao envernizar o derradeiro chouriço, ele era o digno proprietário de "Perry's chouricos and linguicas" (*idem*: 118)…

Neste linguajar 'mascateado', ambas as línguas, portuguesa e americana, vão perdendo as suas idiossincrasias em proveito de uma mescla que, pelo seu hibridismo, dá a sensação de se impor como língua franca: por um lado, usa-se e abusa-se do lusitano impessoal como sujeito, bem ao gosto coletivo, detentor de um incomparável valor estilístico: "*A encomenda destinava-se ao Estado de Rhode Island. Aí os imigrantes contam-se aos milhares. Ele é Bristol, ele é Newport, ele é Providence, ele é Warrren*…" (*idem*: 120); por outro, o lexema "*subterrâneo*" surge anodinamente como sinónimo de conterrâneo, perdendo o embarque a sua "porta" para conquistar a sua "gate": " - *Saiba o senhor Reigó que ainda é meu subterrâneo pela banda de meu Pai; foram nascidos na mesma Ilha.*" (*idem*: 156) / "*Aqui no aeroporto o gate possui um número*." (*idem*: 132). Já para não falar do "*my God*" e do "*Sorry*" (*idem*: 118-119) que pontuam o discurso, como se os respetivos equivalentes em língua portuguesa primassem pela sua inexistência, ou, ainda, do senhor Joe que pretende fazer da esposa, a taumaturga Deolinda, uma "*queen*" americana (*idem*: 84), ou, por fim, do senhor Reigó que quebra o compungido silêncio por não resistir à tentação de confessar que vai à Ilha gozar as suas "*vaqueixas*" (*idem*: 86). Um caso inolvidável é o da senhora Deolinda Perry, que recorre apenas ao presente, desprezando o pretérito, e ao substantivo,

pela realidade concreta que dele emana. O resultado final não poderia ser obnubiladamente mais promissor: "- Eh Joe, parca-me o aresmobil na cóna de baixo, que a cóna de riba está tomates fógui.." (*idem*: 124).

Se a sátira à América, vista pelo emigrante, firma este continente como o "*Fruto da fé, do dólar e da fartura" (idem*: 89) - onde o ilhéu lusíada, receoso de ser julgado em língua estrangeira (mas não 'bárbara'…) pelo Padre Eterno, se apresta a praticar um bilinguismo de suspeita hibridez, elegendo como estandarte a quadra que uma certa folha imprimiu em resposta à diatribe da sua congénere ["*Assim, pela última vez, / Vou dizer ao tal fulano / Que Deus fala português, / Nunca aprendeu amar'cano!")* (*idem*: 122)] -, como uma terra em que "tudo se resolve a contento das pessoas", acreditando os Americanos "*em tudo quanto se lhes diz*" (*idem*: 147), como "a terra da liberdade" que, por não ter património milenário, anda no encalço das mais-valias alheias e europeias ["*Ossos de mortos ilustres", "Castelos inteiros, pedra por pedra" e "Espadas ferrugentas de reis*" (*idem*: 84)] e como o país, qual conto de fadas, onde "*os mortos, sem qualquer distinção de classes, se querem bem ataviados e cheirosos para entrarem os portões da eternidade*" (*idem*: 157), a sátira à mátria insular, retomando o campo lexical da religião, é carreada pela "santíssima trindade do senhor Afrânio" - "a Ilha" [que "Reside há mais de três décadas em Massachusetts" (*idem*: 103)], "as moscas e a bosta" (*idem*: 106). Do seio destes dois universos sociolinguísticos insólitos, que funcionam como "vasos comunicantes" *inter pares*, eleva-se, como espécimen representativo, o senhor Afrânio, alojado pelo narrador 'em trânsito' no Hotel Terra Pulchra - "um dos mais estrelados de toda a Ilha" (*idem*: 162) -, avatar da sala de espera do aeroporto. Têm, contudo, o *fatum* ou o acaso desígnios com os quais nem sonha esta personagem (tio-avô de Afrânio Condinho Gaudêncio e seu padrinho por procuração), chamada pelo narrador para ilustrar uma certa teoria inovadora sobre a emigração: ao pedir, com efeito, um internacional bife com um ovo a cavalo [sendo este bife açoriano e não texano, o qual, segundo testemunho idóneo do narrador, é o "melhor do mundo" (*idem*: 162)], eis que um inseto díptero, vulgarmente designado por mosca (aquém e além-Atlântico), se atreve a cair na "molhanga amarela da gema esborrachada" (*idem*: 162-163), acabando por nela se imobilizar. Ora, como "Nisto de moscas era o senhor Afrânio muito *tafe* mesmo", a crítica não tarda a fazer a sua aparição em cena, sob a forma de teoria filosófica que o acirrado pró-americano e pseudoamericano vai filosoficamente desenvolvendo: "- *Ninguém me tira das ideias, meus senhores. Mas ninguém. Tanto as moscas como as baratas. Já se começam a ver na terra da América. Ninguém me tira das ideias que não foram levadas pelos emigrantes das Ilhas. Gente mais dirty outra igual no mundo não conheço. Levam-nas nas malas e nos forros dos casacos. E chouriços também. Sou ainda do tempo. Santo tempo esse, em que não se enxergava uma só mosca em toda a terra da América. Depois que a emigração abriu as pernas, foi uma enchente de mosquedo e barataria, só visto. É bom que se saiba que nada tenho contra as novas leis da emigração. Quanto mais gente vier para a América, menos míngua haverá nas nossas Ilhas…"* (*idem:* 163-164). Numa incipiente análise do discurso, quedemo-nos, fugazmente, na tripla repetição anafórica e dogmática do indefinido "Ninguém", na dupla retoma do plural "ideias", inusitado e descontextualizado na expressão idiomática, nos americanismos que subrepticiamente invadem o fragmento que se quer argumentativo ["*Let it go* desta vez." (*idem*: 163)], na associação mosquedo e barataria em que o zeugma chouriço só pode deter um caráter lúdico, na analogia, que a metáfora subentende, entre emigração e prostituição, na conceção regionalista do bem internacionalizado muscídeo e, por fim, na reviravolta ideológica do luso-americano que, após verberar a emigração, se não inibe de a defender, em nome da "Ilha transplantada", num intuito económico e moralizador em simultâneo. Do mesmo modo, o seu amigo, eminente visitante chegado de Boston para se submeter - não em Boston… -, na Ilha, a um tratamento de bexiga, inicia-se no débil discurso independentista de uma Ilha singular (olvidando as demais oito ilhas do Arquipélago) - *"[…] aproveitava o ensejo para iniciar um peditório destinado à angariação de fundos com vista à independência da Ilha. Mas só da sua Ilha. Que fique bem claro. As outras que se desunhassem."* (*idem*: 165) -, que o discurso indireto livre, aliado à expressão popularmente oralizante, corrobora humoristicamente. Aliás, o contraste, por vezes aviltante, entre a fisiologia e a espiritualidade, a primeira sobrelevando a segunda, é apanágio das personagens produtoras de um discurso algo infantilizado: o senhor Reigó, depois de cumprir a sua "*devoção diária no Clube do Divino Espírito Santo de Fall River*" (*idem*: 125), dirigia-se, lesto, para casa… obcecado por uma "biinha" ou, traduzindo do luso-americano, por uma "cervejinha":

"- Ah Janim, minha rica cara, traz uma biinha ao vavô; está na freijoeira; mim querer biinha fresca…" (*idem*: 125).

Um outro caso de contraste comicamente aviltante é a saída da Ilha, assolada pela superstição reinante, da imagem milagrosa do Santo Cristo, que dá início a um complicado périplo marítimo para findar, algo desairosamente, num "galinheiro de uma casa situada num lugarejo escondido", somente descoberta por certas aves galináceas e palmípedes: "as galinhas, os frangos e um casal de patos-marrecos." (*idem*: 129).

Soa, todavia, a hora (estando a noite em trânsito para a madrugada) de o narrador, esquecido de si mesmo, mas não esquecedor das estórias de outrem, por si engendradas, abandonar a sua peripatização. Cansado e endolorido, senta-se, na sala de espera vazia de um aeroporto inominável, em companhia da aquietada "Sebastiana"" que, só em trânsito, tende a serenar. Enxerga, ainda, o *Carvalho Araújo*, no qual deveria ter embarcado "para a boa continuação desta história", conquanto lhe seja "impossível ir daqui a nado até alcançar o navio" (*idem*: 171). As suas personagens lá abalaram (podendo ser, quiçá, retomadas, por invocação e evocação, em contos a vir), e ele próprio, o "Homem-Ilha" ou a "Ilha-Homem", bipartido entre dois polos litigantes, o *ego* e o *alter-ego*, o *outro* do passado e o *eu* do presente, aguarda uma pista desimpedida "para a descolagem de algumas das [minhas] suas aventuras aéreas, como as [minhas] suas raízes", pois são estas que "[me] o sustentam de pé." (*idem*: 172).

Que nos sejam permitidas, para concluir, algumas considerações, talvez impertinentes, sobre o mérito incontestável de *Passageiro em trânsito*.

1. A reflexão constante sobre o ato de escrita, genelogicamente falando, que o tentame de 'rotulação' da obra, por parte do Autor, evidencia à saciedade, ao subverter o cânone: "novela em espiral ou o *romance* de um ponto a que se vai sempre acrescentando um *conto*." (*idem*: 3). De facto, a metáfora geométrica da "espiral" traduz geometricamente a estrutura da ficção, que redunda no escorço de uma linha curva descrita por um ponto, que tanto voluteia, de modo contínuo, em torno de outro, como dele se vai afastando em gradação crescente.

2. O poder duplamente 'reflexivo' da alegoria, correspondente à metáfora *in absentia*, desafiando o leitor para o vaivém entre a significação literal, ancorada num referente concreto, e a significação simbólica, umbilicalmente ligada à primeira pela analogia. Exemplo deste balancé é, sem sombra de dúvida, a entidade Tempo [que tanto se estende - no aeroporto - e cresce - na Ilha - como escasseia ou falha (numa trajetória englobando, algo paradoxalmente, a míngua e a abundância)], com a qual se 'empanturra' o narrador, desejoso de ofertar aos pobrezinhos algumas "conchas" temporais "ainda em bom uso. [...] Só um tudo-nada puído [as] nos cotovelos." (*idem*: 78). Mas quem anela, hoje em dia, por uns farrapitos têxteis temporalmente usados?

3. A leitura plural, defluindo do item anterior, que é generosamente ofertada ao leitor hermeneuta, brindado, desde o *incipit*, com o vocativo enganadoramente ternurento "meu amor".

Numa perspetiva psicanalítica, o fatalismo inerente ao nascimento na Ilha configura simbolicamente a ulterior condição do Homem e do Escritor ilhéu. É ele que decide, porventura inconscientemente, fazer um "ajuste de contas" consigo mesmo e com o espaço insular (do latim: *insula, insulae*), no encalço incessante da mítica pureza islenha de antanho, a qual, doravante contaminada, apenas se poderá lobrigar no avatar do seu transplante em terras do Novo Mundo. Daí, a apóstrofe das raízes que, entranhadas, doem - ao invés do que acontecia na sua "anterior encarnação" (*idem*: 54), quando era menino e, mais tarde, aquando jovem residente numa "república" em Coimbra -, o pavor no que respeita à irreversibilidade do tempo que se vai acumulando, a apostasia da fratura vulcânica que fere, a geminação dos corpos não apartáveis e a construção fragilizada do sujeito escrevente, submisso às rotas marítimas consubstanciadas pela(s) metáfora(s), no "*sentido de transferência. Desvio de significação de uma palavra para outra. De um ser para outro ser. Tropo. Com ligações, claras ou subterrâneas, entre si. Por vezes clandestinas." (idem*: 25).

Do ponto de vista temático e sociológico, a sátira 'matreirinha' do fenómeno da emigração, carreando a caricatura magistral de *certos* emigrantes complexados, cuja partida se deve não tanto à superação da pobreza que grassava na Ilha, mas antes ao anelo utópico de aquisição de um estatuto de "grande senhor", em quase tudo similar ao que, por privilégio de nascença, era concedido aos senhores feudais da Ilha-feudo. Assim é que desfilam, em sacrossanta procissão, a mentalidade estreita, conservadora ou provinciana, a ambição mesquinha do ganho iminente e do lucro rápido ou fácil, a teia da invejidade a desembocar nos 'enredos' da trapaça e a visão confrangedoramente redutora de um regresso apoteótico à Ilha como exteriorização de uma inexistente supremacia intelectual e de um falacioso triunfo materialista, na ausência de um genuíno progresso anímico. Numa abordagem estilística, a hegemonia do humor sobre a ironia, ou seja, dessa operação de espírito que, lesta, deteta, mede e sublinha o desfasamento entre o ideal e o real, não se coibindo de pedir à ironia determinadas vias de pseudossimulação tomadas de empréstimo. Nesta sequência, não se afigura despiciendo revisitar brevemente alguns desses recursos estilísticos.

- O fogo-de-artifício lúdico das palavras 'fogosas', aparentadas e apartadas pela via de divertida consulta do *Dicionário Prático Ilustrado*: " - *O meu relógio é uma matriz de infalibilidade. O teu, muito pelo contrário, parece uma meretriz de relaxamento. [....] Compreendi então a diferença entre os dois aferidores da idade dos homens. [...] Acho que outorguei toda a minha preferência ao segundo maquinismo. Mais maluco*." (*idem*: 82). O efeito cómico veiculado pelos diminutivos não hipocorísticos: "*Fominha de séculos, Senhor Santo Cristo." (idem: 92); "Um molhinho de passageiros em plena confraternização em trânsito. Que reconfortante é deixar cair os olhos nesse cachinho de pessoas." (idem: 98); "[...] o senhor Afrânio padrinho [...] Quer apadrinhar e estar presente na cerimónia da apoteótica entrada do novel doutor na pacata e ordeira sociedade da cidadezinha há anos dorminhando de rabinho assado para o ar."* (*idem*: 101-102).

-

- A aliança de palavras que parecem contradizer-se (e, verdade seja dita, se contradizem...), tanto pela adjetivação inadequadamente expressiva, como pelo contraste entre o concreto (prosaico) e o abstrato (sublime), firmados não raro pela rima em final de frase: "*Ainda se não passaram grandes momentos após ter a viúva palestrante tomado a peito fazer ressuscitar o defunto marido*." (*idem*: 93); "*Para o fazer retornar às trabalheiras deste enchouriçado vale de lágrimas*?" (*idem*: 93-94); "*Não teve o industrial a dita de ter gerado descendentes diretos. Legítimos ou de mão canhota, tanto monta."* (*idem*: 101).

-

- A adaptação subversora (pela negativa) de lugares-comuns, clichés e estereótipos: " - *Os senhores passageiros sem destino marcado no bilhete de passagem queiram dirigir-se a qualquer sala de embarque disponível. Porta alfa ou ómega. Atenção ao embarque anunciado*..." (*idem*: 90).

-

- A profusão de asteísmos e de truísmos, reforçados pela focalização interna (voz dual, do narrador e da personagem) e pelo discurso indireto livre: *"A viúva vai em demanda da Ilha com o sentido de vender os bens que ao seu Joe pertenciam. Trabalhar uma vida inteira para os sobrinhos depois herdarem, não era trabalho abençoado de Deus. Do you know? Muito menos para irmãos. Cada qual se fosse governando com o que tinha. Quem quer uste que lhe custe! Mas enfim, nada de murmurações. [...]. Cala-te boca*!" (*idem*: 86).

-

- O recurso à antífrase, sob forma de falsa ingenuidade sarcástica, manipulando o valor (verdadeiro) do enunciado: "Nunca semelhante sociedade pacata, etcetra, poderia alguma vez consentir, em nome dos bons costumes e valores da família, que o filho de um vendedor de laranjas pudesse vir um dia a renegar o brasão dos seus antepassados vendilhões. Decidido fica por conseguinte que o filho de António Gaudêncio da Covoada, que de Coimbra veio com o canudo de leis no fundo da mala, passe a ser tratado com o respeito devido à sua pessoa e posição. - *Eh laró, eh laró! É da doce e sumarenta, patroa*!" (*idem*: 102): "*Nela [em Fall River] existiam ao tempo [...] três clubes de diversão e cultura. O do Divino Espírito Santo, o de nossa Senhora de Fátima e o do Senhor Santo Cristo.*" (*idem*: 126).

-

- A eventual sugestão de um enriquecedor intertexto, cujo papel passa a ser insolentemente invertido e desemboca na crítica da pseudo-intelectualidade e/ou da real ignorância: *"[...] D. Cesarina andava sempre de atalaia no seu posto de vigia de mosca à vista. Ela acompanhava o marido em todas as circunstâncias e dizia para quem a queria ouvir que o seu Afrânio e o Antero de Quental faziam belas quadras porque ambos tinham muito vocabulário, além de serem oriundos da mesma Ilha. Pouco depois, e perante o pasmo da dona de casa, zumbiu a mosca islenha*." (*idem*: 166). Quem dá a sensação, com efeito, de ser relegado para segundo plano é o micaelense Antero de Quental...

-

- Romance sobre o romance ou meta-romance, repassado de crónicas e de contos, *Passageiro em Trânsito*, obra cimeira da literatura portuguesa de feição açoriana, é o romance do *entre*. Até nesta conjuntura específica: *entre* o Autor, que não parece passar a vida "por via da inspiração, a roer em público o plástico traseiro da esferográfica", e a crítica, que se não identifica com esses críticos que "fazem os seus biscates semióticos, e acabam por publicar autênticas peças sinfónicas em si maior." (*idem*: 162).

Em *si menor*, talvez…

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

"Acabado de escrever em Brácara Augusta aos 23 dias do mês de julho de 2009. Acabado de ser revisto aos 27 dias do mesmo mês. Vale."

76. SOLANGE PEIXE PINHEIRO DE CARVALHO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL

TEMA 2.5 A PENÍNSULA IBÉRICA NO SERTÃO DO BRASIL

A obra em prosa de Ariano Suassuna oferece para os pesquisadores um grande número de criações lexicais muito expressivas, formadas a partir de quase todos os processos disponíveis em língua portuguesa. Entretanto, um dos

processos mais produtivos, sobretudo no *Romance d'A Pedra do Reino*, é a justaposição ou composição, do qual encontramos cerca de 300 exemplos, que podem ser agrupados em temas segundo as palavras que os formam.

Conforme salienta Martins (2000, p. 122), "*Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados*", o que nos leva a analisá-los pensando no sentido de conjunto por eles indicado. Entre os temas que podem servir de guia para a separação das justaposições ou composições em grupos, um dos mais sugestivos é o que traz referências à cultura ibérica na obra de Suassuna.

Críticos da obra do escritor (Micheletti, Didier, Nogueira, entre outros) observaram que, para o escritor, a influência da cultura ibérica na formação da cultura brasileira é de fundamental importância, sendo duas das mais importantes fontes nas quais ele buscou inspiração para escrever seu romance a novela de cavalaria e a novela picaresca, além do romanceiro ibérico. Estes foram trazidos para o Brasil pelos primeiros colonos portugueses que aqui chegaram no começo do século XVI e preservados principalmente na região nordeste do país, região que serve de cenário para os romances de Suassuna.

A partir da recolha das criações lexicais, notamos em muitas delas a presença da palavra *ibérico*, cuja recorrência é significativa na obra. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise de algumas das criações encontradas no *Romance d'A Pedra do Reino* que tenham como elemento formador a palavra ibérico ou ibero, com o intuito de verificar a expressividade obtida por meio do uso dessas palavras.

Vários autores brasileiros do século XX trabalham com a criação lexical em suas obras, mostrando para o público leitor as diversas possibilidades de manipulação do léxico, surpreendendo-nos com a originalidade de sua visão de mundo. Entre eles, podemos destacar Ariano Suassuna, que publicou em 1971 sua primeira obra em prosa, o *Romance d'A Pedra do Reino*, romance que pertence ao Movimento Armorial, criado por Suassuna e outros artistas a partir de reflexões sobre a cultura brasileira popular. Suassuna defende que essa arte resulta da mistura das influências dos povos ibéricos, dos negros e dos índios; a ênfase em uma mestiçagem cultural revelando a importância que tem para o autor, no processo de composição de sua obra, a tradição ibérica, encontrada ainda de modo visível em manifestações culturais existentes no Nordeste do Brasil.

Essa tradição exerceu grande influência na formação do escritor e, posteriormente, aparece de maneira evidente em sua produção, tanto a teatral quanto em prosa: ela está presente já no título da obra, pois a palavra *romance* nos remete ao romanceiro ibérico, conforme atesta Micheletti:

> O título da obra de Suassuna remete ao Romanceiro Nordestino, já que apresenta uma filiação ao cancioneiro regional. Nessa vertente, **A Pedra do Reino** mostra-se herdeira dos romances da Idade Média. *[...] Esses romances, trazidos pelos portugueses ao Brasil, na época do início da colonização, encontraram um solo bastante fértil. Instalaram-se e adaptaram-se às peculiaridades regionais e uma considerável parcela retomou a primitiva temática dos antigos romances: cantam as façanhas dos heróis regionais*. (1997, p. 103)

Contudo, a presença da influência ibérica não se faz notar apenas nos romanceiros ou nas referências ao romance picaresco e às novelas de cavalaria, encontradas com bastante frequência ao longo da narrativa: a própria palavra *ibérico* aparece no texto em diferentes circunstâncias.

Nesse momento, vemos como para o autor a tradição pode e deve ser recriada: longe de ser uma influência estática, ela comparece nos textos contemporâneos cheia de vida, dando novo vigor e novo interesse às obras, criando uma "*literatura que seja simultaneamente tradicional e popular, clássica e barroca, uma fusão entre o trágico e o cômico, marcas da alma do povo brasileiro, dos povos da Rainha do Meio-Dia"* (NOGUEIRA, 2000, p. 107).

Pensando nos motivos que podem levar um autor a escolher determinadas palavras em detrimento de outras para a criação de novos vocábulos, devemos considerar, além de sua formação cultural, também os "aspectos afetivos da língua falada, da língua a serviço da vida humana, língua viva, espontânea, mas gramaticalizada, lexicalizada, e possuidora de um sistema expressivo cuja descrição deve ser a tarefa da Estilística" (MARTINS, 2000, p. 3-4). Essa língua gramaticalizada e lexicalizada não é apenas um grupo de regras que ditam as normas e o que pode ou não ser dito, mas sim um conjunto de inúmeras possibilidades à disposição dos falantes, que podem dela se servir para expressar suas ideias, emoções, desejos e necessidades.

Cada falante usa a língua a sua maneira, com maior ou menor liberdade segundo seu grau de competência linguística, renovando-a constantemente; entretanto, muitas dessas inovações criadas pela fala popular não atingem a população de maneira geral, pois permanecem circunscritas ao grupo social na qual surgiram.

As obras literárias, em oposição à língua falada, permanecem à disposição do público de modo geral e podem ser consultadas com frequência, possibilitando a pesquisadores e leitores um contato constante com elas. E, assim como todos os falantes de uma língua, os escritores também são criadores; eles fazem escolhas no momento de escrever, e criam novas palavras ou usam as já existentes no léxico de um modo original e surpreendente. Contudo, suas criações, embora possam nunca passar a fazer parte da linguagem quotidiana das pessoas, não se perdem, estão à disposição do pesquisador para que este possa estudá-las.

Por meio de uma análise estilística é possível verificar o efeito que essas criações causam nos leitores, com isso apreciando a criatividade de um escritor e compreendendo sua visão de mundo, que norteou seu processo de escrita e as escolhas lexicais por ele feitas.

As escolhas de um autor baseiam-se, sobretudo, nas palavras lexicais, ou seja, aquelas que se referem a algo que faz parte do mundo habitado pelos falantes de uma determinada língua. Essas palavras são empregadas com grande liberdade por falantes anônimos ou por escritores, adquirindo por vezes um valor particular ou subjetivo, segundo diz Lapa:

> As palavras se encontram subordinadas a uma escala de valores expressivos. [...] *numa simples palavra se pode resumir todo o universo. Quer isto dizer que um vocábulo pode suscitar uma infinidade de imagens e ideias que abrangem todos os domínios do pensamento e da vida. (*1977, p. 6-9)

Se as palavras não têm um significado estático, imutável, e podem se revestir de um caráter expressivo e afetivo segundo a visão de mundo do autor, é possível pensar que, para Suassuna, a palavra *ibérico* não traz apenas a referência àquilo que é originário da Península Ibérica: retomando suas ideias a respeito da cultura brasileira, sobretudo a nordestina, podemos pensar que, para ele, ibérico é algo inerente à identidade cultural e até mesmo afetiva de nosso país. Ao escolher *ibérico* como base para algumas das criações lexicais em seu romance, Suassuna expôs sua visão de mundo, que norteia sua obra e seu posicionamento como escritor e ser humano.

1. As criações formadas a partir do adjetivo ibérico

Os exemplos escolhidos para análise na primeira parte deste trabalho são criações feitas a partir de um único processo, a composição. Martins (2000, p. 122), diz a respeito dele: "*Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados*".

Lapa afirma que são vários os processos de criação dos compostos, existindo os científicos, os populares e os literários. A respeito dos populares, o autor sustenta que eles "*têm, por via de regra, caráter concreto. O povo não sabe lidar com abstrações e tende sempre a dar forma concreta às suas ideias*", e que os literários "tendem mais para o abstrato, perdendo de vista muitas vezes as realidades concretas" (1977, p. 92-99). No *Romance d'A Pedra do Reino*, temos a visão de mundo do autor, mas ao mesmo tempo também a do narrador da obra, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna; a partir do entrelaçar das duas visões tentaremos verificar se as opiniões de Martins e de Lapa se aplicam ou não às criações da obra de Suassuna.

Mas eu tomei contra o traidor uma vingança terrível, uma vingança à altura do Fidalgo **flamengo-ibérico** e **florentino-brasileiro** que sou, um homem que, quando necessário, também sabe usar o punhal e o veneno dos Bórgias! (2007, p. 265). Dois compostos adjetivo + adjetivo, usados pela personagem Samuel para se definir; em ambos encontramos referências a suas origens, todas europeias. Em **flamengo-ibérico** temos *flamengo*, menção a Flandres, região entre a França, a Bélgica e a Holanda que, durante o século XVI, foi dominada pela Espanha dos Habsburgos durante o reinado de Carlos V (1500 – 1558), imperador do Sacro Império Romano Germânico e rei da Espanha. A segunda parte do composto é uma referência direta à Península Ibérica; se pensarmos que, ao criar um composto a pessoa estabelece algum tipo de conexão entre seus elementos formadores, é possível considerar que, ao mencionar a Península Ibérica, Samuel tinha em mente mais especificamente à Espanha, por esta ter dominado Flandres e, consequentemente, ter deixado marcas de sua cultura nessa região. **Florentino-brasileiro** é formado por *florentino*, adjetivo relativo a Florença, cidade italiana que também foi dominada por Carlos V, e *brasileiro*, menção óbvia ao local de nascimento de Samuel.

A ligação entre Brasil e Espanha pode ser verificada se lembrarmos que fomos também colônia espanhola durante o período em que Filipe II, filho de Carlos V, assumiu o trono de Portugal após a morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-quibir. A partir dessa breve análise, vemos que os quatro adjetivos usados por Samuel têm uma ligação direta com a Espanha, através do contexto histórico; o domínio espanhol sobre a região de Flandres, Florença, Portugal e Brasil é o denominador comum que permite a Samuel ver em sua família, originária de Flandres, uma ligação com as características espanholas por ele prezadas, e que lhe foram transmitidas por seus antepassados. É aqui que um Fidalgo dos engenhos pernambucanos derramará, ou o seu sangue, ou o sangue de seu inimigo, na defesa do Brasil imperial, cruzado, católico e **fidalgo-ibérico** da Direita! (2007, p. 290)

Um composto adjetivo+adjetivo, usado pela personagem Samuel para definir o Brasil. Samuel, descendente de europeus, e que vê em sua família uma forte ligação com a Espanha, valoriza o papel exercido pela cultura ibérica na formação do povo e da cultura brasileira, dando-lhe maior importância que os elementos de origem negra e indígena, pois em sua concepção, essa parte de nossa ancestralidade é a que dá valor ao país.

Vemos que a descrição do Brasil por ele feita se baseia em palavras pertencentes a campos semânticos muito próximos entre si: imperial, cruzado, católico e fidalgo-ibérico. *Imperial* refere-se ao sistema de governo, a monarquia, presente em nossa sociedade desde os tempos do Brasil colônia; depois da libertação de Portugal, continuamos tendo como governante um imperador oriundo da Península Ibérica, Dom Pedro I, e posteriormente, seu filho, Dom Pedro II, até fins do século XIX. *Cruzado* remete às Cruzadas, que foram em mais de uma ocasião lideradas por reis, como Luís IX da França e Frederico I Barba Roxa, imperador germânico; entre seus participantes encontravam-se pessoas pertencentes à nobreza (remetendo ao adjetivo *imperial*), que lutavam pela libertação da Terra Santa do domínio dos infiéis (os muçulmanos); portanto, *cruzado* também se relaciona a *católico*, religião oficial das monarquias espanhola, portuguesa e brasileira. Em *fidalgo-ibérico* é possível verificar uma relação com os adjetivos precedentes: a fidalguia, no caso do Sertão nordestino, seria compreendida não tanto em termos de títulos de nobreza, mas sim, como uma classe mais alta e favorecida composta por proprietários de engenhos açucareiros habitantes da Zona da Mata.

Contudo, essa fidalguia também é ibérica, ou seja, para que sejam realmente dignos de valor, os membros dessa classe favorecida têm de ser descendentes dos primeiros colonizadores que se estabeleceram no território brasileiro, os portugueses católicos, sem a mistura das raças causada pela miscigenação com os negros e os índios.

Apesar de tudo isso, no meu caso particular, com todo o orgulho **judaico-sertanejo**, **mouro-vermelh**o e **negro-ibérico** que sinto, o cotoco me prejudica e muito! Primeiro, ele existe mesmo, em mim, Sr. Corregedor: no fim das minhas costas, o osso que fica entre as duas bundas, tem uma pequena saliência, um pequeno rabo judaico-sertanejo, o cotoco, enfim! (2007, p. 344). No exemplo acima, temos uma fala de Quaderna, narrador do romance, que se define por meio de três criações adjetivo+adjetivo: judaico-sertanejo, mouro-vermelho e negro-ibérico.

Em oposição às falas da personagem Samuel, analisadas anteriormente, essas criações mostram como Quaderna julga importante a miscigenação das raças para a formação do povo brasileiro e de sua cultura. Em *judaico-sertanejo*, temos a junção de dois elementos indicadores de origem (cultural e geográfica): *judaico* se refere não apenas aos judeus que vieram para o território brasileiro nos primeiros anos da colonização, mas também aos que estavam estabelecidos na Península Ibérica e colaboraram para a constituição da cultura portuguesa e espanhola durante o período em que a Península acolhia os judeus fugidos de outras regiões da Europa por causa das perseguições religiosas; *sertanejo* refere-se à localização geográfica e cultural, pois a ação do *Romance d'A Pedra do Reino* se situa no estado da Paraíba, onde nasceu Quaderna, e cuja cultura (principalmente a literatura de cordel e os romances) contribuem de modo fundamental para a composição da narrativa de Quaderna.

Em *mouro-vermelho*, vemos outra referência geográfica e social: *mouro*, outro nome que pode ser dado aos muçulmanos, também é uma referência aos "infiéis" que conquistaram a Terra Santa, bem como a um dos cordões das cavalhadas, populares no nordeste do país; *vermelho* pode ser compreendido como referência aos índios, um dos povos formadores da cultura brasileira. Em *negro-ibérico* vemos referências culturais, geográficas e sociais: *negro* não é simplesmente uma cor, mas refere-se aos escravos trazidos para o Brasil e que deram uma contribuição muito grande para a composição do povo e da cultura brasileira; *ibérico* refere-se aos portugueses e espanhóis (sobretudo os primeiros)

colonizadores do território brasileiro, e ao romanceiro ibérico, fonte de inspiração para Suassuna escrever sua obra.

Nas formações encontramos referências às três raças formadoras do povo brasileiro: brancos (representados pela palavra ibérico); índios (representados pela palavra vermelho) e negros. Entretanto, a menção à cultura ibérica nesses compostos não se limita à criação *negro-ibérico*; devemos lembrar que na Península Ibérica havia uma mistura significativa de mouros e judeus com os brancos, sobretudo na Espanha, e ela é muito importante na visão de Suassuna, como ele já declarou em depoimentos e entrevistas: "*Primeiro, quem diz ibérico, diz também mouro e judaico, como também recorda imediatamente a profunda influência da cultura norte-africana na Península Ibérica*..." (*apud* DIDIER, 2000, p. 130). Desse modo, ao se definir por meio dos três compostos, Quaderna mostra ao Senhor Corregedor, a quem está prestando um depoimento, como ele é um legítimo brasileiro por descender dos três povos formadores da cultura brasileira, com a influência adicional dos mouros e judeus, e que ele sente orgulho por isso.

Meu sonho é misturar os Fidalgos **ibérico-brasileiros** com os Fidalgos brasileiros negro-vermelhos, porque aí eu mostro que todos os Brasileiros são fidalgos e nossa gloriosa História do Brasil é uma Epopeia da gota-serena! (2007, p. 352). Outra declaração de Quaderna, na qual encontramos dois compostos: ibérico-brasileiros e negro-vermelhos, referências aos povos formadores da cultura brasileira: *negro-vermelhos* são os descendentes dos negros e dos índios, o povo comum; *ibérico-brasileiros* são os brancos descendentes dos colonizadores portugueses, a assim chamada "nobreza" brasileira.

Ao contrário da personagem Samuel, que estabelece uma profunda distinção entre as pessoas de origem europeia e as de origem negra ou indígena, Quaderna vê nobreza tanto no povo quanto nas pessoas das classes mais favorecidas; ao dizer que seu sonho é misturar os ibérico-brasileiros com os negro-vermelhos, ele mostra sua concepção a respeito da nossa sociedade, com a miscigenação como o fator fundamental para a existência de uma cultura brasileira com raízes ibéricas. Sua afirmação de que "todos os Brasileiros são fidalgos" destaca outra visão de fidalguia, não baseada em nascimento ou origem, mas sim, em nobreza de caráter, pois para Quaderna negros, índios e brancos têm o mesmo valor, independente de sua posição social.

Apenas com a mistura dos dois tipos de fidalguia é que as pessoas poderão ver a grandiosidade da história de nosso país, uma "Epopeia da gota-serena", expressão que é também uma mistura da cultura clássica, tradicional (epopeia), com uma forma de falar típica do Nordeste brasileiro (gota-serena), cujo significado é "muito bom" (cf. NAVARRO, 2004, p. 128).

2. O adjetivo ibérico usado isoladamente para qualificar substantivos

Na primeira parte do trabalho, observamos a presença do adjetivo *ibérico* nas formações por meio da justaposição; passaremos agora a uma análise breve de dois outros exemplos nos quais o adjetivo está presente, qualificando isoladamente um substantivo, e como esse uso de ibérico pode revelar a visão de mundo do narrador-protagonista, Quaderna:

> *Só o consegui porque, além de pertencer ao "Oncismo" do Professor Clemente, pertenço também ao movimento literário do Doutor Samuel Wandernes, o "**Tapirismo Ibérico** do Nordeste".* (2007, p. 50)

O narrador do romance, Quaderna, menciona o movimento literário-filosófico criado por seu mestre, rival e amigo, o promotor Samuel Wan d'Ernes. Em *Tapirismo Ibérico* percebemos a utilização de um animal típico do Brasil, o tapir, como base para uma criação sufixal, tapir + *-ismo*.

O uso de um animal como nome de um movimento é sugestivo, pois em outras denominações, como Romantismo, Classicismo, Realismo, temos como base uma ideia mais abstrata; o tapir é algo concreto, um mamífero herbívoro que não se caracteriza nem pela beleza nem pela força.

Podemos verificar também que o próprio uso da palavra tapir remete diretamente à cultura indígena (tupi *tapiira*), pois em várias regiões do Brasil o animal é mais conhecido como *anta*, nome de origem árabe. O adjetivo *Ibérico* refere-se à Península Ibérica, sua cultura e seus costumes.

A utilização de *ibérico* como qualificativo para *Tapirismo* mostra a fusão dos elementos, popular e erudito, indígena e europeu, bem como uma vez mais o fato de Samuel se voltar para as origens ibéricas da cultura e do povo do Brasil como fonte de seu pensamento filosófico.

Havia, aqui na Paraíba, no grupo do jornal *A União*, três escritores que influenciavam Samuel nessas **fidalguias ibéricas**, isso antes do Integralismo: eram Carlos Dias Fernandes, Eudes Barros e Ademar Vidal. (2007, p. 598)

Em *fidalguias ibéricas* é possível observar a visão de Quaderna a respeito de Samuel: nesse contexto, a palavra *fidalguia* é usada como um substantivo, o qual engloba várias acepções daquilo que Samuel considera como elementos positivos: origem, nascimento, família, situação financeira, posição social; *ibérico* está sendo usado como adjetivo, restringindo a noção dessa fidalguia: não basta ter dinheiro ou posição social para a pessoa ser considerada fidalga, se ela não tiver a ascendência ibérica comprovando sua origem superior.

Entretanto, para Quaderna, essa origem ibérica não é a condição indispensável para ser fidalgo, por ele considerar a miscigenação fator positivo para o enobrecimento do povo e enriquecimento da cultura do Brasil; podemos ver, então, nessa observação feita por ele, as *fidalguias ibéricas*, uma ligeira crítica a Samuel Wandernes por seu posicionamento elitista em relação ao povo brasileiro.

3. Conclusões finais

Verificamos que, na obra de Suassuna, a tradição ibérica não se encontra apenas como uma referência vaga que deve ser descoberta por pesquisadores e historiadores, pelo contrário, ela está presente em vários momentos do romance e mesmo como base para criações lexicais, mostrando a criatividade do escritor e sua preocupação com nossas origens culturais e sociais.

Considerando a menção feita por Lapa a respeito dos compostos, de estes se voltarem mais para o abstrato, deixando de lado a realidade concreta que os motivou, acreditamos que o autor fez uma observação pertinente no que se refere aos compostos estudados neste trabalho, pois eles, apesar de terem por base fatos históricos reais – como o domínio da Espanha sobre a região de Flandres, de Florença e o período em que Brasil e Portugal também foram governados por um soberano espanhol – não são imediatamente entendidos como tal, pois a pessoa que ler a obra de Suassuna precisará de um conhecimento histórico prévio para estabelecer a conexão entre as pretensões da personagem Samuel e os fatos que motivaram as criações lexicais.

Nos compostos usados pelo narrador, Quaderna, a questão torna-se ainda mais complexa, por ele misturar elementos da realidade brasileira, como o adjetivo sertanejo, a outros aparentemente desprovidos de significado para nós, como mouro e judaico, mistura que revela seu pensamento a respeito da miscigenação e o orgulho que ele sente por não pertencer a uma suposta *raça pura*. Já em relação ao adjetivo ibérico, assim como analisado nos outros exemplos, vemos que Suassuna também conseguiu obter um efeito original e sugestivo com ele, sobretudo ao usá-lo para qualificar um movimento literário e filosófico nomeado a partir de um animal típico da América do Sul.

Em todos os casos, vemos como o conhecimento do autor e sua visão de mundo se uniram para criar formas que atraem a atenção do leitor, justificando a utilização d'*O Romance d'A Pedra do Reino* como corpus para uma pesquisa acadêmica que pretende analisar a criatividade lexical de um escritor brasileiro contemporâneo.

4. Referências Bibliográficas

DIDIER, Maria Thereza. (2000) *Emblemas da Sagração Armorial. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*. Recife: Ed. UFPE.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL em 20 vol. (1988) São Paulo: Editora Nova Cultural, Ltda.

LAPA, M.R. (1995) *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

LEMOS BARBOSA, A. (1955) *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. (2000) *Introdução à Estilística*. 3ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.

MICHELETTI, Guaraciaba. (1997). *Na confluência das formas: o discurso polifônico de Quaderna/Suassuna*. São Paulo: Clíper Editora.

NAVARRO, Fred. (2004) *Dicionário do Nordeste. 5.000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação Liberdade.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. (2000) *Ariano Suassuna. O cabreiro tresmalhado*. São Paulo: Palas Athena.

SUASSUNA, Ariano. (2007) *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta*. 10ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

77. TAYO AJAYI, PORTUGUESE UNIT, DEPARTMENT OF FOREIGN LANGUAGES LAGOS STATE UNIVERSITY, OJO, LAGOS, NIGERIA

TEMA 2.7. UMA SÍNTESE DOS HIBRIDISMOS LINGUÍSTICOS IORUBA-PORTUGUESES NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL

A interferência lexical é o primeiro resultado do contato entre o ioruba e o português no Brasil. Isso se evidencia nos empréstimos iorubanos que se encontram em várias áreas de atividades dentro ou fora da religião tradicional no Brasil. Dentre essas áreas estão: divindades, culinária, cerimônias e crenças, cargos e postos hierárquicos, indumentária e adereços sagrados, instrumentos musicais e festividades etc.

A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carregam o significado sociocultural ioruba. São hibridismos linguísticos O trabalho analisa esses hibridismos apresentando o seu significado e dando a sua etimologia linguística. Esses empréstimos já foram submetidos e adaptados ao sistema morfossintático, semântico e fonológico do Português.

Este trabalho baseia-se em dados extraídos de um *corpus* constituído por 24 entrevistas com informantes das comunidades afro-brasileiras nas cidades de Salvador e Cachoeira, no estado da Bahia, Brasil.

Finalmente, para que se re-escreva a história do português brasileiro, como tem sido o objetivo de vários projetos contemporâneos no Brasil, inclusive no aspecto da discutida influência das línguas africanas como o ioruba em sua formação, bem como a dos léxicos da Lusofonia, este estudo será uma contribuição efetiva a esta questão.

1. Introdução

A primeira coisa que chama atenção no português brasileiro é o enriquecimento de seu vocabulário com empréstimos africanos, mais especificamente da língua ioruba.

A língua ioruba é uma das três línguas nacionais entre as mais de 250 línguas diferentes da Nigéria, o país mais populoso do continente africano.

A língua foi uma das línguas africanas transplantadas ao Brasil ao longo dos anos da escravidão e que hoje, juntos com as outras línguas africanas contribuem à riqueza na formação da língua portuguesa do Brasil.

A maioria dos empréstimos iorubanos encontra-se no domínio da religião, os da culinária também são significantes. Isso se deve ao fato de que essas palavras entraram no português através do empréstimo cultural, a religião.

Na culinária, além do empréstimo cultural também ser o fator responsável, o outro fator também se atribui a predominância das mulheres negras que cuidavam da cozinha das patroas, assim contribuindo à entrada no português de empréstimos dessa área.

2. Os hibridismos lingüísticos.

O **hibridismo** é a palavra formada com elementos tomados a línguas diversas. No caso deste estudo, de Português e Ioruba. É a importação de alguns dos elementos iorubas e a tradução de outros em português.

Pode ser também **empréstimo por tradução**, o que de acordo com Bloomfield (1967:455) é "descrever a coisa estrangeira introduzida com palavras nativas ou reproduzir a descrição, caso o vocábulo estrangeiro já seja em si mesmo descritivo."

De empréstimo por tradução vem o termo **decalque**, reserva-se ao empréstimo de uma unidade lexical proveniente de uma língua A e usado numa língua B sob uma forma traduzida. São palavras traduzidas para denominar conceitos novos.

Quando uma língua não consegue um correspondente apropriado, o conceito é traduzido na língua receptora em vez de se importar totalmente a palavra original. Segundo Garmadi (1983):

> *O decalque lexical oferece a vantagem de evitar, em primeiro lugar, as dificuldades*
> *levantadas pela integração fonológica e morfológica dos significantes dos lexemas*
> *estrangeiros no seu sistema de acolhimento, ao mesmo tempo que procura respeitar*
> *a equivalência na ordem dos significados*. (GARMADI, 1983:143)

Quando o empréstimo é introduzido sob uma forma traduzida, sob a forma de decalques, a equivalência no nível do significado pode ser apenas aproximativa. Assim, muitas palavras que são normalmente palavras portuguesas acabam sendo semanticamente empréstimos da língua ioruba.

Todos os constituintes da palavra na sua estrutura superficial são do português, mas traduzem um conceito ioruba. A seguir, registramos os hibridismos linguísticos da língua ioruba e português, presentes no *corpus* analisado.

A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carregam o significado sociocultural ioruba. Explicamos o significado de cada palavra ou sintagma nominal e a sua origem etimológica da língua ioruba e são analisados numa ordem alfabética.

1. **água de Oxalá** - É uma cerimônia de purificação em que as iaôs fazem uma procissão até a fonte sagrada para buscar água. A água é trazida para purificar as quartinhas do peji no terreiro. 'Água de Oxalá' é um hibridismo do SN ioruba *omi òrìsànlá*. Água <omi + de (genitivo português) + Oxalá < *Òrìsànlá*.

CERIMÓNIA DE ÁGUAS DE OXALÁ

2. **alabê da casa** - O cantor ou a cantora profissional do terreiro. Do SN ioruba alágbe *ilé*. Alabê <alágbe 'cantora' + de (genitivo) + casa <ilé. Na Nigéria, *alágbe* também é aquele que canta para receber dinheiro. Ver **alabê**.

3. **apogum de Xangô** - Ver **apogum.** Apogum <apegum (*apegum 'a* quem', + *pe*, 'chama' + *ogum* 'guerra') + de (genitivo) + xangô <Sàngó.

4. **assentado** - Ser assentado significa que já foi submetido a determinados rituais e já pode receber o axé do orixá. Esta palavra é a tradução do SN ioruba *'gba òrìsà'*. Significa 'receber', 'aceitar' *òrìsà*, no sentido de que já foi submetido aos rituais do axé e já foi aprovado.

5. **cabeça da casa** - A primeira pessoa com a autoridade. Refere-se à ialorixá ou ao babalorixá. É o decalque do SN ioruba *olori-ile,* que significa a pessoa com a autoridade máxima na comunidade, o chefe. (cabeça <olórí + de (genitivo) + cabeça ori + casa> *ilé*).

6. **cantigas de oxalá** - São os cantos, as canções de Oxalá. Tem também cantigas de orixá. Procede do SN ioruba *orin òrìsàńlá* ou *orin òrìsà*. Cantigas <orin + de (genitivo) + oxalá <òrìsànlá ou orixá <òrìsà.

7. **casa do santo** - É a casa separada, a principal construção de cada orixá, dentro do terreiro, onde que fica o pejií do orixá e onde se lhe fazem os sacrifícios. É a tradução do SN ioruba *ilé òrìsà*. Casa <ilé + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

8. **despacho** - Oferenda trazida para o Exu para ele despachar, enviar, como mensageiro, aos outros orixás a fim de conseguir a boa vontade desses. É a tradução da palavra ioruba ebo que significa 'oferenda'. No português padrão, *despacho* significa 'mandar', 'despachar', mas devido à influência da língua ioruba, a palavra hoje no contexto afro-brasileiro tem outro significado e é usada para denominar o ioruba *ebô*.

9. **dono da roça** - Refere-se ao Xangô como o dono da roça. Isto é, e o orixá da roça, do terreiro. É ele que manda. É uma tradução da palavra ioruba *olóko* do mesmo significado (*Oni* = dono + *oko* = 'roça', 'fazenda' > *olóko* (há uma troca de /n/ por /l/ e uma supressão da /i/ final de *oni*]). Assim: dono <oni + de (genitivo) + roça <oko.

10. **ebozeiro** - 'Ebozeiro' significa aquele que faz oferenda. A palavra vem de *ebo* 'oferenda' em ioruba e o sufixo português - *eiro.*

11. **fazer orixá** - O mesmo como 'Fazer o santo'.

12. **fazer o santo** - É a cerimônia de submissão a alguns rituais para poder receber os orixás, para poder se comunicar com os orixás, para se formar como um zelador. É uma iniciação espiritual. Na Nigéria, a cerimônia é chamada de *pínódù.* É uma cerimônia de formatura para um jovem *babalaô* de ifá. Mas alguém de outro santo faz a *pínódù* de acordo com os fundamentos do santo dele. No Brasil, é esse conceito que foi reproduzido como 'fazer o santo'.

13. **feitura de santo** - É uma iniciação, uma cerimônia ritual para formar-se nas coisas do axé. Aprende-se as cantigas, as crenças, as danças, os rituais etc. da sua nação. Na Nigéria chama-se de *ìwèmó òrìsà* como o mesmo significado. *Ìwèmó* significa 'purificação', 'feitura'. Assim: feitura <ìwèmó + de (genitivo) + santo <òrìsà.

14. **filho-de-casa** - Significa que o adepto é um filho-de-santo daquele terreiro. É iniciado no terreiro. Faz parte da casa. Do ioruba *omo onílè* do mesmo significado. Filho <omo + de (genitivo) + casa <onílè. Ver **filho-de-santo.**

15. **filha-de-iansã** - Ver **filha-de-oxossi** e substitui 'oxossi' por 'iansã'.

16. **filha-de-Oxossí -** A pessoa, do sexo feminino, iniciada, que serve como um médium para Oxossi. Filha <omobìnrin + de (genitivo português) + Oxossi <Osóòsì. Ver **filha-de-santo.**

17. **filha de santo** - É pessoa do sexo feminino que já passou por certas iniciações para poder servir como intermediária, um médium, entre os orixás e os seres humanos. Ver **iaô**. Filha de santo é a tradução do SN ioruba, *omobìnrin òrìsà*. Filha <omobÌnrin `+ de (genitivo português) + santo <òrìsà. A palavra é usada com o mesmo significado na Nigéria.

18. **filho de santo** - É o iniciado (sexo masculino) no culto dos orixás. Ë uma tradução de *omokùnrin òrìsà*. Filho <omokùnrin + de (genitivo português) + santo <òrìsà. Na Nigéria, *omokùnrin òrìsà*, além de ser um iniciado, ajuda os zeladores nos rituais do culto.

19. **fundamento** - A base, a origem da religião, a tradição no estado puro. As atividades religiosas apoiadas em força divina. Procede da palavra ioruba *ìsèdálè* com o mesmo significado.

20. **fundamentos** - Os objetos sagrados do axé. Normalmente são enterrados num local específico dentro do axé chamado *ègè* na língua ioruba. É uma tradução do SN ioruba *àwon nnkan ìsèdálè. Awon* 'as' + nn*kan* 'coisas' + *ìsèdálè* 'fundamento', 'as coisas do fundamento'.

21. **ilebô de obrigações** - A casa ou o local onde se faz os ebós, as oferendas, as obrigações. A palavra original ioruba é *ojúbo* 'local de ebó'. O outro SN de onde procede é *ilé ebo, ilé* 'casa', *ebo* 'ebó'.> Ilebo. (Há a supressão da vogal /e/ inicial de *ebo* seguido pela aglutinação das duas palavras).

22. **irmã pequena** - No Brasil tem irmãs-do-santo ou irmãos-do-santo que são as iniciadas ou os iniciados (filhos/as) do mesmo santo. Quando se fala de uma 'irmã pequena', significa a iniciada mais nova do que a pessoa falando. No ioruba, é a tradução literal do SN *aburo obìbrin kéreré* que significa a irmã mais nova. Irmã <aburo *obìnrin* + pequena <kékeré. Ver **mãe pequena**.

23. **limpeza** - É o ritual de purificar alguém, de retirar do corpo da pessoa os maus, através de um ebó. É a tradução da palavra ioruba *iwèmó* 'ser limpo', 'limpar'.

24. **Mãe -** No português afro-brasileiro, **mãe**, ou '**minha mãe**', **'minha mãe santo'** ou **'minha mãe iniciadora'** não se refere somente à mãe biológica. Existem dois sentidos além da mãe biológica. Pode referir-se à 'ialorixá' ou ao 'santo' do/a locutor/a. Veja-se este trecho do nosso *corpus* que é a resposta da pergunta sobre as comidas típicas do santo da informante que é a oiâ. Inf. 18/375/26_____ *De oiâ, é o acarajé...minha mãe...a comida predileta dela mesmo, é os acarajés*. Na cultura ioruba, não só a mãe biológica que se chama de 'mãe'. Pode ser 'a tia, a vovó' etc. É essa cultura que foi emprestada pela comunidade afro-brasileira e transferida para o português. Minha> mi + mãe> *ìyá*. *Ìyá mi* 'mãe minha'.

25. **mãe-de-santo** - É o nome dado no Brasil ao dirigente feminino de um terreiro. Procede da palavra ioruba *ìyálórìsà* com o mesmo significado. A palavra foi desaglutinada e traduzida para português. Mãe <ìyà + de <ni (/n/ muda para /l/, sua variante e a /i/ final é suprimida) + santo <òrìsà.

26. **mãe grande** - É uma tradução literal do SN ioruba *ìyà àgbà. Ìyá*> mãe + àgbà> grande. Na Nigéria, é chamada *ìyá àgbà*, a mais velha entre duas mulheres. No Brasil, é uma maneira respeitosa de chamar a ialorixá. Ver **iâ abá**.

27. **mãe Keji** - É um hibridismo do português e ioruba. No Brasil, a deputada da ialorixá é denominada a 'mãe keji', que procede do SN *igbákejì ìyá* do mesmo significado. "*Keji*" ou *ekejí* como uma entrada lexical independente significa 'segunda' no ioruba. Mas neste caso, é a contração da palavra *igbákejì* 'segunda', 'deputada'. Então Mãe <ìyá + kejí <igbákejì.

28. **mãe pequena** - Tradução literal do SN ioruba *ìyá kékeré. Ìyá*> mãe + pequena <kékeré. Na Nigéria, é usada para a mais nova entre duas mulheres. No Brasil é a auxiliar da ialorixá. Ver **iâ quequerê**.

29. **matança** - É o sacrifício ritual de animais aos orixás. Ato de matar um animal para fazer um sacrifício e depois usar para festa. Para expressar este sentido, o português brasileiro usa as palavras 'chacina' ou 'assassinato' para seres humanos e 'abater' para animais. A palavra ioruba é *ìpa.*

30. **obá de xangô** - No Brasil, obá é um cargo político-religioso. Os obás ajudam a ialorixá nos cultos e rituais do axé. O título é uma adoção do igual título da Nigéria. No reino de Oiô, Obás são os ministros do *Aláàfin*, o rei de Oiô. São doze e ajudam o rei a governar. São chefes com títulos tradicionais.

31. **obrigação** - No português padrão, obrigação significa 'dever', encargo' etc. Mas no português afro-brasileiro, tem um outro significado. São as oferendas rituais que os adeptos fazem às divindades. É o trabalho, o ritual, que o adepto tem de executar. É a transferência do significado da palavra ioruba *'ojúse'* que significa a responsabilidade, a promessa que se tem para com o orixá ou alguém.

32. **oferenda** - É oferecer materiais rituais ao orixá. É uma oferta, um presente. Embora tenha o mesmo significado em português, o significado dado à palavra 'oferenda' nos contextos afro-brasileiros é transferido da palavra ioruba *ore. Ore* significa 'favor', 'boa vontade', 'benevolência' ou 'material' que se dá a alguém ou ao orixá. No Brasil, a palavra já foi totalmente substituída por 'oferenda'.

33. **ojá de cabeça** - 'Ojá de cabeça' é uma faixa de roupa tradicional ioruba que a mulher amarra na cabeça para completar o seu estilo de moda da roupa batá feminino. É usada assim também no Brasil. Vem do SN ioruba *òjá orí.* Ojá

<òjá + de (genitivo) + cabeça <orí. Só a segunda palavra *orí* que é traduzida. Ver **ojá de peito.**

34. **ojá de peito** - Faixa que a mulher amarra no peito. Pode ser da mesma cor ou não com a roupa principal. Vem do ioruba SN *òjá àyà*. Ojá <òjá + de (genitivo) + peito <àyà. Ver **ojá de cabeça.**

35. **orixá da cabeça** - Na cultura ioruba, quando nasce uma criança, o babalaô joga para saber qual é orixá da criança. *Orí* 'cabeça' também significa na cultura ioruba a existência espiritual, o homem interior. Então cada um tem sua diferente *orí*. Assim, quando se fala de 'orixá da minha cabeça', refere-se ao seu orixá, o orixá que sua *orí* escolheu. Traduzida do SN ioruba *òrìsà orí*. Orixá <òrìsà + de (genitivo) + cabeça <orí.

36. **pai-de-santo** - O dirigente masculino de um terreiro de candomblé. É uma tradução desaglutinada da palavra ioruba *babalórìsà* com o mesmo significado. Pai <baba + de <l' (*ni*) + santo <òrìsà.

37. **panela de ajerê** - É um coador, de ferro, usado na Nigéria e no Brasil para fazer a cerimônia de fogo do Xangô. Procede do ioruba *ìkòkò ajere* (panela < *ìkòkò* + 'de' [genitivo português] + ajerê < *ajere*).

38. **pano da costa** - Um tecido tradicional ioruba, listrado em cores brilhantes e bordado, que faz parte do traje das baianas e das filhas-de-santo no Brasil. Na Nigéria, chama-se de *aso òfì*. O 'pano da costa' é um empréstimo atributivo, procedido de *aso* 'pano' + *òfì*. 'Costa' aqui refere-se à costa oeste africana assim denominada durante o regime escravista.

39. **partir o obí** - Quando o *obí* (Ver **obí**) de quatro faixas, é aberto para ser usado para fazer oferenda aos orixás ou a jogar para *ifá*. No ioruba diz-se *la obì*. "*La*" significa 'dividir'. Então, partir <la + de (genitivo) + obí <obì.

40. **partir o orobô** - É o mesmo como 'partir o obí'. Ver **orobô**.

41. **pé de orixá** - Tanto na Nigéria, quanto no Brasil, significa que as coisas estão sendo feitas na frente do orixá ou na casa de orixá. Isto é, de acordo com as tradições dos orixás. Traduzido do SN ioruba *esè òrìsà*. Pé <esè + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

42. **pegar o santo** - No contexto afro-brasileiro, este sintagma nominal é entendido como 'o santo incorporar em alguém'. É uma tradução da palavra *gbemole* em ioruba. Esta palavra *gbemole* é uma entrada lexical, mas constitui-se sintaticamente de duas outras palavras: *gbé* 'pegar', 'carregar'; e *imolè* 'santo' que foram transferidas analisadas para o português.

43. **pés de Xangô** - Isto é, na casa do Xangô. De acordo com as tradições do Xangô. Procede do SN ioruba esè Sàngó. Pé> esè + de (genitivo) + Xangô> Sàngó. Ver **Pé de orixá.**

44. **raiz** - Esta palavra leva um dos seus próprios significados no português. A 'base'. Quando se fala que 'eu sou raiz do tal terreiro' ou 'minha raiz é tal terreiro" Isso significa que a pessoa nasceu dentro do terreiro, no culto, e já é iniciada. É a tradução da palavra ioruba *ìpilèsè* 'base', 'origem' 'fonte.' Não se confunde com 'raiz de árvore' que é *egbò* em ioruba.

45. **recolher** - recolher ou ser recolhido significa, no contexto afro-brasileiro, o ato de conduzir a iaô (ou um fiel) para o *ile-àse* (casa ou quarto do santo), onde é submetida ao ritual de iniciação. É uma tradução da palavra *ìpámó* em ioruba. Na terra ioruba, a iaô ou o escolhido do orixá pode ficar no quarto de orixá por três ou sete dias. Ela vai se submeter a vários rituais e ensinamentos sobre o orixá. É o mesmo no Brasil.

46. **sabão da costa** - É um tipo de sabão medicinal local usado na terra ioruba chamado *osẹ dudu*. *Osẹ* significa 'sabão' e *dudu*, 'preto', porque é um sabão de cor preta. Na era da escravidão, a maioria das mercadorias que vieram da costa ocidental africana tiveram o atributo de 'da costa', uma vez que não conseguiram a tradução apropriada. É usado no Brasil para lavar as iniciandas do candomblé e para outros fins religiosos.

47. **santo do meu orí** - O mesmo como orixá da cabeça. Do SN ioruba *òrìsà orí*. Santo < *òrìsà* + de (genitivo) + meu (det.) + orí < *orí* (cabeça).

48. **seita de egungum** - A organização dos adeptos do egugum. Do SN ioruba *egbé egúngún*. Seita < *egbé* + de (genitivo) + egugum < *egúngún*.

49. **ser de orixá** - Ser de um orixá significa que a pessoa é da casa daquele òrìsà. É um filho ou filha de santo. É a tradução do SN ioruba *wá lati ilé òrìsà* - (*wá* 'vir', 'ser' + lati ' de' + ilé 'casa' + òrìsà <orixá).

50. **roda de ogum** - Hibridismo português e ioruba. É a formação em círculo para realizar a festa de ogum. Na Nigéria chama-se de *agbo ògún*. *Agbo* significa 'círculo', 'roda'. É também a festa onde as pessoas fazem uma formação de círculo e outros ficam dentro do círculo fazendo a cerimônia de *ogun* com cantigas, danças etc. Assim roda <agbo + de (genitivo) + ogum <ògún.

51. **terreiro de ogum** - Terreiro é um conjunto de casas onde se realizam as cerimônias religiosas do candomblé. Pode tornar-se uma comunidade onde convivem os adeptos e se processam as atividades religiosas. Terreiro de ogum significa que é o orixá ogum, a divindade de ferro e da guerra, que se cultua naquele terreiro. Esse SN procede do SN ioruba *agboilé ògún. Agboilé* significa 'conjunto de casas'. Terreiro <agboilé + de (genitivo) + ogum <ògún.

52. **trabalho** - É um rito mágico-ritual realizado para atingir a outra. Pode ser por mal ou por bem da outra pessoa. É um termo mais usado na Umbanda e Quimbanda do que no candomblé. No ioruba a palavra correspondente é *isé* 'trabalho (espiritual) '.

53. **uará do filho** - É o quarto, dentro do terreiro, reservado a guardar as coisas do axé para o uso dos filhos-de-santo. É o mesmo como 'quarto do filho'. *Uará* significa quarto no ioruba. No ioruba, se fala *uará omo òrìsà*. O quarto do filho-de-santo.

54. **vestir de orixá** - É uma representação física e real de um orixá feita por um pai ou filho-de-santo na festa dos orixás. Alguém veste-se de indumentária e adereços específicos daquele orixá e dança às cantigas e *orikis*. É um hibridismo do SN ioruba *da òrìsà. Da* significa 'tornar-se', 'representar'. Então a palavra *da* é traduzido como vestir + de (genitivo) + orixá <òrìsà.

55. **xinxim de galinha** - Comida ioruba. No Brasil é a comida do Oxum preparada com galinha desfiada, cozida com azeite de dendê e outros temperos. Vem da palavra *sinsin adìe* no ioruba. Xinxim> sinsin + de (genitivo) + galinha <adìe.

56. **xinxim de galo** - comida ioruba. O mesmo como xinxim de galinha. Aqui é de galo. Vem do SN ioruba *sinsin àkùko*. Xinxim <sinsin + de (genitivo) + galo <àkùko.

57. **zelador de orixá ou zelador-de-santo** - É a ialorixá ou babalorixá interino. Ele ou ela fica no lugar de outro que faleceu. Procede do SN ioruba *adelé òrìsà. Adelé* significa 'zelador', 'administrador interino'. Zelador <adelé + de (genitivo) + orixá ou santo <òrìsà. No Brasil, usa também para significar o pai-de-santo. Pessoas que defendem esse último significado alegam que um ser humano não pode ser o pai de um santo, mas o zelador ou adjuvante dele.

3. Conclusão

É bem possível argumentar que a maioria dos empréstimos indicados aqui está sendo usada nas expressões de certa classe de pessoas. Concordamos com esse ponto de vista.

Mas, gostaríamos de enfatizar, a esse respeito, que o empréstimo normalmente começa com um grupo antes de se espalhar para toda a sociedade.

O fato de que uma boa porcentagem dos empréstimos recolhidos no presente trabalho já foi dicionarizada os torna parte da riqueza lexical do português brasileiro e assim da lusofonia. Hoje a população que utiliza a língua ioruba também faz parte da grande população brasileira.

A crescente popularidade do candomblé e da tradição afro faz com que muitos músicos, por exemplo, Gilberto Gil (até recentemente o Ministro da Cultura do Brasil), Milton Nascimento etc., artistas, profissionais e pessoas de alta escala do governo se associem ao que chamaríamos de iorubrasileirismo. Na literatura, na música, nas novelas e na mídia, o ioruba vem crescendo como o verdadeiro herdeiro das culturas e das línguas africanas no Brasil.

4. BIBLIOGRAFIA

AFOLAYAN, Adebisi. (org.) (2006) *Yoruba Language and Literature.* Lagos, Ife University of Ife Press. 9ª ed.

AJAYI, Tayo Julius. (2000) A língua iorubá e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, Nº 15, jan. / junho, pp. 88-95.

_____. (2001) O iorubá em contato com o Português no Brasil. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika (org.) *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207.

_____(2003) "Decalque as a Linguistic Integration Strategy of Yoruba loan words in Brazilian Portuguese" Portuguese Studies, – Modern Humanities Research Association, Kings College, Strand, **London, U.K.** No 18, Ed., pp. 102-115.

AWOBULUYI, Oladele. (2002) *Essentials of Yoruba Grammar.* Lagos, Ibadan: University Press Limited,

BLOOMFIELD, (1967) Leonard. *Language.* Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1933. London: George Allen & Unwin Ltd.

BOLOUVI, Lébéné Philippe. (1994) **Nouveau Dictionnaire etymologique afro-bresilien**. Lomé, Togo: Presses de l'Université du Bénin,

COUTO, Hildo Honório do. (1999). *Contato interlinguístico; da interação à gramática*. Brasília: Departamento de Linguística, Universidade de Brasília,

GARMADI, Juliette, (1983) *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote,

MUSSA, A . O . (1991) *O papel das línguas africanas no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro,

ODUNUGA, Segun. (2006) Tense and aspect in Yoruba. In: AFOLAYAN, Adebisi (org.). *Yoruba language and literature*. Lagos, Ife: University of Ife Press, p.264-276.

PESSOA DE CASTRO, (2001). *Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário* Afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Top books.

PÓVOAS, R . de Carmo, (1989) *A linguagem do Candomblé*: *níveis sociolinguísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

TARALLO, F. (1994). *A Pesquisa Sociolinguística* 4ª ed. São Paulo: Ática.

UNIVERSITY PRESS PLC. (2008) **A dictionary of the Yoruba language**. Lagos: Oxford University Press/University Press Plc, (1ª ed. Londres, 1913).

WEINREICH, Uriel. (1970). *Languages in Contact: findings and problems* Prefácio de André Martinet. The Hague: Mouton, 1953, (5ª ed. 1970).

78. TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU

TEMA 3.3 LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGUÊS

Nos dias de hoje, o tradutor já não tem apenas que saber dominar o aparentemente simples processo de traduzir. Por esse motivo, defendo que uma

pessoa que domina a arte de bem traduzir, e que é formada para o efeito, já é muito mais que apenas um tradutor – é um Técnico de Tradução.

Com a Globalização e o impacto socioeconómico que ela implica, o tradutor viu-se obrigado a ter que dominar outras ferramentas para poder competir num mercado cada vez mais alargado e exigente – os dicionários, glossários, prontuários e demais documentos auxiliares já não são suficientes.

Tornou-se imperativo o domínio das tecnologias de informação, dos programas de tradução, que começaram a aparecer nos inícios da década de 90, e de outros *softwares* mais sofisticados e atuais.

Como terão os tradutores enfrentado esta realidade?

Estará o mercado da tradução preparado para este advento das Tecnologias de Informação, da Globalização e da Internacionalização?

Será que todos os tradutores já utilizam ferramentas informáticas?

Além destas questões, urge identificar que profissões novas apareceram para auxiliar o tradutor no seu trabalho, o qual é deveras imprescindível para a ligação intercultural e para a adaptação de um produto estrangeiro a um nicho de mercado específico, tal como o português é.

Para terminar, será dada uma noção do termo recente ligado à tradução, a Localização, que não existe há muito tempo e que apareceu devido aos avanços da tecnologia e ao mundo em permanente mutação.

O desenvolvimento inevitável da globalização, à qual qualquer país se vê obrigado a adaptar, condiciona, neste caso particular, Portugal, que pretende ser um país moderno, assim como as suas empresas e respetivos produtos.

Por conseguinte, Portugal ainda possui uma economia algo frágil, que precisa indubitavelmente de saber como enfrentar os desafios e as exigências do mundo contemporâneo.

1 – Introdução: Propostas de Problemática, Hipótese e Metodologia

Para as questões acima expostas, aplicarei alguns passos metodológicos para defender a minha opinião, definindo conceitos de Tradução/Localização em Portugal, usando pesquisas na Internet e fontes bibliográficas.

Descreverei os resultados concretos de contactos com profissionais daquela área, não só a nível nacional como a nível internacional, esperando que possa contribuir para os estudos do Mercado Português ligado à prática tradutora e da Localização Web.

O impacto da globalização na vida de um tradutor, como profissional transcultural que é e do papel preponderante que desempenha na sociedade da comunicação cada vez mais exigente é inegável.

É fundamental que este tenha de estar em permanente atualização dos seus conhecimentos, não só linguísticos, como também científicos e técnicos. Mas será que qualquer tradutor se vê obrigado a aprender várias técnicas e várias ferramentas informáticas para não se tornar um tradutor obsoleto e desatualizado?

Com esta problemática, descreverei como nos dias de hoje o domínio das novas tecnologias e o impacto que a globalização teve na sociedade de cada país obriga qualquer empresa a adaptar-se a essa realidade.

Tentarei também dar, muito sumariamente, um conceito de globalização, a qual tem influenciado e feito mudar todo o comportamento de um tradutor e exigido ao mesmo a atualização dos seus conhecimentos científicos, técnicos e até linguísticos.

Desta forma, as empresas devem contratar tradutores para localizar o seu produto numa determinada sociedade, o que é uma constante deveras incontornável no mercado de trabalho e para o sucesso de qualquer empresa. No caso especial das multinacionais, este fenómeno ainda se torna um desafio mais notável para o tradutor/localizador que se vê obrigado a atualizar-se para fazer face à globalização mundial.

Mostrarei também que o processo da tradução é apenas uma das variadíssimas atividades no processo relativamente recente da localização. Mas será esta última função imprescindível no mundo da tradução dos dias de hoje?

A metodologia que seguirei basear-se-á na análise de várias teorias de diversos autores e estudiosos sobre tradução e localização; tentarei igualmente analisar várias opiniões de profissionais ligados àquelas áreas.

Por último, irei abordar o impacto da localização no mercado português ligado à prática tradutora e como ela influencia o consumidor, não só devido à globalização, mas também e naturalmente devido à técnica utilizada por tradutores. Estes profissionais transculturais que identifiquei no início conseguem transpor bem um produto de uma cultura de partida para a de chegada, se forem obviamente bons profissionais.

Não esquecerei focar as dificuldades que um tradutor/localizador encontra para conseguir precisamente adaptar esse determinado produto às mentalidades e àquela determinada cultura, dando como exemplo a portuguesa.

Parto, então, para uma possível definição de tradução e localização. Ao passo que a tradução é o processo de converter algo escrito de uma língua para outra, a localização é muito mais do que esse processo.

De acordo com Bert Esselink, a tradução faz parte integrante do processo de localização, mas esta última possui também outras tarefas essencialmente complementares, tais como a gestão de projeto, a engenharia de *software*, a publicação de sítios na Net, a própria revisão de todo o projeto em questão e o testar do funcionamento do *software* ou da página *web*.

Continuando a referir Bert Esselink (2000), a localização coloca mais ênfase no processo informático da tradução e na utilização de ferramentas de tradução do que no processo tradicional da mesma.

Mais à frente tentarei decifrar o porquê de, nos dias de hoje, um tradutor necessitar indubitavelmente de ferramentas acuais para desenvolver o seu trabalho, o qual é, nada mais, nada menos, do que a ponte de ligação entre todas as culturas existentes no mundo, ou pelo menos, entre todas as culturas que direta ou indiretamente são influenciadas no seu quotidiano pelos efeitos da globalização.

Já a LISA – Localization Industry Standards Association, tem uma definição ainda mais concisa do que é localização, a qual passo a citar: *"A Localização implica pegar num produto e torná-lo linguística e culturalmente apropriado ao local alvo (país/região e língua) onde será usado e vendido*."

Antes de continuar, gostaria apenas de focar a seguinte opinião, a qual defende que é cada vez mais premente utilizar a localização como força universal da globalização:

> "A *Localização requer um envolvimento alargado… O enorme potencial da localização inclui poder devolvido, controlo da economia, proteção ambiental e social aumentada e desenvolvimentos tecnológicos benignos. A instabilidade financeira global torna esta mudança cada vez mais premente"* (minha tradução de inglês de Hines, 2000: 257).

2 – Os desafios colocados a um Tradutor em Portugal nos dias de hoje

Estando qualquer cidadão sujeito aos efeitos da globalização, é imperativo dar uma noção deste fenómeno cada vez mais enraizado no nosso presente e futuro.

Segundo Frank Austermühl, a globalização acontece a três níveis básicos: ao nível da globalização tecnológica, da globalização política e da globalização económica. Estes três níveis iniciam um processo no qual a distância geográfica é reduzida como fator de estabelecimento e manutenção de relações transculturais de longa distância em termos económicos, políticos e socioculturais.

Não podemos esquecer que a atual crise nos Estados Unidos da América do Norte que estão a passar por uma recessão económica devido às políticas internacionais levadas a cabo nos últimos anos tem agravado o aumento dos preços em vários bens essenciais e prejudicado os mercados financeiros internacionais.

Temos como exemplo a sua própria moeda, o Dólar Norte-Americano, que tem desvalorizado face ao Euro, só para dar um pequeno exemplo.

Mas não é a abordagem económica que interessa aqui discutir, mas sim a influência direta ou indireta da economia do país que tem lançado novos conhecimentos ao mundo e novas ferramentas, principalmente as informáticas, já para não falar na influência da *lingua franca* dos dias de hoje, que é a língua inglesa.

Será que necessitamos de continuar a utilizar a tradução como ponte transcultural entre diversos povos e países ou a profissão de tradutor está a tornar-se inútil devido ao facto de o inglês ter adquirido tal dimensão no mundo?

Por ora a resposta parece ser negativa, embora *"o inglês seja a língua dominante em política internacional, negócios, tecnologia, ciência, educação, aviação, navegação, etc*." (minha tradução do Inglês, Austermühl, 2001: 2).

O certo é que nem todos os povos dominam o inglês e o cidadão comum nem sempre tem acesso à aprendizagem da língua inglesa; por esta razão os serviços de tradução continuam a ser necessários, particularmente devido ao advento das novas tecnologias e da globalização, para que as empresas possam adaptar o seu produto ao público-alvo e às cultura e língua deste mesmo público.

Sendo assim, o tradutor português teve que se adaptar àquela realidade e às exigências da internacionalização, que *"é um processo que tem como objetivo a criação de produtos neutros, que possam funcionar em diferentes línguas e convenções culturais, sem que seja preciso desenhá-los novamente*" (Pagans, 2002). No entanto, esta não é a definição à qual quero chegar, mas sim à de localização.

A localização, conforme nos explica Esselink, pretende pegar num produto e torná-lo cultural e linguisticamente apropriado ao país e ao público-alvo onde esse produto será comercializado e usado. Este processo pode parecer muito simples, mas, no entanto, envolve várias atividades, as quais obrigam um tradutor a tornar-se num localizador ou a possuir outrem para o ajudar na sua função tradutológica.

Embora sendo uma única pessoa, o tal técnico de tradução que identifiquei no meu resumo, pode fazer o trabalho sozinho, mas tem e terá sempre de se especializar e atualizar. Ora, posso pensar que todos sabemos que a profissão como tradutor ainda continua negligenciada. A aparente facilidade desta profissão faz com que qualquer pessoa com certos conhecimentos linguísticos se sinta qualificada para traduzir.

Não obstante, o tradutor não é apenas um profissional de línguas, mas também um descodificador de mensagens e um criador. Talvez por esta razão um profissional em tradução nem sempre seja bem pago e quando se pede um valor mais elevado por uma tradução, nem sempre qualquer empresa ou outra entidade quer pagar tanto por um trabalho que qualquer pessoa poderia fazer, embora sem os mesmos conhecimentos que uma pessoa formada na área da tradução incontestavelmente possui. Portanto, o tradutor deve também atualizar com frequência as ferramentas com que trabalha já que a tecnologia evolui a passos largos.

Os desafios tecnológicos e os desafios da internacionalização tornam o tradutor um profissional que continua a aprender ao longo dos anos em que pratica a sua atividade e os seus conhecimentos linguísticos também. Além disso, deve apostar na especialização, demonstrando assim uma atitude pró-ativa e empreendedora, para não se tornar desatualizado.

Por estas e outras razões, como por exemplo o facto de em Portugal ainda não haver uma ordem de tradutores que regulamente a tradução e oficialize a atividade dos tradutores profissionais, a tradução é uma profissão de risco e não há muitos que possam apostar única e exclusivamente nesta atividade como profissão a tempo inteiro.

Há obviamente empresas de tradução no mercado nacional e estas conseguem sobreviver, principalmente porque as maiores empresas preferem apostar num trabalho de qualidade do que num trabalho menos perfeito, ou mesmo medíocre; somente pelo facto de outros pseudo-tradutores apresentarem preços menos elevados e maior rapidez na entrega é que se justifica que haja tantos subcontratados na profissão.

Posso adiantar que estes pseudo-tradutores acabam por se aproveitar, sem escrúpulos, do aumento exponencial da tradução devido ao aumento da comunicação internacional. Convém citar Fernando Ferreira-Alves que analisou um estudo de 1998 de Frank Austermühl e referir o "efeito de bola de neve nos estudos de tradução [ser] resultante do significativo aumento da circulação da informação a nível mundial, da imensidão das redes de informação disponíveis, do número crescente de encontros interculturais e da contínua virtualização da vida empresarial e privada" (Ferreira-Alves, 2006: 3).

Assim, para os tradutores portugueses há que apostar no enquadramento das suas traduções num contexto profissional e, mais do que nunca, apostar também na sua especialização e na relação, nem sempre nítida e aparente, entre os vários intervenientes no processo de localização: o produtor, o fornecedor, o

intermediário, o tradutor, o localizador e o cliente ou consumidor, sendo muitas vezes este último o utilizador final.

Passemos então à definição de *glocalização*, expressão que tem vindo a ser bastante debatida nos últimos tempos por ser formada por duas palavras diferentes, mas de certa forma relacionadas devido à internacionalização dos mercados mundiais e à já falada adaptação desses mercados mundiais aos nacionais, ou seja dos produtos que vêm de um mercado estrangeiro e que têm e devem ser acondicionados à cultura e língua recetoras.

Glocalização é uma mistura entre os termos de "globalização" e "localização".

Melhor falando, trata-se do lançamento de um produto ou um serviço que é criado para todos os mercados à escala mundial, mas que é adaptado para servir àquela cultura local específica.

Gostaria de citar a definição da *Investopedia*, acerca deste tema:

> "*É uma combinação das palavras "globalização" e "localização" usada para descrever um produto ou serviço que é desenvolvimento e distribuído globalmente, mas também é modalizado de modo a acomodar-se ao utilizador ou consumidor num mercado local. Isto significa que o produto ou serviço pode ser talhado de forma a adaptar-se às leis locais, hábitos e preferências dos consumidores.*
> *Produtos ou serviços que são efetivamente "glocalizados" são, por definição, muito mais interessantes para o último utilizador*…" (minha tradução do inglês da Investopedia, 2008).

Sabendo que a língua portuguesa tem uma cultura própria aliada à sua história e aos seus costumes, é importante pensar que, embora sejamos pouco mais de 10 milhões de habitantes, pertencemos a um mundo em constante evolução e virado para uma economia de mercado, pelo que é importante pensar a nível global para acuar a nível local.

Ora, pensando desta forma, o tradutor, devido a este desafio do mercado português aberto ao mundo, tem de se tornar capaz e mais proficiente na sua profissão, apostando não apenas no simples ato de traduzir e nos seus conhecimentos linguísticos, mas também na aplicação de novas ferramentas, tais como programas de tradução automática, programas informáticos de revisão, *web design* e até programação. Por essa razão, continuo a sustentar a ideia que um tradutor hoje em dia é muito mais do que simplesmente isso, é um técnico de tradução, ou melhor falando, um localizador.

Assim, se um tradutor não conseguir abarcar todas aquelas competências e não possuir vários conhecimentos a nível sociocultural, de publicidade, de economia, de marketing, de gestão, informática e de comunicação, então não consegue vingar no mundo da localização Web, seja em Portugal, seja noutro ponto do globo.

Conforme nos diz Francisco Ferreira-Alves:

> "*Neste processo de transformação em curso, as empresas de tradução em Portugal, deixaram de ser formadas apenas por linguistas, assumindo-se mais como entidades multifacetadas*".

Para além disso, o mesmo autor continua a defender que

> "*temos vindo a assistir a uma progressiva alteração do ambiente de trabalho e do perfil profissional do tradutor, em parte pela entrada de indivíduos sem formação linguística específica e pela própria expansão do mercado e crescimento da oferta e da procura, graças à diversificação dos produtos*" (Ferreira-Alves, 2006: 10).

Pode-se concluir que o tradutor acabou por ter de se adaptar forçosamente a este novo conceito de localização para poder sobreviver no mercado português, ou num outro internacional.

Tal como Ferreira-Alves disse, citando Anthony Pym, *"de certa forma já nos têm vindo a alertar para as eventuais consequências imprevisíveis de uma tendência que privilegia, por exemplo, uma quase obediência cega ao dogma da localização*" (Ferreira-Alves, 2006: 11).

Baseando-me ainda em Ferreira-Alves, afirmo que a localização teve um tal impacto no lançamento de qualquer produto que os textos acabam por sofrer uma grande transformação podendo mesmo levar ao apagamento do próprio autor do original da língua de partida.

3 – A Aplicação da Localização Web em Portugal

Esta técnica ainda está muito incipiente em Portugal, mas já começa a adquirir alguma expressão. Temos como exemplos as principais multinacionais que lançam e pretendem tornar conhecidos os seus produtos entre os consumidores portugueses. Mas as preocupações de um tradutor não podem passar única e simplesmente pela transferência de um código linguístico para outro; deve haver também uma preocupação quanto à cor, à imagem, aos sons, à música, ícones e outros símbolos que numa cultura podem ter um significado e noutras, outro.

Além desses elementos, deve igualmente ter-se em conta "as mudanças standard regionais, tais como o formato da data, da hora e da moeda" (Sokoli, 2002). Por esta razão, também devemos sempre ter em conta que, embora a língua de Camões seja a quinta língua mais falada no mundo em termos de número de falantes nativos, não se pode pensar que qualquer pessoa que saiba português possa fazer a localização de um produto, a não ser que conheça muito bem os costumes, hábitos, cultura e, sobretudo, a própria variante linguística.

Contudo, há empresas como a Microsoft e a Oracle que não aceitam senão pessoas cuja língua materna seja a portuguesa, neste caso particular. "*Além disso, se o próprio público-alvo do documento for de Portugal, o tradutor deve ser Português e se o público-alvo for brasileiro, o tradutor deve ser também Brasileiro"* (Araújo, 2003: 3).

Como todos sabemos, a língua é a mesma, mas há muitas palavras no Português do Brasil (pt-BR) que não existem no Português Europeu (pt-PT) e outras que até se escrevem da mesma forma, mas têm um significado diferente ou ligeiramente diferente.

Araújo ainda menciona que, estando o tradutor dos dias de hoje tão dependente e ligado à informática, aos programas de tradução automática e à localização Web, as diferenças nestas duas variantes linguísticas começam precisamente nos termos informáticos: *"tela vira ecrã, mouse passa a ser rato e arquivo se transforma em ficheiro"* (Araújo, 2003: 3).

Aproveitei para consultar vários sítios na NET para atestar a veracidades destes factos e cito o exemplo de duas multinacionais que adotaram o uso das diferentes vertentes do Português: a "Nike" e a "Adidas".

O portal da "McDonald's" não só adota as duas variantes da língua portuguesa, como os próprios portais Português e Brasileiro são totalmente diferentes, na apresentação, nos menus, na informação, no marketing e na publicidade dos diversificados produtos.

Gostaria ainda de frisar que a língua lusitana ainda é bastante utilizada na tradução e localização de produtos a nível mundial.

Segundo a LISA e Arle Lommel (colaborador que levou a cabo este estudo), o Português encontra-se entre as dez línguas mais traduzidas no mundo, tendo como língua de partida o Inglês.

Já sabemos que, provavelmente, esta realidade deve-se ao facto do Brasil utilizar bastante a tradução e a localização de produtos, mas os Portugueses também contribuem para esses números, e prova disso são alguns portais de multinacionais, como a "Nike", que disponibilizam em ambas as variantes linguísticas os seus produtos, ou seja recorreram à glocalização dos seus produtos.

"Comecemos com o volume da tradução, usando números de 2000 (o ultimo ano do qual disponho de estatísticas fidedignas).

Estes números representam a percentagem [(companhias que realmente localizam)] que estão a localizar para línguas específicas:

- Inglês → Francês (~30%)
- Inglês → Alemão (~25%)
- Inglês → Espanhol (~25%)
- Inglês → Japonês (~22%)
- Inglês → Italiano (~20%)
- Inglês → Chinês (Simplificado) (~15%)
- Inglês → Português (~12%)
- Inglês → Sueco (~10%)
- Inglês → Holandês (~8%)
- Inglês → Coreano (~7%)

Note que o Inglês é a fonte de todos os casos. Apesar de haver tendência para ser na direção "inversa" da localização, a localização ainda é prioritariamente

veiculada de Inglês para as outras línguas" (minha tradução de inglês de LISA, 2008).

Para poder, de certa forma, provar um pouco a teoria da LISA e de Lommel, visitei alguns sítios na Net de várias empresas multinacionais estrangeiras e tive a oportunidade de me aperceber que nem toda a informação aparece na língua portuguesa, pelo menos se tivermos em conta alguns portais que exibam um pequeno filme de promoção de um produto em particular, recorrendo, por exemplo, ao uso do processo de legendagem.

Esta prática está completamente enraizada na cultura portuguesa e normalmente é preferida relativamente à dobragem pelos Portugueses. A seguir poderemos constatar esta panorâmica da situação na imagem apresentada do portal da "Adidas".

Apesar de numa das multinacionais concorrentes àquela, a "Nike", também apresentar um filme, este é totalmente em Inglês, sem recurso à legendagem em Português Europeu; o portal disponível para o consumidor Brasileiro apresenta o filme em Inglês, mas usa a legendagem em Português do Brasil.

Ora esta técnica pode ser percebida no sentido em que uma empresa multinacional, quando está a preparar o lançamento de uma gama de produtos em vários mercados, já cria aquele(s) determinado(s) produto(s) para que possam ser usadas em várias línguas e diferentes convenções culturais, tentando evitar posteriores alterações de engenharia informática. *"No contexto de criação multilingue de páginas Web é conveniente saber que na gíria deste setor os termos 'globalization' (G11n), 'internacionalization' (I18n), 'localization' (L10n) e tradução são abreviados*" (Sokoli, 2002), pelo que se transforma no recente acrónimo GILT.

Já a empresa multinacional, *Accenture*, utiliza o Inglês para os clientes Portugueses, mas para os consumidores Brasileiros, já dispõe de uma página Web em versão Portuguesa do Brasil. Curioso será também acrescentar que, nos vários países disponíveis no portal inicial da *Adidas* – a maioria eram Europeus –, os Países Nórdicos, que também têm uma tradição inequívoca na utilização de legendagem de produtos estrangeiros tal como Portugal, a Adidas não utilizasse a prática da legendagem na divulgação e promoção do mesmo produto ao longo daquele pequeno filme.

Isto é, embora a marca seja a mesma e o filme seja, em ambos os casos, em língua inglesa, a Adidas optou por não legendar aquele filme nos Países Nórdicos, provavelmente porque a sua população domina normalmente aquela língua, ao passo que em Portugal, qualquer possível comprador/cliente da Adidas poderá subentender o filme através das legendas, talvez porque não tenha tanta facilidade em compreender aquela língua, conforme os dados a seguir indicados (consultar estudo do Eurobarómetro da C.E., 2001: 10).

Durante a preparação deste trabalho, li um artigo acerca da literacia dos Portugueses relativamente ao conhecimento de línguas estrangeiras no Jornal "O Público" e, com base nos dados publicados pelo Eurobarómetro em 2006, fiquei surpreendido quanto aos resultados.

Tal como vários internautas comentaram a seguir à notícia, custa-me crer que, mais uma vez, a União Europeia nos tenha colocado nos últimos lugares no que toca à aprendizagem de línguas estrangeiras, pois os Portugueses até têm uma pronúncia adequada e quando vão ou trabalham no estrangeiro são reconhecidos por este facto e também por dominar várias línguas.

É claro que não somos os piores, mas também só estão atrás de nós os Britânicos e os Irlandeses – porque já dominam a *lingua franca* do momento – e os Espanhóis e os Italianos, porque são latinos e defendem acerrimamente as suas línguas oficiais principais. Até os Alemães se encontram à nossa frente (consultar estudo do Eurobarómetro 2006).

Por esta razão me custa acreditar que aqueles valores não estejam um pouco errados, talvez por pensar que a amostra estudada abranja toda a população e, obviamente, a mais idosa terá menos conhecimentos nesta área ou mesmo nenhuns.

Portanto, gostaria de mostrar o meu desacordo com tal pesquisa quando pensamos em empresas multinacionais europeias que utilizam o Inglês nos seus sítios na Web como língua de contacto com os seus clientes Portugueses.

Posso dar-vos o exemplo da *Ryanair*, empresa de aviação de baixo-custo que tem dinamizado e transformado indubitavelmente o mundo das viagens, que utiliza uma técnica de mercado para atrair os clientes de determinado país através da sua língua oficial, pelo menos cuja população seja numerosa e o que parece

provar que nem sempre é necessário localizar um produto, mesmo em países onde o défice de conhecimento de língua estrangeira seja alto.

Ao consultarmos o portal daquela companhia aérea podemos constatar que o Inglês é a língua utilizada (também) para os clientes em Portugal.

Isto também é possível, porque estamos a falar em regras de localização, ou seja, tanto em Portugal como noutros países, as regras de localização passam pela adaptação de vários elementos, tais como, língua, cores, medidas, moeda, questões de índole cultural, etc..

Se aceitarmos que já existe de facto uma cultura europeia e que já possuímos várias heranças em comum, como por exemplo a moeda única e podermos viajar livremente na Europa, talvez não seja tão difícil pensar e aceitar que a *Ryanair* aposte na língua Inglesa e a utilize para divulgação dos seus produtos nalguns países europeus, entre eles Portugal.

No entanto, mesmo que

> *"o inglês [seja], atualmente, «a língua» universal da comunicação não parece ser incompatível, por enquanto, com a tendência para a especialização linguística dos produtos que circulam na rede, nomeadamente (mas não só) os produtos informáticos. Na verdade, deteta-se uma tendência crescente nesse sentido*" (Díaz-Fouces, 2004).

Para provar esta tendência, a *Brussels Airlines* possui o seu portal sempre em Inglês por defeito, mesmo em países que são multilingues e de língua não oficial Inglesa.

Visitando o sítio Web desta companhia aérea, pode-se igualmente constatar que aquela companhia aérea disponibiliza a versão também em Português, e na Suíça, em três das quatro línguas oficiais daquele país.

Posso concluir que nem todas as empresas acham rentável localizar as suas páginas Web para apresentação dos seus produtos, principalmente se o número de falantes nativos não for elevado, sobretudo se pensarmos que o Português na Europa não ultrapassa muito os 10 milhões.

Ademais, "*o estudo mostra que Portugal é o país da União Europeia (UE) onde menos se valoriza a aprendizagem de outra língua para além da materna (73% contra 93% de média na UE) e o único país onde este sentimento se manteve igual desde 2001*" e acrescenta que "*quase três em cada quatro portugueses acham mesmo que o ensino de línguas deveria ser uma prioridade política, enquanto a média dos 25 [estados-membros] que pensa o mesmo ronda os 66%" (*O Público, 2006).

Antes de prosseguir, gostaria apenas de focar a seguinte constatação de Oscar Díaz-Fouces, no que toca ao incentivo ao crescimento dos conhecimentos linguísticos na Europa:

> *"O período subsequente à Segunda Grande Guerra coincidiu com o (re)nascimento do interesse pela tradução, tendo-se multiplicado os centros universitários de formação de tradutores e intérpretes.*
>
> *Por motivos óbvios, essa rede foi especialmente profícua nas estruturas multi-estatais, nomeadamente na Europa, cujo potencial económico é indiscutível, podendo investir uma parte significativa do orçamento comunitário na perpetuação – e garante – do atual status quo (multi)linguístico dentro das fronteiras da União Europeia.*
>
> *Recorde-se, a propósito, que, entre 1996 e 1999, o Conselho da Europa desenvolveu o Programa MLIS – Multilingual Information Society Program – que, graças a um orçamento de 15 milhões de euros, promoveu a diversidade linguística, o acesso à informação, a otimização do uso das novas tecnologias e o estímulo à criação de serviços multilingues*" (Díaz-Fouces, 2004).

Numa nota rápida, antes de avançar, não só os Portugueses continuam a ler muito pouco (notícias SIC, no Jornal da noite de 23 de abril de 2008) como também os Portugueses são aqueles que na União Europeia veem mais televisão e usam menos as novas tecnologias de informação e comunicação, sendo apenas batidos pelos Italianos.

> *"E a Finlândia e Holanda são os países onde a população passa menos horas frente ao pequeno ecrã, preferindo navegar na Web ou usar outras novas tecnologias, como o telemóvel ou o comércio eletrónico"* (Bastos, 2007).

Talvez esta possa ser uma razão pela qual a Localização Web ainda não esteja tão implantada em Portugal.

3.1 – As Localização Web e Localização de Software de mãos dadas

Pode parecer-nos um pouco contraditória a ideia de adaptação e regionalização de um produto se pensarmos que a internacionalização pretende precisamente tornar possível o acesso a qualquer cidadão do mundo a um produto que se pretende ser de utilidade para qualquer um deles. A ideia não seria adaptar um produto a ser vendido globalmente? Por que é necessário então, regionalizá-lo?

Na realidade, um processo complementa o outro: a Internacionalização, que já foi identificada anteriormente, é o processo que generaliza um *software* a nível global, preparando o terreno e tornando mais fácil o processo de Localização, que é realizada posterior e separadamente.

Todo o processo de localização deve ser dividido em diferentes etapas para tornar esta tarefa complexa em algo de mais fácil gestão.

Em primeiro lugar, o processo de pré-tradução que consiste na análise do material, da elaboração do orçamento, negociação do mesmo, planeamento do projeto, do levantamento terminológico dos termos utilizados no *interface* para o cliente e na documentação.

Depois dos termos terem sido aprovados e do *interface* ter sido testado a nível de botões, menus, caixas de diálogo e outro tipo de mensagens, pode partir-se para a tradução, propriamente dita, dos termos com base na terminologia pré-aprovada.

Nesta fase da tradução, as memórias de tradução são uma ajuda preciosa para o tradutor/localizador, as quais não são, nada mais, nada menos, que bases de dados onde se guardaram várias traduções de diferentes terminologias e que são guardadas para posterior uso, manutenção e correção.

Muitas já foram criadas pelos mesmos tradutores/ localizadores, outras por outros profissionais e outras pelos serviços de tradução das Instituições Europeias. É claro que as vantagens são inúmeras, tais como o número de repetições de uma tradução para a outra, a semelhança entre traduções salta automaticamente à atenção do tradutor e a própria fiabilidade dessas memórias de tradução quanto à sua metodologia e terminologias.

Costuma-se dizer, no entanto, que "não há bela sem senão" e também existem alguns inconvenientes em utilizar memórias de tradução, mas o principal é o facto destas memórias de tradução serem utilizadas por bastantes tradutores e conterem eventuais erros que depois podem influenciar a tradução de qualquer outro tradutor, já para não falar na possível concordância na forma, apesar de não na semântica.

> *"Um fator habitualmente menosprezado na formação de tradutores, mas que nós não queremos deixar de lado, tem a ver com a operação com que abrimos esta epígrafe: a gestão das encomendas, do ponto de vista profissional, que inclui a criação de orçamentos, as estratégias de fidelização dos clientes e o fluxo de trabalho.*
>
> *Habitualmente, a tradução de sítios da Internet faz parte de encomendas que ultrapassam o caráter pontual.*
>
> *Na prática, as empresas do comércio eletrónico necessitam de contar com atualizações periódicas dos conteúdos multilingues das suas páginas.*
>
> *Obviamente, nenhuma delas estará disposta a remunerar as atualizações das páginas, mantendo os preços das primeiras traduções.*
>
> *A reciclagem de material traduzido (e, portanto, o uso de memórias de tradução a que já nos referimos) é praticamente inevitável nestes casos, devendo a gestão de orçamentos e a faturação adequar-se a este facto*" (Díaz-Fouces, 2004).

Antes de passar à parte de engenharia, deve fazer-se a revisão técnica e linguística do material traduzido e só depois o redimensionamento dos elementos da interface do utilizador, definição das teclas de atalho e compilação dos ficheiros com textos localizados.

Seguidamente, pode-se efetuar o teste em sítios já localizados, para ver se o novo *interface* poderá ter sucesso, utilizando a documentação e ajuda *on-line*, sem esquecer que este processo terá de passar por uma edição eletrónica.

No momento anterior ao da entrega do produto já traduzido e localizado, deve existir um controlo de qualidade, como por exemplo o controlo linguístico e uma

lista de itens, entre eles a verificação da mesma forma de traduzir de cabeçalhos, menus e outros títulos ou capítulos.

A parte pós-tradutiva consiste no testar da funcionalidade e da compatibilidade do *software* internacional ao mercado nacional e ao público-alvo de nicho de mercado, na releitura e revisão, validação do conteúdo pelo cliente, entrega e faturação.

Posteriormente, poderá manter-se sempre contacto e um acompanhamento desse produto traduzido.

Gostaria de apresentar uma tabela dos conhecimentos e das ferramentas necessárias no currículo em Localização de *Software*, de acordo com o Professor Richter:

PROFESSIONAL REQUIRED	BASIC SKILLS
Translator	Text Processing
Translator	Terminology Management
Translator	Retrieval
Translator	Internet WWW
Technical Writers & Software Engineers	Technical Writing
Technical Writers & Software Engineers	Hard- and Software
Technical Writers & Software Engineers	Network
Technical Writers & Software Engineers	Databases
Translator	Additional Skills
Translator	Translation Skills
Translator	Translation Memory Systems
Technical Writers & Software Engineers	Character Encoding

Este Professor também referiu que "*as capacidades necessárias aos parceiros industriais da localização são: competências linguísticas e Tradutoras, gestão de terminologia e experiência de ferramentas de tradução e de localização" (*minha tradução de inglês de Richter, 2008).

A qualidade é muito importante a ter em todo o processo de tradução. Conforme a Norma Europeia EN 15038, a qual *"estabelece as seguintes coordenadas para a definição das principais competências a valorizar num profissional de tradução*" (Fernandes, Alves e Monteiro: 2006: 21).

A saber, muito resumidamente: "*Competência de Tradução; Competência Linguística e Textual na Língua de Partida e de Chegada; Competência de Pesquisa, Aquisição e Processamento de Informação; Competência Cultural e Competência Técnica*" (idem: 2006: 21).

Por último, antes de passar para o próximo subcapítulo, gostaria de referir novamente o Professor Richter, o qual falou nos conhecimentos que deve haver a nível informático numa equipa de localização, onde é crucial (co)existir um grupo de trabalho coeso, dinâmico e com espírito de equipa. Ei-los:

1 – Sotware Concepts;
2 – Basics of Internationalization of Software;
3 – File Formats;
4 – HTML, XML;
5 – Translation Tools;
6 – Localization Tools;
7 – Project Management;
8 – Quality Assurance.

3.2 – A Técnica de Localização de Páginas Web em Portugal

A técnica de criação de Páginas Web é idêntica em qualquer país, embora se tenha e devam sempre respeitar-se vários parâmetros, os quais já foram abordados anteriormente.

No entanto, gostaria de voltar a fazer referência a Richter, no que toca à adaptação dos produtos de *software* ou de *Websites* a um mercado local. Estes devem contar com:

1 – Linguistic characteristics (translators);
2 – Cultural characteristics;
3 – Desired "Look-and-Feel";
4 – Special Technological Methods and Tools.

O professor ainda frisou um aspeto bastante importante que muitos tendem a esquecer, que é o facto de o cidadão comum não estar preparado ou não possuir conhecimentos tão técnicos.

Desta forma, devemos preparar um produto de acordo com o público-alvo e/ou um programa de fácil utilização. Aquilo que nós preparamos e colocamos no

mercado, é aquilo que o cidadão vê, consome e utiliza e convém ser "user-friendly".

Qualquer empresa que hoje tente impor-se no mercado seja em Portugal, seja no estrangeiro, deve sempre apostar na sua imagem e na divulgação dos seus produtos e, devido ao impacto que a Internet teve e tem no dia-a-dia das sociedades, as empresas devem apostar na criação de uma página Web para dar a conhecer mais facilmente os seus produtos.

É importante salientar que estas páginas Web devem ser, em princípio, preparadas para serem suportadas por alguns ambientes, tais como o Internet Explorer (o mais utilizado desde sempre), o Mozilla e o Jaguar, só para mencionar alguns.

Desta forma, o mercado português, já começa a adotar essa técnica e adaptar os seus produtos às sociedades estrangeiras, principalmente na Europa. É curioso notar que, em vários sítios da Net, embora os seus produtos já sejam comercializados em vários pontos do globo e em países com línguas bastante díspares umas das outras, há raríssimas páginas Web de empresas (multi)nacionais portuguesas que apresentam disponível o seu portal senão em Inglês.

Há a exceção das Caves do Vinho do Porto do Grupo *Cálem*, em que também disponibiliza a página em Francês. Já no caso da *Sandeman*, a empresa de Vinhos do Porto e outros vinhos, o Xerez, por exemplo, originário da Andaluzia, em Espanha, apostou num endereço de domínio europeu (.eu) e totalmente em Inglês, mesmo para os consumidores Portugueses. A sua página inicial propõe as boas-vindas em várias línguas, provavelmente correspondentes aos países para onde este vinho é mais exportado.

Nestas páginas Web, cuja visita na Net é vivamente aconselhável, embora o utilizador não veja, muitas técnicas e muitos programas são necessários utilizar.

A programação Web utiliza variadíssimos *softwares* e a "linguagem" HTML (*HyperText Markup Language)* ajuda bastante no que toca à construção de sítios Web e à disposição e apresentação dos mesmos no ecrã, a qual pode ser criada utilizando o simples "Bloco de Notas" disponível no sistema operativo *Windows*.

A programação Web é um conceito bastante complexo, mas hoje em dia é cada vez mais acessível devido à otimização de variadíssimos programas criados para construir estas páginas interativas.

Além do "HTML", convém referir outras Tecnologias aplicadas à Localização, tal como mostrou o Professor Richter:

1 – Code Systems
2 – SGML, XML, XHTML;
3 - Dynamic Webpages;
4 – Localization Tools.

Da seguinte página Web, pertencente à empresa de cortiças *Amorim*, outro produto português bastante importante para o mercado nacional ao nível das exportações, poderei mostrar posteriormente como se apresenta a linguagem de programação que está por detrás da página principal que aparece imediatamente nos ecrãs para usufruto dos internautas, disponibilizando-lhes uma versão em Português e outra em Inglês.

Antes de concluir este meu trabalho, gostaria de mencionar Araújo. Segundo ele,

> *"A Irlanda é hoje uma referência mundial na localização Web graças a diversos tipos de incentivos e programas governamentais nesta linha*" (Araújo, 2003: 2).

Continua afirmando que

> "*Ali reuniram-se uma grande quantidade de empresas de internacionalização e localização, como a Berlitz, SDL, Lion-Bridge, Bowne-Global, uma imensa comunidade de tradutores profissionais de todos os países do mundo e técnicos e engenheiros de localização*" (Araújo, 2003: 2).

Posso chegar à conclusão que, de certa forma, talvez o sucesso da economia irlandesa seja o facto de estar virada para o futuro e apostar nestas novas dimensões do saber, algo que talvez falte ainda em Portugal, para vermos as nossas empresas a internacionalizarem-se e a lançar os seus produtos noutros mercados.

Por essa razão temos grandes empresas nacionais a apostar na divulgação dos seus produtos através dos seus portais na Internet, tais como a *Compal* e a *Sumol*. Ao visitar a página da *Sumol* pode-se constatar a mesma está a apostar na construção do seu sítio em língua inglesa.

No que diz respeito à *Compal*, esta já dispõe de um portal tanto em Português como em Inglês.

A verdade é que a *Compal* já conseguiu distribuir os seus produtos pelos quatro cantos do mundo, mas não apostou senão na língua inglesa para promoção dos mesmos, embora as embalagens dos seus produtos, nomeadamente de sumos, apresentem os ingredientes e demais informação nas línguas de cada país de importação, conforme a lei.

4 – Conclusão: O Futuro da Localização Web em Portugal

Como conclusão, penso que o futuro da localização Web em Portugal deverá passar por um incremento da aposta das empresas em promoverem os seus produtos alhures, pois pertencemos a um mundo que se assemelha a uma aldeia global, onde a comunicação e a informação são cada vez mais fáceis.

Gostaria de focar os seguintes aspetos antes de terminar este meu trabalho:

> *"Entre as caraterísticas desta nova era, encontra-se o aumento da mobilidade - social, física e psicológica - que abalou os modelos de organização social tradicionais e transformou a «comunicação» na palavra de ordem.*
>
> *É, hoje, um lugar-comum afirmar que uma pessoa tem acesso a mais informação num só dia do que alguém nascido nos primeiros anos do século XVIII, em toda a sua vida, devido à virtualização da informação.*
>
> *A possibilidade de transmitir informações de forma maciça e virtual para o mundo inteiro (embora sujeita às limitações impostas pelas várias formas de censura ideológica e os muito menos subtis constrangimentos económicos) está diretamente relacionada com a criação, pela primeira vez, na história da Humanidade, de uma área de intercâmbio comercial, baseada no mercado livre, e de âmbito global*" (Díaz-Fouces, 2004).

Portanto, para que Portugal, a respetiva economia e as empresas nacionais se tornem cada vez mais competitivas e conhecidas a nível mundial, é urgentemente necessário que aquelas apostem na GILT, e o Governo Português as apoie financeiramente, pois se assim não for as empresas (multi)nacionais Portuguesas não conseguirão competir no mercado mundial e a economia Portuguesa jamais conseguirá ir em frente e tornar-se um exemplo de sucesso a seguir, tal como a Irlandesa.

Finalmente, gostaria de afirmar que o conceito de Localização de Páginas Web em Portugal ainda está nos seus primórdios, baseando-me também na informação publicada num relatório da *SPICE-PREP II – Report on eContent Localisation*, patrocinado pela Comissão Europeia e mencionada por Díaz-Fouces:

> *"Os mais baixos níveis de eficácia de localização (abaixo da média europeia) encontram-se na Alemanha, na Grécia, na Polónia, na Áustria, na Espanha, na Hungria, na Itália e em Portugal"*.

Penso, contudo, que a localização irá desenvolver-se muito mais nos próximos anos, tornando-se um desafio único para os tradutores e/ou localizadores e jamais por eles – que cada vez mais devem receber formação para saber traduzir para a Net – localizadores, editores, revisores, gestores de projeto, técnicos de marketing e publicidade, técnicos de grafismo (*designers*), técnicos de *software* e outros profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo de localização, nomeadamente no Mercado Português, independentemente da língua que falemos ou do facto de utilizarmos maioritariamente o Inglês para que as empresas tornem conhecidos os nossos/seus produtos tanto aquém como além-fronteiras, utilizando uma abordagem holística da localização.

Para concluir, gostaria de referir Dray e Siegel (Dunne, 2006: 281) quando afirmam que os produtos são concebidos num país e pretende-se vendê-los no resto do mundo.

Quando se concebem produtos, serviços e sítios na Net, devem-se conhecer a fundo todos os utilizadores, tanto os nacionais como os internacionais. Devem-se compreender as semelhanças e também as diferenças e particularidades quando se está a conceber ou idealizar um produto que funcione para cada um deles.

Não basta, portanto, localizar apenas os produtos; também se deve ter em conta a essência da intenção de um produto e a quem pode servir independentemente de onde esse alguém possa viver.

O *design* deve, por isso ser internacional, o que representa um desafio considerável. Já que o *design* pode e significa coisas diferentes para as várias pessoas, urge explicar o se entende por design.

Quando falamos dele, referimo-nos não só à aparência física de um produto, mas também e sobretudo ao processo total segundo o qual os produtos são concebidos e desenvolvidos, desde os primórdios do seu planeamento até ao seu lançamento e serviço pós-venda necessário.

Uma definição holística centra-se na abordagem e no processo, e não meramente no resultado de tal processo.

5. Bibliografia

Adab, Beverly and Valdés, Cristina, "The Translator: Key Debates in the Translation of Advertising Material", Manchester, 2004;

Adidas, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008. Disponível em: http://www.adidas.com/pt/shared/home.asp;

Amorim, [sítio na Web em linha], consultado a 20 de abril de 2008. Disponível em: http://www.amorim.com/cor_neg_borracha.php;

Ashworth, David and O'Hagan, Minako, "Translation mediated Communication in a Digital World: facing the Challenges of Globalization and Localization", Clevedon, 2002;

Austermühl, Frank, "Between Babel and Bytes – The Discipline of Translation in the Information Age", [em linha] (1998), consultado a 17 de abril de 2008.Disponível em: http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm

idem, "Electronic Tools for Translators", Manchester, Northampton, 2001;

Bastos, Inês David, "Portugal prefere a TV e Finlândia usa mais a Net", in Diário de Notícias, edição em papel, de 14 de novembro de 2007, consultado a 20 de abril de 2007. Disponível em: http://dn.sapo.pt/2007/11/14/media/portugal_prefere_televisao_e_finland.html;

Brussels Airlines, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.brusselsairlines.be/en%5Fbe/home/;

Cálem, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.calem.pt/;

Compal, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.compal.pt/;

Díaz-Fouces, Oscar, "A Localização de Páginas da Internet na Formação de Tradutores, Vigo, 2004. Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Dunne, Keiran J., "Perspectives on Localization", Amesterdão, Filadélfia, 2006;

Esselink, Bert, "A Practical Guide to Localization", Amesterdão, Filadélfia, 2000;

idem, "A Practical Guide to Software Localization", Amesterdão, 1998;

Eurobarómetro da Comissão Europeia [em linha], consultado a 21 de abril de 2008. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_en.pdf;

Fernandes, Paulo, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Ferreira-Alves, Fernando, "GILTy OR NOT GILTy: o re-enquadramento da profissão de tradutor face ao evangelho da normalização", [em linha] (2006), consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7168/3/GILTy%20or%20not%20GILTy%20-%20Paper%20Contrapor%20Fernando%20Ferreira%20Alves.pdf;

idem, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Hines, Colin, "Localization: A Global Manifesto", Londres, 2000;

International Research Associates, European Commission's Education and Culture Directorate-General, Bruxelas, 2001;

Investopedia [em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.investopedia.com/terms/g/glocalization.asp;

Jornal "O Público", notícia da Agência Lusa "União Europeia: portugueses são os que menos se interessam por aprender outras línguas", 2006, consultado a 20 de abril de 2008. Disponível em: http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1248544&idCanal=74;

LISA – Localization Industry Standards Association [em linha], consultado em 16 e 17 de abril de 2008. Disponível em: www.lisa.org;

Magalhães, Francisco José, "Da Tradução Profissional em Portugal", Coleção Voz de Babel, Lisboa, 1996;

Monteiro, Sérgio, "Kit e Guia de Tradução", 2006, Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Nike, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008. Disponível em: http://www.nike.com/g1/eu/index.jhtml?lang=1,7;

Pym, Anthony, "The Moving Text: Localization, Translation and Distribution", Amesterdão, 2004;

idem, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008. Disponível em: http://www.tinet.org/~apym/on-line/on-line.html;

Revista Confluências, [em linha], consultado a 23 de abril de 2008. Disponível em: http://www.confluencias.net/n3.htm;

Revista Tradumática, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/cvc/tradumatica/rec.html;

Richter, Volkmar, University of Applied Sciences, em Köthen – Alemanha, em aula no ISCAP a 22 de abril de 2008.

Ryanair, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.ryanair.com/site/EN/?culture=PT;

Sandeman, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.sandeman.eu/;

Sessions' Presentations 1, 2 and 3 – Material disponibilizado no "Moodle", ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Sumol, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: http://www.sumol.pt/.

79. ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, S PAULO, BRASIL

TEMA 1.3 OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA: PERTINÊNCIA E IMPERTINÊNCIA DO TEXTO

Os Sertões, livro de Euclides da Cunha, é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra:

1. obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação etc.

2. qualquer coisa cujas proporções sejam colossais. O primeiro sentido, de um modo geral, é bom, mas o segundo nem sempre. De fato, uma obra de tal porte é muito penosa para erigir e para fruir.

Assim acontece com a obra euclidiana tão decantada, mas em tudo trabalhosa, a partir de sua classificação nem um pouco consensual. Há quem a julgue obra épica, como Cavalcanti Proença. Também Vargas Llosa costuma apontá-la como um grande momento épico tal como a Ilíada e Odisseia.

É vista ainda como romance histórico ou documental e um dos biógrafos de seu autor a considera reconhecimento de culpa por não ter visto como foi um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros e comércio de mulheres e crianças.

Neste momento, deter-nos-emos na colossalidade do vocabulário de um texto exarado em 156.849 palavras (numa rápida contagem na mídia eletrônica). Poderemos ressaltar a pertinência do texto, polifônico e intertextual, em sua produção, pela quantidade e variedade de natureza das palavras, na adequação ao contexto.

Por outro lado, podemos atentar para a impertinência do mesmo texto, pelo desconforto que causa e pe1o esforço de exige de seu receptor. Por isto seus leitores não se contam facilmente aos milhares.

Em 2009, ano de comemoração do centenário da morte de Euclides da Cunha, escritor brasileiro, seu nome foi proposto na temática deste Colóquio, no tocante à preservação da memória, voltamos à sua obra-prima, *Os Sertões,* com cento e sete anos de sua primeira publicação, em 1907.

Antes desta obra, o autor, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, escreveu sobre a Guerra de Canudos, em artigos publicados na capital paulista, antes mesmo de qualquer contato com o sertão da Bahia.

Comentou a derrota da terceira expedição enviada ao cenário da luta, comandada por Moreira César, em dois artigos publicados no Jornal, em 14 e 17/03/87, sob o título "A nossa Vendeia". Neles aproximava o conflito de sertanejos da Bahia à rebelião de camponeses, monarquistas católicos franceses, ocorrida na Vendeia, França, entre 1793 e 1795.

Segundo Euclides, os camponeses católicos ameaçaram a Revolução Francesa; assim também os sertanejos de Canudos, capitaneados por Antônio Conselheiro, puseram em perigo, a república recém-proclamada no Brasil.

Os dois artigos, de certa maneira, preparavam o livro de 1902, com análise geográfica e do clima da região, de aspectos étnico-culturais do sertanejo nordestino, baseados em informações de Teodoro Sampaio, que estudara anteriormente a área. Deixavam antever a polifonia de *Os Sertões*, invocando vozes de naturalistas como Saint-Hilaire, Martius e Humboldt e, fazendo coro à tese positivista de que "*o homem é determinado pelo meio, a raça e o momento histórico"*, antecipavam *"algumas das teses de Os Sertões sobre a simbiose entre a terra e o homem*" (VENTURA, 2002, 179).

Euclides da Cunha seguiu para a Bahia, na quarta expedição a que se juntou de agosto a outubro de 1897. Chegou a Canudos em 16 de setembro e lá permaneceu por três semanas, até 03 de outubro, dois dias apenas antes do término da guerra. Descreveu o lugar chamando-o "urbs monstruosa" (sic), uma povoação estranha, sem ruas definidas, num labirinto de becos onde as casas se amontoavam em total desordem. Silenciou sobre a crueldade da guerra, que acompanhava entre oficiais da engenharia e do quartel-general.

As matérias enviadas pelos correspondentes eram submetidas à censura de militares. O único a revelar abusos cometidos pelos militares foi o monarquista Afonso Arinos.

Em "Nota preliminar" à obra-mestra, redigida em 1901 (e publicada nas edições de 2002 e 2003, às pp. 13-14 e 195-196, respectivamente), Euclides da Cunha declarou sua intenção de "*esboçar […] os traços atuais das sub-raças sertanejas do Brasil* " (p. 13), vendo-as fadadas ao desaparecimento diante da civilização e das correntes migratórias invasivas. Chamou o sertanejo de "jagunço destemeroso", "tabaréu ingênuo", "caipira simplório", destinado a ficar, em breve, entre "tradições evanescentes ou extintas" (pp. 13 e 195).

Advindo de cruzamentos propícios à formação de uma raça, mas falho de equilíbrio e de velocidade entre povos em marcha, tornou-se retardatário relativamente a seu tempo, caminhando para o "*esmagamento inevitável das*

raças fracas pelas raças fortes" (idem, idem). Isto foi dito pelo mesmo autor que afirmaria, mais adiante, palavras para serem repetidas à exaustão: "*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral"* (pp. 106 e 270).

Depois, longe da batalha final, não cantou a vitória dos militares republicanos, mas denunciou um crime perpetrado contra os jagunços, dizendo que os seguidores do Conselheiro não se renderam; foram, sim, esmagados. E apontou os últimos defensores de Canudos: uma trincheira de mortos que assombrava um exército enfraquecido, "sem distintivos nem fardas.

No último reduto, no "hospital de sangue" caíram os quatro últimos jagunços – *"um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados"* (pp. 496-497 e 586-587). Euclides redigiu grande parte de seu livro em São José do Rio Pardo, cidade paulista onde construiu uma ponte.

Publicou-o na Editora Laemert, do Rio de Janeiro, a cujo editor, Gustavo Massow, fora apresentado por Lúcio de Mendonça, com o apoio do crítico José Veríssimo. Pronto o livro, escrito durante quatro anos, Euclides passou dias e noites na tipografia, corrigindo erros em exemplares já impressos.

Temendo a reação dos críticos e dos militares, tomou um trem para Lorena, de onde partiu a cavalo, na madrugada, vagando pelo interior paulista. Voltou de Taubaté para Lorena, onde encontrou duas cartas do editor: na primeira, este se mostrava arrependido com a publicação, pois nenhum exemplar fora vendido, nem para sebos; já na segunda, enviava recortes de jornais que noticiavam o sucesso do livro de cuja primeira edição foi vendida mais da metade em menos de oito dias.

Segundo Ventura (2002: 172), "*o livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, com mais de cinquenta edições em língua portuguesa e traduções em cerca de dez línguas. Seu autor se tornou membro, em 1903, do Instituto Histórico e Geográfico e foi eleito, no mesmo ano, para a Academia Brasileira de Letras*".

A obra tão decantada tem sido objeto de classificação variada. Seu autor, pelo que se pode depreender de sua Nota Preliminar, acima comentada, pretendia ver nela a denúncia de um crime. Fazia um mea-culpa culpa, por não ter reconhecido como um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros, de mulheres e crianças.

Seria, assim, uma obra documental e histórica, como a considerou mais de um analista. Vargas Lhosa (2006: 126), depois de ter declarado, em entrevistas a jornais e revistas, ter visto em *Os Sertões*, um grande momento épico como foram a Ilíada e a Odisseia, afirmou:

> *Acredito que, como um grande romance, é ao mesmo tempo um livro que não pode ser definido por nenhum rótulo de forma plena. Não se pode dizer que seja um romance, mas também que o é, no sentido de que os personagens têm vida própria porque há uma língua que os cria. Existe uma história que morde o próprio rabo, um episódio que se fecha sobre si mesmo.*
>
> *Mas, de forma paralela, não é um romance, porque está baseado em fatos históricos e tudo aquilo que conta está muito bem documentado. Há um personagem que faz as vezes de narrador e cuja idiossincrasia se parece à dos narradores dos romances de Victor Hugo: presente visível, egocêntrico, exibicionista; o narrador todo-poderoso dos romances românticos, neste caso o próprio Euclides da Cunha, que entra constantemente a opinar, exortar, polemizar com o leitor.*

Proença (1971: 248), falando de Euclides de Cunha, lembra características que lhe foram atribuídas por Araripe Júnior: o 'talento épico dramático' e o 'gênio trágico'. Alia a isto o gosto euclidiano pelos versos decassílabos perfeitos que "são incontáveis em *Os Sertões*, abrindo ou fechando períodos" e busca, detalhadamente "o traço marcante da tragédia helênica na composição", declarando-a uma epopeia

Na primeira parte – "A Terra" – vê a "armação do palco onde será representada a trágica peleja entre os irmãos que se desconhecem e que o destino colocou no papel de antagonistas". São antagônicos: o brasileiro do litoral, separado por séculos de evolução histórica do brasileiro do interior, o sertanejo.

A segunda parte de *Os Sertões* ("O Sertanejo") "retrata o homem brasileiro, como quem define caracteres e apresenta o elenco" (idem, 249). O protagonista tem no Antônio Conselheiro "este particular que explica o geral, o ponto de agregação em que convergem as características da sociedade sertaneja".

Também aparecem no primeiro plano, para serem vistos pelo público, os deuteragonistas, isto é: "atores secundários quanto ao papel, mas essenciais ao enredo" (idem).

Aqui, Proença arrola os chefes jagunços: alguns nomeados com alcunhas que qualificam: Volta-Grande, Pajeú, Pedrão, Tranca-Pés, Boca-Torta, Chico-Ema, João Abade; outros com apelidos que indicam origem: Quinquim do Coiqui e Fabrício do Cobocó.

No proscênio, são exibidos os coronéis Moreira César e Tamarindo, o general Machado Bittencourt, os militares Chagas Teles e Siqueira de Menezes, entre outros. O "desmedido anfiteatro", por Euclides chamado de "monstruoso" é definido por cadeia de montanhas:

> *Canudos, assim circunvalado quase todo pelo Vaza-Barris, embatia para o sul contra as vertentes da Favela e dominado a ocidente pelas lombas mais altas de flancos em escarpa em que se comprimia aquele nas enchentes, desatava para o levante segundo o expandir dos plainos ondulados.*
>
> *As montanhas longínquas fechavam-se em roda, formando, quase contínua, uma elipse de eixos dilatados. Feitos postigos em baluarte desmedido, abriam-se, estreitas, as gargantas em que passavam os caminhos: o do Uauá, estrangulado entre os pendores fortes do Caipã; o de Jeromoabo, insinuando-se nos desfiladeiros do Cocorobó; o do Cambaio, em aclives, investindo com as vertentes do Calumbi; e do Rosário* (2003:161-162).

Na terceira parte – "A Luta" – Movimentam-se os atores no cenário em que os combates se desenrolam. Aparece também o coro formado pelos crentes, os sertanejos que carregam seus mortos, entoando "benditos" em contraposição aos soldados, com suas fanfarras. No coro, Proença (1971: 249-250) vê o autor como corifeu. Não se esquece de falar do coro dos animais: "a cadência triste e preguiçosa de boiada", em que se destaca "a voz do vaqueiro aboiando, num toar merencório". O livro de Euclides da Cunha é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra, no Houaiss:

> *"1. obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação, etc.*
>
> *2. qualquer coisa cujas proporções sejam colossais. O primeiro sentido, de um modo geral, é bom; mas o segundo, nem sempre. Com efeito, uma obra portentosa se faz difícil para erigir e para fruir. Se atinge maior pertinência pelo sucesso de sua produção, pode tornar-se impertinente, pelo esforço que exige quando de sua recepção*

É bem isto o que podemos observar no caso de Os Sertões, como aqui procuraremos mostrar. Seu autor valeu-se de recursos diversos para construir obra de tal porte. "*Se tamanho, de fato, não é documento*" havermos de convir que é preciso bastante fôlego para exarar um texto assim longo: lemos cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove mil palavras, contadas eletronicamente no texto da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro[463]. Palavras que se juntam num trabalho artesanal respeitável pela sua escolha, pelas figuras de linguagem que criam, pela diversidade de línguas e de campos semânticos de onde vêm.

Analisemos, de saída, a pertinência do texto: pertinência que se explica pelo sucesso alcançado junto à crítica e pelo considerável número de edições. São numerosas as figuras de linguagem empregadas no texto. Apontaremos apenas algumas, extraídas de trechos escolhidos aleatoriamente e entregues para leitura dos sujeitos da pesquisa descrita abaixo. São frequentes as antíteses: mar e terra, praias e serras, costa e sertão, talvegue (linha de maior profundidade no leito de um rio) e plaino (planície) ondulado; borda marítima e região alpestre. Citamos aqui apenas algumas, encontradas no primeiro trecho destacado da obra: "2002: 197 – 201.

Encontram-se também casos especiais de antítese, em que os contrários se excluem. São oximoros encontráveis em *Os Sertões*: o primeiro deles é Hércules-Quasimodo (2002: 270).

Aqui se opõem dois símbolos: o primeiro, Hércules, é criação da mitologia grega, figura da força aliada à beleza; o segundo, Quasímodo, é criação literária de Victor Hugo, aliada à feiura, à desproporção. Outros oximoros frequentemente

[463] Disponível em http://www.bibvirt.futuro.usp.br, num total de trezentos e quarenta e oito páginas.

apontados aparecem: Troia de Taipa (2002: 315) e pequeno grande homem (idem: 592).

Mais uma figura de linguagem – antonomásia – encontra-se no segmento em que Euclides (2002: 201) descreve a orografia do Planalto Central do Brasil: " *[…]apontam, rijamente, sobre as áreas de nível, os últimos fragmentos das rochas enterradas, desvendando-se em fraguedos que mal relembram, na altura, o antiquíssimo "Himalaia brasileiro", desbarrancado, em desintegração contínua, por todo o curso das idades*. " Entende-se melhor a figura perifrástica na explicação do *site* Jureia[3]: Era o 'Himalaia brasileiro', que se alongava por quase 1500 quilômetros, do sul do atual estado de Tocantins ao sul de Minas Gerais.

Quem viaja por esses estados só encontra morros com algumas centenas de metros: chuva, vento e fraturas naturais consumiram a imensa massa de granito ao longo de 630 milhões de anos. Mas do maciço rochoso restaram resquícios a partir dos quais geólogos de São Paulo e de Brasília estão reconstruindo a história geológica do Centro-Oeste do país.

Se a alegoria pode ser definida como figuras dispostas numa sequência, não podemos deixar de vê-la em um trecho de *Os Sertões* que sempre nos impressionou fortemente, onde o autor descreve um pedaço do sertão atingido de forma particular pela canícula:

> *"[…] a região selvagem, desertus australis como a batizou, (Martius) mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, silva horrida no seu latim alarmado*".

O trecho, intitulado por Euclides da Cunha de "Higrômetros singulares", apresenta como instrumentos medidores da umidade do ar, ou melhor, da secura da região, cadáveres mumificados de homens e animais que montavam uma cena de horror. Destacamos, para amostra um trecho:

> *Pequenos arbustos, icozeiros virentes viçando em tufos intermeados de palmatórias de flores rutilantes, davam ao lugar a aparência exata de algum velho jardim em abandono. Ao lado uma árvore única, uma quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina.*
>
> *O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus, – um soldado descansava.*
>
> *Descansava... havia três meses.*
>
> *Morrera no assalto de 18 de julho. [....] E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, à vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados, formando pela última vez juntos, os companheiros abatidos na batalha.*
>
> *O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luares claros, para as estrelas fulgurantes...*
>
> *E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível.*
>
> *Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares*. (2002: 213-217)

Outro recurso com que o autor de *Os Sertões* busca pertinência em seu texto é o uso de estrangeirismos. São fontes de palavras escolhidas, além do português, latim, inglês, alemão e tupi e línguas africanas. Euclides da Cunha buscou-as livremente, usando-as quando lhe pareceram oportunas.

Colhemos primeiramente palavras do tupi e africanas, por serem elas genuínas de nossa terra, cujo português é um verdadeiro cadinho de línguas. O autor (2003:126) parece querer justificá-las quando diz:

> *[....]*
>
> *Da mesma forma que os negros haucás, adaptando à liturgia todo o ritual iorubano, realizam o fato anômalo, mas vulgar mesmo na capital da Bahia, de seguirem para as solenidades da Igreja por ordem dos fetiches, os sertanejo, herdeiros infelizes dos vício seculares, saem das missas consagradas para os ágapes selvagens dos candomblés africanos ou poracês do tupi. Não espanta que patenteiem, na religiosidade indefinida, antinomias surpreendentes.*
>
> *Arrolamos inicialmente palavras do tupi sem nos alongarmos em demasia: ananás, caatinga, caroá, (possivelmente vindo do caribe*

através do tupi), catanduva, gravatá, macambira, macaúba, mandacaru, uauá (vocábulo expressivo).

De línguas da África arrolamos: caçuá (de origem duvidosa: do africano ou do tupi), kraal e quilombola. Na obra euclidiana (2002: 317) é possível depreender o significado de kraal:

> *Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto kraal africano.*
>
> *A ausência de ruas, as praças que, à parte a das igrejas, nada mais eram que o fundo comum dos quintais, e os casebres unidos, tornavam-no como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas, e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antônio Conselheiro*.

Palavras em latim misturam-se, até com descuido, ao português: *cactus*, *cauterius*, *civitas*, *fácies*, *kyrie* (vinda do grego), *magna pars*, *urbs* monstruosa (sic). Vêm do espanhol mulato e *llano* está em espanhol mesmo.

São palavras inglesas: *wigwan* (tenda cônica de pele de animal); *hitworth* (segundo Galvão (2003:556)[464] com erro de grafia, *whitwort*, nome próprio do inventor dado ao canhão dos confederados), *canyon*, *landlord* (senhorio), *steeple-chase* (campanário), *thalweg* (corrente subterrânea ou vale profundo do rio, *fault* (falha geológica). E, em alemão, *banckling* (em vez de *backlinge,* bastardo).

Duas palavras, mesmo em português, – jagunço e favela – parecem merecer atenção especial, dada a sua importância na obra. A primeira tem origem controversa e Houaiss assim explica sua etimologia:

> *Nascentes afirma ser alteração. de zaguncho, que, por sua vez, seria alteração. de zarguncho; para AGC, originalmente 'arma de defesa', por extensão. o indivíduo que a manipula, o cangaceiro, valentão assalariado', talvez de zaguncho 'arma (do séc. XVI)', também de origem incerta, com troca da posição da alveolar e da palatal; JM considera obscuro o étimo do vocábulo; Nei Lopes sugere o quimbundo junguzu ou o iorubá jagun-jagun 'soldado'; forma histórica 1877 jagunço, 1889 jagunso.*

A palavra favela também recebe comentário, à parte, sobre sua etimologia, que transcrevemos do Houaiss:

> *Para fava + -ela; segundo Nascentes, a acepção 'habitação popular' surge após a campanha de Canudos, quando os soldados, que ficaram instalados num morro daquela região, chamado da Favela, provavelmente, por aí existir grande quantidade da planta favela, ao voltarem ao Rio de Janeiro, pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência e passaram a chamá-lo morro da Favela, transferindo o nome do morro de Canudos, por lembrança ou por alguma semelhança que encontraram; o nome se generalizou para 'conjunto de habitações populares'; forma histórica. 1909 favella'.*

Analisados alguns recursos com que Euclides da Cunha considerou adequados, pertinentes para construir sua obra monumental, passamos a ver seu reverso: como o texto se torna impertinente para alguns leitores. Tentamos ligeira pesquisa, buscando confirmar ou afastar suspeitas que nos envolviam com frequência, durante longos anos no exercício do magistério.

Para tanto reunimos 21 pessoas, vindas de sete grupos familiares reconhecidos como bons leitores, com pessoas que gostavam mesmo de ler, formadas em escolas que incentivavam a leitura.

Cada grupo constituía-se de três sujeitos, disponíveis nas seguintes faixas de idade: até 21 anos; entre 21 e 40 anos; entre 41 e 60 anos.

A cada pessoa demos 5 trechos da obra *Os Sertões*, da edição de 2002, da Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro:

Trecho 1 - pp. 197 – 201	"A terra"
Trecho 2 - pp. 221 – 227	
Trecho 3 - pp. 249 – 252	"O homem"
Trecho 4 - pp. 270 – 275	
Trecho 5 - pp. 315 – 322	"A luta"

Solicitamos que lessem os trechos que lhe despertassem interesse, preenchendo em seguida um questionário, que nos permitiu montar a tabela 1 e nos facilitou analisar sua reação.

[464] Na edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, a obra ocupa as pp. de 10 a 510; na edição sob a responsabilidade de Silviano Santiago, as pp. de 193 a 594.

	Grupos	I			II			III			IV			V			VI			VII			SOMA
	Leitores	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Atividade	Advogado									+													1
	Dona de Casa			+											+				+			+	4
	Estudante Universitário	+			+			+			+			+			+			+			7
	Farmaceútico																				+		1
	Médico		+									+	+										3
	Professor Aposentado						+									+							2
	Professor Grau I								+														1
	Professor Universitário																	+					1
	Revisor de Texto					+																	1
Idade	- 21	+						+						+			+						4
	21 - 40				+						+									+			3
	40 - 60		+			+			+			+						+			+		6
	+ 60			+			+			+			+		+	+			+			+	8
Leitura Anterior	Obrigatoria									+						+							2
	Sugerida		+				+											+					3
	Livre																						1
	Prazerosa																	+					1
	Parcial												+			+							2
	Total									+								+					2
	Nenhuma	+		+	+	+		+			+	+		+	+		+		+	+	+	+	14
Leitura Atual	Trechos Lidos		+				+	+	+	+			+			+		+			+		9
	Trechos Reconhecidos									+								+					2
	Dificuldade no Tema																						
	Dificuldade no Vocabulário		+				+	+	+	+			+			+					+		8
Desejo de Nova Leitura	Não		+				+	+	+				+			+							6
	Sim									+								+			+		3

Tabela 1: Leitores diante de *Os Sertões*

Entre os 4 jovens, cuja idade não chegava aos 21 anos, apenas 1, o de no 7, no Grupo III, num percentual de 25%, respondeu ao questionário, o que não é de todo mal. Considerando, porém, ainda jovens aqueles 3 sujeitos cuja idade ficava entre 21 e 40 anos, o total atingia sete, descendo o percentual para 14,28%.

Neste percentual apenas 1 sujeito leu os 5 trechos da obra apresentados. Os demais nem responderam ao questionário, negando qualquer atenção ao assunto. O único leitor jovem, o do G III, como os demais, não lera, anteriormente, nada de Euclides da Cunha. Isto, embora fosse muito boa aluna, tendo sido chamada pela Universidade onde fez seu 20 grau e agraciada com bolsa até o final de seus estudos. Revelou, no questionário, ter encontrado dificuldade no vocabulário da obra. Não desejava fazer nova leitura da obra. Transcrevemos seu comentário livre, que foi feito apenas sobre três segmentos por ela destacados:

Trecho 1: extremamente enfadonho. O uso de palavras e frases rebuscadas fez com que o cenário retratado não ficasse passível de visualização como deveria acontecer. Desse modo, a descrição falha em seu papel principal. Na minha opinião, um leitor que não estivesse familiarizado com a topografia, simplesmente imaginaria um conjunto de montanhas.

Trecho 2: Gostei, já que o assunto me interessa (sou estudante de Ciências Biológicas). Entretanto, o uso de ternos formais dá ao texto um tom muito antipático. O exemplo que mais me chamou a atenção foi o uso de 'estróbilos', ao invés de 'pinhas'.

Além disso, parece que o autor, ao escrever a parte 'A terra', de *Os Sertões*, deixa-se levar por um caminho que mais remete ao trabalho de um naturalista que de um literato – deixando a desejar, entretanto, em ambos os papéis. Sob o aspecto de texto científico, falta objetividade e, como literatura, recorre a excesso de termos científicos, que não valorizam o texto. Para mim, o livro cai na ilusão de que quanto mais complicado um livro, mais culto é. E essa noção infundada já deveria ter sido abandonada.

Trecho 4: Não entendi o objetivo desse trecho. Para mim não foi descrito nem o sertanejo nem o homem de outras regiões.

Na faixa entre 40 e 60 anos, com 7 sujeitos, tivemos 2 médicos, 1 farmacêutica, 2 professoras, 1 revisora de texto e 1 dona de casa. Entre os leitores dessa faixa, não responderam ao questionário 1 médico e 1 revisor de texto. Os demais sujeitos mostraram dificuldade relativamente ao vocabulário, mas não ao tema. Médicos, farmacêutica, uma professor, revisor de texto e dona de casa não querem saber de nova leitura. Entre as duas professoras, uma de Grau I e outra de Grau III, somente a segunda fez leitura anterior e manifestou desejo de nova leitura da obra. A de educação infantil, com formação universitária, respondeu que não teve dificuldade relativamente ao tema, mas, nos comentários feitos acaba por contradizer-se. Transcrevemos:

Trechos 1 e 2: leitura extremamente difícil e cansativa – linguagem rebuscada, de difícil entendimento, assim como os termos técnicos. Parece-me que o autor escreveu para si mesmo, não levando em conta que os vários leitores não possuem o mesmo 'conhecimento' técnico ou histórico, social, etc. que ele. Não ocorreu assimilação do conteúdo.

Trechos 3 e 4: igualmente cansativos, devido ao excesso de adjetivos e palavras difíceis. Quando fiz a leitura senti, pelo que pude entender, na descrição do sertanejo, um grande preconceito – compara-o ao selvagem, enquanto o gaúcho/sulista é retratado como o 'ser perfeito, a raça pura'. Talvez não tenha sido esta a ideia da obra...

Trecho 5: linguagem continua rebuscada, dificultando o entendimento do texto.

Conclusão: O excesso de palavras rebuscadas, difíceis, estrangeiras e citações de lugares, pessoas e eventos passados, demanda do leitor um conhecimento prévio, para que possa ocorrer assimilação do conteúdo e prazer na leitura.

Não consegui mentalizar nada do que li – enquanto lia e, após a leitura, não registrei passagem alguma. Sou uma leitora de livros diversos, desde epopeias gregas, medievais até literatura contemporânea e sempre mentalizo o que leio, por vezes me 'transporto' para os lugares, situações, etc.

Com *Os Sertões*, isto não ocorreu e fico extremamente frustrada e preocupada, me desqualificando até, como leitora, mediante uma obra tão famosa e monumental...Entre leitores de mais de 60 anos, temos 1 advogado, 1 médica, 2 professoras (1 de grau I e 1 de Grau III) e 2 donas de casa. As 2 donas de casa não responderam ao questionário.

Todos os que responderam apresentaram alguma dificuldade no questionário. O advogado e a professora de Grau I fizeram leitura anterior. O advogado, aliás, leu várias vezes e vê chance de nova leitura; o que não é de admirar, em vista de seu entusiasmo pela obra. Transcrevemos os comentários da professora de Grau I e do advogado, tendo em vista sua ponderação, apesar do entusiasmo demonstrado:

Comentário da professora*:*

Gostei do texto, que eu já sabia difícil; mas, sou suspeita, porque gosto de ler de tudo. Realmente o autor E. Cunha é 'cobra' mesmo. Em poucas páginas ele descreve o lugar, a povoação, a população, a índole dos romeiros e até seus pecados. Descreve a geologia do lugar, denomina suas águas numa linguagem única. Não é leitura de lazer. Tem que se ler com o objetivo de estudo ou uma outra finalidade específica.

Comentário do advogado:

"Os sertões" é um livro cuja leitura deve começar pelo seu final, O que antecede ao final do livro é uma engenhosa arquitetura para acabar culpando as vítimas de um massacre coletivo, justificando o comportamento daqueles que ordenaram ou não evitaram o banho de sangue ocorrido, com requintes de crueldade e falta total de respeito à pessoa humana.

A impertinência do texto euclidiano e o desgaste que causa à maioria dos leitores foram apontados também por críticos.

Nossos mestres Cândido e Castelo (1968: 322) dizem:

Os Sertões são uma obra monumental, que abriu nova fase nos estudos brasileiros, desvendando com violência e pessimismo o contraste de culturas, que marca a nossa civilização.

Sob o aspecto puramente literário, a influência do seu estilo muito pessoal foi em geral má: Pomposo e tenso, ele pende para o mau gosto e o desequilíbrio, sendo às vezes obscuro pelo excesso vocabular.

Ao contrário dos imitadores, e graças ao talento expressivo fora do comum, Euclides supera estes defeitos, dissolvendo-os na integridade da sua visão moral e social.

Também outros autores, além do vocabulário excessivo, apontam a intertextualidade que por vezes também fica exagerada, com autores de etnologia, climatologia, geologia, orografia, hidrografia, flora etc., a par do estilo que peca por rebuscamento e grandiloquência.

Sobre esta última intervenção indesejada no discurso, interrompendo-o de modo só comparável à quebra do curso de um rio causada pela enchente, fala, dispensando acréscimos, o poeta que Leminski (1988: 117) vê muito contrário ao brasileiro "sentimental, derramado, verborrágico" mas que procura sempre "com unhas e dentes, uma dicção seca e contida, cernes e medulas reduzidas ao essencial".

É o poeta Melo Neto (1979: 23) :

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água; em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
fio de água por que ele discorria.

o curso de um rio, seu discurso-rio

chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca de combate.

NOTAS

2. Na edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, a obra ocupa as pp. de 10 a 510; na edição sob a responsabilidade de Silviano Santiago, as pp. de 193 a 594.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, ANTÔNIO E CASTELO, JOSÉ ALDERADO (1968) PRESENÇA DA LITERATURA BRASILEIRA. VOL. II. ED. 3 SÃO PAULO: DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO.

CUNHA, EUCLIDES (2002) "OS SERTÕES" IN INTÉRPRETES DO BRASIL VOL. I (COORD, SEL. DE LIVROS E PREF. DE SILVIANO SANTIAGO. RIO DE JANEIRO: NOVA FRONTEIRA.

——————— (2003) OS SERTÕES CAMPANHA DE CANUDOS. ED. CRÍTICA DE WALNICE NOGUEIRA GALVÃO. ED. 2, IMPRESSÃO 5. SÃO PAULO: ÁTICA.

LEMINSKI, PAULO (1988) "A MODÉSTIA DO POETA MAIOR" IN ISTO É SENHOR. SÃO PAULO: agosto; 117.

MELO NETO, JOÃO CABRAL DE (1979) ANTOLOGIA POÉTICA. 5 ED. RIO DE JANEIRO: JOSE OLYMPIO.

PROENÇA, MANUEL CAVALCANTI (1971) ESTUDOS LITERÁRIOS. RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO.

VARGAS LHOSA, MARIO (2006) DISCURSO AMOROSO DA AMÉRICA LATINA. TRADUÇÃO DE WLADIR DUPONT E HORTÊNCIA LENCASTRE. RIO DE JANEIRO: EDIOURO.

VENTURA, ROBERTO (2002). "TEXTO INTRODUTÓRIO A OS SERTÕES" IN SANTIAGO SILVIANO INTÉRPRETES DO BRASIL, VOL I, RIO DE JANEIRO: NOVA AGUILAR.